

36º CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UFRN – CICT 2025



36º cict

Planeta Água: a cultura oceânica
para enfrentar as mudanças
climáticas no meu território.

ANAIS

EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica (CICT) é um evento aberto à comunidade no qual todos os aproximadamente 1.700 alunos de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN (bolsistas e voluntários) apresentam os resultados de suas pesquisas desenvolvidas ao longo de um ano, como cumprimento de um plano de trabalho elaborado e orientado por um professor/pesquisador do quadro permanente da Instituição.

O CICT está entre as ações inseridas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que possui entre seus objetivos: a) Contribuir para a formação e engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional; e c) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País.

A 36ª edição do Congresso teve como tema “Planeta Água: a cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”, estando alinhada aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Ao submeter os trabalhos ao Congresso, os alunos indicaram os objetivos da Agenda 2030 aos quais suas pesquisas estavam relacionadas. Essa iniciativa visa estimular a pesquisa científica e tecnológica voltada para a busca por soluções para os desafios sociais contemporâneos. Em uma etapa inicial do CICT, denominada Mostra de Trabalhos e Vídeos de Ciência, Tecnologia e Inovação, foram realizadas as apresentações dos trabalhos submetidos pelos participantes do evento. As apresentações ocorreram de forma assíncrona, por meio de arquivos digitais (trabalho completo e vídeo), sendo disponibilizadas não só aos avaliadores do congresso pelos Sistemas da UFRN, mas também ao público em geral por meio do site do evento (www.cic.propesq.ufrn.br). Após essa etapa inicial, que ocorreu sob o formato virtual, os 48 melhores trabalhos do evento foram selecionados para apresentação oral em uma etapa complementar do congresso que ocorreu de forma presencial.

Os alunos concorreram ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN, que foi instituído pela Pró-Reitoria de Pesquisa em 2017 para reforçar as ações dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica. O prêmio contemplou as categorias Trabalho Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica e Vídeo Destaque de Iniciação Científica e Tecnológica) e na subcategoria de Inovação. Os premiados foram agraciados com bolsas mensais de até R\$ 1100,00 (mil e cem reais) durante o período de um ano. Os orientadores dos alunos premiados adquiriram precedência em relação aos demais para efeitos de concorrência no Edital de Bolsas de Pesquisa da UFRN em 2026.

Ainda em 2025, a Pró-Reitoria de Pesquisa realizou a 7ª Edição do Prêmio Pesquisador Destaque da UFRN, certame instituído em 2019 e que é concedido anualmente aos pesquisadores da instituição que tenham apresentado relevantes contribuições para o desenvolvimento da ciência em cada uma das três grandes áreas do conhecimento: Ciências da Vida; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes. Além de troféu e certificado, todos os premiados foram contemplados com auxílio no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para custear despesas específicas, discriminadas em edital, e tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências com os participantes do CICT 2025 em uma mesa redonda.

O congresso cumpriu três funções valiosas para o desenvolvimento da ciência na instituição: inserção dos discentes em um ambiente acadêmico de publicação e apresentação dos resultados da pesquisa; divulgação científica por meio dos vídeos que utilizam uma linguagem científica, porém acessível a todos; e, por fim, a popularização da ciência.

PROGRAMAÇÃO

Outubro – 2025

15/10 Divulgação da lista dos pré-selecionados para concorrer ao 9º Prêmio Destaque na Iniciação Científica e Tecnológica da UFRN

Novembro – 2025

03/11 Abertura oficial do evento

03/11 a 07/11 CICT 2025 – Etapa presencial

04/11 a 06/11 Sessões de Apresentações Orais

07/11 Cerimônia de premiação e encerramento do evento

CCSA

CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS

CÓDIGO: ET1700

AUTOR: ANTONY BERTLAND ANDRADE BEZERRA

COAUTOR: YANKO MARCIUS DE ALENCAR XAVIER

ORIENTADOR: HERBERT RICARDO GARCIA VIANA

TÍTULO: MINÉRIOS CRÍTICOS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL: OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS E PANORAMA DA PESQUISA E LAVRA.

Resumo

A transição energética global, voltada a mitigar as mudanças climáticas e reduzir a dependência de combustíveis fósseis, intensificou a demanda por minerais estratégicos como lítio, terras raras, cobalto, cobre e níquel. Esses insumos são essenciais para tecnologias de baixo carbono, como baterias, turbinas eólicas, painéis solares e veículos elétricos. Com base em dados da ANM, USGS e IEA, o estudo mostra que, embora o Brasil possua grandes reservas — 730 mil toneladas de lítio, a terceira maior de terras raras e 16 milhões de toneladas de níquel — a exploração ainda é limitada: apenas 0,49% dos processos têm concessão de lavra, enquanto 88,55% estão em fases iniciais. As concentrações principais estão em Minas Gerais, Bahia e Goiás, mas entraves regulatórios, lacunas tecnológicas e ausência de políticas específicas dificultam o avanço. Diante da previsão de forte aumento da demanda mundial, até 15 vezes no caso do lítio até 2050, o Brasil precisa investir em pesquisa, inovação, infraestrutura e regulação eficiente para transformar seu potencial geológico em liderança estratégica.

Palavras-chave: Minérios críticos; Transição energética; Regulação mineral

TITLE: CRITICAL MINERALS FOR THE ENERGY TRANSITION IN BRAZIL: STRATEGIC OPPORTUNITIES AND OVERVIEW OF RESEARCH AND MINING.

Abstract

The global energy transition, aimed at mitigating climate change and reducing fossil fuel dependence, has intensified demand for strategic minerals such as lithium, rare earths, cobalt, copper, and nickel. These are vital for low-carbon technologies like batteries, wind turbines, solar panels, and electric vehicles. Based on data from ANM, USGS, and IEA, this study shows that although Brazil holds significant reserves —

730,000 tons of lithium, the world's third-largest rare earth reserve, and 16 million tons of nickel — exploitation remains limited: only 0.49% of processes have mining concessions, while 88.55% are still in early stages. Concentrations occur in Minas Gerais, Bahia, and Goiás, but regulatory delays, technological gaps, and lack of policies hinder progress. With global demand set to rise sharply, up to 15 times for lithium by 2050, Brazil must invest in research, innovation, infrastructure, and regulation to turn geological potential into strategic leadership.

Keywords: Critical minerals; Energy transition; Mineral regulation

Introdução

Em 2021, mais de 4,2 milhões de pessoas morreram em decorrência da poluição atmosférica, impulsionada pelo uso intensivo de combustíveis fósseis e práticas insustentáveis. Esse cenário evidencia os limites de um modelo energético poluente e reforça a necessidade da transição para matrizes renováveis. O Acordo de Paris (2015) estabeleceu metas para conter o aquecimento global abaixo de 2 °C, implicando a substituição progressiva de fontes fósseis por energias limpas, eficiência energética e inovação tecnológica. A transição energética, entendida como a mudança estrutural dos sistemas de produção e consumo de energia para fontes renováveis e de baixo impacto ambiental, demanda minerais estratégicos como lítio, terras raras, cobalto, cobre e níquel — insumos fundamentais para baterias, turbinas eólicas, células fotovoltaicas e veículos elétricos.

A crescente procura global por esses recursos está redefinindo a geopolítica, com países emergindo como fornecedores centrais. O Brasil, com vasta diversidade geológica, ocupa posição estratégica, mas enfrenta entraves regulatórios, ambientais e tecnológicos. A Constituição de 1988 estabelece que as jazidas pertencem à União e devem ser exploradas em equilíbrio com a proteção ambiental. A Lei nº 14.066/2020 reforçou critérios de licenciamento e responsabilidade social, alinhando a mineração a práticas internacionais mais sustentáveis.

Apesar disso, a exploração de minérios críticos no Brasil ainda é incipiente, marcada por projetos em estágios iniciais e ausência de políticas públicas específicas. Mapear a lavra desses minerais é crucial para fortalecer a soberania energética e aproveitar o potencial brasileiro na transição global.

O estudo busca analisar o perfil de lavra do lítio, terras raras, cobre, cobalto e níquel com base em dados da Agência Nacional de Mineração (ANM). O objetivo é identificar gargalos e oportunidades, avaliando regimes minerários e sua aplicação à exploração desses recursos. Entre os pontos-chave estão: (i) a predominância de processos em fase de pesquisa; (ii) a morosidade regulatória; e (iii) lacunas tecnológicas no beneficiamento.

Para compreender o panorama, o trabalho aborda os regimes minerários da ANM: concessão (exige portaria do Ministro de Minas e Energia), autorização de pesquisa (alvará da ANM), licenciamento (licença administrativa local), permissão de lavra garimpeira (extração em pequena escala), registro de extração (uso exclusivo em obras

públicas) e disponibilidade de áreas (leilão eletrônico de áreas vagas). Esses regimes determinam as fases de desenvolvimento dos empreendimentos e são fundamentais para classificar o estágio da mineração no Brasil.

Complementarmente, o estudo utiliza o Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE), ferramenta que disponibiliza dados georreferenciados sobre títulos minerários no país. Por meio de mapas interativos, é possível acessar informações sobre processos ativos, regimes aplicáveis e substâncias em exploração, permitindo identificar status e empresas responsáveis. Esse sistema é crucial para mapear áreas estratégicas e avaliar o avanço dos minérios críticos no território nacional.

Assim, ao integrar dados legais e geográficos, o trabalho busca oferecer um diagnóstico sobre a posição brasileira na exploração de minérios essenciais à transição energética, apontando desafios e caminhos para que o país fortaleça sua soberania mineral de forma sustentável e competitiva.

Metodologia

Conforme as diretrizes apresentadas por Gil (2021), este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, fundamentada em dados secundários provenientes de fontes oficiais. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, tendo como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a ocorrência de minérios críticos para a transição energética no mundo e no Brasil, bem como compreender os regimes estabelecidos pela Agência Nacional de Mineração (ANM) para fins de classificação da maturidade dos empreendimentos minerais, com foco específico na distribuição geográfica e estratégica desses recursos.

A natureza qualitativa da pesquisa se justifica pelo interesse em interpretar e compreender fenômenos complexos associados à geopolítica mineral, aos marcos regulatórios e às estratégias de exploração dos minérios críticos, considerando seus desdobramentos econômicos, ambientais e jurídicos. A abordagem exploratória é adequada, uma vez que o tema ainda é recente e carece de sistematização no contexto jurídico e regulatório nacional.

O procedimento metodológico adotado combina pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa é documental na medida em que utiliza como fontes leis, decretos, regulamentos, relatórios técnicos e institucionais, dados oficiais produzidos por organismos nacionais e internacionais (como ANM, IEA, USGS e IBRAM), além de documentos públicos sobre política mineral e energética. Já a dimensão bibliográfica se apoia em referenciais teóricos extraídos da literatura acadêmica relevante, incluindo livros, artigos científicos e estudos especializados sobre mineração, transição energética e regulação econômica.

Esse delineamento metodológico permite que o estudo examine criticamente os marcos normativos e as bases técnicas que orientam a exploração dos minérios críticos,

oferecendo subsídios para reflexões futuras sobre regulação e soberania no contexto da transição energética.

Para alcançar o objetivo do trabalho, a coleta de dados foi realizada por meio das plataformas disponibilizadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM), especificamente o Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE) e o Painel de Distribuição da Mineração no Brasil. A escolha dessas ferramentas justifica-se pela confiabilidade institucional, pela abrangência dos dados minerários disponíveis e pela possibilidade de aplicação de filtros específicos, que permitiram extrair informações direcionadas aos minérios considerados críticos no contexto da transição energética, como lítio, terras raras, cobalto, cobre e níquel.

Nas referidas plataformas, foram aplicados filtros por substância mineral, tipo de regime minerário e fase do processo, possibilitando identificar o número de requerimentos, autorizações e concessões de lavra ativos para cada minério, além de sua distribuição geográfica por unidade federativa. Essas informações foram essenciais para mapear o estágio de desenvolvimento da exploração de cada substância no Brasil e para apontar tendências relevantes no setor.

Adicionalmente, o estudo foi complementado com dados quantitativos sobre reservas e produção mundial, extraídos de relatórios técnicos publicados por instituições internacionais, como o United States Geological Survey (USGS) e a International Energy Agency (IEA), bem como de documentos do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Essa triangulação de fontes permitiu estabelecer comparações entre o cenário nacional e o contexto global, oferecendo maior robustez às análises realizadas.

A metodologia adotada, ao articular o uso de bases públicas oficiais com filtros analíticos específicos, possibilitou a construção de um diagnóstico detalhado da posição brasileira no cenário dos minérios críticos.

Resultados e Discussões

A discussão sobre minérios críticos no contexto da transição energética envolve uma análise ampla de sua importância tecnológica, da evolução da demanda mundial e das condições de exploração e lavra no Brasil. Esses insumos são centrais para viabilizar tecnologias de baixo carbono, como baterias de íons de lítio, turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos, veículos elétricos e sistemas de armazenamento em larga escala. A Agência Internacional de Energia (IEA) e o U.S. Geological Survey (USGS) identificam esses minerais como componentes-chave para que países alcancem suas metas de descarbonização. No caso brasileiro, a Agência Nacional de Mineração (ANM) desempenha papel fundamental ao organizar e disponibilizar dados referentes a processos minerários, estágios de pesquisa e concessão de lavra, revelando tanto o potencial do país como os desafios estruturais para transformar reservas em produção efetiva.

Entre os recursos minerais considerados críticos, destacam-se o lítio, os elementos de terras raras, o cobalto, o cobre e o níquel. Cada um desses insumos apresenta

características específicas de aplicação, concentração geográfica das reservas e desafios tecnológicos, econômicos e regulatórios. A relevância desses minérios decorre não apenas de seu uso direto em equipamentos de energia limpa, mas também de sua posição estratégica em cadeias produtivas globais altamente competitivas e sujeitas a riscos geopolíticos. A Resolução nº 2/2021 do Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos, publicada em junho de 2021, consolidou a lista oficial de minerais estratégicos para o Brasil, categorizando-os em função de sua dependência externa, da aplicação em alta tecnologia e do impacto econômico para o país. Os cinco minérios aqui analisados estão diretamente relacionados à segunda categoria, de aplicação tecnológica avançada, com destaque para o cobre, que também integra a terceira, por sua relevância econômica e comercial.

Tabela 1 – Necessidade de minérios críticos para Tecnologias de Energia Limpa (IEA, 2022).

O lítio figura como insumo central para a produção de baterias de íons de lítio, que dominam tanto o mercado de veículos elétricos quanto o de sistemas de armazenamento estacionário de energia. Em 2023, a USGS estimou que 80% do lítio mundial foi destinado a baterias, 7% a cerâmicas e vidros, 4% a graxas lubrificantes, 2% a fluxos de fundição contínua, 1% a tratamento de ar, 1% a aplicações médicas e 5% a usos diversos. Essa concentração em um único setor indica a vulnerabilidade das cadeias produtivas, mas também reforça o caráter indispensável do elemento. Entre 2021 e 2022, a produção global registrou aumentos expressivos, especialmente no Chile (37,8%) e na China (35,7%). Em contraste, Portugal experimentou uma queda de 33,3% em sua produção, resultado da resistência local à instalação da maior mina de lítio da Europa Ocidental, projeto da Savannah Resources em Covas do Barroso. As projeções de demanda são ainda mais expressivas: estima-se que o consumo global poderá multiplicar-se por até 40 até 2040, impulsionado pela expansão da frota elétrica e pelo uso de baterias em redes inteligentes. Geograficamente, as maiores reservas concentram-se no chamado Triângulo do Lítio (Chile, Argentina e Bolívia), embora a Austrália lidere a produção recente. Em 2023, a USGS estimou reservas globais de aproximadamente 98 milhões de toneladas, sendo que o Brasil já acumula 730 mil toneladas. Esse crescimento brasileiro resulta da intensificação de atividades exploratórias, especialmente nas províncias pegmatíticas Oriental (Minas Gerais e Bahia) e da Borborema (Nordeste), onde a ANM contabilizava 4.206 processos ativos em 2025, dos quais 583 eram requerimentos de pesquisa e 3.546 autorizações. Apesar do grande volume de processos, apenas duas minas tinham concessão de lavra, destacando-se Grota do Cirilo – Xuxa, em Itinga (MG), operada pela Sigma Lithium, que projeta crescimento de 12,5% em 2025.

Figura 1 – Processos envolvendo Lítio e Minério de Lítio na ANM em julho de 2025.
Fonte: Painel da Distribuição da Mineração no Brasil, ANM, 2025.

Os elementos de terras raras (ETRs), conjunto de 17 elementos químicos formado pelos lantanídeos mais o ítrio e o escândio, são igualmente indispensáveis à transição energética. Sua presença é essencial em turbinas eólicas, motores de veículos elétricos, sistemas de defesa e equipamentos eletrônicos de ponta. Embora relativamente abundantes na crosta terrestre, os ETRs são economicamente complexos, uma vez que ocorrem de forma dispersa e exigem processos sofisticados de separação. A

concentração geopolítica é marcante: a China detém 40% das reservas globais, enquanto Brasil e Vietnã juntos somam 39%, o que significa que apenas três países concentram 79% das reservas mundiais. Em 2023, a produção global de óxidos de terras raras alcançou 353 mil toneladas, aumento de 19,2% em relação ao ano anterior, consolidando a liderança chinesa. No Brasil, apesar da terceira maior reserva mundial, a produção ainda é incipiente. Historicamente, o país foi protagonista na exploração de areias monazíticas no litoral do Rio de Janeiro e da Bahia, mas perdeu espaço após a Segunda Guerra Mundial, em parte devido à ausência de políticas estruturadas e à radioatividade natural da monazita. Atualmente, as reservas brasileiras concentram-se em minérios convencionais e em depósitos raros de argilas de adsorção iônica em Minaçu (GO), que oferecem vantagens operacionais como baixa radioatividade e extração simplificada. Em 2025, a ANM contabilizava 2.320 processos ativos, mas apenas sete concessões de lavra, todas sob responsabilidade da Serra Verde Pesquisa e Mineração Ltda. A planta de Minaçu, inaugurada em 2024, deve posicionar o Brasil entre os seis maiores produtores, com expectativa de atingir 5 mil toneladas anuais de óxidos de terras raras.

Figura 2 – Processos envolvendo ETRs na ANM em julho de 2025.
Fonte: Painel da Distribuição da Mineração no Brasil, ANM, 2025.

Outro insumo de relevância estratégica é o cobalto. Este metal, associado principalmente a depósitos de cobre e níquel, tem sido tradicionalmente empregado em superligas, catalisadores e ímãs permanentes, mas sua demanda recente decorre da produção de baterias de íons de lítio. A República Democrática do Congo (RDC) concentra cerca de 50% das reservas mundiais (6 milhões de toneladas), o que cria dependência global e exposição a riscos políticos e sociais. Em 2023, a produção global cresceu 17,2%, com a RDC responsável por quase 75% e a Indonésia por 7,5%. A China mantém liderança no refino e no consumo, destinando 87% de sua demanda à produção de baterias. Contudo, observa-se tendência de substituição tecnológica: as baterias de fosfato de ferro e lítio (LFP), livres de cobalto, já representavam 82,2% das instalações na China em 2025, demonstrando um esforço para reduzir custos e riscos geopolíticos. No Brasil, a produção de cobalto cessou em 2017, após o fechamento da unidade da Votorantim Metais em Niquelândia (GO). Até 2015, o país chegou a produzir 2.771 toneladas, mas em 2017 a produção já havia caído para 185 toneladas, até ser interrompida. Em 2025, restavam apenas 34 processos ativos na ANM, quase todos em fase inicial, concentrados em Goiás, Pará e Minas Gerais.

O cobre é considerado o “metal da eletrificação”, dado seu papel na condução elétrica e térmica, na maleabilidade e na resistência à corrosão. É utilizado em cabos, turbinas, painéis solares e veículos elétricos. As reservas globais alcançam 1 bilhão de toneladas, com destaque para Chile e Peru (31%), Austrália (10%) e RDC e Rússia (8% cada). Em 2023, o Chile manteve a liderança com 5 milhões de toneladas, seguido do Peru (2,6 milhões) e da RDC (2,5 milhões). A China, apesar de produzir apenas 1,7 milhão de toneladas de cobre extraído, refinou 12 milhões em 2023, evidenciando sua dependência de concentrados importados. No Brasil, as reservas somam 17 milhões de toneladas e a produção média entre 2016 e 2019 foi de 355 mil toneladas anuais. Em 2025, havia 37 concessões de lavra em operação, com destaque para Salobo e Sossego (Vale S.A., Carajás/PA). Outras empresas estrangeiras, como Lundin Mining (GO) e Ero Copper (PA), também atuam de forma relevante. Além disso, a ANM registrava em 2025 cerca

de 1.676 requerimentos e 5.863 autorizações de pesquisa, o que sugere forte expansão futura.

Figura 3 – Processos envolvendo Cobre e Minério de Cobre na ANM em julho de 2025.
Fonte: Pannel da Distribuição da Mineração no Brasil, ANM, 2025.

O níquel, por sua vez, é indispensável tanto à produção de ligas metálicas e aços inoxidáveis quanto, mais recentemente, às baterias de íons de lítio do tipo NMC (níquel-manganês-cobalto). Seu uso aumenta a densidade energética e a autonomia dos veículos elétricos. As reservas globais estão fortemente concentradas na Indonésia (55 milhões de toneladas, 50,5%), seguida da Austrália (24 milhões) e do Brasil (16 milhões). Em 2023, a produção mundial cresceu em países como Indonésia (+13,9%), Filipinas (+15,9%) e Nova Caledônia (+15%). O Brasil, apesar de deter a terceira maior reserva mundial, produziu apenas 89 mil toneladas, crescimento modesto de 0,6% em relação a 2022. A produção nacional é liderada pela Vale (Onça Puma/PA) e pela Anglo American (Barro Alto/GO). Em 2025, a ANM contabilizava 36 concessões de lavra, 187 requerimentos e 970 autorizações de pesquisa, evidenciando a atratividade crescente do setor.

Figura 4 – Processos envolvendo Níquel na ANM em julho de 2025.
Fonte: Pannel da Distribuição da Mineração no Brasil, ANM, 2025.

O panorama geral dos minérios críticos no Brasil pode ser visualizado a partir das estatísticas de processos minerários. Entre 2010 e 2015, a média anual foi de 403 processos, enquanto entre 2020 e 2025 esse número saltou para 1.706, com pico de 4.341 em 2023. Esse crescimento evidencia não apenas a intensificação das pesquisas, mas também o interesse do setor em alinhar-se às tendências globais.

Figura 5 – Processos minerários por ano de minérios críticos em julho de 2025.
Fonte: Pannel da Distribuição da Mineração no Brasil, ANM, 2025.

As projeções são contundentes: a IEA estima que a demanda global por minerais críticos ligados à energia limpa passará de US\$ 230 bilhões em 2023 para US\$ 1 trilhão até 2030. No Brasil, estima-se que tecnologias como baterias, turbinas e painéis solares demandem até seis vezes mais minerais nas próximas décadas, enquanto a procura por lítio poderá aumentar até 15 vezes até 2050. A análise comparativa de 2025 mostra que o cobre lidera os processos minerários no país (53,2%), seguido do lítio (24,7%) e das terras raras (13,6%).

Figura 6 – Processos minerários por minério crítico em julho de 2025.
Fonte: Pannel da Distribuição da Mineração no Brasil, ANM, 2025.

Entretanto, a maior parte dos processos ainda está em fases iniciais. Em 2025, 71,89% eram autorizações de pesquisa e 16,66% requerimentos, totalizando 88,55% do universo. Apenas 0,49% correspondiam a concessões de lavra. Essa discrepância demonstra que o Brasil dispõe de vasto potencial geológico, mas ainda enfrenta dificuldades em converter pesquisas em exploração produtiva. A demora média de sete anos entre o requerimento de lavra e a portaria de concessão ilustra a lentidão regulatória. Além disso, a prospecção mineral é de alto risco: apenas 4% dos alvarás

resultam em jazidas economicamente viáveis. Esses obstáculos se somam às exigências socioambientais e à complexidade tecnológica, especialmente no beneficiamento de terras raras e na extração de cobalto.

Figura 7 – Processos minerários de minérios críticos por fase em julho de 2025.

Fonte: Painel da Distribuição da Mineração no Brasil, ANM, 2025.

Em síntese, o Brasil detém reservas expressivas de lítio, terras raras, cobre e níquel, além de já ter ocupado posição relevante na produção de cobalto. Todavia, a exploração efetiva ainda se mostra incipiente, refletida pela predominância de processos em fases iniciais. A transformação do potencial em produção competitiva requer investimentos em inovação, fortalecimento da regulação e políticas públicas específicas que conciliem sustentabilidade, segurança jurídica e agregação de valor. Caso esses gargalos sejam superados, o país tem condições de se consolidar como fornecedor estratégico de minerais críticos, contribuindo de maneira decisiva para a transição energética global.

Conclusão

O Brasil ocupa posição estratégica no cenário global de minérios críticos para a transição energética, destacando-se por suas reservas expressivas e diversidade geológica. Dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), do USGS e da IEA indicam que o país detém aproximadamente 730 mil toneladas de lítio, a terceira maior reserva mundial de terras raras, 16 milhões de toneladas de níquel e cerca de 17 milhões de toneladas de cobre. Apesar desse potencial, observa-se um descompasso entre reservas e produção: em julho de 2025, 88,55% dos processos minerários estavam em fases iniciais de pesquisa e apenas 0,49% em concessão de lavra. Essa realidade reflete a morosidade regulatória, com tempo médio superior a sete anos para aprovação de lavras, somada às dificuldades do licenciamento ambiental e aos desafios tecnológicos do beneficiamento, especialmente no caso de terras raras e cobalto.

No plano internacional, a demanda por minerais críticos deve crescer de forma acentuada: estima-se aumento de até 15 vezes no consumo de lítio até 2050 e de até seis vezes na procura por cobre e níquel. Nesse contexto, o Brasil tem potencial não apenas para suprir parte relevante dessa demanda, mas também para consolidar protagonismo geopolítico, desde que avance em políticas de incentivo à exploração sustentável, à industrialização da cadeia e à agregação de valor nacional. A distribuição geográfica das reservas reforça polos estratégicos como Minas Gerais e Bahia (lítio), a Borborema (NE), Minaçu em Goiás (terras raras) e Carajás no Pará (cobre e níquel). Essas regiões exigem políticas públicas voltadas a infraestrutura, inovação e qualificação de mão de obra.

Para consolidar sua posição, o Brasil deve aprofundar estudos comparativos sobre modelos regulatórios, desenvolver análises de viabilidade da verticalização produtiva e

avancar na criação de métricas socioambientais. Também é crucial investir em tecnologias de beneficiamento e reciclagem, reduzir a dependência de importações e fortalecer modelos de governança que assegurem soberania mineral e segurança energética. Projeções de demanda e oferta até 2050 devem orientar tanto políticas públicas quanto estratégias empresariais em um cenário de transição acelerada.

Em síntese, o país reúne condições geológicas, econômicas e estratégicas para se tornar um dos principais fornecedores globais de minérios críticos, mas essa consolidação dependerá da superação de gargalos regulatórios, logísticos e tecnológicos. Políticas integradas de longo prazo, que conciliem sustentabilidade, competitividade e segurança jurídica, serão decisivas para transformar o potencial em liderança produtiva e estratégica, contribuindo para a transição energética mundial e para o fortalecimento da soberania mineral brasileira.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). ANM lança painel sobre distribuição da mineração no Brasil. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/anm-lanca-painel-sobre-distribuicao-da-mineracao-no-brasil>.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). Sistemas de Exploração Mineral. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/exploracao-mineral/sistemas-de-exploracao-mineral>.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). 2025. Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). Distribuição da Mineração no Brasil. Brasília, 2025. Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/dashboards/3a3d30677bb743e2901818e906257ce4>.

ABMP; CETEM. Minerais Críticos – os desafios da Pesquisa Mineral. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cetem/pt-br/assuntos/VI-Seminario-Brasileiro-de-Terras-Raras/ApresentacaoVISBTR07nov2023.pdf>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm.

BRASIL. Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 12.334/2010, para instituir o novo Marco Legal de Segurança de Barragens. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 2020.

BRASIL MINERAL. Mineração Serra Verde inicia produção comercial em Minaçu. São Paulo, 11 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/mineracao-serra-verde-inicia-producao-comercial-em-minacu>.

BRASIL MINERAL. Produção da Sigma Lithium deve superar expectativas em 2025. São Paulo, 8 jan. 2025. Disponível em: <https://www.brasilmineral.com.br/noticias/producao-da-sigma-lithium-deve-superar-expectativas-em-2025>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions. Paris: IEA, 2022. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/ffd2a83b-8c30-4e9d-980a-52b6d9a86fdc/TheRoleofCriticalMineralsinCleanEnergyTransitions.pdf>.

INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY (IRENA). Global Energy Transformation: A Roadmap to 2050. Abu Dhabi: IRENA, 2018.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI). Minerais estratégicos são destacados no contexto de um projeto nacional. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/08/minerais-estrategicos-sao-destacados-no-contexto-de-um-projeto-nacional>.

NATIONAL GEOGRAPHIC. Causes and Effects of Climate Change. YouTube, ago. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=G4H1N_yXBiA.

RAJI, M. What's so special about Ukraine's minerals? A geologist explains. The Conversation, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://theconversation.com/whats-so-special-about-ukraines-minerals-a-geologist-explains-251551>.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). Informe de recursos minerais. Série Minerais Estratégicos, n. 10. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/handle/doc/25334>.

SINDIMINA. As dez maiores empresas de mineração no Brasil em 2024. 26 dez. 2024. Disponível em: <https://www.sindimina.com/post/as-10-maiores-empresas-de-minera%C3%A7%C3%A3o-no-brasil-em-2024>.

TRICKS, H. Clean power is shaking up the global geopolitics of energy. The Economist, 15 mar. 2018.

U.S. GEOLOGICAL SURVEY (USGS). Mineral Commodity Summaries 2023. Reston, VA: USGS, 2023. Disponível em: <https://www.usgs.gov/publications/mineral-commodity-summaries-2023>.

VIANA, H. R. G. Direito minerário e transição energética: minérios críticos, regulação e soberania. 1. ed. Natal: Insigne Acadêmica, 2025.

VIANA, H. R. G.; GUIMARÃES, P. B. V.; XAVIER, Y. M. A. CFEM e sustentabilidade: uma análise à luz dos princípios intergeracionais. Aracê, v. 7, n. 6, p. 35038–35058, 2025.

VIANA, H. R. G.; XAVIER, Y. M. A. A evolução constitucional do direito de propriedade sobre os recursos minerais no Brasil. Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 1, p. 790–813, 2024.

VIANA, H. R. G.; XAVIER, Y. M. A. O estado do conhecimento da regulação dos minérios críticos para transição energética no Brasil. Cadernos de Dereito Actual, n. 25, p. 33–47, 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Air Pollution. 29 jun. 2021. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/air-pollution#tab=tab_1.

Anexos

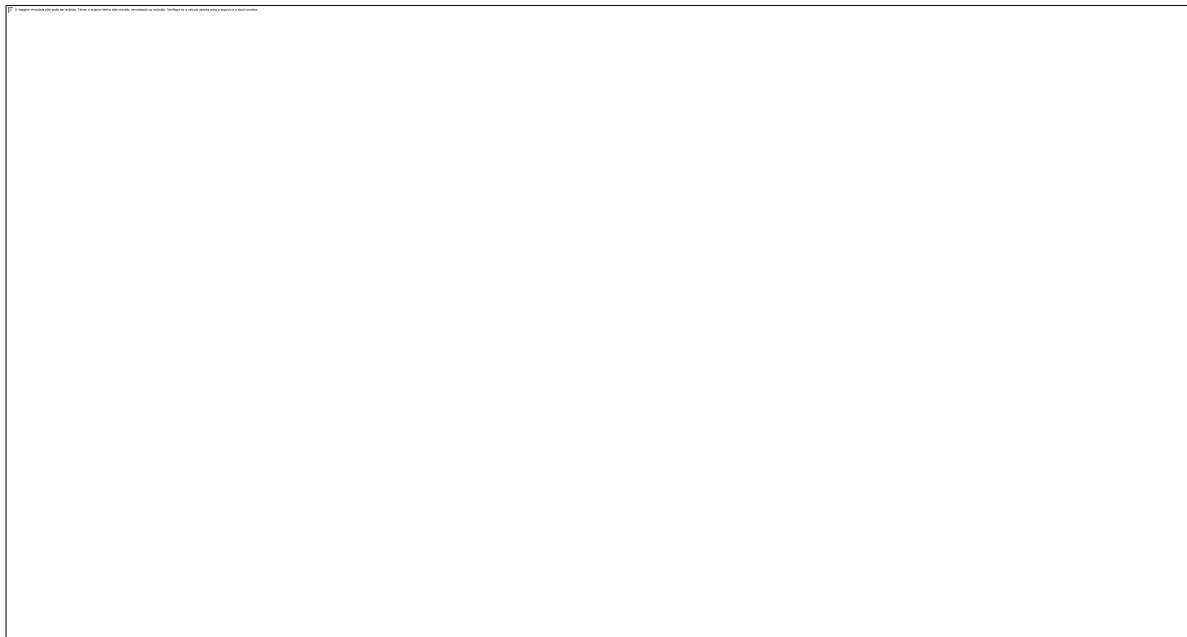


Tabela 1 – Necessidade de minérios críticos para Tecnologias de Energia Limpa (IEA, 2022).

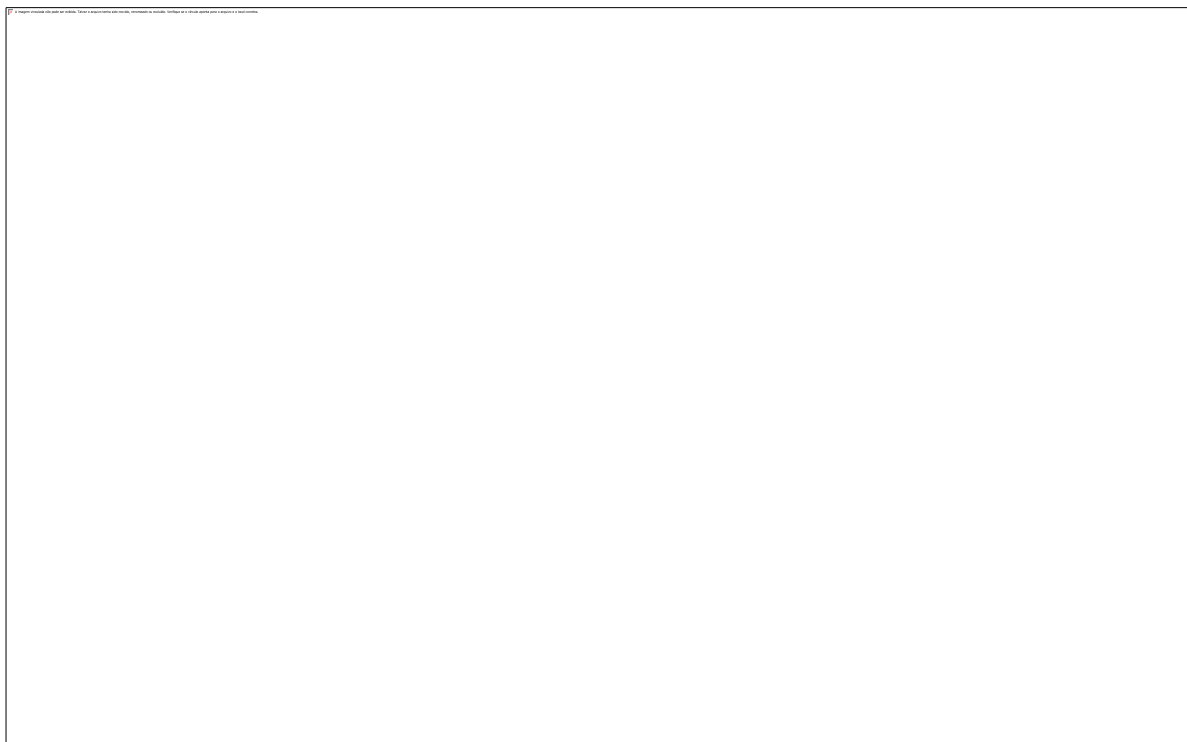


Figura 1 – Processos envolvendo Lítio e Minério de Lítio na ANM em julho de 2025.

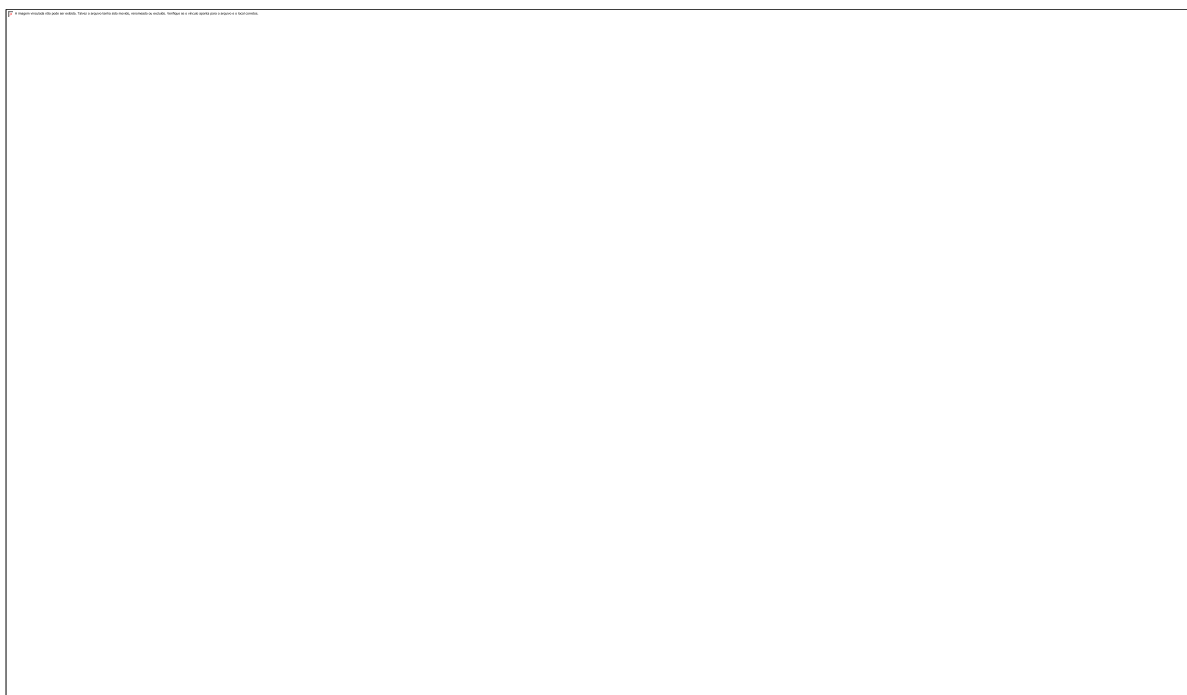


Figura 2 – Processos envolvendo ETRs na ANM em julho de 2025.



Figura 3 – Processos envolvendo Cobre e Minério de Cobre na ANM em julho de 2025.

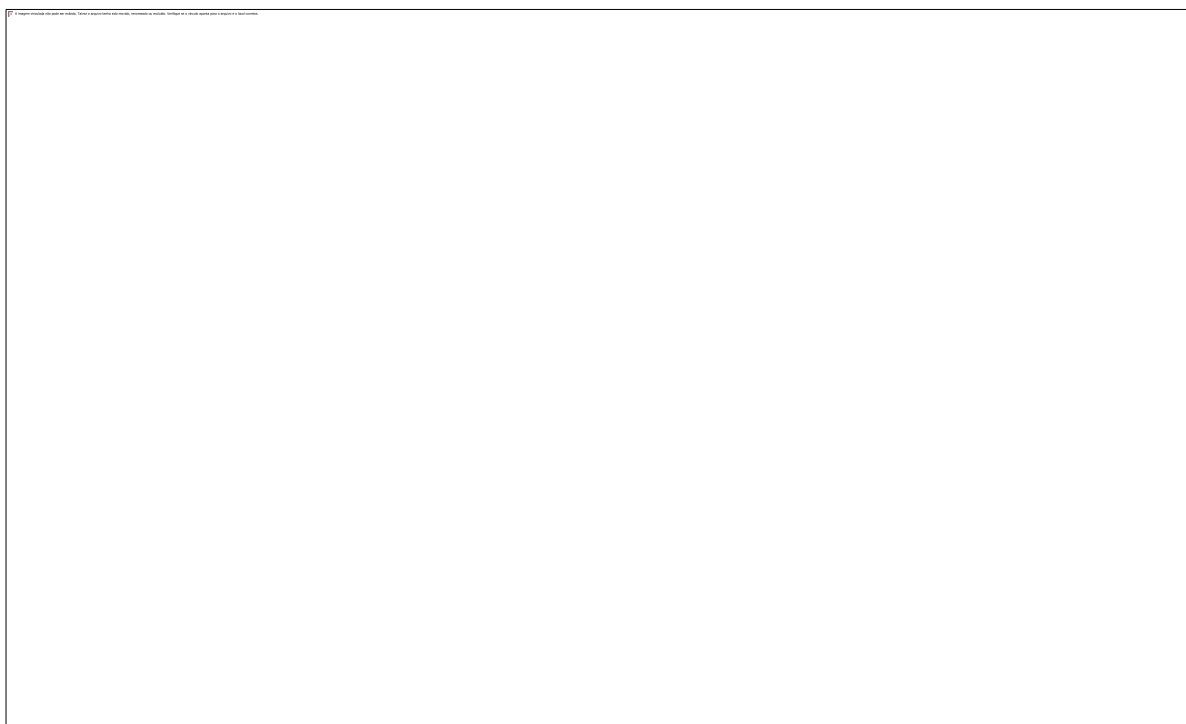


Figura 4 – Processos envolvendo Níquel na ANM em julho de 2025.

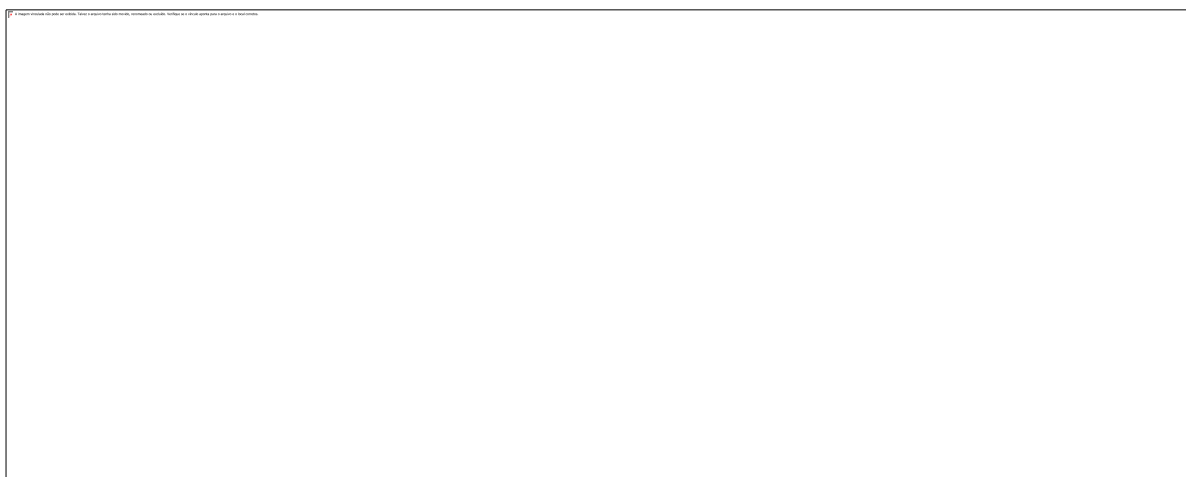


Figura 5 – Processos minerários por ano de minérios críticos em julho de 2025.

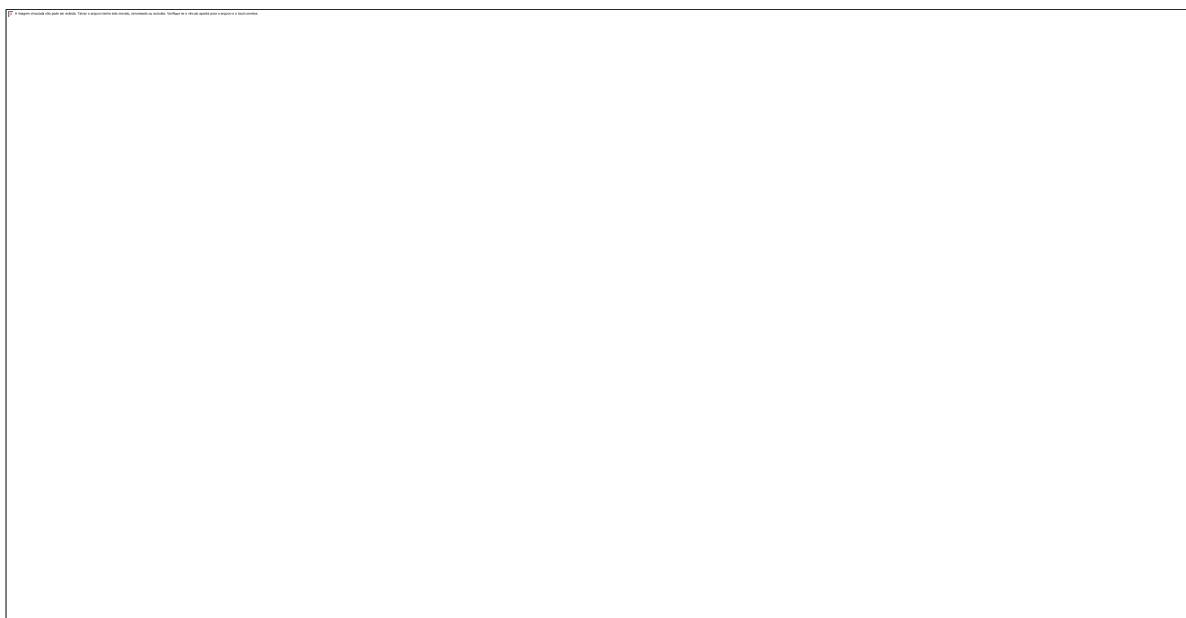


Figura 6 – Processos minerários por minério crítico em julho de 2025.

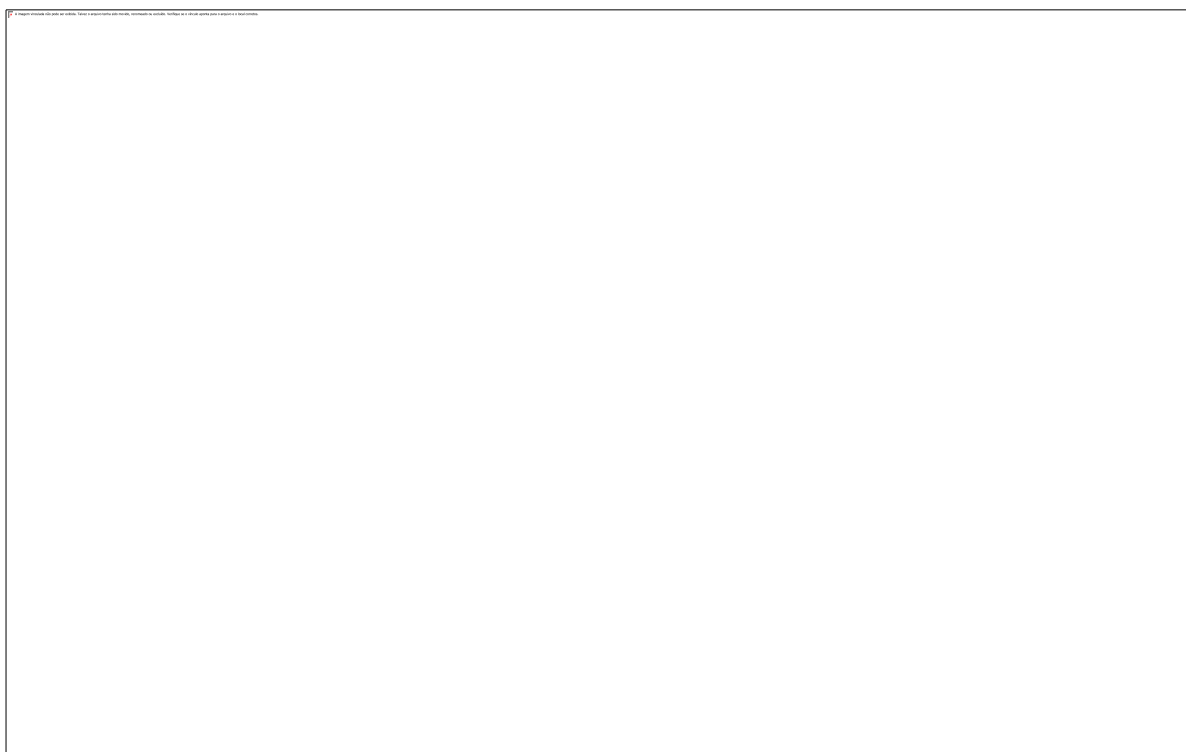


Figura 7 – Processos minerários de minérios críticos por fase em julho de 2025.

CÓDIGO: HS0038

AUTOR: GABRIELA DA SILVA BARBOSA

ORIENTADOR: ILAYDIANY CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA

TÍTULO: Quando a ciência entra em rede: o Facebook como espaço de divulgação científica dos periódicos de Acesso Aberto em Ciência da Informação

Resumo

RESUMO

Objetiva identificar quais recursos e estratégias oferecidos pelo Facebook são utilizados pelos periódicos científicos de Acesso Aberto na área da Ciência da Informação de modo a ampliar a visibilidade, a acessibilidade e o impacto das produções acadêmicas. A pesquisa parte do reconhecimento do papel das redes sociais digitais na mediação e circulação de conteúdos acadêmicos, destacando a importância de compreender como essas plataformas são e podem ser exploradas para ampliar a visibilidade da produção científica dos periódicos de Acesso Aberto. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem quantitativa e qualitativa, e objetivo descritivo, em que foram analisados 198 periódicos da área. A coleta de dados envolveu a identificação de perfis ativos no Facebook, a fim de entender os tipos de conteúdo e formatos de publicação que são utilizados por estes periódicos e assim identificar as estratégias de aplicações dos recursos dessa rede social digital. Os resultados revelam que o Facebook é empregado como estratégia de marketing científico digital por 72 periódicos de Acesso Aberto, que utilizam a plataforma para divulgar artigos científicos, projetos e técnicas de acesso à informação, preferindo formatos como imagem, links externos e textos informativos, evidenciando uma estratégia comunicacional centrada em um plano de comunicação que possa contribuir com a disseminação objetiva de conteúdos e no direcionamento para outras plataformas.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Periódico científico; Facebook; Acesso Aberto.

TITLE: When Science Goes Online: Facebook as a Space for Scientific Dissemination of Open Access Journals in Information Science

Abstract

ABSTRACT

The objective is to identify which resources and strategies offered by Facebook are used by Open Access scientific journals in the field of Information Science in order to increase the visibility, accessibility, and impact of academic productions. The research is based on the recognition of the role of digital social networks in the mediation and circulation of academic content, highlighting the importance of understanding how these platforms are and can be explored to enhance the visibility of the scientific output of Open Access journals. This is an applied research, with both quantitative and qualitative approaches, and a descriptive objective, in which 198 journals in the field were analyzed. Data collection involved identifying active profiles on Facebook in order to understand the types of content and publication formats used by these journals, and thus identify strategies for applying the features of this digital social network. The results reveal that Facebook is used as a digital scientific marketing strategy by 72 Open Access journals, which employ the platform to disseminate scientific articles, projects, and information access techniques, favoring formats such as images, external links, and informational texts. This evidences a communication strategy centered on a communication plan that can contribute to the objective dissemination of content and the redirection to other platforms.

Keywords: Information Science; Scientific Journal; Facebook; Open Access.

Introdução

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica se exprime como um elemento construtivo para a difusão do saber acadêmico, a partir do momento em que possibilita a circulação de descobertas, reflexões e avanços produzidos por pesquisadores e cientistas, contribuindo, assim, para o desenvolvimento contínuo à evolução da ciência e para a construção de redes colaborativas entre pesquisadores, universidades e instituições. Sem contar que ela também fortalece o diálogo com a sociedade, promovendo, assim, maior interesse pelo conhecimento produzido nas instituições acadêmicas (Zamboni, 2001).

Com os avanços das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a comunicação acadêmica passou por transformações significativas, e os periódicos eletrônicos se consolidaram como alternativa que amplia a acessibilidade e a agilidade na distribuição do conhecimento científico (Araújo, 2015). Nesse contexto, cresceram também as iniciativas de Acesso Aberto, que buscam reduzir barreiras financeiras e técnicas no acesso ao conhecimento.

Inicialmente centrada nos periódicos impressos, a divulgação científica passou por diversas transformações com a digitalização e o advento da internet, que ampliaram o alcance e a acessibilidade dos periódicos eletrônicos. Esse cenário impulsionou o crescimento de iniciativas de Acesso Aberto, por exemplo, voltadas à redução de barreiras financeiras e técnicas no acesso ao conhecimento. Para garantir sustentabilidade e visibilidade, diferentes modelos têm sido adotados, desde publicações mantidas por instituições públicas até aquelas financiadas por taxas de publicação. Contudo, persistem entraves, como a proliferação de periódicos predatórios, que comprometem a integridade científica ao priorizarem o lucro em detrimento da qualidade editorial.

Nesse contexto, o marketing científico digital se tornou fundamental para ampliar o impacto e a visibilidade das publicações em Acesso Aberto. Estratégias como o uso de redes sociais (e.g., Facebook, Instagram, X), plataformas acadêmicas (e.g., Mendeley, Academia.edu) e técnicas de SEO (Search Engine Optimization) contribuem para alcançar públicos mais amplos, promovendo maior transparência e colaboração científica (Rios; Lucas; Amorim, 2019).

A área da Ciência da Informação (CI) tem se dedicado a investigar, de forma sistemática, as dinâmicas da comunicação científica, com ênfase nos impactos das TDIC, nos desafios enfrentados pelos periódicos e nas estratégias para ampliar acessibilidade, visibilidade e confiabilidade das publicações. Com a consolidação das redes sociais digitais como espaços de mediação e circulação de informações, cresce, portanto, o interesse da comunidade científica em explorar seu potencial como instrumento de disseminação do conhecimento. Entre essas plataformas, o Facebook acaba se destacando pelo seu número de usuários, segmentação de públicos e pelas páginas institucionais voltadas à divulgação científica, possibilitando publicações multimodais que favorecem o alcance e o engajamento de diferentes audiências.

Diante disso, as autoras deste estudo tiveram a inquietude de buscar compreender de que forma os periódicos científicos de Acesso Aberto da área da Ciência da Informação utilizam a rede social digital Facebook como estratégia de comunicação científica e quais são os impactos dessa prática na difusão e visibilidade do conhecimento produzido?

Para tanto, este estudo tem como objetivo compreender como os periódicos científicos de Acesso Aberto, na área da Ciência da Informação, utilizam os recursos e estratégias oferecidos pelo Facebook para ampliar a visibilidade, a acessibilidade e o impacto das produções acadêmicas.

Metodologia

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que, conforme definição de Silva (2001, p. 21), busca “gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”. Nesse sentido, mapeia-se como os periódicos científicos de Acesso Aberto da área da Ciência da Informação utilizam a rede social digital Facebook como ferramenta de marketing científico digital, promovendo, divulgando e engajando o público com conteúdos relacionados à pesquisa, à Ciência Aberta e à produção de conhecimento.

A natureza da pesquisa é descritiva, conforme Gil (2008, p. 28), que a caracteriza como o ato de “descrever as características de uma população ou fenômeno, ou ainda estabelecer relações entre variáveis”. Isso significa que a proposta é descrever as práticas adotadas por esses periódicos no uso do Facebook, buscando compreender seus comportamentos comunicacionais dentro da plataforma. Além disso, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa e quantitativa, alinhada à definição de Silva (2001, p. 20), segundo a qual se procura “traduzir em números opiniões e informações” com o fim de ampliar a compreensão do fenômeno investigado.

Assim, os dados foram coletados e organizados com o intuito de quantificar e analisar a presença desses periódicos no ambiente digital. A coleta dos nomes dos periódicos foi realizada por meio do Directory of Open Access Journals (DOAJ), entre setembro de 2024 a maio de 2025, resultando na identificação de 198 periódicos científicos de Acesso Aberto na área da Ciência da Informação.

De acordo com os dados coletados, foram identificados 198 periódicos de Acesso aberto vinculados à área da Ciência da Informação, em nível nacionais e internacional. Dentre esses, apenas 72 mantêm perfis ativos no Facebook. As informações coletadas foram organizadas em uma tabela no Excel, que passou a compor o banco de dados da pesquisa, com colunas contendo: nome original e nome traduzido do periódico, assuntos abordados, idiomas aceitos para submissão, categoria geográfica, editor, país de origem, tipo de licença e URL do site oficial do periódico. Em seguida, iniciou-se a busca pela presença desses periódicos na rede social digital. Primeiramente, foi feita uma varredura nos próprios sites dos periódicos, buscando por Facebook que direcionassem às páginas do Facebook. Como muitos não apresentavam tais informações diretamente em seus sites, foi necessário recorrer ao motor de busca Google, utilizando o operador booleano AND, com os termos entre aspas (“Nome do periódico” AND “Facebook”), para localizar suas páginas oficiais. Esse processo resultou na identificação de 72 periódicos com perfis ativos no Facebook. Com os dados atualizados, a tabela inicial foi realimentada com novas colunas que incluíam: link para o perfil do periódico no Facebook, número de seguidores, tipo de conteúdo veiculado, formato das publicações e objetivo, aparente, da publicação. Cada periódico também recebeu um código de identificação com o formato “P” seguido de uma numeração sequencial de três dígitos (de P001 a P198), a fim de organizar as análises de forma sistemática. A etapa de análise teve como foco os 72 periódicos que mantêm presença ativa no Facebook. Os resultados serão apresentados na próxima seção.

Resultados e Discussões

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os 198 periódicos, constatou-se que 72 deles (36%) possuem presença no Facebook, enquanto os outros 116 (58%) não mantêm perfil ativo ou visível nessa rede. A distribuição da presença dos periódicos científicos de Acesso Aberto, vinculados à área da Ciência da Informação, no ambiente da plataforma, pode ser visualizada no Gráfico 1 no qual descreve a distribuição dos periódicos de Acesso Aberto na Ciência da Informação de acordo com a presença no Facebook: com perfis próprios, vinculados a editoras e sem perfis na rede.

Os dados apresentados acima demonstram a importância de fortalecer a presença dos periódicos acadêmicos de Acesso aberto nas redes sociais digitais, especialmente no Facebook, utilizando-os como parte estratégica de ampliação de visibilidade e alcance junto a diferentes públicos como, como acadêmicos, estudantes e outros interessados em diferentes áreas do conhecimento. Juntamente a isso, observa-se que os princípios do marketing científico digital estão presentes nas estratégias adotadas por alguns periódicos, colaborando para ampliar o acesso e o uso das publicações científicas.

De acordo com Vicente, Corrêa e Senna (2015, p. 16), a utilização das redes digitais sociais pode:

[...] amplificar [a] função social ao ser utilizada para a divulgação científica, independentemente da segmentação da rede, pois o importante é o encontro com o interagente, é estar presente no ambiente que é comum ao seu público. (Vicente; Corrêa; Sena, 2015, p. 16).

Nesse sentido, a presença em redes sociais digitais gera impactos positivos ao ampliar o número de leitores e seguidores das páginas dos periódicos, alinhando-se aos interesses específicos de cada público. Sua presença também contribui para expandir o alcance das publicações editoriais, tanto em termos de influência quanto na forma como são recebidas no ecossistema da web social. Com base nesses benefícios, torna-se bastante evidente a relevância dessas plataformas para que editores e pesquisadores aperfeiçoem estratégias de disseminação e engajamento, sendo possível fomentar uma interação mais ativa e colaborativa entre os produtores de conhecimento e a sociedade, fortalecendo os laços entre ciência e público.

Destacar os periódicos acadêmicos de Acesso Aberto presentes na mídia social digital Facebook é importante, especialmente por seu papel estratégico na democratização do acesso à informação científica. Alinhados aos princípios da Ciência Aberta, esses periódicos contribuem para ampliar o compartilhamento de conhecimento e fortalecer a transparência das pesquisas desenvolvidas. O uso dessa rede social digital, nesse contexto, além de representar uma ferramenta de visibilidade, também se garante como um meio de aproximação entre a ciência e a sociedade. Para ilustrar essa realidade, a Tabela 1 apresenta a distribuição quantitativa dos países com o maior número de periódicos de Acesso Aberto na área de Ciência da Informação que mantêm perfis ativos no Facebook. Ao todo, são listados 48 países que utilizam essa rede social como uma estratégia para ampliar o alcance e o impacto de suas publicações científicas.

A partir da análise dos periódicos de Acesso Aberto da área da Ciência da Informação, com perfil ativo no Facebook, percebe-se que as estratégias comunicacionais variam de

acordo com os contextos políticos, culturais e acadêmicos de cada país. Os Estados Unidos lideram essa presença, justificando-se pela combinação de fatores estruturais e políticos. O país possui infraestrutura tecnológica consolidada, financiamento contínuo para pesquisa e, mais recentemente, políticas públicas voltadas à Ciência Aberta, como as diretrizes do Escritório de Política de Ciência e Tecnologia da Casa Branca (OSTP), que determinam a disponibilização gratuita de pesquisas financiadas com recursos federais até 2025 (STM. Documento on-line). Soma-se a isso a atuação de universidades e instituições científicas que compreendem a divulgação científica como parte integrante da produção acadêmica.

O Brasil, por sua vez, aparece como um dos principais protagonistas da Ciência Aberta no cenário latino-americano. A presença de 25 periódicos no Facebook está diretamente ligada às políticas institucionais que, ao longo dos anos, promoveram uma cultura de valorização do acesso livre à informação científica. A atuação de organizações como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o SciELO (Scientific Electronic Library Online) e o OASISbr (Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto) têm dado destaque tanto a visibilidade da ciência nacional, como também o entendimento de que a divulgação em rede é uma etapa importante do ciclo de produção científica; demonstrando compromisso com a democratização do conhecimento, especialmente ao garantir que pesquisadores de instituições com menos recursos também possam acessar e divulgar suas produções.

Outros países como Indonésia e Irã, mesmo que ainda apresentem números fortes de publicações em Acesso Aberto, ainda mantêm uma presença modesta no Facebook. Na Indonésia, por exemplo, embora ocupe lugar de destaque no DOAJ, sua atuação nas redes sociais digitais ainda é pouco expressiva, indicando, portanto, uma lacuna entre a produção científica e a comunicação com públicos mais amplos, o que pode impactar a visibilidade e a apropriação social do conhecimento.

Sendo assim, conforme aponta Araújo (2018), estima-se que o uso das redes sociais digitais, como estratégia para ampliar o alcance dos periódicos científicos, pode e tende a crescer progressivamente. De modo semelhante, Godeiro e Serafim (2013, p. 1) ressaltam que o Facebook pode se consolidar como um importante “instrumento de colaboração e produção de conhecimento, que recomenda, qualifica e dissemina a informação no âmbito da web”. Para aprofundar essa discussão, durante a análise dos dados obtidos foram criados indexadores que permitiram classificar as publicações de acordo com dois critérios: o tipo de conteúdo (Tabela 2) e o tipo de publicação (Tabela 3) veiculados pelos periódicos presentes no Facebook. Além disso, essa perspectiva permitiu verificar se as práticas comunicacionais adotadas por esses periódicos estão alinhadas às três dimensões fundamentais do marketing científico digital, destacadas por Araújo (2015, p. 73), que são “construir e manter uma presença online; oferecer um conteúdo adequado aos ambientes que atuar e; estabelecer uma atuação responsiva”.

Considerando as três dimensões em sua articulação, buscou-se compreender de que maneira os periódicos vêm estruturando suas ações comunicacionais no ambiente digital, especialmente no que diz respeito à utilização das redes sociais digitais como espaços de visibilidade e engajamento. Para tanto, procedeu-se à categorização das postagens identificadas nos perfis mantidos no Facebook pelos periódicos de Acesso Aberto da área da Ciência da Informação, no intuito de observar quais conteúdos têm

sido priorizados e com que frequência são mobilizados em suas estratégias de presença on-line. a seguir, apresenta-se a Tabela 2 que sistematiza as tipologias de conteúdo observadas e suas respectivas ocorrências no conjunto da amostra analisada.

Ao observar os tipos de conteúdo publicados, nota-se que a maioria dos periódicos utiliza o Facebook, principalmente, para divulgar seus artigos científicos recém-publicados, sendo canal direto de circulação da produção científica. Esse dado inicial já corrobora a afirmação de Fausto (2013), ao destacar que as redes sociais digitais podem ser utilizadas como boas ferramentas para ampliar o alcance das pesquisas divulgadas em periódicos científicos, tornando-as mais acessíveis tanto ao público acadêmico quanto a outros segmentos da sociedade. Contudo, a comunicação desses periódicos ultrapassa a simples publicização de artigos. Observa-se a adoção de práticas voltadas à aproximação entre o conhecimento acadêmico e a vida cotidiana, como a divulgação de projetos sociais, experiências comunitárias, materiais educacionais e aplicações práticas dos resultados dos artigos, sendo, portanto, estratégias que contribuem para estabelecer conexões entre teoria e prática, ampliando o alcance do discurso científico.

Outro tipo de conteúdo com destaque, diz respeito às orientações sobre acesso e uso da informação científica, em que essas publicações atuam como instrumentos formativos, dedicando-se a orientar os leitores sobre como encontrar, acessar e utilizar fontes de informação científica de forma correta. Essas publicações, ao abordarem temas como o acesso e o uso adequado da informação científica, demonstram um papel formativo importante. Em muitos casos, elas orientam os leitores sobre como localizar, acessar e utilizar fontes de informação, o que se alinha ao desenvolvimento da competência informacional no contexto da Ciência Aberta, especialmente ao considerar que o acesso livre, por si só, não garante o entendimento e uso crítico da informação.

Os dados obtidos informam que os periódicos científicos de Acesso Aberto estão utilizando o Facebook para além da simples divulgação científica. Ou seja, além de informar sobre as características do Acesso Aberto e suas características, observa-se também que os periódicos analisados utilizam o Facebook para ir além da simples divulgação de artigos. As postagens frequentemente destacam aplicações práticas das pesquisas, projetos sociais e conteúdos educativos, o que pode contribuir para a aproximação com o público, além de reforçar sua identidade institucional na plataforma.

Para aprofundar a análise, a Tabela 3 mostra as principais características e o volume de publicações feitas por esses periódicos, organizadas conforme os formatos adotados, destacando como os periódicos de Acesso Aberto na área de Ciência da Informação têm utilizado diferentes tipos de conteúdo em seus perfis no Facebook.

No que se refere à tipologia das publicações analisadas, é possível perceber que os periódicos se valem de diferentes recursos visuais e textuais para fortificar sua presença no Facebook, indo de acordo com o que Costa (2016, p. 38) destaca ao se tratar da presença dos periódicos nas redes sociais digitais. Segundo o autor, o uso estratégico dos recursos das redes sociais digitais permite que os periódicos se beneficiem da diversidade de formatos disponíveis, tornando seu “produto informativo” mais atrativo. O uso de imagens informativas, por exemplo, aparece de forma consistente e pode ser compreendido como uma resposta à lógica visual das redes sociais digitais. A imagem não sendo somente um complemento, mas parte da construção da mensagem,

facilitando a assimilação de conteúdos e tornando as postagens mais acessíveis e interessantes ao público, se configurando como um recurso que informa, educa, desperta curiosidade e estimula o acesso ao conteúdo científico apresentado (Bosi, 1998, p. 65).

A presença de links externos, que direcionam os leitores aos sites oficiais dos periódicos ou a plataformas de Acesso Aberto, amplia a circulação dos conteúdos e cria conexões entre os diferentes ambientes digitais onde a produção científica se encontra. Já os textos informativos, embora menos dinâmicos visualmente, mantêm-se como recurso importante para apresentar reflexões mais densas, explicar o escopo das publicações ou contextualizar temas abordados. Por outro lado, os dados indicam que a utilização de vídeos informativos ainda é pouco expressiva entre os periódicos analisados. Essa baixa frequência contrasta com o cenário atual das redes sociais digitais, em que o formato audiovisual ocupa papel de destaque na comunicação com o público. Embora os dados não permitam identificar os motivos dessa escolha editorial, essa tendência pode sinalizar que os periódicos priorizam outros formatos de conteúdo mais consolidados na plataforma, como imagens e textos informativos.

De maneira geral, observa-se que, no atual cenário da comunicação científica, os dados analisados apontam que os periódicos de Acesso Aberto da área da Ciência da vêm utilizando o Facebook como forma de ampliar seu público, adaptando suas práticas comunicacionais às especificidades da rede social digital. A adoção de recursos visuais e a diversificação dos conteúdos publicados, corroboram com um movimento contínuo de aproximação com diferentes públicos, que ultrapassa o objetivo de apenas divulgar informações. Ao se consolidarem como instrumentos de mediação entre a produção acadêmica e a sociedade, o Facebook tem possibilitado que esses periódicos assumam uma postura mais ativa na promoção do conhecimento científico. Nesse contexto, a divulgação científica deixa de ser vista como etapa final e passa a ocupar um lugar hábil, pautado pela construção de relações mais horizontais entre ciência e sociedade, favorecendo o acesso, a compreensão e o engajamento com a informação produzida no meio acadêmico.

3.1 A IMPORTÂNCIA DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS POSSUÍREM UM PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA O FACEBOOK

Ao observar os dados coletados sobre o comportamento dos periódicos científicos de Acesso Aberto da área da Ciência da Informação no Facebook, detecta-se que, embora haja ações comunicacionais em curso, tais iniciativas se exibem pontuais e carentes de articulação estratégica, ruminando uma lógica de ocupação digital ainda pautada por práticas isoladas e não sistematizadas. A ausência de um direcionamento estratégico nas postagens, somada à baixa variedade de formatos e abordagens, indica que a maioria dos periódicos ainda não exploram o potencial comunicativo da plataforma (Silva; Tanus, 2025). Nesse sentido, surge a necessidade de se pensar um plano de comunicação que vá além da simples divulgação de novos números e que se comprometa com a construção de uma presença digital consistente e articulada.

Logo, propor um plano de comunicação para periódicos científicos de Acesso Aberto não implica na imposição de uma rotina inflexível, mas na oferta de diretrizes estratégicas que orientem suas práticas em ambientes digitais; assegurando constância

nas publicações, coerência na identidade visual e textual, bem como maior aproximação com os públicos envolvidos (Ribeiro; Oliveira; Dias; Miranda, 2022).

Dessa forma, apresenta-se uma proposta (Quadro 1) de distribuição de conteúdo ao longo da semana, baseada nas demandas observadas durante a análise dos dados. Ressalta-se que, para sua implementação, é recomendável o uso de ferramentas de agendamento, como por exemplo o Hootsuite, em consonância com a rotina editorial, além da análise contínua de métricas alternativas, como engajamento digital.

Ao pensar em uma atuação mais estratégica nas redes sociais digitais, é importante incluir, no planejamento, o compromisso com a acessibilidade comunicacional para afirmar que todos os usuários, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, possam acessar e compreender os conteúdos publicados. No caso de postagens no Facebook, por exemplo, é importante seguir boas práticas de acessibilidade digital, traduzindo-se na inclusão de legendas aos vídeos, beneficiando pessoas com alguma deficiência auditiva, e utilizar descrições alternativas (alt text) nas imagens, que são primaciais para quem navega com o auxílio de leitores de tela. Além disso, é recomendável adotar contrastes adequados entre o fundo e o texto, escolher fontes de leitura acessível e evitar o excesso de elementos visuais animados, já que esses podem gerar desconforto ou distração em pessoas neurodivergentes ou com baixa visão.

Mais do que ampliar o alcance das publicações, cuidar da acessibilidade é uma forma de respeitar quem está do outro lado da tela. Quando um periódico se preocupa em tornar seu conteúdo compreensível para todas as pessoas, inclusive aquelas com diferentes formas de percepção ou interação com a informação, ele demonstra, na prática, que inclusão e diversidade não são somente palavras bonitas, mas compromissos reais (Rocha; Costa, 2021). Dentro da lógica do Acesso Aberto, que defende o compartilhamento livre e equitativo do conhecimento, essa atenção aos detalhes não é um diferencial e sim uma necessidade. Incorporar práticas acessíveis nas redes sociais digitais é, portanto, reafirmar o papel social da divulgação científica, o qual contribui para reduzir desigualdades informacionais e asseverar que o saber não fique restrito a alguns poucos (Santos; Santos, 2024).

Conclusão

4 CONCLUSÃO

A partir da investigação de como os periódicos científicos de Acesso aberto da área da ciência da informação utilizam o Facebook como estratégia de comunicação científica, pode-se afirmar que o presente estudo atingiu seus objetivos. Por meio da identificação de 198 periódicos indexados no DOAJ, foi possível localizar e analisar o comportamento de um subconjunto ativo dessas publicações na referida rede social digital, resultando, portanto, na categorização de tipologias de conteúdo e de publicação, mostrando tendências que expõe os modos contemporâneos de circulação do conhecimento científico.

Os dados, na seção dos resultados, deixam evidente que os periódicos priorizam a divulgação de artigos científicos, de técnicas de acesso à informação e de projetos de pesquisa vinculados às suas publicações, indicando a intenção de ampliar a visibilidade da produção científica e de promover o uso crítico e consciente da informação. Além disso, a predominância de formatos como links e imagens informativas tonifica a busca por meios mais acessíveis e adaptadas ao ecossistema comunicacional das redes sociais digitais. A partir dessa análise, é possível afirmar que, embora os periódicos de Acesso Aberto já utilizem as redes sociais como instrumentos de visibilidade e divulgação, ainda há um caminho a ser trilhado no sentido de ampliar e qualificar essa presença digital.

Dessa forma, tendo como base os resultados obtidos, recomenda-se o aprofundamento desta pesquisa por meio do desenvolvimento de indexadores informacionais mais refinados, capazes de captar não somente o tipo, mas, também, a intencionalidade comunicativa das postagens. Futuramente, pretende-se elaborar uma cartilha que possa servir como suporte para os periódicos científicos da área de Ciência da Informação otimizarem sua atuação nas redes sociais, impulsionando, mais ainda, a possibilidade da comunicação e divulgação científica no meio digital.

Referências

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira. Marketing científico digital e métricas alternativas para periódicos: da visibilidade ao engajamento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 67–84, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23008>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, [s.l.], v. 19, n. 1, 1968. DOI: <https://doi.org/10.1002%2Fasi.5090190103>. Acesso em: 7 jul. 2025.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BURKETT, Warren. Jornalismo científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. *Informação & Sociedade*, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 89–104, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/23109>. Acesso em: 7 jul. 2025.

COSTA, Luciana Ferreira da; ANDRADE, Robéria de Lourdes de Vasconcelos; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; DUARTE, Emeide Nóbrega; SOUZA, Ana Cleide Patrício de. O uso de mídias sociais por revistas científicas da área da Ciência da Informação para ações de marketing digital. *Revista ACB*, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 338–358,

2016. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1159>. Acesso em: 7 jul. 2025.

FAUSTO, Sibele. Altmetrics, altmétricas, altmetrias: novas perspectivas na visibilidade e no impacto das pesquisas científicas. SciELO em Perspectiva, [s.l.], 2013. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JLIS.IT. Budapest Open Access Initiative. JLIS.it, [s.l.], v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <https://jlis.fupress.net/index.php/jlis/article/view/293>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MANCIA, Joel Rolim; FELLI, Vanda Elisa Andres. Prática de publicação “predatória”. Enfermagem em Foco, [s.l.], v. 24, n. 3, 2013. Disponível em; <https://repositorio.usp.br/item/002724859>. Acesso em: 7 jul. 2025.

MEADOWS, Arthur Jack. A comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

RIBEIRO, Nivaldo Calixto; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; DIAS, Célia da Consolação; MIRANDA, Angélica Conceição Dias. Importância das práticas de Ciência Aberta e de comunicação científica na perspectiva de atores envolvidos. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v20i00.8670366>. Acesso em: 16 jul. 2025.

RIOS, Fahima Pinto; LUCAS, Elaine Rosangela Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Manifestos do movimento de acesso aberto: análise de domínio a partir de periódicos brasileiros. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 148–169, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ROCHA, Lidianne Mércia Barbosa Malta; COSTA, Cleide Jane de Sá Araújo. Democratização do conhecimento no cenário das humanidades digitais frente à inclusão tecnológica educacional na pandemia COVID-19. Revista Edutec: Educação, Tecnologias Digitais e Formação Docente, [s.l.], v. 1, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.55028/edutec.v1i1.13650>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SANTOS, Leticia Rodrigues dos; SANTOS, Edméa Oliveira dos. Competência em Informação no combate a desinformação na educação profissional e tecnológica: Estado da Arte. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/48062>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Edna Lúcia da. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da; MEDEIROS, Iuryanne Pereira de. Difusión científica en redes sociales: mapeo de revistas científicas electrónicas de acceso abierto en Ciencias de la Información. Biblos Journal of Librarianship and Information

Science, [s.l.], v. 87, n. 11, 2025. Disponível em:
<https://doaj.org/article/d3433def284f430da832066aabbff9a>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Ilaydiany Cristina Oliveira da; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza
Carvalho. Plano de comunicação 2025–2027. Natal: UFRN, 2025. DOI:
<https://doi.org/10.6084/m9.figshare.28517438.v1>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TOMÁS, José Pardo. De los libros de secretos a los manuales de la salud: cuatro siglos
de popularización de la ciencia. Quark, 2006. Disponível em:
<https://digital.csic.es/handle/10261/43338>. Acesso em: 7 jul. 2025.

VALEIRO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação.
Transinformação, [s.l.], v. 20, n. 2, 2008. Disponível em: [https://seer.sis.puc-](https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6255)
[campinas.edu.br/transinfo/article/view/6255](https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6255). Acesso em: 7 jul. 2025.

ZAMBONI, Lilian Márcia Simões. Cientistas, jornalistas e a divulgação científica:
subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica. Campinas:
Autores Associados, 2001.

Anexos

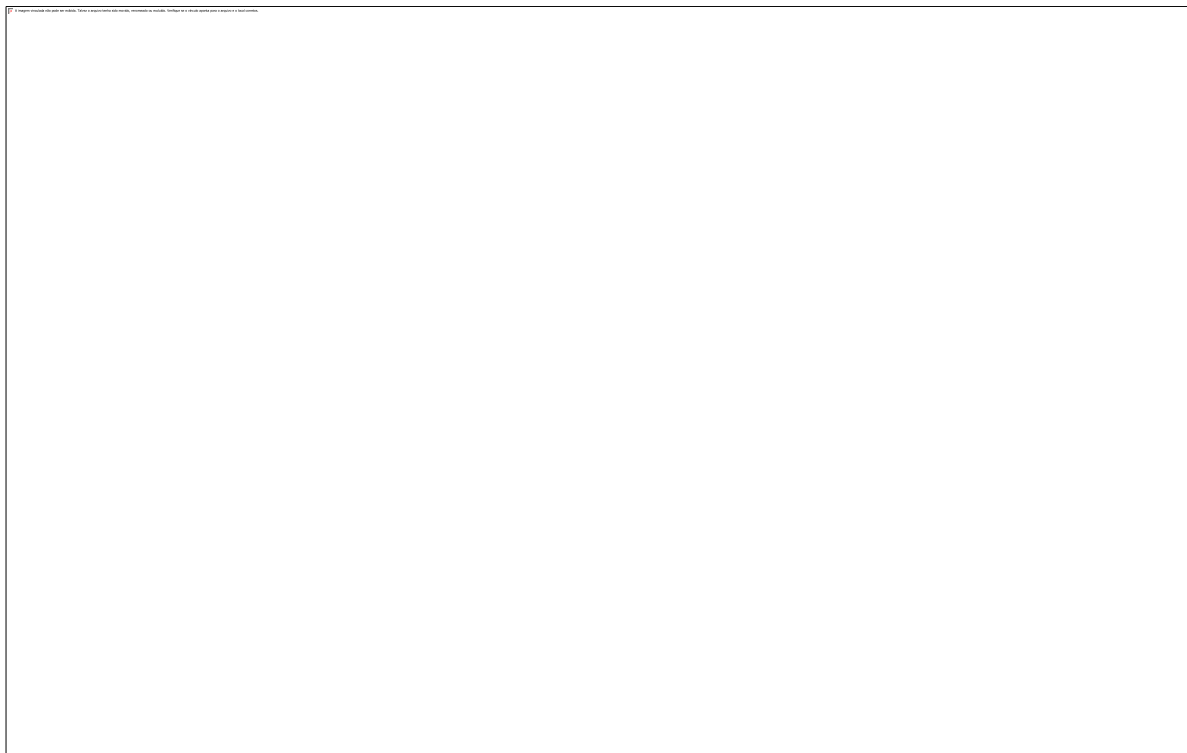


Gráfico 1 – Distribuição dos periódicos de Acesso Aberto na Ciência da Informação de acordo com a presença no Facebook: com perfis próprios, vinculados a editoras e sem perfis na rede.

Table 1: Distribution of countries with the highest number of profiles of Open Access journals in the field of Science of Information on Facebook. The table area is currently blank.

Tabela 1 – Distribuição quantitativa dos países com maior número de perfis de periódicos de Acesso Aberto da área de Ciência da Informação no Facebook

Table 2: Categories of content typology of Open Access journals in the field of Science of Information on Facebook. The table area is currently blank.

Tabela 2 – Categorias de tipologia de conteúdo dos periódicos de Acesso aberto da área de Ciência da Informação, no Facebook

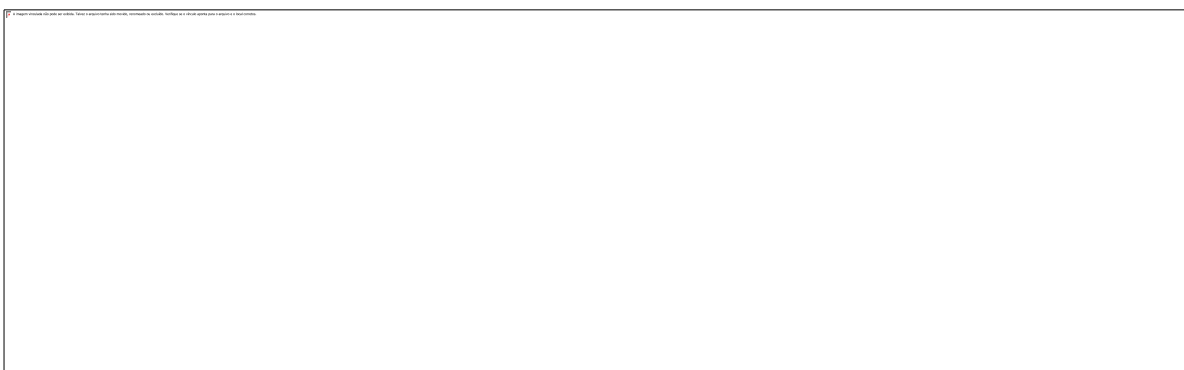
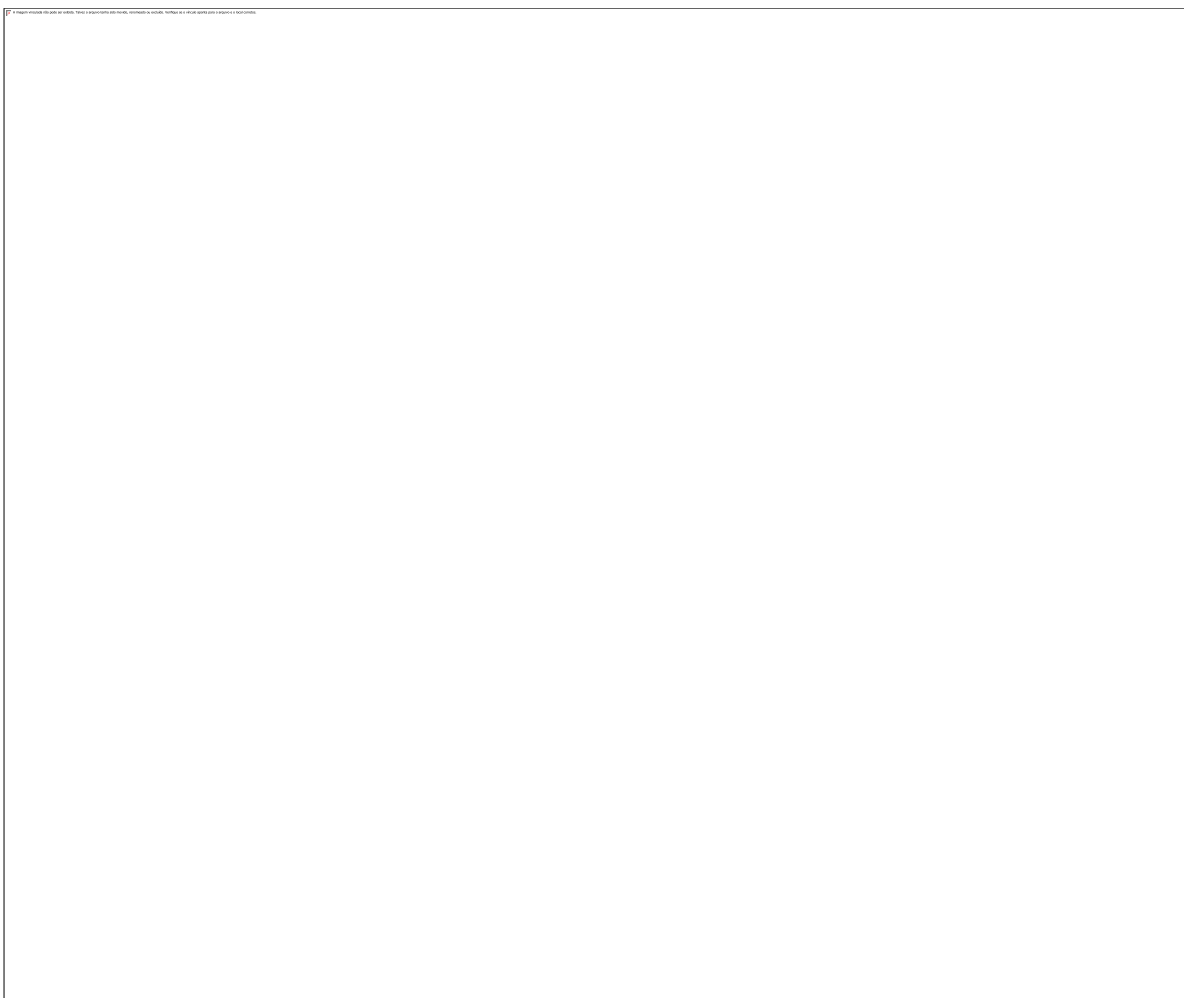


Tabela 3 – Distribuição da tipologia de publicações utilizadas por periódicos de Acesso aberto no Facebook



Quadro 1 – Proposta de distribuição semanal de conteúdo no Facebook e datas comemorativas relacionadas à Ciência da Informação

CÓDIGO: HS0049

AUTOR: NICOLAS GABRIEL DANTAS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: RICARDO LANZARINI GOMES SILVA

TÍTULO: Mapeamento de Boas Práticas de Turismo Responsável – Eixo Turismo de Base Comunitária

Resumo

O estudo apresenta um mapeamento de boas práticas de turismo responsável no contexto do turismo de base comunitária, com foco em iniciativas desenvolvidas por comunidades indígenas e tradicionais. O objetivo é identificar modelos de organização, benefícios socioeconômicos e riscos ambientais e culturais relacionados a essas atividades, além de propor recomendações para a gestão responsável. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, combinando revisão bibliográfica, levantamento de iniciativas divulgadas em redes sociais e aplicação de questionário semiestruturado. O estudo busca contribuir para o fortalecimento da governança comunitária, a elaboração de estratégias de visitação e a promoção de um turismo que valorize a cultura e preserve os ecossistemas, alinhando desenvolvimento econômico e responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Turismo responsável.

TITLE: Mapping of Best Practices in Responsible Tourism – Community-Based Tourism Axis

Abstract

The study presents a mapping of good practices in responsible tourism in the context of community-based tourism, focusing on initiatives developed by indigenous and traditional communities. The objective is to identify organizational models, socioeconomic benefits, and environmental and cultural risks related to these activities, as well as to propose recommendations for responsible management. The research adopts a qualitative and exploratory approach, combining a literature review, a survey of initiatives disseminated on social networks, and the application of a semi-structured questionnaire. The study seeks to contribute to the strengthening of community governance, the development of visitation strategies, and the promotion of tourism that values culture and preserves ecosystems, aligning economic development and socio-environmental responsibility.

Keywords: Community-based tourism. Responsible tourism.

Introdução

O setor turístico tem passado por transformações significativas, impactando tanto os padrões de consumo quanto os modelos de gestão da atividade. Diante do reconhecimento dos desafios gerados pelo turismo, busca-se desenvolver novos modelos capazes de mitigar impactos negativos e potencializar os positivos. Nesse contexto, emerge o debate sobre o Turismo Responsável (TR), apresentado como uma via para o desenvolvimento sustentável do setor. Compreendido como uma inovação turística, o Turismo Responsável visa proporcionar benefícios socioeconômicos às populações locais e garantir a proteção dos recursos naturais (Mohamadi et al., 2022). Aplicável a diversos contextos e atores, implica um processo de planejamento que assegura a distribuição equitativa de benefícios (Leslie, 2012).

Este tema tem despertado crescente interesse, tanto na prática, envolvendo gestores públicos e privados, comunidades e turistas, quanto no meio acadêmico, com produção científica em expansão (Brasil, 2023; Nascimento; Lanzarini, 2023; Burrai; Buda; Stanford, 2019; State; Bulin, 2016). Considerando essa interface entre teoria e prática, torna-se relevante realizar um levantamento de boas práticas de turismo responsável no Brasil. Identificar e disseminar iniciativas exitosas pode contribuir para o avanço do conhecimento e servir de referência para novas ações.

Dentro do escopo do Turismo Responsável, o Turismo de Base Comunitária (TBC) destaca-se como um modelo de gestão que prioriza o protagonismo das comunidades anfitriãs. Caracteriza-se pela sua participação ativa nas decisões sobre o desenvolvimento turístico em seus territórios, com compromisso em gerar benefícios coletivos, promover solidariedade, valorizar a cultura local, proteger o meio ambiente e fomentar intercâmbios culturais (Brasil, 2022).

Diante disso, este trabalho propõe-se a analisar iniciativas de turismo responsável no eixo temático do Turismo de Base Comunitária. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de um turismo mais ético e responsável perante o ambiente e a sociedade, visando a criação de lugares melhores para viver e visitar.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza exploratória-descritiva com abordagem qualitativa que, conforme Flick (2007), analisa um fenômeno social de modo único, permitindo ao pesquisador desenvolver teorias que descrevam ou expliquem questões sociais, sem a necessidade de generalização.

A investigação iniciou-se por uma Revisão Sistemática da Literatura, compreendida como o exame de produções preexistentes sobre o tema, incluindo artigos científicos, livros, trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações, teses) e relatórios, visando sistematizar o conhecimento nacional e internacional sobre turismo responsável e turismo de base comunitária (Camargo Júnior et al., 2023).

Posteriormente, elaborou-se e aplicou-se um questionário eletrônico semiestruturado via Google Forms. Conforme definido por Filippo, Pimentel e Wainer (2011), este instrumento consiste em um conjunto sequencial de perguntas padronizadas, sem

interlocução livre entre pesquisador e respondente. O questionário foi composto predominantemente por perguntas abertas (sem respostas predefinidas) e uma minoria de perguntas fechadas (com respostas predefinidas), permitindo a construção de um banco de dados de boas práticas.

A coleta de dados foi conduzida junto a comunidades indígenas. Para identificação dos participantes, foram selecionados perfis no Instagram que divulgavam atividades turísticas em aldeias indígenas, com apoio do site Terras Indígenas no Brasil para localização. O questionário foi enviado aos administradores desses perfis, com o intuito de que fosse respondido pelos responsáveis pelas iniciativas turísticas nas respectivas aldeias.

A análise dos dados contou com o suporte do painel de informações do Mapa Brasileiro do Turismo Responsável, desenvolvido em parceria com o Ministério do Turismo. A sistematização e interpretação dos resultados foram realizadas por meio de planilhas e tabelas.

Resultados e Discussões

A análise do banco de dados conta com 146 respostas e revela um cenário diversificado e dinâmico do turismo em comunidades indígenas brasileiras, com implicações significativas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Predomina o turismo de base comunitária como modelo principal, alinhando-se aos princípios de gestão local e distribuição equitativa de benefícios preconizados pelo turismo responsável (Brasil, 2022; Nascimento; Lanzarini, 2023).

Os benefícios socioeconômicos são amplamente reconhecidos: quase a totalidade das comunidades reportam geração de renda para aquisição de bens essenciais (medicamentos, equipamentos agrícolas), manutenção de infraestrutura e redução do êxodo juvenil, conforme exemplificado pelos Kalapalo (MT) e Pataxó (BA). Tais resultados corroboram estudos que associam o turismo responsável ao empoderamento econômico local (Leslie, 2012; State; Bulin, 2016).

Entretanto, os desafios operacionais e socioculturais são particularmente críticos: expressivo número de comunidades enfrentam problemas ambientais, como acúmulo de resíduos por visitantes (Yanomami/AM, Potiguara/RN), enquanto minoria significativa reporta conflitos internos sobre divisão de renda ou aceitação da atividade (Ikpeng/MT, Haliti-Paresi/MT). A dependência econômica do setor e a apropriação cultural por agentes externos (ex.: Potiguara/PB) emergem como riscos adicionais, expondo vulnerabilidades na ausência de normativas claras (Brasil, 2023).

A integração com políticas territoriais mostra contornos relevantes: a grande maioria das comunidades está em Terras Indígenas homologadas, sugerindo maior segurança jurídica, mas apenas uma pequena parcela situa-se em Unidades de Conservação (UC), indicando subutilização de sinergias institucionais. Apesar de muitos casos atraírem fluxos internacionais, a falta de estrutura, como saneamento básico e protocolos de visitação, compromete a sustentabilidade (Brasil, 2022).

Conclusão

O turismo em comunidades indígenas no Brasil é uma importante estratégia para o etnodesenvolvimento, envolvendo três dimensões principais: fortalecimento socioeconômico, valorização cultural e preservação ambiental. Os resultados indicam que o modelo de turismo de base comunitária, predominante nessas áreas, contribui para a autonomia dos povos indígenas, permitindo que eles administrem recursos, preservem saberes tradicionais e desenvolvam cadeias produtivas locais. No entanto, a continuidade e a sustentabilidade dessa atividade dependem da superação de desafios estruturais.

A falta de uma governança sólida é um dos principais obstáculos, evidenciada pela ausência de Planos de Visitação Turística bem estruturados, pela gestão inadequada de resíduos e pela inexistência de protocolos éticos para a interação com visitantes. Esses problemas aumentam riscos como a comercialização excessiva da cultura, conflitos internos na distribuição de benefícios e pressões sobre ecossistemas sensíveis. Além disso, a pouca integração entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação reduz o potencial de expansão sustentável da atividade.

Para consolidar o turismo indígena como ferramenta de justiça socioambiental, é necessário criar políticas públicas que: fortaleçam a gestão comunitária por meio de planos de visita flexíveis e capacitação técnica contínua; estabeleçam regras éticas, como agendamento prévio, códigos de conduta para visitantes e divisão justa dos ganhos; e incentivem parcerias entre comunidades, órgãos ambientais e governos locais, unindo a proteção territorial ao desenvolvimento inclusivo.

Assim, o futuro dessa atividade depende de manter o equilíbrio entre geração de renda e preservação cultural, para que o turismo seja um meio de garantir a autonomia dos povos indígenas e a preservação de seus patrimônios materiais e imateriais.

Referências

BRASIL. Ministério do Turismo. Metodologia para mapeamento das boas práticas de turismo responsável. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini (Coord.) – Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasília: Ministério do Turismo, 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Responsável no Brasil. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini (coord.). Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

BURRAI, E.; BUDA, D. M.; STANFORD, D. Rethinking the ideology of responsible tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 27, n. 7, p. 992–1007. 2019.

CAMARGO JÚNIOR, R. N. C. (et. al.). Revisão integrativa, sistemática e narrativa - aspectos importantes na elaboração de uma revisão de literatura. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, v. 28, n. 1, p. 1-15, 2023.

FILIPPO, D.; PIMENTEL, M.; WAINER, J. Metodologia de pesquisa científica em sistemas colaborativos. In: PIMENTEL, M.; FUKS, H. (Orgs.). *Sistemas Colaborativos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 379-404.

FLICK, U. *Managing Quality in Qualitative Research*. London, UK: SAGE Publications Ltd, 2007.

LESLIE, D. The Consumers of Tourism. In: LESLIE, D. Responsible Tourism: Concepts, Theory and Practice. 2012.

MOHAMADI, S. M.; ABBASI, A.; KORDSHOULI, H. A. R.; ASKARIFAR, K. Conceptualizing sustainable–responsible tourism indicators: an interpretive structural modeling approach. *Environment, Development and Sustainability*, v. 24, p. 399-425. 2022.

NASCIMENTO, F. G.; LANZARINI, R. Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, v. 13, n. 1, p. 62-82. 2023.

STATE, O.; BULIN, D. Aspects of responsible tourism - A quantitative approach. *Amfiteatru Economic*, v. 18, n. 10, p. 781–797. 2016.

CÓDIGO: HS0056

AUTOR: WISLA ESTER SOUZA DO MONTE

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: análise teórica sobre salário e condições de vida da classe trabalhadora

Resumo

Este relatório apresenta resultados do plano de trabalho intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: "análise teórica sobre salário e condições de vida da classe trabalhadora", a partir da leitura e análise das categorias explicadas por Karl Marx em sua obra “O Capital” (2023), volume I - O processo de produção do capital. O referido plano de trabalho integra o projeto de pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”. O enfoque da pesquisa consiste em analisar a categoria do salário, investigando os elementos que fundamentam sua constituição. Portanto, os resultados explicitados integram a conclusão da referida pesquisa, baseada na análise de O Capital. O principal resultado se apresenta com a exposição das determinações sociais, históricas e políticas do salário e sua relação direta com a reprodução da força de trabalho, bem como se explicita, através de dados, as condições de vida da classe trabalhadora brasileira e a tendência de precarização dessa classe. Aliado a isso, este relatório também traz elementos essenciais para a compreensão da constituição do salário a partir das relações sociais de produção dentro do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Política social; Reprodução da Força de Trabalho; Trabalho; Salário

TITLE: Social Policy and Reproduction of the Workforce: theoretical analysis of wages and living conditions of the working class

Abstract

This work presents results of the research entitled “Social Policy and Reproduction of the Workforce: "theoretical analysis on wages and living conditions of the working class", based on the reading and analysis of the categories explained by Karl Marx in his work “Capital”, volume I. Therefore, this report is part of the research project “Social Policy and Reproduction of the Workforce in Rio Grande do Norte”. research, based on the analysis of Capital. Obtaining as its main result the exposure of the social, historical and political determinations of wages and the direct relationship with the reproduction of the

workforce, as well as explaining, through data, the living conditions of the Brazilian working class.

Keywords: Social policy; Reproduction of the labour power; Work; Wage

Introdução

Este relatório é resultante do plano de trabalho intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: análise teórica sobre salário e condições de vida da classe trabalhadora”, o qual se apresenta como continuidade da pesquisa anterior – sob o título “Salário e condições de vida da classe trabalhadora no Brasil”. Tais planos integram o projeto de pesquisa Política Social e Reprodução da Força de Trabalho, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este plano de trabalho foi realizado no período de 02/09/2024 até 31/08/2025. Para tanto, buscou-se, por meio da leitura e análise da obra “O Capital” de Karl Marx (Primeiro Livro), a assimilação da categoria salário, e também outros conceitos como trabalho e força de trabalho e quais elementos são considerados essenciais na reprodução da força de trabalho, compreendido a partir da materialização do salário.

À vista disso, essa pesquisa é uma continuação do plano de trabalho já citado anteriormente, uma vez que o enfoque no plano anterior consistiu na forma mercadoria como pressuposto para chegar à análise do salário. Sendo, nesse formato, uma precisão maior de análise e com objetivos mais delimitados, a fim de fomentar os resultados aqui apresentados.

A proposta de análise se insere em projeto de pesquisa cadastrado na plataforma Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, contando com bolsa docente de produtividade e bolsas discentes de iniciação científica.

Neste momento, se propõe apresentar os resultados a partir da pesquisa desenvolvida. Destaca-se como principal resultado a apreensão das determinações sociais, históricas e políticas do salário, analisando a constituição deste a partir das relações morais, econômicas e sociais postas dentro do modo de produção capitalista e como se explicitam as condições de vida que a classe trabalhadora a partir da remuneração da força de trabalho.

A metodologia adotada compreendeu a leitura e análise do livro I d'o Capital, buscando a captação dos aspectos sociais e econômicos das categorias centrais da obra, juntamente com a exposição de dados do contexto da classe trabalhadora brasileira para uma maior apreensão da análise realizada. A pesquisa se constituiu, portanto, em duas partes: 1) identificação das principais categorias que permeiam a questão investigada; e 2) análise da categoria salário a partir das determinações sócio-históricas e políticas, correlacionando com o contexto atual da classe trabalhadora brasileira e em relação a forma como essa reprodução se dá através das condições salariais dessa classe.

O presente estudo se dedica à análise do salário na sociedade capitalista, investigando sua formação, cálculo e os pressupostos que o fundamentam, especialmente no que tange à força de trabalho como mercadoria. Em um cenário de precarização da vida da classe trabalhadora e da crescente informalidade, esta pesquisa busca explorar as conexões entre as diversas categorias que envolvem o trabalho e o papel crucial do salário como principal meio de reprodução da classe trabalhadora no sistema de produção capitalista.

Metodologia

Diante do objetivo proposto, qual seja, a análise da categoria do salário, se buscou a aproximação e, por conseguinte, a apreensão da obra econômica *O capital*, de Marx, como já mencionado. Com base nisso, para a construção do encaminhamento metodológico foram realizadas reuniões de formação teórica, para a melhor compreensão da obra já citada, bem como para esclarecimentos do grupo a respeito de categorias e discussões atreladas ao tema central da pesquisa, Política Social e Reprodução da Força de trabalho.

A partir dos primeiros encontros do grupo de pesquisa, foi debatido sobre a história da economia política, bem como compreendendo também o legado da economia clássica, foi perceptível que as contribuições advindas dos estudos e análises de Marx se tornaram essenciais para a compreensão do surgimento do salário. Apesar de não ser o primeiro autor dentro da economia política clássica a tratar sobre esses conceitos, pois Adam Smith, por exemplo, que antecede Karl Marx, já anunciava essa discussão, Marx realiza uma análise mais precisa, sistemática e com a separação de categorias de análise as quais eram postas como equivalentes.

Portanto, é escolhida a sua principal obra, *O Capital*, como principal instrumento de realização desta pesquisa, pois o autor traz elementos fundamentais para a discussão, tratando da teoria do valor-trabalho e trazendo a diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o salário pago a eles, além de ser o principal teórico a tratar do mais-valor, elemento fundamental de análise para este relatório.

A abordagem metodológica fundamentou-se na leitura e análise dos escritos de Marx no livro I de *O Capital*. Assim, durante as leituras foram realizados fichamentos dos capítulos, relacionando as categorias com suas respectivas definições, além da escrita e análise das citações julgadas como fundamentais para impulsionar o entendimento do tema.

Aliado a isso, por se tratar de uma leitura densa e dificultosa, o grupo de pesquisa realizou encontros quinzenais para dialogar sobre a obra e facilitar o entendimento de algumas categorias e análises realizadas por Marx. Assim, a coordenação deste grupo ficou sob responsabilidade do docente da pesquisa, uma vez que possui acúmulo teórico sobre os escritos de Marx, o que possibilita uma apreensão maior da análise feita pelo autor em sua obra.

Ainda, pontuo as reuniões metodológicas semanais com o objetivo de acompanhamento do processo de pesquisa e análise, juntamente com a escrita e desenvolvimento de ideias, uma vez que este processo é extremamente pedagógico e torna-se necessário o apoio através de indicações e correções durante todo o andamento da iniciação científica.

Resultados e Discussões

Para retornarmos à discussão anterior, é válido apresentar inicialmente a categoria da mercadoria. Segundo Marx (2023. p. 113) “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar”. Assim, entende-se que não há como debater o que propomos aqui sem antes analisar a mercadoria como uma categoria fundamental e central na sociedade capitalista. Contudo, não debateremos

aqui sobre a categoria mercadoria de forma isolada, mas sim da mercadoria apelidada por Marx (2023) de mais especial dentro da sociedade capitalista, a força de trabalho.

Ainda, devemos pontuar algumas diferenças entre categorias, a exemplo do trabalho e força de trabalho, a primeira está ligada a atividade e a segunda na capacidade produtiva do ser humano, ela aparece na sociedade na forma de mercadoria. O valor do trabalho, portanto, está associado ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução, enquanto o seu preço está representado na forma do salário na sociedade.

A força de trabalho é uma potência produtiva exclusivamente humana, é a própria capacidade de trabalho. Logo, dentro da economia capitalista, onde a mercadoria domina todas as relações sociais, a força de trabalho torna-se mercadoria que se vende e se compra para produzir outras mercadorias.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (Marx, 2023, p. 242).

Marx (2023) entende essa capacidade produtiva como mais especial por ser a única capaz de gerar um mais-valor – não por ser natural da sua capacidade de produção, mas por estar inserida em uma relação de troca e de produção de mercadorias –, uma vez que o preço equivalente a compra dessa força de trabalho não será, necessariamente, o mesmo valor produzido a partir da realização do trabalho dentro de um processo produtivo de mercadorias. No contexto da teoria marxista apresentada em *O Capital*, o mais-valor é gerado pelo trabalho excedente, ou seja, pelo tempo em que o trabalhador continua produzindo além do período necessário para reportar o valor equivalente à sua força de trabalho. Esse tempo adicional constitui a essência da exploração no modo de produção capitalista, sendo o fundamento da acumulação de capital.

O valor de uma força de trabalho não advém do valor criado no processo de trabalho em que esta força está empregada. O trabalho é a realização material e produtiva da força de trabalho. No tocante à definição, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral (Marx, 2023), sendo medido por necessidades naturais, como a alimentação, moradia, vestimenta, etc, que garantam a perpetuação dos trabalhadores e seus descendentes dentro da sociedade.

Para Marx, a jornada de trabalho é dividida em dois momentos: tempo de trabalho necessário e de trabalho excedente. A parte que compreende a produção de riqueza diretamente proporcional ao seu salário chamamos de trabalho necessário, já a outra parte da jornada é destinada a produzir riquezas em formas de mais-produto, as quais vão além do custo individual do trabalhador, trabalho excedente. Importante destacar que o processo de trabalho, que é o próprio processo de valorização, ocorre em toda a jornada de produção das mercadorias, a divisão trata-se de trabalho e mais-trabalho, produto e mais-produto. Nesse sentido, interessa aos capitalistas o aumento do trabalho excedente para a produção aguda de riqueza.

Como resultado, ocorre a redução do custo das mercadorias – o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. A partir do aumento da produtividade, impulsionado por avanços tecnológicos, melhorias na organização do trabalho e maquinarias, o tempo necessário para produzir uma mercadoria diminui, resultando em uma queda em seu valor – e, simultaneamente, a diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho.

O valor da força de trabalho é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produção dos meios de subsistência, à medida que os padrões de vida e

valores sociais mudam, o que é considerado necessário para a manutenção da força de trabalho sofre influência dessas alterações. Sob essa perspectiva, o valor da força de trabalho não é apenas uma questão de subsistência biológica, mas também um produto de normas sociais e culturais historicamente construídas.

Considera-se importante assinalar ainda que os fatores históricos perpassam, também, a determinação dos limites da jornada de trabalho. Ao tratar de formas de exploração da classe trabalhadora, Marx (2023) debate alguns conceitos como o mais-valor relativo, sendo o produto da redução do tempo de trabalho necessário e o respectivo aumento do tempo de trabalho excedente. Nesse sentido, os valores das mercadorias produzidas passam por um processo de barateamento, considerando a diminuição do tempo necessário à produção e o aumento de maquinarias poupadoras de trabalho vivo – elemento ativo que se une ao trabalho morto para dar vida a novas mercadorias, que, por sua vez, é o trabalho passado que já foi materializado nos meios de produção, como máquinas, ferramentas e matérias-primas – no processo produtivo, e por sua vez, diminuindo também a remuneração dos trabalhadores. Essa relação de diminuição acontece, somente, se a redução do tempo necessário para a produção de mercadorias for voltada ao consumo dos trabalhadores.

Por esta razão, o capital possui um impulso imanente para expandir e fortalecer forças produtivas, visando aumentar a produtividade social do trabalho, uma vez que o capital é uma relação social em constante movimento, sendo impulsionada por uma lógica interna de expansão, com o objetivo de aumentar a produtividade social do trabalho.

Nesse sentido, Marx (2023) considera a força de trabalho como uma mercadoria, cujo valor é determinado pelos meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho. Quando a produtividade na produção de bens de consumo aumenta, o valor desses bens diminui, reduzindo os custos de reprodução da força de trabalho. Essa redução permite que o capitalista aumente o mais-valor relativo, extraindo mais trabalho excedente do trabalhador, mesmo mantendo o salário nominal, sendo o valor expresso em termos de moeda, desconsiderando o poder de compra.

No que tange aos elementos morais como fatores determinantes desse valor, os padrões de dignidade humana ditam o que constitui uma existência aceitável, moldadas por normas éticas e morais historicamente condicionadas. Essas normas são profundamente enraizadas nas tradições e valores de cada sociedade. Enquanto um determinado país pode apresentar um salário que garanta apenas necessidades básicas de alimentação e moradia, em outros países pode ser incluído o acesso à saúde, educação, lazer e outros bens e serviços considerados fundamentais para a reprodução da força de trabalho. Estas diferenças refletem as variações nas normas culturais, bem como as lutas históricas dos trabalhadores por melhores condições de vida. As determinações econômicas, por sua vez, perpassam pelo custo de vida do trabalhador, considerando a reprodução e produção e, principalmente, por relações econômicas e políticas internacionais, marcadas por imperialismo.

Assinalamos, aqui, a importância dessas variações, uma vez que revelam como o capitalismo se adapta e se molda às diferentes realidades sociais e culturais. A determinação do valor da força de trabalho não é um processo puramente econômico, mas também um campo de batalha ideológico, onde as normas culturais e os valores sociais desempenham um papel fundamental na definição de um salário apropriado. Apesar dessas nuances, a determinação central é o valor da força de trabalho, uma vez que é determinada através do tempo de trabalho socialmente necessário.

Para seguirmos a discussão, é importante colocar em debate a categoria do salário, o principal objeto de análise desta pesquisa. Trata-se, portanto, da soma em dinheiro que o

capitalista paga em razão da compra temporária da mercadoria força de trabalho para que ela se reproduza na sociedade. Em vista disso, o salário é determinado por alguns fatores que iremos debater a seguir.

Na discussão feita por Marx (2023), é apontado que o salário não é determinado simplesmente por leis naturais do mercado, como oferta e procura, mas perpassa por fatores sociais e políticos que surgem a partir da luta de classes.

Um importante elemento que necessita ser citado dentro dessa argumentação é a jornada de trabalho. Para os capitalistas, o prolongamento da jornada de trabalho amplia a escala de produção, consequentemente no aumento do mais-valor. Em contrapartida, para os trabalhadores, significa uma intensificação ou extensão do sobretrabalho.

A intensidade cada vez maior do trabalho supõe um dispêndio aumentado de trabalho no mesmo espaço de tempo. A jornada de trabalho mais intensiva se incorpora em mais produtos do que a jornada menos intensiva de igual número de horas (Marx, 2023, p. 591).

As determinações políticas e econômicas dos salários atravessam, principalmente, a organização dos trabalhadores em sindicatos, movimentos políticos e greves, uma vez que lutam por melhores condições salariais e trabalhistas, em contrapartida da busca incansável da burguesia para maximizar e proteger o mais-valor.

Com isso posto, a definição da jornada de trabalho revela um conflito fundamental: o capitalista busca maximizar o uso da força de trabalho adquirida, enquanto o trabalhador, como vendedor da sua força de trabalho, defende seus limites. Ambos os lados encontram respaldo na lei de troca de mercadorias – tanto o capitalista quanto o trabalhador têm argumentos justificados pelas regras do livre mercado e da propriedade privada. No entanto, diante de direitos equivalentes, a decisão final recai sobre a força, evidenciando a tensão inerente à relação capital-trabalho.

O salário, nesse contexto, reflete o custo necessário para manter a força de trabalho reprodutível e subordinada às necessidades do capital. Marx (2023) argumenta que, embora o salário possa ser influenciado por fatores como leis trabalhistas ou negociações coletivas, ele sempre estará sujeito às condições impostas pelos capitalistas.

O Estado, como mediador da luta de classes dentro da sociedade capitalista, embora responda aos interesses burgueses, também responde a alguns interesses da classe trabalhadora, entre eles, uma jornada minimamente digna de trabalho, que garanta uma boa qualidade de vida e tempo de qualidade para outras atividades da vida cotidiana, da perspectiva do capitalista o trabalhador não é mais do que tempo de trabalho personificado. Visto isso, o único interesse real dessa classe é o aumento da produtividade, podendo ser por uma jornada de trabalho mais longa ou não. A burguesia requer e usa a força do Estado para regular o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor.

O Estado, influenciado por essas disputas, pode intervir na jornada de trabalho e nas condições laborais, refletindo o equilíbrio momentâneo das forças entre as classes. Incidindo, também, na remuneração da classe trabalhadora, a partir do estabelecimento do salário mínimo. Dessa forma, o salário não é apenas uma questão econômica, mas um resultado das relações de poder dentro da sociedade capitalista. A jornada de trabalho extingue todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e excedente, todo trabalho aparece como pago, mesmo que na concretude não se apresente assim.

Não há uma divisão visível entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. A transação no mercado de trabalho parece como contrato de compra e venda

comum, onde a força de trabalho é trocada por um salário, obscurecendo a exploração subjacente. Esse obscurecimento é reforçado pelo fetichismo da mercadoria, que faz com que as relações sociais de produção apareçam como meras relações entre coisas.

Além das determinações políticas citadas, há também determinações sociais, a incidência do exército industrial de reserva – uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (Marx, 2023, p. 705).

O exército industrial de reserva é uma consequência lógica da acumulação capitalista (Marx, 2023). Sua existência serve como um mecanismo de pressão sobre os salários, intensificando a concorrência entre trabalhadores, já que há um contingente de desempregados. E, atua como uma reserva de força de trabalho, fornecendo a flexibilidade necessária para o capital expandir a produção rapidamente em períodos de crescimento econômico.

À vista disso, o investimento crescente em capital constante em relação ao capital variável aumenta a produtividade, mas inevitavelmente torna parte dos trabalhadores sem emprego. Esse processo cria e alimenta o exército industrial de reserva, que intensifica a concorrência entre os trabalhadores, servindo como uma arma para pressionar os salários para baixo e impor condições de trabalho precárias, garantindo assim a maximização dos lucros.

À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural, enquanto cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores (Marx, 2023, p. 710 e 711).

Nesse ínterim, os movimentos gerais do salário são regulados, também, pela expansão e contração desse exército, o qual se regem pela alternância periódica do ciclo industrial. Marx (2023) argumenta que o sistema capitalista, ao buscar incessantemente o lucro, gera um excesso de mercadorias que não podem ser vendidas a preços lucrativos devido à limitação do poder de compra da classe trabalhadora. Isso leva a crises periódicas de superprodução e superacumulação, que resultam em falências, desemprego e estagnação econômica. Após uma crise, o sistema se ajusta e o ciclo recomeça com uma nova fase de crescimento até que outra crise ocorra.

Analisando a discussão, o salário não representa apenas os custos de reprodução necessários para a perpetuação de uma classe trabalhadora, mas representa, sobretudo, resultados de disputas políticas e conquistas, mesmo que simbólicas, para a classe de trabalhadores, a exemplo do salário mínimo.

Refletimos sobre essa perspectiva de forma crítica, pontuando que essa conquista não é a finalidade das disputas socioeconômicas sociais, mas um meio para a classe trabalhadora de não sucumbir. É considerável expor que, enquanto trabalho baseado em Marx, reafirmamos que não há aqui, uma defesa direta do salário, pois pressupomos este como uma legitimação da exploração dos trabalhadores, mas consideramos um espaço importante de disputas a fim de melhorar as condições de vida e de reprodução da classe trabalhadora.

O salário mostra-se cada vez mais insuficiente para garantir uma reprodução e perpetuação íntegra dos trabalhadores, como poderemos ver mais a frente. Marx (2023) aponta, em sua obra, que o limite último, interpretado aqui como o salário mínimo, é responsável por garantir apenas o essencial à vida humana.

O limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma quantidade de mercadorias cujo fornecimento diário é imprescindível para que o portador da força de trabalho, o homem, possa renovar seu processo de vida; tal limite é constituído, portanto, pelo valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho é reduzido a esse mínimo, ele cai abaixo de seu valor, pois, em tais circunstâncias, a força de trabalho só pode se manter e se desenvolver de forma precária (Marx, 2023, p. 247).

Em consonância a isso, o Estado, atuando como mediador, em tentativa de reduzir a precarização da classe trabalhadora, implanta as políticas sociais como um meio de participação na renda dessa classe, ao prover serviços, o Estado assume parte dos custos que seriam necessários para a reprodução da força de trabalho e através dos programas de transferência de renda contribuem diretamente nos rendimentos familiares, a exemplo do Programa Bolsa Família.

Ainda assim, a classe trabalhadora brasileira enfrenta vulnerabilidades extremas, uma vez que o salário mínimo brasileiro nominal – valor monetário – difere do salário real, poder de compra. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos, o salário mínimo necessário em julho de 2024 para uma reprodução digna seria de R\$6.802,88, ao passo que o salário real está R\$ 1.412,00 (DIEESE, 2024). A realidade brasileira demonstra que o valor da força de trabalho está drasticamente abaixo do necessário para uma vida digna, levando à vulnerabilidade extrema e à dificuldade em suprir necessidades básicas. Essa disparidade evidencia a falha do sistema capitalista em garantir a reprodução da força de trabalho através do salário, expondo a exploração inerente à relação capital-trabalho.

A partir dessa diferença e da precarização da classe trabalhadora brasileira, as políticas de transferência de renda estão se tornando cada vez mais requisitadas, seja por famílias, classe dos desempregados e até mesmo por pessoas as quais possuem vínculo formal. Consoante o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome, 13,4 milhões dos beneficiários do Bolsa Família estão empregados (Brasil, 2024).

Sob a perspectiva marxista, essas políticas podem ser interpretadas como uma forma do Estado intervir para garantir a reprodução da força de trabalho, permitindo que o capitalista continue a explorar o trabalhador, pagando salários abaixo do necessário – as políticas sociais são interpretadas como um sofisticado mecanismo para garantir a reprodução da força de trabalho. Essa intervenção estatal, ao assegurar as condições mínimas de sobrevivência e qualificação do trabalhador, permite que o sistema capitalista perpetue a exploração, mantendo os salários em níveis que não refletem o valor total produzido pelo trabalho.

Dessa forma, apesar do vínculo formal ser a principal fonte de renda de muitos brasileiros, apenas o salário mínimo não é suficiente para manter uma boa qualidade de vida, mas está cada vez mais próximo de níveis precários de reprodução. Diante disso,

O salário, como contraprestação do trabalho, nunca será suficiente para garantir uma reprodução social plena e saudável, pois está atrelado à lógica do lucro, que se sustenta na exploração do trabalho. A pobreza e a desigualdade são, portanto, consequências estruturais do próprio sistema capitalista (Netto, 2009, p. 178).

Considerando o exposto, o salário perpassa por inúmeras dialéticas, sejam elas sociais, políticas, morais e culturais. Assim, é importante assinalar que a categoria do salário, para Marx, não é apenas uma quantia paga em razão da realização do trabalho para a perpetuação da classe trabalhadora, mas também apresenta-se como uma disputa histórica

política da classe trabalhadora para com a sua própria existência, lutando por garantias básicas de subsistência e perpetuação dos seus.

Conclusão

Considerando a exposição apresentada, é importante pontuar o acúmulo teórico como um resultado importante do processo de pesquisa, principalmente uma vez que o objeto de estudo está diretamente ligado à intervenção do Serviço Social. Nesse ínterim, será de extrema importância para a minha formação enquanto discente, pois a iniciação científica proporciona uma formação ímpar no quesito pesquisadora, e enquanto futura Assistente Social.

Além disso, tratando-se de uma pesquisa que toma Marx como referência, se faz necessário pontuar que não há como entender as questões sociais que atravessam a classe trabalhadora sem antes compreender as próprias relações de produção dentro da sociedade vigente, qual seja a capitalista. Portanto, pressupomos, antes da análise da questão social, as relações sociais regidas por um regime onde a mercadoria é central e, desse modo, todas as outras relações se sustentam a partir disso. Assim, essa discussão, apesar de não ser central dentro do Serviço Social, é extremamente relevante, especialmente falando sobre trabalho, visto que trata-se indiretamente do objeto de trabalho dos/as assistentes sociais, a própria questão social.

Junto a isso, a discussão sobre o trabalho de Karl Marx continua relevante na contemporaneidade, especialmente no que se refere às políticas sociais e à análise das estruturas econômicas e sociais. A partir da leitura e análise do que propõe o autor, podemos refletir sobre as estruturas das classes sociais, compreendendo as desigualdades sociais e econômicas, fundamentais para a formulação de políticas que buscam reduzir tais disparidades e a valorização do trabalho, destacando a importância do trabalho na geração de riquezas, questionando a exploração do trabalho humano no sistema capitalista. Isso influencia políticas que promovem direitos trabalhistas, salários dignos e condições de trabalho seguras e justas.

Contudo, deve ser pontuado a dificuldade de estudar a obra “O Capital”, uma vez que não basta apenas analisar a categoria salário como algo isolado, mas sim a partir da relação dela com as outras categorias e relações postas pelo autor na discussão, a exemplo do valor, mais valia, jornada de trabalho e etc. Ainda, a leitura é densa e de difícil compreensão, por ser um trabalho escrito em 1880, sendo a obra original de 1867, torna-se mais desafiador por apresentar uma análise densa e de difícil apreensão.

Apesar disso, Marx apresenta uma análise perspicaz e assertiva sobre o papel do salário na sociedade capitalista, esta análise não apenas ressoa historicamente, mas também mantém sua relevância contemporânea ao explicar as dinâmicas de exploração e alienação que permeiam as relações de trabalho capitalistas.

Referências

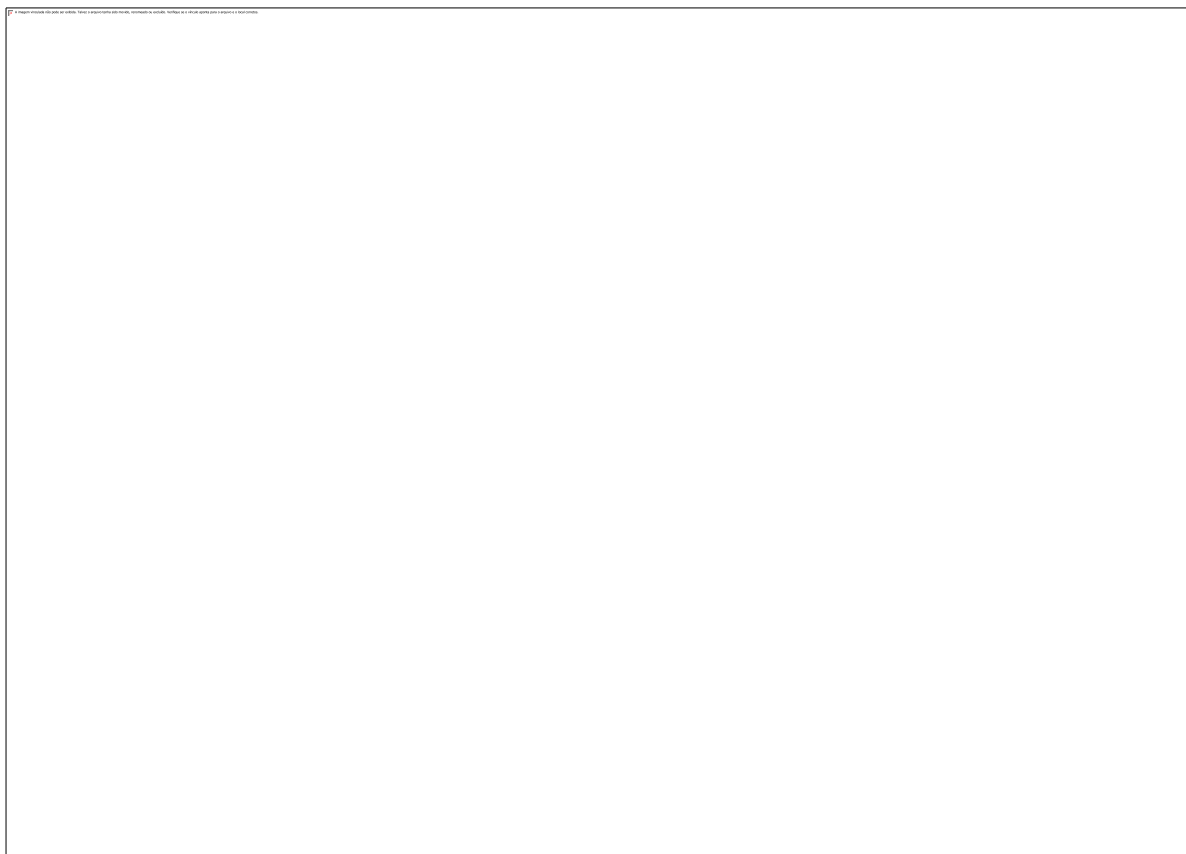
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Análise cesta básica - Salário mínimo nominal e necessário - janeiro/2025. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 11/03/25.

BRASIL. Inscritos no Bolsa Família não são descontados nos resultados de emprego. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contrafake/noticias/2024/12/inscritos-no-bolsa-familia-nao-sao-descontados-nos-resultados-de-emprego#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Minist%C3%A9rio,do%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20est%C3%A3o%20empregados>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: O processo de produção do capital. 3. ed. ampliada. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2023.

NETTO, José Paulo. A questão social no Brasil: análises e reflexões críticas. São Paulo: Cortez, 2009.

Anexos



não há

CÓDIGO: HS0058

AUTOR: JOSILEIDE BORGES DA SILVA

ORIENTADOR: DANIELA NEVES DE SOUSA

TÍTULO: O trabalho formal no Brasil e no RN: dados sobre os postos de trabalho entre 2024 e 2025.

Resumo

Partindo do pressuposto de que o trabalho é central na vida cotidiana, este relatório propõe uma investigação crítica sobre a precarização do trabalho formal no Brasil, com foco no Rio Grande do Norte. Com o avanço das tecnologias e plataformas como Uber e 99, a ideia de que o vínculo formal garante estabilidade financeira e direitos assegurados está enfraquecida. A realidade mostra que empregos regidos pela CLT enfrentam instabilidade, baixos salários e insegurança quanto ao futuro. Essa transformação resulta de um modelo de acumulação que prioriza o lucro em detrimento da vida e aprofunda desigualdades históricas. É essencial analisar como os impactos da precarização se diferenciam a partir de indicadores como raça, gênero e classe. Este estudo pretende promover uma reflexão sobre o valor do trabalho humano e a urgência de repensar um modelo que naturaliza a desigualdade. Lutar por trabalho digno é lutar pela dignidade humana.

Palavras-chave: trabalho; precarização; divisão sexual do trabalho e raça.

TITLE: Formal work in Brazil and Rio Grande do Norte: monitoring data on jobs between 2024 and 2025

Abstract

Based on the premise that work is central to daily life, this report proposes a critical investigation into the precariousness of formal employment in Brazil, focusing on Rio Grande do Norte. With the advancement of technologies and platforms like Uber and 99, the idea that formal employment guarantees financial stability and guaranteed rights is weakening. The reality shows that jobs governed by the CLT face instability, low wages, and insecurity about the future. This transformation results from a model of accumulation that prioritizes profit over life and deepens historical inequalities. It is essential to analyze how the impacts of precariousness differ based on indicators such as race, gender, and class. This study aims to promote reflection on the value of human

labor and the urgency of rethinking a model that naturalizes inequality. Fighting for decent work is fighting for human dignity.

Keywords: work; precarization; sexual division of labor and race.

Introdução

Em primeiro plano, o mercado de trabalho no Brasil é apontado com a correlação de forças entre trabalho formal x trabalho informal e que nos revela as contradições do nosso modelo socioeconômico. Em 2024 e 2025, mesmo com o aumento de empregos formais, a informalidade continua sendo uma realidade para o Estado do Rio Grande do Norte, e isso não é por acaso. A economia do RN ainda é voltada para os trabalhos de baixa produtividade, o que acaba dificultando a criação de empregos de fato dignos, com estabilidade, bons salários e direitos garantidos. Quem mora no interior sente isso ainda mais na pele, pois a falta de oportunidades os empurra involuntariamente para as ofertas que lhes aparecem, como os bicos e trabalhos sem nenhum tipo de proteção. Em outras palavras, para compreendermos verdadeiramente esse cenário, não dá para olhar só o que nos convém como necessário e urgente. É preciso também considerar como as desigualdades de classe, raça e gênero continuam influenciando quem consegue ou não acessar o trabalho formal e de qualidade. Porque o sistema capitalista consegue explorar a classe trabalhadora tanto dentro quanto fora do trabalho formal/remunerado. Marx (2013), afirma que o trabalho assalariado é uma forma de alienação, porque o trabalhador vende sua força de trabalho para enriquecer quem já tem tudo, enquanto continua preso numa lógica que o cansa, o adocece e o torna descartável. Essa relação não some com o trabalho remunerado/formal, ao contrário, ela tenta se esconder sob o que chamamos de trabalho estável, mas de maneira que a desigualdade estrutural decorrente do modelo monopolista se mantenha. Nos termos de Harvey (2011), o capitalismo promove um crescimento seletivo do emprego formal, com base nas necessidades de acumulação de capital e na concentração das oportunidades econômicas e de seus interesses relacionados. Isso significa que postos de trabalho formal tendem a se concentrar em específicas regiões, enquanto outras áreas são deixadas à margem do desenvolvimento e aqui entra o interior do Estado, onde as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores locais para se inserir no mercado formal é acentuado pelo agravamento das desigualdades sociais e econômicas fazendo com que inclusive essas pessoas saiam de suas casas para Natal (capital do RN) a procura de uma melhora de vida e/ou mínima dignidade. Desse modo, o recorte de raça e gênero é fundamental para compreender essa realidade, pois esses indicadores atravessam as condições de acesso ao trabalho formal. O grupo social das mulheres, por exemplo, é aquele que mais lida com essa problemática para conseguir emprego estável e bem remunerado, e que é justamente resultado da interseccionalidade das opressões que sofrem sistematicamente. Esta pesquisa de iniciação científica é a continuidade de outros projetos de pesquisa realizados em anos anteriores, sob a orientação da professora Daniela Neves, e que tem como objetivo analisar/monitorar o comportamento do trabalho formal no Brasil e no Rio Grande do Norte para os anos de 2024 e 2025, com ênfase para os

distintos postos de trabalho e os impactos das desigualdades de raça e gênero nesse processo. A pesquisa, por sua vez, utilizou-se de uma análise exploratória, com base em dados, de caráter bibliográfico, almejando interpretar para além dos números impostos, como isso se revelou em relação a essa parcela de pessoas, com recorte para as mulheres negras. Por isso, afirmo que a intenção aqui foi contribuir para uma reflexão sobre os desafios que persistem no mundo do trabalho e consequentemente, também apontar caminhos para a redução das desigualdades estruturais que ainda permeiam a realidade brasileira e a do Estado do RN. Em síntese, esse relatório está estruturado em 4 partes, contando com essa introdução: a segunda parte aborda a metodologia adotada, apresentando o tipo de pesquisa e os instrumentos de análise dos dados obtidos; um outro item sobre os resultados e discussões; e a última traz a conclusão.

Metodologia

Este estudo buscou identificar as tendências e possíveis similaridades na produção científica relacionada ao trabalho formal no Brasil e no RN. Os levantamentos desta pesquisa tiveram como fonte de dados a PNADc (IBGE), CAGED, DIEESE, artigos científicos e literatura documental. Com um levantamento realizado anteriormente, foi possível visualizar o termo “trabalho” entre suas palavras-chave. Posteriormente esta pesquisa foi refinada a partir da identificação das categorias do significado do trabalho, mercado e postos de trabalho, o desemprego/desalento no país e suas transformações/imbricações com recorte de raça e gênero. Foi-se utilizado para a investigação assertiva, uma análise qualitativa da revisão bibliográfica desenvolvida para este estudo. Foram selecionados, a partir dessa busca, 8 artigos, nas edições dos seguintes periódicos: Revista Katálisis, DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). Para além disso, recorri à produção de Daniela Neves, Karl Marx, José Paulo Netto, Mészáros, Iamamoto, David Harvey, Ricardo Antunes, Coutinho e Angela Davis, para a análise de conteúdo e arcabouço teórico a fim de estruturar meus argumentos, definida como um conjunto de análises ao tema proposto. Nesse sentido, vale ressaltar que não utilizei, neste artigo, todas as etapas do método da análise de conteúdo, concentrando-se na aplicação da técnica descrita por Bardin (2004) sob a designação de análise temática ou análise categórica. Tal técnica consiste na decomposição de textos em unidades e depois classificação por reagrupamento. Este estudo foi produzido em três etapas de execução: i) análise prévia, que consiste na organização do material, operacionalização e sistematização, escolha dos documentos, formulação de hipóteses, objetivos; ii) análise exploratória, que consiste basicamente em classificações; iii) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, bem como na tabulação e aplicação de técnicas descritivas de análise.

Resultados e Discussões

É pertinente entender o cerne da categoria trabalho para que seja possível analisar a sua função na sociedade capitalista. Desse modo, entende-se que o trabalho humano, para além de uma atividade histórica, é um complexo social multideterminado. Nesse viés, Coutinho (2009) salienta que quando falamos de trabalho nos referimos a uma atividade humana, individual ou coletiva, social, complexa, dinâmica e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva (racional), consciente, estratégica, instrumental e moral.

Desse modo, cabe dizer que há uma intrínseca relação entre o sentido do trabalho com o sentido da vida. Ou seja, em uma sociedade na qual a realização do trabalho, por meio da venda da força de trabalho, torna-se a mediação central para reprodução da vida, o trabalho passa a ser, mesmo que alienante, uma estrutura que imprime sentido à vida. Considerando isso, para que haja uma vida dotada de sentido é necessário que o indivíduo também encontre realização no trabalho. Isto é, a busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho permite explorar as diversas conexões existentes entre trabalho e liberdade (Antunes, 2000). Quando se analisa a realidade do chamado mundo de trabalho, o que se observa, na atualidade, é um universo na qual o trabalho precário e sem liberdade se expande.

Partindo dessa realidade, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) de abril de 2025 possuem números que nos chamam bastante atenção, pois afirmam que o Brasil alcançou, pela primeira vez, 48 milhões de vínculos formais e criou 257,5 mil novas vagas com carteira assinado. Esse seria, segundo o governo federal, o melhor resultado para o mês de abril em todo o período histórico já registrado. Em razão disso, no RN também tem um saldo positivo, marcando 2.927 postos de trabalhos formais a mais só em abril, e 31,6 mil ao longo dos últimos 12 meses. Cabe realizar-se um questionamento: que tipo de emprego cresceu e sob quais condições? Pois quando se observa criticamente essa realidade, percebe-se que 70% dessas vagas, aqui no estado do RN, foram ocupadas por mulheres, em sua maioria jovens de 18 a 24 anos, com ensino médio completo. Isto é, justamente o perfil que está imersa na precarização latente, como nos setores de serviços e comércio, postos de trabalho com longas jornadas de trabalho (geralmente escalas 6x1) e os salários mais baixos. Assim, o trabalho formal cresce, mas continua sendo atravessado por desigualdades de gênero, de raça e de território.

A maior parte das vagas segue concentrada na capital Natal, com 75,8%. O que mostra o quanto o desenvolvimento ainda ignora o interior do estado e a massa de pessoas que necessitam de emprego com algum direito. Enquanto isso, setores da agropecuária seguem perdendo postos: foram 623 a menos. No lastro da precarização, o exercício de análise crítica contante é entender como crescem os números de trabalho formal? Para quem se destinam essas vagas, e com quais relações e condições de trabalho e renda?

Nessa diretriz, analisou-se também alguns dados do 1º trimestre de 2025 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – contínua (PNADc), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual evidencia um

contexto de desigualdades estruturais no mundo do trabalho no Brasil, em especial quando observamos o recorte da região Nordeste, e particularmente o Estado do RN.

Ao mesmo tempo que se apresenta uma taxa nacional de desocupação de 7,0%, a chamada “taxa composta de subutilização da força de trabalho” alcança 15,9% no Nordeste, mostrando um fato que vai para além da ausência de oportunidades de emprego, ou seja, trata-se de uma precarização estrutural do trabalho, ancorada na lógica de um sistema econômico capitalista desigual e combinado regionalmente.

Particularmente no Nordeste, os índices de subutilização da força de trabalho são altos e demonstram que os estados nordestinos lideram os rankings de desocupação e subocupação da força de trabalho. Dados mais específicos mostram que o estado do Piauí (PI), por exemplo, apresentou uma taxa de subutilização da força de trabalho de 34%, seguido da Bahia (BA) e Alagoas (AL), ambos com 27,5%. Tais dados reforçam, por sua vez, o lugar estrutural que a região nordeste do país ocupa na divisão social e territorial do trabalho, que historicamente tem uma super desvalorização do preço da força de trabalho, e um grande contingente de segmentos que compõem o exército industrial de reserva (relegado à condição de força de trabalho barata e descartável/rotativa).

Analisando ainda dados do IBGE, sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), verifica-se que a condição de trabalho das mulheres continua produto de mais precarização, em comparação aos homens. Verifica-se que são as mulheres que desenvolvem o maior número de atividades de trabalho no mercado informal e recebem, em média, 40% a menos do que os homens, por mais que elas façam as mesmas atribuições.

Com base nesse levantamento, é oportuno articular os dados da PNADc (IBGE) e do DIEESE (2025) com a leitura crítica da realidade, para compreender que o que está em evidência não é meramente um problema do ser individualizado e naturalizado, como o discurso liberal e conservador afirma. Porque o que se vê e se vive diariamente é justamente a intensificação da lógica de expropriação e exploração que estrutura o modo de produção capitalista. Como argumenta Iamamoto (2007), o trabalho é uma mediação fundante na construção da sociabilidade, mas sua forma histórica no capitalismo é contraditória, pois ao mesmo tempo que humaniza, aliena, ao mesmo tempo que emancipa, também o submete.

Tratando novamente sobre o trabalho formal, o que se observa é a disparidade entre trabalhadores/as com direitos/estabilidade e uma massa crescente de trabalhadores/as que ficam na instabilidade entre a informalidade e/ou a intermitência. Quando se consegue um contrato via CLT, esse tem sido acompanhado por pouca duração no vínculo, com alta rotatividade, baixos salários e desproteção sindical (ou pouca movimentação sindical da categoria). Isso é mais evidente quando se observa o trabalho doméstico, realizado

majoritariamente por mulheres negras e periféricas, onde predominam uma baixa taxa de formalização.

No estado do RN, por mais que não tenha desagregação específica na PNAD, os dados regionais permitem concluir uma realidade similar à de estados como AL e PI, com taxas de desocupação e força de trabalho potencial superiores a 20%. Tais números indicam não apenas a exclusão direta de parte da população do mercado de trabalho, mas também a existência de uma parcela significativa de pessoas, sobretudo mulheres, que sequer buscam emprego por saberem que não há uma vaga de qualidade, segura, bem como compatível com suas responsabilidades sociais (como o cuidado com filhos e/ou idosos). Esse grupo compõe a chamada “força de trabalho potencial” ou “população desalentada”.

Sendo assim, o diálogo sobre o trabalho formal no Brasil, com recorte para o RN, precisa não somente de uma análise quantitativa, mas crítica das condições estruturais que determinam quem trabalha, onde, como e em que condições. Por isso, é indiscutível afirmar que as desigualdades de raça, sexo/gênero e classe não são por acaso, do destino, ou naturais, mas estruturantes da organização do trabalho no capitalismo periférico brasileiro. Como destaca Netto (2009), o trabalho é central na constituição da vida social, e a luta por sua dignidade e universalização é, ao mesmo tempo, luta por uma nova ordem social, baseada na solidariedade, na igualdade e na justiça.

Logo, por mais que a taxa de desocupação do país esteja marcando 7%, a porcentagem de subutilização da força de trabalho chega a 15,9% (quase o dobro). Aliás, dados do IBGE (2024) revelam que as mulheres acumulam, em média, 22 horas semanais de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado (quase o dobro do tempo gasto pelos homens) e mesmo assim, são elas que mais enfrentam dificuldades para se manter em postos de trabalho formal.

Essas informações afirmam como a precarização do trabalho tem impactos também subjetivos. A saber, a mulher negra, que já lida com a insegurança econômica e o racismo estrutural, ainda é forçada a acreditar que tudo depende dela (culpabilização do indivíduo). Que se ela não conseguiu um emprego bom/bem remunerado, é porque não se esforçou o suficiente, não estudou o suficiente e que é uma questão de “querer”. A lógica neoliberal, ao responsabilizar o indivíduo, acaba por colocar a culpa para quem menos tem culpa e mais sofre com o sistema.

Para exemplificar, ao analisar o trabalho doméstico mediado pelas redes sociais, no qual as mulheres, especialmente negras, têm usado as redes para oferecer serviços via aplicativos, o que pode parecer autonomia, facilidade no trato e distribuição de horas trabalhadas e o local de trabalho são formas atualizadas de exploração e precarização. O discurso do “eu sou meu próprio patrão e trabalho quando quero”, que na prática, é mais uma forma de precarização disfarçada que essas mulheres têm que se autopromover, inclusive competir com outras mulheres, aceitar qualquer pagamento (por meio de negociação) e ainda manter uma boa imagem nos aplicativos, tudo isso sem contrato, sem direitos trabalhistas, sem proteção nenhuma. O que está sendo vendido como

“flexibilidade” e “liberdade de escolha” nessas plataformas e discussões na internet é na verdade mais uma forma de exploração, onde o capital só utilizou outra forma de se apresentar.

Para além do que foi mencionado, outro dado que reforça esse cenário é o percentual de mulheres negras que atuam em tempo parcial por conta das tarefas do cuidado (seja do lar, de parentes etc.). Chega, em média, a atingir cerca de 30,9%, e quando há criança pequena em casa, a taxa de ocupação cai ainda mais, ou seja, apenas 51,7% estão empregadas, enquanto entre os homens essa taxa passa de 87%. Isto significa que elas trabalham mais no total, somando o remunerado e o não remunerado, e ainda recebem bem menos que os homens. Mostrando, nesse sentido, como a desigualdade se organiza e se orienta.

Tais elementos nos ajudam a compreender com louvor o que Mészáros (2002) já afirmava, ou seja, o capital não precisa incluir todos no mercado de trabalho formal, só necessita de uma parcela minimamente empregada e produtiva. O resto, e aqui quero dar o recorte para as mulheres negras, essas sim, o capital as coloca para serem empurradas para a informalidade ou para o exército industrial de reserva da força de trabalho, que só é mobilizada quando convém e servindo unicamente as necessidades do modelo econômico capitalista.

Nessa conjuntura, os dados do DIEESE (2025) escancaram o quanto o trabalho doméstico ainda é desvalorizado no Brasil. Mesmo sendo fundamental para manter a vida funcionando, continua mal pago, invisível e tratado como algo de menor valor, ou seja, é inferiorizado. No fim de 2024, 93,5% das pessoas concentradas na categoria do trabalho de cuidado eram mulheres, e 68,5% delas se declararam negras/pardas. Isso mostra como o racismo, o machismo e a desigualdade de classe se misturam para manter essas mulheres nos empregos mais precarizados, como se esse lugar já fosse “natural” para elas.

Isso, por si só, já escancara como o racismo e o machismo estruturam o mercado de trabalho no Brasil. E não é à toa que essas mulheres estão concentradas justamente nas funções mais precarizadas e menos valorizadas, como serviços gerais domésticos (ASG) e o trabalho de babá. Esses são os chamados “trabalhos invisíveis”, que ninguém valoriza, mas que sustentam a vida de muita gente — principalmente das famílias brancas de classe média.

Já quando observamos os percentuais do salário, cabe mencionar que a média de renda mensal dessas mulheres negras não passa de R\$ 1.160,00, ou seja, nem chega ao valor do salário mínimo do ano de 2025 (R\$ 1.518,00). Enquanto isso, homens brancos que atuam no mesmo setor ganham mais de R\$ 1.700,00. Posto isto, não tem como dizer que a desigualdade é explícita, mas continuam usando desculpas do tipo “é só uma ajudinha”, “melhor que nada” ou “pelo menos tá trabalhando” como se o trabalho dessas mulheres fosse algo menor, algo que não precisa de reconhecimento nem de direitos.

No fundo, o que acontece é que o sistema segue explorando as mulheres negras com base na ideia de que elas “aguentam tudo”, que “já estão acostumadas” ou

que "é isso mesmo". Mas não é. Isso só mostra o quanto nossa sociedade é estruturada para manter as mulheres negras na base da pirâmide, sustentando tudo e sendo constantemente descartadas. A precariedade não é acaso e conscientemente produzida pelo capital. Essa lógica naturaliza a desigualdade como se ela fosse aceitável ou pior, como se fosse inevitável.

Também é imprescindível falar que apenas 24,4% dessas trabalhadoras possuem carteira assinada. Ou seja, mais de 75% dessas mulheres estão na informalidade, mesmo quando contratadas como mensalistas. Isso significa que a maioria sequer tem direito garantido a férias, 13º salário, aposentadoria ou licença maternidade mesmo trabalhando, em média, 37,8 horas semanais. Para as que atuam como cuidadoras pessoais, esse número chega a 41,6 horas semanais (DIEESE, 2025). O discurso da "flexibilidade" e da "autonomia" para as diaristas também deixa cair a máscara quando observamos a realidade dessas mulheres, a qual a jornada média é de apenas 24 horas por semana, o que torna impossível manter um padrão mínimo e decente de renda.

Ademais, os dados também nos revelam que 56% dessas mulheres são chefes de domicílio — ou seja, sustentam suas casas com esse trabalho. Isso escancara como o sistema se beneficia diretamente da força de trabalho precarizada dessas mulheres onde elas não estão "complementando" suas rendas, mas sim garantindo o mínimo, com seu próprio corpo e tempo, a sobrevivência de famílias inteiras, enquanto o Estado e o mercado se ausentam de qualquer responsabilidade social sobre os cuidados coletivos sociais.

Outro ponto crucial que o boletim do DIEESE traz é o perfil etário dessas trabalhadoras, onde 54% têm mais de 45 anos. Ou seja, são mulheres que passaram a vida toda trabalhando sem direitos, e continuam envelhecendo dia após dia sem garantia de aposentadoria ou dignidade humana. Entre as cuidadoras de crianças, há ainda a presença de meninas com menos de 18 anos de idade — a qual contraria a nossa legislação brasileira e reforça o ciclo de exclusão desde cedo. Isso só evidencia o quanto o trabalho doméstico, mesmo com todos os avanços legislativos, ainda carrega as marcas da escravidão e da exploração histórica de mulheres negras no Brasil.

Assim, os dados do DIEESE não apenas dialogam com as análises feitas anteriormente neste trabalho, mas também as fortalecem. O trabalho de cuidado continua sendo a base invisível que sustenta o sistema econômico monopolista e quem o executa segue desprotegida, desvalorizada e explorada. Como bem afirma Federici (2019), sem esse trabalho, o capital não se reproduz. E é justamente por isso que ele precisa ser mantido como "natural", "doméstico", "feminino", "inevitável" ou "Deus disse que era assim", para não ser reconhecido como de fato ele é, um trabalho. Trabalho este que retira sua energia vital, sua energia, seu tempo de qualidade, lazer, o tempo, tempo este que também não regressa e que é duramente retirado dessas mulheres.

Posto isto, não há como pensar no trabalho formal no Brasil e ainda mais no RN sem considerar esse quadro. As políticas públicas de cuidado ainda são extremamente limitadas, e o Estado continua delegando às mulheres, sobretudo

negras e periféricas, a responsabilidade pelo que seria, em tese, um direito coletivo.

Com base na leitura de Angela Davis (2016), compreende-se que, assim como nos EUA, a escravidão no nosso país nunca foi plenamente superada, apenas se metamorfoseou em relações de trabalho precárias, em vínculos informais, em jornadas longas e mal pagas. O trabalho doméstico remunerado, feito majoritariamente por mulheres negras, como mostraram os dados do DIEESE, — é uma continuação direta da estrutura escravocrata, pois se quisermos de fato ver a realidade concreta, são elas que seguem cuidando dos filhos dos outros, lavando, cozinhando, fazendo o trabalho de base para que outras pessoas possam “trabalhar” em espaços valorizados e bem remunerados.

O trabalho doméstico, mesmo quando remunerado, continua sendo tratado como uma extensão das tarefas “naturais” da mulher e, mais especificamente, da mulher negra. Esse discurso de “aptidão” para o cuidado, ou seja, se você nasce mulher, você deve saber cuidar de uma casa, cozinhar, limpar e servir. Essa naturalização do sacrifício, da disponibilidade infinita, serve para manter essas mulheres em posição de servidão, mesmo dentro do que chamam de trabalho formal ou até mesmo dos seus próprios lares com seus cônjuges e filhos.

A precarização que a gente visualiza hoje não é um fenômeno novo. Ela é parte da história do Brasil. O que mudou foi o modo como ela é vendida. Porque antes era naturalizada como “papel da mulher”. Hoje, vem com o nome de “empreendedorismo feminino”, “autonomia financeira” ou “trabalho flexível”. Entretanto, o que continua acontecendo é que mulheres negras seguem sendo as mais exploradas, as mais sobrecarregadas, as mais esquecidas quando o assunto é política pública. E isso tudo é funcional para o capital. Porque enquanto uma parte da população vive sobrecarregada, outra tem tempo, estabilidade, descanso e isso não é coincidência, é produzido e reproduzido.

Diante desse cenário, fica evidente que o trabalho formal, embora defendido como uma conquista e um direito, continua sendo um espaço de exclusão para grande parte da população brasileira, especialmente para as mulheres negras. O trabalho formal não se dá de maneira homogênea, pelo contrário, ela é seletiva, hierárquica e intrinsecamente marcada por desigualdades históricas do capitalismo.

O estado do RN, inserido na lógica de um Nordeste desigual, enfrenta desafios ainda maiores pela ausência de políticas públicas, a baixa geração de empregos formais para as áreas do interior e o avanço de formas de informalidade digitais como os aplicativos Uber, 99, Ifood etc. E que juntos somam para o agravamento que acentua as mulheres negras nas categorias das mães solo, moradoras das periferias.

A análise dos dados da PNADc/IBGE, DIEESE e o cruzamento com o levantamento teórico feito, evidenciaram uma verdade da qual o Brasil segue estruturado para garantir direitos a poucos e seletivamente, mas na mesma

intensidade, explorando a força de trabalho das mulheres, onde a informalidade, o trabalho de cuidado não remunerado e o desalento não são acidentes, mas expressões de um sistema que se sustenta na desigualdade. Como bem destaca lamamoto (2007), a forma como o trabalho se organiza reflete diretamente o tipo de sociedade que estamos construindo; e a sociedade brasileira, assim como o RN, segue sendo além de capitalista, racista, patriarcal e excludente.

Conclusão

Conclui-se, a partir da pesquisa indicada, que a precarização dos postos de trabalho formal e sua instabilidade, bem como os baixos salários, dão margem a atratividade da informalidade que é marcada e sustentada pela divisão sexual do trabalho, e mantém sua base estruturada desde a formação sócio-histórica da sociedade, impondo às mulheres os piores trabalhos. Seja como traço da divisão sexual do trabalho, produto do patriarcado, seja por uma estrutura de trabalho racializada, produto do racismo. Sendo esses um padrão estrutural que reforça cada vez mais as desigualdades de classe, sexo/gênero e raça presentes na sociedade brasileira, que impactam especialmente na vida das mulheres.

Assim, este estudo, ao analisar os postos de trabalho no Brasil e no RN com enfoque na classe, no sexo/gênero e raça, buscou indicar como as mulheres, e em particular as mulheres negras, têm sido historicamente o grupo social privilegiado da precarização do trabalho formal e informal. Mas ainda é necessário explorar mais em estudos no futuro, sobre o trabalho produtivo e reprodutivo, que sustenta o patriarcado, o racismo e a exploração capitalista. Para que, assim, as mulheres que são oprimidas, exploradas e inferiorizadas tenham cada vez mais instrumentos teóricos e práticas que permitam romper com a estrutura capitalista patriarcal, buscando superar as desigualdades que ainda são marcas atuais e presentes na nossa sociedade.

Referências

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

COSTA, Francilene; SANTOS, Cleice; RODRIGUES, Maria. Racismo, colonialidade do poder e trabalho doméstico remunerado no Brasil. Revista Katálisis, v. 25, p. 262-271, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84573>. Acesso em: 10 abr. 2025.

COUTINHO, Maria. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. Cadernos de psicologia social do

trabalho, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cpst/article/view/25749/27482>. Acesso em: 12/jun.2025

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Trabalho doméstico remunerado no Brasil: um trabalho de cuidados. Boletim Especial, São Paulo, n. 27, 27 abr. 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 9 jun. 2025.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344233204_FEDERICI_Silvia_O_ponto_zero_da_revolucao_trabalho_domestico_reproducao_e_luta_feminista_Traducao_Coletivo_Sycorax. Acesso em: 17 jun. 2025.

HARVEY, David. O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. 15-36 p. ISBN 9788524046056. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf. Acesso em: 08 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: novos indicadores sobre a força de trabalho: 1º trimestre de 2025. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnad_202501_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD Contínua Trimestral: desocupação cresce em 12 das 27 UFs no primeiro trimestre de 2025. Agência de Notícias, 16 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/43421-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-12-das-27-ufs-no-primeiro-trimestre-de-2025>. Acesso em: 31 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Tabela 5938: Produto Interno Bruto a preços correntes, impostos líquidos de subsídios sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#resultado>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MARINS, Cristina. Plataformas de redes sociais e trabalho doméstico remunerado no Brasil: transformações e implicações políticas. Porto Alegre, v. 30, n. 68, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9983e680402>. Acesso em: 22 maio 2024.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, Gustavo; SABADINI, Maurício; BRAGA, Henrique. Acumulação de capital, crise e mercado de trabalho no Brasil contemporâneo. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 15–35, jan.–abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p15>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORIN, Estelle M. Os sentidos do trabalho. Revista de administração de empresas, v. 41, p. 08-19, 2001.

NEVES, Daniela. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 11–21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82561>. Acesso em: 6 jun. 2025.

NOGUEIRA, Cláudia. O trabalho feminino assalariado: a dialética na produção e reprodução. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 147, n. 3, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/361103021>. Acesso em: 12 abr. 2025.

SANTOS, Anelise; PERRONE, Claudia. Produção da precariedade laboral: reflexões preliminares sobre a criação de novas formas de subjetivação. Psicologia & Sociedade, v. 29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29164109>. Acesso em: 31 abr. 2025.

URQUIZA, Marconi; MARQUES, Denilson. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. Entretextos, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115–144, jan./jun. 2016. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52001489/Analise_de_conteudo_em_termos_de_Bardin_aplicada_a_comunicacao_corporativa_sob_o_signo_de_uma_abordagem_teorico-empirica-libre.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.

VELOSO, F. Impactos da educação no mercado de trabalho. Blog do IBRE, 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/impactos-da-educacao-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 2 jun. 2025.

WOOD, Ellen. Capitalismo e Democracia. In: Democracia Contra o Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2003. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084411/cap18.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025

CÓDIGO: HS0097

AUTOR: ANDRESSA ALVES DOS SANTOS

ORIENTADOR: LUIZ AUGUSTO MACHADO MENDES FILHO

TÍTULO: APLICABILIDADES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TURISMO INTELIGENTE

Resumo

As tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm se tornado cada vez mais essenciais para a atividade turística. Entre essas tecnologias, destaca-se a inteligência artificial (IA), que vem ganhando relevância no contexto do turismo inteligente. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar as principais aplicações da IA no turismo inteligente, identificando as ferramentas de IA mais utilizadas e descrevendo como essas tecnologias favorecem o desenvolvimento do setor. A metodologia adotada foi a revisão da literatura, com buscas realizadas nas bases web of science e scopus. Os artigos foram coletados e divididos entre dois eixos temáticos, sendo eles a gestão de turismo inteligente e experiência turística inteligente. Observou-se que a IA pode contribuir em diversas áreas, desde a otimização de processos até a diferenciação dos destinos turísticos.

Palavras-chave: Inteligência artificial. Turismo inteligente. Tecnologia da informação

TITLE: APPLICATIONS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN SMART TOURISM

Abstract

Information and communication technologies (ICTs) have become increasingly essential for tourism. Among these technologies, artificial intelligence (AI) stands out, gaining relevance in the context of smart tourism. Therefore, this research aims to analyze the main applications of AI in smart tourism, identifying the most widely used AI tools and describing how these technologies benefit the development of the sector. The methodology adopted was a literature review, with searches conducted in the Web of Science and Scopus databases. The

articles were collected and divided into two thematic areas: smart tourism management and smart tourism experience. It was observed that AI can contribute to several areas, from process optimization to the differentiation of tourist destinations.

Keywords: Artificial intelligence. Smart tourism. information Technology

Introdução

As tecnologias digitais e a inteligência artificial (IA) têm se consolidado como elementos centrais na transformação de diversos setores, abrangendo tanto a vida pessoal quanto o universo corporativo. À medida que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se desenvolvem, processos complexos passam a ser simplificados e a conectividade entre dispositivos melhorada, estabelecendo o termo “inteligente” como uma referência à melhoria do funcionamento em várias áreas (Bronzin et al., 2021).

A IA, compreendida como a capacidade de sistemas computacionais em replicar a inteligência humana (Tsaih & Hsu, 2018), configura-se como uma ferramenta eficaz na identificação ágil de interesses e comportamentos em espaços turísticos. Diferentemente dos métodos tradicionais, que exigiam análises especializadas e a coleta de opiniões de usuários, a IA permite uma compreensão mais dinâmica e automatizada desses padrões (Korzun et al., 2022).

O avanço tecnológico tem impulsionado novas modalidades de turismo, superando limitações de tempo e espaço e ampliando significativamente as possibilidades de desenvolvimento do setor (Du & Zhao, 2023). A pandemia de COVID-19 intensificou esse processo, acelerando a adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e evidenciando o potencial das ferramentas baseadas em inteligência artificial (IA) no contexto turístico (Barna et al., 2021). A incorporação da IA ao setor proporciona benefícios como a personalização das experiências, a qualificação das avaliações e o aumento da fidelização dos turistas (Du & Zhao, 2023; Ionescu & Sârbu, 2024).

O conceito de destinos turísticos inteligentes, que incorporam Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramentas transformadoras da experiência turística, tem adquirido crescente relevância no campo do turismo (Ferràs et al., 2020). De acordo com Kang e Jwa (2018), o turismo inteligente fundamenta-se nas tecnologias da Quarta Revolução Industrial para oferecer suporte ao turista em todas as etapas da viagem — antes, durante e após a experiência. Para que os benefícios se estendam efetivamente aos destinos, é fundamental que haja uma interação equilibrada entre os principais agentes envolvidos no ecossistema turístico (Wael et al., 2023).

O turismo inteligente exige uma articulação harmoniosa entre tecnologia, sociedade e governança (Díaz et al., 2023), estabelecendo conexões diretas

com os princípios das cidades inteligentes, que visam promover a integração local, a sustentabilidade econômica e a melhoria da qualidade de vida (D'Amico et al., 2013). Nesse contexto, a aplicação da inteligência artificial (IA) em destinos turísticos pode trazer benefícios significativos para diferentes setores.

É essencial considerar o bem-estar de todos os agentes envolvidos na atividade turística, tanto turistas quanto residentes, o que reforça a importância de investigar as ferramentas de inteligência artificial (IA) mais utilizadas e seus impactos no setor (Zheng et al., 2020). Apesar de sua relevância, o tema ainda é pouco explorado na literatura. A maioria dos estudos concentra-se na gestão de destinos ou na personalização da experiência do visitante, deixando em segundo plano as possibilidades específicas de aplicação da IA no contexto do turismo inteligente. Diante disso, o presente estudo propõe-se a aprofundar essa discussão, contribuindo para o avanço teórico da área e oferecendo subsídios para pesquisas futuras.

Portanto, esta pesquisa objetiva analisar as principais aplicações da IA no turismo inteligente, identificando as ferramentas de IA mais utilizadas e descrevendo como essas tecnologias favorecem o desenvolvimento do setor.

Metodologia

Esta seção refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados na revisão sistemática de literatura (RSL) realizada com o objetivo de verificar como a Inteligência Artificial (IA) vem sendo aplicada no turismo inteligente. A revisão sistemática tem como objetivo a seleção de documentos por meios de critérios, a fim de investigar uma questão ou problema de forma aprofundada. A fim de garantir uma transparência, consistência e integridade da pesquisa, o uso de um protocolo é fundamental (Marcondes & Silva, 2022).

A revisão sistemática consiste na aplicação de métodos rigorosos e sistemáticos para sintetizar os resultados de estudos previamente conduzidos. Nesse contexto, a adoção do protocolo PRISMA contribui para a transparência e a reprodutibilidade da pesquisa, uma vez que detalha de maneira estruturada o percurso metodológico seguido pelo pesquisador (Marcondes & Silva, 2022). Esse protocolo permite delinear a estratégia de busca, descrevendo o caminho percorrido para encontrar artigos que se relacionem ao tema da pesquisa e a exclusão dos que não se encaixam no escopo, e a análise de dados, explicitando de que forma os artigos selecionados foram analisados e classificados de acordo com o objetivo da pesquisa (Doran, Pomfret & Adu-Ampong, 2022).

A pesquisa se deu na busca por produções bibliográficas na base Web of Science (WoS) e Scopus, as quais agregam periódicos (Qualis A1, A2, A3 e A4) das bases da coleção principal, com o objetivo de buscar publicações que abrangessem o tema IA e turismo inteligente. A base Scopus é 10-15% mais

ampla que outros bancos de dados, fazendo uma vasta cobertura de periódicos relacionados ao turismo (Doran, Pomfret & Adu-Ampong, 2022).

Para compor esse capítulo foi realizada uma busca nas referidas bases combinando os seguintes termos: “artificial intelligence” e “smart tourism”. Foram encontrados 154 resultados, 90 na Scopus e 64 na WoS. Após analisados seus títulos, foram excluídos 21 artigos duplicados, 7 artigos de revisão, 13 artigos fora da temática, 4 artigos não encontrados, ficaram 109 artigos empíricos para serem lidos os seus resumos.

Após a leitura dos resumos dos 109 artigos empíricos, 63 artigos eram relacionados ao tema e 36 artigos eram de revisão e 10 não tangenciavam de fato a temática e, por isso, foram excluídos. Assim, 63 pdfs dos artigos empíricos foram devidamente lidos e fichados e tiveram seus objetivos e temáticas catalogados. Entre esses, 8 artigos não foram incluídos na análise pois representavam temáticas diversas. As temáticas foram organizadas em dois temas principais que são discutidos na análise desse estudo, gestão de turismo inteligente com 29 artigos e experiência turística inteligente com 26 artigos.

Resultados e Discussões

Segundo Barna et al. (2021) a inteligência artificial pode ser usada em qualquer área do turismo, podendo ser um meio de digitalização ou melhoria da eficiência, o que para o setor turístico acaba se tornando uma ótima ferramenta de gestão e personalização, tendo isso em vista, durante as pesquisas foram encontradas duas principais temáticas que guiavam os artigos em sua maioria, sendo elas: Gestão de turismo inteligente e Experiência turística inteligente.

Gestão de turismo inteligente

No contexto da gestão de destinos turísticos inteligentes, o uso de tecnologias digitais tem se consolidado como um recurso estratégico para aprimorar a tomada de decisão por parte dos gestores públicos e privados. Estudos recentes demonstram que a adoção de programas baseados em análise de dados permite um monitoramento eficaz do comportamento dos turistas, bem como a coleta de suas percepções e opiniões sobre os atrativos e serviços ofertados. Essa capacidade de análise, realizada de forma ágil e automatizada, contribui para a otimização dos processos decisórios, evitando desperdício de tempo com questões pouco relevantes e permitindo foco em ações de maior impacto (Kim et al., 2017).

Complementarmente, a literatura aponta que o desenvolvimento de plataformas digitais baseadas em inteligência artificial tem ampliado as possibilidades de gestão territorial no turismo. Tais sistemas, conforme apresentado por Li et al. (2024) e Souha (2024), possibilitam a segmentação e análise de diferentes

zonas urbanas, coletando e interpretando dados essenciais para o planejamento estratégico. A capacidade de captar, processar e interpretar a opinião pública em tempo real se configura como um diferencial competitivo, visto que permite decisões mais alinhadas às expectativas dos visitantes e ao dinamismo do setor (Li et al., 2024; Souha, 2024).

Entretanto, é necessário reconhecer que, embora os benefícios dessas inovações sejam amplamente reconhecidos, os desafios associados à sua implementação também merecem atenção. Autores como Benaddi et al. (2024) e Wael et al. (2023) alertam que a rápida evolução tecnológica ainda não foi acompanhada por regulamentações adequadas, o que pode gerar desconfiança por parte dos usuários, especialmente no que se refere à proteção de dados pessoais e à privacidade digital. Essa ausência de normativas claras representa um risco, podendo limitar o engajamento dos turistas e comprometer a eficácia das ferramentas digitais aplicadas à gestão inteligente (Benaddi et al., 2024; Wael et al., 2023).

Por outro lado, a literatura enfatiza que os benefícios advindos do uso da tecnologia no turismo superam amplamente os desafios enfrentados. Moreno-Izquierdo et al. (2018) e Tsaih e Hsu (2018) ressaltam que as soluções tecnológicas agregam valor à gestão, fortalecendo a capacidade dos tomadores de decisão de se posicionarem de forma mais estratégica no mercado. A incorporação de sistemas digitais oferece aos gestores maior embasamento para decisões assertivas, com impacto direto na competitividade e inovação dos destinos turísticos.

A aplicação de tecnologias digitais na gestão do turismo tem se mostrado fundamental para aprimorar a eficiência dos processos decisórios. Xie e He (2022) ressaltam que uma das principais vantagens desses recursos está na agilidade que conferem à tomada de decisões, ao facilitar o acesso rápido e sistemático a informações relevantes. Essa celeridade na coleta e interpretação de dados permite que os gestores reajam de forma mais eficaz diante de mudanças no cenário turístico, otimizando tanto o planejamento quanto a resposta operacional.

Além disso, tecnologias digitais têm simplificado o processo de identificação de perfis turísticos e, consequentemente, ampliado a efetividade das ações promocionais. Segundo Choe e Tou (2024), bastam poucos cliques para que os gestores tenham acesso a informações detalhadas sobre o comportamento e preferências dos visitantes, o que possibilita o direcionamento de campanhas personalizadas e a ampliação do alcance junto aos públicos-alvo desejados.

A eficiência na aplicação de tecnologias na gestão do turismo inteligente depende, sobretudo, da integração harmônica entre os diferentes elementos que compõem o sistema. Abdelfattah et al. (2023) ressaltam que o desenvolvimento sustentável e eficaz de destinos turísticos requer uma gestão articulada, capaz de compreender a complexidade do ecossistema turístico e de liderar estrategicamente diante dos desafios que inevitavelmente surgirão. Nesse contexto, a liderança assume papel central ao definir os usos mais apropriados

das tecnologias disponíveis, promovendo melhorias contínuas no território e garantindo a adaptação constante às demandas do setor.

Atuar como gestor em um setor intrinsecamente dinâmico e volátil, como o turismo, representa um desafio contínuo que exige preparo, visão estratégica e suporte tecnológico. Diante da crescente complexidade do ambiente turístico, Souza et al. (2024) argumentam que é imprescindível o uso de sistemas digitais que forneçam suporte à tomada de decisão, permitindo que os gestores enfrentem incertezas com maior segurança e eficiência. Pensar no futuro do turismo, portanto, envolve considerar a inovação e a digitalização como pilares estruturantes da competitividade dos destinos, conforme apontado por Moreno-Izquierdo et al. (2018).

O rápido avanço das TICs, aliado ao crescimento exponencial da demanda por serviços de informação, tem acelerado a expansão do turismo inteligente em escala global. Ansari et al. (2022) enfatizam que, diante da centralidade da informação no comportamento dos turistas contemporâneos, a inteligência artificial emerge como um pilar fundamental desse novo modelo de turismo. A IA permite não apenas facilitar o acesso e a transmissão de dados, mas também personalizar a experiência do visitante e apoiar os gestores na tomada de decisões estratégicas, por meio de análises preditivas e automatizadas.

Inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma ferramenta estratégica no contexto da gestão turística, especialmente por sua capacidade de processar grandes volumes de dados em tempo real e oferecer respostas imediatas às demandas dos usuários. Liu e Lace (2021) destacam que, por meio da IA, é possível obter feedbacks instantâneos e fornecer atendimentos automatizados, o que melhora significativamente a comunicação com os turistas e eleva o nível de satisfação do cliente.

Além disso, Wang et al. (2020) ressaltam que a aplicação da IA na indústria do turismo contribui diretamente para a automatização e a simplificação de tarefas operacionais. Essa automação permite otimizar procedimentos internos, reduzir custos, minimizar erros humanos e liberar os gestores para atividades de maior valor estratégico, tornando o processo de gestão mais ágil, eficiente e orientado por dados.

Embora a coleta de dados seja um componente essencial para o funcionamento do turismo inteligente, sua efetividade depende diretamente da capacidade de análise e uso estratégico dessas informações. Tsaih e Hsu (2018) argumentam que o turismo inteligente não se resume ao uso isolado de tecnologias, mas sim à integração sistêmica de dados, infraestrutura e capital humano, formando um conjunto interdependente e coordenado.

Nesse sentido, Wang (2019) enfatiza que o fator humano continua sendo determinante, pois são os gestores qualificados que transformam os dados em ações eficazes, tornando possível a implementação de estratégias inteligentes e sustentáveis. Dessa forma, torna-se evidente que políticas públicas bem estruturadas desempenham um papel crucial no desenvolvimento de destinos

turísticos inteligentes. Ferràs et al. (2020) destacam que a articulação entre políticas governamentais e iniciativas tecnológicas pode gerar sinergias fundamentais para o avanço territorial. A harmonia entre essas esferas, pública e digital, permite a consolidação de modelos de gestão mais inovadores, eficientes e alinhados aos princípios da inteligência territorial.

Experiência turística inteligente

A experiência turística está intrinsecamente relacionada à forma como a gestão é conduzida. Para que essa experiência seja aprimorada, torna-se essencial que os gestores compreendam profundamente as preferências e expectativas dos visitantes, de modo a oferecer serviços e produtos mais alinhados a essas demandas. Nesse contexto, Korzun et al. (2022) destacam a utilização de árvores de decisão como instrumento estratégico para otimizar a personalização de experiências turísticas, permitindo uma oferta mais ajustada às necessidades dos turistas.

A personalização da experiência turística é um dos principais objetivos da incorporação tecnológica no setor. Li e Zhang (2022) exploram diferentes formas de integrar recursos digitais com o intuito de criar experiências únicas. Em consonância, Ionescu e Sârbu (2024) investigam as percepções dos turistas sobre o uso de tecnologia em suas viagens, argumentando que compreender essas opiniões permite aprimorar ainda mais os serviços ofertados.

Buscando tornar as experiências turísticas mais livres e autônomas, D'Amico et al. (2013) defendem o desenvolvimento de aplicativos móveis que incentivem a visita de locais menos valorizados, promovendo uma descentralização dos fluxos turísticos. Kang e Jwa (2018), por sua vez, enfatizam a importância dos conteúdos gerados por usuários (CGU), os quais permitem a troca de experiências e sugestões de roteiros entre turistas, fortalecendo uma rede colaborativa de informações.

A criação de aplicativos turísticos tem contribuído significativamente para oferecer ao visitante maior liberdade de escolha e de deslocamento. Zheng et al. (2020) destacam que essa autonomia estimula o interesse em pontos turísticos não tradicionais, ampliando a distribuição espacial do turismo e diversificando as experiências. Dessa forma, nota-se que proporcionar liberdade ao visitante representa uma oportunidade estratégica para estimular a visita a destinos muitas vezes negligenciados.

No que tange aos benefícios proporcionados pelas TICs no setor turístico, Diaz et al. (2023) apontam melhorias significativas na sustentabilidade, na imersão e na eficiência dos processos. Complementarmente, Benaddi et al. (2024) e Bronzin et al. (2021) analisam como o uso estratégico dessas tecnologias pode elevar a qualidade da experiência turística, destacando a agilidade como um dos principais ganhos percebidos.

A IA, nesse cenário, emerge como uma ferramenta multifuncional no setor turístico. Wang et al. (2024) evidencia que por meio da análise de dados e

integração com TICs, é possível estruturar ofertas turísticas voltadas às preferências individuais ou coletivas dos visitantes. Salur e Aydin (2021) reforçam essa perspectiva ao mostrarem como a análise de opiniões dos turistas possibilita que gestores ajustem suas estratégias para melhor atender às expectativas do público, personalizando ainda mais a experiência.

Essa evolução tecnológica deve ser acompanhada de forma estratégica pelo setor turístico, uma vez que as TICs oferecem inúmeras possibilidades de inovação, desde a personalização de serviços até a otimização das operações, aspectos cada vez mais demandados por viajantes contemporâneos. Conforme apontado por Bronzin et al. (2021), essas tecnologias criam uma nova interface de interação entre humanos e máquinas, promovendo independência e reduzindo o estresse associado ao planejamento e à execução de viagens.

O conceito de turismo inteligente, como destaca Wang et al. (2024), refere-se ao uso de tecnologias avançadas, incluindo IA, para oferecer experiências turísticas mais personalizadas, inteligentes e convenientes. Essa abordagem tem ganhado destaque como tendência global. Kang e Jwa (2018) explicam que, ao combinar dados dos turistas e informações locais, é possível gerar experiências altamente individualizadas.

A integração entre IA e outras tecnologias emergentes fortalece a gestão dos destinos inteligentes, promovendo não apenas eficiência operacional, mas também maior autonomia aos visitantes. Li e Zhang (2022) destacam que com a IA, torna-se viável identificar rapidamente interesses e comportamentos turísticos, algo que anteriormente exigia observações manuais e demoradas, como também reforçado por Korzun et al. (2022).

O turismo inteligente é sustentado por tecnologias como Internet das Coisas (IoT), computação em nuvem e IA, com o propósito de alinhar esses recursos aos atrativos turísticos e oferecer experiências personalizadas (Guo, 2020). Nesse cenário, apenas a atratividade do destino não é mais suficiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de adaptação às demandas dos visitantes são essenciais.

Com a crescente influência da ciência e da tecnologia na sociedade, espera-se que redes e dispositivos estejam cada vez mais integrados via IoT, com relações turísticas mediadas por IA. Isso leva à elevação das expectativas dos turistas, que passam a buscar, além da memorabilidade da viagem, maior conveniência e personalização. Nesse contexto, Benaddi et al. (2024) destacam os aplicativos móveis como facilitadores do contato entre turistas e destinos.

Para atender de forma eficaz aos diferentes perfis de visitantes e alinhar suas ofertas aos valores e interesses desses grupos, é fundamental que as empresas do setor turístico adotem tecnologias inteligentes. Choe e Tou (2024) argumentam que a IA desempenha papéis estratégicos na previsão de demanda, otimização de jornadas e monitoramento da qualidade dos serviços, sendo elementos chave para a competitividade no setor.

Além de enriquecer a experiência do visitante, a aplicação da IA também representa uma vantagem econômica para os destinos. De acordo Salur e Aydin (2021), a adoção tecnológica não apenas aprimora o serviço prestado, mas também impulsiona o desempenho econômico do setor turístico.

Assim, a incorporação da IA e das TICs no turismo tem redefinido as formas de gestão, interação e vivência dos destinos turísticos. A partir das evidências apresentadas, percebe-se que essas tecnologias contribuem para experiências mais personalizadas, ágeis e eficientes, beneficiando tanto turistas quanto gestores. A pandemia de COVID-19 atuou como catalisadora desse processo, acelerando a adoção de soluções digitais que passaram a ser amplamente valorizadas por sua capacidade de promover segurança, autonomia e conveniência.

Além disso, o uso estratégico de dados, aplicativos e ferramentas inteligentes tem fortalecido a capacidade dos destinos de se adaptarem às demandas do público, promovendo a descentralização do turismo e impulsionando o desenvolvimento de áreas menos exploradas. Com base nos estudos analisados, fica evidente que o turismo inteligente se consolida como uma alternativa promissora e necessária para a competitividade do setor, desde que sustentado por investimentos em inovação, infraestrutura e gestão centrada no visitante.

Conclusão

O presente estudo demonstrou que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) estão em contínuo processo de consolidação, assumindo uma relevância crescente tanto no cotidiano individual quanto no cenário mercadológico global. Nesse contexto de transformação digital, a inteligência artificial (IA) emerge como uma das mais proeminentes inovações. Sua capacidade de processar grandes volumes de dados, aprender com padrões e automatizar processos a posiciona como um elemento central na evolução de diversos setores. No âmbito do turismo, essa ascensão da IA não apenas otimiza as operações existentes, mas também pavimentação o caminho para a criação de um turismo inteligente, redefinindo a experiência do viajante e a gestão dos destinos de forma mais eficiente e personalizada.

Além dos benefícios gerenciais, a IA se destaca por sua contribuição fundamental na melhoria da experiência do visitante. Ao analisar o comportamento e as preferências dos turistas, a IA possibilita que os destinos construam um perfil detalhado de seus visitantes. Esse conhecimento aprofundado se traduz em uma personalização sem precedentes dos serviços e ofertas, desde recomendações de roteiros até a adaptação de infraestruturas. O resultado é um aumento significativo na satisfação do turista e, consequentemente, na sua probabilidade de retorno, fortalecendo a fidelização e a sustentabilidade dos destinos.

Esta pesquisa contribui significativamente para o aprofundamento das discussões sobre as aplicabilidades da inteligência artificial (IA) no turismo inteligente. Ao compilar e analisar a literatura existente sobre o tema, este estudo oferece um olhar atualizado sobre as inovações tecnológicas que estão moldando o setor turístico. Para futuros pesquisadores, este trabalho serve como um ponto de partida sólido, fornecendo uma base abrangente para a exploração de novas vertentes e desafios relacionados à IA no turismo. Da mesma forma, para gestores de destinos turísticos, a pesquisa oferece insights práticos e um panorama das ferramentas e estratégias que podem ser empregadas para aprimorar a gestão e a experiência dos visitantes, impulsionando a competitividade e a sustentabilidade no cenário do turismo inteligente.

Este trabalho apresenta algumas limitações inerentes à sua metodologia. O período de análise das obras, por exemplo, pode ter excluído publicações mais recentes ou clássicos fundamentais sobre o tema. Além disso, por se tratar de uma revisão bibliográfica, há a ausência de dados empíricos, o que restringe a aplicação dos resultados de forma mais ampla e não oferece uma validação prática das ideias teóricas apresentadas.

Diante dessas limitações, recomenda-se que próximas pesquisas atualizem a base de dados, incluindo publicações mais recentes, e explorem métodos práticos que possam confirmar e complementar os resultados teóricos apresentados nesta revisão.

Referências

Abdelfattah, F., Al-Alawi, A., Abdullahi, M. S., & Salah, M. (2023). Embracing the industrial revolution: the impact of technological advancements and government policies on tourism development in Oman. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, p. 1-25. <https://doi.org/10.1080/19407963.2023.2294789>.

Ansari, N., Tyagi, S., Mehrwal, N., Rastogi, N., Chibber, S., Memoria, M., Kumar R. & Gupta, A. (2022). A critical insight into the impact of technology in transformation of tourist business into smart tourism. *International Conference on Machine Learning, Big Data, Cloud and Parallel Computing (COM-IT-CON)*, Vol. 1, p. 832-837. <https://doi.org/10.1109/COM-IT-CON54601.2022.9850779>.

Barna, M., Melnyk, I., & Baran, R. (2021). Factors of digitalization of the marketing activity of tourist enterprises of Ukraine in the conditions of global digitalization. *Baltic Journal of Economic Studies*, p. 29-36. <https://doi.org/10.30525/2256-0742/2021-7-3-29-36>.

Benaddi, L., Ouaddi, C., Jakimi, A., & Ouchao, B. (2024). Towards a software factory for developing the chatbots in smart tourism mobile applications. *Procedia Computer Science*, p. 275-280. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2023.12.203>.

Bronzin, T., Prole, B., Stipić, A., & Pap, K. (2021). Artificial Intelligence (AI) brings enhanced personalized user experience. 44th International Convention on Information, Communication and Electronic Technology (MIPRO), p. 1070-1075. <https://doi.org/10.23919/MIPRO52101.2021.9596938>

Choe, J. Y., & Si Tou, C. F. (2024). Tourist Consumption Values and Perceived Risks of Using Smart Technologies: A Market Segmentation Approach. *Journal of China Tourism Research*, p. 1-28. <https://doi.org/10.1080/19388160.2024.2305744>.

D'Amico, G., Ercoli, S., & Del Bimbo, A. (2013). A Framework for Itinerary Personalization in Cultural Tourism of Smart Cities. *CEUR Workshop Proceedings*. <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:18268281>.

Díaz, G. M., Galdón Salvador, J. L., & Galán Hernández, J. J. (2023). Smart Cities and Citizen Adoption: Exploring Tourist Digital Maturity for Personalizing Recommendations. *Electronics*, p. 3395. <https://doi.org/10.3390/electronics12163395>.

Doran, A., Pomfret, G., & Adu-Ampong, E. A. (2022). Mind the gap: A systematic review of the knowledge contribution claims in adventure tourism research. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, p. 238-251. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2022.03.015>.

Du, M., & Zhao, W. (2023). Intelligent Tourism Platform Model Construction Based on Artificial Intelligence: Taking Wudang Mountain as an example. *International Conference on Intelligent and Innovative Technologies in Computing, Electrical and Electronics (IITCEE)*, p. 409-412. <https://doi.org/10.1109/IITCEE57236.2023.10091092>.

Ferràs, X., Hitchen, E. L., Tarrats-Pons, E., & Arimany-Serrat, N. (2020). Smart tourism empowered by artificial intelligence: The case of Lanzarote. *Journal of Cases on information Technology (JCIT)*, p. 1-13. <http://dx.doi.org/10.4018/JCIT.2020010101>.

Guo, R. (2020). Exploration and analysis on the development path of smart tourism in Shandong Province in the era of artificial intelligence. *Journal of Physics: Conference Series*, Vol. 1575, No. 1, p. 012022. <https://doi.org/10.1088/1742-6596/1575/1/012022>.

Ionescu, A. M., & Sârbu, F. A. (2024). Exploring the Impact of Smart Technologies on the Tourism Industry. *Sustainability*, p. 3318. <https://doi.org/10.3390/su16083318>.

Kang, H., & Jwa, J. (2018). Development of android based smart tourism application based on tourism bigdata analytics. *Journal of Engineering and Applied Sciences*, Vol. 13, p. 1164-1169. <http://dx.doi.org/10.3923/jeasci.2018.1164.1169>.

Kim, K., Park, O. J., Yun, S., & Yun, H. (2017). What makes tourists feel negatively about tourism destinations? Application of hybrid text mining methodology to smart destination management. *Technological Forecasting and Social Change*, Vol. 123, p. 362-369. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.01.001>.

Korzun, D., Semenov, A., & Balandin, S. (2022, April). Exhibition area digitalization using IoT sensorios and application to smart tourism services. 31st Conference of Open Innovations Association (FRUCT), p. 109-114. <https://doi.org/10.23919/FRUCT54823.2022.9770923>.

Li, Q., & Zhang, Y. (2022). Design and implementation of smart tourism service platform from the perspective of artificial intelligence. *Wireless Communications and Mobile Computing*, p. 3501003. <http://dx.doi.org/10.1155/2022/3501003>.

Li, S., Feng, Y., Chu, Q., & Chen, G. (2024). Design of Smart Tourism Visual Analysis Platform Based on Digital Twin. 3rd International Conference on Electrical Engineering, Big Data and Algorithms (EEBDA), p. 1300-1303. <https://doi.org/10.1109/EEBDA60612.2024.10485670>.

Liu, Y. Y., & Lace, N. (2021). Predicting the actual behavior of customers to purchase through an online platform. 25th World Multi-Conference on Systemics, Cybernetics and Informatics (WMSCI). <https://www.iiis.org/CDs2021/CD2021Summer/papers/SA276JB.pdf>.

Marcondes, R., & da Silva, S. L. R. (2022). O protocolo Prisma 2020 como uma possibilidade de roteiro para revisão sistemática em ensino de ciências. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, p. 1-19. <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1894/980>.

Moreno-Izquierdo, L., Ramón-Rodríguez, A. B., & Such Devesa, M. J. (2018). The challenge of long-term tourism competitiveness in the age of innovation: Spain as a case study. *Investigaciones Regionales*, p. 13-24. <https://www.redalyc.org/journal/289/28966251002/html/>.

Salur, M. U., & Aydin, İ. (2021). An annotated Turkish aspect based sentiment analysis corpus for smart tourism. *Innovations in Intelligent Systems and Applications Conference (ASYU)*, p. 1-6. <https://doi.org/10.1109/ASYU52992.2021.9599037>.

Souha, A., Benaddi, L., Ouaddi, C., & Jakimi, A. (2024). Towards a Decision Support System for Tourism Sector in Daraa-Tafilalet. 4th International Conference on Innovative Research in Applied Science, Engineering and Technology (IRASET), p. 01-05. <https://doi.org/10.1109/IRASET60544.2024.10549694>.

Tsaih, R. H., & Hsu, C. C. (2018). Artificial intelligence in smart tourism: A conceptual framework. *Proceedings of the International Conference on Electronic Business (ICEB)*. <https://aisel.aisnet.org/iceb2018/89>

Wael, R., Talaat, H., & Soubra, H. (2023). Smart Tourism in Smart Cities: Current Trends and Future Challenges in Sustainability and Digitization. 2nd International Conference on Smart Cities 4.0, p. 95-98. <https://doi.org/10.1109/SmartCities4.056956.2023.10526099>.

Wang, A. (2019). Research on the Development of Jinan Smart Tourism in the Age of Big Data. Journal of Physics: Conference Series, Vol. 1302, No. 2, p. 022011. <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1742-6596/1302/2/022011>.

Wang, G., Dong, T., Chen, J., Chu, Y., Lu, J., & Long, D. (2024). Collaborative Filtering Algorithm in the Design of Intelligent Tourism Service Robots. International Conference on Data Science and Information System (ICDSIS), p. 1-4. <https://doi.org/10.1109/ICDSIS61070.2024.10594567>.

Wang, R., Luo, J., & Huang, S. S. (2020). Developing an artificial intelligence framework for online destination image photos identification. Journal of Destination Marketing & Management, Vol. 18, p. 100512. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2020.100512>.

Xie, D., & He, Y. (2022). Marketing strategy of rural tourism based on big data and artificial intelligence. Mobile information systems, p. 9154351. <https://doi.org/10.1155/2022/9154351>.

Zheng, W., Liao, Z., & Lin, Z. (2020). Navigating through the complex transport system: A heuristic approach for city tourism recommendation. Tourism management, vol. 81. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2020.104162>.

CÓDIGO: HS0123

AUTOR: MATHEUS ALENCAR RODRIGUES

COAUTOR: VINICIUS LEAL ROSA DE ARAUJO

ORIENTADOR: ERICA PRISCILLA CARVALHO DE LIMA MACHADO

TÍTULO: POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS NO RIO GRANDE DO NORTE

Resumo

O projeto de pesquisa analisa a economia solidária no Rio Grande do Norte, coordenada pela SETHAS, como uma alternativa ao modelo capitalista predominante, este conceito promove a cooperação, autogestão, sustentabilidade e inclusão social dos grupos envolvidos com os empreendimentos solidários. A pesquisa usou a abordagem quali-quantitativa e combinou revisão bibliográfica e dados do Cadsol, identificando uma predominância de artesãos e agricultores familiares, motivados principalmente pela geração de renda, desenvolvimento comunitário e combate ao desemprego. Apesar dos avanços, ainda persistem desafios como a fragilidade institucional, o baixo acesso a crédito, o baixo nível salarial e a necessidade de capacitação. Conclui-se que as políticas públicas tiveram impacto positivo na inclusão social e fortalecimento econômico local, mas precisam de continuidade e aprimoramento para aumentar a escala dos resultados e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Economia solidária; Políticas Públicas; Inclusão social.

TITLE: PUBLIC POLICIES IN THE PROMOTION OF THE SOLIDARITY
ECONOMY: GOVERNMENT INITIATIVES IN RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The research project analyzes the solidarity economy in Rio Grande do Norte, coordinated by SETHAS, as an alternative to the prevailing capitalist model. This concept promotes cooperation, self-management, sustainability, and social inclusion of the groups involved in solidarity enterprises. The research used a qualitative-quantitative approach and combined a literature review with data from Cadsol, identifying a predominance of artisans and family farmers, motivated mainly by income generation, community development, and combating

unemployment. Despite advances, challenges remain, such as institutional fragility, low access to credit, low wages, and the need for training. It concludes that public policies have had a positive impact on social inclusion and local economic strengthening, but need continuity and improvement to increase the scale of results and promote more equitable and sustainable development.

Keywords: Solidarity economy; Public policies; Social inclusion.

Introdução

A economia solidária surge como um modelo alternativo para o desenvolvimento socioeconômico, a partir da organização coletiva das atividades econômicas pelos contribuidores. Em um contexto marcado por grandes desigualdades, essa abordagem busca romper as relações de produção capitalistas, pela defesa da promoção da igualdade de oportunidades, do enfrentamento ao desemprego e da inclusão social (Ferreira, et. al, 2019).

Contrariamente à lógica competitiva predominante, a economia solidária introduz a ideia de cooperação e a solidariedade como orientadores da organização do trabalho. Sendo assim, a promoção da economia solidária tem se mostrado uma estratégia relevante para atenuação dos entraves estruturais da sociedade brasileira, principalmente por meio da implementação de políticas públicas para o alcance do desenvolvimento justo (SETHAS, 2020).

Apesar dos avanços na institucionalização das políticas públicas voltadas para essa área no Brasil, ainda existem diversos desafios, cabendo destaque para: a estruturação da rede de comercialização; manutenção dos fundamentos ideológicos da economia solidária; e a articulação da economia solidária com um programa de desenvolvimento nacional (Ferreira, et. al, 2019).

No estado do Rio Grande do Norte, particularmente, a economia solidária foi instituída como política pública por meio da Lei nº 8798/2006, coordenada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS). A política pública é voltada para apoiar o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, a partir do fortalecimento de cooperativas, associações e outras organizações sociais, oferecendo suporte financeiro, técnico e institucional para os setores mais vulneráveis da população.

Sabe-se, contudo, que a articulação entre a política pública e a demanda dos empreendimentos muitas vezes não é eficiente e compromete sua continuidade, o que compromete a sua continuidade e sua capacidade de atender seus objetivos propostos. Soma-se a isso, o desconhecimento e a resistência por parcela da população sobre os benefícios da economia solidária, o que acaba por dificultar a consolidação da cultura cooperativa no estado.

A partir disso, o objetivo do trabalho de pesquisa é analisar as políticas públicas direcionadas para a promoção da economia solidária no Rio Grande do Norte e suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social no estado.

Especificamente, busca-se: i) Identificar as principais iniciativas governamentais de apoio à economia solidária no Rio Grande do Norte; ii) Analisar os desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários no estado; iii) Compreender os efeitos das políticas públicas de economia solidária no fortalecimento da inclusão social e da geração de trabalho e renda para grupos vulneráveis no Rio Grande do Norte.

Metodologia

A metodologia do trabalho de pesquisa é de natureza quali-quantitativa. A abordagem qualitativa foi fundamental para compreender as nuances conceituais e contextuais relacionadas à economia solidária, enquanto a metodologia quantitativa permitiu a análise de dados concretos e estatísticos que sustentam as reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho.

O desenvolvimento da pesquisa envolveu, inicialmente, uma revisão bibliográfica, com a seleção de autores que desenvolveram o estudo da economia solidária e suas diversas vertentes. Essa etapa incluiu a leitura de artigos acadêmicos e publicações especializadas que discutem os fundamentos teóricos, as práticas e os desafios enfrentados por essa abordagem de modelo econômico. Também foram considerados estudos que abordam especificamente as políticas públicas voltadas para os empreendimentos de economia solidária, tanto nacionalmente quanto no contexto regional do Rio Grande do Norte, com o objetivo de compreender como essas políticas se articulam e se concretizam em diferentes medidas.

Além da fundamentação teórica, foram utilizados dados retirados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), um site oficial que reúne informações estatísticas sobre os empreendimentos econômico-solidários cadastrados por todo o país. Esses dados foram essenciais para a construção da análise quantitativa sobre o cenário atual da economia solidária, permitindo identificar suas características organizacionais e áreas de atuação, além de outros aspectos relevantes para o entendimento da realidade desses empreendimentos no Brasil e, em especial, no estado do Rio Grande do Norte.

Resultados e Discussões

A economia solidária no Rio Grande do Norte foi institucionalizada como política pública pela Lei nº 8798/2006. Essa legislação tem como instrumentos essenciais para sua implementação a criação de produtos e serviços a partir de cooperativas e organizações pautadas pela gestão democrática e pela solidariedade; a distribuição justa das riquezas; a autogestão; o

desenvolvimento sustentável; o respeito aos ecossistemas; a valorização do ser humano e do trabalho; a igualdade de gênero e o empoderamento social.

A partir dos objetivos da política pública, a economia solidária busca envolver diversos grupos sociais com foco na inclusão socioeconômica, da autonomia e do fortalecimento comunitário. Ao trabalhar com tantos grupos distintos, a economia solidária permite que a população, muitas vezes historicamente marginalizadas, se organizem de maneira coletiva visando a promoção da justiça social, da sustentabilidade e da solidariedade. Feita a partir dos dados adquiridos no CADSOL, a Figura 1 ilustra essa diversidade de grupos sociais da economia solidária no Rio Grande do Norte.

Como mostrado, os artesãos representam 24% dos empreendimentos cadastrados no RN, seguidos dos agricultores familiares, que atingem 22%. A economia solidária oferece a esses grupos uma forma de se organizarem e alcançarem melhores condições de trabalho. Assim, esses empreendimentos solidários procuram “as potencialidades de produção e comercialização conjunta, a agregação de valor, a necessidade de políticas públicas adequadas e de fortalecimento de mercados locais, a criação de redes de trocas, o crédito solidário e outras ideias e projetos” (MENDANHA, 2010, p. 42).

Do ponto de vista da atividade econômica, os dados do CADSOL expõem que os empreendimentos atuam majoritariamente na produção e comercialização de bens e serviços, criando alternativas sustentáveis ao mercado tradicional, como mostra dados na figura 2. Tendo em mente os Art. 8º e Art. 9º da lei ordinária 8798 de 2006 do Rio Grande do Norte, são confirmativos para a nomenclatura desses empreendimentos, pois esses incluem cooperativas, associações, pequenos produtores e grupos organizados que atuam de forma autogestionária e em redes colaborativas, integrando produção, consumo e prestação de serviços. O trabalho coletivo, a troca solidária e o consumo compartilhado são atitudes importantes relacionadas a esse conceito, promovendo o crescimento em conjunto dos envolvidos e a inclusão social. A figura 3 apresenta as principais motivações para a criação dos empreendimentos cadastrados no CADSOL. A partir da análises de dados efetuados utilizando o Cadsol, a pesquisa apontou que o motivo que mais incentivou a criação desses empreendimentos foi por ser uma fonte complementar de renda para os associados (12,8%), seguido de ser um fator de desenvolvimento comunitário para potencialidades e capacidades (12,3%), de uma alternativa ao desemprego (10,2%) e de desenvolver uma atividade onde todos os envolvidos são donos (10,0%), entre outros. Estes números reafirmam os princípios da economia solidária falados anteriormente, como o da cooperação, da autogestão e do desenvolvimento comunitário e sustentável. Além disso, estas motivações ocorrem, principalmente, pela renda gerada por esses empreendimentos e pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento de um povo.

Em 2020, vindo de uma demanda estrutural da política estadual, foi aprovado o Plano Estadual da Economia Solidária do Rio Grande do Norte, firmado em quatro eixos de atuação, que são: I) Ambiente Institucional: Legislação e

Integração de Políticas Públicas; II) Produção, Comercialização e Consumo Solidário; III) Linhas de Crédito e Finanças Solidárias; e IV) Educação, Formação e Assessoramento. O Plano Estadual foi construído de forma coletiva, a partir da sistematização da experiência acumulada da política estadual, e tem como objetivo orientar as diretrizes e ações prioritárias para a economia solidária, retratando seus principais desafios e ações estratégicas.

No Eixo 1, Ambiente Institucional, trata-se da necessidade de uma estrutura administrativa para coordenar o funcionamento da política estadual, fortalecendo a organização e a representatividade do segmento. O diagnóstico central foi superar o desafio da fragilidade das estruturas legais, políticas e administrativas que frequentemente estão associadas à descontinuidades das políticas públicas, tais como na economia solidária. Por isso, a partir desse eixo, buscou-se adotar a abordagem territorial na execução das políticas da economia solidária, respeitando as especificidades dos dez territórios de identidade do estado.

No que concerne ao Eixo 2, de produção, comercialização e consumo solidário, enfatiza-se a importância das políticas articuladas e inclusivas, por meio de espaços próprios e redes solidárias. A política pública deve ser orientada para uma articulação entre os processos de produção, comercialização e consumo de forma sustentável, respeitando os princípios da autogestão e da cooperação. O fortalecimento de espaços como feiras, centrais e pontos fixos de comercialização é fundamental para garantir a visibilidade e a viabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários (EES).

Por outro lado, o eixo 3 aborda as linhas de crédito e finanças solidárias, reforçando o papel do crédito como um instrumento de autonomia, inclusão e desenvolvimento local sustentável dentro da economia solidária. O argumento principal é que o acesso ao crédito permite, além do financiamento das atividades, a emancipação econômica dos empreendimentos solidários. Por isso, a política deve reconhecer a diversidade dos empreendimentos, assim como as organizações coletivas que os mesmos estão inseridos. Além disso, o eixo foca em grupos historicamente marginalizados e vulneráveis socialmente, tais como: mulheres, jovens, povos de comunidades e culturas tradicionais, migrantes e refugiados.

Por fim, o eixo 4, destaca a necessidade de uma política pública de educação diversificada, contínua, integral e multidisciplinar, capaz de atender às diversas realidades que compõem o campo da economia solidária. Isso quer dizer que os empreendimentos solidários possuem distintas formas organizativas, territórios de atuação e sujeitos sociais envolvidos, exigindo, portanto, processos formativos que considerem essas individualidades. A educação popular, nesse contexto, é vista como ferramenta estratégica para a formação crítica, a cidadania ativa, a autogestão e a cooperação solidária, fundamentos essenciais da Economia Solidária.

Em 2023, a partir da LEI Nº 11.363, foi estabelecido o Programa Estadual de Compras Governamentais (PECES) da Economia Solidária, com o intuito de garantir a obtenção de produtos e contratação de serviços, do setor Têxtil e de

Confecção, de Empreendimentos da Economia Solidária no estado do Rio Grande do Norte. Entre um dos objetivos do programa, é importante destacar o estímulo e fortalecimento da Economia Solidária, promovendo a inclusão socioeconômica, com fomento à produção sustentável. Com o programa, é garantido que pelo menos 30% da demanda de serviços do setor têxtil e de confecção do Governo do Estado seja abastecida com aquisição de produtos e contratação de serviços de EES do estado.

Com o intuito de evidenciar a dinâmica econômica de um segmento tipicamente da economia solidária, o estudo também analisou dados dos empregos formais dos últimos anos do comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanato no estado, tal como ilustrado na figura 4. Apesar da limitação por retratar dados do mercado formal, o levantamento estatístico parece revelar aspectos relevantes no que tange os potenciais impactos promovidos na economia estadual.

Inicialmente, cabe destacar que o segmento é marcado por baixos níveis salariais, principalmente de até um salário mínimo e meio. Tal constatação reforça um desafio inerente no setor, pela necessidade de maior capacitação da mão de obra e pela incorporação em níveis salariais mais elevados. Por outro lado, em 2020 o segmento atingiu um número de 708 empregos formais e passou para 999, em 2024, o que representou aproximadamente 41% de aumento. Um aspecto positivo observado nesse período foi a queda do contingente que estava na faixa salarial compreendida entre meio e um salário mínimo, e o aumento das pessoas que ganhavam até dois salários, em 2024. Esses dados revelam, por um lado, o potencial de crescimento da economia solidária e, por outro, os desafios estruturais que precisam ser enfrentados para garantir um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Conclusão

O estudo buscou analisar as políticas públicas voltadas à promoção da economia no estado do Rio Grande do Norte, com foco na contribuição para o desenvolvimento socioeconômico. Por meio da análise documental, foi possível constatar que a política estadual está alinhada com os preceitos básicos da economia solidária e revela um engajamento contínuo do governo sobre a temática, tendo em vista que as ações adotadas são atuais.

Para grupos historicamente marginalizados e vulneráveis, a economia solidária oferece um modelo de organização que favorece melhores condições de trabalho e inclusão produtiva. Em termos de atuação econômica, os dados do CADSOL expõem que os empreendimentos atuam majoritariamente na produção e comercialização de bens e serviços, criando alternativas sustentáveis ao mercado tradicional. No que tange a motivação dos empreendimentos, a principal razão apontada foi a busca por uma fonte

complementar de renda de renda para os associados, em seguida, destacam-se fatores como o desenvolvimento comunitário baseado nas potencialidades locais e capacidades, de uma alternativa ao desemprego e de desenvolver uma atividade onde todos os envolvidos possuem autonomia.

Do ponto de vista dos desafios, a economia solidária percorre a adoção de um ambiente institucional reconhecido, assim, é essencial ter a constância das políticas públicas e a consolidação de atores representativos. Além disso, um problema para os empreendimentos solidários é sobre o acesso ao crédito, fazendo com que, muitas vezes, o crescimento e formalização dos negócios seja limitado. Outro ponto abordado pelo estudo foi a necessidade da incorporação de melhorias na capacitação dos empreendimentos, questão que poderia provocar melhorias na gestão, no acesso ao mercado de trabalho e no alcance de maiores níveis salariais.

Os impactos das políticas públicas no fortalecimento da economia solidária no estado são perceptíveis, especialmente na inclusão social de grupos historicamente vulneráveis, no fortalecimento da economia local e na redução das desigualdades regionais. Por exemplo, o empoderamento de mulheres e jovens, um aspecto levantado pelo Plano estadual, reafirma a importância de promover autonomia financeira e protagonismo social para esses segmentos da população.

Conclui-se, que as políticas públicas têm desempenhado um papel significativo na promoção do desenvolvimento socioeconômico potiguar, mesmo que existam desafios estruturais que precisam ser enfrentados para que a economia solidária se firme como uma realidade cada vez mais inclusiva e justa. Proporcionar o acesso ao financiamento, garantir a profissionalização da gestão, a inserção dos empreendimentos em mercados mais amplos e reduzir obstáculos historicamente construídos são entraves existentes, mas destacar os efeitos dessas iniciativas é ressaltar que a continuidade das mesmas é uma condição essencial para que os impactos sejam ampliados ao longo do tempo

Referências

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI. 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019): para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/983>. Acesso em: 22 fev. 2025.

FERREIRA, F. M.; LOMBARDI, L.; SEVERINO, M. R; CARVALHO, C. R. R. CAMPOS, F. R. Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura. Revista de Economia do Centro-Oeste, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 49–69, 2019. DOI: 10.5216/reoeste.v5i1.60222. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/reoeste/article/view/60222>.> Acesso em: 1 mar. 2025.

FÉ, Sandra; NONATO, Raquel Sobral. Caminhos e descaminhos para a institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. Mundo do Trabalho Contemporâneo, [S. l.],

v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7239>. Acesso em: 1 mar. 2025.

GAIGER, Luiz Inácio. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbcsoc/a/3TQfLKKqF6NhrBhvrnJzw3y/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2025.

GOVERNO DO RN / Sethas. Orientações Para Implantação da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária: Diretrizes E Marco Legal. [20–]. Disponível em: <Http://Adcon.Rn.Gov.Br/Acervo/Sethas/Doc/Doc000000000276769.Pdf>. Acesso em: 22 Fev. 2025.

LAVILLE, Jean; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Acesso em: 1 mar. 2025

MARCONSIN, Adauto Fernandes. Economia Solidária: Definições e Contradições. *Revista Intellectus*. v. 18 n. 1, 2011: Edição especial de Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <https://revistasunifajunimax.unieduk.com.br/intellectus/article/view/183>. Acesso em: 22 fev. 2025

MENDANHA, José Francisco. Economia solidária e agricultura familiar. *Revista científica do ITPAC, Araguaína*, v. 3, n. 3, p. 41–44, jul. 2010. Disponível em: <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/33/5.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SOUZA, Armando Lírio de, Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. *Ipea, mercado de trabalho* | 52 | ago. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3882>. Acesso em 1 mar. 2025

SETHAS - Secretaria de estado do trabalho, da habitação e da assistência social. Diagnóstico situacional. 50 Empreendimentos de Economia Solidária Beneficiários do Projeto Economia Solidária RN Convênio 760003/2011 SETHAS - Ministério da Cidadania. <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000261879.PDF>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Acesso em: 22 fev. 2025. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidariaWEB1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jan. 2025

Anexos

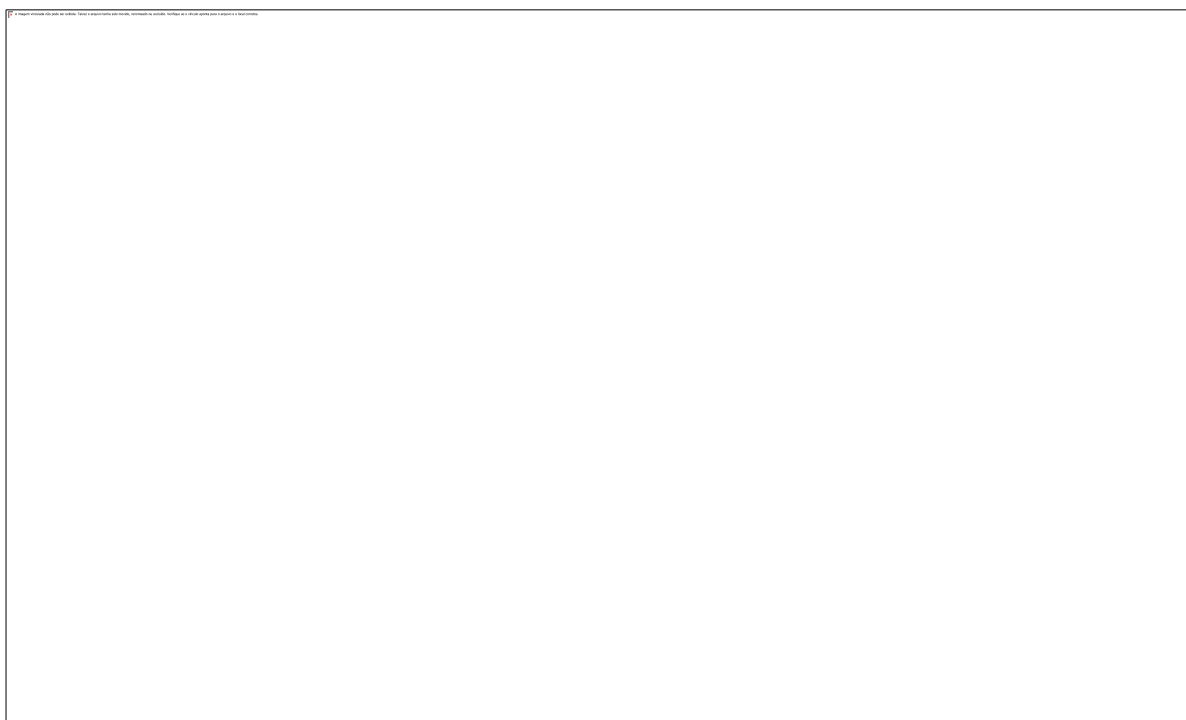


Figura 1 - Grupos sociais cadastrados no CADSOL Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados do Cadsol (2025)

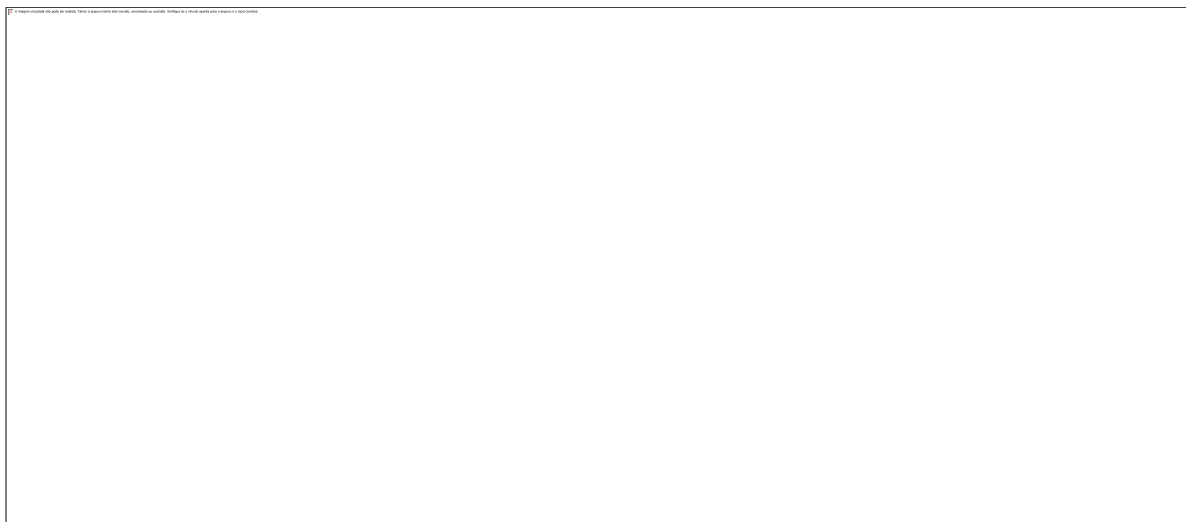


Figura 2 - Atividades econômicas principais realizadas pelos empreendimentos Fonte: Elaboração própria dos autores a partir dos dados do Cadsol (2025)

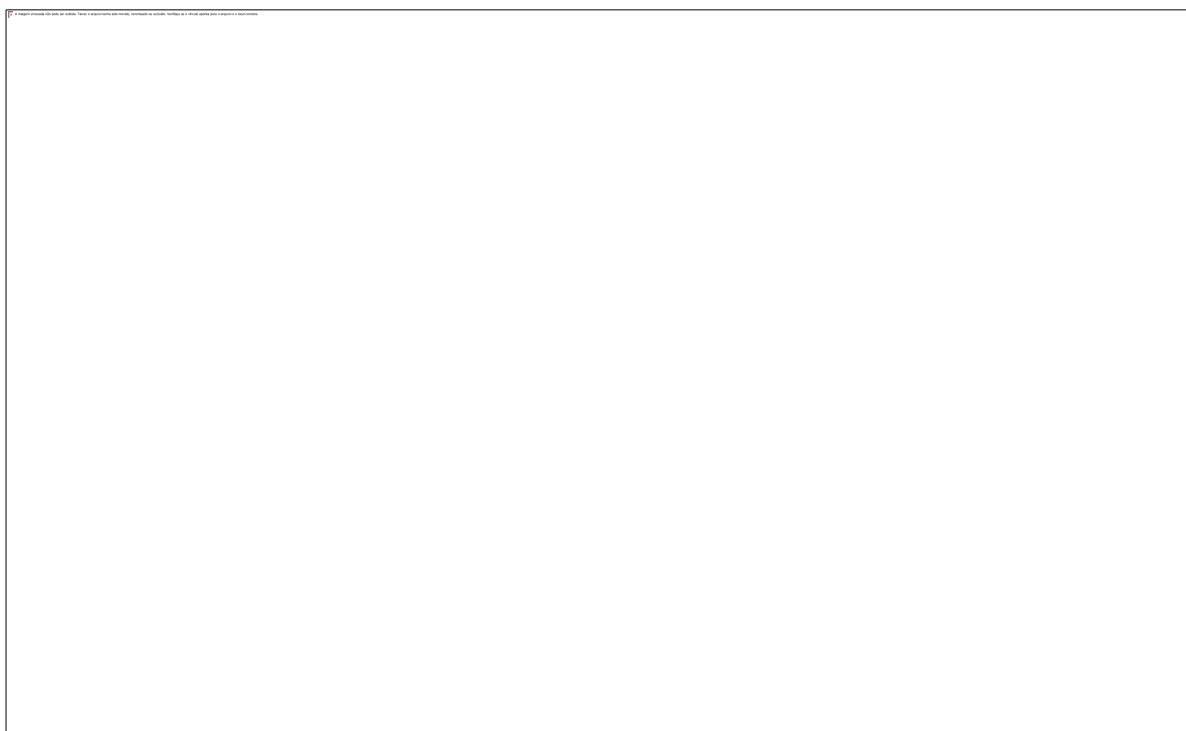


Figura 3- Motivações para a criação dos empreendimentos cadastrados Fonte:
Elaboração própria dos autores a partir dos dados do Cadsol (2025)

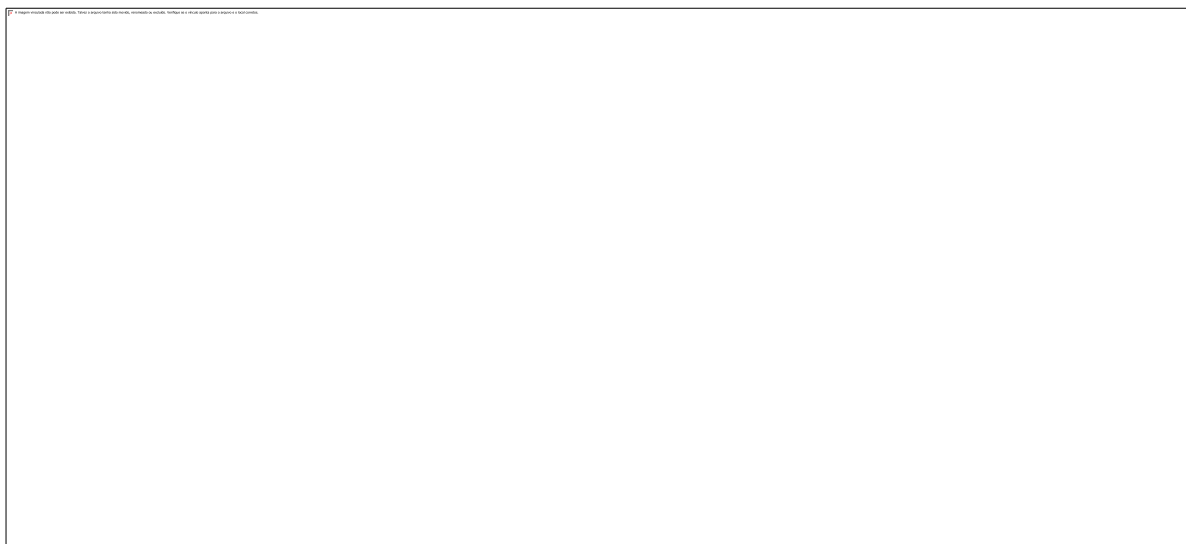


Figura 4 - Mercado de trabalho formal no setor de comércio varejista de souvenirs,
bijuterias e artesanato no RN: quantidade de emprego por faixa salarial Fonte:
elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS (2025)

CÓDIGO: HS0204

AUTOR: MARIA MORGANA DAMAR ARAUJO FREITAS

ORIENTADOR: WILKER RICARDO DE MENDONCA NOBREGA

TÍTULO: Política pública e gestão de crises: uma análise das ações da arena turística no litoral da cidade de João Pessoa, Paraíba

Resumo

O estudo em questão tem como objetivo geral compreender o papel da arena política no processo de gerenciamento de crises na área costeira de interesse turístico da cidade de João Pessoa-PB, com foco no levantamento e na análise de práticas e ações turísticas voltadas ao planejamento e à mitigação dos eventos negativos que atingem o litoral. Para isso, a pesquisa adota natureza qualitativa e exploratória, respaldada em revisão bibliográfica, observação direta de campo e entrevistas realizadas. Os resultados obtidos apontam para uma concentração da atividade turística nas áreas litorâneas do estado, o que evidencia um destaque ao segmento de sol e mar no local. Além disso, os resultados destacam a vulnerabilidade socioambiental e as problemáticas relacionadas à gestão de crises nas áreas de construção do Polo Turístico Cabo Branco e na falésia de Cabo Branco. O estudo identificou também um modelo de gestão centralizador e pouco participativo, que dificulta o processo de diálogo e a articulação entre os diferentes atores envolvidos nessas respectivas situações críticas. Infere-se, portanto, a urgência na incorporação de uma gestão mais aberta e participativa, bem como no aperfeiçoamento e atualização das ações de planejamento dentro do cenário de crise, de forma a assegurar um desenvolvimento turístico mais sustentável e resiliente.

Palavras-chave: gestão de crises, turismo costeiro, política pública

TITLE: Public policy and crisis management: an analysis of the actions of the tourism arena on the coastline of João Pessoa, Paraíba

Abstract

The present study aims to understand the role of the political arena in the crisis management process in the coastal area of tourist interest in the city of João Pessoa-PB Brazil, focusing on the identification and analysis of tourism practices and actions directed toward the planning and mitigation of negative events affecting the coastline. To this end, the research adopts a qualitative and exploratory approach, supported by a literature review, direct field observation, and conducted interviews. The results indicate a concentration of tourism activity in the coastal areas of the state, highlighting the prominence of the sun-and-sea segment in the region. Furthermore, the findings underscore the area's socio-environmental vulnerability and the challenges related to crisis management, particularly in the construction zones of the Cabo Branco Tourism Complex and the Cabo Branco cliff. The study also identified a centralized and minimally participatory governance model, which hinders dialogue and coordination among the different actors involved in these critical situations. Therefore, it is inferred that there is an urgent need to adopt a more open and participatory management approach, as well as to improve and update planning strategies in crisis scenarios, in order to ensure more sustainable and resilient tourism development.

Keywords: crisis management, coastal tourism, public policy

Introdução

A crescente ocorrência de desastres e crises dentro do cenário turístico tem causado uma série de consequências negativas aos destinos ao redor do mundo. No Brasil, em 2024, o estado do Rio Grande do Sul enfrentou uma das maiores catástrofes de sua história: enchentes e deslizamentos atingiram 418 municípios e deixaram, ao menos, 876 mil pessoas em situação de vulnerabilidade (Agência Gov, 2024). Já em 2023, na cidade de Natal (RN), ataques organizados por uma facção criminosa resultaram em incêndios a prédios públicos, comércios e veículos (G1 RN, 2023), deixando a população local insegura. Esses exemplos ilustram eventos negativos que, mesmo sem relação direta com a atividade turística, geram impactos ao seu desenvolvimento. As enchentes destruíram boa parte da infraestrutura urbana dos municípios atingidos, comprometendo a viabilidade da atividade turística. Por outro lado, os ataques em Natal repercutiram intensamente na mídia, prejudicando a imagem do destino, que pode passar a ser visto como inseguro.

De acordo com Glaesser (2004) essa elevação no número de desastres está ligada ao crescimento populacional mundial, que tem acarretado na maior urbanização dos espaços, acelerado o processo de escassez de água e a utilização de áreas vulneráveis. Dentre as áreas mais afetadas e com maior grau de vulnerabilidade dentro desse contexto se destacam as zonas costeiras, que por possuírem grande riqueza natural e diversa biodiversidade, são cada vez mais procuradas para a prática do turismo.

Vulnerabilidade é definida como a “propensão ou predisposição para ser afetado negativamente. A vulnerabilidade engloba uma variedade de conceitos, incluindo sensibilidade ou suscetibilidade a danos e falta de capacidade de enfrentamento e adaptação” (Santos-Lacueva, Anton Clavé, & Saladié, 2017, p.2). Outro fator que está

diretamente relacionado à vulnerabilidade dos destinos turísticos, especialmente os costeiros, são as mudanças climáticas que tendem a modificar as temperaturas, a disponibilidade das praias e a qualidade dos ecossistemas, e que podem ser aceleradas pela ação antrópica (Santos-Lacueva et al., 2017). Ainda segundo os autores, essas mudanças impactam os destinos de forma indireta: aumentando os preços e a percepção de risco, e diminuindo a qualidade dos recursos naturais disponíveis. O que afeta a atratividade local e compromete a continuidade da atividade turística.

Por esse motivo, é essencial compreender os riscos e seus efeitos no turismo, especialmente nos destinos costeiros, mais propensos a catástrofes devido à sua vulnerabilidade. A adoção de estratégias eficazes para mitigar ou evitar tais impactos depende deste entendimento prévio. Nesse sentido, Glaesser (2004 p.22) define a gestão de crises como “as estratégias, processos e medidas que são planejadas e em vigor para prevenir e enfrentar crises.”

A Região Metropolitana de João Pessoa, foco deste estudo, vem se destacando dentro do cenário turístico nacional, com um vasto leque de atrativos, majoritariamente naturais. Assim, investigar os riscos, crises, políticas públicas implementadas e ações de mitigação adotadas, é essencial para compreender as ações da arena turística e construir estratégias eficazes e sustentáveis para o desenvolvimento da atividade na área.

Considerando essas questões, este trabalho tem por objetivo geral: Compreender o papel da arena política no processo de gerenciamento de crises na área costeira de interesse turístico da cidade de João Pessoa-PB. E como objetivos específicos: Identificar as principais práticas turísticas realizadas no litoral da cidade de João Pessoa-PB, Levantar as principais ações públicas e privadas voltadas à gestão da crise para consolidar o turismo local na área de estudo, Descrever o perfil dos atores que atuam nas práticas turísticas locais e Compreender o processo de planejamento e gestão nos momentos de pré, durante e pós crises, nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Metodologia

O seguinte trabalho fará uma análise crítica do processo de desenvolvimento de políticas públicas e gestão de crises na arena turística da cidade de João Pessoa, Paraíba. Com isso o método selecionado e considerado mais propício ao desenvolvimento do estudo foi o qualitativo, de natureza exploratória e tipologia dissertativa, alinhada a uma linha crítica dialética.

O escopo do estudo incluiu entrevistas a alguns dos principais agentes envolvidos na atividade turística na área, dentre eles: servidores públicos e representantes da comunidade local. O universo da pesquisa compreenderá os atores que estão diretamente ou indiretamente envolvidos no turismo local. A amostra adotada foi não probabilística por conveniência, onde levou-se em consideração a disponibilidade dos participantes, nos dias de campo realizado. As entrevistas realizaram-se presencialmente, em locais de conveniência aos entrevistados de forma a estabelecer um contato mais seguro com estes.

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, entrevistas, e observação visual. A pesquisa bibliográfica buscou coletar notícias, documentos governamentais, artigos científicos e trabalhos acadêmicos acerca do local. Com o objetivo de construir uma compreensão mais ampla acerca do cenário atual da região antes da realização da visita de campo, dando início a investigação sobre as principais problemáticas e crises turísticas que afetam o litoral da capital paraibana. As entrevistas e a observação visual por sua vez constituem-se em uma abordagem mais empírica e prática, sendo realizadas no período de campo, o que possibilitou uma maior aproximação com o local e os atores envolvidos na arena turística. Esse contato concedeu uma compreensão mais aprofundada da realidade da cidade e de suas fragilidades, evidenciando elementos já compreendidos e identificados anteriormente na revisão bibliográfica, e reformulando percepções que, sem o contato direto, possivelmente seriam invisibilizadas e passariam despercebidas.

Os dados por sua vez foram analisados por meio do método de Análise de Conteúdo (AC), que é subdividido em três etapas principais: a pré-análise, voltada à organização inicial do material; onde realizaram-se leitura flutuante, escolha de documentos, constituição do corpus e preparação do material, na etapa da exploração do material, busca se identificar unidades de registro e unidades de contexto, e, por fim, o tratamento dos resultados, tem como foco a interpretação das informações obtida, através da categorização descrição e análise dos dados. A Figura 1, apresentada a seguir, ilustra de forma mais completa o processo de análise de dados, com base na proposta de Bardin (1977, p. 102), conforme adaptado por Mendes e Miskulin (2017).

A pesquisa foi executada seguindo os princípios estabelecidos para assegurar os os direitos e a proteção dos participantes, observando as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e da Lei nº 14.874/2024, que estabelece parâmetros no tratamento de dados pessoais e da preservação da privacidade dos envolvidos.

Resultados e Discussões

A cidade de João Pessoa fica localizada no estado da Paraíba, sendo contemplada como capital da região. Segundo dados do IBGE (2024) João Pessoa conta com uma área territorial de 210,044 km² e uma população estimada em 888.679 habitantes. Para além disso tem o bioma de mata atlântica como o predominante no corpo do seu território e é pertencente ao sistema costeiro- marinho.

As belezas naturais do Estado da Paraíba, composto por belas praias, e pelo verde vibrante da mata atlântica presente, compõem os principais meios de atração turística da região, que encanta e atrai visitantes de diversas partes do país e do mundo. Segundo Sousa (2011, p.21) João Pessoa “apresenta 25 km de praias urbanas, com destaque para as praias de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, as quais se constituem nas praias mais visitadas por turistas”.

O site oficial da Prefeitura de João Pessoa destaca uma vasta variedade de atrativos pertencentes ao município que oferecem ao turista um leque diversificado de

possibilidades. Dentre eles estão o artesanato local, praças e parques, monumentos históricos, praias e piscinas naturais, além de igrejas. Dentro dessa subdivisão, os atrativos e passeios turísticos litorâneos se sobressaem, aparecendo em maior número em relação aos demais, totalizando 12 locais, ligeiramente à frente dos monumentos históricos (11), das praças e parques (8), das igrejas (7) e do artesanato (5) (Prefeitura Municipal de João Pessoa, s.d). Os principais atrativos e pontos turísticos citados pelo site na categoria litoral incluem: Piscinas Naturais do Seixas, Picãozinho, Praia do Bessa, Praia do Cabo Branco, Praia do Seixas, Praia da Penha, Praia de Jacarapé, Praia do Sol, Praia de Barra de Gramame, Praia de Manaíra, Praia de Tambaú e o pôr do sol na Praia do Jacaré.

Esses atrativos concentram uma série de práticas turísticas associadas ao lazer, à natureza e à contemplação no litoral da cidade. A Praia do Seixas, considerada o ponto mais oriental das Américas, oferece uma rica biodiversidade marinha, além das famosas piscinas naturais, ideais para mergulhos e esportes náuticos. Picãozinho, por sua vez, está localizado a aproximadamente 1.500 metros da Praia de Tambaú e propicia aos visitantes a possibilidade de realizar passeios em embarcações que fazem o traslado entre a orla e os recifes. A Praia do Bessa abriga a área conhecida como “Caribessa”, que, por apresentar águas calmas, é bastante procurada para atividades como passeios de caiaque e stand up paddle. Além disso, a praia também possui naufrágios que datam dos séculos XIX e XX, atraindo turistas que se aventuram em mergulhos nessas águas. A Praia do Cabo Branco, por sua vez, está situada em uma área nobre e representa o trecho de orla mais movimentado da cidade, contando com uma robusta infraestrutura composta por diversas opções de restaurantes, hotéis e lanchonetes, com destaque para o Farol do Cabo Branco e a Estação Cabo Branco. Já a Praia de Tambaú, também tradicionalmente movimentada, dispõe de ampla infraestrutura e funciona como ponto de partida para os passeios náuticos que seguem até os recifes. As praias da Penha, Jacarapé, do Sol e de Barra de Gramame oferecem experiências mais tranquilas e ligadas ao contato com a natureza, com destaque para Barra de Gramame, onde é possível realizar passeios em dunas, manguezais, de jangadas ou caiaques, que enriquecem a vivência no local. Por fim, a Praia do Jacaré, localizada em Cabedelo, reúne turistas diariamente para assistir ao pôr do sol, que se tornou um dos passeios mais emblemáticos da região, além de oferecer uma feirinha de artesanato às margens da praia (Prefeitura Municipal de João Pessoa, s.d).

Para melhor compreender essas práticas é essencial que seja entendida também a dinâmica dos atores envolvidos no meio turístico, os quais têm interferência direta no desenvolvimento da atividade na área. De acordo com Coutinho e Nóbrega (2019) a governança compreende um processo e não um fim, que por sua vez incluirá diversos atores diferentes nos atos decisórios, que se dividem em três grupos: “atores do setor privado, atores do setor público e a sociedade civil que passou a ser denominada como terceiro setor.” (p.64)

O setor público da capital paraibana é composto tanto por órgãos diretamente relacionados à atividade turística, como é o caso da Secretaria Municipal de Turismo (SETUR/JP), da Secretaria de Estado do Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETDE), e da Empresa Paraibana de Turismo (PBTUR). Sendo esses órgãos responsáveis pelo planejamento, promoção e fiscalização das atividades turísticas, além da articulação de políticas públicas e projetos para o setor. Quanto por órgãos com

interferência indireta no turismo, como a Prefeitura e Governo Estadual que juntos são responsáveis principalmente pela captação de investimentos em infraestrutura dentro da atividade turística.

No princípio das pesquisas, com o levantamento de notícias sobre a capital Paraibana, identificou-se uma reportagem do site Brasil de Fato (2023), que narrava o impedimento por parte do poder público da participação popular na aprovação do plano diretor da cidade. As decisões foram determinadas exclusivamente pelos componentes governamentais na câmara municipal, sem qualquer tipo de abertura para participação popular na sessão, onde foi instaurada uma barricada pelos guardas municipais, que impediram o debate. Essa postura, observada antes mesmo da visita ao local, revelou indícios de uma possível perfil arbitrário por parte dos atores públicos, acentuando a possibilidade de centralização do poder decisório e a debilidade nas relações de diálogo entre governo e comunidade.

Na visita de campo realizada em março deste ano, onde houveram tentativas de contato com os atores públicos para entrevistas e entendimento do cenário atual das crises na cidade, a primeira impressão se fortaleceu à medida que apenas um dos diversos atores contactados respondeu positivamente ao convite de conversa, contudo, no momento marcado, o mesmo não se encontrava, sendo a equipe técnica encubida de mediar a conversa. Essa dificuldade no processo de contato, somado ao fato de não ter sido realizado um encontro com nenhuma autoridade local, reforça a percepção inicial sobre o perfil fechado e impositivo da gestão pública.

Acerca do perfil do setor privado, pouco poderá ser definido, uma vez que as tentativas de contato com os principais empresários envolvidos na implementação dos equipamentos que compõem o Polo Turístico Cabo Branco resultaram em baixa adesão. As iniciativas de agendamento de entrevistas foram recusadas, impossibilitando o diálogo com esses representantes. Esse esquivamento, contudo, poderá indicar uma característica do próprio perfil desse segmento, que, assim como observado por parte do setor público, revela-se aparentemente fechado e pouco receptivo ao debate. Ademais, ao conversar-se com a representante da comunidade de Jacarapé, foram confidenciais ameaças, por parte dos empresários envolvidos no projeto do Polo. Esse relato evidencia um perfil agressivo diante do conflito, apontando para uma postura impositiva e autoritária desse grupo de atores.

Em contraste com perfil centralizador observado nos setores público e privado, a sociedade civil e a comunidade local revela traços de um perfil participativo e consciente, que constantemente busca ser inserido nos processos decisórios e que não se acomoda frente a decisões prejudiciais a si e a cidade. A resistência da comunidade de Jacarapé diante da obra do Polo turístico que a expulsava de seu local de origem, é um claro exemplo dessa busca por voz ativa, uma vez que a comunidade local não se deixou intimidar pelas ameaças e pelas influências de um poder aparentemente muito mais forte. A representante da comunidade na entrevista realizada no local, narrou toda a luta que enfrentam pela permanência no território, e pela preservação natural do local, que vão desde a busca por apoio político de outros estados e municípios até a elaboração de abaixo assinados e cartas abertas de ONGS, movimentos sociais e grupos universitários e de pesquisa.

Essa postura participativa da comunidade também pode ser observada em outra situação recente, como na mobilização popular contrária ao projeto de alargamento da orla de João Pessoa. Segundo matéria publicada pelo Brasil de Fato (2023), movimentos sociais, ambientalistas e a própria população local se articularam a fim de proteger a área dos possíveis impactos socioambientais negativos da obra, além de cobrarem a falta de participação popular nesse processo de tomada de decisão. A página do Instagram @minhajampa comentou a situação e expressou o descontentamento com a ausência de diálogo: “Mais uma vez, Cícero Lucena e Léo Bezerra tomam decisões de grande impacto para todos nós sem consultar a população e sem resolver de fato os problemas existentes.” O episódio evidencia a disposição da sociedade em questionar, criticar e defender seus territórios e direitos.

Por fim, é imprescindível citar também a presença do Conselho Municipal de Turismo de João Pessoa, que foi criado pela Lei Municipal n. 11.708 e que se constitui como um órgão consultivo, normativo, deliberativo e de assessoramento (Prefeitura Municipal de João Pessoa, s.d.). Os conselhos de políticas públicas possuem, fundamentalmente, uma natureza híbrida, sendo compostos por representantes do setor público, do setor privado e da sociedade civil. Segundo Feitosa e Cunha (2016). A adoção desse tipo de instrumento pode indicar uma tentativa de democratização da governança, que até então demonstrara uma postura inacessível, a instauração desse órgão contribui de forma determinante, para o aprimoramento no desenvolvimento das práticas turísticas locais.

A atuação desses diferentes atores torna-se ainda mais substancial na consolidação do turismo na área, bem como na articulação em cenários de crises, como as que têm atingido João Pessoa na atualidade. O conceito de crises na literatura do turismo é amplamente discutido, mas, neste trabalho, se adotará a ideia segundo a definição de Ritchie (2004), que as descreve como eventos inesperados ou situações que se desenvolvem de forma gradual, mas que ocasionam grandes impactos nos destinos e no setor turístico como um todo, resultando na diminuição do fluxo de turistas e visitantes, além de provocar prejuízos a infraestrutura local e aos setores econômicos e sociais.

A atividade turística na região de João Pessoa tem enfrentado uma série de desafios nos últimos anos, substancialmente relacionados a crises ambientais. No início do estudo, buscou-se identificar os principais problemas e riscos que comprometem o bom desenvolvimento do turismo na área, entre os quais destacam-se dois casos emblemáticos. O primeiro refere-se à construção do Polo Turístico do Cabo Branco, localizado em uma área pertencente ao bioma Mata Atlântica, em processo de regeneração e limítrofe a três Unidades de Conservação (Cesar, Gutierrez & Santos, 2024). Onde as obras desse empreendimento têm provocado elevados níveis de desmatamento da fauna e flora locais, além da expulsão territorial de comunidades tradicionais que habitavam a região. A segunda situação crítica diz respeito ao processo acelerado de erosão da falésia do Farol de Cabo Branco, que vem conduzindo à sua desestabilização e possível desmoronamento.

Diante desses cenários de vulnerabilidade ambiental e social, surgem questionamentos acerca das respostas dadas por parte dos setores envolvidos, tornando-se essencial compreender como a gestão de crises pode ser incorporada às políticas públicas de turismo, que correspondem ao conjunto de ações promovidas por atores públicos, em articulação com outros setores, com o propósito de alcançar diferentes objetivos

relacionados à diversidade do fenômeno turístico (Coutinho et al., 2019). Uma das ações identificadas, com o objetivo de melhorar o desempenho turístico na área, foi a implementação do programa “MTur Itinerante”, que percorre o país levando capacitação e informações do Ministério do Turismo para gestores e empresários do setor. Em João Pessoa, o evento disponibilizou palestras instrutivas acerca do Cadastur e Fungetur (Governo do Estado da Paraíba, 2025), descentralizando ações e facilitando o acesso a financiamentos do Novo Fungetur para empreendimentos turísticos.

A cidade também apresenta iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental. Tais como a criação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica (João Pessoa & Silva, 2012). E a participação na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), que tem como foco a articulação de iniciativas sustentáveis nas dimensões ambiental, econômica e de gestão (dos Santos Pinto, da Fonseca & de Araújo, 2017).

No que diz respeito ao Polo Turístico do Cabo Branco, uma das políticas públicas implementadas foi a disponibilização de editais de chamamento público, em parceria com a CINEP, compostos por benefícios relevantes, como: redutores de preço aplicados sobre a avaliação inicial do terreno, o prazo de 24 meses de carência, o parcelamento em até 60 meses e a flexibilidade para execução do projeto, que poderia ser executado em duas fases (Companhia de Desenvolvimento da Paraíba [CINEP], 2025). A pré-construção do Polo também passou por um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), apresentados em 1989 (Moura & Garcia, 2009) para subsidiar tecnicamente o projeto. Outra ação importante no decorrer da construção desse equipamento foi a elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que se deu devido à ausência de um plano de manejo pré-estabelecido (Logepa, 2011).

Já na falésia de Cabo Branco, de acordo com dos Santos Pinto et al. (2017, p. 74) devido a intensa atividade da construção civil “fatores que são causas naturais para a erosão da barreira (ventos, pluviosidade, nível eustático do mar, bem como sua conformação geológica) acabam por serem agravados em razão de intervenções antrópicas.” Conforme relatado por Crispim, Cavalcanti e Freitas (2024), um EIA foi apresentado à Prefeitura de João Pessoa, o qual sugeriu algumas medidas, dentre elas a construção de recifes artificiais semissubmersos e, posteriormente, o enrocamento da barreira.

Embora as respostas adotadas demonstrem esforços para o desenvolvimento turístico e o enfrentamento de crises na área, a falta de um planejamento integrado e contínuo destacam a necessidade de se analisar mais a fundo os processos de gestão, especialmente nas etapas pré-crise, crise e pós-crise. Antes de mais é preciso entender a segmentação dessas etapas e quais ações cada uma compreende. A primeira etapa intitulada de pré-crise corresponde ao reconhecimento do problema, e o desenvolvimento de possíveis caminhos para evitá-lo. A segunda etapa, de crise efetivamente, refere-se ao desenvolvimento de estratégias bem planejadas. E por fim a terceira etapa de pós-crise, relaciona-se a ações retificadoras e com vista a conquistar uma boa imagem, e a credibilidade e confiança dos visitantes (Jia, Shi, Jia & Li, 2012).

A categorização que será feita a seguir, dos processos de gestão de crises identificados na cidade de João Pessoa, será feita levando em consideração ações já citadas anteriormente relacionadas às duas crises mencionadas, onde se levará em consideração também a ocasião em que cada uma foi tomada. Como os projetos ainda não foram finalizados e as discussões e conflitos persistem atualmente no cenário municipal, impossibilita-se a identificação de ações pós-crise, até o momento.

A primeira fase dentro deste contexto, é composta por ações preventivas com vista a evitar possíveis futuros problemas. Nesse sentido pode elencar como movimentações pré-crise a adesão pioneira ao Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (João Pessoa et al., 2012) e a participação na Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis. Que demonstram o interesse em preservar os recursos naturais da área que são elementos fundamentais para a atividade turística local, equilibrando o interesse econômico e a preservação ambiental (dos Santos Pinto et al., 2017). Dentro do contexto de eventos críticos identificados o principal instrumento de planejamento reconhecido nesta etapa primária foi o desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ambos realizados tanto na área de construção do Polo Turístico de Cabo Branco, quanto na Falésia de Cabo Branco.

O EIA-RIMA realizado no Polo Turístico foi apresentados no ano de 1989, entretanto algumas questões controversas envolvem a realização destes estudos, uma delas é o fato de que eles continuam vigentes atualmente, com apenas algumas poucas alterações (Moura et al., 2009), não tendo sido atualizados, mesmo diante do fato de que com todos esses anos a vegetação e o ecossistema local tenham sido alterados (Cesar et al., 2024). Outro aspecto que merece ser evidenciados é o fato de que estes estudos não foram submetidos a audiência pública preestabelecida (Moura et al., 2009), mesmo contando com construções em áreas já ocupadas por comunidades locais como é o caso de Jacarapé, essa medida demonstra uma postura centralizadora das autoridades envolvidas, negligenciando a participação popular. Além disso, é fundamental mencionar também que o EIA-RIMA devido à sua datação, não considera as diretrizes do Decreto atual Nº 750/93 que tem como princípio a proteção do bioma de Mata Atlântica, e a redução da sua exploração (Moura et al., 2009). Essa não adequação, apontam para uma situação perigosa de não obrigatoriedade no atendimento aos princípios de conservação.

Sobre as ações realizadas durante a segunda fase, ou o período de crise propriamente dito, no Polo podem citar-se o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que foi concebido logo após um período de embargo das obras entre 1991 e 1996 e que previa a recuperação das áreas degradadas, assinado em 2006 onde as obras foram retomadas (Amâncio & Portioli, 2024). O projeto do Polo vem sendo executado desde o final da década de 1980 (D'Angelis & Lima, 2015). No entanto, desde sua concepção, o empreendimento enfrentou sucessivas paralisações motivadas por embargos ambientais e instabilidades políticas (Amâncio et al., 2024). É dentro desse cenário que surge a carta aberta como instrumento de resposta social aos impactos já percebidos e em andamento. A carta é assinada por coletivos ambientalistas, projetos universitários e organizações civis, e tem como objetivo central a suspensão das obras. Ela denuncia falhas institucionais, a ausência de consulta às comunidades tradicionais, e impactos ambientais. Impactos estes que se relacionam, com outra crise apontada, uma vez que a

concretização do projeto intensifica o processo de erosão da falésia (Carta Aberta aos Moradores da Cidade de João Pessoa e seus Representantes sobre o Polo Turístico Cabo Branco, Brasil de Fato, 2021), demonstrando que o projeto pode causar danos não apenas ao seu território, mas também a atrativos turísticos vizinhos, o que ressalta a urgência em repensar os próximos passos.

Já na falésia do Cabo Branco, a principal ação identificada no atual período de crise foi a execução das obras sugeridas pelo EIA-RIMA. No entanto, a construção de um muro realizada sem a liberação prevista, na parte inferior da praia, acabou por potencializar o processo de erosão (Crispim et al., 2024). Diante do exposto, percebe-se que, mesmo com a existência concreta de ações planejadas para gerir os processos de crise na cidade, muitas delas apresentam falhas técnicas, como a exclusão social e a sobreposição dos interesses econômicos. Tais fragilidades comprometem não apenas a eficácia da gestão nas diferentes fases da crise, mas também o desenvolvimento de uma prática turística verdadeiramente sustentável a longo prazo.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo compreender o papel da arena turística de João Pessoa no processo de gestão de crises, e, para isso, buscou identificar as principais práticas turísticas locais, os principais atores envolvidos dentro dessa atividade, seus respectivos perfis, bem como as ações desenvolvidas para a gestão desses eventos negativos nas devidas fases em que uma crise é subdividida.

Entre os principais resultados obtidos nesta pesquisa, destacam-se a alta concentração da atividade turística no segmento de sol e mar, com forte predominância nas áreas de orla. Essas regiões, por sua vez, são as que mais recebem investimentos e melhorias de infraestrutura. No entanto, tal centralização acaba por desvalorizar outras áreas igualmente relevantes, que também demandam atenção e investimentos adequados. Outro resultado relevante levantado diz respeito à forma de gestão de crises propriamente dita na capital paraibana, que aparenta traços ainda muito rudimentares e frágeis, tanto a nível técnico quanto institucional, trazendo consequências desfavoráveis nas esferas ambientais e sociais, em detrimento do desenvolvimento turístico e econômico. Além disso, observa-se também um claro distanciamento entre os atores públicos e privados face à sociedade civil, o que dificulta o processo de cooperação frente a esses cenários de crises.

Esses resultados apontam para um modelo de governança autoritária, que é soberana e centraliza o poder decisório. Esse afastamento de um possível modelo de gestão compartilhada compromete o desenvolvimento sustentável do turismo, bem como a capacidade de recuperação e busca por soluções diante dos cenários críticos locais. Ainda que seja possível identificar iniciativas como a instauração do Conselho Municipal de Turismo, que objetiva, a priori, fazer a ponte entre esses atores, essa ligação não é estreitada de forma efetiva.

Desta forma, torna-se essencial que os espaços de governança sejam flexibilizados e se tornem ambientes abertos ao diálogo e à participação, de forma a estreitar as relações entre os três atores envolvidos na atividade turística, para que, de fato, ela se desenvolva de forma sólida e duradoura. Para além disso, visando à proteção dos recursos naturais, dos direitos sociais e, conseqüentemente, do desenvolvimento turístico local, torna-se fundamental que os estudos de impacto ambiental sejam atualizados e alinhados à legislação atual. Em conclusão, cabe enfatizar também a necessidade de maiores investimentos em educação ambiental, para que se tenha ciência acerca da degradação natural feita e seus possíveis impactos, bem como na capacitação de gestores em cenários de crise, para que, assim, possam ser dosadas as decisões tomadas em prol do desenvolvimento, que, por vezes, desequilibram os demais setores sociais e podem colocar em risco a continuidade da atividade turística, por vezes, de forma permanente.

Referências

Sousa, P. M. D. (2011). Turismo, território e políticas públicas: uma análise do destino João Pessoa/PB (Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (s.d.). Pontos turísticos. Recuperado em 17 de julho de 2025, de <https://turismo.joaopessoa.pb.gov.br/o-que-fazer/pontos-turisticos/>

Agência Gov. (2024, julho). 876 mil pessoas foram diretamente atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Recuperado em 22 de julho de 2025, de <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202407/876-mil-pessoas-foram-diretamente-atingidas-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul>

G1 RN. (2023, 16 de março). Ônibus circulam com frota reduzida em Natal e trens urbanos não funcionam nesta quinta (16). Recuperado em 22 de julho de 2025, de <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/03/16/onibus-circulam-com-frota-reduzida-em-natal-e-trens-urbanos-nao-funcionam-nesta-quinta-15.ghtml>

Glaesser, D. (2004). Crisis management in the tourism industry. Routledge.

Mendes, R. M., & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. Cadernos de pesquisa, 47(165), 1044-1066.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (n.d.). João Pessoa. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/joao-pessoa.html>

Santos-Lacueva, R., Anton Clave, S., & Saladié, Ò. (2017). The vulnerability of coastal tourism destinations to climate change: The usefulness of policy analysis. Sustainability, 9(11), 2062.

Coutinho, A. C. A., & Nóbrega, W. R. D. M. (2019). Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 13, 55-70.

Brasil de Fato. (2023, 23 de dezembro). Plano Diretor de João Pessoa é aprovado sob acusação de conflitos ambientais, urbanos e sociais.<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/23/plano-diretor-de-joao-pessoa-e-aprovado-sob-acusacao-de-conflitos-ambientais-urbanos-e-sociais>

Brasil de Fato. (2023, 27 de fevereiro). Movimentos sociais se opõem ao alargamento da orla de João Pessoa: entenda o caso.<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/27/movimentos-sociais-se-opoem-ao-alargamento-da-orla-de-joao-pessoa-entenda-o-caso/>

Prefeitura Municipal de João Pessoa. (s.d.). Conselho Municipal de Turismo (CMT). Secretaria Municipal de Turismo.<http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/setur/cmt/>

Feitosa, S. S. A., & Cunha, J. D. (2016). PARTICIPAÇÃO E GOVERNANÇA PARA ALÉM DAS INSTITUIÇÕES: Análise da Reativação do Conselho Municipal de Políticas Culturais de João Pessoa. In Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte. Universidade Federal da Paraíba.

Ritchie, B. W. (2004). Chaos, crises and disasters: A strategic approach to crisis management in the tourism industry. *Tourism management*, 25(6), 669-683.

Cesar, P. H., Gutierrez, H. E. P., & Santos, J. S. D. (2024). A insustentabilidade da “sustentabilidade”: algumas reflexões a respeito da implementação do Polo Turístico Cabo Branco (PB). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, 17(4), 508-530.

Governo do Estado da Paraíba. (2025, fevereiro). Ministro do Turismo Celso Sabino visita João Pessoa com o projeto MTur Itinerante. Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico.<https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-turismo-e-desenvolvimento-economico/noticias/ministro-do-turismo-celso-sabino-visita-joao-pessoa-com-o-projeto-mtur-itinerante>

João Pessoa (Prefeitura Municipal), & Silva, L. M. T. (Coord.). (2012). Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa (100 p., il.). F&A Gráfica e Editora.

dos Santos Pinto, A. L. M., da Fonseca, M. B., & de Araújo, A. F. V. (2017). Percepção ambiental e valoração ambiental: o caso da Barreira do Cabo Branco em João Pessoa-PB. *Reflexões Econômicas*, 3(1), 57-77.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA – CINEP. (2025). Edital de Chamamento Público nº 001/2025. Recuperado de <https://www.cinep.pb.gov.br/porta1/wp-content/uploads/2025/02/EDITAL-DE-CHAMAMENTO-PUBLICO-Nº.-001-2025-DITUR.pdf>

Moura, A. K. C., & Garcia, L. G. (2009). Políticas públicas de turismo e sustentabilidade: o polo turístico Cabo Branco em análise. *Cultur: revista de cultura e turismo*, 3(3), 5.

do Logepa, C. (2011). Turismo e produção do espaço litorâneo: modernização e contradições socioespaciais em João Pessoa–PB. *Cadernos do Logepa*, 6(1), 58-75.

Amâncio, A., & Portioli, J. (2024, fevereiro). Construção de polo turístico em João Pessoa já desmatou quase 50 hectares de Mata Atlântica. *Mongabay Brasil*. <https://brasil.mongabay.com/2024/02/construcao-de-polo-turistico-em-joao-pessoa-ja-desmatou-quase-50-hectares-de-mata-atlantica/>

Crispim, M. C., Cavalcanti, A. B., & Freitas, J. K. D. S. D. (2024). Intervenções para a contenção da erosão na Barreira do Cabo Branco (João Pessoa-PB): consequências e propostas. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 11(27), 223-242.

Jia, Z., Shi, Y., Jia, Y., & Li, D. (2012). A framework of knowledge management systems for tourism crisis management. *Procedia Engineering*, 29, 138-143.

Carta Aberta aos Moradores da Cidade de João Pessoa e seus Representantes sobre o Polo Turístico Cabo Branco. (2021). *Brasil de Fato*. <https://cdn.brasildefato.com.br/documents/ee344b0140735aa300c70a1a31cf075c.pdf>

D'Angelis, B. C. S., & da Costa Lima, G. F. (2015). Políticas Públicas de turismo na Paraíba: avaliação do Polo Cabo Branco e do Prodetur (NE). *Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL*, 2(10).

Anexos

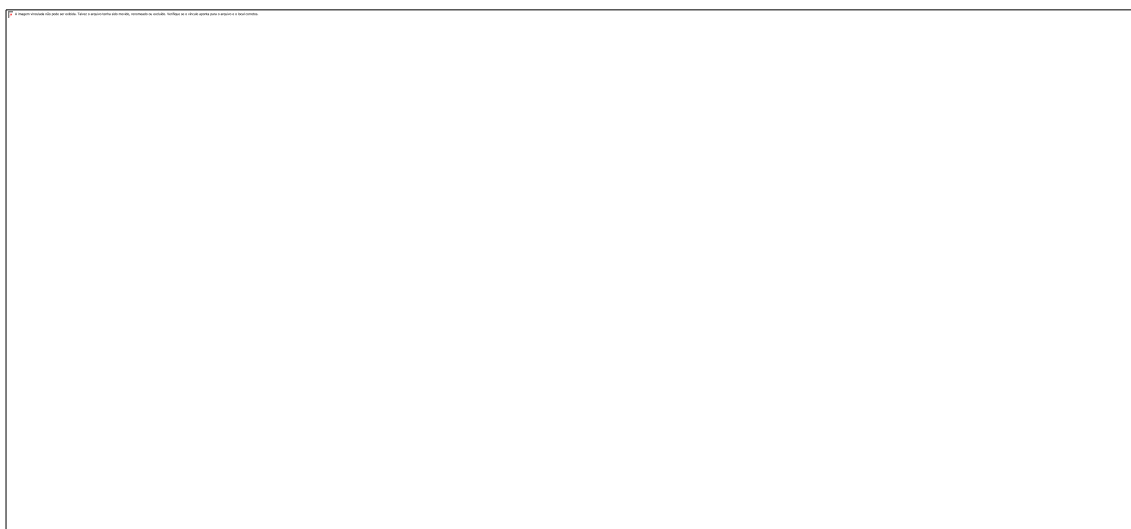


Figura 1- Fonte: Mendes e Miskulin (2017)

CÓDIGO: HS0213

AUTOR: LAÍSE EVELLIN COSTA TORRES

ORIENTADOR: THIAGO OLIVEIRA MOREIRA

TÍTULO: O ARTIGO 8º DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS E A (IN)CONVENCIONALIDADE DA SÚMULA VINCULANTE Nº 3 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Resumo

A imprescindibilidade do direito às garantias judiciais é reconhecida no âmbito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos a partir de diversos pronunciamentos dos principais órgãos que o compõem, para além do expressamente previsto no artigo 8º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH). Em contrapartida, o Supremo Tribunal Federal, através da Súmula Vinculante nº 3, firmou entendimento no sentido de considerar as garantias do contraditório e da ampla defesa como dispensáveis no âmbito do processo administrativo que versa sobre apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de benefícios previdenciários, surgindo a dúvida se esse posicionamento pode ser considerado convencional à luz do artigo 8º da CADH. Nesse contexto, o presente trabalho, que tem como justificativas o 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, a Recomendação nº 123 do Conselho Nacional de Justiça e o Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos, vai tratar da convencionalidade da norma editada pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro frente a um dos requisitos indispensáveis ao trâmite processual: o direito humano ao contraditório e à ampla defesa, utilizando-se de pesquisas bibliográficas, documentais e jurisprudenciais. Em resultado, defende-se a inconvencionalidade parcial da Súmula Vinculante nº 3 frente ao art. 8º da CADH e a consequente violação, pelo Brasil, do princípio do pacta sunt servanda, traduzido pelos artigos 1º e 2º daquela Convenção.

Palavras-chave: Garantias judiciais. Controle de Convencionalidade. S.V. nº 3.

TITLE: ARTICLE 8 OF THE AMERICAN CONVENTION ON HUMAN RIGHTS AND THE (IN)CONVENTIONALITY OF BINDING PRECEDENT N. 3 OF THE SUPREME FEDERAL COURT

Abstract

The indispensability of the right to judicial guarantees is recognized within the Inter-American Human Rights Protection System through various pronouncements by its main bodies, beyond what is expressly set forth in Article 8 of the American Convention on Human Rights (ACHR). In contrast, the Brazilian Supreme Federal Court, through Binding Precedent No. 3, established the understanding that the guarantees of adversarial proceedings and full defense may be waived in the context of administrative proceedings concerning the assessment of the legality of the initial granting of social security benefits, raising the question of whether such a stance may be considered conventional in light of Article 8 of the ACHR. In this context, the present work—justified by the 16th Sustainable Development Goal, Recommendation No. 123 of the National Council of Justice, and the National Judiciary Pact for Human Rights—addresses the conventionality of the rule issued by the highest body of the Brazilian Judiciary in relation to one of the indispensable requirements of due process: the human right to adversarial proceedings and full defense, employing bibliographical, documentary, and jurisprudential research. As a result, it argues for the partial incompatibility of Binding Precedent No. 3 with Article 8 of the ACHR and the consequent violation by Brazil of the principle of *pacta sunt servanda*, as enshrined in Articles 1 and 2 of that Convention.

Keywords: Judicial guarantees. Conventionality control. Binding Precedent No. 3.

Introdução

Diversos são os pronunciamentos dos principais órgãos que compõem o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos (SIPDH) relativamente às diretrizes mínimas a serem observadas diante de um processo. De mais a mais, a própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), em seu artigo 8º, torna incontestável o direito humano às garantias judiciais; cuja aplicação, apesar da tendenciosa nomenclatura, deve se dar em âmbitos que vão além do judicial, de modo a se incluir, também, o processo administrativo.

Por sua vez, a Súmula Vinculante nº 3 (SV nº 3), do Supremo Tribunal Federal (STF), chancela a prescindibilidade da aplicação das garantias do contraditório e da ampla defesa a algumas esferas processuais, notadamente na apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de benefícios previdenciários, partindo do pressuposto de que, nesse momento, a relação jurídica é traçada entre o Tribunal de Contas e a Administração, e não entre aquele e o indivíduo detentor do direito previdenciário.

Nesse contexto, urge indagar: a Súmula Vinculante nº 3, do Supremo Tribunal Federal, pode ser considerada convencional à luz do artigo 8º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos?

Para responder a tal problemática, se desenvolverá objetivos específicos constituídos em elucidar os principais aspectos do SIPDH; discorrer sobre as garantias processuais do Direito Interamericano de Direitos Humanos; evidenciar as manifestações e padrões da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos em matéria de garantias processuais, inclusive os relacionados ao Estado brasileiro; analisar a (in)convencionalidade da Súmula Vinculante nº 3 do STF; abordar a Teoria Geral do

Controle de Convencionalidade; e refletir acerca da (in)compatibilidade da Súmula Vinculante nº 3 com o art. 8º da Convenção Americana.

A presente pesquisa, vinculada ao Grupo de Pesquisa Direito Internacional dos Direitos Humanos e as pessoas em situação de vulnerabilidade (CNPq/UFRN), justifica-se em razão da constante inobservância, pelos Poderes que compõem o Estado brasileiro, do necessário controle de convencionalidade que deve ser realizado no momento de prolação de seus atos, em detrimento dos direitos das pessoas por eles diretamente afetadas, bem como do previsto no 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, o que se torna ainda mais alarmante pela continuidade mesmo após a criação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, a prolação da Recomendação nº 123 do Conselho Nacional de Justiça e do Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.

Para além disso, é importante reconhecer que ainda são incipientes os trabalhos científicos que versam sobre o controle de convencionalidade no âmbito do direito administrativo, inclusive no que diz respeito à esfera processual. Espera-se, nesse contexto, que esta pesquisa fomente os estudos sobre o tema em apreço, bem como possa contribuir para a mudança de comportamento dos órgãos que movimentam a máquina estatal no que concerne à efetiva proteção dos direitos humanos, em especial as garantias processuais.

Metodologia

Para tanto, a presente pesquisa apresentará uma abordagem qualitativa e uma natureza aplicada. Quanto ao seu objetivo, ele pode ser considerado descritivo e exploratório. O método utilizado é o dedutivo e os principais procedimentos técnicos utilizados são a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso comparado, utilizando-se o procedimento de observação de análise documental, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e jurisprudencial, em relação à Corte IDH e a Súmula Vinculante nº 3.

Tal conteúdo jurisprudencial será apresentado a partir da evidenciação de pronunciamentos emblemáticos dos principais órgãos interamericanos que podem ser considerados como padrões do tema ora comentado. Por outro lado, no que concerne aos posicionamentos diretamente relacionados ao Estado brasileiro, a matéria jurisprudencial será colhida no respectivo site da Corte IDH, mediante a utilização das seguintes palavras-chave: “garantias judiciais e convenção americana”; “garantias judiciais e processo administrativo”; e “processo administrativo e contraditório”, considerando todas as manifestações daquele tribunal que retornarem aos referidos termos, sem delimitação de lapso temporal.

Resultados e Discussões

2 BREVES ASPECTOS DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E A PREVISÃO DAS GARANTIAS PROCESSUAIS

A simples análise dos acontecimentos históricos que marcaram a humanidade revela a necessidade do reconhecimento e da proteção de direitos ao ser humano. Como leciona Sidney Guerra, o Direito Internacional dos Direitos Humanos visa “à proteção das pessoas pela atribuição direta e imediata de direitos aos indivíduos pelo Direito Internacional, direitos esses que se pretendem também ver assegurados perante o próprio Estado” (2011, p.79).

Em âmbito local, o marco da criação de um sistema regional de proteção dos direitos humanos destinado aos Estados Americanos se deu com a Conferência de 1948 em Bogotá, que criou a Organização dos Estados Americanos, tendo como principal instrumento a CADH, embora este não encerre o Corpus Juris Interamericano, de modo que, atualmente, tem-se mais nove mecanismos sobre direitos humanos no SIPDH. O SIPDH atua de forma a complementar a proteção humana que deve se dar no âmbito da jurisdição de cada Estado-parte. Assim, o direito interno e o interamericano devem caminhar lado a lado em direção à maior efetividade dos direitos humanos que se comprometeram a tutelar, na esfera dos quais se incluem as garantias processuais. Tão importante é a realização de um processo que não viole os direitos básicos dos indivíduos, que diversos instrumentos interamericanos deram espaço ao estabelecimento de parâmetros mínimos a serem observados no âmbito processual. De forma mais atenta, chama-se atenção ao art. 8º da CADH. Intitulado “garantias judiciais”, esse artigo evidencia as garantias processuais como um gênero que comporta diversos direitos concretizadores do devido processo legal, definido por um ambiente processual em que é assegurado o direito de todo ser humano de ser ouvido por um juízo competente, imparcial e independente, assegurada a possibilidade de recurso, contraditório, ampla defesa e solução dentro de um prazo razoável. Vale destacar que, apesar da nomenclatura, o art. 8º não se restringe ao Poder Judiciário. A esse respeito, é possível mencionar o caso Claude Reyes e outros Vs. Chile, destacado por Zulima Sánchez (2022) como uma das sentenças mais importantes no que concerne à extensão do âmbito de aplicação do art. 8º –, quando a Corte IDH assinalou que as garantias do artigo 8º “devem ser observadas nos vários procedimentos em que os órgãos estatais adotam decisões sobre a determinação dos direitos das pessoas, já que o Estado também concede a autoridades administrativas, colegiadas ou unipessoais, a função de adotar decisões que determinam direitos” (2006, p.48). O fato é que a simples leitura do art. 8º revela a indubitável imprescindibilidade do direito humano às garantias processuais; no entanto, tendo em vista a recorrência de sua violação pelos Estados-parte, a sua concretização somente aparenta ser possível através da atuação dos principais órgãos que compõem o SIPDH.

2.1 MANIFESTAÇÕES DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

O SIPDH tem como principais órgãos que o compõem a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, consoante leciona Thiago Oliveira Moreira (2015), direcionam-se à promoção e à defesa dos direitos humanos, para além da interpretação e da aplicação da CADH, principal instrumento normativo do SIPDH. No âmbito das manifestações da primeira em matéria de garantias processuais, é pertinente ressaltar que, desde o ano de 1999, no Informe nº 49/99, analisando o procedimento adotado pelo Estado mexicano no âmbito de processo administrativo em que se almejava a expulsão de determinados indivíduos do território, a CIDH já ressaltava que da simples interpretação do art. 8º da CADH pode-se extrair que suas disposições

“son aplicables a procedimientos administrativos tanto como a los judiciales”. Posteriormente, em 16/04/01 a Comissão elaborou o Segundo Informe de Progreso de la Relatoría sobre Trabajadores Migratorios y Miembros de sus Familias en el Hemisferio, ocasião em que definiu os arts. 8º e 25 da CADH, como o piso mínimo de devido processo legal a ser observado, de modo a reconhecer que estos dos artículos se aplican a toda situación en que se deba determinar el contenido y alcance de los derechos de una persona sometida a la jurisdicción del Estado parte, ya sea que se trate de materias penales, administrativas, fiscales, laborales, de familia, contractuales o de cualquier otra índole. Posicionamento este que foi ratificado em 22/10/02, quando da elaboração do Informe sobre Terrorismo e Derechos Humanos, e em 5/8/20, quando publicou o relatório “Debido proceso en los procedimientos para la determinación de la condición de persona refugiada, y apátrida y el otorgamiento de protección complementaria”. Em acréscimo, menciona-se o Informe nº 57/05, relativo à petição 12.143, que versa sobre a determinação discricionária da aposentadoria de um oficial dos Carabineros do Chile, em razão de ter proferido uma piada sobre a instituição policial chilena. Na ocasião, a CIDH declarou a admissibilidade do caso, por entender que a atuação discricionária do Estado do Chile, ao limitar direitos individuais concernentes ao devido processo administrativo, poderia violar o art. 8º da CADH. Por conseguinte, em 07/09/07, a Comissão publicou o relatório intitulado “El Acceso a la justicia como garantía de los derechos económicos, sociales y culturales: estudio de los estándares fijados por el sistema interamericano de derechos humanos”, momento em que apontou o reconhecimento do SIPDH de que as diretrizes relativas ao alcance do direito ao devido processo precisavam ser delineadas e enfatizou que “la Corte IDH ha tenido oportunidad de remarcar la plena aplicabilidad de la garantía en sede administrativa” (p.22).

A partir dessa linha de manifestação, é possível apontar que a amplitude da aplicabilidade das garantias processuais é matéria incontroversa no âmbito da Comissão Interamericana, o que não a difere da Corte IDH.

2.2 ESTÁNDARES DA CORTE INTERAMERICANA EM MATÉRIA DE GARANTIAS PROCESSUAIS

A Corte IDH vem consolidando um amplo rol de pronunciamentos que podem ser visualizados como estándares no que concerne às garantias processuais. A priori, menciona-se o entendimento firmado no âmbito da Opinião Consultiva (OC) nº 9/87, solicitada com a finalidade de que fosse elucidado o alcance da proibição de suspensão das garantias judiciais em estado de emergência. Na ocasião, a Corte concluiu que os princípios que guiam o devido processo legal “no pueden suspenderse con motivo de las situaciones de excepción en cuanto constituyen condiciones necesarias para que los instrumentos procesales, regulados por la Convención, puedan considerarse como garantías judiciales” (p.8).

No mesmo sentido, cita-se a OC nº 16/99, em que também é destacado o caráter fundamental das garantias processuais à concretização do devido processo legal. Quanto a este pronunciamento, importa citar o voto proferido pelo juiz García Ramírez, momento em que enfatizou que “não é possível sustentar que há devido processo (...) quando o acusado desconhece as acusações feitas contra ele, ou quando não existe a possibilidade de apresentar provas e de formular alegações” (p.12). De mais a mais, pode-se mencionar a sentença proferida, em 28/02/03, no caso Cinco Pensionistas v. Peru, referente à redução e à revisão de proventos de pensão a partir de parâmetros discricionariamente arbitrados pelo Estado peruano, através do Decreto-Lei

nº 20530. Nessa conjuntura, a Corte IDH entendeu que em vez de actuar arbitrariamente, si el Estado quería dar otra interpretación al Decreto-Ley Nº 20530 y sus normas conexas, aplicables a los cinco pensionistas, debió: a) realizar un procedimiento administrativo con pleno respeto a las garantías adecuadas, y b) respetar, en todo caso, por sobre las decisiones de la administración, las determinaciones que adoptaron los tribunales de justicia. (p.50-51) Por conseguinte, cabe citar as sentenças proferidas, em 23/11/10, no caso Vélez Loor v. Panamá, e em 25/11/13, no caso Família Pacheco Tineo v. Bolívia, ocasiões em que a Corte destacou que qualquer autoridade e órgão público, em atuação comissiva ou omissiva dentro do ambiente processual, seja ele administrativo ou judicial, deve respeitar o devido processo legal. Conquanto todas essas decisões tenham defendido a aplicação das garantias processuais em qualquer situação que possa afetar os direitos, não se pode olvidar a existência de manifestações da Corte IDH especificamente voltadas ao Brasil, cuja análise é fundamental para compreender a conjuntura em que se encontra o país no qual vige uma SV que encara os direitos ao contraditório e à ampla defesa como prescindíveis em determinadas esferas processuais.

3 A VIOLAÇÃO DAS GARANTIAS JUDICIAIS PELO BRASIL SEGUNDO AS MANIFESTAÇÕES DA CORTE INTERAMERICANA

A submissão do Estado brasileiro à jurisdição da Corte IDH foi ratificada através do Decreto nº 4.463/02, momento em que foi reconhecida a competência obrigatória daquele Tribunal em todos os casos relativos à interpretação ou aplicação da CADH. Desse marco de submissão até os dias atuais, o país teve julgados, na esfera interamericana, 19 casos contenciosos, com proferição de 18 sentenças condenatórias. Embora tanto a CADH, ratificada em 1992, quanto a CF/88 contenham a defesa explícita dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, diversos são os casos em que a Corte IDH constatou a violação, pelo Brasil, do imposto pelo art. 8º da CADH, de modo que, dentre pronunciamentos exarados de 11/2005 a 11/2024, foi reconhecida a violação do referido dispositivo em mais de 90% dos casos. Ao consultar as manifestações diretamente relacionadas ao Brasil, obteve-se o retorno de 37 pronunciamentos, dentre resoluções, sentenças, opiniões consultivas, supervisões de cumprimento de sentença e convocatórias a audiências. De início, merece destaque o voto proferido pelo juiz Cançado Trindade na ocasião do julgamento do caso Ximenes Lopes Vs. Brasil, em 04/07/06, momento em que destacou a necessidade considerar as garantias devido processo legal como jus cogens e partes integrantes do direito de acesso à justiça. Em seguimento, na sentença de 06/07/09, proferida nos autos do caso Escher e outros v. Brasil, o Tribunal indicou a violação do art. 8º em razão da ausência de motivação, em sede administrativa, em decisão que autorizou pedido de interceptação telefônica. Tanto no caso anterior como em diversos outros, verifica-se a recorrente violação das garantias judiciais em razão da falta de diligência de procedimentos investigatórios de violações de direitos humanos e da ausência de punição dos respectivos responsáveis, impedindo o efetivo acesso à justiça, para além de casos em que, somado a estas violações, houve o descumprimento do dever duração razoável do processo. No mesmo sentido, no caso Favela Nova Brasília Vs. Brasil, em sentença de 16/02/17, a Corte IDH reconheceu a ausência de devida diligência do Estado para a investigação e a sanção dos responsáveis, além da violação do dever de duração razoável do processo. No entanto, neste caso, merece menção o destacado pela Corte quanto à extensão do art. 8º da CADH, quando salientou que as exigências do devido processo legal se estendem aos

órgãos não judiciais que exercem investigação prévia ao processo judicial, ou seja: se estendem ao processo administrativo de investigação. Por conseguinte, no caso do Povo Indígena Xucuru e seus membros v. Brasil, em sentença de 05/02/18, o Tribunal reconheceu a necessidade observância do devido processo legal, preconizado no art. 8º, no âmbito dos processos administrativos de reconhecimento, demarcação e titulação do território indígena. Por fim, na OC nº 21/14, quando discorreu acerca de garantias do devido processo aplicáveis ao procedimento migratório que envolvem crianças, a Corte reconheceu diversos direitos que, em processos administrativos ou judiciais sobre o tema, o Estado deve observar; dentre os quais ressalta-se o direito de ser ouvido e de participar nas diferentes etapas processuais.

Em suma, pode-se afirmar que os pronunciamentos aqui evidenciados complementam o já apontado, no item anterior, relativamente ao reconhecimento, pela Corte IDH, da imprescindibilidade das garantias previstas no art. 8º da CADH em qualquer que seja o ambiente processual, de modo a tornar pertinente a indagação acerca da realização do controle de convencionalidade no momento da elaboração da SV nº 3.

4 A (IN)CONVENCIONALIDADE DA SÚMULA VINCULANTE Nº 3 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Em 03/04/03, a então relatora Ministra Ellen Gracie proferiu decisão denegatória do Mandado de Segurança (MS) nº 24.268/MG, que tratava de ação constitucional proposta contra atos do Presidente do Tribunal de Contas da União e do Gerente de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, que cessaram, sem garantia do contraditório e da ampla defesa, o pagamento de benefício de pensão previdenciária que vinha sendo percebido pela impetrante há mais de 18 anos.

Na ocasião, a ministra destacou seu posicionamento no sentido de “ser dispensável o contraditório na fase administrativa, eis que a questão é exclusivamente de direito” e, em razão de considerar o procedimento de adoção do caso dos autos nulo, julgou pela denegação do mandamus, considerando legal os atos impugnados. Ressalvados os votos divergentes e concordantes, tal julgamento serviu como precedente representativo à fixação do enunciado da SV nº 3, nos seguintes termos: Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Como se vê, o STF chancelou o afastamento das garantias previstas no art. 5º, LV, da CF/88 e no art. 8º da CADH a determinados ambientes processuais, notadamente o momento de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de benefícios previdenciários. Diante disso, resta examinar se o referido dispositivo encontra respaldo a partir da Teoria Geral do Controle de Convencionalidade.

4.1 TEORIA GERAL DO CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

Em congruência com o que ensina Thiago Oliveira Moreira (2015), diante de um contexto, tanto social quanto jurídico, de constante transformação, desenvolvimento e evolução, não é possível ter como parâmetro máximo de compatibilidade de normas apenas a CF/88, sendo imperioso se atentar aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Nesse sentido, o controle de convencionalidade “consiste na análise da compatibilidade dos atos internos (comissivos ou omissivos) em face das normas internacionais (tratados, costumes internacionais, princípios gerais de direito, atos unilaterais, resoluções

vinculantes de organizações internacionais)” (Ramos, 2023, p.8), que deve ser exercido por toda e qualquer autoridade pública pertencente ao Estado-parte que ratificou a Convenção, consoante dispôs a Corte IDH nos casos Gelman Vs. Uruguay (2011, p.70) e Trabajadores Cesados del Congreso (Aguado Alfaro y otros) respecto de Perú (2010,p.4),
dentre outros.

A afirmação de que o controle de convencionalidade deve ser exercido por toda e qualquer autoridade pública pertencente ao Estado-parte que ratificou a CADH é incontestável à luz da jurisprudência interamericana, cabendo citar, a título de exemplo, o caso Petro Urrego v. Colômbia, nos autos do qual, em sentença exarada em 8/7/2020, a Corte IDH ressaltou que “todas las autoridades de un Estado Parte en la Convención, tienen la obligación de ejercer un control de convencionalidad, de forma tal que la interpretación y aplicación del derecho nacional sea consistente con las obligaciones internacionales del Estado en materia de derechos humanos” (p.38). Não se pode olvidar, ademais, que a convencionalidade de uma norma ou ato, tendo em vista o art. 5º da CF/88, é um pressuposto básico da própria constitucionalidade, uma vez que a inconvencionalidade, na maioria das vezes, pode resultar na inobservância dos preceitos fundamentais estabelecidos na Carta Magna, em consonância com o lecionado por Colantuono, ao salientar que as ordens constitucional e convencional se fortalecem reciprocamente (2021,p.244-245).

Tal entendimento é fundamental para a compreensão da abrangência do controle de convencionalidade e, por conseguinte, para o exame da compatibilidade, ou não, da SV nº 3 com o disposto no art. 8º da CADH.
4.2 A (IN)COMPATIBILIDADE DA SÚMULA VINCULANTE Nº 3 COM O ARTIGO 8º DA CONVENÇÃO AMERICANA
O art. 8º da CADH coloca as garantias processuais em posição notável no âmbito do SIPDH, uma vez que as qualifica como direito humano extensível a todos os indivíduos e a todas as esferas processuais, seja cível, penal, fiscal, trabalhista ou de qualquer outra natureza.

A imprescindibilidade desse direito humano – e princípio constitucional da República – foi reconhecida pelo próprio STF, no já mencionado MS nº 24.268/MG, quando o ministro Celso de Mello destacou que “assiste, ao cidadão, mesmo em procedimentos de índole administrativa, a prerrogativa indisponível do contraditório e da plenitude de defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, consoante prescreve a Constituição da República, em seu art. 5º, inciso LV” (p.53-54). No entanto, ao analisar o dispositivo convencional juntamente ao entendimento sumulado pelo STF, percebe-se uma excepcionalização, pela Corte nacional, da observância das garantias processuais, de modo a demonstrar que, embora ratificada desde 1992, a CADH não goza, ainda hoje, de plena executoriedade no Estado brasileiro. Como ressalta Treacy (2022), o processo administrativo pode ser encarado como uma primeira etapa ao efetivo alcance dos indivíduos ao acesso à justiça. No entanto, com a aplicação da SV nº 3 pelos TCs, passa-se a visualizar um procedimento administrativo falho no que concerne à efetivação tanto dos direitos fundamentais quanto dos direitos humanos, notadamente no que se refere à ampla defesa e ao contraditório. Apesar do pleno vigor da SV nº 3, não parece que o seu enunciado seja integralmente encampado pelos membros do STF. Isso porque, nos autos da ADI nº 2120, sob relatoria do ministro Celso de Mello, em 16/10/08, culminando em decisão de procedência quanto à inconstitucionalidade de dispositivo legal que dispensava o direito de defesa no âmbito de processo administrativo disciplinar, o aludido ministro defendeu a imprescindibilidade dos direitos constitucionais e convencionais à ampla defesa e ao contraditório ao afirmar

que “a preterição do direito de defesa torna írrito e nulo o ato punitivo (...). O direito constitucional à ampla (e prévia) defesa, sob o domínio da Constituição de 1988 (art. 5º, LV), tem como precípuo destinatário o acusado, qualquer acusado, ainda que em sede meramente administrativa” (p.1).

Embora se referindo especificamente ao processo administrativo disciplinar, o ministro utilizou como um de seus fundamentos o art. 8º da CADH, bem como reconheceu que sua aplicação deve ser não apenas diante de uma aplicação de um ato punitivo, mas em qualquer situação que prive direitos, o que não se pode descartar no âmbito da apreciação da legalidade do ato de concessão de benefícios previdenciários. A tese fixada na Súmula não corresponde plenamente ao preconizado pelo art. 8º da CADH, bem como ao defendido pela jurisprudência interamericana, que coloca o devido processo legal e garantias dele decorrentes em posição de fundamental importância, vedando à Administração uma atuação que impossibilite o seu pleno gozo. Assim, é possível concluir que o enunciado da SV nº 3, ao limitar o respeito do contraditório e da ampla defesa a algumas esferas processuais, confronta diretamente, não apenas o art. 8º da CADH, tornando-se parcialmente inconvenção, mas também a CF/88.

Conclusão

O art. 8º da CADH assegura garantias processuais que se estendem a todo âmbito processual, inclusive o administrativo, como é expressamente reconhecido, pela Corte IDH, em diversos casos por ela analisados. Em acréscimo, desdobrando tais garantias, o referido dispositivo estabelece o direito a todo indivíduo de ser ouvido para que se determinem seus direitos ou obrigações de qualquer natureza, o que não exclui a previdenciária.

Assim, a amplitude do alcance de tais garantias, somado ao caráter imperioso desse direito humano, revela que a parte final da Súmula Vinculante nº 3, ao limitar o respeito do contraditório e da ampla defesa a algumas esferas processuais, viola diretamente o art. 8º da CADH, tornando-se parcialmente inconvenção.

Além de seu enunciado não ter sido elaborado com precedência do devido controle de convencionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, a aplicação da Súmula Vinculante nº 3 obstaculiza a realização do referido controle, também, pela Administração Pública, ao abonar um processo administrativo desconexo do devido processo legal.

Conclui-se que, em todo processo que implique restrição de direitos ou determinação de obrigações, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante o preconizado pelo artigo 8º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Em consequência disso, a Súmula Vinculante nº 3 do Supremo Tribunal Federal não pode ser considerada convencional frente ao supramencionado artigo, notadamente em razão dos padrões interpretativos acerca do tema a que ele se refere pela Corte e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de modo que a incompatibilidade desses dois atos legais demonstra-se como uma violação direta, pelo Estado brasileiro, do direito humano ao contraditório e à ampla defesa, bem como um empecilho à perfectibilização do 16º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, para além de esbarrar frontalmente com o que dispõe a própria Constituição Federal de 1988, notadamente em seu artigo 5º, inciso LV.

Referências

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.120**. Repte: Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis - COBRAPOL. Intdos: Governador do Estado do Amazonas e Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Relator: ministro Celso de Mello, 16 de outubro de 2008. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630107>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Mandado de Segurança nº 24.268/MG**. Impetrante: Fernanda Fiuza Brito. Impetrado: Presidente do Tribunal de Contas da União. Relator: Min. Gilmar Mendes, 5 de fevereiro de 2004. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=86111>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 3**. Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1191>. Acesso em 20 ago. 2024.

CIDH. **Debido proceso en los procedimientos para la determinación de la condición de persona refugiada, y apátrida y el otorgamiento de protección complementaria**. 5 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/DebidoProceso-ES.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CIDH. **El Acceso a la justicia como garantía de los derechos económicos, sociales y culturales**: estudio de los estándares fijados por el sistema interamericano de derechos humanos. 7 septiembre 2007. Disponível em: <https://cidh.oas.org/pdf%20files/ACCESO%20A%20LA%20JUSTICIA%20DESC.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CIDH. **Informe Anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos**: Segundo Informe de Progreso de la Relatoría sobre Trabajadores Migratorios y Miembros de sus Familias en el Hemisferio. 16 de abril de 2001. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2001/2181.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CIDH. **Informe sobre Terrorismo y Derechos Humanos**. 22 de octubre de 2002. Disponível em: <https://cidh.oas.org/Terrorism/Span/indice.htm>. Acesso em 21 ago. 2024.

CIDH. **Informe nº 49/99.** Caso 11.610 Loren Laroye Riebe Star, Jorge Barón Guttlein y Rodolfo Izal Elorz, México, 13 de abril de 1999. Disponível em: <https://www.cidh.org/annualrep/98span/Fondo/Mexico%2011.610.htm>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CIDH. **Informe Nº 57/05.** Petición 12.143, admisibilidad, Eduardo Perales Martínez, Chile, 12 de octubre de 2005. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2005sp/Chile12143sp.htm>. Acesso em: 24 ago. 2024.

COLANTUONO, Pablo Ángel Gutiérrez. El control de convencionalidad en sede de las Administraciones Públicas. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance.** n. 18. ano 5. p. 227-245. São Paulo: Ed. RT, jul./set. 2021. Disponível em: <https://rdai.com.br/index.php/rdai/article/view/398/449>. Acesso em: 14 mai. 2024.

CORTE IDH. **Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 26 de septiembre de 2006. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/7172fb59c130058bc5a96931e41d04e2.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CORTE IDH. **Caso Cinco Pensionistas Vs. Peru.** Sentencia de 28 de febrero de 2003. Serie C, No. 98.

CORTE IDH. **Caso Claude Reyes e outros Vs. Chile.** Sentença de 19 de setembro de 2006. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/04/aabaaf52ad8b7668bf2b28e75b0df183.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CORTE IDH. **Caso Escher y otros Vs. Brasil.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 6 de julio de 2009. Serie C No. 200.

CORTE IDH. **Caso Familia Pacheco Tineo Vs. Bolivia.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones, y Costas. Sentencia de 25 de noviembre de 2013. Serie C No. 272. CORTE IDH. **Caso Favela Nova Brasília Vs. Brasil.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 16 de febrero de 2017. Serie C No. 333. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_esp.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

CORTE IDH. **Caso Gelman Vs. Uruguay.** Fondo y Reparaciones. Sentencia de 24 de febrero de 2011. Serie C No. 221.

CORTE IDH. **Caso Petro Urrego Vs. Colômbia.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 8 de julio de 2020. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_406_esp.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

CORTE IDH. **Caso Pueblo Indígena Xucuru y sus miembros Vs. Brasil.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 5 de febrero de 2018. Serie C No. 346.

CORTE IDH. **Caso Trabajadores Cesados del Congreso (Aguado Alfaro y otros) respecto de Perú.** Medidas Provisionales. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 24 de noviembre de 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/trabajadores_se_01.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

CORTE IDH. **Caso Vélez Lóor v. Panamá.** Sentença de 23 de novembro de 2010. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_218_por.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

CORTE IDH. **Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil.** Sentencia de 4 de julio de 2006. Serie C No. 149.

CORTE IDH. **Opinión Consultiva OC-21/14, de 19 de agosto de 2014.** Derechos y garantías de niñas y niños en el contexto de la migración y/o en necesidad de protección internacional. Serie A No. 21. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_esp.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

CORTE IDH. **Parecer Consultivo OC-9/87, de 6 de outubro de 1987.** Garantias judiciais em estados de emergência (arts. 27.2, 25 e 8 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Série A Nº 9. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_09_esp.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

CORTE IDH. **Parecer Consultivo OC-16/99, de 1º de outubro de 1999.** O Direito à Informação Sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_16_por.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

GUERRA, Sidney. **Direito Internacional dos Direitos Humanos.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MOREIRA, Thiago Oliveira. **A aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos pela jurisdição brasileira.** Natal: EDUFRN, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19482>. Acesso em: 29 jul. 2024.

RAMOS, André de Carvalho. **Controle de convencionalidade: origem, conceito e desdobramentos.** Escola Superior do Ministério Público da União, 2023. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/plataforma-aprender/acervo-educacional/conteudo/direitos-humanos-tratados-internacionais-e-o-controle-de-convencionalidade-na-pratica-do-sistema-de-justica-brasileiro/Aula5controlededeconvencionalidadeorigemconceitoed.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SÁNCHEZ, Zulima Sánchez. El procedimiento administrativo en Latinoamérica: una perspectiva desde el ius commune. In: VON BOGDANDY, Armin; ANTONIAZZI, Mariela Morales; SÁNCHEZ, Zulima Sánchez; COVILLA, Juan Carlos (Coords.). **La interamericanización del derecho administrativo en América Latina**: hacia un ius commune. México: Instituto de Estudios Constitucionales del Estado de Querétaro, 2022. p. 121-158.

TREACY, Guillermo F. La proyección de los estándares interamericanos de derechos humanos en el procedimiento administrativo: el caso de los procedimientos en materia migratoria en Argentina. In: VON BOGDANDY, Armin; ANTONIAZZI, Mariela Morales; SÁNCHEZ, Zulima Sánchez; COVILLA, Juan Carlos (Coords.). **La interamericanización del derecho administrativo en América Latina**: hacia un ius commune. México: Instituto de Estudios Constitucionales del Estado de Querétaro, 2022. p. 233-269. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8815389>. Acesso em: 08 jun. 2024.

CÓDIGO: HS0218

AUTOR: NATHALIA EMILLY DANTAS OLIVEIRA

ORIENTADOR: CARLA MONTEFUSCO DE OLIVEIRA

TÍTULO: Novo Ensino Médio: estado da arte

Resumo

Este relatório, vinculado à pesquisa “Educação do Futuro: análise das tendências de inovação” na política brasileira de educação contemporânea”, está associado ao plano de trabalho “Novo Ensino Médio: estado da arte” e teve como objetivo elaborar o estado da arte acerca do processo de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), instituído pela Lei nº 13.415/2017. Além de situar a reforma do ensino médio na trajetória histórica das reformas da educação brasileira, dialogando as influências políticas presentes na conformação do NEM, mapeando as tendências político-pedagógicas presentes na proposição de formação técnica e profissional. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, foi desenvolvida em duas etapas: inicialmente, realizou-se um estado da arte com a análise de 41 artigos publicados na plataforma SciELO; em seguida, examinou-se a abordagem midiática sobre o tema por meio da análise de 32 reportagens veiculadas no portal G1. Com base nos dados levantados, conclui-se que o Novo Ensino Médio configura-se como uma estratégia política de contrarreforma, legitimada por demandas econômicas e sociais, com foco na flexibilização da carga horária escolar e na promoção do suposto protagonismo juvenil, bem como na valorização do empreendedorismo.

Palavras-chave: Política de Educação; Novo Ensino Médio; contrarreforma.

TITLE: New High School: State of the Art

Abstract

This report, associated with the research project "Education of the Future: Analysis of Innovation Trends in Contemporary Brazilian Education Policy", is linked to the project plan "New High School: State of the Art". Its objective was to produce a state-of-the-art review on the implementation process of the New High School (NEM), established by Law N. 13.415/2017. In addition to situating the high school reform in the historical trajectory of education reforms in Brazil, it examines the political influences present in the NEM' formation and mapping the political-pedagogical trends in the proposal for technical and vocational training. The research, of a bibliographic and documentary nature, was carried out in two

stages: first, a state-of-the-art review was conducted based on the analysis of 41 articles published on the SciELO platform; then, the media coverage of the topic was examined through the analysis of 32 reports published on the G1 news portal. Based on the data collected, it is concluded that the New High School represents a political counter-reform strategy, legitimized by economic and social demands, with an emphasis on the flexibilization of the school curriculum and timetable, the promotion of alleged youth protagonism, and the valorization of entrepreneurship.

Keywords: Educational Policy; New Brazilian High School; Counter-Reform.

Introdução

O presente relatório refere-se ao plano de trabalho “Novo Ensino Médio: estado da arte”, pertencente à pesquisa “Educação do Futuro: análise das tendências de “inovação” na política brasileira de educação contemporânea”, e objetiva adentrar nas discussões provocadas pela consumação da reforma do Ensino Médio, aprovada pela Lei nº 13.415/2017, complementada pela Lei nº 14.945/2024 que instituiu o denominado Novo Ensino Médio - NEM. Para isso, elaborou um estado da arte sobre as tramitações dessa proposta nos âmbitos acadêmico e midiático, a fim de mapear os trabalhos e os debates que foram produzidos sobre a política no Brasil entre 2017 e 2025.

As discussões sobre a reformulação do ensino médio já vinha se fazendo presente nos espaços políticos e ganharam força já na década de 1990. O protagonismo desse debate é da iniciativa privada e seus conglomerados educacionais. A “privatização do público”, nesse caso, configura-se para além da propriedade, mas do controle sobre as decisões e objetivos da educação, em um projeto de “restauração de classe”(Gonçalves; Filho; Santos, 2024). A sentença da crise da educação pública tal qual a do ensino médio, foram pautados, entre outras instituições, nos parâmetros do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A crítica central está na estrutura curricular tradicional considerada imprópria para as demandas do século XXI, extensa e engessada, retirando o diálogo com os estudantes, e que resultaram em evasão escolar e baixos índices de rendimento nos parâmetros internacionais. Esses aspectos foram indispensáveis para legitimar a urgência da reforma, implementando a flexibilização e o alinhamento da educação na lógica produtiva (Gonçalves; Filho; Santos, 2024).

A discussão sobre a qualidade da educação brasileira, bem como a sua funcionalidade para a produção e reprodução da força de trabalho é um aspecto central para entender a urgência solicitada para implementar a reforma. A pouca discussão formal com os núcleos de pesquisa, professores, gestores e alunos causaram descontentamento e, principalmente, receio pelo que poderia se tornar a nova proposta de ensino. Para os críticos da reforma é observada uma conotação meritocrática e individualista nas alterações, evidenciando um encadeamento de ações que visam legitimar o “protagonismo jovem”, o empreendedorismo e a elitização do currículo.

Assim, pensar em estratégias para a educação no país implica em analisar as dimensões econômicas, políticas e culturais, e os resultados para que se destinem suas atribuições. Portanto, a reforma do ensino médio tem se feito imprescindível para legitimar o poderio do capital na formação dos jovens para atender às novas demandas de trabalho, realizadas a partir da reestruturação produtiva (Quadros; Krawczyk, 2024). Com isso, o presente estudo busca não apenas mapear como tem se dado o processo de implementação no Novo Ensino Médio - NEM, mas também contribuir no debate crítico sobre as implicações sociais e políticas dessa reforma.

Metodologia

O referencial teórico-metodológico trabalhado para o plano de trabalho aqui relatado é fundamentado em uma série de materiais que abordam as dimensionalidades da educação e da gestão social brasileira. O levantamento de literatura, inicialmente, foi um estágio fundamental do processo metodológico e, em seguida, para a interpretação dos resultados da investigação.

Desse modo, como panorama teórico-metodológico inicial da pesquisa, tem-se que, no Mundo Antigo, por exemplo, as escolas eram destinadas aos cidadãos — homens livres e com posses — que se preparavam para atuar na vida política da pólis. Já na Idade Média, a Igreja passou a desempenhar o papel central na administração dos estudos, orientando a educação segundo os interesses religiosos. O modo de produção capitalista, consolidado,

provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes (Saviani, 2008, p. 149).

No Brasil, a educação enquanto instituição passa a ser percebida com a invasão portuguesa, com as escolas jesuítas, em 1549. De maneira complementar, o Saviani (2008) ressalta que, ao longo de quase quatro séculos, a educação não foi estruturada para alcançar a universalização; pelo contrário, era restrita a um grupo seletivo. Essa realidade mudou com a regulamentação nacional em 1930, onde a educação é adotada como uma estratégia de desenvolvimento nacional, seguindo uma concepção produtiva e mercadológica.

A Constituição Federal de 1988, durante o movimento de redemocratização, se tornou um marco para o desenvolvimento da política de educação. Dessa forma, torna a educação um direito social, gratuito, universal e obrigatório na contemplação da educação básica — ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Além disso, sinaliza o Plano Nacional de Educação (PNE), que no

artigo 214, que pretende diagnosticar e traçar estratégias para fomentar a política de educação no território brasileiro, com vigência de 10 anos. Transforma-se em uma medida que vincula a União, os estados e os municípios, os quais devem cumprir as metas estabelecidas de forma pactuada, incentivando o investimento na educação pública (Unesco, 2024).

Destarte, é evidente as contradições presentes entre a Constituinte e a execução das ações estatais, principalmente na configuração ideológica que a atividade expressa. Tendo em vista que “a política educacional atual, guiando-se pelo princípio da racionalização dos custos, busca atingir resultados imediatos ligados ao desempenho em sala de aula” (Saviani, 2008, p. 150).

Partindo da perspectiva histórica da política educacional no Brasil, passamos à etapa da pesquisa documental, que se dividiu em dois momentos. O primeiro correspondeu ao estado da arte sobre o tema, realizado nos passos descritos a seguir: a busca pelos documentos foi realizada na base de dados da SciELO, inicialmente pela recomendação de três periódicos de notória importância para a área do Serviço Social: Serviço Social e Sociedade, Temporalis e Argumentum. Todavia, os textos encontrados se mostraram insuficientes, no que concerne à temática e ao recorte temporal 2018 – 2024, determinado previamente, logo buscamos, no SCIELO, outros periódicos pertinentes à relação com a temática da educação. Sendo eles: Educação e Pesquisa; Educação e Sociedade; Movimento; Educação e realidade; educação em revista; trabalho, educação e saúde; Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação; Revista de Administração Pública; Cadernos de Pesquisa; Educar em Revista; Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas).

Para a busca dos materiais nos periódicos, foram utilizados os seguintes descritores: Serviço Social e Educação, Contrarreforma na Educação, Políticas Educacionais, Reforma do Ensino Médio, Novo Ensino Médio e Lei nº13.415/2017. Ao total, foram encontrados 41 artigos que tinham como objeto de estudo a análise da educação brasileira ou as políticas voltadas para a formulação e a efetivação do NEM, publicadas entre 2017 a 2024.

Os documentos foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo (Gomes, 2012), buscando categorizar os significados apresentados sobre o novo ensino médio. Esse processo foi dividido em três etapas, na primeira, pré-análise, definimos os descritores, buscamos e organizamos os artigos encontrados em uma tabela. Na segunda, exploração dos materiais, iniciamos o exame das dimensões metodológicas e teóricas, agrupando os elementos em comum sobre a educação e sobre o novo ensino médio. Por fim, realizamos a terceira etapa, com o tratamento dos resultados, foi sistematizado os resultados encontrados que serão expostos nos itens a seguir deste relatório.

Para a segunda etapa da pesquisa, foi realizada a triagem de notícias divulgadas no portal G1, que abordassem o novo ensino médio. A busca ocorreu no site oficial do portal com o descritor “Novo Ensino Médio”, utilizando o filtro Notícias. Ao todo, foram encontrados 32 materiais com o perfil determinado que correspondem ao período de 2022 até 2025, uma matéria foi descartada pois

não correspondia às expectativas da pesquisa. A escolha desse recorte temporal se deu pelo fim da pandemia, pois no período pandêmico a reforma do ensino médio não avançou muito, logo, não foram encontradas quantidades suficientes de material para análise. O tratamento dos dados ocorreu de maneira semelhante à primeira fase: na pré análise, definimos o portal com mais consistência de publicações sobre o NEM de acesso público e organizamos uma tabela com as notícias encontradas. No segundo momento, examinamos os materiais destacando os aspectos semelhantes e os destoantes, a fim de traçar um mapeamento sobre as discussões acerca da política. Na última etapa, realizamos a sistematização dos conceitos e fatos encontrados.

Resultados e Discussões

A educação brasileira sempre foi objeto de disputa. Vemos que essa realidade se materializa na reforma do ensino médio instituída pela Lei nº 13.415, de fevereiro de 2017, que alterou significativamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). É parcialmente revogada pela Lei N. 14.945/ 2024 que estabelece a Política Nacional de Ensino Médio, sem fugir muito efetivamente do proposto, em 2017, no tocante à Reforma. A reformulação introduz maior flexibilidade curricular, por meio dos itinerários formativos, e busca alinhar os percursos educacionais às necessidades e interesses dos estudantes (Unesco, 2024).

O novo modelo é vendido como uma tentativa do Estado de responder às transformações sociais e econômicas em curso, promovendo uma formação que vá além da mera instrução e prepare os jovens para os múltiplos desafios do mundo contemporâneo. De início, a proposta não foi amplamente aceita pela comunidade escolar, que realizaram manifestações contra a flexibilização do ensino médio, o incentivo ao individualismo, a disparidade entre a educação pública e privada, “a exclusão das disciplinas de arte, educação física e filosofia, a autorização para professores sem formação superior ministrarem aula, entre outros” (Unesco, 2024, p. 04). Nessa perspectiva, serão apresentados os resultados de pesquisa, considerando suas duas fases explicitadas na metodologia.

Fase 1 - Estado da arte

1.1. Concepção de educação

A concepção de educação é um processo de disputa (Saviani, 2008). Ao longo da pesquisa foram observadas duas perspectivas predominantes: a primeira entende o desenvolvimento educacional como meio para aprofundar o desenvolvimento humano, com potencial de transformação social. Devendo ser universal, histórica, gratuita e de qualidade, que atenda os interesses da classe trabalhadora. Já a outra proposta visa o ensino produtivo e guiado pelas necessidades de crescimento econômico, atendendo prioritariamente às demandas do mercado. A educação, assim, é vista como uma mercadoria para a “formação dos jovens às demandas das novas organizações gerenciais do

trabalho” (Quadros; Krawczyk, 2024, p.01).

Nesse sentido, as políticas educacionais, em seus aspectos históricos, são subjugadas às solicitações do modo de produção capitalista (Costa; Coutinho, 2018). Delimitada, pelas ações governamentais, as quais seguem os interesses para a manutenção da hegemonia do capital, entendendo, por exemplo, que a proclamação do novo ensino médio, dar-se pela tomada de controle sobre a educação por parte das empresas e não envolve necessariamente propriedade, mas uma disputa pelo conteúdo, em um projeto de restauração de classe (Gonçalves; Filho; Santos; 2024, p.5).

1.2 Concepção de ensino médio

O novo ensino médio, instituído pela Lei n.º 13.415/2017, e restabelecida em 2024 – Lei N 14.945/2024 – tem sido justificado no almejo de “modernizar” essa etapa da educação básica, dada a precarização da educação pública, para as demandas do crescimento econômico, com o desejo de tornar o país competitivo nos parâmetros internacionais. A educação é reprojetada, “uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade” superando as barreiras para a retomada do crescimento econômico (Motta; Frigotto, 2017, p. 357). Logo,

“o investimento na melhoria da qualidade do Ensino Médio, até mesmo com o aumento da jornada escolar, visando melhores alcances no desempenho; a reestruturação do currículo, ajustando-o às mudanças no mundo do trabalho, em conformidade com a suposta educação do século XXI; a ampliação do número de vagas; e a contenção da evasão escolar” (Motta; Frigotto, 2017, p. 358).

O plano para a flexibilização da matriz curricular impacta, principalmente, o campo das ciências sociais e humanas, sendo expressivo a redução da carga horária das disciplinas da área. Assim,

“há um núcleo “obrigatório” voltado para a Formação Geral Básica (FGB) do estudante que deve sustentar-se na BNCC — e deve ter no máximo 1800 horas; e há uma outra parte “flexível”, composta pelos Itinerários Formativos (IFs), referenciados na Portaria nº 1.432/2018 e na Nota Técnica CEDF 03/2019 — o qual deve ter no mínimo 1200 horas” (Brasil, 2019 apud Souza; Gawryszewski, 2023, p.179).

Em síntese, o NEM coloca como solução para a educação brasileira a flexibilização do ensino, na tentativa de elevar o apreço dos jovens às instituições escolares, que, entusiasmados, conseguiriam amadurecer as suas aptidões e habilidades para o mundo do trabalho (Chaves, 2023). Todavia, tal

reestruturação desvincula as limitações e contradições postas na sociedade capitalista, ignorando os impactos que essas modificações provocam no cotidiano da classe trabalhadora ao desenvolver “um currículo para a cabeça (ensino propedêutico) e outro para as mãos (ensino técnico)” (Costa; Coutinho, 2018 p. 1635). Além de intensificar a visão do protagonismo jovem, que tem como produto “jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais” (Motta; Frigotto, 2017, p. 357),

1.3 O Novo Ensino Médio como Expressão de uma Contrarreforma na Educação

A nova proposta de ensino é caracterizada como um processo regressivo, iniciado mais efetivamente com o governo de Fernando Henrique Cardoso e aprofundado em 2016, com o governo Temer - após o golpe que retirou a então presidenta Dilma Rousseff - estabelecido dentro de um conjunto de medidas que mantinham como objetivo o desmonte do Estado e das instituições dos direitos tradicionais (Miranda; March; Koifman, 2019). Nos artigos que compuseram a amostra, é possível identificar que,

“essas “reformas” estão inseridas num conjunto de transformações significativas nas relações de trabalho e na configuração global do capitalismo, sendo fruto da busca pelo arrefecimento da crise que assolou o sistema capitalista a partir dos anos 1960/1970 e pela retomada das taxas de lucro” (Souza e Gawryszewski, 2023, p.172)

Nesse sentido, se observa o desenvolvimento das políticas neoliberais que são fundantes nas políticas sociais do Estado brasileiro contemporâneo, provocando a manutenção das desigualdades no acesso às instituições de ensino médio e “para assegurar ao capital a ampliação da disponibilidade de trabalhadores sujeitos à precarização” (Oliveira, 2018, p.82).

2. Fase 2 - Análise das Reportagens

2.1 Principais mudanças provocadas pela Reforma

No contexto geral das notícias, aparece recorrentemente a protocolização das discussões para alterar a Lei nº 13.415/2017. Tal necessidade emerge em decorrência das reivindicações realizadas pelas entidades, movimentos, escolas, professores e alunos para a alteração das medidas que deveriam estar implantadas em 2022. Com a pandemia, o calendário foi prejudicado. Diante da situação, o MEC suspendeu o calendário para reavaliar a organização das alterações. O Ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que a reforma não foi debatida e que “a gestão anterior da pasta foi “omissa” em relação ao tema” (Flor; Ortiz; Duailibi, 2023). Já com o presidente Lula, declarou que não é da intenção do seu governo revogar, mas sim suspender para “discutir com todas as entidades interessadas em discutir como aperfeiçoar o ensino médio nesse país” (Flor; Ortiz; Duailibi, 2023). O reconhecimento das falhas estruturais da política abre espaço para debates,

possibilitando a abertura de uma consultoria pública para estudar as falhas e possíveis soluções para dar sequência aos novos trâmites.

O Tribunal de Contas da União (TCU), elaborou um relatório, em 2023, evidenciando que as dificuldades para a implementação do novo ensino médio estavam para além dos recursos financeiros, mas estavam fundamentadas na falta de eficiência das instituições públicas nos direcionamentos para a reforma. A medida provisória (MP) 746/2016 - convertida em lei 13.415/2017 - faz mais que mudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a estrutura curricular do ensino secundário, retirou dessa etapa sua função primordial de encaminhar para a universidade, para levar, de modo aligeirada, os jovens para o mercado de trabalho. Dessa forma,

“antes visto como uma etapa de preparação para o Superior, ele vai passar a ter um olhar mais voltado ao mercado de trabalho como opção. Isso porque a etapa de ensino será integrada a cursos técnicos que farão o aluno deixar o ensino médio com um diploma em uma área específica” (Vieira, 2022).

Para isso, utiliza reformulação da grade curricular, na implementação de itinerários formativos, para enquadrar os jovens em um modo de sociabilidade que o condiciona ainda mais no funcionamento do modo de produção capitalista. Exemplo citado nas notícias é o “Projeto de Vida” que vai supostamente “ajudar o jovem a se conhecer melhor e a tomar decisões pessoais e profissionais” (Vieira, 2022). O NEM, portanto, se propõe, a elevar os níveis de educação no país, pois, defende que

“formar generalistas tem levado o Brasil a ter 26% dos jovens abandonando a escola. Queremos continuar fazendo isso? Tratar todos de forma igual não trouxe nenhum resultado para o Brasil. Somos uma das piores educações, com os piores resultados” (Vieira, 2022).

Assim, percebe-se que as notícias trazem posicionamentos múltiplos sobre a reforma, sendo comum o reforço da urgência para a implementação, adicionando o NEM como “solução” para os problemas do ensino médio brasileiro.

2.2 Estruturação da Proposta do Novo Ensino Médio: afinal de que se trata?

A primeira proposta do NEM, aprovada em 2017, flexibiliza a grade curricular, adicionando matérias optativas para que os alunos possam “montar” o currículo de acordo com as suas propostas de futuro. Há mudança no quantitativo de carga horária, estabelecendo 1.800 horas obrigatórias e 1.200 para os itinerários. E retira as 13 matérias obrigatórias para formar áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ciências da natureza e suas tecnologias e matemática e suas tecnologias. Com a suspensão do da reestruturação e a aplicação da consulta pública, foram apuradas duas críticas principais para a implementação. A

primeira corresponde ao aumento das desigualdades entre escolas públicas e privadas e a segunda à redução das matérias obrigatórias para a implementação de itinerários formativos. Desse modo, o MEC estabeleceu que,

“a carga destinada às disciplinas básicas obrigatórias subiria de 1.800 horas para 2.400 horas, podendo haver exceção no caso dos cursos técnicos (mínimo de 2.200 horas, nesses casos). As disciplinas obrigatórias em todos os anos passariam a incluir também: espanhol, arte, educação física, literatura, história, sociologia, filosofia, geografia, química, física, biologia e educação digital” (Novo...,2023).

Para além dessas críticas, foi pontuado a falta de infraestrutura e preparação adequada dos professores para implementar o novo modelo. Foi sugerido na consulta pública também a criação de uma política de permanência, uma poupança ou bolsa, aos alunos para reduzir a evasão escolar (Novo...,2023). A proposta foi aprovada na câmara, tendo como resultado a Lei N. 14.945/ 2024, após os processos de negociação que envolveram os parlamentares e o MAC. A partir disso, tendo como relator o deputado Mendonça Filho (União-PE), foi deliberado que: a carga horária seria de 2.400 horas para disciplinas obrigatórias e 600 horas para optativas; cada escola deve oferecer no mínimo dois itinerários formativos, exceto as que tenham curso técnico, que devem complementar uma das áreas de conhecimento, curso técnico ou profissional. Já as matérias obrigatórias:

“em todos os anos linguagens e suas tecnologias, integrada pela língua portuguesa e suas literaturas; língua inglesa; artes, em suas múltiplas linguagens e expressões; e educação física; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias, integrada pela biologia, física e química; ciências humanas e sociais aplicadas, integrada pela filosofia, geografia, história e sociologia” (Santos; Rodrigues; Barbiéri, 2024).

Esse movimento abriu espaço para três debates centrais: o primeiro corresponde à possibilidade de adicionar o espanhol na grade curricular obrigatória; a segunda sobre a carga horária do ensino técnico; e a terceira sobre a disponibilidade e organização do ensino noturno. Entre as críticas que estabelecem o primeiro ponto foi enfatizado a falta de recursos para criar novos cargos para os professores. De acordo com a fala do deputado Mendonça Filho (União-PE); “é mais adequado que a oferta da língua espanhola seja feita de forma adicional, como opção preferencial, na medida das possibilidades das redes de ensino”(Rodrigues; Barbiéri, 2024). Já as duas seguintes se dão pela preocupação das mudanças na disponibilização do ensino técnico e no ensino noturno, dado que ambas as modalidades apresentam direcionamentos específicos que precisam ser avaliados para não prejudicar os estudantes das modalidades. No que abrange ao ensino técnico foi pontuado que;

“não dá para assegurar na proposta original do governo que previa 2.400 horas

para cursos regulares e técnicos. São coisas distintas. Os cursos técnicos precisam de formação geral básica, mas precisam de espaço para que o jovem possa ter acesso ao curso técnico de forma adequada” (Santos; Rodrigues; Barbiéri, 2024).

A proposta para essa modalidade na política anterior foi de uma formação geral básica de 1.800 horas, com os novos direcionamentos, no novo aprovado pela câmara, aumenta-se a carga horária para 2.100 horas (Santos; Rodrigues; Barbiéri, 2024). Já no ensino noturno, é indicado que cada município tenha uma instituição que atenda as demandas educacionais durante o período, sendo um dever garantir a “igualdade de condições de acesso, de permanência e de conclusão do ensino médio para todos os estudantes” (Santos, 2024). Dessa forma, o turno deve contemplar as 3.000 horas determinadas, o que pode trazer sérios danos no processo de aprendizagem dos alunos que recorrem ao turno, uma vez que muitos possuem obrigações que os impedem de estudar nos outros turnos, como o trabalho. De acordo com as entidades estudantis:

“A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas acredita que a decisão de aumentar a carga horária do turno desconsidera que a etapa escolar noturna é a principal oportunidade de estudo para alunos que trabalham durante o dia” (Santos, 2024).

“Então, se [o estudante] é um trabalhador ou tem necessidade de trabalho, é preciso pensar nas políticas de trabalho, e não oferecer para ele um ensino que tem, via de regras, os piores indicadores, num horário extremamente adverso, e que é bastante complicado de ser operacionalizado a partir de uma jornada que expandiu” (Santos, 2024).

2.3 O ensino médio prepara os jovens para quê?

A reforma do ensino médio restabelece a grade curricular e altera a função social do novo ensino médio que agora tem como objetivo, encaminhar os jovens mais “preparados” para o mercado de trabalho. Por isso, oferece na sua base curricular “cursos de 150 horas de Excel e Design de games e aplicativos” (Vieira, 2022) para garantir aos jovens conhecimentos para “desenvolver” suas vocações. Partindo de uma visão crítica, vai ser pontuado que,

“isso não é formação técnica. Um curso de 150 horas de desenvolvimento de aplicativos não vai dar emprego para um jovem em uma empresa, basta olhar para o mercado. A primeira coisa é uma formação sólida. Isso é fundamental. Se o destino do aluno é universidade, curso técnico, abrir seu próprio negócio, uma formação sólida antecede” (Vieira, 2022).

A flexibilização da grade curricular obrigatória, com abertura de múltiplos itinerários, para possibilitar uma formação genérica provoca, em alguns casos, "a sensação de que a escola não está nem preparando para o mercado de trabalho, nem para a universidade" (Novo, 2023). Contraditoriamente, a proposta é vista como um meio para combater a evasão escolar e controlar as desigualdades.

"nós queremos diminuir a desigualdade. [Ter] um em cada quatro jovens abandonando o ensino médio não é diminuir a desigualdade. A escola não pode mais ser um preparatório para o Enem e para o vestibular" (Vieira, 2022).

Todavia, tal visão desconsidera fatores múltiplos da vida cotidiana que provocam o abandono escolar para culpabilizar a grade curricular.

"Paulo Freire dizia que estamos falando de uma expulsão da escola. O jovem não abandona a escola, ele é expulso pelos fatores que o pressionam, especialmente econômicos. Ele precisa trabalhar, ajudar a família. E inclui o desencanto com a escola" (Vieira, 2022).

"Reformar currículo é muito mais barato do que reformar escola, pagar salário para professor, melhorar condições de trabalho, dar autonomia para as escolas, dar auxílio que não seja atrelado ao rendimento do bimestre, que é uma perversidade" (Vieira, 2022).

Nesse sentido, pensar a educação em uma perspectiva mais ampla implica em considerá-la enquanto um elemento integrador da sociabilidade humana, enfatizando que "o que queremos é direito à educação para todos: escola digna, profissional de educação com salário decente, condições de trabalho decentes e auxílio para alunos que precisam para permanecer na escola" (Vieira, 2022). Ou seja, não é somente uma reforma curricular que será responsável por todas as mudanças estruturais necessárias no âmbito dessa política pública.

2.4 Impactos das experiências implantação

O Datafolha realizou uma pesquisa, solicitada pelo Todos Pela Educação, sobre as percepções dos alunos acerca da reforma do ensino médio, ao todo foram entrevistados alunos que ingressaram no ensino médio em 2024, já com o novo ensino implementado. Na matéria, uma estudante pesquisada declara que:

"Eu vou estudar algo que eu realmente gosto, né? E aí eu consigo ter uma

noção melhor do que que eu quero, se eu realmente quero estudar aquilo e me formar e seguir carreira naquilo. Eu vou estudar algo que eu realmente gosto, né? E aí eu consigo ter uma noção melhor do que que eu quero, se eu realmente quero estudar aquilo e me formar e seguir carreira naquilo” (Novo...,2024).

A pesquisa supracitada enfatizou que 65% dos alunos entrevistados, preferem o novo modelo, a percepção dos alunos gira em uma colisão entre as matérias tradicionais e o aprofundamento no curso técnico ou no campo de conhecimento de desejo. Contraditoriamente, a pesquisa revela o pouco conhecimento discente sobre a reforma:

“Mais da metade dos estudantes que começaram o ensino médio em 2024 desconhecem as mudanças e que, quanto maior o nível de informação sobre a reforma do ensino médio, maior é a proporção dos que preferem o novo modelo. Dos 8% que se disseram bem-informados sobre o ensino médio, quase 80% preferem o novo currículo, que está em vigor” (Novo...,2024).

Em contrapartida, outras matérias destacam o processo de implementação das novas diretrizes e o impacto das anteriores no processo de desenvolvimento dos alunos, apresentando aspectos distintos dos dados obtidos pelo Datafolha. O G1 de Pernambuco entrevistou alunos que fizeram a prova do ENEM em Recife sobre os desempenhos na prova, na ocasião, os estudantes relataram as suas dificuldades nas matérias que não estavam no seu eixo de estudo. Uma dessas entrevistadas declarou que

“a prova de linguagens e de humanas tinha muita filosofia, muita sociologia, e foi justamente as matérias que cortaram no ensino médio, que a gente não tinha aula. A minha sorte é que como eu estava na área de exatas na escola, eu tinha mais aulas de matemática, enquanto os outros não tinham” (Veras, 2024).

Outro relato semelhante aponta que “Foi muito melhor dar uma desistida das trilhas (de aprendizagem) e focar mais, estudar mais para o Enem” (Veras, 2024). Nessa perspectiva, ambas acreditam terem sido prejudicadas pela falta de um direcionamento adequado às matérias no exame nacional do ensino médio.

Conclusão

O plano de trabalho proposto teve seus objetivos contemplados, ao realizar o estado da arte sobre a reforma do ensino médio, entendendo essa etapa como primordial para compreender os debates desenvolvidos durante o recorte temporal sobre a temática. Mostrou-se importante, também, a análise das

matérias do portal G1, evidenciando, por meio dos materiais, algumas das influências políticas e das tendências político-pedagógicas que têm conformado a implantação no novo ensino médio.

Foi possível compreender o novo ensino médio com uma estratégia política de contrarreforma, justificadas a partir das demandas econômicas e sociais, que visam flexibilizar a carga horária e incentivar o denominado protagonismo juvenil, assim como o empreendedorismo. Nesse sentido, a educação foi observada como um pilar essencial para o desenvolvimento das capacidades humanas e sociais que ainda apresenta inúmeros desafios para efetivar a sua universalização.

A educação, como essencial para a formação de “capital humano”, torna-se um campo lucrativo para a iniciativa privada, logo adentra em estratégias de privatização e desfinanciamento, aumentando intensamente o investimento público nos serviços privados. O declínio da educação pública fortalece a dominação dos conglomerados educacionais e as propostas de adequação direta às demandas do mercado.

A implantação no NEM não se dá sem contradições. A proposta do terceiro mandato do presidente Lula, apesar da expectativa de revogação da reforma, foi de revitalização da mesma. Houve o realinhamento das medidas propostas em 2017, redistribuindo a carga horária, priorizando a grade obrigatória, mas, a perspectiva ideológica mais fundamente da reforma se mantém. Ou seja, prevalece um ensino voltado ao tecnicismo e que prioriza a adaptabilidade dos alunos às necessidades do século XXI de maneira bastante instrumental.

O debate acerca da política de educação, bem como a implementação do novo ensino médio se apresentaram como um campo indispensável para novas investigações em decorrência dos determinantes que compõem o campo da educação. Neste cenário, a pesquisa é relevante ao iluminar os arranjos políticos decorrentes das mudanças nas diretrizes do último estágio da educação básica.

Pelo plano de trabalho aqui desenvolvido, foi possível construir uma sistematização histórica da reforma, incorporando suas transformações e os debates políticos que as influenciaram. Conclui-se, por fim, que a iniciação científica é uma fase indispensável na formação universitária pois permite o aprofundamento teórico, a análise crítica e o contato com o método e práticas científicas. Além de instigar a autonomia e o aprofundamento nos campos estudados dos discentes.

Referências

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação profissional e a reforma do ensino médio: Lei nº 13.415/2017. Educação &

Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633–1652, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/BbBvb3GQC8kv5DW57BfPcBg/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2025.

FLOR, Ana; ORTIZ, Delis; DUAILIBI, Julia. “Não vamos revogar, suspendemos e vamos discutir”, diz Lula sobre novo ensino médio. G1 – Economia: Blog Ana Flor, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/blog/ana-flor/post/2023/04/06/nao-vamos-revogar-suspendemos-e-vamos-discutir-diz-lula-sobre-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2025.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 67–80.

GONÇALVES, Danyelle Nilin; LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; SANTOS, Harlon Romariz Rabelo. Escola pública e discurso meritocrático: propostas da reforma do ensino médio e expectativas dos estudantes. Educação & Pesquisa, v. 50, e273348, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450273348por>.

MOTTA, Vânia; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Educação & Sociedade, v. 38, n. 139, p. 355–372, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDkkt/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2025.

NOVO ensino médio: 65% dos alunos querem flexibilidade na escolha das disciplinas, diz Datafolha. G1 – Jornal Nacional, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/03/11/novo-ensino-medio-65percent-dos-alunos-querem-flexibilidade-na-escolha-das-disciplinas-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2025.

NOVO ensino médio é alvo de críticas de alunos e especialistas em educação. G1 – Jornal Hoje, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/03/16/novo-ensino-medio-e-alvo-de-criticas-de-alunos-e-especialistas-em-educacao.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ramon de. O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 79–98, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00116>.

QUADROS, Sérgio Feldemann de; KRAWCZYK, Nora Rut. Educando a juventude trabalhadora pelas métricas do mercado. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 40, e34470, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698-34470>.

SANTOS, Emily. Entenda como fica o ensino médio noturno com a aprovação das mudanças do novo ensino médio. G1, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/07/16/entenda-como-fica-o-ensino-medio-noturno-com-a-aprovacao-das-mudancas-do-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SANTOS, Emily; RODRIGUES, Paloma; BARBIÉRI, Luiz Felipe. Câmara aprova novo ensino médio após acordo sobre carga horária de matérias obrigatórias. G1, 20 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/20/camara-aprova-novo-ensino-medio-apos-acordo-sobre-carga-horaria-de-materias-obrigatorias.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 10, n. esp., p. 147–167, 2008.

UNESCO. Pesquisa nacional sobre a implementação da reforma do ensino médio, Lei nº 13.415 de 2017: percepções dos gestores, docentes e estudantes de escolas públicas estaduais no Brasil. Brasília: UNESCO Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/pesquisa-novo-ensino-medio>. Acesso em: 1 mar. 2025.

VERAS, Paulo. Estudantes citam novo ensino médio como principal dificuldade para fazerem provas do Enem. G1 – Pernambuco, 10 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/11/10/estudante-citam-novo-ensino-medio-como-principal-dificuldade-para-fazerem-provas-do-enem.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2025.

VIEIRA, Bárbara Muniz. Ao defender novo ensino médio, secretário de SP afirma que educação que temos é “uma das piores do mundo”. G1 – São Paulo, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/15/ao-defender-novo-ensino-medio-secretario-de-sp-afirma-que-educacao-que-temos-e-uma-das-piores-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 1 mar. 2025.

CÓDIGO: HS0269

AUTOR: MARIA LUIZA RAFAEL VILELA

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política:
caracterização dos fundamentos teóricos

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados parciais do plano de trabalho intitulado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: caracterização dos fundamentos teóricos”, o qual integra o projeto de pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho do Rio Grande do Norte”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direito (GEPTED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa se baseia na análise das categorias centrais do âmbito da economia política através da obra “O capital”, escrita por Karl Marx, volume I, com o intuito de entender a importância do planejamento econômico e sua relação com a Teoria do Valor. Além disso, no intuito de complementar o debate e trazer a dimensão prática do Planejamento Econômico na história, somam a essa discussão a leitura de “Planificação e crescimento Acelerado”, do francês Charles Bettelheim, e o texto de Friedrich Engels cujo título é “Do Socialismo Científico ao Socialismo Utópico”. A síntese dos textos analisados aponta, como principal resultado, para a complexidade da relação entre o planejamento econômico e a teoria do valor, especialmente quando se trata da vigência da forma mercadoria e das contraditórias relações entre preço e valor.

Palavras-chave: Planejamento econômico; teoria do valor; capital.

TITLE: Economic Planning and Critique of Political Economy: characterization of the theoretical foundations

Abstract

This work presents partial results of the research titled 'Economic Planning and Critique of Political Economy: Characterization of Theoretical Foundations,' linked to the Study and Research Group on Work, Ethics, and Law (GEPTED) of Universidade

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). This research analyzes the central categories within the scope of political economy through the work 'Capital,' written by Karl Marx, Volume I, and other works that deepen the discussion on the topic, in order to understand the importance of economic planning and its relation to the Theory of Value. Moreover, with the aim of complementing the debate and bringing the practical dimension of Economic Planning in history, they add to this discussion the reading of "Planning and Accelerated Growth" by the Frenchman Charles Bettelheim, and the text by Friedrich Engels titled "From Scientific Socialism to Utopian Socialism." The synthesis of the analyzed texts points, as a principal result, to the complexity of the relationship between economic planning and the theory of value, especially when it comes to the persistence of the commodity form and the contradictory relations between price and value.

Keywords: Economic planning; value theory; capital

Introdução

Esse relatório de pesquisa é resultante do plano de trabalho “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: Caracterização dos Fundamentos Teóricos”. Nele, propomos como objetivo principal: analisar, com base na pesquisa bibliográfica, a relação entre planejamento econômico e a teoria do valor. O plano de trabalho foi realizado durante o período de 01/09/2024 até 31/08/2025, e integra o projeto de pesquisa “Planejamento Econômico e crítica da economia política”, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Projeto está registrado na plataforma CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A execução do plano em questão, sob a perspectiva da análise sobre relação entre o planejamento econômico e a Teoria do Valor, se pautou pelos seguintes objetivos específicos: 1) Identificar, dentro da literatura da crítica da economia política, de referências bibliográficas que abordam a relação entre planejamento econômico e Teoria do Valor; 2) examinar categorias, autores e correntes teóricas pertinentes para o estudo sobre o planejamento econômico; e 3) apreender relações de aproximação ou de distanciamento entre as abordagens desenvolvidas sobre planejamento econômico, com base nas particularidades históricas e sociais. Acerca dos resultados, nesse primeiro ano de pesquisa, se desenvolveu a aproximação maior aos dois primeiros objetivos. Para o terceiro, devido à complexidade do tema, avaliamos necessária a continuidade do processo de investigação e, portanto, maior tempo à sua execução, o que justifica a renovação deste plano.

Quanto à metodologia, adotamos, neste plano de trabalho, a leitura e a análise do livro I d'o Capital, por meio dos capítulos I até o VI, com foco na Crítica da Economia Política empreendida por Karl Marx, e com destaque para as categorias de valor e preço. A análise buscou compreender como esses conceitos se apresentam na organização da sociedade capitalista e suas manifestações no planejamento econômico. Para isso, essa pesquisa se dividiu em dois momentos: o primeiro dedicado ao estudo teórico das categorias centrais da Economia Política, e o segundo, voltado à interpretação da obra

“Do Socialismo utópico ao Socialismo científico” (Engels, 1986), que aborda sobre as crises econômicas no capitalismo e suas consequências, discutindo a questão da privatização dos meios de produção na ótica capitalista. Além disso, a escolha de “Planificação e crescimento acelerado” (Bettelheim, 1998) surge para apresentar um modelo de planejamento que se distancia da lógica mercadológica, privada e individual empregada no sistema vigente, apresentando suas particularidades e desafios para se implementar.

A análise até aqui enfatizada trata das contradições e diferentes modos de aplicação do planejamento econômico em distintos âmbitos, tanto naquele baseado na economia de mercado, quanto no modelo de coletivização dos bens produzidos. A pesquisa busca refletir a importância do Planejamento Econômico alinhado aos estudos da Economia Política, a fim de investigar como a lei do valor manifesta problemas estruturais encontrados no Modo de Produção Capitalista, a exemplo das suas crises econômicas.

Por fim, este relatório se apresenta estruturado, além desta introdução, por meio dos seguintes tópicos, sendo eles: 1) a metodologia, expondo os instrumentos que foram utilizados durante a jornada da pesquisa na busca de referenciais teóricos e na construção do relatório; 2) resultados e discussões, trazendo o ponto chave do relatório em apresentar quais apreensões foram obtidas, através da explicação das categorias; e 3) a conclusão, finalizando a exposição e, ao mesmo tempo, enfatizando a importância do tema deste plano de trabalho para a contemporaneidade.

Metodologia

Nesse primeiro momento da pesquisa, empreendemos a leitura dos capítulos: I (“A mercadoria”), II (“O processo de troca”); III (“O dinheiro ou a circulação de mercadorias”), IV (“A transformação do dinheiro em capital”), V (“O processo de trabalho e o processo de valorização”) e VI (“Capital constante e capital variável”) da Obra “O capital: crítica da economia política”, de Karl Marx. Tendo por bases esses capítulos, buscamos entender como os processos da Mercadoria, desde sua produção até a circulação, estão relacionados ao Valor e de que forma a sua manifestação monetária, isto é, o preço da mercadoria presente nas relações de compra e venda, caracteriza o modelo econômico da sociedade capitalista.

Por ser uma pesquisa focada na compreensão de fundamentos teóricos, a delimitação da leitura exclusiva do capítulo I até o VI d’o Capital é justificada devido ao curto tempo e por conta da necessidade de leitura das outras referências teóricas citadas para encaminhar a busca dos resultados. Visto ser um texto de linguagem complexa e que necessita de uma atenção particular no intuito de compreender as particularidades das categorias dos fundamentos teóricos, foi-se necessário organizar fichamentos bibliográficos d’O Capital, através de citações diretas e indiretas para se ter um entendimento da visão de Valor e Preço segundo Marx e relacioná-lo ao planejamento econômico.

Portanto, a escolha da obra “O capital” se dá devido a sua dimensão de debate teórico para a compreensão dos seus fundamentos e seus elementos analíticos centrais, além de Marx ser uma figura reconhecida na Economia Política na discussão do Valor, e por separar a ideia desse conceito em relação ao Preço, um tipo de valor de troca. Diante disso, alinha a relação com demais termos deste campo de estudo, a exemplo da Grandeza de Valor que, posteriormente nos resultados, possui um papel importante no planejamento econômico.

É válido frisar a importância de escolher as outras duas referências, “Planificação e Crescimento Acelerado” (Bettelheim, 1998) e “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico” (Engels, 1986), por ajudarem a somar na compreensão da Teoria do Valor através da perspectiva histórica das crises econômicas, buscando alternativas de implementar um Planejamento Econômico baseado nas noções da Economia Política.

Foi organizada a captação de dados das leituras de Bettelheim e Engels, havendo a necessidade de tabular as principais categorias encontradas para facilitar os estudos. Quanto ao livro de Bettelheim “Planificação e crescimento acelerado” (1998), realizou-se a análise comparativa da organização econômica capitalista e socialista, presentes nos dois primeiros capítulos, para visualizar suas distintas formas de planejar, bem como de que forma são geridos os sistemas de preços em cada modelo econômico.

Do mesmo modo, a obra “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico” (1986) de Friedrich Engels, foi de grande contribuição aos estudos teóricos sobre o tema, para observar sua tese acerca dos modelos de planejamento na gestão do Modo de Produção Capitalista, bem como as consequências de suas crises estruturais para a estrutura social ambientada nesse contexto.

Importa também destacar que o levantamento e a leitura teórica foram acompanhados de reuniões coletivas para discutir os encaminhamentos metodológicos de execução do plano. Além disso, orientações individuais foram importantes para apreender as principais categorias da pesquisa de cada aluno, trabalhando na especificidade dos objetivos. No caso dessa pesquisa, debater a apreensão dos principais conceitos da Economia Política, analisar as referências bibliográficas e sua aproximação com o planejamento econômico para, no fim, alcançar os resultados dos estudos.

Nesses encontros de pesquisa também ocorreu o debate sobre a importância dos estudos para a crítica da Economia Política, dando ênfase na concepção do Valor e Preço na atual configuração capitalista, com as análises advindas de Karl Marx (2013). Nesse sentido, também, incluiu-se o debate da configuração das economias socialistas, como elas são manifestadas e a comparação do seu planejamento em relação ao modelo capitalista.

Devido à densidade teórica da temática, ressalta-se a importância de atividades e momentos relativos à formação teórica e metodológica. Seguindo as premissas do projeto de pesquisa, a complementaridade entre dois tipos de encontros coletivos da pesquisa: os que serão destinados à discussão e à decisão sobre procedimentos e instrumentos metodológicos, e os que serão voltados para assimilação e formação teórica.

Resultados e Discussões

Os resultados a serem postos correspondem ao veredito dos estudos teóricos sobre o tema do plano de trabalho, realizando um levantamento parcial dos seis primeiros capítulos d'O Capital, de Karl Marx, sendo complementada pela leitura dos primeiros dois tópicos do livro "Planificação e crescimento Acelerado" (1998), que trata sobre as características e possibilidades da Planificação Econômica no modelo Socialista. Em adição, a obra "Do Socialismo científico ao Socialismo Utópico" (1986), de Friedrich Engels, para compreender as crises econômicas estruturais do Capitalismo e suas consequências sociais.

Para desbravar o planejamento econômico e sua relação com a Teoria do Valor, é fundamental iniciar os estudos por meio das categorias essenciais do Valor e Preço, dada as suas contribuições para o ramo da Economia Política. Com isso, iniciar o debate com seu principal objeto de análise, a sociedade capitalista, requer, antes de tudo, compreender como se desenvolve o principal componente do seu modo de produção, a mercadoria. Esta é, por sua vez, a forma elementar sob a qual os produtos do trabalho assumem dentro da configuração econômica do modo de produção capitalista.

Como apontado no primeiro capítulo d'O Capital, "a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como forma elementar" (Marx, 2013, p.113). Assim, a mercadoria compreende a forma universal, dentro da sociedade capitalista, em mostrar como a riqueza material se manifesta.

Para somar a essa análise, no cerne da mercadoria, há uma categoria imprescindível na constituição do seu processo: o Valor. Como observado nas leituras d'O Capital (Marx, 2013), através da análise da mercadoria e da sua qualidade, dentro do capitalismo, de ser valor, são visualizadas como a função de satisfazer necessidades humanas (valor de uso) se subsume à sua capacidade de troca (valor de troca).

Nessa inferência, com a definição de mercadoria para uma análise inicial do planejamento econômico, é necessária a utilização da categoria Preço, de forma central, para determinar os caminhos do mercado e da economia no sistema vigente. Enquanto uma espécie de valor de troca, o Preço, segundo Marx, "é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria" (2013, p.176). Este, normalmente está vinculado ao dinheiro na relação de troca. Possuindo a função de circular o curso das mercadorias, justamente "transferindo-as das mãos em que elas são não valores de uso para as mãos em que elas são valores de uso e, nesse processo, movendo-se sempre em sentido contrário ao seu próprio curso." (idem, p.189). Nessa concepção, o aumento e a diminuição dos preços ligam-se à relação entre a determinação do valor advinda o processo produtivo com as oscilações monetárias presentes na circulação, como a concorrência entre capitais e a relação entre oferta e demanda.

Nesse sentido, o preço oscila conforme as necessidades dos possuidores de mercadorias e, por meio delas, há o contínuo ciclo de satisfação a favor do capitalista. Nesse parâmetro, o autor d'O Capital enfatiza que "o comércio e o mercado mundial

inauguraram, no século XVI, a história moderna do capital” (Marx, 2013, p.223), pelo fato de, historicamente o Capitalismo ter fortalecido um estilo de sociedade pelo qual a atividade do trabalho está não apenas atrelada à necessidade fisiológica do trabalhador, como também aos ciclos de produção da mercadoria que ele produz.

Não obstante, o trabalho em todos os modelos de sociedade permanece no papel de gerar valor de uso, o que pode diferenciar a sua realização depende, estruturalmente, da maneira como este se encontra determinado no processo produtivo. Derivado deste fato, têm-se como os resultados da produção coletiva serão distribuídos entre as classes sociais, especialmente se serão destinados ou não a quem produziu essas mercadorias, ou seja, a Classe Trabalhadora.

No intuito de facilitar a compreensão dos fundamentos teóricos dessa pesquisa, foi necessário diferenciar duas categorias centrais da Economia Política para explicar como e quem produz o Valor: o Trabalho e a Força de Trabalho. A primeira categoria (Trabalho) cria, transforma e materializa a pré-ideação dos sujeitos por meio de prática humana que produz objetos e serviços; enquanto a Força de Trabalho expressa a capacidade abstrata de realizar trabalho e, assim, gastar as energias fisiológicas-mentais do trabalhador. O trabalho é a realização da força de trabalho e o elemento de produção valor. Já a força de trabalho é a capacidade humana de realizar essa produção que, no capitalismo, é transformada em mercadoria e se manifesta por meio de um preço, isto é, do salário.

O salário traz um fundamento importante ao planejamento, pois está diretamente relacionado à oferta e demanda do modelo de sociedade. Todavia, o questionamento da pesquisa parte nesse âmbito: se a substância do valor é o trabalho, principalmente no Modo de Produção Capitalista aonde as jornadas de trabalho geram excedente para receber em troca o salário, como ele se relaciona ao Preço?

Nessa linha, para se entender o Planejamento relacionando esses dois conceitos, Marx antecipa ao frisar que “o valor das mercadorias é expresso em seus preços antes de elas entrarem em circulação, sendo, portanto, o pressuposto, e não o resultado desta última”. (2013, p.233). Através dessa citação, compreende-se que, por mais que o preço seja uma espécie de valor de troca, encontrado em situações para valorizar os produtos encontrados nas prateleiras de lojas e demais formas do comércio, ele não define o valor dos objetos. Marx percebeu a não determinação da lei de troca sobre o aumento ou diminuição do valor, pois, por mais que haja a utilidade da mercadoria a outrem em relação ao seu portador, o valor é uma categoria social oriunda de produções coletivas.

Contudo, o que ocorre na organização do planejamento econômico no molde capitalista se dá com o embate entre valor e preço. Nisso, o mercado se adequa a uma noção baseada na aparência dos investimentos aos capitalistas acerca dos seus ganhos e perdas nos negócios.

Para alcançar um modelo eficaz de planejamento é necessário verificar como se desenrola a principal relação social na base do Modo de Produção Capitalista: o capital. Definido por ser a “valorização do valor” por si mesmo, como aponta Marx (2013), ele transcorre num ciclo de refluxos do dinheiro, que é equivalente do preço, começando compra do capitalista dos meios de produção e da força de trabalho, que irão contribuir

para a produção da mercadoria. Por esse motivo, nessas constantes movimentações do dinheiro, o capital se valoriza ainda mais e retorna ao capitalista como lucro.

Conforme a Teoria do Valor, o capital promove o refluxo do dinheiro nos bolsos dos capitalistas e a mais-valia se expande, obtendo constantemente o tempo de trabalho necessário e excedente dos produtores das mercadorias. Nesses espaços, ocorre somente um processo que engloba a produção dos valores de uso e do Valor: a existência de equivalentes para medir o tempo de trabalho pago e, através dele, os valores criados na sociedade propiciam a criação de outros tipos que não tem equivalentes, gerando a mais-valia, que, segundo Marx (2013), é o excedente oriundo da exploração da classe trabalhadora feito pelo capitalista.

Com isso, o que se percebe na matriz do planejamento econômico capitalista é a falta do debate sobre a Grandeza do Valor, definida por ser “uma relação necessária - e imanente ao seu processo constitutivo - com o tempo de trabalho social.” (Marx, 2013, p.176). O filósofo alemão enfatiza sua importância ao destrinchar que a Grandeza de Valor é uma espécie de quantificação do Valor e, através do Tempo de Trabalho Social, há a noção de quanto uma mercadoria deve ser trocada por outra. Nessa linha, ocorre a relação entre equivalentes, o que auxilia na determinação de preços.

Portanto, entender a Grandeza do Valor diz respeito a analisar o tempo de trabalho que produz Valor – Tempo de Trabalho Socialmente Necessário -, como as trocas são realizadas e, diretamente, seus impactos no ciclo econômico ao serem manifestadas.

Ainda assim, a ausência de debate sobre essa dimensão teórica evidencia um aspecto estruturante das relações sociais no molde capitalista: a concorrência. Disputar o posto do mercado enquanto há superprodução seguindo a lógica da oferta e demanda acarreta a massificação de excedentes oriundos do encargo físico-mental da classe trabalhadora, já que “enquanto o negócio vai bem, a atenção do capitalista está absorvida demais na criação de lucro para que ele perceba essa dívida gratuita do trabalho. Apenas interrupções do processo de trabalho, crises, tornam-no sensível a esse fato” (Marx, 2013, p.284)

Com isso, surge a principal ideia da falta de um planejamento econômico que auxilia na discussão sobre o debate das crises: no ato de precificar, costumam associá-lo a atividade de valorizar, ou seja, as variações dos preços das mercadorias e as horas de trabalho empregadas definirem a quantidade de valor do produto. Através da leitura d’O Capital, observa-se que a contradição central do atual modo de produção, que pode ser o cenário fundamental na ocorrência desses momentos de adversidade no sistema, se dá com a produção social do trabalho dentro de propriedades privadas. No Modo de Produção Capitalista (MPC), a produção coletiva é vista como fonte para gerar lucro aos proprietários de forma privada.

Se apropriar do caráter coletivo do trabalho e colocá-lo nas mãos de empresas com administração individual sem intuito de satisfazer as necessidades sociais de modo geral, a não ser do próprio anseio, demonstra a dependência dos possuidores de mercadorias internamente, não incluindo os produtores das mercadorias. O filósofo alemão traduz isso ao tratar que, quanto mais as mercadorias são variadas, mais dependência há entre os produtores, pois “nenhum deles tem em suas mãos os objetos

das próprias necessidades, e que cada um tem em suas mãos o objeto de necessidade do outro.” (Marx, 2013, p.235)

Neste parâmetro, essas disputas internas acarretam o que Friedrich Engels, no seu texto “Do socialismo utópico ao socialismo científico”, traz sobre a anarquia de produção (1986, p.326). Conforme o estudioso, a anarquia diz respeito à ausência de um planejamento que esteja centrado nas necessidades da população, e o mercado, nesse modo, incentiva a produção sem controle, em busca do lucro privado. Através disso, crises de superprodução ocorrem periodicamente.

Essas adversidades econômicas, quando ocorrem no sistema capitalista, são recorrentes, ocasionais e estruturais. Normalmente, no ápice de uma crise, as oscilações dos preços é a expressão mais aparente deste fenômeno, limitando as atividades dos próprios capitalistas ao dependerem das variações de números no mercado que definem o encaminhar dos seus negócios.

A concorrência mostra-se indiferente em contextos de crise, pois é ela que vai fortalecer tanto a construção do auge do capitalista nos seus negócios quanto em motivar sua recuperação no mercado. A acumulação do capital e o lucro são as metas almejadas no modelo de planejamento econômico que segue a lógica concorrencial e mercadológica, colocando o embate entre Valor e Preço como algo “necessário” para a economia fluir.

Na ocorrência das crises, o Estado, normalmente, é o primeiro a intervir para atenuar os efeitos desse evento pela sua posição como autoridade e representante do Planejamento. Segundo Engels, “o representante oficial da sociedade capitalista, o Estado, tem que acabar tomando a seu cargo o comando da produção” (1986, p.329-330). Dentre as ações efetuadas pelo Estado (Engels, 1986), está a privatização exacerbada das propriedades, que ao colocá-las nas mãos das empresas, pode gerar uma organização individual do ciclo de produção para fortalecer os laços de concorrência, algo que o planejamento baseado nas linhas do capital almeja.

Dessa forma, Marx, por mais que não cite diretamente o termo “Estado” até o capítulo VI d’O Capital, ele detalha as consequências dessa forma de organização do Modo de Produção Capitalista (MPC), mostrando que para os donos das propriedades privadas “a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência” (Marx, 2013, p.229)

A partir disso, o trabalhador contratado não trata o produto em disputa no comércio como algo feito por ele, mas fabricado para satisfazer as necessidades de quem comanda toda a forma de organização social. Diante disso, o capitalista possui o poder de comprar mão de obra para extrair mais-valia, alcançando o controle da economia por ser o proprietário privado dos meios de produção, o qual influencia na reprodução de vida da classe trabalhadora. Contraditoriamente, coloca em risco os próprios interesses ao viver de especulações financeiras.

No objetivo de trazer outro modo de planejamento que se opõe a essa natureza capitalista e dependente do mercado, o historiador francês Charles Bettelheim, em sua

obra “Planificação e crescimento acelerado” (1998), trata sobre a planificação socialista, um modelo socioeconômico encontrado numa sociedade sob determinações sócio-políticas do socialismo ou em fase de transição.

Antes de partir aos estudos específicos sobre a Planificação, o estudioso francês aborda como se dá a discrepância entre o modelo capitalista e socialista de sociedade. Para ele:

Os diferentes sistemas econômicos se distinguem pela sua estrutura social, por suas relações de produção e por suas relações de propriedade. É daí que decorrem os diferentes mecanismos de funcionamento, as diferentes leis econômicas e os diferentes ritmos de desenvolvimento. (Bettelheim, 1998, p.12)

Esse apontamento realizado pelo autor é crucial no intuito de compreender os modos econômicos e suas particularidades implantados até então na história. Por isso, a base de um estudo teórico é essencial para formular um Planejamento Econômico.

Uma das condições principais para se efetivar a Planificação, segundo o francês (Bettelheim, 1998) é a seguinte: a atividade coletiva segue baseada em leis econômicas objetivas, a exemplo da oferta e demanda, mas proporciona uma diretriz de desenvolvimento social pelo qual se busca um alinhamento às necessidades coletivas da população, suas propostas e demandas oferecidas. Dentro desse panorama, em contradição ao esquema econômico do sistema intermediado pela lógica do mercado, na economia socialista os trabalhadores são os proprietários dos meios de produção, como também assumem o papel de dirigir a sociedade nos aspectos econômicos, sociais e políticos. Além disso, o Estado vira um forte aliado da classe trabalhadora para conseguir satisfazer as necessidades sociais da população.

Apesar disso, ocorrem relações mercantis, tendo a definição de uma moeda que irá circular para auxiliar nas relações de compra e venda. O que torna esse modelo diferente dos até então vistos é o seu planejamento econômico baseado na implementação dos chamados “altos domínios” (Bettelheim, 1998, p.23), quando ocorre a apropriação de empresas estrangeiras por parte do governo que recebeu suas instalações.

Essa socialização dos meios de produção foi realizada de forma concreta em um dos países que, historicamente, é exemplo da transição para uma economia planificada: isso diz respeito a Cuba. Como abordado no segundo tópico da obra de Bettelheim (1998, p.14), no auge da revolução cubana em 1959, empresas estadunidenses foram apropriadas pela coletividade local e o Estado passou a ser o principal administrador dos seus bens. Esse acontecimento apresenta a efetividade da base de um planejamento socialista que se baseia na nacionalização dos meios de produção para diminuir os espaços de propriedade privada.

Nesse sentido, trazendo como referência o caso concreto, a pesquisa analisou que para materializar um planejamento econômico baseado na planificação socialista, deve-se "determinar os níveis e as formas corretas de socialização dos meios de produção (por exemplo, a divisão das unidades de produção entre o poder central e os poderes locais" (Bettelheim, 1998, p.29).

Nessa perspectiva, a reestruturação do comércio exterior na tentativa de buscar uma interação mais equitativa, sem dependência das oscilações de preços do mercado, e o uso de uma moeda referência para controlar as atividades das demais são traços marcantes da planificação socialista. Os preços na planificação, diferente do Capitalismo que se alinha ao mercado, está em consonância ao tempo de trabalho socialmente necessário para, segundo o autor, “assegurar a satisfação máxima das necessidades crescentes graças a uma produtividade de trabalho incessantemente acrescida” (Bettelheim, 1998, p.30).

Todavia, observou-se que no planejamento de planificação socialista existem problemas a serem enfrentados. A falta do grau de integração das diversas atividades econômicas, ainda mais num contexto de globalização, se relaciona “à ausência de técnicas vantajosas por conta do incremento tecnológico deficiente nos meios de produção” (idem, 1998, p.22).

Apesar de terem uma moeda estipulada para circular internamente, o sistema de preço mundialmente se choca com as determinações impostas dentro da economia planificada. Isso acarreta a fragilidade desse planejamento e entidades que representam as sociedades no modo socialista devem se adequar às condições de preço externas.

O Preço como enfatizado, nos tópicos anteriores deste relatório, entra em constante embate com o valor e a aparência - preço enquanto forma representativa e visível - é mais valorizada do que a essência do valor, o trabalho. Para materializar os discursos sobre os fundamentos teóricos, destacam-se os principais motivos da ausência e presença de um planejamento econômico, baseando-se nos estudos sobre “O capital” e das outras duas obras a fim de atingir os objetivos desta pesquisa. Na falta de um modelo, não tem uma organização social na economia, deixando os setores se autoadministrarem e ocorre o desalinhamento de ideias, no que culmina na concorrência entre as mercadorias.

Por outro lado, para efetivar um modelo referência de planejamento, deve-se estudar, primeiramente, a organização da produção, no intuito de evitar desperdícios materiais e ir contra a lógica do capital de se autovalorizar, um dos princípios na geração de crises de superprodução. Na questão teórica, entender o Valor e o Preço, sendo um tipo de valor de troca, são passos primordiais na obtenção de uma linha de planejamento adequada nos modos de produção historicamente.

Conclusão

Considerando todo o estudo realizado, é fundamental destacar a importância da apreensão teórica para entender o ato de planejar, como ele deve ser feito e as maneiras de sua aplicação ser alinhadas aos modos de organização social, juntamente com a dinâmica da história para mostrar a aplicação de diversos modelos. Além disso, essa discussão se faz necessária no âmbito da Economia Política para entender como suas principais categorias serão colocadas de forma concreta nos espaços produtivos da sociedade. Estudar o Valor e o Preço, suas particularidades e manifestações, é entender o papel essencial desse campo de estudos para não confundir esses termos e usá-los de

forma equivocada, no que pode acarretar possíveis causas de crises numa lógica econômica capitalista.

Estudar Marx e sua principal obra, “O Capital”, permite a compreensão de categorias usuais da Economia Política, utilizando de situações cotidianas a sua época, mas principalmente reforçando o caráter da história para mostrar como se permeia a mercadoria e sua influência nas relações sociais, onde será posto o planejamento. O atual cenário de capital especulativo e a estipulação de preços pelas potências econômicas mundiais reforçam a importância de compreender se, efetivamente, há um planejamento na conjuntura capitalista contemporânea. Somado a isso, a leitura de “O Capital” e de obras que se aprofundaram no debate (Engels, 1986; Bettelheim, 1998), mostra o quanto esses autores possuem uma base notável na compreensão de estruturas sociais, econômicas e políticas do atual Modo de Produção Capitalista, bem como mostrando outros panoramas de organização social, a exemplo da Socialista com a economia planificada.

Os procedimentos metodológicos - como a identificação das fontes, tabulação e a análise dos dados - foram realizados por conta da variedade de referências bibliográficas, pelas quais contribuíram para a caracterização dos fundamentos teóricos do Planejamento Econômico atrelado à Economia Política.

Portanto, reforça-se que Marx continua sendo uma grande referência para a crítica da Economia Política, pois sua análise pautada no materialismo histórico-dialético foi essencial para auxiliar na busca de um planejamento econômico interligado ao caráter social da produção, sem dependência dos vínculos concorrenciais e mercadológicos. O autor d’O Capital previu, durante sua escrita, o papel do planejamento por meio da Teoria do Valor para evitar crises e outras adversidades que são encontradas até os dias contemporâneos, reforçados pelo debate de Bettelheim e Engels ao longo das discussões.

Referências

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. (col. Marx Engels)

BETTELHEIM, C. **Planificação e crescimento acelerado**. São Paulo: Genéricos, 1998.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Obras completas. vol 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1986

CÓDIGO: HS0271

AUTOR: BORIS ALVES FERREIRA

ORIENTADOR: FABIO RESENDE DE ARAUJO

TÍTULO: Compreendendo a dimensão técnico-administrativa das capacidades estatais no desempenho dos Municípios na Implementação da Política de Assistência Social do RN

Resumo

Este trabalho tem como objetivo diagnosticar a dimensão técnico-administrativa das capacidades estatais dos municípios do Rio Grande do Norte na implementação da Política de Assistência Social, com foco na Vigilância Socioassistencial, no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família. Parte-se da hipótese de que compreender essas capacidades permite identificar fragilidades e potencialidades, contribuindo para o planejamento da SETHAS-RN no apoio técnico aos gestores locais. A metodologia envolveu survey on-line com 29 gestores de 18 municípios, com base no modelo teórico de Gomide e Pires (2014), no Decreto nº 11.016/2022 e na Portaria MC nº 773/2022. A análise foi feita por estatística descritiva. Os melhores resultados apareceram nas subdimensões referentes à existência e operação de mecanismos de coordenação (intra e intergovernamentais) e às formas de interação das burocracias do Executivo com agentes do sistema político-representativo. Já os itens com as menores avaliações concentraram-se na subdimensão relativa à presença de organizações com recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados, revelando fragilidades estruturais que impactam a condução das ações nos municípios.

Palavras-chave: Capacidade estatal; Assistência Social; Política Pública.

TITLE: Understanding the technical-administrative dimension of state capacity in municipal performance regarding the implementation of the Social Assistance Policy in Rio Grande do Norte.

Abstract

This study aims to assess the technical-administrative dimension of state capacities in municipalities of Rio Grande do Norte, Brazil, regarding the implementation of the Social Assistance Policy, with a focus on Social Assistance Surveillance, the Unified Registry (Cadastro Único), and the Bolsa Família Program. The hypothesis is that understanding these capacities helps identify weaknesses and strengths, contributing to SETHAS-RN's planning for technical support to local managers. The methodology involved an online survey with 29 managers from 18 municipalities, based on the theoretical model of Gomide and Pires (2014), Decree No. 11.016/2022, and Ministry of Citizenship Ordinance No. 773/2022. Descriptive statistics were used for analysis. The highest-rated items were in the sub-dimensions related to the existence and operation of coordination mechanisms (intra- and intergovernmental) and the interaction between executive bureaucracies and political-representative system agents. In contrast, the lowest-rated items were concentrated in the sub-dimension regarding the presence of organizations with adequate and available human, financial, and technological resources, revealing structural weaknesses that affect local implementation.

Keywords: State capacity; Social Assistance; Public Policy.

Introdução

A implementação eficiente da Política de Assistência Social é fundamental para a promoção do bem-estar e a redução das desigualdades sociais nos municípios do Rio Grande do Norte. Para que isso ocorra, é essencial compreender a dimensão técnico-administrativa das capacidades estatais municipais, que envolve recursos humanos, financeiros, tecnológicos e mecanismos de coordenação e monitoramento. De acordo com estudos sobre capacidades estatais e arranjos institucionais em políticas públicas, a efetividade da ação estatal está diretamente relacionada à articulação entre estruturas administrativas, mecanismos de governança e processos de coordenação intergovernamental (GOMIDE; PIRES, 2014). A partir da hipótese de que o diagnóstico dessas capacidades permite identificar fragilidades e potencialidades locais, esta pesquisa busca fornecer subsídios para o planejamento e o apoio técnico da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS-RN), fortalecendo a gestão municipal das ações da assistência social no RN, especialmente nas áreas da Vigilância Socioassistencial, Cadastro Único e Programa Bolsa Família. A pesquisa foi conduzida em uma etapa, com survey on-line, visando construir um panorama detalhado que auxilie intervenções e capacitações alinhadas às necessidades específicas dos municípios potiguares, articuladas com as ações do projeto de extensão “Observatório das Desigualdades” do DAPGS-UFRN. Este plano de trabalho possui como objetivo geral realizar um diagnóstico da capacidade estatal (dimensão técnico-administrativa) e dos determinantes de

desempenho dos municípios na implementação das ações da Política de Assistência Social do Rio Grande do Norte com ênfase na vigilância socioassistencial, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em uma etapa principal - survey on-line -, com questões fechadas e abertas combinando métodos quantitativos e qualitativos para diagnosticar a dimensão técnico-administrativa das capacidades estatais dos municípios do Rio Grande do Norte na implementação da Política de Assistência Social.

Participaram da pesquisa 18 municípios e 29 gestores responsáveis pela gestão da política de assistência social.

A pesquisa consistiu na aplicação de um survey on-line hospedado na plataforma Google Forms. O questionário foi elaborado com base no modelo teórico proposto por Gomide e Pires (2014), sendo ajustado de acordo com as normativas vigentes, especialmente o Decreto nº 11.016/2022 e a Portaria MC nº 773/2022. Os participantes foram convidados a ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE

A participação ocorreu de forma remota, utilizando computadores ou dispositivos móveis com acesso à internet. As questões fechadas foram obrigatórias e utilizaram a escala Likert de 1 a 5, sendo 1 o menor grau de concordância e 5 o maior. O objetivo foi mensurar percepções e níveis de concordância dos gestores com as afirmativas do questionário. As perguntas abertas tiveram caráter facultativo, objetivando que os participantes dessem opinião do que eles interpretam ou proposta. O instrumento foi direcionado a gestores municipais envolvidos na gestão da assistência social, abrangendo áreas como o Cadastro Único, o Programa Bolsa Família e a Vigilância Socioassistencial. O período de coleta de dados do survey foi entre os meses de Novembro a Dezembro de 2024. A aplicação do questionário foi realizada mediante autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 81496424.4.0000.5537).

Para análise, fizemos a média das respostas, de todos os participantes, ou seja, os 29 gestores, de acordo com a dimensão técnico administrativa e os itens das suas subdimensões: 1.1 - Subdimensão: A presença de organizações com recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados e disponíveis para a condução das ações; 1.2 - Subdimensão: A existência e operação de mecanismos de coordenação (intra e intergovernamentais); 1.3 - Subdimensão: Estratégias de monitoramento (produção de informações, acompanhamento e exigências de desempenho); 1.4 - Estratégias de monitoramento (produção de informações, acompanhamento e exigências de desempenho); 1.5 - Subdimensão: Existência e formas de interações das burocracias do Executivo com os agentes do sistema político-representativo. Foram escolhidos para

discussão os 3 itens com melhores e piores notas dentre todas as categorias. As perguntas abertas incluídas no recorte de análise desse resumo.

Esses métodos e recursos visaram garantir a robustez, validade e confiabilidade dos dados coletados, além de possibilitar uma análise abrangente das capacidades técnico-administrativas dos municípios no contexto da assistência social no Rio Grande do Norte.

Resultados e Discussões

Itens com melhores avaliações pelos gestores

O item “A gestão municipal busca participar ativamente das atividades de capacitações propostas pelo governo estadual e pelo Ministério do Desenvolvimento Social” a média constatada foi de 4,61. Esse item faz parte da Subdimensão: A existência e operação de mecanismos de coordenação (intra e intergovernamentais).

Quando os gestores foram perguntados sobre “As ações da Política de Assistência Social tem a participação e/ou apoio direto de gestores municipais de alto poder decisório (prefeitos e secretários)” a média constatada foi de 4,42. Essa pergunta estava na Subdimensão: Existência e formas de interações das burocracias do Executivo com os agentes do sistema político-representativo.

Por fim, o terceiro melhor avaliado foi o item “Existe proposição e acolhida do Poder Público Municipal para ações de assistência social que envolvam parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais ou não governamentais”, a média constatada foi de 4,27. Esse item, assim como o item anterior também era parte da Subdimensão: Existência e formas de interações das burocracias do Executivo com os agentes do sistema político-representativo.

Itens com piores avaliações pelos gestores.

Todos os itens de pior avaliação estavam na Subdimensão: A presença de organizações com recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados e disponíveis para a condução das ações. Esses itens de pior avaliação foram:

Os transportes disponíveis são adequados para atividades (ex. visitas técnicas, localização das famílias, entre outros), a média constatada foi de 3,35.

A rotatividade dos profissionais envolvidos é baixa, a média constatada foi de 3,28.

Os recursos humanos envolvidos nas atividades são compatíveis numericamente com a demanda de atividades, a média constatada foi de 3,06.

Análise geral dos resultados da dimensão

A pesquisa teve como objetivo avaliar a capacidade estatal, na dimensão técnico-administrativa, dos municípios do Rio Grande do Norte. O menor índice foi observado na subdimensão “recursos humanos, financeiros e tecnológicos adequados e disponível para a condução das ações”, com média de 3,67. Esse resultado indica limitações estruturais que impactam diretamente a execução das ações previstas pela política de assistência social.

O maior índice dentro da dimensão foi a existência e funcionamento de mecanismos de coordenação intra e intergovernamental, com média de 4,11, demonstrando que os municípios têm conseguido manter articulações institucionais importantes para a gestão da política.

Conclusão

Como limitação desta pesquisa, destaca-se o reduzido número de municípios que emitiram anuência formal e aceitaram participar do estudo. Dos 167 municípios do Rio Grande do Norte, apenas 18 participaram oficialmente da pesquisa, o que representa aproximadamente 11% do total. É importante considerar que a realização da coleta de dados coincidiu com o período eleitoral municipal, o que pode ter contribuído para a baixa adesão, em virtude das restrições institucionais, da elevada carga administrativa e da cautela dos gestores públicos em participar de iniciativas externas durante esse contexto.

A média geral da dimensão técnico-administrativa foi de 3,91. Esse dado revela que, apesar de avanços na articulação e gestão, persistem desafios operacionais, sobretudo relacionados à estrutura e à capacidade técnica dos municípios, o que ainda compromete a plena implementação da política no território.

Referências

BRASIL. Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022. Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 mar. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11016.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Portaria MC nº 773, de 5 de maio de 2022. Aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios e estados ao Programa Auxílio Brasil e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, à designação dos coordenadores municipais e estaduais do Programa e do Cadastro Único, e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa. Diário Oficial da União: seção 1 – extra A, Brasília, DF, ed. 85-A, p. 1, 6 maio 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mc-n-773-de-5-de-maio-de-2022-398319845>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BOSCHI, R. Capacidade Estatal para o Desenvolvimento em Perspectiva Comparada. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento. Brasília, 2013.

GOMIDE, A.A; PIRES, R. R. C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In GOMIDE, A.A.; PIRES, R. R. C. (Org.) Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. IPEA: Brasília, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. Gestão SUAS. 2024. Disponível em: <http://www.sethas.rn.gov.br/#>. Acesso em 31 de março de 2024.

Anexos

Tabela 1 Média de resposta da escala Likert de gestores municipais do RN da Assistência Social sobre as capacidades estatais locais.

Tabela 1 Média de resposta da escala Likert de gestores municipais do RN da Assistência Social sobre as capacidades estatais locais.

CÓDIGO: HS0275

AUTOR: ISABELLE STEPHANY DANTAS DE VASCONCELOS

ORIENTADOR: LUCIANO ATHAYDE CHAVES

TÍTULO: EFETIVIDADE PROCESSUAL E PENHORA DE SALÁRIOS E PROVENTOS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Resumo

Este artigo investiga como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem interpretado a regra da impenhorabilidade de salários e proventos à luz do Código de Processo Civil de 2015. A pesquisa parte do conflito entre a efetividade da execução e a proteção ao mínimo existencial, com foco nos casos em que o devedor possui rendimentos inferiores a cinquenta salários mínimos. Adotando abordagem descritiva e qualitativa, a metodologia combinou análise normativa, revisão bibliográfica e levantamento jurisprudencial baseado na Metodologia de Análise de Decisões (MAD), com ênfase nos julgados das Terceira e Quarta Turmas do STJ. Os resultados demonstram que, a partir de 2018, consolidou-se uma tendência jurisprudencial de relativização da impenhorabilidade, admitindo-se a penhora de verbas salariais em hipóteses excepcionais. Essa possibilidade está condicionada ao esgotamento de meios menos gravosos e à preservação do mínimo existencial do devedor. Conclui-se que houve mudança relevante na interpretação do STJ, com aplicação mais flexível da norma legal, orientada pelos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Superior Tribunal de Justiça. Execução civil. Efetividade processual.

TITLE: PROCEDURAL EFFECTIVENESS AND ATTACHMENT OF SALARIES AND INCOME IN THE JURISPRUDENCE OF THE SUPERIOR COURT OF JUSTICE

Abstract

This article investigates how the Superior Court of Justice (STJ) has interpreted the rule that wages and income cannot be seized in light of the 2015 Code of Civil Procedure. The research explores the conflict between the effectiveness of enforcement and the protection of the minimum subsistence level, focusing on cases in which the debtor earns less than fifty minimum wages. Adopting a descriptive and qualitative approach, the methodology

combined normative analysis, a literature review, and a case law survey based on the Decision Analysis Methodology (MAD), with an emphasis on judgments from the Third and Fourth Panels of the STJ. The results demonstrate that, starting in 2018, a jurisprudential trend toward relativizing the principle of non-seizability has been consolidated, allowing the garnishment of wages in exceptional circumstances. This possibility is conditional upon the exhaustion of less onerous remedies and the preservation of the debtor's minimum subsistence level. It is concluded that there was a relevant change in the interpretation of the STJ, with a more flexible application of the legal norm, guided by the principles of proportionality, reasonableness and human dignity.

Keywords: Superior Court of Justice. Civil enforcement. Procedural effectiveness

Introdução

As relações sociais são tradicionalmente estruturadas com base na celebração de acordos, os quais viabilizam a circulação de bens e a realização de transações econômicas. Entre esses pactos, destaca-se a assunção de dívidas, que impõe ao devedor a obrigação de cumprir determinada prestação, dando origem à correspondente responsabilidade patrimonial.

No entanto, o inadimplemento sempre foi uma realidade, e a forma de sua resolução evoluiu ao longo do tempo. Se em sociedades arcaicas a cobrança se dava pela força, a construção de um ordenamento jurídico fundamentado em princípios iluministas transferiu essa função ao Poder Judiciário, que passou a exercer a coerção por meio de decisões judiciais, garantindo a segurança jurídica.

Contudo, mesmo após a prolação de decisão judicial que reconhece a obrigação de pagamento e constitui um novo título executivo contra o devedor, o adimplemento espontâneo nem sempre se concretiza. Diante disso, o ordenamento jurídico prevê mecanismos para assegurar a efetividade da execução, sendo a penhora o principal instrumento para a constrição de bens do devedor.

Assim, o Código de Processo Civil estabelece um rol de bens passíveis de penhora e, de forma taxativa, define aqueles que são impenhoráveis, incluindo as verbas de natureza salarial. No entanto, a colisão entre o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da efetividade da execução tem gerado debates, especialmente diante de práticas que visam frustrar a satisfação do crédito.

Conforme destaca Fredie Didier Jr (2022), a proteção conferida a determinados bens, como os de natureza alimentar, deve ser interpretada de forma sistemática, de modo a não inviabilizar o acesso do credor ao resultado prático equivalente de seu direito, desde que respeitado o mínimo existencial do devedor.

A impossibilidade de penhora de determinados rendimentos acabava por permitir que devedores transferissem seu patrimônio a terceiros — comumente denominados “laranjas” —, mantendo-se formalmente sem bens em seu nome e preservando apenas aqueles que são legalmente impenhoráveis, com o objetivo de frustrar a execução judicial.

Desse modo, a evolução legislativa trouxe mudanças significativas nesse aspecto. O Código de Processo Civil de 1973, em seu art. 649, inciso IV, dispunha que salários, soldos e remunerações eram absolutamente impenhoráveis, exceto para o pagamento de prestação alimentícia.

Com a promulgação do Código de Processo Civil de 2015, manteve-se, no artigo 833, inciso IV, a regra geral da impenhorabilidade dos rendimentos, como salários, proventos, pensões e outras verbas de caráter alimentar. Contudo, ao suprimir o adjetivo “absolutamente” — presente no antigo artigo 649 do CPC/1973 —, o legislador deixou espaço para uma interpretação mais flexível da norma, possibilitando exceções à impenhorabilidade em situações específicas.

Diante disso, e considerando o papel institucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na uniformização da interpretação da legislação federal infraconstitucional, a pesquisa partiu do seguinte problema de pesquisa: de que modo o STJ tem interpretado e aplicado a regra da impenhorabilidade dos rendimentos, em casos de execução contra devedores que percebem salários ou proventos inferiores a cinquenta salários mínimos?

A partir dessa questão, buscou-se compreender se aquela Corte tem adotado uma postura mais restritiva ou permissiva quanto à flexibilização da regra, bem como os critérios utilizados para fundamentar decisões que admitem ou não a penhora de tais valores.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da penhorabilidade de verbas de natureza salarial. Especificamente, propõe-se a verificar se houve uma mudança jurisprudencial no tocante à impossibilidade de penhora dessas verbas, buscando identificar eventuais evoluções interpretativas promovidas por aquela Corte Superior.

Metodologia

Para alcançar tais objetivos, adotou-se o método de abordagem de nível descritivo (Epstein; King, 2013; Gil, 2008), que parte da análise normativa e principiológica do ordenamento jurídico aplicável para, em seguida, proceder-se à investigação da evolução jurisprudencial sobre a matéria. A pesquisa foi desenvolvida com base em levantamento jurisprudencial recente do STJ, selecionado por meio da Metodologia de Análise de Decisões (MAD), conforme Freitas Filho e Lima (2010), bem como por pesquisa em repositórios oficiais, como o site do próprio Tribunal.

Além disso, a análise jurisprudencial será complementada por levantamento bibliográfico, prestigiando fontes da literatura especializada que discutem os limites da impenhorabilidade, a proteção ao mínimo existencial e o princípio da dignidade da pessoa humana, como fundamentos jurídicos que orientam a atuação judicial em matéria de execução civil.

A estrutura do trabalho está disposta em três partes. No primeiro, serão abordados os conceitos fundamentais da execução civil, seus escopos e princípios norteadores, fornecendo a base teórica necessária à compreensão do processo executivo. No segundo, será realizada uma análise da evolução legislativa referente à penhorabilidade de rendimentos, com ênfase nas alterações normativas e seus reflexos no sistema jurídico. Por fim, no terceiro tópico, será examinada a jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça, com o objetivo de identificar eventuais mudanças de entendimento e analisar a consistência e os fundamentos das decisões que tratam da flexibilização da impenhorabilidade salarial.

Resultados e Discussões

1. A EXECUÇÃO CÍVEL: DEFINIÇÃO, ESCOPOS E PRINCÍPIOS INFORMADORES

Pensando em um mundo ideal, as ordens judiciais deveriam ser cumpridas apenas com a sua própria constituição e comunicação ao devedor. Mas, como se sabe, esse mundo ideal não existe, em especial em algumas sociedades, cuja cultura jurídica reflete uma baixa responsividade dos sujeitos passivos de obrigações retratadas em títulos judiciais.

Tomando os dados do Relatório Justiça em Números (CNJ, 2024), é possível assentar a premissa de que o Brasil representa uma sociedade de baixa responsividade a ordens judiciais, em especial em questões cíveis, diante dos altos índices de congestionamento na fase de cumprimento de sentença ou execução de títulos judiciais.

Nesse sentido, torna-se necessário a execução por quantia certa que consiste em um adimplemento forçado, implementado por intermédio da atividade jurisdicional, e tem início após a frustração de um título executivo judicial ou extrajudicial, oriundo de um contrato celebrado entre as partes, cujo cumprimento não foi efetivado pelo devedor (Santos; Dantas, 2021).

Nesse contexto o devedor, que se encontra em débito de quantia líquida e determinada, pode, nos termos do artigo 826 do Código de Processo Civil (CPC), proceder à remissão da execução mediante o pagamento voluntário ou a consignação da importância atualizada da dívida, acrescida dos encargos legais, tais como juros, custas e honorários advocatícios.

Todavia, na hipótese em que o devedor não realiza a quitação da dívida ou não efetua a consignação do valor devido, faz-se necessário prosseguir com o processo de expropriação, procedimento que implica na retirada forçada de bens móveis ou imóveis pertencentes ao executado, com o objetivo de garantir o adimplemento da obrigação.

Nesse sentido, o artigo 825 do CPC prevê, em seus incisos I, II e III, respectivamente, que a expropriação pode ser realizada por meio da adjudicação, da alienação, da apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens.

Porém, faz-se importante ressaltar que, por impedimento legal, nem todos os bens do executado podem ser penhorados.

A execução no Direito Processual Civil brasileiro é regida por princípios fundamentais que têm por finalidade orientar o magistrado na formação de seu convencimento e na condução do processo executivo. No presente artigo, serão abordados apenas alguns desses princípios, considerados centrais pela doutrina, quais sejam: o princípio da responsabilidade patrimonial, o princípio da menor onerosidade do devedor e o princípio da efetividade do processo executivo (Carvalho, 2023).

No que se refere à responsabilidade patrimonial, esta tem origem na celebração da obrigação, de forma que o devedor, ao deixar de cumprir o que fora pactuado, sujeita-se, por força de lei, a um dever jurídico decorrente de sua própria manifestação de vontade. Nesse contexto, distingue-se da responsabilidade civil propriamente dita, que se fundamenta na reparação de um dano causado a outrem. Assim, a responsabilidade patrimonial, por sua vez, implica a garantia ao credor da submissão do patrimônio do devedor à satisfação da obrigação pecuniária inadimplida (Rodrigues, 2023).

No que tange ao princípio da menor onerosidade, este encontra previsão expressa no artigo 805 do Código de Processo Civil, o qual dispõe que, havendo possibilidade de o exequente promover a execução, o juiz deve determinar que esta se realize pelo modo menos gravoso ao executado. Tal princípio busca assegurar que o processo expropriatório não assuma um caráter pessoal, impedindo que seja utilizado pelo credor como instrumento de vingança (Rímoli, 2019).

Seguindo essa linha, embora seja imprescindível que o devedor cumpra com a obrigação assumida, não se admite que ele seja colocado em uma situação que comprometa sua subsistência (Rímoli, 2019). Todavia, em consonância com o princípio da efetividade do processo executivo, os atos processuais devem ser direcionados à satisfação do crédito, uma vez que, nos termos do artigo 4º do Código de Processo Civil, é direito das partes obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, incluindo a realização da atividade satisfativa.

2. IMPENHORABILIDADE DE BENS: EVOLUÇÃO LEGISLATIVA ACERCA DA PENHORA SALARIAL

A interpretação sistemática do artigo 789 do Código de Processo Civil revela que o ordenamento jurídico brasileiro adota a responsabilidade patrimonial como regra, determinando que o devedor responde com a totalidade de seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, de modo que quando o devedor não adimplir voluntariamente sua obrigação, a execução poderá ocorrer de forma coercitiva, mediante a penhora de bens (Gonçalves, 2017).

Entretanto, essa regra admite exceções legalmente previstas, configurando o que se denomina impenhorabilidade de bens, que limita a atividade executiva, com o intuito de proteger determinados bens do executado, entre os quais se encontra o salário, que é o objeto central do presente estudo.

Dessa forma, a análise da penhora salarial exige uma abordagem aprofundada, que não se restringe apenas ao Código de Processo Civil de 2015, mas também a normativa anterior, visando compreender a evolução da temática e os posicionamentos adotados ao longo do tempo, em especial no que tange à proteção da remuneração do trabalhador frente à execução (Junior, 2017).

O Código de Processo Civil de 1973, em sua redação original, dispunha no artigo 649, inciso IV, que os salários e outras formas de rendimento eram absolutamente impenhoráveis, adotando, dessa forma, uma postura proibicionista quanto à atividade de arresto de bens. No dispositivo em questão, a intenção do legislador era garantir a prevalência de certos princípios sobre o princípio da responsabilidade patrimonial, quais sejam: o princípio do mínimo existencial e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Acerca do primeiro princípio mencionado, este tem por objetivo, conforme o posicionamento de Pontes de Miranda, garantir o mínimo vital necessário à sobrevivência do cidadão em sociedade, assegurando uma vida digna a todas as pessoas naturais, portadoras de direitos e obrigações. Isso inclui o acesso à alimentação, educação, saúde e moradia, além do exercício de outros direitos constitucionalmente previstos (Christaldo; Haji, 2022).

No que tange à dignidade da pessoa humana, este princípio encontra-se previsto de maneira expressa no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988. Pode ser entendido como a imposição de respeito a todos os indivíduos, garantindo que sua existência não seja prejudicada, abrangendo tanto a preservação da vida quanto a integridade física e a qualidade de sua saúde (Sardinha, 2024).

Sob a ótica contemporânea, a saúde, nesse contexto, deve ser entendida à luz da definição da Organização Mundial da Saúde, que a define como um estado de completo bem-estar físico, mental e social (Brasil, 2021).

Dessa forma, a doutrina e a jurisprudência predominantes entendiam que o salário, soldo ou remuneração eram impenhoráveis, conforme estabelecido pelo CPC de 1973, sendo a única exceção a penhora para quitação de pensão alimentícia. Nesse cenário, observa-se uma proteção voltada às condições de vida do devedor, de modo que o credor e a justiça acabavam por ficar em segundo plano (Fonseca; Fernandes, 2021).

Todavia, o Código de Processo Civil de 2015 trouxe modificações importantes, ao passo em que, em seu artigo 833, retirou o termo “absolutamente”, de modo a prever apenas que, como regra geral, são impenhoráveis os salários e os soldos. Além disso, o §2º deste artigo introduziu exceções, como a possibilidade de penhorar salários para o pagamento de pensão alimentícia, independentemente de sua origem, bem como valores que excedam 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.

Desse modo, diferente da posição adotada pelo diploma anterior, o novo código buscou tutelar também o direito à atividade satisfativa do exequente, buscando equilibrar a proteção ao devedor e a efetividade da execução.

No entanto, em um país marcado por profundas desigualdades sociais, como demonstrado em 2024 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que aponta o Distrito

Federal como o estado com o maior rendimento médio anual dos trabalhadores, com o valor de R\$ 5.043, a exceção prevista no §2º do artigo mencionado mostra-se distante do uso prático (Agência Brasil, 2025).

Isso porque, não reflete a realidade brasileira, de modo que o valor de 50 salários-mínimos, embora real para algumas camadas da população, é uma quantia acessível apenas a menor parcela da sociedade, distantes da realidade da grande massa.

Diante desse panorama normativo e principiológico, revela-se essencial investigar como o Poder Judiciário, em especial o Superior Tribunal de Justiça, tem aplicado tais disposições legais e princípios constitucionais à luz dos casos concretos. A análise jurisprudencial torna-se, portanto, um instrumento indispensável para compreender se houve, ao longo do tempo, uma evolução interpretativa quanto à penhorabilidade de verbas salariais, especialmente diante da tensão existente entre a efetividade da execução e a salvaguarda do mínimo existencial.

A seguir, examinam-se os principais julgados proferidos pela Terceira e Quarta Turma do STJ, a fim de identificar padrões decisórios, argumentos recorrentes e eventuais mudanças na orientação da Corte sobre o tema.

3. PENHORA SALARIAL: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O corpus da pesquisa é composto por acórdãos proferidos pela Terceira e pela Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista que, a partir da utilização dos termos-chaves: “teoria do mínimo existencial” e “relativização da impenhorabilidade” como critérios de busca, identificou-se que essas Turmas são as que frequentemente enfrentam a temática em seus julgados.

É importante destacar que, considerando que o objetivo desta pesquisa é analisar a evolução da jurisprudência sobre a temática, não foi estabelecido um recorte temporal específico. Optou-se por utilizar um número reduzido de palavras-chave e adotar um intervalo temporal amplo, de modo a captar as principais transformações ocorridas ao longo do tempo. Os dados foram coletados e organizados pela autora em 19 de abril de 2025. A seguir, apresenta-se o resultado obtido.

Palavra-chave: Mínimo Existencial

Terceira Turma: 12 acórdãos

Quarta Turma: 12 acórdãos

Palavra-chave: Relativização da Impenhorabilidade

Terceira Turma: 80 acórdãos

Quarta Turma: 83 acórdãos

Fonte: Superior Tribunal de Justiça. Elaboração da autora.

A partir do levantamento do espaço amostral, com a utilização de palavras-chave e aplicação do filtro para as Terceira e Quarta Turmas do Superior Tribunal de Justiça, observou-se que, no período de 2012 a 2017, o tribunal adotava uma postura mais estritamente vinculada à norma posta.

Em contrapartida, ao se analisar o período compreendido entre 2018 e 2025, verifica-se uma mudança na orientação jurisprudencial, com a adoção de uma postura mais flexível por parte do tribunal. Tal mudança demanda uma análise aprofundada dos fundamentos e das particularidades que motivaram essa alteração interpretativa, o que será feito a seguir nos próximos tópicos.

3.1 Análise dos acórdãos proferidos entre os anos de 2012 e 2017:

Ao iniciar a análise com a palavra-chave que apresentou os resultados mais expressivos, "Relativização da Impenhorabilidade", aplicado o filtro da Terceira e Quarta Turmas do Superior Tribunal de Justiça, observa-se que as primeiras manifestações do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema ocorreram entre 2012 e 2017.

Cabe destacar que a opção pelo descritor "relativização" pode ter contribuído para a redução quantitativa dos acórdãos retornados na pesquisa, o que, por outro lado, evidencia a seletividade dos julgados analisados. A escolha por esse termo técnico teve como objetivo captar decisões em que o Tribunal efetivamente enfrentasse a questão sob uma perspectiva de ponderação constitucional, indo além de meras exceções legais já positivadas.

Assim, ainda que o número de acórdãos tenha sido limitado, a qualidade dos julgados obtidos se mostra relevante por refletirem a construção interpretativa do Tribunal, especialmente em hipóteses que exigiram o afastamento da literalidade do art. 649, IV, do CPC/73, com base nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e dignidade da pessoa humana.

Durante esse período, o tribunal adotou uma postura mais rígida, reforçando a impenhorabilidade das verbas salariais, conforme a legislação vigente à época. Entretanto, ao longo desse lapso temporal, surgiram precedentes que sinalizavam uma evolução no entendimento da corte, revelando uma abertura para uma interpretação mais flexível da impenhorabilidade, aplicada em situações específicas.

Observou-se que a principal relativização dessa regra ocorreu em casos envolvendo pensão alimentícia ou honorários advocatícios, que, por sua natureza alimentar, podem ser passíveis de penhora para o cumprimento das respectivas obrigações, pois, em tais situações, a flexibilização da impenhorabilidade é meio necessário para o adimplemento da dívida que envolve a subsistência do credor.

Além disso, o Tribunal se posicionou no sentido de ajustes no percentual da penhora, com a possibilidade de penhorar até 30% dos vencimentos para o pagamento de pensões alimentícias ou honorários advocatícios, e até 10% dos rendimentos líquidos do devedor, desde que não haja comprometimento do mínimo existencial.

Nesse sentido, o STJ adotou uma análise aprofundada das circunstâncias fáticas do caso, considerando o comportamento do devedor, como a resistência ao cumprimento da dívida, e a capacidade do credor de satisfazer seu crédito, buscando um equilíbrio entre os direitos fundamentais de ambas as partes, observando os princípios da proporcionalidade e da dignidade humana.

Em entendimento inovador, no Agravo em Recurso Especial n.º 949.104/SP (2016/0179802-1), admitiu a penhora de parte da remuneração para garantir o cumprimento de sentença relativa a serviços educacionais, reconhecendo a educação como direito fundamental. Para tanto, considerou que a constrição de até 30% dos rendimentos do devedor não comprometeria o mínimo necessário para a sobrevivência, acrescentando a necessidade de uma interpretação sistemática e teleológica do art. 649, IV, do CPC/73, afastando-se da literalidade (Brasil, 2017).

Por meio da aplicação do conceito da "Teoria do Mínimo Existencial", é possível identificar uma contraposição de entendimento ao analisar o primeiro acórdão proferido em 2016 e os demais julgados de 2017, nos quais o STJ reconhece que a penhora de salários para a satisfação de créditos não alimentares é admissível, mas somente quando tal medida não prejudicar a subsistência do devedor e de sua família.

Nesses casos, a orientação era no sentido do juiz proceder com uma análise cuidadosa das circunstâncias específicas do caso, valendo-se dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de modo a garantir que a penhora não comprometa a dignidade do devedor e de seus dependentes.

A título de exemplo, no julgamento do AgInt no Recurso Especial nº 1.582.475/MG (2016/0041683-1), o Superior Tribunal de Justiça se posicionou com base no entendimento de que é possível excepcionar a regra de impenhorabilidade prevista no artigo 649, IV, do CPC/1973, quando o valor bloqueado for razoável diante da expressiva remuneração percebida pelo devedor.

Isso porque, no caso concreto, constatou-se que o devedor auferia renda mensal de R\$ 33.153,04 (trinta e três mil, cento e cinquenta e três reais e quatro centavos), razão pela qual se admitiu a relativização da impenhorabilidade, limitando-se a penhora a 30% dos valores mensais recebidos, tendo em vista que a constrição não afetaria a subsistência da parte inadimplente.

Após o período inicial de consolidação de entendimentos entre os anos de 2012 e 2017, em que se observaram os primeiros indícios de flexibilização da impenhorabilidade das verbas salariais, abre-se uma nova fase na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

3.2 Análise dos acórdãos proferidos entre os anos de 2018 e 2025

A partir de 2018, nota-se uma intensificação dos debates acerca da relativização dessa proteção patrimonial, com decisões cada vez mais voltadas à harmonização entre o direito do credor à satisfação do crédito e a preservação do mínimo existencial do devedor. Diante disso, passa-se à análise dos acórdãos proferidos entre os anos de 2018 e 2025, com o objetivo de identificar a evolução desse entendimento no cenário mais recente.

Dessa forma, para ilustrar a relevância e a evolução da temática no âmbito jurisprudencial, apresenta-se a seguir um levantamento quantitativo dos acórdãos localizados nas Terceira e Quarta Turmas do Superior Tribunal de Justiça, no período de 2018 a 2025, com base nas expressões-chave “relativização da impenhorabilidade” e “teoria do mínimo existencial”

A análise dos recentes acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) revela uma mudança significativa no entendimento acerca da impenhorabilidade das verbas de natureza salarial, prevista no artigo 833, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Embora tal impenhorabilidade constitua a regra geral, a jurisprudência da Corte tem admitido sua relativização em situações excepcionais, especialmente para a satisfação de créditos de natureza não alimentar (REsp 1.874.222/DF, rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 19/04/2023).

Nesse cenário, consolidou-se o entendimento de que a penhora sobre salários não deve ser automaticamente vedada, devendo ser precedida de uma análise concreta dos efeitos sociais e econômicos da medida na vida do devedor, a fim de evitar a violação ao mínimo existencial.

Por outro lado, reconhece-se que o credor possui o direito à tutela jurisdicional efetiva, capaz de assegurar, na medida do possível e com observância da proporcionalidade, o adimplemento de sua pretensão. Contudo, antes da flexibilização da regra, o entendimento é de que devem ser previamente esgotados os meios ordinários e tecnológicos de constrição patrimonial.

Esgotados os meios menos gravosos para a satisfação do crédito, poderá ser avaliada, em um segundo momento, a possibilidade de penhora sobre os proventos do devedor. Essa medida deve ser cuidadosamente analisada, levando-se em conta os impactos concretos da constrição sobre a subsistência digna do executado e de seus familiares, de modo a assegurar a preservação do mínimo existencial e o respeito à dignidade da pessoa humana (STJ – REsp 1.874.222/DF, AgInt no REsp 1.866.087/SP, AgInt no REsp 2.086.633/SP, AgInt no REsp 2.067.512/SE).

A Corte tem reiterado que a impenhorabilidade de salários, vencimentos e proventos tem por objetivo resguardar a dignidade do devedor, garantindo-lhe condições mínimas para a manutenção de um padrão de vida digno, inclusive em benefício de seus dependentes.

Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no que se refere à relativização da impenhorabilidade de salários e proventos na execução civil, especialmente após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de

2015. Para tanto, partiu-se da seguinte problemática: de que maneira o STJ tem conciliado os princípios da efetividade da execução e da dignidade da pessoa humana diante da constrição de verbas de natureza alimentar?

Ao longo da pesquisa, verificou-se que, historicamente, o ordenamento jurídico brasileiro conferia proteção absoluta às verbas salariais, permitindo sua penhora apenas para quitação de dívidas alimentares. Contudo, a exclusão do termo “absolutamente” no artigo 833, inciso IV, do CPC/2015 abriu margem para uma interpretação mais flexível, permitindo, assim, que o Judiciário passasse a considerar hipóteses excepcionais de penhora de salários.

Nesse contexto, constatou-se que o STJ, especialmente a partir de 2018, adotou uma postura jurisprudencial mais casuística e ponderada. A Corte passou a considerar não apenas a literalidade da norma, mas também a realidade concreta das partes envolvidas, os princípios constitucionais aplicáveis e a necessidade de se assegurar, simultaneamente, a efetividade da tutela jurisdicional e a preservação da dignidade do devedor.

Além disso, observou-se que a admissibilidade da penhora de salários passou a depender do esgotamento prévio dos meios menos gravosos de execução, como o uso dos sistemas Sisbajud, Renajud e Infojud.

Diante disso, conclui-se que os objetivos inicialmente propostos foram plenamente alcançados, uma vez que se conseguiu identificar, com base empírica e normativa, uma nítida evolução jurisprudencial no tocante à flexibilização da impenhorabilidade salarial. Ademais, o estudo reafirma a importância de um processo executivo que, sem perder sua eficácia, seja capaz de respeitar os valores constitucionais fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e a justiça social.

Por fim, como contribuição para futuras pesquisas, recomenda-se o aprofundamento da análise dos efeitos concretos dessas decisões sobre os devedores em situação de vulnerabilidade, bem como a ampliação do estudo para outros tribunais do país.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Salário do trabalhador é acima da média em 8 estados e no DF. Agência Brasil, 20 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/salario-do-trabalhador-e-acima-da-media-em-8-estados-e-no-df>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt no AREsp 949.104/SP. Relator: Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador Convocado do TRF 5ª Região). 4ª Turma. Julgado

em 24 out. 2017. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 30 out. 2017. Disponível em: www.stj.jus.br. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt no Recurso Especial nº 1.582.475 – MG (2016/0041683-1). Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. 3ª Turma. Julgado em 07 mar. 2017. Diário da Justiça Eletrônico, Brasília, DF, 21 mar. 2017. Disponível em: www.stj.jus.br. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Quarta Turma. Agravo Interno no Recurso Especial nº 2.102.195/DF, Relator Ministro Raul Araújo. Julgado em 03 jun. 2024. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 07 jun. 2024. Revista do Superior Tribunal de Justiça, v. 150, p. 199, 2024. Disponível em: www.stj.jus.br. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Corte Especial. Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.874.222/DF, Relator Ministro João Otávio de Noronha. Julgado em 19 de abril. 2023. Publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 24 maio. 2023. RSTJ, v. 271, p. 105, 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência – STJ. Brasília, DF: STJ, [20--]. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que significa ter saúde. Saúde Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CARVALHO, Paulo Afonso de Andrade. Teoria geral da execução: conceitos e princípios. Londrina: Editora Científica, 2023.

CHRISTALDO, Letícia Brígida de Abreu Lima; HAJJ, Hassan. A IMPENHORABILIDADE DO SALÁRIO E DA POUPANÇA SOB A ÓTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: DO IMPEDIMENTO AO PROCESSO DE EXECUÇÃO À GARANTIA AO MÍNIMO EXISTENCIAL DO DEVEDOR. Revista Jurídica Direito, Sociedade E Justiça, v. 9, n. 14, p. 15-47, 2022. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+IMPENHORABILIDADE+DO+SAL%C3%81RIO+E+DA+POUPAN%C3%87A+SOB+A+%C3%93TICA+DO+SUPERIOR+TRIBUNAL+DE+JUSTI%C3%87A%3A+DO+IMPEDIMENTO+AO+PROCESSO+DE+EXECU%C3%87%C3%83O+%C3%80+GARANTIA+AO+M%C3%8DNIMO+EXISTENCIAL+DO+DEVEDOR&btnG=. Acesso em 19 abr. 2025.

DA SILVEIRA CHAVES, Paulo Henrique; CHAVES, Pedro Henrique Pereira. A relativização da impenhorabilidade da remuneração, sob a ótica da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do direito comparado. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 36, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/86>. Acesso em: 19 abr. 2025.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2022.

DO NASCIMENTO, Dhandara de Souza; TORATI, Junior Henrique Pereira; COSTA, Abraao Pereira. Penhora salarial na quitação de dívida de pensão alimentícia e de natureza diversa. Revista FAROL, v. 9, n. 9, p. 271-284, 2020. Disponível em: <https://revista.farol.edu.br/index.php/farol/article/view/196>. Acesso em: 19 abr. 2025.

DOS SANTOS, Silas Andrade; DANTAS, Matusalém Jobson Bezerra. A POSSIBILIDADE DE PENHORA SOBRE A REMUNERAÇÃO DO EXECUTADO NA ÓTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Revista de Estudos Jurídicos do UNI-RN, n. 5, p. 143-168, 2021. Disponível em: <https://revistas.unirn.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/772>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência [livro eletrônico]. São Paulo: Direito GV, 2013.

FONSECA, Claudia de Oliveira; FERNANDES, Luma Motta. Impenhorabilidade de salários: o STJ e a alteração legislativa. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, p. 192-206, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7887>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FREITAS FILHO, Roberto; LIMA, Thalita Moraes. Metodologia de Análise de Decisões - MAD. Univ. JUS, Brasília, n. 21, p. 1-17. 2010 Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/download/1206/1149> Acesso em: 19 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 8ª edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

JUNIOR, Fredie Didier. et al. Curso de direito processual civil: execução. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.

JUNIOR, Juliano Ritter; GALIO, Morgana Henicka. A possibilidade de penhora de verbas salariais em processos de execução civil de natureza não alimentar. Academia de Direito, v. 3, p. 654-674, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3171>. Acesso em: 19 abr. 2025.

PIMENTEL, Wendy Lima. EVOLUÇÃO DOS MÉTODOS DE PENHORA DE BENS NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA - ISSN: 2675-5394, [S.l.], v. 7, n. 3, mar. 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/equidade/article/view/2848>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RÍMOLI, Flávio Tambellini. A ordem preferencial de penhora e a menor onerosidade do executado. Monografia - (Bacharelado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://adelpha-api.mackenzie.br/server/api/core/bitstreams/feab8f66-f1c9-47a3-9105-ff72c78211c5/content>. Acesso em: 22 de jan. 2025.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Responsabilidade patrimonial pelo inadimplemento das obrigações: introdução ao estudo sistemático da responsabilização patrimonial. Indaiatuba, São Paulo: Editora Foco, 2023.

SANTOS, Silas Andrade dos. A possibilidade de penhora sobre a remuneração do executado na ótica do Superior Tribunal de Justiça. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unirn.edu.br/jspui/handle/123456789/449>. Acesso em: 19 abr. 2025.

SARDINHA, Gabriel Cunha. Limites da Penhora Salarial. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) — Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/10040>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CÓDIGO: HS0321

AUTOR: JOSÉ ELIAS DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência estudantil e mercado de trabalho

Resumo

O relatório apresenta os resultados da pesquisa subsidiada pelo plano de trabalho intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência estudantil e mercado de trabalho”, realizado sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Wellen, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa – Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED/UFRN). A presente pesquisa com o objetivo de identificar na produção bibliográfica do Serviço Social brasileiro a relação entre a assistência estudantil e a reprodução da força de trabalho, proporcionou uma incursão bibliográfica nos periódicos da categoria profissional e a obtenção dos resultados que o presente trabalho expõe acerca dessa temática. Dentre os resultados da pesquisa identificou-se um baixo percentual de artigos que discutiam a referida temática. salienta-se a necessidade de um maior aprofundamento na discussão acerca da imbricação entre a assistência estudantil e a reprodução da força de trabalho. Posto que essa primeira, como política social que favorece a permanência de estudantes em ambiente acadêmico e o êxito de seus percursos formativos, possibilita uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Política Social; Reprodução da Força de Trabalho; Mercado de Trabalho;

TITLE: Social Policy and Workforce Reproduction: student assistance and the labor market

Abstract

This report presents the results of research supported by the work plan entitled "Social Policy and Workforce Reproduction: Student Assistance and the Labor Market," conducted under the supervision of Prof. Dr. Henrique Wellen, within the scope of the Study and Research Group – Labor, Ethics, and Rights (GEPTED/UFRN). This research, aimed to identify the relationship between student assistance and workforce reproduction in the bibliographic production of Brazilian Social Work, provided a bibliographical incursion into professional journals and obtained the results presented in this work on this topic. Among the research results, a low percentage of articles

discussing this topic was identified. The need for a more in-depth discussion of the interconnection between student assistance and workforce reproduction is highlighted. The former, as a social policy that favors students' retention in academic environments and the success of their educational paths, enables better insertion into the labor market.

Keywords: Social Policy; Workforce Reproduction; Labor Market; Student Assistance

Introdução

O relatório apresentado é fruto do plano de trabalho intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência estudantil e mercado de trabalho”, que se integra ao projeto de pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”, tendo por orientador o Prof. Dr. Henrique André Ramos Wellen, vinculado ao GEPTED (Grupo de Estudos e Pesquisa – Trabalho, Ética e Direitos), no âmbito do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A relevância do plano de trabalho se apresenta a partir da necessidade de identificação e análise dos referenciais teóricos do Serviço Social acerca da relação da Política de Assistência Estudantil com o acesso às condições necessárias para a reprodução da força de trabalho. De tal modo que seus objetivos perspectivam-se em: a) Analisar, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, de que forma a política de assistência estudantil impacta na reprodução da força de trabalho; b) Identificar referências teóricas centrais do Serviço Social brasileiro que abordam a política de assistência estudantil e apreender as suas funcionalidades apresentadas; e c) Apreender, dentro da literatura selecionada, a relação entre a assistência estudantil e a qualificação da força de trabalho. Ao longo do percurso tivemos formação acerca da obra “O Capital” (Marx, 2023) que nos subsidiou uma densa apreensão das categorias que perfazem o universo dessa pesquisa, tais como: Estado, sociedade, mercado, trabalho e força de trabalho. Por meio do plano de trabalho, buscou-se proceder com um percurso de formação e iniciação à pesquisa acadêmica, balizada por discussões teóricas no âmbito do materialismo histórico-dialético, pela perspectiva da construção coletiva do saber, sobretudo baseada nas experiências dos discentes e do docente-pesquisador na tabulação e nas análises dos resultados; bem como, na hercúlea dedicação à investigação nas bases de pesquisa para a construção do corpus da análise. A síntese que se postula ao final dessa pesquisa é que pode-se adensar, consideravelmente, as investigações acerca da relação entre a assistência estudantil e a reprodução da força de trabalho, posto que sua correlação é evidente a partir da apreensão de que a educação e as políticas de permanência nos espaços que propiciam a sua efetivação são essenciais para a reprodução social dos sujeitos que a ofertam como mercadoria no âmbito do Estado capitalista.

Metodologia

A pesquisa aportou dois direcionamentos complementares e sucessivos: um encaminhamento de teor instrumental e operacional e, outro, uma condução voltada para assimilação teórica e aprofundamento metodológico. Em um primeiro estágio da pesquisa evidenciou-se uma incursão na obra “O Capital” (Marx, 2023) que nos

possibilitou uma aproximação salutar às categorias que subsidiariam a pesquisa, tais como: Estado, sociedade, mercado e reprodução da força de trabalho. O segundo estágio da pesquisa efetivou-se a partir de operacionalização mais prática e processando-se nas seguintes etapas: a) identificação e triagem de referenciais teóricos sobre a análise da política de assistência estudantil dentro da literatura do Serviço Social brasileiro; b) tabulação e análise de dados teóricos, buscando-se, por meio de comparações entre as obras teóricas analisadas, se identificar possíveis confluências e especificidades entre as análises sobre as funcionalidades da política de assistência estudantil; c) sistematização das análises teóricas, buscando-se apreender abordagens, categorias e perspectivas sobre a assistência estudantil que estejam vinculadas com as determinações de condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Quanto ao delineamento do universo da pesquisa levamos aproximadamente mais de seis meses para definir o nosso corpus de análise, pois havia a possibilidade de pesquisarmos o escopo de teses e dissertações da categoria profissional que versavam sobre a assistência estudantil, o qual possuía um universo considerável de trabalhos, bem como, a possibilidade de pesquisarmos os artigos presentes nas revistas da categoria profissional. Por fim, chegamos a conclusão que seria mais viável, considerando o período para a execução do plano de trabalho, pesquisarmos o universo das revistas da categoria profissional. A construção do corpus de análise se deu a partir de pesquisa nas revistas da categoria profissional entre os anos de 2013 a 2024. O período temporal em análise foi escolhido por se considerar: a criação do Programa Bolsa Permanência em 2013, instituído pela Portaria nº 389, de maio de 2013; as investidas ultraneoliberais na contrarreforma da educação superior (Lima, 2019) que se acirrou com os cortes de gastos na política de educação, evidenciados, sobretudo, com a Emenda Constitucional 95 (Brasil, 2016); bem como, por buscar apreender na atualidade como os recentes acontecimentos políticos da história nacional tem apresentado rebatimentos sobre a permanência estudantil no ambiente acadêmico. A escolha dos periódicos pesquisados levou em conta a qualificação no Webqualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) -estrato A1 -, a relevância, a circulação entre os profissionais e a acessibilidade (on line). Os periódicos analisados foram: Revista Katálýsis (UFSC); Serviço Social e Sociedade (Cortez); Textos e contextos (PUC-RS); Argumentum (UFES); O Social em Questão (PUC-RJ); Revista de políticas públicas (UFMA); Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea (UERJ). A identificação dos artigos se deu por meio de consulta em cada edição dos periódicos. Para isso, primeiro pela leitura dos títulos e dos resumos, a fim de identificarmos a palavra-chave “assistência estudantil”, quando a palavra que estávamos pesquisando não aparecia no título, nos resumos, nem nas respectivas palavras-chaves, buscamos identificá-la no desenvolvimento do texto. Após a identificação do corpus e sua elaboração para a análise, partimos para a construção da tabulação dos dados obtidos na pesquisa. Tal tabulação compreendia a identificação do material recolhido, a metodologia utilizada pelos autores e suas principais contribuições e resultados.

Resultados e Discussões

A nossa pesquisa parte do entendimento de que a assistência estudantil é uma política pública, no âmbito da política social, que por sua vez, é um conjunto de ações efetivadas pelo Estado com o objetivo de gerar consenso entre as classes sociais. Tendo em conta que tais classes disputam projetos distintos na sociedade e que tais projetos articulam-se

na perspectiva da reprodução social dessas classes e da manutenção da ordem social vigente. No âmbito do Estado, segundo Pereira (2008), são usados dois mecanismos para gerar consenso na sociedade, o primeiro é a coerção, representada pela força punitiva do Estado; e o segundo é a política, que compõe as suas articulações de controle democrático e onde subjaz as suas contradições dialéticas (Nogueira, 2001 apud Pereira, 2008). À primeira vista, a política social entendida como concessão do Estado para a reprodução da força de trabalho, pode deixar transparecer o engodo da apreensão de um Estado que devota às classes subalternas uma desinteressada atenção. Entretanto, no Estado capitalista, essas concessões não surgiram espontaneamente, mas foram conquistadas pela classe trabalhadora em suas organizadas iniciativas nos movimentos sociais e pela luta de classes (Behring; Boschetti, 2011). O desenvolvimento das forças produtivas, além das divergências surgidas entre possuidores e despossuídos da propriedade privada dos meios de produção no insurgir dos antagonismos de classe (Marx, 2008), deram as bases para a consolidação do Estado enquanto mecanismo de poder que nasce da sociedade e está acima dela, em função da classe dominante, evidenciando desse modo a sua contradição dialética. Para endossar o discurso de que o Estado está em função da classe dominante, Marx, nas glosas críticas (1844), em sua segunda tese, afirma que o Estado é o Comitê Executivo da Burguesia, pois é "[...] uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classe" (Marx, 2010 a [1844], p. 22). É a partir do interesse de conservação das relações de exploração por parte do Estado burguês e da manutenção da reprodução da força de trabalho (Wellen, 2023) que discutimos a relevância da política social no âmbito do capitalismo. A gênese da política social dá-se como desdobramento de processos sociais engendrados no desenvolvimento das forças produtivas. Ao analisar seu desenvolvimento, Behring e Boschetti (2011), apresentam como as sociedades pré-capitalistas assumiram algumas responsabilidades sociais por meio da caridade e de ações filantrópicas, tendo em vista a manutenção da ordem social. As legislações inglesas emanadas entre os séculos XIV e XIX apontam para a construção dessa perspectiva de controle das massas e institucionalização da assistência aos pauperizados, salvaguardando, contudo, a regulação da venda da força de trabalho como único modo possível de sobrevivência (Castel, 1998 apud Behring; Boschetti, 2011). A regulação da assistência aos carentes, de modo mais assertivo aos que eram tidos como fracos - crianças, idosos e doentes - foi o que mais emblematicamente demarcou a trajetória do germinar da política social no mundo (Faleiros, 2004). Desse modo, salvaguardou-se, desde o início, o princípio da assistência regulada pela capacidade da oferta da força de trabalho, bem como, uma mediação para que sua reprodução se efetivasse posteriormente, como é o caso da política de educação. A constituição da educação enquanto uma política social requereu uma longa trajetória que exige uma compreensão de suas bases histórico-sociais. A educação, nas diversas civilizações e culturas, efetivou-se como um meio de transmissão de conhecimentos e da identidade cultural dos povos, estando intimamente vinculada em sua destinação ao trabalho (Sader, 2008). A vinculação da educação com o trabalho remonta-nos a tempos incipientes e faz-nos refletir sobre o desenvolvimento da ideia de trabalho. Ele é o desdobramento de uma série de ações que subsidiam a existência dos seres humanos na manutenção de sua reprodução biológica e social, distinguindo-se dos demais seres vivos por uma atividade teleologicamente orientada, com tendência à universalização e possuidora de linguagem articulada (Netto; Braz, 2012). A sua dimensão de atividade teleologicamente orientada para a reprodução social apresenta-nos o trabalho, a partir das análises históricas de Engels (1975), enquanto

manifestação de sucessivos desdobramentos que possibilitaram o desenvolvimento da divisão social do trabalho. O movimento da história conduziu o desenvolvimento do trabalho às diversificações e complexificações que fizeram reverberar em mudanças significativas nos modos de vida e de produção das sociedades. No mundo antigo, como afirma (Monroe, 1983 apud Pilletti, C.; Pilletti, 1997), é emblemática a perspectiva de uma educação que ocupava-se com o aprendizado de normas e habilidades ancestrais considerando-a como: "ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social por meio da aquisição da experiência de gerações passadas" (idem). É significativo pensar que na imbricação da educação/instrução com a atividade laboral esteve, até a Idade Média, como uma responsabilidade da família ou do clã ao qual os indivíduos pertenciam, e de modo geral, um privilégio da classe dominante (Lemme, 2004, p. 92). Os desdobramentos que, a partir da renascença (séc. XIV-XVI), levaram a derruição do mundo feudal, promoveram a ascensão de uma nova classe ao domínio político e econômico da sociedade, a burguesia (Lemme, 2004). De acordo com o autor, essa nova classe que ascendia ao poder exigia uma melhor qualificação, a fim de que, desse modo, fosse perpetuada ordem social da classe que acabara de ascender ao poder. A gênese do desenvolvimento capitalista aponta também para o acirramento das precárias condições de vida dos expropriados dos meios de produção. Em sua obra *O Capital*, Marx (2023, p. 805), ao discorrer sobre a acumulação primitiva apresenta-nos a legislação acerca dos expropriados desde o final do século XV. A Lei dos Pobres de 1597, na Inglaterra, deixava claro que a mendicância e a vagabundagem eram punidas severamente e que os homens e mulheres “livres” do jugo feudal possuíam um dever supremo de trabalharem em troca da sobrevivência, estabelecendo assim, que a única mercadoria que possuíam como valor de troca era a própria força de trabalho. Ainda no século XVI, o avanço das grandes navegações fez aportar no território que hoje denomina-se Brasil, em 1500, as caravelas de Pedro Álvares Cabral, dando início ao período de forte incursão da força expropriadora do capital em nossa história. Já no século XVII a propriedade privada de terras e de pessoas escravizadas, juntamente com os graus acadêmicos adquiridos nas escolas jesuítas, eram tidos como elementos de suma importância na classificação social (Ribeiro, 1984 apud Melo, 2012), onde, por sua vez, o diploma representava uma função de “enobrecimento” (Aranha, 1996, p. 153). Com a expulsão dos jesuítas de todas as colônias portuguesas em 1759, pelo Marquês de Pombal, evidenciou-se o intento de suas reformas enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, que era redirecionar os objetivos da educação, desvinculando-os das ideias religiosas, servindo, assim, aos interesses comerciais do Estado (Melo, 2012, p. 18). Segundo Melo (2012), somente após a Proclamação da Independência do Brasil, e com a Constituição de 1824, é que surge a ideia de um “Sistema Nacional de Educação”, prescrevendo em sua carta magna, em seu Art. 179, “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. O período imperial brasileiro, ainda que vivendo as odes da independência da coroa portuguesa (1822), vivia uma acentuada dependência econômica da Inglaterra. Diante disso, o descompromisso com a educação no Brasil e o desenvolvimento de suas forças produtivas podem ser entendidos como um projeto político que beneficiava os acordos econômicos com a potência europeia do capitalismo industrial, a Inglaterra (Melo, 2012, p. 32). A Carta Constitucional de 1891 outorga aos estados a responsabilidade pelo ensino, estes por sua vez, deveriam incentivar o desenvolvimento do ensino científico, das artes e das técnicas de trabalho, salvaguardando a laicidade do Estado e das instituições públicas de ensino. O período da Primeira República (1889-1930) é marcado, no âmbito da educação, por cinco reformas, das quais sobressai a reforma efetivada por Benjamin Constant, que buscava romper a tradição humanística clássica

que predominou na educação durante o período imperial e trazer uma abordagem mais científica ao processo educacional. Segundo a análise de Melo (2012) a proposta representava um grande avanço, contudo, sua efetivação só veio acrescentar novas disciplinas ao currículo, tornando-o enciclopédico, mas sem garantir uma significativa alteração no pensamento das elites nem na universalização do acesso à educação por parte das classes subalternas. O período republicano de nossa história conhecido por Estado Novo (1930-1945), liderado no poder executivo pelo presidente Getúlio Vargas, apresenta particularidades bem emblemáticas na estruturação da política de educação em nosso país. Neste período foi criado o Ministério da Educação e Saúde (1930), determinando o surgimento das Universidades a partir da integração dos cursos isolados que já existiam em muitas partes do país. Em 1932 ressalta-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e seu compromisso na luta por uma educação obrigatória para todos e desprovida de ordenamento religioso. Mais uma vez o ideal esbarra-se com os interesses da classe dirigente, tanto que no mesmo ano a reforma Francisco de Campos apregoava a proposta de uma educação diferenciada para a formação de patrões e empregados (Melo, 2012, p. 50), uma educação secundária para os filhos da classe dirigente que pretendiam ingressar às Universidades e uma educação profissionalizante para aqueles, que por necessidade, deveriam ingressar imediatamente ao mercado de trabalho. A partir deste cenário, surgem na sociedade dois modelos educacionais: um modelo baseado no tecnicismo e que será posto a serviço do capital, amplamente observado nos períodos da industrialização do Brasil e na implementação do Sistema “S” (1940); e um modelo científico que privilegia o saber e a criticidade, reservado, prioritariamente, à classe burguesa que pode pagar altos custos pela facilitação a esse acesso. Entre os anos 1946 e 1964 ressalta-se em âmbito educacional, segundo Melo (2012) o caráter seletivo e excludente da educação, tendo em conta o descumprimento do repasse das verbas destinadas à educação, como previa a Constituição. O período pós-64, período caracterizado pela insurgência do regime militar no Brasil, é atravessado por uma política educacional que, segundo Germano (2005, p. 266), idealizou a nível de discurso uma educação escolar que oferecesse a todos oportunidade igualitária de acesso à formação e ao desenvolvimento de suas potencialidades em vistas ao mercado de trabalho, mas que na prática constituiu-se como um mecanismo de exclusão social dos despossuídos da escola. As contradições engendradas no âmbito da política educacional ao longo dos 21 anos do regime autocrático brasileiro evidenciam para Germano (2005) esse estado de coisas, posto que as reformas educacionais em seus diversos níveis, tanto no âmbito do ensino de 1º grau quanto no ensino de 2º grau, favoreciam somente uma educação estritamente voltada para a instrumentalização da força de trabalho das classes subalternas e não as capacitavam para o acesso à educação superior, essa por sua vez voltada para os filhos da classe burguesa, que por terem essa oportunidade de acesso continuariam na condução das grandes empresas e atendendo aos interesses do Estado e dos ditames do Capital estrangeiro. Em suma, a partir da análise de Ghiraldelli Jr. (2009) no que diz respeito à política de educação no período militar, constata-se que as iniciativas desse período fracassaram em todos os sentidos. O movimento de redemocratização brasileira conseguiu postular na Carta Magna da República Federativa do Brasil, em 1988, a educação como um direito universal. A partir das disposições postuladas pela Carta Magna de 1988, em seus art. 205 a 214, bem como em seu art. 227, que dispõe sobre os deveres da família, da sociedade e do Estado quanto à garantia do acesso de crianças e adolescentes à educação (Brasil, 1988) e convalidados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Capítulo IV, que dispõe sobre esse direito, entendido como direito de

igualdade de acesso e condições a permanência na escola (Brasil, 1990), é fundamental refletir acerca das contradições existentes em nossa sociedade no que diz respeito ao acesso da classe trabalhadora aos bens e serviços formalmente predispostos na legislação. A potencialização do acesso à educação é um forte elemento fruto da conquista de lutas históricas por parte dos trabalhadores em oposição à concepção capitalista que vê nela a oportunidade de salvaguardar a obtenção abusiva do lucro (Lima, 2020). Diante dessa dual concepção, evidencia-se o movimento que a classe burguesa realiza para promover o acesso à educação. Todavia, tal movimento não constitui-se como uma revolução da burguesia, mas um investimento em sua classe. Ao analisarmos a importância da educação, como uma formação para o trabalho, apreendemos a relevância de uma formação técnica que capacite os sujeitos para a reprodução da força de trabalho. Todavia, a crítica em questão evidencia-se no fato das classes subalternas no Estado capitalista verem-se subtraídas ao direito a uma educação permeada pelo saber crítico-reflexivo e, pelo fato das escolas de formação técnica e tecnológica, embora apresentem no ideário social um perfil democrático, acabam por reproduzirem as diferenças classistas quanto ao acesso ao saber (Daros, 2019). Dadas as contradições que perfazem o percurso de inserção das camadas populares aos diversos níveis de ensino é mister refletir sobre a permanência e êxito desses sujeitos em seus itinerários formativos. Desse modo, entra em cena a importância da política de assistência estudantil. A formalização da assistência estudantil como política pública, com uma regulamentação própria e destinação de recursos específicos, faz parte de uma página recente na trajetória da educação superior no Brasil. Tal iniciativa está inscrita na contrarreforma do ensino superior que, por sua vez, responde ao movimento do capital, fazendo parte das estratégias formuladas pelo Estado para enfrentar o cenário de crise estrutural, que transformou o atendimento de necessidades sociais em potenciais campos de lucratividade. Ao assegurar a permanência de estudantes de origem popular no ensino superior, sem, contudo, alterar as estruturas econômicas e sociais que produzem a desigualdade, a política de assistência estudantil contribui para a legitimação do sistema, apresentando-se como expressão de um Estado democrático e inclusivo, enquanto preserva as bases da exploração capitalista. Ela servirá “às ideologias de ascensão social via educação, num período de agudização das expressões da questão social, do desemprego estrutural e da desigualdade” (Cislaghi; Silva, 2012). A ideia de que classe trabalhadora está acessando o ensino superior público, inclusive com a ampliação da intervenção estatal no tocante às condições de permanência, obscurece as medidas que favorecem o capital, gerando um consenso social de que está havendo democratização, de que a universidade pública está mudando (e ela até mudou, mas em proporção menor ao mercado) e de que os egressos terão colocação no mercado de trabalho, embora num contexto de crise estrutural, em que o desemprego é sem precedentes. É nessa apreensão de educação, como formação para o trabalho, que a assistência estudantil figura como um recurso à permanência estudantil nos espaços acadêmicos e busca possibilitar a continuidade de uma formação perspectivada para a reprodução da força de trabalho na sociabilidade capitalista. Dados esses pressupostos advindos da análise bibliográfica realizada ao longo do itinerário da pesquisa, partimos para a consulta dos periódicos da categoria profissional. Evidenciamos, enquanto resultados, após o levantamento, o total de 3537 (três mil, quinhentos e trinta e sete) artigos, identificados no estrato A1, de acordo com a classificação WebQualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Desse total de artigos, 19 (dezenove) versavam diretamente sobre a assistência estudantil, o que resulta no percentual de 0,54%. A relação entre os nomes das revistas, o número de artigos em

cada periódico e o resultado de artigos que contém a palavra-chave “assistência estudantil” é expresso por resultado/total. Desse modo, nas relações entre os periódicos observamos: *Katálysis* (UFSC): 3/526 (0,57%); *Serviço Social e Sociedade* (Cortez): 2/418 (0,48%); *Textos e Contextos* (PUC-RS): 3/332 (0,90%); *Argumentum* (UFES): 2/532 (0,38%); *O Social em Questão* (PUC-RJ): 2/337 (0,59%); *Revista de Políticas Públicas* (UFMA): 4/907 (0,44%); e *Revista Em Pauta* (UERJ): 3/485 (0,62%).

Supomos que o baixo percentual de artigos acerca da assistência estudantil pode advir da apreensão de que formalização da assistência estudantil como política pública, com uma regulamentação própria e destinação de recursos específicos, faz parte de uma página recente na trajetória da educação superior no Brasil, com forte incidência no movimento de expansão das vagas no ensino superior por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Brasil, 2007) e da promulgação do Decreto 7.234/2010 que instituiu o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Tal iniciativa está inscrita na contrarreforma do ensino superior (Lima, 2019) que, por sua vez, responde ao movimento do capital, fazendo parte das estratégias formuladas pelo Estado para enfrentar o cenário de crise estrutural, que transformou o atendimento de necessidades sociais em potencial campo de lucratividade. Dentre os temas centrais identificados nos artigos analisados pode-se ressaltar: a) Disputa de projetos na educação pública; b) Estudo socioeconômico na assistência estudantil; c) Trajetória da assistência estudantil até o PNAES; d) TICs e Serviço Social na pandemia; e) PNAES e democratização das universidades; f) Capitalismo, pandemia e sofrimento mental; g) Evasão escolar e atuação do Serviço Social; h) Assistência estudantil como forma de proteção social; i) Assistência estudantil e permanência universitária; j) Inclusão digital nas IFES e a pandemia da Covid-19. A reprodução da força de trabalho não figura nos artigos analisados como um tema central nessa discussão. Supomos que essa categoria careça de investigações mais profundas no âmbito das pesquisas acerca da política de assistência estudantil. Durante a pesquisa identificamos nos “Anais do I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação”, realizado pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP, 2019), um considerável número de trabalhos que relacionam a educação com a reprodução da força de trabalho, e muitas discussões sobre a assistência estudantil, o que evidencia uma incursão dos assistentes sociais nesses estudos, mas que se precisa ainda adensar a relação entre esses temas. A partir da apreensão da correlação entre educação e assistência estudantil com a formação para o mercado de trabalho, conforme evidenciou Sader (2008), pode-se apreender a sua centralidade e importância nessa discussão. O que pode evocar nos profissionais do Serviço Social a dedicação pela ampliação nesse campo de pesquisa, dado o universo de contingências que disputam interesses nessa perspectiva.

Conclusão

A pesquisa acerca da relação entre a assistência estudantil e a reprodução da força de trabalho ao tomar como ponto fulcral a educação, como formação para o trabalho, encontrou nos periódicos do Serviço Social, no período compreendido entre os anos de 2013 e 2024, um número de 19 artigos. Consideramos esse um baixo número de trabalhos acerca dessa política que constitui um campo de atuação da categoria profissional, com acentuada inserção após o movimento de expansão das vagas nas instituições federais de ensino por meio do REUNI (Brasil, 2007) e da expansão dos

institutos federais, bem como, com a promulgação do PNAES (Brasil, 2010). Os artigos analisados ao refletirem a importância da assistência estudantil para a permanência dos estudantes no percurso acadêmico e para a obtenção de melhores espaços no mercado de trabalho são cruciais para o entendimento dessa relação. É impresso no decorrer dos artigos a alta demanda que a assistência estudantil apresenta ao cotidiano profissional de assistentes sociais inseridos nessa política. Diante disso, postulamos que essa dimensão possa ser ainda mais analisada em pesquisas futuras. Ressaltam-se as habilidades adquiridas ao longo do processo formativo e dentre elas destacam-se: a) compromisso com a realização das atividades do plano de trabalho; b) capacidade de interpretação crítica de textos; c) Qualificação para tabulação e análise de dados bibliográficos; d) Competência para sistematização e exposição de ideias, de forma oral e escrita; e) Disciplina e comprometimento para o desenvolvimento da pesquisa.

Referências

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011. BRASIL, 05 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2024. BRASIL. Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, 2010. Disponível em: Decreto nº 7234 (planalto.gov.br). Acesso em: 13 set. 2024. ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Coleção Perspectivas do homem, v. 99, série ciências sociais), 1984. FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social? 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 89 p. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V. 4. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. LEMME, Paschoal. Paschoal Lemme: Memórias de um educador. 2. ed. INEP, 2004. LIMA, Kátia. Educação superior em tempos de ajustes neoliberais e regressão de direitos. Revista Katalysis, v. 22, p. 513-524, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p513>>. Acesso em: 20 ago. 2025. MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (org.). I Seminário Internacional de Serviço Social na Educação; V Fórum Serviço Social na Educação do GEPESS: a educação e o Serviço Social no contexto de crise do capital; III Encontro do Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Serviço Social na Área da Educação(GEPESS). [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/final-jul_2019_seminario-internacional-de-servico-social-na-educacao-anais---profa-eliana-1.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025. MARX, Karl. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Expressão popular, 2008. MARX, K. Glosas críticas marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social, De um Pussiano”. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010b. MARX, Karl. O Capital. Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2023. MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. História da Educação no Brasil / Josimeire Medeiros Silveira de Melo; Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. MONROE, P. História da educação. 6.ed., São Paulo: Nacional, 1983. p.1 e 264-9 apud PILETTI, C. & PILETTI, N. História da educação. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997. PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania.in: PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Política social no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2008. cap.4. p. 87-106. SADER,

Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. A Educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. WELLEN, Henrique. Crise Capitalista, Política Social e Força de Trabalho no Brasil. Textos & Contextos (Porto Alegre), [S. l.], v. 22, n. 1, p. e43879, 2023. DOI: 10.15448/1677-9509.2023.1.43879. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/43879>. Acesso em: 15 out. 2024.

CÓDIGO: HS0334

AUTOR: LUIZA GABRIELA DA CUNHA PINTO

ORIENTADOR: ANTOINETTE DE BRITO MADUREIRA

TÍTULO: "Combinatória straight" e Desnaturalização da Maternidade

Resumo

Este relatório propõe efetuar uma reflexão crítica sobre a desnaturalização da maternidade, partindo do entendimento de que a procriação feminina é controlada em todas as suas fases, da fecundidade até os cuidados com a criança. O plano de trabalho priorizou a análise das contribuições de Paola Tabet em torno de maternidade e procriação. Os resultados da pesquisa mostram que o controle e a opressão historicamente sofridos pelas mulheres permanecem em diferentes sociedades. Mesmo considerando os avanços sociais ao longo do tempo, a autora aponta que a violência simbólica e física sobre os corpos femininos persiste, manifestando-se em costumes e práticas que reafirmam essa dinâmica, sendo a procriação no âmbito do casamento um dos fatores que mantêm a condição de subordinação das mulheres aos homens.

Palavras-chave: Maternidade; Casamento; Feminismo Materialista
Francófono; Paola Tabet.

TITLE: "Straight Combinatorial" and Denaturalization of Maternity.

Abstract

This report proposes a critical reflection on the denaturalization of motherhood, based on the understanding that female procreation is controlled in all its phases, from fertility to childcare. The work plan prioritized the analysis of Paola Tabet's contributions to motherhood and procreation. The research results show that the control and oppression historically suffered by women persist in different societies. Even considering social advances over time, the author points out that symbolic and physical violence against female bodies persists, manifesting itself in customs and practices that reaffirm this dynamic, with procreation within marriage being one of the factors that maintain women's subordination to men.

Keywords: Motherhood; Marriage; Francophone Materialist Feminism; Paola Tabet.

Introdução

O presente plano de trabalho, intitulado "Combinatória straight" e desnaturalização da maternidade está vinculado ao projeto de pesquisa "A contribuição do feminismo materialista francófono para os debates em torno de família e parentesco: analisando a 'combinatória straight' de Jules Falquet".

Salientamos que o termo "combinatória straight", é utilizado por Falquet (2023) para fazer referência à forma combinada como a dominação sobre as mulheres é efetuada sob o que ela chama de sistema-mundo heteropatriarcal, racista-colonial e capitalista neoliberal. Importa apontar que Falquet recupera as proposições de Monique Wittig (1980). No capítulo Homo Sum do livro 'The Straight Mind', Wittig cita uma tabela de opostos feita pelo filósofo Aristóteles, sendo esta tabela uma das primeiras sistematizações da metafísica; aqui Aristóteles considera o que seria reto/correto na direção direita, posicionando também neste lugar os homens. Já o que é torto/errado está na direção esquerda, onde estão as mulheres. Esta é uma das raízes do termo combinatória straight.

Tomando como base a perspectiva da Combinatória Straight de Falquet, pois, o presente plano de trabalho busca trazer as contribuições de Paola Tabet (1996) em torno de procriação, casamento e dominação das mulheres.

Tabet aprofunda os debates sobre a maternidade a partir da compreensão da natureza. Ou seja, ela apresenta ideias e análises baseadas em dados, incluindo as opiniões de intelectuais e antropólogos aos quais estuda. Dessa forma, aborda as experiências e crenças populares que reforçam a ideia de que o papel das mulheres não apenas em nossa sociedade, mas também em um conjunto de outras seria para exercer a função da maternidade.

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de leitura bibliográfica. Para apreender os elementos da realidade estudada, adotou-se uma perspectiva de totalidade, buscando apreender as contradições sociais, e trazendo como baliza as contribuições do Feminismo Materialista Francófono.

Resultados e Discussões

No texto *Natural Fertility, Forced Reproduction* (Tabet, 1996), Paola Tabet se debruça sobre a compreensão de como a maternidade é socialmente construída. A autora identifica, em um conjunto de sociedades, a adoção de uma perspectiva biologicista por parte de antropólogos citados em sua obra. Estes autores justificam a fecundidade como um pressuposto que sustenta a submissão das mulheres ao gênero oposto — aquele que detém o poder e a dominação —, perpetuando uma estrutura sistêmica que permanece viva até os dias atuais, na sociabilidade capitalista.

Paola Tabet afirma que há uma sistematização na organização social de um conjunto de sociedades para que as mulheres sejam controladas, sendo a procriação o principal mecanismo de reforço ao sistema. Ela também afirma que a fertilidade ainda é vista como uma função exclusiva das mulheres, e isto faz com que surjam intervenções generalizadas para restrição e exposição controlada de seus corpos. Embora atualmente se argumente que os métodos contraceptivos têm contribuído para que as mulheres não repitam o cenário do passado — quando era comum terem muitos filhos —, essa é apenas uma observação pontual. A análise mais profunda revela que o risco constante de exposição à gravidez dentro do casamento ainda é uma realidade concreta e relevante (Tabet, 1996).

A autora assinala: o principal fato biológico da reprodução humana é que somos relativamente inférteis. Há um comparativo apresentado na obra no qual uma única inseminação artificial em uma vaca tem probabilidade de 75% de eficácia, enquanto para mulheres é preciso calcular quatro ciclos com três inseminações em cada, durante o período fértil (Tabet, 1996).

Cálculos de Potter e Tietze (cf. Short, 1978, p. 198, apud Tabet, 1996) dão probabilidade mínima de 28% para engravidar contando com seis coitos em cada ciclo, e uma probabilidade de 45% contando doze coitos em cada ciclo, pressupondo que o período fértil tem 72 horas.

E diante dessa afirmativa, precisa haver exposição máxima e regular ao coito: Para Tabet, essa frequência e regularidade parecem precisamente melhores e mais asseguradas nas sociedades humanas pelo casamento, pois pressupõe-se que uma mulher casada tem de apresentar resultados positivos quando está com alguém no dever conjugal para que haja exposição máxima e regular ao coito.

Ainda mais, sobre a sexualidade das mulheres, diferentemente dos mamíferos, a autora assinala que não há sincronização entre a ovulação e o desejo sexual das mulheres - o período fértil não é sinalizado e não há interligação ao desejo sexual. Em paralelo, o casamento torna-se a resposta intermitente aos desejos sexuais das mulheres.

Torna-se evidente, aqui, o controle e a opressão historicamente sofridos pelas mulheres. Mesmo com os avanços sociais ao longo do tempo, a violência simbólica e prática sobre os corpos femininos ainda persiste, manifestando-se em costumes e práticas que reafirmam essa dinâmica de dominação. Tabet

cita como exemplo os Diola, que utilizam os termos budhi ou bayankatetin para se referirem a uma prática na qual mulheres viúvas ou divorciadas escolhem temporariamente um parceiro com o objetivo de evitar que seus ventres fiquem “de férias”, ou seja, sem engravidar por longos períodos.

O texto também destaca que, em algumas populações, a exposição contínua ao risco de gravidez pode fazer com que as mulheres não menstruem desde a primeira gestação até a menopausa. Um exemplo emblemático é o dos Huteritas, uma comunidade estadunidense cuja taxa de fertilidade é extremamente alta, com mulheres tendo, em média, doze filhos — um número próximo ao limite biológico. Nessa sociedade, o ciclo quase ininterrupto de gravidez e amamentação impede a menstruação regular, transformando o corpo da mulher em um instrumento voltado quase exclusivamente à reprodução.

Por fim, o texto ressalta que essa condição de “máquina reprodutora” não é necessariamente vista de forma negativa em todas as culturas. Entre os Manus convertidos ao cristianismo, por exemplo, mulheres que passam a maior parte da vida grávidas ou amamentando são consideradas patrióticas e virtuosas. Isso evidencia como diferentes sociedades não apenas valorizam, mas também regulam a reprodução de maneiras diversas (Tabet, 1996).

Conclusão

A presente pesquisa possibilitou-nos uma compreensão mais ampla e crítica sobre as múltiplas expressões de violência direcionadas às mulheres, evidenciando como essas práticas estão enraizadas na construção histórica, sendo naturalizadas. Frequentemente, o senso comum atribui explicações às opressões de gênero com base em fundamentos religiosos. No entanto, ao aprofundar a pesquisa, torna-se evidente que o controle sobre os corpos femininos antecede o discurso religioso, estando diretamente relacionado ao arcabouço meramente biológico, que não inclui a perspectiva social sobre a condição feminina, a qual está pautada e justificada na sua função reprodutiva — essa lógica revela traços marcantes da exploração capitalista; e que não anula a forte presença da religião, na manutenção da exploração, apropriação e dominação das mulheres.

Ao longo do estudo, foi possível transitar por diferentes temas que compõem essa realidade complexa, como a) a negação ou restrição dos direitos sexuais e reprodutivos, b) os mitos que envolvem a maternidade como destino da mulher, c) as desigualdades de gênero, d) a heterossexualidade compulsória, e) a feminilidade imposta, f) o abandono paterno e g) as diversas formas de violência contra mulheres — simbólicas, físicas, institucionais — que sustentam a dominação universal masculina.

Referências

FALQUET, Jules. *Um feminismo materialista decolonial é possível: leitura conjunta de Colette Guillaumin e de María Lugones. Prosas feministas em tempos de pandemia* [livro eletrônico]/ organização Ana Elisa Cruz Corrêa, Luciana Henrique da Silva, Michelle Franco Redondo. -- 1. ed. -- Uberlândia, MG: Coleção marxismo21, 2023. -- PDF.

GUILLAUMIN, Colette. *Prática do poder e ideia de natureza*. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; FALQUET, Jules (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole - Claude Mathieu**. Recife, SOS Corpo, 2014.

TABET, Paola. *Natural Fertility, Forced Reproduction*. In: LEONARD, Diana & ADKINS, Lisa. **Sex in Question: French materialist feminism**. London: Taylor & Francis, 1996. p.109-177

WITTIG, Monique. **The Straight Mind**. Boston: Beacon Press, 1980. p. 20-30.

CÓDIGO: HS0347

AUTOR: ARTHECIA RAYANE FERREIRA REINALDO

ORIENTADOR: LUCIANA DE ALBUQUERQUE MOREIRA

TÍTULO: MERCADO DE TRABALHO DO BIBLIOTECÁRIO: 10 ANOS DE PESQUISA COM EGRESSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Resumo

As rápidas transformações no mercado de trabalho exigem dos profissionais de Biblioteconomia competências atualizadas e formação alinhada às demandas sociais e tecnológicas. O objetivo é fortalecer a temática sobre egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a partir da análise dos produtos gerados nos últimos dez anos de pesquisa (2014-2024). A fundamentação teórica está baseada em dois eixos: a formação profissional, com Pinto (2016) e Belluzzo (2017), e as transformações do mercado de trabalho, segundo Oliveira (2020) e Souza e Cavalcanti (2022) e a contribuição de Costa Neto (2015), que analisa a autoimagem profissional dos bibliotecários por meio do Discurso do Sujeito Coletivo. Espera-se contribuir para o aprimoramento curricular e valorização da profissão na região Nordeste do Brasil.

Palavras-chave: biblioteconomia. egressos. mercado de trabalho. formação profissional.

TITLE: LIBRARIANS' LABOR MARKET: 10 YEARS OF RESEARCH WITH GRADUATES FROM THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO NORTE

Abstract

The rapid transformations in the labor market require Library and Information Science professionals to develop updated competencies and training aligned with social and

technological demands. This study aims to strengthen the discussion on graduates of the Library Science program at the Federal University of Rio Grande do Norte, through the analysis of research outputs produced over the last ten years (2014–2024). The theoretical framework is based on two main axes: professional training, drawing on Pinto (2016) and Belluzzo (2017), and labor market transformations, discussed by Oliveira (2020) and Souza & Cavalcanti (2022). In addition, Costa Neto's (2015) contribution is considered, analyzing librarians' professional self-image through the Collective Subject Discourse method. The expected outcome is to contribute to curriculum improvement and the enhancement of the profession in Northeastern Brazil.

Keywords: library science. graduates. labor market. professional training. digit

Introdução

O mercado de trabalho para profissionais da Biblioteconomia tem passado por transformações significativas nas últimas décadas, influenciadas por avanços tecnológicos, mudanças sociais e a crescente valorização das práticas informacionais em diversos contextos. No Brasil, especialmente em regiões como o Nordeste, a compreensão das dinâmicas que envolvem a inserção profissional dos bibliotecários ainda carece de estudos aprofundados e sistemáticos. Nesse cenário, analisar a trajetória dos egressos dos cursos de Biblioteconomia torna-se fundamental para compreender as demandas atuais do mercado, identificar lacunas na formação acadêmica e propor aprimoramentos que fortaleçam a profissão.

Esta pesquisa tem como objetivo fortalecer a temática sobre egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir da análise dos produtos gerados nos últimos dez anos de pesquisa (2014-2024), ao longo de uma década, buscando compreender as principais tendências e desafios que marcam a trajetória desses profissionais. Com essa investigação, pretende-se mapear o perfil sociodemográfico e profissional dos egressos, investigando aspectos como gênero, faixa etária, local de atuação, tempo de inserção no mercado e principais áreas de atuação, além de compreender a percepção dos egressos sobre a formação acadêmica recebida, identificando pontos fortes e fragilidades curriculares, especialmente no que diz respeito ao preparo para o exercício profissional.

Ademais, busca-se analisar os principais desafios enfrentados pelos egressos no processo de inserção e permanência no mercado de trabalho, considerando fatores como empregabilidade, condições laborais e atualização profissional, a fim de propor recomendações para o aprimoramento do curso de Biblioteconomia da UFRN, com vistas a fortalecer a formação profissional e ampliar as possibilidades de atuação no campo da Ciência da Informação.

A fundamentação teórica da pesquisa se estrutura principalmente em duas vertentes: a formação profissional em Biblioteconomia e Ciência da Informação, e as transformações contemporâneas no mercado de trabalho do bibliotecário. No primeiro eixo, são adotados autores como Pinto (2016) e Belluzzo (2017), que discutem criticamente as competências

necessárias ao profissional da informação frente às demandas sociais, tecnológicas e éticas do século XXI, bem como a necessidade de constante atualização dos currículos acadêmicos. No segundo eixo, destacam-se estudos como os de Oliveira (2020) e Souza e Cavalcanti (2022), que tratam das novas exigências do mercado de trabalho para o bibliotecário, incluindo as competências digitais, a gestão da informação e o papel social das bibliotecas.

A análise da trajetória dos egressos do curso de Biblioteconomia da UFRN não é inédita. Um marco importante nesse campo foi o estudo realizado por Bezerra (2014), fruto da primeira pesquisa sobre egressos realizada a partir do projeto intitulado “Mapeamento do mercado de trabalho dos egressos do curso de Biblioteconomia da UFRN: análise do período de 2000 à 2013”, que analisou o perfil dos egressos formados entre 2010 e 2013. A autora investigou aspectos como empregabilidade, avaliação da formação recebida, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e a percepção inicial dos egressos sobre suas competências profissionais. Sua pesquisa destacou, entre outros pontos, a necessidade de maior aproximação entre os conteúdos curriculares e as exigências práticas do mercado. Considerando o intervalo temporal decorrido desde aquele levantamento, tornou-se oportuno e necessário realizar uma nova investigação que atualize e amplie no sentido de atualizar e ampliar a compreensão sobre as condições de inserção profissional dos egressos, especialmente diante das novas demandas tecnológicas, sociais e informacionais que impactam a sociedade e, consequentemente, a atuação do bibliotecário.

Adicionalmente, a pesquisa considera a abordagem de Costa Neto (2015)

Metodologia

A metodologia deste estudo adota uma abordagem quantitativa, com caráter exploratório e descritivo, fundamentando-se em investigações anteriores sobre egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O estudo utiliza como base teórica e empírica seis trabalhos acadêmicos que abordam, sob diferentes perspectivas, a formação, a inserção no mercado de trabalho, a autoimagem, as práticas informacionais e os desafios contemporâneos enfrentados pelos egressos, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19.

Os documentos analisados são: o trabalho de Bezerra (2014), que realizou um mapeamento e análise do mercado de trabalho dos egressos do curso entre 2010 e 2013; a monografia de Costa Neto (2015), que investigou a autoimagem dos bacharéis em Biblioteconomia a partir do método do Discurso do Sujeito Coletivo; a pesquisa de Gomes (2019), que analisou as contribuições da iniciação científica na atuação profissional dos egressos; o artigo de Moreira e Gomes (2019), que realizou um levantamento de estudos sobre egressos na área de Biblioteconomia a partir da base BRAPCI; o estudo de Moreira, Gallotti e Oliveira (2024), que investigou a relação entre informação, desinformação e o comportamento dos egressos durante a pandemia; e a comunicação científica de Moreira, Gallotti e Araújo Júnior, que discutiu as práticas informacionais dos bibliotecários no período pandêmico com base no modelo de Savolainen.

Esses documentos serviram de referência para a formulação do problema de pesquisa, dos objetivos e dos instrumentos de coleta de dados, bem como para a construção do referencial teórico e a posterior análise e comparação dos resultados. A população da pesquisa será composta por egressos do curso de Biblioteconomia da UFRN formados entre os anos de 2012 e 2022. A amostragem adotada será não probabilística por conveniência, priorizando os egressos que atuam na área e que se disponham a participar da pesquisa.

Resultados e Discussões

A análise dos dados, com base na metodologia adotada e nos documentos que fundamentam o estudo, é importante aprofundar a leitura crítica e interpretativa dos achados à luz da produção já existente. A riqueza dos seis documentos utilizados como base para esta pesquisa oferece um panorama consolidado e diversificado sobre os egressos do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e também por meio da aplicação de um questionário online, composto por perguntas fechadas e abertas, o que possibilitou a obtenção de dados quantitativos e qualitativos. Assim, cada fonte será considerada tanto na comparação direta com os dados coletados quanto como referência para refletir sobre as transformações da formação, da atuação profissional, das práticas informacionais e das percepções desses sujeitos.

O estudo de Bezerra (2014) se destaca por ser um dos primeiros trabalhos sistemáticos a mapear e analisar o mercado de trabalho para os egressos da UFRN, especificamente no período de 2010 a 2013. Seu questionário forneceu dados importantes sobre faixa etária, inserção profissional, continuidade da formação acadêmica, tipos de instituição onde atuavam e avaliação do curso.

Entre suas conclusões, ressalta-se que o bibliotecário passou a ocupar não apenas o mercado tradicional, mas também novas áreas emergentes, como brinquedotecas, biblioteconomia clínica e consultorias, revelando uma ampliação no campo de atuação. Essa pesquisa servirá como referência histórica e comparativa para entender como as trajetórias dos egressos se modificaram ou se mantiveram na última década, sendo fundamental para avaliar mudanças na percepção da imagem profissional e na ampliação do mercado.

Costa Neto (2015), por sua vez, empregou o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para investigar a autoimagem dos egressos do curso. O mérito de seu estudo está em trazer à tona a forma como os egressos percebem a si mesmos como profissionais e como entendem sua formação. Ao revelar discursos coletivos construídos a partir da experiência vivida, este trabalho possibilita identificar elementos subjetivos, emocionais e identitários que transcendem os números. Sua utilização do DSC justifica a adoção da mesma técnica na presente pesquisa, como meio de compreender os sentidos atribuídos pelos egressos à sua formação e prática profissional, especialmente diante de eventos disruptivos como a pandemia de Covid-19.

O trabalho de Gomes (2019) aprofunda a compreensão sobre os efeitos da iniciação científica na formação e atuação dos egressos. Por meio de uma pesquisa qualitativa com ex-bolsistas do Programa de Iniciação Científica da UFRN entre 2008 e 2016, o autor demonstra que a participação em projetos de pesquisa gera benefícios concretos para a vida acadêmica e profissional. Entre os aspectos mais valorizados pelos egressos estão o aprimoramento da escrita científica, o desenvolvimento de competências analíticas, a preparação para a pós-graduação e o fortalecimento do currículo. Esta contribuição é fundamental para analisar, na presente pesquisa, como a vivência em pesquisa pode impactar a empregabilidade e a atuação do bibliotecário, especialmente em tempos de crise.

O artigo de Moreira e Gomes (2019) complementa os estudos anteriores ao realizar um mapeamento das pesquisas sobre egressos em Biblioteconomia na base BRAPCI. Ao identificar apenas 14 estudos com o termo “egresso” como palavra-chave, os autores chamam atenção para a escassez de pesquisas sobre o tema, apesar da sua relevância para o aprimoramento dos cursos de graduação. Além disso, evidenciam que os estudos existentes se concentram em metodologias descritivas e exploratórias, com uso predominante de questionários. Este panorama justifica a realização de novos trabalhos e a ampliação do debate sobre os egressos como sujeitos centrais para a avaliação da formação e do mercado de trabalho.

O artigo “Informação e desinformação: compartilhamento, percepção e comportamento de egressos de Biblioteconomia” (2024), de Moreira, Gallotti e Oliveira, representa um avanço na discussão ao investigar como os egressos lidaram com as fake news e a desinformação durante a pandemia da Covid-19. Os dados revelam um alto índice de contato com informações falsas e a importância da formação biblioteconômica na identificação e no combate à desinformação. Este estudo reforça a relevância do bibliotecário como agente crítico da informação e orientador da sociedade frente aos riscos da infodemia. Sua contribuição é essencial para refletir sobre o papel do egresso como profissional da informação em contextos de crise e incerteza, articulando formação acadêmica, ética e responsabilidade social.

Por fim, o trabalho “Práticas informacionais dos egressos em Biblioteconomia em tempos de pandemia da COVID-19”, de Moreira, Gallotti e Araújo Júnior, amplia o escopo ao adotar o modelo de busca de informação na vida cotidiana de Savolainen (1995). A pesquisa mostra como os bibliotecários enfrentaram os impactos da pandemia em suas rotinas pessoais e profissionais, revelando estratégias de superação, adaptações ao trabalho remoto, ressignificação das práticas informacionais e enfrentamento das fake news. Sua abordagem valoriza as dimensões subjetiva e contextual da busca por informação, dialogando com o campo da Ciência da Informação e ressaltando o papel do bibliotecário na reorganização de fluxos informacionais e na promoção de acesso confiável ao conhecimento em tempos de crise.

A análise do questionário revela uma visão positiva sobre a qualidade do ensino e do corpo docente da UFRN, mas apontam a necessidade de ajustes e inovações curriculares para que o curso acompanhe as mudanças no mercado e ajude a superar a baixa valorização social e profissional do bibliotecário tirando-o do papel de um mero organizador de livros, além de reforçar a importância de reposicioná-lo como gestor da informação. Nesse sentido, a combinação entre atualização de conteúdo, práticas

integradas e ações de valorização profissional podem ser decisivas para fortalecer a identidade, o reconhecimento e a empregabilidade dos futuros bibliotecários formados pela instituição.

Dessa forma, ao analisar os dados desta pesquisa, será possível não apenas traçar um panorama atual da trajetória dos egressos, mas também posicioná-los dentro de um contexto histórico, pedagógico e social mais amplo. A relevância desse conjunto de estudos não está apenas no diagnóstico das condições dos egressos, mas sobretudo em sua função estratégica para o planejamento pedagógico, curricular e institucional da formação em Biblioteconomia. Ao ouvir os egressos, compreende-se a realidade da profissão de forma mais completa e dinâmica, fundamentando ações futuras que promovam uma formação mais conectada com as demandas do mercado, com os desafios éticos da informação e com o compromisso social do bibliotecário.

Conclusão

A análise realizada sobre a formação, inserção no mercado de trabalho e percepção profissional dos egressos do curso de Biblioteconomia da UFRN (2012-2022) evidencia um cenário de avanços e permanentes desafios. Em comparação aos dados obtidos por Bezerra (2014), é possível identificar uma evolução significativa tanto na diversidade de campos de atuação quanto na consciência crítica dos egressos sobre seu papel social e profissional.

Observa-se que o curso tem demonstrado esforços contínuos de atualização curricular, buscando atender às novas demandas impostas pelas transformações tecnológicas e sociais. Contudo, os resultados desta pesquisa indicam a necessidade de fortalecer aspectos práticos na formação, incluindo a ampliação de disciplinas voltadas para o desenvolvimento de competências digitais, gestão da informação, mediação em ambientes não tradicionais e empreendedorismo.

Diante desse panorama, recomenda-se que o curso de Biblioteconomia da UFRN siga investindo na modernização de sua grade curricular, incluindo disciplinas sobre inteligência artificial, ciência de dados, informação em saúde, bibliotecas escolares e inclusão social, além de estratégias para estreitar o vínculo entre universidade e mercado de trabalho por meio de estágios, projetos de extensão e parcerias institucionais.

Por fim, destaca-se que o fortalecimento da identidade profissional e a ampliação das oportunidades de inserção no mercado exigem um esforço conjunto entre a academia, os conselhos de classe, os próprios profissionais e a sociedade civil. A formação de um bibliotecário crítico, inovador e socialmente engajado se configura como um passo fundamental para a valorização da profissão e para a construção de uma atuação mais efetiva em prol do acesso democrático à informação.

Referências

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Os cursos de Biblioteconomia no Brasil e os desafios para formação profissional no século XXI. In: Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 27., 2017, Fortaleza. Fortaleza: FEBAB, 2017. Disponível em: <https://www.febab.org.br>. Acesso em: 03 jun. 2025.

COSTA NETO, José Antônio da Silva. A delineação de sua autoimagem através do Discurso do Sujeito Coletivo. 2015. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/060b1732-459d-4f32-b812-63f33a5195b1>. Acesso em: 03 jun. 2025.

GOMES, Vagner Ivan de Alencar; MOREIRA, Luciana de Albuquerque. Estudos sobre egressos em Biblioteconomia a partir da base de dados em Ciência da Informação – BRAPCI. Biblos, Rio Grande, v. 33, p. 20-45, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/137762>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MOREIRA, Luciana de Albuquerque; ARAÚJO JUNIOR, Edson; GALLOTTI, M. M. C. Práticas informacionais dos egressos em Biblioteconomia em tempos de pandemia da COVID-19. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 22., 2023, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: SNBU, 2023. p. 1-9. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2746/2767>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MOREIRA, Luciana de Albuquerque; GALLOTTI, M. M. C.; OLIVEIRA, L. C. A. Informação e desinformação: compartilhamento, percepção e comportamento de egressos de Biblioteconomia. Ciência da Informação em Revista, v. 11, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/15409>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MOREIRA, Luciana de Albuquerque; GOMES, Vagner Ivan de Alencar. Mercado de trabalho na área de Biblioteconomia: análise a partir dos egressos formados na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil. In: BORGES, Maria Manuel; SANZ CASADO, Elias (org.). A Ciência Aberta: o contributo da Ciência da Informação. 8. ed. Coimbra: Edições EdICIC, 2017. p. 527-536. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/libro/720125.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2025.

OLIVEIRA, L. F. Competências digitais e gestão da informação: novas exigências do mercado para bibliotecários. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 16, n. 2, p. 100-120, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1366>. Acesso em: 03 jun. 2025.

PINTO, Maria da Conceição Cezar. O perfil do profissional da informação: competências e habilidades requeridas para o século XXI. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 21, n. 1, p. 75-89, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/8JBG8XQjKcZ9JZqzjQJb4tN/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SOUZA, R. S.; CAVALCANTI, T. C. Novas competências para o bibliotecário: transformações e desafios no mercado de trabalho contemporâneo. *Informação & Sociedade*, v. 32, n. 2, p. 55-72, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/59714>. Acesso em: 03 jun. 2025.

CÓDIGO: HS0415

AUTOR: CAROLAYNE GONÇALVES DO NASCIMENTO

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência social e classe trabalhadora no Brasil (continuação)

Resumo

Este relatório refere-se aos resultados finais do plano de trabalho intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência social e classe trabalhadora no Brasil”, que integra o projeto de pesquisa “Política social e reprodução da força de trabalho no Rio Grande do Norte”. O referido plano de trabalho tem como objetivo principal a identificação, dentro da literatura do Serviço Social Brasileiro, dos principais autores e obras que debatem a temática da política de assistência social, vinculada a reprodução da força de trabalho. Para tanto, a metodologia adotada parte de análises bibliográficas e teóricas, bem como, de dados sobre o financiamento da referida política. Portanto, a pesquisa possui caráter quantitativo e qualitativo.

Palavras-chave: Política Social; Assistência Social; Reprodução da força de trabalho.

TITLE: Title: Social Policy and Reproduction of the Workforce: social assistance and the working class in Brazil

Abstract

This report reflects the final results of the work plan entitled "Social Policy and Workforce Reproduction: Social Assistance and the Working Class in Brazil," which is part of the research project "Social Policy and Workforce Reproduction in Rio Grande do Norte." The main objective of this work plan is to identify, within the Brazilian Social Service literature, the main authors and works that discuss the topic of social assistance policy, linked to workforce reproduction. To this end, the methodology adopted is based on bibliographical and theoretical analyses, as well as data on the financing of this policy. Therefore, the research is both quantitative and qualitative in nature.

Keywords: Social Policy; Social Assistance; Reproduction of the workforce.

Introdução

O presente artigo trata dos resultados finais do plano de trabalho intitulado como “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: assistência social e classe trabalhadora no Brasil”, ao qual se desenvolveu entre os meses 01/09/2024 à 31/08/2025. O referido plano de trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “Política social e reprodução da força de trabalho no Rio Grande do Norte”, que compõe o Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Ética e Direitos – GEPTED, estando vinculado ao Departamento de Serviço Social – DESSO, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. O plano de trabalho aqui exposto se justifica, primeiramente, a partir de avanços na pesquisa junto ao grupo de estudos como um todo. Ao constatar a importância de uma pesquisa específica sobre a política de assistência social brasileira e seus rebatimentos na vida da classe trabalhadora do país, se observou a importância do presente plano de trabalho. Em segundo lugar, a necessidade de complementação e finalização da primeira etapa deste plano de trabalho, o qual foi desenvolvido no período entre 01/09/2023 à 31/08/2024, ou seja, o relatório aqui exposto se refere aos resultados finais do referido plano de trabalho. Em relação ao problema de pesquisa que norteia o plano de trabalho, buscou-se identificar de que maneira os programas e projetos presentes na política de assistência social impactam nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira. Para tanto, no primeiro momento, houve o estudo bibliográfico acerca da política de assistência social brasileira, tendo por base autores do Serviço Social brasileiro que se destacam nessa temática. No segundo momento, partimos para a pesquisa e identificação dos dados sobre financiamento desta política, sobre pobreza, desemprego e etc., os quais são importantes na complementação de análise. No que tange os objetivos da pesquisa, pautamos três objetivos centrais, sendo eles: 1) Analisar os impactos da política de assistência social nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira; 2) Identificar e apreender, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, referências teóricas que abordam os impactos das políticas de assistência social na reprodução da força de trabalho; 3) Investigar o desenvolvimento da assistência social brasileira na quantidade de recursos financeiros e como estão sendo alocados. No primeiro momento do plano de trabalho, foi possível atender apenas ao segundo objetivo, no entanto, a pesquisa avançou e atualmente foram alcançados os demais. A metodologia adotada consistiu em pesquisas bibliográficas e teóricas, bem como análises de dados estatísticos e financeiros sobre o tema abordado. Portanto, para além desta introdução, o relatório está estruturado da seguinte forma: 1) método, no qual se aborda a descrição da metodologia adotada, materiais e dados analisados; 2) resultados e discussões, onde se apresentam os dados coletados, bem como as análises de comparação da leitura consultada, a partir da discussão das políticas sociais, com ênfase na política de assistência social e sua vinculação com a reprodução da força de trabalho; e 3) conclusão, que se propõe alguns destaques sobre os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Metodologia

A metodologia adotada se baseou em estudos bibliográficos e teóricos, pesquisas estatísticas e financeiras acerca da política de assistência social brasileira, e reuniões de orientações e debates junto ao grupo de pesquisa. Para tanto, os dados coletados,

qualitativos e quantitativos, foram levados para debate, com a finalidade de traçar pontos em comum entre ambos, de maneira a interligar as duas análises e, dessa forma, realizar maiores incorporações ao problema central da pesquisa. Por esse motivo, a pesquisa apresenta caráter qualitativo e quantitativo. Durante o desenvolvimento deste plano de trabalho, o enfoque central foi a pesquisa e análise dos dados estatísticos e financeiros referentes aos programas e projetos da assistência social no Brasil. Para tanto, os sites do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), e o site oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) foram utilizados. O objetivo das buscas, nos sites citados acima, se baseou na investigação histórica do financiamento dos programas e projetos da política de assistência social brasileira, e na busca sobre dados relacionados à pobreza e desemprego. Nesse sentido, se realizou leitura, análise de tabelas e gráficos que orientaram os estudos quantitativos do plano de trabalho proposto. Os dados observados correspondem a uma visão geral do Brasil, bem como uma mais específica do Nordeste e, por fim, do Rio Grande do Norte, levando em consideração um dos objetivos do grupo de pesquisa, que seria de fato um estudo mais específico dessa região/Estado. A partir da coleta dos dados estatísticos, e das discussões dispostas nas reuniões do grupo de pesquisa, foi possível identificar tendências do financiamento da política de assistência social que se relacionam a momentos históricos, políticos e econômicos brasileiro. Baseando nisso, outra metodologia adotada foi a realização das análises estatísticas vinculadas às leituras teóricas, realizadas no plano de trabalho anterior. A finalidade desta articulação entre os dados estatísticos e a teoria, se pauta na necessidade de realizar uma pesquisa comprometida e bem fundamentada, no que se refere aos processos qualitativos e quantitativos da mesma. Em relação às leituras teóricas que foram levadas em consideração, com base no plano de trabalho anterior, utilizamos as seguintes: Assistência social e trabalho no capitalismo (2016) da autora Ivanete Boschetti e O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade (2008) organizado pela autora Ana Elizabete Mota. Tais obras foram selecionadas devido a sua importância e sincronia com os dados coletados no processo de estudos estatísticos, as autoras citadas, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa, se mostraram ponto de referência no que diz respeito à leitura e análise teórica da política de assistência social brasileira. Sobre os dados coletados, as buscas foram realizadas nos sites já mencionados, e por serem sites institucionais, apenas as informações ali expressas foram analisadas. Ou seja, não foi possível encontrar todos os dados aos quais estávamos buscando. Por exemplo, no site do MDS não havia dados financeiros de todos os programas e projetos oferecidos pela política de assistência social brasileira, apenas de alguns. No site do IBGE foi possível a coleta de dados, entretanto, apenas os que dizem respeito aos anos em que lá estavam dispostos.

Resultados e Discussões

A autora Ivanete Boschetti, em seu livro “Assistência Social e trabalho no capitalismo” (2016), aborda as políticas sociais como resultado de relações contraditórias entre luta de classes, Estado e desenvolvimento das forças produtivas para que se garanta a reprodução da força de trabalho e manutenção da acumulação capitalista. Tratando-se da política de assistência social, a referida autora afirma que a assistência social sempre terá uma relação direta com o trabalho, na medida em que é pensada para compensar a sua ausência. Conforme pontua Boschetti A assistência social, assim, contribui para

manter o que Marx chamou de “reservatório inesgotável de força de trabalho” que, ao ser disponibilizada para o capital, constitui uma ampla base para exploração do capital. Boschetti (2016, p. 108). Ou seja, de acordo com a autora citada, quanto maior for o número de desempregados no país, maior será o valor empregado na política de assistência social. Tal relação ocorre pois, conforme aponta Boschetti (2016), a política de assistência social, no Brasil, não existe para a busca da equidade e diminuição da pobreza, como se dispõe na lei, mas sim para a manutenção da mão de obra barata, com a finalidade de exploração dessa população excedente por parte do capital. Articulando o debate da Boschetti (2016) aos dados analisados, na Tabela 1, a partir de dados extraídos do IBGE, é possível verificar uma série histórica da taxa de desemprego no Brasil, que se inicia em janeiro de 2012, indo até janeiro de 2025. A partir da tabela exposta, os dados apontam que o maior percentual de desocupados no país ocorreu entre os anos de 2020 a 2022, tendo uma queda a partir dos anos posteriores. Fonte: Site Oficial do IBGE. Já na Tabela 2, que demonstra a série histórica do investimento na política de assistência social brasileira, que apresenta histórico de valores repassados a famílias brasileiras no Programa Bolsa Família (PBF) _ sendo um dos principais programas de transferência de renda do país _ ao longo da série histórica descrita, demonstra uma baixa nos anos 2019_2020, seguida de uma subida significativa entre os anos 2021 e 2022. Fonte: Site Oficial do MDS. Ainda em relação aos investimentos na política de assistência social, na Tabela 3, com dados referentes ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), ocorre, também, a tendência de aumentar os valores empregados para o programa, tendo significativo aumento entre os anos de 2022 a 2024. Fonte: Site oficial do MDS. O BPC, apesar de ser um benefício importante para os usuários da política de assistência social, ainda assim se mostra insuficiente para satisfazer as necessidades básicas do seu público alvo, tendo em vista que se trata de apenas um salário mínimo (R\$ 1.518). Contudo, e de acordo com estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo para atender a uma família composta por dois adultos e duas crianças, deveria ser de R\$ 7.528,56, em maio de 2025. Sobre isso, a autora Ana Elizabete Mota, na coletânea “O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade” (2008) pontua que Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, ou pelas orientações macroeconômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo de ação da assistência social. Mota et al (2008, p. 14). Nesse sentido, é possível afirmar que a política de assistência social se torna insuficiente na garantia da reprodução social dos seus usuários, pois não resolve de fato a questão da pobreza, apenas mitiga. A supracitada coletânea aborda “o mito da assistência social”, no qual, o primeiro mito seria uma política voltada ao trabalho para quem não está trabalhando (investe-se mais em programas de transferência de renda do que em emprego formal), o segundo é a sua função de destinar os usuários para retornar/ingressar no mercado de trabalho (por não ter acesso a outros bens e serviços, muitos não conseguem esse retorno/ingresso), e o terceiro é o alto investimento nessa política em específico, quando se comparado com as demais (a pobreza não se resolve apenas com um “acréscimo” na renda, é preciso que haja também investimento nas demais políticas sociais). Na tabela 4, relacionado à proporção de pessoas na pobreza e na extrema pobreza, com ou sem benefício, é interessante observar que se tem um aumento entre os anos 2021 e 2022. Quando relacionado às tabelas 1, 2 e 3, nota-se que é exatamente no mesmo momento em que também se tem aumento do número de desocupados, e dos investimentos do PBF e do BPC. Fonte: Site oficial do IBGE. Ainda sobre a Tabela 4, é interessante observar os dados relacionados àquelas pessoas na

pobreza e na extrema pobreza que estão recebendo benefícios provenientes da assistência social. Isso porque, apesar de estar um pouco abaixo daquelas que não recebem, ainda assim apresentam uma tendência de aumento, especialmente entre os anos 2020 a 2022, reafirmando a visão de que somente a política de assistência social não é suficiente para combater a pobreza e extrema pobreza no Brasil. Portanto, à medida em que se intensifica o desemprego e o processo de desregulamentação do trabalho, a assistência social passa a ser chamada, na tentativa de garantir os mínimos sociais. No entanto, por ser uma política focalizada e muito burocrática, acaba forçando o trabalhador a viver apenas do valor correspondente ao auxílio de transferência de renda, ou, se submeter a qualquer tipo de trabalho precário a fim de incrementar a renda (podendo perder o auxílio caso a renda per capita ultrapasse o estipulado). Logo, se entende que essa política se mostra insuficiente para o que se foi proposto em sua implementação (combate à pobreza), pois ao invés de combater, apenas garante que o usuário continue no seu papel de explorado/desempregado. Relacionado a isso, as Tabelas apresentadas até o momento explicitam essas tendências, pois entre os anos de 2020 a 2022, tanto se aumenta o financiamento dessas políticas, quanto o quantitativo de pessoas desocupadas, e na pobreza/extrema pobreza. Esses processos de empobrecimento da população, juntamente com o aumento de investimentos na política de assistência social brasileira, durante um momento eleitoral como o que ocorreu entre Lula e Bolsonaro, em 2022, somente assegura essa tendência de usar a assistência como forma de controle social e manobra política. A partir dos dados coletados, juntamente com a análise teórica abordada, é possível identificar que, no Brasil, existe uma relação direta entre trabalho, política de assistência social e desemprego. Quando analisamos os dados coletados, e observamos que entre os anos 2020 a 2022, ocorreram aumento significativo de desemprego, aumento do investimento na política de assistência social, e aumento no número de pessoas na pobreza/extrema pobreza, fica nítido essa relação. Os anos entre 2020 a 2022, no Brasil e no mundo, também ficou marcado pela Pandemia da Covid 19. A doença é considerada altamente grave e chegou a provocar uma crise sanitária de nível global, esse cenário implicou em medidas protetivas como quarentena, distanciamento social, uso de máscara e luvas, gerando alto índice de desemprego e pobreza. Nesse sentido, é possível afirmar que tal cenário contribuiu, também, para o que os dados vêm indicando, sobre aumento de desemprego, do investimento da política de assistência social, e da pobreza. Como já apontado anteriormente, a autora Ivanete Boschetti, em seu livro “Assistência Social e trabalho no capitalismo” (2016), observa que, no Brasil, a política de assistência social possui ligação direta com o trabalho, pois a mesma está para compensar a sua ausência. Relacionado a isso, é possível identificar nos dados coletados, que, na série histórica onde ocorreu maior número de desemprego, foi exatamente o momento onde ocorreu, também, aumento significativo de investimento na política de assistência social. Na mesma perspectiva, Ana Elizabete Mota, na coletânea “O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade” (2008), também afirma a relação entre trabalho e assistência social. Pontuando que, quanto maior o número de desempregados, maior será o investimento do Estado na política de assistência social. Essas duas autoras, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro sobre a política de assistência social, se destacam, pois, e conforme os dados demonstram, de fato há uma relação direta entre a política de assistência social e o trabalho. Ou seja, uma política seletiva, focalizada e insuficiente no combate a pobreza e extrema pobreza que o desemprego gera entre os usuários beneficiários da mesma. No entanto, esses processos não ocorrem ao acaso, ou por mera coincidência, na verdade, e baseado nas leituras analisadas,

acontece para que se mantenha o chamado exército industrial de reserva. A partir disso, Estado e burguesia possuem alto número de cidadãos representantes da mão de obra barata e precarizada, extremamente essencial para a contínua exploração da força de trabalho no capitalismo vigente. Logo, durante a análise, foi possível identificar apenas duas obras que se relacionam ao objetivo central do plano de trabalho, sendo elas: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade _ Mota (2008) e Assistência social e trabalho no capitalismo _ Boschetti (2016). Quando relacionadas aos dados coletados, essas obras demonstram uma leitura bastante crítica e analítica sobre a realidade brasileira, no que diz respeito ao trabalho, assistência social, pobreza/extrema pobreza e reprodução da força de trabalho. As obras mencionadas trazem à tona uma reflexão comprometida e articulada, sendo extremamente essenciais para o debate dessa temática dentro do Serviço Social brasileiro. Por fim, ao identificar a ausência de alguns dados estatísticos nos sites do MDS e IBGE, cabe ressaltar que, a falta de dados completos, para a pesquisa na academia, também se torna um dado pois demonstra a inexistência de monitoramento e transparência, por parte do Estado, em relação aos dados orçamentários e sociais. Essa ausência de dados se torna, também, uma jogada política na medida em que, por não haver números concretos, não se tem planejamento, formulação e implementação de políticas e projetos que necessitam de tais dados para sua efetivação. Após a análise dos dados estatísticos, juntamente com a apreensão teórica do plano de trabalho anterior, foi possível desenvolver o presente relatório de pesquisa. Os dados mostram tendências semelhantes entre si, quando se trata do financiamento dos programas e projetos da política de assistência social no país, seja em âmbito nacional, regional, ou estadual, isso aponta que, seja um financiamento crescente ou decrescente, serão iguais ou parecidos no quesito de distribuição no território nacional. O que difere, em relação a esses financiamentos, são os anos e as séries históricas atrelados a eles. Nesse caso, dependendo do contexto histórico, político e cultural envolto naquele período, tal financiamento poderá ser maior, ou menor. Atrelado a isso, os dados sobre pobreza e desemprego também demonstram essa semelhança, pois, de certa forma, essa realidade impacta diretamente no financiamento da política de assistência social brasileira. Nesse sentido, pobreza, desemprego, financiamento da assistência entre outros, estão diretamente relacionados aos contextos históricos, políticos, econômicos e culturais do determinado momento analisado.

Conclusão

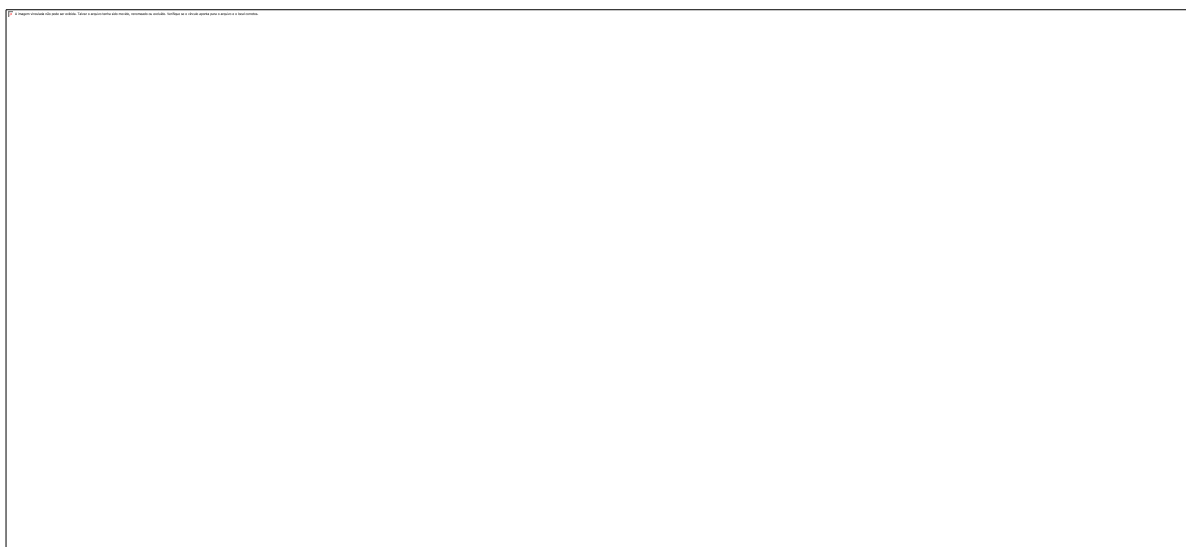
Ao realizar as devidas análises teóricas e de dados, foi possível identificar uma relação direta da política de assistência social brasileira com o trabalho, a pobreza/extrema pobreza e a reprodução da força de trabalho. Bem como, identificar, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, as principais obras que debatem essa temática. Com base nisso, as principais obras identificadas foram O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade _ Mota (2008) e Assistência social e trabalho no capitalismo _ Boschetti (2016). Ambas relacionam trabalho, assistência social e reprodução da força de trabalho no cenário brasileiro. Ao articular os dados de desemprego, pobreza/extrema pobreza e do investimento da política de assistência social, foi possível identificar que, todos crescem na mesma medida e intensidade, bem como, diminui. Ou seja, quanto maior o número de desempregados no país, e de pessoas na pobreza/extrema pobreza, maior será o investimento do Estado para com a política de assistência social. Sendo válido também para o oposto, pois quando se diminui os

índices de desemprego e pobreza, também diminui o investimento na referida política social. Tais dados apenas reforçam as análises estabelecidas por Mota (2008) e Boschetti (2016), ao afirmarem essa relação direta entre trabalho e assistência social, e o quanto esses processos são benéficos para o capitalismo, na medida em que garantem a continuidade do exército industrial de reserva. Como também, o quanto a mencionada política se mostra insuficiente para a manutenção da reprodução da força de trabalho dos brasileiros, na medida em que não garante os mínimos sociais para uma vida digna. Nesse sentido, a importância de se relacionar as políticas sociais _ e a política de assistência social _ com a reprodução da força de trabalho se pauta no compromisso profissional de realizar leituras da realidade que sejam críticas e propositivas, de viés marxistas. Por esse motivo, Mota (2008) e Boschetti (2016) se destacam em suas análises, demonstrando fundamental importância e contribuição para o Serviço Social brasileiro.

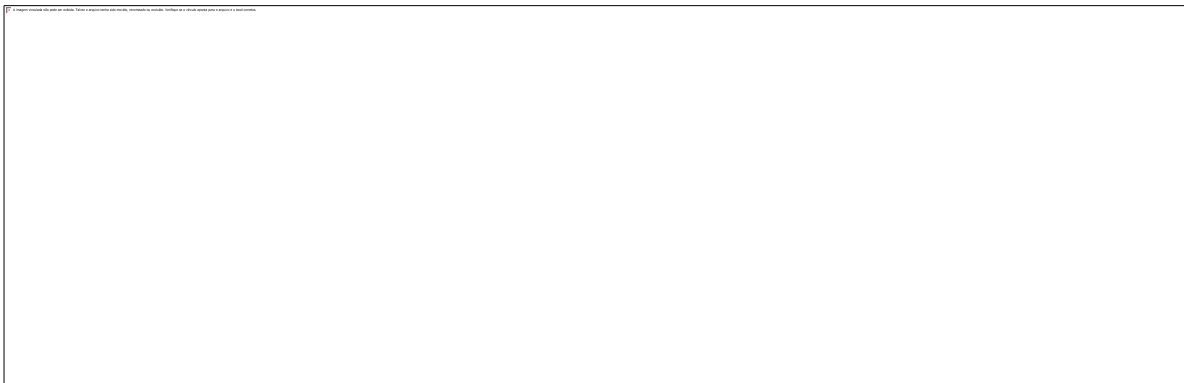
Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo, Cortez, 2016. IBGE _ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173_pesquisa_nacional_por_amostra_de_domicilios_continua_trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 19/08/2025. IBGE. MOTA, ana elizabeth. O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. MDS _ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br>. Acesso em: 19/08/2025. MDS.

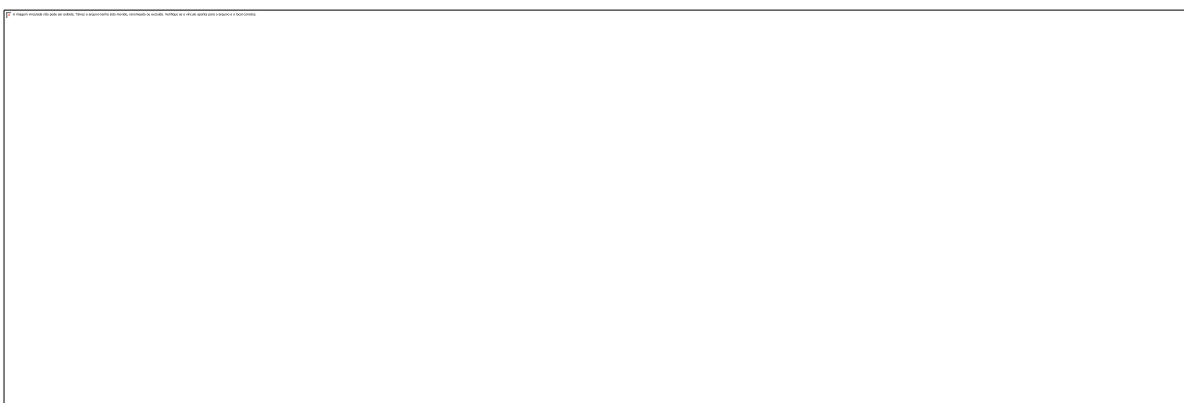
Anexos



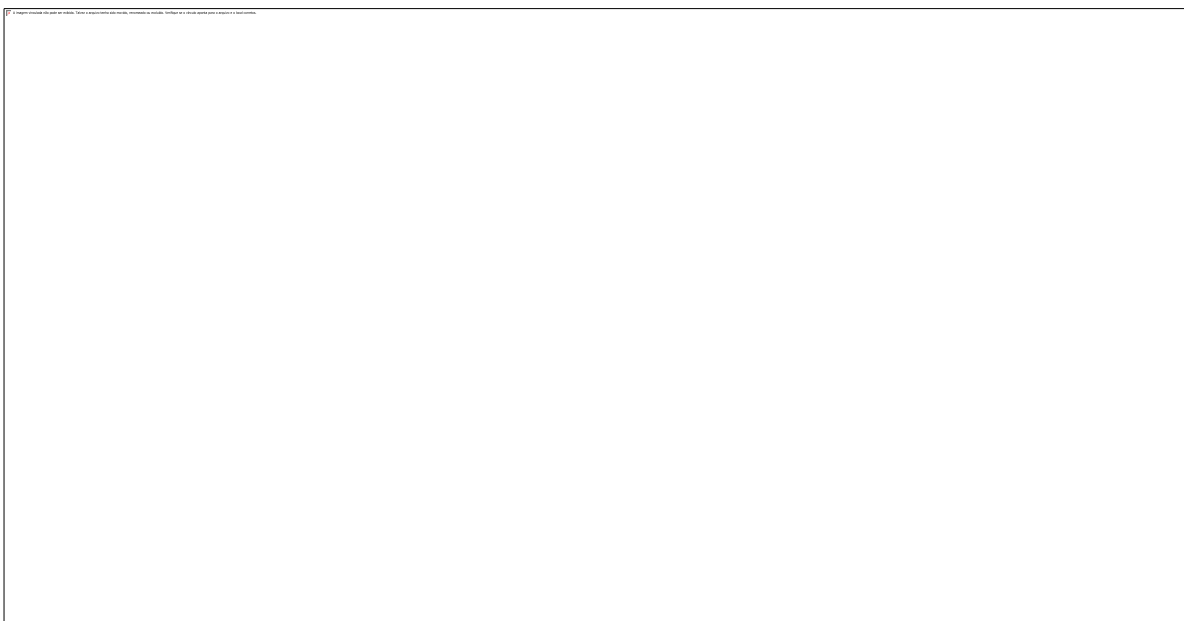
taxa de desemprego



PBF TOTAL



BPC TOTAL



POBREZA E EXTREMA POBREZA

CÓDIGO: HS0423

AUTOR: VINICIUS LEAL ROSA DE ARAUJO

COAUTOR: MATHEUS ALENCAR RODRIGUES

ORIENTADOR: ERICA PRISCILLA CARVALHO DE LIMA MACHADO

TÍTULO: POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS NO RIO GRANDE DE NORTE

Resumo

A economia solidária configura-se como alternativa ao modelo capitalista tradicional, promovendo o desenvolvimento socioeconômico por meio da cooperação e organização coletiva do trabalho. No Brasil, políticas públicas têm buscado fortalecer empreendimentos solidários, com foco na inclusão social e na superação das desigualdades estruturais. No estado do Rio Grande do Norte, a economia solidária foi instituída pela Lei nº 8.798/2006, coordenada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS), com apoio a cooperativas, associações e organizações sociais vulneráveis. Este estudo analisa tais políticas e sua contribuição para o desenvolvimento local. Os resultados obtidos através de pesquisas bibliográficas revelam que artesãos e agricultores familiares representam a maioria dos empreendimentos solidários, atuando principalmente na produção e comercialização de bens e serviços. As motivações incluem geração de renda, fortalecimento comunitário e alternativa ao desemprego. Apesar de avanços, persistem desafios como o acesso limitado ao crédito, dificuldades na gestão e na inserção em mercados amplos, além de resistência cultural à lógica cooperativa. Observa-se que as políticas públicas têm gerado impactos positivos, especialmente na inclusão social de grupos vulneráveis e no fortalecimento da economia local. O fortalecimento da economia solidária depende da continuidade das políticas com foco em financiamento, capacitação e estrutura institucional.

Palavras-chave: Economia solidária; Políticas públicas; Inclusão social

TITLE: Public Policies in the Promotion of the Solidarity Economy: Government Initiatives in Rio Grande do Norte

Abstract

The solidarity economy emerges as an alternative to the capitalist model, promoting socioeconomic development through cooperation and the collective organization of labor. In Brazil, public policies have supported solidarity enterprises with a focus on social inclusion and reducing structural inequalities. In Rio Grande do Norte, it was institutionalized by Law No. 8,798/2006, coordinated by SETHAS, providing support to cooperatives, associations, and vulnerable social organizations. This study analyzes these policies and their contribution to local development. Bibliographic research shows that artisans and family farmers represent the majority of solidarity enterprises, mainly engaged in the production and commercialization of goods and services. Motivations include income generation, community empowerment, and an alternative to unemployment. Despite progress, challenges persist such as limited access to credit, management difficulties, restricted access to broader markets, and cultural resistance to the cooperative model. Public policies have shown positive impacts, especially in the social inclusion of vulnerable groups and the strengthening of the local economy. The advancement of the solidarity economy depends on the continuity of policies focused on financing, training, and institutional support.

Keywords: Solidarity economy; Public policies; Social inclusion

Introdução

Quando iniciamos nossa pesquisa, estávamos motivados por compreender de que forma a economia solidária poderia se consolidar como uma alternativa viável ao modelo capitalista tradicional. Ao longo do estudo, percebemos que esse conceito vai muito além de um simples arranjo econômico: trata-se de uma estratégia coletiva de organização do trabalho, construída pelos próprios trabalhadores, com o propósito de promover inclusão social, combater o desemprego e garantir igualdade de oportunidades (Ferreira et al., 2019).

Diferentemente da lógica competitiva, a economia solidária introduz a ideia de colaboração mútua e solidariedade como princípios orientadores da dinâmica do trabalho. Nesse sentido, a sua promoção tem se mostrado uma estratégia relevante para mitigar entraves estruturais da sociedade brasileira, por meio da implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento mais equitativo (SETHAS, 2020).

No entanto, enquanto avançávamos na análise, constatamos que a institucionalização dessas políticas, apesar de relevante, ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacamos três pontos que nos chamaram atenção: a fragilidade da rede de comercialização, a dificuldade de manter os fundamentos ideológicos da economia solidária e a necessidade de integrá-la a um programa nacional de desenvolvimento (Ferreira et al., 2019).

No contexto específico do Rio Grande do Norte, encontramos um marco importante: a Lei nº 8.798/2006, que instituiu a economia solidária como política pública estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS, 2020). Essa política tem como foco

apoiar empreendimentos econômicos solidários por meio do fortalecimento de cooperativas, associações e outras organizações sociais, oferecendo suporte técnico, financeiro e institucional para os grupos mais vulneráveis.

Sabe-se, contudo, que a articulação entre a política pública e a demanda dos empreendimentos muitas vezes não é eficiente, o que compromete a sua continuidade e sua capacidade de atender seus objetivos propostos. Soma-se a isso, o desconhecimento e a resistência por parcela da população sobre os benefícios da economia solidária, o que acaba por limitar a consolidação da cultura cooperativa no estado.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas destinadas à promoção da economia solidária no Rio Grande do Norte e avaliar suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social local. Mais especificamente, propomos: i) identificar as principais iniciativas governamentais voltadas à economia solidária; ii) examinar os obstáculos enfrentados pelos empreendimentos do setor; e iii) compreender os impactos dessas políticas na inclusão social e na geração de trabalho e renda para grupos vulneráveis no estado.

Além desta introdução, organizamos nossa pesquisa em quatro seções: na primeira, apresentamos os conceitos fundamentais da economia solidária; na segunda, discutimos a fundamentação teórica sobre políticas públicas para o setor no Brasil; em seguida, detalhamos os resultados obtidos em nossa análise; e, por fim, compartilhamos nossas considerações finais sobre o tema.

Metodologia

Este estudo se configura como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com uma perspectiva qualitativa proeminente, embora complementada por elementos quantitativos descritivos. A pesquisa se apoiou totalmente em fontes secundárias, englobando documentos oficiais, com ênfase no 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015–2019), propostas de lei, regulamentos e políticas afins, além de bancos de dados públicos como o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) e informações fornecidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Adicionalmente, integrou-se a contribuição da literatura acadêmica, incluindo livros, artigos e capítulos que abordam temas como economia solidária, associativismo, cooperativismo e desenvolvimento territorial. A seleção dessas fontes foi orientada por critérios que garantem a relevância e a confiabilidade do material examinado, considerando a importância do tema, a autoria claramente identificada, o acesso público e o período de tempo entre 2004 e 2025, com foco especial no período de validade do Plano mencionado.

O método empregado envolveu o levantamento e a análise de documentos normativos e relatórios, a coleta e organização de dados das bases CADSOL e

MGI. Os dados foram uniformizados em relação a variáveis, áreas geográficas e consistência temporal, e analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo temática, buscando a correlação entre os objetivos estabelecidos nos documentos e as evidências empíricas encontradas. Dado que foram utilizados apenas dados públicos, não houve necessidade de avaliação por um comitê de ética, mantendo-se, no entanto, o cumprimento dos princípios de transparência e precisão nas citações, com todas as referências formatadas de acordo com as normas da ABNT NBR 6023:2018 e as citações conforme NBR 10520:2023. Finalmente, procedeu-se à triangulação entre os resultados da literatura, o planejamento e a implementação das políticas públicas e a situação real dos empreendimentos, visando identificar pontos de convergência, falhas e desafios para o aprimoramento da economia solidária no Rio Grande do Norte.

Resultados e Discussões

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Na etapa de desenvolvimento do estudo em questão, ao se tratar de referencial teórico, sentimos a necessidade de compreender a fundo os fundamentos teóricos que sustentam a economia solidária e como ela se apresenta como um contraponto ao modelo econômico tradicional, centrado na competição e na busca incessante pelo lucro. Ao nos debruçarmos sobre os estudos de Laville e França Filho (2004), percebemos que essa proposta não é apenas uma alternativa econômica, mas um conjunto de práticas sociais e produtivas orientadas pela democratização das relações de produção, distribuição e consumo, visando à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável.

Foi interessante observar como essa abordagem redefine prioridades: em vez de maximizar ganhos financeiros, coloca as necessidades humanas e a cooperação no centro das relações econômicas. Ao longo da investigação, constatamos que a economia solidária fortalece comunidades, estimula a solidariedade e cria ambientes mais justos, algo claramente destacado por esses autores. Também nos chamou atenção a importância da pluralidade de princípios econômicos, que explicam a origem e a natureza dos recursos mobilizados, entre eles, reciprocidade, redistribuição e intercâmbio equilibrado como mostra a figura 1.

Outro ponto relevante para nós foi a autonomia institucional. Ao analisarmos esse aspecto, percebemos que, embora os empreendimentos solidários busquem métodos de gestão eficientes para garantir resultados internos, muitas vezes precisam lidar com pressões externas, o que limita sua independência. Isso nos levou a refletir sobre a tensão existente entre os ideais do movimento e as exigências práticas para sua manutenção.

Conforme avançávamos, ficou claro que a economia solidária vai além de gerar renda: ela promove impactos sociais e econômicos mais sustentáveis, melhora a qualidade do trabalho e reforça vínculos comunitários. A sociabilidade coletiva se mostrou um pilar essencial, pois estimula a inclusão, a participação e a cooperação entre os membros, além de ampliar o diálogo com o poder público. Essa visão multidimensional integrando objetivos econômicos, sociais, culturais, ecológicos e políticos — reforça o caráter transformador desse modelo, que busca não apenas viabilidade financeira, mas também uma mudança profunda nas relações sociais.

Contudo, percebemos que o caminho para consolidar essa proposta não é simples. Assim como apontam Laville e França Filho (2004), ainda existem barreiras estruturais, como a falta de autonomia plena em relação às economias dominantes. Muitos empreendimentos permanecem dependentes de apoios externos, como financiamentos e doações, o que pode gerar relações de subordinação e até mesmo suscitar práticas políticas pouco transparentes. Além disso, a autogestão, embora essencial, exige harmonia e compromisso tanto da liderança quanto dos demais participantes, algo que nem sempre ocorre facilmente.

Uma conclusão importante que extraímos é que a sustentabilidade do setor passa pela construção de redes e cadeias produtivas integradas, onde a solidariedade seja um valor concreto. Ao revisitar as ideias de Singer e Souza (2003), reforçamos a compreensão de que a economia solidária está baseada na associação de trabalhadores em atividades produtivas coletivas, guiadas por princípios democráticos e solidários.

Esses pilares (autogestão, cooperação e sustentabilidade) formam a essência de um modelo que coloca as pessoas no centro das relações econômicas, não apenas propondo uma reorganização do trabalho, mas também promovendo justiça social e inclusão.

Durante a análise das contribuições mais recentes, como as de Gaiger (2020), percebemos que, mesmo com sua crescente visibilidade acadêmica e social, a economia solidária ainda carece de uma definição única, sendo interpretada de diversas maneiras. Os dados mais atuais indicam que essa forma de organização nasceu como alternativa para grupos que buscavam maneiras igualitárias e cooperativas de garantir trabalho e renda.

Por tudo isso, entendemos que a economia solidária desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento socioeconômico, especialmente no enfrentamento das desigualdades históricas que marginalizam populações inteiras. No entanto, também confirmamos que esse avanço só será possível com políticas públicas consistentes, capazes de enfrentar os desafios estruturais que ainda limitam os empreendimentos solidários.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Dando continuidade, ao falar de Políticas Públicas existentes voltadas para a economia solidária no Brasil, percebemos que, diante dos desafios sociais e econômicos do país, repensar os modelos de desenvolvimento não é apenas necessário, mas urgente. A desigualdade social, presente em diferentes dimensões, exige alternativas capazes de promover justiça e inclusão. Nesse sentido, ficou evidente para nós que as políticas públicas assumem um papel estratégico, pois são elas que regulamentam e incentivam iniciativas que utilizam a economia solidária como instrumento de transformação.

Ao analisar essas políticas, constatamos que elas se estruturam sobre princípios que valorizam a inclusão social, a sustentabilidade e a participação democrática. Um aspecto que nos chamou bastante atenção foi a autogestão, que garante aos trabalhadores autonomia na condução dos empreendimentos e poder de decisão. Outro ponto relevante é o estímulo ao cooperativismo, que cria redes de produção e comercialização fundamentadas na cooperação e na solidariedade, fortalecendo o caráter coletivo do setor.

Durante o estudo, exploramos também o papel das Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES), momentos nos quais a sociedade teve a oportunidade de contribuir diretamente com ideias e propostas para o aprimoramento dessas políticas. A primeira e a segunda conferências, realizadas em 2006 e 2010, respectivamente, exemplificadas na figura 2, foram marcos importantes no debate sobre o futuro da economia solidária no Brasil. Já na terceira edição, um passo decisivo foi dado: a construção do Plano Nacional de Economia Solidária.

Esse plano, conforme registramos em nossa análise, trouxe diretrizes como a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário, o fortalecimento dos processos democráticos e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores inseridos nesse modelo econômico. Entre suas metas, destacam-se: capacitar 200 mil pessoas em temas relacionados à economia solidária, apoiar 20 mil empreendimentos na estruturação de processos de produção e comercialização sustentáveis e, ainda, fortalecer 300 iniciativas formadas majoritariamente por jovens, garantindo acesso a conhecimento e oportunidades (BRASIL, 2015).

Outro ponto que nos chamou atenção foi a incorporação da abordagem territorial às políticas públicas, ocorrida em 2003. Esse movimento trouxe o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa estratégia buscava enfrentar três grandes desafios: melhorar a integração entre políticas setoriais, garantir que a questão ambiental fosse incorporada de forma transversal e, por fim, implementar um planejamento regional mais eficaz.

Nesse mesmo período, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), resultado das discussões no Fórum Social Mundial, iniciado em Porto Alegre em 2001. Investigando suas ações, identificamos que a SENAES se tornou um dos principais instrumentos de fortalecimento do setor, repassando recursos para estados, municípios, universidades e organizações da sociedade

civil, que, por sua vez, desenvolveram projetos para consolidar e expandir a economia solidária no Brasil.

Entre as iniciativas mais relevantes implementadas pela SENAES, destacamos o Sistema de Comércio Justo e Solidário, os Centros Públicos de Economia Solidária, os Espaços Fixos de Comercialização, além das Bases de Serviço de Apoio à Comercialização, que contribuem para ampliar os canais de venda e a visibilidade dos empreendimentos.

Nossa pesquisa também revelou outras políticas de formação e desenvolvimento técnico mencionadas por Ferreira et al. (2019), como o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), o Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (PRONACOOOP SOCIAL), o Programa de Resíduos Sólidos (PPA 2012-2015), entre outros. Esses projetos não apenas oferecem suporte estrutural, mas também capacitam e preparam trabalhadores para consolidar seus empreendimentos de forma sustentável.

Ao final dessa análise, ficou claro para nós que, embora haja uma base sólida de políticas públicas para a economia solidária no Brasil, a efetividade dessas ações depende de integração, continuidade e articulação com as demandas reais dos empreendimentos.

Durante nossa investigação, constatamos que a economia solidária no Rio Grande do Norte foi oficialmente incorporada como política pública a partir da Lei nº 8.798/2006. Essa legislação definiu instrumentos importantes para a implementação do modelo, entre eles: i) criação de produtos ou serviços por meio de cooperativas e organizações baseadas na gestão democrática e na solidariedade; ii) distribuição equitativa das riquezas geradas; iii) prática da autogestão; iv) promoção do desenvolvimento sustentável e integrado; v) preservação ambiental; vi) valorização do trabalho humano; vii) igualdade de gênero; e viii) empoderamento social. No Quadro 1, apresentamos os principais objetivos dessa política no estado.

Ao analisar os desdobramentos dessas diretrizes, percebemos que a proposta vai muito além do aspecto econômico: ela busca reunir diferentes segmentos sociais com foco na inclusão, autonomia e fortalecimento das comunidades. Essa característica possibilita que populações historicamente marginalizadas encontrem meios para se organizar coletivamente e alcançar melhores condições de vida, promovendo justiça social, sustentabilidade e cooperação. A diversidade de grupos envolvidos é significativa, conforme mostrado na Figura 3: artesãos representam 24% dos empreendimentos cadastrados, seguidos pelos agricultores familiares, com 22%. Essa pluralidade revela como a economia solidária oferece oportunidades para setores distintos da sociedade.

Identificamos também que, para esses grupos, os empreendimentos solidários são espaços onde se desenvolvem ações como a produção e comercialização conjuntas, agregação de valor aos produtos, criação de redes de troca, acesso a crédito solidário e busca por políticas públicas adequadas para fortalecer mercados locais (MENDANHA, 2010).

Do ponto de vista econômico, os dados do CADSOL indicam que a maioria dessas iniciativas atua na produção e venda de bens e serviços, configurando alternativas viáveis ao mercado tradicional (Figura 4). Os artigos 8º e 9º da Lei nº 8.798/2006 confirmam essa concepção ao incluir cooperativas, associações, pequenos produtores e grupos organizados que funcionam sob lógica autogestionária, integrando produção, consumo e serviços em redes colaborativas. Essa dinâmica pressupõe compartilhar decisões, trocar experiências e dividir resultados, fortalecendo a convivência solidária e a melhoria conjunta das condições de vida.

Quanto às motivações para criação desses empreendimentos, os dados do CADSOL (Figura 5) mostraram que a principal razão apontada foi a busca por uma fonte complementar de renda (12,8%). Em seguida, destacaram-se o desenvolvimento comunitário (12,3%), a alternativa ao desemprego (10,2%) e o desejo de atuar em um negócio coletivo, onde todos os integrantes são proprietários (10,0%). Esses números evidenciam como os princípios da economia solidária — cooperação, autogestão e fortalecimento comunitário — se refletem nas escolhas dos trabalhadores.

Outro ponto importante da nossa análise foi a evolução das políticas públicas ao longo dos anos. Em 2020, observamos a criação do Plano Estadual da Economia Solidária, estruturado em quatro eixos: (I) Ambiente Institucional e Integração das Políticas Públicas; (II) Produção, Comercialização e Consumo Solidário; (III) Linhas de Crédito e Finanças Solidárias; e (IV) Educação, Formação e Assessoramento. Esse plano, fruto de construção coletiva, consolidou diretrizes estratégicas para superar desafios e orientar ações futuras.

No Eixo 1, destacamos a necessidade de uma estrutura administrativa que fortalecesse a representatividade do segmento, reduzindo a fragilidade institucional que, por vezes, compromete a continuidade das políticas. Já no Eixo 2, reforçou-se a importância de articular produção, comercialização e consumo, investindo em feiras, centrais e espaços fixos para dar maior visibilidade aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

O Eixo 3 trouxe um ponto sensível: a necessidade de ampliar o acesso ao crédito e às finanças solidárias como instrumentos de autonomia e inclusão. Durante nossa análise, percebemos que esse é um dos gargalos mais relevantes para os empreendimentos, sobretudo para grupos historicamente vulneráveis, como mulheres, jovens, comunidades tradicionais, migrantes e refugiados.

Por fim, o Eixo 4 enfatizou a relevância da educação e da formação crítica, apontando para processos contínuos e adequados à diversidade de perfis existentes na economia solidária. Essa abordagem busca fortalecer a autogestão, a cooperação e a cidadania ativa, garantindo que os empreendimentos se sustentem a longo prazo.

Avançando na linha do tempo, registramos outro marco importante: em 2023, a criação do Programa Estadual de Compras Governamentais (PECES), por meio da Lei nº 11.363. Essa iniciativa determina que pelo menos 30% das demandas

do setor têxtil e de confecção do governo estadual sejam atendidas por empreendimentos solidários, garantindo mercado para sua produção e incentivando práticas sustentáveis.

Para compreender o impacto econômico, analisamos também os dados formais do comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanato (Figura 6). Embora os números reflitam apenas o mercado formal, eles ajudam a dimensionar os efeitos dessa política. Entre 2020 e 2024, os empregos no setor cresceram de 708 para 999, representando um aumento de 41%. Observamos, ainda, um avanço positivo na distribuição salarial, com redução da faixa entre meio e um salário mínimo e aumento na categoria de até dois salários mínimos em 2024. Apesar disso, o segmento ainda enfrenta desafios relacionados à qualificação profissional e elevação da renda média.

Esses resultados reforçam que, embora a economia solidária tenha avançado no Rio Grande do Norte com apoio institucional e políticas inovadoras, ainda há um longo caminho a ser percorrido, especialmente no fortalecimento das estruturas de crédito, na educação e na consolidação de redes de comercialização.

Conclusão

O presente estudo evidenciou que as políticas públicas voltadas à promoção da economia no Rio Grande do Norte apresentam forte alinhamento com os princípios da economia solidária. Iniciativas como o Plano Estadual e o PECES demonstram a atuação ativa do governo na construção de alternativas socioeconômicas sustentáveis, especialmente ao fortalecer segmentos como artesãos e agricultores familiares, que representam parcela significativa dos empreendimentos solidários no estado.

Os dados revelaram que a economia solidária tem desempenhado papel fundamental na organização de grupos sociais vulneráveis, oferecendo-lhes meios para alcançar melhores condições de trabalho e geração de renda. A maioria dos empreendimentos surge como forma complementar de renda, mas também como instrumento de fortalecimento comunitário, inclusão produtiva e superação do desemprego, destacando sua importância para o desenvolvimento local.

Entretanto, o estudo também identificou desafios significativos para a consolidação da economia solidária, como a necessidade de um ambiente institucional fortalecido, acesso facilitado ao crédito e investimentos contínuos em capacitação. Esses elementos são essenciais para o crescimento e formalização dos empreendimentos, além de influenciarem diretamente na melhoria da gestão e na inserção em mercados mais amplos e competitivos.

Conclui-se, portanto, que as políticas públicas desempenham papel essencial na promoção da economia solidária e, por consequência, no desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Norte. Contudo, a superação de entraves estruturais é imprescindível para que tais iniciativas ganhem maior alcance e efetividade. A continuidade e o aprimoramento das políticas existentes são condições fundamentais para ampliar seus impactos e consolidar uma economia mais inclusiva, justa e sustentável.

Referências

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI. 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019): para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, 2015. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/983>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado do Rio Grande do Norte (SETHAS-RN). Estatísticas do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL-RN). Disponível em: <https://cadsol.sethas.mobby.app.br/statistics>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FERREIRA, F. M.; LOMBARDI, L.; SEVERINO, M. R.; CARVALHO, C. R. R. CAMPOS, F. R. Políticas Públicas de Economia Solidária: uma Revisão da Literatura. Revista de Economia do Centro-Oeste, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 49–69, 2019. DOI: 10.5216/reoeste.v5i1.60222. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/reoeste/article/view/60222>.> Acesso em: 1 mar. 2025.

FÉ, Sandra; NONATO, Raquel Sobral. Caminhos e descaminhos para a institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil. Mundo do Trabalho Contemporâneo, [S. l.], v. 1, n. 1, pág.2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7239>. Acesso em: 1 mar. 2025.

GAIGER, Luiz Inácio. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 103, pág.214, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/3TQfLKKqF6NhrBhvrnJzw3y/?lang=pt>. Acesso em: 1 mar. 2025.

GOVERNO DO RN / Sethas. Orientações Para Implantação da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária: Diretrizes E Marco Legal. [20–]. Disponível em: <Http://Adcon.Rn.Gov.Br/Acervo/Sethas/Doc/Doc000000000276769.Pdf>. Acesso em: 22 Fev. 2025.

LAVILLE, Jean; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Acesso em: 1 mar. 2025

MARCONSIN, Adauto Fernandes. Economia Solidária: Definições e Contradições. Revista Intellectus. v. 18 n. 1, pág;117 2011: Edição especial de Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <https://revistasunifajunimax.unieduk.com.br/intellectus/article/view/183>. Acesso em: 22 fev. 2025

MENDANHA, José Francisco. Economia solidária e agricultura familiar. Revista científica do ITPAC, Araguaína, v. 3, n. 3, p. 41–44, jul. 2010. Disponível em: <https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/33/5.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. LEI Nº 8.798, de 22 de fevereiro de 2006 DE 2006. Institui a Política Estadual de fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Norte e estabelece outras disposições. Rio Grande do Norte, 2006.

SOUZA, Armando Lírio de, Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. Ipea, mercado de trabalho | 52 | ago. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3882>. Acesso em 1 mar. 2025

SETHAS - Secretaria de estado do trabalho, da habitação e da assistência social. Diagnóstico situacional. 50 Empreendimentos de Economia Solidária Beneficiários do Projeto Economia Solidária RN Convênio 760003/2011 SETHAS - Ministério da Cidadania. <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000261879.PDF>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 2002. Acesso em: 22 fev. 2025. Disponível em:<https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/2/Introducao-economia-solidariaWEB1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 200.

Anexos

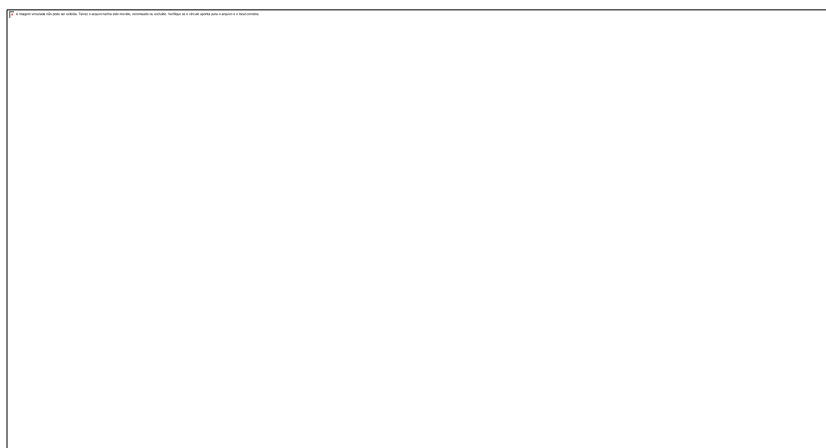


Figura 1

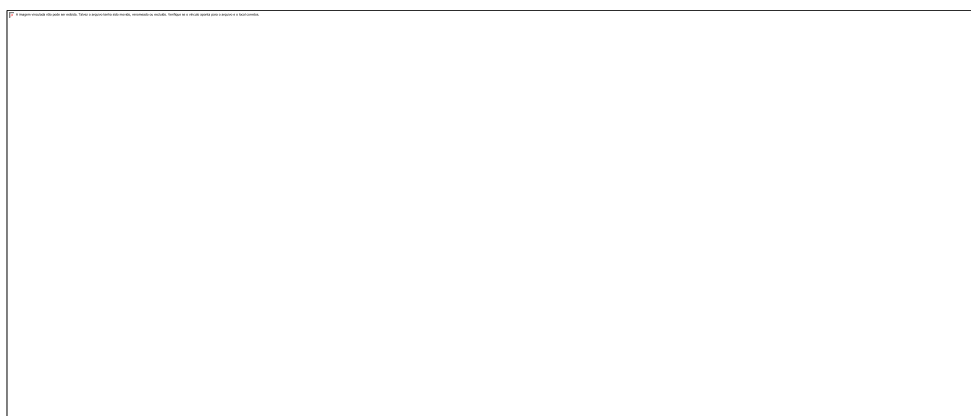


Figura 2

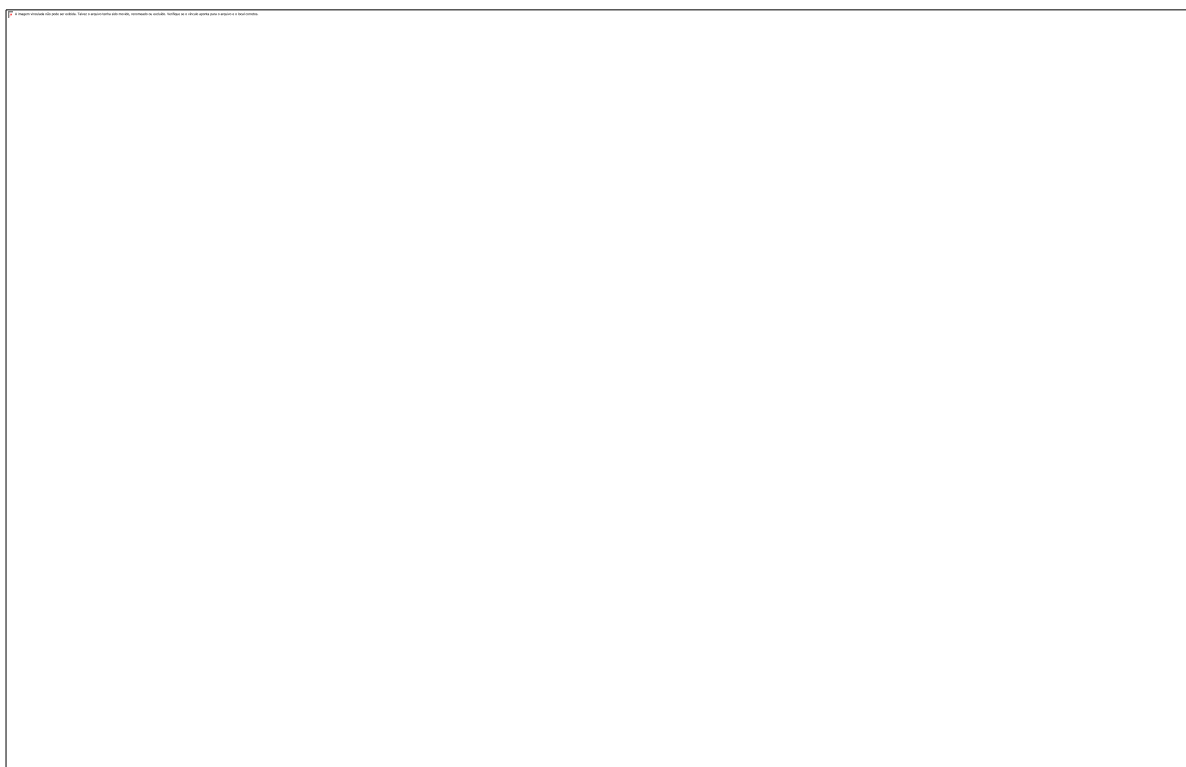


Figura 3

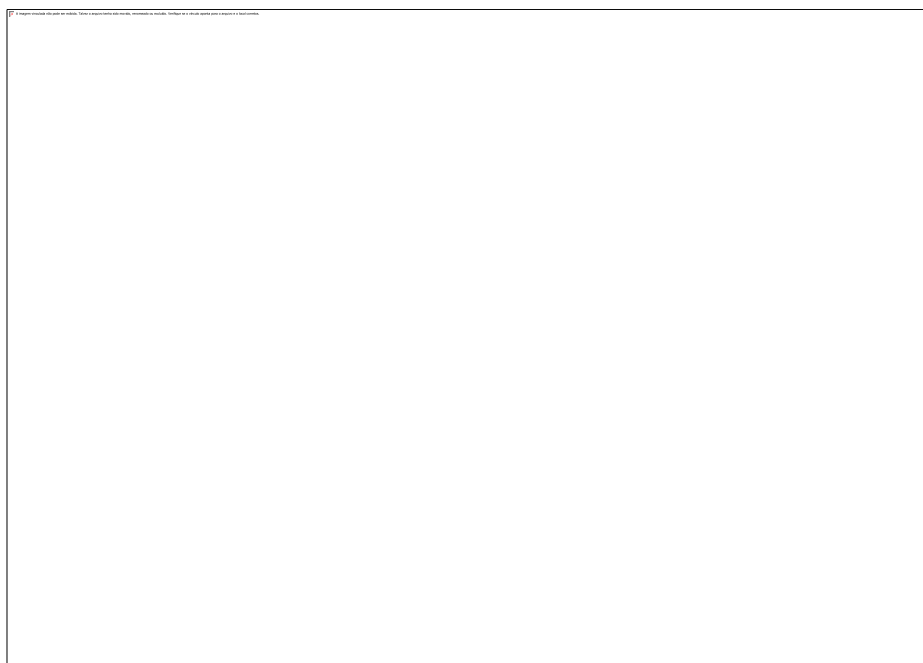


Figura 4

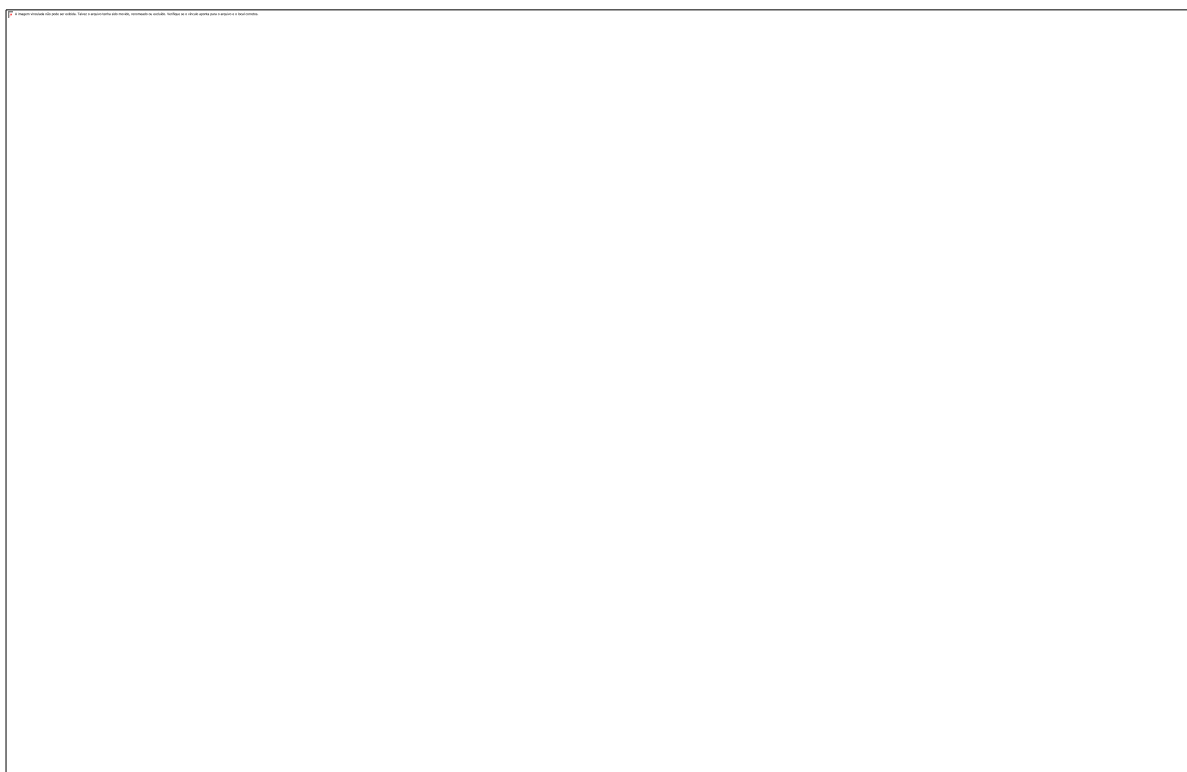


Figura 5

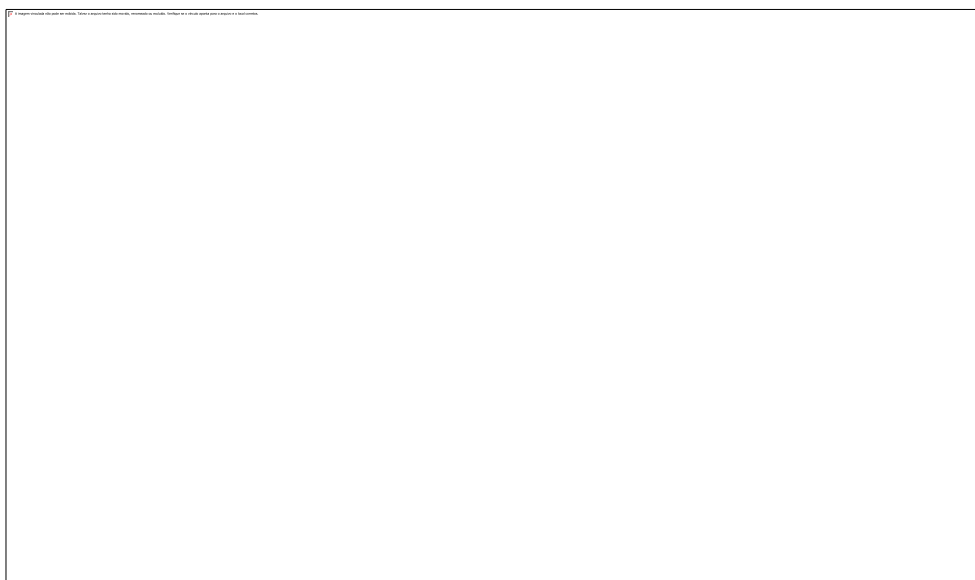
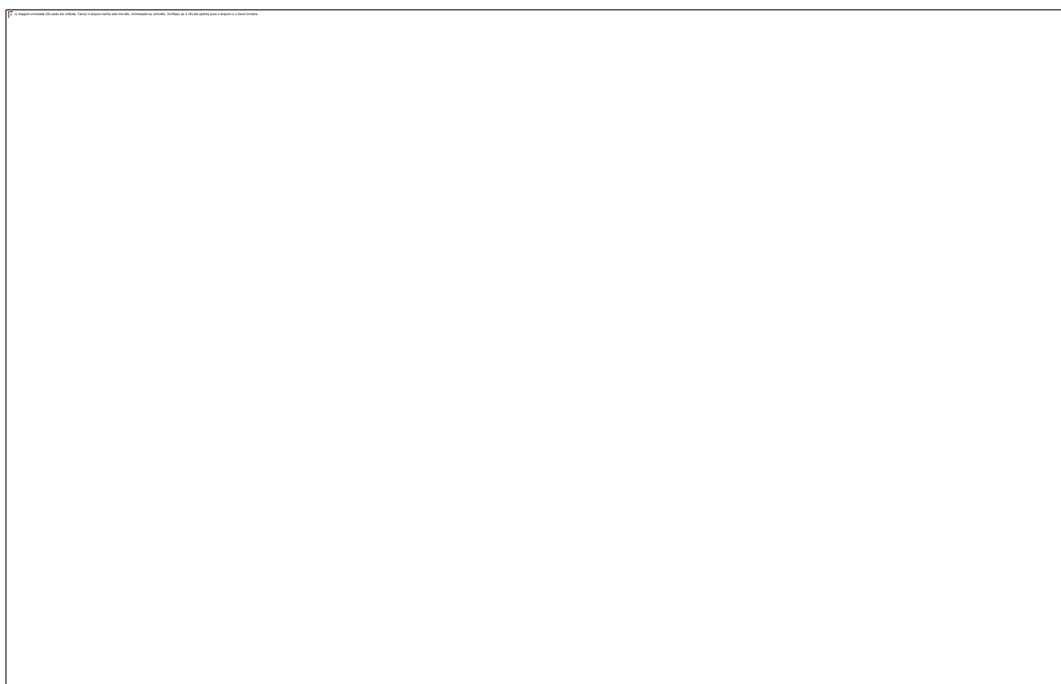


Figura 6



Quadro 1

CÓDIGO: HS0445

AUTOR: FLAVIA MARIA VIEIRA DE CAMARGO

ORIENTADOR: MOZART FAZITO REZENDE FILHO

TÍTULO: Desenvolvimento e tempo livre no Brasil: uma análise discursiva à luz do turismo crítico

Resumo

O relatório apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto “Desenvolvimento e tempo livre no Brasil: uma análise discursiva à luz do turismo crítico”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFRN). O estudo teve como objetivo compreender as articulações entre discursos de desenvolvimento, lazer e sustentabilidade nas práticas turísticas e nas políticas públicas locais, com foco em duas iniciativas: o Fórum Potengi, voltado à revitalização do rio Potengi, e a parceria intermunicipal entre Nísia Floresta (RN) e Holzwickede (Alemanha). A metodologia combinou análise crítica da literatura com participação em eventos, registros visuais, elaboração de materiais de comunicação institucional e apoio às ações de cooperação internacional. Como resultados, destacam-se a cobertura fotográfica e documental de encontros do Fórum Potengi, a criação de identidade visual e a elaboração de um pitch institucional apresentado na Alemanha, além da proposição de possibilidades de aplicação de inteligência artificial para monitoramento ambiental. Conclui-se que a experiência contribuiu para o fortalecimento da formação crítica e criativa do bolsista, evidenciando o papel estratégico da iniciação científica na integração entre universidade, poder público e sociedade civil, bem como na promoção de práticas participativas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Turismo crítico. Desenvolvimento sustentável. Cooperação internacional

TITLE: Development and leisure time in Brazil: a discursive analysis in light of critical tourism

Abstract

This report presents the activities developed within the scope of the project "Development and leisure time in Brazil: a discursive analysis in light of critical tourism," linked to the Institutional Scientific Initiation Scholarship Program (PIBIC/UFRN). The study aimed to understand the connections between development, leisure, and sustainability discourses in tourism practices and local public policies, focusing on two initiatives: the Potengi Forum, aimed at revitalizing the Potengi River, and the intermunicipal partnership between Nísia Floresta (RN) and Holzwickede (Germany). The methodology combined critical analysis of the literature with participation in events, visual recordings, the development of institutional communication materials, and support for international cooperation initiatives. Among the results, we highlight photographic and documentary coverage of Potengi Forum meetings, the creation of a visual identity, and the development of an institutional pitch presented in Germany, in addition to proposing possibilities for applying artificial intelligence to environmental monitoring. It is concluded that the experience contributed to strengthening the critical and creative training of the scholarship holder, highlighting the strategic role of scientific initiation in the integration between university, public authorities and civil society, as well as in promoting participatory practices aimed at sustainable territorial development.

Keywords: Critical tourism. Sustainable development. International cooperation.

Introdução

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa “Desenvolvimento e tempo livre no Brasil: uma análise discursiva à luz do turismo crítico”, vinculado ao Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Inserido no contexto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o projeto busca compreender como discursos sobre o desenvolvimento, lazer e sustentabilidade se articulam nas práticas turísticas e nas políticas públicas locais, especialmente a partir de parcerias internacionais.

Neste ciclo, a pesquisa se concentrou em duas iniciativas: o Fórum Potengi, voltado à revitalização do rio Potengi, e a parceria intermunicipal entre Nísia Floresta (RN, Brasil) e Holzwickede (Alemanha). Ambas as iniciativas envolvem atores públicos, acadêmicos e da sociedade civil, com objetivo de promover práticas sustentáveis de desenvolvimento territorial, com ênfase em recursos hídricos e turismo.

Nísia Floresta é um município do Rio Grande do Norte com população estimada 31.942 habitantes (IBGE, 2022), reconhecido por suas paisagens naturais, como praias, lagoas e dunas, e também por sua importância cultural e histórica. O município é conhecido como a “Terra do Camarão”, devido a forte presença de carcinicultura, e integra o Polo Turístico Costa das Dunas. Sua localização estratégica e riqueza ambiental a tornam um espaço-chave para reflexões sobre o uso sustentável do território e os impactos do turismo massivo.

A parceria com a cidade alemã de Holzwickede tem como foco central a revitalização das lagoas e a gestão sustentável de recursos hídricos, por meio da cooperação técnica e do intercâmbio de conhecimentos. As ações conjuntas buscam fortalecer o turismo

sustentável, a educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população local. O projeto também prevê a produção de materiais audiovisuais, intercâmbio de professores e estudantes, e elaboração de propostas técnicas.

Como bolsista, atuei no apoio à organização de eventos e visitas técnicas, bem como na produção de materiais visuais (registros fotográficos e apresentações institucionais). Participei da criação da identidade visual do Fórum Potengi e da elaboração de materiais utilizados na articulação internacional entre o município de Nísia Floresta e a cidade de Holzwickede, na Alemanha. Paralelamente às ações práticas, propus possibilidades de aplicação de técnicas de inteligência artificial para apoiar os projetos em aspectos como monitoramento ambiental, análise de dados territoriais e visualização de impactos socioambientais em áreas turísticas. Essas propostas encontram-se em fase preliminar, mas representam uma tentativa de contribuir com abordagens inovadoras e tecnológicas ao campo do turismo crítico e do desenvolvimento territorial sustentável.

Metodologia

A metodologia adotada neste projeto combinou pesquisa bibliográfica, análise crítica e atuação prática em atividades de extensão e cooperação internacional. Como bolsista PIBIC, a atuação esteve centrada em dois eixos: a articulação interinstitucional dos projetos de cooperação internacional entre Nísia Floresta (RN) e Holzwickede (Alemanha), e a realização dos encontros do Fórum Potengi (2024 e 2025). As atividades metodológicas incluíram:

Apoio à organização de eventos, com atuação em credenciamento, ambientação e suporte operacional;

Registro fotográfico e audiovisual dos encontros do Fórum Potengi, gerando documentação visual para fins institucionais e acadêmicos;

Desenvolvimento de identidade visual e materiais gráficos utilizados na comunicação oficial do Fórum;

Colaboração na elaboração de pitch institucional apresentado na Alemanha, em 2024, com foco na revitalização ambiental e no turismo sustentável;

Apoio à comunicação estratégica e na revisão estética de materiais institucionais;

Proposição de possibilidades de aplicação de técnicas de inteligência artificial para monitoramento ambiental, análise territorial e visualização de impactos socioambientais.

Resultados e Discussões

As atividades desenvolvidas resultaram em contribuições concretas para a visibilidade e consolidação do projeto. A cobertura fotográfica produziu um acervo documental relevante, utilizado em relatórios, materiais de divulgação e como instrumento de memória coletiva das ações. O desenvolvimento da identidade visual do Fórum Potengi, em 2025, fortaleceu sua presença pública e contribuiu para sua consolidação como espaço de governança territorial participativa.

A participação no pitch institucional apresentado na Alemanha representou um avanço na articulação internacional, possibilitando o diálogo sobre gestão sustentável de recursos hídricos e cooperação acadêmica. Do ponto de vista prático, essas ações reforçaram a integração entre universidade, poder público e sociedade civil, contribuindo para a construção colaborativa de propostas de desenvolvimento sustentável.

A discussão teórica evidencia que tais práticas refletem os desafios do turismo crítico em contextos de desigualdade social e fragilidade institucional. Ao mesmo tempo em que o turismo é promovido como vetor de conservação e desenvolvimento, suas dinâmicas podem gerar conflitos territoriais e socioambientais. Nesse sentido, os resultados práticos alcançados pelo projeto mostram-se alinhados às perspectivas de justiça ambiental e de educação crítica, ao promoverem espaços de debate participativo e de visibilidade para atores comunitários.

Por fim, ainda que em estágio inicial, as propostas de aplicação de inteligência artificial indicam um caminho de inovação para o campo do turismo crítico, abrindo possibilidades para o monitoramento participativo, a análise de dados ambientais e a educação interativa.

Conclusão

Conclusão

A participação no projeto “Desenvolvimento e tempo livre no Brasil: uma análise discursiva à luz do turismo crítico”, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), representou uma experiência formativa fundamental tanto no campo técnico quanto conceitual. Ao longo do período de vigência da bolsa, minha atuação esteve voltada à documentação visual, apoio à organização de eventos e à comunicação institucional, com destaque para os dois encontros do Fórum Potengi, realizados em 2024 e 2025, e para a colaboração no pitch apresentado na Alemanha, no contexto da parceria entre Nísia Floresta e Holzwickede.

Essas atividades me permitiram aplicar competências práticas em contextos interdisciplinares e multiculturais, ao mesmo tempo em que aprofundi minha compreensão sobre os desafios do desenvolvimento sustentável, justiça ambiental e

gestão participativa dos territórios turísticos. A produção fotográfica, por exemplo, foi mais do que um registro técnico, serviu como instrumento de visibilidade, articulação e memória coletiva das ações realizadas. Da mesma forma, a construção da identidade visual do Fórum Potengi em 2025 contribuiu para fortalecer sua presença pública como espaço de debate e formulação política.

Ainda que as propostas de uso de inteligência artificial aplicadas ao projeto estejam em estágio de ideação, essa dimensão representa uma importante perspectiva futura de inovação no campo do turismo crítico, especialmente no que se refere à análise de dados ambientais, ao monitoramento participativo e à educação interativa.

Por fim, a experiência reforçou a importância da pesquisa aplicada como ferramenta de transformação social e da atuação do bolsista como agente ativo na construção de soluções colaborativas. O vínculo entre universidade, poder público e sociedade civil, experimentado nesse projeto, confirma a relevância da iniciação científica como espaço estratégico para a formação crítica, criativa e engajada de estudantes de graduação.

Além disso, já no final do período de vigência da bolsa, participei da reunião extraordinária do Comitê da Região Hidrográfica do Potengi (julho de 2025), representando o Fórum Potengi na apresentação do projeto minerário Ferro Potiguar. Essa atividade demonstrou a importância da atuação crítica e vigilante diante de grandes empreendimentos, alinhando-se aos valores do turismo crítico e ao compromisso com o desenvolvimento ambientalmente justo e socialmente dialogado.

Referências

1. IBGE (dados populacionais e territoriais de Nísia Floresta)
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades: Nísia Floresta (RN). Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/nisia-floresta/panorama>. Acesso em: 22 jun. 2025.
2. GWEC (dados sobre energia eólica no RN)
GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL (GWEC). Global wind report 2022. Bruxelas: GWEC, 2022. Disponível em: <https://gwec.net/global-wind-report-2022/>. Acesso em: 22 jun. 2025.
3. ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico (complemento nacional sobre geração de energia)
OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). Boletim de Geração Eólica. Brasília: ONS, 2023. Disponível em: <https://www.ons.org.br/>. Acesso em: 22 jun. 2025.
4. HAJER, Maarten A.
HAJER, M. A. The politics of environmental discourse: ecological modernization and the policy process. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HAJER, M. A. Doing discourse analysis: coalitions, practices, meaning. In: van den Brink, M.; Metze, T. (org.). Words matter in policy and planning: discourse theory and method in the social sciences. Utrecht: Netherlands Graduate School of Urban and Regional Research, 2006. p. 65–74.

5. CARLEY, Sanya; KONISKY, David M.
CARLEY, S.; KONISKY, D. M. Energy justice: goals, policies, and mechanisms. Energy Policy, v. 105, p. 1–6, 2020. DOI: 10.1016/j.enpol.2020.111111.

DIAS, A. A. et al. Panorama das atividades de Educação Ambiental em Unidades de Conservação: uma revisão sistemática em meta-análise. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 58, p. 316–335, 2023. DOI: 10.5380/dma.v58i0.89675.

BOSA, Cláudia Regina; COSTA, Ana Lucia da. Panorama das atividades de educação ambiental em unidades de conservação: uma revisão sistemática em meta-análise. Revista Monografias Ambientais – REMOA, v. 13, n. 4, p. 3610–3622, 2014.

HOFFMAN, Jesse et al. Working to align energy transitions and social equity: An integrative framework linking institutional work, imaginaries and energy justice. Energy Research & Social Science, v. 82, 2021.

JENKINS, Kirsten et al. Humanizing sociotechnical transitions through energy justice: An ethical framework for global transformative change. Energy Policy, v. 117, 2018.

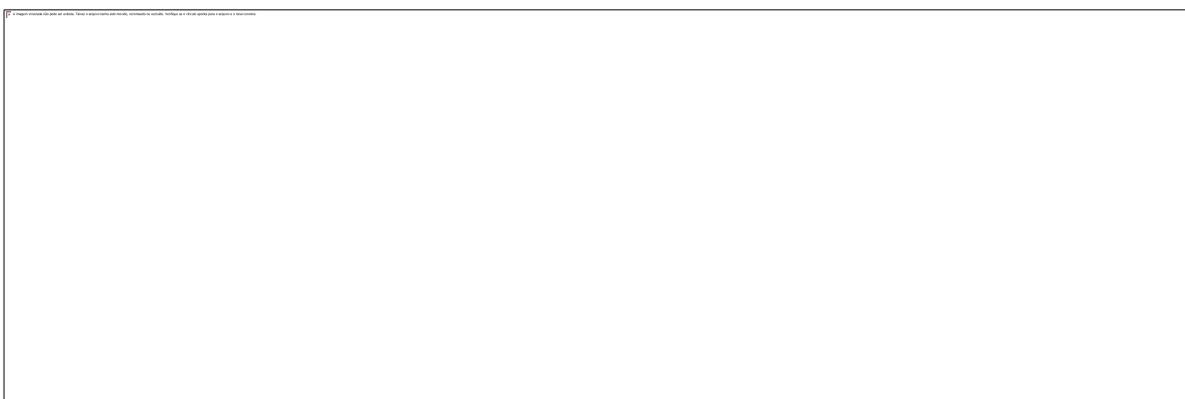
MEDEIROS, Márcio; NASCIMENTO, Elimar. Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro. Caderno Virtual de Turismo, v. 10, n. 3, p. 46–60, 2010.

SILVA, Silvana Crisostomo da. Desenvolvimento sustentável e os conflitos socioambientais provocados pela mineração sob a insígnia do capitalismo dependente. Revista Katálisis, v. 24, n. 1, p. 108–125, 2020.

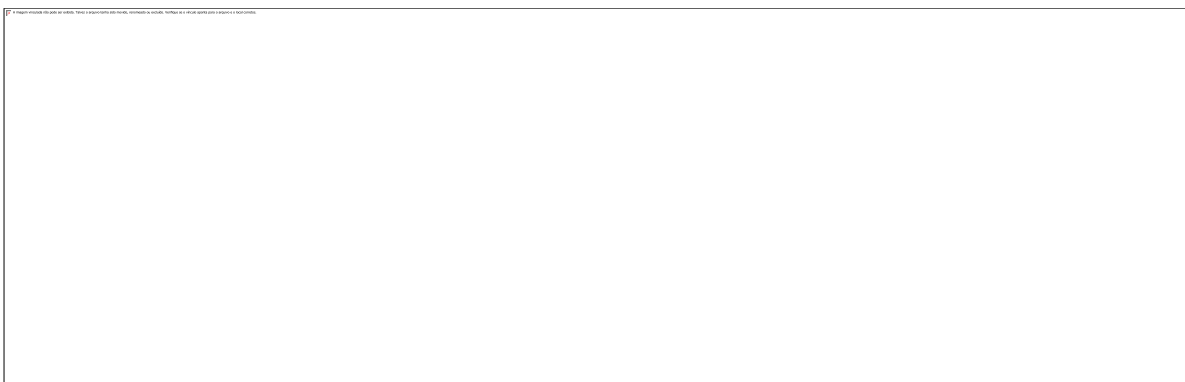
SOARES, Ilton A. et al. Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu – RN. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 11, n. 2, p. 490–509, 2018.

WOLF, Isabelle D. et al. Nature Conservation and Nature-Based Tourism: A Paradox? Environments, v. 6, n. 9, 2019.

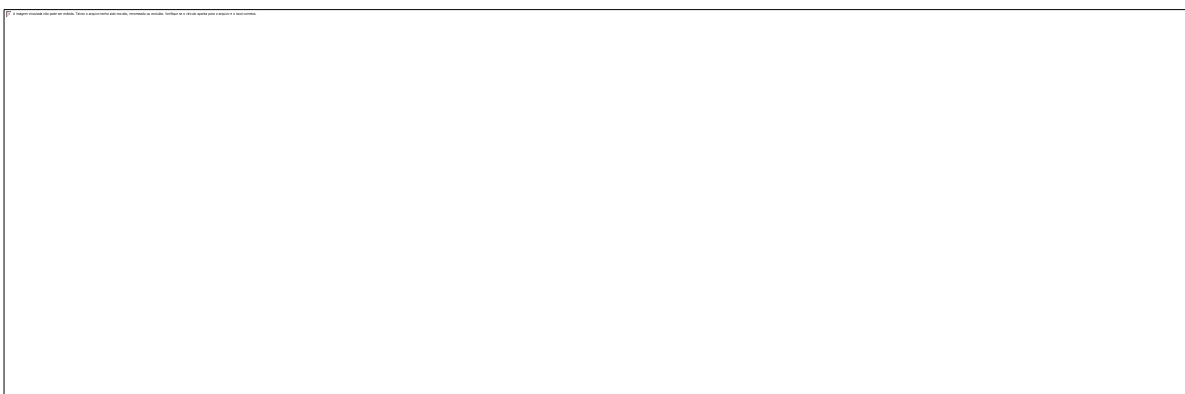
Anexos



Desenvolvimento e tempo livre no Brasil: uma análise discursiva à luz do turismo crítico



Fotos evento



Fotos evento2

Este espaço é reservado para o conteúdo. Não é permitido o uso de imagens, textos ou outros elementos que possam interferir na leitura do conteúdo.

Encontro Alemanha

CÓDIGO: HS0446

AUTOR: KEREN MENDES SILVA

ORIENTADOR: ALMIR FELIX BATISTA DE OLIVEIRA

TÍTULO: Turismo cultural e usos sociais do Centro Histórico de Natal: desafios e perspectivas para o patrimônio.

Resumo

A pesquisa sobre o Centro Histórico de Natal, tombado pelo IPHAN em 2010, analisou seus usos sociais e desafios de preservação. Utilizando análise documental, Educação Patrimonial e História Oral, buscou compreender a relação entre patrimônio, comunidade e turismo. Como resultado prático, foi criada uma roteirização temática (religiosa, boêmia, cascudiana, cultural e histórica), apresentada a estudantes de Turismo da UFRN. O estudo concluiu que o turismo cultural, aliado à participação comunitária e à economia criativa, pode fortalecer a identidade local e promover o desenvolvimento sustentável do território.

Palavras-chave: Patrimônio; Economia Criativa; identidade local; roteirização;

TITLE: Cultural Tourism and Social Uses of the Historic Center of Natal: Challenges and Perspectives for Heritage

Abstract

The research on the Historic Center of Natal, listed by IPHAN in 2010, examined its social uses and preservation challenges. Through documental analysis, Heritage Education, and Oral History, it investigated the relationship between heritage, community, and tourism. As a practical result, a thematic tourist itinerary (religious, bohemian, cascudiano, cultural, and historical) was developed and presented to Tourism students at UFRN. The study concludes that cultural tourism, combined with community participation and the creative economy, can strengthen local identity and promote the sustainable development of the territory.

Keywords: Heritage; Creative Economy; Local Identity; Itinerary Planning

Introdução

O Centro Histórico de Natal é reconhecido como um espaço de grande relevância cultural, histórica e social, que foi tombado pelo IPHAN em 2010, onde reúne diversas edificações de estilos arquitetônicos variados, memórias coletivas e práticas culturais cotidianas. Pensando dessa forma, a preservação e os usos sociais de um patrimônio cultural material e imaterial como o Centro Histórico apresentam diversos desafios, em que exigem um diálogo extenso entre políticas públicas, comunidades locais e o turismo.

Segundo Oliveira (2016, p. 45), o patrimônio cultural deve ser compreendido como um bem material ou imaterial que proporciona sentimento de pertencimento a uma coletividade, não se restringindo à oficialidade cristalizadora, mas abrangendo diferentes formas de significação. Canclini (2003, p. 203) reforça que um patrimônio reformulado pelos seus usos sociais deve assumir conflitos e envolver diversos setores, contribuindo para consolidar a nação em um projeto histórico solidário.

Seguindo essa lógica, o turismo cultural surge como uma prática estratégica que visa valorizar, promover e também preservar o patrimônio, a ponto de impulsionar diretamente o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável. O Ministério do Turismo (2010, p. 15) define o turismo cultural como as atividades relacionadas à vivência de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural, destacando bens materiais e imateriais da cultura. Partindo desse entendimento, a pesquisa desenvolvida no âmbito do PPGTUR/UFRN não só investigou documentos e práticas de preservação, como também se concretizou em uma “Atividade prática de roteirização turística no Centro Histórico de Natal”, contemplando assim, diferentes segmentos (como religioso, boêmio, cascadiano, cultural e histórico), posteriormente apresentados aos estudantes da graduação em Turismo da UFRN.

Metodologia

A pesquisa se baseou em um levantamento, leitura e análise de diversos documentos acadêmicos (teses, dissertações, artigos) que foram produzidos tanto na UFRN quanto em outras instituições, tais como em fontes oficiais do IPHAN, Fundação José Augusto e na Prefeitura de Natal. Durante a pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011) para que pudéssemos analisar como os conceitos de patrimônio e turismo cultural são normalmente mobilizados nos documentos e políticas públicas. Além disso, durante a pesquisa, também foram aplicados princípios de Educação Patrimonial (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999) e Inventários Participativos, que foram utilizados em diálogos com as comunidades locais, visando assim compreender melhor os usos sociais do patrimônio. Além disso, recorreu-se à História Oral (Alberti, 2004) que por meio de diversas entrevistas temáticas e de histórias de vida, nos buscamos captar as percepções dos moradores, comerciantes e agentes culturais sobre os principais processos de preservação e apropriação do Centro Histórico.

Por fim, em uma atividade aplicada, foi elaborado uma Roteirização temática no Centro Histórico de Natal, que foi organizado em diferentes eixos (religioso, boêmio, cascadiano, cultural e histórico). Esse roteiro por si só, era um resultado parcial da pesquisa e foi apresentado diretamente a estudantes de graduação em Turismo da UFRN,

possibilitando assim um maior entendimento prático de como um planejamento turístico e interpretação patrimonial devem ser.

Resultados e Discussões

De acordo com os resultados da pesquisa, fica claro que ela não se limitou a somente uma análise documental e teórica, mas que também se materializou na Construção de um roteiro turístico para o Centro Histórico de Natal, que foi organizado em diferentes segmentos de interesse, como: religioso, boêmio, cascudiano, cultural e histórico. Nessa perspectiva, o segmento religioso destacou principalmente às igrejas seculares e as diversas manifestações de fé como a Festa de Nossa Senhora da Apresentação. O boêmio por outro lado, explorou com mais afinco o Beco da Lama e os diversos espaços de sociabilidade ligados à música, gastronomia e lazer. O cascudiano por sua vez, foi inspirado na obra de Luís da Câmara Cascudo, que trouxe diversas referências às tradições populares e ao patrimônio imaterial. Além disso, também foram considerados alguns segmentos culturais mais amplos, como o gastronômico e artístico, que também foram evidenciados na diversidade do Centro Histórico.

Esse roteiro por isso só, foi apresentado na UFRN para estudantes da graduação em Turismo, possibilitando assim um exercício prático de como uma interpretação patrimonial, planejamento turístico e valorização cultural devem ser. A atividade em questão aproximou bastante teoria da prática, onde que, ao mesmo tempo em que estimulou os discentes a refletirem sobre o potencial de uso turístico do Centro Histórico como ferramenta de preservação, também fortaleceu a identidade local do mesmo. Após a análise, ficou claro que, apesar do tombamento, muitas edificações carecem de uma manutenção constante, e que também há diversas tensões entre processos de revitalização e riscos de gentrificação. Pensando nesse contexto, a economia criativa surge como uma grande possibilidade de um uso mais sustentável, valorizando assim a cultura local sem desconsiderar os residentes. Como destaca Murta e Goodey (2002, p. 14), a interpretação do patrimônio deve ir além da comunicação factual, revelando significados e criando vínculos emocionais com visitantes e comunidades.

Outro ponto discutido foi a grande necessidade de termos uma roteirização turística responsável, que consiga incorporar tanto os patrimônios tangíveis quanto os intangíveis, de modo que em possa fortalecer a identidade local. Experiências como as de Salvador e Olinda demonstram que a articulação entre turismo cultural, patrimônio e economia criativa pode potencializar o desenvolvimento regional (Oliveira, 2012).

Conclusão

A realização da Roteirização temática do Centro Histórico de Natal e a sua apresentação para estudantes da UFRN evidenciaram claramente o quanto importante o turismo cultural

é, e a grande margem para desenvolvido que o mesmo tem, partindo múltiplas abordagens, que respeitem a diversidade de manifestações existentes no território. Além de também fortalecer o vínculo entre a academia e a realidade local, onde a experiência demonstrou que a roteirização, quando dialogada e bem feita com a comunidade e também sendo bem pautada na preservação, pode se tornar uma estratégia muito eficaz para unir tanto a Educação patrimonial, quanto o desenvolvimento turístico e a valorização cultural.

Assim, reafirma-se a grande necessidade de compreender o Centro Histórico não apenas como um espaço tombado, mas também, como um território vivo, em constante transformação, que deve ser destinado tanto a moradores quanto a visitantes.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed.

São Paulo: Edusp, 2003.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999.

MURTA, Stela Maris; GOODEY, Brian. Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento. Tese (Doutorado) – PUC-SP, 2016.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Memória, história e patrimônio histórico. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012

CÓDIGO: HS0470

AUTOR: LEONARDO DA SILVA MENDONCA

ORIENTADOR: FABRICIO GERMANO ALVES

TÍTULO: OBRIGATORIEDADE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Resumo

O presente trabalho aborda o Direito Educacional, especialmente relacionado à educação ambiental. Diante desse eixo temático, especificamente a questão da educação ambiental em todos os níveis de ensino e sua normatização. Nesse contexto, em sociedades com a necessidade de consolidação de uma cultura sustentável e conscientização crítica acerca da participação ativa na mitigação de problemas do meio ambiente, é imprescindível a formação de um corpo social ecologicamente responsável. Surge nesse cenário a problemática quanto à fundamentação jurídica da obrigatoriedade da abordagem do tema da educação ambiental no ensino brasileiro. Tem-se como objetivo deste trabalho examinar a normatização da educação ambiental no Brasil, ressaltando suas bases legais, sua obrigatoriedade e os agentes encarregados de sua execução e supervisão. Como procedimentos metodológicos foram adotados a pesquisa de natureza aplicada, com objetivo descritivo, e abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e legislativa como técnicas de coleta de dados. Conclui-se que a Constituição federal, em seu artigo 205, §1º, inciso VI, estabelece a obrigatoriedade do ensino da educação ambiental e a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999 regulamenta esse direito assegurando-o em todos os níveis de ensino e em todas as modalidades, sendo o Órgão Gestor criado pela PNEA, os órgãos do SISNAMA e a sociedade civil responsáveis pela fiscalização e garantia da efetivação desse direito na educação nacional.

Palavras-chave: Direito; educação; meio ambiente.

TITLE: MANDATORY ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM

Abstract

This paper addresses Educational Law, especially related to environmental education. Given this thematic axis, specifically the issue of environmental education at all levels of education and its standardization. In this context, in societies that need to consolidate a sustainable culture and raise critical awareness about active participation in mitigating

environmental problems, the formation of an ecologically responsible social body is essential. In this scenario, the problem arises regarding the legal basis for the mandatory approach to the topic of environmental education in Brazilian education. The objective of this paper is to examine the standardization of environmental education in Brazil, highlighting its legal bases, its mandatory nature and the agents in charge of its implementation and supervision. Applied research with a descriptive objective and a qualitative approach based on bibliographic and legislative review as data collection techniques were adopted as methodological procedures. It is concluded that the Federal Constitution, in its article 205, §1º, item VI, establishes the mandatory teaching of environmental education and Federal Law No. 9,795, of April 27, 1999 regulates this right, ensuring it at all levels of education and in all modalities, with the Managing Body, the SISNAMA bodies and civil society being responsible for monitoring and guaranteeing the implementation of this right in national education.

Keywords: Rights; education; environmental.

Introdução

A educação ambiental constitui um instrumento essencial para a formação de cidadãos críticos e engajados na preservação dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2016). No Brasil, esse direito está garantido pela Constituição federal de 1988, que estabelece, em seu artigo 225, a necessidade de promover a conscientização ambiental em todas as etapas do ensino (Brasil, 1988). Além disso, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamenta e direciona as ações voltadas para a educação ambiental, reforçando seu caráter interdisciplinar e obrigatório nos currículos escolares (Dias, 2023). O direito à educação ambiental, além de possuir respaldo legal, também é consolidado por meio de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), em seu Princípio 19, e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), na Agenda 21 – Capítulo 36, que destacam a importância da educação como ferramenta para a mitigação dos impactos ambientais e a construção de sociedades sustentáveis. Nesse contexto, a educação ambiental não deve ser entendida como uma disciplina isolada, mas sim como um eixo transversal nos processos educativos, permitindo uma abordagem crítica e reflexiva sobre as interações entre sociedades e meio ambiente (Carvalho, 2016). A efetivação desse direito, contudo, enfrenta desafios relacionados à implementação de políticas públicas eficazes, à capacitação de educadores e à fiscalização das diretrizes estabelecidas pela PNEA (Sauvé, 2008). Assim, é fundamental compreender o arcabouço jurídico e os mecanismos de regulamentação da educação ambiental no Brasil, bem como avaliar os impactos e entraves na sua aplicação. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a regulamentação da educação ambiental no país, destacando seus fundamentos normativos, sua obrigatoriedade e os agentes responsáveis por sua implementação e fiscalização.

Metodologia

Como procedimentos metodológicos foram adotados a pesquisa de natureza aplicada, com objetivo descritivo, e abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e legislativa como técnicas de coleta de dados.

Resultados e Discussões

Segundo Moreira (2022), os direitos básicos, incluindo o direito à educação, evoluem ao longo da história, refletindo as mudanças das sociedades e o crescimento das necessidades sociais. No Brasil, essa evolução pode ser vista desde a primeira Constituição do período imperial, a de 1824, que já destacava a importância de prover educação pública (Brasil, 1824). Contudo, nesse período, o acesso à educação estava limitado a certos grupos sociais, marginalizando a maior parte da população, especialmente escravos e indivíduos de baixa renda (Cicco, 2023). Nesse cenário, é possível salientar que a Constituição de 1934 representou um progresso considerável, ao estabelecer o ensino fundamental como obrigatório e gratuito, além de estabelecer a cooperação entre a União, os Estados e os Municípios no financiamento da educação (Poletti, 2012). Este modelo foi em parte preservado em Constituições posteriores, porém sofreu reduções durante o período do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar (1964-1985), quando a centralização do ensino e a valorização da formação técnica eliminaram parte dos direitos educacionais (Saviani, 2021). Sob esse prisma, é imprescindível destacar que a Constituição federal de 1988 assegurou a educação como um direito fundamental, estipulando, em seu artigo 206, inciso IV, que o ensino fundamental deve ser universal, gratuito e de alta qualidade, além de definir, no artigo 205, a educação como uma responsabilidade conjunta do Estado e da família. Na Constituição federal de 1988, também foi estabelecido por meio do artigo 205 que a educação deve fomentar o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho. Ademais, a Constituição federal tornou a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio obrigatórios em seu artigo 208, expandindo consideravelmente a abrangência desse direito. Além disso, outro elemento essencial ao ordenamento jurídico pátrio é a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Ela regulamenta os direitos assegurados pela Constituição federal (artigos 205, 206 e 208), e estabelece as obrigações da União, Estados e Municípios na oferta de educação básica e superior por meio de seu Título IV que trata sobre a organização da educação nacional. Esta lei consolidou princípios fundamentais, tais como a descentralização administrativa da educação (arts. 8º, 11, 15 e 16), o reconhecimento dos profissionais da área (arts. 61 e 67), e a inclusão de indivíduos com deficiência no sistema de ensino, (art. 4º, inciso III e arts 58 e 59). Ademais, ao longo dos anos, várias políticas governamentais foram postas em prática para assegurar o acesso universal à educação (Saviani, 2021), como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que foi instituído como instrumento permanente de financiamento da educação pública por meio da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), fundado pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. No Brasil, essas políticas, tais como o FUNDEB, têm desempenhado um papel crucial na universalização do ensino e na elevação da qualidade da educação (Jaccoud, 2005). Criado como sucessor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério (FUNDEF), o FUNDEB ampliou o escopo de financiamento, abrangendo toda a educação básica e garantindo uma distribuição mais equitativa dos recursos entre os Estados e Municípios (Hirata, 2022). Para Amartya Sen (2010), a educação é um componente crucial para o crescimento das liberdades individuais e coletivas, impactando diretamente o progresso humano. A educação não apenas capacita os indivíduos para melhores oportunidades econômicas, mas também amplia suas capacidades de participação social e política, permitindo que exerçam plenamente sua cidadania e contribuam para o desenvolvimento de sociedades mais justas e equitativas (Sen, 2010). Vale salientar, sob outra perspectiva, que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1975) examinam a educação como um ambiente de perpetuação das desigualdades sociais. Segundo os autores, o sistema educacional tende a reproduzir as estruturas sociais existentes, favorecendo aqueles que já possuem capital cultural e social acumulado. Dessa forma, as escolas não operam de forma neutra, mas sim como espaços onde os privilégios de certas classes sociais são mantidos e reforçados. Para mitigar esse efeito, políticas públicas, como as citadas anteriormente, são essenciais para a democratização do acesso e para assegurar a equidade na educação oferecida, promovendo mecanismos que reduzam as barreiras impostas por fatores sociais e econômicos (Saviani, 2008). Embora tenha havido progressos normativos, ainda existem desafios, principalmente em relação à qualidade da educação, ao reconhecimento dos profissionais da área e à inclusão de grupos historicamente marginalizados, como os indígenas, quilombolas e indivíduos com necessidades específicas (Saviani, 2021). Estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) indicam que a desistência escolar e a desigualdade no aprendizado são problemas estruturais que demandam políticas públicas constantes e eficientes (INEP, 2021). Nesse contexto, segundo Paulo Freire (2019), a educação deve ser um instrumento de emancipação, fomentando a consciência crítica e possibilitando a mudança social. Portanto, a educação não deve se limitar apenas a preparar para o mercado laboral, mas também permitir a prática completa da cidadania. Dessa forma, para que a educação cumpra seu papel transformador, é necessário que políticas públicas garantam investimentos na infraestrutura das escolas, na capacitação docente e na ampliação do acesso à educação em todas as etapas da vida (Saviani, 2008). Além disso, para Paulo Freire (2019) é fundamental que o currículo escolar contemple não apenas conteúdos técnicos e científicos, mas também questões relacionadas aos direitos humanos, à diversidade cultural e ao pensamento crítico. No mesmo sentido, conforme Sauvé (2008), a educa  o ambiental deve ultrapassar a simples dissemina  o de conhecimento técnico, promovendo uma perspectiva sistêmica dos problemas ambientais e promovendo a  es individuais e coletivas em prol da sustentabilidade. Visto isso,    importante que haja um ensino contextualizado, que dialogue com a realidade dos alunos e os motive a atuar como agentes de mudança (Freire, 2019). Desse modo, a educa  o desempenha um papel central na redu  o das desigualdades sociais, proporcionando oportunidades para que indivíduos de diferentes contextos possam ascender social e economicamente. Programas de inclusão, como cotas universitárias e bolsas de estudo, são exemplos de outras formas de políticas que buscam corrigir desigualdades históricas e ampliar o acesso ao ensino superior para grupos marginalizados (Saviani, 2008). Sob esse contexto, o direito    educa  o no Brasil emerge como um pilar fundamental para o desenvolvimento do país, exigindo constante aprimoramento das políticas educacionais e o compromisso do Estado e das sociedades para sua efetiva  o (Oliveira, 1999). Além disso, conforme Saviani (2021),    fundamental reconhecer que a educa  o não se limita apenas ao ambiente escolar tradicional, mas deve incorporar experiências práticas e tecnológicas que reflitam as demandas

contemporâneas, abrangendo uma abordagem interdisciplinar capaz de formar indivíduos críticos, autônomos e preparados para contribuir ativamente na construção de sociedades mais justas e desenvolvidas. Nesse contexto, insere-se a pertinente, e adjacente, temática do direito à educação ambiental que consiste em um direito fundamental estabelecido na legislação brasileira, por meio do artigo 225, §1º, inciso VI, da Constituição federal e pela Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, tendo um papel fundamental na construção de sociedades sustentáveis e cientes de suas obrigações socioambientais (Silva, 2021). Além disso, há também tratados internacionais em que o país é signatário, que abordam a educação ambiental como um direito humano e uma necessidade para o desenvolvimento sustentável e para a conscientização ecológica como a Conferência de Estocolmo (1972), em seu Princípio 19, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), no Princípio 22. Em seu artigo 225, a Constituição federal determina que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, atribuindo ao poder público e à comunidade a responsabilidade de protegê-lo e preservá-lo para as gerações atuais e vindouras. Ademais, o § 1º, inciso VI, deste mesmo artigo, ressalta a importância de incentivar a educação ambiental em todas as etapas de ensino, bem como a sensibilização da população para a proteção do meio ambiente. Esta cláusula constitucional enfatiza a noção de que a educação ambiental não deve ser vista apenas como um tópico isolado, mas como um eixo transversal nas políticas de educação (Leite, 2012). A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) estabelecida pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, constitui um marco legal essencial para a promoção da educação ambiental no Brasil. Esta disposição normativa regulamenta o artigo 225 da Constituição federal, enfatizando, em seu artigo 3º, a obrigação do Estado e da comunidade na sua salvaguarda e conservação. A PNEA estabelece no artigo 2º da mencionada lei a educação ambiental como um elemento fundamental e contínuo da educação do país, devendo ser incorporada em todas as etapas e formas de ensino, além das atividades educativas não formais. A Lei define princípios, metas e orientações para a execução da educação ambiental no território nacional. Vale ressaltar também que, dentre seus princípios fundamentais, é destacada no artigo 5º, inciso V, a importância de aprimorar o entendimento sobre as questões socioambientais, incentivando a participação ativa da comunidade na formação de uma cultura sustentável (Brasil, 1999). No âmbito da educação formal, a PNEA estabelece nos incisos do artigo 4º que a educação ambiental deve ser trabalhada de maneira transversal, alinhada aos diversos componentes curriculares, e não como uma disciplina autônoma. Esta perspectiva interdisciplinar é crucial para que a educação ambiental não se restrinja a um único domínio do saber, mas se estenda a várias áreas, promovendo um entendimento abrangente e contextual dos problemas ambientais. De acordo com Jacobi (2003), a educação ambiental transversal permite uma conexão entre os elementos ecológicos, sociais, políticos e econômicos, promovendo uma perspectiva crítica e transformadora. Além disso, a Política Nacional de Educação Ambiental, por meio do artigo 4º, incisos I, III e VIII, não só valoriza o ensino formal, mas também as práticas de educação ambiental não formal, promovendo iniciativas em ambientes comunitários, entidades da sociedade civil, empresas e entidades governamentais. Essas ações são essenciais para a formação de uma cidadania ambiental ativa, onde pessoas e comunidades possam participar diretamente na resolução de questões ambientais locais, regionais e mundiais, conforme Dias (2023). Dessa forma, reafirma-se a necessidade da concretização dessas ações por meio de políticas públicas. Entretanto, a implementação da PNEA encontra obstáculos, principalmente em relação à execução de políticas públicas eficientes e à formação de educadores para abordar a questão ambiental de maneira transversal e interdisciplinar. Embora haja progressos

normativos, persistem desafios na incorporação da educação ambiental aos programas escolares e na obtenção de recursos para sua implementação efetiva (Sauvé, 2008). Os objetivos da educação ambiental são variados e têm como propósito formar cidadãos críticos, engajados e aptos a intervir na solução de questões ambientais. Ressaltando-se, dessa forma, o conceito de que a educação deve fomentar a conscientização e a mudança social, atuando como um meio para a emancipação das pessoas (Freire, 2019). No âmbito ambiental, essa visão crítica é crucial para que os indivíduos possam entender as origens estruturais dos problemas ecológicos e procurar soluções integradas e eficientes. Além disso, também se justifica a importância da educação ambiental nas sociedades brasileiras devido aos desafios ambientais que o país enfrenta, tais como o desmatamento, a poluição e as alterações climáticas. De acordo com Jacobi (2003) a educação ambiental deve fomentar o raciocínio sistêmico, incentivando uma perspectiva unificada dos problemas ambientais e incentivando atitudes sustentáveis tanto no nível pessoal quanto coletivo. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 2015) enfatiza a importância da educação ambiental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente em relação ao Objetivo 4 (Qualidade na Educação) e ao Objetivo 13 (Combate às Alterações Climáticas Globais). Segundo Genebaldo Freire Dias (2023), a educação ambiental deve ir além da simples transmissão de conhecimentos teóricos e promover a participação ativa dos alunos em ações concretas voltadas para a sustentabilidade, estimulando a adoção de comportamentos ecologicamente responsáveis, incentivando práticas como o consumo consciente, a economia de recursos naturais, a reciclagem de resíduos e a preservação da biodiversidade, havendo, nesse contexto, uma aprendizagem ambiental experiencial, permitindo que os alunos se envolvam diretamente em projetos ecológicos, como hortas escolares, campanhas de reflorestamento e programas de monitoramento ambiental. Neste cenário, a inclusão da educação ambiental no currículo escolar e em iniciativas comunitárias é crucial para assegurar o progresso sustentável e a conservação dos recursos naturais. Em resumo, a concretização do direito à educação ambiental no Brasil é uma obrigação legal e social destinada a assegurar o equilíbrio ecológico, o desenvolvimento sustentável, a conscientização ambiental e a qualidade do meio ambiente para as gerações atuais e vindouras (Silva, 2021). Portanto, a educação ambiental se apresenta como um recurso crucial na formação de sociedades mais conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.

Conclusão

Ao longo do presente estudo, constatou-se que o direito à educação ambiental encontra respaldo fundamental na Constituição Federal de 1988, sendo reconhecido como um elemento essencial para a construção de uma sociedade sustentável e ecologicamente consciente. Em seu artigo 225, §1º, inciso VI, a Constituição estabelece a necessidade de incentivar a educação ambiental em todas as etapas de ensino, bem como a sensibilização da população para a importância da proteção ambiental. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988 não apenas reconhece a relevância da educação ambiental, mas a estabelece como um direito fundamental e um instrumento de transformação social. Essa perspectiva reforça a noção de que a educação ambiental deve ser integrada de forma transversal nas políticas educacionais, promovendo a interdisciplinaridade e estimulando a reflexão crítica sobre os desafios ecológicos contemporâneos. Para que essa previsão constitucional se efetive na prática, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas

eficientes que garantam a implementação de programas educacionais voltados à sustentabilidade, envolvendo a capacitação de professores, a inclusão de temas ambientais nos currículos escolares e a realização de projetos interdisciplinares, consolidando a educação ambiental como um pilar essencial na formação cidadã. Dessa maneira, o reconhecimento constitucional da educação ambiental como um direito fundamental não apenas fortalece a estrutura normativa de proteção ambiental no Brasil, mas também reafirma o papel da educação como ferramenta indispensável para a construção de um futuro sustentável e ecologicamente equilibrado. Além disso, a regulamentação do direito à educação ambiental é assegurada pela Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que estabelece diretrizes para a implementação da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, consolidando-a como um direito fundamental de todos os cidadãos. Dessa forma, reafirma-se o compromisso do Estado em promover o desenvolvimento sustentável por meio da educação, garantindo que essa temática esteja presente tanto no ensino formal quanto no não formal, abrangendo escolas, universidades, comunidades e espaços de formação continuada. Ademais, para a educação ambiental é reconhecida como um componente essencial para a construção de uma sociedade consciente e comprometida com a responsabilidade ambiental, objetivando ir além da simples disseminação de informações sobre ecossistemas e impactos ambientais, pois visa fomentar uma mudança de comportamento e uma cultura de respeito ao meio ambiente. Para isso, é necessário estimular o pensamento crítico, incentivar práticas sustentáveis e promover a participação ativa dos indivíduos na defesa dos recursos naturais e da biodiversidade. Nesse sentido, a Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012, em seu artigo 5º, reforça a necessidade de que a educação ambiental seja pautada.

Referências

- BALEEIRO, Aliomar.; SOBRINHO, Barbosa Lima. **Constituições Brasileiras, Volume V: 1946**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 mar. 2025.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. Acrescenta dispositivos à Constituição Federal para instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 2006.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. 2011.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 de abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cnijma>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 jun. 2012.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

CICCO, Cláudio de. **História do Direito e do Pensamento Jurídico**. 9 ed. Editora: Saraiva Jur, 2023.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental, princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 84 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HIRATA, Guilherme; MELO, Lucas; OLIVEIRA, João Batista. **O Fundeb e a questão da equidade**. Revista Brasileira de Economia. Vol. 76, nº 2, p. 174 - 193, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20220009>. Acesso em: 14 mar. 2025.

INEP. **Relatório Anual 2021**. Brasília, DF: INEP, 2021.

JACCOUD, Luciana; CARDOSO Jr., José Celso. **Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal**. Brasília: Ipea, 2005.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008>. Acesso em: 26 fev. 2025.

LEITE, José Rubens Morato; FERREIRA, Helene Sivini; CAETANO, Matheus Almeida. **Repensando o Estado de Direito Ambiental**. Florianópolis: FUNJAB, 2012.

MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. **Direito à Educação. Fundamento e Prática**, São Paulo: Monergismo, 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 11 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Declaração de Estocolmo)**. Estocolmo: Organização das Nações Unidas, 1972. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 11 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 1992. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 11 mar. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 11, p. 61-74, ago. 1999. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781999000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 12 mar. 2025.

POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras: 1934**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2012. v. III.

SAUVÉ, L. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 317-322, 2005.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental**. In: Sato, M. Carvalho; Educação Ambiental: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara e Onze Teses sobre Educação e Política**. 40. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2008. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 5.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Clécio Danilo Dias da. **Educação ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**: investigações, desafios e perspectivas futuras. Curitiba: Editora Bagai, 2021.

CÓDIGO: HS0471

AUTOR: LARYSSA LEWY PALHARES SILVA

COAUTOR: MARIA LUIZA PACHECO DOS SANTOS

ORIENTADOR: HIRONOBU SANO

TÍTULO: Laboratórios de inovação no setor público brasileiro: Análise e perspectivas do website LISP

Resumo

Nos anos recentes, a gestão governamental tem experimentado mudanças significativas, buscando deixar para trás o antigo modelo burocrático e implementar ações mais eficazes, abertas e com maior participação da população. É nesse cenário que aparecem os Laboratórios de Inovação no Setor Público (Lisp), locais dedicados a desenvolver ideias inovadoras para enfrentar problemas complexos. Inspirados em iniciativas de outros países, como o MindLab na Dinamarca e a Nesta no Reino Unido, os Lisp ganharam força no Brasil a partir de 2010, sendo oficializados pela Lei do Governo Digital de 2021. Hoje, há mais de 200 laboratórios espalhados pelos três poderes e em diferentes níveis de governo. Este estudo examina o site lisp.ufrn.br, criado como um arquivo digital acadêmico para reunir e divulgar informações sobre esses laboratórios. O método utilizado envolveu a atualização regular do banco de dados, a manutenção e aprimoramento técnico do site e a análise de sua presença online. Os resultados mostram que a plataforma conquistou boas posições em pesquisas orgânicas no Google, sem gastar com anúncios, demonstrando a eficiência das técnicas de SEO e a importância do conteúdo. No entanto, foram encontradas falhas como a falta de coleta detalhada de informações dos usuários, ausência de integração com outras bases de dados públicas e necessidade de melhorias avançadas na parte técnica.

Palavras-chave: Inovação pública; Laboratórios de Inovação; website.

TITLE: Innovation Laboratories in the Brazilian Public Sector: Analysis and Perspectives of the LISP Website

Abstract

In recent years, government management has undergone significant changes, seeking to move away from the traditional bureaucratic model and implement more effective, open

actions with greater citizen participation. Within this context, Public Sector Innovation Laboratories (Lisp) have emerged as spaces dedicated to developing innovative ideas to address complex problems. Inspired by initiatives from other countries, such as MindLab in Denmark and Nesta in the United Kingdom, Lisp gained momentum in Brazil from 2010 onwards, being formalized by the Digital Government Law of 2021. Today, there are more than 200 laboratories spread across the three branches of government and at different levels.

This study examines the website lisp.ufrn.br, created as an academic digital repository to gather and disseminate information about these laboratories. The methodology involved the regular updating of the database, the maintenance and technical improvement of the site, and the analysis of its online presence. The results show that the platform achieved good positions in organic Google searches without spending on ads, demonstrating the efficiency of SEO techniques and the relevance of its content. However, shortcomings were identified, such as the lack of detailed user data collection, absence of integration with other public databases, and the need for advanced technical improvements.

Keywords: Public Innovation; Innovation Laboratories; Website

Introdução

Nas últimas décadas, a administração pública passou por transformações significativas. Após o reconhecimento de que o modelo burocrático tradicional era insuficiente para atender às demandas da sociedade contemporânea, os Estados passaram a buscar maior eficiência, transparência, participação cidadã e inovação. Em meio a esse panorama surgem os Laboratórios de Inovação no Setor Público (Lisp). Esses espaços, cuja proliferação se intensificou nos últimos anos, foram desenvolvidos para elaborar novas formas de gestão. Atuando como agentes de mudança, seu propósito aponta para o desenvolvimento de soluções para desafios complexos, ou “wicked problems”, que demandam estratégias novas e inovadoras. Os laboratórios atuam como ambientes de experimentação com a utilização de metodologias ágeis, design thinking, tecnologias emergentes como as Tecnologias da informação e Comunicação (TICs), web analytics, dentre variadas outras que possam cultivar o impacto no setor público de forma transformadora (Cavalcante et al., 2017, 2019; Werneck et al., 2020; Sano, 2020).

No cenário internacional, a disseminação dessas unidades de inovação tem mostrado um crescimento significativo na última década. Mesmo que Lisp pioneiros, como o MindLab na Dinamarca, já atuassem como referência desde 2002, a ascensão dos laboratórios se deu a partir de 2010. Este exemplo, juntamente a outros, como a Nesta no Reino Unido, inspiraram outros países a criar estruturas semelhantes, a fim de modernizar a administração pública com práticas mais abertas e colaborativas que conectassem o Estado e a sociedade (Cavalcante et al., 2017, 2019; Werneck et al., 2020; Brandalise et al., 2018; Sano, 2020).

Em âmbito nacional, esse movimento impulsionou-se com iniciativas de destaque como o GNova Lab, e teve avanços relevantes no campo da inovação pública, evidenciando a capacidade do governo em criar mecanismos voltados à transformação de práticas burocráticas. Regulamentados pela Lei do Governo Digital de 2021, atualmente, existem pelo menos 209 Lisp espalhados pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, atuando nas esferas federal, estadual e municipal. Experiências como o GNova Lab, o LabHacker da Câmara dos deputados, o Colab-i do Tribunal de Contas da União, o iNovaRn, dentre muitos outros revelam o sucesso da aplicabilidade.

Entretanto, apesar da expansão desse ecossistema, é constatada a ausência significativa de repositórios unificados, públicos e acessíveis que reúnam, organizem e disponibilizem informações a cerca desses laboratórios a nível nacional. A falta de um mapeamento sistematizado dificulta tanto a articulação entre as iniciativas quanto a produção de conhecimento acadêmico e a concepção de políticas públicas baseadas em dados e evidências. Para preencher tal lacuna foi desenvolvido ao longo de 2023 e 2024, por meio do projeto de pesquisa “Laboratórios de Inovação no setor público brasileiro: Onde estão? O que fazem?” (PVE21404-2023/UFRN), o website Lisp (Imagem 1). O seu funcionamento mirou na apresentação da distribuição nacional dos Lisp por meio da base de dados criada e constantemente atualizada pelo pesquisador Hironobu Sano, vinculado ao departamento de administração pública e gestão social (DAPGS). (Cavalcante, 2019; Oliveira et. al., 2023; Werneck et. al., 2020; Silva; Sano, 2024; Santos et. al., 2024).

É nesse cenário que encaixa esse trabalho. Com a renovação do projeto para seu 2º ciclo, o objetivo deste escrito é fortalecer e avaliar os avanços da atuação do website Lisp, idealizado para publicitar por meio da internet os laboratórios de inovação no setor público brasileiro. Seu foco é centralizar as informações sobre os laboratórios de inovação ativos, ampliando sua visibilidade, fortalecendo a governança da inovação pública, apoiando a produção científica sobre o tema e auxiliando na consolidação desse campo de estudo emergente no Brasil.

Metodologia

A metodologia fundamentou-se em três pilares: (i) a atualização do mapeamento sobre os Lisp, (ii) a manutenção e evolução de um website já existente enquanto repositório desses dados e (iii) a análise liminar de impacto e alcance da página na internet.

O primeiro passo consistiu na atualização constante da base de dados sobre os laboratórios de inovação. Essa etapa envolveu a checagem de informações como nome, órgão de vinculação, esfera de poder (executivo, legislativo ou judiciário) e localização geográfica.

Em seguida, o esforço concentrou-se na manutenção e aprimoramento do website em WordPress, plataforma originalmente escolhida por sua flexibilidade, facilidade de gerenciamento de conteúdo e boa performance em termos de indexação em mecanismos de busca (Google, 2025). O trabalho não se restringiu à simples adição de dados, envolveu a manutenção de vida do site, assegurando sua funcionalidade contínua e atualizada. Entre as ações realizadas, destacam-se: a adição de novas funcionalidades, revisão e

substituição de plugins obsoletos, a adequação de temas e elementos visuais para melhorar a navegabilidade, a otimização de páginas para dispositivos móveis, a correção de links quebrados e a implementação de boas práticas de SEO (Search Engine Optimization).

O terceiro eixo envolveu a análise preliminar de impacto da plataforma, especialmente no que diz respeito ao seu potencial de visibilidade e disseminação. Para isso, utilizou-se como critério o ranqueamento orgânico do site no Google, observando sua posição relativa em buscas pelos termos-chave “laboratórios de inovação”, “inovação no setor público”, “laboratórios no setor público” e “laboratórios de inovação no setor público”.

Ao integrar esses três métodos, a abordagem adotada se distancia da pura descrição. Trata-se de um processo contínuo de atualização e manutenção, no qual a própria vitalidade e futuro do website tornam-se objeto de estudo. Manter um repositório atualizado e funcional, em um campo em constante transformação como o de laboratórios de inovação no setor público, é um desafio que exige tanto um olhar sobre os dados quanto a adoção de estratégias de sustentabilidade tecnológica. Assim, a metodologia aqui empregada busca garantir não apenas o registro, mas também base para estratégias futuras a fim de garantir a sobrevivência e relevância de longo prazo da página como instrumento de apoio à pesquisa e à prática em inovação governamental.

Resultados e Discussões

A atualização do mapeamento ocorreu de maneira constante e automática. Isso permitiu que os dados não estivessem obsoletos, com a contínua inserção de novas iniciativas e a remoção daqueles laboratórios que já se encontravam inativos. No que tange a manutenção da página, o processo foi viabilizado por meio de equipamentos de informática e acesso à internet via conexão cabeada, localizados na base de pesquisa do grupo no NEPSA 2.

No que se refere a visibilidade e autoridade digital, o website lisp.ufrn.br, com aproximadamente 2 anos de funcionamento, apresenta um destaque significativo. Ao pesquisar pelo termo “laboratórios de inovação no setor público” ou “laboratórios no setor público”, o site figura como o primeiro resultado orgânico no Google, demonstrando grande relevância e autoridade digital em termos de disseminação de informações sobre esse tema específico. Além disso, para buscas mais amplas que envolvam as palavras “inovação”, “setor público” e “laboratórios”, o site ocupa em grande parte das vezes o top 5 ou top 15 dos resultados indexados do Google, indicando que sua presença vai além de uma consulta específica e se estabelece como referência para pesquisas gerais e específicas sobre inovação no setor público brasileiro.

A visibilidade em mecanismos de busca é um ponto central para a presença digital, uma vez que a conquista de posições de destaque muitas vezes depende de estratégias de marketing de busca (Search Engine Marketing - SEM), que incluem tráfego pago via anúncios digitais. No entanto, o ranqueamento alcançado pelo domínio foi obtido de forma exclusivamente orgânica, sem a alocação de recursos financeiros em publicidade.

Esse desempenho notável é uma evidência direta da eficácia de práticas de SEO on-page e off-page. O sucesso orgânico demonstra que a arquitetura informacional do sítio, a relevância e a autoridade do conteúdo, alinhadas à intenção de busca do usuário, foram os principais fatores de ranqueamento. (Google, 2025; Grapponi; Cauzin, 2011; Formaggio, 2023).

Ainda que perceptível o impacto, relevância e potencial futuro significativos, a página apresenta algumas limitações técnicas e operacionais. Atualmente, não há coleta analítica detalhada de dados sobre os visitantes, o que impede análises detalhadas de tráfego, comportamento de navegação e perfil do público-alvo. Outro desafio é o desenvolvimento de uma arquitetura de algoritmos mais leve que impulse ainda mais a velocidade da página. Outro ponto é a interoperabilidade com outras bases de dados públicas e sistemas de governo, o que poderia permitir análises mais complexas e a integração com indicadores socioeconômicos e culturais. Além disso, funcionalidades avançadas de visualização, blog, e dashboards interativos ou filtros por tipo de atividade e resultados alcançados, ainda não foram implementadas, o que limita o potencial analítico do site.

É possível perceber que o website também pode servir como modelo replicável para outras universidades e instituições que desejem consolidar informações sobre inovação em diferentes setores públicos, mostrando que em infraestrutura digital podem gerar impactos significativos na visibilidade, pesquisa e governança.

Conclusão

O website lisp.ufrn.br consolidou-se como um produto digital acadêmico relevante para o mapeamento e divulgação dos laboratórios de inovação no setor público brasileiro. A plataforma cumpre múltiplas funções, que vão desde a centralização de informações sobre os laboratórios ativos nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) até a possibilidade de download dos dados acessíveis para pesquisadores, gestores públicos e cidadãos interessados em inovação e governança. Ao ocupar posições de destaque em pesquisas orgânicas na internet em apenas 2 anos, o site reforça que iniciativas acadêmicas bem estruturadas podem gerar resultados significativos na disseminação de conhecimento.

Em termos de governança e inovação, o website Lisp contribui para a visibilidade de iniciativas que poderiam permanecer fragmentadas ou pouco conhecidas. Ao disponibilizar informações centralizadas, o website fortalece a capacidade de gestores e instituições compreendam melhor a distribuição e atuação dos laboratórios. Além disso, a ferramenta reforça a posicionamento da UFRN como promotora de soluções digitais inovadoras, evidenciando o compromisso da universidade com a geração e disseminação de conhecimento aplicado à inovação na gestão pública.

As expectativas futuras para o desenvolvimento do site envolvem aprimoramentos técnicos que garantam maior escalabilidade e infraestrutura robusta, permitindo suportar um número crescente de acessos e consultas. Também é fundamental a implementação de mecanismos de coleta de dados estatísticos, como informações sobre perfil dos

usuários, localização geográfica e padrões de engajamento, que possibilitarão análises mais detalhadas sobre o público-alvo e o impacto da plataforma. Um passo adicional importante é a possibilidade de cruzar a distribuição geográfica dos laboratórios com fatores socioeconômicos e culturais, oferecendo um insumo valioso para pesquisas acadêmicas e formulação de políticas públicas orientadas à expansão da inovação em regiões menos atendidas.

Em síntese, o lisp.ufrn.br representa um ponto de encontro entre pesquisa acadêmica, presença digital e serviço público, demonstrando que é possível criar produtos digitais que sejam simultaneamente instrumentos de estudo, ferramentas de transparência e referência nacional em inovação no setor público. O avanço contínuo da plataforma, aliado à análise estratégica dos dados coletados, tem o potencial de fortalecer laboratórios de inovação no setor público e estimular a produção de conhecimento aplicada ao campo de estudo.

Referências

ACEVEDO, S.; DASSEN, N. Innovation for better management: the contribution of public innovation labs. USA: IADB, 2016.

BRANDALISE, I. et al. Colaboração internacional para a inovação: O caso do Gnova e do Mindlab. Brasília: ENAP, 2018.

CALVACANTE, P. et al. Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília : ENAP, 2017.

CAVALCANTE, P. (org.). Inovação e Políticas Públicas: Superando o Mito da Ideia. Brasília: IPEA: 2019.

COSTA, L.; FARIAS, P.; SARAIVA, H. Os desafios da implementação de um laboratório de inovação no Rio Grande do Norte: O caso do iNovaRN. 14º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte. Anais. Natal, 2020. Disponível em: <<https://congesp.rn.gov.br/anais/v-14/OS%20DESAFIOS%20DA%20IMPLEMENTACAO%20DE%20UM%20LABORATORIO.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. 2025.

GOOGLE INC. Webmasters, about Google sitemap. Disponível em: <<https://developers.google.com/search/docs/crawling-indexing/sitemaps/overview?hl=pt-br>>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FORMAGGIO, E. SEO - Search Engine Optimization: Conceitos, práticas e casos importantes. Curitiba: DVS Editora, 2023.

GRAPPONE, J.; COUZIN, G. Search Engine Optmization – an hour a day.

OLIVEIRA, L. D. A.; SOUSA, J. C. Características dos laboratórios de inovação no setor público a nível nacional: uma revisão da literatura. Brasília: Revista do Serviço Público, v. 73, n. 2, p. 339-358, 2022. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/5113>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SANO, H. Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: ENAP, 2020.

SANTOS, L.; SILVA, L.; SANO, H. Laboratórios de inovação no setor público brasileiro: Onde estão?. 35º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica. Anais. Natal, 2024. p. 417-421. Disponível em: <https://cict.propesq.ufrn.br/anais_doc.php?id=634919346>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, L.; SANO, H. Disseminação do mapeamento dos laboratórios de inovação no setor público mediante sítio eletrônico. 35º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica. Anais. Natal, 2024. p. 460-463. Disponível em: <https://cict.propesq.ufrn.br/anais_doc.php?id=634919346>. Acesso em: 20 jul. 2025.

WERNECK, C. et al. Ciclos de vida de laboratórios de inovação pública. Brasília: ENAP, 2020.

Anexos

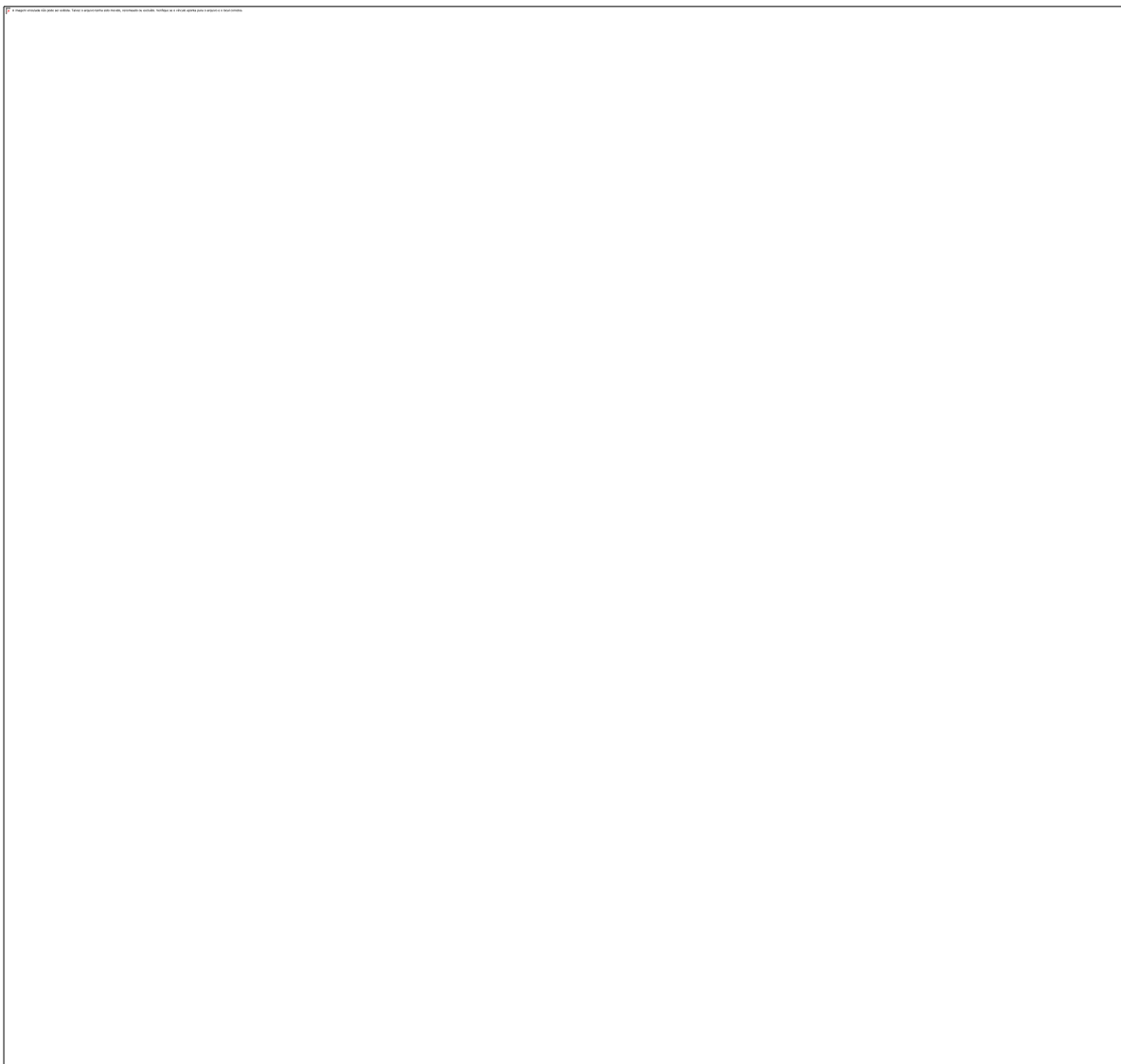


Imagem 1

CÓDIGO: HS0485

AUTOR: ANNA LUISA MEDEIROS NUNES

ORIENTADOR: PEDRO ALVES BARBOSA NETO

TÍTULO: A Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental e seu Guia de Aplicação: subsídios normativos e operacionais para fortalecer o direito de acesso à informação pública

Resumo

A efetivação do direito de acesso à informação pública depende diretamente da capacidade do Estado em organizar seus documentos. Reconhecendo essa premissa, a Organização dos Estados Americanos (OEA) desenvolveu a Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental e seu Guia de Aplicação, instrumentos normativos e técnicos que visam orientar os países-membros na estruturação de políticas arquivísticas alinhadas à transparência e à governança. Contudo, no Brasil, o conhecimento e a apropriação desses documentos ainda são incipientes, limitando seu potencial de contribuição. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, com método de análise documental, tem como objetivo geral apresentar e analisar os principais conteúdos e diretrizes da Lei Modelo e de seu Guia, evidenciando suas contribuições para a melhoria da gestão documental pública. Para tal, o estudo sistematiza os eixos procedimentais da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e do Decreto nº 7.724/2012, e analisa como as recomendações da Lei Modelo e de seu Guia podem subsidiar e fortalecer essas práticas no contexto brasileiro. Parte-se da hipótese de que os instrumentos da OEA constituem um arcabouço coerente, cuja difusão pode aprimorar as políticas de transparência, superando o desconhecimento como principal barreira à sua aplicação.

Palavras-chave: Acesso à Informação. Gestão Documental. Transparência. Lei Modelo.

TITLE: The Inter-American Model Law on Document Management and its Application Guide: normative and operational subsidies to strengthen the right of access to public information

Abstract

The effectiveness of the right of access to public information directly depends on the State's ability to organize its documents. Recognizing this premise, the Organization of American States (OAS) developed the Inter-American Model Law on Records Management and its Implementation Guide, which are normative and technical instruments aimed at guiding member states in structuring archival policies aligned with transparency and governance. However, in Brazil, the knowledge and appropriation of these documents are still incipient, limiting their potential contribution. This research, using a qualitative and descriptive approach with a document analysis method, has the general objective of presenting and analyzing the main contents and guidelines of the Model Law and its Guide, highlighting their contributions to the improvement of public records management. To this end, the study systematizes the procedural axes of the Access to Information Act (Law No. 12,527/2011) and Decree No. 7,724/2012, and analyzes how the recommendations of the Model Law and its Guide can support and strengthen these practices in the Brazilian context. The study's hypothesis is that the OAS instruments constitute a coherent framework and that their dissemination can enhance transparency policies by overcoming the lack of awareness as the main barrier to their application.

Keywords: Records Management. Access to Information. Transparency. Model Law.

Introdução

No cenário contemporâneo, a informação consolidou-se como um ativo indispensável em todas as áreas da sociedade. Para a vitalidade da democracia, essa premissa é especialmente verdadeira, pois, como afirma Mendel (1999), “a informação é o oxigênio da democracia. Se as pessoas não souberem o que está acontecendo em sua sociedade e as ações dos seus governantes estiverem ocultas, elas não poderão participar de forma significativa nos assuntos dessa sociedade”. No Brasil, a Lei de Acesso à Informação (LAI) existe para garantir esse direito.

Contudo, para que a lei funcione na prática, não basta que o cidadão solicite a informação. É crucial que o órgão público seja capaz de encontrá-la de forma rápida e segura. O problema central surge justamente quando os documentos estão desorganizados, seja em pilhas de papéis ou em sistemas digitais confusos, pois assim o direito à informação se torna uma promessa vazia. Essa falha organizacional faz com que a transparência se perca na burocracia e o direito do cidadão fique apenas no papel.

Diante desse cenário, esta pesquisa analisa essa ligação e busca demonstrar como a Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental e seu Guia de Aplicação, desenvolvidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA), oferecem um roteiro prático para aprimorar as políticas arquivísticas. O estudo aprofunda-se nesses instrumentos para evidenciar como suas diretrizes podem fortalecer a gestão de documentos e, conseqüentemente, fazer com que o direito à informação saia da teoria e se torne uma realidade.

Assim, a pesquisa orienta-se pela seguinte pergunta-problema: Quais são os principais conteúdos, diretrizes e potencialidades da Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental e de seu Guia de Aplicação como instrumentos de apoio à gestão documental voltada para o acesso à informação pública? O objetivo geral é, portanto, apresentar e analisar os principais conteúdos e diretrizes da Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental e de seu Guia de Aplicação, evidenciando suas contribuições potenciais para a melhoria da gestão documental pública no contexto do direito de acesso à informação.

Metodologia

A presente pesquisa será qualitativa e descritiva, utilizando o método da análise documental. A pesquisa analisará a Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental e seu Guia de Aplicação, assim como a legislação brasileira de acesso à informação (Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012). O trabalho seguirá algumas etapas. Primeiramente, será feita uma leitura detalhada desses documentos para entender seus conceitos e diretrizes. Em seguida, os conteúdos serão organizados em categorias, agrupando as orientações da Lei Modelo e organizando os procedimentos da legislação brasileira. Por fim, será feita uma comparação entre a legislação brasileira e as recomendações interamericanas, para identificar semelhanças, lacunas e as possíveis contribuições da Lei Modelo para melhorar a gestão de documentos e a transparência no Brasil.

Resultados e Discussões

Partindo do pressuposto, fundamentado no referencial teórico, de que a gestão documental é a condição indispensável para a efetivação do direito à informação, a discussão dos resultados será estruturada a partir da análise articulada entre a legislação brasileira e os instrumentos interamericanos. A análise parte da sistematização dos eixos procedimentais da LAI e do Decreto nº 7.724/2012, os quais serão analisados à luz das diretrizes estratégicas da Lei Modelo da OEA e de seu Guia de Aplicação, buscando identificar convergências e potenciais aprimoramentos para a governança informacional no Brasil.

A análise comparativa buscará destacar como as diretrizes da Lei Modelo podem enriquecer a prática brasileira. Será explorado, por exemplo, o potencial da Lei Modelo para fortalecer a articulação entre as políticas de transparência e de arquivos, superando o que a literatura aponta como um profundo hiato entre a previsão legal e a prática administrativa. A discussão pretende apontar como a abordagem estratégica da OEA, ao propor sistemas de gestão mais abertos e integrados, pode subsidiar o aprimoramento de procedimentos-chave no Brasil.

Dessa forma, a análise visa evidenciar que a Lei Modelo da OEA oferece um arcabouço estratégico que, se apropriado, tem o potencial de qualificar a gestão documental pública, tornando o acesso à informação uma prática mais eficiente e sistêmica no país.

Conclusão

As conclusões preliminares desta pesquisa apontam para o significativo potencial da Lei Modelo Interamericana sobre Gestão Documental e de seu Guia como instrumentos estratégicos para o fortalecimento do direito de acesso à informação no Brasil. Espera-se confirmar a hipótese inicial de que os documentos da OEA constituem um arcabouço completo e coerente, capaz de orientar a superação de desafios atuais na gestão documental pública. A análise comparativa entre os eixos procedimentais da legislação brasileira e as diretrizes interamericanas sugere que a adoção desses referenciais é não apenas compatível, mas também vantajosa. A principal barreira para sua aplicação parece ser, de fato, o desconhecimento, e não uma incompatibilidade jurídica. Portanto, projeta-se que a pesquisa reforçará a importância da difusão e do debate sobre a Lei Modelo no país. A adoção de suas diretrizes pode representar um caminho para a modernização das práticas de gestão documental, convertendo a gestão de arquivos em uma função central para a governança democrática e para a efetivação do acesso à informação como um instrumento cotidiano de exercício da cidadania.

Referências

ABERASTURY, Pedro et al. The Right of Access to Information in Argentina. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). The Right of Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018. p. 597-623.

BACHILO, Illariya. The Right of Access to Information in the Russian Federation. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). The Right of Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018. p. 399-424.

BARCELLOS, Ana Paula de. The Right of Access to Information in Brazil. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). The Right of Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018. p. 525-542.

BARNARD AMOZORRUTIA, Arturo et al. La gestión de documentos y datos en la nube. In: CONGRESO NACIONAL DE ARCHIVOS, 10., 2017, Cidade do México. Anais [...]. Cidade do México, 2017.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão Documental e Direito de Acesso: interfaces. Acervo, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 164-179, jul./dez. 2015.

GALETTA, Diana-Urania. Access to Administrative Documents and to Public Sector Information in Italy. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). The Right of Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018. p. 343-367.

BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). The Right of Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018.

BLANKE, Hermann-Josef. The Right of Access to Information in Germany. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). The Right of Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018. p. 343-376.

BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo. General Introduction. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). The Right of Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018. p. 1-36.

BRAGA, Regina Lúcia da Silva; MARCELO, Maria Verônica Lima. A responsabilidade do gestor público com a documentação governamental: importância da gestão documental como recurso estratégico para a tomada de decisões. Revista Controle, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 210-224, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 531, 9 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 nov. 2011. Edição extra.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 16 maio 2012. Edição extra.

BRASIL. Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 nov. 2012.

CARLI, Deneide Teresinha de; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. A Lei de Acesso à Informação e a gestão de documentos. *Biblios*, n. 66, p. 47-59, 2017.

FORTINI, Cristiana; AVELAR, Daniel. The Right of Access to Information in Brazil: The Citizen's Perspective. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). *The Right of Access to Public Information: a comparative analysis*. Cham: Springer, 2018. p. 543-562.

HUERTA, Carla. The Right of Access to Information in Mexico. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). *The Right of Access to Public Information: a comparative analysis*. Cham: Springer, 2018. p. 629-650.

JONASON, Patricia. The Swedish Legal Framework on the Right of Access to Official Documents In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). *The Right of Access to Public Information: a comparative analysis*. Cham: Springer, 2018. p. 283-316.

KADOMATSU, Narufumi; RHEUBEN, Emi. The Right of Access to Information in Japan. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). *The Right of Access to Public Information: a comparative analysis*. Cham: Springer, 2018. p. 453-478.

MENDEL, Toby. *The public's right to know: principles on freedom of information legislation*. London: Article 19, 1999.

MOURA, Rafaela Karoline Gaudêncio de; BARBOSA NETO, Pedro Alves. Políticas de informação aplicadas à gestão documental: revisão de literatura e contribuições. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2018.

PERLINGEIRO, Ricardo; LIANI, Adriana; DÍAZ, Álvaro. The Right of Access to Information from a Comparative Law Perspective. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). *The Right of Access to Public Information: a comparative analysis*. Cham: Springer, 2018. p. 69-122.

PUERTA DÍAZ, Mónica; MUJICA, Ailín; VALENTIM, Marta L. P. Modelos de diagnóstico de gestão documental em cenários de governança de tecnologia da informação: uma revisão da literatura. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2018.

RAO, P. Puneeth; CHINGALE, Dattatray. The Right of Access to Information in India. In: BLANKE, Hermann-Josef; PERLINGEIRO, Ricardo (ed.). *The Right of*

Access to Public Information: a comparative analysis. Cham: Springer, 2018. p. 425-452.

CÓDIGO: HS0497

AUTOR: ELOISA BEATRIZ FARIAS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: GUILHERME BRIDI

TÍTULO: Lazer virtual: uma perspectiva de games e redes sociais

Resumo

Este trabalho analisa o lazer virtual a partir da influência dos games e das redes sociais, destacando sua importância para o turismo e para a vida social contemporânea. A pesquisa, de caráter quantitativo, foi realizada entre outubro de 2023 e maio de 2024 por meio de um questionário online, que contou com a participação de 588 brasileiros maiores de 18 anos. O estudo parte da compreensão de que o lazer digital deixou de ser apenas uma tendência e já se consolidou como prática cotidiana, impulsionada pelo avanço tecnológico e pela popularização dos ambientes virtuais.

Palavras-chave: Lazer. Games. Redes sociais. Virtual.

TITLE: Virtual Leisure: A Perspective on Games and Social Media

Abstract

This study analyzes virtual leisure through the influence of games and social media, highlighting its importance for tourism and contemporary social life. The research, of quantitative nature, was conducted between October 2023 and May 2024 through an online questionnaire, with the participation of 588 Brazilian adults over 18 years old. The study is based on the understanding that digital leisure is no longer just a trend but has already become a consolidated daily practice, driven by technological advancement and the popularization of virtual environments.

Keywords: Leisure. Games. Social media. Virtual.

Introdução

O entretenimento online se tornou uma das características mais notáveis do século 21, impulsionado pelo progresso tecnológico, pela vasta disponibilidade da internet e pela crescente presença de dispositivos móveis no dia a dia. Jogos e redes sociais são exemplos proeminentes desse fenômeno, atraindo milhões de usuários e impactando diretamente hábitos culturais, sociais e econômicos.

A força desse cenário é evidente em dados como os da Newzoo (2021), que mostram que a indústria global de jogos gerou mais de 150 bilhões de dólares em 2019, e da Cuponation (2021), que indicam que os brasileiros gastaram, em média, cinco horas por dia em redes sociais em 2020. Esses números confirmam que o entretenimento online não é apenas uma tendência passageira, mas sim uma parte integrante da rotina da maioria das pessoas.

No setor de turismo, essa realidade abre novas perspectivas de análise e aplicação, uma vez que as experiências digitais afetam a maneira como as pessoas interagem com destinos, culturas e comunidades. O lazer, antes visto principalmente como experiência presencial e coletiva, agora se expande para ambientes mediados pela tecnologia, criando novas formas de socialização, pertencimento e até mesmo de geração de renda.

Autores como Dumazedier (1979), Marcellino (2006) e Schwartz (2003) definem o lazer como uma atividade ligada à liberdade, à escolha e à experiência do prazer. Nessa perspectiva, jogos eletrônicos e redes sociais podem ser considerados expressões legítimas do lazer contemporâneo, oferecendo oportunidades de diversão, interação social e expressão pessoal. Além disso, estudos como os de Reis (2013) e Souza & Kafure (2012) destacam a importância dos jogos como espaços de convivência, identidade e desenvolvimento de habilidades.

A pesquisa apresentada aqui busca entender como o entretenimento online, especialmente relacionado a jogos e redes sociais, é influenciado por fatores como idade, gênero, nível de escolaridade e renda. Ao trazer essa reflexão, pretende-se contribuir para o debate sobre os impactos sociais e culturais das atividades virtuais, expandindo as discussões nas áreas de lazer, turismo e hospitalidade.

Metodologia

Este é um estudo de natureza quantitativa, que utilizou a aplicação de um instrumento de coleta de dados virtual. A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso de questionário estruturado e análise estatística, e permite uma generalização dos dados, ao contrário da pesquisa qualitativa, que busca um conhecimento mais aprofundado do assunto (Denker, 2007).

O instrumento utilizado para coleta de dados virtual, com questões a serem respondidas em uma escala, foi construído a partir da conceituação sobre o uso de redes sociais e jogos como forma de lazer virtual, bem como sobre os fatores que influenciam essas atividades (CAMARGO, 2003; DROOMERS et al., 2001; DUMAZEDIER, 1979;

HAVEN et al., 2003; HE & BAKER, 2005; MARCELLINO, 2006; MARSHALL et al., 2007; MIELKE et al., 2007; MONTEIRO et al., 2003; MOTA & ESCULCAS, 2002; SCHWARTZ, 2003; THRANE, 2000).

A pesquisa foi aplicada entre o período de Outubro de 2023 a Maio de 2024 à uma amostra total de 588 participantes. Considerando a estimativa atual da população brasileira (maior de 18 anos) em 156 milhões de habitantes (IBGE, 2020b), a amostra possui 95% de confiança e 5% de erro amostral.

A aplicação do questionário ocorreu de forma virtual, com divulgação do link da pesquisa nas redes sociais. Somente maiores de 18 anos e residentes no Brasil puderam responder o formulário. Após essa etapa, os dados agora serão alocados e analisados no software estatístico SPSS.

Para aplicação dos testes de cruzamento de dados, serão consideradas as médias de pontuação (0 a 10) de cada resposta do questionário, buscando identificar se existem associações entre essas médias e os fatores gênero, faixa etária, escolaridade e renda familiar. Os resultados com $p > 0.05$ não serão considerados para esta análise.

Resultados e Discussões

A análise permitiu entender melhor como o lazer digital se manifesta através de jogos e redes sociais, mostrando que essas atividades vão além do simples passatempo. Elas se estabelecem como locais de convívio, formação de identidades e até criação de novas oportunidades.

Os jogos, por exemplo, transcendem a competição. Eles também servem como espaços de interação, aprendizado e colaboração, como mostram estudos de Jensen et al. (2019) e Cardozo (2020). Da mesma forma, as redes sociais se firmaram como palcos de interação, comunicação e influência, capazes de influenciar escolhas diárias, incluindo as relacionadas ao turismo, como apontam Knop e Machado (2017).

Outro ponto importante é a ambiguidade dessas práticas. Por um lado, elas proporcionam lazer, aproximação social e intercâmbio cultural; por outro, podem gerar dependência e estresse emocional, como discutem Alcântara et al. (2021). Essa dualidade reforça a necessidade de encarar o lazer digital não só como uma prática cultural crescente, mas também como um fenômeno que traz desafios individuais e coletivos.

Além disso, a pandemia acelerou esse processo, aumentando o tempo de exposição às telas e consolidando o uso de ambientes digitais como alternativa às interações presenciais (Brito et al., 2023). Esse movimento mostrou que o lazer digital não é apenas um complemento ao lazer tradicional, mas ocupa um lugar central na vida social atual.

Assim, os resultados da pesquisa dialogam com a literatura existente e confirmam a importância do lazer digital como área de estudo. Ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de sociabilidade, expressão e criação cultural, também exige novas formas de compreensão e gestão, principalmente nas áreas de turismo e lazer.

Conclusão

O estudo sobre o lazer digital a partir de jogos e redes sociais demonstra que essas práticas se tornaram essenciais no dia a dia dos brasileiros, atuando não só como formas de entretenimento, mas também como espaços de convívio, expressão cultural e chances de desenvolvimento. Os resultados indicam que fatores como idade, gênero, escolaridade e renda influenciam de forma importante a forma como as pessoas utilizam esses recursos, revelando a diversidade de experiências no ambiente digital.

Em resumo, o entretenimento online precisa ser encarado como um acontecimento social que não para de crescer e que afeta diretamente o turismo e a maneira como o lazer é administrado hoje em dia. Adicionalmente, os resultados indicam que é preciso estudar mais a fundo esse assunto, principalmente como juntar o mundo virtual com as vivências reais e também como o uso exagerado das tecnologias digitais afeta a saúde e o bem-estar das pessoas.

Assim, este estudo destaca a importância de pesquisar mais sobre o lazer virtual, entendendo que ele não é apenas uma moda tecnológica, mas sim uma parte fundamental das atividades sociais e culturais que as pessoas praticam atualmente.

Referências

KNOP, Marcelo Ferreira Trezza; MACHADO, Juliane Santos. Cibercultura e as influências das redes sociais virtuais na escolha de destinos turísticos: direcionamentos a partir de teorias sociológicas dos laços sociais. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 1–20, maio/ago. 2017. ISSN 1983-5442.

CAMPAGNARO, João Francisco Gagno; GARCIA, Anilton Sales. O lúdico na era digital: desenvolvimento comportamental infantil na terceira infância. Criação Editora, Aracaju/SE, 82 p. 2023. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-8413-343-7.

BRITO, Paloma Karen Holanda; SOARES, Anniely Rodrigues; BEZERRA, Iolanda Carlli da Silva; REICHERT, Lucas Pereira; SANTOS, Nathanielly Cristina Carvalho de Brito; COLLET, Neusa; SANTOS, Paula Fernanda Brandão Batista dos; REICHERT,

Altamira Pereira da Silva. Repercussão da pandemia da Covid-19 no uso de telas na primeiríssima infância. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre/Rs, v. 44, p. 1-9, 02 ago. 2023. Quadrienal. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2023.20230012.pt>. Acesso em: 13 mar. 2025.

ALCÂNTARA, Samuel; MARTINS, José Clerton de Oliveira; BARBOSA JUNIOR, Francisco Wellington de Sousa; LIMA, Maria Celina Peixoto. Notas sobre o mal-estar na Cíbercultura em tempos de hiperaceleração digital. Tempo Psicanalítico, Rio de Janeiro, v. 531, p. 221-248, 2021. Disponível em: https://www.tempopsicanalitico.com.br/tempopsicanalitico/article/view/503/pdf_229.

CARDOZO, Missila Loures. Impactos da Pandemia na Indústria Gamer. REVISTA OBSERVATORIO DE LA ECONOMIA LATINOAMERICANA Curitiba, v.22, n.2, p. 01-19. 2024. ISSN: 1696-8352.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. Futura, 2007.

DUMAZEDIER, J. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DROOMERS, Mariël; SCHRIJVERS, C. Th M.; MACKENBACH, J. P. Educational level and decreases in leisure time physical activity: predictors from the longitudinal GLOBE study. Journal of Epidemiology & Community Health, v. 55, n. 8, p. 562-568, 2001.

HAVEN, Claire et al. Virtual learning environments in hospitality, leisure, tourism and sport: A review. Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education, v. 2, n. 1, p. 75-92, 2003.

HE, Xiaoxing Z.; BAKER, David W. Differences in leisure-time, household, and work-related physical activity by race, ethnicity, and education. Journal of general internal medicine, v. 20, n. 3, p. 259-266, 2005.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos de lazer: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARSHALL, Simon J. et al. Race/ethnicity, social class, and leisure-time physical inactivity. *Medicine & Science in Sports & Exercise*, v. 39, n. 1, p. 44-51, 2007.

MONTEIRO, Carlos A. et al. A descriptive epidemiology of leisure-time physical activity in Brazil, 1996-1997. *Revista Panamericana de Salud Publica*, v. 14, p.246-254, 2003.

MOTA, Jorge; ESCULCAS, Carlos. Leisure-time physical activity behavior: structured and unstructured choices according to sex, age, and level of physical activity. *International journal of behavioral medicine*, v. 9, n. 2, p. 111-121, 2002.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, Belo Horizonte, v. 2, n. 6, p. 23-31, 2003.

THRANE, Christer. Men, women, and leisure time: Scandinavian evidence of gender inequality. *Leisure Sciences*, v. 22, n. 2, p. 109-122, 2000.

CÓDIGO: HS0530

AUTOR: ALIKA SANTANA MONTENEGRO DOS REIS

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: mercado e teoria do valor na União Soviética

Resumo

O relatório apresenta resultados parciais da pesquisa “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: mercado e Teoria do Valor na União Soviética”, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direitos, do Departamento de Serviço Social da UFRN. A investigação teórico-documental analisa a formação do planejamento econômico soviético entre 1917 e 1927, com foco nas categorias marxianas de valor, preço e tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN). O estudo parte da leitura de autores como Marx, Lênin, John Reed, Rosa Luxemburgo, entre outros e adota uma metodologia baseada em leituras coletivas, análise fílmica e fichamentos. Identifica-se que a transição socialista enfrentou desafios como o atraso econômico, a guerra civil e as tensões entre planificação e mercado; e, que nesse período, as categorias marxianas - valor, preço e TTSN- foram reinterpretadas e tensionadas dentro do esforço soviético de transição ao socialismo: se no comunismo de guerra essas categorias foram reprimidas em nome da sobrevivência, na NEP, elas foram parcialmente restauradas como mecanismos funcionais de reconstrução econômica. Conclui-se, entretanto, que, ao restabelecer o comércio interno, permitindo que os preços funcionem como reguladores da produção e distribuição, ainda que sob supervisão estatal, a NEP culmina em uma inflexão teórica e prática marxiana, resultando em um “socialismo de mercado”.

Palavras-chave: Planejamento econômico. União Soviética. NEP. Teoria do Valor.

TITLE: ECONOMIC PLANNING AND CRITIQUE OF POLITICAL ECONOMY: market and value theory in the Soviet Union

Abstract

:The report presents partial results of the research “Economic Planning and Critique of Political Economy: Market and the Theory of Value in the Soviet Union”, linked to the Research Group on Labor, Ethics, and Rights of the Department of Social Work at UFRN. The theoretical-documentary investigation analyzes the formation of Soviet economic planning between 1917 and 1927, focusing on the Marxian categories of value, price, and socially necessary labor time (SNLT). The study draws on authors such as Marx, Lenin, John Reed, Rosa Luxemburg, among others, and adopts a methodology based on collective readings, film analysis, and systematic note-taking.

It is identified that the socialist transition faced challenges such as economic backwardness, civil war, and tensions between planning and market; and that, during this period, the Marxian categories—value, price, and SNLT—were reinterpreted and strained within the Soviet effort of transition to socialism: while under War Communism these categories were suppressed in the name of survival, during the NEP they were partially restored as functional mechanisms of economic reconstruction.

It is concluded, however, that by reestablishing domestic trade and allowing prices to function as regulators of production and distribution—even under state supervision—the NEP results in a Marxian theoretical and practical inflection, culminating in a “market socialism.”

Keywords: Economic planning. Soviet Union. NEP. Value theory.

Introdução

Este relatório apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: mercado e Teoria do Valor na União Soviética”, a qual investiga a relação entre o planejamento econômico e a teoria do valor. Desenvolvida entre março e agosto de 2025, a pesquisa integra o projeto vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da UFRN, registrado na plataforma do CNPq na modalidade de bolsa voluntária.

Nesse sentido, o foco do presente plano de trabalho é apreender, com base nessa teoria, a constituição do planejamento econômico na União Soviética, desde o início do debate proposto por Lênin, passando pelos desafios da recuperação econômica após o comunismo de guerra – elementos que consubstanciaram o desenvolvimento da Nova Política Econômica (NEP) – e as implicações da implementação da NEP.

A princípio, a investigação teria como delimitação temporal o período entre 1928 e

1991, com foco na análise dos planos quinquenais soviéticos. No entanto, diante da limitação temporal – uma vez que o plano de pesquisa passou por uma alteração em relação ao cronograma do projeto ao qual está vinculado – optou-se por redirecionar o foco para o período que antecedeu os planos quinquenais, reservando o debate inicialmente proposto para um trabalho futuro. Dessa maneira, a nova delimitação temporal da pesquisa compreende o período de 1917 a 1927, cobrindo desde o início do debate econômico na URSS até o estabelecimento da Nova Política Econômica (NEP).

Diante disso, os objetivos incluem: 1) identificar, por meio de referências e documentos históricos, como se constituiu o debate sobre o planejamento econômico na transição socialista soviética; 2) analisar os elementos que fundamentaram a NEP e as implicações de sua implementação; e comparar os principais aspectos dessa experiência, a partir de três categorias centrais: valor, preço e tempo de trabalho socialmente necessário.

Para isso, optou-se, inicialmente, por analisar, por meio de referências bibliográficas e audiovisuais, o contexto da Revolução Russa, buscando apreender as consequências econômicas provocadas pelo comunismo de guerra no país. Em seguida, a investigação voltou-se, com base em textos de Lênin, para a compreensão do início do debate econômico na União Soviética, atentando-se à conjuntura vigente na URSS e à maneira como essa realidade moldou as medidas formuladas naquele período, as quais culminaram no desenvolvimento da NEP. Por fim, procurou-se, com o auxílio de textos complementares, ampliar a perspectiva analítica sobre as circunstâncias que contribuíram para a adoção dessas medidas econômicas.

A análise visa expor, como, diante dos desafios históricos enfrentados pela União Soviética após a Revolução de 1917, a elaboração de um modelo de planejamento econômico se impôs como questão central da transição socialista. As contribuições de Lênin nesse contexto revelam uma inflexão teórica e prática no interior do marxismo: ao propor a NEP, combinando mecanismos de mercado sob controle estatal com a centralização dos meios de produção estratégicos, Lênin não apenas respondeu às limitações materiais e políticas do período, mas também inaugurou um debate fundamental sobre a viabilidade de distintas formas de organização econômica no socialismo.

Ao analisar as escolhas institucionais e políticas da URSS, a racionalidade econômica soviética e o tensionamento entre produtividade e emancipação, evidencia-se que a construção do socialismo esteve longe de ser um processo linear, sendo marcada por contradições, disputas e inflexões que impactaram diretamente a teoria marxista. Justifica-se, portanto, a presente investigação, que busca compreender como diferentes experiências históricas de planejamento econômico se relacionaram com a crítica da economia política, com especial atenção à teoria do valor, ao papel do Estado e às mediações entre mercado, socialismo e emancipação.

Metodologia

Devido à densidade teórica da temática abordada, especialmente por se tratar de uma investigação fundamentada na Teoria do Valor desenvolvida por Karl Marx, em *O Capital*, a realização desta empreitada exigiu uma articulação metodológica que favorecesse tanto a compreensão conceitual quanto a articulação crítica entre os

participantes dos projetos de pesquisa. Para isso, foram organizadas duas modalidades de encontros: a primeira voltada para a leitura e análise coletiva das categorias centrais da Teoria do Valor (O Capital), que constitui a base teórica da pesquisa; e a segunda destinada à discussão do andamento dos trabalhos individuais, troca de sugestões e compartilhamento de dificuldades. Essa dinâmica pretendeu promover um espaço de construção coletiva do conhecimento, respeitando os diferentes ritmos de assimilação teórica e incentivando o aprofundamento crítico das questões tratadas.

Outrossim com a finalidade de vislumbrar o contexto da Revolução Russa, foi realizada a leitura da obra *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, na qual o jornalista e ativista revolucionário John Reed expõe os acontecimentos que antecederam a Revolução de Outubro, ao mesmo tempo em que tece considerações relevantes para a compreensão dos eventos por ele narrados.

Em complemento à leitura da obra, foram utilizados os materiais audiovisuais “Outubro” – que retrata, em forma de documentário ficcional, os desdobramentos da Revolução – e “Reds”, filme que apresenta a trajetória de vida e a produção intelectual de John Reed, incluindo os episódios vivenciados por ele e que serviram de base para o livro anteriormente mencionado.

No que concerne à dimensão econômica, a análise teve como eixo central resoluções elaboradas por Lênin, desde 1917 até o ano de sua morte, em 1924. O enfoque nos textos de autoria do autor russo se deu, principalmente, pela sua importância teórica e prática no fenômeno estudado: além de um extraordinário teórico, o autor foi um grande revolucionário, liderou a Revolução Russa e esteve à frente da URSS, tendo, portanto, uma perspectiva privilegiada do processo (conturbado) de instauração do socialismo.

Para aprofundar a reflexão sobre a Nova Política Econômica (NEP), vigente até 1928, foram incorporadas as obras: *As opções da URSS*, de L. W. Davies; *Economia soviética e o marxismo: qual modelo socialista?*, de Alec Nove; e *Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência*, de Roberto Finzi – todas reunidas no livro *História do Marxismo*, volume VII: *Marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*.

Com vistas à sistematização das informações extraídas da bibliografia mencionada, para posterior análise e comparação, empregaram-se recursos metodológicos como o fichamento e a tabulação de dados.

Por fim, procedeu-se à comparação entre os principais aspectos dessa experiência histórica, tendo como referência as três categorias centrais da Teoria do Valor: valor, preço e tempo de trabalho socialmente necessário. Esta última etapa tem como propósito subsidiar uma futura comparação analítica entre formas de ordenamento econômico: de um lado, as sociedades orientadas pelo planejamento estatal; de outro, aquelas estruturadas sob a lógica da forma mercadoria.

Resultados e Discussões

- O cenário da Revolução

A Revolução Russa de 1917 é um marco histórico da luta de classes e da possibilidade concreta de transformação radical da sociedade. Ressalta-se que a revolução não é um evento isolado e espontâneo – como muitas perspectivas de oposição se esforçam para fazer parecer –, mas uma expressão de contradições históricas entre o capital e o trabalho, entre a burguesia e o proletariado, que amadureceram ao longo de décadas sob as condições específicas do capitalismo periférico russo. A análise desse processo encontra uma síntese na obra *Os Dez Dias que Abalaram o Mundo*, escrita por John Reed, jornalista norte-americano, que testemunhou diretamente os acontecimentos de outubro de 1917 em Petrogrado.

A narrativa de Reed destaca que a revolução não foi conduzida por uma elite intelectual ou política, mas sim impulsionada por milhões de trabalhadores, camponeses e soldados que, organizados nos sovietes, tomaram para si a tarefa histórica de reorganizar a sociedade de acordo com seus próprios interesses. Os sovietes (conselhos russos, em português) eram órgãos de representação direta dos trabalhadores, surgidos espontaneamente em 1905 e retomados com força em 1917. Apesar de terem surgido espontaneamente, o curso dos acontecimentos explicita que as organizações não eram adequadas ao “espontaneísmo” – termo desenvolvido pelo próprio Lênin para criticar as organizações que faziam culto à espontaneidade e não buscavam o amadurecimento do movimento, representando, assim, um obstáculo para efetivação da Revolução. (Lênin, 1902, p.6). Nesse sentido, os sovietes eram formas de autogoverno popular, baseada na democracia direta, que funcionavam como assembleias locais nas quais delegados eleitos nas fábricas, quartéis e vilas rurais discutiam e decidiam questões políticas, econômicas e militares.

Os sovietes, segundo Reed, atuaram como coração da Revolução de Outubro: com o lema “Pão, paz e terra”, eram a expressão direta da vontade popular contra o velho regime. Segundo o autor, eles aparecem como espaços de debate e decisão onde se discutiam os rumos da guerra, a fome, a questão da terra e o próprio poder político; e, por serem canais diretos de expressão popular, representavam de fato os interesses imediatos de operários, soldados e camponeses.

Com o tempo, os bolcheviques conquistaram maioria nos principais sovietes, especialmente em Petrogrado. Foi justamente sob a bandeira do Congresso dos Sovietes que eles proclamaram a derrubada do Governo Provisório em outubro de 1917. Reed descreve essa dinâmica como a emergência de uma nova forma de democracia, distinta do parlamentarismo burguês: imediata, reversível e coletiva. Assim, os sovietes, por representarem um instrumento de poder revolucionário e uma forma inédita de autogoverno popular, que deu à Revolução Russa sua força e legitimidade, são considerados por Reed, além do coração, como motor da revolução: responsáveis por dar vida ao movimento e impulsionar os acontecimentos revolucionários.

Nessa perspectiva, a Revolução de Outubro representou o momento em que as classes subalternas romperam com o domínio da burguesia e assumiram o controle do Estado, dando início à transição para o socialismo. O poder político deixou de ser exercido por instituições parlamentares liberais e passou a ser construído por meio de formas inéditas de democracia direta, como os conselhos populares.

Ao enfatizar o papel protagonista das massas, Reed reforça a concepção marxista de que a história é feita pelos próprios trabalhadores conscientes, quando organizados

coletivamente. A tomada do poder pelos bolcheviques, longe de ser um golpe, aparece como a resolução de uma crise profunda de dupla legitimidade: de um lado, o Governo Provisório, sustentado por uma burguesia vacilante; de outro, os soviets, nos quais o povo depositava sua confiança. Sob esse prisma, a Revolução de Outubro é interpretada como a materialização da luta de classes, em que o proletariado russo, em aliança com o campesinato, rompeu com as formas políticas do capital e iniciou a construção de um novo modo de produção.

O relato de Os Dez Dias que Abalaram o Mundo permite, assim, compreender a Revolução Russa como uma experiência histórica singular, mas profundamente enraizada na teoria marxista da revolução proletária. Ao narrar os eventos com vivacidade e fidelidade à dinâmica social, John Reed contribui para desmistificar visões deturpadas da Revolução de Outubro e para reafirmar a centralidade da ação coletiva na transformação social. Seu testemunho é, portanto, além de um documento histórico, um instrumento pedagógico e político fundamental para a análise crítica das formas de dominação e emancipação nas sociedades de classe.

Ao lado da perspectiva defendida por John Reed, que enaltece a ação revolucionária dos bolcheviques como expressão orgânica das massas, Rosa Luxemburgo, em seu texto A Revolução Russa, também reconhece o caráter histórico e necessário da insurreição de outubro. Para a autora, os bolcheviques demonstraram uma extraordinária coragem e determinação revolucionária ao romperem com as ilusões da democracia burguesa e avançarem para a ditadura do proletariado (Luxemburgo, 2007). Ela compreende que o mérito histórico de Lênin e Trotsky reside em sua disposição de levar às últimas consequências a luta pela emancipação da classe trabalhadora, enfrentando o czarismo e a hesitação dos socialistas moderados. No entanto, a autora aponta algumas falhas dos bolcheviques que podem ter aberto caminho para a ascensão do stalinismo, em 1927, como, por exemplo, a supressão da democracia ocorrida na URSS.

Assim, o texto de Rosa Luxemburgo contribui para um olhar dialético sobre a Revolução Russa: reconhecendo seu conteúdo histórico-transformador e refletindo sobre os limites internos da experiência soviética. Ao ser articulado com a narrativa de Reed, seu ponto de vista amplia a compreensão crítica do processo, afirmando que a luta pelo socialismo exige, para além da conquista do poder, sua constante abertura à crítica, à participação e à democracia real das massas.

- O Início do debate econômico na URSS: contexto, desafios e a NEP

A Revolução de Outubro de 1917 marcou a instalação de um novo tipo de Estado: o poder soviético, voltado à transição socialista. No entanto, o processo de reorganização da economia russa deparou-se, desde o início, com uma conjuntura extremamente adversa: uma sociedade majoritariamente camponesa, semifeudal, devastada pela Primeira Guerra Mundial, mergulhada em guerra civil e sitiada pelo boicote internacional. Diante da ruína produtiva e do desabastecimento, o novo poder revolucionário precisou tomar medidas urgentes e excepcionais, mesmo que em contradição parcial com os objetivos estratégicos do socialismo. A situação exigia, como afirmava Lênin, “a mais severa centralização, a mais implacável disciplina e o trabalho sistemático em escala nacional” (Lênin, 1918, p. 89).

É nesse contexto que se inicia o debate econômico na URSS. Lênin propôs um conjunto de resoluções que buscavam reorganizar a economia sob controle operário e racionalidade coletiva, sem ignorar as condições reais de atraso e escassez. Uma dessas medidas foi o trabalho obrigatório universal com vistas à reconstrução econômica e, além

disso, como mecanismo de vigilância contra a sabotagem e a ociosidade, atribuídas a setores hostis ao poder soviético - as classes abastadas e os antigos burgueses. A força de trabalho, sob o socialismo, deixou de ser uma mercadoria, e o trabalho passou a se tornar um dever social. Além disso, Lênin identificava a necessidade de utilizar a experiência técnico-administrativa da antiga classe dominante, embora reconhecesse o “paradoxo perigoso” de confiar certas funções de direção aos burgueses derrotados (Lênin, 1918). Como saída tática, propunha a combinação da capacidade organizativa dos ex-exploradores com a energia, a criatividade e o engajamento das massas trabalhadoras, apostando que a hegemonia política do proletariado garantiria o controle sobre esse processo e impediria a restauração capitalista.

Outro aspecto central da reorganização econômica era o início da tarefa de controle sistemático da produção e da distribuição em escala nacional. Lênin considerava esse controle uma função técnica e condição indispensável para a construção socialista: o Estado operário deveria realizar o inventário de todos os recursos produtivos do país - alimentos, matérias-primas, força de trabalho, equipamentos - e garantir a contabilidade rigorosa de sua circulação. A esse processo articulava-se o segundo objetivo fundamental: a elevação da produtividade do trabalho. O novo regime precisaria produzir mais com menos esforço humano, aproveitando os avanços técnicos do capitalismo - como a organização fabril, o uso de métodos científicos de administração e o controle dos tempos de produção -, mas sem cair na lógica exploratória da mais-valia. Como sintetiza o próprio Lênin, o socialismo exigia unir “a disciplina da produção com a iniciativa consciente e a mobilização de milhões de trabalhadores em torno de tarefas coletivas” (Lênin, 1918, p. 92).

Paralelamente, buscou-se transferir para a esfera pública socialista os elementos de organização econômica herdados do capitalismo, como os princípios do planejamento industrial capitalista para gerenciar a economia socialista – isso explicita que, nas sociedades dominadas pela forma mercadoria, o planejamento econômico ocorre não na esfera pública, mas gira em torno do planejamento das empresas. Assim foi também com os bancos, os sistemas de crédito e os monopólios industriais, agora reorganizados sob o controle proletário. Essa estratégia visava usar os instrumentos desenvolvidos pelo capital, redirecionando-os para finalidades coletivas, racionalizadas sob o princípio da planificação. A nacionalização dos bancos e dos meios de transporte, por exemplo, além de representar uma bandeira simbólica, era um passo técnico necessário para a construção de uma economia regulada de modo consciente.

Para operacionalizar esse projeto, foram criados órgãos como o Vesenkha (Conselho Supremo da Economia Nacional) e, posteriormente, o Gosplan, que reuniam dados, elaboravam planos e buscavam integrar os setores da economia sob diretrizes centralizadas. No entanto, como observa Davies (1986), muitos dos quadros técnicos desses órgãos não eram membros do Partido Comunista, o que causava tensões e revelava a falta de quadros formados politicamente para tarefas técnicas complexas. A planificação, nesse período, foi marcada por disputas internas entre bolcheviques e especialistas, e também entre os próprios técnicos - especialmente sobre as prioridades da reconstrução econômica. Enquanto alguns defendiam a ênfase no desenvolvimento agrícola, garantindo alimentos e estabilidade no campo, outros priorizavam a industrialização acelerada, como base da construção do socialismo urbano. Essa disputa refletia a fragmentação teórica e prática do planejamento inicial e a ausência de consenso sobre os caminhos da transição.

A situação tornou-se ainda mais complexa com o agravamento da guerra civil e as políticas do comunismo de guerra. A economia foi subordinada ao esforço de

sobrevivência, e as requisições forçadas e o controle absoluto sobre os alimentos geraram hostilidade entre os camponeses. Em 1921, com a Revolta de Kronstadt e a crescente crise econômica, Lênin reconheceu que era preciso mudar de curso: “Não conseguimos, com o comunismo de guerra, sustentar a economia, nem manter a aliança com o campesinato” (Lênin, 1921, p.60).

Surge, então, a Nova Política Econômica (NEP), aprovada no X Congresso do Partido. A NEP previa a reintrodução parcial do mercado, a substituição das requisições pelo imposto em espécie, a legalização do comércio interno e a tolerância à propriedade camponesa. Davies (1989, p.88) enfatiza que essa estratégia baseava-se em um princípio essencial: os camponeses deveriam aderir voluntariamente ao socialismo, uma vez que eram maioria entre a população, e a realidade econômica não permitia a continuidade do comunismo de guerra.

Ou seja, para alcançar o objetivo central da NEP, era necessário garantir ao campesinato condições mínimas de reprodução econômica. Para isso, a pequena propriedade privada foi mantida, permitindo que muitos camponeses acumulassem excedentes e surgissem novamente os kulaks - camponeses mais ricos que comercializavam com sucesso seus produtos. Essa estratégia, ao mesmo tempo em que se mostrou taticamente eficaz, pois alavancou a economia e gerou satisfação entre os camponeses com essa forma de “socialismo”, criou um problema significativo: reintroduziu desigualdades no campo e enfraqueceu a unidade do regime de transição. O objetivo da NEP de estabelecer uma ligação entre os camponeses e a classe operária, promovendo a adesão voluntária ao socialismo, tornou-se contraditório. Embora a tática de combinar centralização e mercado tenha restaurado a economia e garantido a reprodução econômica dos camponeses, ela acabou funcionando contra os interesses socialistas, ao consolidar desigualdades sociais e retardar o avanço da transição para o socialismo.

Alec Nove (1986) aponta que essa coexistência entre propriedade privada camponesa e planificação estatal gerou um “socialismo de mercado”, ambíguo e instável, que ao mesmo tempo em que assegurava certo crescimento, reintroduzia contradições típicas do capitalismo, como a separação entre produtores e coordenadores, entre trabalho e controle.

No campo das ideias, o debate também se intensificou. Roberto Finzi (1986) analisa o uso da eficiência como critério de organização da produção - influenciado por métodos tayloristas e pelo culto ao stakhanovismo. Para ele, a ênfase excessiva na produtividade individual afastava o projeto socialista de seus fundamentos emancipatórios, reforçando lógicas de competitividade e hierarquia fabril, mesmo sob uma economia estatal.

Assim, o início do debate econômico na URSS revelou-se como um campo de tensões estruturais: entre a necessidade de sobrevivência e os objetivos do socialismo; entre concessões táticas ao mercado e a construção da planificação; entre aliança com o campesinato e o temor de uma nova burguesia rural; entre controle operário e dependência técnica da velha intelligentsia. Com base nas resoluções de Lênin e nas análises de autores do livro História do Marxismo, compreende-se que a transição socialista, longe de ter sido um percurso linear, se mostrou um processo marcado por contradições históricas, disputas teóricas e escolhas difíceis, cujos efeitos, além de moldarem a economia soviética, refletiram nos rumos do marxismo no século XX.

Comparação das categorias da Teoria do Valor

Com base na pesquisa teórico-documental aqui exposta, é possível comparar os principais aspectos da experiência econômica da URSS entre 1917 e 1926 a partir das categorias centrais da crítica da economia política marxiana: valor, preço e tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN).

Logo após a Revolução de Outubro, os bolcheviques enfrentaram o desafio de reorganizar a economia sob novas bases, mas em uma realidade de escassez, atraso técnico e destruição produtiva. A noção de valor, em termos marxianos, permanece ancorada no TTSN, isto é, o tempo médio exigido pela sociedade para produzir uma mercadoria. No entanto, a transição socialista exigia novas mediações para que essa categoria pudesse operar em um regime de planificação e não de mercado. Lênin reconhecia isso ao afirmar que o socialismo deveria "dominar os elementos do capitalismo de Estado e subordiná-los conscientemente aos interesses dos trabalhadores" (Lênin, 1918).

Durante o comunismo de guerra (1918-1921), muitas das mediações típicas do capitalismo - como preço, valor de troca e mercado - foram abolidas por decreto. O Estado requisitava diretamente os produtos, e o trabalho era considerado uma obrigação social, não remunerada com base no valor produzido. Isso provocou um colapso produtivo e distorceu a relação entre valor e TTSN, pois a economia perdeu os mecanismos que sinalizavam onde e como empregar os recursos. Como observa Alec Nove (1986, p.109), "a supressão dos preços significava a supressão do próprio mecanismo de cálculo econômico".

Com a introdução da NEP em 1921, as categorias de valor e preço voltaram a operar de maneira parcial e controlada. A NEP restabeleceu o comércio interno, permitindo que os preços funcionassem como reguladores da produção e distribuição, ainda que sob supervisão estatal. Inicialmente, isso não implicou uma restauração do capitalismo: o Estado mantinha o controle sobre os setores estratégicos, enquanto tolerava a existência de formas mercantis em pequena escala. Segundo Lênin, tratava-se de um recuo tático para salvar o poder soviético, mas que exigia o uso cuidadoso do mercado sob a vigilância da ditadura do proletariado (Lênin, 1921).

No plano do tempo de trabalho socialmente necessário, os bolcheviques tentaram construir um sistema de planejamento capaz de alocar recursos com base em critérios objetivos de produtividade e utilidade social. Lênin chegou a propor, como objetivo estratégico, a adoção de uma "contabilidade nacional do trabalho", onde os tempos médios de produção substituiriam o mercado como medida racional da economia. No entanto, as condições materiais e técnicas da Rússia pós-revolucionária tornaram, ao menos em curto prazo, isso inviável. A dependência da estatística frágil, o atraso técnico e a dualidade entre propriedade estatal e mercado minaram essa tentativa de medição do valor com base no TTSN.

Durante a NEP, embora o trabalho ainda fosse exaltado como dever cívico, ele passou a ser medido e recompensado de forma mais próxima à lógica mercantil - inclusive com o retorno dos salários e diferenciação por produtividade e qualificação. O próprio Lênin defendeu, com reservas, o uso de métodos tayloristas para aumentar a produtividade, argumentando que "sem contabilidade, sem o controle da produtividade do trabalho, não há socialismo possível". Além disso, mesmo com ressalva, propôs a diferenciação de salários com base na qualificação. (Lênin, 1918, p. 92)

Evidentemente, essa postura tinha dois objetivos principais: de um lado, acelerar a recuperação econômica soviética por meio da colaboração de técnicos altamente capacitados e experientes, vindos do setor capitalista; de outro, oferecer remunerações elevadas como forma de criar um incentivo que desencorajasse eventuais boicotes ou resistências desses profissionais.

Em relação a esse último, embora a discrepância salarial operasse - ao menos de forma intencional- como proteção contra boicotes, já que Lênin buscava, por meio dela, "conquistar" os ex-burgueses pelo que mais valorizavam, ou seja, vantagens financeiras,

despertando neles um sentimento de conformidade com a transição socialista, ela acabou introduzindo uma tensão entre a racionalidade da eficiência - segundo a qual o indivíduo busca alcançar os melhores resultados utilizando o menor número possível de recursos (Weber, 2001), reproduzindo, portanto, a lógica individualista e competitiva do capitalismo - e a ética da emancipação – vinculada à ideia de libertação coletiva, baseada no compromisso com a justiça social, a igualdade e a criação de condições para que todos possam exercer sua liberdade –, deslocando parcialmente o projeto marxista de seu horizonte transformador.

Em suma, entre 1917 e 1921, as categorias de valor, preço e TTSN foram reinterpretadas e tensionadas dentro do esforço soviético de transição ao socialismo. Se no comunismo de guerra essas categorias foram reprimidas em nome da sobrevivência, na NEP elas foram parcialmente restauradas como mecanismos funcionais de reconstrução econômica. A experiência revelou os limites de uma transição socialista isolada e tecnicamente precária, além da dificuldade de manter a coerência entre os fins da emancipação e os meios técnicos de gestão.

Conclusão

O socialismo é uma etapa de transição para a superação do capitalismo e a vigência do comunismo. Segundo Lênin (2017, p. 109), no socialismo, o Estado ainda é necessário para reprimir a burguesia e organizar a produção coletivamente sob controle dos trabalhadores. Nesse sentido, medidas como a NEP não são meras concessões, mas expressam contradições inerentes à construção de um novo modo de produção.

A experiência da União Soviética apresentou, portanto, desafios singulares no processo de transição socialista. Marx (2008, p. 47) reforça que o êxito da experiência comunista depende, em grande medida, do nível de desenvolvimento econômico da sociedade. Em um contexto de hegemonia capitalista mundial, qualquer tentativa de ruptura com a ordem vigente tende a enfrentar hostilidade internacional, frequentemente materializada no isolamento econômico e no bloqueio das relações comerciais. Além disso, internamente, a luta contra a burguesia nacional, por vezes por meio da força armada, revela-se inevitável. Nesse sentido, para que um Estado socialista se desenvolva é imprescindível que se disponha de meios de subsistência e de produção abundantes.

Como visto, a Rússia detinha estas condições, apresentando-se economicamente instável, atrasada em termos industriais e predominantemente rural. Essa realidade, somada à resistência interna e às consequências econômicas do comunismo de guerra, exigiu uma inflexão teórica e prática das formulações marxianas, resultando no chamado “socialismo de mercado”.

O socialismo de mercado pode ser entendido como uma tentativa de desenvolver uma economia híbrida, na qual os mecanismos de mercado, em vez de serem abolidos, são submetidos a formas de controle social ou estatal, buscando utilizá-los como instrumentos reguladores da produção, da distribuição e dos preços, mas dentro de um quadro em que as empresas pertencem ao Estado, a cooperativas ou à coletividade. Embora tenha se mostrado uma alternativa necessária ao contexto da URSS e tenha respondido às demandas imediatas, tal instrumento gradativamente revelou-se

insuficiente para a consolidação de uma economia socialista, pois sua face capitalista tende a sobrepor-se à lógica socialista.

Também se salienta que, embora a pesquisa esteja em sua fase inicial, o conteúdo até aqui analisado revela a importância do planejamento econômico para a distribuição igualitária, assim como para o combate ao desperdício da riqueza socialmente produzida. Por fim, ainda que este trabalho tenha possibilitado importantes avanços na compreensão do planejamento econômico soviético entre 1917 e 1927, a limitação temporal imposta ao desenvolvimento da pesquisa resultou em uma abordagem mais introdutória e parcial do tema. Por essa razão, a renovação do plano de trabalho surge como oportunidade necessária para aprofundar a análise das categorias centrais da crítica da economia política no contexto soviético e expandir o estudo aos planos quinquenais posteriores, inicialmente previstos.

Referências

Beatty, W. Reds. [Filme]. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1981. Direção: Warren Beatty.

DAVIES, L. W. As opções da URSS. In: LABICA, Georges; BENSUSSAN, Gérard (Orgs.). História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: da construção do socialismo ao stalinismo. Vol. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 83-98.

Eisenstein, S.; Aleksandrov, G. Outubro (Oktyabr). [Filme]. União Soviética: Mosfilm, 1928. Direção: Serguei Eisenstein e Grigori Aleksandrov.

FINZI, Roberto. Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência. In: LABICA, Georges; BENSUSSAN, Gérard (Orgs.). História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: da construção do socialismo ao stalinismo. Vol. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 137-149.

LÊNIN, V. I. As Tarefas Imediatas do Poder Soviético. 26 abr. 1918. In: Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa: Edições Avante!; Moscovo: Edições Progresso, 1977. t. 2, p. 557-587. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LENIN, V. I. Sobre o Imposto em Espécie (O Significado da Nova Política e as Suas Condições). 21 abr. 1921. In: Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa: Edições Avante!; Moscovo: Edições Progresso, 1977. t. 3, p. 492-520. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/04/21.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LENIN, V. I. Mais vale pouco e bom. 3 mar. 1923. In: Obras Escolhidas em três tomos. Lisboa: Edições Avante!; Moscovo: Edições Progresso, 1977. t. 3, p. 670-681.

Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1923/03/03.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LENIN, V. I. A Nova Política Econômica e as Tarefas dos Departamentos de Educação Política. Relatório ao Segundo Congresso Pan-Russo de Departamentos de Educação Política, 17 out. 1921. In: Obras Completas de Lenin, 2.^a ed. inglês. Moscou: Progress Publishers, 1965. v. 33, p. 60–79. Tradução de David Skvirsky e George Hanna. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/10/17.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LENIN, V. I. Conselhos Econômicos. Reportagem de jornal, 27 jan. 1920. In: Obras Completas de Lenin, 4.^a ed. inglês. Moscou: Progress Publishers, 1965. v. 30, p. 309–313. Tradução de George Hanna. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/01/27.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LENIN, V. I. Esboço de um Programa de Medidas Econômicas. Escrito em 27 nov. (10 dez.) 1917. Publicado em: Lenin Miscellany XXI, 1933. In: Lenin Collected Works, 2.^a ed. inglês. Moscou: Progress Publishers, 1965. v. 42, p. 40–41. Tradução de Bernard Isaacs. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/11/27.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LENIN, V. I. Plano Econômico Integrado. Entregue em 21 fev. 1921. Publicado em: Obras Completas de Lenin, 1.^a ed. inglês. Moscou: Progress Publishers, 1965. v. 32, p. 137–145. Tradução de Yuri Sdobnikov. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1921/02/21.htm>. Acesso em: 29 ago. 2025.

LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa. Tradução de Nildo A. Viana. Goiânia: Centro de Estudos Victor Meyer, 2007.

MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2008 [1859].

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOVE, Alec. Economia soviética e o marxismo: qual modelo socialista? In: LABICA, Georges; BENSUSSAN, Gérard (Orgs.). História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: da construção do socialismo ao stalinismo. Vol. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 105-130.

REED, John. Os dez dias que abalaram o mundo. Tradução de José Octávio. São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

Weber, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. 5. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

CÓDIGO: HS0536

AUTOR: JOAO MARCELO FERNANDES RODRIGUES

ORIENTADOR: WILKER RICARDO DE MENDONCA NOBREGA

TÍTULO: Política pública e gestão de crises: uma análise das ações da arena turística no litoral da cidade de São Luís, Maranhão

Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender o papel da arena política na gestão de crises no setor turístico do litoral de São Luís, Maranhão, identificando práticas de gestão, perfis dos atores envolvidos e o processo de planejamento nas fases pré, durante e pós-crise, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos. A metodologia adotada caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com análise exploratória e revisão de literatura utilizando o método ProKnow-C, que possibilita uma compreensão aprofundada das dinâmicas sócioambientais e as ações de gestão participativa. Como resultado, o estudo evidencia que a gestão de crises no setor turístico de São Luís enfrenta fragilidades, como ações pontuais e ineficazes, além de conflitos entre os diferentes atores envolvidos, que prejudicam a sustentabilidade a longo prazo. Destaca-se a importância de uma gestão integrada, participativa e baseada em conhecimento científico para fortalecer a resiliência social, ambiental e econômica, garantindo uma resposta eficiente às adversidades e promovendo o desenvolvimento sustentável do turismo na região. Essas ações contribuiriam para a preservação do patrimônio natural e cultural, favorecendo o crescimento sustentável do setor e o bem-estar da comunidade local.

Palavras-chave: Gestão de crises, turismo, São Luís, arena política, políticas pública

TITLE: Public policy and crisis management: an analysis of the actions of the tourist arena on the coast of the city of São Luís, Maranhão

Abstract

This study aims to understand the role of the political arena in crisis management in the coastal tourism sector of São Luís, Maranhão, identifying management practices, the profiles of the actors involved, and the planning process in the pre-, during, and post-crisis phases, considering environmental, social, and economic impacts. The methodology adopted is characterized by a qualitative approach, with exploratory analysis and a literature review using the ProKnow-C method, which enables an in-

depth understanding of socio-environmental dynamics and participatory management actions. As a result, the study highlights that crisis management in the tourism sector of São Luís faces weaknesses, such as isolated and ineffective actions, as well as conflicts between the different actors involved, which undermine long-term sustainability. The importance of integrated, participatory, and scientifically-based management is highlighted to strengthen social, environmental, and economic resilience, ensuring an efficient response to adversities and promoting the sustainable development of tourism in the region. These actions would contribute to the preservation of natural and cultural heritage, fostering the sustainable growth of the sector and the well-being of the local community.

Keywords: Crisis management, tourism, São Luís, political arena, public policy

Introdução

O desenvolvimento do turismo nas cidades litorâneas brasileiras enfrenta desafios que vão além da divulgação de seus atrativos naturais e culturais, especialmente quando se trata da gestão de crise e da criação de políticas públicas eficientes. No contexto de São Luís, capital do Maranhão, tais questões assumem maior relevância, considerando a importância do turismo no eixo social e econômico, as crises tornam-se um vilão para a prática turística na cidade.

A análise das políticas públicas revela-se imprescindível para compreender os mecanismos de intervenção estatal voltados à mitigação dos impactos das crises no turismo. Essas políticas possuem um papel fundamental por estarem diretamente ligadas ao setor de governança, o que influencia discussões sobre desenvolvimento regional do turismo, representando a forma como o Estado intervém na sociedade por meio de estratégias de planejamento, com o intuito de responder questões econômicas, sociais, de segurança, ambientais e tecnológicas (Nóbrega, 2012)

Diante desse cenário, destaca-se o termo “Arena” que pode ser definida como um espaço social onde ocorre o confronto, negociação, e a elaboração de programas de ação e atuação diante de um local e público (Cruz; Freitas. 2003). Com isso, a arena turística pode ser entendida como um ambiente onde se articulam interesses públicos e privados (Empresários, organizações sociais, empresas, comunidades locais, secretárias, etc.) que precisam constantemente dialogar com suas visões e interesses no desenvolvimento para se estabelecerem as diretrizes que orientam ações para as práticas e políticas relacionadas ao setor.

O presente estudo é justificado pelo aumento de trabalhos acadêmicos têm demonstrado que esses eventos persistentes de poluição configura uma crise ambiental de longa duração, com impactos diretos sobre o lazer, o bem-estar da população local e o turismo, sendo este último uma das atividades mais sensíveis às questões ambientais (Macedo-Silva; Tchaicka; Sá-Silva, 2016; Freitas et al., 2020; Viana et al., 2023). Com a presença do turismo em grande escala, que demanda infraestrutura e, juntamente com o processo de urbanização, provoca adaptações e transformações estruturais que podem sobrecarregar o planejamento urbano. Isso resulta em fenômenos como a especulação imobiliária (Soares et al., 2024) e desequilíbrios ambientais, incluindo a poluição

constante (Viana et al., 2023), destinação inadequada de resíduos sólidos e contaminação por plásticos (Bouças da Silva et al., 2022), diminuição da atratividade das praias (Freitas et al., 2020), gestão urbana insuficiente (Almeida, 2012), entre outros.

Ademais, a proposta de análise tem um grande potencial para educação e mobilização social. Ao organizar informações, incentivar reflexões críticas e sugerir alternativas, o trabalho pode ajudar a conscientizar a população, promover práticas sustentáveis no turismo, exigir políticas públicas mais eficientes e até funcionar como material didático em projetos escolares, comunitários ou institucionais. A natureza marcadamente interdisciplinar do estudo, que integra conhecimentos de geografia, meio ambiente, turismo, saúde pública, urbanismo e economia, é outro aspecto que destaca sua relevância. Essa abordagem integrada enriquece a análise, permitindo uma leitura mais profunda e complexa das dinâmicas socioambientais em questão.

Objetivo Geral:

Compreender o papel da arena política no processo de gerenciamento de crises na área costeira de interesse turístico da cidade de São Luís-MA.

Específicos:

1. Identificar as principais práticas turísticas realizadas no litoral da cidade de São Luís-MA.
2. Levantar as principais ações públicas e privadas voltadas à gestão da crise para consolidar o turismo local na área de estudo.
3. Descrever o perfil dos atores que atuam nas práticas turísticas locais.
4. Compreender o processo de planejamento e gestão nos momentos de pré, durante e pós crises, nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Metodologia

A metodologia adotada nesta pesquisa foi estruturada com o objetivo de compreender de forma aprofundada as dinâmicas que envolvem as políticas públicas e a gestão de crise no contexto da arena turística de São Luís, Maranhão. Para isso optou-se por uma análise qualitativa que busca compreender a realidade por meio da experiência, vivência, senso comum e ação social, enfatizando a importância do envolvimento do pesquisador e cada etapa do processo para construir uma análise aprofundada e contextualizada, o que permite captar a complexidade do fenômeno estudado (Minayo, 2012).

Ademais, utiliza-se também o método de análise exploratória, que busca compreender o contexto sociocultural e o universo de resposta dos participantes, permitindo adequar o instrumento de medida à realidade investigada (Piovesan & Temporini, 1995). Com isso destaca-se uma melhora na comunicação com a população alvo ao identificar termos e conceitos populares e contribui para a estruturação de perguntas “racionais”, alinhadas ao repertório dos participantes.

A revisão de literatura será conduzida pelo método ProKnow-C. Essa abordagem estruturada envolve uma sequência de procedimentos, que vai desde a definição dos mecanismos de busca de artigos científicos até as etapas de filtragem e seleção do portfólio bibliográfico considerado relevante para o tema em questão (Lacerda, Ensslin & Ensslin, 2012). A aplicação garante uma base consistente, além de possibilitar a identificação de lacunas na literatura, que contribui para direcionar o foco da pesquisa e fundamentar a análise dos dados empíricos.

Resultados e Discussões

A cidade de São Luís do Maranhão foi fundada no ano de 1612, pelos franceses Daniel de La Touche e François de Rasily, com o objetivo mercantilista, estabelecer a França Equinocial, a capital maranhense recebeu seu nome em homenagem ao então rei da França, Luís XIII. A cidade foi conquistada e incorporada ao domínio português, em 1615, apenas três anos após sua fundação pelos franceses. Nascida no mar, caracterizada como porto fluvial marítimo, à semelhança de outras cidades brasileiras da época colonial, a capital do Maranhão desempenhou importante papel na produção econômica do Brasil (IPHAN 2014).

Para França et al (2022 p.5) “As atividades turísticas que integram a cadeia produtiva do turismo são grandes agentes transformadores da economia, influenciando diretamente na produção de bens e serviços, uma vez que traz consigo desenvolvimento às localidades, e possíveis melhorias na infraestrutura, trazendo benefícios aos turistas e à comunidade local”.

O anuário estatístico de turismo da cidade de São Luís do Maranhão (2022) destaca os principais atrativos turísticos visitados em 2022: Centro histórico, Praça Deodoro, lagoa da Jansen, praias, Espigão Costeiro, Museus e Outros.

A pesquisa primária do anuário foi conduzida com viajantes que visitaram São Luís ao longo do ano de 2022. Visando garantir a representatividade da população, a amostra foi por meio da abordagem aleatória simples. A coleta de dados foi realizada em locais diferentes da cidade de forma offline, abrangendo períodos diversos, incluindo alta temporada, baixa temporada e período do São João. Além disso, a coleta de dados também inclui o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) entre outras companhias registradas pelo Governo Federal.

Quadro 1: Principais atrativos turísticos visitados em 2022.

Fonte: Anuário Estatístico de Turismo da Cidade de São Luís, ano referência 2022.

Segundo o Anuário de estatística de visitas em atrativos turístico da cidade de São Luís, o centro histórico ocupa a segunda posição com 22% de escolha para visita. Local reconhecido pelo patrimônio mundial da UNESCO, essa área reúne aproximadamente 3000 mil imóveis tombados, destacando-se por sua arquitetura colonial portuguesa, azulejos coloridos e paisagens urbanas que evocam o passado da cidade.

O Espigão Costeiro situado na orla marítima urbana, aparece empatado em terceiro lugar entre os locais mais visitados de 2022, junto com outros destinos não especificados. Esse ponto é valorizado especialmente nos finais de tarde, servindo como excelência Mirante para o pôr-do-sol, além de proporcionar um ambiente ideal para passeios a pé.

Em quarto lugar aparecem os Museus e a Praça Deodoro, como pontos de interesse para visita. Os Museus oferecem uma rica imersão na cultura local, na música, na arte e na culinária da região. Já a Praça Deodoro, localizada no centro histórico, é um ambiente público clássico, cercado por edifícios históricos ideal para caminhadas culturais e vivência urbana.

A Lagoa do Jasen figura como o local menos visitado entre os pontos mencionados, ocupa a última posição no ranking de 2022. Apesar de ser um importante espaço de lazer para os moradores da capital, próximo ao litoral, parece não atrair tanto os turistas em comparação com os outros atrativos destacados.

Quadro 2: Segmento do turismo mais visitado do ano de 2022

Fonte: Panorama do turismo no Maranhão (2016 – 2023)

Observa-se que o atrativo mais visitado da cidade são as praias, sendo caracterizado como turismo de Sol e Praia, segmento turístico popular, caracterizado por atividades de lazer e recreação em ambientes litorâneos, incluindo praias marítimas (Ministério do Turismo, 2010). Esses dados revelam que o turismo em São Luís do Maranhão ainda se apoia no seu patrimônio histórico e nas experiências culturais, porém o destaque do segmento turístico é o de Sol e Praia.

O litoral metropolitano de São Luís é composto por diversas praias com um elevado potencial turístico - Praia de São Mar, Praia do Calhau, Praia da Ponta D'Areia, Praia do Olho D'Água, Praia do Caolho, Praia do Amor, Praia da Guia e a Ilha do Medo - "Com mais de 30 quilômetros de extensão, o litoral é um santuário tropical que brinda os viajantes com uma brisa constante e ensolarada durante a maior parte do ano, proporcionando um cenário perfeito para você escapar da rotina ou praticar esporte" – Destaca São Luís (2022)

As praias de São Luís além de sua beleza natural, são espaços amplamente utilizados para a prática de atividades recreativas e esportivas que fortalecem o turismo local. Dentre as mais recorrentes, destaca-se o Kitesurf, especialmente em áreas com ventos

fortes e constantes, atraindo participantes de diversas regiões. O futevôlei, que movimentava a orla com torneios amadores e encontros entre moradores e turistas, e o tradicional banho de mar, que continua sendo uma das principais formas de lazer para a população local (Ribeiro, 2020).

As características de São Luís (MA) tornam a cidade um destino à beira-mar atraente para um número significativo de visitantes. No entanto, no contexto da relação entre os fatores econômicos, socioculturais e ecológicos, é comum que, em áreas litorâneas, os elementos econômicos exerçam uma forte pressão sobre os aspectos ecológicos. Isso se deve à presença do turismo em grande escala, que demanda infraestrutura e, juntamente com o processo de urbanização, provoca adaptações e transformações estruturais que podem sobrecarregar o planejamento urbano (Bouças da Silva et al., 2022).

Ao compreender a realidade do turismo no litoral de São Luís (MA), torna-se necessário levantar as principais ações desenvolvidas pelos setores públicos e privados voltadas à prevenção, mitigação e respostas a situações diversas. Essas identificações permitem não apenas mapear os mecanismos institucionais e operacionais existentes, como também compreender a capacidade de articulação entre os diferentes agentes que compõem a arena turística local. Para analisar essas práticas precisa-se compreender o que seria a gestão de crise.

Para Coombs (2019, p.3), a melhor maneira de conceituar uma crise é como uma situação inesperada que ameaça planos significativos de partes interessadas nas áreas de saúde, segurança, meio ambiente e economia, podendo resultar em impactos substanciais em seu desempenho e consequências desfavoráveis. Hall (2010) aponta que as crises são eventos comuns e esperados, ou pelo menos deveriam ser, para qualquer tipo de negócio, incluindo o setor de turismo. Por sua vez, Richardson (1994) enfatiza que é crucial que os envolvidos se mobilizem antes, durante e após uma crise, especialmente no processo de recuperação, considerando que nem sempre é viável antecipar a ocorrência de uma crise.

Segundo esses autores, as crises podem ser entendidas como uma situação que acontece de forma inesperada e que pode atrapalhar seriamente os planos da empresa, governos e comunidades. Ou seja, é algo que pode causar grandes prejuízos e exigir respostas rápidas. No caso do turismo, por exemplo, um problema ambiental ou pandêmico pode diretamente afetar a visitação e a imagem do destino.

A partir do entendimento da gestão de crise no turismo, é evidente a importância de um olhar estratégico voltado para o fortalecimento do território como destino. As aquisições direcionadas à consolidação da prática turística local, destacam a capacidade de planejamento, decisão e articulação das instâncias municipais e regionais frente aos desafios do setor. Tais investimentos não se limitam à esfera física ou estrutural, mas envolvem também capacidade técnica, fortalecimento institucional, políticas públicas eficazes e mecanismo de governança que permitem ao destino responder de forma autônoma, coordenada e sustentável às demandas do turismo contemporâneo.

Vieira (2011 p. 54) observa que “os principais esforços do governo do Maranhão para desenvolver o turismo sempre estiveram direcionados a São Luís, capital do estado e

porta de entrada do fluxo turístico maranhense. Por esse motivo, as ações desenvolvidas ao longo do tempo favorecem de certa forma, o município”.

Embora recebendo os principais investimentos do governo do estado, as praias do litoral de São Luís sofrem com problemas de contaminação e poluição que afetam significativamente a qualidade ambiental e atratividade turística da região. Na pesquisa realizada por Nunes et al. (2018) mostra que as praias urbanas de São Luís possuem um número amostral bem abundante de itens construídos a partir do plástico, o que afeta todo o ambiente marinho.

Ao aplicar um questionário, sobre a poluição da zona litorânea da cidade de São Luís aos funcionários de bares e restaurantes, Silva (2012 p.36) relata que as respostas foram: “acontece por culpa das pessoas que deixam lixo em locais inadequados e também devido ao esgoto que é lançado no mar. [...] e por consequência, salientaram a diminuição da clientela tanto de turistas quanto de frequentadores locais”. Esses problemas são decorrentes de uma falta de educação ambiental (Silva, Silva, Silva & Azevedo-Cutrim, 2016)

Com base em análises bibliográficas que abordam a problemática da poluição e contaminação, observa-se que notícias, enquanto registros dinâmicos do cotidiano, corroboram a identificação de resíduos sólidos na faixa de areia das praias de São Luís. Conforme divulgado pelo portal G1 Maranhão (2023), pesquisa conduzida pelo professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Osmar Vasconcelos, evidenciou índices de poluição significativamente elevados, ultrapassando os parâmetros considerados aceitáveis.

Notícias veiculadas em anos anteriores já apontavam para a existência de problemas de contaminação na orla de São Luís, especialmente no que se refere à contaminação e à falta de saneamento básico. Na Rede Mirante (2012), canal de notícias, divulgou: a poluição diminui os números de turistas nas praias de São Luís. Evidencia-se que essas crises ambientais no município não são algo novo, mas sim, anoso, o que dificulta a prática do segmento de Sol e Praia.

Pesquisa realizada por Guayanaz (2022) fez o monitoramento dos resíduos sólidos encontrados na praia de São Luís (MA). A seguir, apresenta-se a tabela com os principais itens e quantidades encontrados:

Quadro 3: Resíduos Sólidos encontrados em praias de São Luís (MA)

Fonte: Guayanaz et al (2022)

Diante dessas recorrentes crises relacionadas à contaminação das praias e à degradação ambiental no litoral de São Luís, foram iniciadas ações voltadas à contenção dos impactos e à tentativa de recuperação desses espaços. Uma delas foi a Prefeitura de São Luís que em parceria com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), juntamente com voluntários, realizou a ação “Praia linda é praia limpa” com o objetivo de sensibilizar a população para o correto gerenciamento de resíduos sólidos. Com a ação, esperam minimizar os impactos ambientais e sociais causados pela disposição inadequada de resíduos que acarretam em entupimentos na rede de drenagem.

Essa dinâmica da região metropolitana de São Luís é resultado de interações de múltiplos atores que, de forma direta e indireta, influenciam na gestão e no desenvolvimento da região. Destaca o setor Público (Prefeitura de São Luís (MA), Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria de Turismo do Estado (SETUR), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Instância de Governança do Pólo São Luís) como atuante predominante na arena turística de São Luís, o qual formula a execução e monitoramento de políticas e estratégias voltadas ao turismo. A articulação dos diferentes órgãos do setor público tem como objetivo garantir a eficiência da governança turística, assegurando que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável, equilibrando interesses econômicos, sociais e ambientais.

Na costa da cidade de São Luís, observa-se uma fraqueza na colaboração entre instituições privadas (Empreendimentos Hoteleiros, Empreendimentos de alimentos e bebidas, empreendimentos de lazer e recreação, trabalhadores autônomos e outro), o que atrapalha a formação de um ambiente turístico mais ativo e planejado. Conforme apontam Soares et al (2024), a gestão da praia de São Luís possui uma configuração repleta de discrepâncias: enquanto as entidades governamentais adotam uma atitude receptiva, com escassa eficácia na execução de políticas de proteção ambiental, os residentes e grupos sociais têm liderado projetos que promovem a valorização da área, aprimoramento de serviços e ações de desenvolvimento comunitário.

No entanto, essas ações da sociedade civil costumam ser pontuais e paliativas, focando mais em amenizar problemas imediatos do que em abordar suas causas estruturais. Um exemplo disso são as campanhas de limpeza de praias, que produzem efeitos temporários, mas não resolvem os problemas socioambientais em sua raiz.

Dentro dessas campanhas de iniciativa local está o projeto Salve Praias (IGEP, 2025), que destaca-se como um projeto social voltado para a coleta de resíduos sólidos nas áreas costeiras. Embora contribua para a diminuição dos impactos visuais e sanitários causados pelo acúmulo de materiais descartados inadequadamente, sua atuação não se direciona especificamente ao enfrentamento estrutural da poluição, mas sim ao manejo direto dos resíduos sólidos já presentes no ambiente.

Ademais, o crescimento da urbanização em áreas costeiras tem provocado mudanças significativas na paisagem e nos ecossistemas, o que reforça a necessidade de uma abordagem integrada que una o planejamento urbano, a gestão ambiental e as políticas de turismo (Soares et al., 2024).

Os resultados da pesquisa indicam que há uma falta de coordenação entre os participantes do trade turístico, o que impede a implementação de uma Gestão Costeira Integrada. De acordo com Vasconcelos (2005), a gestão costeira integrada é baseada em um conjunto de ações guiadas pelo conhecimento científico e pelo processo de tomada de decisões, organizado de maneira piramidal, começando com as iniciativas da sociedade (base) e culminando nas decisões do governo (topo). Essa estrutura não está presente no litoral de São Luís-MA.

Soares et al. (2024) destacam que a gestão da orla de São Luís apresenta uma dinâmica contrastante: de um lado, há ineficácia dos órgãos públicos, que adotam uma postura passiva em relação às políticas de preservação ambiental; de outro, moradores e

entidades civis se destacam ao assumir o protagonismo em ações de valorização do território, melhoria dos serviços e fomento do desenvolvimento local.

Nesse cenário, a governança costeira surge como um dos principais instrumentos institucionais capazes de organizar essa arena turística em um modelo de gestão coordenado. A Gestão Costeira Integrada (GCI) é um modelo de governança territorial que visa harmonizar o uso sustentável dos recursos naturais com a organização das atividades humanas na região costeira, fomentando a integração entre as políticas ambientais, urbanísticas e socioeconômicas (Brasil, 2024).

Esses instrumentos de gestão costeira podem ter um papel importante no fortalecimento das interações no setor turístico de São Luís, uma vez que proporcionam uma base legal, técnica e estratégica para a coordenação entre os diferentes participantes. A interação entre marcos legais, instrumentos de planejamento e sistemas de monitoramento permite uma atuação mais coesa e direcionada, estabelecendo as bases para que os agentes mencionados anteriormente implementem ações eficazes e sustentáveis na área litorânea turística.

Além do projeto de Gestão Costeira Integrada, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) também desenvolve o Mapa Interativo de Balneabilidade. Essa ferramenta pública oferece informações atualizadas sobre a qualidade das águas das praias localizadas na região metropolitana de São Luís. Por meio dos marcadores georreferenciados, os usuários podem acessar detalhes como o nome da praia, o local de referência, a data da última coleta de amostras (bem como das anteriores) e o status de balneabilidade, indicando se a água está própria ou imprópria para banho.

Figura 1: Mapa Interativo de Balneabilidade

Fonte: SEMA 2025

O mapa interativo de balneabilidade das praias de São Luís do Maranhão é resultado da parceria entre a SEMA e o IFMA, uma importante ferramenta de monitoramento ambiental. Por meio da análise periódica da qualidade da água, são identificados os níveis de contaminação microbiológica e físico-química, fundamentais para determinar as condições adequadas ou não para o banho recreativo (SEMA, 2025).

A continuação dessas ações, sem intervenções eficazes de gerenciamento e política de saneamento, pode acelerar a deterioração da imagem do destino, resultando na diminuição do fluxo de turistas devido à percepção de degradação ambiental e insegurança sanitária. Essa pré-crise (Coombs, 2019), se não gerenciada preventivamente, tende a gerar impacto negativo imediato na reputação do local, afetando a receita do setor turístico, o bem-estar das comunidades locais e o equilíbrio ecológico do ecossistema costeiro, reforçando a necessidade de ações de conscientização, fiscalização e infraestrutura adequada para evitar o agravamento dessa problemática.

Contudo, a constituição da arena turística no litoral de São Luís (MA) manifesta-se como um processo dinâmico e complexo, onde elementos territoriais, agentes

envolvidos e suas interações se entrelaçam mediante forças capazes de influenciar a apropriação, o planejamento e a gestão estratégica e sustentável das áreas costeiras. Trata-se da formação de um espaço estratégico, permeado por disputas e transformações.

Essa arena turística supera suas delimitações físicas e assume a forma de um campo simbólico, político e social no qual diferentes tipos de capital são articulados, orientando decisões, práticas e narrativas em torno do uso e da apropriação desses territórios. Compreender tal estrutura requer não apenas identificar os fluxos e fundamentos que a sustentam, mas também reconhecer os conflitos e negociações que continuamente a moldam, conferindo-lhe um papel central na coordenação do planejamento e na gestão integrada do litoral da região.

Conclusão

O relatório ressalta a importância de uma gestão de crises efetiva e integrada no setor turístico de São Luís, Maranhão. A análise realizada demonstra que o desenvolvimento turístico na cidade enfrenta desafios complexos, que exigem ações coordenadas entre os diferentes atores envolvidos na arena turística, incluindo entidades governamentais, setor privado, comunidades locais e organizações sociais. Essa arena, enquanto espaço de negociação e elaboração de estratégias, deve promover o diálogo e a colaboração contínua, contribuindo para uma resposta mais eficiente às pré-crisis que possam afetar o setor.

Um aspecto evidenciado ao longo do estudo é a fragilidade das ações, como campanhas de limpeza de praias, por exemplo, produzem efeitos temporários e não substituem uma política de gestão de resíduos sólidos ou de preservação ambiental de longo prazo. Além disso, o crescimento urbano desordenado, aliado à especulação imobiliária e à poluição, ameaça a atratividade das praias, prejudicando a imagem do destino turístico de São Luís e agravando os impactos socioambientais.

Outro ponto crucial refere-se à ausência de uma coordenação eficaz entre os diferentes agentes do trade turístico. A falta de uma gestão costeira integrada e baseada em conhecimento científico impede o desenvolvimento de estratégias que possam garantir a sustentabilidade a longo prazo. Segundo Vasconcelos (2005), a gestão costeira eficiente deve seguir um modelo que organize ações desde a base, incluindo a sociedade civil, até as decisões finais do governo, de modo a assegurar uma abordagem sistêmica e participativa. A ausência dessa integração compromete a capacidade da cidade de responder a crises de forma autônoma, rápida e eficiente.

A natureza das crises no setor de turismo, como apontado por Hall (2010) e Coombs (2019), é imprevisível e requer planejamento estratégico para minimizar seus efeitos. O reconhecimento de que crises podem ocorrer de forma inesperada reforça a necessidade de ações preventivas que promovam resiliência social, ambiental e econômica. Assim, a consolidação de políticas públicas que fortaleçam a infraestrutura, a governança e a capacitação técnica dos envolvidos é fundamental para assegurar uma resposta eficiente às adversidades, maximizar a recuperação e proteger os recursos naturais e culturais do

litoral de São Luís.

Por fim, para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável do turismo na região, é imperativo que se fortaleça a gestão participativa, com maior envolvimento e conscientização de todos os atores sociais. A adoção de uma abordagem integrada, baseada em conhecimento científico, e que promova práticas sustentáveis e colaborativas, é essencial para enfrentar os desafios atuais e futuros. Isso garantirá não apenas a preservação do ecossistema costeiro, mas também a manutenção do turismo como motor de desenvolvimento econômico e social na cidade de São Luís (MA)

Referências

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO DA CIDADE DE SÃO LUÍS 2023 ANO

REFERÊNCIA 2022. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<https://www.saoluis.ma.gov.br/arquivos/anuario_estatistico_de_turismo_da_cidade_de_sao_luis_-_2023_01040157.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

Coombs, W. T. (2019). Ongoing crisis communication (5º ed.). Thousand Oaks, California: Sage Publications.

CRUZ, G. dos R.; FREIRE, J. "A arena pública como espaço de participação e mobilização". In: Cadernos Metrópole, nº 10, 2003, pp. 75-102. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9200/6815>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

DAS, A. Areia das praias de São Luís está poluída, apontam pesquisadores. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/03/29/areia-das-praias-de-sao-luis-esta-poluida-apontam-pesquisadores.ghtml>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

FRANÇA, A. S.; et al. TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO DO LITORAL DE SÃO LUIS (MA). Revista do CEDS, v. 2, n. 11, 2022.

GUAYANAZ, Ana Carolina Costa Fonseca et al. Resíduos sólidos em duas praias urbanas da Ilha de São Luís-MA, Brasil: solid waste in two urban beaches of São Luís Island-MA, Brazil. Studies in Environmental and Animal Sciences, v. 3, n. 2, p. 452-460, 2022.

Hall, C. M. (2010). Crisis events in tourism: Subjects of crisis in tourism. Current Issues in Tourism

,13(5), pp. 401-417. <https://doi.org/10.1080/13683500.2010.491900>

LACERDA, R. T. DE O.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. *Gestão & Produção*, v. 19, p. 59–78, 2012.

MANZINI, E. ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROBUGEDA. [s.l.] DIAS, 1974. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf>.

Mapa Interativo de Balneabilidade - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais. Disponível em: <<https://praias.sema.ma.gov.br/sample-apps/aguas/>>.

MARANHÃO, G. DO E. DO. Laudos de Balneabilidade | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais. Disponível em: <<https://www.sema.ma.gov.br/laudos-de-balneabilidade>>.

MINAYO, M. C. DE S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621–626, 2012.

NÓBREGA, W. R. (2012). Turismo E Políticas Públicas Na Amazônia Brasileira: Instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará (Vol. Tese De Doutorado). Belém: Universidade Federal Do Pará Núcleo De Altos Estudos Amazônicos Programa De Pós-Graduação Em Desenvolvimento Sustentável Do Trópico Úmido.

NUNES, Yago Bruno Silveira. Composição e abundância de resíduos sólidos em praias urbanas da região metropolitana da ilha de São Luís–MA. *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*, v. 11,

n. 1, p. 1-12, 2018.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>.

Página - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1439/>>. Acesso em: 07 jul. 2025.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, v. 29, n. 4, p. 318–325, ago. 1995.

Poluição diminui número de turistas nas praias de São Luís. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ma/maranhao/videos-jmtv-2-edicao/video/poluicao-diminui-numero-de-turistas-nas-praias-de-sao-luis-2041545.ghml>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

Praias - turismosaoluis.com.br. Disponível em: <<https://turismosaoluis.com.br/o-que-fazer/praias/>>. Acesso em: 08 jul. 2025.

Prefeitura de São Luís realiza ação “Praia linda é praia limpa”, na área Itaqui-Bacanga. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/portal/noticias/0/3/1581/prefeitura-de-sao-luis-realiza-acao-praia-linda-e-praia-limpa-na-area-itaqui-bacanga>>. Acesso em: 23 jul. 2025.

RIBEIRO, Naiara dos Reis. Análise dos serviços da geodiversidade do litoral norte do município de São Luís-MA, Brasil. 2020. 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

Richardson, B. (1994). Socio-technical Disasters: Profile and Prevalence. *Disaster Prevention and Management: An International Journal*, 3(4), 41–69.
<https://doi.org/10.1108/09653569410076766>

SILVA, C.G., SILVA, I.C.V., SILVA, Y.J.A. & AZEVEDO-CUTRIM, A.C.G. (2016). Ecofaxina e

Educação Ambiental nos Afloramentos de Laterita da Praia do Caolho, São Luís – MA. *Rev. Cient. Centro Estudos Desenvolv. Sustent. UNDB*. Acessado em 11 jul de 2025 em:
http://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/ecofaxina_e_educa%C3%A7%C3%A3o_ambiental_praia

[_do_caolho_s%C3%A3o_lu%C3%ADs_-_celiane_gon%C3%A7alves_silva.pdf](#).

SILVA, D. C. A POLUIÇÃO DA ZONA LITORÂNEA DE SÃO LUÍS: um estudo sobre a praia do Calhau na perspectiva do turismo. 2012. Monografia (Bacharelado) - CCSO/UFMA, [S. l.], 2012.

SOARES, L. A. (2024). Sustentabilidade da orla do município de São Luís, estado do Maranhão: subsídios para o planejamento e gestão costeira (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Maranhão.

Turismo de sol e praia: orientações Básicas 2 a Edição. [s.l: s.n.]. Disponível em:

<<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>>.

VIEIRA, A. R. M. Planejamento e políticas públicas de turismo análise dos módulos operacionais do programa de regionalização do turismo no pólo São Luis – MA. *Icts.unb.br*, 28 mar. 2011.

ZAMAWE, F. Collins. A implicação do uso do software NVivo na análise de dados qualitativos: reflexões baseadas em evidências. *Malawi Medical Journal* , v. 27, n. 1, p. 13-15, 2015.

Anexos

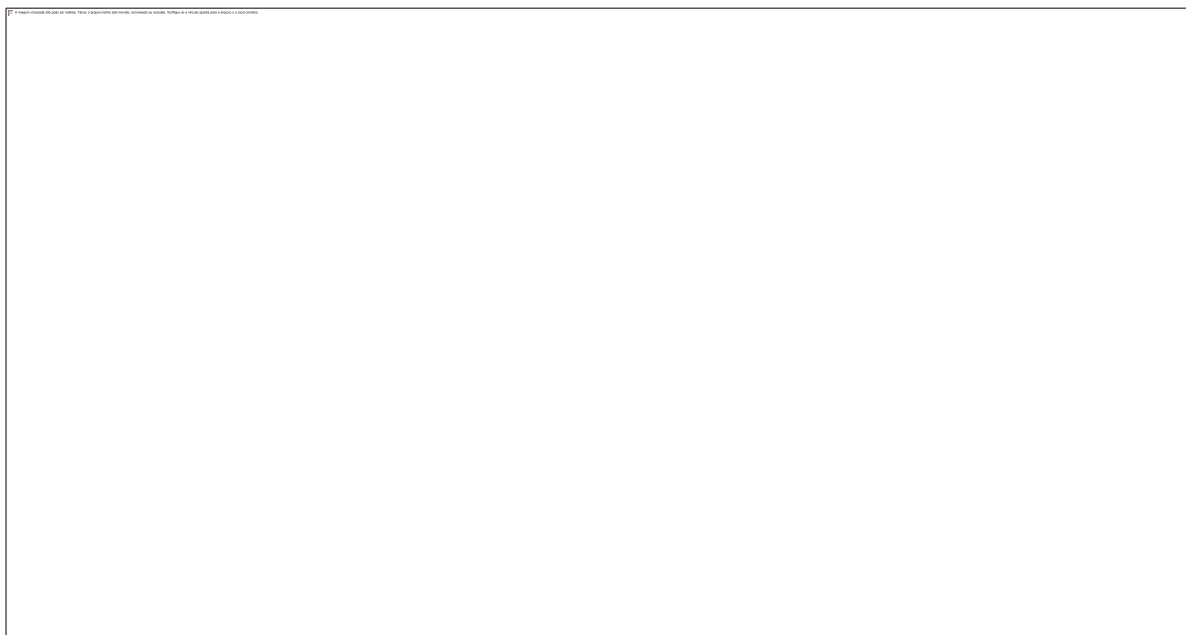
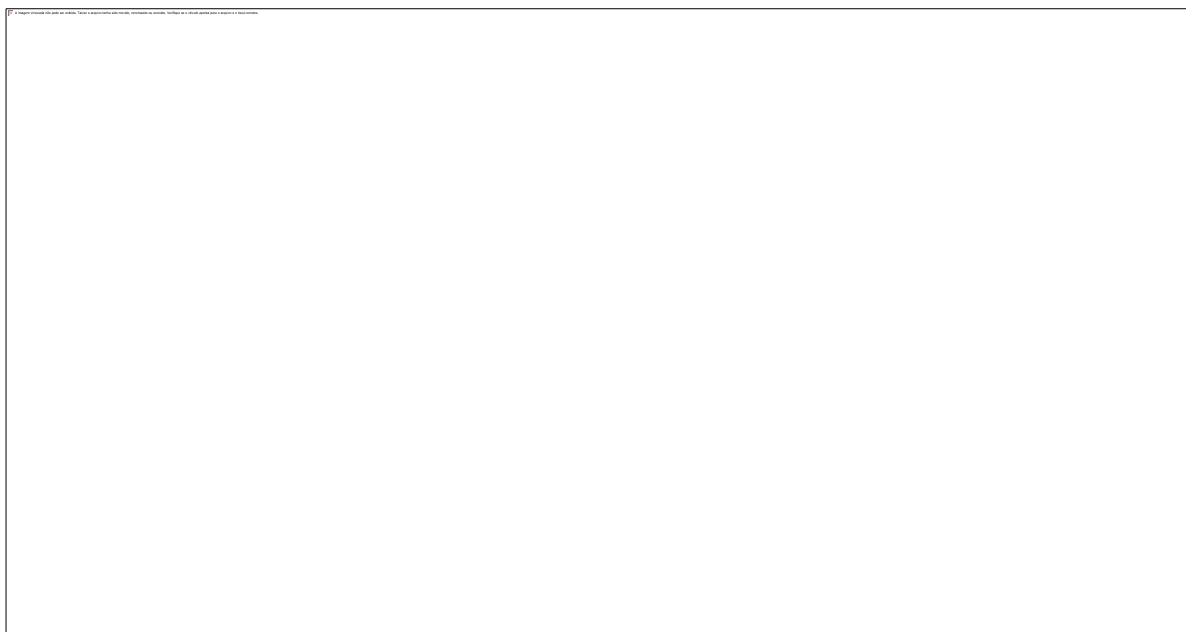
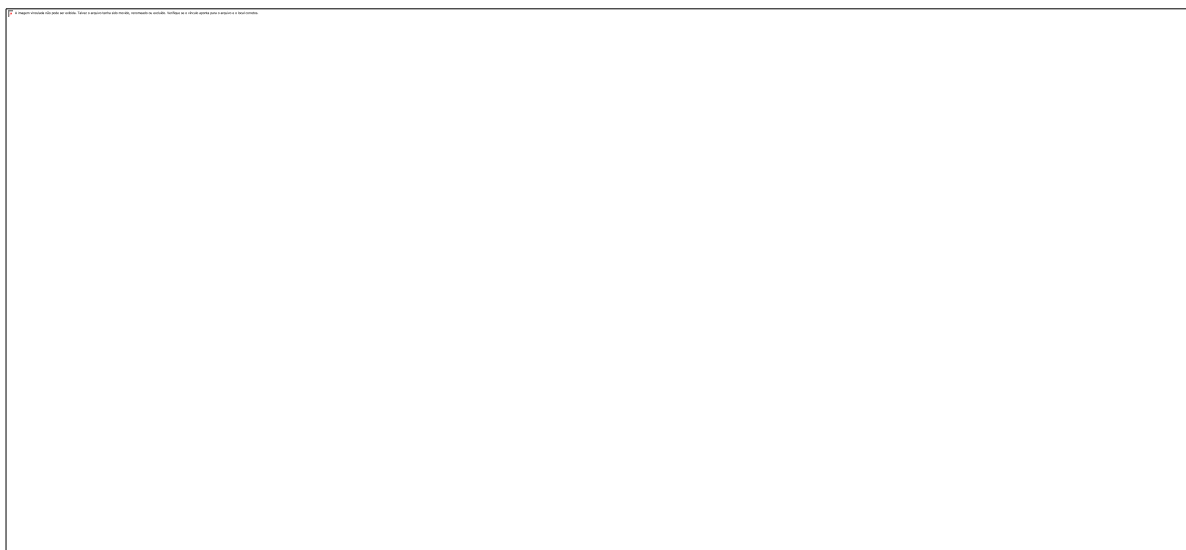


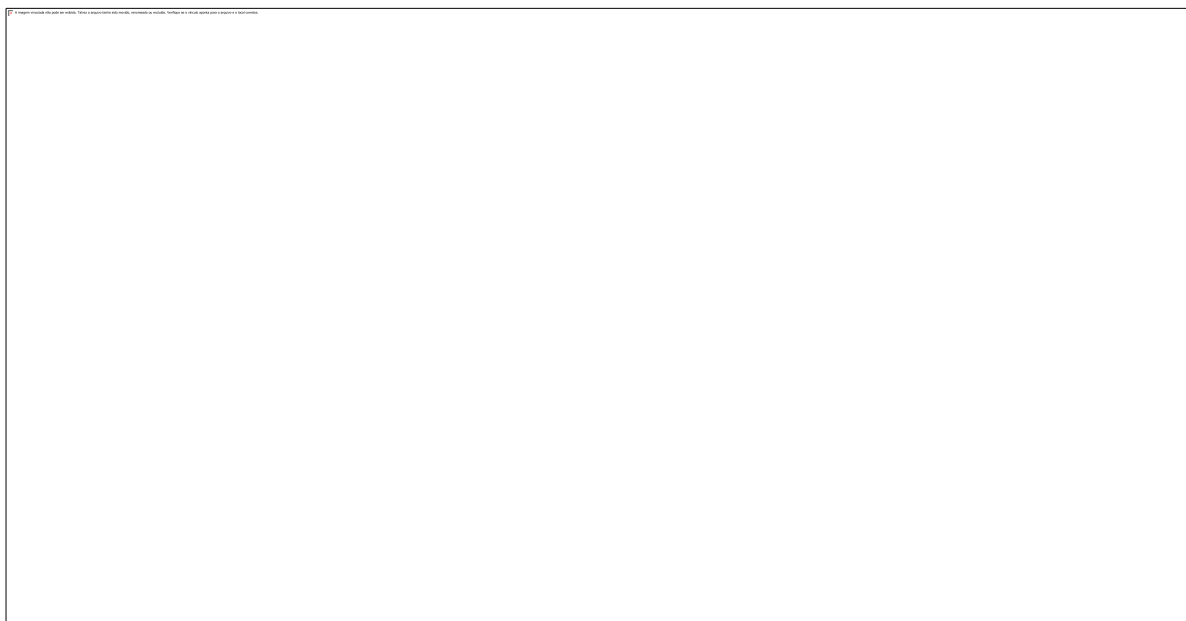
Figura 1: Mapa interativo da balneabilidade



Quadro 3: Resíduos Sólidos encontrados em praias de São Luís (MA)



Quadro 2: Segmento do turismo mais visitado do ano de 2022 em São Luís (MA)



Quadro 1: Principais atrativos turísticos visitados em 2022

CÓDIGO: HS0546

AUTOR: JULIA AMANDA CARDOSO DE ALMEIDA

ORIENTADOR: GUILHERME BRIDI

TÍTULO: A qualidade do lazer dos trabalhadores formais e informais: um estudo em Natal/RN

Resumo

Diversas pesquisas apontam para a importância do lazer para a qualidade de vida do ser humano. Entretanto, em meio a correria do dia a dia torna-se difícil vivencia-lo em sua completude, deste modo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as principais práticas de lazer dos trabalhadores formais e informais na cidade de Natal/RN e Região Metropolitana. Já como objetivos específicos, busca-se: Identificar as principais concepções de lazer dos entrevistados; Avaliar aspectos positivos e negativos da relação lazer x trabalho; Identificar os interesses de lazer mais praticados pelo público-alvo. Portanto, em prol de contribuir para melhorias na sociedade, esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento com a expectativa de concluir-se, caso mantenha o ritmo atual, no final de 2025.

Palavras-chave: Lazer; Trabalho; Qualidade de vida; Natal/RN

TITLE: The Quality of Leisure for Formal and Informal Workers: A Study in Natal, Rio Grande do Norte

Abstract

Several studies point to the importance of leisure for human quality of life. However, amidst the hustle and bustle of everyday life, it becomes difficult to fully experience it. Therefore, this study aims to analyze the main leisure practices of formal and informal workers in the challenging city of Natal, Rio Grande do Norte, and its metropolitan region. Specific objectives include: identifying the interviewees' main conceptions of leisure; assessing the positive and negative aspects of the leisure-work relationship; and identifying the target audience's most popular leisure interests. Therefore, with the goal of contributing to improvements in society, this research is currently underway and expected to be completed by the end of 2025, if it continues at the current pace.

Keywords: Leisure; Work; Quality of Life; Natal, Rio Grande do Norte

Introdução

Situações como: Acordar cedo, encarar ônibus lotado, trânsito, almoço fraco, prazos, cansaço, relacionamentos rasos, sono acumulado, são vistos como normais, assim como o salário que não dura e os boletos que não atrasam. A sociedade repete que: “tá tudo bem, graças a Deus ao menos temos saúde”.

Porém, já em 2005 uma notícia foi escrita com o seguinte título “Pesquisa do Ibmge revela: brasileiro vai mal de Saúde, mas acredita que é saudável”, nela é declarado que 140 milhões de brasileiros, ou 78,6% da população, avaliaram seu estado de saúde como bom e muito bom, contra 3,4%, ou cerca de 6 milhões de pessoas com a avaliação de “ruim ou muito ruim”.

Sendo assim, será que tá tudo bem, mesmo? Será que as pessoas estão sendo sinceras ou agindo no automático?

Desde a tenra infância é possível observar-se o desleixo e domínio sobre o ser, desenvolvendo uma sociedade ansiosa e exausta (Marcellino, 2002). Reflexão esta que espelha-se em dados como o do Ministério da previdência social (2024) que mostra uma crise de saúde mental em que o Brasil registrou mais de 470 mil afastamentos do trabalho por transtornos mentais.

Uma perspectiva que entra em embate com a velha lógica do trabalhador de “aguentar até as férias chegarem”, pois, após um longo período de trabalho árduo, as férias se tornaram palco para duas atividades: a) o descanso, b) um momento para libertação. Todavia, serão as férias capazes de abranger tamanhas expectativas? A verdade é que, no final das contas, é impossível viver os sonhos de um ano todo em alguns poucos dias. O que leva-nos à reflexão do tamanho do problema a qual a sociedade trabalhadora está envolvida. (Dumazedier, 2004)

Surgindo gradualmente pesquisas sobre o aumento dos vícios na sociedade brasileira; seja da média de horas navegando na internet, da quantidade de pessoas que ingerem bebidas alcoólicas, independente da idade, ou então do número de fumantes. (Consumer Pulse, 2025; Instituto de Pesquisa DataFolha, 2025; Ministério da saúde, 2025).

Portanto, serão estas uma tentativa de consolo, fuga ou autossabotagem?

Ainda em 2001, a banda Titãs alertava na música “Epitáfio”, sobre a história de uma pessoa, ou várias, ao cantar em lamentação e arrependimento: “Devia ter amado mais / Ter chorado mais / Ter visto o sol nascer / Devia ter arriscado mais / E até errado mais / Ter feito o que eu queria fazer”; é como a voz de diversas gerações, declarando a necessidade de viver.

Despontando a questão: tudo isso, o trabalho e as coisas que se abre mão, são a custo de quê? Viver sem preocupações? Com que dinheiro? O de um salário mínimo que mal paga as contas? Justo esse, um dos principais males, infelizmente também trata-se de um dos meios para a resolução.

É sabido que a “luta pelas 8 horas” é um grande símbolo de reivindicação do movimento operário, movido em prol de melhores condições de trabalho e de vida. Só que, não basta apenas ter um benefício, é necessário saber usá-lo; deste modo, graças a algumas heranças da sociedade industrial (desprezo ao ócio, negligência para com o ser e suas interações sociais, além da casa como lugar de passagem), geraram um vazio onde deveria estar o descanso, lazer e prazer, que é absorvido pela sociedade do consumo transformando-o em um nicho promissor (De Masi, 2000).

Pois, assim como reivindica Dumazedier (2004), é fundamental uma união entre o lazer e o trabalho para que ambos possam beneficiar o meio social e ser vivenciados de maneira benéfica.

Tendo em mente as questões levantadas, este trabalho tem como objetivo geral analisar as principais práticas de lazer dos trabalhadores formais e informais na cidade de Natal/RN e Região Metropolitana, em prol de uma possível melhoria na qualidade de vida da sociedade como um todo. Seus objetivos específicos são: identificar as principais concepções de lazer dos entrevistados; avaliar aspectos positivos e negativos da relação lazer x trabalho e identificar os interesses de lazer mais praticados pelo público-alvo.

Metodologia

Este trabalho utiliza-se do método de pesquisa quantitativo, em prol de uma melhor análise dos dados e de seu objeto de estudo. A investigação tem como intuito identificar as principais características e existência de diferenciações no lazer dos trabalhadores da cidade de Natal-RN. Como elementos da análise, serão considerados o tempo disponível, frequência de prática e o tipo de atividade/interesse realizado. A pesquisa será aplicada para uma amostra de 385 trabalhadores formais e 385 trabalhadores informais residentes em Natal e/ou região metropolitana, os questionários sendo aplicados de modo virtual e presencial, tal escolha ocorrendo por conta da dificuldade de acesso aos trabalhadores informais.

O instrumento de coleta de dados é o LAZ41, com questões a serem respondidas em uma escala likert, construído a partir da conceituação sobre os interesses do lazer, bem como sobre os fatores que influenciam essas atividades (CAMARGO, 2003; DUMAZEDIER, 1979; HAVEN et al., 2003; MARCELLINO, 2006 e SCHWARTZ, 2003;). Somente maiores de 18 anos e residentes em Natal e região metropolitana poderão responder o formulário. Após a coleta dos dados, os mesmos serão alocados e analisados no software estatístico SPSS. As

questões serão agrupadas conforme sua relação com os interesses de lazer. A descrição dos dados será realizada por meio de frequências absolutas (n), relativas (%), por média e desvio padrão. O teste Qui-quadrado será utilizado para verificar possíveis associações entre as variáveis categóricas e o teste t de Student será empregado para verificar possíveis diferenças entre grupos. Para aplicação dos testes de cruzamento de dados, serão consideradas as médias de pontuação (0 a 10) de cada resposta do questionário. Os resultados com $p > 0.05$ não serão considerados para esta análise.

Resultados e Discussões

Atualmente esta pesquisa ainda está em andamento, devido a necessidade metodológica e qualitativa de possuir 385 respostas dos trabalhadores informais para, enfim, os dados serem analisados de maneira imparcial. De todo modo, já existe um total de 855 respostas, 637 de trabalhadores formais e 218 de trabalhadores informais, tais resultados ocorreram durante a gestão da bolsista atual e da anterior. Além do projeto também contar com a participação de discentes voluntários para a dispersão de questionários e obtenção de resultados de forma mais eficiente.

E, apesar deste trabalho ainda estar em desenvolvimento, ele já dispõe de resultados que podem ser observados através do Trabalho de Conclusão de Curso da Emili com foco nos trabalhadores formais. Mendonça (2023) conclui que as atividades praticadas pelos participantes variam bastante, todavia destaca-se de maneira significativa os interesses físicos, artísticos, intelectuais e virtuais. Percebe-se o destaque dos meios tecnológicos. E menor frequência de interesses sociais, manuais e turísticos. Frisa-se que devido ao fato de a pesquisa ter sido aplicada ainda no período pandêmico, isso pode ter influenciado diretamente nessa baixa de interesses que demandam deslocamentos e ou contatos com outros sujeitos.

Todavia, é evidente que os entrevistados compreendem que o lazer é fundamental para a satisfação pessoal e equilíbrio das energias. Porém, durante a pandemia, o que já era complicado, a separação do tempo de trabalho e de lazer, ficou inviável com as residências tornando-se o limite do espaço humano. Assim, explicitando a questão sobre qual a qualidade do lazer que é praticado.

Sem esquecer da necessidade de segurança, pois com o aumento da informalidade potencializa-se ainda mais esse cenário de escassez de tempo para o lazer. Sendo que, apesar da pesquisa dos trabalhadores informais ainda ter um longo caminho a percorrer, já é palpável a dificuldade de separação de um tempo para o lazer e a falta de diversidade para escolhas.

Portanto, em prol de contribuir para melhorias na sociedade, esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento com a expectativa de concluir-se, caso mantenha o ritmo atual, no final de 2025.

Conclusão

Reitera-se que por conta deste trabalho ainda encontrar-se em processo, ele está sujeito a modificações, porém a pesquisa de Mendonça (2023) aponta para a importância que as atividades de lazer apresentam, não só para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas também para o desenvolvimento harmônico da sociedade, além dos inúmeros benefícios aos envolvidos que valorizam e praticam tais atividades. Enfatizando, então, a demanda de pesquisas como essas, presenciais e bibliográficas, para o avanço da qualidade de vida, do trabalho e da sociedade.

Referências

Brasil registra aumento no número de fumantes pela 1ª vez desde 2007, diz ministério. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/saude/brasil-registra-aumento-no-numero-de-fumantes-pela-1a-vez-desde-2007-diz-ministerio/>>. Acesso em: 06 ago. 2025

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. O que é lazer. São Paulo: Brasiliense,.

Crise de saúde mental: Brasil tem maior número de afastamentos por ansiedade e depressão em 10 anos. Disponível em:<<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/03/10/crise-de-saude-mental-brasil-tem-maior-numero-de-afastamentos-por-ansiedade-e-depressao-em-10-anos.ghtml>>. Acesso em: 06 ago 2025

DE MASI, Domenico. O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 5. Ed. [S. I.]: Editora UnB; Editora José Olympio, 2000. 354 p.

DUMAZEDIER, Joffre. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1979

DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular. 3. Ed. Av. Brigadeiro Luís Antônio , v. 3025, 2004. 333 p.

Instituto Datafolha. (2025, abril). Consumo de álcool no Brasil. Instituto Datafolha. Disponível em: <<https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2025/05/05/dtfpncnsmmbblcllca128242fasdfa.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2025

HAVEN, Claire et al. Virtual learning environments in hospitality, leisure, tourism and sport: A review. *Journal of Hospitality, Leisure, Sport and Tourism Education*, v. 2, n. 1, p. 75-92, 2003.

Mais de 9h online por dia: hiperconexão preocupa brasileiros, diz estudo. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/mais-de-9h-online-por-dia-hiperconexao-preocupa-brasileiros-diz-estudo/>>. Acesso em: 06 ago 2025

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos de lazer: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MENDONÇA, E. G. D. S. O lazer dos trabalhadores formais: um estudo em Natal e região metropolitana. Natal: 2023.

SCHWARTZ, Gisele. Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. *Licere*, v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

Pesquisa do IBGE revela: brasileiro vai mal de saúde, mas acredita é saudável - Rádio Câmara. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/257177-pesquisa-do-ibge-revela-brasileiro-vai-mal-de-saude-mas-acredita-que-e-saudavel/>>. Acesso em: 06 ago 2025

CÓDIGO: HS0558

AUTOR: MAYANNE KELLY MACEDO TORRES

COAUTOR: JOELMIR BARBOSA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: SABRINA SILVA ZACARON

TÍTULO: A realidade dos Profissionais de Saúde vinculados ao município de Natal e suas interfaces com a precarização do trabalho

Resumo

O presente relatório analisa a precarização das relações de trabalho nos serviços de saúde pública no município de Natal/RN. Trata-se de pesquisa exploratória e qualitativa, norteadas pelo método materialista histórico dialético, por entender que esse método possibilita a interpretação da realidade a partir da apreensão de suas contradições e mediações inseridas no contexto histórico. Afere que a política de saúde sustenta-se por modelos privatizantes de gestão. Ratifica a funcionalidade do setor de serviços para acumulação do capital e desregulamentação do trabalho na saúde pública municipal e ressalta-se que o setor de serviços, com ênfase na política de saúde, é o espaço em que mais se observa a precarização do trabalho. Ao publicizar os dados, espera-se contribuir para reflexões sobre precarização social do trabalho bem como para ocupação dos espaços de controle e participação social em defesa da saúde pública municipal, 100% SUS, gratuita e de qualidade.

Palavras-chave: Precarização, Trabalho, Política de Saúde.

TITLE: Work Plan on the reality of Health Professionals linked to the municipality of Natal and their interface with the precariousness of work

Abstract

This report analyzes the precariousness of labor relations in public health services in the municipality of Natal, Rio Grande do Norte. This exploratory, qualitative study is guided by the dialectical historical materialist method, understanding that this method enables the interpretation of reality by understanding its contradictions and mediations within its historical context. It finds that health policy is sustained by privatizing management models. It

confirms the role of the service sector in capital accumulation and labor deregulation in municipal public health. It emphasizes that the service sector, with an emphasis on health policy, is the space where job insecurity is most observed. By publishing the data, we hope to contribute to reflections on the social precariousness of work, as well as to the occupation of spaces of control and social participation in defense of free, high-quality, 100% SUS municipal public health.

Keywords: Precariousness, Work, Health Policy.

Introdução

O presente relatório é fruto da pesquisa “A realidade dos Profissionais de Saúde vinculados ao município de Natal e suas interface com a precarização do trabalho” vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social, e investiga as formas de contratação dos trabalhadores da saúde no município de Natal. As sistematizações aqui socializadas expressam reflexões do eixo saúde, que apreendeu essas refrações no cenário da saúde pública municipal de Natal.

O setor de serviços tem crescido exponencialmente e têm se constituído na contemporaneidade como nova modalidade de extração e acumulação de mais-valia, assumindo uma função importante e estratégica nos novos padrões de acumulação do capitalismo, potencializando a lucratividade do capital.

Essa dinâmica atual de flexibilização e precarização do trabalho não pode ser dissociada das transformações históricas nos modelos de produção, uma vez que o fordismo, predominante durante grande parte do século XX, baseava-se na padronização, na linha de montagem e na rigidez das funções, sustentado por contratos estáveis e benefícios sociais vinculados ao emprego formal. Com a crise desse modelo, especialmente a partir da década de 1970, surge o toyotismo como alternativa — priorizando a flexibilidade produtiva, a polivalência do trabalhador e a descentralização da produção. Essa transição marca o início de um novo paradigma em que a estabilidade cede lugar à incerteza e à sobrecarga individual, pavimentando o caminho para as formas ultra flexibilizadas atuais.

Esse cenário contribuiu para que as empresas brasileiras participassem da competitividade internacional, reproduzindo a particularidade sócio histórica do Brasil em conciliar arcaico com moderno. No que diz respeito ao modo de produção nacional, ocorreu-se uma junção de elementos advindos do fordismo e novas estratégias próprias das formas de acumulação flexível (Antunes, 2018). Sendo assim, a combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, busca pela melhor qualificação da força de trabalho e a prática da intensificação da exploração da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil.

Ademais, no tocante ao gerenciamento, a Constituição atual abre as portas para o setor privado adentrar o espaço público quando fala, em seu Art. 199º, que fica livre à iniciativa privada, a assistência à saúde, definindo que “as instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos” (Brasil, 1988).

Apesar de se configurarem como medidas de incremento da exploração da força de trabalho, para atender às doutrinas do capital, o município lança mão de medidas que conduzem à lógica da rentabilidade e contribuem para a dinamização da produtividade capitalista, se materializando na precarização da vida de seus próprios servidores.

Isto posto, essa pesquisa parte de um contexto histórico estratégico e perverso de contínua precarização do trabalho por parte da gestão municipal. O caminho inicia, portanto, na discussão sobre trabalho, precarização e flexibilização nos moldes do capitalismo brasileiro e afunila-se para o município de Natal, no Rio Grande do Norte, no lapso temporal do ano de 2024. Ao considerar a amplitude desse estudo, segue adiante a sistematização dos resultados encontrados sobre a gestão municipal e enuncia-se o processo de agudização da precarização do trabalho na saúde que se expressa, dentre as diversas facetas, na desregulamentação do trabalho, terceirização e medidas de privatização que se alastram nos serviços da saúde pública de Natal.

Metodologia

Recorreu-se aos pressupostos do método crítico-dialético no processo de desvelamento do real, por meio das categorias de historicidade, contradição, mediação e totalidade.

Buscou-se compreender a realidade social num contexto de contrarreforma do Estado, ajuste fiscal e desmontes da política de saúde, sobretudo no município de Natal e seus rebatimentos no mundo do trabalho. Ou seja, teoria e metodologia, na análise marxiana, partem da realidade social para captar as múltiplas determinações que se elevam na elaboração de um todo pensado relacionando particularidade, singularidade e totalidade, apreendendo a essência e a aparência do objeto, com o objetivo de criticar as relações opressivas e contrárias e propor a transformação das relações sociais.

A tipologia da pesquisa, em relação aos objetivos, se caracterizou como exploratória e descritiva e contou com a colaboração da docente coordenadora e discentes para a realização de uma ampla revisão da literatura especializada tratando de forma crítica as seguintes categorias de análise desse plano de trabalho: política de saúde, trabalho, privatização não clássica e precarização do trabalho na saúde.

A coleta de dados ocorreu mediante levantamento dos processos licitatórios, nas diferentes modalidades, cujo objeto de contratação fosse prestação de serviços ou pessoal no âmbito da saúde municipal; mapeamento das unidades de saúde de Natal; e levantamento das formas de contratação dos trabalhadores junto a Secretaria Municipal de Saúde. Os dados secundários foram encontrados no portal de transparência da prefeitura de Natal/RN.

O tratamento e a análise dos dados quantitativos foram realizados com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardim (2004).

Resultados e Discussões

Os processos de privatização e as transformações no processo reprodutivo brasileiro podem ser observadas a partir da ditadura civil-militar, mais especificamente na fase do “milagre econômico” (1968-1973), onde o Brasil se encontrava lutando uma guerra com o regime ditatorial e a acumulação. Dentre as características do início dessa nova reestruturação produtiva, Antunes (2018) destaca as contraditórias medidas de aperto no que diz respeito aos direitos sociais e simultaneamente, a expansão do mercado a partir da industrialização.

No tocante à política de saúde, a Ditadura Militar significou um período de ofensiva à saúde pública, com posicionamento privatizante por parte do Estado, bem como foi um marco da luta do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira contra a hegemonia do capital, que por sua vez, buscava definir essa área em uma mercadoria. O MRSB defendia a reordenação do modelo biomédico, a universalização das políticas sociais e a garantia de direitos como princípio fundamental para a garantia da saúde. Se configurou em um período que haviam dois projetos em disputa: o projeto privatista e o projeto de Reforma Sanitária.

Sendo os projetos em disputa de características antagônicas, estes deixavam claro os interesses do capital e da população no que se refere ao direito à saúde. Enquanto o projeto privatista promovia a degradação da saúde pública a favor de sua privatização, o projeto de Reforma Sanitária defendia a criação de um sistema universal, provocando assim uma tensão entre os movimentos.

Com a Constituição de 1988, buscava-se afirmar os direitos sociais frente à crise e as demandas de desigualdade social causadas pelo período da ditadura militar, sendo associada ao MRSB justamente por lutar para corrigir as injustiças sociais que causam a incapacidade de efetivar-se a universalização dos direitos, como o direito à saúde, afirmando então os direitos sociais e dando luz ao Sistema Único de Saúde (SUS), com seus princípios pautados na universalização, integralidade, equidade e participação social.

Em um contexto de crescimento das estratégias neoliberais, no decorrer dos anos após sua criação, há um abismo entre o projeto da Reforma Sanitária e a

prática do sistema público de saúde vigente, regido pelo projeto Privatista, o que torna evidente o aprofundamento de desmontes e retrocessos aos direitos sociais. Como resposta, o Estado oferece políticas públicas que impõem à classe trabalhadora condições demasiadamente aviltantes.

Logo, predomina a tendência de conversão dos serviços em produtores de mais-valia e de mercadorização dos serviços públicos para adentrarem no universo da geração de valor. Sendo assim, apesar dos anos ditatoriais terem marcado o engatinhar da reestruturação produtiva e acumulação flexível, foi na década de 1990 que ocorreu a sua consolidação.

No Brasil, ao longo dos anos de 1990 foi anunciada a crise do capital. Não representa uma nova crise econômica, mas, sim, uma expressão do desenrolar da crise mundial. E como para cada crise, o capital busca estratégias de retomada da acumulação, para esta, os caminhos se assentaram essencialmente no tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

Acontece, então, um reordenamento do Estado brasileiro falseando sua atuação enquanto “promotor” das políticas públicas e direitos sociais, transferindo parte dessa responsabilidade para a sociedade civil. Predomina, nessa perspectiva, a mercantilização, a privatização e a filantropização dos serviços sociais. É, nesse contexto, que ocorre a configuração de Estado em Contrarreforma ante ao Estado Democrático de Direito (Behring, 2008). No contexto de redirecionamento do papel do Estado na condução das políticas sociais, de acordo com a nova ordem econômica mundial e com a agudização dos ajustes neoliberais, o mercado tem regulado o desempenho do setor da saúde por meio de novas formas gerenciais. Trata-se da transferência do modo gerencial da iniciativa privada para o Estado, “alterando não somente a forma-Estado, como também, as relações de trabalho no âmbito dos serviços públicos, determinadas pela terceirização e aumento da exploração/intensificação e estranhamento no trabalho” (Medeiros, 2022, p. 66).

O trinômio neoliberalismo, financeirização e reestruturação produtiva transformou profundamente a classe trabalhadora, que agora passa a lidar com as crescentes formas de precarização disfarçadas de terceirização, principalmente com o aumento do setor de serviços, a flexibilização do trabalho, o aumento da exigência de cumprimento de metas, a robotização do trabalho técnico, salários baixos etc.

A terceirização nada mais é do que a transferência de determinadas atividades ou etapas de um processo produtivo para outra empresa, a chamada “prestadora de serviços”. Diante disso, é possível considerar que atualmente a terceirização tem sido um tema bastante debatido, pelo grau da sua complexidade, bem como a sua crescente presença no contexto das relações de trabalho, especialmente na saúde pública, sendo esse o campo de interesse da presente pesquisa.

No Brasil, a terceirização foi ampliada pela Lei 13.429/2017 e pela Reforma Trabalhista de 2017, dispondo assim sobre o “trabalho temporário nas empresas

urbanas” e ainda sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros” (Brasil, 2017). Observa-se que a combinação entre “padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, busca pela melhor qualificação da força de trabalho e prática da intensificação da exploração da força de trabalho” (Antunes, 2018, p. 135), foram se tornando características marcantes do capitalismo no Brasil.

O fenômeno da terceirização vem sendo mascarado no cenário nacional e internacional como mola propulsora da economia, por meio da redução de custos para quem contrata, a especialização das empresas terceirizadas prestadoras de serviços específicos, geração de mais oportunidades de emprego, dentre outros. Promete um conjunto de estratégias e políticas voltadas para as relações de trabalho menos rígidas e mais adaptáveis às necessidades do mercado e das empresas.

Todavia, apesar da campanha veiculada da flexibilização como retrato da modernização e consequente adaptação às novas realidades econômicas, devemos avaliar criticamente a forma como esta modalidade tem sido implementada no mercado de trabalho. Corroborando com Antunes (2015, 2018), a flexibilização tem gerado brechas para a exploração da força de trabalho, bem como o declínio dos direitos trabalhistas antes conquistados.

Isso posto, a terceirização contribui para a precarização do trabalho, que nas palavras de Druck (2023) é sinônimo de flexibilização. Enquanto a flexibilização é promovida como uma modernização das relações trabalhistas — valorizando a liberdade de escolha, a mobilidade e a autonomia —, a precarização revela os custos sociais dessa transformação.

A chamada flexibilidade no trabalho costuma ser associada à ideia de liberdade individual. Nesse discurso, o trabalhador seria capaz de ajustar seus horários, escolher os serviços que deseja prestar e exercer autonomia profissional. Esse modelo, em tese, valoriza a adaptabilidade e responde às novas exigências de um mercado em constante mutação, pautado pelas inovações tecnológicas e pelas dinâmicas do capitalismo globalizado. No entanto, essa narrativa muitas vezes esconde uma realidade perversa: a erosão sistemática de direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas de luta.

Posto isso, analisando o quadro nº 1 acerca dos contratos realizados pela prefeitura de Natal/RN no que tange à contratação de mão de obra para prestação de serviços, constata-se a terceirização como estratégia de gestão.

Observa-se que a Empresa JMT é responsável por aproximadamente 94% do montante global de mais de 82 milhões de reais gastos no ano de 2024 pela Prefeitura de Natal com a contratação de serviços de mão de obra terceirizados. Essa predominância da terceirização, embora possa conferir maior flexibilidade administrativa, levanta preocupações sobre as condições de trabalho dos profissionais envolvidos, o que pode repercutir na qualidade dos serviços prestados à população.

Dessa forma, o quadro suscita reflexões importantes sobre a forma como o município de Natal/RN tem estruturado sua força de trabalho, evidenciando a urgência de políticas públicas voltadas à valorização dos servidores e à garantia de relações de trabalho mais estáveis e protegidas. Sendo ainda importante considerar a forte influência que a lógica financeira dissemina, que atinge não somente a dimensão econômica, mas também “todos os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo aos modos de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, na efemeridade e na descartabilidade sem limites” (Antunes, 2018, p. 173). Nesse diapasão, Druck (2011) chama atenção para a ideologia da responsabilização individual, que naturaliza a exclusão e dificulta a mobilização coletiva dos trabalhadores, fragmentando suas experiências e isolando-os.

Seguindo essa lógica de fragmentação, ao analisar as formas de contratação dos trabalhadores da SMS do Município de Natal, constatamos uma heterogeneização, haja vista que convive-se profissionais de saúde ingressantes por meio de concurso público, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) - conforme Gráfico 01 - , com profissionais regidos pelo Regime Geral da Previdência, com vínculos precarizados e temporários, ingressantes por meio de seleção simplificada - conforme Gráfico 02 -, revelando o cenário que sustenta a tese da adoção de estratégias de precarização e flexibilização dos vínculos de trabalho pela administração municipal.

Tal configuração aponta para o uso recorrente de vínculos precários para suprir demandas essenciais da rede de saúde, sobretudo nas áreas que exigem maior cobertura assistencial. Coadunamos com Druck (2011) ao afirmar que o trabalho precário em suas diversas dimensões é um processo que dá unidade à classe que-vive-do-trabalho e que reúne também os distintos lugares em que essa precarização se manifesta. Fica evidente a precarização revelada nas relações de trabalho no âmbito da política de saúde do município de Natal, conforme demonstrado no gráfico nº 2.

No que se refere à relação constando a quantidade de profissionais de saúde por especialidade seguido do respectivo vínculo de trabalho com a SMS, a Prefeitura de Natal, embora tenha sido solicitada mediante ao Ofício 02/GEPQPSOCIAL/2025, retornou afirmando que, ainda que os dados sejam públicos, naquele momento a Secretaria não poderia disponibilizar as informações requisitadas de forma sistematizada por limitação operacional e técnica, uma vez que os dados demandam tratamento e consolidação específica, o que inviabilizou afirmar que as contratações temporárias se efetivam por meio da Lei nº 8.745/1993.

Ademais, parte-se do pressuposto que a Prefeitura tem recorrido à Lei 8.745/1993 como regra para contratação de profissionais de saúde na modalidade temporária. Trata-se de uma estratégia de não contratar/convocar profissionais por meio de concurso público, sob a justificativa de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Na prática, é uma estratégia perversa e contínua de precarização do trabalho, por meio de vínculos frágeis e menor remuneração que os trabalhadores estatutários. Para Antunes (2015), a desregulamentação, a flexibilização, a terceirização, são expressões

de uma lógica societal em que o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Alerta-se que, embora não haja produção direta de valor no trabalho do setor público, que é o caso dos serviços municipais de saúde, isso não quer dizer que não haja exploração direta do trabalho pela Prefeitura.

Apesar de a pesquisa não ter conseguido apresentar o quantitativo de profissionais temporários por modalidade de contratação, é possível identificar que a diferença na composição dos quadros (1.026 temporários X 4.616 estatutários) revela um processo de reconfiguração da gestão pública, em que a contratação temporária deixa de ser um mecanismo excepcional e passa a desempenhar papel estruturante, na medida em que o Estado mantém a titularidade dos serviços, mas transfere parte significativa da sua execução a profissionais submetidos a relações laborais mais frágeis e desprovidas de estabilidade.

Além disso, a substituição crescente de vínculos efetivos por temporários compromete a continuidade dos serviços públicos, especialmente na saúde, onde a estabilidade dos profissionais é um fator importante para o planejamento de longo prazo e o fortalecimento do vínculo com os usuários, haja vista que a rotatividade, a insegurança jurídica e a limitação de direitos inerentes aos contratos temporários fragilizam a estrutura do SUS e podem comprometer a qualidade da assistência prestada.

Em suma, o comparativo entre os gráficos denuncia uma tendência de precarização do trabalho no setor público municipal de saúde, uma vez que a substituição de concursos por contratações temporárias não apenas enfraquece os princípios constitucionais da administração pública, como também configura uma estratégia de privatização indireta, funcional à lógica do Estado gerencial, mas prejudicial à consolidação de políticas públicas universais e de qualidade.

Nesse liame, de acordo com a imagem nº 1, pelo Portal de Transparência foi possível identificar os profissionais de saúde prestadores de serviço por meio de cooperativas. Constatamos que a categoria médica prevalece nessa modalidade de vínculo.

A contratação de cooperativas médicas por administrações públicas tem se tornado uma prática cada vez mais comum no Brasil, especialmente na área da saúde. No caso de Natal, conforme a imagem nº 1, a prefeitura empenhou valores expressivos à Cooperativa Médica do RN, que ilustram a crescente participação de entidades privadas na execução de serviços públicos de saúde no município, demonstrando uma gestão baseada na terceirização de funções essenciais.

Diante disso, a justificativa mais comum para essa prática é a maior agilidade na contratação de profissionais e na prestação de serviços. Entretanto, ao transferir responsabilidades para entidades privadas, o Estado perde parte do controle direto sobre a política pública, dificultando a fiscalização e a garantia de que os serviços atendam às reais necessidades da população. Com isso, essa

delegação pode comprometer o princípio da universalidade, se resultar em restrições de acesso ou priorização de determinados grupos ou procedimentos, especialmente em contratos com metas limitadas ou ênfase em atendimentos mais rentáveis.

Conforme Cislighi (2018), existem diversas formas de apropriação privada de fundo público, a saber: o consumo do Estado, o gasto tributário, a transferência direta de fundo público e patrimônio público (como no caso das organizações sociais) e as empresas públicas e sociedades de economia mista, que, apesar de fazerem parte do Estado, são reguladas pelo direito privado. Ou seja, são estratégias de privatização que ocorrem de forma “sutil”.

Na concepção de Granemann (2011), esse arranjo é um exemplo do que se denomina “privatização não clássica”, conceito que descreve formas indiretas de transferência da execução de serviços públicos para entidades privadas, sem a venda formal de bens ou instituições estatais. Nesse modelo, o governo permanece como financiador, mas delega a execução a terceiros, como organizações sociais, fundações ou cooperativas. Nesse ínterim, afirmamos que a Prefeitura de Natal, por meio da SMS, tem se apropriado da estratégia de privatização “não clássica” através do repasse de recursos públicos às instituições privadas e também pela desobrigação do cumprimento da Lei de Licitações, de acordo com os Quadros 02 e 03.

O quadro 02 foi construído a partir de pesquisa no site da Transparência da Prefeitura de Natal, com ênfase nos contratos que dispensam licitação. Durante a coleta de dados, observou-se que, em alguns contratos, a Prefeitura não especificou o tipo de serviço a ser executado, nem o setor da saúde ao qual o contrato seria destinado, limitando-se a descrevê-lo genericamente como “ambulatorial e hospitalar”. Os serviços de alta complexidade, como hospitais e atendimentos ambulatoriais, foram identificados como os principais a serem redirecionados para a modalidade de inexigibilidade entre os diferentes níveis de atenção. Além disso, o quadro evidencia os altos valores gastos com os serviços, sendo o maior deles de R\$428.282.469,00 direcionado ao Hospital Onofre Lopes gerenciado pela EBSEH.

Já o Quadro 03, coloca em evidência somente os serviços ambulatoriais que foram encaminhados para contratos na modalidade de inexigibilidade. Dentre os cinco, três são da especialidade de oftalmologia.

Em suma, como demonstra o Quadro 04, o financiamento da saúde pública no município de Natal revela uma clara priorização da média e alta complexidade via contratação de serviços privados, por meio dos contratos intitulados como “Ambulatorial e Hospitalar”, representando o montante de R\$583.111.985,88.

O uso do fundo público para alimentar a acumulação nos ambientes privados através transferências diretas por meio de contratos e convênios com Organizações Sociais, ONGs ou fundações privadas, especialmente no setor da saúde vem sendo uma estratégia do Estado para dar continuidade do projeto privatista que visa fomentar o mercado financeiro e garantir rentabilidade para

os investidores (Brettas, 2017). A política de saúde se subordina à lógica da rentabilidade e se torna uma mercadoria instrumentalizada para valorizar o capital. Ou seja, em âmbito municipal, o sistema de saúde vêm sendo terceirizado para as privatizações não clássicas com as Parcerias Público-privadas.

No que diz respeito às unidades de saúde no Município, identifica-se, pelo quadro nº 5, que a predominância das Unidades de Saúde de Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde gerenciadas pela própria Prefeitura não interessam ao setor privado, tendo em vista a baixa lucratividade com os serviços de prevenção e manutenção do cuidado.

Com isso, ao concentrar recursos em contratos com hospitais, clínicas e laboratórios privados para realização de exames, cirurgias e internações, a Prefeitura ignora as necessidades estruturais e operacionais da rede pública municipal, tendo em vista que as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), principais responsáveis pela Atenção Primária, permanecem com deficiências históricas de infraestrutura, carência de insumos, defasagem de pessoal e limitações na oferta de serviços essenciais.

A consequência dessa lógica é a manutenção de um modelo assistencial fragmentado, com baixa capacidade de resposta local e dependência crônica da rede privada. Além disso, reforça desigualdades no acesso, penalizando a população mais vulnerável, que depende exclusivamente dos serviços públicos.

Podemos aferir que o setor serviços da saúde integra a dinâmica capitalista, incorporando uma lógica que fomenta a rentabilidade e seu papel passa a ser de dinamizador e viabilizador da produtividade do capital. Nesse constructo, corroboramos com Antunes (2018) ao afirmar que em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais. E o setor público de serviços não está imune às essas determinações. Ao contrário, ele está cada vez mais totalizado e controlado pela lógica do capital e de seu processo de mercadorização, ou seja, a forma improdutiva se converte em parte integrante do processo de geração produtiva de valor.

Conclusão

Há uma tendência de se instituir uma nova regulamentação do trabalho, ancorada na restrição de direitos trabalhistas. Prevalece uma direção política de gestão do trabalho no campo da saúde direcionada por uma racionalização dos custos com a força de trabalho, desvinculada de uma construção democrática

de relações de trabalho no serviço público, que não fortalece um processo de negociação coletiva e tende a tornar este trabalho formal numa nova expressão da flexibilização do trabalho nos serviços público.

É bem verdade que o neoliberalismo exacerbou a desigualdade social no Brasil, com uma concentração de renda nas mãos dos mais ricos e uma deterioração das condições de vida para a maioria da população trabalhadora. Para além disso, como bem discorre Antunes (2018), tivemos o enfraquecimento dos sindicatos por meio dessas políticas neoliberais que visam o movimento operário, dificultando a organização e a luta dos trabalhadores por melhores condições. Visto que, mais uma vez, os trabalhadores vivenciam a intensificação do trabalho por meio da dos trabalhadores que vão sendo submetidos a ritmos de trabalho mais intensos, jornadas mais longas e menor tempo de descanso.

Portanto, a flexibilização do trabalho, quando desvinculada de uma rede de proteção eficaz, se torna um eufemismo para a precarização. O que se apresenta como avanço é, muitas vezes, retrocesso. A modernização das relações de trabalho não pode ser confundida com desregulamentação de direitos. É imprescindível o fortalecimento de políticas públicas que garantam condições mínimas de trabalho, como jornada justa, acesso à seguridade social, remuneração adequada e proteção contra abusos. Como conclui Druck (2011), é urgente construir alternativas que resistem ao avanço da precarização, reafirmando o papel do Estado na garantia de direitos e na proteção da força de trabalho.

Esse debate exige, portanto, um olhar histórico e estrutural que compreenda como os modelos de produção - do fordismo ao toyotismo - moldaram as formas de controle e exploração do trabalho. Reconhecer essas continuidades e rupturas é essencial para que a crítica à precarização seja também uma crítica à lógica do capital em sua constante reconfiguração. Como destaca Antunes (2018), somente com organização coletiva, regulação estatal e consciência histórica será possível resistir ao avanço da precarização e construir alternativas mais humanas e justas de trabalho (Antunes, 2018).

Dessa maneira, observa-se que a Prefeitura de Natal tem recorrido à privatização e aos processos licitatórios como mecanismos de inserção e expansão do setor privado na saúde pública. Tal dinâmica evidencia a intensificação da exploração da força de trabalho e a consequente precarização dos serviços, impactando de forma direta tanto os profissionais da saúde quanto os sujeitos que deles necessitam para a garantia de sua sobrevivência e dignidade.

Referências

ANTUNES, R. O privilégio da Servidão: novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização: notas sobre o caso brasileiro. *Temporalis*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 53–76, jul./dez. 2017. DOI: <<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p53-76>>.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Privatização da gestão da saúde e precarização do trabalho no Brasil. In: RAMOS, A. et alli. (org.). Serviço Social e política de saúde: ensaios sobre trabalho e formação profissional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

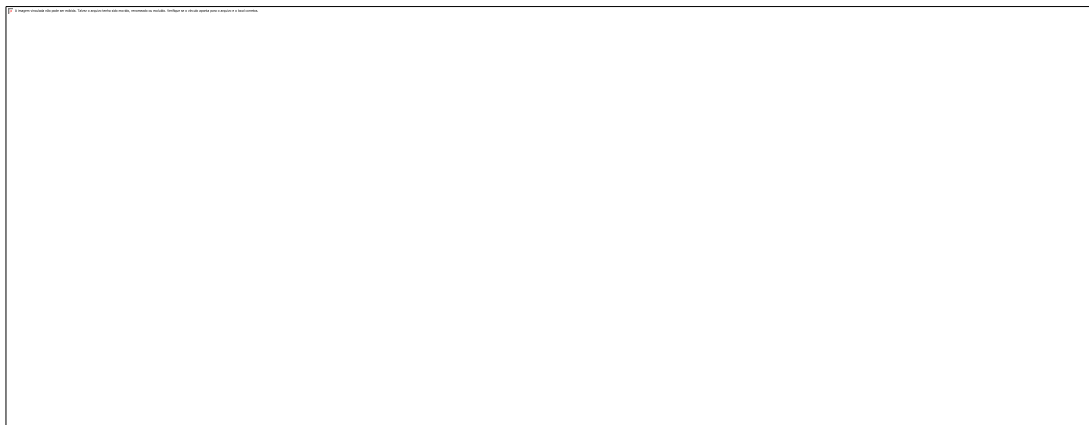
DRUCK, Graça. Miséria automatizada: a crise do valor como fundamento da precarização do trabalho. In: BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (orgs.). Labirintos da precarização do trabalho e das condições de vida. Curitiba: CRV, 2023. p. 37-66. DOI: <https://doi.org/10.24824/978652515286.8.37-66>

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Cadernos CRH V.24 nº 01. UFBA, Salvador, 2011.

GRANEMANN, Sara. Fundações estatais: projeto de Estado do capital. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo (Orgs.). Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde, estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: Uerj, Rede Sirius, 2011.

MEDEIROS, Rodrigo de Souza. Remoção por motivo de saúde de trabalhadores/as estatutários/as no Hospital Universitário Onofre Lopes: particularidades na gestão da EBSE RH. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Natal, RN, 2022.

Anexos



Quadro 01: Contratos por Prestação de Serviços de Mão de Obra no Município de Natal/RN.

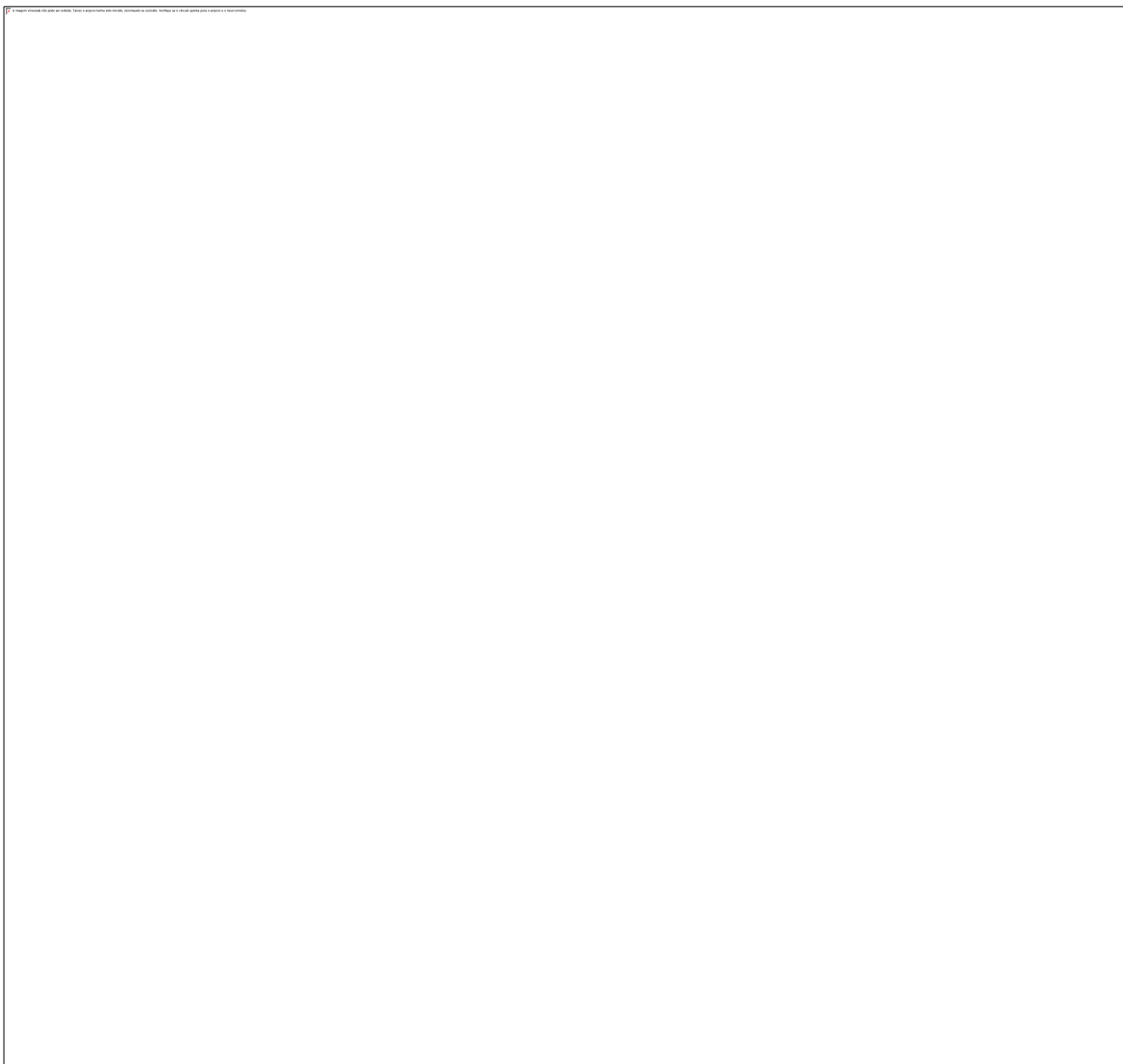


Gráfico 01: Servidores Estatutários

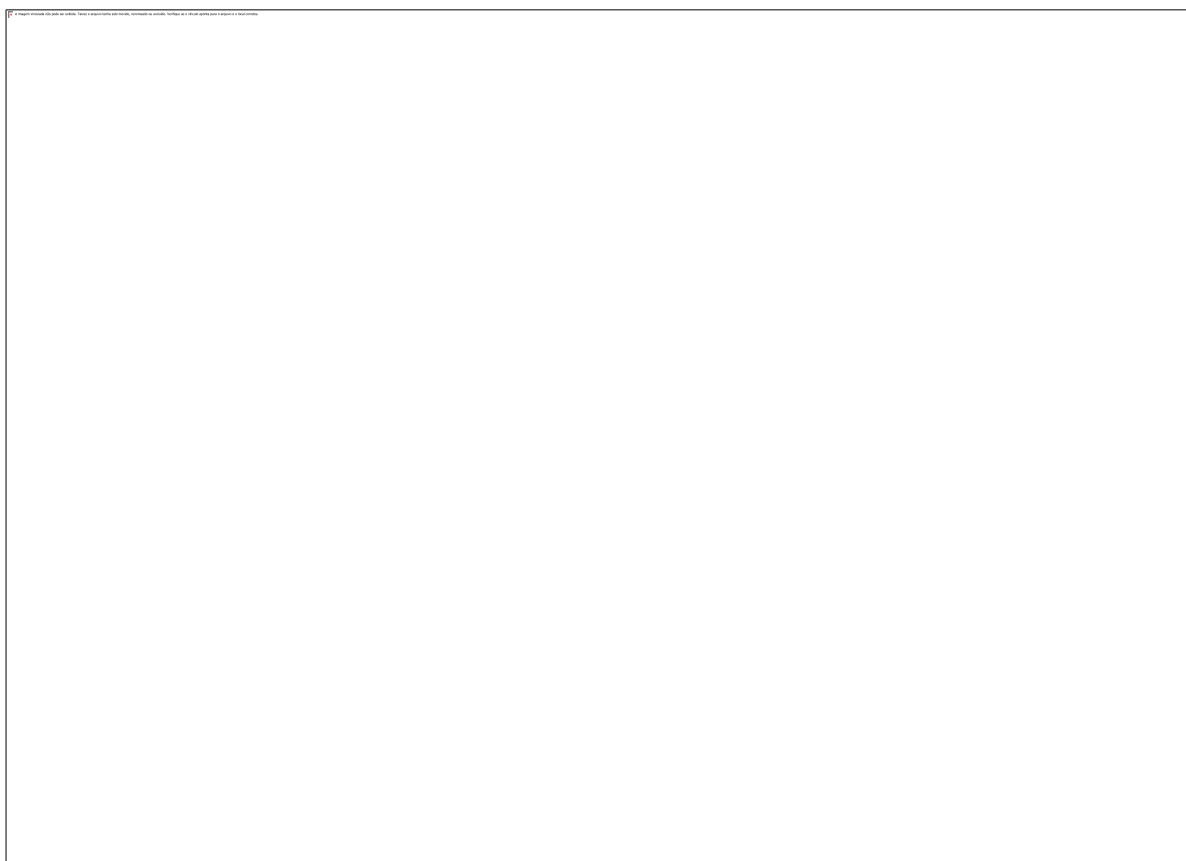


Gráfico 02: servidores temporários

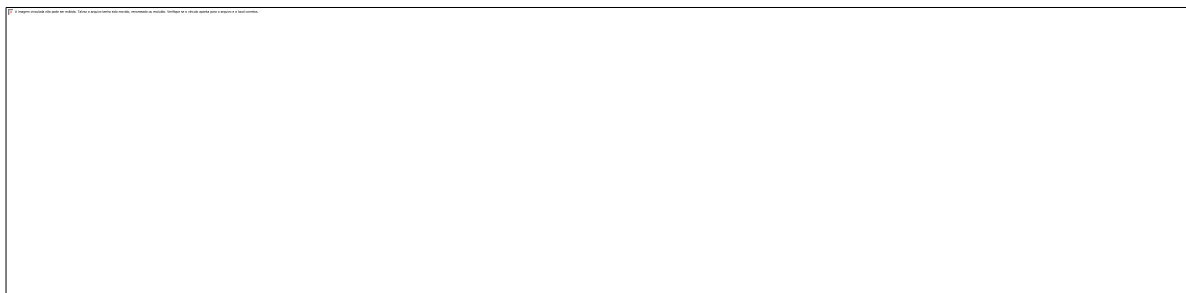
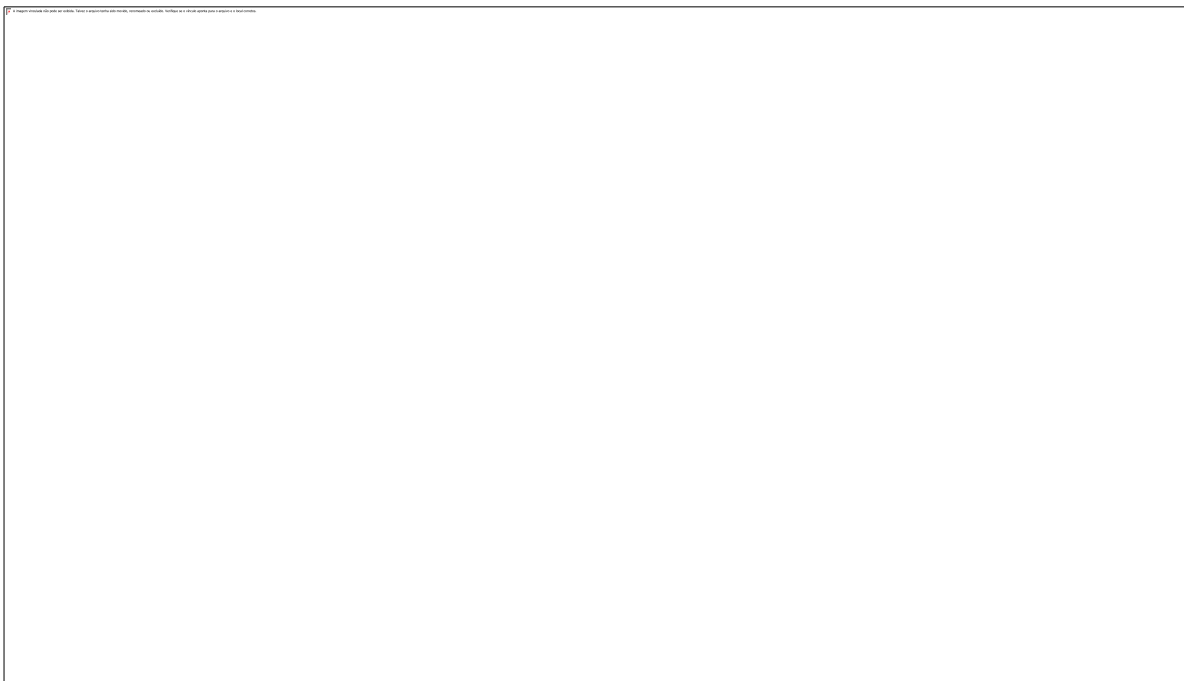
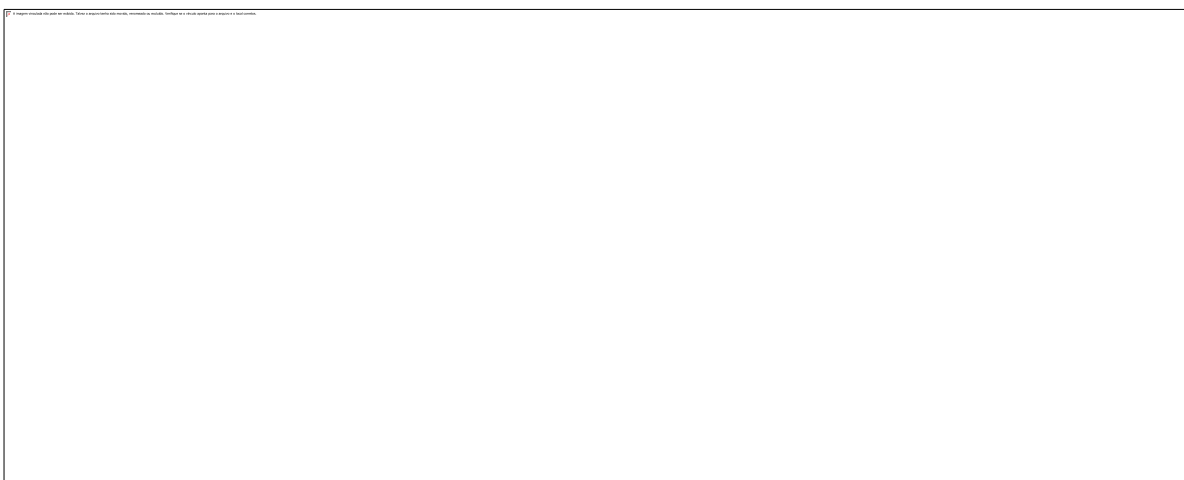


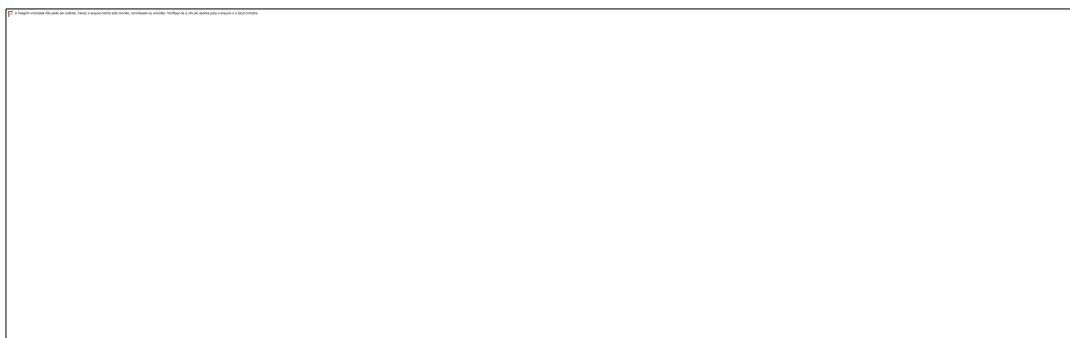
Imagem 01: despesas por cooperativa médica



Quadro 02: serviços ambulatoriais e hospitalar



Quadro 03: Contratos por Prestação de Serviços



Quadro 04: Valor Total Referente aos Contratos por Prestação de Serviços

Table content is not visible in the provided image.

Quadro 05: Unidades de Saúde por Região

CÓDIGO: HS0568

AUTOR: JOEL DO NASCIMENTO CARLOS

ORIENTADOR: CASSIANO JOSE BEZERRA MARQUES TROVAO

TÍTULO: Aplicação do IISM para o recorte de análise Beneficiários do Programa Bolsa Família

Resumo

O presente trabalho analisa o Programa Bolsa Família (PBF) sob as perspectivas keynesiana e pós-keynesiana, com foco na sua capacidade de enfrentar a insuficiência socioeconômica multidimensional no Brasil. A problemática central da pesquisa reside na persistência das desigualdades estruturais no país, mesmo diante de políticas públicas de transferência de renda, questionando-se se o PBF, além de reduzir a pobreza monetária, contribui efetivamente para mitigar outras formas de privações socioeconômicas. A justificativa do estudo baseia-se na relevância do PBF como política de redistribuição de renda em uma economia marcada por assimetrias históricas, e no potencial explicativo das abordagens keynesianas e pós-keynesianas quanto aos efeitos da demanda agregada e da distribuição de renda no crescimento e estabilidade econômica. O objetivo principal é avaliar o papel do PBF como instrumento de promoção da equidade social e estímulo à demanda agregada, à luz da teoria econômica heterodoxa, especialmente das vertentes keynesianas. Para isso, emprega-se uma metodologia quantitativa, com base em microdados da PNAD Contínua do IBGE, utilizando indicadores de insuficiência socioeconômica multidimensional para mensurar o impacto do programa. A análise empírica compara os beneficiários e não beneficiários do PBF em diversos aspectos, como acesso à educação, saneamento, mercado de trabalho e renda.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Insuficiência Socioeconômica Multidimensional.

TITLE: BOLSA FAMÍLIA AND MULTIDIMENSIONAL SOCIOECONOMIC INSUFFICIENCY IN BRAZIL (2016-2022)

Abstract

This paper analyzes the Bolsa Família Program (PBF) from Keynesian and post-Keynesian perspectives, focusing on its ability to address multidimensional socioeconomic deprivation in Brazil. The central issue of the research lies in the persistence of structural inequalities in the country, even in the face of public income

transfer policies, questioning whether the PBF, in addition to reducing monetary poverty, effectively contributes to mitigating other forms of socioeconomic deprivation. The rationale for the study is based on the relevance of the PBF as an income redistribution policy in an economy marked by historical asymmetries, and on the explanatory potential of Keynesian and post-Keynesian approaches regarding the effects of aggregate demand and income distribution on economic growth and stability. The main objective is to evaluate the role of the PBF as an instrument for promoting social equity and stimulating aggregate demand, in light of heterodox economic theory, especially Keynesian strands. To this end, a quantitative methodology is employed, based on microdata from the IBGE's Continuous National Household Sample Survey (PNAD Contínua), using indicators of multidimensional socioeconomic insufficiency to measure the program's impact. The empirical analysis compares PBF beneficiaries and non-beneficiaries in several aspects, such as access to education, sanitation, the labor market, and income.

Keywords: Bolsa Família Program; Multidimensional Socioeconomic Insufficiency.

Introdução

A desigualdade de renda e a pobreza são fenômenos históricos persistentes no Brasil, moldados por estruturas econômicas e sociais excludentes. Ao longo das décadas, diversas abordagens teóricas foram utilizadas para compreender as dinâmicas da distribuição de renda e seus impactos sobre o crescimento econômico e o bem-estar social. Em termos de escolas de pensamento, o tema da desigualdade se fez presente desde economia clássica, cujo foco estava na distribuição do excedente econômico entre trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra, passando pela crítica da Economia Política de Marx, que destacou a importância da exploração da força de trabalho enquanto mecanismo de concentração de capital e riqueza, até o pensamento keynesiano, que enfatizou o papel da demanda agregada na determinação do nível de produção e emprego. A teoria pós-keynesiana reconhece que programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, no Brasil, possuem um papel relevante na expansão da demanda agregada, dado que os multiplicadores fiscais desse tipo de programa são elevados e cumprem a função de dinamização da atividade econômica. A presente pesquisa tem como objetivo examinar o fenômeno da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) no Brasil de forma comparativa entre aqueles que são beneficiados pelo Programa Bolsa Família e os que não fazem parte do Programa, utilizando como ferramenta analítica o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM). A partir da perspectiva keynesiana e pós-keynesiana, este estudo busca responder: Quais são as diferenças em termos de ISM entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e os não beneficiários? A análise considera aspectos estruturais da pobreza e da redução das desigualdades em suas múltiplas dimensões. O estudo se justifica pela necessidade de avaliar se, e como, o Bolsa Família influencia a ISM, indo além da insuficiência de renda e examinando desigualdades em dimensões como educação, mercado de trabalho, condições habitacionais e acesso a bens e serviços públicos. Além disso, busca refletir sobre a possibilidade de se ampliar o escopo do programa para tratar os fenômenos da pobreza e das desigualdades de maneira mais abrangente. A utilização do IISM pode possibilitar uma compreensão das

limitações estruturais que perpetuam a desigualdade social, contribuindo para o debate sobre políticas sociais no Brasil. O estudo está estruturado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial teórico, abordando a evolução do pensamento econômico sobre desigualdade, assim como as contribuições keynesianas e pós-keynesianas. A seção 3 detalha a metodologia empregada, com ênfase na construção do IISM e na análise dos microdados da PNAD Contínua. A seção 4 apresenta os resultados da análise empírica, destacando as diferenças entre beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais, discutindo implicações para políticas públicas e sugestões para pesquisas futuras.

Metodologia

A base de dados utilizada neste artigo é a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) de divulgação anual, em suas primeiras visitas dos anos de 2016, 2019 e 2022. Essas pesquisas, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fornecem um conjunto abrangente de informações estruturais sobre condições de vida, habitação e demografia, essenciais para a construção do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), um indicador desenvolvido no âmbito do Projeto de pesquisa Observado a Insuficiência Socioeconômica Multidimensional no Brasil e desenvolvido por Trovão et al. (2023). O IISM permite avaliar o grau de insuficiência socioeconômica multidimensional das macrorregiões brasileiras por meio de seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Cada uma dessas dimensões é composta por diferentes indicadores que são agregados para representar a proporção de domicílios em insuficiência em cada uma delas (Trovão et al., 2023). Quando a agregação por dimensão da ISM é disposta em um plano cartesiano, a situação mais crítica seria aquela em que todos os domicílios se encontram em situação de insuficiência socioeconômica em todas as dimensões, formando um hexágono completo. Para o índice proposto, quanto menor a área do polígono formado, mais distante o objeto de análise estudado estará da máxima insuficiência, resultando em um menor valor do IISM (indicando uma situação melhor). O IISM é calculado como a relação entre as raízes quadradas da área observada e a da área máxima possível.

Resultados e Discussões

Na Figura 1, cada eixo do hexágono corresponde a uma dimensão estrutural, permitindo visualizar as disparidades entre beneficiários e não beneficiários do PBF, bem como a evolução temporal dessas desigualdades. Sob a perspectiva Pós-Keynesiana, que enfatiza a centralidade da demanda agregada e a persistência de assimetrias estruturais em economias capitalistas, os dados sugerem que o PBF atua como mecanismo minimizador de vulnerabilidades imediatas, mas não tem como enfrentar desafios sistêmicos, como a precarização laboral e a carência de infraestrutura básica. A partir da análise gráfica, observa-se uma discrepância estrutural entre os domicílios beneficiários e não beneficiários do PBF, evidenciando que aqueles que recebem o benefício apresentam níveis significativamente mais elevados de insuficiência socioeconômica em

todas as dimensões analisadas. Em 2016, os beneficiários do PBF já exibiam níveis acentuados de privação em aspectos relacionados à educação, trabalho, renda e patrimônio, condições habitacionais, acesso a bens de consumo e a serviços coletivos. Em contrapartida, os não beneficiários apresentavam um nível de insuficiência socioeconômica substancialmente inferior, reforçando a existência de um hiato estrutural entre os dois grupos. Ao comparar os resultados de 2016 e 2022, nota-se que, apesar da manutenção de desigualdades persistentes, houve mudanças importantes na estrutura das privações. Entre os beneficiários do PBF, observa-se uma leve redução da insuficiência socioeconômica em algumas dimensões, especialmente no acesso a bens de consumo e serviços coletivos, o que pode estar relacionado a políticas de ampliação do acesso à infraestrutura básica e a bens ligados ao ambiente digital. Contudo, as dimensões associadas ao trabalho e à renda permanecem críticas, evidenciando a fragilidade da inserção produtiva das famílias de baixa renda e a insuficiência dos mecanismos de mobilidade social. Sob a ótica pós-keynesiana, a análise da Figura 1 reforça a centralidade dos programas de transferência de renda na redução da desigualdade e na sustentação da demanda agregada. O Bolsa Família, ao proporcionar um alívio imediato da insuficiência de renda, contribui para um aumento do consumo das famílias em situação de vulnerabilidade, gerando efeitos multiplicadores na economia. No entanto, a persistência da insuficiência socioeconômica entre os beneficiários do programa sugere que a transferência de renda, isoladamente, não é suficiente para romper os ciclos intergeracionais de pobreza e desigualdade multidimensionais. A abordagem pós-keynesiana destaca a necessidade de políticas complementares, como investimentos em educação, infraestrutura e estímulo à formalização do trabalho, de modo a garantir uma inserção mais equitativa no mercado de trabalho e reduzir a vulnerabilidade estrutural dessas famílias. O Gráfico 1 apresenta a evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) entre os anos de 2016 e 2022, considerando três categorias de domicílios: beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), não beneficiários e a população total. Durante o período observa-se que o IISM dos beneficiários do PBF permanece sistematicamente superior ao dos não beneficiários. A distância entre os dois grupos, no entanto, não é constante ao longo do tempo, sugerindo que fatores conjunturais e mudanças nas políticas sociais pode afetar a dinâmica da insuficiência socioeconômica. Entre 2016 e 2019, observa-se uma tendência de relativa estabilidade no IISM, com uma leve redução entre os beneficiários do PBF. Essa dinâmica pode estar associada à manutenção do programa e à continuidade de políticas sociais e de acesso a serviços básicos, apesar do contexto econômico adverso decorrente da recessão de 2015-2016. Já em 2022, verifica-se uma redução do IISM, especialmente entre os beneficiários do PBF. Esse movimento pode estar relacionado ao auxílio emergencial que foi uma das medidas adotadas para minimizar os impactos da pandemia de COVID-19 e a retomada do crescimento com recuperação do mercado de trabalho, no imediato pós pandemia. Contudo, o ritmo lento de convergência entre beneficiários e não beneficiários reforça a tese Pós-Keynesiana de que políticas sociais devem ser complementadas por reformas estruturais. A teoria argumenta que, em economias marcadas por heterogeneidade produtiva e concentração de renda, a estabilização da demanda agregada via transferências é necessária, porém insuficiente. É imperativo combinar tais medidas com regulação do mercado de trabalho, tributação progressiva e investimentos em setores estratégicos (como saúde, educação e infraestrutura social) para romper ciclos de reprodução da ISM.

Conclusão

Este estudo analisou a insuficiência socioeconômica multidimensional no Brasil entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e os não beneficiários. Utilizando o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) e os microdados da PNAD Contínua, foi possível evidenciar a persistência de desigualdades profundas entre os beneficiários do programa e os não beneficiários em diversas dimensões, incluindo educação, mercado de trabalho, condições habitacionais e acesso a bens e serviços públicos. Os resultados demonstram que, embora o PBF tenha um papel significativo na redução da pobreza monetária e na melhoria de indicadores sociais, sua capacidade de transformar estruturalmente a realidade socioeconômica das famílias beneficiárias é limitada. A persistência de altas taxas de informalidade, desalento e baixas qualificações educacionais entre os beneficiários sugere que a transferência de renda, isoladamente, não é suficiente para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Sob a ótica keynesiana e pós-keynesiana, os dados analisados reforçam que políticas de transferência de renda são eficazes na manutenção da demanda agregada e na estabilidade macroeconômica, mas devem ser complementadas por políticas estruturais de geração de emprego, investimentos em educação e infraestrutura, especialmente em infraestrutura social, e regulação do mercado de trabalho. A ausência de maior integração entre o Bolsa Família e outras políticas públicas reduz seu potencial de impacto no longo prazo. Embora o programa desempenhe um papel essencial na mitigação da pobreza monetária, sua efetividade poderia ser ampliada com estratégias que favoreçam a autonomia econômica das famílias. Dados recentes indicam que uma parcela significativa dos novos postos de trabalho tem sido ocupada por beneficiários do PBF, sugerindo que o programa pode atuar como um mecanismo de transição para uma maior inclusão produtiva. Entre as principais limitações deste estudo, destaca-se a utilização de dados secundários, que, embora amplamente representativos, impõem restrições na análise de fatores qualitativos que influenciam a pobreza multidimensional. Além disso, a abordagem metodológica baseada no IISM permite captar privações objetivas, mas pode subestimar aspectos subjetivos da insuficiência socioeconômica, como percepções de bem-estar e mobilidade social. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação da análise para incluir dados mais recentes e explorar o impacto do programa sob diferentes conjunturas econômicas e políticas. Além disso, estudos qualitativos podem complementar os achados quantitativos ao investigar como beneficiários percebem as mudanças em suas condições de vida e quais são os principais desafios enfrentados na superação da pobreza. Ademais, pesquisas que avaliem os efeitos combinados do PBF com outras políticas de inclusão produtiva podem fornecer subsídios valiosos para o aprimoramento das estratégias de combate à pobreza no Brasil.

Referências

- AGESA, J.; AGESA, R. U. Market structure-driven discrimination and the earnings of subordinate managers: an analysis by union density. *Journal of Post Keynesian Economics* / Winter 2007–8, Vol. 30, No. 2 205, 2007. ARESTIS, P.; CHARLES, A.; FONTANA, G. Power, Intergroup Conflicts and Social Stratification in the United States: What has the Global Crisis Taught us? *Review of Social Economy*, Vol. 73, No. 4, 370–387, 2015. BACCARO, L.; PONTUSSON, J. Rethinking Comparative Political Economy: The Growth Model Perspective. *Politics & Society*, 1–33, 2016. BEHRINGER, J.; TREECK, T. V. Income Distribution and Growth Models: A Sectoral

Balances Approach. *Politics & Society*, 1–33, 2019. BOTTA, A. et al. Inequality and finance in a rent economy. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 2019. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patrícia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Estudo sobre contratação de trabalhadores beneficiários de programas sociais. Fundação Getúlio Vargas, 2024. BRAUNSTEIN, E.; STAVEREN, I. V.; TAVANI, D. Embedding care and unpaid work in macroeconomic modeling: a structuralist approach. *Feminist Economics* 17(4), 5–31, 2011. CARVALHO, Laura. Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2021. COSTA, D. M. et al. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. *Cad. Saúde Pública*, 2023. DYMSKI, G.; HERNANDEZ, J.; MOHANTY, L. Race, Gender, Power, and the US Subprime Mortgage and Foreclosure Crisis: A Meso Analysis. *Feminist Economics* 124-151, 2013. EDERER, S.; MAYERHOFER, M.; REHM, M. Rich and ever richer? Differential returns across socioeconomic groups. *Journal of Post Keynesian Economics*, 2020. GONÇALVES, M. P. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. *Revista Princípios*, nº 169, 2024. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Comunicados IPEA. Brasília, 2012. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão. Brasília, 2019. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão. Brasília, 2009. KALECKI, M. *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan, 1936. LAVOIE, M. *Post-Keynesian Economics: New Foundations*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014. LAVOIE, M.; STOCKHAMMER, E. *Wage-led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery*. London: Palgrave Macmillan, 2013. MORAES, V. D.; PITTHAN, R. G. V.; MACHADO, C. V. Programas de Transferência de Renda com condicionalidades: Brasil e México em perspectiva comparada. *Saúde Debate*, V. 42, N. 117, P. 364-381, 2018. PIKETTY, T. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. ROCHA, S. O programa Bolsa Família. Evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e Sociedade*, Campinas, V. 20, 2011. SEGUINO, S. Engendering Macroeconomic Theory and Policy. *Feminist Economics*, 2019. STOCKHAMMER, E. Post-Keynesian macroeconomic foundations for comparative political economy. *Politics & Society*, 1–32, 2021. STOCKHAMMER, E.; DURAND, C.; LIST, L. European growth models and working-class restructuring. *An International post-Keynesian Political Economy perspective*. *Environment and Planning A*, 1–25, 2016. SERRANO, F.; SUMMA, R. Aggregate Demand and the Slowdown of Brazilian Economic Growth from 2011-2014. *Nova Economia*, v. 25, n. 3, p. 803-833, 2015. SZYMBORSKA, H. K. Wealth structures and income distribution of US households before and after the Great Recession. *Structural Change and Economic Dynamics*, 168–185, 2019. TIPPET, B.; ONARAN, O.; WILDAUER, R. the effect of labor's bargaining power on wealth inequality in the UK, USA, And France. *Review of Income and Wealth*, Number 1, 2024. TROVÃO, C. J. B. M. *Desigualdade multidimensional: uma abordagem keynesiana*. Carta Social e do Trabalho, Campinas, n. 33, p. 47-58, 2016. TROVÃO, C. J. B. M. *Desigualdade Multidimensional: uma abordagem Keynesiana para o seu enfrentamento*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Unicamp. Campinas, SP, 2015. WORLD BANK. *The State of Social Safety Nets*. 2018.

CÓDIGO: HS0574

AUTOR: SANDY CAMILA COSTA DE MELO

ORIENTADOR: ANTOINETTE DE BRITO MADUREIRA

TÍTULO: Colette Guillaumin, raça e apropriação das mulheres

Resumo

O relatório examina alguns elementos da obra de Colette Guillaumin, pretendendo refletir sobre as categorias de raça e sexo enquanto construções históricas, explicitando como estas se entrelaçam para fundamentar a exploração e desumanização de mulheres e pessoas racializadas, perpetuando suas implicações na atualidade.

Palavras-chave: Sexagem; Racialização; Feminismo materialista francófono; Apropriação

TITLE: Colette Guillaumin, race and the appropriation of women

Abstract

The report examines some elements of Colette Guillaumin's work, aiming to reflect on the categories of race and sex as historical constructions, highlighting how they intertwine to underpin the exploitation and dehumanization of women and racialized people, while perpetuating their implications in the present.

Keywords: Sexage; Racialization; Francophone materialist feminism; Appropriation

Introdução

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa intitulada Raça e Apropriação das Mulheres, de autoria da socióloga francesa Colette Guillaumin. A análise baseia-se, sobretudo, nas obras "Prática do poder e ideia de natureza" (2014) e "Enquanto tivermos mulheres para nos dar filhos: a respeito da raça e do sexo" (1994).

A pesquisa teve como objetivo geral analisar a proposição de Colette Guillaumin acerca da relação entre a noção de raça e a apropriação das mulheres. Para atingir tal finalidade, estabeleceu como objetivos específicos: examinar a oposição ocidental entre natureza e cultura; discutir a noção de racialização de populações, corpos e seres; investigar os elementos históricos da servidão e da escravidão, compreendidos como fundamentos para o fenômeno da sexagem; e, por fim, apreender a concepção de mulher enquanto “raça” explorada, nos termos propostos pela autora.

O desenvolvimento desta pesquisa proporcionou-nos o aprofundamento em torno dos pressupostos do feminismo materialista francófono, ampliando nosso entendimento sobre as múltiplas dimensões da opressão feminina e o papel central da ideologia da natureza na justificação das desigualdades sociais. O relatório, portanto, apresenta não apenas a sistematização das análises realizadas, mas também alguns desdobramentos conceituais e críticos que emergiram ao longo da investigação, contribuindo para uma apreensão mais detida em torno das relações sociais de sexo e raça sob a perspectiva de Guillaumin.

Em seus escritos, Guillaumin dedica-se a problematizar a naturalização do processo histórico que construiu o lugar de subordinação das mulheres, situando-as como uma classe social explorada. Nessa perspectiva, sua obra oferece importantes contribuições teóricas, no âmbito do feminismo materialista francófono, para compreender a relação entre as categorias de raça e a apropriação das mulheres.

Conforme Oliveira e Madureira (2024, p. 2), o feminismo materialista francófono surgiu na França a partir da década de 1970, em meio a um conjunto de reivindicações públicas protagonizadas por sujeitos insurgentes, como mulheres, população negra, estudantes e pessoas LGBTI+. Nesse contexto, consolidou-se o Mouvement de Libération des Femmes (MLF), ou Movimento de Liberação das Mulheres, cuja expressão teórica mais significativa se deu por meio da revista *Questions Féministes*. Esse periódico reuniu escritos de autoras como Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu e Monique Wittig, que, juntas, constituíram o chamado Feminismo Materialista Francófono (FMF), responsável por uma radicalização do movimento feminista na França, centrada na crítica materialista e antinaturalista ao patriarcado e à heterossexualidade.

No âmbito do feminismo materialista francófono, Colette Guillaumin (2014) desempenha um papel central ao problematizar as formas de naturalização das categorias de sexo e raça, apreendendo-as como construções sociais e ideológicas que servem à manutenção de estruturas históricas de dominação.

Nesse percurso, foi fundamental a investigação da forma como Guillaumin (2014) articula as categorias de servidão e escravidão à condição das mulheres, bem como sua leitura das lógicas de racialização enquanto processos de desumanização estruturados tanto pelo modo de produção feudal quanto pela colonização das américas.

Tal abordagem permite pensar as mulheres enquanto figuras marcadas por um processo de apropriação coletiva que antecede e sustenta as formas privadas de dominação, como o casamento, as posicionando em um lugar estrutural de subordinação.

Metodologia

Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que adotou o método bibliográfico documental buscando apreender o pensamento da autora a partir dos fenômenos históricos por ela elencados e atravessados por relações de poder. Tal análise evidencia a relevância de sua contribuição para refletirmos sobre os traços dessa estrutura na sociedade contemporânea.

Resultados e Discussões

Os dados coletados evidenciam a pertinência da leitura de Colette Guillaumin sobre a articulação entre as categorias de raça e sexo como construções ideológicas fundamentais para a manutenção de sistemas de dominação.

Colette Guillaumin explica que tanto o sexo quanto a raça são categorias criadas socialmente para justificar a apropriação tanto material quanto simbólica de certos grupos. No caso das mulheres, Guillaumin recorre ao conceito de sexagem, elaborado por ela. Nesta perspectiva, os corpos das mulheres são apropriados pelos homens para funções de reprodução, sexualidade e trabalho.

De forma semelhante, ela analisa a raça como uma categoria que transforma pessoas em objetos coletivos de uso, especialmente a partir dos processos históricos de escravidão e colonialismo que marcaram a trajetória recente da humanidade. Nesse contexto, pessoas racializadas passaram a ser vistas como corpos disponíveis e sem autonomia, dentro de uma lógica sustentada pela apropriação e pela exploração.

O ponto em comum entre o racismo e o sexismo, segundo Guillaumin, é que ambos “coisificam” as pessoas dominadas, ou seja, retiram delas sua humanidade e as reduzem a algo inferior, como se fossem seres apenas “da natureza”, movidos por instintos, emoções ou força física (Guillaumin, 2014).

Portanto, essa forma de compreender raça e sexo como algo natural cumpre um papel ideológico importante para manter a dominação, pois naturaliza a posição subordinada dessas pessoas na sociedade, fazendo parecer que sua condição é inata e imutável, o que esconde as relações de apropriação presentes tanto no racismo quanto no sexismo, ao transformar desigualdades sociais em supostas “diferenças biológicas”.

3.1 A oposição entre natureza e cultura e sua função ideológica

Em consonância com o primeiro objetivo específico, a análise da oposição ocidental entre natureza e cultura (cf. Wittig, 1980, Madureira, 2024, Guillaumin, 2014) permite

compreender como tal dicotomia operou historicamente como justificativa para a exclusão e marginalização de certos grupos.

Ao naturalizar determinados papéis sociais o discurso dominante construiu uma hierarquia onde tais grupos eram considerados mais próximos da natureza, portanto, menos racionais e mais aptos à subordinação. Essa naturalização serviu para manter estruturas de dominação, fazendo parecer que as desigualdades não eram construções sociais, mas sim reflexos inevitáveis da “ordem natural” das coisas.

[..] O discurso da Natureza pretendia mostrar como o fato de ser tratada materialmente como coisa faz com que você seja também, no domínio mental, considerada como uma coisa. Além disso, uma visão muito utilitarista (uma visão que considera você, o instrumento) é associada à apropriação: um objeto está sempre em seu lugar e ele sempre servirá à finalidade a que se destina. É a sua “natureza”. Esse tipo de finalidade acompanha as relações de poder das sociedades humanas [...] (Guillaumin, 2014, p. 65)

Nesse sentido, é notório afirmar que a partir dessa construção histórica perpetua-se tão naturalmente a ideia de que as mulheres são naturalmente vocacionadas para o cuidado, a maternidade e o trabalho doméstico.

3.2 A racialização como processo de desumanização e apropriação

A discussão sobre a racialização de corpos, populações e seres, conforme proposto no segundo objetivo específico, evidencia a forma como a categoria "raça" foi historicamente construída para legitimar a dominação. Guillaumin demonstra que o racismo opera pela objetificação dos sujeitos racializados, que passam a ser definidos a partir de sua utilidade para o grupo dominante. Tal como a sexagem, a racialização converte sujeitos em ferramentas apropriáveis.

Essa desumanização se apoia em uma hierarquização arbitrária de pessoas com base em suas características biológicas, atribuindo-lhes uma suposta “essência natural” que serve para legitimar sua exploração, reduzindo-as à sua funcionalidade e utilidade.

Podemos dizer, com base em Guillaumin, que esse mecanismo de desumanização está intrinsecamente articulado com o modo de produção capitalista, pois carrega em suas estruturas os pilares do racismo estrutural, que está imbricado diretamente com as desigualdades de gênero e classe.

3.3 A servidão, a escravidão e a base histórica da sexagem

Ao atender ao terceiro objetivo específico, observa-se que Guillaumin estabelece um forte vínculo entre os mecanismos históricos de servidão e escravidão e a condição das mulheres enquanto grupo apropriado. A sexagem, neste sentido, é por ela apreendida como um fenômeno de dominação interligado a esses elementos, onde as mulheres são reduzidas à condição de propriedade por parte dos homens, seja no contexto do casamento, da família ou da divisão sexual do trabalho.

Quando esses elementos históricos são interligados como base para o fenômeno da sexagem, observa-se a sua assemelhação, pois o trabalho invisibilizado de reprodução

que as mulheres realizam é apropriado de maneira sistemática e estrutural, como descreve Guillaumin:

O pertencimento dos escravos aos seus senhores, o pertencimento das mulheres ao grupo dos homens (e a um homem), como ferramenta, é do mesmo tipo. Seu estatuto de ferramenta de manutenção está tão enraizado no cotidiano, nos fatos e, portanto, na cabeça, que não há surpresa, muito menos questionamento, e absolutamente nenhum mal-estar diante do fato de as mulheres garantirem materialmente a manutenção de seu possuidor e das demais propriedades e dependências desse possuidor (assim como, ademais, de todos os diversos “foras-do-jogo”, doentes, velhos, enfermos, órfãos), seja no quadro da apropriação privada (casamento), seja no quadro da apropriação coletiva (família, vida religiosa, prostituição...). (Guillaumin, 2014,p. 55)

Quando interligamos esses fenômenos observando a lógica capitalista atual travestida de liberdade, autonomia e meritocracia, vemos a continuidade das formas históricas de dominação, como a servidão e a escravidão de maneira incorporada e adaptada pelo capitalismo; nesse sentido, a sexagem também foi reformulada dentro dessa lógica, pois a dominação das mulheres sobretudo das mulheres negras e pobres é funcional à reprodução do capital.

3.4 A mulher como “raça” explorada: uma classe apropriada

Para Colette Guillaumin, apreender a noção de mulher enquanto “raça” explorada é compreender que a categoria “mulher” é uma construção social e política que opera segundo os mesmos mecanismos usados historicamente para definir, subjugar e explorar grupos racializados.

A autora afirma que o corpo da mulher é tratado como uma unidade produtora, funcionando simultaneamente como máquina e força de trabalho: produtor de filhos, de cuidado, de prazer, de afeto e de serviços domésticos (Guillaumin ano). No entanto, assim como os escravizados não eram donos da força de trabalho que exerciam, as mulheres também são expropriadas daquilo que produzem com seus corpos: seus filhos, seu tempo, seu cuidado, sua energia e seu desejo. Essa apropriação, portanto, não é apenas simbólica ou ideológica, mas material, contínua e estrutural (Godelier; Madureira, 2024).

Guillaumin explicita que essa dominação se dá por meio de uma hierarquização social, em que um grupo transforma outro grupo em apropriado a partir de certas ferramentas. Esse controle pode ocorrer tanto de forma privada, nas relações conjugais e familiares, como por meio do casamento entendido como um contrato informal de posse individual quanto também de forma coletiva, através de instituições sociais, jurídicas, religiosas e econômicas que operam a apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens.

3.5 As formas concretas da apropriação:

Guillaumin identifica diversas expressões materiais dessa relação de apropriação nas relações de sexagem, destacando quatro dimensões principais: a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) o encargo físico com membros inválidos ou dependentes do grupo.

3.5.1 Apropriação do tempo

O tempo das mulheres é socialmente apropriado de forma gratuita e naturalizada, sendo destinado ao cuidado doméstico, aos filhos e à manutenção da vida. No entanto, esse tempo não é reconhecido como produtivo, permanecendo invisibilizado tanto na economia formal quanto nas políticas públicas.

3.5.2. Apropriação dos produtos do corpo

A analogia com a escravidão se aprofunda quando Guillaumin mostra que o corpo da mulher é manipulado e explorado como se fosse propriedade alheia, reduzido à sua função de gerar filhos, alimentar, servir e satisfazer os outros. Pensando na sociedade brasileira, é possível dizer que mesmo com os avanços legais, o controle reprodutivo ainda está fora das mãos das mulheres: o acesso ao aborto legal em nosso País é limitado, e há imposições sociais que ainda associam a maternidade ao destino “natural” da mulher. Nesse sentido, seguindo as observações de Guillaumin, podemos dizer que na atualidade a autonomia sobre o corpo das mulheres segue sendo restringida por relações abusivas, falta de informação e ausência de políticas públicas.

3.5.3. Obrigação sexual

Para Guillaumin, a relação sexual no casamento não se configura como uma prática livre e consentida, mas como uma obrigação imposta à mulher, sustentada pelo suposto “direito” do homem. Nesse sentido, a autora retoma o conceito feudal de direito de primícias (cuissage), prática histórica do modo de produção feudal segundo a qual o senhor tinha o direito de passar a primeira noite após o casamento de um servo ou vassalo com a noiva deste. Para Guillaumin (2014), “o direito de primícias [cuissage] não é senão a expressão institucionalizada da cooperação entre os homens”.

Sob essa ótica, a autora busca enfatizar a exploração do corpo feminino de duas formas: no casamento, onde o contrato é formal e não há pagamento e na prostituição, onde o uso do corpo da mulher é temporário, mas envolve remuneração. No entanto, em ambos, prevalece a lógica da apropriação sexual.

3.5.4. Encargo físico com membros do grupo

As mulheres realizam trabalho intenso, contínuo e sem reconhecimento dentro das famílias, sendo esse um cuidado ininterrupto que afeta diretamente a subjetividade das mulheres, gerando desgaste extremo e perda de identidade, pois sua existência se dissolve na manutenção da vida do outro – e de sua própria.

3.6 A mulher como classe apropriada: entre objeto e posse

Por fim, Guillaumin (2014) chama atenção para a ideia da mulher como posse: um corpo material que pertence à classe dos homens. Quando mulheres reivindicam o controle sobre seus próprios corpos ao falar de aborto, prazer, menstruação ou sexualidade encontram resistência, negação e até repulsa. Essa reação é resultado direto do fato de que, na sociedade que as vê como propriedade, a mulher que se afirma como sujeito é tal como uma ameaça à ordem (Guillaumin, ano, pág).

Essa lógica de apropriação é reforçada por práticas sociais, jurídicas e culturais que legitimam a dominação masculina. Por exemplo, em casos em que ocorre a dissolução da relação conjugal, o recorrente uso simbólico dos filhos como forma de controle sobre a mãe revela que até os vínculos afetivos femininos são instrumentalizados. Em nosso País, a violência institucional, a chantagem com pensão e as falsas acusações de alienação parental também operam para manter o poder patriarcal sobre a mulher, mesmo após o término do vínculo matrimonial.

Portanto, apreender a mulher como “raça” explorada, nos termos de Guillaumin, é compreender que a dominação de gênero é estrutural, material e politicamente organizada, de forma análoga ao racismo. O grupo “mulheres” é produzido como uma classe subordinada, apropriada e útil ao grupo “homens”.

Nesse contexto, o conceito de sexagem revela-se como um fenômeno de poder que reatualiza, nos corpos femininos, os mecanismos de dominação presentes na escravidão e na servidão, no qual as mulheres permanecem submetidas a relações de apropriação que se disfarçam sob o amor, a vocação e o dever, mas que, em sua essência, mantêm a lógica da exploração e do descarte como fundamento das relações entre os sexos.

Conclusão

Podemos dizer que Guillaumin tece uma crítica reflexiva sobre o lugar das mulheres. A partir de sua análise, podemos atualizar a discussão que ela nos oferece para nos ajudar a pensar a contemporaneidade, marcada por múltiplas formas de opressão interligadas. Também afirmamos que para o feminismo materialista francófono, a obra de Guillaumin é fundamental por trazer um arcabouço teórico que articula raça e sexo como construções sociais estruturantes da dominação e exploração. Ao criticar as ideias modernas de natureza e raça, Guillaumin demonstra que essas categorias são construções arbitrárias, naturalizadas por um sistema ideológico que inscreve nos corpos marcas de inferiorização.

A partir dessa crítica, Guillaumin propõe compreender a categoria mulher de forma análoga à raça, pois ambas são resultados de processos de instrumentalização e desumanização. Sua teoria é central para o feminismo materialista francófono porque desloca o debate de uma perspectiva meramente cultural ou simbólica para as bases materiais da opressão, evidenciando que não basta desconstruir estereótipos; é também necessário transformar as estruturas econômicas, jurídicas e sociais que sustentam essas formas históricas de dominação, a começar primeiramente com a desnaturalização do que seria algo relegado ao natural.

Referências

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; FALQUET, Jules (Org.). O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole- Claude Mathieu. Recife, SOS Corpo, 2014.

Guillaumin, C. (1994). Enquanto Tivermos Mulheres para nos Dar Filhos: A respeito da raça e do sexo. Revista Estudos Feministas, 228. Nº especial/2º sem./94 - Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16106/14649>. acesso em 10/06/2025.

FALQUET, Jules. Um feminismo materialista decolonial é possível: leitura conjunta de Colette Guillaumin e de María Lugones. Prosas feministas em tempos de pandemia [livro eletrônico]/ organização Ana Elisa Cruz Corrêa, Luciana Henrique da Silva, Michelle Franco Redondo. -- 1. ed. -- Uberlândia, MG: Coleção marxismo 21, 2023. -- PDF.

WITTIG, Monique. The Straight Mind. Boston: Beacon Press, 1980. p. 20-30.

GODELIER, Maurice. A Parte Ideal do Real. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais Vol. 21. Antropologia. São Paulo, Ática, 1981 (págs. 185/203).

OLIVEIRA, Natália Wilma; MADUREIRA, Antoinette. FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO (FMF) E TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL (TRS): entre distinções e contribuições para enfrentamento ao patriarcado. Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UECE, Fortaleza, CE, 2024. ISSN: 2965-2499

MADUREIRA, Antoinette. FAMÍLIA E PARENTESCO SOB O SISTEMA-MUNDO HETEROPATRIARCAL, RACISTA-COLONIAL E CAPITALISTA NEOLIBERAL: em torno da combinatória straight de Jules Falquet. Anais do XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. UECE, Fortaleza, CE, 2024. ISSN: 2965-2499

CÓDIGO: HS0578

AUTOR: CAMYLLA CABRAL LIMA

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: a categoria do Estado na literatura do Serviço Social brasileiro (continuação)

Resumo

Este relatório trata da sistematização dos resultados da continuação do plano de trabalho intitulado “A categoria do Estado na literatura do Serviço Social brasileiro”, que integra o projeto de pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”. Essa pesquisa teve como objetivo principal responder ao problema de pesquisa: *de que forma a categoria do Estado é apresentada dentro da literatura do Serviço Social no Brasil e qual a sua relação com as políticas sociais?*. Este estudo, de caráter teórico crítico, se realizou por meio de pesquisa bibliográfica. O estudo teve como um dos resultados principais a identificação de diferentes enfoques teóricos adotados no tratamento da categoria Estado dentro da biblioteca básica do Serviço Social, expressando as diversas determinações que perpassam o Estado e as políticas sociais.

Palavras-chave: Estado; Políticas Sociais; Capitalismo; Serviço Social.

TITLE: Social Policy and Reproduction of the Workforce: the category of the State in Brazilian Social Service literature (continuation)

Abstract

This report systematizes the results of the continuation of the work plan entitled "The Category of the State in Brazilian Social Work Literature," which is part of the research project "Social Policy and Reproduction of the Workforce in Rio Grande do Norte." The main objective of this research was to answer the following research question: *how is the category of the State presented within Brazilian Social Work literature, and what is its relationship with social policies?* This critical theoretical study was conducted through bibliographical research. One of the main results of the study was the identification of different theoretical approaches adopted in the treatment of the State category within the basic Social Work library, reflecting the diverse determinations that permeate the State and social policies.

Keywords: State; Social Policies; Capitalism; Social Work.

Introdução

O presente relatório refere-se à sistematização dos resultados da continuação do plano de trabalho “A categoria do Estado na literatura do Serviço Social brasileiro”, integrante do projeto de pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”, o qual se relaciona ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Ética e Direitos - GEPTED, na área de Serviço Social e no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a categoria do Estado é apresentada dentro da literatura do Serviço Social no Brasil e qual a sua relação com as políticas sociais?

Para essa finalidade, adotou-se os seguintes objetivos específicos: 1) *Selecionar referenciais teóricos centrais utilizados dentro do Serviço Social brasileiro que apresentem análises sobre o Estado*; 2) *Analisar, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, como se apresenta a categoria do Estado*; 3) *Identificar possíveis equivalências em perspectivas e enfoques adotados sobre a análise do Estado* e 4) *Apreender como a análise sobre o Estado se conecta com o enfoque adotado sobre o tratamento das políticas sociais dentro do Serviço Social brasileiro*.

A relevância do problema de pesquisa justifica-se pela centralidade da categoria Estado para a compreensão da configuração das políticas sociais e de suas funções no sistema capitalista de produção. Nesse sentido, apreender o Estado em sua inserção no capitalismo torna-se condição indispensável para analisar as múltiplas dimensões do poder público que determinam a conformação das políticas sociais. Assim, a análise do Estado pressupõe a compreensão das dinâmicas inerentes à lógica capitalista e das relações dialéticas que o constituem.

Ademais, é inquestionável a importância do debate sobre o Estado para o Serviço Social. Isso porque, de modo geral, o trabalho da(o) assistente social se desenvolve, em grande parte, no âmbito da ação pública, materializando-se por meio das políticas sociais. A própria natureza crítica da profissão exige estudos e reflexões constantes acerca da dinâmica do trabalho do assistente social, o que implica, necessariamente, a investigação sobre o Estado. No entendimento de Netto (1996, p. 70), o processo de profissionalização do Serviço Social se estabelece a partir da vigência da ordem monopólica, visto que “ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”. Nesse sentido, a investigação acerca da determinação da profissão requer, portanto, a necessidade de se examinar a sua mediação com as políticas sociais e com o Estado. A análise desta relação, por seu turno, tem por base as “modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais” (idem).

De modo geral, tem-se uma análise histórico-dialética da configuração e ação do Estado no Brasil, a partir da qual os autores fazem mediações tanto no sentido de identificar elementos que se reproduzem na contemporaneidade, quanto no sentido de identificar as particularidades da relação do Estado com a sociedade no desenvolvimento do modo de produção capitalista brasileiro em relação ao capitalismo global.

Além disso, identificou-se uma variedade de enfoques teóricos adotados pelos autores, a partir do qual foi possível compreender as diversas dimensões que perpassam o Estado.

Isto se expressa tanto no debate em geral que as bibliografias trazem, como discussões sobre ética e gestão, quanto no enfoque teórico identificado nas discussões em que o Estado aparece.

Por fim, em três bibliografias que fundamentam este estudo, o Estado aparece em foco no contexto das “contrarreformas” neoliberais, nas bases da reestruturação produtiva do capital frente à crise de superacumulação. Esta categoria se relaciona à ideia de desmonte dos direitos sociais e das políticas sociais conquistados no período da redemocratização no Brasil em razão do al

Metodologia

O presente estudo refere-se ao plano de trabalho “A categoria do Estado na literatura do Serviço Social brasileiro”, o qual possui caráter teórico crítico e se fez por meio de leitura e análise de livros da biblioteca básica do Serviço Social brasileiro. Deve-se destacar que este relatório é resultado de uma continuação do plano de trabalho, o qual a primeira etapa baseou-se na análise de livros e artigos de Serviço Social.

Com a finalidade de melhor delimitar a amostra de pesquisa, o primeiro passo na segunda etapa do plano de trabalho foi a definição de que o estudo se daria apenas com base em livros da biblioteca básica do Serviço Social brasileiro. A escolha se fundamentou na importância que este arcabouço teórico tem na formação de profissionais assistentes sociais, já que são trabalhados em diversas disciplinas obrigatórias da graduação de Serviço Social. Após essa delimitação, realizou-se a leitura das referências simultaneamente com uma sistematização de ideias em formato de fichamento e tabulação de dados.

As leituras realizadas no processo de pesquisa correspondem a quatro obras da biblioteca básica do Serviço Social brasileiro. Embora essa coleção seja composta por um número maior de livros, foram selecionados aqueles considerados mais pertinentes ao plano de trabalho. As bibliografias analisadas foram: “Política Social: Fundamentos e História” (2017) das autoras Elaine Behring e Ivanete Boschetti; “Questão Social: Particularidades no Brasil” (2012) da autora Josiane Soares dos Santos; “Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica” (2016) dos autores Rodrigo de Souza Filho e Cláudio Gurgel; e “Ética: fundamentos sócio-históricos” (2009) da autora Maria Lúcia S. Barroco.

Além dos referenciais teóricos que fundamentam este estudo, importa destacar as referências bibliográficas do plano de trabalho anterior, os quais serviram para uma aproximação teórica enriquecedora com o objeto de estudo aqui trabalhado, são eles:

“Capitalismo Monopolista e Serviço Social” (1996) de José Paulo Netto, “A Política Social do Estado Capitalista” (2000) de Vicente de Paula Faleiros, e quatro artigos da coletânea “Política Social no Capitalismo: Tendências contemporâneas” (2009). Os artigos analisados foram: “Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil” de Marilda Villela Iamamoto; “Acumulação capitalista, fundo público e Política Social” de Elaine Rossetti Behring; “Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania” de Potyara Amazoneida Pereira Pereira; e, por fim, “Cultura política, direitos e política social” de Íris Maria de Oliveira.

O processo de pesquisa da segunda fase do plano de trabalho iniciou em setembro de 2024 e terminou em agosto de 2025. No que concerne à dinâmica do grupo de pesquisa, esta se constituiu em encontros quinzenais a fim de discutir sobre encaminhamentos metodológicos e socialização acerca dos avanços da pesquisa pelos membros de cada plano de trabalho. Intercalando com os encontros de pesquisa, aconteciam os encontros do grupo de estudos sobre O Capital, o qual foi essencial para apreensão de categorias analíticas da economia política de Marx e, nesse sentido, contribuiu para uma melhor compreensão das referências do plano de trabalho.

O processo de tabulação foi fundamental para a ordenação das leituras e sistematizações das ideias que representasse definições, naturezas e funções do Estado. Desse modo, organizou-se uma tabela com colunas denominadas como “referência”, “citação direta”, “comentário” e “categorias”. A partir da tabulação desses dados foi possível a construção de comparações entre as abordagens empregadas sobre a categoria do Estado, a fim de se encontrar posicionamentos e perspectivas unívocas, bem como as diferenciações.

Resultados e Discussões

A categoria do Estado se faz central e fundamental nas elaborações teóricas que aqui serão apresentadas, aparecendo não de forma sólida, mas dentro de uma concepção dialética, a partir de diversas dimensões fundamentais que perpassam o Estado e as políticas sociais. Nesse sentido, o Estado aparece no contexto das contrarreformas neoliberais, nas bases da reestruturação produtiva do capital frente à crise de superacumulação. De modo geral, tem-se uma análise histórico-dialética da configuração e ação do Estado, destacando-se as determinações adquiridas no solo das particularidades da formação social brasileira.

A partir da leitura e análise das referências bibliográficas, por meio da tabulação de dados, identificou-se três categorias fundamentais que aqui serão expostas em uma sequência que explicita um grau crescente de aproximação com o objeto de análise. Portanto, as categorias são “Repressão/violência”; “Legitimação Social” e “Econômica”. Estas representam faces e dimensões que perpassam o Estado em sua totalidade e determinam as configurações das políticas sociais.

A categoria “violência” aparece com destaque no debate sobre Estado em Santos (2012) e em Behring e Boschetti (2017). Considerando o percurso histórico-dialético nas duas obras, destaca-se o período do governo Vargas, no qual as autoras chamam atenção para a forma como o Estado passa a atuar de forma sistemática nas expressões da “questão social” e que possui implicações até os dias atuais.

Em “Questão Social”, Santos (2012) discorre sobre a conformação do regime de trabalho no Brasil e sobre as respostas do Estado frente às reivindicações da classe trabalhadora. Segundo a autora, a face repressiva/violenta do Estado no trato das expressões da “questão social” não é superada quando estas se tornam “caso de política” na década de 1930. Nesse sentido, para além da manutenção da “repressão stricto sensu” (violência policial/ violência física), o Estado atua de forma repressora, predominantemente, pelas estruturas do *mandonismo local e do assistencialismo* e do *teor corporativo da legislação do trabalho*. Embora a face repressiva do Estado no trato das expressões da “questão social” atinja de forma universal a classe trabalhadora, de acordo com a autora, ela atinge de formas diferenciadas o contingente da classe trabalhadora que é abarcado pelo regime de trabalho formal e pelo que não é.

Com base na perspectiva de “cidadania regulada” (Santos, 1987 apud Santos, 2012), a qual se relaciona a ideia da determinação do acesso a direitos sociais pela forma de inserção no mercado de trabalho, para além da repressão policial, os trabalhadores do regime de trabalho formal são atingidos pela “face” repressiva do teor corporativo da legislação do trabalho, que se expressa pela atenuação das potencialidades organizativas da classe trabalhadora. Já para o contingente de trabalhadores fora do regime formal de trabalho é reservado o assistencialismo, o qual se configura como medidas “preventivas” em relação às possibilidades de organização da classe trabalhadora.

No que tange o teor corporativo do Estado, Behring e Boschetti (2017) se aproximam de Santos (2012), já que ressaltam o caráter corporativo e fragmentado como característica do desenvolvimento do Estado social brasileiro. Assim, conforme Behring e Boschetti (2017)

se o governo Vargas enfrentou também com a polícia os componentes mais radicalizados do movimento operário nascente, [...] ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes.[...] (p. 145).

A partir do exposto, observa-se uma aproximação das autoras no que tange à face repressiva/violenta do Estado no trato das expressões da “questão social”. Vale ressaltar, ainda, as diferentes formas em que se manifesta esta repressão, para além da violência física/policial, determinada pelas clivagens dentro da classe trabalhadora.

Além disso, a perspectiva de violência e repressão também aparece na discussão dos rebatimentos da contrarreforma neoliberal para a classe trabalhadora em Behring e Boschetti (2017). As autoras trazem a ideia de um reforço do Estado penal no contexto de ajuste fiscal neoliberal, em que os gastos no âmbito social apresentam um crescimento vegetativo, enquanto que gastos com prisões e polícia no Brasil apresentam uma tendência de crescimento, segundo dados citados no livro. A partir desse contexto, as autoras afirmam que esta “violência que vem de cima” (Wacquant, 2011 apud Behring; Boschetti, 2017) é um componente estrutural da formação social do país e que se expressa nos dias atuais, por exemplo, pelo genocídio da juventude negra periférica como forma

de dominação política no Brasil.

A categoria “Legitimação social” se refere a mecanismos que buscam a coesão e validação social à ordem estabelecida. Nesse sentido, esta categoria foi identificada de forma mais expressiva em Filho e Gurgel (2016) e em Barroco (2009), bem como de forma pontual nos demais referenciais teóricos.

Segundo Filho e Gurgel (2016), a administração na sociedade capitalista se expressa nos campos da produção social e da reprodução social. O Estado no sistema capitalista é expressão das relações sociais de produção da sociedade e se localiza no âmbito da reprodução social. Sob este viés,

do ponto de vista da reprodução social, a finalidade do sistema capitalista deve estar orientada para garantir uma ordem social, política, jurídica e cultural fundada na dominação de classe que possibilita a manutenção da dinâmica de exploração no campo da produção (Filho; Gurgel, 2016, p. 38).

A partir disso, os autores identificam o Estado como uma superestrutura jurídica e política que tem como finalidade a manutenção da ordem capitalista – que se fundamenta na exploração do trabalho – por meio da dominação. A dominação capitalista busca legitimação por meio da difusão de ideias, mas também pela efetivação de concessões realizadas, principalmente, pelo Estado. As concessões são o atendimento a demandas e necessidades das classes exploradas por meio das políticas sociais. Nesse sentido, o Estado aparece como sendo uma figura universal, despida de interesses de classe, mas em sua essência está a dominação de classe, a qual

[...] para ser legitimada na sociedade capitalista se reveste, por um lado, de uma "racionalidade" formal-legal que omite e/ou naturaliza a sua finalidade (viabilizar a produção e apropriação privada da mais-valia, através da exploração da força de trabalho), destacando apenas a sua dimensão instrumental [...] (Filho; Gurgel, 2016, p. 41)

Esta aparente “universalidade” do Estado, a partir do qual o mesmo se apresenta despido de interesses de classes e de contradições, é brevemente pontuado em Santos (2012). Historicamente, a atuação do Estado brasileiro tem como base uma dissolução do caráter conflitivo de interesses de suas medidas, as quais são promulgadas como se fossem “concessões”. Isso aparece em Santos (2012) na discussão da consolidação do regime de trabalho, o qual é determinado pela interferência do Estado nos sindicatos com o intuito de enfraquecer o poder de barganha dos mesmos e despolitizar as medidas relacionadas à regulação do trabalho, a exemplo dos ajustes salariais, a partir do deslocamento destas decisões dos sindicatos para o âmbito do Estado.

Retornando à discussão de gestão, segundo Filho e Gurgel (2016), a burocracia é a forma particular da administração capitalista e se materializa tanto no âmbito da produção social como no da reprodução social. Assim,

podemos entender que a estrutura formal-legal e o quadro administrativo da burocracia, descritos por Weber, são expressões da normatividade da ordem burocrática adequadas para viabilizar a produção e apropriação da mais-valia (esfera da produção social) e a dominação de classe necessária para garantir a exploração da força de trabalho (esfera da reprodução social) (Filho; Gurgel, 2016, p. 53)

Diante desses elementos, compreende-se que em Filho e Gurgel (2016), o Estado tem como finalidade central a garantia das condições para a produção a apropriação da mais-valia, e nesse sentido, este busca a legitimação social do sistema capitalista de produção por meio da dominação de classe. Além disso, cabe destacar o enfoque teórico adotado pelos autores a partir da perspectiva da administração/gestão do Estado burguês, o que se

difere do enfoque adotado para o Estado em Barroco (2009).

A partir da perspectiva de que a ética é uma construção histórica da humanidade e que tem como núcleo básico a existência da divisão social do trabalho, da propriedade privada e da exploração do trabalho, Barroco (2009) discorre sobre o ethos burguês, ou seja, o modo capitalista de se comportar, o qual possui como característica a

lógica mercantil, produtora de comportamentos coisificados, expressos na valorização da posse material e espiritual, na competitividade e no individualismo; um modo de ser dirigido a atender às necessidades desencadeadas pelo mercado (idem, p. 157).

Nesse sentido, Barroco (2009) tem como enfoque teórico a análise da ideologia capitalista que

[...] como instrumento de legitimação das classes dominantes, funciona como modo de pensar e valorar a realidade sob a ótica da burguesia e das relações mercantis, contribuindo para a reprodução de uma cultura fortalecedora das relações sociais capitalistas[...] (2009, p. 162).

Com base no entendimento de que a moral atende às necessidades de integração social, Barroco (2009) explicita que

a moral se reproduz fundamentalmente como sistema normativo: conjunto de valores e normas que representam um determinado modo de ser dominante e que devem ser assimilados através do hábito para se transformar em deveres[...] (2009, p. 163).

Nesse sentido, a moral capitalista se expressa por meio das leis: “na esfera pública, ou seja, na sociedade política, vincula-se às leis constitucionais: o modo de agir em relação ao que é melhor para cada um e para o bem comum é determinado por lei” (Barroco, 2009, p. 166). Assim, entende-se que o Estado, por meio de seu aparato jurídico, reproduz valores e modos de pensar ligados ao individualismo e compõe um pilar da ideologia liberal dominante que cumpre a função social de “unificar as contradições, de ocultar as desigualdades e a luta de classes, de dissimular a dominação, reproduzindo-a no âmbito das ideias” (Barroco, 2009, p. 170).

A categoria “econômica” foi identificada em três dos referenciais teóricos deste estudo — “Política Social: Fundamentos e História” (2017); “Questão Social: Particularidades no Brasil” (2012) e “Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica” (2016) — e representa um determinante na configuração e ação do Estado em sua relação com a sociedade. Nesse sentido, autoras como Santos (2012) e Behring e Boschetti (2017) destacam o lugar de centralidade que o Estado possui, não somente quando este passa a intervir de forma sistemática nas expressões da “questão social”, como também para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

A partir de um resgate histórico-dialético de elementos da formação social brasileira, alguns autores destacam como a Independência do Brasil não significou um rompimento com a dependência aos interesses econômicos externos. Este é um ponto importante para entender os elementos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois a criação do Estado Nacional se deu com base em “forte ambigüidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes” (Behring; Boschetti, 2017, p. 101). Nesse sentido, o liberalismo trouxe avanços para o que se tinha na época, mas na realidade concreta não rompe com as práticas patrimonialistas, já que essas garantem os privilégios das classes dominantes no país e não rompe com a relação de dependência à dinâmica econômica externa.

Este elemento histórico também é resgatado por Santos (2012), a partir do qual também destaca a classe econômica que tinha possibilidades de conformar o poder político da época — senhores agrícolas. Nesse sentido, a transição de uma antiga colônia para um país com possibilidades de se desenvolver capitalista foi marcada por uma imbricação com elementos do passado: “os períodos imperial e da república não alteram significativamente essa tendência de subordinação e dependência ao mercado mundial, embora se modifiquem historicamente as condições dessa relação” (Behring; Boschetti, 2017, p. 96-97).

Nesta linha da subordinação e dependência aos interesses econômicos externos, o Estado atua na mediação destes com os interesses da burguesia local e os interesses da classe trabalhadora. Como exposto anteriormente na categoria “legitimação social”, Santos (2012) afirma que o papel político do Estado de mascarar o caráter conflitivo de interesses de suas medidas possui também uma dimensão econômica na medida que cria um cenário de estabilidade política para a consolidação do capitalismo. Além disso, a autora pontua a contribuição do Estado na socialização dos custos com o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Ao evidenciar as particularidades das expressões da “questão social” sob o enfoque do desemprego no Brasil, Santos (2012) afirma que a conformação do mercado e do regime de trabalho no país se deu fundamentada nos elementos de precariedade e flexibilidade das relações e das condições de trabalho desde suas raízes. Nesse sentido, a autora pontua que a forma de intervenção do Estado, articulado com os processos de “revolução passiva” e de “modernização conservadora”, é determinante para a particularidade que a “questão social” vem assumir:

[...] o fato é que a concentração de renda e seus fundamentos, derivados da concentração de propriedade, associada ao perfil da intervenção do Estado em termos de medidas de proteção social, produziu assim, indicadores sociais descompassados com o panorama de prosperidade econômica (Santos, 2012, p. 155).

Até aqui, tratei de expor alguns elementos históricos que as autoras trazem sobre a natureza do Estado que são essenciais para entender a sua configuração na conjuntura contemporânea do capitalismo. Assim, os elementos de subordinação e dependência com os interesses econômicos externos são resgatados na discussão sobre a caracterização do Estado no contexto de reestruturação produtiva do capital e do neoliberalismo.

No debate sobre a reestruturação produtiva do capital frente à crise dos anos 1970, a categoria “contrarreforma” do Estado aparece com destaque em Behring e Boschetti (2017) e em Filho e Gurgel (2016). De modo geral, a “contrarreforma” diz respeito a uma adequação do Estado às novas exigências do capital frente à crise estrutural de superprodução, se apresentando como um agente central nesse contexto. Para tais analistas,

tratou-se, como se pôde observar, de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980 (Behring; Boschetti, 2017, p. 205).

Behring e Boschetti (2017) têm como ponto central a discussão sobre o fundo público e afirmam o lugar de centralidade que este assume no capitalismo contemporâneo frente à dinâmica de apropriação da mais-valia futura imposta pelo domínio do capital financeiro. Por meio de uma articulação dos processos econômicos mundiais e nacionais, tendo como

base os elementos estruturantes de subordinação e dependência do Estado brasileiro, as autoras colocam o Estado como uma agente central na recuperação do capital em momentos de crise e que, se expressa no Brasil pela realocação do fundo público aos interesses do capital externo:

[...] a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (Behring; Boschetti, 2017, p. 211)

Sob este viés, as autoras tomam como enfoque da “contrarreforma” as determinações do neoliberalismo para a dinâmica do fundo público brasileiro e suas implicações para as políticas sociais e afirmam que “observa-se que o centro da “reforma”, na verdade, foi o ajuste fiscal[...]” (Behring; Boschetti, 2017, p. 210). O ajuste fiscal impõe uma lógica de redirecionamento do orçamento público das políticas sociais para o pagamento da dívida pública, e nesse sentido, o fundo público é tensionado por interesses antagônicos de classe:

[...] o fundo público sofre pressões e funciona como um elemento fundamental para a reprodução do capital e também para a reprodução da força de trabalho, ou seja, existe uma tensão desigual pela repartição do financiamento público. Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública (Behring; Boschetti, 2017, p. 238).

Embora Filho e Gurgel (2016) localizem o Estado no âmbito da reprodução social, como exposto anteriormente, os autores destacam também um tensionamento pela luta de classes em volta do orçamento público sob um horizonte de possibilidade de retração da exploração da força de trabalho, por meio da luta pela ampliação do salário indireto. Eles dizem:

Nesse quadro, podemos considerar, também, que a ampliação do trabalho pago (tempo de trabalho necessário) em detrimento do trabalho não pago (tempo de trabalho excedente) pode vir a ser viabilizado pelo salário indireto do trabalhador, constituído, principalmente, pelas políticas sociais implementadas pelo Estado, como resultado da luta de classes (Filho; Gurgel, 2016, p. 71)

Por outro lado, encontra-se um enfoque diferenciado sobre a “contrarreforma” em Filho e Gurgel (2016). Os autores discorrem sobre a “contrarreforma” a partir da sua dimensão administrativa que se expressa pela proposta gerencialista do Estado e está diretamente vinculada ao neoliberalismo. O que ocorre no âmbito da administração pública é uma transmutação das finalidades do campo da produção social – produção e apropriação da mais-valia – para o campo da reprodução social – manutenção da ordem social por meio do atendimento de necessidades/interesses das classes subalternas – e nesse sentido, a proposta gerencialista tem como finalidade central “[...]reduzir os gastos destinados às classes subalternas, para que mais recursos provindos da riqueza social produzida sejam direcionados para o processo de acumulação capitalista.” (Filho; Gurgel, 2016, p. 138).

Esta transmutação das finalidades da produção social para o âmbito da reprodução social (Estado), segundo Filho e Gurgel (2016), implica na redução das “possibilidades da esfera da reprodução social expandir suas contradições” (p. 139). Isso ocorre por meio da restrição, no âmbito da reprodução social (Estado), de aspectos que se relacionam com

sua função legitimadora à medida em que se ampliam as condições econômicas para a reprodução do capital (Filho; Gurgel, 2016).

Esta dinâmica exposta acima revela como a luta de classes tem no Estado um terreno fértil para sua dinamização, a qual define a tendência das medidas do Estado. Embora o Estado tenha como limite a manutenção das bases do modo de produção capitalista, ou seja, os interesses econômicos, pode-se concluir, a partir das leituras, que isto é constantemente tensionado pelos interesses da classe trabalhadora.

Conclusão

A exposição desses elementos que os autores trazem sobre a categoria Estado por meio das categorias identificadas revelam que esta é a expressão das relações sociais, as quais são determinadas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, existe uma imbricação direta do Estado com os processos econômicos e sociais, os quais são determinados pela luta de classe. Essas determinações do Estado influenciam a configuração das políticas sociais à medida que estas atendem a necessidades e demandas da classe trabalhadora aos moldes dos interesses do mercado, sem ameaçar a hegemonia do capital.

De modo geral, os autores sustentam as políticas sociais como sendo fragmentadas, compensatórias e pontuais. Dessa maneira, as políticas sociais são apresentadas como “medidas preventivas” às possibilidades de organização da classe trabalhadora (Santos, 2012) e como concessões realizadas pelo Estado a fim de garantir uma legitimação social (Filho; Gurgel, 2016). Destaca-se ainda como as políticas sociais tornam-se mais limitadas no contexto neoliberal, em que prevalece o trinômio: privatização, focalização e descentralização, que impõe uma dinâmica de restrição e redução de direitos (Behring; Boschetti, 2017).

Embora o Estado e as políticas sociais tenham como fundamento as relações sociais capitalistas, que se baseiam na exploração da força de trabalho, e dessa forma, reproduzem o domínio da lógica capitalista, alguns autores destacam as contradições que os envolvem à medida que também se fazem instrumento de luta política da classe trabalhadora em uma perspectiva de democratização. Filho e Gurgel (2016) e Behring e Boschetti (2017) apresentam a determinação da luta de classe frente a esses processos de disputa de projetos societários no âmbito do Estado e defendem as possibilidades de aprofundamento da democracia.

E nesse sentido, Behring e Boschetti (2017) afirmam que os conselhos de política pública são espaços de controle democrático e, dessa forma, “é um processo em curso e em

disputa, com potencialidades democráticas, mas também repleto de práticas antidemocráticas, pelas razões antes expostas” (p. 252). Na mesma linha, Filho e Gurgel (2016) afirmam o processo de democratização como estratégia para a construção do socialismo e tem como cerne a disputa das classes fundamentais pelo poder do Estado.

Portanto, conclui-se que, a partir das referências estudadas, a luta de classes é um determinante central para a orientação das medidas estatais em prol do atendimento das necessidades e demandas da classe trabalhadora sob o horizonte da emancipação humana. Nesse sentido, reforça-se a importância da investigação dessas determinações do Estado, não só para pesquisadoras(es), mas também para profissionais assistentes sociais, já que são estas que atuam na ponta das políticas sociais, no âmbito do Estado, na dinâmica da luta de classes em prol dos interesses da classe trabalhadora.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez editora, 2017. E-book.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2. ed. São Paulo: Cortez editora, 2009.

FILHO, Rodrigo de Souza; GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez editora, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez editora, 1996.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez editora, 2012.

CÓDIGO: HS0586

AUTOR: ANDREYNA KAROLLAYNE SARAIVA DE SOUSA

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de educação e classe trabalhadora

Resumo

Este relatório dispõe sobre os resultados do plano de trabalho intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de educação e classe trabalhadora” o qual integra projeto de pesquisa intitulado “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho” que tem como objetivo identificar referências teóricas centrais do Serviço Social brasileiro que abordam as políticas sociais de educação e apreender as suas funcionalidades apresentadas, analisando dentro da literatura selecionada, a relação entre processos e entidades educacionais e a estrutura do mercado de trabalho capitalista, bem como buscando fazer a análise de como as políticas sociais de educação impactam na reprodução da força de trabalho.

Palavras-chave: Educação; Políticas Sociais; Reprodução da Força de Trabalho

TITLE: Social Policy and the Reproduction of Labor Power: Social Policies of Education and the Working Class

Abstract

This report presents the results of the work plan titled 'Social Policy and the Reproduction of Labor Power: Social Policies of Education and the Working Class,' which is part of a research project titled 'Social Policy and the Reproduction of Labor Power.' The project aims to identify central theoretical references within Brazilian Social Work that address social policies of education and to grasp their presented functionalities. Within the selected literature, it analyzes the relationship between educational processes and entities and the structure of the capitalist labor market, as well as seeking to analyze how social policies of education impact the reproduction of labor power.

Keywords: Education; Social Policies; Reproduction of Labor Power

Introdução

O presente relatório sistematiza as atividades realizadas no desenvolvimento do plano de trabalho “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de educação e classe trabalhadora” inserido no projeto de pesquisa “Políticas Sociais e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”, o qual faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Ética e Direitos (GEPETED) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa foi desenvolvida no período de setembro/2024 até agosto/2025, e consistiu em encontros semanais para orientação, discussão dos resultados, em paralelo com o grupo de estudos da obra “O capital” de Karl Marx, e análise teórica dos conteúdos selecionados, tendo como principal objetivo identificar referências teóricas centrais do Serviço Social brasileiro que abordam as políticas sociais de educação e apreender as suas funcionalidades apresentadas. A partir da literatura selecionada, tornou-se possível apreender a relação entre processos e entidades educacionais e a estrutura do mercado de trabalho capitalista e analisar de que forma as políticas sociais de educação impactam na reprodução da força de trabalho. Com base nisto, o relatório discorre sobre a metodologia utilizada para alcançar os resultados, quais foram os resultados e quais as considerações foram possíveis formar com base na leitura do material selecionado.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com enfoque teórico-bibliográfico. Busca-se compreender as múltiplas determinações que envolvem as políticas sociais de educação no contexto da reprodução da força de trabalho, tomando como eixo a produção acadêmica do Serviço Social brasileiro. Inicialmente, foi realizada uma tentativa de levantamento de livros didáticos e obras de referência da área do Serviço Social que abordassem diretamente a temática da política social de educação. No entanto, após diversas buscas em bases de dados, catálogos digitais e no acervo da Biblioteca Central Zila Mamede, constatou-se uma escassez de publicações específicas sobre o tema escritas por autores da área. Essa constatação motivou o redirecionamento da pesquisa para o levantamento de artigos científicos publicados em revistas da área de Serviço Social. Para seleção das pesquisas, primeiro listou-se todas as que constam nas classificações de periódicos quadriênio (2017-2020) no Qualis Periódicos da Plataforma Sucupira. Foram localizadas 19 (dezenove) revistas da área do Serviço Social. Considerando o tempo disponível para a realização da pesquisa, seria inviável realizar as buscas em todos os 19 periódicos, e por este motivo, houve mais uma delimitação: a busca por materiais se restringiu apenas às revistas científicas classificadas como A1 no Qualis/CAPES, sendo 07 (sete no total), as quais são: 1. Argumentum (UFES); 2. Em Pauta (UERJ); 3. O Social em Questão (PUC RIO); 4. Revista de políticas públicas (UFMA); 5. Revista Katálisis (UFSC); 6. Serviço Social e Sociedade (UNIRIO) e 7. Textos e Contextos (PUC -RS) Após a delimitação das revistas foi realizado um levantamento do total de artigos publicados por cada periódico, chegando ao número total de 4.978 entre o período de 1995 até 2025, e uma busca pelas palavras-chave “política social” e “educação” ou “políticas sociais de educação” nos buscadores internos de cada site. Encontrou-se 692 artigos sobre “educação” no geral, e 254 com as palavras-chaves “políticas sociais” e “educação”. No entanto, observou-se que os mecanismos de busca disponibilizados por algumas revistas não eram confiáveis, frequentemente retornando resultados inconsistentes, como textos que não abordavam diretamente a temática pesquisada. Essa inconsistência compromete a confiabilidade

dos dados obtidos exclusivamente por meio dos buscadores, podendo gerar distorções nas análises quantitativas e qualitativas, como também representa um desafio para pesquisadores que dependem dessas ferramentas para otimizar o acesso às produções científicas. Diante disso, foi necessário realizar uma busca mais minuciosa: cada revista foi analisada individualmente, edição por edição. A análise se deu por meio da leitura dos títulos dos artigos publicados; caso o título indicasse possível relação com o tema da pesquisa, procedia-se à leitura do resumo e das palavras-chave. Apenas os textos que apresentavam efetiva pertinência à problemática da pesquisa foram selecionados para leitura na íntegra. Ao todo, apenas 34 artigos foram considerados como de fato, relacionados aos objetivos do plano de trabalho, demonstrando uma discrepância entre a busca detalhada e a feita pelo buscador do site. Paralelo a isto, foi-se construindo uma tabela para contabilizar todos os dados, como: nome da revista, número total de artigos publicados, período de publicação, total de artigos sobre “educação”, total de artigos sobre “políticas sociais de educação” e total de artigos selecionados para leitura, todos com suas devidas porcentagem para fins de análise comparativa. Ao todo, 34 artigos de 07 revistas diferentes foram lidos, sendo: 06 da Katálisis, 03 da Serviço Social e Sociedade, 04 da Textos e Contextos, 03 da Argumentum, 11 da Revista de Políticas Públicas, 05 da Em Pauta e 02 do O Social em Questão. Faz-se necessário salientar que nem todos os artigos citam expressamente o termo “Políticas Sociais de Educação”. Alguns utilizam de “políticas públicas” “políticas educacionais”, mas, foram incluídos após a leitura do resumo, por considerar que poderia contribuir para a conclusão da pesquisa, mesmo que de forma indireta ou implícita. Para que houvesse uma compreensão completa do tema, não coube a limitação à exatas palavras-chaves, pois se sim, teriam-se pouquíssimos materiais. Por fim, para sistematizar as leituras, os artigos foram tabulados, um por um, em seguintes divisões: Título, revista, palavras-chaves, resumo, citações (fichamento) e categoria de análise, aos quais discutirei os resultados a seguir.

Resultados e Discussões

Após a leitura, fichamento e sistematização dos dados e citações de cada um dos 32 artigos, publicados em revistas A1 da área de Serviço Social, foi possível identificar duas categorias principais que expressam os diferentes sentidos atribuídos às políticas sociais de educação por autores da área. Embora cada artigo apresente abordagens particulares, as produções analisadas, de forma geral, se organizam em torno de duas categorias teóricas principais: (1) As políticas sociais de educação como direito social, fruto da luta da classe trabalhadora e instrumento de reparação histórica e justiça social. (2) As políticas sociais de educação como instrumento funcional à reprodução da força de trabalho no sistema capitalista de produção. Na categoria 1 identificou-se o total de 11 artigos, enquanto na categoria 2 identificou-se 21. Aos que direcionam as políticas sociais de educação à perspectiva do direito, trazem um resgate histórico das políticas sociais, que não surgem de forma “natural” ou por boa vontade do Estado, mas são fruto das lutas históricas da classe trabalhadora para garantir acesso aos direitos fundamentais, como a educação. Um exemplo disso está na análise de Carvalho e Carvalho (2019, p. 8), ao afirmarem: “A luta pelo direito à educação que incluísse todos, pelo menos formalmente, é histórica e própria da sociedade capitalista, mas, no caso brasileiro, esta só ganhou status constitucional mais amplo na CF de 1988.” e isso é reiterado por Negreiros (2014) no artigo “A educação enquanto direito: contribuições à

reflexão das políticas educacionais na cena contemporânea”: “As políticas sociais se constituem, ao longo da história, em ações promovidas pelo Estado como estratégia para alcançar o consenso e ser legitimado politicamente tanto pelos capitalistas quanto pelos trabalhadores. Assim, elas se tornam tanto um meio de efetivar a conquista da classe trabalhadora por direitos, como, por exemplo, o direito à saúde, educação, assistência social, dentre outros, quanto forma de resolução imediata dos problemas sociais” (NEGREIROS, 2014, p.05). Apesar disso, os autores que discutem essa perspectiva reconhecem que, apesar das conquistas, os direitos são ameaçados constantemente, principalmente diante de governantes neoliberais, com projetos de privatização e desmonte do financiamento direcionado à políticas sociais. O principal debate destes textos é a contradição das políticas sociais de educação, pois embora garantam o acesso à educação a uma parcela da população, também ajudam a manter o próprio sistema capitalista, ao controlar os efeitos da desigualdade sem transformar sua causa. Um dos principais exemplos citados é a lei de cotas nº 12.711/2012, que conforme Castro (2006), foram implementadas como uma forma de garantir o acesso de minorias ao ensino superior gratuito, e que apesar de sua importância, não garante a permanência do estudante após o acesso, reproduzindo as desigualdades que supostamente combate, assim como destaca a importância de existirem outras políticas sociais integradas às de educação. A crítica, portanto, não se volta contra a política de cotas em si, mas à sua insuficiência como política isolada, incapaz de enfrentar as múltiplas questões sociais que podem impedir o pleno desenvolvimento educacional, como alimentação, transporte, jornada de trabalho, realidades familiares etc. Por outro lado, o número mais expressivo de artigos se alinha à segunda categoria, assumindo uma crítica mais direta ao papel funcional das políticas educacionais na sociedade capitalista. Essa abordagem interpreta a política educacional como parte da engrenagem da reprodução social do capital, na qual o acesso à educação, ainda que ampliado, serve fundamentalmente à formação de uma força de trabalho adequada às exigências do mercado e à manutenção da ordem social vigente. No texto “A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direito” de Lusa et al. (2019) os autores citam as políticas sociais quando contextualizam o processo histórico do capitalismo monopolista e como elas são adotadas como estratégias de manutenção do bem estar social para garantir o conformismo da população, e que aproveita-se a oportunidade de garantir que esse “investimento” dê algum retorno para o capital. “A educação dos filhos da classe trabalhadora, quando proporcionada, não se deu com o objetivo de garantir sua elevação intelectual. À medida que a indústria foi prosperando, com o desenvolvimento das forças produtivas, a educação das classes populares elevou-se gradativamente. A gratuidade e a obrigatoriedade do ensino escolar foram sistematicamente ampliadas ou estacionadas segundo os interesses da grande indústria, quer para preparar a mão de obra ativa, quer para dotar o exército de reserva de conhecimentos e habilidades necessários. É que, para ser explorado, o trabalhador necessita de uma educação elementar.” (LUSA et al., 2019, apud SANTOS; JIMENEZ; GONÇALVES, 2017, p. 69, grifo nosso). Isso evidencia que o acesso à educação pelas classes populares foi historicamente subordinado à lógica da exploração do trabalho, e não à promoção da emancipação. Guimarães e Gasparotto (2015) denunciam no texto “Política de Educação Mercantilizada: quais os seus rumos?” os desmontes das políticas sociais em detrimento de favorecer o mercado. Elas citam que quando algumas políticas educacionais foram surgindo, as políticas sociais ainda não eram consolidadas no Brasil como efetivamente direito do cidadão e dever do estado, dando espaço e força para a privatização das políticas sociais de educação, e redução do dever do Estado: “A partir

do momento em que o país adere ao ajuste, com a recomendação da redução do Estado, é que a política social na perspectiva do direito e da universalização torna-se quase uma utopia” (Guimarães e Gasparotto, 2015, p.03). Um exemplo prático, citado em alguns artigos e em especial em “Políticas de educação profissional: naturalização das expressões da questão social” (RAMOS E STAMPA, 2015) é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). As autoras problematizam que, programas como estes, que visam a oferta de cursos de curta duração e voltados predominantemente para a formação de competências técnicas específicas, precariza o processo formativo e conformam a classe trabalhadora sob o viés de “a qualificação está disponível para que dela se interessar”. Isso reforça a lógica de que a ausência de inserção ou mobilidade no mercado de trabalho decorre da insuficiente qualificação individual, deslocando para o trabalhador a responsabilidade pela sua condição social, lógica típica da ideologia meritocrática. Esses fatores contribuem para a naturalização da precarização do trabalho e das expressões da questão social, pois estimula uma corrida por certificações superficiais que atendem às demandas imediatas do mercado. A educação, inserida no contexto dos conflitos de classe, é vista como a “solução para a pobreza” ou ao menos mitigar os seus efeitos. Se faz acreditar que a educação é um direito de acesso igualitário a todos - e isso de fato é garantido em lei - e portanto a culpa se torna do indivíduo por não ser bom o suficiente para garantir o sucesso financeiro. Enquanto isso, o acesso ao conhecimento de nível mais “elevado” é reservado às elites. “ Para a formação desse tipo de força de trabalho, a classe dominante se vale da hegemonia na esfera do Estado ampliado para o desenvolvimento de políticas sociais para a educação profissional. Tais políticas coadunam com as transformações técnicas e políticas da gestão da produção capitalista, pois, ao mesmo tempo em que preparam uma parcela da classe trabalhadora para o atendimento das demandas do setor produtivo, cumprem também a função de con---formar a maior parcela da classe trabalhadora para o desemprego estrutural e para o trabalho precário diante do cenário de instabilidade permeado pela redução dos postos de trabalho, pela alta rotatividade da força de trabalho, pela crescente desregulamentação do trabalho e pela flexibilização do mercado”. (RAMOS e STAMPA, 2015, apud SOUZA, 2009,2011, p.04) . O artigo “A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate” de Lessa (2013) cita o exemplo do Programa Bolsa Família, que tem como uma das condicionalidades, a matrícula e frequência escolar. A primeira vista, pode-se compreender como uma medida de garantir que um número maior de crianças e adolescentes acesse e permaneça na escola. No entanto, visto as condições estruturais da educação brasileira, que possuem estruturas precárias, e desconsiderando os diversos contextos sociais em que o aluno está inserido. Isso parte do ponto de vista de que não importam as condições e a equidade do processo educacional, o importante é estar na sala de aula, desconsiderando o “aprendizado mais acessível, sem grandes exigências, palatável, produtivista, independentemente da qualidade e do aligeiramento da formação.” (LESSA, 2013). Dito isso, a verdadeira função de educar é diluída em interesse ao capital, que também necessita de mão de obra ativa, e que seja explorado sem questionar. “[...] Quanto mais necessidade de conformar a força de trabalho para a lógica produtiva vigente, maior destaque receberá a educação. A escola, portanto, como uma instituição classista, de grande visibilidade social, palco dos conflitos de classe e espaço em que a chamada questão social, em suas múltiplas faces, se manifesta, não atuará no combate à desigualdade, mas sim na atenção à pobreza e conformação dos pobres.” (LESSA, 2013, p.13). As políticas sociais estão diretamente ligadas ao modo

em como o Estado funciona dentro do sistema capitalista, conforme cita SANTOS (2014) no artigo “A Crise Atual do Capital na Conformação do Estado Contemporâneo e Gestão da Educação”, a educação tem sido cada vez mais moldada por uma lógica de mercado, com foco em produtividade, metas, avaliação de desempenho e até competição entre escolas. Isso faz com que a escola perca parte de seu papel crítico e passe a funcionar como uma empresa, preocupada em “mostrar resultado” e formar pessoas adaptadas ao mercado de trabalho. Esses fatores são reiterados por Andrade e Motta (2022) no texto “A mídia e a produção do consenso em torno das políticas educacionais: o caso do novo ensino médio”, em que as autoras exemplificam o Novo Ensino Médio como política educacional voltada para a adaptação do sujeito às exigências do mercado (incluindo matérias como empreendedorismo na grade curricular) e não para a formação integral e emancipadora dos estudantes. Entende-se que o Novo Ensino Médio não se trata de uma política social, mas sim organizacional, mas que é fundamental para compreensão de como a ascensão ultraliberal e conservadora tem se infiltrado na educação do Brasil contemporâneo.

Conclusão

A pesquisa evidenciou a escassez de produções específicas do Serviço Social sobre a temática da educação. A ausência de materiais bibliográficos que sirvam de base teórica para o aprofundamento desse tema, bem como a dificuldade de encontrar artigos que tratassem explicitamente da categoria, denuncia a fragilidade e o empobrecimento do debate dos autores da área sobre um campo fundamental para compreender a constituição e reprodução das desigualdades sociais. Essa lacuna obrigou a ampliar os critérios de seleção, incluindo textos que abordavam “políticas educacionais”, “políticas públicas” ou que, mesmo indiretamente, contribuíssem para a formulação do pensamento crítico. Outro aspecto relevante observado foi a acessibilidade às produções científicas. Há limitações nos mecanismos de busca das revistas, que retornam resultados distintos e muitas vezes insuficientes. Isso pode comprometer o encontro de artigos pertinentes e desestimular pesquisadores e estudantes, que no cotidiano não dispõem de tempo para levantamentos tão detalhados como o realizado aqui. Quanto às leituras, a principal conclusão é que as políticas sociais de educação se situam num campo marcado por contradições. Por um lado, são conquistas históricas da classe trabalhadora, materializadas em instrumentos legais e programas que ampliam o acesso ao ensino e possibilitam processos de reparação histórica para grupos socialmente subalternizados. São inegáveis os avanços que possibilitaram, ainda que de forma desigual, a democratização do acesso à educação. Por outro lado, os textos analisados mostram que tais políticas cumprem função essencial na reprodução da força de trabalho no capitalismo. Ao ofertar uma educação muitas vezes limitada, instrumental e tecnicista, reforçam a lógica meritocrática, individualizando a responsabilidade pela inserção ou exclusão no mercado de trabalho. É recorrente nos artigos a discussão sobre o desmonte das políticas sociais nos últimos anos, sob forte influência de governos neoliberais, seja por redução orçamentária, seja pelo enfraquecimento de programas consolidados. Nesse contexto, o acesso à educação aparece mais como concessão mínima e focalizada do que como efetivação de um direito universal. Assim, as políticas sociais de educação operam como mecanismos de regulação social, funcionando como uma “cortina” que encobre as desigualdades estruturais e direciona a população subalternizada a formas subordinadas de inserção no mercado de trabalho. A educação é

reduzida a um treinamento funcional, desprovido de criticidade, cujo objetivo não é promover consciência de classe, mas adequar o trabalhador às necessidades do capital. Dessa forma, a educação aparece tanto como promessa de ascensão social quanto como instrumento de conformação, ajustando as expectativas da classe trabalhadora à ordem vigente.

Referências

- ANDRADE, Maria Carolina; MOTTA, Vânia Cardoso. A MÍDIA E A PRODUÇÃO DO CONSENSO EM TORNO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: o caso do Novo Ensino Médio. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. 1, p. 46–61, 18 Ago 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19554>. Acesso em: 09 mai 2025.
- CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de; CARVALHO, Roberto Francisco de. Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras. *Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 457–467, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p457>. Acesso em: 07 de mai 2025.
- CASTRO, Alba Tereza Barroso de. *Estudantes de Cotas: um convite à reflexão*. Textos & Contextos (Porto Alegre), [S.l.], v. 5, n. 1, p. 1–14, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/1020>. Acesso em: 14 mai. 2025.
- GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; GASPAROTTO, Geovana Prante. Política de Educação Mercantilizada: quais os seus rumos? / Commodified education: what are the directions?. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), [S. l.], v. 14, n. 1, p. 132–144, 2015. DOI: 10.15448/1677-9509.2015.1.20172. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/20172>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 113, p. 106–130, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/6KvCy44KVNNHQMLgqhcfb5L/?lang=pt>. Acesso em: 13 mai 2025.
- LUSA, Mailiz Garibotti; MARTINELLI, Tiago; MORAES, Samara Ayres; ALMEIDA, Tiago Pacheco. A Universidade pública em tempos de ajustes neoliberais e desmonte de direitos. *Katálysis*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 536–547, set./dez. 2019. Acesso: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p536>. Acesso em: 05 mai 2025.
- NEGREIROS, Taíse Cristina Gomes Clementino de. A EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO: contribuições à reflexão das políticas educacionais na cena contemporânea. *Revista de Políticas Públicas*, v. 18, n. 1, p. 231–240, 6 Ago 2014 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2757>. Acesso em: 21 mai 2025.
- Políticas de educação profissional: naturalização das expressões da questão social?. *Argumentum*, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 74–88, 2015. DOI: 10.18315/argumentum.v7i2.10492. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10492>. Acesso em: 17 de mai 2025.
- SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. A CRISE ATUAL DO CAPITAL NA CONFORMAÇÃO DO ESTADO CONTEMPORÂNEO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO. *Revista de Políticas Públicas*, v. 18, p. 459–465, 5 Ago 2014 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2740>. Acesso em: 29 mai 2025.

CÓDIGO: HS0636

AUTOR: STHEPHANY BRUNA GUIMARAES DA CAMARA

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: PRÁTICAS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PLATAFORMAS COLABORATIVAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL: um estudo comparativo entre Crowdheritage e Mukurtu

Resumo

A difusão de tecnologias da informação e o avanço da Web 2.0 permitiram o surgimento de plataformas digitais colaborativas que promovem novas formas de produzir, organizar e compartilhar saberes culturais. No campo do patrimônio cultural, essas ferramentas têm possibilitado a participação ativa das comunidades na documentação e salvaguarda de seus próprios bens materiais e imateriais. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar as práticas de representação da informação realizadas em plataformas colaborativas de patrimônio cultural, com foco nas plataformas CrowdHeritage e Mukurtu. Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, exploratória e documental com abordagem qualitativa. Foram observadas as estruturas de representação da informação, os campos de metadados, os mecanismos de indexação e as formas de colaboração entre usuários. Os resultados evidenciam diferenças quanto à padronização da descrição dos recursos informacionais, uso de vocabulários controlados ou livres, navegação e acesso aos conteúdos disponibilizados pelas plataformas. A análise demonstra que, embora distintas em suas estratégias, ambas contribuem para a construção coletiva do conhecimento e a valorização da memória cultural, alinhando-se aos princípios da Ciência Aberta e à democratização do acesso à informação. Por fim, o estudo aponta a relevância de se aprofundar investigações sobre modelos híbridos de organização do conhecimento em ambientes digitais voltados à preservação cultural.

Palavras-chave: patrimônio cultural. catalogação. indexação. ciência da informação.

TITLE: INFORMATION REPRESENTATION PRACTICES IN COLLABORATIVE CULTURAL HERITAGE PLATFORMS: A comparative study between Crowdheritage and Mukurtu

Abstract

The spread of information technologies and the advancement of Web 2.0 have enabled the emergence of collaborative digital platforms that promote new ways of producing, organizing, and sharing cultural knowledge. In the field of cultural heritage, these tools have enabled the active participation of communities in documenting and safeguarding their own tangible and intangible assets. In this context, the objective of this research is to analyze the cataloging and indexing practices carried out on collaborative cultural heritage

platforms, with a focus on the CrowdHeritage and Mukurtu platforms. Uses bibliographic, exploratory, and documentary research with a qualitative approach. The analysis examined information representation structures, metadata fields, indexing mechanisms, and forms of collaboration between users. The results highlight differences in the standardization of information resource descriptions, the use of controlled or free vocabularies, and navigation and access to content provided by the platforms. The analysis demonstrates that, although distinct in their strategies, both contribute to the collective construction of knowledge and the appreciation of cultural memory, aligning with the principles of Open Science and the democratization of access to information. Finally, the study highlights the importance of further research into hybrid models of knowledge organization in digital environments focused on cultural preservation.

Keywords: cultural heritage. cataloging. indexing. information science.

Introdução

A Web 2.0 transformou a produção, organização e o compartilhamento da informação, consolidando plataformas colaborativas como espaços dinâmicos de construção coletiva do conhecimento. Nesse contexto, a participação dos usuários na curadoria e disseminação de conteúdo tem sido fundamental para a valorização do patrimônio cultural, especialmente no registro, preservação e acessibilidade de manifestações diversas.

A Folksonomia surge nesse cenário possibilitando aos usuários representar objetos informacionais (textos, imagens, áudios, vídeos, etc.) por meio da atribuição de tags (etiquetas, palavras-chave) visando à recuperação da informação (Santos; Corrêa, 2018). No campo das plataformas de patrimônio cultural, essa abordagem é poderosa, pois permite que a comunidade contribua com descrições e contextualizações, enriquecendo o acervo com linguagem mais natural e diversa. Assim, a folksonomia promove democratização do acesso e da memória, tornando manifestações culturais mais facilmente descobertas e compreendidas por um público amplo.

Entre as iniciativas destacam-se as plataformas Crowdheritage e Mukurtu, voltadas ao registro e promoção do patrimônio cultural vivo, sobretudo de expressões comunitárias e saberes tradicionais. Elas incorporam práticas de catalogação e indexação que fogem aos padrões tradicionais, ao adotarem modelos colaborativos nos quais a participação de diferentes sujeitos, incluindo os próprios detentores dos saberes culturais, é central. Sob esse viés, esta pesquisa analisa as práticas de representação da informação em plataformas colaborativas de patrimônio cultural, com foco em CrowdHeritage e Mukurtu.

Parte-se da hipótese de que, embora semelhantes em seus objetivos, essas plataformas adotam estratégias distintas de representação, impactando diretamente na visibilidade e acessibilidade dos conteúdos disponibilizados. Ao propor essa análise, busca-se contribuir com a Ciência da Informação, oferecendo subsídios para compreender como a catalogação e a indexação se configuram em ambientes digitais colaborativos, ampliando o debate sobre potencialidades e desafios. Além disso, ao focar em CrowdHeritage e Mukurtu, o estudo examina práticas que podem dialogar com os modelos clássicos de representação realizados por especialistas.

A análise crítica permite compreender melhor a evolução da Organização e Representação da Informação na era digital, evidenciando como a participação do usuário, o crowdsourcing e abordagens comunitárias se tornaram centrais. Ao identificar pontos fortes e desafios, o estudo pode subsidiar recomendações para o desenvolvimento das plataformas, garantindo que o patrimônio cultural digital seja acessível, recuperável e preservado de forma ética e eficiente para a comunidade e as futuras gerações. O estudo se justifica por reforçar a relevância da atuação do bibliotecário e sua expertise em Organização da Informação em contextos digitais e não tradicionais.

Ao examinar plataformas que lidam com a complexidade do patrimônio cultural e a curadoria de dados por comunidades (especialmente Mukurtu com acervos indígenas), a pesquisa evidencia a importância do profissional da informação como mediador, estrategista e consultor, capaz de aplicar seus conhecimentos para criar sistemas mais justos, éticos e alinhados às necessidades de grupos específicos. Esta pesquisa integra o projeto “Aplicações das Folksonomias em plataformas colaborativas: análise das diferentes facetas da representação da informação e do conhecimento em ambientes digitais” (PIBIC/UFRN).

Também se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de qualidade) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ao reconhecer que o acesso ampliado ao conhecimento e o uso de tecnologias inovadoras são fundamentais para promover inclusão educacional e fortalecer a infraestrutura digital que sustenta práticas colaborativas de preservação cultural.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, com o objetivo de analisar as práticas de representação da informação realizadas em plataformas colaborativas de patrimônio cultural, com foco nas plataformas *CrowdHeritage* e Mukurtu.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em bases de dados como BRAPCI, BDTD, Portal de Periódicos CAPES e OasisBR. As buscas, utilizando os termos "catalogação", "indexação" e "plataformas colaborativas de patrimônio cultural", permitiram recuperar produções científicas relevantes para a construção do referencial teórico.

O caráter exploratório desta investigação possibilitou aprofundar o conhecimento sobre essas plataformas colaborativas pouco estudadas na Ciência da Informação, enquanto a abordagem descritiva possibilita descrever e registrar as estratégias de catalogação e indexação colaborativa realizadas nesses ambientes.

Como pesquisa documental, a investigação envolve análise direta e sistemática das plataformas, por meio da navegação em suas funcionalidades, observando campos descritivos, métodos de catalogação e indexação, participação dos usuários na representação e recursos de busca. Foram coletadas evidências visuais (capturas de tela) para ilustrar e comprovar a análise prática. A comparação entre as plataformas identifica similaridades, diferenças, limitações e potencialidades.

Os resultados serão apresentados por plataforma e comparativamente, focando nas contribuições informacionais e nas estratégias colaborativas que influenciam o acesso ao patrimônio cultural.

Resultados e Discussões

ANÁLISE DA PLATAFORMA CROWDHERITAGE

A CrowdHeritage é uma plataforma colaborativa digital que tem como objetivo a documentação e preservação do patrimônio cultural por meio da participação ativa de diferentes atores sociais, como comunidades locais, pesquisadores, instituições culturais e o público em geral. Seu design prioriza a usabilidade e acessibilidade, possibilitando que usuários com diferentes níveis de conhecimento possam contribuir para a construção coletiva do acervo.

A plataforma destaca-se pela abordagem híbrida, que alia métodos formais de representação da informação (catalogação feita por especialistas) com as práticas colaborativas realizadas pelos usuários. Isso favorece a pluralidade de perspectivas e o fortalecimento dos saberes tradicionais e locais, promovendo uma representação cultural mais diversa e inclusiva. Conforme é possível visualizar na imagem 1 (**Anexo A**):

No que tange à representação da informação, observou-se que a CrowdHeritage adota a folksonomia assistida. De acordo com Santarém Segundo (2011), essa abordagem combina a flexibilidade da folksonomia, com suas tags livres criadas pelos usuários, com a precisão e a consistência de um vocabulário controlado. O resultado é a união da liberdade de expressão do usuário com a estrutura de um sistema de organização do conhecimento, como uma taxonomia ou ontologia.

Com a Folksonomia Assistida, os usuários têm à disposição um banco de termos previamente estabelecidos e controlados por editores, o que assegura uma padronização mínima necessária para a coerência e interoperabilidade dos dados. Esse modelo permite que o sistema mantenha o equilíbrio entre o controle do vocabulário e a participação colaborativa, que amplia o repertório descritivo com novas expressões culturais e termos emergentes.

A representação dos objetos culturais é realizada por meio de formulários estruturados, que incluem campos para metadados detalhados como autoria, data, localização, contexto cultural e direitos autorais alinhados às diretrizes FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable). Essa estrutura facilita a busca, recuperação e reutilização dos dados em diferentes contextos, ampliando o alcance dos acervos digitais.

Na Imagem 2 é possível visualizar as ferramentas de busca e filtragem disponíveis na CrowdHeritage. Conforme é possível visualizar na imagem 2 (**Anexo B**):

A plataforma disponibiliza uma variedade de ferramentas colaborativas projetadas para fomentar o engajamento e a interação entre seus usuários. Entre essas funcionalidades, destacam-se a submissão e a edição colaborativa de registros, que permitem aos membros da comunidade corrigir, complementar e atualizar as informações existentes. A plataforma também oferece fóruns e espaços de discussão que facilitam o diálogo entre pesquisadores e detentores dos saberes tradicionais, contribuindo para a legitimação das informações e o reconhecimento da diversidade cultural.

A imagem 3 (**Anexo C**) apresenta a interface para a colaboração e enriquecimento da representação de registros na plataforma.

Para assegurar a qualidade e a confiabilidade dos dados, o sistema adota mecanismos de validação por pares, nos quais especialistas avaliam e aprovam as contribuições realizadas pelos usuários, tanto para a descrição física como para a representação do assunto dos documentos. Outro aspecto importante é o monitoramento das contribuições por meio dos perfis dos usuários, o que promove transparência e responsabilidade no processo de construção do conhecimento.

Na prática, o CrowdHeritage tem sido aplicado em projetos voltados para a documentação colaborativa de manifestações culturais em comunidades indígenas e tradicionais. Essa utilização possibilita que esses grupos registrem seus saberes e práticas diretamente na plataforma, sem a necessidade de intermediários, garantindo sua participação ativa na gestão e preservação de seu patrimônio imaterial. Dessa forma, a plataforma se configura como uma ferramenta essencial para a democratização do acesso, à valorização cultural e a sustentabilidade dos patrimônios vivos.

ANÁLISE DA PLATAFORMA MUKURTU

A plataforma Mukurtu é um sistema de gerenciamento de conteúdo digital desenvolvido especialmente para comunidades indígenas e tradicionais, com foco na preservação e compartilhamento cultural respeitando os protocolos de propriedade intelectual e os direitos culturais desses grupos. Originada a partir de uma parceria entre a comunidade indígena Warumungu, na Austrália, e pesquisadores da Universidade de Washington, a Mukurtu tem como princípio central o respeito à soberania cultural, permitindo que as comunidades definam como, quando e com quem seus conteúdos podem ser compartilhados.

A plataforma é flexível e adaptável, possibilitando que diferentes grupos configurem suas próprias regras de acesso e governança, refletindo suas especificidades culturais e sociais. Conforme é possível visualizar na imagem 4 (**Anexo D**).

Mukurtu utiliza uma estrutura de representação da informação que integra metadados customizados baseados em protocolos culturais, chamados de "cultural protocols". Estes protocolos permitem que a representação da informação incorpore regras tradicionais, como restrições de acesso baseadas em gênero, idade, afiliação tribal ou outros critérios culturais definidos pela comunidade. Além disso, a plataforma

utiliza padrões de metadados reconhecidos internacionalmente, como Dublin Core e o padrão Metadata Object Description Schema (MODS), adaptando-os para incluir os elementos específicos das práticas culturais locais. Essa estrutura híbrida garante a interoperabilidade dos dados, enquanto preserva a autonomia das comunidades sobre o conteúdo compartilhado.

Na imagem 5 (**Anexo E**) é possível visualizar a tela de configuração de protocolos culturais da plataforma Mukurtu.

A plataforma Mukurtu oferece ferramentas colaborativas que incentivam a participação das comunidades na curadoria e gestão de seus próprios acervos digitais. Entre essas funcionalidades estão a possibilidade de múltiplos usuários criarem, editarem e organizarem conteúdos, sempre respeitando as regras de acesso e os protocolos culturais definidos localmente. A plataforma também permite o registro de comentários e discussões sobre os conteúdos, favorecendo o diálogo interno e o compartilhamento de saberes.

Ademais, Mukurtu oferece mecanismos de controle de versões e auditoria das contribuições, garantindo transparência e rastreabilidade das modificações. Essa governança colaborativa fortalece o empoderamento das comunidades na gestão do seu patrimônio imaterial e material, assegurando que suas vozes sejam centrais no processo. Como exemplo prático, Mukurtu tem sido adotada por diversas comunidades indígenas ao redor do mundo para criar repositórios digitais de memórias, narrativas orais, fotografias e registros culturais, respeitando seus protocolos de acesso e promovendo a revitalização cultural por meio da tecnologia.

A Imagem 7 (**Anexo F**) apresenta a interface para a contribuição da comunidade indígena na plataforma.

Dessa forma, a plataforma não apenas preserva conteúdos sensíveis, mas também potencializa o protagonismo cultural, contribuindo para a representação, sustentabilidade e continuidade das tradições em um ambiente digital contemporâneo.

COMPARAÇÃO ENTRE AS DUAS PLATAFORMAS

Tanto o CrowdHeritage quanto o Mukurtu são plataformas colaborativas que visam documentar e preservar o patrimônio cultural, valorizando a participação ativa de comunidades e usuários na organização e representação dos seus acervos. Ambas adotam estruturas híbridas de indexação que combinam elementos formais e colaborativos, buscando equilibrar padronização e flexibilidade na descrição dos objetos culturais.

Contudo, enquanto o CrowdHeritage utiliza uma folksonomia assistida com termos controlados para garantir coerência de vocabulário e interoperabilidade, o Mukurtu se destaca pela incorporação de protocolos culturais específicos, que definem regras customizadas para acesso e descrição dos conteúdos com base em critérios tradicionais, como gênero, idade e filiação comunitária. Essa diferença reflete o foco

do Mukurtu em respeitar a soberania cultural das comunidades indígenas, enquanto o CrowdHeritage prioriza a integração e reutilização dos dados em contextos mais amplos e institucionais.

O Quadro 2 (**Anexo G**) apresenta a comparação entre as plataformas analisadas anteriormente.

O CrowdHeritage apresenta como potencialidade a facilidade de uso para uma ampla gama de usuários e a manutenção de uma base controlada de termos que favorece a qualidade dos dados e a interoperabilidade. No entanto, sua limitação reside no fato de que a melhoria e a adição de metadados a centenas de milhares de registros exigem um investimento significativo de tempo e recursos para a moderação.

Por sua vez, o Mukurtu oferece grande potencial ao permitir que as comunidades definam seus próprios protocolos culturais e regras de acesso, promovendo a autonomia e o respeito às particularidades culturais. Essa flexibilidade, entretanto, pode limitar a interoperabilidade e a integração dos dados com outros sistemas, devido à customização dos metadados e às restrições impostas pelo controle de acesso.

Ambas as plataformas contribuem significativamente para o acesso e a preservação do patrimônio cultural, mas em níveis e contextos distintos. O CrowdHeritage amplia a visibilidade e o acesso ao patrimônio cultural ao fomentar a colaboração entre diversos atores e garantir a reutilização dos dados em múltiplos repositórios, fortalecendo a ciência aberta e a democratização do conhecimento. Já o Mukurtu assume papel essencial na preservação de patrimônios culturais de comunidades subalternizadas e no fortalecimento da identidade e autonomia de comunidades indígenas e tradicionais, assegurando que o compartilhamento das informações ocorra de forma ética e respeitosa, conforme seus próprios critérios culturais. Portanto, as duas plataformas se complementam ao oferecer soluções adaptadas a diferentes demandas do campo do patrimônio cultural digital, evidenciando a importância da diversidade de abordagens para a efetiva documentação, preservação e acesso ao patrimônio cultural.

Conclusão

Esta pesquisa teve como objetivo analisar criticamente duas plataformas colaborativas voltadas à documentação, preservação e disseminação do patrimônio cultural: CrowdHeritage e Mukurtu. Ambas representam iniciativas significativas no cenário da curadoria digital do patrimônio, incorporando princípios da ciência aberta, da representação colaborativa da informação e da valorização da diversidade cultural.

A análise comparativa demonstrou que, embora compartilhem objetivos semelhantes como promover o acesso ao patrimônio e incentivar a participação de comunidades, cada plataforma adota estratégias distintas de organização e representação da informação.

As funcionalidades colaborativas de ambas as plataformas são robustas, mas apresentam focos diferentes para a organização e curadoria do patrimônio cultural. Enquanto a CrowdHeritage, ligado ao projeto Europeia, foca na curadoria colaborativa por crowdsourcing, utilizando a folksonomia assistida para enriquecer metadados e promover a interoperabilidade, o Mukurtu prioriza a soberania e o controle das comunidades locais e indígenas.

O Mukurtu adota esquemas de metadados flexíveis para respeitar protocolos culturais específicos, garantindo que o acesso e a contextualização dos acervos estejam alinhados aos valores da comunidade. Ambas contribuem para a preservação digital, mas a CrowdHeritage visa a ampla visibilidade e reutilização dos dados, enquanto o Mukurtu se concentra no empoderamento e na gestão respeitosa do patrimônio cultural.

Conclui-se que plataformas digitais colaborativas desempenham um papel essencial na ampliação do acesso, na diversificação dos registros culturais e na preservação de memórias coletivas, sobretudo quando respeitam a pluralidade de epistemologias e práticas culturais. Estudos como este são fundamentais para aprofundar o debate sobre as dimensões éticas, técnicas, colaborativas e sociais da representação da informação em ambientes digitais, além de contribuírem para o fortalecimento de políticas culturais inclusivas e sustentáveis, alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial os ODS 4 e 9.

Referências

ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; GAUDÊNCIO, S. M.; SANTOS, R. F. Reflexões teóricas em Representação da informação. In: ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; MARTINS, G. K.; RIBEIRO, D. A. **Organização e representação da informação e do conhecimento: interseções teórico-sociais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

AVENTURIER, Pascal. **Princípios FAIR**: critérios de qualidade para dados de pesquisa. Disponível em: <https://publicient.hypotheses.org/1456>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. **Patrimônio imaterial**: disposições constitucionais; normas correlatas; bens imateriais registrados. Organização: Flávia Lima e Alves. Brasília: Senado Federal, 2012. 84 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MOURA, K. F.; MANDAJI, C. F. da S. A relação das hashtags com as palavras de ordem presentes nas Manifestações Brasileiras de 2013. In: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL**, 15., 2014. Anais [...] Palhoça(SC), 2014. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-1334-1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2025.

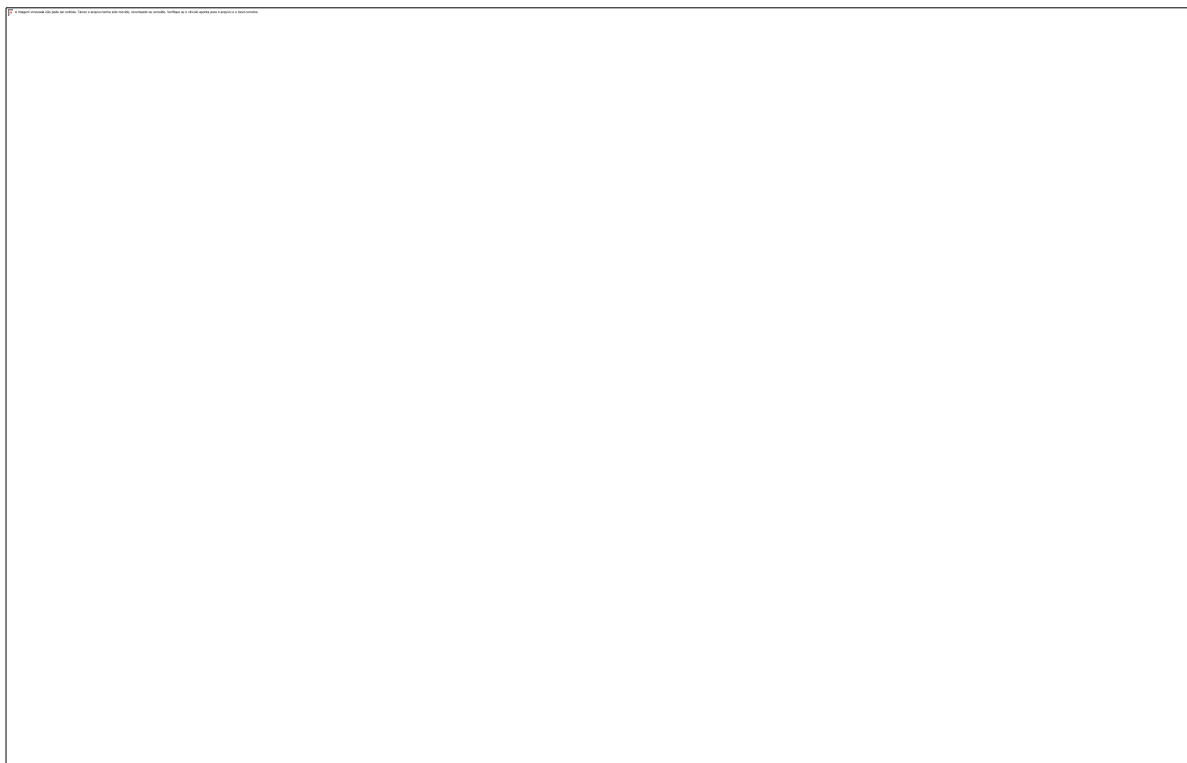
OPEN SCIENCE TRAINING HANDBOOK. **Plataformas colaborativas**. 2024. Disponível em: https://open-science-training-handbook.github.io/Open-Science-Training-Handbook_PT/02IntroducaoCienciaAberta/07Plataformas_Colaborativas.html. Acesso em: 02 ago. 2025.

SANTARÉM SEGUNDO, J. E.; VIDOTTI, M. A. B. G. Representação Iterativa e Folksonomia Assistida para Repositórios Digitais. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, 2011.

SENADO FEDERAL. **Patrimônio imaterial**. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris: UNESCO, 2006.

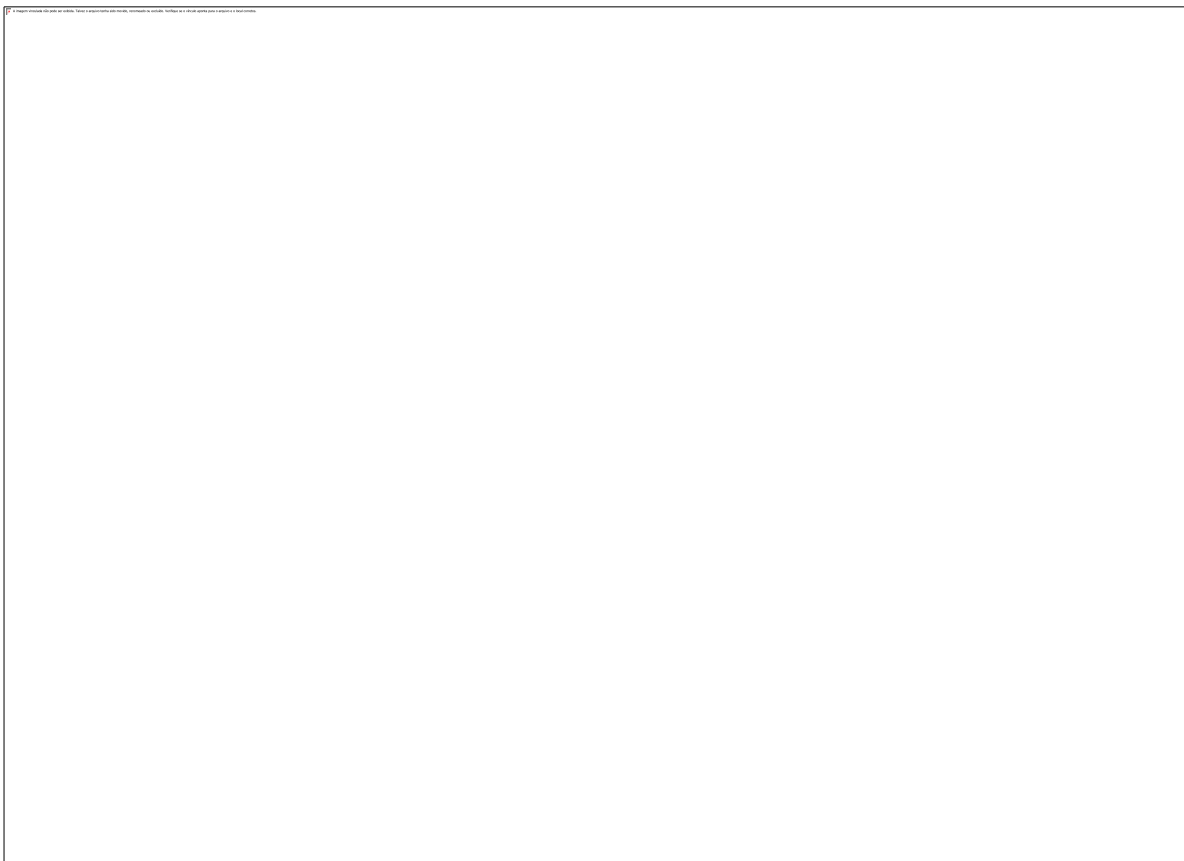
Anexos



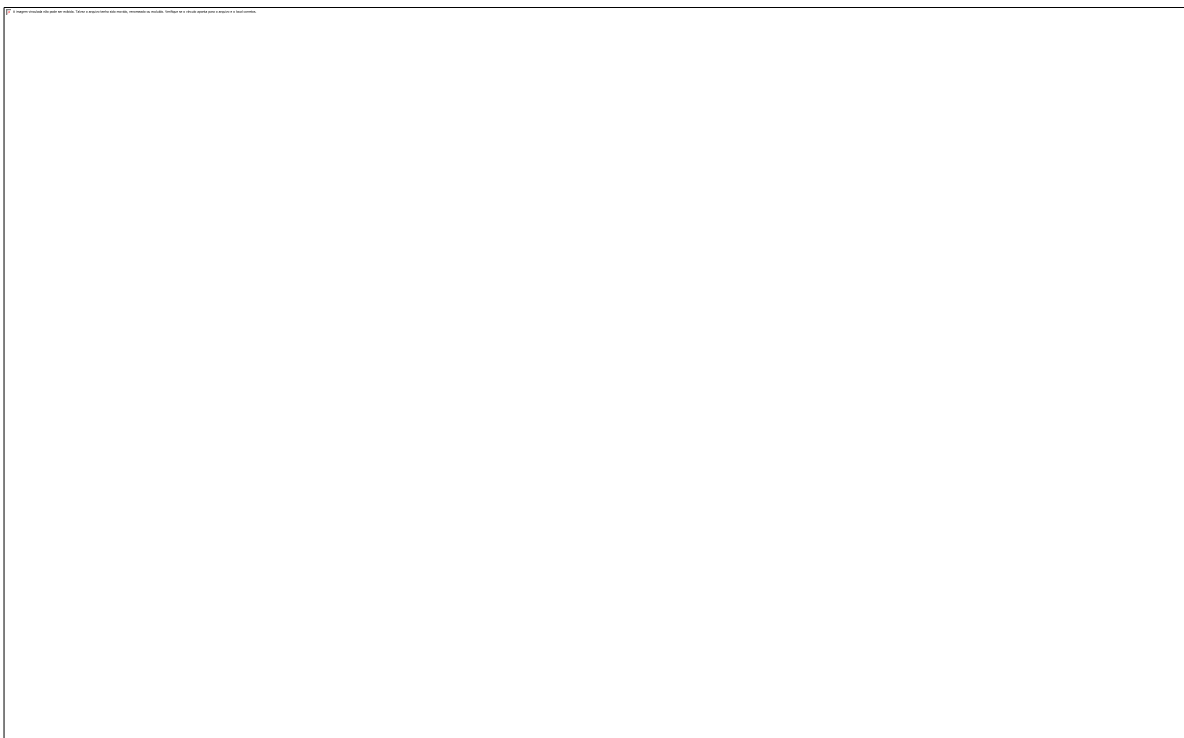
Anexo A

Este espaço é reservado para o conteúdo do trabalho. Não é permitido o uso de imagens, tabelas, gráficos ou qualquer outro elemento gráfico que não seja o texto.

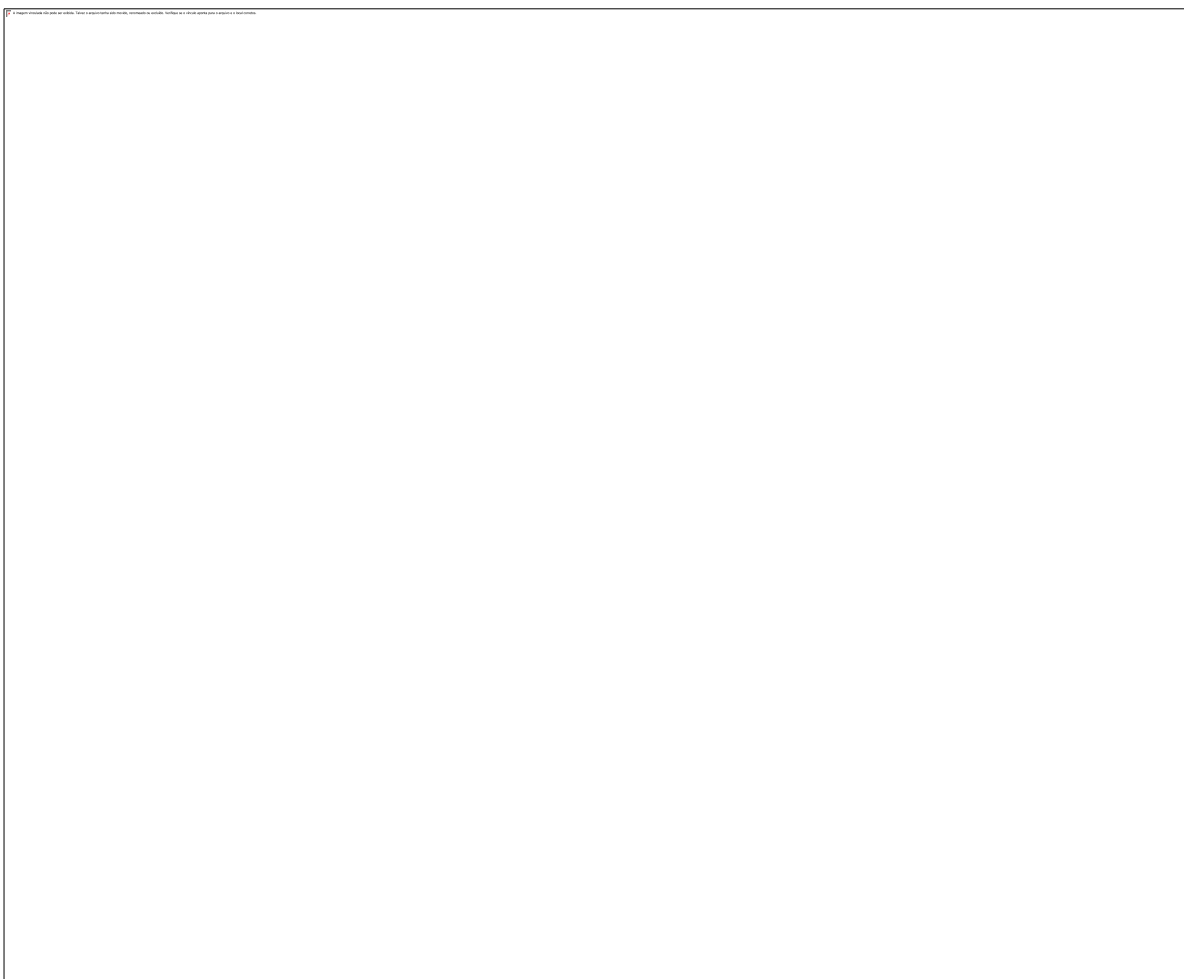
Anexo B



Anexo C



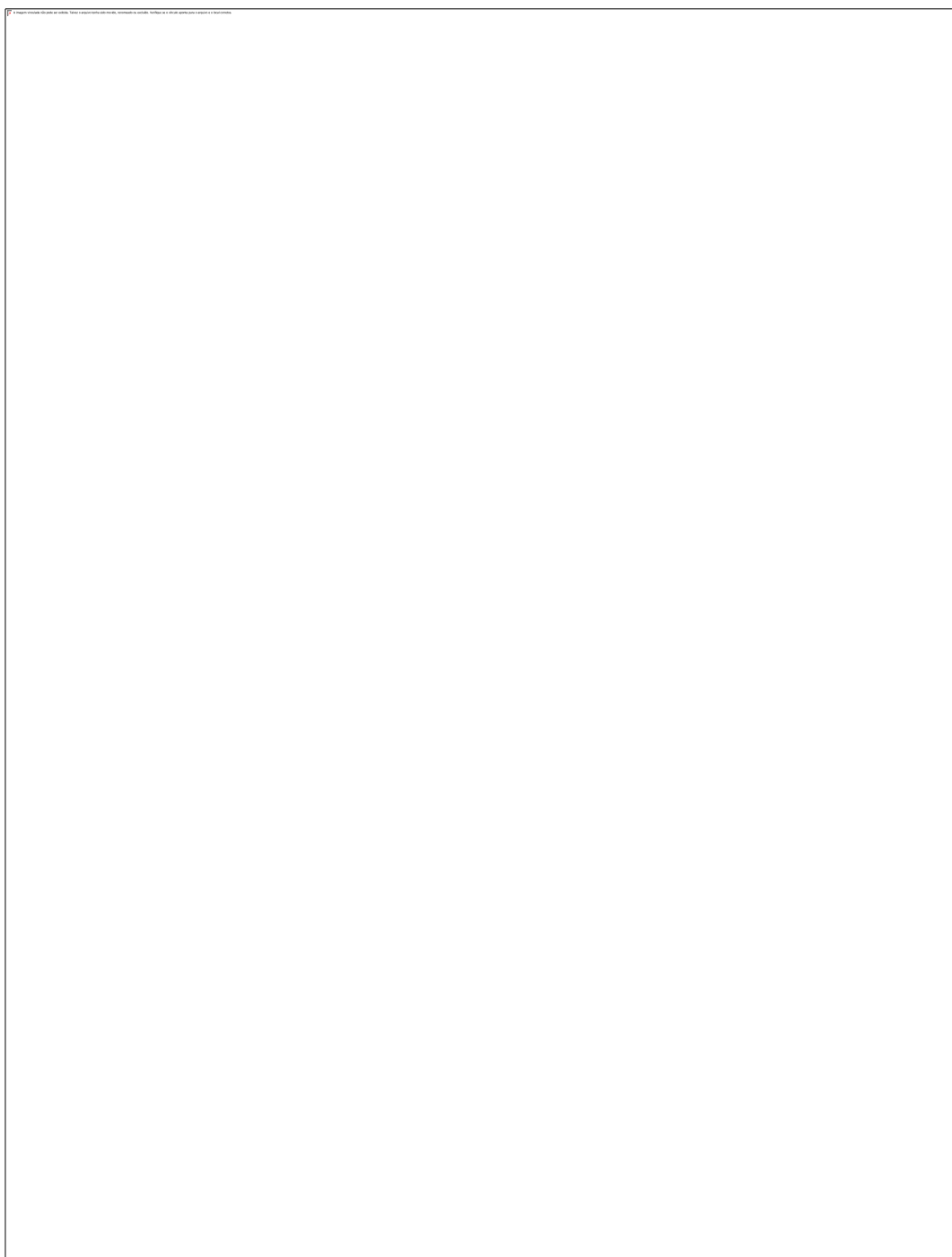
Anexo D



Anexo E

Este espaço é reservado para o conteúdo do trabalho. Não é permitido o uso de imagens, tabelas, gráficos ou qualquer outro elemento gráfico.

Anexo F



Quadro G

CÓDIGO: HS0639

AUTOR: OZILANE BORGES TEIXEIRA

ORIENTADOR: TAISE CRISTINA GOMES CLEMENTINO DE NEGREIROS

TÍTULO: EXPANSÃO DO USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) E INCLUSÃO DIGITAL NOS MARCOS DA SOCIABILIDADE CAPITALISTA: ampliação do acesso a direitos para a classe trabalhadora?

Resumo

A pesquisa analisa criticamente o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto do modo de produção capitalista, destacando seus impactos sobre a classe trabalhadora. A partir da perspectiva marxista, investiga-se como o desenvolvimento tecnológico, orientado pela lógica da acumulação de capital, intensifica contradições entre economia e política e aprofunda desigualdades sociais. O estudo evidencia que a inclusão digital não ocorre de maneira uniforme, permanecendo restrita a determinados grupos socioeconômicos, enquanto outros sofrem exclusão, precarização do trabalho e vigilância. A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica de literatura acadêmica e relatórios, permitindo confrontar dados empíricos com reflexões teóricas sobre exploração, poder e desigualdade. Os resultados indicam que, embora as TICs ofereçam potencial emancipatório, sua apropriação pelo capital reforça estruturas de dominação, reproduzindo desigualdades e limitando o acesso equitativo aos benefícios tecnológicos. Assim, a análise permite refletir sobre a defesa da inclusão digital como estratégia de acesso a direitos sociais nos marcos da sociabilidade capitalista, contribuindo para a efetivação de direitos sociais e a inclusão da classe trabalhadora.

Palavras-chave: TICs. Marxismo. Inclusão digital. Desigualdade.

TITLE: The Use of Information and Communication Technologies Under the Aegis of Capital: Contradictions and Challenges for the Defense and Guarantee of Social Rights

Abstract

This research critically analyzes the use of Information and Communication Technologies (ICTs) within the context of the capitalist mode of production, highlighting their impacts on the working class. From a Marxist perspective, it

investigates how technological development, guided by the logic of capital accumulation, intensifies contradictions between economy and politics and deepens social inequalities. The study shows that digital inclusion does not occur uniformly, remaining restricted to certain socioeconomic groups, while others face exclusion, labor precarization, and surveillance. The research is based on a bibliographic review of academic literature and reports, allowing empirical data to be confronted with theoretical reflections on exploitation, power, and inequality. The results indicate that although ICTs offer emancipatory potential, their appropriation by capital reinforces structures of domination, reproducing inequalities and limiting equitable access to technological benefits. Therefore, the analysis highlights the need to defend digital inclusion as a strategy for accessing social rights within the framework of capitalist sociability, contributing to the realization of social rights and the inclusion of the working class.

Keywords: ICTs. Marxism. Digital inclusion. Inequality.

Introdução

A inserção crescente das tecnologias no cotidiano das relações sociais, econômicas e institucionais suscita relevantes questionamentos acerca do seu papel na organização da vida social. Essa centralidade, entretanto, não é exclusiva do estágio atual do capitalismo, mas acompanha sua constituição histórica, vinculada à lógica de acumulação e reprodução do capital. No contexto contemporâneo, observa-se a intensificação da plataforma da vida social (GROHMANN, 2020), em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) assumem papel estratégico e são frequentemente apresentadas como instrumentos de democratização do acesso a direitos e de inclusão social. O presente trabalho de pesquisa, intitulado “O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação sob a égide do capital: contradições e desafios para a defesa e garantia dos direitos sociais”, desenvolvido no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tem como objetivo realizar uma análise crítica do uso da tecnologia no interior do capitalismo. Compreende-se a tecnologia como uma dimensão das forças produtivas Marx (2011), que subordinada às relações de produção capitalistas, contribui para a manutenção da exploração e das desigualdades sociais. Nesse sentido, busca-se evidenciar as contradições inerentes ao discurso da inclusão digital enquanto estratégia de acesso a direitos sociais, destacando seus limites e possibilidades no contexto do capitalismo contemporâneo. Embora as tecnologias possuam potencial emancipador, sua apropriação pela classe dominante frequentemente as converte em mecanismos de intensificação da exploração e do controle social. Dessa forma, o estudo propõe-se a compreender as razões que levam o capital a impulsionar constantemente inovações nos meios e métodos de produção, bem como os fatores que explicam a difusão dessas transformações por toda a cadeia produtiva. A proposta é demonstrar a relevância e a atualidade da análise teórica marxiana e marxista sobre a tecnologia e o progresso técnico, destacando sua potência explicativa para a compreensão da fase contemporânea do desenvolvimento capitalista, nos marcos da sociabilidade capitalista e dos desafios colocados à defesa e à garantia dos direitos sociais, além de problematizar os termos de perspectiva de exclusão e inclusão digital.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se por um percurso metodológico de caráter qualitativo, seguindo uma abordagem teórico-crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético como método de apreensão da realidade social. O estudo concentra-se na análise crítica do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no contexto do capitalismo contemporâneo, considerando-as como dimensão das forças produtivas subordinadas às relações de produção, que contribuem para a manutenção da exploração e das desigualdades sociais. Além disso, problematiza-se a inclusão digital, considerando as contradições presentes nos discursos sobre acesso a direitos sociais por meio da tecnologia. A metodologia adotada é essencialmente bibliográfica e documental, compreendendo a revisão crítica de obras de autores clássicos e contemporâneos que dialogam com a tradição marxista e marxiana, bem como o levantamento de relatórios, leis, artigos científicos, estatísticas e produções técnico-científicas de instituições governamentais, não governamentais, sindicatos, movimentos sociais e sociedade civil. Esses materiais foram analisados com o objetivo de compreender a expansão das plataformas digitais e suas implicações para o acesso aos direitos sociais, considerando as perspectivas de inclusão e exclusão digital. O procedimento de pesquisa incluiu encontros quinzenais com a professora orientadora para estudo e análise coletiva dos dados, promovendo a consolidação do conhecimento e a produção de análises críticas. Durante o desenvolvimento da investigação, foram elaborados fichamentos, relatórios e tabelas para organizar as informações coletadas, permitindo a articulação entre a fundamentação teórica, os dados empíricos e a interpretação crítica do fenômeno estudado. Para a execução da pesquisa, foram utilizados os seguintes materiais e equipamentos: computador com acesso à internet, software de edição de textos (Word), sala de estudos e orientação, além de livros e artigos científicos em formato PDF. Esses recursos se mostraram adequados para a realização das atividades previstas, dado o caráter bibliográfico e documental do estudo. A pesquisa também se fundamenta nos princípios da economia política, discutindo a constituição do modo de produção capitalista e a inserção da tecnologia nesse processo, com base na análise de Marx sobre a maquinaria. Buscou-se evidenciar como a tecnologia se articula nas contradições do sistema capitalista, estabelecendo uma ponte com o contexto contemporâneo e demonstrando a relevância da análise marxiana para compreender o desenvolvimento técnico e suas implicações sociais. Dessa forma, o estudo evidencia os desafios colocados à defesa e à garantia dos direitos sociais no capitalismo contemporâneo, problematizando, ao mesmo tempo, as perspectivas de inclusão e exclusão digital no Brasil.

Resultados e Discussões

Diante a coleta dos artigos foi possível entender que entre 2015 e 2025, a inclusão digital no Brasil tem sido objeto de diversas investigações que buscam compreender como fatores socioeconômicos, culturais e geográficos influenciam o acesso e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pela população. de modo a mapear as tendências, desafios e estratégias de inclusão digital no país. Foram

considerados documentos que abordam desde aspectos conceituais da inclusão digital até programas de implementação, capacitação e os impactos sociais decorrentes do acesso às tecnologias. Para organizar a análise, os dados foram categorizados em conceitos-chave, contexto socioeconômico, estratégias implementadas, perspectivas de inclusão e exclusão digital e observações sobre impactos sociais. A análise dos documentos indicou que, embora o acesso à internet e aos dispositivos tecnológicos tenha aumentado ao longo da última década, persiste uma exclusão digital significativa, especialmente entre famílias de baixa renda, residentes em favelas, comunidades periféricas e pequenos municípios. Relatórios recentes apontam que entre 2020 e 2021 houve estagnação na proporção de usuários das classes mais baixas, demonstrando que o acesso físico à tecnologia não garante inclusão efetiva. O celular é o principal meio de acesso à internet para estas populações, evidenciando a dependência de dispositivos móveis e a limitação do uso das tecnologias para fins mais avançados, como educação a distância e participação cívica online. Pequenos municípios apresentam ainda dificuldades estruturais, como ausência de redes de banda larga, falta de equipamentos adequados e carência de espaços públicos de acesso à internet, elementos que se somam às barreiras socioeconômicas históricas, reproduzindo desigualdades já existentes. Outro aspecto relevante identificado na análise foi a importância da capacitação digital para a efetiva inclusão. O simples acesso à internet não garante o uso produtivo das TICs; indivíduos sem habilidades digitais ou educação tecnológica adequada apresentam maior vulnerabilidade à exclusão digital. Adultos, especialmente aqueles com menor escolaridade ou que não acompanham o desenvolvimento tecnológico, encontram dificuldade em utilizar recursos digitais de forma eficiente, o que limita seu acesso a oportunidades de educação, emprego e serviços públicos digitais. Nesse sentido, programas de alfabetização digital, cursos de capacitação e laboratórios de informática comunitários são essenciais para promover o uso consciente e crítico das tecnologias, contribuindo para o empoderamento social e a melhoria da qualidade de vida. As estratégias identificadas nos documentos analisados convergem para a necessidade de políticas públicas integradas e intersetoriais, que combinem expansão da infraestrutura, capacitação digital e valorização dos saberes locais. Telecentros comunitários, parcerias entre governo, setor privado e sociedade civil, bem como monitoramento contínuo das ações, destacam-se como instrumentos eficazes para superar barreiras socioeconômicas e culturais. A literatura evidencia que a inclusão digital só se torna significativa quando considera a realidade social das comunidades, adaptando os recursos tecnológicos e os programas de capacitação às necessidades locais, especialmente em favelas, comunidades urbanas periféricas e pequenos municípios. A discussão dos resultados também mostra que a inclusão digital tem impactos diretos na cidadania, no empoderamento e na redução das desigualdades sociais. Populações que conseguem acesso efetivo e capacitação digital demonstram maior autonomia, participação social e inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, a exclusão digital reforça desigualdades estruturais, limitando oportunidades educacionais, profissionais e políticas, e perpetuando a vulnerabilidade social. O contexto político-econômico recente, marcado pela pandemia da Covid-19 e pela instabilidade econômica, evidenciou ainda mais a importância de políticas públicas robustas e adaptáveis, capazes de garantir conectividade de qualidade e equidade no acesso às tecnologias. Em síntese, os dados coletados e analisados mostram que a inclusão digital no Brasil é um processo complexo, multifacetado e essencial para a justiça social. É necessário combinar infraestrutura tecnológica, programas de capacitação, políticas públicas integradas e valorização dos saberes locais para que o acesso às tecnologias se transforme em

oportunidades concretas de participação social e cidadania. A pesquisa demonstra que avanços foram obtidos ao longo da última década, mas que persistem desafios significativos, sobretudo relacionados às desigualdades socioeconômicas e à capacitação digital. Garantir inclusão digital plena é, portanto, um elemento crucial para reduzir desigualdades históricas, promover o empoderamento das populações vulneráveis e fortalecer a participação social no Brasil contemporâneo. Partindo da fundamentação teórica estudada durante a pesquisa, dialogou-se sobre a perspectiva marxista da tecnologia, amplamente fundamentada no pensamento crítico à economia política do Estado. Nas obras *O Capital* e nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Karl Marx examina o funcionamento do sistema capitalista, cuja dinâmica é viabilizada pelo aumento da extração da mais-valia. Esse processo só se concretiza em função de um elemento central da economia capitalista: a posse privada dos meios de produção. Embora sua crítica à economia política tenha como foco a exploração presente na apropriação individual dos resultados da produção social, Marx elaborou uma análise profunda sobre a evolução histórica das condições materiais que sustentam esse sistema produtivo. Nesse sentido, durante a transição da manufatura para a maquinaria moderna — que inaugura a grande indústria —, Marx identifica um momento crucial de avanço das forças produtivas. No entanto, alerta que tal progresso ocorre sob a lógica da exploração capitalista. No capítulo 13 de *O Capital*, intitulado “Maquinaria e Grande Indústria”, ele demonstra como a introdução da maquinaria, longe de libertar o trabalhador, o transforma em mero apêndice da máquina. A divisão extrema do trabalho fragmenta o processo produtivo, fazendo do operário uma “máquina viva”, alienando-o de sua atividade e acentuando sua subordinação ao capital. A partir dessas considerações, compreende-se como Marx analisa a mudança no modo de produção capitalista, oferecendo fundamentos teóricos para compreender a produção da vida social contemporânea por meio de suas contradições. Enquanto a classe trabalhadora participa da produção, mas não se apropria dos lucros gerados, esse processo é denominado por Marx como exploração do trabalho. Tal exploração está diretamente relacionada a dois princípios centrais da teoria marxista: a mais-valia, que consiste na diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor reduzido que ele recebe; e a alienação, que ocorre quando o trabalho do indivíduo é apropriado por outra classe, impedindo-o de se beneficiar do resultado de sua produção e de ter controle sobre as decisões produtivas. Nesse contexto, a tecnologia é compreendida como uma força produtiva que, embora tenha potencial emancipador, é apropriada pelo capital como instrumento de intensificação da acumulação e da exploração da classe trabalhadora. Assim, ela se insere nas contradições do sistema capitalista, que se apropria da força de trabalho e lucra com ela. A tecnologia não pode ser entendida como neutra, pois carrega, desde sua concepção, os interesses e influências de quem a projeta. Marx afirma que “a tecnologia sequestra a capacidade total do trabalhador, a redução do tempo de trabalho pela produtividade é uma abstração murchada (...) faz do trabalhador um autômato dotado de vida (...) o trabalhador tornou-se um componente vivo da oficina” (MARX, 2005, p. 21-33). Dessa forma, a tecnologia, em vez de libertar o ser humano, aprisiona-o numa lógica de produção imposta pelas máquinas, tornando o trabalhador um componente vivo da engrenagem do capital. O capitalismo promove profundas transformações econômicas e políticas que alimentam os problemas sociais. A questão social está diretamente relacionada ao sistema capitalista, especialmente à desigualdade econômica, que perpetua significativas divisões entre as classes sociais. Essa desigualdade manifesta-se nas disparidades de renda, no acesso a recursos básicos — como educação, saúde e trabalho —, além da precarização das condições de vida. A

exploração do trabalho constitui um elemento central: no capitalismo, o trabalho torna-se uma mercadoria submetida à lógica da propriedade privada e do lucro, intensificando a superexploração da classe trabalhadora, que enfrenta baixos salários, longas jornadas, informalidade, perda de direitos sociais e condições precárias de trabalho. Pesquisadores marxistas contemporâneos, como David Harvey, István Mészáros, Ricardo Antunes e Ruy Braga, têm contribuído para a atualização da crítica de Marx, analisando como as tecnologias se inserem nas dinâmicas do capitalismo atual. A partir de uma nova lógica reprodutiva e acumulativa implantada pelo capital — a chamada reestruturação produtiva — observa-se o embate direto com os padrões rígidos do modelo fordista. Iniciada na década de 1970, essa reestruturação tem nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) um papel estratégico, sobretudo nos processos de acumulação flexível, possibilitando maior controle sobre o trabalho, fragmentação das cadeias produtivas e intensificação da precarização laboral, especialmente com a ascensão do trabalho mediado por plataformas digitais. Diante da crise do modelo fordista-keynesiano, inaugura-se um novo padrão de acumulação capitalista, pautado na reestruturação produtiva que, conforme aponta Harvey (1992), caracteriza-se pela emergência de um regime de acumulação flexível e pela hegemonia do projeto neoliberal como resposta à crise estrutural do capital. Esse projeto, de natureza política e ideológica, promove a desregulamentação dos mercados, a retração do Estado nas políticas sociais, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a centralidade do capital financeiro. Nesse cenário, a tecnologia assume papel estratégico na reorganização da produção, sendo incorporada com o objetivo de aumentar a produtividade, reduzir custos e intensificar a exploração do trabalho. Antunes (2018) observa que a reestruturação produtiva tecnocientífica redefine os processos laborais por meio da automação, informatização e digitalização, convertendo o trabalhador em operador subordinado a sistemas técnicos, muitas vezes desprovido de controle sobre sua própria atividade, aprofundando alienação e precarização. A plataformação do trabalho representa uma etapa avançada desse processo, articulando ratificação, financeirização e racionalidade neoliberal, aprofundando o controle algorítmico sobre o trabalhador e fragmentando as relações laborais (GROHMANN, 2022). Esse modelo reorganiza a gestão do trabalho, mascarando relações laborais tradicionais sob a aparência de autonomia e flexibilidade, mas aprofundando precarização — fenômeno que Antunes (2018) denomina “uberização”. O trabalhador passa a ser “empreendedor de si mesmo”, mas continua subordinado às diretrizes da plataforma, aceitando jornadas exaustivas, remuneração instável e ausência de direitos. A tecnologia, nesse sentido, ocupa um lugar central e ambíguo no capitalismo contemporâneo. Ela possibilita avanços significativos — maior acesso à informação, automação de processos, otimização de tarefas produtivas e facilitação da comunicação global —, mas esses avanços são apropriados pelo capital para intensificar exploração e maximizar lucro. A tecnologia reorganiza tempo e espaço de trabalho, dissolve a distinção entre tempo livre e laboral e amplia o controle sobre ritmos e corpos dos trabalhadores, fenômeno descrito por Byung-Chul Han (2015) como “autoexploração” na era do desempenho. Harvey (2005) complementa, observando que o capitalismo contemporâneo opera por acumulação por espoliação, utilizando mecanismos tecnológicos e financeiros para apropriar-se de bens comuns, intensificar vigilância e precarizar ainda mais o trabalho. A exclusão digital emerge como nova faceta da questão social, evidenciando que os benefícios das tecnologias não são universalmente acessíveis. A maior parte da população — especialmente classes trabalhadoras e periféricas — enfrenta barreiras de infraestrutura, educativas e econômicas, reforçando desigualdades estruturais. Assim, o papel da

tecnologia deve ser compreendido de forma dialética: contém potencial transformador, mas, inserida na lógica do capital, tende a reproduzir contradições. Cabe aos sujeitos sociais, trabalhadores organizados e instituições comprometidas com justiça social, promover apropriação crítica e coletiva das tecnologias, buscando alternativas que desafiem a lógica excludente e exploradora. A expansão das tecnologias de plataforma não ocorre de forma homogênea, revelando contradições nas dinâmicas de inclusão e exclusão digital. A política brasileira de inclusão digital, segundo Alencar (2012), apresenta lacunas e desarticulações, mantendo desigualdades e marginalizando populações periféricas. Essa problemática dialoga com a crítica marxista da tecnologia, evidenciando a contradição entre avanço das forças produtivas e apropriação privada dos meios de produção (MARX, 2013). Atualmente, a tecnologia, embora potencialmente democratizante, frequentemente funciona como mecanismo de controle, vigilância e precarização das relações laborais, como apontam Valente (2021) e outros pesquisadores contemporâneos. Assim, as plataformas digitais, ao mesmo tempo em que promovem acesso a direitos, reproduzem exclusão e exploração, impondo desafios significativos à formulação de políticas públicas eficazes e à regulação desses espaços digitais. Uma análise crítica da expansão das plataformas digitais deve, portanto, considerar sua ambivalência, reconhecendo seu potencial emancipatório e seus limites estruturais, com vistas a estratégias que efetivem direitos de forma democrática, justa e socialmente comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Conclusão

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a tecnologia, embora apresente potencial emancipatório, é predominantemente utilizada como instrumento de intensificação da exploração do trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais. Observou-se que, no contexto do modo de produção capitalista, os avanços tecnológicos não têm como prioridade atender às necessidades coletivas, mas se subordinam à lógica da acumulação e à maximização dos lucros. Esse fenômeno se manifesta especialmente em contextos de informalidade, terceirização e trabalho mediado por plataformas digitais, nos quais os trabalhadores enfrentam precarização, alienação e vigilância constante. A análise a partir da perspectiva marxiana e marxista revelou o caráter contraditório do desenvolvimento tecnológico: enquanto há potencial para otimização e melhoria da vida social, o seu uso sob a lógica capitalista reproduz e intensifica contradições históricas de exploração e exclusão. Ao confrontar os dados coletados com a literatura especializada, observou-se que tecnologias digitais e plataformas de trabalho, ao mesmo tempo em que ampliam o acesso à informação e oportunidades, reforçam mecanismos de controle e desigualdade, evidenciando a necessidade de apropriação crítica e socialmente orientada desses recursos. Diante desses resultados, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre estratégias de democratização tecnológica, considerando políticas públicas, iniciativas de inclusão digital e formas de organização coletiva que possam reduzir a desigualdade de acesso e uso das tecnologias. Sugere-se também investigar práticas de apropriação crítica e emancipatória da tecnologia em diferentes setores da sociedade, de modo a identificar caminhos que permitam alinhar o desenvolvimento técnico às necessidades sociais, à valorização do trabalho e à promoção da justiça social. Em síntese, compreender a tecnologia sob a ótica marxista possibilita não apenas revelar suas funções de dominação e exploração, mas também orientar ações que potencializem seu caráter

emancipatório, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e socialmente justa.

Referências

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020. ALENCAR, Maria da Glória Serra Pinto de. A política brasileira de inclusão digital no capitalismo contemporâneo: o elo perdido do Programa Casa Brasil. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 109-117, jan./jun. 2012. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. Revista Eptic, v. 22, n. 1, jan./abr. 2022. HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005. HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 11. ed. São Paulo: Loyola, 1992. MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1982. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 21-33. RIZZOTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. Serviço Social e Sociedade, n. 144, p. 129-152, maio/set. 2022. VALENTE, Jonas. Das plataformas online aos monopólios digitais: tecnologia, informação e poder. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

CÓDIGO: HS0671

AUTOR: MARIA CAPITOLINA OLIVEIRA PINHEIRO

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: ANÁLISE DAS INTERFACES DE BUSCA E RECUPERAÇÃO EM REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA BRASILEIROS

Resumo

Esta pesquisa centra-se nas questões relacionadas à busca e recuperação da informação em ambientes digitais. Tem como objetivo analisar as interfaces de busca e recuperação da informação nos Repositórios de Dados brasileiros. Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, documental, exploratória e descritiva com abordagem quali-quantitativa. Analisa 17 repositórios identificados na plataforma Re3data entre 2024.2 e 2025.1. Na oportunidade, foram observados aspectos como funcionalidades de busca, recursos de apoio ao usuário, acessibilidade e uso de vocabulários controlados. Os resultados mostram que, apesar dos avanços na disponibilização dos dados, ainda existem desafios na padronização das interfaces, usabilidade e recuperação eficaz da informação. Como contribuição, o estudo propõe melhorias como a implementação de busca semântica, filtros avançados, design responsivo e integração com sistemas externos.

Palavras-chave: repositórios de dados de pesquisa. FAIR. recuperação da informação.

TITLE: ANALYSIS OF SEARCH AND RETRIEVAL INTERFACES IN BRAZILIAN RESEARCH DATA REPOSITORIES

Abstract

This research focuses on issues related to information seeking and retrieval in digital environments. Its objective is to analyze the search and information retrieval interfaces in Brazilian Data Repositories. It uses bibliographic, documentary, exploratory, and descriptive research with a qualitative-quantitative approach as its methodology. It

analyzes 17 repositories identified on the Re3data platform between 2024.2 and 2025.1. At the time, aspects such as search functionalities, user support resources, accessibility, and the use of controlled vocabularies were observed. The results show that, despite advances in data availability, there are still challenges in standardizing interfaces, usability, and effective information retrieval. As a contribution, the study proposes improvements such as the implementation of semantic search, advanced filters, responsive design, and integration with external systems.

Keywords: research data repositories. FAIR. information retrieval.

Introdução

Os dados são o alicerce fundamental para a construção do conhecimento científico. Eles não apenas fornecem a matéria-prima para a pesquisa, mas também servem como a evidência necessária para validar ou refutar hipóteses, permitindo que os pesquisadores tomem decisões informadas e alcancem conclusões sólidas.

Com base em Borgman (2010, p. 3), os dados de pesquisa não possuem um valor uniforme: alguns têm valor imediato e duradouro, outros ganham importância com o tempo, enquanto certos dados possuem valor passageiro ou são mais fáceis de recriar do que de preservar. Nesse contexto, os dados de pesquisa são definidos como os registros científicos que servem de base para as conclusões de um estudo. Conforme Sayão e Sales (2016), esses dados podem ser gerados de diversas formas, como resultados de experimentos em laboratório, estudos empíricos, observações de fenômenos culturais ou até mesmo o registro de eventos naturais como a erupção de um vulcão.

O acesso aberto torna o conhecimento científico livre e público, permitindo que assim qualquer pessoa possa ler, baixar, copiar, imprimir, distribuir ou utilizar essas informações de forma gratuita e irrestrita (Tabosa, Souza, Paes 2013). Um dos principais formatos para a prática do acesso aberto são os repositórios de dados de pesquisa. Esses sistemas contribuem para a disponibilização dos dados brutos e complementares de um estudo — a própria matéria-prima do conhecimento científico. O acesso aberto a esses dados é fundamental para o avanço da ciência e para a integridade da pesquisa.

Sales e Sayão (2016) definem os repositórios de dados de pesquisa como infraestruturas de banco de dados fundamentais que dão suporte a todo o ciclo de gestão de dados. A importância desses repositórios junto com o Acesso Aberto consiste em facilitar a recuperação da informação para o usuário. O objetivo de armazenar dados de pesquisa em repositórios abertos é justamente permitir seu uso e reuso, a capacidade de recuperá-los de forma eficaz é crucial para que o conhecimento científico possa, de fato, ser compartilhado e aproveitado pela comunidade.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as interfaces de busca e recuperação da informação nos Repositórios de Dados brasileiros

A pesquisa se justifica pela ausência de análises aprofundadas sobre as interfaces de busca e recuperação da informação nos Repositórios de Dados brasileiros. Apesar de existir uma infraestrutura para armazenar esses dados, percebe-se uma necessidade de maior compreensão de como o usuário, na prática, os recupera. O trabalho busca oferecer essa análise, investigando a eficiência das interfaces e o processo de busca. Os resultados contribuirão para um melhor entendimento das necessidades dos usuários e poderão subsidiar o aprimoramento dessas plataformas, garantindo que os dados de pesquisa sejam mais acessíveis e, de fato, reutilizados pela comunidade científica.

Esta pesquisa é parte integrante do projeto “Análise das práticas colaborativas de representação e recuperação em repositórios de dados de pesquisa brasileiros” (PVE 22341-2024), financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esta investigação também se encontra articulada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de qualidade) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). Dados de pesquisa bem organizados e acessíveis são essenciais para o avanço da ciência e da educação. Ao facilitar a recuperação da informação em repositórios, a pesquisa promove o acesso ao conhecimento científico, fundamental para a educação em todos os níveis. A pesquisa contribui para a infraestrutura de informação, que é um componente vital da inovação. Ao analisar e propor melhorias para a recuperação da informação, ela fortalece os sistemas que suportam a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, impulsionando a inovação.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois para a construção do referencial teórico, foram consultadas produções científicas sobre repositórios de dados de pesquisa e recuperação da informação. A busca por esses documentos foi realizada nas bases de dados BRAPCI, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com um recorte temporal de 2015 à 2024.

Trata-se, também, de uma pesquisa exploratória e documental. A fase exploratória consistiu em examinar as interfaces de busca dos repositórios de dados brasileiros. A seleção desses repositórios foi realizada através do RE3DATA no período de 2024.2 à 2025.1, enquanto a fase documental se baseou na análise desses mesmos repositórios. Para essa análise, foram selecionados 17 repositórios de dados de pesquisa encontrados dentro do diretório re3data, que serve como um registro global de repositórios.

A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa. A análise quantitativa avaliou aspectos mensuráveis das interfaces de busca, enquanto a análise qualitativa se concentrou na qualidade dessas interfaces para os usuários.

Resultados e Discussões

REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA

O Acesso Aberto (Open Access) para Gäal e Martins (2022) é um mecanismo de comunicação científica que visa democratizar o acesso a resultados de pesquisas científicas, removendo barreiras de acesso e permissão aos conteúdos publicados. É importante notar, no entanto, que nem todos os dados de pesquisa são totalmente abertos; alguns dados em repositórios podem ter acesso restrito por questões de sigilo, privacidade ou propriedade intelectual. Apesar dessas exceções, o acesso aberto facilita que usuários e pesquisadores de diferentes áreas acessem dados científicos. Essa abordagem facilita o trabalho interdisciplinar, permitindo que os pesquisadores acessem e apliquem dados de diferentes áreas do conhecimento.

Nesse contexto, o compartilhamento de dados é baseado na suposição de que os dados podem ser úteis para os outros tanto dentro de um mesmo domínio disciplinar como de forma interdisciplinar (Borgman, 2010).

Para que esse compartilhamento de dados seja eficaz e cumpra seu propósito, é essencial que os dados sejam gerenciados seguindo diretrizes específicas. Com essa finalidade foram criados os princípios FAIR, um conjunto de diretrizes essenciais que se concentram na encontrabilidade, acessibilidade, interoperabilidade e reusabilidade dos dados (Silva, Dias, Diniz, 2018). Eles funcionam como quatro pilares que orientam os pesquisadores e publicadores de dados a superar desafios, elevando o valor da produção acadêmica digital. A finalidade destas diretrizes é tornar os conjuntos de dados encontráveis (findable), acessíveis (accessible), interoperáveis (interoperable) e reutilizáveis (reusable) (Wilkinson et al., 2016).

Os princípios FAIR, ilustrados no **Anexo A**, são as diretrizes que garantem que esses dados sejam úteis e possam ser compartilhados de forma eficaz, atendendo aos seguintes princípios:

É possível seguir os princípios FAIR de forma gradual e flexível, e os produtores de dados podem aplicá-los em qualquer ordem, permitindo que seus ambientes de publicação evoluam progressivamente para se tornarem mais "FAIR" (Wilkinson et. al, 2016).

Além dos quatro princípios centrais, existem 16 subprincípios em diferentes contextos, os quais estão disponíveis no **Anexo B**.

Esses subprincípios funcionam como diretrizes para os repositórios, tendo como principal objetivo promover o compartilhamento e a reutilização dos dados, além de facilitar o acesso às informações de pesquisa. O foco não está diretamente nos dados em si, mas sim nos metadados que os descrevem e tornam seu uso mais eficiente (Felipe, Santos, 2022).

Os repositórios são a infraestrutura que permite que os dados de pesquisa, seguindo os princípios FAIR, sejam armazenados, preservados e disponibilizados para a comunidade. Eles são a ferramenta prática para a implementação da ciência aberta.

Caracterizados por esquemas de metadados mais estruturados, os repositórios de dados operam como plataformas independentes, permitindo o armazenamento tanto de dados de pesquisas concluídas quanto de projetos em andamento, possibilitando atualizações e diferentes versões dos conjuntos de dados (Sayão, Sales, 2012). Além disso, sua capacidade de estabelecer conexões com repositórios de e-prints favorece o surgimento de novas formulações de publicações acadêmicas integradas (Sales, 2014).

Esses repositórios desempenham funções essenciais, como a captura de dados, catalogação de coleções, assim como elementos fundamentais como a interoperabilidade entre sistemas, recuperação da informação, acesso aberto e reuso dos dados (Sayão, Sales 2016) Apesar disso, ainda persistem desafios significativos, especialmente relacionados à padronização dos sistemas e à interoperabilidade, que precisam ser superados para assegurar a efetiva implementação da ciência aberta. Assim, os repositórios de dados são ferramentas fundamentais para o conhecimento científico, facilitando a disseminação e o compartilhamento de dados de pesquisa de forma segura, ética e eficiente.

RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Com o avanço tecnológico, o surgimento de máquinas mais potentes e a evolução da internet permitiram que um vasto volume de dados fosse produzido e publicado. Esse cenário criou uma demanda por parte dos usuários que buscam por informações confiáveis e relevantes.

Conforme Santos (2024), a Recuperação da Informação, no campo da Ciência da Informação, passou a ser estudada sob o viés do processamento da informação a partir de operações como classificação, catalogação e indexação. O objetivo dessas operações é representar as informações para que os usuários possam recuperá-las em diferentes sistemas, tanto por meio da navegação quanto por meio de estratégias de busca.

As estratégias de busca, por sua vez, representam o processo de interação do usuário com o sistema de informação. Elas envolvem a formulação de uma consulta, a escolha de palavras-chave e o uso de operadores lógicos (como AND, OR e NOT) para refinar os resultados. A eficácia da recuperação, portanto, depende não apenas da organização da informação pelo sistema, mas também da capacidade do usuário de articular sua necessidade informacional de forma precisa.

A navegação, por outro lado, oferece uma abordagem alternativa para a recuperação. Em vez de uma busca direta, o usuário explora a estrutura organizada do sistema (como menus, categorias ou hiperlinks) para encontrar o conteúdo desejado. É uma forma de "exploração" guiada, onde a arquitetura da informação é fundamental para levar o usuário ao conteúdo relevante, sem a necessidade de uma busca textual complexa.

As interfaces de busca exercem um papel fundamental na eficácia das pesquisas realizadas pelos usuários, uma vez que determinam a forma como os dados são acessados e os resultados apresentados, atuando como mediadoras no processo de acesso à informação (Silva, et al. 2019) .

A recuperação de dados de pesquisa refere-se ao processo de localização, acessar e reutilizar conjuntos de dados produzidos durante pesquisas científicas ou acadêmicas. Esses dados podem estar armazenados em repositórios digitais, bases de dados abertas ou plataformas especializadas. A recuperação eficaz depende da organização dos metadados, da padronização dos formatos e da existência de boas práticas de indexação e descrição dos dados. Plataformas como o re3data (Registry of Research Data Repositories) desempenham um papel relevante, ao oferecerem um catálogo global de repositórios de dados de pesquisa, organizados por áreas do conhecimento, tipos de dados e critérios de acesso. Assim, a recuperação de dados torna-se fundamental para a transparência, a reprodutibilidade e o avanço do conhecimento científico.

Apesar do crescente avanço tecnológico e metodológico na área, a recuperação da informação ainda enfrenta desafios que impactam sua eficácia. Segundo Pecegueiro (2017), o excesso de informação disponibilizado na internet, sem o uso de padrões específicos, causam uma dificuldade de acesso. Para que possam cumprir sua função de, é necessário que sejam construídos de forma padronizada, obedecendo a princípios que favoreçam a interoperabilidade entre sistemas. A baixa qualidade ou a ausência de metadados padronizados compromete a indexação adequada dos conteúdos, dificultando sua localização posterior e prejudicando a experiência do usuário na busca por informações relevantes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir de um recorte nacional realizado na interface do re3data, foram identificados 17 repositórios de dados de pesquisa brasileiros, analisados ao longo do período de 2024.2 à 2025.1. Essa seleção teve como objetivo compreender o cenário nacional de disponibilização e gestão de dados de pesquisa, observando aspectos como políticas de acesso, tipos de dados armazenados, interfaces disponíveis e expressões de busca utilizadas. No **Anexo C** listamos os repositórios de dados de pesquisa que irão compor o universo e as instituições as quais se encontram vinculados.

Com base nos repositórios identificados, foram analisados os filtros de busca disponíveis nas modalidades simples e avançada. Dentre os mais recorrentes, destacam-se, aqueles presentes no **Anexo D**.

Dentre os repositórios analisados, observou-se um destaque significativo daqueles vinculados à plataforma Dataverse, que demonstraram maior padronização e organização na disponibilização dos dados. Entre esses, estão: Aleia, Redapé, Arca Dados, SciELO, REDU, Dados Abertos de Pesquisas, Domus Dados, Deposita Dados e a Rede IBICT Cariniana Dataverse.

Dataverse é uma plataforma web de código aberto voltada para o compartilhamento, preservação e citação de dados de pesquisa. Sua estrutura favorece o acesso aberto, a reprodutibilidade científica e a visibilidade acadêmica dos dados depositados (Dataverse, 2025).

No entanto, nem todos os repositórios identificados utilizam o Dataverse em sua infraestrutura. Também se destacam outras iniciativas, como os repositórios ATTO, FishSounds e Maenduar, que embora utilizem diferentes plataformas ou estruturas,

igualmente contribuem para a disseminação e o acesso a dados de pesquisa no contexto nacional.

Além da identificação e categorização dos repositórios de dados de pesquisa, também foi realizada uma análise da disponibilidade de tutoriais e orientações voltadas aos usuários sobre como realizar buscas dentro das plataformas. O objetivo foi compreender o nível de apoio oferecido aos pesquisadores e demais interessados na localização e recuperação de dados. Entre os repositórios analisados, observou-se que 15 repositórios disponibilizam de tutoriais, manuais ou seções explicativas que auxiliam na navegação, especialmente no uso das ferramentas de busca simples e avançadas. No **Anexo E**, apresentamos os repositórios identificados com esse tipo de material de apoio.

A presença desses materiais, demonstra o compromisso desses repositórios com a experiência do usuário, contribuindo para uma maior usabilidade da plataforma. Dos 17 repositórios analisados, 15 oferecem orientações claras para os usuários realizarem buscas, sem essas orientações, os dados podem até estar disponíveis, mas ninguém conseguiria encontrar, compartilhar e reutilizar esses dados. Contudo, observa-se que algumas plataformas precisam de instruções mais detalhadas, o que representa uma barreira para o uso completo dos repositórios.

Além dos materiais de apoio, a acessibilidade das plataformas também foi um dos pontos de análise para a usabilidade. Uma interface funcional deve atender a todos os usuários. Na análise dos repositórios, notou-se que a maioria deles não disponibiliza de recursos claros de acessibilidade. Essa lacuna representa uma barreira significativa para um grupo importante de usuários, limitando o alcance e a inclusão do conhecimento científico. Apenas um dos repositórios analisados, o Redape, disponibiliza recursos explícitos de acessibilidade, o repositório disponibiliza o VLibras, que traduz automaticamente textos e áudios para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A recuperação de dados de pesquisa nos repositórios não se resume apenas a tutoriais e manuais. A forma como a informação é organizada internamente é crucial para a descoberta e reutilização dos dados. Um dos elementos mais importantes para essa organização é o vocabulário controlado, que padroniza os termos e evita as ambiguidades. Apesar de sua relevância, a utilização de sistemas, como vocabulários controlados e tesouros ainda é uma prática pouco disseminada. Apenas três utilizam essas ferramentas, eles estão disponíveis no **Anexo F**.

A baixa adoção desses sistemas demonstra uma carência na padronização dos metadados, o que pode dificultar a recuperação precisa da informação, mesmo quando a interface é bem projetada.

Em função das observações feitas sobre os repositórios analisados, torna-se evidente que, embora os repositórios de dados de pesquisa no Brasil apresentem avanços importantes em termos de disponibilização e gestão da informação científica, ainda existem lacunas significativas que impactam a experiência do usuário e a efetividade do acesso aberto. Nesse contexto, propõem-se algumas melhorias que podem contribuir para o aprimoramento dessas plataformas. No **Anexo G**, apresenta-se um quadro com possíveis melhorias.

As melhorias para os repositórios têm como foco o usuário. Pois visam aprimorar a recuperação, acesso, uso e reúso dos dados.

As desvantagens dessas melhorias, pode-se dizer que estão ligadas ao custo e o esforço contínuo, devido a uma reestruturação do layout dos dados, o desenvolvimento de novas funcionalidades e uma manutenção constante. Em suma, essas desvantagens mostram que o aprimoramento nesses repositórios seriam processos a longo prazo, que demandam compromissos e recursos significativos com a atuação de profissionais de áreas como a Biblioteconomia, Ciência da Informação e Ciência da Computação, por exemplo.

Conclusão

Através desta investigação foi possível analisar as interfaces de busca e recuperação da informação nos repositórios de dados brasileiros, preenchendo uma lacuna na compreensão de como a infraestrutura de dados de pesquisa se manifesta no contexto nacional. A análise das 17 plataformas selecionadas demonstrou que, embora exista um sistema para o armazenamento de dados, a recuperação e o acesso aos dados ainda são desafios a serem superados.

Entre as principais barreiras identificadas destacam-se: a falta de materiais de apoio que orientem o usuário; a pouca implementação de recursos de acessibilidade com o repositório Redape sendo a notável exceção ao oferecer suporte a tecnologias como o VLibras; a baixa utilização de vocabulários controlados para padronizar a busca. Considerando esse panorama, as melhorias propostas neste trabalho incluem questões relacionadas a: design limpo e responsivo; busca semântica e recurso autocompletar; elaboração/aperfeiçoamento de tutoriais, vídeos e manuais de recuperação de dados; implementação de filtros de busca avançada; disponibilização de instrumentos de controle terminológico nas interfaces de busca; linkagem a outros sistemas.

Conclui-se que o aprimoramento dos repositórios de dados exige um esforço que precisa equilibrar os benefícios para o usuário com os desafios de implementação e manutenção a longo prazo, como os custos elevados e a necessidade de curadoria contínua.

No entanto, é importante destacar as limitações encontradas durante o estudo, como a instabilidade de algumas plataformas e a ocorrência de falhas nos comandos em determinadas plataformas, o que evidencia necessidade de manutenção por parte das instituições.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de testes práticos de usabilidade com usuários reais, garantindo que os dados de pesquisa não sejam apenas livres, mas também acessíveis a todos.

Referências

BORGMAN, Christine L. Research Data: who will share what, with whom, when and why. (RatSWD Working Paper n. 161. Oct. 2010). Disponível em: http://sydney.edu.au/research/data_policy/resources/ANDS_Borgman_2010_research_data.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

DATAVERSE. About. Disponível em: <https://dataverse.org/about>. Acesso em: 18 ago. 2025.

DINIZ, B. C.; DIAS, G. A.; SILVA, A. K. A. da. Os princípios FAIR como diretrizes para maximizar o uso e (re)uso dos dados de pesquisa: traçando um paralelo com a gestão de documentos arquivísticos digitais. In: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO, DADOS E TECNOLOGIA - WIDAT, [S. l.], v. 2, p. 4–11, 2018.

FELIPE, C. B. M.; SANTOS, R. F. dos. Avaliação de metadados em repositórios de dados de pesquisa sobre biodiversidade. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 3, e-117591, jul./set. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245283.117591>.

GÄAL, L. P. M.; MARTINS, M. S. Acesso aberto no contexto da pesquisa em Ciência da Informação. *Transinformação*, [S. l.], v. 34, e220016, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202234e220016>.

LOPES, I. L. Estratégia de busca na recuperação da informação: revisão da literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 60–71, maio/ago. 2002.

PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pereira de Almeida. Os desafios da recuperação da informação na era digital. *Bibliotecas Universitárias: pesquisas, experiências e perspectivas*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 1–13, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/bibliotecas/article/view/45145>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SARACEVIC, T. Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p. 1051–1063, 1999.

SANTOS, R. F. O ensino de disciplinas sobre Sistemas de Informação nos currículos dos cursos de Biblioteconomia. *Revista Conhecimento Em Ação*, Rio de Janeiro, v. 9, e63071, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47681/rca.v9i.63071>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANTOS, R. F. Tendências emergentes no campo da catalogação: um olhar sobre a produção científica nacional. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e025026, 2025.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. *Informação & Informação*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 90–115,

maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179–192, 2012 b

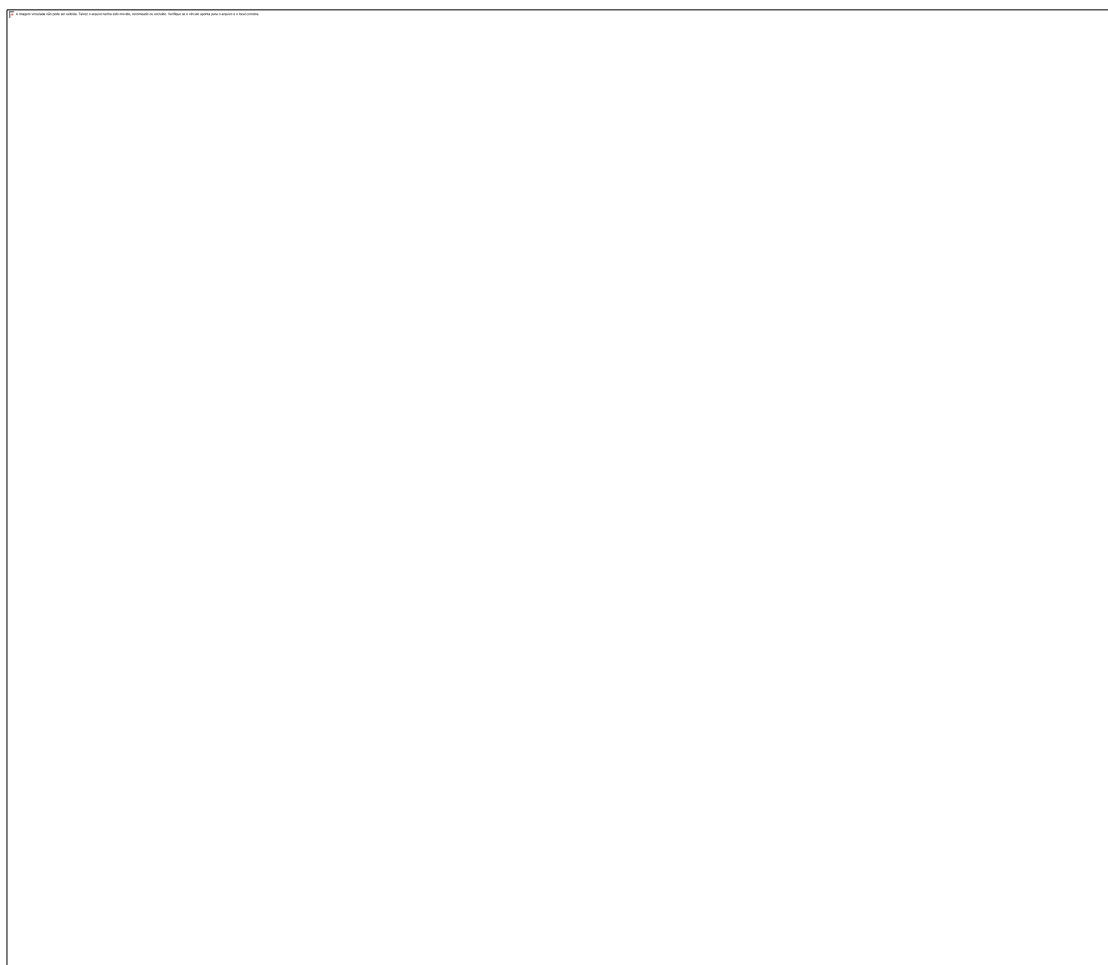
SALES, L. F. Integração semântica de publicações científicas e dados de pesquisa: proposta de modelo de publicação ampliada para a área de ciências nucleares. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014

SILVA, M. F. et al. Inovação em interface de busca facetada: campo de pesquisa único com autocompletar para itens e facetas. In: *CINAH@: A inovação emergente: cidades, informação e análise de dados*. Goiânia: CIAR/UFG, 2019. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/cinahpa_a_inovacao_emergente/artigo_5.html. Acesso em: 18 ago. 2025.

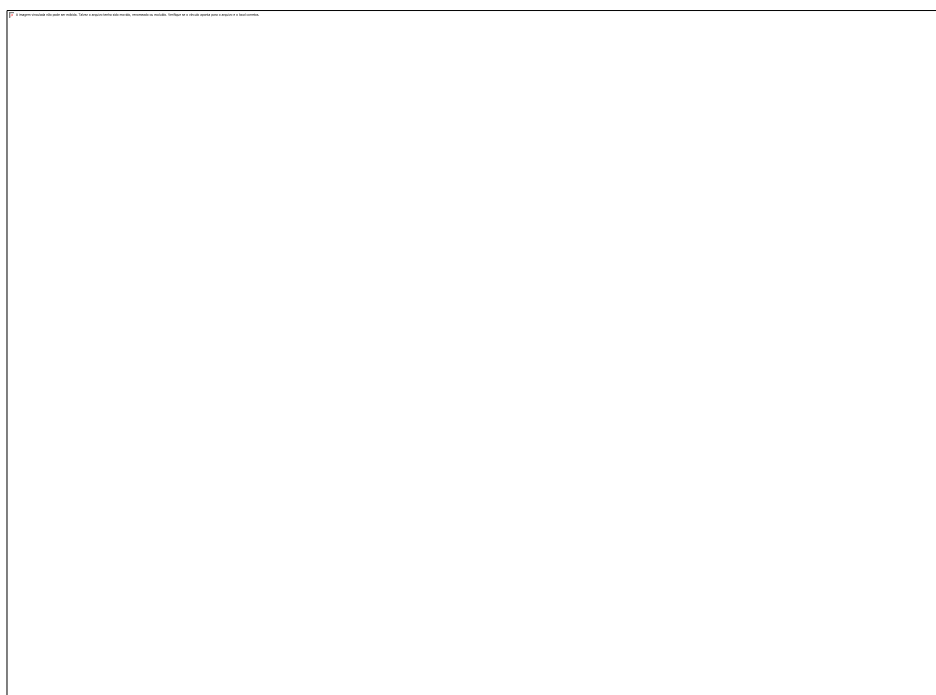
TABOSA, H. R. ; SOUZA, M. N. A. de; PAES, D. M. B. Reflexões sobre o acesso aberto à informação científica. *RACIn*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 50–66, jan./jun. 2013.

WILKINSON, Mark D. et al. The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. *Scientific Data*. Nature, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201618#article-info>. Acesso em: 11 ago. 2025.

Anexos



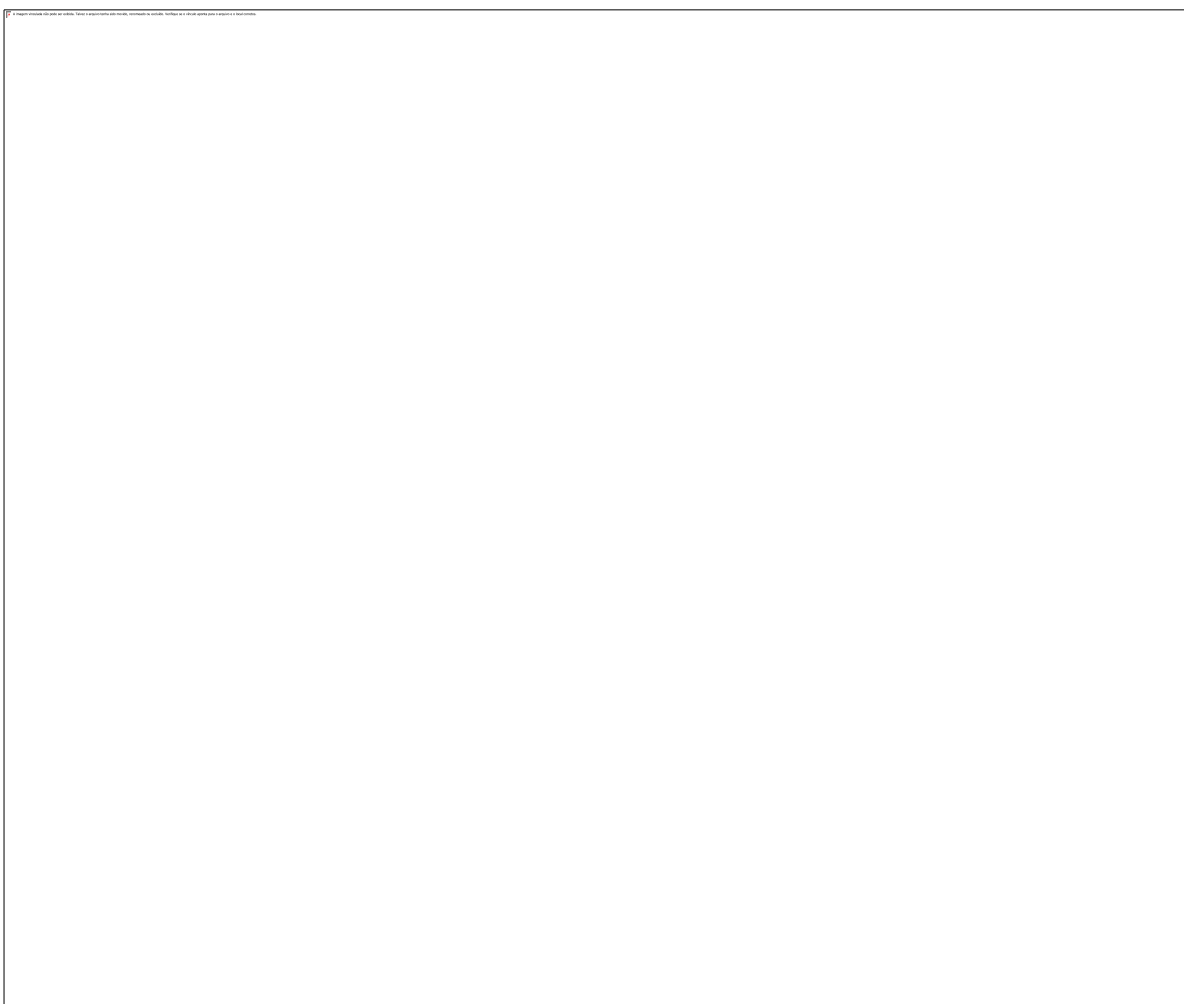
Anexo A - Principios FAIR



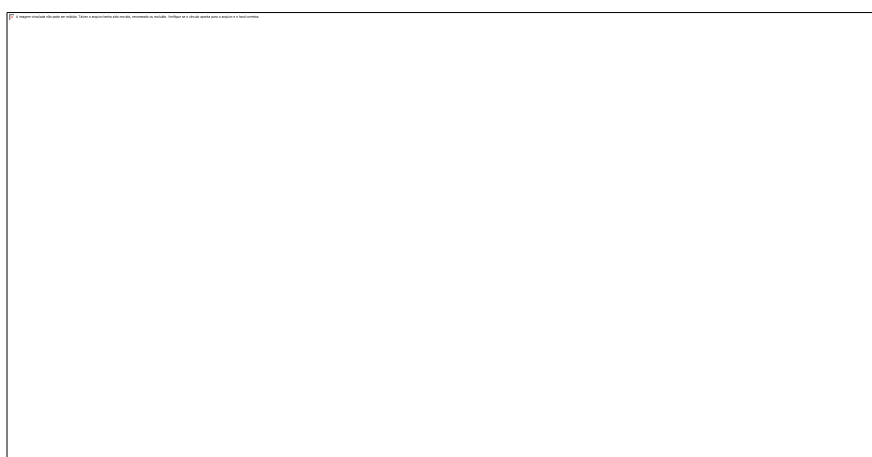
ANEXO B -Subprincípio FAIR



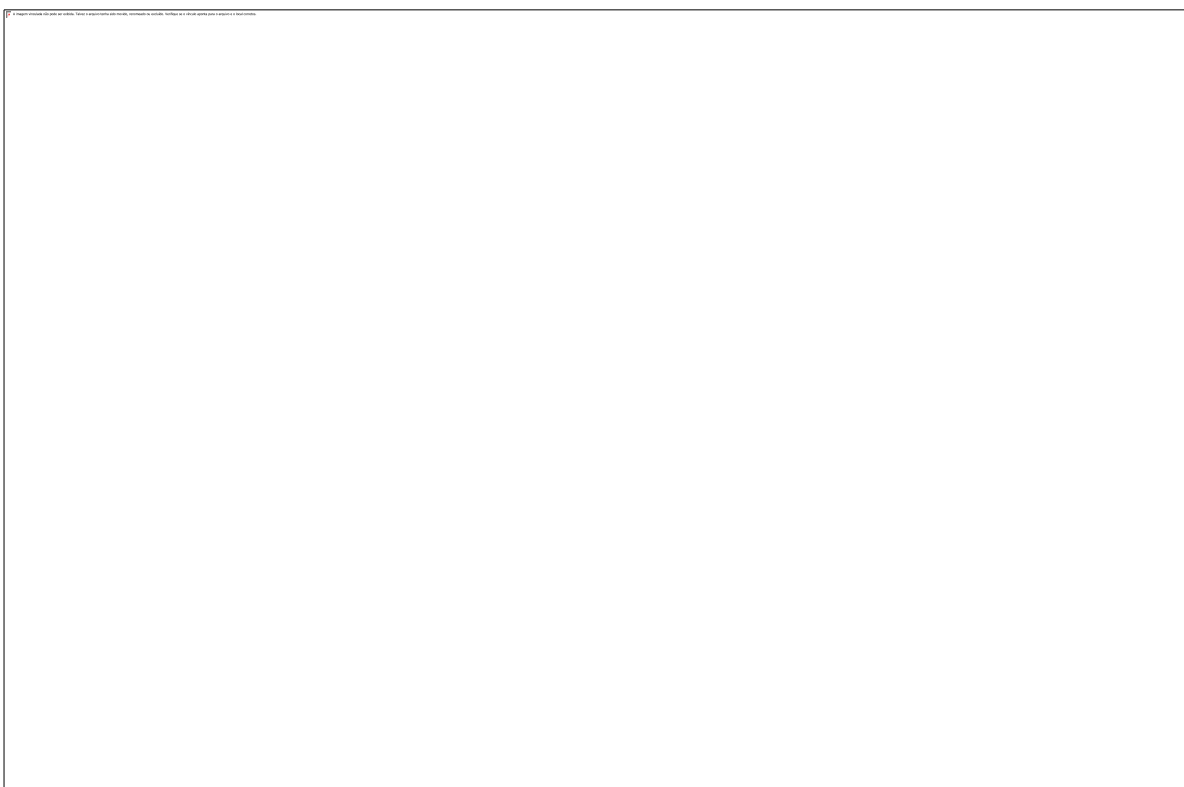
ANEXO C - Repositórios de dados de Pesquisa e Instituições Vinculadas



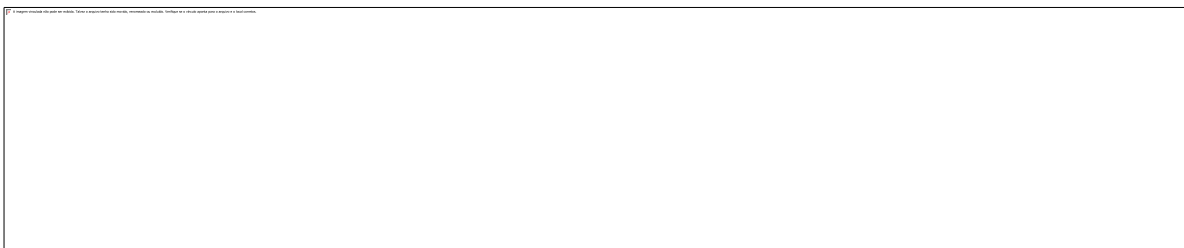
ANEXO C - Repositórios de dados de Pesquisa e Instituições Vinculadas



ANEXO D - Filtros de busca



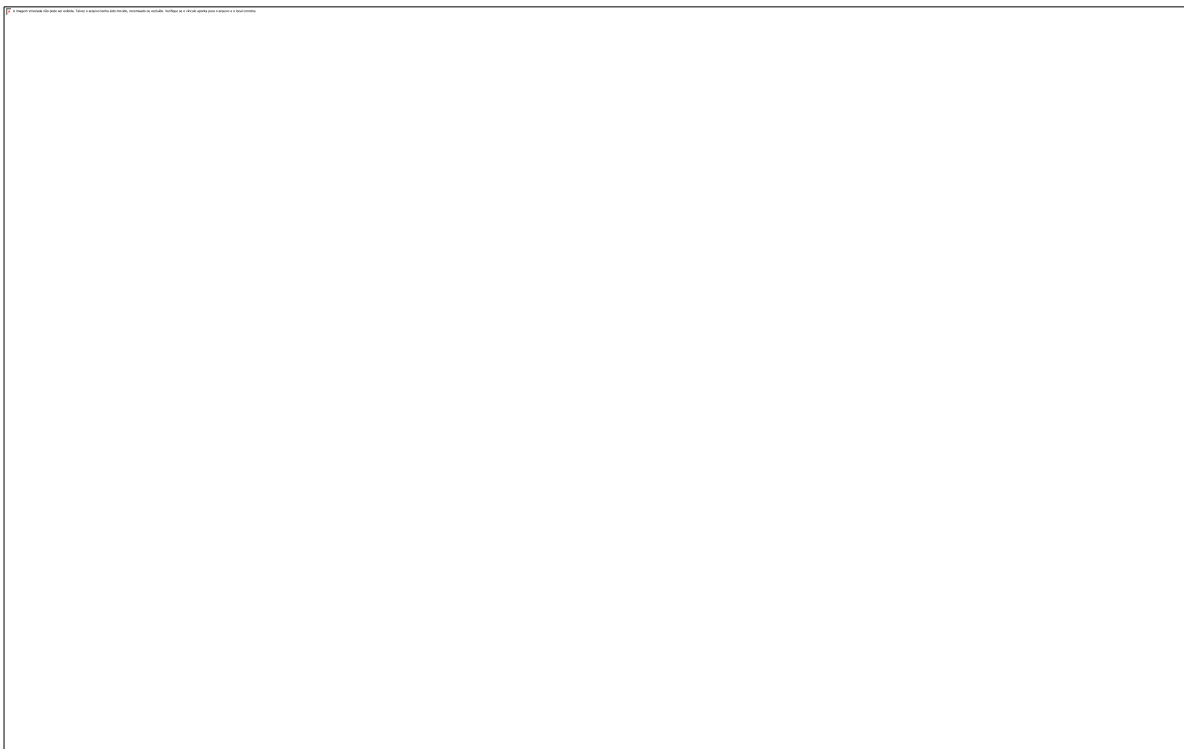
ANEXO E - Recursos de apoio encontrados nos repositórios.



ANEXO F - Repositórios e os tipos de sistemas utilizados

Este espaço é reservado para o conteúdo do trabalho. Não é permitido o uso de imagens, tabelas, gráficos ou qualquer outro elemento gráfico.

ANEXO G - Melhorias para a estrutura dos repositórios



ANEXO G - Melhorias para a estrutura dos repositórios

CÓDIGO: HS0681

AUTOR: NAYARA EVELYN DA SILVA SALUSTIANO DIAS

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE CATALOGAÇÃO EM REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA BRASILEIROS

Resumo

Com o crescimento da produção de dados científicos, os repositórios digitais se tornam necessários para o processo de armazenamento, organização, preservação e disseminação das informações. O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas de catalogação nos repositórios de dados de pesquisas brasileiras. Utiliza como metodologia as pesquisas bibliográfica, exploratória, documental, descritiva com abordagem quali-quantitativa, analisando 17 repositórios nacionais disponíveis no RE3data. De acordo com os resultados demonstrados, o Dataverse e o DSpace são os softwares mais utilizados pelos repositórios de dados de pesquisa brasileiros. O padrão de metadados mais visualizado foi o DublinCore. Embora a maioria destes repositórios disponibilize guias e manuais, ainda há uma ausência na clareza, trazendo implicações negativas na padronização e o reuso dos dados. Conclui enfatizando a necessidade de investimento contínuo em políticas de metadados e padronização. A implementação de documentos claros e bem organizados não apenas torna os repositórios mais confiáveis, como também impulsiona o avanço da Ciência Aberta.

Palavras-chave: repositórios de dados de pesquisa; catalogação; metadados; representa

TITLE: ANALYSIS OF CATALOGING PRACTICES IN BRAZILIAN RESEARCH DATA REPOSITORIES

Abstract

With the growth of scientific data production, digital repositories have become essential for the process of storing, organizing, preserving, and disseminating information. The

objective of this research is to analyze cataloging practices in Brazilian research data repositories. The methodology employed combines bibliographic, exploratory, documentary, and descriptive research with a qualitative-quantitative approach, analyzing 17 national repositories available on RE3data. According to the results, Dataverse and DSpace are the most used software platforms by Brazilian research data repositories. The most frequently observed metadata standard was Dublin Core. Although the majority of these repositories provide guides and manuals, there is still a lack of clarity, leading to negative implications for data standardization and reuse. The study concludes by emphasizing the need for continuous investment in metadata policies and standardization. The implementation of clear and well-organized documents not only makes repositories more reliable but also drives the advancement of Open Science.

Keywords: research data repositories; cataloging; Metadata

Introdução

Os dados de pesquisa são a essência do trabalho científico, pois representam as evidências que sustentam as conclusões de um estudo. Eles são fundamentais para a reprodutibilidade da ciência, permitindo que outros pesquisadores validem os resultados ou os utilizem como base para novas investigações. Além disso, a disponibilidade e a organização desses dados são cruciais para a transparência e a colaboração na comunidade acadêmica.

Sendo assim, os dados de pesquisa correspondem aos registros processados obtidos durante uma pesquisa científica, podendo incluir desde planilhas, entrevistas, imagens, sons até códigos computacionais (Santos; Felipe, 2025).

A crescente produção de dados impulsionou a criação de repositórios digitais especializados. O objetivo dessas plataformas é armazenar, organizar, preservar e disseminar dados de pesquisa de forma acessível, possibilitando a sua reutilização em futuras investigações científicas (Simionato, 2017).

A representação desses dados é realizada nesses repositórios por meio de metadados, os quais são informações estruturadas que descreve um recurso de informação. Eles funcionam como uma espécie de "cartão de identidade" para os dados, fornecendo detalhes essenciais sobre seu conteúdo, contexto, autoria e formato.

Concorda-se com as autoras Santos e Felipe (2025), quando as autoras afirmam que a representação adequada dos dados por meio de metadados padronizados e descrições claras é crucial para a sua recuperação e reutilização em novas pesquisas.

Uma boa representação não apenas auxilia os usuários a encontrar os dados mais relevantes para suas necessidades, como também garante as condições para que eles sejam compreendidos e aplicados em diferentes contextos. Sem uma descrição precisa, um conjunto de dados se torna praticamente inútil, mesmo que esteja tecnicamente

disponível online. Além disso, a padronização na representação contribui significativamente para a interoperabilidade entre sistemas e plataformas.

Nesse contexto, essa pesquisa tem como objetivo analisar as práticas de catalogação nos repositórios de dados de pesquisa brasileiros, com foco em entender de que maneira essas práticas contribuem para a organização, recuperação e reuso dos dados científicos.

A crescente produção de dados de pesquisa tem transformado o cenário científico, tornando-os tão importantes quanto às publicações acadêmicas. Nesse contexto, os repositórios digitais emergem como ferramentas essenciais para a preservação e disseminação do conhecimento. No entanto, para que esses dados atinjam seu potencial máximo, é fundamental que estejam bem organizados, acessíveis e prontos para serem reutilizados. É aqui que as práticas de catalogação, por meio de metadados e padronização, assumem um papel central.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender como os repositórios de dados de pesquisa no Brasil estão aplicando essas práticas. Embora as políticas de Ciência Aberta incentivem a criação de plataformas e o compartilhamento de dados, ainda há uma lacuna no entendimento sobre a efetividade da organização da informação nesses ambientes. A análise detalhada das práticas de catalogação pode revelar não apenas o que está sendo feito, mas também as limitações e os desafios enfrentados, como a falta de clareza nos metadados, a inconsistência na aplicação de padrões e a clareza dos guias de orientação.

Além disso, os resultados desta pesquisa poderão orientar gestores e curadores de repositórios na implementação de políticas de metadados mais robustas e na adoção de melhores práticas, fortalecendo a infraestrutura de pesquisa no país. Em última análise, ao tornar o conhecimento científico mais acessível e reutilizável, a pesquisa contribui diretamente para o avanço da Ciência Aberta, impulsionando a colaboração e a inovação no Brasil e no cenário global.

Metodologia

A Metodologia utilizada nesta pesquisa é caracterizada como pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, completando com um estudo exploratório, voltado para a análise de repositórios de dados no Brasil.

Para a fundamentação teórica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diversas fontes, como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Google Acadêmico e o Repositório Institucional da UFRN. Utilizando os termos de busca "dados de pesquisa", "repositórios de dados", "metadados", "princípios FAIR" e "catalogação", a seleção dos materiais teve como critério sua relevância para o tema, especificamente no que diz respeito aos repositórios de dados e à representação da informação.

Para a recuperação dos repositórios de dados de pesquisa brasileiros, realizou-se a coleta no RE3Data (Registry of Research Data Repositories), um registro global de repositórios de dados de pesquisa. Ele funciona como um diretório abrangente, criado para auxiliar pesquisadores, instituições de pesquisa e agências de fomento a encontrar e citar repositórios de forma rápida e confiável.

Por ser um recurso global e bem estruturado, o RE3Data é ideal para a identificação e análise de repositórios de dados de pesquisa em diferentes países.

Durante a busca realizada em janeiro de 2025, foram recuperados 17 repositórios nacionais em diversas áreas do conhecimento. Para cada um deles, foram analisados os seguintes aspectos: ano de criação, software de gerenciamento, tipo de metadado utilizado, e a existência de políticas e guias para auxiliar os usuários nos processos de cadastramento e representação de seus dados.

Os dados coletados foram organizados em planilhas, no formato de tabela, a fim de organizar de forma clara os resultados, facilitando tanto a descrição de cada repositório como observações que teve durante a pesquisa.

Resultados e Discussões

REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA: FERRAMENTAS ESSENCIAIS PARA A CIÊNCIA ABERTA

O Acesso Aberto vai além da transparência e da colaboração. Ele é um motor para a inovação científica. Ao remover barreiras financeiras e geográficas, como as taxas de assinatura de periódicos, o acesso aberto acelera a disseminação de descobertas e a construção de novas pesquisas de forma mais rápida e eficiente. Essa democratização do conhecimento é essencial para a equidade global, permitindo que pesquisadores de todas as partes do mundo possam acessar, utilizar e contribuir para o avanço da ciência.

Para Semeler e Pinto (2019, p. 119) "os dados da pesquisa devem ser validados e compartilhados entre a comunidade científica". Esta afirmação reforça um pilar fundamental da ciência moderna: a confiabilidade. A validação dos dados é crucial para garantir a integridade dos resultados, prevenindo a disseminação de informações incorretas. O compartilhamento, por sua vez, é o que impulsiona a colaboração e a reprodutibilidade, permitindo que outros pesquisadores verifiquem a autenticidade das descobertas e as utilizem como base para novas investigações. Essas práticas são a essência da Ciência Aberta, promovendo a transparência e o avanço coletivo do conhecimento.

Para que os dados de pesquisa sejam disponibilizados por pesquisadores e pela comunidade científica, é fundamental que estejam bem organizados e descritos. Somente dessa forma eles se tornam localizáveis e reutilizáveis para futuras investigações.

A organização e a representação, por meio de metadados claros, são o que garantem a confiabilidade e a integridade do conhecimento, transformando arquivos brutos em ativos valiosos para a ciência.

Nesse contexto, os repositórios de dados surgem como ferramentas essenciais para a pesquisa científica. Segundo Santos e Felipe (2025), eles "desempenham um papel fundamental ao auxiliar os pesquisadores em todas as etapas da pesquisa, desde a organização inicial dos dados até sua disponibilização para a comunidade acadêmica." Para além do simples armazenamento, essas plataformas oferecem recursos cruciais, como a adoção de metadados, para garantir que as informações sejam facilmente localizadas e possam ser reutilizadas. Para essas autoras:

A correta aplicação de metadados é essencial para a compreensão e recuperação eficiente dos dados armazenados, considerando que eles podem assumir diferentes formatos, como planilhas, imagens, metodologias, algoritmos, registros de espécies e arquivos de áudio, diferenciando-se significativamente dos documentos bibliográficos tradicionais (Santos; Felipe, 2025, p. 3).

A qualidade e a utilidade de um repositório de dados de pesquisa estão diretamente ligadas à aplicação dos princípios FAIR. O acrônimo, que significa Findable, Accessible, Interoperable e Reusable (Localizáveis, Acessíveis, Interoperáveis e Reutilizáveis), tem como objetivo garantir que os dados possam ser utilizados tanto por pessoas quanto por mecanismos automatizados (Sales et al., 2021).

A aplicação desses princípios faz com que os dados sejam facilmente localizados por meio de metadados claros e uma indexação adequada. Eles se tornam acessíveis e interoperáveis com o uso de formatos padronizados. Por fim, são reutilizáveis graças a licenças que permitem seu emprego em novas pesquisas. Sendo assim, os princípios FAIR incentivam o compartilhamento aberto e o fortalecimento do ciclo de pesquisa.

No contexto brasileiro, os repositórios de dados ainda são considerados recentes e enfrentam diversos desafios. Entre eles, destacam-se a falta de padronização, a necessidade de uma infraestrutura tecnológica adequada, a carência de uma equipe capacitada para a gestão da informação e a ausência de políticas claras que orientem a preservação e o compartilhamento de dados.

Embora plataformas como Deposita Dados e SciELO Data tenham avançado na elaboração de guias e requisitos, a pesquisa aponta que ainda persistem desafios relacionados à infraestrutura e à aplicação efetiva dessas políticas.

CATALOGAÇÃO

A representação da informação, segundo Albuquerque, Gaudêncio e Santos (2019), é a prática de descrever as características de um objeto informacional ou as suas relações com outros objetos. O objetivo dessas operações é identificar e descrever o item, tornando-o acessível e compreensível, por meio de operações de representação.

Essas operações buscam descrever os objetos informacionais de forma física (representação descritiva) e temática (o assunto). Com isso, criam-se diferentes pontos

de acesso que permitem a recuperação e o acesso aos documentos a partir de práticas de catalogação.

No contexto digital, a catalogação é a operação de descrição estruturada de recursos de informação por meio de metadados. Seu objetivo é garantir a identificação, a recuperação eficaz e a interoperabilidade entre diferentes sistemas, permitindo que os usuários acessem e compreendam o conteúdo desses recursos, independentemente de seu formato ou localização (Santos, 2025).

A padronização nas práticas de catalogação e o uso de normas são cruciais para a organização da informação, especialmente em repositórios de dados de pesquisa. Essa prática garante que a informação seja descrita de forma consistente e uniforme, independentemente de quem a está catalogando, evitando ambiguidades e facilitando a compreensão por parte de outros usuários e de sistemas automatizados.

As normas, por sua vez, fornecem as diretrizes e os vocabulários controlados que asseguram a interoperabilidade. Sem elas, seria impossível para os sistemas de diferentes instituições trocarem dados de maneira eficiente.

Em essência, a padronização e as normas são a base da qualidade e da confiabilidade de um repositório, permitindo que os dados não sejam apenas encontrados, mas também compreendidos, validados e reutilizados pela comunidade científica global.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa pesquisa foi composta por repositórios de dados de pesquisa brasileiros identificados a partir de um levantamento no re3data (Registro de Repositórios de Dados de Pesquisa). Foram identificados 17 repositórios listados no **Anexo A**.

Com base nas informações detalhadas do quadro 1, é possível observar que a criação de repositórios de dados de pesquisa no Brasil teve um aumento significativo a partir de 2010. Esse crescimento pode estar diretamente relacionado ao avanço das políticas de Ciência Aberta no país. Além disso, a Universidade de São Paulo (USP) se destaca por sua contribuição significativa, participando da criação de mais de um repositório. Isso demonstra seu forte engajamento com as práticas de preservação e disseminação da informação científica no país.

Após a análise, é possível notar que, embora a maioria dos repositórios citados tenha a data de criação disponível, dois deles não fornecem essa informação. Isso sugere que, mesmo com uma análise detalhada, ainda podem existir limitações relacionadas à transparência dos dados. A ausência dessa informação pode impedir uma análise precisa da linha do tempo de implantação dos repositórios, além de poder prejudicar a interoperabilidade entre os sistemas e a confiabilidade dos dados.

Além das características mencionadas anteriormente, as plataformas de gerenciamento utilizadas também foram analisadas, haja vista que a escolha do software tem um impacto direto na organização, preservação e interoperabilidade dos dados. No **Anexo B** são apresentados os softwares encontrados nos repositórios analisados, destacando que o Dataverse foi o mais utilizado, seguida pelo Dspace.

A partir da análise desse gráfico observa-se que o Dataverse foi o software mais utilizado entre os repositórios e logo depois o DSpace. A diversidade dos softwares implica que não existe um modelo único de padronização relevante na gestão dos repositórios no país, o que pode influenciar em possíveis ocorrências geradas a desafios em relação a interoperabilidade e compartilhamento de dados entre diferentes plataformas.

Para entender os padrões de metadados utilizados nos repositórios, o **Anexo C** foi elaborado com base na frequência de uso de cada padrão.

Observou-se que o padrão Dublin Core é o mais predominante, presente em sete dos repositórios analisados. Além disso, ele é utilizado em conjunto com o DataCite em oito repositórios. Padrões mais específicos também foram identificados, como o EML (Ecological Metadata Language), um metadado desenvolvido especialmente para a disciplina de ecologia, que é utilizado no repositório PPBio Data Repository. Já o repositório Sons de Peixes emprega o formato JSON, que combina informações de diversas fontes e fornece seus próprios metadados.

É provável que a maioria dos repositórios adote o Dublin Core devido à sua simplicidade e ampla aceitação no meio acadêmico e de bibliotecas. A combinação com o DataCite demonstra um esforço para enriquecer os metadados, o que favorece a interoperabilidade e aumenta a visibilidade dos conjuntos de dados.

Em relação ao repositório Programa Internacional de Descoberta Oceânica, não foi possível identificar de forma clara o padrão de metadados utilizado. No entanto, considerando a predominância do Dublin Core entre os demais repositórios analisados, é plausível supor que ele também utilize este padrão, embora não haja uma confirmação explícita nos dados disponíveis.

O uso de padrões de metadados incomuns ou infrequentes pode gerar desafios de padronização e integração para repositórios de dados de pesquisa. Isso reforça a importância de se adotar políticas de metadados claras e boas práticas de catalogação para garantir a interoperabilidade.

A seguir vamos observar o **Anexo D** sobre guias de políticas dos repositórios analisados:

Como indicado no gráfico, 93,8% dos repositórios possuem guias ou documentos que orientam os processos de catalogação, enquanto 6,3% não os apresentam. No entanto, mesmo com a alta disponibilidade desses guias, a informação contida neles nem sempre é suficientemente objetiva, o que pode comprometer a compreensão e a correta aplicação das diretrizes.

O repositório que não apresenta esses guias de forma visível é o Repositório de Dados de Pesquisa do CEDAP, onde as informações só são obtidas por meio de contato direto com o administrador.

É crucial que existam guias de orientação para os usuários sobre as práticas de representação de seus dados de pesquisa. Essa prática garante a padronização e a

qualidade das informações registradas nos repositórios, o que reflete uma política bem estabelecida que assegura a organização uniforme dos dados.

A insuficiência de diretrizes claras pode dificultar a recuperação da informação e comprometer a confiabilidade dos dados. Por isso, é fundamental que as instituições invistam na elaboração e na manutenção dessas documentações, pois elas são essenciais para a credibilidade e a eficácia de um repositório, além de promover maior qualidade na representação da informação.

No decurso da análise, foi possível observar que existem muitos desafios relacionados aos repositórios de dados brasileiros. Um dos principais problemas a serem enfrentados incide na falta de clareza nos guias e manuais e em como os usuários podem depositar os dados e também na orientação da catalogação, especialmente no que se diz a respeito da utilização de software do Dataverse, o que compromete a padronização das informações.

Outro ponto a ser observado é a ausência de recursos humanos e financeiros, que impactam diretamente a manutenção e a atualização dos repositórios. Essa limitação restringe o acesso e a reutilização dos dados, o que compromete a eficácia dessas plataformas como instrumentos de apoio à Ciência Aberta.

Conclusão

A ênfase deste trabalho busca demonstrar a importância do conhecimento associado às práticas de catalogação em repositórios de dados brasileiros, trazendo destaque em sua contribuição tanto para o avanço acadêmico quanto para uma consolidação das práticas profissionais. A análise realizada possibilitou identificar o panorama das questões relacionadas à catalogação nos repositórios de dados de pesquisa brasileiros.

A análise dos repositórios de dados de pesquisa brasileiros demonstra a sua relevância como instrumentos para a preservação, organização e disseminação do conhecimento científico. Os resultados indicam um crescimento notável desde a década de 2010, impulsionado pelas políticas de Ciência Aberta. No entanto, apesar desse avanço, ainda existem desafios significativos relacionados à padronização e à clareza nas práticas de catalogação.

A análise dos repositórios revelou que os softwares Dataverse e DSpace são os mais utilizados para gerenciamento. No entanto, a coexistência de plataformas diversas indica a ausência de um modelo padronizado, o que pode comprometer a interoperabilidade e o compartilhamento de dados entre os repositórios.

Assim como observado com os softwares, o padrão de metadados mais utilizado foi o Dublin Core, seja de forma isolada ou em associação com o DataCite. Embora essa

tendência aponte para uma padronização, a coexistência de metadados específicos ou pouco comuns demonstra a necessidade de políticas mais claras e rigorosas para conduzir as práticas de descrição e catalogação.

É crucial ressaltar, ainda, a necessidade de os repositórios terem guias de políticas de catalogação. Apesar de muitos disponibilizarem documentos de orientação, a clareza e a objetividade ainda são inconsistentes em alguns casos, o que dificulta ou até mesmo impossibilita a recuperação e o reaproveitamento das informações. Além disso, a falta de recursos financeiros e apoio institucional é um problema persistente que afeta diretamente a manutenção e a sustentabilidade dessas plataformas digitais.

Em síntese, esta pesquisa enfatiza a necessidade de investimento contínuo em políticas de metadados e padronização. A implementação de documentos claros e bem organizados não apenas torna os repositórios mais confiáveis, como também impulsiona o avanço da Ciência Aberta. Com isso, é possível garantir maior visibilidade e disseminação do conhecimento desenvolvido no Brasil, facilitando o reuso da informação científica.

Referências

ARAKAKI, A. C. S. Mapeamento dos metadados para dados científicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. Anais [...] Marília, SP, 2017.

GONCALEZ, P. R. V. A.; et al. Repositórios de dados na america latina: a ISO 16363:2012 e a representação da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. Anais [...] Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, [S. l.], 2018.

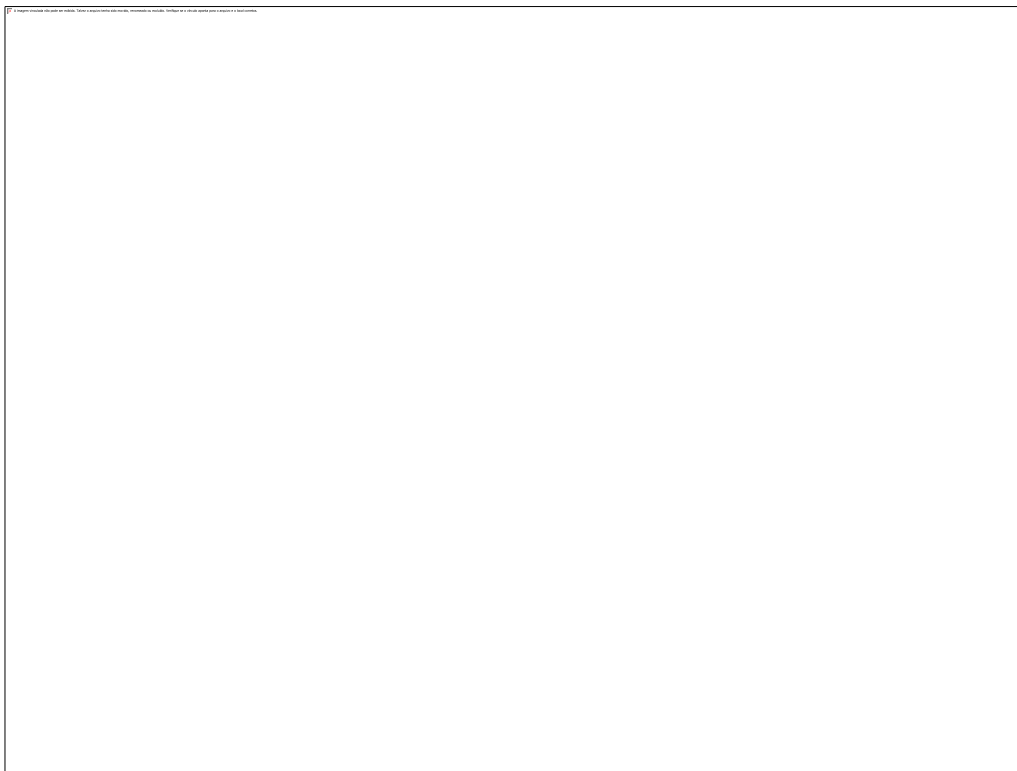
RE3DATA. Browse by country. 2025. Disponível em: 27 ago. 2025.

SANTOS, Raimunda Fernanda. Tendências emergentes no campo da catalogação: um olhar sobre a produção científica nacional. RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 23, n. 00, p. e025026, 2025.

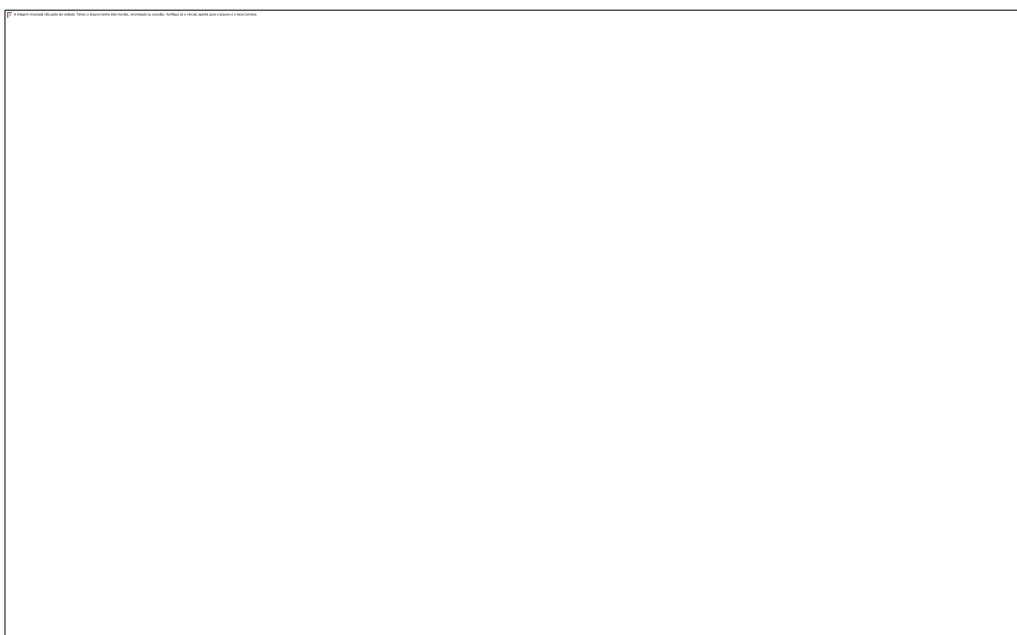
SANTOS, R. F.; FELIPE, C. B. M. Repositórios de dados de pesquisa brasileiros à luz da organização e representação da informação. In: ISKO BRASIL, 8., 2025. Anais [...]. Canela, RS: ISKO, 2025.

SEMELER, A. R.; PINTO, A. L. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. Ciência da Informação, [S. l.], v. 48, n. 1, 2019.

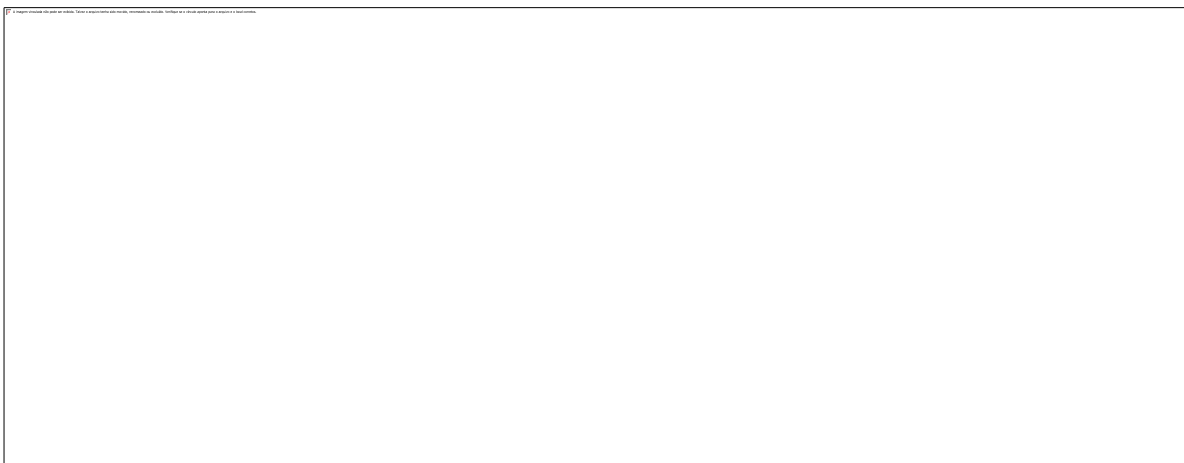
Anexos



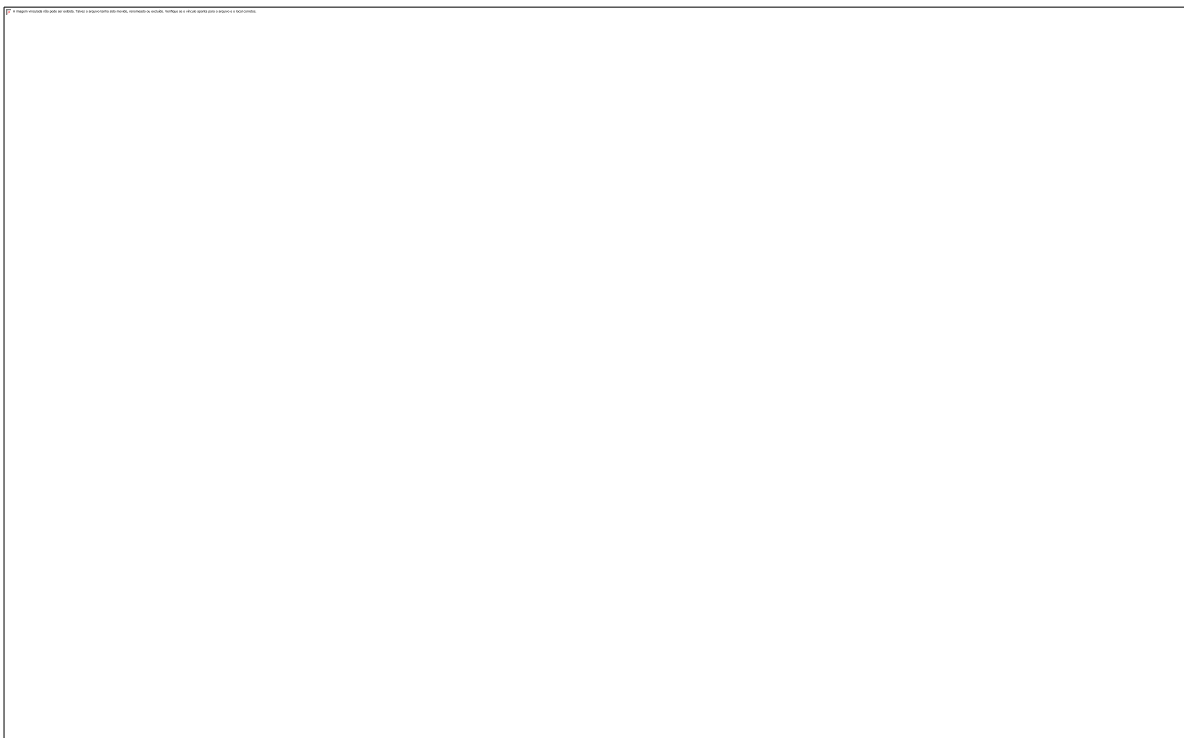
ANEXO A - Repositórios e ano de criação



Anexo B - Softwares



Anexo C - Metadados



Anexo D - Guias de procedimentos

CÓDIGO: HS0696

AUTOR: ALLAN DA SILVA SOARES

ORIENTADOR: WILLIAM EUFRASIO NUNES PEREIRA

TÍTULO: RECONFIGURAÇÃO ECONÔMICA DAS CIDADES POTIGUARES NO SÉCULO XXI

Resumo

O presente trabalho analisa a dinâmica do emprego formal no Território da Cidadania Terras Potiguaras, no Rio Grande do Norte, entre os anos de 2000 e 2023. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), foram observadas as variações no número de vínculos empregatícios nos cinco municípios que compõem o território: Natal, Parnamirim, Macaíba, Extremoz e São Gonçalo do Amarante. A pesquisa identifica os setores econômicos com maior expansão, como serviços, comércio e construção civil, e discute os impactos de crises econômicas e da pandemia na dinâmica regional do mercado de trabalho. Além disso, o estudo avalia a evolução do emprego formal por sexo e faixa de remuneração, evidenciando o crescimento da participação feminina, ainda que concentrada em faixas salariais mais baixas. A análise demonstra que, embora haja crescimento do emprego, persistem desigualdades estruturais, especialmente em relação à distribuição setorial e de gênero. Metodologicamente, trata-se de uma abordagem quantitativa e descritiva, baseada no método hipotético-dedutivo, com análise de séries históricas da RAIS (2000-2023). Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas focadas na diversificação econômica, qualificação profissional e promoção da equidade social e territorial no acesso ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Emprego formal; RAIS; Crescimento Regional

TITLE: ECONOMIC RECONFIGURATION OF POTIGUAR CITIES IN THE 21ST CENTURY.

Abstract

This study analyzes the dynamics of formal employment in the Território da Cidadania Terras Potiguaras (Potiguar Lands Citizenship Territory), in Rio Grande do Norte, Brazil, between 2000 and 2023. Using data from the Annual Social Information Report (RAIS), it examines variations in the number of formal employment relationships across the five municipalities that make up the territory: Natal, Parnamirim, Macaíba, Extremoz, and São Gonçalo do Amarante. The research identifies the economic sectors with the greatest expansion, such as services, commerce, and construction, and discusses the impacts of

economic crises and the COVID-19 pandemic on the regional labor market. Furthermore, the study evaluates the evolution of formal employment by gender and wage range, highlighting the increase in female participation, although still concentrated in lower wage brackets. The analysis shows that, despite employment growth, structural inequalities persist, especially regarding sectoral and gender distribution. Methodologically, the study adopts a quantitative and descriptive approach, based on the hypothetical-deductive method, with historical series analysis of RAIS data (2000–2023). The results point to the need for public policies focused on economic diversification, professional qualification, and the promotion of social and territorial equity in access to the labor market.

Keywords: Formal employment; RAIS; Regional Growth

Introdução

No Rio Grande do Norte, o Território da Cidadania Terras Potiguaras é Composto por cinco municípios: Natal, Parnamirim, Macaíba, Extremoz e São Gonçalo. O Território é caracterizado por uma economia diversificada. O comércio, indústria, serviços, construção civil e agropecuária são alguns dos setores econômicos dessa região analisados nesse trabalho. A economia do Território Terras Potiguaras é variada, porém setores como o comércio e serviços têm se expandido nos centros urbanos da região, impulsionados pelo crescimento populacional e pelo aumento do consumo. Nesse contexto, segundo dados do IBGE, os municípios que compõem o Território revelam trajetórias econômicas marcadas por desigualdades. Em 2000, o PIB per capita variava entre R\$ 2.355,87 em Extremoz e R\$ 5.310,07 em Natal, evidenciando a centralidade da capital na estrutura produtiva regional. Duas décadas depois, observa-se um crescimento expressivo desses valores, alcançando R\$ 32.192,55 em Natal, R\$ 22.227,04 em Macaíba e R\$ 27.087,33 em Parnamirim, este último consolidando-se como novo polo econômico metropolitano. São Gonçalo do Amarante apresentou R\$ 16.445,58, refletindo o fortalecimento industrial e logístico, enquanto Extremoz registrou R\$ 9.254,88, resultado de sua expansão urbana, mas ainda em patamar inferior. Esses contrastes mostram que, apesar do avanço geral da renda per capita, permanecem disparidades significativas entre os municípios, que se refletem nas condições socioeconômicas, na oferta de empregos e na distribuição de oportunidades dentro do território. Historicamente, o desenvolvimento brasileiro foi marcado pela desigualdade social e regional, não se reduzindo ao bem-estar de apenas alguns grupos ou agentes (Pereira, 2021). O crescimento econômico pode ser avaliado pela expansão da força de trabalho, pela parcela da renda nacional destinada à poupança e investimento e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico, indicadores que ajudam a capturar mudanças estruturais na economia (Vieira; Dos Santos, 2012). Por isso, a análise do crescimento em pequenas regiões torna-se essencial para a formulação de políticas públicas locais eficazes. Em tempos atuais, a sociedade civil e o Estado discutem com preocupação os processos de trabalho (Santos, 2009). Variáveis de emprego oferecem um panorama sobre a economia, as desigualdades existentes e as áreas que mais necessitam de políticas governamentais eficientes. Azeredo e Ramos (1995) destacam que o poder público pode intervir no nível de emprego por meio de diversas políticas, como a fixação do salário- mínimo, a regulamentação das relações entre capital e trabalho, a tributação sobre encargos trabalhistas e a promoção da formação profissional, influenciando diretamente o mercado de trabalho. “Logo, políticas públicas de

desenvolvimento local devem ser postas em prática para que o cidadão possa enfim corresponder a essa condição e de forma progressiva interagir com o processo tornando-se parte do progresso e do desenvolvimento” (Oliveira; Silva; Lovato, 2014, p.112). O objetivo deste trabalho consiste na apreensão da dinâmica do emprego formal no século XXI, mas especificamente, pretende-se realizar um estudo que permita detectar como evoluiu o emprego formal e sua repercussão no desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Território da Cidadania Terras Potiguaras, no Rio Grande do Norte, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), como a distribuição dos empregos na região, destacando os setores que mais empregam, a quantidade de vínculos por setor do Território da Cidadania Terras Potiguaras, a fim de que políticas públicas sejam implementadas para fortalecer a geração de empregos e o desenvolvimento econômico regional.

Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza quantitativa e descritiva, com foco na análise da evolução do emprego formal nos cinco municípios que compõem o Território da Cidadania Terras Potiguaras: Natal, Parnamirim, Macaíba, Extremoz e São Gonçalo do Amarante. A base de dados utilizada foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), abrangendo o período de 2000 a 2023. O estudo segue a lógica do método hipotético-dedutivo, partindo da ideia de que a dinâmica do emprego formal está diretamente relacionada ao desenvolvimento socioeconômico local e às transformações estruturais ocorridas no Território ao longo das últimas décadas. A partir dessa hipótese, os dados foram analisados de forma a identificar tendências de crescimento, variações entre setores econômicos e desigualdades entre os municípios, buscando verificar em que medida os vínculos formais refletem as mudanças no perfil econômico da região. Foram levantados e organizados dados referentes ao número de vínculos empregatícios por município, por setor econômico, por faixa de remuneração e por sexo dos trabalhadores. Foram calculadas taxas de crescimento, variações percentuais e comparações entre os municípios, possibilitando identificar quais áreas apresentaram maior dinamismo e onde persistem desigualdades estruturais. É importante destacar que este estudo considera apenas os vínculos formais de trabalho, não contemplando o mercado informal, que também representa parte significativa da realidade socioeconômica da região. Mesmo assim, os dados analisados oferecem uma base sólida para pensar estratégias de fortalecimento do mercado de trabalho e de promoção do desenvolvimento local.

Resultados e Discussões

A evolução da quantidade de vínculos ativos dos trabalhadores formais e a taxa de variação anual no Território da Cidadania Terras Potiguaras, de acordo com a RAIS (MTE), mostram um padrão de crescimento com episódios de interrupção, nos quais choques macroeconômicos nacionais parecem ter repercutido na economia local (ver Tabela 1). Em 2002, por exemplo, a forte queda na taxa de variação anual (-15,94%) tende a se refletir em retração do comércio e em segmentos mais dependentes de crédito e consumo nas cidades da Grande Natal. Havendo quedas no período de 2015, 2016 e

2017 que coincidiu com uma das crises mais sombrias enfrentadas pelo país. Em 2015, a economia brasileira aprofundou sua recessão com forte queda do PIB. Em 2016, a atividade econômica seguiu em queda, mas em ritmo menor, sinalizando possível estabilização. Já em 2017, havia expectativa de fim da recessão após 11 trimestres consecutivos de retração (Oreiro, 2017). Em 2019, a economia brasileira seguia estagnada após anos de baixo crescimento, e a chegada da pandemia de COVID-19 em 2020 agravou esse cenário (Fligenspan, 2022). Cada município analisado teve seu próprio caminho ao longo dos anos. pode-se observar que o crescimento do emprego formal não aconteceu da mesma forma em todos eles (ver Tabela 2). Extremoz, por exemplo, chamou atenção. Em 2000, tinha 792 vínculos formais. Em 2023, esse número chegou a 4.656. Um salto grande, de quase 488%. Macaíba também teve seu crescimento elevado cerca de 375% no mesmo período. Isso mostra que o emprego formal tem ganhado espaço. Natal, mesmo com o maior número de vínculos em termos absolutos, teve um crescimento bem mais modesto: 73%. Muito provável que o mercado esteja mais consolidado, com menos espaço para crescer como nos municípios vizinhos. Parnamirim teve um avanço de quase 280%. A cidade vem se destacando, especialmente com o comércio e a área de logística. São Gonçalo do Amarante obteve um crescimento significativo, embora em um ritmo mais lento: cerca de 93%. Mostra que está crescendo, mesmo que sem grandes avanços. A Tabela 3 permite visualizar que de 2000 a 2023, o aspecto mais relevante na dinâmica de crescimento dos empregos formais na região foi a expressiva participação dos setores de serviços e comércio. No caso dos serviços, o número de empregos quase dobrou nesse período, saindo de 135 mil para mais de 257 mil. Está ligado à forma de como a economia foi mudando, com maior consumo, mais políticas públicas acontecendo e o crescimento de áreas como saúde, educação e tecnologia. O comércio também cresceu bastante. Foram mais de 75 mil empregos em 2023, contra pouco mais de 29 mil em 2000. Houve um crescimento expressivo, mais de 160%. Com o crescimento das cidades e aumento da renda. Na construção civil, o crescimento foi de 118%. Um número alto, que reflete bem o ritmo da urbanização e os investimentos em infraestrutura, como obras de moradia, transporte e equipamentos públicos. Na indústria, o cenário foi outro. com um crescimento menor: 36,7%. A agropecuária, por fim, foi a que menos cresceu. 2% em mais de duas décadas. A distribuição dos vínculos empregatícios formais por sexo, município e faixa de remuneração nos anos de 2000 e 2023. Comparando os dois períodos, observa-se crescimento no número de trabalhadores formais em todos os municípios analisados, com maiores expansões para Natal e Parnamirim. Observa-se também o aumento da participação feminina no mercado formal, embora as mulheres ainda se concentrem, em sua maioria, nas faixas de menor remuneração. Em ambos os anos, a maior parte dos vínculos se manteve na faixa de 0,51 a 5 salários mínimos, mas nota-se aumento no número de trabalhadores com rendimentos superiores a 5,01 salários mínimos em 2023, especialmente entre os homens. Esses resultados evidenciam, por um lado, a ampliação do mercado formal de trabalho e, por outro, a persistência das desigualdades salariais de gênero, sobretudo nas faixas de maior remuneração, indicando desafios ainda presentes na busca por equidade no mercado de trabalho formal conforme indicam a Tabela 4.

Conclusão

O estudo sobre o trabalho formal no Território da Cidadania Terras Potiguaras permitiu compreender de forma mais ampla a dinâmica do mercado de trabalho na região ao longo

do século XXI. A análise dos dados da RAIS (2000-2023) evidenciou que o crescimento do emprego formal foi impulsionado principalmente pelos setores de serviços, comércio e construção civil, revelando uma economia cada vez mais orientada para atividades urbanas e de consumo. Em contrapartida, os setores industrial e agropecuário apresentaram crescimento modesto, reforçando a concentração da estrutura produtiva em áreas de menor intensidade tecnológica e menor diversificação econômica. Apesar do avanço observado na geração de vínculos formais, o mercado de trabalho da região mostrou-se vulnerável aos efeitos das crises nacionais e globais. Períodos como 2015-2016, marcados pela recessão econômica, e a pandemia da Covid-19 em 2020 provocaram quedas expressivas na quantidade de empregos, confirmando a análise de Keynes (1992) sobre a dependência do nível de emprego em relação à demanda agregada. Nesse contexto, a atuação do Estado por meio de políticas fiscais, monetárias e de incentivo ao consumo se mostra essencial para mitigar os efeitos das oscilações econômicas e promover a recuperação do mercado de trabalho. Os resultados também apontam para a necessidade de políticas públicas mais direcionadas ao fortalecimento do mercado formal, à diversificação das atividades econômicas e à redução das desigualdades salariais e de gênero ainda presentes na região. Além disso, investigações futuras poderiam se concentrar na análise do impacto de políticas públicas específicas, bem como na integração de dados do setor informal, de forma a oferecer uma visão mais completa sobre o mercado de trabalho no território. Em síntese, o estudo evidencia que o desenvolvimento socioeconômico das Terras Potiguares depende de estratégias que combinem crescimento econômico sustentável, estímulo à geração de empregos de qualidade e redução das disparidades entre setores e municípios. Essas ações podem tornar a região mais resiliente às crises e mais inclusiva para todos os trabalhadores.

Referências

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. Políticas públicas de emprego: experiências e desafios. Planejamento e Políticas Públicas, n. 12, 1995.

FLIGENSPAN, Flávio Benevett. Os impactos da pandemia na economia brasileira. Revista de Estudios Brasileños, v. 9, n. 19, p. 89-103, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de Mário R. da Cruz. Revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. 1. ed. São Paulo: Atlas, 199

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves; SILVA, Christian Luiz da; LOVATO, Ederson Luiz. Desenvolvimento local: conceitos e metodologias – políticas públicas de desenvolvimento rural e urbano. Revista Orbis Latina, v. 4, n. 1, 2014.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 75-88, 2017.

PEREIRA, William. O desenvolvimento econômico, redução das desigualdades regionais frente às políticas incentivadoras da guerra fiscal. *Argumenta Journal Law*, n. 34, p. 263-284, 2021.

SANTOS, Gilson Cássio de Oliveira. O mercado de trabalho formal em Montes Claros 1985- 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 2, 2012.

Anexos

Figure showing a large empty rectangular area, likely representing a table or figure content that is not visible or has been redacted.

Tabela 1 - Vínculos Empregatícios - Terras Potiguares (2000 a 2023)

Table 2: Evolution of the Number of Employment Bonds by Municipality (2000-2023). The table area is currently blank.

Tabela 2 - Evolução do Número de Vínculos Empregatícios por Município (2000-2023)

Table 3: Distribution of bonds and Variation in % by Economic Sectors (2000-2023). The table area is currently blank.

TABELA 3 - Distribuição dos vínculos e Variação em % por Setores Econômicos (2000 – 2023)

Tabela 4 - Vínculos formais por sexo, município e faixa de remuneração (2000 - 2023)

CÓDIGO: HS0709

AUTOR: LAVINIA CRISTIANE LIMA DE AZEVEDO NONATO

COAUTOR: JOELMIR BARBOSA DE MEDEIROS

ORIENTADOR: SABRINA SILVA ZACARON

TÍTULO: "A realidade dos Profissionais de Saúde vinculados ao município de Natal e suas interface com a precarização do trabalho"

Resumo

O presente estudo analisou as formas de contratação dos trabalhadores da saúde no município de Natal/RN e suas interfaces com a precarização do trabalho. A pesquisa partiu do método crítico-dialético, buscando compreender a realidade social no contexto de contrarreformas do Estado, ajuste fiscal e desmontes da política pública de saúde, que impactam diretamente a organização do trabalho no SUS. Foram utilizados como procedimentos metodológicos o levantamento dos processos licitatórios voltados à contratação de serviços e pessoal, o mapeamento das unidades de saúde do município e a análise das formas de contratação de trabalhadores junto à Secretaria Municipal de Saúde, com base em dados do portal da transparência. Os resultados apontaram o predomínio de vínculos precários de trabalho, expressos em contratos temporários, terceirizações e contratações via cooperativas, em contraste com a presença de servidores efetivos. O estudo revelou a priorização da média e alta complexidade por meio de serviços privados, em detrimento do fortalecimento das unidades municipais, o que contribui para intensificar a precarização e incorporar a lógica da rentabilidade no setor. Conclui-se que a saúde municipal de Natal reproduz as tendências ontemporâneas de mercantilização e desregulamentação do trabalho, impondo desafios à efetivação do SUS como política pública universal e de caráter público-estatal.

Palavras-chave: Precarização, Trabalho, Política de Saúde, privatização não clássica.

TITLE: "The reality of Health Professionals linked to the city of Natal and their interface with the precariousness of work"

Abstract

This study analyzed the hiring methods for healthcare workers in the municipality of Natal, Rio Grande do Norte, and their interactions with job insecurity. The research

used a critical-dialectical method, seeking to understand the social reality within the context of state counter-reforms, fiscal adjustments, and the dismantling of public health policies, which directly impact the organization of work in the Unified Health System (SUS). The methodological procedures used included a survey of bidding processes for contracting services and personnel, a mapping of the municipality's health units, and an analysis of the Municipal Health Department's hiring practices, based on data from the transparency portal. The results highlighted the predominance of precarious employment relationships, expressed in temporary contracts, outsourcing, and hiring through cooperatives, in contrast to the presence of permanent employees. The study revealed the prioritization of medium- and high-complexity services through private services, to the detriment of strengthening municipal units, which contributes to intensifying precariousness and incorporating the logic of profitability into the sector. The conclusion is that Natal's municipal health system reproduces contemporary trends of commodification and deregulation of labor, posing challenges to the implementation of the SUS (Unified Health System) as a universal, public-state policy.

Keywords: Precariousness, Work, Health Policy, Non-Classical Privatization

Introdução

O presente documento refere-se ao relatório final do Projeto de Pesquisa intitulado: “A realidade dos Profissionais de Saúde vinculados ao município de Natal e suas interface com a precarização do trabalho”, registrado na Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob o Código PVE22849-2024, a partir do Edital nº 03/2024 de Iniciação Científica. A pesquisa está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social, (GEE290-12), tendo como linha de estudo: Estado, Sociedade, Políticas Sociais e Direitos.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as formas de contratação dos trabalhadores da saúde no município de Natal e suas interfaces com a precarização do trabalho, tendo ainda como objetivos específicos mapear as unidades de saúde do município de Natal e seus respectivos modelos de gestão; e ainda realizar levantamento dos processos licitatórios, nas diferentes modalidades, que tenha como objeto de contratação prestação de serviços ou pessoal no âmbito da saúde municipal;

Reconhecemos que setor de serviços tem crescido exponencialmente e têm se constituído na contemporaneidade como nova modalidade de extração e acumulação de mais-valia, assumindo uma função importante e estratégica nos novos padrões de acumulação do capitalismo, potencializando a lucratividade do capital.

Dito isso, compreendemos que as particularidades e especificidades dos serviços - aqui daremos ênfase ao serviço de saúde - dão uma nova roupagem ao mercado de trabalho mundial, pois se incorporam à nova organização dos processos de trabalho contemporâneos e às formas de regulamentação e exploração da força de trabalho. Esboça-se uma nova configuração na divisão do trabalho, onde os serviços, na maioria das vezes, acompanham os padrões e referências das condições de trabalho do setor industrial.

No tocante às formas de contratação de pessoal, constatou-se a presença de vínculos precários de trabalho, ficando evidente o uso recorrente dos contratos temporários, terceirização e contratação de profissionais por meio de Cooperativa, enquanto estratégia de provimento de recursos humanos. Pelo portal da transparência, em 2024 haviam vinculados à SMS 4.616 servidores concursados e 1.026 temporários.

Ainda, por meio do mapeamento das unidades de saúde do município de Natal ficou evidente a priorização da média e alta complexidade por meio da contratação de serviços privados, em detrimento do fortalecimento das unidades de saúde municipais.

Nesse sentido, o setor de serviços da saúde municipal de Natal integra a dinâmica capitalista, incorporando a lógica da rentabilidade, contribuindo de sobremaneira para dinamizar e viabilizar a produtividade do capital. Nessa lógica, nos serviços, instaura-se um processo de agudização da precarização do trabalho em saúde que se expressa, dentre as diversas facetas, nas medidas concretas de desregulamentação do trabalho, terceirização e privatização não clássica.

Metodologia

Recorreu-se aos pressupostos do método crítico-dialético no processo de desvelamento do real, por meio das categorias de historicidade, contradição, mediação e totalidade.

Buscou-se compreender a realidade social num contexto de contrarreforma do Estado, ajuste fiscal e desmontes da política de saúde, sobretudo no município de Natal e seus rebatimentos no mundo do trabalho. Ou seja, teoria e metodologia, na análise marxiana, partem da realidade social para captar as múltiplas determinações que se elevam na elaboração de um todo pensado relacionando particularidade, singularidade e totalidade, apreendendo a essência e a aparência do objeto, com o objetivo de criticar as relações opressivas e contrárias e propor a transformação das relações sociais.

A tipologia da pesquisa, em relação aos objetivos, se caracterizou como exploratória e descritiva e contou com a colaboração da docente coordenadora e discentes para a realização de uma ampla revisão da literatura especializada tratando de forma crítica as seguintes categorias de análise desse plano de trabalho: política de saúde, trabalho, privatização não clássica e precarização do trabalho na saúde.

A coleta de dados ocorreu mediante levantamento dos processos licitatórios, nas diferentes modalidades, cujo objeto de contratação fosse prestação de serviços ou pessoal no âmbito da saúde municipal; mapeamento das unidades de saúde de Natal; e levantamento das formas de contratação dos trabalhadores junto a Secretaria Municipal de Saúde. Os dados secundários foram encontrados no portal de transparência da prefeitura de Natal/RN.

O tratamento e a análise dos dados quantitativos foram realizados com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardim (2004).

Resultados e Discussões

Conforme mapeamento realizado no que diz respeito às unidades de saúde no Município, identifica-se que a predominância das Unidades de Saúde de Família (USF) e Unidades Básicas de Saúde gerenciadas pela própria Prefeitura. Ademais, verifica-se a existência de poucas unidades de saúde distribuídas pelo município, haja vista Natal ser uma cidade de porte II.

Perante o exposto, mesmo com a presença dessas unidades distribuídas pelas regiões da cidade, a quantidade disponível ainda é claramente insuficiente para atender de forma adequada às necessidades da população. A demanda por serviços de saúde em Natal supera a capacidade instalada, o que resulta em sobrecarga das unidades existentes, demora no atendimento, falta de acesso a serviços essenciais e dificuldades na continuidade do cuidado.

Com isso, ao concentrar recursos em contratos com hospitais, clínicas e laboratórios privados para realização de exames, cirurgias e internações, a Prefeitura ignora as necessidades estruturais e operacionais da rede pública municipal, tendo em vista que as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), principais responsáveis pela Atenção Primária, permanecem com deficiências históricas de infraestrutura, carência de insumos, defasagem de pessoal e limitações na oferta de serviços essenciais.

Frente a isso, essa inversão de prioridades compromete a efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS), pois fragiliza a porta de entrada e desarticula a rede de atenção. A Atenção Primária, que deveria atuar como coordenadora do cuidado e responsável pela prevenção e controle de agravos, é negligenciada, aumentando a demanda por serviços de maior complexidade.

A consequência dessa lógica é a manutenção de um modelo assistencial fragmentado, com baixa capacidade de resposta local e dependência crônica da rede privada. Além disso, reforça desigualdades no acesso, penalizando a população mais vulnerável, que depende exclusivamente dos serviços públicos.

Podemos aferir que o setor serviços da saúde integra a dinâmica capitalista, incorporando uma lógica que fomenta a rentabilidade e seu papel passa a ser de dinamizador e viabilizador da produtividade do capital.

Nesse constructo, corroboramos com Antunes (2018) ao afirmar que em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor, o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração em escala global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais. E o setor público de serviços não está imune às essas determinações. Ao contrário, ele está cada vez mais totalizado e controlado pela lógica do capital e de seu processo de mercadorização, ou

seja, a forma improdutiva se converte em parte integrante do processo de geração (produtiva) de valor.

Estamos, inclusive, em conformidade com os estudos de Antunes (2018) vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital em meio ao século XXI.

Sobre os processos licitatórios, o quadro 01 demonstra os contratos que dispensam licitação e foram construídos a partir de pesquisa no site da Transparência da Prefeitura de Natal. Durante a coleta de dados, observou-se que, em alguns contratos, a Prefeitura não especificou o tipo de serviço a ser executado, nem o setor da saúde ao qual o contrato seria destinado, limitando-se a descrevê-lo genericamente como “ambulatorial e hospitalar”.

Os serviços de alta complexidade, como hospitais e atendimentos ambulatoriais, foram identificados como os principais a serem redirecionados para a modalidade de inexigibilidade entre os diferentes níveis de atenção. Além disso, o quadro evidencia os altos valores gastos com os serviços, sendo o maior deles de R\$428.282.469,00 direcionado ao Hospital Onofre Lopes gerenciado pela EBSERH.

Já o Quadro 03, também produzido através de coleta de dados no site da Transparência da Prefeitura de Natal, coloca em evidência somente os serviços ambulatoriais que foram encaminhados para contratos na modalidade de inexigibilidade. Dentre os cinco (05), três (03) são da especialidade de oftalmologia.

Diante da conjuntura atual de crise estrutural do capitalismo, a saúde pública brasileira sofre com o processo de financeirização dos recursos estatais por meio da apropriação do fundo público por parte de empresas privadas. E em Natal, essa realidade se repete. A Seguridade Social e o Orçamento de seu tripé formativo é o principal alvo desse ataque pelo capital financeiro, sendo o repasse de fundo público para o setor privado seu principal mecanismo (Mendes, 2015). O uso do fundo público para alimentar a acumulação nos ambientes privados através transferências diretas por meio de contratos e convênios com Organizações Sociais, ONGs ou fundações privadas, especialmente no setor da saúde vem sendo uma estratégia do Estado para dar continuidade do projeto privatista que visa fomentar o mercado financeiro e garantir rentabilidade para os investidores (Brettas, 2017).

Os quadros 02 e 03 demonstram a forma silenciosa e sorrateira de captura do fundo público. A política de saúde se subordina à lógica da rentabilidade e se torna uma mercadoria instrumentalizada para valorizar o capital. Ou seja, o SUS vêm sendo terceirizado para as Parcerias Público-privadas.

Em suma, como demonstra o Quadro 04, o financiamento da saúde pública no município de Natal revela uma clara priorização da média e alta complexidade via contratação de serviços privados, por meio dos contratos intitulados como “Ambulatorial e Hospitalar”, representando o montante de R\$583.111.985,88.

Sobre as principais formas de contratação, objetivo geral da pesquisa, constata-se que a contratação de cooperativas médicas por administrações públicas tem se tornado uma

prática cada vez mais comum no Brasil, especialmente na área da saúde. No caso de Natal, a prefeitura empenhou, no ano de 2024, o montante de R\$ 151.246.911,24 para a Cooperativa Médica do Rio Grande do Norte, dos quais R\$ 32.607.836,79 foram anulados, R\$ 118.638.714,45 liquidados como serviços efetivamente prestados e, no total, foram pagos R\$ 106.577.027,73 à cooperativa. Esses valores expressivos ilustram a crescente participação de entidades privadas na execução de serviços públicos de saúde no município, demonstrando uma gestão baseada na terceirização de funções essenciais.

A justificativa mais comum para essa prática é a maior agilidade na contratação de profissionais e na prestação de serviços. Entretanto, ao transferir responsabilidades para entidades privadas, o Estado perde parte do controle direto sobre a política pública, dificultando a fiscalização e a garantia de que os serviços atendam às reais necessidades da população. Com isso, essa delegação pode comprometer o princípio da universalidade, se resultar em restrições de acesso ou priorização de determinados grupos ou procedimentos, especialmente em contratos com metas limitadas ou ênfase em atendimentos mais rentáveis.

Além disso, há riscos de precarização das condições de trabalho dos profissionais, que deixam de ter vínculos estáveis com o setor público e passam a atuar sob regras de mercado. Desse modo, essa realidade afeta a integralidade do cuidado, pois tende a fragmentar os serviços, concentrando-se em atendimentos pontuais e deixando de lado ações contínuas e integradas de saúde, como prevenção e reabilitação.

Para mais, outro impacto significativo é a dependência progressiva da administração pública em relação a essas entidades privadas, dado que essa dependência pode reduzir a capacidade do Estado de investir em infraestrutura própria e no fortalecimento de seus quadros, limitando a autonomia da gestão pública, assim, ferindo o princípio da equidade, já que a lógica privada frequentemente prioriza regiões mais rentáveis ou serviços mais simples, deixando populações mais vulneráveis com acesso restrito ou de menor qualidade.

Embora a terceirização por meio de cooperativas não configure uma privatização formal, seus efeitos práticos se assemelham: a retirada do Estado da execução direta das políticas públicas e a ampliação da lógica privada na prestação de serviços. Frente a isso, a análise dos gastos da Prefeitura de Natal com a Cooperativa Médica do RN evidencia esse movimento e, embora os serviços sejam financiados com recursos públicos e destinados à população, a execução por uma entidade privada pode distanciar a gestão municipal dos princípios constitucionais que regem o SUS, enfraquecendo o compromisso com a saúde como direito universal, integral e equânime.

Aferimos ainda que a manutenção de diferentes vínculos empregatícios numa mesma instituição contribui para obstaculizar a consciência de classe para si e a luta para além do capital - na medida em que trabalhadores do regime jurídico único não se reconhecem nos funcionários celetistas, nem nos terceirizados e vice-versa. Ou seja, através do gerenciamento da organização do trabalho, a competição invade o espaço público, gerando concorrência pública entre seus entes.

Com isso, passam a ser introduzidos mecanismos de mercado na administração pública, com a adoção da gestão privada para fornecimento de bens e serviços relativos a direitos sociais, justificado pelo discurso de expectativa da melhoria dos serviços para os cidadãos e de aumento da eficiência e da flexibilização da gestão. (Zacaron, 2023).

Medeiros (2022) aponta que essa lógica adentrou de forma massiva no serviço público através das ferramentas e estratégias para a rentabilidade da produção, provocando consequências para os/as trabalhadores/as do Estado e usuários/as. Podemos afirmar que o modelo gerencial está inserido na administração pública, presente nos mais diversos serviços sociais prestados para a população, inclusive nos serviços de saúde do Município de Natal.

Isso posto, podemos afirmar, em concordância com Souza (2010), que as relações de trabalho no setor público também são regidas pelas imposições da lógica mercantil e produtiva que desvalorizam o trabalho, pela via da intensificação do uso da força de trabalho, pela captura de sua subjetividade e pela ameaça frequente do desemprego e da desproteção social.

Observa-se que as velhas formas do Estado beneficiar os interesses do capital na saúde se atualizam, e se ampliam no contexto de financeirização do capital e de crise econômica. [...]. Essas formas são veladas, mascaradas e apresentadas como saída para a crise e para os problemas gerados por ela, promovem a desconstitucionalização do SUS e a mais grave ameaça ao seu caráter público, universal e gratuito (Correia, Santos, 2015, p.85).

É importante desmistificar a compreensão hegemônica acerca da privatização da política, que está relacionada ao pagamento direto, pelos/as usuários/as de serviços, equipamentos e/ou medicamentos. Essa interpretação refere-se à privatização “clássica” que vem sendo ideologicamente utilizada por governos e defensores da privatização, reforçando, arditamente, que enquanto não há comércio e pagamento direto, a política segue sendo pública, ainda que não estatal, no espírito da contrarreforma do Estado. (Zacaron, 2023).

No entanto, a privatização dos serviços de saúde ocorre quando esses não são organizados pela esfera do Estado. Conforme Cislighi (2018), existem diversas formas de apropriação privada de fundo público, a saber: o consumo do Estado, o gasto tributário, a transferência direta de fundo público e patrimônio público (como no caso das organizações sociais) e as empresas públicas e sociedades de economia mista, que, apesar de fazerem parte do Estado, são reguladas pelo direito privado. Ou seja, são estratégias de privatização que ocorrem de forma “sutil”.

Na concepção de Granemann (2011), esse arranjo é um exemplo do que se denomina “privatização não clássica”, conceito que descreve formas indiretas de transferência da execução de serviços públicos para entidades privadas, sem a venda formal de bens ou instituições estatais. Nesse modelo, o governo permanece como financiador, mas delega a execução a terceiros, como organizações sociais, fundações ou cooperativas.

Nesse ínterim, afirmamos que a Prefeitura de Natal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, tem se apropriado da estratégia de privatização “não clássica” através do

repassa de recursos públicos às instituições privadas e também pela desobrigação do cumprimento da Lei de Licitações.

Conclusão

Há uma tendência de se instituir uma nova regulamentação do trabalho, ancorada na restrição de direitos trabalhistas. Prevalece uma direção política de gestão do trabalho no campo da saúde direcionada por uma racionalização dos custos com a força de trabalho, desvinculada de uma construção democrática de relações de trabalho no serviço público, que não fortalece um processo de negociação coletiva e tende a tornar este trabalho formal numa nova expressão da flexibilização do trabalho nos serviços públicos.

É bem verdade que o neoliberalismo exacerbou a desigualdade social no Brasil, com uma concentração de renda nas mãos dos mais ricos e uma deterioração das condições de vida para a maioria da população trabalhadora. Para além disso, como bem discorre Antunes (2018), tivemos o enfraquecimento dos sindicatos por meio dessas políticas neoliberais que visam o movimento operário, dificultando a organização e a luta dos trabalhadores por melhores condições. Visto que, mais uma vez, os trabalhadores vivenciam a intensificação do trabalho por meio da dos trabalhadores que vão sendo submetidos a ritmos de trabalho mais intensos, jornadas mais longas e menor tempo de descanso.

Portanto, a flexibilização do trabalho, quando desvinculada de uma rede de proteção eficaz, se torna um eufemismo para a precarização. O que se apresenta como avanço é, muitas vezes, retrocesso. A modernização das relações de trabalho não pode ser confundida com desregulamentação de direitos. É possível, sim, construir um mercado de trabalho mais dinâmico, adaptado às novas tecnologias e realidades econômicas, mas que preserve a dignidade do trabalhador. Para isso, é imprescindível o fortalecimento de políticas públicas que garantam condições mínimas de trabalho, como jornada justa, acesso à seguridade social, remuneração adequada e proteção contra abusos. Como conclui Druck (2011), é urgente construir alternativas que resistem ao avanço da precarização, reafirmando o papel do Estado na garantia de direitos e na proteção da força de trabalho.

Esse debate exige, portanto, um olhar histórico e estrutural que compreenda como os modelos de produção - do fordismo ao Toyotismo - moldaram as formas de controle e exploração do trabalho. Reconhecer essas continuidades e rupturas é essencial para que a crítica à precarização seja também uma crítica à lógica do capital em sua constante reconfiguração. Como destaca Antunes (2018), somente com organização coletiva, regulação estatal e consciência histórica será possível resistir ao avanço da precarização e construir alternativas mais humanas e justas de trabalho (Antunes, 2018, p. 50-52).

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. O privilégio da Servidão: novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. A Precarização do trabalho como Regra. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 3 ed. São Paulo: Edições 70, 2004.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização: notas sobre o caso brasileiro. *Temporalis*, Brasília, v. 17, n. 34, p. 53–76, jul./dez. 2017. DOI: <<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p53-76>>.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Privatização da gestão da saúde e precarização do trabalho no Brasil. In: RAMOS, A. et alli. (org.). Serviço Social e política de saúde: ensaios sobre trabalho e formação profissionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CORREIA, M.V.C. Entre a Reforma Sanitária e o SUS: os interesses do Capital na Saúde. In: CORREIA, M.V.C, SANTOS, V.M (orgs). Reforma Sanitária e Contrarreforma da Saúde: Interesses do Capital em Curso. Maceió: EDUFAL, 2015.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Cadernos CRH V.24 n° 01. UFBA, Salvador, 2011.

GRANEMANN, Sara. Fundações estatais: projeto de Estado do capital. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo (Orgs.). Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde, estatal, universal, gratuito e de qualidade. Rio de Janeiro: Uerj, Rede Sirius, 2011.

MEDEIROS, Rodrigo de Souza. Remoção por motivo de saúde de trabalhadores/as estatutários/as no Hospital Universitário Onofre Lopes: particularidades na gestão da EBSEH. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Natal, RN, 2022

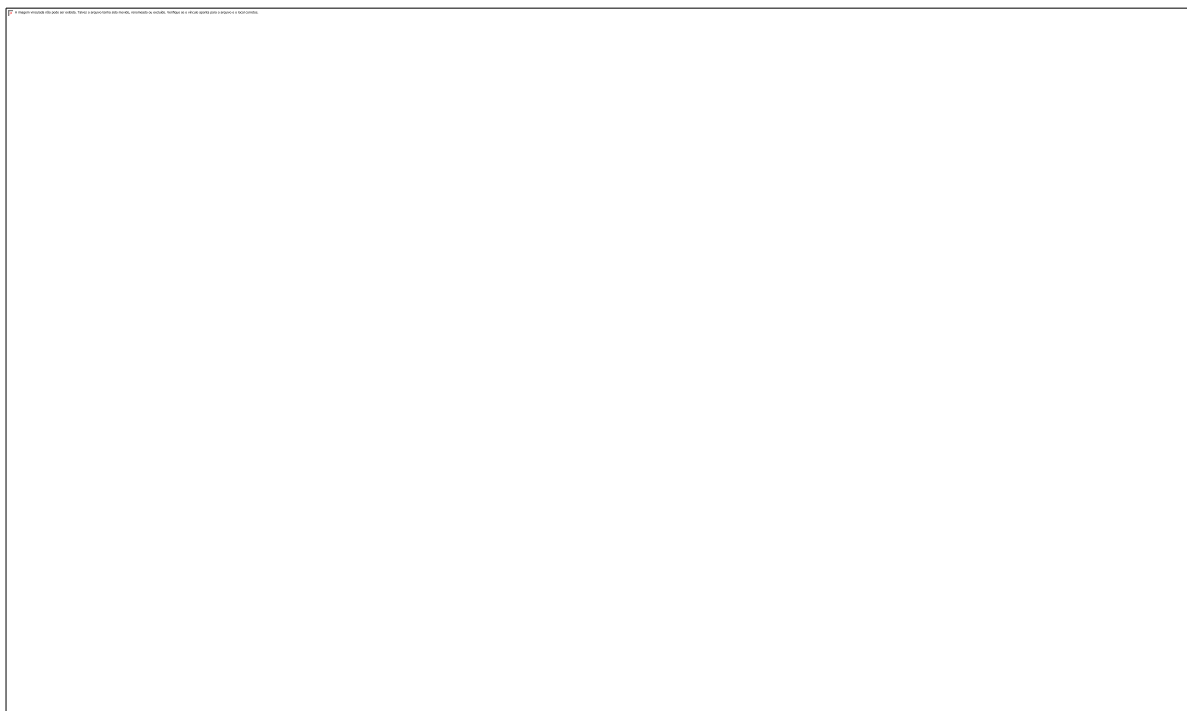
MENDES, Áquilas Nogueira. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 24, Supl. 1, p. 66–81, abr./jun. 2015. DOI: 10.1590/S0104-12902015S01006

SOUZA, Moema Amélia S.L. de. As Novas Configurações do Trabalho em Saúde: os indicativos do processo de desregulamentação. *Textos & Contextos* v. 9, n. 2, p. 334 - 344, ago./dez. Porto Alegre, 2010.

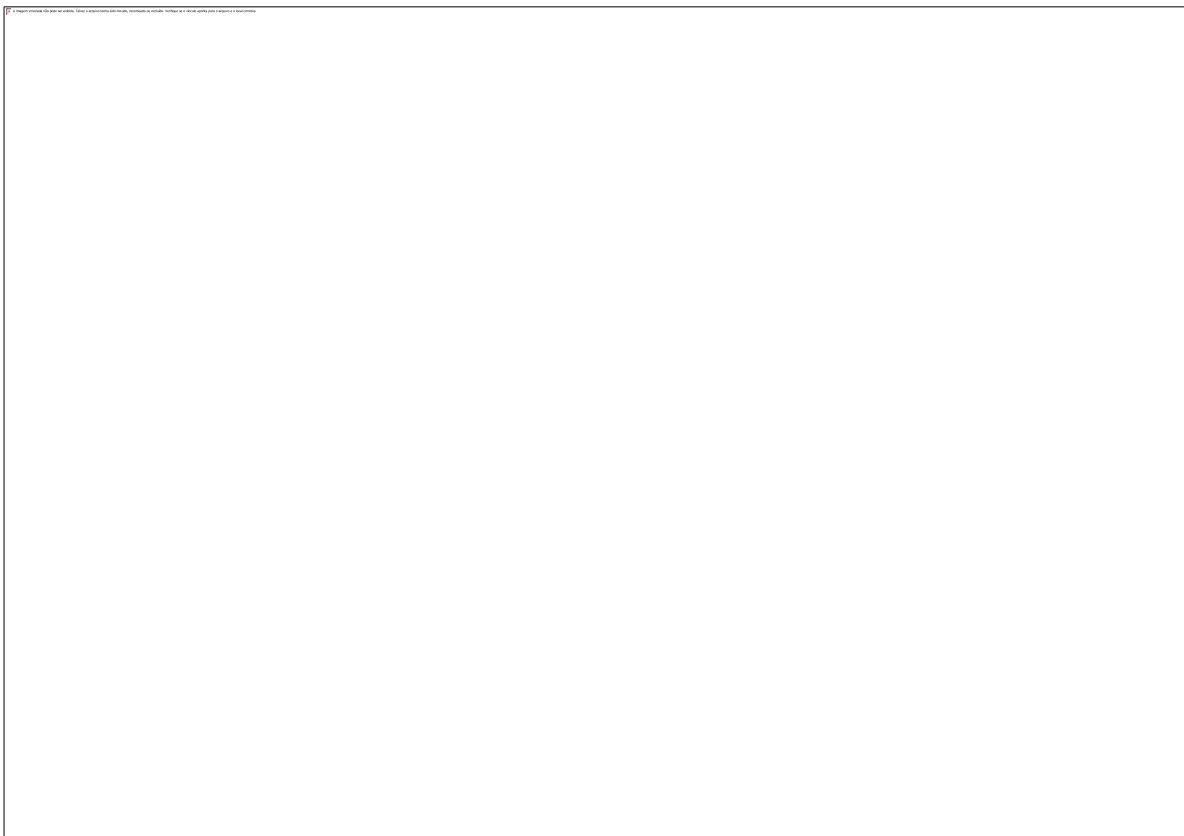
ZACARON, Sabrina S. Preceptoria em Serviço Social: um estudo nos hospitais universitários da região nordeste geridos pela Empresa Brasileira de Serviços

Hospitales/EBSERH. 2023. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

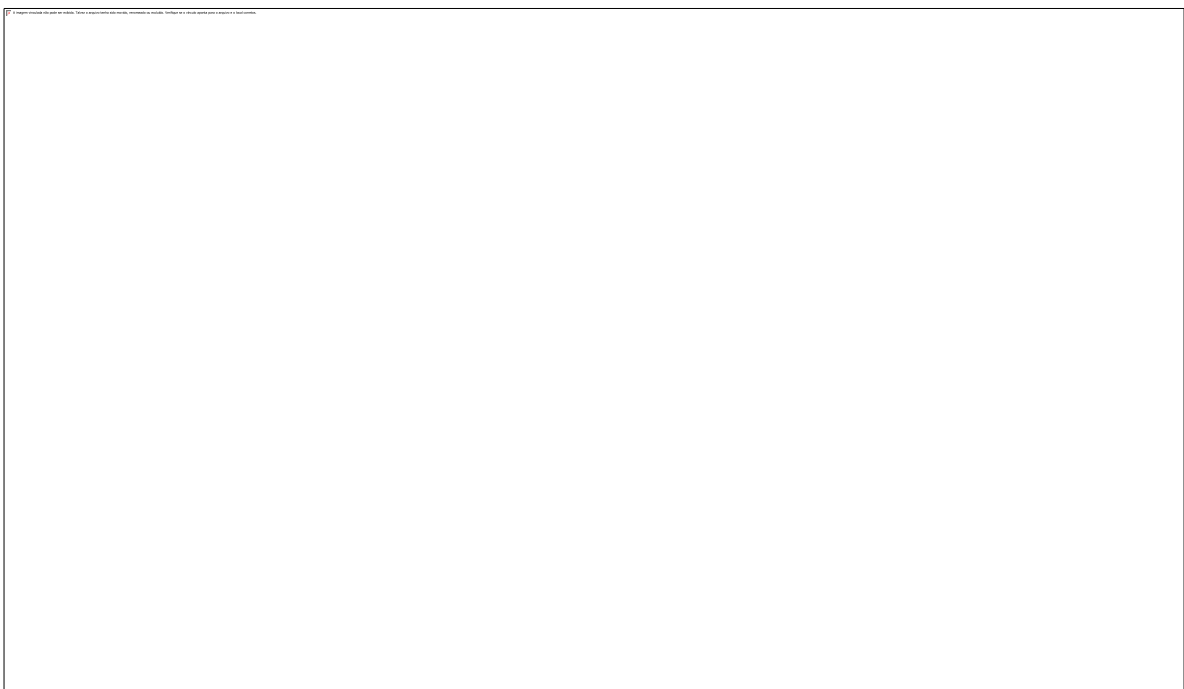
Anexos



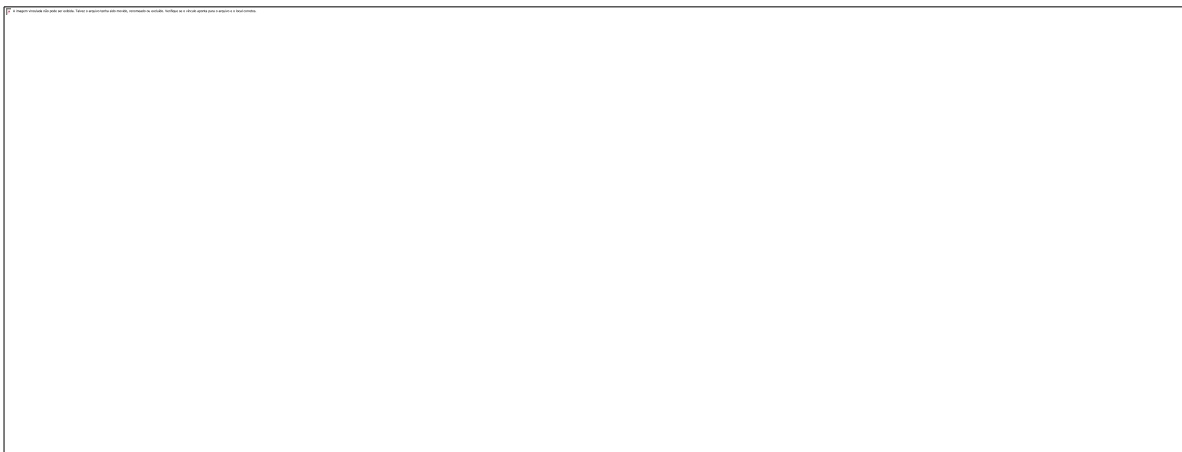
QUADRO 01: Distribuição das Unidades de Saúde por Região



Quadro 02: Serviços Ambulatoriais e Hospitalar



Quadro 03: Contratos por Prestação de Serviços



Quadro 04: Valor Total Referente aos Contratos por Prestação de Serviços

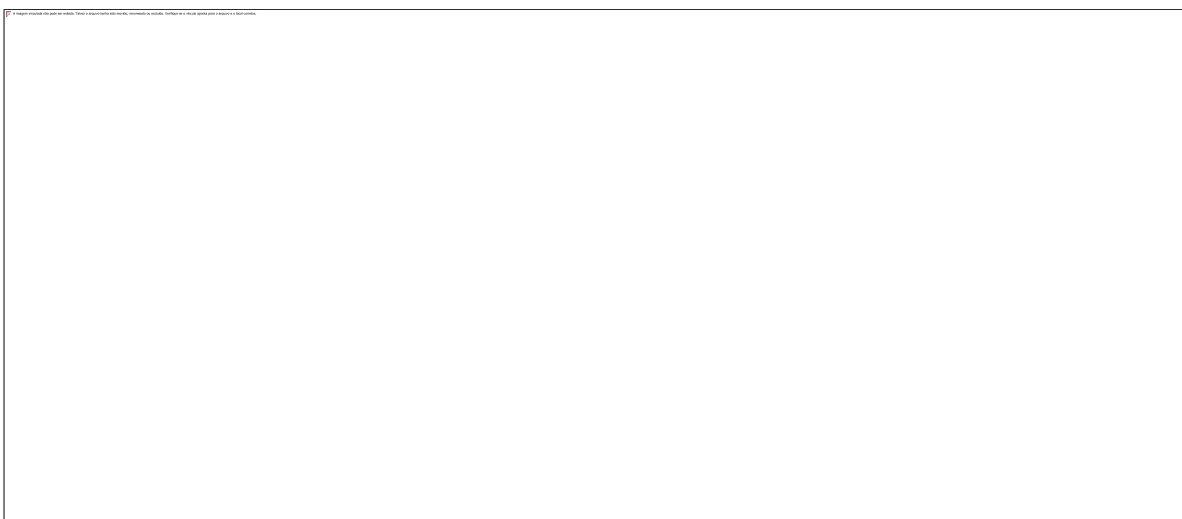


Imagem 01: Despesas com cooperativa médica

CÓDIGO: HS0716

AUTOR: LETICYA JAMILY SALES BATISTA

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS COLABORATIVAS EM PLATAFORMAS DIGITAIS DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Resumo

O artigo aborda as práticas colaborativas de representação da informação em plataformas digitais de patrimônio cultural, ressaltando a necessidade de novas formas de organização diante do crescimento do volume informacional e da expansão do patrimônio digital. Nesse contexto, destaca-se a folksonomia como estratégia que amplia a participação dos usuários na atribuição de descritores e no enriquecimento dos metadados, promovendo maior diversidade de perspectivas. A pesquisa, de caráter bibliográfico, exploratório e documental, analisa as plataformas CrowdHeritage e Mukurtu, escolhidas por exemplificarem diferentes abordagens de colaboração. O estudo evidencia a relevância da representação da informação não apenas como processo técnico, mas como prática social que contribui para a preservação da memória coletiva, o acesso democrático à cultura e o fortalecimento do patrimônio cultural em ambiente digital.

Palavras-chave: Representação da informação, Folksonomia, Patrimônio cultural digital

TITLE: ANALYSIS OF COLLABORATIVE PRACTICES ON DIGITAL CULTURAL HERITAGE PLATFORMS

Abstract

This article addresses collaborative practices for representing information on digital cultural heritage platforms, highlighting the need for new forms of organization in light of the growing volume of information and the expansion of digital heritage. In this context, folksonomy stands out as a strategy that expands user participation in assigning

descriptors and enriching metadata, fostering a greater diversity of perspectives. The research, which is bibliographical, exploratory, and documentary in nature, analyzes the CrowdHeritage and Mukurtu platforms, chosen because they exemplify different approaches to collaboration. The study highlights the relevance of representing information not only as a technical process, but also as a social practice that contributes to the preservation of collective memory, democratic access to culture, and the strengthening of cultural heritage in the digital environment.

Keywords: Information representation, Folksonomy, Digital cultural heritage

Introdução

Em circunstâncias do grande crescimento de materiais informacionais, faz-se necessário organizar os conteúdos de forma que sua recuperação seja rápida e eficaz. Nesse contexto de organização e acesso eficiente à informação, destaca-se o papel da representação da informação, permitindo que o mesmo seja identificado e acessado de forma mais rápida. Esse processo envolve a análise do conteúdo e a atribuição de conceitos por meio de uma linguagem documentária, que padroniza os termos utilizados e ajudando a facilitar a comunicação entre sistemas, indexadores e usuários.

Diante das limitações dos modelos tradicionais de representação, ganha espaço a folksonomia, como uma prática colaborativa de representação, onde os usuários podem atribuir suas próprias tag para fins de representação e recuperação de diferentes objetos informacionais (textos, imagens, áudios, vídeos, etc.) (Santos; Corrêa, 2018).

Para Santos, Triques e Albuquerque (2023), a aplicação da folksonomia torna-se particularmente relevante no contexto do patrimônio cultural digital. Nesse cenário, a constante transformação da cultura e da informação pela tecnologia exige novas formas de preservar, acessar e compartilhar o patrimônio cultural.

Através das plataformas digitais colaborativas, a memória coletiva se democratiza, permitindo a participação ativa de diversas comunidades na produção, organização e representação da informação.

A representação da informação assume um papel crucial neste contexto, pois sua eficácia influencia diretamente a visibilidade, a recuperação e a compreensão dos conteúdos disponibilizados. Essa importância é intensificada pelo volume de conteúdo digital e multimodal que as novas tecnologias viabilizaram, distribuído por instituições culturais através da web, consolidada como o principal espaço de circulação e consumo de bens culturais (Kaldeli et al., 2021).

Dentro desse panorama, destacam-se as plataformas CrowdHeritage e Mukurtu. Elas são relevantes no campo do patrimônio cultural digital por exemplificarem como a colaboração pode ser incorporada à representação da informação, cada uma com sua própria abordagem.

Ambas as plataformas possibilitam a representação colaborativa da informação por meio da participação ativa dos usuários, o que está diretamente alinhado ao foco deste estudo. Além disso, as duas utilizam recursos de folksonomia, permitindo que os próprios usuários contribuam com palavras-chave e descrições. Isso não apenas enriquece semanticamente os conteúdos, mas também incorpora diversas perspectivas socioculturais na organização da informação.

Diante desse cenário, surgem os seguintes questionamentos: Como as práticas colaborativas de representação da informação se manifestam nas plataformas digitais de patrimônio cultural? Que diferenças e semelhanças podem ser observadas entre CrowdHeritage e Mukurtu?

O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas colaborativas de representação da informação em plataformas digitais de patrimônio cultural, utilizando um estudo comparativo entre CrowdHeritage e Mukurtu.

Diante disso, busca-se compreender como essas plataformas mediam a relação entre usuários e a memória cultural, contribuindo para a construção de representações mais diversas e inclusivas do patrimônio.

Esta investigação articula-se com o ODS 4 (Educação de qualidade), ao mostrar como as plataformas democratizam o acesso ao patrimônio cultural e ampliam as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Também dialoga com o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ao analisar o CrowdHeritage e o Mukurtu como exemplos de inovação digital e modelos de infraestrutura para gestão e preservação cultural em ambientes digitais.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem quali-quantitativa para fins de uma compreensão mais profunda do objeto de estudo.

Para a realização da pesquisa bibliográfica, utilizou apenas a BRAPCI. Foi empregado os termos de busca “plataformas colaborativas” “patrimônio cultural”. A busca foi realizada no período de 5 a 11 de agosto, buscando mapear produções acadêmicas pertinentes a essa temática.

Em seguida, realizou-se uma pesquisa exploratória para obter uma compreensão aprofundada das plataformas CrowdHeritage e Mukurtu. O estudo buscou identificar suas características e funcionalidades, bem como os desafios e oportunidades associados ao seu uso.

Considerando que esta pesquisa realiza a análise de duas plataformas colaborativas, a mesma se caracteriza como uma pesquisa documental. Foram analisadas as interfaces, recursos de representação e navegação, documentação oficial e, especialmente, os dados gerados pelos próprios usuários, como tags e metadados colaborativos. Essa abordagem metodológica se tornou ideal para identificar e comparar as funcionalidades e as evidências das práticas colaborativas de representação da informação, sem a necessidade de intervenção direta com os participantes.

O CrowdHeritage, criado em 2018, é uma plataforma de crowdsourcing que combina inteligência humana e artificial para melhorar metadados de coleções de patrimônio cultural digital. Por meio de campanhas, os usuários podem adicionar anotações (como marcação semântica, de imagem ou localização) e validar informações existentes, usando recursos interativos como rankings e recompensas.

Já a Mukurtu é uma plataforma gratuita, móvel e de código aberto, criada em 2007 em parceria com a comunidade indígena Warumungu, na Austrália. Seu foco é preservar e compartilhar o patrimônio cultural de comunidades indígenas, garantindo soberania de dados e respeito aos protocolos culturais de cada povo. Desenvolvida e mantida pela Universidade Estadual de Washington, permite que as comunidades gerenciem seu acervo digital de forma ética, segura e nos seus próprios termos.

A escolha de ambas as plataformas permite um estudo comparativo rico. O contraste entre o modelo de "multidão" do CrowdHeritage e a abordagem de "comunidade" do Mukurtu oferece a oportunidade de analisar como diferentes filosofias de colaboração afetam a representação da informação, a inclusão de perspectivas e a própria natureza da memória cultural em ambiente digital.

Resultados e Discussões

REPRESENTAÇÃO COLABORATIVA DA INFORMAÇÃO NO PATRIMÔNIO CULTURAL

A representação da informação consiste em uma operação de descrever os objetos informacionais sob duas perspectivas: fisicamente e tematicamente. Na descrição física são apresentados os elementos que descrevem fisicamente um objeto (título, autor, ano, etc.). Já na descrição temática o mesmo objeto é representado a partir do(s) seu(s) conteúdo(s) para fins de sua recuperação em um sistema.

Como destacam Sampaio, Dantas e Neves (2017), a subjetividade permeia tanto a organização e a representação da informação quanto a forma como os usuários a recuperam e interpretam. Essa constatação é crucial, pois evidencia que, mesmo no modelo tradicional, a representação sempre envolveu interpretações cognitivas e contextuais, o que nos ajuda a compreender a transição para modelos mais participativos e colaborativos.

Com a Web 2.0 e as ferramentas digitais, esse processo se descentralizou, permitindo que os próprios usuários passassem a classificar conteúdos. É nesse contexto que surge a folksonomia, entendida como o resultado do processo de atribuição de etiquetas por usuários em ambientes colaborativos para fins de representação e recuperação da informação (Santos; Corrêa, 2018). Por meio da mesma, os próprios usuários possuem a decisão de criar as palavras-chaves, conhecidas como tags para diferentes tipos materiais informacionais (sendo textos, imagens e vídeos) com o objetivo de simplificar na recuperação.

Wal (2006) Informa que esse processo envolve três aspectos principais: (1) as tags funcionam como fragmentos de informação vinculados ao objeto; (2) é fundamental que o usuário compreenda o que está rotulando; e (3) a subjetividade é inerente, pois cada termo reflete identidade, experiência e perspectiva individuais.

Assim, a folksonomia reforça a mudança de paradigma: da centralidade do especialista para um modelo colaborativo, em que a linguagem natural e a participação coletiva ampliam as possibilidades de representação. Esse modelo valoriza a diversidade de pontos de vista e democratiza o processo, embora traga também desafios quanto à consistência e precisão da recuperação da informação.

A adoção de modelos colaborativos de representação da informação, como a folksonomia, traz benefícios relevantes. Um deles é o enriquecimento do acervo, já que diferentes usuários contribuem com termos variados, ampliando as possibilidades de acesso e descobertas. Além disso, há maior engajamento da comunidade, pois o usuário deixa de ser apenas consumidor de informação para se tornar também colaborador ativo no processo de organização. Essa prática, de cunho colaborativo e social, potencializa o compartilhamento de conhecimento e favorece a formação de comunidades em torno de interesses comuns (Souza; Jorente, 2023).

Entretanto, os mesmos aspectos que tornam a folksonomia inclusiva e participativa também geram desafios e desvantagens. Como ocorre em linguagem livre, sem padronização terminológica, surgem problemas como inconsistência e ambiguidades, além da ocorrência de polissemia (mesma palavra com vários significados), sinonímia (palavras diferentes para o mesmo conceito), erros de ortografia e uso de termos imprecisos ou irrelevantes (Brandt; Medeiros, 2010). Esses fatores podem comprometer a qualidade dos metadados e dificultar a recuperação precisa da informação.

A discussão sobre representação e preservação da informação conecta-se diretamente ao debate sobre patrimônio cultural, pois ambos os campos tratam da seleção, organização e conservação de bens. O patrimônio cultural, sendo o conjunto de bens (materiais e imateriais) de interesse coletivo, é perpetuado no tempo como uma manifestação e um testemunho do passado. Ao evocar acontecimentos importantes, ele se articula diretamente com a memória social.

De acordo com Silva Júnior e Tavares (2018), a partir do patrimônio cultural é possível compreender o contexto e a vivência de um grupo, estabelecendo uma conexão histórica com o passado.

Contudo, não se deve restringir o patrimônio cultural apenas à dimensão dos bens materiais, pois ele também abrange as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas a eles associados, que igualmente traduzem e representam os momentos e significados de uma coletividade. Nessa perspectiva, Martins e Azevedo Netto (2009) ressaltam que o patrimônio imaterial, enquanto representação da vivência popular, carrega forte carga simbólica e exerce papel fundamental na formação das subjetividades individuais e coletivas.

Nessa mesma direção, emergiu o conceito de patrimônio digital, compreendido como “recursos de conhecimento ou expressão criados digitalmente ou convertidos para o formato digital a partir de recursos analógicos já existentes, considerados de valor e que necessitam ser preservados para as gerações futuras” (Unesco, 2003). Tal categoria amplia o entendimento de patrimônio ao abarcar bens nascidos ou traduzidos para o ambiente digital, os quais também representam identidades, memórias e práticas culturais de diferentes grupos sociais.

Dessa forma, a representação da informação revela-se fundamental para a preservação e a transmissão do patrimônio cultural. A catalogação, a digitalização e a descrição de um artefato ou de uma tradição não se limitam a procedimentos técnicos, mas definem verdadeiros atos de construção de memória.

Ao descrever um bem cultural (seja um documento histórico, uma prática imaterial ou um objeto digital) atribuem-se significados, contextos e valores que asseguram sua compreensão e permanência no tempo. Assim, a representação da informação não apenas organiza e facilita o acesso, como também atua diretamente na reprodução das identidades e memórias coletivas, garantindo que o patrimônio cultural, em suas diversas formas, seja transmitido às gerações futuras.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme Kaldeli et al. (2021), a Crowd Heritage constitui um ecossistema que integra inteligências humana e artificial para aprimorar a qualidade dos metadados de coleções de patrimônio cultural digital. Baseado na plataforma de crowdsourcing, o sistema oferece um fluxo de trabalho completo que combina a participação colaborativa no enriquecimento e validação de metadados com métodos automatizados de IA para a extração dessas informações.

Anexo A - Interface principal da CrowdHeritage.

Fonte: <https://crowdheritage.eu/en>

Na CrowdHeritage, os usuários participam de campanhas de crowdsourcing onde podem acrescentar etiquetas (para representar imagens, indicar localização ou adicionar termos) para completar informações que faltam nos metadados, além de validar dados já existentes com votos positivos ou negativos. Para deixar tudo mais envolvente, a plataforma usa recursos como rankings e recompensas.

Anexo B - print ilustrando as recompensas que a plataforma oferece.

Fonte: <https://crowdheritage.eu/en>

Ela também se conecta a outras ferramentas já usadas no campo do patrimônio cultural, oferecendo um fluxo de trabalho completo: desde a coleta e padronização de dados de diferentes fontes, passando pelo processamento, até a publicação dos metadados enriquecidos em repositórios prontos para consulta pelos usuários.

No que se refere às funcionalidades, além do suporte a etiquetagem colaborativa, a plataforma permite a criação e configuração de campanhas personalizadas, a validação de metadados gerados por inteligência artificial, a comparação e avaliação de imagens e a exportação de dados para sistemas externos, como a Europeana e o MINT.

No âmbito dos conteúdos manipulados, o CrowdHeritage abrange diferentes tipos de documentos, tais como fotografias históricas, cartazes, jornais, álbuns de recortes e itens digitais raros. Além disso, possibilita a utilização de metadados tanto para processos de tradução automática quanto para marcações colaborativas.

Em relação aos usuários e permissões, a plataforma distingue quatro perfis principais: o visitante, que possui navegação livre; o colaborador, que pode etiquetar, votar, comentar e contribuir em campanhas públicas ou privadas; o organizador, responsável pela criação e moderação de campanhas e grupos de usuários; e o usuário convidado, que, mediante aprovação, pode acessar campanhas restritas. Essa diversidade de papéis garante flexibilidade no uso da plataforma, equilibrando a abertura ao público com mecanismos de controle e curadoria.

O CrowdHeritage não se restringe a um único tipo de patrimônio, mas trabalha com uma ampla variedade de bens culturais que foram digitalizados. A plataforma atua como uma ponte entre instituições culturais (como museus, bibliotecas e arquivos) e o público, que ajuda a aprimorar as informações sobre esses itens.

Os principais tipos de patrimônio encontrados na CrowdHeritage incluem:

Patrimônio Artístico: Obras de arte como pinturas, esculturas, desenhos e gravuras. As campanhas pedem aos usuários para identificar elementos, descrever cenas ou atribuir artistas a obras digitalizadas.

Patrimônio Histórico e Arqueológico: Artefatos, documentos, mapas e fotografias que contam a história de um local ou período. O público pode ajudar a transcrever textos antigos, identificar locais em fotos históricas ou categorizar objetos.

Patrimônio Bibliográfico e Documental: Inclui manuscritos, livros raros, cartas, jornais e outros documentos textuais. As tarefas geralmente envolvem a correção de transcrições de texto e a adição de metadados.

Patrimônio Arquitetônico e Urbano: Imagens e plantas de edifícios, monumentos e paisagens urbanas. Os usuários podem ajudar a identificar edifícios, marcar locais em mapas ou descrever detalhes arquitetônicos.

Essa diversidade mostra o potencial da plataforma para abranger tanto bens materiais quanto registros culturais visuais e simbólicos. Além disso, as iniciativas envolveram comunidades variadas, como especialistas (pesquisadores de moda, músicos, acadêmicos), instituições culturais (como a Filarmônica de Paris e a European Fashion Heritage Association), além do público em geral e da comunidade educacional, composta por professores e estudantes europeus (Kaldeli et al., 2021).

Quanto às práticas de representação dos objetos, o CrowdHeritage não se limita a anotações livres, mas orienta os participantes por meio do uso de vocabulários e tesouros controlados, como o Europeana Fashion Thesaurus, o MIMO – Musical Instrument Museums Online e o Wikidata. Essa estratégia garante maior consistência, qualidade e padronização dos metadados, favorecendo a pesquisa, a visibilidade e a reutilização de conteúdos em repositórios digitais, como a Europeana. Assim, a plataforma contribui tanto para a valorização do patrimônio cultural digital quanto para a construção de um processo participativo e colaborativo de representação da informação (Kaldeli et al., 2021).

De outro modo disposto, a plataforma Mukurtu, é fruto de um projeto criado para capacitar comunidades a gerenciar, compartilhar, narrar e trocar seu patrimônio digital de forma culturalmente relevante e ética. Desenvolvido com uma abordagem aberta e orientada pela comunidade, a plataforma prioriza relações de respeito e confiança. Sua proposta central está no protagonismo das próprias comunidades na definição das categorias, na catalogação e no controle de acesso aos dados, permitindo que estabeleçam protocolos culturais que variam de acesso totalmente aberto a restrito, conforme valores e necessidades locais.

Entre seus principais recursos, destacam-se as Etiquetas de Conhecimento Tradicional (TK) — uma iniciativa voltada a comunidades indígenas que permite expressar condições locais e específicas para o uso, compartilhamento e circulação de conhecimento.

Anexo C - print ilustrando os rótulos TK.

Fonte: <https://localcontexts.org/labels/traditional-knowledge-labels/>

Essas etiquetas fornecem informações adicionais sobre materiais do patrimônio cultural digital que estejam em domínio público ou pertençam a terceiros, muitas vezes ausentes em descrições tradicionais, e funcionam como guias culturais e sociais para orientar o uso respeitoso e adequado desses materiais.

Esse mecanismo reforça a soberania cultural ao permitir que as comunidades definem e comuniquem suas próprias diretrizes para o uso do patrimônio cultural digital. Além disso, a funcionalidade dos Registros da Comunidade possibilita que diferentes narrativas, conhecimentos e protocolos coexistem em relação a um mesmo item, valorizando perspectivas diversas.

Os usuários da plataforma são majoritariamente comunidades indígenas e organizações locais que desejam preservar, administrar e compartilhar seu patrimônio cultural digital de maneira alinhada a seus protocolos. Instituições culturais, como museus, arquivos e bibliotecas, também podem utilizá-la, mas sempre em colaboração com as comunidades para garantir que suas perspectivas sejam respeitadas.

Anexo D - print ilustrando da aba “vitrine” da plataforma Mukurtu.

Fonte: <https://mukurtu.org/showcase/>

A plataforma não oferece recursos de gamificação ou tarefas típicas de crowdsourcing, como transcrição de textos ou etiquetagem de imagens. Sua ênfase principal está na gestão ética e no controle comunitário, contemplando diferentes tipos de patrimônio, incluindo imagens, gravações de áudio, vídeos, manuscritos e outros itens digitais relacionados à cultura e à memória das comunidades.

A plataforma incorpora orientações para as práticas de representação dos objetos ao permitir que as próprias comunidades definem as formas adequadas de descrever, classificar e controlar o acesso aos itens, integrando protocolos culturais e as orientações dos Selos TK como parte desse processo.

Essas orientações podem incluir, por exemplo, indicar que uma gravação de canto tradicional seja sempre atribuída à comunidade como um todo; definir que um manuscrito sagrado digitalizado tenha acesso restrito apenas a membros da comunidade ou pesquisadores autorizados; permitir que uma fotografia histórica receba narrativas adicionais de membros locais para contextualizar seu significado; ou determinar que um vídeo de dança tradicional só possa ser visualizado em determinadas épocas do ano, conforme regras culturais.

Anexo E - artefato representado por comunidade indígena.

Fonte:<https://plateauportal.libraries.wsu.edu/digital-heritage/%CB%80im%C3%A9snim-%CB%80%C3%ADtetp%E2%80%99es-deer-head-shape-bag-nez-perce>

Anexo F- Descrições e etiquetas do artefato.

Fonte:<https://plateauportal.libraries.wsu.edu/digital-heritage/%CB%80im%C3%A9snim-%CB%80%C3%ADtetp%E2%80%99es-deer-head-shape-bag-nez-perce>

Dessa forma, a representação dos objetos no Mukurtu não é apenas técnica, mas profundamente conectada às tradições, histórias e perspectivas de seus guardiões.

Através da análise de ambas as plataformas com o foco de observar suas funcionalidades e características, foi pensando em uma tabela para facilitar a compreensão das informações comparadas.

Anexo G - Comparação das plataformas de patrimônio cultural: CrowdHeritage e Mukurtu. Fonte:Elaborada pela autora.

Em suma, o CrowdHeritage é uma plataforma mais aberta que aplica a colaboração ampla e a inteligência artificial para melhorar os metadados dos seus acervos, por outro lado o Mukurtu é voltada para as comunidades indígenas, que possuem totalmente o acesso, o uso e as formas em organizar os materiais, e não fazem a aplicação de IA. Desse modo, a principal diferença entre as duas plataformas está no fato que CrowdHeritage aproveita das participações dos usuários para enriquecer as coleções e o Mukurtu valoriza mais a gestão comunitária, priorizando a soberania e protocolos definidos pelas comunidades.

Conclusão

A análise realizada permitiu identificar que tanto o CrowdHeritage quanto o Mukurtu apresentam contribuições significativas para a representação colaborativa do patrimônio cultural digital, mas com enfoques distintos. Enquanto o primeiro se estrutura como uma plataforma de crowdsourcing orientada à melhoria dos metadados por meio da

integração entre inteligência humana e artificial, o segundo se fundamenta no protagonismo das comunidades, priorizando protocolos culturais e a soberania sobre seus próprios acervos digitais.

O CrowdHeritage destaca-se pelo caráter participativo aberto, que envolve diferentes perfis de usuários em campanhas gamificadas e orientadas por vocabulários controlados, garantindo consistência e padronização na descrição dos objetos culturais. Já o Mukurtu se diferencia por possibilitar que comunidades indígenas e locais definam suas próprias formas de organização, atribuição e acesso aos materiais, incorporando orientações éticas e culturais que ultrapassam a dimensão técnica da representação da informação.

Entretanto, a pesquisa apresentou algumas limitações, sobretudo em relação ao CrowdHeritage, que esteve por vários momentos inativo, restringindo o acesso a determinados recursos e informações, o que dificultou a obtenção de exemplos visuais e a análise de aspectos mais específicos, como as comunidades atendidas em campanhas recentes. Apesar disso, a consulta a trabalhos como o de Kaldeli et al. (2021) possibilitou complementar lacunas e oferecer um panorama mais consistente sobre a plataforma.

Aprofundar a investigação sobre o impacto efetivo da participação dos usuários na qualidade dos metadados produzidos no Crowd Heritage, observando métricas de precisão, consistência e reutilização. Explorar de que maneira os Selos TK do Mukurtu têm sido aplicados por diferentes comunidades e como se articulam com instituições culturais tradicionais.

Assim, compreender as especificidades de cada iniciativa não apenas evidencia a diversidade de abordagens para a representação da informação no patrimônio cultural digital, mas também aponta para a importância de estratégias que conciliam tecnologia, participação social e respeito às perspectivas culturais.

Referências

BRANDT, M.; MEDEIROS, M. B. B. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento?. Transinformação, [S. l.], v. 22, n. 2, 2010.

KALDELI, E.; MENIS-MASTROMICHALAKIS, O.; BEKIARIS, S.; RALLI, M.; TZOUVARAS, V.; STAMOU, G. CrowdHeritage: crowdsourcing for improving the quality of cultural heritage metadata. Information, v. 12, n. 2, p. 64, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/info12020064>.

MARTINS, G.; AZEVEDO NETTO, C. X. Mapeamento conceitual de uma ontologia de domínio do patrimônio imaterial à luz da análise semiótica e teoria do conceito. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ANCIB, 2009.

SAMPAIO, D. A.; DANTAS, E. R. F.; NEVES, D. A. B. Nas entrelinhas da cognição: tópicos de representação da informação. *Revista Folha de Rosto*, v. 3, n. 1, 2017.

SILVA JUNIOR, J. E.; TAVARES, A. L. O. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 5, n. 1, 2018.

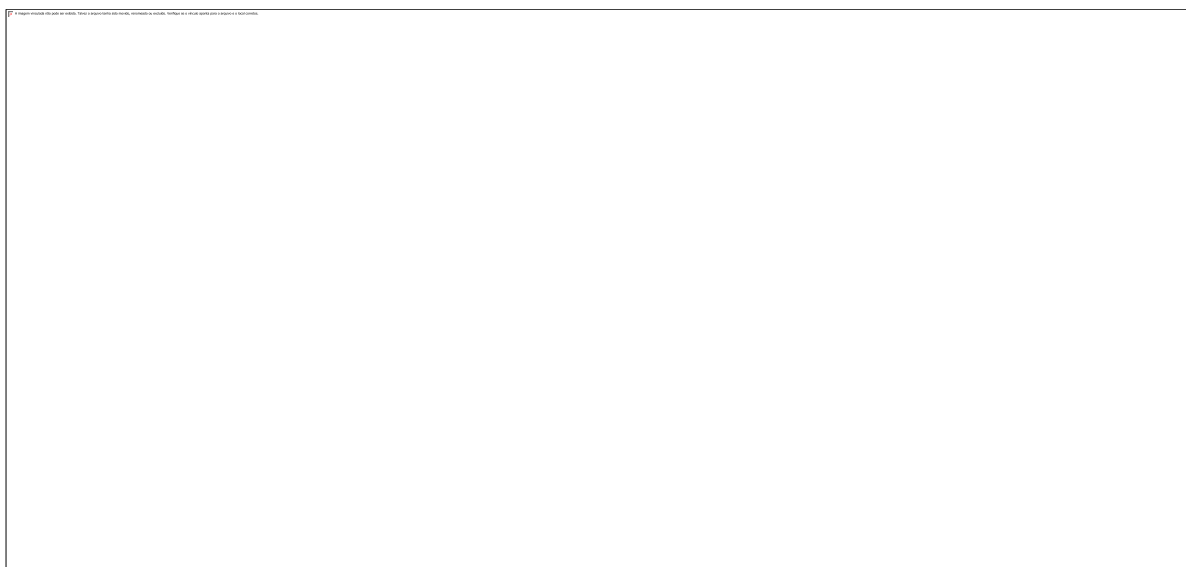
SOUZA, G. O.; JORENTE, M. J. V. A importância da folksonomia para a ciência da informação. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 17, 2023.

TRIQUES, M. L.; SANTOS, R. F.; ALBUQUERQUE, A. C. Aplicaciones folksonómicas en plataformas colaborativas de patrimonio cultural: análisis comparativo de los proyectos CrowdHeritage y Arquigrafía. *Palabra Clave (Argentina)*, v. 12, 2023.

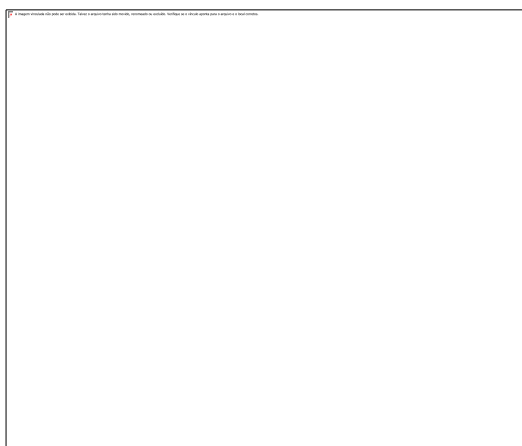
UNESCO. Charter on the Preservation of the Digital Heritage. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000179529.page=2>. Acesso em: 12 ago. 2025.

WAL, T. V. Online information folksonomy presentation posted. *Personal Infocloud*, 2006. Disponível em: <http://www.personalinfocloud.com/blog?category=Folksonomy>. Acesso em: 12 ago. 2025.

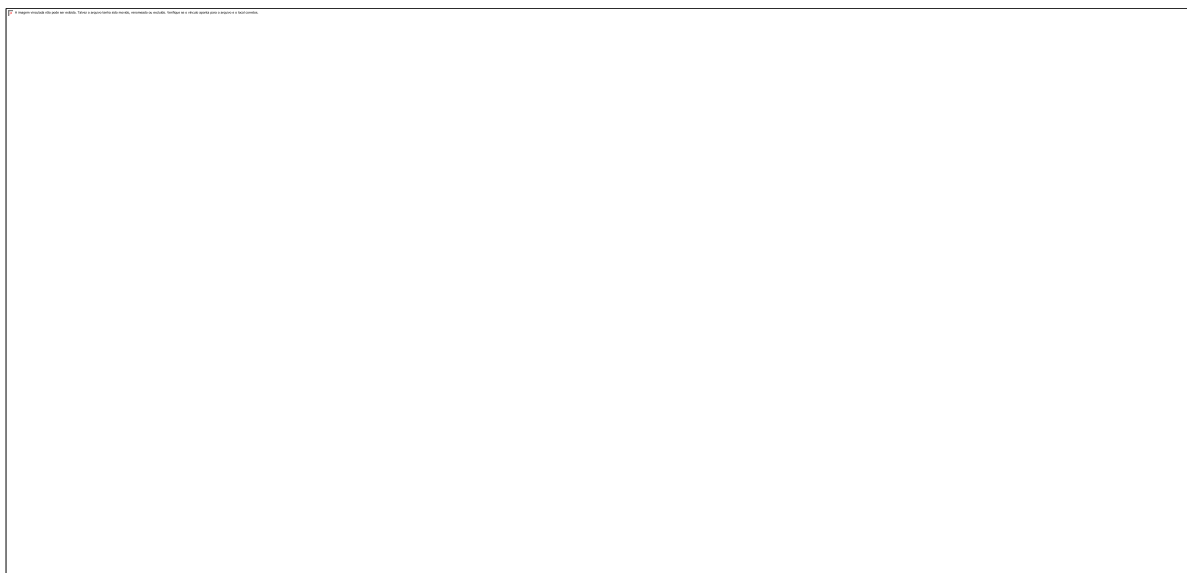
Anexos



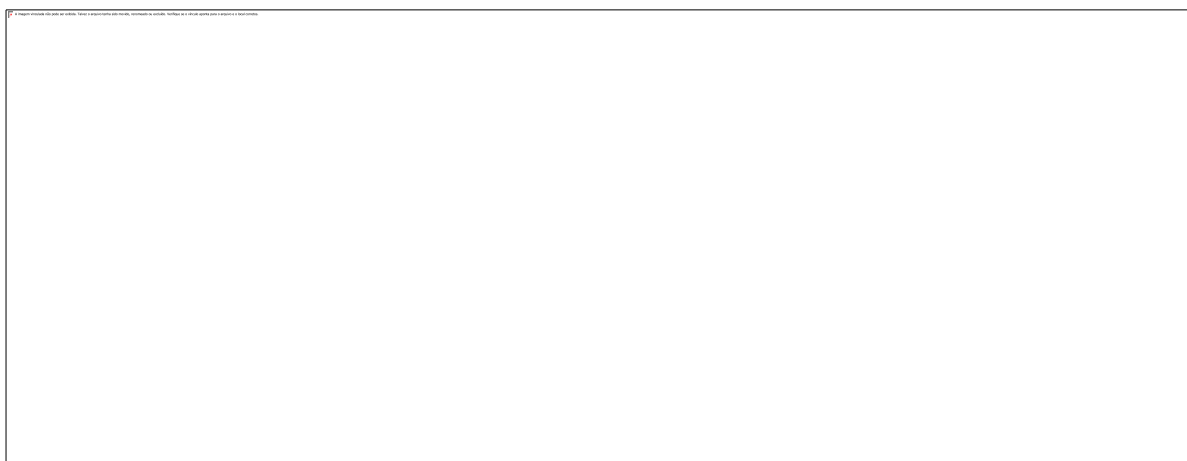
Anexo A print Interface da plataforma.



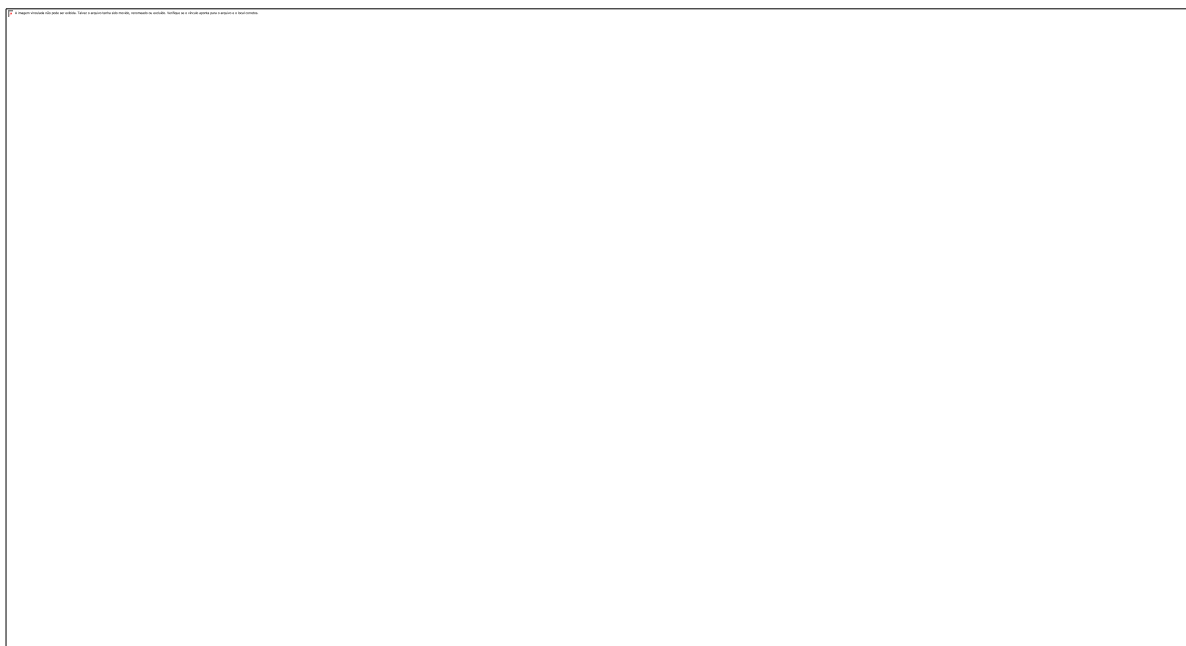
Anexo B print ilustrando as recompensas que a plataforma oferece..png



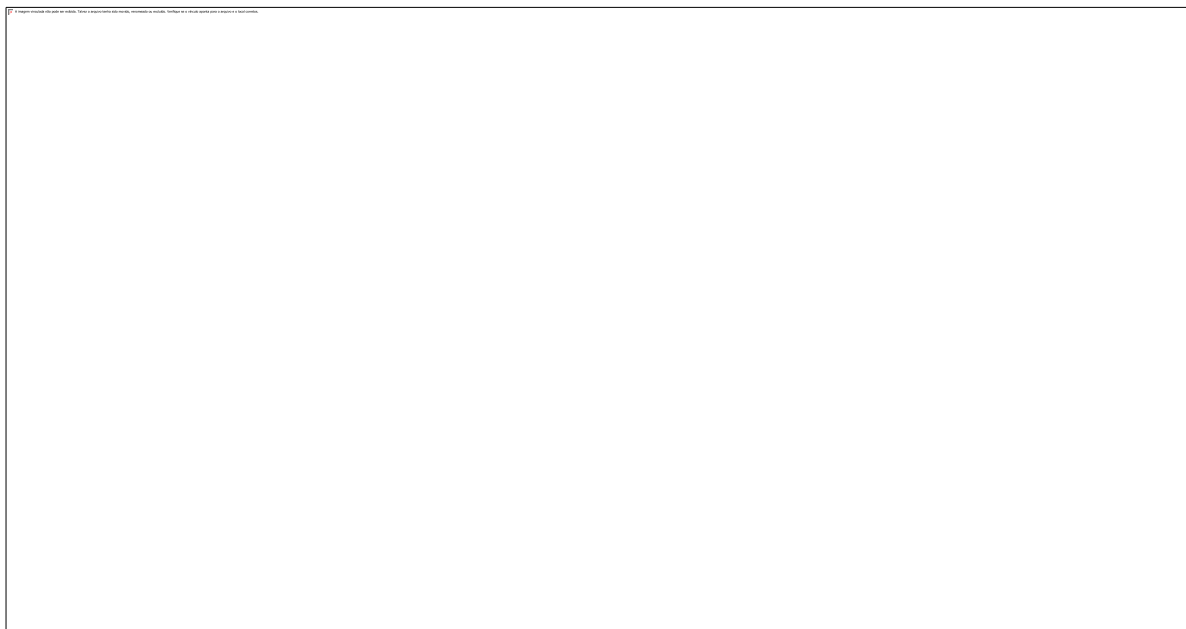
Anexo C print ilustrando os rótulos TK..png



Anexo D print ilustrando da aba “vitrine” da plataforma Mukurtu..png



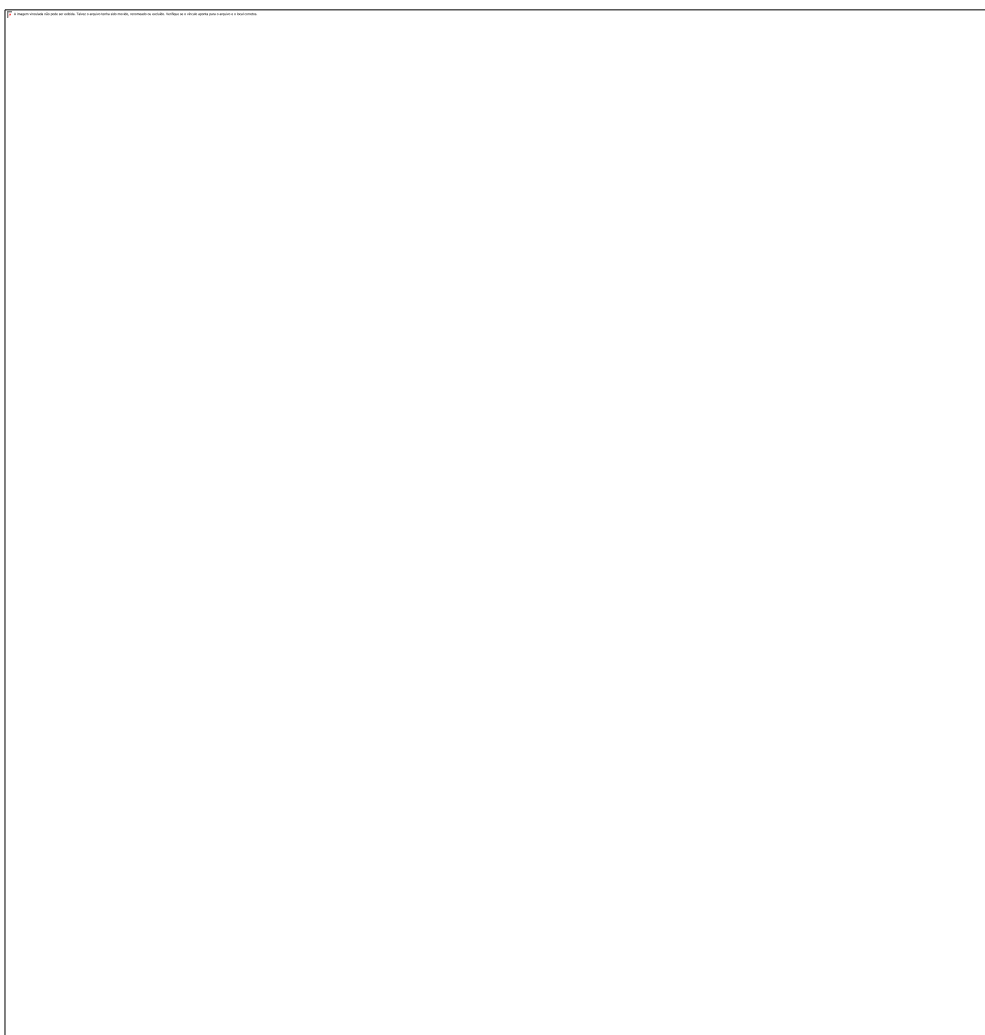
Anexo E print ilustrando do artefato representado por comunidade indígena..png



Anexo F print ilustrando das descrições e rótulo do artefato..png

Empty table area for Anexo G Tabela comparativa das plataformas.

Anexo G Tabela comparativa das plataformas



Segunda parte do Anexo G

CÓDIGO: HS0726

AUTOR: IOHANA FLAMICIA GABI DA SILVA

ORIENTADOR: SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS

TÍTULO: Trabalho e Indivíduo Social: perspectiva de subjetividade no pensamento de Marilda Iamamoto

Resumo

O presente relatório é fruto do plano de trabalho que dá continuidade à pesquisa “Direitos Humanos e Serviço Social: crítica ontológica e desafios contemporâneos” desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Sócio Ambiental-urbano-rural, Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTMOSS) da UFRN. O plano de trabalho objetivou apreender e analisar a concepção de individualidade e sua relação com a classe trabalhadora na obra Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista, de Marilda Vilela Iamamoto e a relação com a produção intelectual no âmbito do Serviço Social. Assim, a partir de orientações individuais, reuniões e encontros dos grupos de estudos e pesquisa, debates e leituras coletivas, mas também com base em revisão bibliográfica, foi possível apreender e analisar: o processo de construção dos indivíduos sociais; a concepção de diversidade humana e a relação com a defesa dos direitos humanos, considerando a dimensão ontológica, as particularidades da sociedade capitalista e do Serviço Social, tendo em vista a relevância da temática para a construção do pensamento político e crítico.

Palavras-chave: Individualidade; Subjetividade; Direitos Humanos; Trabalho.

TITLE: Work and Social Individual: a perspective on subjectivity in the thought of Marilda Iamamoto

Abstract

This report is the result of a work plan that continues the research project "Human Rights and Social Work: ontological critique and contemporary challenges" developed within the scope of the Study and Research Group on Labor, Ethics, and Rights (GEPTED) and the Study and Research Group on Socio-Environmental-Urban-Rural Issues, Labor, Social Movements, and Social Work (QTMOSS) at UFRN. The work plan aimed to understand and analyze the concept of individuality and its relationship with the working class in the work "Labor and Social Individual: a study on the working

conditions in the sugarcane agroindustry in São Paulo" by Marilda Vilela Iamamoto, and its relation to intellectual production in the field of Social Work. Through individual guidance, meetings and gatherings of study and research groups, debates, and collective readings, as well as a bibliographic review, it was possible to understand and analyze: the process of constructing social individuals; the concept of human diversity and its relationship with the defense of human rights, considering the ontological dimension, the particularities of capitalist society, and Social Work, given the relevance of this theme to the construction of critical and political thought.

Keywords: Individuality; Subjectivity; Human Rights; Work.

Introdução

O plano de trabalho tem como título: Trabalho e Indivíduo Social: perspectiva de subjetividade no pensamento de Marilda Iamamoto. Foi orientado pela prof^a Dra. Silvana Mara de Moraes dos Santos, vinculado à sua pesquisa de produtividade/CNPQ, com o tema Concepção de Individualidade e Serviço Social: tendências teórico-políticas. O método de análise foi desenvolvido a partir da perspectiva de totalidade no entendimento da vida social e da profissão, considerando o método histórico-dialético e como estratégias de investigação a análise bibliográfica da obra anteriormente citada. Ademais, integrou a metodologia minha participação nas reuniões, encontros e debates coletivos no grupo de estudos e pesquisa.

Nesse sentido, o plano de trabalho que deu origem aos resultados que serão aqui apresentados tem como tema “Trabalho e Indivíduo Social: perspectiva de subjetividade no pensamento de Marilda Iamamoto”, dando ênfase à concepção de indivíduo social sob perspectiva da autora. Essa investigação iniciou com a contextualização da autora, referência no Serviço Social em nível nacional e internacional e sua obra, considerando a relevância acadêmica que possui no universo da formação e do trabalho profissional, bem como no diálogo com áreas afins. Assim, começou sua militância quando cursava Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Entre 1967 e 1971, atuou no movimento Juventude Universitária Católica, participou do Diretório Acadêmico da faculdade e do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Além disso, foi uma das vítimas da Ditadura Civil-Militar no Brasil e anistiada em 2006. Atualmente, é professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e já recebeu diversos prêmios em homenagem à sua carreira e pelo compromisso com a profissão.

Marilda Iamamoto tem experiência em diversas áreas do Serviço Social, tendo ênfase na Teoria Social, Serviço Social latino-americano e a questão agrária. É autora de inúmeros livros importantes para a formação acadêmica em Serviço Social, como Relações Sociais e Serviço Social no Brasil (1990) e Serviço Social em tempo de capital fetiche (2007). Assim, no livro Trabalho e Indivíduo Social (2012), objeto de nossa pesquisa, a autora enfrenta a reflexão crítica sobre a centralidade ontológica do trabalho e sua relação de determinação com a formação dos indivíduos enquanto seres subjetivos e nas particularidades da sociedade capitalista, pertencentes a uma determinada classe social.

Nosso plano de trabalho objetivou apreender e analisar a concepção de individualidade e sua relação com a classe trabalhadora na obra - Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista, de Marilda Vilela Yamamoto. Assim, foram estabelecidos objetivos específicos que consistiram em a) identificar e analisar o contexto sócio-histórico e as influências teóricas que incidem na formação do pensamento da autora; b) identificar e analisar os fundamentos teórico-políticos imanentes à concepção de individualidade na produção intelectual de Yamamoto; e c) analisar a relação entre a concepção de individualidade da autora assinalada e sua relação com a classe trabalhadora, com a diversidade humana e com a emancipação humana.

A relevância social deste estudo está em apreender como ocorre o processo de formação dos indivíduos sociais na sociedade de classes, demonstrando uma preocupação em evidenciar que os estudos marxistas também abarcam análises acerca da subjetividade do indivíduo, mostrando a classe trabalhadora enquanto classe, mas também enquanto indivíduo social. Ao investigar essa construção histórica, o estudo intenciona uma análise a partir do conhecimento crítico do Serviço Social junto a debates acerca da subjetividade dos indivíduos. Com isso, espera-se contribuir para o entendimento e aprofundamento dessa concepção de individualidade.

Metodologia

A pesquisa aqui desenvolvida, buscou apreender a concepção de individualidade e sua relação com a produção intelectual no âmbito do Serviço Social. Para o desenvolvimento do plano de trabalho, ocorreram orientações individuais e reuniões em grupos de estudos e pesquisas, além de debates, de acordo com o cronograma. Assim, foi utilizada uma abordagem em que o plano de trabalho foi desenvolvido a partir de uma perspectiva de totalidade, na análise da vida social e do objeto de estudo, considerando o entendimento das contradições postas na realidade. Desta forma, utilizando o materialismo histórico-dialético foi possível a análise para a problematização da realidade na sociedade capitalista compreendendo os fenômenos sociais e como são estruturados a partir dessa contradição entre trabalho e capital.

Nesse sentido, pode-se mencionar as atividades junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) e do Grupo de Estudos e Pesquisa Questão Sócio Ambiental-urbano-rural, Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social (QTMOSS) que foram importantes para a construção dessa pesquisa com o intuito de promover essa investigação, contemplando estudos e debates acerca da estruturação desses indivíduos, além de debates sobre diversidade sexual, defesa de direitos humanos e os impactos destrutivos na vida dos indivíduos em face da ascensão do conservadorismo como forma de pensar e viver funcionais ao Modo de Produção Capitalista (MPC).

Dentre as atividades realizadas, pode-se destacar as reuniões dos grupos realizadas mensalmente, geralmente com a socialização de pesquisas dos integrantes — graduandas (os), pós-graduandas (os) e professoras (os) —, no intuito de formação para

além da sala de aula, em que pesquisadoras (es) de diversos níveis podem interagir e compartilhar experiências. Assim, por ter a proximidade teórico-metodológica e socialização de tantos objetos de estudo, tornava-se um momento rico na formação acadêmica, mas também pessoal e profissional.

Seguindo nas atividades, durante o semestre de 2025.1 ocorreu, no âmbito do GEPTED/QTMOSS, o grupo de leitura coletiva e debate sobre diversidade (GED) com leitura coletiva e debate sobre diversidade em que aconteceu a leitura do livro recém lançado da Biblioteca Básica do Serviço Social: Diversidade Sexual e de Gênero e Marxismo (2024) com autoria de Bruna Andrade Irineu e Guilherme Gomes Ferreira, em que nos encontros eram realizadas as leituras dos capítulos e discutido em grupo a respeito das perspectivas de cada integrante do grupo e a influência que aquela leitura trazia em cada singularidade.

Além disso, tiveram dois momentos de socialização dos resultados parcial e final do plano de trabalho. O primeiro em janeiro de 2025, com o debate sobre o livro da Biblioteca Básica do Serviço Social: Economia Política: uma introdução crítica (2021) de autoria de José Paulo Netto e Marcelo Braz, com o objetivo de apreender os fundamentos teóricos e históricos para pensar a sociedade capitalista. Nessa ocasião, foi abordado o capítulo 1.3 Práxis, ser social e subjetividade, discutindo as categorias como o trabalho, gênero humano, alienação e indivíduos sociais.

O segundo momento foi realizado em julho de 2025, trazendo um aprofundamento sobre essa conceituação de subjetividade no sistema capitalista a partir do livro Trabalho e Indivíduo Social (2012) de Marilda Iamamoto, sendo o livro de referência da autora no trato da temática sobre a construção desses indivíduos sociais no Modo de Produção Capitalista. No ensejo, foram socializados e debatidos assuntos voltados para a conceituação do trabalho, a constituição da essência humana e o desenvolvimento social, as particularidades na sociedade burguesa, alienação do trabalho e a questão do trabalhador enquanto um sujeito criativo vivo, trazendo esse reencontro com o debate contemporâneo sobre o processo de consciência de classe em si e classe para si.

Assim, para cumprir os objetivos e fundamentar a pesquisa, seguimos com uma metodologia também a partir da revisão bibliográfica, utilizando artigos e livros que pudessem contribuir para o entendimento sobre a construção dos indivíduos sociais, diversidade humana e em defesa dos direitos humanos.

Resultados e Discussões

O Serviço Social enquanto profissão e área do conhecimento, atua ligado aos interesses da classe trabalhadora com um caráter teórico-metodológico e que possui seu embasamento a partir da teoria marxista. Assim, promove e executa ações que possibilitam a defesa dos direitos sociais dos indivíduos em meio às contradições na sociedade de classes lidando diretamente com as expressões da questão social e tendo contato direto com a população usuária. Desta forma, faz-se necessário esse estudo como forma de analisar a concepção de individualidade no contexto do pensamento

liberal e marxista e as implicações na produção bibliográfica do Serviço Social no Brasil.

Para entender quem é o indivíduo na sociedade e como se forma a subjetividade, é necessário entender a relação trabalho e ser social, pois é nele que se origina o ser, mas ele não se esgota no trabalho. Com isso, o gênero humano é caracterizado por um conjunto de objetivações e possibilidades na sociedade, porém é observado que o desenvolvimento do ser social nunca se expressou de forma igual para todos, sendo necessário considerar as relações sociais de classe para apreensão das condições objetivas e subjetivas em determinado momento histórico (Netto; Braz, 2021).

Convém refletir que o ser social não nasce um indivíduo social, mas sim cada um em sua singularidade e somente após processos formativos, convivências com outros e amadurecimento, torna-se um indivíduo social. Porém,

“somente numa sociedade onde todos os indivíduos tenham as mesmas condições de sociabilização (sem exploração e alienação) pode garantir a superação do individualismo quanto a oportunidade de todos os homens e mulheres singulares se construírem como, de fato, indivíduos sociais” (Netto; Braz, 2021, p. 59).

Assim, é possível visualizar limitações em uma sociedade com o Modo de Produção Capitalista que os indivíduos possuem liberdade e igualdade que não são substantivas, ou seja, são limitadas e possíveis em uma sociedade de classes, não de forma plena.

A partir disto, pode-se observar que junto a práxis do ser social — processo de união entre a possibilidade de teleologia com as objetivações e exteriorizações dos indivíduos —, conseguimos ver a diversidade que vai além de objetivações primárias como de necessidades básicas de sobrevivência, podendo ser também objetivações materiais, ideias, conjunto de arte, música, filosofia, entre outros.

Apreendido o conceito de individualidade e como a subjetividade é constituída nas relações sociais, é importante mencionar que os indivíduos sociais não se tornam o que são sozinhos, mas sim em meio a outros indivíduos sociais que possibilitam essa interação. Com isso, Lessa (2004, p. 148) afirma “o que produzimos e do que carecemos têm uma relação imediata com o que outros produzem ou carecem.” evidenciando essa dependência de uns com os outros para construção da individualidade.

Assim, Iamamoto (2012) objetivou seu estudo em duas dimensões, sendo elas: os processos de trabalho agrícola e industrial; e a constituição da condição operária nesta agroindústria, caracterizando quem são os indivíduos sociais que lhe dão vida por meio da constituição desses sujeitos e, posteriormente, sua condição de classe trabalhadora na agroindústria canavieira paulista. Este estudo firmará compromisso em focar no capítulo 1 do livro, com fundamentos teóricos a partir do pensamento marxiano para entender a formação da individualidade, mas também o processo de proletarização que a autora traz enquanto divisão do trabalho na sociedade e suas implicações no processo de formação de classes.

Inicialmente, através de um debate sobre o trabalho e como ele é dominado pela acumulação do capital, podemos visualizar posteriormente ele atribuído a classe trabalhadora, porém com seus resultados distribuídos de forma desigual e combinada. Sendo possível, a partir dessa conformação, refutar as hipóteses de que existam restrições nas teorias de Marx quanto à individualidade e subjetividade.

Posteriormente, busca adentrar na produção material de desenvolvimento social: a produção de indivíduos sociais, trazendo a noção de Marx de que “toda produção é apropriada de natureza pelo indivíduo no interior e por meio de uma forma determinada de sociedade” (Marx, 1974a, apud Iamamoto, 2012) em que mostra que os indivíduos são frutos dessas relações sociais, mas também o criador da sociedade em que vivemos.

Iamamoto desenvolve seu propósito de apreender essa individualidade construída na sociedade de classes e a forma em que a riqueza social é construída — produzida de forma coletiva, mas apropriada de forma privada pelos detentores dos meios de produção —, demonstram essa forma histórica e particular de individualidade social. Por isso, numa sociedade com o modo de produção capitalista, os indivíduos perdem sua autonomia no que se refere às suas objetivações.

Assim, essa forma particular está diretamente ligada a divisão do trabalho e a universalização desses laços de dependência que existem entre os indivíduos. A partir disso, surge a possibilidade de trocas para satisfação de necessidades, mas no caso da classe trabalhadora que possui apenas sua força de trabalho como objeto de valor de troca, precisa vender essa capacidade produtiva para conseguir sua reprodução social.

Porém, o que entra nessa relação é a alienação do trabalho, evidenciando essa distinção entre o pessoal e o social. A distribuição desigual do trabalho acarreta formas de repartição de seus resultados, isso implica a contradição que existe entre os interesses do coletivo e o interesse pessoal de cada um. Com isso, nas relações sociais atrelada a essa divisão, as necessidades econômicas, políticas e culturais da classe burguesa acaba sendo majoritariamente priorizada.

Nessa concepção, torna-se importante evidenciar que mesmo diante da alienação do trabalho e as particularidades em uma sociedade capitalista, a rebeldia do trabalho se manifesta de forma a assumir uma centralidade do sujeito no mundo do trabalho. Por isso, o trabalhador “livre” torna-se capaz de reagir às formas de exploração e de opressão da sua força de trabalho e de lutar contra sua própria alienação enquanto um sujeito que é político, mas também coletivo.

Com isso, particularizando a distinção entre “classe em si” e “classe para si”, refletidas como uma síntese que é distinta, é necessária uma luta contínua de consciência de classe, ou seja, não existe uma tomada de consciência definitiva e concreta, é preciso estar sempre em construção individual e coletiva. Por isso, pode ser caracterizada como consciência ambígua pois é representada através da recusa, mas também a justificativa da vida dos indivíduos.

Conclusão

Por fim, a pesquisa buscou evidenciar a relevância do estudo para o Serviço Social e seu exercício profissional enquanto profissão que atua diretamente com a classe trabalhadora e as contradições explicitadas no modo de produção capitalista. De forma que, assistentes sociais possuem determinada direção social para orientar o trabalho a favor dos interesses de grupos explorados e oprimidos, mas com a consciência de que essas contradições são intrínsecas à sociedade de classes.

Ao longo da construção dessa pesquisa, foi possível observar a importância do tema da subjetividade para o tratamento de diversas temáticas, sendo elas: agenda feminista, defesa de direitos humanos e diversidade sexual em que para se constituir enquanto indivíduo social, esses sujeitos precisam estar introduzidos nesses espaços de construção da individualidade. Em todas essas discussões, precisamos entender quem é e como se forma esse indivíduo social e sua subjetividade, além disso, como ela sofre diversas violências na sociedade capitalista.

Ademais, é fundamental evidenciar a importância da Iniciação Científica levando em consideração o Tripé da Universidade com o ensino, pesquisa e extensão sendo pilares essenciais na formação acadêmica. A inserção na iniciação científica contribui para a estruturação do pensamento crítico e aprimoramento do conteúdo programático dos componentes curriculares. Ademais, fortalece o junto ao engajamento teórico político no debate intelectual da área do Serviço Social. Além disso, proporciona o acompanhamento da produção bibliográfica acadêmica e para o próprio entendimento da pesquisa na produção do conhecimento.

Concluindo, faz-se necessário destacar a importância do estudo para o debate dos direitos humanos no universo do Serviço Social e de áreas afins, bem como a luta por emancipação política e emancipação humana.

Referências

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo, Cortez, 2012.

LESSA, Sérgio. Identidade e Individuação. *Katálisis*, Florianópolis, v. 7, 147-157, jul./dez 2004.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2012.

CÓDIGO: HS0739

AUTOR: ANNY LUIZE DE ARAUJO SILVA

COAUTOR: KAROLYNE ELEUZA DE OLIVEIRA DUARTE

ORIENTADOR: MARCONI NEVES MACEDO

TÍTULO: Analisando as mudanças dos indicadores de qualidade do SINAES após a reforma de 2017 na perspectiva das universidades públicas em face das IES privadas

Resumo

Nas últimas décadas, a educação superior brasileira passou por forte expansão, com predominância de instituições privadas. Para garantir a qualidade, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estruturado em autoavaliação, avaliação externa e exames como o Enade, apoiados por indicadores como CPC e IGC. A reforma de 2017, pelo Decreto nº 9.235, promoveu mudanças nos critérios avaliativos, substituindo parte das visitas presenciais por modelos amostrais e fortalecendo indicadores numéricos. Esse processo favoreceu sobretudo instituições privadas, que registraram aumento de conceitos, muitas vezes sem correspondência em melhorias efetivas de ensino, pesquisa e extensão. O estudo analisou dados de 793 instituições da região Nordeste entre 2012 e 2024, aplicando o protocolo PRISMA para sistematizar informações. Os resultados revelam predominância de aumentos isolados em CI e CI-EaD, com poucos avanços simultâneos em IGC, o que indica artificialização dos conceitos e mascaramento de disparidades. Universidades públicas destacaram-se por melhorias em IGC, enquanto faculdades privadas foram beneficiadas nos indicadores institucionais. Conclui-se que a reforma fortaleceu a legitimidade privada no mercado, mas reduziu a efetividade do monitoramento da qualidade, exigindo repensar a regulação para assegurar objetividade e equidade no ensino superior.

Palavras-chave: Educação Superior. SINAES. Avaliação. IGC. CI. Privadas. Públicas.

TITLE: Analyzing the Changes in SINAES Quality Indicators After the 2017 Reform from the Perspective of Public Universities in Comparison to Private Institutions.

Abstract

In recent decades, Brazilian higher education has experienced strong expansion, with a predominance of private institutions. To ensure quality, the Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) was created, structured around self-assessment, external evaluation, and exams such as Enade, supported by indicators like CPC and IGC. The 2017 reform, through Decree No. 9,235, introduced changes in evaluation criteria, replacing part of the on-site visits with sample-based models and strengthening numerical indicators. This process mainly benefited private institutions, which recorded increases in ratings, often without corresponding improvements in teaching, research, and extension. The study analyzed data from 793 institutions in the Northeast region between 2012 and 2024, applying the PRISMA protocol to systematize information. The results reveal a predominance of isolated increases in CI and CI-EaD, with few simultaneous advances in IGC, indicating artificial inflation of ratings and masking of disparities. Public universities stood out for improvements in IGC, while private colleges benefited in institutional indicators. It is concluded that the reform strengthened private legitimacy in the market but reduced the effectiveness of quality monitoring, requiring a reconsideration of regulation to ensure objectivity and equity in higher education.

Keywords: Higher Education. SINAES. Evaluation. IGC. CI. Private. Public.

Introdução

Nas últimas décadas, a educação superior no Brasil assumiu um papel crucial na formação profissional e no progresso científico, tecnológico e cultural do país. As instituições desse nível de ensino, como universidades, centros universitários e faculdades, distinguem-se por sua autonomia acadêmica, estrutura administrativa e funções sociais. O setor teve uma expansão significativa, com a predominância de instituições privadas, que hoje respondem por cerca de três quartos das matrículas, especialmente em cursos a distância (INEP, 2023). Nesse contexto, os processos de regulação e avaliação são essenciais para garantir a qualidade acadêmica e orientar políticas públicas que buscam equilibrar a expansão do acesso com a manutenção de padrões formativos (BRASIL, 2021).

Com isso, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, foi criado com o objetivo de oferecer uma visão abrangente e integrada da qualidade das instituições, cursos e do desempenho dos estudantes. Estruturado em três componentes principais, a autoavaliação institucional, a avaliação externa in loco e os exames de desempenho estudantil (Enade), complementados por

indicadores como CPC e IGC, o SINAES buscou conciliar dimensões qualitativas e quantitativas, evitando reduzir a qualidade a números isolados (DIAS SOBRINHO, 2003; BRASIL, 2004).

Com o Decreto nº 9.235/2017, o processo de avaliação foi reformulado sob a justificativa de modernização e desburocratização. As mudanças contemplaram a flexibilização de critérios, a substituição parcial de visitas presenciais por modelos amostrais, a redução do peso de aspectos relacionados à infraestrutura e titulação docente, além do fortalecimento dos indicadores numéricos como base da regulação (DOURADO, 2019; MACEDO; ARAÚJO, 2024). Essa reconfiguração produziu efeitos importantes, uma vez que aproximou o modelo avaliativo de uma lógica de mercado, priorizando eficiência administrativa e expansão institucional em detrimento da qualidade acadêmica (CUNHA, 2019).

A hipótese que orienta a análise é de que a redução da objetividade dos critérios impactou de forma desigual instituições públicas e privadas. Enquanto estas últimas se beneficiaram de resultados mais favoráveis, independentemente de fragilidades estruturais, as públicas tiveram características essenciais de sua missão, como pesquisa, extensão e produção científica, menos valorizadas no novo modelo. Assim, os resultados sugerem uma elevação generalizada dos conceitos, sobretudo nas privadas, sem que isso correspondesse a uma melhoria real da qualidade.

A análise concentrou-se em indicadores como o Conceito Institucional (CI), o CI-EaD e o Índice Geral de Cursos (IGC), observando sua evolução após as mudanças. A análise mostra uma tendência de homogeneização dos resultados, revelando que critérios mais brandos e avaliações amostrais favoreceram a obtenção de conceitos satisfatórios, mascarando disparidades. Esse fenômeno gera um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que os números indicam avanços, os diagnósticos qualitativos tornam-se menos eficazes para revelar pontos críticos do sistema.

Com isso, compreende-se que a reforma de 2017 fortaleceu a posição das instituições privadas no cenário nacional, ampliando sua legitimidade perante a sociedade e o mercado, mas ao custo de reduzir a efetividade dos mecanismos de monitoramento da qualidade. Ao privilegiar indicadores numéricos, o modelo contribuiu para obscurecer desigualdades estruturais, limitando o uso da avaliação como ferramenta de aprimoramento. Portanto, a discussão atual sobre regulação da educação superior deve considerar não apenas a expansão e a eficiência administrativa, mas sobretudo a necessidade de preservar a objetividade e a profundidade analítica dos processos avaliativos, de modo a garantir que os índices reflitam melhorias concretas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Metodologia

O presente estudo adotou uma abordagem metodológica fundamentada em uma análise temporal sistemática, cujo propósito foi identificar padrões e tendências nos indicadores de avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) ao longo de um período específico.

Para assegurar consistência e transparência na coleta e organização das informações, utilizou-se o protocolo PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), amplamente reconhecido pela robustez de suas diretrizes no processo de identificação, seleção e síntese de dados.

Os indicadores selecionados como base da análise foram o Conceito Institucional (CI), o Conceito Institucional na modalidade a distância (CI-EaD) e o Índice Geral dos Cursos (IGC), obtidos junto ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), fonte oficial do Ministério da Educação. A investigação contemplou IES dos nove estados da região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Embora o recorte inicial abrangesse o período de 2012 a 2022, optou-se pela extensão até 2024, de modo a captar tendências mais recentes e avaliar os impactos da reforma do SINAES, implementada em 2017.

A coleta ocorreu entre agosto e novembro de 2024 e inicialmente envolveu 684 instituições ativas, distribuídas entre duas revisoras responsáveis pela sistematização dos dados. Posteriormente, incluiu-se também o conjunto de IES extintas, alcançando um total de 793 instituições analisadas. Foram excluídas, entretanto, aquelas credenciadas a partir de 2018 ou descredenciadas após 2020, por não disporem de séries históricas adequadas ao objetivo do estudo.

As informações foram organizadas em planilhas e arquivos específicos por estado, contemplando não apenas os índices (CI, CI-EaD e IGC), mas também dados institucionais relevantes, como credenciamento, recredenciamento, mudanças de denominação, transferências de manutenção, processos de unificação e motivos de extinção. Essa sistematização permitiu cruzar dados quantitativos com informações contextuais, ampliando a capacidade interpretativa da análise.

Na etapa de filtragem, aplicaram-se critérios de inclusão que exigiam o registro de aumento em pelo menos um dos indicadores a partir de 2018, bem como a disponibilidade de dados nos períodos pré e pós-reforma. As instituições selecionadas foram, então, reagrupadas por tipo de organização acadêmica (faculdades, centros universitários, institutos e universidades) e por categoria administrativa (privadas com e sem fins lucrativos, públicas municipais, estaduais e federais, além das de categoria especial). Para cada grupo, foram calculadas médias e medianas dos indicadores em dois recortes temporais: 2012-2017 e 2018-2024.

Esse processo culminou na construção de uma tabela consolidada com dados por estado, detalhando o total de instituições (ativas e extintas), o número de credenciadas a partir de 2018, as selecionadas para análise e aquelas que apresentaram evolução positiva nos indicadores. A análise subsequente seguiu duas frentes complementares: (i) o mapeamento da ocorrência de aumentos nos indicadores a partir de 2018, evidenciando os efeitos imediatos da reforma do SINAES, e (ii) a avaliação das variações de forma individual e simultânea, tanto por estado quanto em escala regional.

Além de permitir uma leitura descritiva da evolução dos índices, essa estratégia metodológica favorece a identificação de padrões regionais e institucionais, revelando possíveis assimetrias entre tipos de organização acadêmica e categorias administrativas. Assim, a pesquisa não apenas quantifica mudanças, mas também oferece subsídios para

compreender como a reforma de 2017 repercutiu de forma diferenciada entre as IES nordestinas, apontando caminhos para discussões sobre qualidade, regulação e equidade no ensino superior brasileiro.

Resultados e Discussões

Ao se considerar as distintas características dos nove estados da região Nordeste, como extensão territorial, população, nível de desenvolvimento socioeconômico e quantidade de instituições de ensino superior, torna-se evidente que os dados coletados refletem diferentes cenários regionais. A variação no número de IES entre os estados explica, em grande medida, as diferenças observadas nos padrões de evolução dos indicadores de avaliação.

Apesar dessas variações estruturais, os resultados revelam tendências comparáveis entre os estados, ainda que com volumes distintos de instituições e informações. Essa uniformidade relativa sugere que, independentemente das dimensões e especificidades locais, a reforma do SINAES de 2017 exerceu efeitos similares sobre a trajetória dos indicadores de qualidade das IES. A análise dos dados permite, portanto, uma representação consistente do panorama atual do ensino superior na região, destacando tanto os avanços quanto as disparidades existentes.

O Gráfico 1 ilustra o quantitativo de instituições que registraram aumento nos indicadores de avaliação após 2017, proporcionando uma visão clara das variações entre os estados e evidenciando os efeitos iniciais da reforma sobre a qualidade das IES na região Nordeste.

A análise dos dados apresentados evidencia que o aumento nos indicadores de avaliação após 2017 foi mais expressivo entre as faculdades, totalizando 151 instituições. Em seguida, destacam-se os centros universitários, com 68 instituições, as universidades, com 21, e os institutos, com apenas cinco instituições registrando evolução nos índices.

Essa distribuição sugere que as faculdades, por representarem a maior parte das IES na região Nordeste, foram as mais sensíveis às mudanças promovidas pela reforma do SINAES, possivelmente devido à flexibilidade administrativa, considerando que mais de 96% dessas instituições apresentam administração privada. Os centros universitários, que apresentam uma maior diversidade de cursos, também apresentaram crescimento relevante, embora em menor número absoluto. Já universidades e institutos, que geralmente possuem maior rigor regulatório e processos internos mais complexos, mostraram incrementos mais discretos, o que pode refletir desde a presença dos padrões de qualidade já existentes como também a falta de alteração dos padrões, considerando que as mudanças após a reforma só tornam mais superficial o processo de avaliação das IES.

Observa-se, ainda, que os dados fornecem uma base sólida para as análises subsequentes, nas quais serão detalhados os aumentos individuais e simultâneos dos indicadores, levando em conta tanto a classificação por tipo de organização acadêmica quanto por

modalidade de administração, permitindo uma compreensão mais aprofundada das disparidades regionais e institucionais na evolução da qualidade do ensino superior, considerando também quais indicadores passaram por um aumento, em cada tipo de IES.

Distribuição dos Aumentos Individuais vs. Simultâneos de CI, CI-EaD e IGC

Para aprimorar a organização e a visualização dos dados, realizou-se uma consolidação considerando o total de Instituições de Ensino Superior (IES) que apresentaram aumento nos índices de avaliação. Essa abordagem permitiu mapear de forma mais clara a evolução dos indicadores na região Nordeste, destacando tanto o número de instituições com elevação individual dos índices quanto aquelas que registraram crescimento simultâneo em CI/CI-EaD e IGC. O procedimento possibilita identificar casos de convergência nos aumentos, favorecendo comparações mais precisas entre as IES que apresentaram variação isolada e aquelas que demonstraram incremento conjunto nos indicadores.

A análise aprofundada dos dados apresentados no gráfico 2 demonstra a emergência de três padrões distintos no comportamento de instituições de ensino superior. O primeiro padrão, e o mais prevalente, é notavelmente observado em centros universitários e faculdades. Essas categorias de instituições abrigam a vasta maioria dos casos em que houve um aumento em apenas um dos índices avaliados, seja o CI ou o CI-EaD, ou o IGC.

Contudo, um aspecto crucial a ser destacado é a escassez de ocorrências de crescimento simultâneo em CI/CI-EaD e IGC nesses segmentos, quando comparados aos aumentos isolados por indicador. Essa disparidade sugere que os avanços alcançados por essas instituições foram, em grande parte, de natureza individual por indicador, ou seja, as melhorias não se manifestaram de forma conjunta e integrada em ambas as dimensões de avaliação. Isso pode indicar uma priorização de esforços em uma área como estrutura e gestão institucionais, que refletem bem mais no CI e CI-EaD em contradição à qualidade de ensino, com investimentos direcionados ou iniciativas pedagógicas que impactaram diretamente a qualidade dos cursos, expressos no IGC.

Um ponto de interesse adicional é que todas as instâncias de aumentos simultâneos foram identificadas exclusivamente em instituições de administração privada. Essa predominância não é surpreendente, dadas as características desses dois tipos de Instituições de Ensino Superior (IES), onde o regime de administração privada é majoritário.

Excepcionalmente, foram registradas cinco ocorrências em Pernambuco que fogem a essa regra geral: uma faculdade pública municipal e quatro instituições de administração especial. No entanto, nesses casos específicos, o aumento foi observado apenas no IGC, sem a concomitância de elevação no CI/CI-EaD.

Tal achado sugere que, embora muitas instituições estejam progredindo, poucas conseguem alinhar o desenvolvimento de todos os seus pilares de avaliação de maneira simultânea. Isso pode indicar desafios na gestão integrada da qualidade educacional e na otimização de recursos para impactar múltiplos indicadores ao mesmo tempo.

Já o segundo padrão registrado diz respeito aos institutos, que não apresentaram nenhum caso de aumento simultâneo nos indicadores. Esse resultado pode ser atribuído, em parte, ao número reduzido de institutos na amostra e ao fato de todos eles serem instituições públicas, em sua maioria federais.

No setor universitário, observa-se uma dinâmica distinta em comparação com os centros universitários e faculdades. Embora menos universidades tenham registrado aumento em seus índices de avaliação, é notável que essas elevações ocorreram simultaneamente em instituições de ensino superior (IES) tanto privadas quanto públicas. Mesmo que em menor escala quantitativa, o impacto qualitativo desse crescimento simultâneo é significativo, indicando uma consolidação da qualidade acadêmica em um espectro mais amplo de universidades.

A análise aprofundada dos centros universitários revelou um cenário de crescimento heterogêneo em relação aos indicadores de avaliação. Conforme o gráfico 3, das instituições examinadas, 68 demonstraram avanço em pelo menos um dos critérios. Contudo, uma observação crucial emergiu: o aumento individual dos indicadores é consideravelmente mais comum do que o simultâneo de múltiplos índices.

Constatou-se que apenas 18 das IES pesquisadas, o que corresponde a 26,5% do total, conseguiram registrar uma elevação concomitante nos índices CI ou CI-EaD e IGC, alcançaram um desenvolvimento mais abrangente e equilibrado entre os indicadores.

Em contraste, uma parcela significativamente maior, composta por 50 centros universitários (aproximadamente 73,5%), obteve crescimento de forma isolada em apenas um indicador. Essa disparidade é acentuada, com uma proporção de 2,78 para 1, confirmando que a prevalência de aumentos individuais é substancialmente superior.

No caso das faculdades que registraram aumento em pelo menos um dos indicadores, a discrepância é ainda mais evidente. Conforme ilustrado no gráfico 4, das 151 instituições analisadas, apenas 17 (11,3 %) apresentaram elevação simultânea nos índices CI/CI-EaD e IGC. Esse padrão, já identificado anteriormente, merece atenção especial, sobretudo considerando que, dentre essas 151 faculdades, apenas cinco não pertencem à rede privada. O número de aumentos individuais é aproximadamente sete vezes superior ao de aumentos simultâneos, evidenciando uma assimetria ainda mais acentuada do que a observada entre os centros universitários.

Uma análise aprofundada das 151 faculdades que demonstraram progresso em seus indicadores acadêmicos e institucionais revela um contraste ainda maior. Os dados evidenciam que houve um aumento individual extremamente superior ao simultâneo, com quase 89% das instituições com registro individual, enquanto o aumento simultâneo foi observado em um pouco mais de 11%.

A assimetria na evolução dos indicadores é notável quando o número de indicadores que registraram melhorias de forma isolada representa uma proporção de quase 8 para 1, reforçando de maneira contundente a prevalência de aumentos individuais nos indicadores das IES. Esse dado é um forte indicativo de que se houve melhorias implementadas, estas foram pontuais e não se traduzem em um aprimoramento abrangente e integrado da qualidade educacional oferecida.

Por fim, as universidades apresentam um cenário relativamente distinto, mas que reafirma a tendência observada nas demais categorias. O gráfico 5 demonstra que, das 21 instituições que registraram aumento em pelo menos um dos indicadores, mais de 76% obtiveram aumentos isolados dos indicadores, enquanto o crescimento simultâneo foi observado em menos de 24%. Sendo assim, a proporção de 3,2 para 1 reforça a teoria de que os aumentos individuais ocorrem com mais frequência entre as IES.

Entre os aumentos simultâneos, verifica-se uma distribuição equilibrada nos regimes de administração: 9,5 % correspondem a instituições privadas e 14,3 % a públicas, o que evidencia uma maior uniformidade no comportamento dos indicadores entre os diferentes tipos de gestão nesse segmento institucional.

Observa-se, no que tange aos aumentos simultâneos, uma notável distribuição equitativa entre os distintos regimes de administração. Mais precisamente, 9,5% desses aumentos foram identificados em instituições de natureza privada, enquanto uma parcela ligeiramente superior, de 14,3%, foi registrada em instituições de caráter público. Mas, é preciso compreender que, essa aparente uniformidade na distribuição de instituições que melhoraram em ambos os indicadores (CI/CI-EaD e IGC) entre os setores público e privado pode mascarar nuances importantes quanto aos aumentos individuais, nos quais os indicadores operam a partir de características distintas.

É imperativo considerar que o IGC avalia diretamente a qualidade dos cursos, configurando-se como uma média ponderada do Conceito Preliminar de Cursos (CPC). Este índice reflete a excelência do ensino, com foco nos resultados acadêmicos e na internalização da educação proporcionada pela instituição para os discentes. Em contrapartida, os indicadores CI e CI-EaD são de conformidade, com ênfase nos aspectos gerenciais e infraestruturais.

Sendo assim, o aumento dos indicadores pode gerar uma percepção de melhoria institucional que não se reflete necessariamente em um aprimoramento contínuo da qualidade do ensino. Por isso, procedeu-se uma classificação adicional com novos gráficos, baseada nos tipos de instituições, suas categorias administrativas e quais indicadores estavam apresentando evolução individualmente, refletindo sobre os aspectos da educação das instituições.

Dentre os 50 centros universitários que registraram aumento isolado em seus indicadores, todos possuem administração privada, sendo que 44 obtiveram elevação exclusivamente nos índices Conceito Institucional (CI) ou CI-EaD, representando 88% dos casos, enquanto os 12% restantes estão presentes nas 6 instituições com aumento apenas no Índice Geral de Cursos (IGC). O gráfico 6 demonstra uma disparidade marcante: os aumentos em CI/CI-EaD são sete vezes mais numerosos do que aqueles verificados para o IGC.

A análise das faculdades ilustrada no gráfico 7 revela um padrão similar ao observado nos centros universitários, no que concerne à predominância da administração privada nos aumentos individuais de indicadores. Das 134 faculdades que registraram elevação isolada em, no mínimo, um índice, 102 (76,1 %) apresentaram aumento apenas em CI ou CI-EaD, todas sob regime privado.

No que concerne ao IGC, observa-se maior diversidade administrativa entre as 32 faculdades com aumento nesse indicador: 27 são privadas, enquanto os cinco casos restantes correspondem às únicas instituições de administração pública ou especial no conjunto analisado — todas elas apresentaram incremento apenas no IGC. Esse cenário reforça a expressiva disparidade entre os aumentos de CI/CI-EaD e de IGC, bem como a predominância do setor privado nas melhorias individuais de avaliação em critérios de infraestrutura e administração apenas.

Os institutos apresentam um perfil distinto dos demais segmentos, visto que todos são de administração pública. Conforme apresentado no gráfico 8, das cinco instituições dessa categoria que registraram aumento isolado em pelo menos um dos indicadores, três (60 %) obtiveram elevação em CI/CI-EaD e duas (40 %) no IGC. Essa diferença de apenas um instituto, equivalente a 20%, indica uma distribuição relativamente equilibrada dos aumentos, especialmente se comparada à disparidade observada em centros universitários e faculdades.

A análise das universidades revela um perfil singular, no qual é o único segmento em que os aumentos individuais no IGC superam aqueles em CI/CI-EaD. Representado no gráfico 9, das 16 instituições classificadas como universidades, seis (37,5 %) registraram elevação isolada em CI/CI-EaD, igualmente distribuídas entre administrações pública e privada (três casos cada). Em contrapartida, dez universidades (62,5 %) apresentaram incremento no IGC, todas sob regime público, o que evidencia a predominância desse indicador entre as instituições públicas desse segmento.

Como justificar o aumento no Conceito Institucional (CI) e no Conceito Institucional EaD (CI-EaD) de diversas instituições, sem que haja uma melhora equivalente no Índice Geral de Cursos (IGC) durante um período de seis a sete anos? A modificação nos critérios de avaliação artificializou o CI/CI-EaD, tornando-os mais alinhados aos interesses das instituições privadas. Paralelamente, essa alteração possibilitou a redução de custos operacionais e a exploração comercial de melhores conceitos avaliativos.

Essa artificialização é particularmente notória na comparação entre os resultados do CI/CI-EaD e do IGC. Enquanto o CI reflete ganhos provenientes de ajustes metodológicos, o IGC, menos suscetível a essas intervenções, mantém-se estável. Esse panorama sugere que as revisões nos critérios de avaliação do Conceito Institucional podem beneficiar instituições específicas, independentemente de uma efetiva variação na qualidade de seus cursos de graduação e/ou pós-graduação.

Conclusão

As análises realizadas ao longo deste estudo demonstram que a reforma do SINAES, instituída pelo Decreto nº 9.235/2017, produziu efeitos significativos, porém desiguais, no sistema de avaliação da educação superior brasileira. Embora tenha sido concebida com a justificativa de modernizar e desburocratizar os processos regulatórios, os resultados apontam para uma lacuna preocupante: a flexibilização dos critérios

avaliativos reduziu a objetividade das métricas e favoreceu, sobretudo, as instituições privadas, sem garantir melhorias proporcionais na qualidade acadêmica.

A comparação entre os indicadores analisados — Conceito Institucional (CI), Conceito Institucional EaD (CI-EaD) e Índice Geral de Cursos (IGC) — evidencia um descompasso estrutural. Enquanto os primeiros, voltados majoritariamente para aspectos de gestão e infraestrutura, apresentaram elevações expressivas, especialmente em faculdades e centros universitários privados, o IGC, que reflete de forma mais direta a qualidade do ensino, manteve crescimento limitado. Tal discrepância sugere que os avanços observados em CI/CI-EaD derivam mais da adaptação das IES aos novos instrumentos de avaliação do que de efetivos progressos no ensino, pesquisa e extensão.

Esse movimento aproxima a lógica avaliativa de um modelo de mercado, no qual a busca por legitimidade institucional e competitividade prevalece sobre a garantia de qualidade acadêmica. Por outro lado, universidades e institutos, que possuem predominante administração de natureza pública, apresentaram um padrão distinto, com maior incidência de aumentos no IGC, indicando que, nesse segmento, a excelência acadêmica permanece como eixo estruturante.

Sendo assim, a reforma de 2017, embora tenha fortalecido a posição das IES privadas no cenário nacional e ampliado sua visibilidade social, comprometeu a efetividade do SINAES como mecanismo de monitoramento da qualidade. O predomínio de aumentos em CI e CI-EaD, sem correspondência no IGC, gera uma percepção artificial de avanço, mascarando desigualdades estruturais e reduzindo o potencial da avaliação como ferramenta de aprimoramento contínuo.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a regulação da educação superior brasileira seja repensada para além da expansão institucional e da eficiência administrativa. É necessário restituir objetividade e profundidade aos processos avaliativos, garantindo que os índices expressem avanços reais e integrados nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. A acentuação do descompasso entre CI/CI-EaD e IGC funciona como um alerta: sem revisão criteriosa dos parâmetros de avaliação, corre-se o risco de fragilizar a credibilidade do sistema e, mais grave ainda, comprometer a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/L10861.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação. Diário Oficial da União, Brasília, 10 maio

2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5773.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o regulamento dos processos de regulação, supervisão e avaliação da educação superior no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

CARNEIRO, B. P. B.; NOVAES, I. L. Regulação do ensino superior no contexto da contemporaneidade. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (org.). Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 961–984. ISBN 978-85-301-0380-4.

CUNHA, L. A. Avaliação da educação superior no Brasil: o setor privado e o setor público. São Paulo: Autêntica, 2019. 256 p. ISBN 978-85-7130-123-4.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação da educação superior: regulação e mercantilização. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104, p. 1135–1156, 2008.

DOURADO, L. F. Política nacional de avaliação da educação superior no contexto da regulação do Decreto nº 9.235/2017. Educação & Sociedade, v. 40, e020016, 2019. DOI: 10.1590/ES020016.

INEP. Notas Técnicas sobre a Avaliação da Educação Superior. Brasília: INEP, 2017a. 120 p. Disponível em: <http://inep.gov.br/notas-tecnicas-sinaes>. Acesso em: 11 jun. 2025.

MACEDO, M. N.; ARAÚJO, M. A. D. de. A mudança do SINAES em 2017: articulação da coalizão defensora da educação como mercadoria. Revista Brasileira de Estudos da Educação Superior, 2024. DOI: 10.1590/RBEES.2024.0007.

MOHER, D; LIBERATI, A; TETZLAFF, J; ALTAM, D G. Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 18, n. 4, p. 335-342, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCf/?lang=pt>. Acesso em: 2 jan. 2025.

NEAVE, G. A avaliação na educação superior: algumas reflexões críticas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 1007–1026, 2009.

PAGE MJ; MCKENZIE JE; BOSSUYT PM; BOUTRON I; HOFFMANN TC; MULROW CD et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. Rev Panam Salud Pública, v. 46, n. 112, p. 1-12, dez. 2022. <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.112>. Acesso em: 2 jan. 2025.

SGUISSARDI, V. Universidade e público não estatal: expansão, regulação e avaliação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 1007–1026, 2009.

Anexos

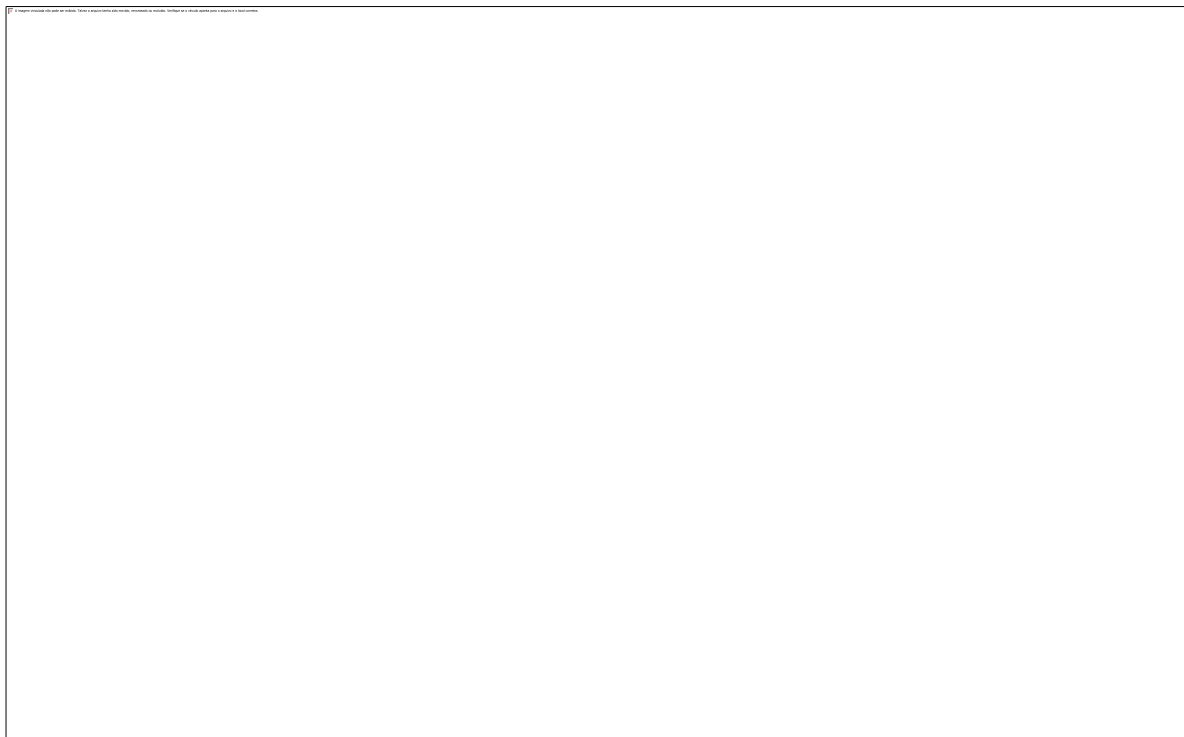


Gráfico 1 - Instituições de Ensino Superior com aumento de indicadores após 2017

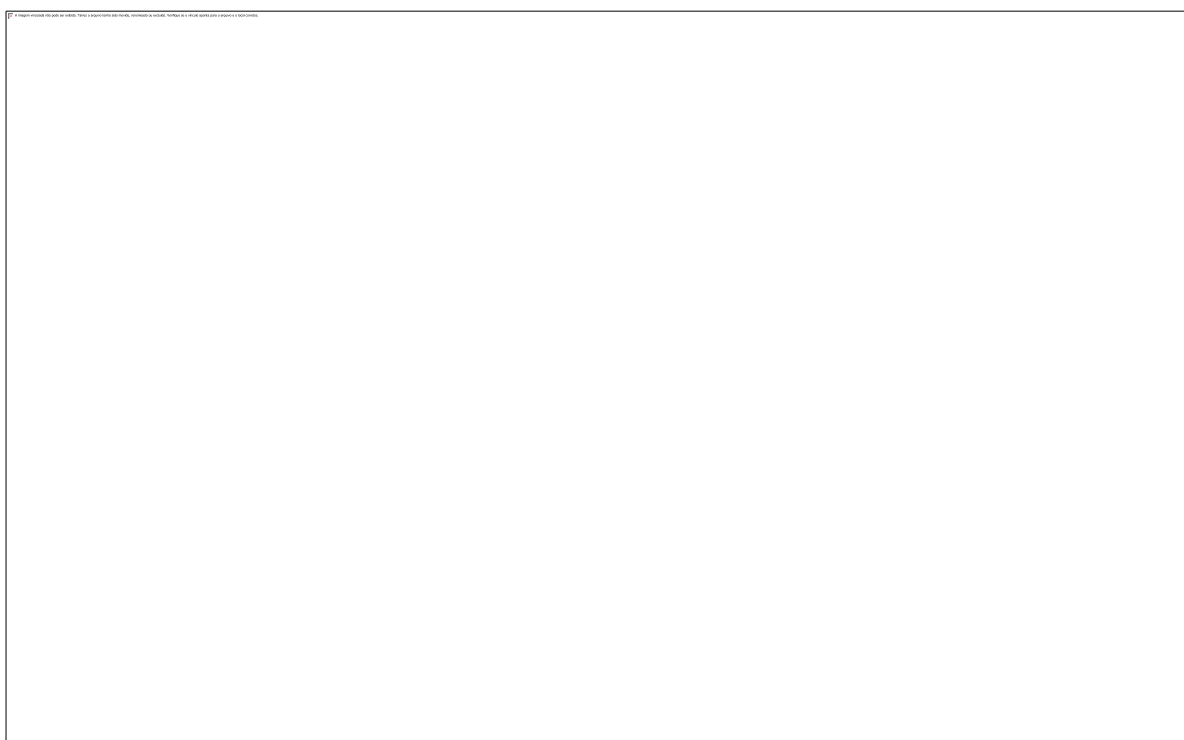


Gráfico 2 - Variação dos indicadores em Instituições de Ensino Superior

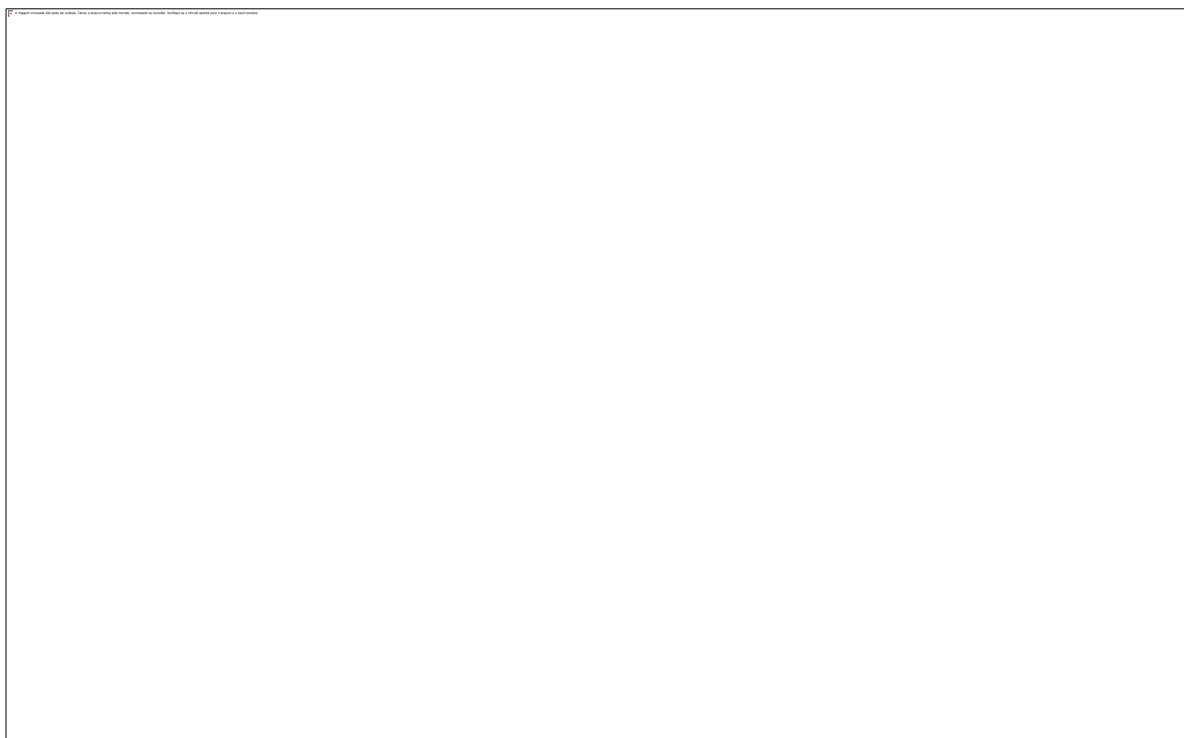


Gráfico 3 - Relação de crescimento individual e simultâneo dos centros universitários

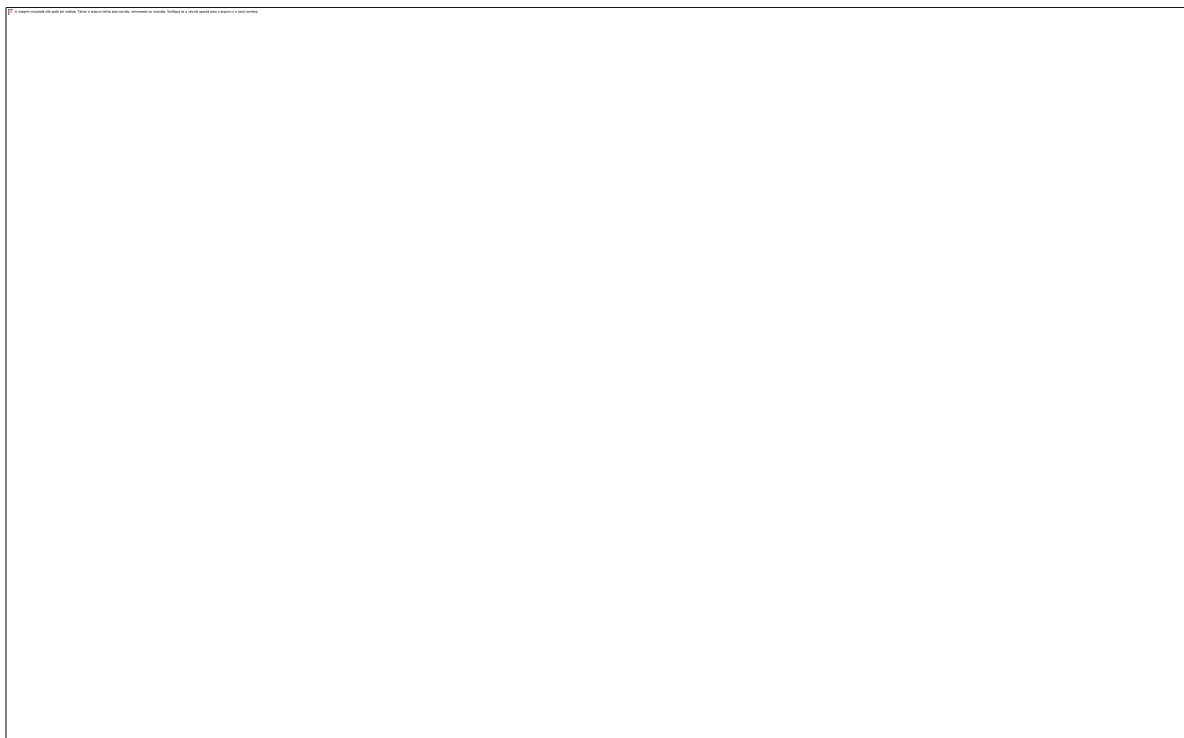


Gráfico 4 - Relação de crescimento individual e simultâneo das faculdades

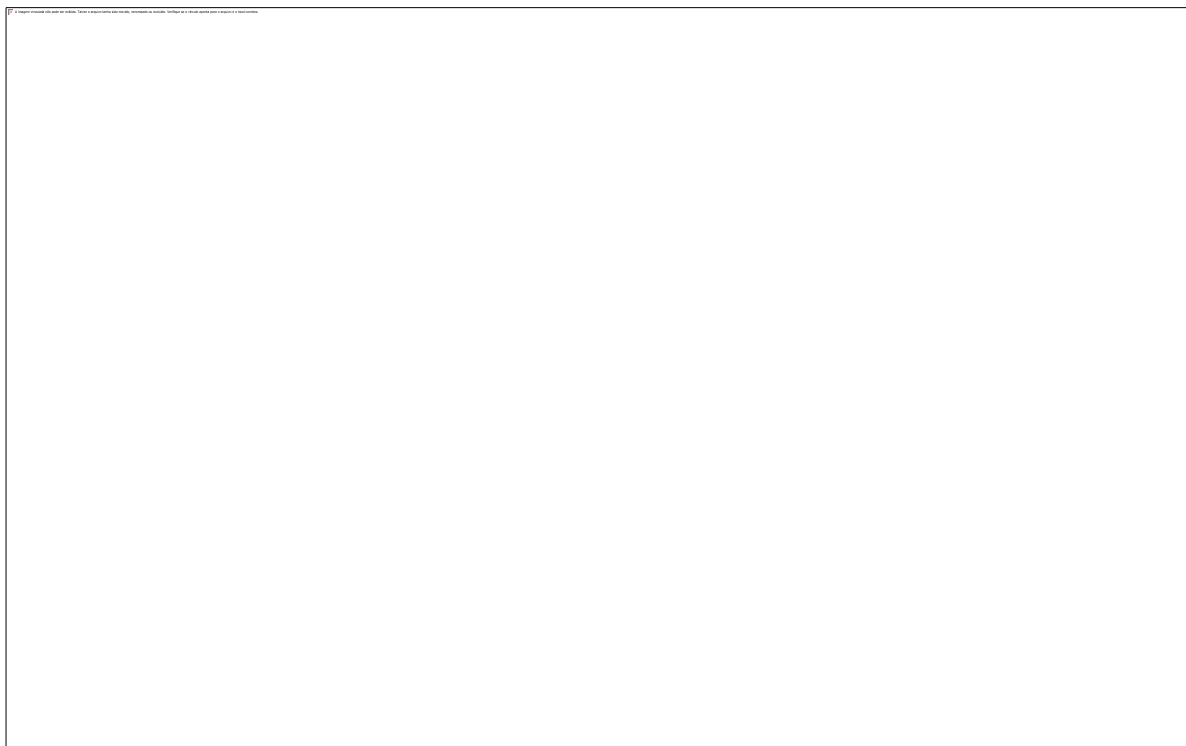


Gráfico 5 - Relação de crescimento individual e simultâneo das universidades

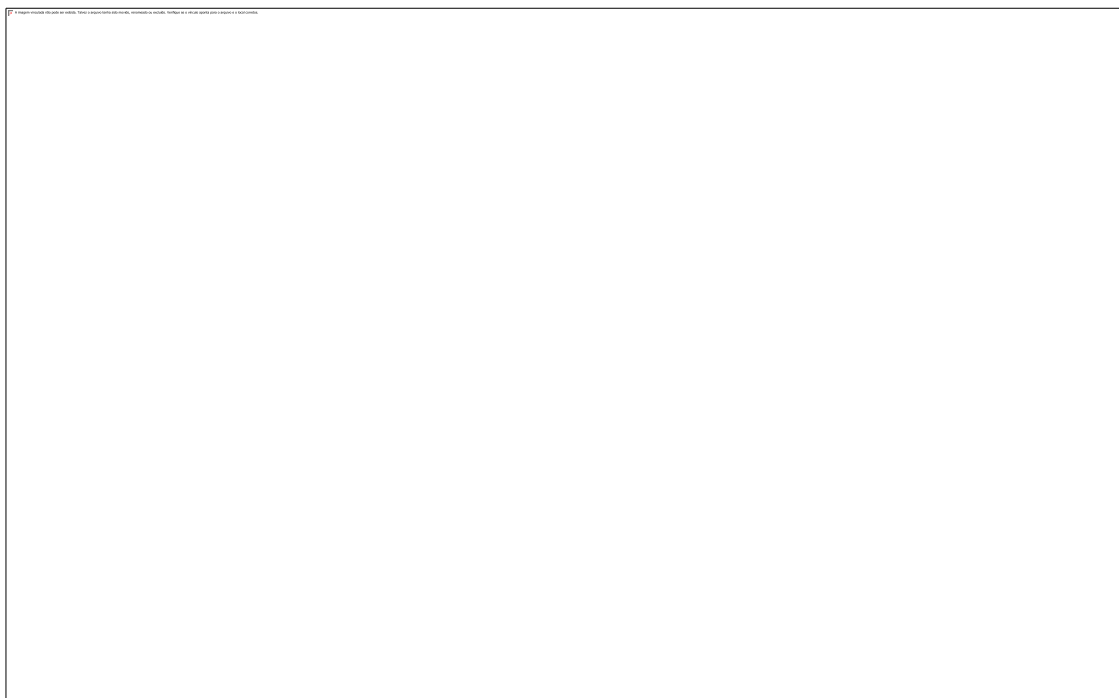


Gráfico 6 - Variação individual dos centros universitários

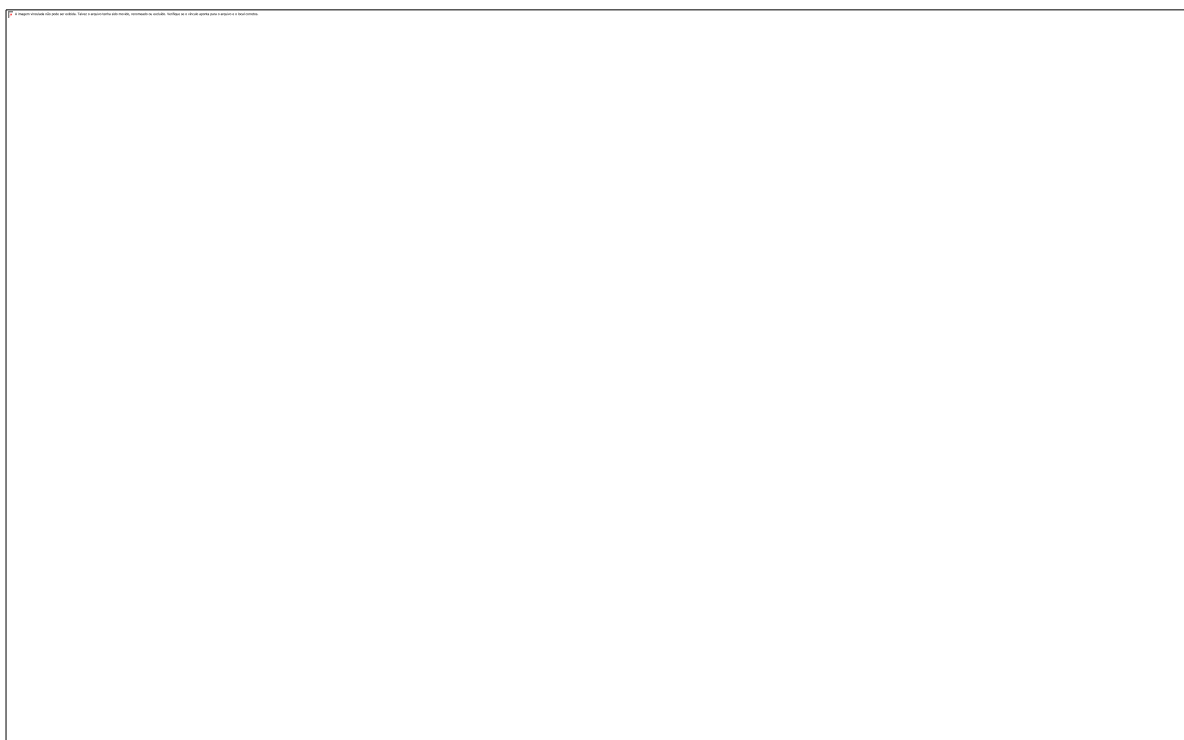


Gráfico 7 - Variação individual das faculdades

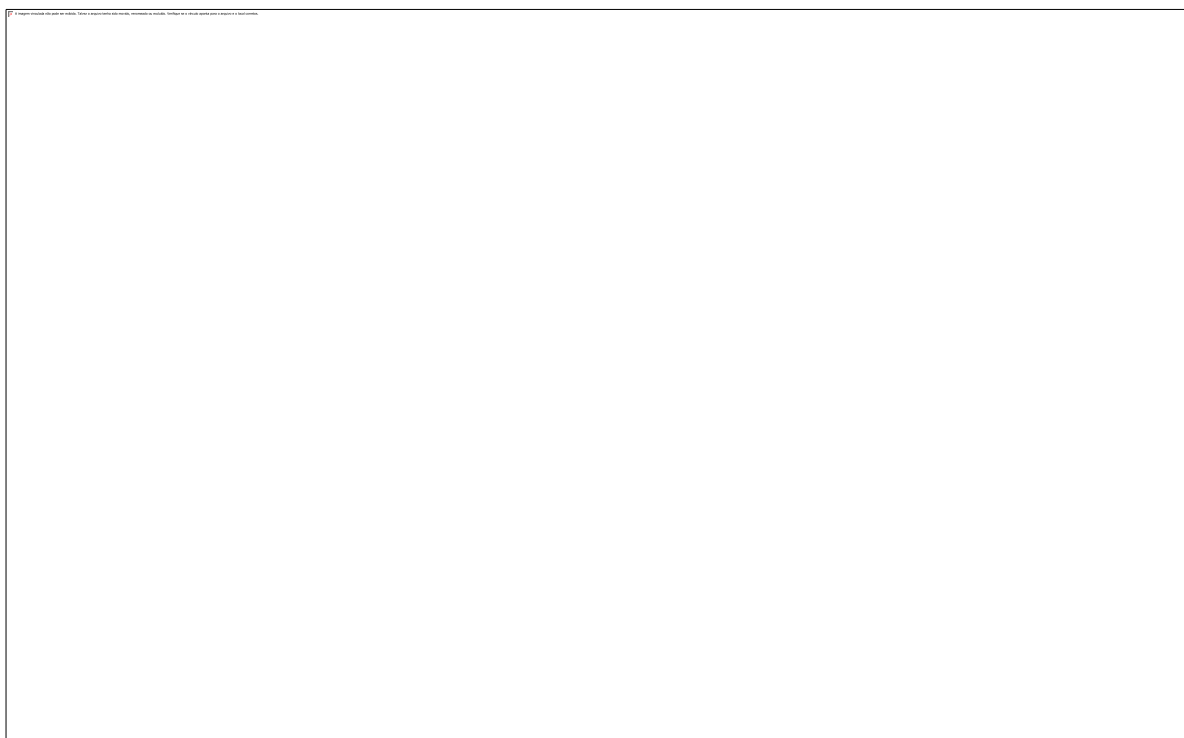


Gráfico 8 - Variação individual dos institutos

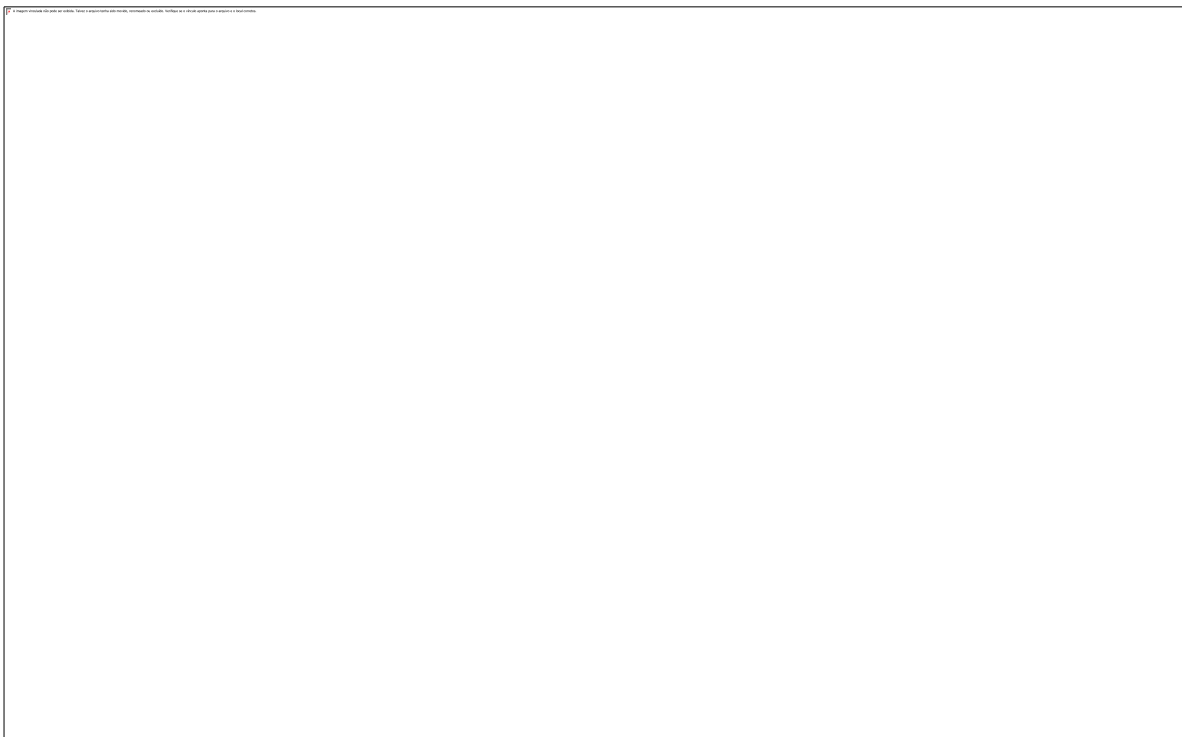


Gráfico 9 - Variação individual das universidades

CÓDIGO: HS0742

AUTOR: CILIENE DO NASCIMENTO

COAUTOR: JESSICA DANUZA GONCALVES CRUZ

ORIENTADOR: ALMIR FELIX BATISTA DE OLIVEIRA

TÍTULO: Turismo Cultural no Centro Histórico de Natal/RN: Preservação e Valorização de Possíveis Roteiros Turísticos.

Resumo

O trabalho aborda o turismo cultural no Centro Histórico de Natal/RN, com foco na preservação e valorização do patrimônio histórico da cidade. O Centro foi tombado em 2010 pelo IPHAN, o que visa a proteção de suas edificações e seu valor paisagístico. O estudo explora como o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, pode ser utilizado para o desenvolvimento do turismo sustentável, promovendo a identidade local e gerando benefícios econômicos.

O projeto de pesquisa, realizado no PPGTUR/UFRN, envolveu análise documental, práticas de roteirização turística e o uso de metodologias participativas com a comunidade local. A proposta de roteirização explorou quatro segmentos: religioso, cascadiano, boêmio e histórico-cultural, oferecendo uma visão abrangente da identidade de Natal.

Os resultados indicam que a participação da comunidade e a preservação do patrimônio são fundamentais para o sucesso do turismo cultural. No entanto, o estudo também aponta desafios, como a necessidade de maior investimento em infraestrutura, acessibilidade e capacitação profissional. A pesquisa destaca o potencial do Centro Histórico de Natal para a valorização cultural e o turismo sustentável, integrando história, cultura e identidade em roteiros turísticos que envolvem tanto turistas quanto moradores locais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Centro Histórico, Roteiro Turístico.

TITLE: Cultural Tourism in the Historical Center of Natal/RN: Preservation and Valorization of Potential Tourist Routes.

Abstract

This work addresses cultural tourism in the Historical Center of Natal/RN, focusing on the preservation and valorization of the city's historical heritage. The Center was listed in 2010 by IPHAN, aiming to protect its buildings and landscape value. The study explores how cultural heritage, both material and immaterial, can be used for the development of sustainable tourism, promoting local identity and generating economic benefits.

The research project, conducted within PPGTUR/UFRN, involved document analysis, tourism routing practices, and participatory methodologies with the local community. The proposed routing explored four segments: religious, Cascudiano, bohemian, and historical-cultural, offering a comprehensive view of Natal's identity.

The results indicate that community involvement and heritage preservation are crucial for the success of cultural tourism. However, the study also highlights challenges such as the need for greater investment in infrastructure, accessibility, and professional training. The research emphasizes the potential of Natal's Historical Center for cultural valorization and sustainable tourism, integrating history, culture, and identity into tourist routes that engage both visitors and local residents.

Keywords: Cultural Heritage, Historical Center, Tourist Route.

Introdução

O Centro Histórico de Natal é um espaço de grande importância cultural para a construção e reconstrução da cultura de uma sociedade, tanto de forma coletiva quanto para a conexão entre tempo, história e identidade individual. Como afirma Cascudo (1999), os primeiros bairros da cidade de Natal foram a Cidade Alta e a Ribeira.

A área do centro da cidade de Natal foi tombada em 2010 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o intuito de preservar edificações construídas em diversas épocas e estilos arquitetônicos, bem como seu valor paisagístico.

Patrimônio histórico-cultural refere-se a tudo que é construído por uma determinada cultura e sociedade, seja de forma material ou imaterial. Para Oliveira (2016), o patrimônio cultural caracteriza-se por "um bem ou conjunto de caráter material ou imaterial (um objeto, um monumento edificado, uma festa, uma dança, uma tradição,

uma comida, etc.) protegido oficialmente por algum órgão governamental ou não, que proporcione a identidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos". Dessa forma, proporciona um sentimento de pertencimento e memórias entre a coletividade.

Com a definição de patrimônio, pode-se destacar sua potencialidade para o desenvolvimento do turismo cultural no Centro de Natal, com o intuito de preservar e valorizar o patrimônio e sua historicidade por meio de roteiros turísticos pelo centro da cidade, além de promover o desenvolvimento da economia local de forma sustentável.

Tendo em vista esse entendimento, o projeto de pesquisa do setor do PPGTUR/UFRN buscou investigar documentos e compreender as relações existentes entre o patrimônio cultural e suas possibilidades de uso. Dentro da proposta do projeto, foi realizada uma atividade prática de roteirização turística no Centro Histórico de Natal, envolvendo diversos segmentos com potencial valor cultural, tais como religioso, cascadiano, boêmio, cultural e histórico (Dark). O trabalho foi apresentado aos estudantes da graduação do curso de Turismo da UFRN por meio de uma exposição.

Metodologia

Metodologicamente, a execução do projeto baseou-se na realização de leituras e análise documental de matérias oficiais produzidas pela UFRN, IPHAN, Fundação José Augusto e Prefeitura Municipal de Natal, referentes a políticas públicas no âmbito do patrimônio cultural, além de outros autores da área.

Durante o processo de pesquisa, tornou-se essencial a obtenção de informações relevantes por meio de leituras, análises e investigações, com o objetivo de refletir sobre a importância da preservação e valorização do Centro Histórico de Natal/RN. A partir desse levantamento, buscou-se identificar possíveis roteiros turísticos que possam contribuir para o fortalecimento da cultura local, bem como para o desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis e educativas, promovendo uma relação equilibrada entre turismo, patrimônio e comunidade.

Além disso, durante o processo de pesquisa, foram utilizados os princípios da Educação Patrimonial (Horta, Grunberg; Monteiro, 1999) e inventário participativo, que foi construído com a comunidade local, com o intuito de compreender melhor como se dá o uso do patrimônio. Por fim, elaborou-se uma proposta de roteirização temática no Centro Histórico de Natal, estruturada a partir de diferentes eixos: Religioso, Cascadiano, Boêmio e Cultural Histórico (dark). Tal iniciativa foi concebida como resultado parcial da pesquisa e apresentada aos estudantes do curso de Turismo da UFRN, fortalecendo a compreensão da prática no processo de planejamento turístico cultural.

Resultados e Discussões

Conforme os resultados da pesquisa, foi possível identificar que o estudo não se limitou apenas à análise documental e teórica, mas também incluiu um trabalho prático de roteirização pelo Centro Histórico de Natal. Foi elaborado um roteiro turístico com o tema "Pelas Ruas que Andei", o qual foi apresentado aos alunos do curso de Turismo por meio de um vídeo. O conteúdo explorou quatro segmentos: religioso, cascudiano, boêmio e histórico-cultural, proporcionando uma abordagem cultural de diferentes aspectos que compõem a identidade local.

Nesse sentido, no segmento religioso, tivemos a oportunidade de conhecer importantes templos que guardam a parte histórica de fé e devoção do povo de nossa cidade. Destacamos a Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, conhecida como a antiga catedral, que tem o título de Padroeira da cidade de Natal. O Cascudiano, por outro lado, é inspirado na obra de Câmara Cascudo, o maior folclorista do Brasil. No Boêmio, destaca-se o Beco da Lama, por ser um espaço de socialização que conecta música, gastronomia e lazer. Além desses, foi explorado o histórico-cultural de forma mais ampla com um roteiro Dark, possibilitando uma reflexão sobre episódios míticos e lendários da história natalense, contribuindo para uma compreensão mais ampla do patrimônio enquanto espaço de múltiplas narrativas. Dessa forma, a experiência contribuiu para ampliar a visão crítica dos alunos e fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão dentro do PPGTUR/UFRN.

Outro resultado importante refere-se à percepção da população natalense acerca do patrimônio cultural. Por meio da metodologia de inventário participativo e dos fundamentos de Educação Patrimonial, foi possível constatar que o envolvimento da comunidade local é fundamental para a efetividade das ações de preservação. Existem sentimentos de pertencimento na população, mas também preocupação com o abandono de prédios históricos e a falta de políticas públicas consistentes para revitalização da área central.

Nesse sentido, o estudo aponta que o turismo cultural, quando planejado de forma integrada e sustentável, pode contribuir para a dinamização do Centro Histórico de Natal, promovendo geração de renda, fortalecimento da identidade local e sensibilização para a preservação. Entretanto, os resultados também alertam para desafios, como a necessidade de maior investimento em infraestrutura urbana, acessibilidade, segurança, sinalização turística e capacitação de guias e profissionais da área.

Conclusão

O Centro Histórico de Natal é um espaço rico em diversidade cultural, abrigando inúmeros patrimônios que representam a história do povo potiguar. A pesquisa evidenciou o potencial do Centro Histórico de Natal como espaço de valorização do patrimônio cultural e desenvolvimento do turismo sustentável. A partir da análise documental e da aplicação dos princípios da Educação Patrimonial, bem como a apresentação da roteirização aos estudantes da UFRN, foi possível perceber a

importância do turismo cultural. Os roteiros temáticos articulam memória, identidade e práticas turísticas conscientes.

A experiência prática demonstrou a importância da participação comunitária e da formação crítica no planejamento turístico, reafirmando a necessidade de integrar preservação cultural e desenvolvimento local. O Centro Histórico não é apenas um espaço tombado, mas também um território de história, cultura e identidade, destinado não só aos turistas visitantes, mas também aos moradores locais.

Referências

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. História da cidade do Natal. Natal (RN): RN Econômico, 3. ed – 1999.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, 1999.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento. Tese (Doutorado) – PUC-SP, 2016.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. Memória, história e patrimônio histórico. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.

CÓDIGO: HS0752

AUTOR: FILIPE SILVA DE LIMA

ORIENTADOR: ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA

TÍTULO: MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESERTIFICAÇÃO E INICIATIVAS AGROECOLÓGICAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Resumo

As mudanças climáticas são processos de transformação a longo prazo no clima do planeta, aceleradas pelas ações humanas no contexto do modo de produção capitalista. Essas transformações agudizam as mazelas do Semiárido, região de profunda vulnerabilidade socioambiental. Assim sendo, o artigo analisa os impactos dessas mudanças, considerando a formação sócio-histórica da região para buscar nas raízes os agravantes do processo de desertificação que acomete o Semiárido na atualidade. Se orienta pelo método histórico-dialético analisando dados de desertificação e desmatamento no Semiárido brasileiro e apresentando práticas de mitigação e adaptação, assim como a noção de convivência como práxis rumo a um justo e igualitário desenvolvimento do Semiárido.

Palavras-chave: Semiárido brasileiro; mudanças climáticas; agroecologia

TITLE: CLIMATE CHANGE, DESERTIFICATION AND AGROECOLOGICAL MITIGATION AND ADAPTATION INITIATIVES IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID REGION

Abstract

Climate change is a long-term process of transformation in the planet's climate, accelerated by human actions within the context of the capitalist mode of production. These transformations exacerbate the ills of the Brazilian semiarid region, a region of profound socio-environmental vulnerability. Therefore, this article analyzes the impacts of these changes, considering the socio-historical formation of the region to trace the roots of the aggravating factors of the desertification process currently affecting the semiarid region. It uses the historical-dialectical method to analyze data on desertification and deforestation in the Brazilian semiarid region and present mitigation and adaptation practices, as well as the notion of coexistence as a praxis toward a fair and equitable development of the semiarid region.

Keywords: Brazilian Semiarid; climate change; agroecology

Introdução

O artigo inicialmente apresentará um histórico da formação socioambiental do Semiárido brasileiro e, a partir dessa análise, relaciona suas raízes sócio-históricas com a atual configuração da região. Dessa forma, busca abordar como o processo de emergência climática, atrelado à expansão desenfreada do capital no espaço do Semiárido brasileiro, são responsáveis pelo processo de desertificação na Caatinga. O Semiárido brasileiro é caracterizado por alta imprevisibilidade de chuvas, produzindo longos períodos de estiagem e solo pobre em matéria orgânica. Além de ser uma classificação climática aplicada às áreas de escassez hídrica, a nomeação de Semiárido brasileiro (SAB), é decorrente de uma norma da Constituição Federal do Brasil, de 1988, mais precisamente do seu Artigo 159, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Segundo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o SAB abrange aproximadamente 1.447 municípios, ao longo de nove estados do Nordeste brasileiro, representando 70% da região, além de partes do território de Minas Gerais e Espírito Santo. É neste espaço que se encontra a Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro que comporta diversas espécies de fauna e flora endêmicas dessa região. A Caatinga, nome de origem indígena que significa “mata branca”, se apresenta com uma predominância de flora xerófila, que carrega uma vegetação de folhas pequenas, caules grossos e raízes espalhadas, como mecanismo de sobrevivência aos processos edafoclimáticos da região. A região do Semiárido é profundamente marcada por estigmas relacionados às calamidades das secas e constantemente tratada como um espaço explosivo (marcado por violências) e de resignação (religiosidade popular), onde a convivência com essas terras depende de políticas que se adequem, em absoluto, à geografia da região às necessidades econômicas e sociais dos povos que vivem ali. Mas reside um problema nessa perspectiva que é limitada por uma concepção da modernização conservadora no Semiárido, de que a seca é o principal problema a ser superado. O que os estudos ambientais e sociais nos revelam é que a seca, assim como a imprevisibilidade de chuvas é característica natural deste espaço, cabe portanto que aprendamos a conviver com as particularidades postas, tal como aprenderam os povos que viviam nesse espaço muito antes do processo de invasão e colonização operado pelas potências ibéricas (Silva, 2010). Tendo em vista as particularidades edafoclimáticas do Semiárido brasileiro, assim como o histórico de exploração dessas terras, podemos situá-la como uma região de profunda vulnerabilidade socioambiental. E nessa perspectiva, a emergência das mudanças climáticas se mostra como um perigoso vetor de transformação do solo e das águas dessa região. Os impactos das mudanças climáticas afetam diretamente o ciclo das chuvas e a temperatura do planeta, interferindo diretamente no plantio e na colheita realizada pelas comunidades do Semiárido brasileiro, que contribuem na alimentação local e na economia desses povos. Mais especificamente, chamamos a atenção para o processo de desertificação e aridização do solo, que é impulsionado pelos efeitos das mudanças climáticas e que, combinado com modelo latifundiário e monocultor já produziu um espaço de aridização do Brasil, localizada no Estado da Bahia. Assim, o artigo apresenta algumas formas de resistência sertaneja ligadas ao conceito da agroecologia, apresentadas como técnicas de mitigação

e adaptação, destacando seus resultados diante do avanço do capital no Semiárido brasileiro.

Metodologia

Este artigo apresenta os resultados dos estudos realizados no projeto de pesquisa “Expansão do Capital, Mudanças Climáticas e Resistências Sertanejas no Semiárido brasileiro de 2019 a 2024”, vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O trabalho foi fundamentado no método materialista histórico-dialético, com intuito de analisar as capacidades de resistência sertanejas no Semiárido brasileiro, diante das ofensivas do capital no contexto de mudanças climáticas. Dessa forma, a pesquisa busca transcender os fenômenos empíricos e imediatos, para alcançar a compreensão da estrutura social e a dinâmica da essência do objeto (Netto, 2009). Assim, a construção foi realizada mediante a revisão bibliográfica e estudos documentais para interpretar a dialética do combate e da convivência ambiental e social que perpassa a formação socioambiental do Semiárido brasileiro. Para analisar os fenômenos que estão presentes no processo histórico de formação da região Nordeste utiliza-se da perspectiva de que a exploração da região nordeste, inicialmente na zona da mata e após no sertão, foi um mecanismo de grande importância no desenvolvimento e consolidação do capitalismo na Europa, como afirma autores como Darcy Ribeiro (1995) e Theotonio dos Santos (1994), sendo este último, um dos expoentes da teoria marxista da dependência, fundamental para compreensão do subdesenvolvimento na América Latina. Aplica-se essas teorias ao conhecimento das características sociais e ambientais do Semiárido brasileiro presente nos estudos de Silva (2010), que apresentam essa região como portadora de uma profunda vulnerabilidade socioambiental. Em seu livro “Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento”, apresenta como os processos e as políticas públicas de combate à seca e de modernização conservadora na região do Semiárido, são inadequados para superação de problemas estruturais históricos, como a concentração das terras, das águas e das riquezas, reproduzindo as condições extremas de pobreza. Dessa forma, busca-se apresentar uma nova maneira de entender essa região, a partir de uma noção de convivência com o Semiárido, levando em conta suas particularidades. Na mesma linha de pensamento, o artigo apresenta a noção de desenvolvimento articulada por Celso Furtado (1984) que propõe um tipo de projeto social na região que esteja articulada com as suas características naturais, mas que busque fortalecer as bases produtivas sertanejas. O artigo utiliza de conjuntos de dados obtidos através da plataforma de monitoramento ambiental MapBiomas Alerta, que dispõe do uso de satélites para acompanhar o processo de desmatamento da cobertura vegetal do país, mais especificamente, foi utilizado dados recolhidos de seus Relatórios Anuais de Desmatamento (RAD), acompanhando os estudos dos RAD que cobrem a região da Caatinga entre 2020 a 2024. Dessa forma, para além de conceituar o Semiárido e descrever o fenômeno da desertificação, o artigo busca explicitar os mecanismos de mitigação e adaptação agroecológica como fundamentais para frear o avanço do processo de desertificação e aridização do Semiárido brasileiro. São elencadas suas potencialidades, utilizando como fonte de análise os estudos desenvolvidos por

Francislene Angelotti (2011) acerca da relação entre mudanças climáticas e a sustentabilidade do Semiárido.

Resultados e Discussões

1 FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO A região que compreendemos como Semiárido Brasileiro é um espaço de grande complexidade social e geográfica, englobando 70% da região Nordeste do nosso país e abriga cerca de 31 milhões de habitantes (INSA, 2024). Profundamente marcado pelo processo de invasão e colonização operado pelas potências ibéricas, foi no Semiárido brasileiro em que se desenvolveram as primeiras práticas de plantio e extração de bens tropicais, assim como a pecuária voltada para o fornecimento de carne e de transporte, que serviu ao desenvolvimento e financeirização dos países europeus, em que: “As sociedades coloniais são um produto de fortalecimento e expansão do poder monárquico e que estão organizadas e administradas por ele.” (Santos, 1994). As potências europeias não enxergavam o território das Américas com o interesse de estabelecer ali uma sociedade, esse espaço se apresentava para elas apenas como um grande empreendimento comercial: “A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América.” (Prado Júnior, 2011). O Semiárido brasileiro foi palco de duas grandes iniciativas do período colonial: a pecuária e o plantio do algodão, que se consolidou em ampla expansão até meados do século XX. A produção de subsistência mantinha as outras duas atividades comerciais, com a principal função a alimentação sertaneja (Silva, 2010). Ao analisar os primeiros anos da região nas mãos colonizadoras se pode definir como formadores e destrutivos, pois são essas relações que vão gestar as noções culturais e sociais do povo sertanejo, como a construção da estética e de traços da culinária e musicalidade da região, mas também destrutivos, pois são as práticas empenhadas nessas terras que vão contribuir com a devastação da vegetação nativa do Nordeste. Josué de Castro nos apresenta um panorama desse traço destrutivo: “Descobrimos cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades da terra ao exclusivo cultivo dessa planta. Aos interesses de sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região...(Castro, 1962, p. 45)”. Os colonizadores vão instalar suas empresas em uma região ultramar, já previamente habitada e com um ecossistema muito bem definido, e nesse processo vão exterminar ou escravizar as populações ali existentes e desestabilizar o ecossistema do Semiárido, ao implantar economias de monocultura e o modelo latifundiário de concentração de terras: “Essa economia é necessariamente monoprodutora, organizada em enormes extensões de terra cedidas pela Coroa, em usufruto dos nobres locais, sob a forma de grandes unidades produtoras, baseadas na mão-de-obra escrava e servil (Santos, 1994, p. 24)”. O processo de formação do Semiárido brasileiro se deu na base da economia açucareira, como o primeiro grande empreendimento que a coroa portuguesa vai implantar no nordeste, sendo uma atividade não apenas econômica, mas formadora de uma arcaica ordem social na região. O próximo grande passo realizado pelos colonizadores foi a expansão das fronteiras conhecidas do sertão, de modo que se explorava a foz do Rio São Francisco e do Parnaíba (Silva, 2010). A ocupação do Semiárido consolidou-se efetivamente nas últimas décadas do século XVIII, ao lograr dois objetivos cruciais, o genocídio das

populações originárias, devido à grande resistência empreendida por esses povos em relação à expansão europeia no Nordeste, e a instalação das grandes fazendas de gado. Essa ocupação, entretanto, enfrentou além da resistência dos povos indígenas outros percalços, como as grandes distâncias entre os núcleos sociais daquela época e os centros fornecedores de alimentos, nesse sentido se desenvolveram as roças, e a agricultura de subsistência se tornou a alternativa para a questão alimentar, e nesse processo se consolidaram as colheitas do feijão, da fava e da cana-de-açúcar, atividades que devastaram profundamente, em conjunto com as práticas pecuárias, o solo dessa região (Silva, 2010). O complexo econômico sertanejo logo enfrentaria períodos de seca e, apesar de naturais do clima do Semiárido, essa condição seria vista como um dos principais impedimentos para o desenvolvimento das práticas ali inseridas. A seca não afetou apenas as populações locais, mas também demonstrou um claro impedimento para a expansão da agropecuária, pois além da instabilidade relacionada à irrigação dos plantios, a seca assolava os currais, fazendo com que recaísse também ao gado sofrer desse flagelo. Dessa forma, se busca retirar a barreira da seca dos empreendimentos econômicos, implementando as primeiras políticas de combate a esse fenômeno, orientadas para a prática da açudagem e da irrigação, todavia, essas medidas estatais foram controladas pelos grandes proprietários de terras, excluindo toda a massa de trabalhadores e famintos, que necessitavam do acesso aos focos de água para garantir sua sobrevivência por meio da agricultura. “Esses donos da vida, das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre os trabalhadores sertanejos, e sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais” (Ribeiro, 1995, p. 256). As políticas desenvolvidas nesse período no Semiárido eram restritas e eventuais, quando a situação de fome e miséria levava a saques e revoltas populares, se realizavam ações emergenciais de suporte à população, mas por seu caráter focalizador e patrimonialista, não surtiam efeito a longo prazo na condição de miserabilidade das populações dessa região. Em meados do século XX a região Nordeste perdia gradativamente sua participação na economia nacional, muito influenciado pela ascensão e o fomento à industrialização das regiões sul e sudeste, que se consolidaram como grandes centros exportadores de mercadorias. A participação do Nordeste na economia brasileira será então relegada ao abastecimento de mão de obra, que se deslocará para os centros urbanos e industriais para vender sua força de trabalho sob um forte processo de exploração, e como fornecedor de matérias-primas (Silva, 2010). O modo de produção capitalista se funda na exploração e expropriação dos meios de produção, uma vez que a acumulação capitalista foi baseada na desapropriação das terras da população do campo, com o intuito de concentrá-las na posse da burguesia e garantir a força de trabalho do camponês (Marx, 2023). Dialogando sobre a questão agrária, Caio Prado Júnior afirma que no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, a função da expropriação da terra se deu sob duas orientações, para que a burguesia latifundiária fosse bem sucedida ela necessitava concentrar os meios e as ferramentas disponíveis. Os meios seriam as terras necessárias para expandir suas monoculturas e seus pastos, e as ferramentas sendo a população rural, que agora desprovida de sua única fonte de subsistência, venderia sua força de trabalho a valores muito baixos e se submeteria as mais precárias condições de trabalho (Prado Junior, 2011). É com base nesse modelo de desenvolvimento conservador e exploratório que se deu as bases da modernização da região nordeste. O Estado brasileiro funda em 1952 o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com o interesse de capitanear investimentos para a região com vistas a sua modernização econômica: “Era necessário criar novas instituições para incentivar a implantação de

empreendimentos industriais e agropecuários, como alternativa às tradicionais formas de exploração econômica e ao atraso na industrialização. A partir dessa mentalidade, empresarial e modernizante, gestou-se “várias áreas de modernização intensa (as chamadas ilhas de prosperidade), que convivem lado a lado com áreas econômicas tradicionais e estagnadas.” (Silva, 2010).

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SEUS IMPACTOS NO SAB A Organização das Nações Unidas (ONU) define o processo de emergência climática como qualquer mudança no clima ao longo do tempo que resulta da variabilidade natural ou da atividade humana. Essas mudanças sempre ocorreram, o que as particulariza no momento atual é a velocidade e a intensidade em que estão ocorrendo, afetando diversas áreas ao redor do globo, e especialmente acelerando o processo de desertificação e aridização que castiga as terras do Semiárido brasileiro. Podemos datar essa intensificação no ciclo das mudanças climáticas ainda no período da Primeira Revolução Industrial, onde a queima de combustíveis fósseis em larga escala contribuíram para a emissão e a concentração dos gases do efeito estufa na atmosfera, acarretando diversos problemas morfológicos, alterando o fluxo das chuvas, drasticamente aumentando a temperatura do globo e intervindo diretamente naquelas atividades diretamente ligadas ao plantio, a pesca e a pecuária (Marengo, 2006). O Semiárido brasileiro se configura então uma das regiões mais afetadas pelo efeito das mudanças climáticas, dado que o aumento na temperatura do planeta causa alterações nas características edafoclimáticas deste espaço levando a uma intensificação do processo de desertificação e aridização do solo, consequentemente a um aumento na ocorrência dos períodos de seca (Angelotti, 2011). Para um povo muito ligado às atividades do plantio, da pesca e da pecuária, como o povo sertanejo, essas transformações interferem diretamente em seu modo de vida e de subsistência. O processo de desertificação está intimamente ligado ao modelo latifundiário que controla, ainda na atualidade, a distribuição de terras no nordeste. O uso das terras para comportar grandes propriedades, que vão desde as fazendas de gado, as monoculturas e mais atualmente os grandes parques de empreendimento eólico contribuem em duas frentes de expansão do capital, tanto no sentido de expulsar cada vez mais as comunidades dessas terras, como no sentido de operar um tipo de extração de capital característica de países de economia dependente. De acordo com a plataforma MapBiomass, os vetores de pressão que mais contribuem para o desmatamento da região Nordeste são aqueles provenientes da agropecuária e dos empreendimentos de energia eólica. Entre 2019 e 2023 foi identificado que 93% das áreas desmatadas para construção de parques eólicos se concentram na Caatinga. Ainda de acordo com o Relatório Anual de Desmatamento (RAD, 2023), desenvolvido pelo MapBiomass, de 2020 a 2022 houveram sucessivos aumentos nas áreas desmatadas da Caatinga, em especial na região do Estado da Bahia, que até 2022 liderava com o maior índice de desmatamento da região Nordeste. O professor e meteorologista da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Humberto Barbosa (2023) apresentou um estudo, realizado por meio de captura de imagens via satélite, que apresenta áreas da região semiárida do Brasil que já se encontram em um estado de irreversível recuperação. A maior concentração dessas áreas em processo de extrema aridização se localiza no Estado da Bahia, apontando uma íntima relação entre o processo de perda da vegetação natural da Caatinga com o processo de desertificação e aridização do solo.

3 PRÁTICAS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO Diante dessa realidade, coube aos povos dessa região encontrar formas de resistência que se pusessem como um freio no processo de desertificação e aridização dessas terras. A união de conhecimentos ancestrais com técnicas de plantio orgânico e a busca por um modelo de agricultura ambientalmente correto e economicamente justo. Assim sendo, as

práticas de mitigação e adaptação se baseiam nos princípios da agroecologia, que vai além do manejo adequado do solo e a não utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos, possuindo um enfoque científico e político, promovendo a inclusão social e emancipação econômica aos agricultores, com o desenvolvimento rural sustentável, ao produzir uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente (Caporal; Costabeber, 2004). Conceituamos as práticas de mitigação como aquelas que buscam reduzir as causas das mudanças climáticas, principalmente através da diminuição das emissões de gases de efeito estufa. Já as práticas de adaptação visam ajustar sistemas naturais e humanos aos efeitos das mudanças climáticas. Práticas como o policultivo, os sistemas agroflorestais, o acesso à assistência técnica, o melhoramento vegetal, calendário de plantio levando em consideração os diferentes períodos de florescimento e crescimento das espécies, dentre outros são considerados técnicas que contribuem enormemente para a conservação dos solos e a das águas do Semiárido. Os sistemas agroflorestais combinam o plantio de árvores junto do cultivo agrícola, em diferentes camadas, visando que a disposição das plantas garanta luz suficiente para o cultivo e proporcione uma cobertura vegetal rica, característica essencial para o pleno desenvolvimento dos cultivos. Esse sistema visa corrigir problemas de matéria orgânica insuficiente nos solos, além de contribuir para a recuperação da fauna e da flora onde é aplicado. Os sistemas agroflorestais, ao permitirem a recuperação da cobertura vegetal do Semiárido, se apresentam como uma potencial ferramenta para o manejo de solos em processo de desertificação. O calendário de plantio, combinado ao cultivo de sementes crioulas que proporcionam cultivos geneticamente adaptados a essa região, permite que o agricultor possa explorar mais profundamente o ciclo das chuvas, aumentando sua produtividade. O grande desafio posto para essa prática é o conhecimento necessário para entender como estruturar esse calendário, daí a necessidade da articulação de políticas públicas que busquem levar tal conhecimento técnico para esses agricultores e agricultoras. Diferente da ideia de que o Semiárido é uma região problema, devemos focar nossos esforços tendo como praxis a convivência com esta região. O processo de aprender a conviver com o Semiárido passa por uma mudança na percepção que temos do combate às desigualdades neste espaço. O Semiárido é composto de uma fauna extremamente resiliente e resistente às secas que ocorrem periodicamente, portanto a economia regional deveria estar muito mais ligada ao plantio de espécies nativas, adaptando as atividades humanas no Semiárido à realidade ecológica deste espaço geográfico, como destaca Celso Furtado em sua tese “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Ele afirma este caminho tendo em vista o papel crucial que a agricultura familiar desempenha no processo de transformação da economia nordestina, ao apontar a prática como sendo a única a ter “aptidão para criar uma agricultura ecologicamente adaptada à região semi-árida e absorvedora de mão-de-obra” (FURTADO, 1984, p. 320). Nessa direção, podemos apontar sinais de transformação positivos no tratamento da questão agrária do Semiárido após a retomada do poder executivo federal por um governo democrático e articulado com a problemática ambiental e social. Ainda em 2023 tivemos o relançamento do Programa de Aquisição de Alimentos, que carrega como princípios formativos, de acordo com a Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023, a promoção da agricultura e a valorização da biodiversidade, além da produção orgânica e agroecológica de alimentos, bem como a adoção de quaisquer práticas associadas à conservação da água, do solo e da biodiversidade nos imóveis da agricultura familiar, além do fortalecimento de instituições como o ICMBio e movimentos sociais de luta no campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tal conjuntura

aponta para um cenário de avanços nessa questão onde, de acordo com o RAD 2024 o Estado da Bahia registrou a maior redução de áreas desmatadas de todo o Nordeste.

Conclusão

Após analisar as bases do desenvolvimento socioambiental do Semiárido, se compreende que o processo de mercantilização dessa região é um fenômeno que tem suas raízes no período colonial, durante a ocupação do Nordeste. Posteriormente se desenvolverá por meio de políticas de combate à seca e de modernização da agroindústria deste território, produzindo um modelo de desenvolvimento regional que não considera os possíveis impactos ambientais e sociais, como o desenvolvimento de restritas áreas de monocultura irrigada voltada à exportação, e mais recentemente o incentivo para a entrada de grandes empresas de energias renováveis. Essa conjuntura de mercantilizar os fenômenos do meio ambiente, em busca de lucro, são um dos principais responsáveis por acelerar o processo de devastação ambiental existente no Semiárido, gerando problemáticas como o crescimento das primeiras áreas desérticas na região. O estudo demonstra a relação entre o movimento de expansão do modo de produção capitalista, em sua busca desenfreada por acumulação de capital, sendo necessário para o entendimento das particularidades do Semiárido brasileiro, consequentemente para a implementação de políticas e práticas que possam mitigar e adaptar aos impactos das mudanças climáticas na região, reverberando a noção de empoderamento e fortalecimento do povo sertanejo. Desse modo, é a partir de práticas agroecológicas e políticas de convivência com o Semiárido que entendam as singularidades desta região que poderá desenvolver-se os potenciais desta terra de maneira sustentável e ecologicamente equilibrada, respeitando os espaços geográficos e fortalecendo, econômica e politicamente, a população sertaneja.

Referências

ANGELOTTI, F.; JÚNIOR, P. I. F.; SÁ, I. B. de. Mudanças climáticas no semiárido brasileiro: medidas de mitigação e adaptação. *Revista Brasileira de Geografia Física*, v.4, n.6, 2011. p. 1097-1111. BARBOSA, Humberto. Flash Drought and Its Characteristics in Northeastern South America during 2004–2022 Using Satellite-Based Products. *Atmosphere*, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/atmos14111629>. Acesso em 29 ago. 2025. BRASIL. Lei nº14.628 de 20 de julho de 2023. Lei que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14628.htm. Acesso em 27 ago. 2025. CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. FURTADO, Celso. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. Brasil: *Revista de Economia Política*, 1984. p. 320. INSA. Delimitação do Semiárido Brasileiro 2024. GOV.BR, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas-em-pdf/delimitacao-do-semiarido-brasileiro-2024.pdf?view>. Acesso em 24 jul. 2025. MARENGO, J. A. Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade: caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do

século XXI. Brasília, DF: MMA, 2006. p. 202. MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. 3. ed. [S.I.]: Boitempo editorial, 2023. NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 1-37, 2009. PRADO JUNIOR, Caio. O sentido da colonização: formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 15-29. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 256. SANTOS, Theotonio dos. Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 24. SILVA, R. M. A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

CÓDIGO: HS0805

AUTOR: JOAO ANTONIO ELLYSSON COSTA DE MEDEIROS

COAUTOR: ROMOALDO MARROQUE TORRES

ORIENTADOR: WASHINGTON JOSE DE SOUSA

TÍTULO: AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL:
AVALIAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO PARA PROGRAMAS
GOVERNAMENTAIS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Resumo

Nos últimos anos, o consumo de alimentos saudáveis tem crescido significativamente, favorecendo a valorização da agricultura familiar. Nesse contexto, este estudo, por meio de uma pesquisa-ação, buscou fortalecer parcerias institucionais para promover práticas sustentáveis e apoiar pequenos produtores. As metodologias incluíram palestras, cursos, práticas agrícolas, promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e incentivo ao reaproveitamento de resíduos sólidos e orgânicos, com ênfase na importância de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A ação gerou impactos relevantes, contribuindo para a valorização da agricultura familiar e da alimentação saudável. A experiência de incubação social envolveu estudantes da educação básica, beneficiários do PNAE, atendidos pela Associação Madre Rosa (Assomar), no bairro Dix-Sept Rosado, em Natal/RN. Ao longo de três meses, foram realizadas visitas sistemáticas com ações de estímulo, manutenção de canteiros de hortas e mobilização para a participação na Feira de Ciências, além da produção de materiais de educação alimentar e nutricional (EAN). A atividade promoveu integração entre ensino, extensão e cidadania, incentivando a formação crítica e o engajamento social.

Palavras-chave: agricultura familiar; pesquisa-ação; sustentabilidade; agronomia

TITLE: FAMILY FARMING AND LOCAL DEVELOPMENT: EVALUATION OF
MARKETING FOR GOVERNMENT FOOD ACQUISITION PROGRAMS

Abstract

In recent years, the consumption of healthy foods has grown significantly, fostering the appreciation of family farming. In this context, this study, through action research,

sought to strengthen institutional partnerships to promote sustainable practices and support small producers. The methodologies included lectures, courses, agricultural practices, the promotion of Technical Assistance and Rural Extension (ATER), and the encouragement of the reuse of solid and organic waste, with an emphasis on the importance of programs such as the National School Feeding Program (PNAE). The initiative generated significant impacts, contributing to the appreciation of family farming and healthy eating. The social incubation experience involved elementary school students, PNAE beneficiaries, served by the Madre Rosa Association (Assomar), in the Dix-Sept Rosado neighborhood of Natal, Rio Grande do Norte. Over the course of three months, systematic visits were conducted to encourage students to maintain vegetable gardens and participate in the Science Fair, in addition to the production of food and nutrition education (EAN) materials. The activity promoted integration between teaching, extension and citizenship, encouraging critical training and social engagement.

Keywords: family farming; action research; sustainability; agronomy.

Introdução

A agricultura familiar representa importante segmento da economia nacional, especialmente na produção de alimentos e no desenvolvimento socioeconômico de comunidades rurais. Ocupa cerca de 3,9 milhões de pessoas e uma área de 80,9 milhões de hectares, correspondendo a dois terços da mão de obra no setor agropecuário e contribuindo com aproximadamente 23% do valor total da produção agropecuária no país (DEL GROSSI, 2019). Políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm papel central no fortalecimento dessa atividade.

O PNAE, criado em 1955 como Campanha de Merenda Escolar, passou por transformações significativas. Inicialmente centralizado, teve seus processos descentralizados a partir de 1994. A Lei nº 11.947/2009 reforçou a obrigatoriedade de que pelo menos 30% dos recursos do FNDE para alimentação escolar fossem destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Tais políticas fomentam o escoamento da produção, geram renda local e promovem segurança alimentar e nutricional.

A partir da segunda metade da década de 1990, o Estado brasileiro implementou diversas políticas públicas de apoio ao agricultor familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído pela Lei nº 9.138/1995. Tais medidas oferecem crédito, acesso à terra, seguro agrícola e outros instrumentos que buscam assegurar a permanência do homem no campo (CUNHA et al., 2017; MATTEI, 2005).

Apesar dos avanços, desafios logísticos persistem. A falta de transporte próprio obriga produtores a terceirizarem o frete, o que reduz sua margem de lucro (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013). Ainda assim, as compras governamentais garantem previsibilidade de renda e possibilitam investimentos na produção.

Nesse contexto, a extensão universitária se configura como espaço estratégico de articulação entre ensino, pesquisa e sociedade. A experiência de incubação social apresentada neste relato foi desenvolvida com estudantes da educação básica, beneficiários do PNAE, integrantes de ações promovidas pela Associação Madre Rosa (Asomar), no bairro Dix-Sept Rosado, em Natal/RN. A iniciativa permitiu o desenvolvimento de atividades educativas voltadas à alimentação saudável, agricultura familiar e sustentabilidade, fortalecendo a formação cidadã e a inclusão social.

O projeto de extensão foi realizado entre setembro de 2024 e 2025, envolvendo estudantes de 7 a 12 anos, em situação de vulnerabilidade social, além de discentes dos cursos de Agronomia, Administração, Administração Pública e Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). As ações estavam alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase no ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

A formação prática e humanista proporcionada aos estudantes universitários e o envolvimento direto com comunidades locais contribuíram para a construção de uma consciência crítica sobre os sistemas de produção e consumo de alimentos, promovendo o protagonismo social dos participantes e fortalecendo os vínculos entre universidade e sociedade.

Metodologia

A trajetória da experiência contou com três momentos, descritos a seguir, utilizando uma abordagem de pesquisa-ação para estabelecer parcerias com instituições como a Associação Madre Rosa (Assomar) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio da Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS). O público participante incluiu crianças de 7 a 12 anos, mães da comunidade, estudantes universitários dos cursos de Agronomia, Administração, Administração Pública e Nutrição, além de organizações e atores locais envolvidos na promoção de segurança alimentar. Os métodos e técnicas da ação extensionista envolveram palestras, cursos, práticas agrícolas, promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), incentivo ao reaproveitamento de resíduos sólidos e orgânicos, e vinculação às políticas públicas como o PNAE. Como a ação envolveu atividade de pesquisa, delimitou-se o universo estudado à comunidade do bairro Dix-Sept Rosado em Natal/RN, com amostra focada nos participantes da Assomar. Foram empregados métodos qualitativos, técnicas de observação participante, diálogos coletivos e instrumentos como oficinas e visitas sistemáticas para coleta e análise de dados sobre impactos sociais e ambientais.

Resultados e Discussões

A experiência de incubação social desenvolvida pela Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) foi estruturada em três momentos distintos, realizados entre setembro e novembro de 2024, na Associação Madre Rosa (Assomar), localizada no bairro Dix-Sept Rosado, Natal/RN. Essas etapas envolveram atividades práticas e formativas com crianças de 7 a 12 anos, mães da comunidade e estudantes universitários dos cursos de Agronomia, Administração, Administração Pública e Nutrição. As ações, fundamentadas na abordagem de pesquisa-ação, buscaram promover a educação alimentar, a sustentabilidade e o fortalecimento da agricultura familiar, com foco na interação dialógica entre universidade e comunidade. A seguir, descrevem-se os três encontros realizados, detalhando as atividades desenvolvidas e seus impactos.

No dia 14 de setembro de 2024, foi realizada a primeira visita à Associação Madre Rosa (Assomar), localizada no bairro Dix-Sept Rosado, Natal/RN, marcando o início das atividades do projeto de extensão vinculado à Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A atividade envolveu estudantes universitários dos cursos de Agronomia, Administração, Administração Pública e Nutrição, além de crianças na faixa etária de 7 a 12 anos, participantes das ações sociais promovidas pela Assomar. O encontro teve como objetivo principal introduzir conceitos fundamentais de agricultura sustentável, com foco na produção de espécies olerícolas, como hortaliças e legumes, e sensibilizar os participantes para práticas ambientalmente responsáveis.

Durante o evento, foram realizados momentos de diálogo e atividades práticas que integraram a comunidade acadêmica e local. Inicialmente, os estudantes universitários conduziram uma roda de conversa para apresentar a importância da agricultura familiar e das hortas orgânicas na promoção da segurança alimentar e nutricional, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Essa interação inicial permitiu que as crianças, muitas das quais beneficiárias do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), compreendessem a relevância de conhecer a origem dos alimentos consumidos em suas escolas.

A atividade prática central consistiu na construção de canteiros para o cultivo de hortaliças, utilizando garrafas PET recicladas como material principal. Essa escolha reflete um dos princípios norteadores do projeto: a promoção da sustentabilidade por meio da mitigação de passivos ambientais causados por resíduos sólidos. As garrafas PET, frequentemente descartadas de forma inadequada, foram transformadas em elementos funcionais e ornamentais, servindo para delimitar as áreas de plantio e criar uma estética visual atraente nos canteiros. A reutilização desses materiais foi acompanhada de explicações detalhadas sobre a importância da economia circular, destacando como a gestão adequada de resíduos pode reduzir o impacto ambiental e contribuir para a preservação dos recursos naturais.

Além do plantio de mudas de hortaliças, como alface, coentro e cebolinha, os participantes receberam orientações práticas sobre técnicas de preparo do solo e manejo inicial das culturas. Os estudantes de Agronomia, sob supervisão de docentes, demonstraram o uso de ferramentas manuais, como enxadas e pás, disponíveis na própria comunidade, reforçando a viabilidade de práticas agrícolas acessíveis. As

crianças participaram ativamente do processo, desde a preparação dos canteiros até o plantio, o que estimulou o interesse pelo cultivo de alimentos e fortaleceu o senso de pertencimento comunitário. A atividade também incluiu uma breve discussão sobre o impacto dos resíduos sólidos no meio ambiente, utilizando exemplos práticos para ilustrar como ações locais podem contribuir para a sustentabilidade global.

Essa primeira etapa proporcionou um espaço de aprendizado mútuo, no qual os saberes acadêmicos foram articulados com as experiências práticas da comunidade, alinhando-se ao princípio da extensão universitária de formação cidadã interdisciplinar (art. 4º, inciso II). O encontro também marcou o início do processo de letramento científico das crianças, incentivando a curiosidade e a conscientização sobre práticas agrícolas sustentáveis e sua relevância para a saúde e o meio ambiente.

O segundo encontro aconteceu no período de 28 de setembro a 26 de outubro de 2024, nas dependências da Asomar (Figura 1). O espaço já contava com horta orgânica implantada anteriormente por bolsistas de projetos de extensão vinculados à OASIS, todavia, com foco exclusivo no envolvimento das mães dos jovens que participam do projeto social. A Asomar desenvolve, todas as quintas-feiras, outra ação social conhecida como “sopão”, que tem como objetivo colaborar com a segurança alimentar de moradores em situação de vulnerabilidade. Nesse quesito, portanto, a horta passou a desempenhar papel fundamental, fornecendo hortaliças frescas e orgânicas para a preparação coletiva da sopa beneficente.

Durante o 2º. encontro, foram realizadas atividades formativas voltadas ao aprimoramento da produção hortícola. A partir do diálogo com a comunidade, foram compartilhados conhecimentos técnicos sobre preparo de canteiros, espaçamento adequado entre espécies, técnicas de irrigação, manejo de pragas e de plantas espontâneas, adubação e uso sistemático de composto orgânico. Esse insumo foi viabilizado por meio da parceria com o Grupo de Estudos em Solo (Gesolo), da Escola Agrícola de Jundiaí (EAJ/UFRN). Paralelamente, foram construídas composteiras com baldes plásticos de 15 litros, com o propósito de reaproveitar os resíduos orgânicos produzidos no próprio espaço, fortalecendo a prática de circularidade dos recursos.

Um momento de destaque foi o módulo de capacitação sobre o manejo de poda em espécies frutíferas já existentes na área da Assomar. A oficina foi conduzida em formato participativo, valorizando as experiências locais com troca de saberes entre comunidade e equipe extensionista. Os benefícios da poda foram discutidos coletivamente, ressaltando aspectos como o aumento da produtividade, a melhoria na frutificação, o controle do porte das plantas, a maior aeração e insolação da copa, além da redução de pragas.

No dia 30 de novembro de 2024, foi realizada a I Feira de Ciências da Assomar, reunindo cerca de 50 participantes, entre crianças, jovens e adultos da comunidade. O evento contou com a participação de estudantes da equipe da Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS/UFRN dos cursos de Agronomia, Administração, Administração Pública e Nutrição. Houve preparação prévia de materiais pautando consumo consciente e qualidade dos alimentos que serviram de base para as interações com o público a partir da exposição de cartazes. Durante o evento, foram discutidos temas como a importância da alimentação saudável,

a diversidade de alimentos disponíveis e o papel das hortas orgânicas na promoção da saúde e da sustentabilidade, fortalecendo o diálogo entre universidade e comunidade. Os discentes de Agronomia apresentaram as etapas do processo de produção agrícola, destacando a importância de técnicas sustentáveis e acessíveis ao contexto local. Já os estudantes de Nutrição discutiram a relação entre alimentação e saúde humana, com ênfase na qualidade dos alimentos consumidos no cotidiano, ao passo que os de Administração e Administração Pública atuaram na estruturação e organização do evento. O objetivo central do evento foi incentivar as crianças ao letramento, à curiosidade científica a partir de sistemas de produção e do consumo de alimentos.

Esta seção apresenta o relato da experiência extensionista, detalhando as ações desenvolvidas pela e na ação de extensão (em andamento), e uma reflexão das contribuições geradas em conformidade com as diretrizes e princípios da extensão universitária (art. 4º e 5º da RESOLUÇÃO Nº 006/2022-CONSEPE, de 26 de abril de 2022), em especial para a formação profissional e cidadã, bem como para a transformação da realidade social.

As ações incluíram visitas sistemáticas e periódicas destinadas ao acompanhamento e avaliação dos resultados da horta e à produção de material de educação alimentar e nutricional (EAN) para a exposição na Feira de Ciência. Durante a fase de execução, priorizou-se a utilização de materiais e equipamentos disponíveis na própria comunidade a exemplo de facão, pás, enxadas, resíduos de podas, garrafas PET, pneus e estruturas para hortas suspensas. Essa iniciativa assegurou a compreensão sobre sustentabilidade e mobilização conjunta de jovens e adultos.

As oficinas concentraram-se, em grande medida, em processos de letramento científico das crianças com base na EAN o que envolveu a demonstração de técnicas de compostagem, enfatizando a relevância de um solo saudável e naturalmente equilibrado, compreendido como um organismo vivo indispensável à adequada nutrição das plantas e ao fortalecimento de sistemas produtivos sustentáveis. Esse momento mostrou-se relevante como contraponto aos sistemas de produção e a práticas de consumo baseados em alimentos ultraprocessados, caracterizados pela elevada presença de conservantes e agroquímicos. Ao enfatizar práticas sustentáveis de cultivo e a valorização de alimentos in natura, a ação da OASIS possibilitou reflexão sobre impactos sociais, ambientais e de saúde associados ao modelo alimentar hegemônico, ao tempo que expôs práticas de produção e consumo de alimentos saudáveis alinhadas à sustentabilidade.

A Figura 3 registra a continuidade das visitas da equipe OASIS após a Feira de Ciências, com o intuito da manutenção dos canteiros de horta e do processo formativo da comunidade, incluindo o envolvimento das crianças, inclusive no monitoramento do processo de compostagem, considerado como organismo vivo, fundamental para garantir a nutrição e o desenvolvimento natural das plantas.

Conclusão

A conclusão apresenta uma reflexão mais ampla sobre o conjunto de atividades realizadas, evidenciando tanto os resultados alcançados quanto os desafios enfrentados no decorrer da ação extensionista. Observou-se que as iniciativas contribuíram significativamente para o fortalecimento do vínculo entre a equipe executora, as crianças e suas famílias, estimulando práticas de participação social, cuidado ambiental e valorização do espaço comunitário. Entre os pontos positivos, destacam-se o engajamento das crianças nas atividades lúdicas e educativas, a apropriação gradual da horta como espaço pedagógico e de convivência e a mobilização comunitária em torno da Feira de Ciências, que se consolidou como um momento de celebração coletiva e de difusão do conhecimento. Os encontros, desenvolvidos ao longo de três meses, contemplaram visitas da equipe em ações de estímulo e mobilização das crianças para a feira, além de atividades práticas de manutenção dos canteiros da horta. Em 2025, essas atividades foram mantidas de forma sistemática, mesmo diante de restrições, mediante a utilização criativa de materiais e equipamentos disponíveis na vizinhança, o que favoreceu o fortalecimento da solidariedade local e do senso comunitário. Essa estratégia mostrou-se importante para ampliar a autonomia das famílias envolvidas e reduzir a dependência de recursos externos.

Por outro lado, identificou-se como principal desafio a interrupção das atividades durante o período de férias escolares, momento em que a Assomar suspende temporariamente seu funcionamento. Essa pausa impactou diretamente a regularidade do trabalho com as crianças e suas mães, além de comprometer parcialmente o cuidado com os canteiros da horta. Para minimizar esses efeitos, a equipe manteve visitas pontuais, assegurando condições mínimas para a retomada das ações sem perdas irreversíveis. Atualmente, a equipe se encontra mobilizada na organização da II Feira de Ciências da Assomar, ancorada no tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2025: “Planeta Água: cultura oceânica para enfrentar as mudanças climáticas no meu território”. Essa nova etapa não apenas amplia o alcance do projeto, mas também sinaliza perspectivas futuras promissoras, consolidando a ação extensionista como um espaço de formação cidadã, fortalecimento comunitário e sensibilização socioambiental.

Referências

- CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.
- CUNHA, W. A. da; FREITAS, A. F. de; SALGADO, R. J. dos S. F. Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 3, p. 427-444, 2017.
- DEL GROSSI, M. A identificação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017. *Revista NECAT*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 46-61, jul.–dez. 2019. Disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4316/3245>. Acesso em: 19 ago. 2025.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 19 ago. 2025.

KROTH, D. C. et al. Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 24, n. 1, p. 138-162, 2019.

MACHADO, P. M. de O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, 2018.

MATTEI, L. Política agrícola e agricultura familiar no Brasil: uma análise do Pronaf. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RODRIGUES, R. et al. A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre-ES. *Demetra: alimentação, nutrição & saúde*, v. 12, n. 1, p. 91-112, 2017.

UFRN. Resolução nº 006/2022-CONSEPE, de 26 de abril de 2022. Natal: UFRN, 2022.

Anexos

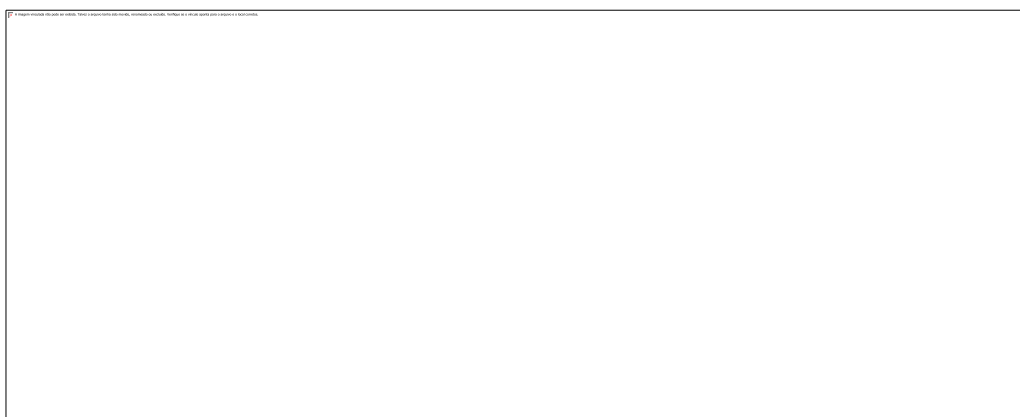


Figura 1 – Manejo, poda e orientações para produção de hortaliças na Asomar (Natal/RN)

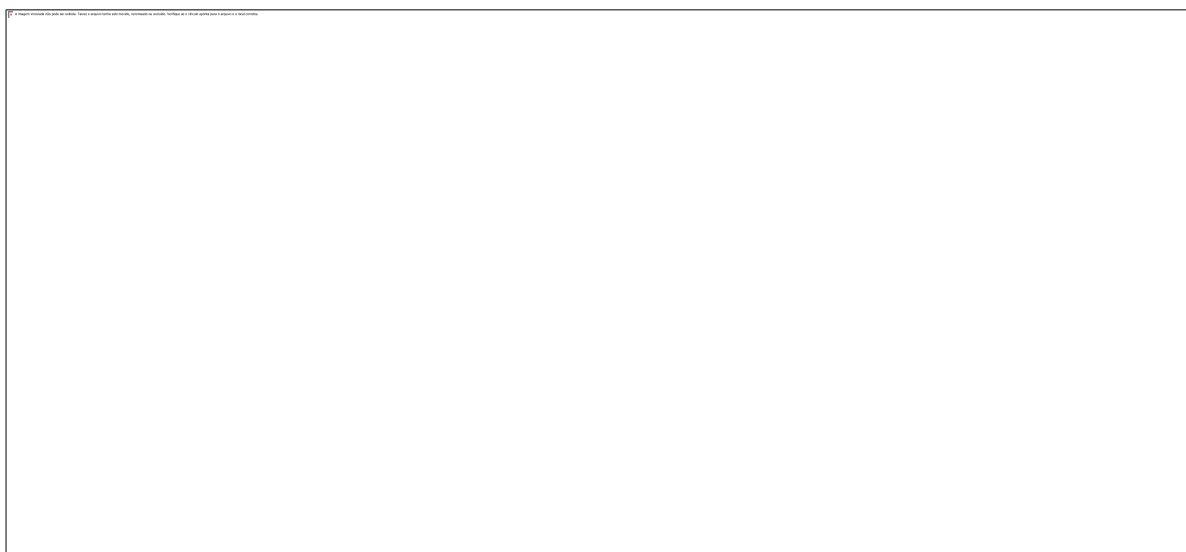


Figura 2 – Oficina para a preparação de material expositivo para a Feira de Ciências



Figura 3 – Desdobramento da ação na Asomar (Natal/RN)

CÓDIGO: HS0817

AUTOR: MARIA ANGELA PARADA TUDE BONELLI

ORIENTADOR: MIRIAM DE OLIVEIRA INACIO

TÍTULO: Análise dos índices de violência contra as mulheres em contexto de pandemia da COVID-19 na cidade do Natal.

Resumo

A pesquisa buscou elaborar uma análise comparativa sobre os dados relativos a Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres e o Femicídio na cidade do Natal, Rio Grande do Norte, no período anterior e durante a pandemia da COVID-19. O isolamento social agravou a opressão-exploração das mulheres no espaço doméstico, bem como a violência patriarcal, decorrente das desigualdades sociais de raça-etnia, classe e das relações sociais de sexo. A metodologia de trabalho desenvolveu-se com subsídio teórico de pesquisa bibliográfica e documental, cujo objetivo central consiste na coleta e análise de dados acerca dos índices de Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres e Femicídio presentes no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e na revista Obvium. Ademais, os dados coletados nos permite entender o cenário das violações de direitos humanos, permitindo estruturar uma análise a partir da imbricação entre as relações sociais de sexo, raça-etnia e classe social, sob perspectiva da crítica marxista, e, portanto, de totalidade das relações sociais. Os resultados mostraram um aumento significativo da Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres, ao passo que o Femicídio apresentou dados subnotificados.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres. Femicídio. Patriarcado. COVID-19.

TITLE: Title Analysis of the indices of violence against women in the context of the COVID-19 pandemic in the city of Natal.

Abstract

The research aimed to develop a comparative analysis of data related to Domestic and Family Violence against women and Femicide in the city of Natal, Rio Grande do Norte, during the period before and during the COVID-19 pandemic. Social isolation exacerbated the oppression-exploitation of women in domestic spaces, as well as patriarchal violence, stemming from social inequalities of race-ethnicity, class, and social

relations of sex. The working methodology was developed with theoretical support from bibliographic and documentary research, whose main objective consists of the collection and analysis of data regarding the indices of Domestic and Family Violence against women and Femicide present in the Brazilian Public Security Yearbook and in the magazine *Obvium*. Furthermore, the data collected allows us to understand the scenario of human rights violations, enabling an analysis based on the interweaving of social relations of gender, race-ethnicity, and social class, from the perspective of Marxist critique, and thus, of the totality of social relations. The results showed a significant increase in Domestic and Family Violence against women, while Femicide presented underreported data.

Keywords: Violence against women. Femicide. Patriarchy. COVID-19.

Introdução

O presente relatório vincula-se à pesquisa intitulada “Violência contra as mulheres no contexto da pandemia da COVID-19.

O plano de trabalho desta pesquisa tem como objetivo analisar a violência contra as mulheres no contexto da pandemia da COVID-19 em Natal-RN. Para o alcance desse objetivo, foi necessário traçar os objetivos específicos que compreende: a) comparar os índices de violências contra as mulheres no ano anterior (2019) e durante a pandemia da COVID-19 (anos de 2020 e 2021) b) Caracterizar os tipos de violência sofridos pelas mulheres: feminicídio, física, sexual, moral, psicológica e patrimonial; c) Traçar um perfil sobre as condições de vida e trabalho dessas mulheres.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres e os crimes de feminicídios são uma problemática histórica e mundial, mas, no Brasil, e na região Nordeste do país, em particular, a herança cultural do período colonial e escravocrata, marcada pelo regime patriarcal, tem contribuído para o atual cenário de continuidade da violência patriarcal de gênero contra as mulheres.

O isolamento social adotado como medida necessária para conter a transmissão do novo coronavírus agravou a opressão/exploração das mulheres no espaço doméstico e no mercado de trabalho, bem como a violência patriarcal de gênero, acentuando as desigualdades sociais, de gênero e de raça-etnia já existentes. Ao ficarem mais tempo no espaço-doméstico, as mulheres tornaram-se vulneráveis às violências de seus companheiros, ao passo que diminuíram os canais para realizar as denúncias e receber apoio dos serviços públicos de enfrentamento à violência, como as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAM's), os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres entre outros.

Diferente das violências perpetradas contra os homens, a violência doméstica e familiar contra as mulheres assume uma feição particular, pois em geral, é praticada no interior das relações afetivo-sexuais, por ex-companheiros, ex-maridos e ex-namorados, em decorrência das relações patriarcais de sexo/gênero.

Nesse sentido, conforme a lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, "... configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (Brasil, 2006). A violência ocorre no âmbito da unidade doméstica, familiar e nas relações íntimas de afeto, inclusive independentemente da orientação sexual, constituindo-se numa das formas de violação dos direitos humanos (Brasil, 2006).

Recentemente, há dez anos, o Brasil aprovou a lei do feminicídio, lei nº 13.104, de 09 de março de 2015 (Brasil, 2015), que qualifica o homicídio de mulheres como feminicídio, a partir da compreensão de que este crime é cometido contra a mulher em razão da sua condição de sexo feminino, ou seja, quando o crime envolve a violência doméstica ou familiar e menosprez ou discriminação à condição de ser mulher. Com base nesta lei, o feminicídio foi incluído no rol dos crimes hediondos. Ainda sobre a mesma problemática, devemos considerar a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) caracterizado como crime hediondo e com agravantes se ocorrer nas situações de gravidez, idade inferior a 18 anos, presença de filhos(as), entre outros. Conforme esta lei, ocorre feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar ou no espaço público e pela condição de ser mulher, que lhe causa lesões à saúde que levam a sua morte.

A relevância da pesquisa consiste em analisar de forma crítica e a partir de uma perspectiva de totalidade social a realidade da violência patriarcal de gênero, agravada pela emergência da pandemia da COVID-19, no sentido de indicar políticas públicas capazes de enfrentar as múltiplas determinações das violências contra as mulheres na totalidade da sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Metodologia

A pesquisa possui uma abordagem histórico-crítica fundamentada no materialismo histórico-dialético, no sentido de buscar apreender a complexidade da violência doméstica e familiar e feminicídio contra as mulheres na cidade do Natal (RN), como parte da totalidade social desta sociedade capitalista, patriarcal e racista, conformada pela unidade das relações sociais de exploração e opressão.

De acordo com Netto (2008), o método materialista histórico-dialético requer a necessária articulação entre três categorias nucleares - a totalidade, a contradição e a mediação. Trata-se de uma totalidade dinâmica, que resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade macroscópica. Já as relações entre os processos que ocorrem nas totalidades constitutivas são mediadas pelos níveis de complexidades e pela estrutura de cada totalidade, em que os sistemas de mediações internas e externas articulam as totalidades.

Os procedimentos metodológicos adotados até o momento envolveram a investigação do tipo qualitativa e quantitativa com pesquisa bibliográfica e documental sobre dados secundários a respeito da violência doméstica e familiar contra as mulheres e feminicídios no Brasil, no estado do Rio Grande do Norte (RN) e na cidade do Natal-RN, atendo-se a

dados dos anos de 2019, 2020 e 2021 para realizar análises comparativas em relação ao ano que antecedeu a pandemia da COVID-19 e os anos iniciais da pandemia. Assim, para permitir aproximações sucessivas ao objeto de estudo, foi realizada uma coleta de dados dos índices de violência doméstica contra as mulheres e feminicídio publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no Anuário Brasileiro de Segurança Pública referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021 (FBSP, 2020, 2021, 2022) e na Revista OBVIUM quanto aos anos de 2019 e 2020 (OBVIUM, 2021).

As fontes supracitadas despertam essa emergência para compreender a realidade concreta diante das suas múltiplas determinações, em aproximação, inclusive, com a categoria em que se desdobra o método dialético proposto por Marx, no cerne do rigor ontológico da pesquisa. Buscando sempre explicar as tendências do sistema patriarcal-capitalista-racista a partir da violência contra as mulheres, compreendendo as expressões de relação de força sob as determinações do neoliberalismo e de sua reprodução, ocupando um espaço de luta pelo reconhecimento e efetivação dos direitos das mulheres. É preciso, portanto, avançar nas análises a partir da perspectiva de totalidade para contemplar todas as abordagens da problemática que se discute e compreender os determinantes históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos da estrutura patriarcal capitalista-racista

Resultados e Discussões

No Brasil, a exemplo de outros países, embora tenha ocorrido queda nos registros, sabia-se que a violência estava aumentando de forma silenciosa e era preciso agir rápido. Uma das iniciativas foi a possibilidade do registro do boletim de ocorrência “on line” e a realização de campanhas de denúncias (Martins, Lagreca, Bueno, 2022).

As violências contra as mulheres são cotidianas e resultam de uma cultura patriarcal assentada no domínio político dos homens sobre as mulheres, em que muitas são violentadas e assassinadas por tentarem romper o relacionamento afetivo-sexual, conquistar autonomia financeira ou tomar qualquer atitude de questionamento a ordem patriarcal de gênero. Neste sentido, apontam Martins, Lagreca e Bueno (2022, p. 164): “paradoxalmente, é justamente quando as mulheres rompem com os papéis sociais de gênero esperados que sejam cumpridos por elas, que se encontram em maior vulnerabilidade.”

O Brasil ainda ocupa a 5ª posição no ranking de feminicídios, com o índice de 1,4 mulheres mortas para cada 100 mil mulheres, um dos maiores da América Latina e do mundo, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2023 (FBSP, 2024). Em nível estadual, o RN ocupou o 11º lugar no ranking nacional, com 1,1 feminicídios por 100 mil habitantes no ano de 2021, segundo os dados da FBSP (2022) e no ano de 2023 essa taxa aumentou para 1,4 feminicídios (FBSP, 2024). Já a realidade de Natal apresentou um índice de 0,6 feminicídios por cada 100 mil mulheres no ano de 2019 (FBSP, 2020), diminuindo para 0,4 feminicídios em 2020 e aumentando para 1,1 feminicídios em 2021 (FBSP, 2020).

Com base nos dados apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre os anos de 2019, 2020 e 2021 (FBSP, 2020, 2021, 2022), foi possível perceber a evolução do grave cenário da violência doméstica e familiar contra as mulheres na cidade do Natal-RN. Os dados obtidos demonstraram aumento dos números absolutos de violência doméstica e familiar contra as mulheres em Natal-RN de 174 (cento e setenta e quatro) em 2019 para 553 (quinhentos e cinquenta e três) em 2020 e 638 (seiscentos e trinta e oito) no ano de 2021, representando uma taxa de 19,7; 117,1 e 134,1 por 100 mil mulheres, respectivamente, o que significou um crescimento de 217,81% de 2019 para 2020 e de 15,37% de 2020 para 2021. Desse modo, os dados de 2019 representaram 12,57%, os de 2020 foram 40,51% e os de 2021 formaram 46,74% em relação ao total dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Já em relação ao feminicídio, houve um declínio em 2020 e um crescimento em 2021 em comparação ao ano de 2019, ano anterior à pandemia. Ainda com base nos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública sobre os anos de 2019, 2020 e 2021, os números de feminicídios na cidade do Natal-RN diminuíram de 03 (três) em números absolutos no ano de 2019 para 02 (dois) no ano de 2020 e aumentaram para 05 (cinco) em 2021, com uma taxa de 0,6; 0,4 e 1,1 por 100 mil mulheres, respectivamente, a cada ano, apresentando um decréscimo de 0,33% de 2019 para 2020 e indicando um acréscimo de 1,5% de 2020 para 2021. Assim, os dados de 2019 representaram 30%, os de 2020 foram 20% e os de 2021 formaram 50% do total de feminicídios na cidade do Natal-RN dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Já os dados contidos na “Revista OBVIUM: 10 anos de mortes matadas de mulheres e meninas 2011-2020” (OBVIUM, 2021), que descrevem o assassinato de mulheres e meninas como mortes matadas, registraram 03 (três) feminicídios de mulheres e meninas em 2019 e 01 (um) feminicídio em 2020 em Natal-RN. Contudo, foram também registrados outros tipos de Condutas Violentas Letais Intencionais (CVLIs) contra as mulheres, classificados como homicídio doloso, com 9 (nove) crimes em 2019 e 13 (treze) em 2020; Lesão Corporal seguido de Morte, com 1 (uma) ocorrência em 2019 e 0 (zero) em 2020. Latrocínio, sendo 0 crime em 2019 e 1 (um) em 2020; Intervenção Policial, sendo 0 (zero) ocorrência em 2019 e 1 (uma) em 2020. Desse modo, essas outras CVLIs conta as mulheres foram 13 (treze) em 2019 e 16 (dezesesseis) em 2020, muito superior aos registros de 03 (três) feminicídios em 2019 e 01 (um) em 2020, podendo indicar a existência de uma subnotificação dos crimes de feminicídio.

Sendo assim, tais registros e classificações dos assassinatos de mulheres e meninas podem indicar equívocos na tipificação dos crimes pelos (as) operadores (as) das políticas de segurança pública, pois a maioria dos crimes de feminicídio, ainda nos dias de hoje, é registrado enquanto homicídio feminino, descaracterizando a terminologia apropriada, em que o sistema de segurança pública não qualifica o assassinato de mulheres como feminicídio, desprezando a existência da discriminação pela condição de ser mulher.

Sobre esse debate, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2020, as menores taxas de feminicídios estão no Ceará, com 0,6 mortes por 100 mil mulheres, Rio Grande do Norte com 0,7 e São Paulo e Amazonas com 0,8, demonstrando que o estado do RN teve a 2ª menor tipificação de feminicídio no país. Isto ocorre porque muitos casos de feminicídios são classificados erroneamente como homicídios femininos, uma vez que a polícia não sabe indicar a autoria do crime no momento do registro. A

maioria dos feminicídios no Brasil são caracterizados como feminicídios íntimos, perpetrados pelo parceiro íntimo da vítima, companheiro ou ex-companheiro: 9 (nove) em cada 10 (dez) mulheres vítimas de feminicídio morreram pela ação do companheiro ou de algum parente (Bueno, Bohnenberger, Sobral, 2021).

Portanto, percebemos que há uma subnotificação dos dados de feminicídios referentes à cidade do Natal-RN. E sobre tal problemática, alertamos que é dever do Estado coletar esses dados, com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres conforme o art. 8, alínea h da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – a “Convenção de Belém do Pará”, aprovada em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994 (Brasil, 1996), da qual o Brasil é signatário.

A coleta e sistematização dos dados sobre as violências contra as mulheres, também, foi assegurada no artigo 8º, inciso II, da lei Maria da Penha, lei nº 11.340/2006.

Portanto, reafirmamos a necessidade da produção de dados quantitativos e qualitativos das violências contra as mulheres, no sentido de analisá-las no contexto da sociedade capitalista, patriarcal e racista, enquanto condição necessária para a efetivação de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência, responsabilização dos agressores e garantia de direitos e assistência às vítimas.

Para tanto, é fundamental compreender que a violência contra as mulheres vai além do entendimento limitado a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima – física, psíquica, sexual e moral – devendo ser entendida como violação aos direitos humanos, apoiada na ordem patriarcal de gênero, sendo, ao mesmo tempo, um instrumento do patriarcado (Saffioti, 2015). Portanto, as opressões contra as mulheres expressam-se a partir da combinação entre violência e da ideologia (Saffioti, 2015).

Sobre essa discussão, Cisne e Santos (2018), compreendem a violência contra a mulher como resultante de uma estruturação de relações patriarcais da sociedade e, de forma dialética, simultaneamente, esta violência estrutura o patriarcado, que se apropria dos corpos e da vida das mulheres em múltiplos sentidos. Logo, percebemos que as mulheres, no cotidiano, sofrem permanentemente diversas violações dos seus direitos humanos devido ao sistema patriarcal, considerado em sua unidade orgânica com o capitalismo e o racismo.

Socialmente se é estabelecido uma relação hierárquica entre homens e mulheres, em que as mulheres são oprimidas/exploradas não apenas no sentido sexual, como político, cultural, social e econômico. Há uma “... dinâmica entre controle e medo que rege o patriarcado...” (Saffioti, 2015, p. 146), que é o resultado de um pacto entre homens para manter a opressão. das relações permanentes entre os homens de competição, de agressão e de opressão.

Pensando numa ótica de totalidade social, para Saffioti (2000), o patriarcado foi se fundindo com o racismo e o capitalismo ao longo da história, o que demonstra a existência de um nó formado pelo patriarcado-racismo-capitalismo: “A sociedade é uma totalidade social, não com articulações entre elementos isolados, mas orgânica, como bem ensinou Marx” (Saffioti, 2000, p. 74). Assim, esta autora apreende o cruzamento – o que difere

de paralelismo – das contradições regidas pela simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, como um único sistema de dominação. (Saffioti, 2015).

A partir dessas análises, entendemos que a solução não consiste em um agravamento da pena, ainda que o Estado deva garantir a certeza de uma responsabilização dos agressores. É importante reconhecer os limites de um enfoque exclusivamente jurídico-punitivista, que não questiona as raízes sociais do fenômeno da violência contra as mulheres, como de um enfoque puramente culturalista, que não aborda as determinações materiais da violência, as quais estão diretamente ligadas às intrínsecas relações de exploração e opressão que atravessam a totalidade da sociedade patriarcal, racista e capitalista.

Conclusão

Com base nos dados divulgados pelo FBSP (2020, 2021, 2022), identificamos que houve altos índices de violências contra as mulheres, entre eles a expressão máxima nos feminicídios na cidade do Natal-RN. Constatamos o crescimento da violência doméstica e familiar contra as mulheres nos anos iniciais da pandemia da COVID-19 (2020/2021) em relação ao ano anterior à pandemia (2019) em Natal-RN.

Quanto aos índices de feminicídios na capital potiguar, ocorreu um declínio dos dados absolutos em 2020 e um crescimento em 2021 em relação ao ano de 2019, conforme o FBSP (2020, 2021, 2022). Ademais, os dados apresentados pela revista OBVIUM (2021) demonstraram que na realidade houve um número maior de CVLIs contra as mulheres entre os anos de 2019 e 2020 que não foram registrados como feminicídios, produzindo uma subnotificação dos dados e demonstrando a fragilidade do sistema de segurança pública em incorporar o significado do termo feminicídio.

Defendemos que são necessárias medidas eficazes que garantam a vida das mulheres, bem como políticas sociais para as mulheres saírem da condição de pobreza e quebrarem com o ciclo de subserviência na qual se encontram. Para isso, é imprescindível o fortalecimento de políticas intersetoriais de educação, saúde, trabalho, renda e assistência social para mulheres vítimas de violência, bem como de prevenção à violência através da realização de campanhas e atividades educativas de disseminação de uma cultura da igualdade de gênero e combate à misoginia e ao patriarcado.

Por fim, a compreensão das violências contra as mulheres de forma crítica e segundo uma ótica de totalidade social, capaz de apreender as relações orgânicas entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, enquanto sistema de exploração-opressão das mulheres, é fundamental para a construção de políticas públicas que enfrentem as várias dimensões desta grave realidade e garantam às mulheres o direito a uma vida sem violência.

Considerando que a categoria profissional de Assistentes Sociais consolidou um projeto ético-político profissional comprometido com a construção de uma nova ordem societária sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, devemos contribuir nas dimensões teóricas e práticas com o enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres

e o conjunto das relações de opressão-dominação-exploração que as sustentam. Portanto, é fundamental a articulação entre as lutas anticapitalistas, antirracistas e feministas pela vida das mulheres.

Referências

Brasil. Presidência da República. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher, concluída em Belém do Pará, em 09 de junho de 1994. Brasília, 1996. Disponível em: D1973. Acesso em: 08 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006. Disponível em : Lei nº 11.340. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Geral. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015. Disponível em: L13104. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL, Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021. Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília-DF, 2021. Disponível em: L14232. Acesso em: 08 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Após dois anos, chega ao fim estado de Emergência em Saúde Pública por conta da Covid-19 no Brasil. Gov.br, 22/05/2022. Disponível em: Após dois anos, chega ao fim estado de Emergência em Saúde Pública por conta da Covid-19 no Brasil - Ministério da Saúde. Acesso em: 16 maio 2023.

BUENO, S; BOHNENBERGER, M; SOBRAL, I. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo; FBSP, ano 15, p. 93-100, 2021. Disponível em: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. Acesso em : 08 ago. 2022.

CISNE, M; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo: FBSP, ano 14, 2020. Disponível em: 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2020. Acesso em: 08 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. São Paulo: FBSP, ano 15, 2021. Disponível em: 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021. Acesso em: 08 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, ano 16, 2022. Disponível em : 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022. Acesso em : 08 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP), Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, ano 18, 2024. Disponível em : 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2024. Acesso em: 08 ago. 2025.

HENRIQUE, L. Fim da pandemia da Covid-19: entenda declaração da OMS. Politize!, 10 de maio, 2023. Disponível em: Fim da pandemia da Covid-19: entenda a declaração da OMS I Politize!. Acesso em: 20 maio 2023

MARTINS, J.; LAGRECA, A.; BUENO, S. Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, ano 16, p. 164-175, 2022. Disponível em: 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Acesso: em: 08 ago. 2022.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: ABEPSS; CFESS. Serviço Social; Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009.

Obvium. Revista de crimeanálise do OBVIO – Observatório da Violência do Rio Grande do Norte – Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa, Ano 5, edição especial, nº 20: 10 Anos de Mortes Matadas de Mulheres e Meninas 2011 – 2020, Natal, 2021. 76 p.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado e violência. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Revista Crítica Marxista, v. 11, p. 71-75, 2000.

Anexos

Este espaço é reservado para o autor. Não é permitida a reprodução ou a utilização de imagens, textos ou qualquer outro conteúdo sem a devida autorização.

Feminicídios/Lesão Corporal /Mulheres/Natal/RN

CÓDIGO: HS0872

AUTOR: VICTORIA TEIXEIRA MARTINS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: RAIMUNDA FERNANDA DOS SANTOS

TÍTULO: ANÁLISE DE PLATAFORMAS COLABORATIVAS QUE UTILIZAM AS POTENCIALIDADES DAS FOLKSONOMIAS

Resumo

A ascensão da Web 2.0 impulsionou o surgimento de plataformas colaborativas, onde a produção e a organização do conhecimento se descentralizam, destacando-se a folksonomia como alternativa às taxonomias tradicionais. O artigo tem como objetivo analisar plataformas colaborativas que utilizam as potencialidades das folksonomias, em especial aquelas do domínio de fanfictions. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica com base em estudos teóricos, documental concentrada na análise de materiais próprios das plataformas e exploratória focada na identificação de plataformas que usam folksonomias. Os resultados evidenciaram a folksonomia como prática social que legitima a participação comunitária e molda a visibilidade de conteúdos. O estudo reforça sua relevância para a Ciência da Informação e sugere investigações futuras sobre inteligência artificial na etiquetagem e percepções dos usuários em diferentes contextos.

Palavras-chave: folksonomia; plataformas colaborativas; organização da informação.

TITLE: ANALYSIS OF COLLABORATIVE PLATFORMS THAT USE THE POTENTIAL OF FOLKSONOMIES

Abstract

The rise of Web 2.0 has driven the emergence of collaborative platforms, where knowledge production and organization are decentralized, with folksonomy standing out as an alternative to traditional taxonomies. This article aims to analyze collaborative platforms that utilize the potential of folksonomies, especially those in the fanfiction domain. The methodology used was bibliographic research based on theoretical studies, documentary research focused on analyzing the platforms' own materials, and exploratory research focused on identifying platforms that use folksonomies. The results highlighted folksonomy as a social practice that legitimizes community participation and shapes content visibility. The study reinforces its relevance for Information Science and suggests future research on artificial intelligence in labeling and user perceptions in different contexts.

Keywords: folksonomy; collaborative platforms; information organization.

Introdução

INTRODUÇÃO

A ascensão da Web 2.0 ou Web Social revolucionou a forma como os usuários interagem com conteúdos digitais, dando origem a plataformas colaborativas onde a produção e organização das informações são descentralizadas, dinâmicas e participativas.

Nesse contexto surgem as folksonomias, que segundo Santos e Corrêa (2018, p. 29) são “o resultado do processo de etiquetagem livre (atribuição de etiquetas, palavras-chave) realizada pelos usuários mediante o emprego de termos provenientes de linguagem natural”, também podem ser entendidas como um sistema de classificação alternativo às taxonomias tradicionais, permitindo que os próprios usuários categorizem conteúdos por meio de tags. Esse sistema é especialmente relevante em ambientes de cultura participativa, como as plataformas de fanfictions, obras literárias criadas por fãs a partir de universos pré-existentes (como filmes, livros ou séries).

Esta pesquisa tem como objetivo analisar plataformas colaborativas que utilizam as potencialidades das folksonomias, em especial aquelas do domínio de fanfictions.

Este estudo aprofunda a compreensão de como comunidades de usuários, sem uma autoridade central, criam e mantêm sistemas de organização do conhecimento, oferecendo insights valiosos para a Ciência da Informação sobre a evolução da catalogação em ambientes digitais e a aplicação de modelos alternativos às taxonomias tradicionais.

Além disso, as plataformas de fanfiction, como o AO3 e o Wattpad, são ecossistemas digitais com milhões de usuários e um volume de conteúdo imenso. A análise de como as folksonomias operam nessas plataformas permite entender a dinâmica de produção e consumo de conteúdo digital em larga escala, com implicações diretas para a indústria do entretenimento, que tem buscado cada vez mais inspiração e talentos nessas comunidades.

A escolha dessas plataformas deve-se à sua popularidade e à adoção de abordagens distintas quando se trata das folksonomias: enquanto o Archive of Our Own (AO3) emprega um sistema híbrido de folksonomias (com tags livres e curadoria comunitária), o Wattpad combina categorias fixas e folksonomias livres com algoritmos de recomendação.

A realização desta pesquisa se justifica pela crescente relevância das plataformas de fanfiction no cenário digital contemporâneo. Embora a folksonomia seja amplamente discutida na academia em contextos como redes sociais, sua aplicação específica em plataformas de fanfiction ainda carece de investigações aprofundadas.

Do ponto de vista prático, compreender os mecanismos de organização e representação colaborativa da informação nessas plataformas pode contribuir para o desenvolvimento de ferramentas mais eficientes de busca e categorização de conteúdo colaborativo.

Esta pesquisa integra o projeto de pesquisa “Aplicações das Folksonomias em plataformas colaborativas: análise de diferentes facetas da representação da informação e do conhecimento em ambientes digitais” (PVE 22619-2024).

Esta investigação se articula com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de qualidade), uma vez que o estudo revela como as comunidades de fãs organizam e compartilham o conhecimento de forma colaborativa. Essa análise pode ser utilizada para entender novas formas de categorização e disseminação da informação, que podem ser aplicadas em ambientes educacionais e bibliotecas para tornar os recursos mais acessíveis e relevantes para os usuários.

Este estudo também se articula com os objetivos 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), pois as folksonomias no universo das fanfictions representam um sistema de organização de conhecimento inovador e criado pelos próprios usuários, que supera as limitações de sistemas hierárquicos tradicionais. O estudo da eficácia dessas folksonomias oferece insights valiosos para o desenvolvimento de infraestruturas digitais mais eficientes e centradas no usuário.

Metodologia

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotou uma abordagem metodológica abrangente, combinando diferentes técnicas de pesquisa para analisar plataformas digitais que utilizam as potencialidades das folksonomias, com foco nas plataformas de fanfictions.

A pesquisa bibliográfica foi realizada para a identificação e análise de produções científicas que citam ou analisam diferentes plataformas colaborativas, além de contribuir para a elaboração do referencial teórico deste estudo. As buscas foram realizadas nas bases de dados BRAPCI (Base de dados em Ciência da Informação), Portal CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Web of Science, Scopus e LISA, estabelecendo como recorte temporal o período de 2015 - 2024.

Na oportunidade, foram empregados os seguintes termos de busca: "Folksonomia AND plataformas colaborativas", "Folksonomia AND sistemas colaborativos", "Folksonomia AND modelos colaborativos", "Folksonomia AND representação da informação", "Folksonomia AND representação do conhecimento", "Folksonomia AND Sistemas de Organização do Conhecimento", "Folksonomia AND catalogação", "Folksonomia AND ontologias", "Folksonomia AND taxonomias", "Folksonomia AND tesouros", "Folksonomia AND Inteligência Artificial" e "Folksonomia AND Sistemas híbridos de Organização do Conhecimento".

No total foram recuperados 244 trabalhos, sendo 166 artigos e 78 teses ou dissertações. Dos 244 trabalhos recuperados, 14 foram duplicados, resultando em 230 trabalhos únicos. Destes, 155 apresentavam relação ao tema e foram submetidos a leitura técnica com base na norma ABNT NBR 12676.

Na etapa de seleção, 81 trabalhos foram descartados por não mencionarem plataformas colaborativas que utilizam a folksonomia. O corpus final da pesquisa, portanto, é composto por 74 trabalhos, que citam um total de 62 plataformas distintas. Essas plataformas foram analisadas com vistas a identificação das suas principais características.

Com base na análise, duas plataformas que operam no domínio de fanfictions foram selecionadas para um estudo aprofundado sobre o funcionamento de suas etiquetas e filtros: o Archive of Our Own (AO3) e o Wattpad.

Paralelamente, a pesquisa documental concentrou-se na análise de materiais próprios das plataformas estudadas a partir da pesquisa descritiva. Essa etapa possibilitou descrever como as plataformas orientam formalmente seus usuários na aplicação das tags e como essas regras são interpretadas na prática cotidiana.

Resultados e Discussões

FOLKSONOMIAS E FANFICTIONS

A folksonomia se consolida como um sistema de organização do conhecimento dinâmico, onde os próprios usuários atribuem tags para organizar conteúdos, criando estruturas emergentes de significado. Esse método contrasta as taxonomias tradicionais por sua natureza adaptável e descentralizada (Santos, 2019).

Na prática, as folksonomias podem se manifestar de algumas maneiras principais. Wal (2005) reconhece duas maneiras que essa etiquetagem se comporta: a folksonomia restrita (apenas o autor, ou um grupo restrito, pode adicionar tags) e a folksonomia ampla (todos os usuários podem adicionar tags livremente; Silva e Miranda (2013) propõe a folksonomia híbrida, onde os usuários podem adicionar tags livremente, mas existe algum sistema de curadoria ou taxonomia na plataforma.

No contexto das fanfictions, obras derivadas que reinventam universos fictícios, essa flexibilidade é especialmente valiosa. As fanfictions se diversificam em tipologias como canônicas (fanfictions que seguem a linha do tempo canônica da obra em que foi inspirada), Alternate Universes (histórias que se passam em universos alternativos ao da obra original) e crossovers (histórias que misturam elementos de duas obras originais distintas).

Plataformas como o AO3 e o Wattpad utilizam a folksonomia para categorizar essas variações, permitindo buscas por tags como “#slowburn” (um romance que se

desenvolve lentamente) ou “#enemiestolovers” (um romance entre personagens que começam como inimigos). Essa simbiose entre classificação colaborativa e criatividade dos fãs resulta em um ecossistema único, onde a organização do conhecimento reflete diretamente as práticas culturais da comunidade.

As Folksonomias em plataformas colaborativas se destacam por sua natureza descentralizada e participativa. Diferente das taxonomias e vocabulários controlados, que são criados por especialistas e seguem regras rígidas, elas permitem que a representação dos recursos seja feita pelos próprios usuários (Barros; Sales; Rosa, 2022). Cada pessoa pode atribuir tags livres usando a sua linguagem natural, o que torna o sistema extremamente flexível e dinâmico, adaptando-se em tempo real às tendências e aos interesses da comunidade. Essa abordagem reflete a diversidade de perspectivas e a evolução constante dos conteúdos.

A principal característica das folksonomias reside na sua capacidade de gerar uma descrição rica e detalhada, capturando nuances que um sistema formal poderia ignorar. No entanto, essa liberdade traz desafios, como a falta de padronização (Brandt, 2023). É comum encontrar variações, sinônimos e erros de ortografia para um mesmo conceito, o que pode dificultar a recuperação da informação de forma consistente. Apesar desses obstáculos, a inteligência coletiva da comunidade muitas vezes supera as inconsistências, criando um sistema de organização do conhecimento que é autêntico, relevante e mais alinhado às necessidades de seus usuários do que qualquer estrutura centralizada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo das 62 plataformas revelou um panorama diversificado de estruturas e funcionalidades, com particularidades que refletem seus propósitos e públicos-alvo. A análise identificou 6 tipos de estruturas de representação do conhecimento, foram elas: folksonomia pura (22 ocorrências), folksonomia híbrida (7 ocorrências), taxonomia (33 ocorrências), ontologia (8 ocorrências), classificação facetada (17 ocorrências) e tesauro (2 ocorrências). As plataformas que utilizam ontologias incluem Alfresco, XWiki, Google Acadêmico, ResearchGate, Geo-Wiki, MovieLens, OpenStreetMap e WITH Culture; aquelas que adotam tesauros são Capes e Tainacan; e as que utilizam taxonomias incluem Amazon, Archive of Our Own (AO3), Bitzi, Deezer, Diigo, Disney+, Fanfiction.Net, Globo Play, Goodreads, Google Trends, HBO MAX, Last.fm, LibraryThing, LinkedIn, Netflix, Nyah! Fanfiction, Pixabay, Shelfari, Skoob, Spirit Fanfic e Histórias, Spotify, Stack Overflow, Sustweetability, Telecine Play, The Reading Room, Tidal, TikTok, Tumblr, Twitch TV, Wattpad, Wikipedia, Yahoo, Yelp e YouTube.

Nos repositórios digitais como o Tainacan, observou-se uma tendência à adoção de sistemas híbridos, onde a folksonomia é combinada com estruturas taxonômicas mais tradicionais. Essa abordagem mostrou-se eficaz para lidar com a diversidade de materiais presentes nesses ambientes, permitindo ao mesmo tempo a flexibilidade necessária para acomodar novos conteúdos e a estruturação requerida para garantir a recuperação precisa da informação.

As plataformas de patrimônio cultural, como Arquigrafia, apresentaram configurações semelhantes, embora com maior ênfase na curadoria especializada devido à natureza de seus arquivos. Embora utilize a colaboração do público para enriquecer as descrições, essa plataforma combina a inteligência coletiva com um vocabulário controlado, garantindo a qualidade e a confiabilidade das informações.

As plataformas de vídeo analisadas demonstraram abordagens distintas na implementação de sistemas de organização do conhecimento. Enquanto o YouTube adota uma folksonomia ampla, com tags livres atribuídas pelos usuários, a Netflix emprega um sistema altamente estruturado baseado em taxonomias profissionais e algoritmos de recomendação. O Pixabay, por sua vez, apresenta uma solução intermediária, combinando tags livres com categorias pré-definidas.

No domínio das plataformas de áudio, o Spotify e a Last.fm mostraram configurações interessantes de folksonomia assistida, onde as tags iniciais sugeridas pelos usuários são posteriormente processadas e organizadas por sistemas automatizados. Essa abordagem se mostrou eficiente para lidar com o grande volume de conteúdo e as diversas formas de classificação possíveis para itens musicais.

As plataformas de jogos digitais, representadas pela Steam nesta análise, apresentaram um sistema peculiar que combina elementos de folksonomia com características de ontologias, permitindo relações complexas entre diferentes elementos dos jogos. Essa estrutura se mostra adequada para lidar com a natureza multidimensional dos produtos da indústria de games.

As plataformas literárias e ficcionais apresentaram uma variedade de abordagens para a organização do conteúdo. Enquanto Skoob e Goodreads adotam sistemas predominantemente taxonômicos, estruturando a informação em categorias pré-definidas (como gêneros, autores, séries e estantes temáticas) com alguma flexibilidade para tags de usuários, o LibraryThing implementou uma folksonomia híbrida mais sofisticada. O Archive of Our Own (AO3), por sua vez, destacou-se por seu sistema único de curadoria comunitária.

Um achado importante foi a correlação entre o tipo de conteúdo predominante da plataforma e o sistema de organização adotado. Plataformas com materiais majoritariamente visual tendem a usar sistemas mais simplificados, enquanto aquelas com conteúdo textual complexo desenvolveram estruturas de etiquetagem mais sofisticadas. Essa observação sugere que a natureza do conteúdo é um fator determinante no design dos sistemas de organização do conhecimento.

A análise também revelou diferenças significativas na documentação e orientações fornecidas aos usuários sobre as práticas de etiquetagem. Enquanto 25.8% das plataformas oferecem diretrizes detalhadas e sistemas de suporte ativo, a maioria (74.2%) deixa a aplicação de tags completamente à discrição dos usuários, resultando em maior variabilidade e, em alguns casos, inconsistências na classificação.

Outro aspecto relevante identificado foi a relação entre o modelo de governança da plataforma e seu sistema de organização do conhecimento. Plataformas com forte componente comunitário tendem a implementar folksonomias mais abertas, enquanto

aquelas com gestão mais centralizada optaram por sistemas mais estruturados. Essa correlação sugere que as estruturas de poder e tomada de decisão dentro das plataformas influenciam significativamente seus sistemas de organização da informação.

O estudo revelou a emergência de padrões interessantes na evolução dos sistemas de organização. Muitas plataformas demonstraram uma tendência de migração de modelos puros (sejam folksonomias puras ou taxonomias puras) para sistemas híbridos, sugerindo um reconhecimento crescente dos benefícios de combinar diferentes abordagens. Essa observação tem implicações relevantes para o design futuro de sistemas de organização do conhecimento em ambientes digitais.

De acordo com Santos e Albuquerque (2022), os Sistemas Híbridos de Organização do Conhecimento são instrumentos que combinam as potencialidades e a semântica emergente das folksonomias com a estrutura e o rigor dos instrumentos tradicionais de representação do conhecimento, como taxonomias, tesouros e ontologias.

A adoção de modelos híbridos busca superar as limitações de cada abordagem isolada. Enquanto as folksonomias puras podem sofrer com a falta de padronização, ambiguidade e imprecisão, os sistemas tradicionais, como taxonomias, podem ser rígidos e não refletir a linguagem natural e as necessidades de busca dos usuários.

Dessa forma, a hibridização aproveita o melhor dos dois mundos: a flexibilidade e a riqueza descritiva das tags livres com a consistência e a autoridade dos vocabulários controlados. O resultado é um sistema de organização do conhecimento mais robusto, que não apenas torna a informação mais precisa e recuperável, como também se mantém dinâmico e relevante para a comunidade.

ARCHIVE OF OUR OWN (AO3)

O Archive of Our Own (AO3) emergiu como um caso paradigmático de implementação de folksonomia em plataformas colaborativas. Sua estrutura de organização do conhecimento revela uma abordagem inovadora que combina a liberdade criativa dos usuários com mecanismos robustos de curadoria comunitária. Uma análise mais profunda revela que seu sistema de organização opera em três níveis interconectados:

No nível básico, a plataforma permite a atribuição livre de tags pelos autores na fanfiction e pelos usuários por meio de bookmarks, caracterizando uma folksonomia ampla. Essa liberdade criativa, embora impressionante pela sua riqueza terminológica, gera desafios significativos de ambiguidade e redundância. A proliferação de múltiplas variações para um mesmo conceito (como "Neil as Nathaniel", "Neil Josten as Nathaniel Wesninski" e "Neil is Nathaniel") pode dificultar a busca e a organização das informações.

O segundo nível consiste no trabalho dos chamados de Tag Wranglers, voluntários que atuam como curadores semânticos. Eles estabelecem relações entre tags através de quatro tipos principais de conexões: equivalência (sinônimos), inclusão (meta-tags), hierarquia (tags gerais e específicas) e associações (tags relacionadas). Esse processo de organização inclui a criação de "tags canônicas", termos padronizados que agrupam variações de um mesmo conceito, transformando assim a diversidade inicial de tags em

uma rede semântica coerente que preserva a riqueza descritiva da folksonomia original enquanto otimiza a recuperação da informação. Para ilustrar o processo, o **Anexo A** apresenta um exemplo de tag canônica, evidenciando como diferentes variações criadas pelos usuários são reunidas sob um mesmo termo padronizado.

No terceiro nível, a plataforma implementa um sistema de filtragem de tags que permite aos usuários navegar por essa rede semântica de maneiras complexas. Os filtros operam em três eixos principais: inclusão (apenas mostrar obras com determinada tag), exclusão (não mostrar obras com determinada tag) e outros (apenas mostrar obras acima de certa quantidade de palavras, ou apenas mostrar obras completas). Essa funcionalidade transforma a folksonomia de um mero sistema de classificação em uma poderosa ferramenta de descoberta. Conforme pode ser observado no **Anexo B**, o sistema de filtros do AO3 oferece uma interface que possibilita ao leitor refinar sua busca de acordo com múltiplos critérios, ampliando significativamente as possibilidades de acesso à informação.

Um aspecto interessante do AO3 é o tratamento dos avisos de conteúdo. A plataforma adota uma solução híbrida para conciliar a proteção dos usuários com a liberdade criativa. Embora os avisos sigam um sistema fechado com apenas seis opções pré-definidas, garantindo um alerta padronizado, os autores podem complementar essas informações com tags livres, oferecendo avisos adicionais e nuances específicas ao seu trabalho. Essa combinação demonstra a natureza híbrida do sistema de organização da plataforma, que busca equilibrar as necessidades de segurança com a expressão individual dos usuários.

A arquitetura multifacetada consegue manter as vantagens da folksonomia pura, como a riqueza descritiva e adaptabilidade, superando ao mesmo tempo limitações tradicionais como ambiguidade e redundância. O resultado é um sistema que funciona simultaneamente como instrumento preciso de classificação e como ferramenta dinâmica de descoberta, mantendo abertura para expressão criativa.

WATTPAD

O Wattpad apresenta um modelo distinto de organização do conhecimento baseado em uma estrutura híbrida que combina categorias pré-definidas com tags limitadas e algoritmos de recomendação. Essa abordagem reflete uma tentativa de equilibrar a flexibilidade da folksonomia com a necessidade de estruturação em uma plataforma de grande escala.

No nível básico, a plataforma permite que os autores atribuam até 5 tags por obra, além de selecionar uma categoria principal. Essa limitação intencional resulta em uma folksonomia mais controlada, onde as tags tendem a ser genéricas (“romance”, “fantasia”) em vez de altamente específicas. Essa estratégia busca evitar a fragmentação excessiva da classificação, mas ao mesmo tempo reduz a diversidade terminológica presente no sistema.

No segundo nível, o Wattpad utiliza categorias e subcategorias rígidas, definidas pela própria plataforma, que funcionam como uma taxonomia centralizada. Essas categorias não são editáveis pelos usuários, o que garante uma padronização mínima, mas também

restringe a possibilidade de representação de conteúdos mais específicos ou de nicho. Diferentemente do AO3, em que a comunidade atua ativamente na construção semântica do sistemas, no Wattpad os usuários têm pouca influência direta sobre a estrutura organizacional. Nesse contexto, o **Anexo C** ilustra como o campo de atribuição de tags disponibilizado ao autor funciona apenas como um recurso complementar, reforçando a centralização da organização realizada pelo sistema.

O sistema de recomendação desempenha um papel central na organização das obras, utilizando algoritmos que analisam padrões de leitura, histórico de usuários e métricas de engajamento. Esse mecanismo influencia significativamente a visibilidade das obras, criando uma dinâmica onde narrativas populares tendem a receber maior atenção. A navegação na plataforma ocorre através de três vias: categorias editoriais fixas; recomendações personalizadas baseadas no comportamento do usuário; e listas curadas editorialmente (“Wattpad Picks”). Essa estrutura prioriza a descoberta casual de conteúdo sobre buscas altamente específicas.

Um aspecto distintivo do Wattpad é seu tratamento dos gêneros literários, onde a plataforma emprega uma lista controlada de categorias combinada com tags sugeridas. Essa abordagem busca reduzir problemas comuns em folksonomias puras, como ambiguidade terminológica e variações ortográficas, enquanto mantém algum grau de flexibilidade na classificação. A plataforma demonstra assim uma implementação particular de sistema de organização, adaptada às necessidades de uma comunidade massiva e diversificada. Essa perspectiva demonstra um equilíbrio entre a estruturação necessária para gerenciar grande volume de conteúdo e a flexibilidade desejada pelos usuários.

Conclusão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da Ciência da Informação, os resultados demonstram a relevância da folksonomia como prática de organização dinâmica, capaz de refletir a cultura participativa e as necessidades emergentes dos usuários. Ao mesmo tempo, destacam os limites desse modelo quando não é acompanhado de estratégias de curadoria ou de integração com estruturas mais formais de classificação. O panorama identificado nas 62 plataformas mapeadas corrobora essa tendência, indicando um movimento em direção a sistemas híbridos que conciliam a flexibilidade e o controle.

Além das contribuições teóricas, este estudo aponta implicações práticas. A compreensão das escolhas organizacionais dessas plataformas pode orientar o desenvolvimento de ambientes digitais mais inclusivos, nos quais a indexação reflita a espontaneidade criativa dos usuários e a necessidade de recuperação eficiente de informação.

A análise desenvolvida neste artigo permitiu compreender como a folksonomia se manifesta em plataformas colaborativas, em especial aquelas dedicadas ao domínio das fanfictions, como o Archive of Our Own (AO3) e o Wattpad, evidenciando o papel crucial da organização do conhecimento para a mediação entre a produção criativa e o acesso à informação.

O estudo mostrou que, embora ambas as plataformas adotem elementos das folksonomias, suas escolhas estruturais refletem filosofias distintas quanto ao equilíbrio entre liberdade dos usuários, padronização e mediação.

O AO3 se destacou por sua arquitetura baseada em uma folksonomia híbrida com forte participação comunitária, onde a liberdade de etiquetagem é conciliada com processos de curadoria. Essa configuração amplia a riqueza descritiva das obras ao mesmo tempo que oferece mecanismos eficazes de busca e recuperação da informação. No Wattpad foi adotada uma estratégia mais centralizada, combinando categorias rígidas, limitação de tags e algoritmos de recomendação, privilegiando a descoberta de narrativas populares em detrimento da diversidade semântica. Essas diferenças revelam que os sistemas de organização do conhecimento não são neutros, mas expressam escolhas de governança, prioridades de design e concepções sobre o papel dos usuários.

Conclui-se que a folksonomia ultrapassa a função de ferramenta técnica e se afirma como um espaço de interação social, no qual diferentes grupos legitimam práticas e constroem visibilidade. Trabalhos futuros podem aprofundar a comparação entre outros tipos de plataformas, investigar o impacto da inteligência artificial nos processos de etiquetagem e analisar as percepções dos próprios usuários, ampliando a compreensão sobre como o conhecimento é organizado dentro de plataformas digitais colaborativas.

Referências

REFERÊNCIAS

BARROS, C. M.; SALES, R.; ROSA, R. V. **Folksonomias**: estrutura e aplicações. *Informação & Informação*, v. 27, n. 1, 2022.

BRANDT, M. B. Etiquetagem e folksonomia: uma análise sob a óptica dos processos de organização e recuperação da informação na web. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2009.

SANTOS, R. F. **Indexação de xilogravuras em versos**: a representação entre o real e o imaginário coletivo. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, 2019.

SANTOS, R. F.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Aplicabilidade da Folksonomia na construção e atualização de Sistemas híbridos de Organização do Conhecimento. **Ponto de Acesso**, Bahia, v. 15, n. 3, 2021.

SANTOS, R. F.; CORREA, R. F. Análise das definições de folksonomia: em busca de uma síntese. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 23, n. 2, 2018.

SILVA, M. R. B.; MIRANDA, Z. D. Estudo sobre a adoção da folksonomia em sistemas de informação: uma proposta de hibridismo. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 14, 2013.

ORGANIZATION FOR TRANSFORMATIVE WORKS. **Tags FAQ**: Archive of Our Own. [Nova Iorque], [201-]. Disponível em:
https://archiveofourown.org/faq/tags?language_id=en. Acesso em: 17 ago. 2025.

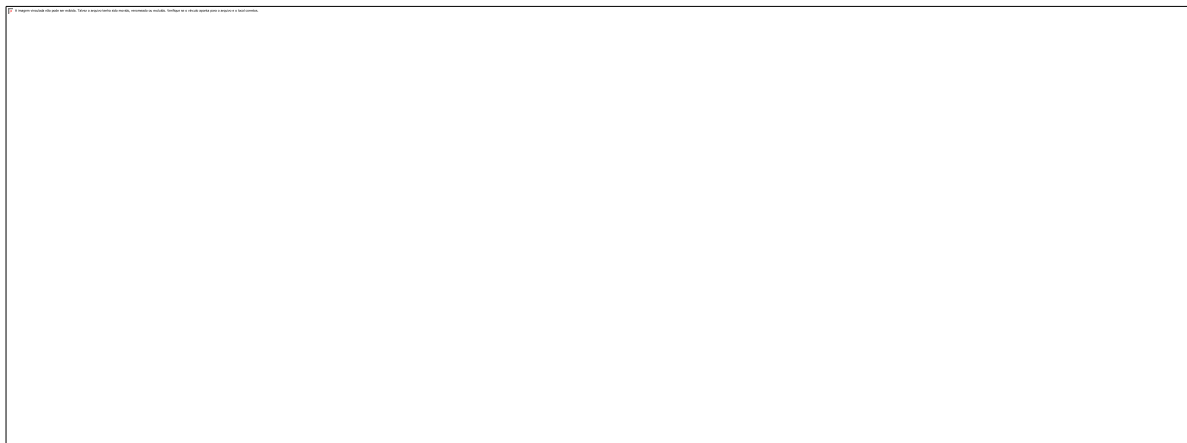
ORGANIZATION FOR TRANSFORMATIVE WORKS. **Wrangling Guidelines**: Archive of Our Own. [Nova Iorque], [201-]. Disponível em:
https://archiveofourown.org/wrangling_guidelines. Acesso em: 17 ago. 2025.

WAL, V. **Explaining and Showing Broad and Narrow Folksonomies**. 2005. Disponível em: <https://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=1635>. Acesso em: 26 ago. 2025.

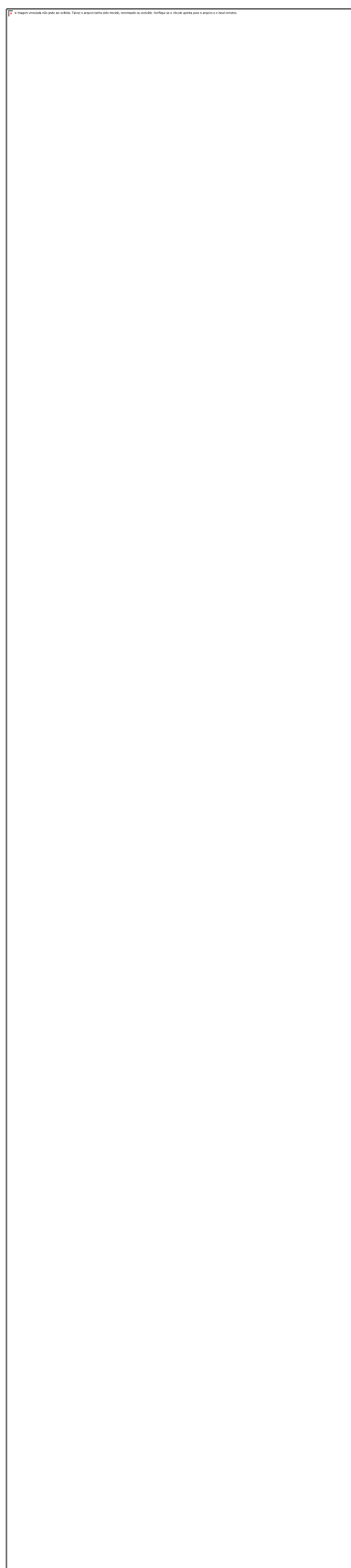
WAL, V. **Folksonomy**. 2007. Disponível em:
<https://www.vanderwal.net/folksonomy.html>. Acesso em: 1 ago. 2025.

WEBTOON ENTERTAINMENT. **Wattpad**. [S.l.], 2025. Disponível em:
<https://www.wattpad.com/home>. Acesso em: 15 ago. 2025.

Anexos



Anexo A - Tag canônica “Neil Josten as Nathaniel Wesninski” e tags equivalentes.



Anexo B - Sistema de filtragem do AO3.

Anexo C - Campo para atribuição de tags pelo autor.

CÓDIGO: HS0904

AUTOR: ANDRÉIA KAROLINY NOBRE DANTAS

ORIENTADOR: GABRIELLE FRANCINNE DE SOUZA CARVALHO TANUS

TÍTULO: Parâmetros das bibliotecas escolares

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo diagnosticar a situação das bibliotecas escolares do município de Natal/RN, tendo como base inicial o levantamento realizado nas escolas estaduais do Rio Grande do Norte. No diagnóstico estadual, conduzido por meio de questionário estruturado enviado a 586 escolas, obtiveram-se 121 respostas, das quais 107 confirmaram possuir biblioteca. Os resultados indicaram limitações quanto ao horário de funcionamento, acervo, mobiliário, equipamentos e serviços, além da ausência do bibliotecário, cuja importância foi destacada pelos gestores.

Diante desse cenário, a investigação voltou-se para as bibliotecas escolares da rede municipal de Natal, onde o mesmo instrumento foi aplicado às 72 escolas, obtendo-se 26 respostas. O estudo evidenciou que as unidades municipais enfrentam desafios semelhantes aos da rede estadual, relacionados à infraestrutura precária, recursos limitados e falta de profissionais especializados. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas que assegurem condições adequadas e consolidem a biblioteca escolar como espaço essencial de leitura, aprendizagem e inclusão.

Palavras-chave: Biblioteca escolar; Diagnóstico; Política pública.

TITLE: School library parameters

Abstract

This research aimed to diagnose the situation of school libraries in the municipality of Natal, Rio Grande do Norte, based initially on a survey conducted in state schools in Rio Grande do Norte. The statewide assessment, conducted through a structured questionnaire sent to 586 schools, yielded 121 responses, of which 107 confirmed having a library. The results indicated limitations regarding opening hours, collections, furniture, equipment, and services, in addition to the absence of a librarian, the importance of which was highlighted by administrators.

Given this scenario, the investigation focused on school libraries in the Natal municipal network, where the same instrument was administered to 72 schools, yielding 26 responses. The study highlighted that municipal libraries face similar challenges to those of the state network, related to poor infrastructure, limited resources, and a lack of specialized professionals. The findings reinforce the need for public policies that ensure adequate conditions and consolidate school libraries as essential spaces for reading, learning, and inclusion.

Keywords: School library; Diagnosis; Public policy.

Introdução

A biblioteca escolar ultrapassa a função de simples repositório de livros e se consolida como um espaço multifuncional indispensável para a promoção do conhecimento, da cultura e da cidadania. No âmbito educativo, assume papel central no desenvolvimento dos estudantes, incentivando a leitura, a pesquisa e o pensamento crítico. Mais do que disponibilizar recursos informacionais, configura-se como um ambiente de socialização e troca de saberes, fundamentais para a formação de cidadãos conscientes e participativos. Ao promover a inclusão e valorizar a diversidade cultural, oferece materiais que representam diferentes perspectivas e experiências. Nesse sentido, Paiva (2018) enfatiza que “a biblioteca escolar deve ser vista como um centro de conhecimento dinâmico, onde o acesso à informação e o estímulo à leitura são fundamentais para a construção de uma sociedade mais crítica e participativa.”

A biblioteca escolar disponibiliza ampla gama de recursos – livros impressos e digitais, revistas, jornais e bases de dados eletrônicas – que ampliam as possibilidades de aprendizagem para além da sala de aula. Campello (2002) ressalta que esse espaço possibilita aos alunos

explorar diversas fontes de conhecimento, favorecendo a pesquisa e o desenvolvimento da autonomia intelectual. Além disso, constitui-se como local de práticas culturais e acadêmicas, como feiras de livros e palestras, que enriquecem a vida escolar, incentivam a leitura e fortalecem os laços da comunidade escolar, tornando-a mais coesa e engajada.

A presença do bibliotecário qualificado é condição essencial para o funcionamento pleno da biblioteca escolar, uma vez que ele organiza o acervo, facilita o aprendizado e auxilia os estudantes no desenvolvimento das competências informacionais. Esse profissional atua orientando a busca por informações relevantes, além de estimular a leitura crítica e reflexiva. De acordo com Campello (2002), a biblioteca exerce função educativa ao formar leitores e desenvolver competências informacionais, capacitando os estudantes a encontrar, selecionar e interpretar informações em múltiplos formatos. O bibliotecário, ainda, colabora com os professores, integrando a biblioteca ao currículo escolar e garantindo seu papel estratégico no processo de ensino-aprendizagem.

No campo legal, a Lei nº 12.244/2010 estabeleceu a obrigatoriedade da presença de bibliotecas em todas as instituições de ensino brasileiras, focando principalmente em sua existência física e na presença do bibliotecário, mas sem detalhar sua integração ao projeto pedagógico. Avançando nesse cenário, a Lei nº 14.836/2024, sancionada pelo presidente Lula, define as bibliotecas escolares como equipamentos culturais obrigatórios e essenciais ao processo educativo. Essa nova legislação busca democratizar o acesso à informação, desenvolver competências em leitura e escrita e consolidar as bibliotecas como espaços integrados ao ensino-aprendizagem, abertos também ao estudo, ao lazer e ao convívio da comunidade escolar. Assim, para que a Lei nº 12.244/2010 alcance seu pleno potencial, é necessário que as bibliotecas sejam dinamicamente articuladas aos projetos pedagógicos, promovendo nos alunos habilidades críticas, criativas e cidadãs.

A biblioteca escolar, portanto, é um espaço de descoberta, reflexão e aprendizado autônomo, onde os estudantes desenvolvem a capacidade de pensar criticamente e agir de forma independente. Integrar a educação em direitos humanos e cidadania ao currículo constitui passo fundamental para a formação de cidadãos ativos e conscientes de seu papel social. A responsabilidade pela formação de bons leitores é compartilhada por professores, bibliotecários e gestores, devendo ir além da decodificação de textos para fomentar o prazer e o hábito da leitura.

Metodologia

Esta pesquisa exploratória busca aprofundar a discussão diante de uma situação, que, inclusive, não apresenta qualquer outra pesquisa nessa direção de mapear o funcionamento das bibliotecas nas escolas da rede pública de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Devido à escolha metodológica para esse tipo de pesquisa, que visa a construir certo retrato em dado momento, ela se classifica mais adequadamente, segundo o seu objetivo geral, como uma pesquisa descritiva, em virtude da concentração em descrever um fenômeno, no caso, das bibliotecas escolares a partir de um instrumento padronizado de coleta de dados cujo predomínio se concentra em dados quantitativos.

Essa abordagem quantitativa aproxima-se dos propósitos do método de pesquisa conhecido como levantamento, que busca conhecer mais sobre determinado fenômeno, as características de um grupo ou seu comportamento. Assim, para recolher mais informações sobre o objetivo de estudo – que são as bibliotecas escolares situadas em diferentes localidades na capital de Natal –, utilizamos como técnica de coleta de dados um questionário estruturado (com respostas fechadas) criado na plataforma do Google Forms. A escolha dessa ferramenta se deu por sua praticidade e capacidade de alcançar, de forma eficiente, os respondentes em diferentes unidades escolares.

O questionário foi direcionado às 72 escolas da rede municipal de ensino de Natal, conforme listagem oficial disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), excluindo, na coleta de dados, os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), que apresentam outras características. O questionário contém 58 perguntas distribuídas nas seguintes dimensões: perfil da escola; em relação à biblioteca; biblioteca na escola; mobiliário e equipamentos; computadores; acervo; condições de organização do acervo; serviços e atividades oferecidas; pessoal. A coleta de dados foi feita por meio de questionários aplicados aos gestores (diretores) escolares, durante o mês de outubro de 2024. Foram enviados mais dois e-mails solicitando a contribuição na pesquisa, tendo como desafio e limitação da pesquisa a colaboração dos respondentes.

Foram obtidas ao total 26 respostas, o que totaliza 36,1%. Após a coleta, os dados foram processados utilizando software Excel, que possibilitou a organização, a tabulação e à interpretação dos dados quantitativos. Apenas a última questão dos comentários foi aberta, tendo sido utilizada por 5 respondentes.

Resultados e Discussões

Na presente pesquisa, foram obtidas 26 respostas dos diretores/gestores das escolas, correspondendo a 36,1% do total, abrangendo as quatro regiões administrativas de Natal. A Zona Norte concentrou o maior número de escolas participantes (10), seguida da Zona Oeste (9), Zona Leste (4) e Zona Sul (3), garantindo representatividade mínima de três respostas em todas as regiões. Essa distribuição reflete a diversidade socioeconômica das áreas atendidas e permite uma análise ampla das condições das bibliotecas escolares na cidade. As escolas apresentaram grande variação no número de estudantes matriculados, entre 202 e 1.380 alunos, o que também se refletiu na composição do corpo docente, variando de 9 a 80 professores, e no número de funcionários, entre 12 e 112. Observou-se que a maioria das instituições oferece aulas nos turnos matutino e vespertino, enquanto sete contam ainda com funcionamento noturno. Quanto às etapas de ensino, identificou-se a presença do Ensino Fundamental I em 23 escolas (88,5%), do Ensino Fundamental II em 9 (34,6%) e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 6 (23,1%). O turno noturno correspondeu justamente à oferta da EJA. O Ensino Fundamental, responsabilidade do município, abrange estudantes de 6 a 14 anos em nove anos de formação, sendo que o Fundamental I (1º ao 5º ano) corresponde ao início do processo de alfabetização e introdução de conceitos educativos essenciais, enquanto o Fundamental II (6º ao 9º ano) aprofunda a aprendizagem em problemas mais complexos e desenvolve competências de autonomia, cidadania e responsabilidade. Além disso, a Educação Infantil, também de responsabilidade municipal, compreende creches (crianças até 3 anos) e pré-escolas (até 5 anos), organizadas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI). Nesses espaços, não há bibliotecas institucionalizadas com presença de bibliotecários, tendo sido objeto de pesquisa específica. Ressalta-se que a criação de um Sistema de Bibliotecas Escolares em Natal é indispensável e deve incluir os CMEI's em seu projeto. Com esse panorama delineado, a pesquisa avançou para a definição do perfil das bibliotecas escolares das escolas públicas do município.

A pesquisa investigou o conhecimento dos diretores/gestores das escolas sobre a Lei Federal nº 12.244/2010, que estabelece a obrigatoriedade de bibliotecas nas escolas com a presença do bibliotecário. Dos 26 participantes, 19 afirmaram conhecer a legislação (73,1%) e 7 declararam desconhecer-la (26,9%). Esse dado é relevante, pois se trata de uma lei federal já com mais de dez anos de

publicação, mas ainda desconhecida por parte dos gestores, o que reforça a necessidade de maior divulgação. Destaca-se que a referida lei foi alterada em 8 de abril de 2024 pela Lei nº 14.837, que redefiniu o conceito de biblioteca escolar e instituiu o Sistema Nacional de Biblioteca Escolar.

Quanto à presença efetiva do espaço físico, 14 escolas (53,8%) declararam possuir bibliotecas em funcionamento regular; 4 (15,4%) possuem bibliotecas em funcionamento irregular; 1 (3,8%) conta com biblioteca e sala de leitura; e 7 (26,9%) possuem apenas salas de leitura. Nenhuma escola relatou ausência total desses espaços. As salas de leitura, entretanto, apresentam limitações importantes quanto a acervo, espaço, pessoal e serviços, não se equiparando à biblioteca escolar, que possui objetivos mais amplos. Assim, das 26 escolas respondentes, 19 possuem bibliotecas (73%), das quais 18 (94,7%) têm sinalização identificando o espaço como biblioteca, enquanto em uma escola não há tal identificação, embora o ambiente seja considerado biblioteca pelo gestor. Quanto à denominação dos espaços, observou-se que algumas bibliotecas recebem nomes em homenagem a antigas gestoras, professoras, escritores ou personalidades do esporte; contudo, não foi objeto da pesquisa compreender os critérios dessas nomeações, que poderiam ter origem em decisões da comunidade escolar.

No questionário, estabeleceu-se que para as escolas que indicaram possuir apenas sala de leitura a participação se encerraria, visto que o objetivo central era o diagnóstico das bibliotecas escolares. Dessa forma, a análise prosseguiu com 19 respondentes (e não mais 26). Antes dessa filtragem, foi questionado aos diretores/gestores sobre o interesse em contar com a presença de um bibliotecário: 4 (57,1%) responderam positivamente e 3 (42,9%) negativamente. Esses dados reforçam que a presença do bibliotecário nas escolas poderia assegurar a transformação das salas de leitura em bibliotecas escolares, como previsto em lei. O uso do termo “sala de leitura” pode estar relacionado ao desconhecimento sobre a diferença entre ambos os espaços ou mesmo à tentativa de burlar a legislação que exige a presença de bibliotecário. É importante destacar que salas de leitura não são bibliotecas, pois possuem objetivos restritos, com espaço e acervo limitados, ausência de serviços além dos literários e, em geral, atividades de animação da leitura realizadas de modo desconectado de um projeto pedagógico abrangente. Já as bibliotecas escolares têm funções mais amplas, voltadas ao desenvolvimento de múltiplos letramentos e à integração pedagógica. Por isso, é necessário que as salas de leitura sejam substituídas por bibliotecas escolares, sendo a própria nomeação do espaço como “biblioteca” uma ação política significativa.

Em relação ao horário de funcionamento, o ideal é que a biblioteca permaneça aberta durante todo o expediente escolar, inclusive no recreio. Entretanto, apenas 8 escolas (42,1%) declararam manter a biblioteca aberta de modo regular nesse período. Outras 7 (36,8%) informaram que a biblioteca fecha no recreio, o que compromete seu papel estratégico como espaço de acolhimento para os alunos que desejam realizar empréstimos, permanecer em ambiente mais silencioso ou simplesmente utilizar o espaço de forma livre. Três respostas (15,8%) destacaram que a abertura depende da disponibilidade de pessoal, revelando a fragilidade do espaço sem responsáveis fixos para garantir seu funcionamento.

No que se refere ao espaço físico, os parâmetros do GEBE estabelecem que a biblioteca deve possuir, no mínimo, 50 m². Entre as escolas pesquisadas, 10 bibliotecas (52,6%) possuem área inferior a esse limite, apenas 4 (21,1%) contam com 50 m² ou mais, e em 5 casos (26,3%) os gestores afirmaram não saber a dimensão do espaço. Apesar disso, para a maioria dos gestores/diretores (15 respostas – 78,9%), as condições prediais não são consideradas um problema, enquanto 4 respostas (21,1%) indicaram inadequações. Para ser considerada adequada, a biblioteca escolar deve ter espaço físico exclusivo, de fácil acesso à comunidade escolar, próximo à circulação de alunos e professores, com acessibilidade para pessoas com deficiência, afastada de ruídos, aconchegante, preferencialmente no térreo e com entrada independente.

Quanto às condições gerais, iluminação, ventilação, limpeza, acessibilidade e segurança foram avaliadas como boas pela maior parte dos respondentes. Contudo, a dimensão estética se destacou com 11 respostas classificando-a como mediana. Dentro dessa categoria, cinco gestores apontaram problemas em iluminação e ventilação. Já as condições consideradas ruins recaíram sobre ventilação, estética e acessibilidade. A pesquisa revelou informações sobre a estrutura física e os recursos das bibliotecas escolares, mostrando tanto aspectos positivos quanto lacunas significativas. Quanto ao balcão de atendimento, 8 bibliotecas (42,1%) possuem um balcão funcional, 3 (15,8%) consideram pouco funcional, nenhuma relatou balcão inoperante, e 8 (42,1%) não possuem esse item, evidenciando a ausência de um recurso essencial para o atendimento.

Em relação ao mobiliário, do total de 19 bibliotecas, 12 (63,2%) têm mesas suficientes, enquanto 7 (36,8%) apontam insuficiência. Para as cadeiras, 14 (73,7%) consideram a quantidade adequada e 5 (26,3%) relatam carência. O mesmo percentual se aplica às estantes do acervo. Sobre armários administrativos, 15 bibliotecas (79%) possuem o necessário, e 4 (21%) necessitam de mais espaço. Quanto a espaços

para leitura e pesquisa, 12 bibliotecas (63,2%) dispõem de áreas suficientes, e 7 (36,8%) enfrentam limitações. Para atividades audiovisuais, apenas 9 bibliotecas (47,4%) têm espaço apropriado, enquanto 10 (52,6%) não possuem essa infraestrutura. Os equipamentos disponíveis mostram deficiências tecnológicas importantes. Apenas 4 bibliotecas (21,1%) têm guarda-volumes; as estantes expositivas estão presentes em todas (100%). Arquivos foram encontrados em 10 bibliotecas (52,6%), televisores em 2 (10,5%), quadro mural em 8 (42,1%), projetores em 8 (42,1%), lousas em 10 (52,6%), aparelhos de som em 4 (21,1%), ventiladores em 5 (26,3%) e ar-condicionado em 17 (89,5%). Nenhuma biblioteca possui mapoteca, impressoras, DVDs, CDs, máquinas fotográficas ou filmadoras. A análise evidencia que, embora algumas bibliotecas possuam mobiliário adequado, existem lacunas significativas, especialmente em equipamentos tecnológicos e ventilação, limitando atividades diversificadas e o conforto dos usuários. Assim, investir na melhoria da infraestrutura das bibliotecas escolares municipais é essencial para garantir um ambiente adequado ao estudo, à pesquisa e ao desenvolvimento educacional dos alunos.

Em Natal-RN, a pesquisa revela grande limitação tecnológica nas bibliotecas municipais. Apenas 7 (36,8%) bibliotecas possuem um computador com internet para uso administrativo, nenhuma com dois ou mais, enquanto 12 (63,2%) não possuem computador para essa finalidade, dificultando gestão, cadastro de usuários e controle de acervo. O acesso dos estudantes a computadores é ainda mais restrito: apenas 2 (10,5%) bibliotecas oferecem um computador para alunos, nenhuma possui dois ou mais, e 17 (89,5%) não disponibilizam computadores para estudantes, limitando pesquisa, produção acadêmica e acesso a materiais digitais. Quanto às condições de uso dos computadores, 3 (15,8%) bibliotecas relatam equipamentos em boas condições, 4 (21,1%) classificam como razoáveis e 12 (63,2%) não possuem computadores, tornando a questão não aplicável. O levantamento evidencia carência significativa de equipamentos tecnológicos: a ausência de computadores administrativos compromete a gestão, e a escassez de máquinas para estudantes limita o acesso à informação e ao aprendizado digital. Esse cenário reforça a necessidade de investimentos urgentes em infraestrutura tecnológica para que as bibliotecas escolares possam cumprir plenamente seu papel pedagógico e de suporte à pesquisa.

Quanto à forma de aquisição do acervo, a maioria das bibliotecas depende de doações: 16 (84,2%) gestores apontaram essa modalidade como principal. Apenas 1 biblioteca (5,3%) adquire livros por compra, 1 (5,3%) realiza inclusão por permuta, e 1 (5,3%) gestor não soube informar a origem dos materiais. As principais fontes de

doações são a Secretaria Municipal de Educação, MEC, FNDE, PNLD, PNLD Literário, professores, familiares, escritores e instituições culturais. A aquisição direta de livros é limitada, destacando a importância das políticas públicas federais na constituição dos acervos.

Quanto à renovação do acervo, nenhuma biblioteca realiza atualizações com muita frequência. Apenas 4 (21,1%) renovam regularmente, 10 (52,6%) o fazem ocasionalmente, 5 (26,3%) realizam atualizações raras, e nenhuma nunca renova materiais (Gráfico 18). Essa limitação impacta a atualização de conteúdos disponíveis. Sobre o tamanho do acervo, 12 (63,2%) bibliotecas possuem 301 ou mais exemplares, 2 (10,5%) têm entre 201 e 300, 1 (5,3%) possui até 100, 1 (5,3%) entre 101 e 200, e 3 (15,8%) gestores não souberam informar o total de livros. No que se refere ao número de títulos distintos, nenhuma biblioteca possui menos de 200 títulos. Em 12 (63,2%) unidades, há 301 títulos ou mais, 1 (5,2%) possui entre 201 e 300 títulos, e 6 (31,6%) gestores não souberam informar a quantidade

Em relação à satisfação dos gestores com os materiais disponíveis nas bibliotecas, observou-se variação significativa conforme o tipo de item. Os livros de literatura infantojuvenil são os que apresentam maior grau de satisfação, sendo considerados suficientes em 14 bibliotecas (73,7%), enquanto 5 (26,3%) gestores relataram quantidade insuficiente. Para a literatura adulta, apenas 7 bibliotecas (36,8%) avaliaram o número de exemplares como satisfatório, 9 (47,4%) consideraram a quantidade insuficiente e 3 (15,8%) não possuem esse tipo de material. No caso dos livros para pesquisa, 5 bibliotecas (26,3%) afirmaram ter quantidade suficiente, 12 (63,2%) relataram oferta insuficiente e 2 (10,5%) não dispõem desse tipo de acervo.

Quanto aos periódicos, a presença é limitada: apenas 3 bibliotecas (15,8%) têm revistas em quantidade suficiente, 10 (52,6%) consideram a oferta inadequada e 6 (31,6%) não possuem esse material. A situação dos jornais é ainda mais crítica, com apenas 1 biblioteca (5,3%) avaliando a quantidade como suficiente, 4 (21,1%) como insuficiente e 14 (73,7%) não possuindo jornais. As obras de referência, como dicionários e enciclopédias, estão mais presentes, sendo consideradas suficientes em 11 bibliotecas (57,9%), enquanto 8 (42,1%) relataram quantidade insuficiente.

Os gibis também apresentam carência: apenas 4 bibliotecas (21,1%) possuem exemplares em número suficiente, 13 (68,4%) consideram a quantidade inadequada e 2 (10,5%) não possuem esse tipo de material. A disponibilidade de materiais audiovisuais é limitada, com 3 bibliotecas (15,8%) considerando a oferta suficiente, 7 (36,8%) insuficiente e 9 (47,4%) sem esses recursos. Quanto a livros em

Braille, 3 bibliotecas (15,8%) afirmaram ter quantidade suficiente, 4 (21,1%) consideraram insuficiente e 12 (63,2%) não possuem exemplares acessíveis. A situação dos audiobooks é ainda mais crítica, com apenas 1 biblioteca (5,3%) considerando a quantidade insuficiente e 18 (94,7%) não possuindo esse recurso. Por fim, a disponibilidade de jogos e brinquedos também é muito limitada: nenhuma biblioteca considera ter quantidade suficiente, 6 (31,6%) relataram oferta insuficiente e 13 (68,4%) não possuem esse tipo de material.

Quanto ao equilíbrio dos temas, 8 bibliotecas (42,1%) consideraram bom, outras 8 (42,1%) razoável e 3 (15,8%) ruim, indicando que embora a maioria dos acervos apresente diversidade temática razoável, uma parcela significativa enfrenta limitações. Em relação à adequação do acervo às faixas etárias, 18 bibliotecas (94,7%) afirmaram que os materiais são apropriados para os estudantes, enquanto apenas 1 (5,3%) declarou inadequação. O estado de conservação foi considerado bom em 11 bibliotecas (57,9%), razoável em 7 (36,8%) e ruim em 1 (5,3%).

Sobre a frequência de uso, 9 bibliotecas (47,4%) relataram uso intenso pelos alunos, 8 (42,1%) moderado e 2 (10,5%) pouco frequente. Os professores utilizam a biblioteca de forma mais limitada, com uso intenso em 3 (15,8%), moderado em 10 (52,6%) e pouco uso em 6 (31,6%). Já os funcionários apresentam menor frequência, sendo uso moderado em 6 (31,6%), pouco uso em 12 (63,2%) e 1 (5,3%) sem resposta.

Em relação aos empréstimos mensais, 7 bibliotecas (36,8%) registram mais de 121 empréstimos, 4 (31,6%) entre 31 e 90, 1 (5,3%) entre 91 e 120, 2 (10,5%) menos de 30 e 3 (15,8%) não souberam informar, indicando grande variação entre as unidades. Quanto ao descarte de materiais, 3 bibliotecas (15,8%) realizam o processo sistematicamente, 10 (52,6%) ocasionalmente, 5 (26,3%) não realizam e 1 (5,3%) não soube informar.

A presença de livros didáticos varia: 8 bibliotecas (42,1%) mantêm exemplares apenas para consulta, 2 (10,5%) guardam livros não entregues aos alunos, 2 (10,5%) distribuem todos os exemplares e 7 (36,8%) não se envolvem com a questão. Quanto à comissão para formação e desenvolvimento do acervo, apenas 1 biblioteca (5,3%) possui comissão que se reúne regularmente, 1 (5,3%) raramente, e 17 (89,5%) não têm comissão, indicando pouca estruturação na tomada de decisões.

No tombamento e registro do acervo, 8 bibliotecas (42,1%) registram todos os itens, 7 (36,8%) registram parcialmente e 4 (21,1%) não

realizam nenhum registro. A classificação temática apresenta variação: 6 bibliotecas (31,6%) classificam todo o acervo conforme esquemas bibliográficos como CDU ou CDD, 4 (21,1%) apenas parcialmente, 2 (10,5%) não classificam e 7 (36,8%) organizam por temas sem padrão formal. Quanto à catalogação, 6 bibliotecas (31,6%) catalogam todos os itens segundo normas (AACR2), 5 (26,3%) parcialmente, 5 (26,3%) não catalogam e 3 (15,8%) catalogam sem seguir normas.

A informatização do acervo é limitada: apenas 1 biblioteca (5,3%) possui catálogo digital completo, enquanto 18 (94,7%) registram manualmente, sem acesso remoto. Essa situação evidencia a necessidade de modernização para facilitar buscas, organização e consultas online, promovendo autonomia, incentivo à leitura e desenvolvimento de competências informacionais e digitais, conforme Diretrizes IFLA/UNESCO.

Serviços como consulta local e empréstimo domiciliar estão presentes em todas as bibliotecas, mas controlados manualmente. Orientação à pesquisa ocorre em 79%, mas pesquisa na internet é oferecida em apenas 10,5%. Visitas orientadas (84,2%) e contação de histórias (73,7%) são frequentes, enquanto clubes de leitura (15,8%), feiras de livros (5,3%), criação de blogs (5,3%) e acesso à internet (26,3%) são limitados. Outras atividades, como exposições (63,2%), encontros com escritores (47,4%), palestras (26,3%), apresentações artísticas (52,6%), concursos (31,6%) e oficinas (36,8%), apresentam variação entre as unidades.

Das 19 escolas, 15 possuem profissional responsável, todos com formação superior, predominando Pedagogia. A alocação de professores readaptados, prevista para limitações físicas ou psíquicas, tem sido usada de forma paliativa, contrariando a Lei nº 14.837/2024, que reforça a contratação de bibliotecários qualificados. A carga horária varia de menos de 4 a 8 horas, sem auxiliares, sobrecarregando o responsável.

A maioria dos gestores (84,2%) considera essencial a presença de bibliotecário, reconhecendo seu papel estratégico na gestão do acervo, mediação de leitura, desenvolvimento de competências informacionais e digitais, inclusão e integração ao currículo escolar. O bibliotecário atua como mediador cultural, promovendo acesso equitativo à informação e protagonismo estudantil no uso de TDIC, sendo fundamental para formar leitores e atender à diversidade da comunidade escolar.

Conclusão

Os resultados obtidos na pesquisa sobre as bibliotecas escolares das escolas públicas do município de Natal revelam um cenário de disparidades significativas em termos de infraestrutura, recursos humanos, acervo e integração às práticas pedagógicas. Apesar de a maioria das escolas respondentes possuir bibliotecas, muitas enfrentam desafios estruturais e de recursos humanos, como a falta de espaço físico adequado e a ausência de profissionais qualificados para a gestão dos acervos e serviços bibliotecários. A integração das bibliotecas ao projeto pedagógico é inconsistente, com apenas uma parte dos gestores afirmando que suas bibliotecas estão plenamente integradas às propostas educativas das escolas.

A análise do acervo revelou que a maioria das bibliotecas possui uma quantidade limitada de exemplares, com frequente desatualização e inadequação às necessidades dos alunos. A presença de tecnologias e equipamentos é variável, com muitas bibliotecas carecendo de computadores, acesso à internet e outros recursos que poderiam melhorar significativamente a experiência dos alunos e professores.

A pesquisa evidenciou o problema da ausência de bibliotecários nas bibliotecas escolares que não têm uma sistemática de funcionamento, a começar pela não correspondência do funcionamento da biblioteca com o funcionamento da escola. A parte da organização do acervo, da formação, do processamento técnico e da disponibilização dos materiais é seriamente comprometida, não tendo aplicações de políticas e padrões biblioteconômicos. Os serviços e produtos das bibliotecas escolares também são comprometidos, atuando apenas em nível básico de empréstimo (manual) de acervo e consulta local, e ainda sequer são todas as bibliotecas que desempenham essas práticas mínimas.

Dessa forma, é reforçada a importância da atuação do bibliotecário nos ambientes escolares, garantindo a integração da biblioteca com os objetivos da instituição, por meio da incorporação das práticas do ambiente da biblioteca com o Projeto Político Pedagógico. Além disso, o bibliotecário atua como mediador da informação, promovendo ações de incentivo à leitura e apoio à pesquisa escolar, trabalhando, assim, competências informacionais e fomentando o pensamento crítico dos alunos.

Esses achados sugerem e evidenciam várias áreas que podem ser mais profundamente abordadas em pesquisas futuras. Seria valioso explorar estratégias de integração efetiva das bibliotecas aos projetos pedagógicos das escolas, investigando como essas práticas impactam

o desempenho e a motivação dos alunos. Também se mostra como relevante o desenvolvimento de estudos sobre as formas de modernização e equipagem tecnológica das bibliotecas escolares, bem como estratégias de atualização e manutenção dos acervos, para garantir que esses espaços atendam às demandas educacionais contemporâneas e se tornem verdadeiros centros de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Referências

CAMPELLO, B. S. et al. A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DELMANTO, Dileta. A leitura em sala de aula. Almanaque do Programa Escrevendo o Futuro. Ano III. Nº 7. 2009. Disponível em: www.construirnoticias.com.br. Acesso em: 12 jun. 2025.

PAIVA, Maria do Carmo. A importância da biblioteca escolar. 2. ed. São Paulo: Editora Nova, 2018.

BRASIL. Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 maio 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.836, de 08 de abril de 2024. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 08 abr. 2024. Disponível em: Lei nº 14.836 de 08/04/2024 (normas.leg.br). Acesso em: 22 jul. 2025.

CÓDIGO: HS0914

AUTOR: GABRIELA REZENDE CAMPOS

ORIENTADOR: LILIA ASUCA SUMIYA

TÍTULO: Levantamento dos estudos sobre o ICMS educacional no Brasil

Resumo

O relatório analisa o ICMS-Educacional como instrumento de redistribuição fiscal voltado à educação, examinando legislações estaduais e comparando os modelos de implementação dos estados, com destaque para a experiência do Ceará. A pesquisa indica que a vinculação da cota-parte do ICMS a critérios educacionais, prevista pela Emenda Constitucional nº 108/2020 do FUNDEB, pode gerar incentivos à melhoria do ensino, mas seus efeitos variam conforme os indicadores adotados e as condições socioeconômicas locais. Enquanto estados que utilizaram apenas critérios de acesso obtiveram resultados regressivos, o modelo cearense, centrado na qualidade, apresentou avanços. Conclui-se que o ICMS-Educacional é um instrumento relevante de política pública, porém complexo e dependente da clareza de objetivos, da escolha adequada de critérios e do acompanhamento contínuo.

Palavras-chave: ICMS-Educacional; Emenda Constitucional; educação; FUNDEB

TITLE: Survey of studies on educational ICMS in Brazil

Abstract

The report analyzes the ICMS-Education as a fiscal redistribution instrument aimed at education, examining state legislations and comparing the implementation models of the states, with a focus on the experience of Ceará. The research indicates that linking the state's share of ICMS to educational criteria, as provided by Constitutional Amendment No. 108/2020 of FUNDEB, can generate incentives for improving education, but its effects vary according to the indicators adopted and the local socioeconomic conditions. While states that used only access criteria achieved regressive results, the Ceará model, focused on quality, showed progress. It concludes that ICMS-Education is a relevant

public policy instrument, but complex and dependent on clear objectives, the appropriate choice of criteria, and continuous monitoring.

Keywords: ICMS-Educational; Constitutional Amendment; education; FUNDEB

Introdução

O objetivo deste projeto é compreender a redistribuição da cota-parte do ICMS com base em critérios educacionais nos municípios brasileiros. Para isso, uma das etapas da pesquisa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico, a fim de reunir e comparar diferentes perspectivas sobre o tema e apresentar os resultados da pesquisa que foi realizada. Busca também comparar diferentes modelos estaduais de distribuição, destacando a experiência do Ceará – reconhecida por obter planejamento estratégico e acompanhamento contínuo dos resultados. Além disso, pretende-se investigar se os incentivos fiscais atrelados ao desempenho educacional geram, de fato, melhorias nos indicadores de aprendizagem e contribuem para a redução das desigualdades entre os municípios, especialmente os mais vulneráveis.

A nova emenda do FUNDEB 108 de 2020 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), constitui-se no principal mecanismo de financiamento da educação básica pública no Brasil. É composto por recursos de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, além da complementação do Governo Federal. Esses recursos são redistribuídos de acordo com o número de matrículas, visando reduzir desigualdades regionais. No entanto, como afirma Souza et al. (2016), no caso de Minas Gerais, os resultados ficaram inferior do esperado, no que se refere aos municípios mais ricos e mais pobres do estado.

Destaca-se que o Valor Adicionado Fiscal (VAF) é considerado uma forma de medir a riqueza que cada município produz ao longo do ano. É realizado um cálculo importante que serve de base para dividir a arrecadação do ICMS entre os municípios. Feito isso, o VAF funciona como uma força econômica de cada localidade: quanto maior a atividade produtiva, maior tende a ser a parcela recebida do imposto.

No entanto, essa lógica também evidencia desigualdades. Municípios com menos comércios de grande porte acabam registrando VAFs menores e, por isso, contam com menos recursos de ICMS. Por esse motivo entram mecanismos redistributivos, como o FUNDEB, que ajudam a equilibrar as diferenças e garantir que todos tenham condições mínimas para investir em áreas essenciais, como a educação.

A respeito sobre o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - é um tributo estadual que incide sobre a comercialização de produtos e sobre a prestação de determinados serviços. Ele representa uma das principais fontes de arrecadação dos estados brasileiros e parte de sua receita é repassada aos municípios. Sua cobrança ocorre de forma indireta, pois o valor já está embutido no preço final dos bens e serviços.

Os recursos provenientes do ICMS são utilizados para financiar áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. No caso da educação, esse imposto exerce um papel fundamental no financiamento do ensino público. De acordo com a Constituição Federal, 25% da arrecadação do ICMS é destinado aos municípios com essa finalidade. A distribuição dessa parcela é fragmentada conforme os critérios estabelecidos por cada estado, que consideram o índice de cada município, levando em conta o total de habitantes pertencentes daquela região e a quantidade de alunos matriculados nas escolas. Visto que tem a finalidade de "incentivar" os municípios que apresentam melhores resultados em seus indicadores, e consequentemente recebem parcelas maiores da arrecadação do ICMS. Assim, busca-se reduzir desigualdades, promover avanços na qualidade do ensino público e valorizar os esforços locais em prol da educação.

A vinculação de parte da arrecadação do ICMS à educação, prevista na Constituição Federal, representa uma oportunidade de integrar política fiscal e política educacional, permitindo que os critérios de distribuição sejam utilizados como instrumentos de promoção da equidade. Apesar do potencial, os resultados observados diante dos estudos de incentivos fiscais ainda são limitados.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de vários levantamentos com base na construção de uma tabela bibliográfica comparativa. Essa tabela organizou as informações relacionadas à temática principal – ICMS e educação – e posteriormente foi analisada as abordagens de maior interesse.

A tabela foi elaborada considerando os seguintes elementos: temática, biblioteca virtual, título, autor, ano da publicação, resumo e links de acesso. As fontes utilizadas foram, em sua maioria, publicações acadêmicas disponibilizadas no site Scielo, complementadas pela análise das legislações estaduais relacionadas ao ICMS.

A decisão de focar nesses textos se deve à semelhança com o tema da cota-parte do ICMS, já que abordam diretamente a vinculação do imposto à educação e os impactos desse modelo nos municípios.

O objetivo central foi compreender como diferentes estados brasileiros vêm implementando critérios educacionais, avaliar a efetividade dos critérios abordados e analisar os impactos nos indicadores de acesso à educação. Com a metodologia adotada possibilitou identificar avanços, limites e desigualdades na aplicação do ICMS Educacional, oferecendo reflexões sobre políticas públicas de financiamento educacional mais equitativas e eficazes.

Resultados e Discussões

Incentivos fiscais são efetivos na melhoria dos serviços educacionais? Cota-parte do ICMS no acesso à educação

Diante das leituras realizadas sobre essa temática, permitiram analisar a relação entre políticas de redistribuição da cota-parte do ICMS e o acesso à educação nos municípios brasileiros. Parte-se do princípio de que gestores públicos tendem a reagir a incentivos, conforme discutem Braz, Benevides, Gomes e Barbosa (2023). O estudo discute como as reformas nas leis estaduais que regulam a repartição do ICMS podem influenciar os indicadores de acesso educacional de cada município.

O ICMS é uma das principais fontes de arrecadação dos estados, e parte de sua receita é transferida aos municípios, conhecida como cota-parte. A Emenda Constitucional nº 108 de 2020 alterou a composição dos critérios de rateio destinada a cada cidade brasileira, exigindo que pelo menos 10 dos 35% do valor discricionário da cota-parte considerem indicadores de aprendizagem e equidade educacional. Essa mudança trouxe maior flexibilidade aos estados, mas também mostrou que os objetivos das legislações estaduais variam bastante.

No estudo de Braz et al. (2023), foi considerado o impacto da adoção de critérios educacionais no rateio da cota-parte do ICMS sobre o acesso à educação básica (pré-escola e ensino fundamental), considerando diferentes períodos, níveis de vulnerabilidade social e porte dos municípios, sendo utilizada três bases de dados do Censo Escolar, do Censo Demográfico e do Ipeadata.

A análise comparou municípios dos estados do Amapá, Minas Gerais e Pernambuco (grupo experimental), em comparação com municípios de estados com leis tradicionais de rateio, sendo eles Maranhão, Sergipe, São Paulo, Roraima, Paraná e Santa Catarina (grupo controle). O principal indicador considerado foi o percentual de matrícula da população entre 4 e 14 anos na rede municipal de ensino, critério presente nas legislações do grupo experimental.

Os resultados mostraram que, quando os estados passaram a distribuir parte do ICMS com base no acesso à educação, houve aumento no número de matrículas na pré-escola e no ensino fundamental. Entretanto, esse efeito foi muito pequeno e concentrou-se nos municípios com melhores condições socioeconômicas, que já possuíam alta taxa de acesso escolar. Ou seja, os municípios mais vulneráveis quase não foram beneficiados e, em alguns casos, como em Minas Gerais e Amapá, houve até piora nos indicadores de acesso educacional após a mudança na lei. Por outro lado, estados como o Ceará, que adotaram indicadores de qualidade, conseguiram resultados mais expressivos e mais justos.

Com isso, indicam uma baixa priorização da equidade, o que contribui para os resultados observados. Além disso, critérios baseados apenas no acesso, sem considerar a qualidade educacional, são insuficientes para gerar melhorias significativas.

A adoção de critérios educacionais no rateio do ICMS representa um avanço no alinhamento entre financiamento público e metas educacionais, mas a efetividade dessa

política depende do desempenho institucional, da priorização da qualidade e do monitoramento de resultados. Para reduzir desigualdades e ampliar o acesso de forma equitativa, é necessário que os estados adotem modelos que garantam a vinculação dos recursos a melhorias reais na educação pública. Pode-se concluir que a mudança nas leis estaduais sobre a cota-parte do ICMS gerou pequenos avanços no acesso à educação, especialmente nos municípios que já tinham bons indicadores educacionais.

Distribuição da cota-parte do ICMS: como pode ser utilizada para promover melhores resultados na educação?

A distribuição da cota-parte do ICMS entre os municípios determina que parte desses recursos — especificamente até 25% da cota municipal — seja distribuída conforme critérios definidos por cada estado por meio de legislação própria. Esse espaço de definição, conhecido como parcela discricionária — o governo utiliza de maneira flexível os recursos, de acordo com as necessidades do momento —, vem sendo mencionado como uma ferramenta de melhorias em áreas prioritárias, entre elas a educação.

O caso do estado do Ceará tem se destacado nacionalmente por sua inovação nesse campo ao reformular sua legislação e adotar indicadores de desempenho como critério para a distribuição dos recursos da parcela discricionária. Essa mudança representou a substituição de critérios baseados em estrutura ou gastos (inputs) por critérios baseados em resultados efetivos (outputs), como o Índice de Qualidade da Educação. Com esse novo modelo, o estado passou a premiar municípios que apresentaram avanços concretos no ensino fundamental, promovendo uma lógica de incentivo que fortaleceu o regime de colaboração entre o estado e os entes municipais (Sasso, Varela e Righetto, 2021).

Destaca-se que a proporção da parcela discricionária ao ser repassada não exigia esforços dos municípios para melhorar seus indicadores ou garantir o recebimento de maiores recursos. A exemplo disso, o Ceará busca por resultados educacionais por meio do IQE, incentivando a competição entre os municípios por aumento da obtenção de maiores índices para, consequentemente, garantir o aumento do valor recebido.

A experiência cearense revelou impactos positivos não apenas na elevação dos indicadores educacionais, mas também na redistribuição dos recursos de forma mais justa, beneficiando especialmente os municípios de menor porte. Com base nesses resultados, entende-se que a transferência da cota-parte do ICMS deve considerar aspectos que vão além da simples distribuição financeira. É necessário ressaltar a definição da clareza dos objetivos da política pública, a autonomia dos entes subnacionais na definição de prioridades, e a necessidade de preservar a equidade na distribuição dos recursos.

Segundo Sasso, Varela e Righetto (2021), a análise das legislações estaduais permite classificar os modelos de distribuição da parcela discricionária em três grupos (tradicionais, quase tradicionais e não tradicionais). Consideram-se tradicionais as legislações que destinam 25% da parcela discricionária com base em critérios pertencentes às categorias reconhecidas como tradicionais. As legislações quase tradicionais são aquelas que distribuem entre 15% e 24,99% com base nesses mesmos

critérios. Já os modelos não tradicionais correspondem às leis que aplicam menos de 15% das categorias tradicionais, priorizando indicadores de desempenho. Observa-se uma tendência recente de substituição dos modelos tradicionais por aqueles baseados no desempenho educacional, o que representa um avanço no uso da política fiscal como instrumento de promoção dos direitos sociais.

Em síntese, a utilização da parcela discricionária da cota-parte do ICMS como instrumento de estímulo à educação revela-se uma estratégia para fortalecer a colaboração entre os entes federativos e elevar os padrões de qualidade do ensino público. A experiência do Ceará reforça a importância de que os estados brasileiros revejam suas legislações e considerem o potencial dessa ferramenta para gerar resultados concretos na educação básica.

Resultados

O estudo de Braz et al. (2023) analisou especificamente os impactos de leis estaduais que incorporam o critério educação com foco no acesso (Amapá, Minas Gerais e Pernambuco) sobre o percentual de matrículas de crianças de 4 a 14 anos.

Os resultados evidenciaram que, no curto prazo (3 a 4 anos após a mudança), Minas Gerais e Amapá apresentaram redução média de 46,57 pontos percentuais no acesso educacional, indicando efeitos iniciais negativos. No longo prazo (8 a 14 anos após a mudança, incluindo Pernambuco), a redução média foi menor (12,6 p.p.), indicando redução parcial das consequências negativas.

A heterogeneidade dos efeitos mostrou que os ganhos concentraram-se em municípios menos vulneráveis e com níveis de acesso já elevados, acentuando desigualdades regionais (BRAZ et al., 2023).

No estudo de Sasso, Varela e Righetto (2021), identificam-se diretrizes fundamentais para que a distribuição da parcela discricionária do ICMS produza melhorias efetivas na educação. A experiência do Ceará, por meio da Lei nº 14.023 de 2007, que adotou critérios condicionalidades baseadas em resultados (outputs), como o Índice de Qualidade da Educação (IQE), o que resultou em melhorias significativas nos indicadores educacionais, evidenciando que políticas orientadas a resultados tendem a ser mais eficazes.

O levantamento das duas temáticas abordadas indica que a alteração da legislação da cota-parte do ICMS, quando vinculada a critérios educacionais, apresenta efeitos diversos, dependendo de como funciona no cotidiano e do tipo de indicador utilizado (qualidade ou acesso) e das condições socioeconômicas dos municípios.

A comparação entre diferentes modelos evidencia que indicadores de qualidade, como os adotados no Ceará, tendem a gerar ganhos mais consistentes, enquanto modelos voltados exclusivamente para acesso apresentam resultados mais frágeis ou regressivos, especialmente no curto prazo.

Conclusão

Durante os estudos de Sasso, Varela e Righetto (2021) e de Braz et al. (2023) evidenciam que a vinculação da parcela discricionária da cota-parte do ICMS à educação constitui um instrumento relevante de política pública, ainda que seus efeitos variem bastante de acordo com os critérios utilizados e com as condições socioeconômicas dos municípios. A experiência do Ceará demonstra que, quando os indicadores estão associados à qualidade da educação e ao acompanhamento sistemático, os resultados tendem a ser mais consistentes e equitativos.

Constata-se, portanto, que o tema é bastante complexo. A efetividade do ICMS-Educacional depende de múltiplos fatores, como clareza nos objetivos, adequação dos indicadores e da justiça distributiva no repasse dos recursos. Entretanto, políticas mal estruturadas ou baseadas em critérios limitados podem não gerar os incentivos esperados e até e até ampliar desigualdades regionais.

Essas reflexões indicam que a discussão sobre o ICMS na educação ainda requer aprofundamento. As futuras agendas de pesquisa podem explorar comparações entre diferentes estados, a longo prazo, bem como analisar os efeitos sobre equidade e qualidade. Torna-se possível pensar em formas de aprimorar a integração entre política fiscal e educacional, sempre considerando a diversidade de realidades do país.

Conclui-se que, este estudo busca contribuir para ampliar o debate, reconhecendo os limites atuais e propondo reflexões que podem apoiar novas compreensões sobre a relação entre redistribuição fiscal e desenvolvimento educacional.

Referências

BRAZ, Marleton Souza; BENEVIDES, Alesandra de Araújo; GOMES, José Weligton Félix; BARBOSA, Rafael B. Incentivos fiscais são efetivos na melhoria dos serviços educacionais? Cota-parte do ICMS no acesso à educação. *Revista Brasileira de Economia*, [s.l.], v. 77, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbe/a/gYPK3nsn5QLDNxF8xMRwSqv/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SASSO, Maiara; VARELA, Patrícia Siqueira; RIGHETTO, Patricia. Distribuição da cota-parte do ICMS: como pode ser utilizada para promover melhores resultados na educação? *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/fYbk3FBsrw5qYkKw8zGrwQC/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Fundeb - home — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: Fundeb - home — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Acesso em: 11 ago. 2025.

SOUZA, Adriana Cláudia Teixeira de; TEIXEIRA, Celina de Souza; FARIA, Gustavo Rafael da Silva. Critério educação. Avaliação de impacto da Lei do ICMS Solidário: Lei nº 18.030, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbe/a/gYPK3nsn5QLDNxF8xMRwSqv/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CÓDIGO: HS0925

AUTOR: AMANDA REINALDO MARQUES

ORIENTADOR: JULIANA BACELAR DE ARAUJO

TÍTULO: DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO RIO GRANDE DO NORTE:
DESAFIOS DA REGIÃO METROPOLITANA E INTERIOR DO ESTADO

Resumo

Este trabalho, evidencia a persistente desigualdade socioeconômica entre a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) e o interior do Rio Grande do Norte, marcada pela concentração de rendimentos mais elevados e empregos formais na capital, em contraste com a predominância da agropecuária, do setor público e da informalidade no interior. A análise do Valor Adicionado Bruto, da produção agrícola, do mercado de trabalho e da distribuição de renda entre 2010 e 2024 revelam uma dualidade quase que estrutural que, apesar dos avanços recentes no dinamismo econômico do interior, ainda mantém forte heterogeneidade regional. Recomenda-se o aprofundamento da análise por meio da insuficiência socioeconômica multidimensional, a fim de compreender as privações de acesso, o que nos permitiria um olhar para além da renda, e a ampliação de investimentos em infraestrutura econômica e social e em avaliação e monitoramento de políticas públicas, visando reduzir disparidades e promover um desenvolvimento mais sustentado no Estado.

Palavras-chave: desigualdades regionais; Rio Grande do Norte; RMNatal, políticas públicas

TITLE: SOCIOECONOMIC DYNAMICS OF RIO GRANDE DO NORTE:
CHALLENGES OF THE METROPOLITAN REGION AND THE STATE'S
INTERIOR

Abstract

This study highlights the persistent socioeconomic inequality between the Metropolitan Region of Natal (RMNatal) and the interior of Rio Grande do Norte, characterized by the concentration of higher incomes and formal employment in the capital, in contrast with

the predominance of agriculture, public sector activities, and informality in the interior. The analysis of Gross Value Added, agricultural production, the labor market, and income distribution between 2010 and 2024 reveals an almost structural duality which, despite recent advances in the economic dynamism of the interior, still sustains strong regional heterogeneity. It is recommended that the analysis be deepened through the lens of multidimensional socioeconomic insufficiency, in order to capture access deprivations beyond income, as well as the expansion of investments in economic and social infrastructure and in the evaluation and monitoring of public policies, with the aim of reducing disparities and promoting more sustained development in the State.

Keywords: Regional inequalities; Rio Grande do Norte; RMNatal; Public policies.

Introdução

A formação histórica e econômica do Rio Grande do Norte resultou de um processo lento e conflituoso, condicionado por fatores geopolíticos externos e por características geográficas locais (DUARTE, 2023). A ocupação portuguesa inicial baseou-se na instalação de engenhos de açúcar e na concessão de sesmarias, e posteriormente consolidou-se com a pecuária extensiva no sertão, após o extermínio dos povos indígenas e a estruturação de redes clientelares¹ relações sociais e políticas baseadas em trocas pessoais de favores que sustentaram uma sociedade fortemente hierarquizada no século XVIII (DUARTE, 2023). Mesmo o algodão que era produzido no interior, tinha seu beneficiamento e comercialização realizados na RMN. A Região Metropolitana de Natal reflete, em grande medida, a dinâmica histórica que consolidou o litoral do Rio Grande do Norte como centro das atividades econômicas e do poder político. Conforme destaca Cruz (2015), desde o período colonial, a faixa litorânea concentrou a produção açucareira, o comércio marítimo e a ocupação urbana, o que impulsionou o desenvolvimento de cidades como Natal em detrimento do interior do estado. Ainda de acordo com Cruz (2015), essa centralidade histórica resultou em um modelo de organização territorial marcado por desigualdades regionais persistentes, nas quais o interior permaneceu com funções subordinadas, voltado à pecuária extensiva e a estruturas sociais mais conservadoras. Na atualidade, tais disparidades seguem evidentes no contexto metropolitano, com a capital ainda representando forte peso econômico e institucional sobre os demais municípios do seu entorno, mesmo com um processo de descentralização da atividade econômica no sentido do interior do estado e do demais municípios da RMN, observado sobretudo a partir do século XXI. Em vista disso, o presente trabalho tem o objetivo de discutir a dinâmica socioeconômica do Rio Grande do Norte, por meio da diferenciação entre a Região Metropolitana de Natal (RMN) e Região Não Metropolitana de Natal (RNMN), no período de 2012 a 2024, de acordo com os dados disponíveis. A Região Metropolitana de Natal (RMN) foi instituída gradativamente ao longo das últimas décadas por meio de diversas Leis Complementares Estaduais (LCE), refletindo a expansão urbana e a integração socioeconômica entre a capital e os municípios vizinhos, bem como fatores políticos. Inicialmente formada por Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim, por meio da LCE nº 152, de 16 de janeiro de 1997, a RMN passou por sucessivas ampliações: São José de Mipibu e Nísia Floresta (LCE nº 221/2002), Monte Alegre (LCE nº 315/2005), Vera Cruz 1

¹Redes clientelares, segundo Duarte (2023), significam relações sociais e políticas baseadas em trocas pessoais de favores, lealdade e benefícios simbólicos, sustentando estruturas de

poder por meio de vínculos informais. (LCE nº 391/2009), Maxaranguape (LCE nº 485/2013), Ielmo Marinho (LCE nº 540/2015), Arês e Goianinha (LCE nº 559/2015), e Bom Jesus (LCE nº 648/2019). O presente trabalho, busca: i. fazer um resgate histórico sobre o território do Rio Grande do Norte, caracterizando Região metropolitana e a Região não metropolitana; ii. analisar a trajetória recente do mercado de trabalho e indicadores socioeconômicos na Região Metropolitana de Natal e no interior do estado, no período 2010 a 2024. A escolha pelo recorte entre Região Metropolitana de Natal (RMN) e Região Não Metropolitana de Natal está diretamente relacionada à disponibilidade de dados, em especial os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE, que não permitem uma desagregação mais detalhada. Essa limitação restringe, em certa medida, a profundidade da análise. É importante destacar que existem diferenças intrarregionais significativas tanto dentro da RMN quanto no interior do Rio Grande do Norte. Contudo, apenas com os dados completos do Censo Demográfico será possível realizar um estudo mais aprofundado.

Metodologia

Em relação à metodologia, este estudo realizou um levantamento bibliográfico sobre o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte, considerando tanto a Região Metropolitana de Natal quanto o interior do estado, desde as características do contexto histórico da formação do território até o período recente, no século XXI. Além disso, analisa de forma descritiva e empírica os principais indicadores socioeconômicos da RMR e do RNMR (interior do estado), com o objetivo de evidenciar a dinâmica recente e as disparidades territoriais, a partir de dados secundários divulgados pelo IBGE, incluindo a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) 2010-2023, que permite caracterizar a produção agrícola do estado, bem como os dados de PIB e Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial 2010-2021, permitindo analisar a evolução e a contribuição dos diferentes setores da economia. O estudo também examina o comportamento do mercado de trabalho utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) 2012-2024, com discussões sobre população ocupada, rendimentos, posição ocupacional e setores econômicos.

Resultados e Discussões

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo SANTOS e al. (2021) no livro em homenagem ao trabalho do Professor Wilson Cano, a análise dos processos regionais e urbanos deve considerar a dinâmica histórica e estrutural que moldou cada território. No caso do Rio Grande do Norte, essa perspectiva permite compreender como a economia regional se estruturou historicamente em torno de atividades específicas, como o algodão, a cana-de-açúcar e o comércio local, evidenciando relações desiguais de produção e a subordinação do estado a circuitos de capital mais amplos, refletindo a trajetória de desenvolvimento desigual do Nordeste

brasileiro (ARAÚJO, 2009). Essa dinâmica histórica encontra respaldo na análise de Furtado (1959), para quem o subdesenvolvimento não representa uma fase transitória rumo ao desenvolvimento, mas sim um processo histórico próprio, decorrente da forma como economias periféricas, como a brasileira, foram inseridas na expansão do capitalismo internacional. Nesse contexto, a economia potiguar, marcada por cadeias produtivas específicas, como a algodoeira, reproduziu relações desiguais de produção, como evidenciado por Clementino (1985) ao analisar a atuação do maquinista de algodão no estado. Ainda de acordo com a autora, essa inserção em circuitos de capital comercial contribuiu para a formação econômica do Rio Grande do Norte, consolidando padrões históricos de dependência e desigualdade. No plano mais recente, Silva (2014) destaca que, nas últimas décadas do século XX, o Rio Grande do Norte passou por transformações econômicas estruturais, institucionais e produtivas que moldaram sua trajetória no contexto da economia brasileira, ainda que os padrões históricos de desigualdade permanecessem presentes. Entre essas transformações destacam-se: a modernização da indústria extrativa mineral, o setor petrolífero, o Programa de Álcool (Proálcool) no qual impulsionou a atividade canavieira, a construção da Via Costeira para a expansão da atividade turística em Natal, o setor terciário, especialmente o comércio e as instituições financeiras entre outros. A política habitacional no Rio Grande do Norte, como o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), têm desempenhado papel fundamental na transformação da dinâmica populacional e urbana, especialmente em municípios do entorno da capital, como Extremoz, que registrou crescimento populacional de aproximadamente 8% ao ano entre 2010 e 2022, segundo o Censo Demográfico. Outras iniciativas estaduais complementam esse esforço, como a política pública de infraestrutura Projeto RN Sustentável, voltado para a segurança alimentar, o acesso à água com foco na agricultura familiar (GOVERNO CIDADÃO, RN), e o Novo PAC Seleções, que inclui investimentos em abastecimento de água rural e na urbanização de áreas periféricas. A pesquisa de Silva et al. (2021) evidencia que a escolaridade influencia diretamente a participação dos potiguares nos diferentes setores do mercado de trabalho. Indivíduos com níveis mais elevados de educação têm acesso a melhores oportunidades e empregos mais qualificados, enquanto aqueles com baixa escolaridade enfrentam dificuldades de acesso a empregos de qualidade, permanecendo restritos a setores com menor remuneração e menor estabilidade. Esse cenário revela desigualdades estruturais no mercado de trabalho potiguar, em que a educação e a qualificação se tornam fatores determinantes para o acesso ao emprego e à mobilidade social.

2.1 REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E INTERIOR DO ESTADO

Segundo Maia et al. (2023), a integração da Região Metropolitana de Natal enfrenta, entre outros desafios, o relacionado à intensa mobilidade pendular, no qual se refere ao deslocamento diário de pessoas, entre o município de residência e outro onde trabalham ou estudam. Evidencia-se, assim, a necessidade de articulação territorial diante da reestruturação produtiva e das desigualdades intrarregionais que vão se intensificando na RMN. O e-book De Olho na Metrópole Natal (ALMEIDA et al., 2021) apresenta a RMN como um território caracterizado por uma complexa organização espacial e funcional, em que municípios distintos se integram economicamente e socialmente à capital, formando uma conurbação urbana contínua para alguns municípios. Essa dinâmica territorial envolve, entre outras coisas, interdependência entre centros urbanos e áreas periféricas, refletindo diferenças na oferta de serviços, infraestrutura, densidade populacional e oportunidades econômicas. Além disso, o território metropolitano enfrenta desafios de planejamento e gestão urbana, pois o crescimento concentrado nas áreas centrais tende a aumentar as desigualdades intrarregionais, ao mesmo tempo em que os municípios periféricos precisam de políticas

de integração para se desenvolverem de forma equilibrada. Sendo assim, a RMN não é apenas uma unidade geográfica, pois concentra a maior parte das atividades econômicas e serviços, ela também caracteriza como uma “metrópole em formação” para autores como Clementino (2019). Por outro lado, os municípios do interior do Rio Grande do Norte apresentam menor concentração de atividades econômicas e serviços, enfrentam limitações de infraestrutura econômica e social e dependem em parte da integração com a capital para acessar mercados, serviços de saúde, educação e oportunidades de emprego. Essa desigualdade evidencia um território marcado pela dualidade entre a Região Metropolitana de Natal e o interior, no qual o desenvolvimento econômico e social se concentra na capital, enquanto o interior apresenta menor dinamismo e enfrenta desafios estruturais para se integrar plenamente à economia regional (SILVA FILHO, 2020). É necessário destacar que houveram importantes avanços nesse sentido a partir do século XXI, com a expansão e interiorização dos Institutos Federais e Instituições de Ensino superior, bem como consolidação e ampliação dos serviços de saúde. Dessa forma, o território do Rio Grande do Norte reflete processos históricos de concentração urbana e desigualdade regional, exigindo políticas públicas voltadas à integração metropolitana e ao desenvolvimento equilibrado do interior, de modo a reduzir as disparidades socioeconômicas entre a capital e os demais municípios (CLEMENTINO, 2019; MAIA et al., 2023).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O quadro 1 sobre a participação do Valor Adicionado Bruto (VAB) setorial no Rio Grande do Norte evidencia, em 2010, a forte dualidade econômica existente entre a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) e o interior do estado. Enquanto a RMNatal concentrava 54,1% do VAB total, com destaque para o setor de serviços (66,5%), caracterizando-se como um espaço urbano com atividades econômicas mais dinâmicas e diversificadas, o interior respondeu por 45,9% do VAB, sendo o principalmente pela agropecuária (81,2%) do estado e com forte peso da administração pública (55,5%). As atividades industriais apresentavam uma distribuição relativamente equilibrada entre as duas áreas, embora com ligeira predominância no interior (52,3%). Esses dados revelam que, em 2010, o desenvolvimento econômico potiguar estava fortemente centralizado em Natal e sua região metropolitana, onde prevaleciam atividades de maior complexidade, enquanto o interior permanecia mais dependente de setores primários e do setor público, reforçando a heterogeneidade regional.

Em 2021, a estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) no Rio Grande do Norte manteve a dualidade entre a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) e o interior do estado, mas com algumas mudanças em relação a 2010. A RMNatal, embora ainda concentrando a maior parte dos serviços privados (61,6%), reduziu sua participação no VAB total para 47,9%, enquanto o interior passou a responder por 52,1%, invertendo a relação observada anteriormente. No interior, além da já tradicional predominância da agropecuária (79,5%) e da administração pública (56,1%), observa-se agora uma forte concentração da indústria (71,0%). Em termos industriais, verifica-se, de um lado, um processo de desindustrialização da RMN e, de outro lado, a expansão das energias renováveis sobretudo fora da RMN e que são computados segundo a Classificação nacional de atividades econômicas (CNAE) como Serviços Industriais de utilidade pública e contabilizados dentro do setor industrial. De maneira geral, esse movimento sugere que, ao longo da década, houve certo dinamismo econômico fora da capital, ampliando o peso

relativo do interior no PIB potiguar. Ainda assim, permanece clara a diferenciação espacial: a RMNatal segue destacando-se como polo de serviços e urbanização, enquanto o interior se mostra mais dependente da agropecuária, do setor público e, mais recentemente, de alguns tipos de indústria. O comportamento do PIB do Rio Grande do Norte entre 2010 e 2021 revela trajetórias distintas entre a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) e o interior do estado (Gráfico 1 e Tabela 1). Nos primeiros anos, ambas as regiões apresentaram crescimento positivo, mas a partir de 2014 os efeitos da crise nacional provocaram retrações significativas, com quedas acentuadas em 2015 e 2016.

Entre 2017 e 2019, o interior destacou-se por taxas de crescimento superiores, impulsionado pela agropecuária, indústria extrativa e energias renováveis, enquanto a RMNatal cresceu de forma mais moderada, refletindo a dependência do setor de serviços. Em 2020, a pandemia acentuou essas diferenças: a RMNatal sofreu forte retração, próxima de -9%, devido à paralisação do comércio, turismo e serviços, enquanto o interior apresentou queda mais contida, em torno de -3%. Em 2021, a recuperação foi liderada pelo interior, que voltou a crescer, enquanto a RMNatal permaneceu em retração. Esses resultados confirmam a maior resiliência do interior e sua crescente contribuição para o desempenho econômico estadual, em contraste com a maior vulnerabilidade da capital a choques conjunturais.

Os dados da Produção Agrícola Municipal (2010) mostram que a produção agrícola do Rio Grande do Norte está fortemente concentrada no interior do estado, que responde por mais de 80% da maioria das lavouras, como melão (99%), melancia (100%) e cebola (100%). A RMNatal tem participação mais expressiva apenas em culturas voltadas ao consumo local, como abacaxi (18%). Essa distribuição confirma a centralidade do interior na base produtiva agrícola potiguar, especialmente nas lavouras temporárias e de exportação.

Em 2023, a produção agrícola do Rio Grande do Norte também esteve fortemente concentrada no interior do estado, que continua respondendo por quase toda a produção de melão, melancia, mamão, cebola e castanha de caju. Já a Região Metropolitana de Natal teve maior participação relativa em culturas como a cana-de-açúcar (54%), a mandioca (41%) e o abacaxi (36%). Ressalta-se, aqui, produções ligadas ao agronegócio (como o melão, cana-de-açúcar e abacaxi) e à agricultura familiar (mandioca, cebola entre outras) tanto no interior do Estado quanto na RMN.

Em termos de mercado de trabalho, em 2012, a força de trabalho do Rio Grande do Norte estava mais concentrada no interior do estado, que reunia 53% das pessoas economicamente ativas, enquanto a Região Metropolitana de Natal concentrava 47%. Já entre as pessoas fora da força de trabalho, o interior também predominava (62%), contra 38% na RMNatal, evidenciando maior peso populacional e participação econômica do interior no mercado de trabalho potiguar.

Em 2024, a força de trabalho do Rio Grande do Norte apresentou maior equilíbrio entre interior e RMNatal: 51% das pessoas economicamente ativas estavam no interior e 49% na região metropolitana. Já entre as pessoas fora da força de trabalho, a diferença foi maior, com o interior concentrando 61% e a RMNatal 39%. Isso mostra que, embora o interior ainda concentre ligeiramente mais ocupação, a participação da RMNatal no mercado de trabalho cresceu em relação a 2012. Esse movimento segue a mesma

tendência observada para a população como um todo, que cresceu mais na RMN do que no interior entre 2010 e 2022, segundo dados do Censo Demográfico. Mesmo com essa expansão, em 2022, a RMN respondia por 46,3% da população total do RN contra 53,7% do interior.

Em 2012, a condição de ocupação no Rio Grande do Norte mostrava que 53% das pessoas ocupadas estavam no interior e 47% na Região Metropolitana de Natal. Entre os desocupados, o interior também concentrava ligeira maioria (54%), contra 46% na RMNatal. Esses dados indicam que, embora o interior tivesse maior participação tanto na ocupação quanto na desocupação, a distribuição era relativamente equilibrada entre as duas regiões.

Em 2024, a condição de ocupação no Rio Grande do Norte mostrou-se bastante equilibrada entre interior e RMNatal: 50% das pessoas ocupadas estavam no interior e 50% na região metropolitana, o que demonstra que o crescimento da população ocupada entre 2012 e 2024 ocorreu de maneira mais intensa na RMN em comparação com o interior (17,1% no período versus 4,7%, respectivamente). Já entre os desocupados, observou uma retração dessa população tanto na RMN quanto no interior, com uma distribuição no interior de 54% de desocupados e de 46% na RMNatal.

Em 2012, a distribuição das posições de ocupação e categorias de emprego no Rio Grande do Norte mostrava diferenças marcantes entre interior e RMNatal. Os empregos formais do setor privado com carteira assinada estavam concentrados na RMNatal (63%), enquanto os sem carteira assinada predominavam no interior (64%). O trabalho doméstico formal também era majoritariamente da RMNatal (67%), mas o informal tinha maior peso no interior (56%). No setor público, tanto os com carteira assinada (58%) quanto os sem (75%) estavam mais presentes no interior, assim como os militares e estatutários (55%). Já nas formas de trabalho por conta própria (61%) e de trabalhador familiar auxiliar (63%), o interior mantinha predominância. Esse cenário evidencia a concentração da formalidade na região metropolitana e uma maior informalidade e trabalho autônomo no interior.

Em 2024, os dados sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Norte continuam revelando uma acentuada disparidade entre o interior e a Região Metropolitana de Natal. Enquanto a capital concentra a maioria dos empregos formais, como os trabalhadores do setor privado com carteira assinada (60%) e empregados domésticos formalizados (76%), o interior apresenta predominância de relações informais, especialmente entre empregados sem carteira (62%) e trabalhadores domésticos sem registro (67%). A informalidade também se estende ao setor público no interior, onde 60% dos empregados nessa categoria atuam sem carteira. Além disso, observa-se que trabalhadores por conta própria são maioria no interior (59%), evidenciando a busca por alternativas diante da escassez de empregos formais. Por outro lado, funções como empregadores e servidores estatutários continuam concentradas na RMN, reforçando a desigualdade regional no acesso a direitos trabalhistas e estabilidade profissional. Todavia, quando se analise a taxa de crescimento no período, observa-se uma tendência de aumento maior das ocupações no setor privado com carteira assinada no interior (20,6% contra 4,3% na RMN entre 2012 e 2024), em contrapartida a um maior aumento das ocupações no setor privado sem carteira e por conta própria na RMN (14,7% e 14,5%, respectivamente no período, em comparação a 3,6% e 6,1% no interior).

Em 2012, a distribuição de rendimento domiciliar per capita no Rio Grande do Norte evidenciava uma clara desigualdade entre interior e RMNatal. As faixas de menor rendimento, como até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (67%) e de mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ (61%), concentravam-se principalmente no interior. Já as faixas de maior rendimento, como mais de 3 a 5 salários mínimos (64%) e acima de 5 salários mínimos (79%), predominavam fortemente na RMNatal. Isso mostra que o interior ainda concentra a maior parte da população de baixa renda, enquanto a região metropolitana concentrava as famílias de rendimentos médios e altos.

Em 2024, a renda domiciliar per capita no Rio Grande do Norte continuou revelando uma forte desigualdade entre o interior e a Região Metropolitana de Natal (RMN). As faixas de renda mais baixas, especialmente até 1 salário mínimo, concentram-se majoritariamente no interior. Esses dados evidenciam que a RMNatal concentra maior acesso a melhores oportunidades econômicas, enquanto o interior enfrenta maior vulnerabilidade social.

Conclusão

Os resultados apresentados evidenciam a persistente desigualdade socioeconômica entre a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) e o interior do Rio Grande do Norte, ainda que tenham ocorrido mudanças na estrutura produtiva e no mercado de trabalho ao longo da última década. Enquanto a RMNatal se caracteriza como polo de serviços, urbanização e concentração dos rendimentos mais elevados, o interior permanece mais associado à agropecuária, ao setor público e ao trabalho informal, reunindo uma maior parcela da população de baixa renda do Estado. Em 2010, a RMNatal concentrava a maior parte do Valor Adicionado Bruto (VAB) estadual, mas a partir de 2021 há uma inversão e o interior apresenta maior peso relativo, sobretudo pela expansão da indústria e da agropecuária, demonstrando maior dinamismo frente às crises recentes. Ainda assim, as diferenças no perfil ocupacional e de renda permanecem: o interior reúne a maioria dos trabalhadores em condições mais precárias e com menores rendimentos, enquanto a RMNatal concentra maior peso relativo dos empregos formais e famílias de maior poder aquisitivo, mesmo com uma tendência de aumento da precarização do trabalho na RMN também. Assim, a análise conjunta dos dados revela uma dualidade estrutural que se mantém no estado, em que a RMNatal desponta como espaço de peso relativo econômico e social, ao passo que o interior, embora em processo de diversificação produtiva, ainda convive com maiores níveis de vulnerabilidade e desigualdade.

Diante das evidências de desigualdade entre a Região Metropolitana de Natal e o interior do Rio Grande do Norte, recomenda-se a realização de mais estudos, como um sobre a insuficiência socioeconômica multidimensional, capaz de captar não apenas a renda, mas também privações em áreas como educação, moradia, saneamento e condições de trabalho, permitindo identificar a sobreposição de vulnerabilidades e as diferentes formas de exclusão social em cada território, bem como estudos que analisem intrarregionalmente as diferenças tanto dentro da RMN quanto no interior do estado. Este estudo evidenciou a necessidade do fortalecimento de mecanismos de avaliação e monitoramento de políticas públicas no território potiguar, de modo a acompanhar de

forma contínua seus impactos sobre a redução das desigualdades regionais. É necessário avançar em um desenvolvimento social, econômico e ambiental mais sustentado e territorialmente mais equilibrado no Estado.

Referências

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; ALBUQUERQUE, Terezinha Cabral de Albuquerque Neta; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; SOARES, Fabiano Jorge (Orgs.). De olho na metrópole Natal: conheça a Região Metropolitana de Natal. 1. ed. Natal: Observatório das Metrópoles – Núcleo Natal, 2021. Disponível em: [https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/06/ALMEIDA-L.-et al.-Orgs.-De-olho-na-metopole-Natal.pdf](https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/06/ALMEIDA-L.-et-al.-Orgs.-De-olho-na-metopole-Natal.pdf). Acesso em: 28 ago. 2025.

ARAÚJO, Denilson da Silva. Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006). 2009. 329 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1609369. Acesso em: 31 ago. 2025.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (Org.). Duas décadas da Região Metropolitana de Natal. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. O maquinista de algodão no Rio Grande do Norte e o capital comercial. 1985. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

CRUZ, Luana Honório. Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação do território potiguar. 2015. 303 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DUARTE, Francisco Wellington. A formação histórica do Rio Grande do Norte: origens e formatações. Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho, v. 12, n. 2, p. 158-178, 2023. ISSN 2316-5235.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959

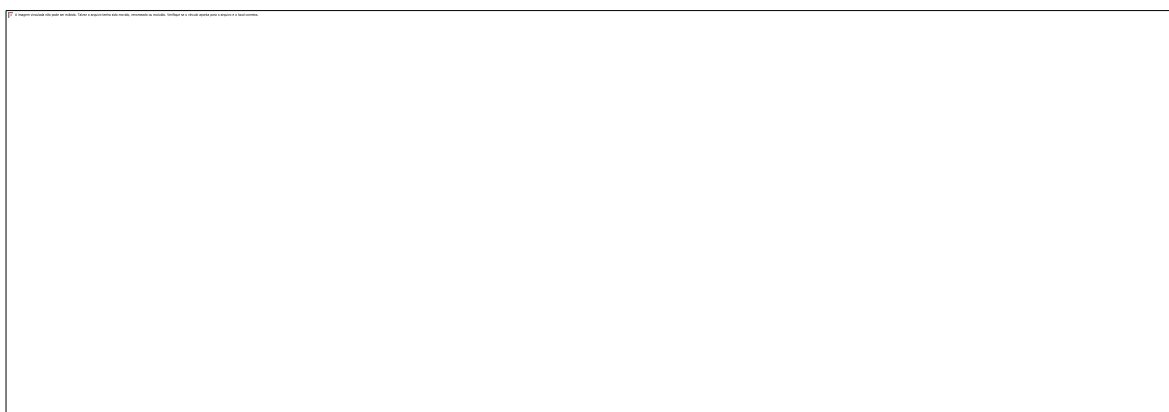
MAIA, Claudio Machado; MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de; BARBOSA, Jane Roberta de Assis; SILVA, Analúcia de Azevedo. A Região Metropolitana de Natal/RN: reconfiguração da rede urbana, cidades de pequeno porte e as articulações territoriais no espaço metropolitano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, Belém: ENANPUR, 2023. RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar Estadual nº 221, de 10 de janeiro de 2002. SAIBA MAIS. Metrópole desigual e a segregação urbana na Grande Natal. 2024. Disponível em: Saiba Mais. Acesso em: 28 ago. 2025.

SANTOS, A. Q. et al.. (Org.). Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil. 1ed. São Paulo: : Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021. SILVA, Crislayne Fernandes da; SOUZA, José Antonio Nunes de; FERREIRA, Francisco Danilo da Silva; ARAÚJO, Hérica Gabriela Rodrigues. Educação e emprego: o impacto da escolaridade na participação dos setores da atividade no mercado de trabalho potiguar. Revista de Economia Mackenzie, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/13533>. Acesso em: 28 ago. 2025.

SILVA FILHO, Luiz Antônio da. Desigualdade e desenvolvimento regional no Rio Grande do Norte. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5708/570864390022/570864390022.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SILVA, Marconi Gomes. Dinâmica econômica recente e reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte (1970-2000). História Econômica & História de Empresas, v. 17, n. 1, p. 257 294, 2014.

Anexos



VAB Setorial



Tabela Taxa de Crescimento do PIB

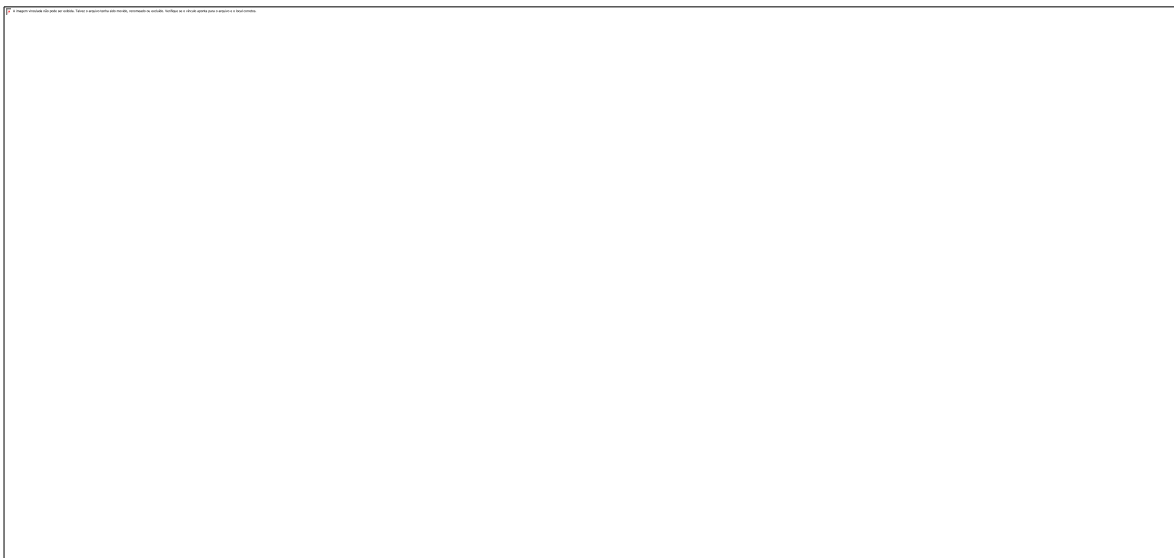
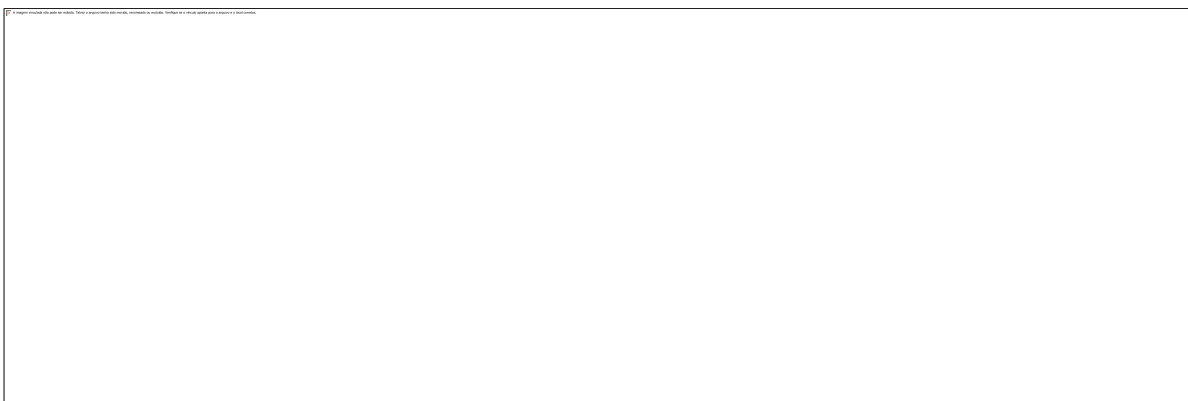
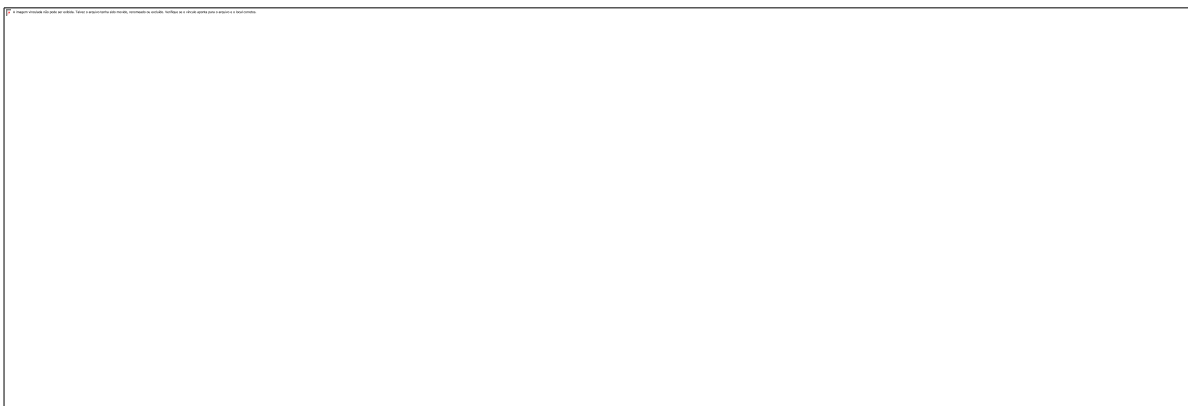


Gráfico Taxa de Crescimento do PIB



PAM 2010

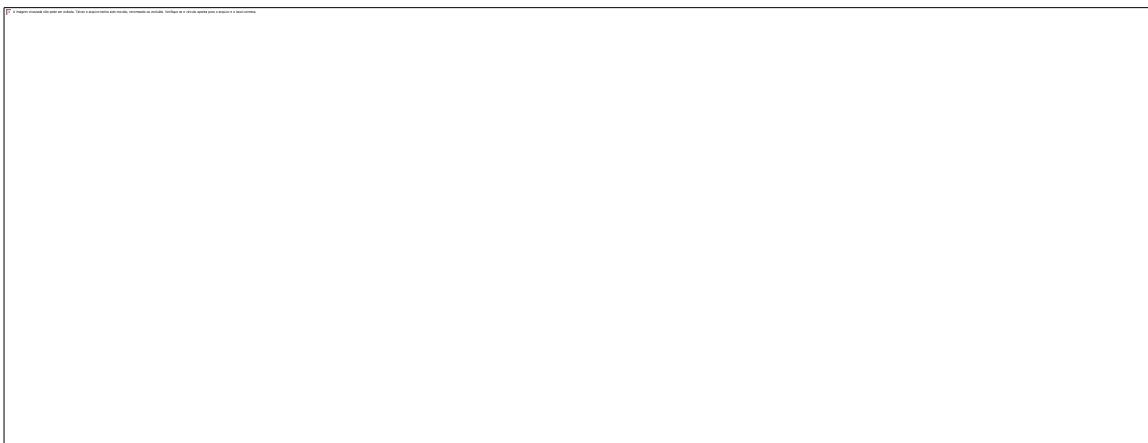


PAM 2023

Força de Trabalho

Taxa de Ocupação

Categoria de Emprego



Faixa de rendimento

CÓDIGO: HS0941

AUTOR: GABRIELA ALVES MARTINS

ORIENTADOR: WASHINGTON JOSE DE SOUSA

TÍTULO: Elementos para uma matriz de gestão integrada do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Resumo

Este relatório de iniciação científica apresenta uma revisão integrativa da literatura sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o objetivo de propor elementos para uma matriz de gestão integrada. A oferta de alimentos aos estudantes da educação básica depende de condições técnico-econômicas e político-institucionais, mas também gera impactos na saúde, no meio ambiente e na sustentabilidade dos sistemas alimentares. A pesquisa foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Google Acadêmico, resultando em 19 trabalhos analisados. Os estudos evidenciam que o PNAE fortalece a agricultura familiar ao assegurar mercado estável, renda e valorização da produção local, além de contribuir para o desenvolvimento rural. Contudo, surgem desafios como entraves burocráticos, desigualdade entre municípios, barreiras logísticas e carência de capacitação técnica. O programa também possui dimensão social e educativa, ao incentivar hábitos alimentares saudáveis, promover educação nutricional e valorizar culturas regionais. Com base na taxonomia de Habermas, percebe-se que o PNAE articula interesses técnicos, práticos e emancipatórios: garante eficiência operacional, promove coordenação entre atores e fortalece a autonomia dos agricultores. Conclui-se que o PNAE é uma política pública estratégica e inovadora, que integra educação, saúde e desenvolvimento territorial, mas que ainda demanda ações complementares para superar desigualdades e ampliar seus impactos.

Palavras-chave: PNAE; Agricultura familiar; Gestão Integrada; Política Pública;

TITLE: ELEMENTS FOR AN INTEGRATED MANAGEMENT MATRIX FOR THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM (PNAE)

Abstract

This undergraduate research report presents an integrative literature review on the National School Feeding Program (PNAE), aiming to propose elements for an integrated management framework. Providing food to basic education students depends on technical-economic and political-institutional conditions, but it also has impacts on health, the environment, and the sustainability of food systems. The research was conducted in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations and Google Scholar, resulting in 19 analyzed papers. The studies show that the PNAE strengthens family farming by ensuring a stable market, income, and valorization of local production, in addition to contributing to rural development. However, challenges arise, such as bureaucratic obstacles, inequality between municipalities, logistical barriers, and a lack of technical training. The program also has a social and educational dimension, encouraging healthy eating habits, promoting nutritional education, and valuing regional cultures. Based on Habermas's taxonomy, it can be seen that the PNAE articulates technical, practical, and emancipatory interests: it ensures operational efficiency, promotes coordination among stakeholders, and strengthens farmers' autonomy. It is concluded that the PNAE is a strategic and innovative public policy that integrates education, health, and territorial development, but still requires complementary actions to overcome inequalities and expand its impacts.

Keywords: PNAE; Family Farming; Integrated Management; Public Policy;

Introdução

A alimentação escolar constitui-se como uma das mais relevantes políticas públicas brasileiras voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional, alcançando milhões de estudantes da educação básica em todo o país. Desde sua criação, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) busca garantir não apenas o fornecimento regular de refeições, mas também promover práticas alimentares saudáveis, apoiar o desenvolvimento sustentável e fortalecer a agricultura familiar. O funcionamento do PNAE, contudo, depende de um conjunto de condições técnico-econômicas e político-institucionais que viabilizam a produção, a aquisição e a oferta de alimentos no âmbito escolar. A disponibilidade de insumos, tecnologias e infraestrutura, associada aos arranjos organizacionais e à dinâmica decisória entre gestores públicos e fornecedores, conforma um cenário de tensões e negociações que impacta diretamente a qualidade e a efetividade da política. Além disso, é preciso considerar que o ciclo não se encerra no consumo das refeições: seus efeitos se estendem à saúde dos estudantes, às condições ambientais relacionadas ao desperdício e ao uso de embalagens, bem como às estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Nesse contexto, a literatura acadêmica desempenha papel central ao analisar os diferentes aspectos da implementação e dos impactos do PNAE, oferecendo elementos que contribuem para a formulação de matrizes de gestão integradas e mais eficazes. Entretanto, observa-se que grande parte das pesquisas concentra-se nos componentes relacionados à nutrição, consumo e práticas alimentares saudáveis, havendo lacunas

quanto ao aprofundamento das dimensões político-institucionais, técnico-produtivas e de sustentabilidade.

Diante disso, este relatório de iniciação científica, vinculado à Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS), propõe-se a realizar uma revisão integrativa da literatura, sistematizando dissertações e teses que analisaram o PNAE. O objetivo é mapear de que forma a produção acadêmica nacional aborda o programa em suas múltiplas dimensões e quais desafios e contribuições emergem para a consolidação de uma proposta de gestão integrada.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, conduzida conforme as etapas propostas por Moher et al. (2015), quais sejam: identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos trabalhos. A estratégia de busca foi realizada em duas fontes principais: o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (CTD) e o Google Acadêmico. Para tanto, foram utilizados os seguintes descritores: “PNAE”, “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, “Política Pública” e “Agricultura Familiar”. Como recorte temporal, estabeleceu-se o ano de 2009 em Diante, tendo em vista a promulgação da Lei nº 11.947, marco regulatório vigente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Critérios de inclusão : considerados para análise os trabalhos que atendessem aos seguintes critérios: a) Publicações em Língua Portuguesa; b) Teses ou dissertações que tratassem do PNAE como objeto central de análise; c) disponibilidade de acesso público e gratuito ao texto integral; d) produções defendidas a partir de 2009.

Critérios de exclusão: a) estudos que mencionaram o PNAE apenas de forma tangencial; b) trabalhos cujo título não fazia referência direta ao programa; c) produções sem acesso integral gratuito; d) documentos duplicados; e) publicações em idiomas distintos do português; f) trabalhos defendidos antes de 2009.

Processo de busca e seleção :

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram inicialmente identificados 100 trabalhos. Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram desconsiderados: 30 por tratarem o PNAE apenas de forma tangencial, 22 por não apresentarem o termo no título, 21 por não possuírem acesso gratuito ao texto completo, 11 por duplicidade e 1 por ter sido publicado anteriormente a 2009. Assim, permaneceram 15 trabalhos elegíveis.

No Google Acadêmico, foram identificados 57 trabalhos mediante as combinações dos descritores (“PNAE” AND “Política Nacional de Alimentação Escolar” AND “Agricultura Familiar” AND “Política Pública”). Desses, foram excluídos 11 por não estarem redigidos em português, 2 por se tratar apenas de citações, 4 por ausência de

acesso livre e gratuito, 20 por não conterem referência ao PNAE no título e 16 por abordarem o programa apenas de modo tangencial. Após a triagem, restaram 4 trabalhos elegíveis.

Ao final do processo, a amostra totalizou 19 produções a serem analisadas (17 oriundas do CTD/CAPES e 4 do Google Acadêmico). Todos os estudos foram organizados em planilha no Microsoft Excel, contemplando Informações relativas a autor, título, ano de publicação, instituição de vínculo, resumo e palavras-chave, a fim de subsidiar as etapas de análise subsequentes.

Resultados e Discussões

Resultados da pesquisa:

Fortalecimento da agricultura familiar pelo PNAE

Vários estudos evidenciam que o PNAE contribui diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar, garantindo mercado seguro e renda estável para pequenos produtores. Por exemplo, Almeida (2016) e Rocha (2020) mostram que o programa permite que agricultores familiares tenham um canal de comercialização institucional, assegurando que pelo menos 30% dos recursos destinados à alimentação escolar sejam aplicados na compra de produtos locais, como previsto pela Lei nº 11.947/2009. Em Guaraniaçu (Cassol, 2015), verificou-se que o cooperativismo foi incentivado pelos gestores públicos, resultando em 97,87% das compras de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar no ano de 2015. Este dado demonstra que, quando articulados de maneira organizada, os agricultores conseguem atender às demandas do programa, fortalecendo a economia local e promovendo o desenvolvimento rural. Além disso, Silva (2018) e Guilherme (2019) reforçam que a participação no PNAE não apenas garante renda, mas também estimula a produção de alimentos diversificados, com base na vocação agrícola local, promovendo sustentabilidade e preservação da cultura alimentar regional.

Desafios na implementação e execução

Apesar dos benefícios, os autores apontam obstáculos significativos. Souza (2021) destaca que barreiras burocráticas e a complexidade do processo de chamada pública dificultam a participação de pequenos produtores, especialmente em grandes centros urbanos. De maneira similar, Cigolini (2021) revela que em Alta Floresta-MT apenas 16,93% dos recursos do PNAE foram efetivamente utilizados na compra de produtos da agricultura familiar, mostrando limitação na execução em algumas regiões. Vaz (2019) e Caminha (2018) evidenciam que a aplicação da lei não é uniforme, havendo desigualdades entre diferentes municípios e instituições, como observado no IFPI, onde alguns campi direcionaram recursos acima do mínimo legal, enquanto outros apresentaram lacunas significativas na aplicação dos recursos. Além disso, Barros de Souza (2020) reforça que a gestão municipal influencia diretamente a eficácia do

programa: municípios com maior capacitação técnica e articulação intersetorial tendem a alcançar melhor os 30% exigidos, enquanto outros encontram dificuldades logísticas e estruturais que comprometem o cumprimento da meta legal.

Dimensão social e educativa do PNAE

O PNAE não se limita à questão econômica; ele também exerce função educativa e social. Almeida (2020) e Mariano Gonçalves (2017) destacam que a inserção de produtos da agricultura familiar nas escolas promove hábitos alimentares saudáveis, valoriza alimentos regionais e contribui para a formação de crianças mais conscientes sobre alimentação e sustentabilidade.

Dantas e Almeida (2021) reforçam que o programa, ao estimular a compra de produtos locais, também atua como instrumento de desenvolvimento territorial, conectando produtores e consumidores e promovendo o fortalecimento da identidade alimentar local. Nesse sentido, o PNAE atua como política pública de caráter integral, articulando saúde, educação e economia.

Impactos econômicos do PNAE

Os estudos de Simonino et al. (2019) e Hernandes (2020) mostram que os repasses do PNAE exercem impactos econômicos positivos sobre os municípios, aumentando o PIB agropecuário, industrial e de serviços, e fortalecendo as organizações locais de agricultura familiar. Esse efeito é ainda mais evidente quando os agricultores estão organizados em cooperativas ou associações, como observado por Cassol (2015) e Rocha (2020), mostrando que a estrutura organizacional é determinante para o sucesso econômico do programa. Minetto (2021) e Jung (2020) reforçam que o PNAE cria um mercado institucional significativo, que permite a expansão da produção familiar e eleva a renda local, especialmente quando há coordenação eficiente entre escolas, prefeituras e agricultores.

Desafios estruturais e recomendações

Os autores convergem para a necessidade de aperfeiçoamento da gestão do programa. Barros de Souza (2020) e Cigolini (2021) apontam que políticas de capacitação técnica, suporte logístico e simplificação de processos de compra podem reduzir barreiras e permitir maior participação da agricultura familiar. Vaz (2019) e Caminha (2018) reforçam que a desigualdade regional na implementação do PNAE precisa ser enfrentada por meio de políticas públicas complementares e acompanhamento mais próximo das realidades locais. Guilherme (2019) sugere ainda que estratégias de educação alimentar e nutricional dentro das escolas podem ampliar os impactos sociais do programa, fortalecendo não apenas a produção familiar, mas também a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados evidencia que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) exerce múltiplos impactos sobre a agricultura familiar, podendo ser compreendido à luz da taxonomia de interesses do conhecimento proposta por

Habermas (1982). Essa abordagem permite refletir sobre a natureza dos efeitos do programa sob três dimensões: técnica, prática e emancipatória.

1. Interesse técnico

O interesse técnico, segundo Habermas, está relacionado ao controle e à eficiência na aplicação de conhecimentos para atingir resultados específicos. No contexto do PNAE, observa-se que os recursos destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar são gerenciados de forma a garantir o cumprimento da Lei nº 11.947/2009, promovendo eficiência econômica e operacional na execução do programa. Estudos como os de CIGOLINI (2021) e SOUSA (2020) apontam que a gestão do programa depende de mecanismos formais, como chamadas públicas, cardápios padronizados, definição de preços e controle de qualidade dos produtos. Esses instrumentos técnicos permitem que o PNAE funcione como um mercado institucional, proporcionando previsibilidade e estabilidade para os agricultores familiares, ao mesmo tempo em que garante alimentação escolar adequada e nutritiva.

2. Interesse prático

O interesse prático refere-se à compreensão e interação social, promovendo o entendimento e a coordenação entre diferentes atores sociais. No PNAE, essa dimensão se manifesta na articulação entre agricultores familiares, escolas, conselhos de alimentação escolar e órgãos públicos municipais e estaduais. Pesquisas como as de GUILHERME (2019) e SILVA (2018) destacam que o sucesso do programa depende da comunicação, do compartilhamento de informações e da construção de relações de confiança entre os participantes. A inclusão de agricultores familiares no fornecimento de merenda escolar não se limita à execução de contratos; envolve também processos educativos, visitas técnicas, capacitação e suporte para atender às normas sanitárias e produtivas. Assim, o PNAE atua como um instrumento de coordenação social, promovendo integração entre políticas públicas, educação alimentar e fortalecimento comunitário.

3. Interesse emancipatório

O interesse emancipatório, de acordo com Habermas, envolve a reflexão crítica e a ampliação da autonomia dos indivíduos, permitindo que grupos historicamente subordinados possam participar de forma mais ativa e consciente na sociedade. O PNAE, ao priorizar a compra de produtos da agricultura familiar, contribui para o empoderamento econômico e social dos agricultores, fortalecendo cooperativas e associações locais (MINETO, 2021; MACHADO, 2020; ALMEIDA, 2020). Além disso, como apontam ROCHA (2020) e SILVA (2018), o programa permite que agricultores adquiram maior controle sobre seus processos produtivos, inovem em técnicas de produção e se insiram no mercado institucional de forma mais autônoma. A participação no PNAE também promove conscientização sobre direitos e políticas públicas, gerando efeitos de transformação social que vão além da simples transferência de recursos, alinhando-se com o interesse emancipatório de Habermas.

Integração dos interesses

A análise integrada evidencia que o PNAE combina interesses técnicos, práticos e emancipatórios de forma complementar. Enquanto os mecanismos de controle e gestão garantem eficiência técnica, a coordenação social entre diferentes atores permite o cumprimento das metas do programa de maneira prática, e as políticas de incentivo à agricultura familiar promovem a emancipação econômica e social. Contudo, desafios como desigualdade de acesso, barreiras burocráticas e falta de capacitação ainda limitam o pleno alcance dos interesses emancipatórios, evidenciando a necessidade de maior investimento em formação, acompanhamento e apoio institucional (SOUSA, 2020; CAMINHA, 2018; CIGOLINI, 2021).

Conclusão

O presente estudo evidencia que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha papel estratégico na articulação entre políticas públicas de educação e desenvolvimento da agricultura familiar, configurando-se como uma política de abrangência nacional capaz de gerar impactos econômicos, sociais e educativos significativos. A partir da análise dos estudos selecionados, foi possível observar que o PNAE não se limita à execução técnica de compra de alimentos, mas também atua como instrumento de inclusão social e fortalecimento territorial.

A aplicação da taxonomia de interesses de Habermas (1982) – técnica, prática e emancipatória – permitiu compreender que o programa articula três dimensões complementares. O interesse técnico se manifesta na organização eficiente dos processos de aquisição, controle de qualidade e gestão financeira, garantindo que os recursos sejam aplicados de acordo com a legislação vigente. O interesse prático emerge na coordenação entre os diferentes atores envolvidos – agricultores, escolas, conselhos de alimentação e órgãos públicos –, promovendo comunicação, integração e formação de redes colaborativas. Por fim, o interesse emancipatório se evidencia no fortalecimento da autonomia econômica, social e política dos agricultores familiares, ao possibilitar sua inserção no mercado institucional e ampliar suas capacidades de gestão, inovação e participação cidadã.

Os resultados da revisão mostram que, apesar dos avanços proporcionados pelo PNAE, existem desafios persistentes, como desigualdade de acesso entre municípios, barreiras burocráticas e limitações na capacitação dos agricultores. Estes entraves podem comprometer a plena realização dos interesses emancipatórios, indicando a necessidade de estratégias mais integradas de acompanhamento, formação e incentivo à participação ativa das famílias e organizações rurais. Dessa forma, o PNAE se configura como um programa de políticas públicas que vai além do atendimento nutricional, sendo capaz de induzir desenvolvimento territorial sustentável, fortalecer a agricultura familiar e promover segurança alimentar e nutricional. Sua efetividade depende do equilíbrio entre eficiência técnica, coordenação prática e emancipação social, reforçando que políticas públicas integradas e participativas constituem instrumentos essenciais para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

Em síntese, este estudo reafirma a relevância do PNAE enquanto política pública inovadora e integradora, destacando a necessidade de políticas complementares e ações estratégicas para superar desafios locais, fortalecer a inclusão produtiva e garantir que o programa alcance plenamente seus objetivos de promoção da alimentação saudável e do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.

Referências

ALVES, L. S. A política de avaliação de desempenho de docentes em Minas Gerais no período de 2011 a 2018: implicações para o trabalho docente na Escola Estadual do Campo. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7771299. Acesso em: 25 ago. 2025

ALMEIDA, N. C. D. A. de. Desenvolvimento territorial e merenda escolar: o impacto do PNAE na agricultura familiar. 2022. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11597848. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: 25 ago. 2025.

CASSOL, B. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura familiar no município de Guaraniaçu no período de 2003-2015: estudo de caso. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8415460. Acesso em: 25 ago. 2025.

CIGOLINI, C. A. Desafios e potencialidades para o desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia Meridional: PNAE e o PAA no município de Alta Floresta-MT. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, Alta Floresta, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13649793. Acesso em: 25 ago. 2025.

GONÇALVES, Nathalia Mariano. Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município do Rio de Janeiro e a Participação da Agricultura Familiar. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt05_1502725993_arquivo_nathalia-singa-2017.pdf. Acesso em: 25 ago.

GUILHERME, V. L. F. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) sob o olhar de diferentes atores em Nova Lima/MG: desafios, potencialidades e proposições com vistas à inclusão produtiva de agricultores familiares com segurança sanitária para uma vida escolar saudável. 2022. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal de Minas Gerais, Nova Lima, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13691279. Acesso em: 25 ago. 2025.

HERNANDES, H. A. Aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar: perspectiva histórica no Brasil e a experiência do município de Presidente Kennedy – ES. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas à Saúde) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11361891. Acesso em: 25 ago. 2025.

JUNG, A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como mercado institucional: a produção da agricultura familiar e o potencial de consumo de alimentação escolar nas Regiões Funcionais (RFS) do Rio Grande do Sul. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14464790. Acesso em: 26 ago. 2025.

LIMA, K. N. Agricultura familiar e direitos na Amazônia: uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar como política pública de incentivo em Presidente Figueiredo – AM. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11526741. Acesso em: 25 ago. 2025.

LEITÃO, Ana Letícia Espolador; BERNARDINO, Renata Venturim. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): experiência de aquisição de produtos de agricultores familiares para alimentação escolar em Vila Velha - ES. Geografares, Vitória, v. 19, n. 26, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/geografares/7710>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MATURINO, N. E. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a agricultura familiar sob a ótica do desenvolvimento como liberdade. 2022. Tese (Doutorado em Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade) - Universidade Federal do Sul da Bahia, Porto Seguro, 2022. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13253200. Acesso em: 26 ago. 2025.

MORAIS, H. A. R. de. Capacidades Dinâmicas na agricultura familiar a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2024. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2024. Disponível em:https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15186274. Acesso em: 26 ago. 2025.

MOREIRA, I. R. J. Os papéis e desafios das organizações da agricultura familiar no abastecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de Minas Gerais. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Disponível em:https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11292852. Acesso em: 26 ago. 2025.

ROCHA, F. N. A. da. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Pombal-PB: orientações para inserção de agricultores familiares. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021. Disponível em:https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12343752. Acesso em: 26 ago. 2025.

SOUZA, C. S. B. de. Barreiras e estratégias para a gestão das compras do PNAE com a agricultura familiar na rede pública estadual de educação em Teresina-PI. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023. Disponível em:https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7719597. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA, M. R. As percepções dos agricultores familiares do município de Ladainha MG acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise de conteúdo. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Sociais) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019. Disponível em:https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7719597. Acesso em: 26 ago. 2025.

VAZ, L. C. As políticas do PNAE e PAA como estratégias de permanência no campo: assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) 2009-2019. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) - Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2021. Disponível em:https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7719597

Anexos

Table content is missing or blank.

A Tabela apresenta o levantamento dos trabalhos selecionados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e no Google Acadêmico. Foram agrupados os nomes dos(as) autores(as) e os respectivos títulos das dissertações e teses identificadas

CÓDIGO: HS0946

AUTOR: MARIA LUIZA PACHECO DOS SANTOS

ORIENTADOR: HIRONOBU SANO

TÍTULO: Inovar para Transformar: Mapa e Ações dos Laboratórios de Inovação no Setor Público Brasileiro

Resumo

Este artigo apresenta um mapeamento atualizado dos Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP) no Brasil, com ênfase em sua distribuição, características operacionais e práticas adotadas. A pesquisa baseia-se em dados secundários, especialmente da atualização de junho de 2024, que identificou 209 laboratórios distribuídos entre os três Poderes, esferas de governo e universidades públicas. Complementa-se com estudos anteriores de 2020 e 2021 que levantaram 43 e 70 laboratórios, respectivamente, detalhando metodologias, estruturas e desafios enfrentados. Conclui-se que os LISP são espaços autônomos, de estrutura flexível, que adotam metodologias colaborativas (como design thinking e métodos ágeis) e enfrentam desafios relacionados à autonomia institucional e à sustentabilidade das atividades. O artigo contribui para a compreensão das tendências contemporâneas de inovação no setor público brasileiro e oferece subsídios para futuras pesquisas e formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: laboratórios de inovação; setor público brasileiro; mapeamento.

TITLE: Innovation labs in the Brazilian public sector: What do they do?

Abstract

This article provides an updated mapping of Public Sector Innovation Laboratories (LISP) in Brazil, focusing on their distribution, operational characteristics, and adopted practices. The research relies on secondary data, notably the June 2024 update that identified 209 laboratories across the three branches of government, spheres of administration, and public universities. It is complemented by earlier studies from 2020 and 2021, which identified 43 and 70 laboratories respectively, detailing methodologies, structures, and challenges. The findings reveal that LISPs are autonomous, flexible

structures employing collaborative methodologies (such as design thinking and agile methods), but they face challenges related to institutional autonomy and sustainability. The article enhances understanding of contemporary public sector innovation trends in Brazil and provides insights for future research and policymaking.

Keywords: innovation labs; Brazilian public sector; mapping.

Introdução

A inovação no setor público tem se consolidado como um pilar estratégico para a modernização da gestão, a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade e o fortalecimento dos processos democráticos. Segundo Mulgan e Albury (2003), inovar na administração pública implica desenvolver e implementar novas ideias que gerem valor público, melhorando resultados e respondendo de forma mais efetiva às demandas sociais. Nesse contexto, a capacidade de governos promoverem ambientes criativos e colaborativos torna-se fundamental para superar desafios complexos, especialmente em cenários de crescente exigência por eficiência, transparência e participação cidadã.

Entre os mecanismos que vêm ganhando relevância nesse processo, destacam-se os Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP). Essas estruturas organizacionais, inspiradas em modelos internacionais como o MindLab, da Dinamarca, e o GovLab, dos Estados Unidos, têm como propósito catalisar transformações institucionais por meio da experimentação, da cocriação e da aplicação de metodologias ágeis, como design thinking, business model canvas e gestão enxuta. Ao reunir servidores, especialistas e cidadãos em processos colaborativos, os LISP viabilizam a concepção e o teste de soluções inovadoras antes de sua implementação em escala, mitigando riscos e aumentando a efetividade das políticas públicas (BASON, 2014).

No Brasil, a trajetória desses laboratórios demonstra uma evolução acelerada. O primeiro mapeamento realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em 2020, identificou 43 LISP distribuídos entre os três Poderes e diferentes níveis de governo. Um levantamento subsequente, em 2021, ampliou o número para 70, com predominância na esfera federal e forte adoção de ferramentas colaborativas e ágeis. Mais recentemente, uma atualização divulgada em junho de 2024 contabilizou 209 laboratórios, evidenciando uma expansão significativa e um amadurecimento do ecossistema de inovação pública no país.

Diante desse cenário, o presente artigo tem por objetivo mapear os LISP no Brasil, caracterizar suas principais ações e refletir sobre os desafios e perspectivas desse campo emergente, contribuindo para o debate sobre a institucionalização da inovação e o fortalecimento das capacidades estatais para a transformação social.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem de caráter descritivo e exploratório, a fim de compreender e caracterizar o panorama atual dos Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP) no Brasil. De acordo com Gil (2017), a pesquisa descritiva busca descrever as características de determinado fenômeno, enquanto a exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, permitindo a construção de hipóteses e o aprofundamento da compreensão sobre o tema.

O procedimento metodológico fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica contemplou a revisão de livros, artigos científicos, relatórios técnicos e publicações institucionais relacionadas à inovação no setor público e ao funcionamento dos LISP, proporcionando embasamento teórico para análise e interpretação dos dados. Já a pesquisa documental baseou-se no exame de materiais não elaborados especificamente para fins de pesquisa acadêmica, mas que se mostraram relevantes para os objetivos deste estudo, como relatórios institucionais, portais de universidades, plataformas governamentais e bases de dados públicas.

O levantamento dos dados foi realizado por meio da análise de três fontes centrais: (i) o relatório da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) publicado em 2020, que identificou 43 laboratórios; (ii) o estudo acadêmico divulgado em 2021, que ampliou o número para 70; e (iii) o mapeamento realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em junho de 2024, que registrou 209 laboratórios. Essas fontes foram selecionadas devido à sua abrangência, credibilidade institucional e relevância para a compreensão da evolução e expansão dos LISP no Brasil.

Além dos dados quantitativos referentes ao número de laboratórios e sua distribuição por esfera de governo e Poder, foram coletadas informações qualitativas relacionadas às metodologias empregadas, à estrutura organizacional e aos principais desafios enfrentados por essas iniciativas. A análise qualitativa seguiu referenciais teóricos de inovação no setor público, considerando autores como Mulgan e Albury (2003) e Bason (2014), de modo a identificar padrões recorrentes e apontar tendências no campo.

Os procedimentos de organização, interpretação e apresentação dos dados seguiram as diretrizes metodológicas de Prodanov e Freitas (2013), que orientam o rigor na condução de pesquisas científicas, e foram formatados conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 14724:2023, que estabelece os requisitos para a elaboração e estruturação de trabalhos acadêmicos.

Resultados e Discussões

O mapeamento realizado evidenciou um crescimento expressivo e consistente na presença dos Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP) no Brasil ao longo dos últimos anos. Em 2020, o levantamento inicial identificou 43 laboratórios, distribuídos entre os três Poderes da República Executivo, Legislativo e Judiciário e em diferentes esferas de governo, revelando um fenômeno ainda incipiente, mas já presente em diferentes contextos institucionais. No ano seguinte, 2021, esse número evoluiu para 70 unidades, com destaque para a esfera federal, que concentrava 15 laboratórios,

reforçando a tendência de adoção mais intensa em órgãos centrais de formulação e execução de políticas públicas.

A atualização de junho de 2024 demonstrou que essa expansão não apenas se manteve, mas se acelerou de forma significativa, alcançando o total de 209 laboratórios. Essa ampliação foi acompanhada de uma diversificação de contextos institucionais, com presença não apenas em órgãos federais, estaduais e municipais, mas também em instituições de ensino superior públicas, que passaram a integrar o ecossistema de inovação pública, contribuindo com pesquisa, capacitação e desenvolvimento metodológico.

As metodologias mais recorrentes entre os LISP incluem o design thinking, o business model canvas, o brainstorming e diferentes abordagens de métodos ágeis, como scrum e kanban. A escolha dessas ferramentas revela um alinhamento com práticas colaborativas, centradas no usuário e voltadas para a experimentação de soluções de forma iterativa. Além disso, tais laboratórios se caracterizam, em sua maioria, por estruturas organizacionais enxutas, alto grau de autonomia decisória e um enfoque na cocriação entre servidores, especialistas e cidadãos. A incorporação de tecnologias digitais para viabilizar a colaboração remota também se consolidou como um elemento distintivo, especialmente no contexto pós-pandemia.

Apesar do avanço numérico e metodológico, o mapeamento identificou desafios relevantes para a consolidação dos LISP como instrumentos permanentes de inovação no setor público. Entre os principais entraves, destaca-se a ausência de um marco normativo padronizado que estabeleça diretrizes claras para a criação, operação e avaliação desses espaços. Essa lacuna pode comprometer sua institucionalização, tornando-os mais vulneráveis a descontinuidades decorrentes de mudanças de gestão, instabilidade orçamentária ou ausência de apoio político. Além disso, a dependência de lideranças individuais e de recursos externos, muitas vezes oriundos de projetos pontuais, reforça a fragilidade estrutural e limita a capacidade de planejamento de longo prazo.

Ainda assim, a experiência acumulada ao longo dos últimos anos indica que as características estruturais dos LISP notadamente sua leveza administrativa e autonomia operacional favorecem a agilidade na implementação de projetos e no teste de soluções inovadoras. Tais atributos permitem respostas mais rápidas a demandas emergentes, reduzindo o tempo entre a concepção e a aplicação prática das ideias. No entanto, para que esses laboratórios avancem de iniciativas isoladas para políticas públicas consolidadas, torna-se necessário investir no fortalecimento da governança, na definição de estratégias institucionais de inovação de longo prazo e na criação de redes colaborativas interinstitucionais. Essas redes, ao promoverem a troca de experiências e a disseminação de metodologias bem-sucedidas, podem contribuir decisivamente para o amadurecimento e a sustentabilidade do ecossistema de inovação pública no Brasil.

Fonte : autoria própria ,2025

O gráfico evidencia a evolução acelerada do número de Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP) no Brasil no período de 2020 a 2024. Observa-se um crescimento gradual entre 2020 e 2021, passando de 43 para 70 unidades, seguido de um salto

expressivo em 2024, quando o total atingiu 209 laboratórios. Essa trajetória indica não apenas a consolidação do conceito no país, mas também um movimento institucional de adoção dessas estruturas em diferentes esferas e órgãos, sugerindo maior maturidade no ecossistema de inovação pública.

Distribuição estimada dos LISP por esferas do governo

A tabela apresenta uma estimativa da distribuição dos LISP por esfera de governo, revelando que, embora a esfera federal tenha sido pioneira e mantenha relevância, há uma ampliação significativa da presença desses laboratórios nos âmbitos estadual e municipal. Em 2021, por exemplo, a esfera federal concentrava 15 unidades, enquanto estaduais e municipais apresentaram crescimento progressivo. Em 2024, a predominância passa a ser dos níveis estadual e municipal, o que demonstra a interiorização e descentralização das práticas de inovação, bem como a diversificação de atores envolvidos no processo.

Conclusão

O panorama revelado pelo mapeamento dos LISP no Brasil vai além de números expressivos: ele retrata a emergência de um ecossistema dinâmico, plural e repleto de potencial transformador. Em diferentes regiões e contextos, essas unidades têm demonstrado capacidade de criar soluções inovadoras, de redesenhar processos e de ampliar a efetividade das políticas públicas. Trata-se de um movimento que aponta para uma nova lógica de gestão, mais colaborativa, ágil e orientada a resultados concretos para a sociedade.

No entanto, o verdadeiro desafio está em transformar esse impulso inicial em mudança estrutural. Isso exige institucionalizar os LISP, garantindo sua continuidade para além de ciclos políticos; investir de forma consistente em recursos humanos e tecnológicos; e integrar suas iniciativas às agendas estratégicas de desenvolvimento do setor público. Só assim será possível evitar que essas experiências se percam como projetos isolados e assegurar que se tornem parte orgânica da cultura de inovação governamental.

Se esse caminho for trilhado, os LISP poderão não apenas manter, mas ampliar seu alcance, convertendo criatividade em políticas efetivas, e inovação em valor público. Mais do que ferramentas, serão catalisadores de uma gestão pública renovada — capaz de responder aos desafios do presente e de antecipar as demandas do futuro, com foco na transparência, na eficiência e no compromisso com o cidadão.

Referências

BASON, Christian. Design for Policy. Aldershot: Gower Publishing, 2014.

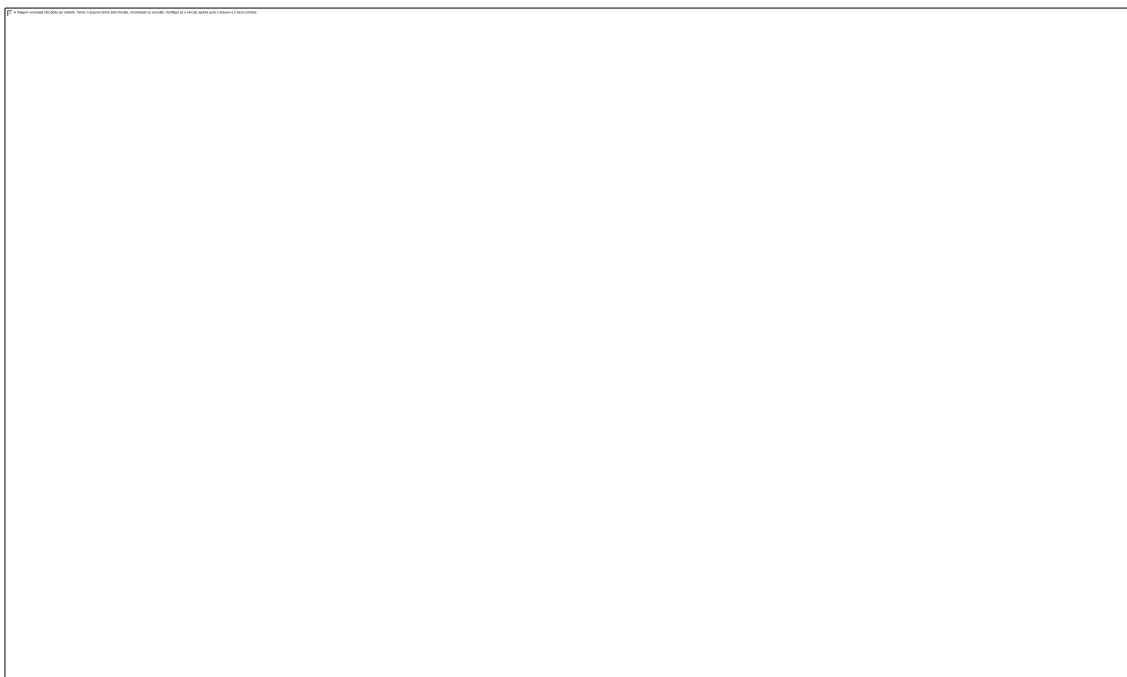
ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Mapa de Laboratórios de Inovação no Setor Público no Brasil. Brasília: ENAP, 2020.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MULGAN, Geoff; ALBURY, David. Innovation in the Public Sector. London: Strategy Unit, Cabinet Office, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Anexos



EVOLUÇÃO DOS NUMEROS DE LABORAATORIOS DE INOVAÇÃO NO
SETOR PUBLICO NO BRASIL

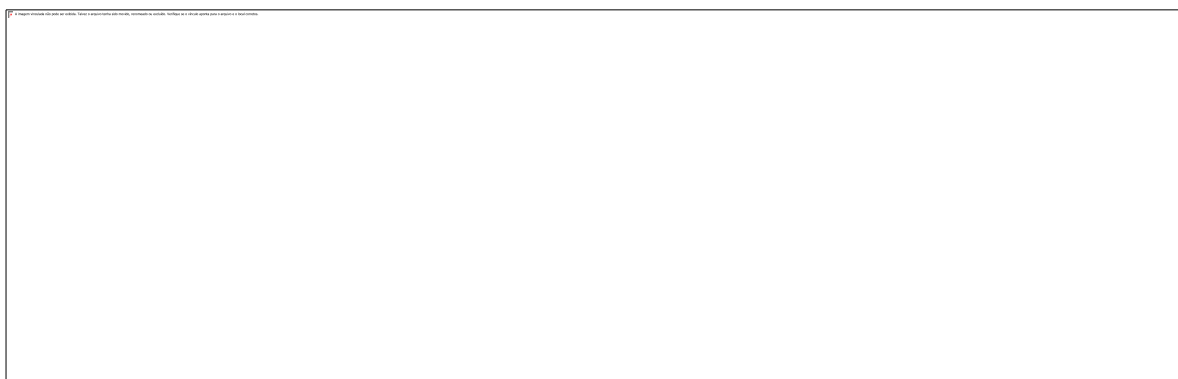


TABELA DE DISTRIBUIÇÃO DOS LABORATORIOS POR ESFERAS DO
GOVERNO

CÓDIGO: HS1016

AUTOR: MARIA DE LOURDES SILVA SANTANA

COAUTOR: ALINE VIRGINIA MEDEIROS NELSON

ORIENTADOR: JOSEMERY ARAUJO ALVES

TÍTULO: AVANÇOS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO
ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE

Resumo

Este estudo tem como objetivo mapear as ações e práticas inclusivas implementadas pelas instituições de ensino superior brasileiras para promover a inclusão de pessoas com deficiência. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura, analisando artigos científicos que abordam estratégias institucionais e pedagógicas voltadas à acessibilidade acadêmica. Os resultados evidenciam a diversidade de práticas adotadas, incluindo a criação de núcleos de acessibilidade, uso de tecnologias assistivas, capacitação docente e adaptação curricular. Os resultados demonstram que essas iniciativas têm proporcionado maior autonomia aos estudantes, ampliado sua participação e favorecido uma cultura acadêmica mais inclusiva. Apesar dos desafios ainda existentes, os avanços institucionais indicam uma transformação positiva e contínua na construção de um ambiente universitário acessível, reforçando a importância das políticas públicas e do engajamento coletivo para consolidar a inclusão educacional.

Palavras-chave: Acessibilidade; Ensino superior; Inclusão educacional.

TITLE: ADVANCES IN THE INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN
BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: ACCESSIBILITY PRACTICES

Abstract

This study aims to map the inclusive actions and practices implemented by Brazilian higher education institutions to promote the inclusion of people with disabilities. The research was conducted through an integrative literature review, analyzing scientific articles that address institutional and pedagogical strategies focused on academic accessibility. The results highlight the diversity of practices adopted, including the

creation of accessibility centers, the use of assistive technologies, teacher training, and curricular adaptation. The results demonstrate that these initiatives have provided greater autonomy to students, expanded their participation, and fostered a more inclusive academic culture. Despite the remaining challenges, institutional advances indicate a positive and ongoing transformation in building an accessible university environment, reinforcing the importance of public policies and collective engagement in consolidating educational inclusion.

Keywords: Accessibility; Higher education; Educational inclusion.

Introdução

A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro representa um avanço significativo na promoção da igualdade de direitos e oportunidades. A acessibilidade deve ser compreendida como princípio vinculado aos direitos humanos, indo além da adaptação de espaços físicos e abrangendo dimensões pedagógicas, comunicacionais e atitudinais. Essa concepção reforça a necessidade de diversificar práticas pedagógicas e estratégias institucionais para responder à diversidade humana e promover ambientes acadêmicos inclusivos (Pletsch; Melo; Cavalcante, 2021).

Políticas públicas, como o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – INCLUIR, buscaram eliminar barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e informacionais, assegurando pleno acesso ao ambiente universitário. Embora o Brasil enfrente desafios históricos nesse campo, tais iniciativas revelam um compromisso crescente com a criação de espaços mais acessíveis, fundamentais para a construção de uma sociedade justa e igualitária (Brasil, 2013).

Contudo, a inclusão vai além de políticas públicas: exige transformações culturais, atitudinais e estruturais nas instituições. Núcleos de acessibilidade, setores especializados, adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas configuram avanços que favorecem o desenvolvimento de estudantes com deficiência (Costa; Pieczkowski, 2020; Brasil, 2008). Tais práticas, porém, precisam ser acompanhadas da construção de uma cultura institucional que valorize e respeite a diversidade.

Apesar do crescimento das práticas inclusivas, persistem barreiras relacionadas à cultura acadêmica e às políticas públicas (Moreira; Liebl, 2023). Como destacam Martins e Ciantelli (2023), essas barreiras reproduzem o capacitismo e evidenciam a importância de um diálogo interseccional que contemple gênero, raça e classe social. Nesse sentido, a verdadeira inclusão exige um compromisso ético-político que ultrapasse adaptações pontuais, demandando mudanças estruturais profundas. Essa perspectiva envolve a constituição de um “corpo comum”, formado por alianças entre diferenças de funcionalidade, gênero, raça e condição socioeconômica, que potencializam a pluralidade como elemento transformador da cultura acadêmica (Pagni, 2023).

Diante disso, a problemática central da pesquisa é: quais ações e práticas inclusivas têm sido implementadas pelas instituições de ensino superior brasileiras para promover a inclusão de pessoas com deficiência? A questão busca compreender como as universidades adaptam estruturas e práticas para garantir não apenas o ingresso, mas

também a permanência e o êxito acadêmico de estudantes com deficiência (Alves; Martins; Piedade, 2024).

O objetivo geral é mapear, em artigos científicos, as ações que promovem a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades brasileiras. Como objetivos específicos: a) identificar práticas e estratégias institucionalizadas para criação de ambientes inclusivos; b) analisar os principais resultados dessas práticas.

A relevância social do estudo se justifica em um contexto de crescente reconhecimento da neurodiversidade, ampliado pelos avanços tecnológicos e científicos. Do ponto de vista acadêmico, o tema permanece pouco explorado, como demonstra a busca na plataforma SciELO pelas palavras “ensino inclusivo” e “universidade”, que retornou apenas oito resultados.

Assim, a pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre como práticas inclusivas podem impulsionar transformações culturais e estruturais nas universidades, consolidando ambientes que respeitem a diversidade e garantam direitos a todos os estudantes.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, por revisão integrativa, baseada em métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da literatura sobre determinado tema, disponibilizando um quadro das evidências relacionadas a uma intervenção específica. Essa abordagem é particularmente útil para integrar informações de estudos realizados separadamente, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, além de identificar lacunas no conhecimento e orientar futuras investigações. (Sampaio e Mancini, 2007; Flick, 2004).

Assim, foram utilizadas bases de dados amplamente reconhecidas, como Google Acadêmico, ResearchGate e o Portal de Periódicos da CAPES, tendo como critérios de busca palavras-chave específicas, como “Acessibilidade” e “Ensino Superior”. O critério de seleção foi a escolha de artigos em português que abordassem as práticas de inclusão adotadas pelas universidades brasileiras. Inicialmente, foram selecionados 40 textos, sendo descartados as teses, dissertações e os anais, restando um total de 20 artigos que, com base em seus resumos, abordaram práticas inclusivas adotadas pelas universidades brasileiras. Contudo, ao aprofundar a análise com a leitura integral dos textos, constatou-se que muitos deles tinham como foco central as barreiras de acessibilidade, como barreiras atitudinais, arquitetônicas e tecnológicas, em vez de discutir diretamente as práticas inclusivas. Esses artigos foram, então, excluídos, restando 11 estudos que tratavam de práticas inclusivas e ações voltadas à criação de ambientes acadêmicos mais acessíveis.

A análise desses 11 artigos permitiu identificar práticas frequentes e eficazes, como adaptações curriculares, formação docente para inclusão, uso de tecnologias assistivas e políticas institucionais voltadas ao acolhimento de estudantes com deficiência.

De acordo com Sampaio e Mancini (2007), a revisão integrativa segue uma estrutura detalhada que inclui a definição clara de uma pergunta de pesquisa, critérios de seleção dos estudos, análise crítica da qualidade metodológica dos artigos incluídos e síntese das informações. Essa metodologia possibilitou um entendimento mais abrangente dos avanços das práticas de inclusão no ensino superior brasileiro, fornecendo subsídios teóricos e práticos para iniciativas futuras.

Resultados e Discussões

Para o mapeamento dos trabalhos selecionados, optou-se pela apresentação de um quadro síntese, constando autores (ano), práticas de inclusão e principais resultados apontados.

A discussão dos resultados apresentados neste estudo evidencia a ampla diversidade de práticas inclusivas implementadas no ensino superior brasileiro, ressaltando avanços significativos na construção de ambientes acadêmicos mais acessíveis e equitativos. Dessa forma, serão apresentadas as principais práticas inclusivas, com base nos 11 artigos selecionados na revisão sistemática, destacando a complexidade e abrangência das iniciativas desenvolvidas nas instituições de ensino superior.

Um exemplo significativo é o trabalho desenvolvido por Oliveira e Mascarenhas (2022), que aborda estratégias de apoio individualizado a uma estudante com deficiência visual na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As ações, realizadas com base no diálogo contínuo entre a facilitadora e a estudante, incluíram a descrição detalhada de conteúdos visuais e audiovisuais, a adaptação de materiais didáticos para formatos acessíveis, e o suporte em aulas remotas por meio de ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas. Além disso, a facilitadora também auxiliou na leitura de textos inacessíveis e na formatação de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT, promovendo não apenas a inclusão acadêmica, mas também o fortalecimento da autonomia da estudante. Essas intervenções foram fundamentadas no Modelo Social da Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão, evidenciando como soluções personalizadas poder transformar o ambiente universitário em um espaço verdadeiramente acessível, permitindo a participação ativa dos estudantes e o pleno desenvolvimento de suas capacidades (Oliveira; Mascarenhas, 2022).

Outro estudo significativo é o de Ferreira et al. (2021), que examina as condições de acessibilidade em diversas instituições de ensino superior, destacando a aquisição de tecnologias assistivas e adaptações arquitetônicas como rampas, banheiros adaptados e leitores de tela. Esses avanços não apenas facilitam o acesso físico, mas também criam condições para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. As instituições analisadas, como a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), também investiram na oferta da disciplina de Libras, fortalecendo a inclusão linguística.

No âmbito das políticas institucionais, Oliveira e Rodrigues (2011) exploram a criação do Núcleo de Acessibilidade na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que promoveu a formação docente, adaptações curriculares e suporte pedagógico especializado. Essa iniciativa resultou em avanços significativos no número de matrículas de estudantes com deficiência, embora desafios como barreiras arquitetônicas e metodológicas ainda persistam.

A formação docente aparece como elemento central nas práticas de inclusão. Franco, Silva e Torisu (2018) analisam o impacto do Programa Sala Aberta na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que oferece formação continuada para professores, incentivando inovações pedagógicas e a valorização da diversidade. O Programa Sala Aberta, reestruturado em 2013 como Sala Aberta: Docência no Ensino Superior, promove encontros presenciais e virtuais que estimulam o diálogo e a reflexão sobre os desafios da docência universitária. Esses encontros mensais reúnem docentes de diferentes cursos, buscando fomentar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, baseadas na valorização das diferenças e na ruptura com paradigmas tradicionais de ensino. Além disso, iniciativas extensionistas como o projeto "Inclusão: Práticas pedagógicas, aquisição do sistema de escrita e outras aprendizagens" utilizam princípios da pesquisa-ação, envolvendo estudantes de graduação no desenvolvimento de práticas inclusivas em escolas, promovendo uma formação dupla: tanto para os graduandos quanto para os docentes da educação básica, criando um modelo pedagógico emancipatório (Franco; Silva; Torisu, 2018).

De forma similar, Lima e Cabral (2020) relatam como o planejamento colaborativo entre gestores, docentes e estudantes permitiu a implementação de práticas como a diferenciação curricular, feedback positivo e avaliações ajustadas às necessidades dos estudantes. O feedback positivo, nesse contexto, é entendido como um retorno construtivo que enfatiza os pontos fortes, os progressos e as conquistas dos estudantes, promovendo confiança em suas capacidades. Esse tipo de abordagem ajuda os alunos a perceberem suas potencialidades, valorizarem seus esforços e avançarem em seu aprendizado, especialmente em cenários que demandam adaptações ou diferenciação curricular. A diferenciação curricular, por sua vez, refere-se à adaptação de conteúdos, métodos e estratégias pedagógicas para atender às diversas necessidades e características dos estudantes, enquanto as avaliações ajustadas consideram essas especificidades para garantir processos avaliativos mais justos e inclusivos. Além disso, os autores destacam que a gestão democrática pode ser compreendida como a orquestração de ações cooperativas e variadas que buscam promover a equidade e o respeito às identidades e diferenças das minorias político-sociais (Lima; Cabral, 2020).

A inclusão linguística também é tema de destaque. Paiva e Melo (2021) descrevem as ações do curso de Letras Libras na UFRN, como a criação de vestibulares especiais (Teste de Habilidades Específicas - THE e Redação) e a organização de comitês para gerenciar demandas de tradutores e intérpretes de Libras. Apesar dos avanços, os autores identificaram barreiras relacionadas à limitada circulação da Libras fora do ambiente de sala de aula.

A implementação de tecnologias assistivas e a organização de campanhas educativas são destacadas por Alves et al. (2024), que relatam ações no curso de Turismo da UFRN para sensibilizar a comunidade acadêmica e atender às necessidades de estudantes com

necessidades específicas. Essas iniciativas promovem a conscientização sobre a diversidade e criam um ambiente acadêmico mais receptivo. Nesse contexto, os resultados alcançados demonstram a importância de projetos que integram ensino, pesquisa e extensão.

No ensino, destacam-se os esforços de professores que coordenam projetos voltados para a adaptação das aulas, com o apoio de monitores/tutores que auxiliam diretamente na execução de tarefas, colaboram com a adaptação de conteúdos, oferecem suporte em atividades práticas e atendem às demandas específicas das salas de aula. Já nos projetos de pesquisa e extensão, os bolsistas desempenham um papel essencial, organizando eventos, participando de cursos de formação, rodas de estudo e desenvolvendo pesquisas que promovem reflexões acadêmicas e publicações, como o presente artigo (Alves et al., 2014).

Além disso, estão engajados em campanhas educativas voltadas para a disseminação de informações sobre o Transtorno do Espectro Autista, produção de exposições contra o bullying e organização de eventos sobre neurodivergência. Essas ações complementam as práticas relatadas por Alves et al. (2024), reforçando o impacto de iniciativas que promovem a inclusão e sensibilizam a comunidade acadêmica sobre a importância de um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Ademais, Malheiro e Junior (2020), assim como Ciantelli e Leite (2016), destacam a significativa contribuição dos núcleos de acessibilidade na eliminação de barreiras metodológicas e institucionais. Esses núcleos, compostos por equipes multiprofissionais, utilizam tecnologias assistivas, como leitores de tela e softwares especializados, para promover a inclusão e garantir a plena participação dos estudantes com deficiência. Nesse mesmo contexto, Siqueira e Santana (2010) analisam o impacto positivo do Projeto Incluir, que incentivou a criação de materiais acessíveis, a capacitação da comunidade acadêmica e a articulação interinstitucional, ampliando as possibilidades de inclusão. Assim, essas abordagens reforçam a importância das iniciativas voltadas para a acessibilidade e a equidade no ensino superior.

As práticas descritas nestes estudos não apenas eliminam barreiras, mas também transformam as universidades em espaços mais inclusivos e democráticos. A continuidade dessas iniciativas e a ampliação de investimentos são essenciais para consolidar um ensino superior que respeite a diversidade e promova a igualdade de oportunidades.

Conclusão

Nesta fase de discussão dos resultados, é fundamental realçar o progresso significativo alcançado por meio deste trabalho e as aplicações práticas que dele derivam. Destacar as conquistas e avanços obtidos não apenas reconhece o mérito do estudo, mas também ressalta sua relevância e impacto na comunidade científica e na sociedade em geral.

Ao destacar o progresso alcançado, é importante enfatizar como os resultados deste trabalho contribuem para o avanço do conhecimento em sua área específica. Isso pode incluir a descoberta de novos fenômenos, a proposição de teorias inovadoras, o desenvolvimento de métodos ou técnicas aprimoradas, ou mesmo a aplicação bem-sucedida de abordagens existentes em novos contextos.

Além disso, é fundamental ressaltar as aplicações práticas e as possíveis implicações do trabalho na vida real. Isso pode incluir o desenvolvimento de novas tecnologias, a melhoria de processos industriais, a formulação de políticas públicas mais eficazes, ou qualquer outra contribuição tangível que o estudo possa oferecer para resolver problemas ou melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No entanto, é importante reconhecer que todo estudo científico possui limitações e áreas em que o conhecimento ainda é incompleto ou insuficiente. Identificar e discutir essas limitações de forma transparente é crucial para uma avaliação honesta e equilibrada do trabalho. Isso ajuda a contextualizar os resultados e a fornecer insights sobre possíveis áreas de melhoria ou foco para pesquisas futuras.

Por fim, quando apropriado, oferecer sugestões para estudos futuros pode ajudar a orientar o desenvolvimento de pesquisas subsequentes e a direcionar o progresso contínuo na área. Essas sugestões podem ser baseadas nas lacunas identificadas durante o estudo atual, nas questões não resolvidas ou em novas direções de pesquisa que surgiram a partir dos resultados obtidos.

Referências

ALVES, Josemery Araújo; MARTINS, Maria Helena Venâncio; PIEDADE, Ana Catarina Marçal Da. Ensino Superior e Práticas Inclusivas: Os Estudantes Com Necessidades Específicas Na Universidade Do Algarve/ Portugal. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, Marília, SP, v. 11, n. 3, p. 1-18, 2024. DOI: 10.36311/2358-8845.2024.v11n3.e0240038. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/16338..>
Acesso em: 26 dez. 2024.

ALVES, Josemery Araújo; CAVALCANTE, Erica Dayane Chaves; ARAÚJO, Regina Ferreira; OLIVEIRA, Maria Clara da Silva. Inclusão e acessibilidade no ensino superior: relato da experiência no curso de Turismo da UFRN. Humanidades em Revista, UNIRIO, v. 6, n. 2, p. 273-290, 2024. Disponível em: <https://seer.unirio.br/hr/article/view/13214> .
Acesso em: 26 dez. 2024.

BRASIL. Lei Federal Brasileira nº 13.146 de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394/ 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Planalto, 1996.

BRASIL. Políticas públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência. Brasília: Planalto, Serviços e Informações do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia> Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Orientador: Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Educação Superior (SESu), 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 out. 2024.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382216000300008>. Acesso em: 1 dez. 2024.

COSTA, Joana Maria de Moraes; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária. Educação em Revista, 36, e208179, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698208179>

FERNÁNDEZ-MORENO, C. A.. Prácticas de terapeutas ocupacionales en educación superior inclusiva. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 32, n. spe1, p. e3827, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE394638273>. Acesso em: 2 dez. 2024.

FERREIRA, Paloma Bessa et al. Comparação entre as condições de acessibilidade e inclusão social de 25 instituições públicas de ensino superior e um estudo de caso na UFTM. Cadernos CIMEAC, Uberaba, v. 11, n. 2, p. 121-145, dez. 2021. DOI: 10.18554/cimeac.v11i2.4929. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/357085440>. Acesso em: 2 dez. 2024.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. -2.ed.- Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, Marco Antonio Melo; SILVA, Marcilene Magalhães da; TORISU, Edmilson Minoru. Inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica no contexto do ensino superior: o que dizem os gestores. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 23, n. esp. 1, p. 698-715, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v23iesp.1.13020>.

FRANCO, Marco Antônio Melo; SILVA, Marcilene Magalhães da; TORISU, Edmilson Minoru. Inclusão e inovação pedagógica: políticas e práticas de formação no ensino superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. esp. 2, p. 1320-1333, set. 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.nesp2.set2018.11646.

LIMA, André Henrique de; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Gestão democrática na educação superior para a diferenciação e acessibilidade curricular. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 1104-1117, set. 2020. e-ISSN: 1519-9029. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14336>.

MALHEIRO, Cícera Aparecida Lima; JUNIOR, Klaus Schlünzen. Inclusão e acessibilidade no ensino superior brasileiro. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 94546-94554, dez. 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n12-063. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n12-066>. Acesso em: 21 nov. 2024.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo. *Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. ISBN 978-65-5954-342-7 (Digital). Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-342-7>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MELO, F. R. L. V. DE.; ARAÚJO, E. R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. spe, p. 57–66, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018046>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MOREIRA, Laura Ceretta; LIEBL, Karin Rank. Políticas, práticas e cultura inclusiva: desafios da gestão universitária. In: MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo (orgs.). *Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 111-134. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-342-7>. Acesso em: 10 dez. 2024.

OLIVA, D. V. Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. *Psicologia USP*, v. 27, n. 3, p. 492–502, set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140099>. Acesso em: 28 jan. 2025.

OLIVEIRA, Mylena Pacheco Santolin de; MASCARENHAS, Luiza Teles. A facilitação de aprendizagem como ferramenta de acessibilidade no contexto do ensino superior: ações desenvolvidas e resultados. *Raízes e Rumos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 218-230, jan.-jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2317-7705.2022.v10.i1.218-230>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OLIVEIRA, Marinalva Silva; RODRIGUES, Lidianie Furtado Ferreira. A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal do Amapá: o

que estamos fazendo e o que precisamos fazer. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 4, p. 17-28, dez. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/233922967>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração de Salamanca. Salamanca: ONU, 1996.

PAGNI, Pedro Angelo. Corpos deficientes, seus movimentos políticos por inclusão e seus agenciamentos no Ensino Superior Brasileiro: um ensaio à luz da Filosofia da Diferença. In: MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo (orgs.). Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 27-78. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-342-7>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PAIVA, Gisele Oliveira da Silva; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Acessibilidade linguística de surdos no ensino superior: reflexões sobre o curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 27, p. e0154, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0154>. Acesso em: 29 dez. 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso.

Anexos

Imagem reservada para uso exclusivo. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização expressa da UFRN.

Mapeamento dos trabalhos selecionados



Mapeamento dos trabalhos selecionados



Mapeamento dos trabalhos selecionados

CÓDIGO: HS1029

AUTOR: MYLLENE MEDEIROS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: MICHEL JAIRO VIEIRA ARAUJO DA SILVA

TÍTULO: O IMAGINÁRIO TURÍSTICO DO SERTÃO NORDESTINO: UMA ANÁLISE DAS TELENÓVELAS MAR DO SERTÃO (2022) E NO RANCHO FUNDO (2024)

Resumo

O presente estudo visa compreender de que forma as telenovelas Mar do Sertão (2022) e No Rancho Fundo (2024) contribuem para a construção do imaginário turístico do sertão nordestino. Especificamente, busca contextualizar historicamente o turismo no sertão, analisar os elementos de experiência turística presentes nas obras e sintetizar, por meio de uma imagem visual, os ícones recorrentes nessas representações. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, além de análise de conteúdo fílmico baseada no quadro metodológico de Santana (2009), utilizando quatro unidades de contexto e sete unidades de registro. A análise concentrou-se nas representações de hospedagem, transporte, alimentação, paisagem, cultura, qualidade de vida e variáveis afetivas presentes nas tramas. Os resultados indicam que ambas as telenovelas reforçam representações ambivalentes do sertão: por um lado, um espaço árido, com infraestrutura precária, desigualdade social e práticas tradicionais; por outro, um território rico em cultura, hospitalidade e paisagens singulares, com potencial turístico. Observou-se a predominância de estereótipos históricos, como coronelismo, carência de serviços básicos, mas também manifestações culturais valorizadas e solidariedade comunitária. A imagem-síntese elaborada condensou visualmente esses elementos, revelando um sertão idealizado, permeado por autenticidade e estigmas cristalizados.

Palavras-chave: Sertão nordestino; Telenovelas; Imaginário turístico.

TITLE: The Touristic Imaginary of the Northeastern Sertão (Brazil): An Analysis of the Telenovelas Mar do Sertão (2022) and No Rancho Fundo (2024)

Abstract

This study aims to understand how the telenovelas Mar do Sertão (2022) and No Rancho Fundo (2024) contribute to the construction of the touristic imaginary of the Northeastern sertão. Specifically, it seeks to historically contextualize tourism in the sertão, analyze the elements of tourist experience present in the works, and synthesize, through a visual image, the recurring icons in these representations. The research adopts a qualitative approach with an exploratory-descriptive nature. Bibliographic and documentary research was conducted, in addition to a film content analysis based on Santana's (2009) methodological framework, using four context units and seven recording units. The analysis focused on representations of accommodation, transportation, food, landscape, culture, quality of life, and affective variables present in the plots.

The results indicate that both telenovelas reinforce ambivalent representations of the sertão: on one hand, a dry space with precarious infrastructure, social inequality, and traditional practices; on the other, a territory rich in culture, hospitality, and unique landscapes with tourism potential. The study observed the predominance of historical stereotypes, such as coronelismo and lack of basic services, but also valued cultural manifestations and community solidarity. The visual synthesis image condensed these elements, revealing an idealized sertão, permeated by both authenticity and entrenched stigmas.

Keywords: Northeastern hinterland; Soap operas; Tourist imaginary.

Introdução

O turismo é um fenômeno complexo, formado por múltiplos fatores que envolvem a oferta dos destinos, a percepção dos turistas, a construção de imagens sobre os lugares visitados, e o imaginário edificado sobre lugares a visitar/revisitar. Dentre os elementos responsáveis por moldar essa percepção, as produções audiovisuais têm desempenhado um papel fundamental, não apenas como meios de entretenimento, mas também como agentes de formação de imaginários coletivos sobre destinos turísticos. Filmes, séries, reality shows, programas de variedade, clips musicais, documentários e telenovelas, têm sido grandes responsáveis pela divulgação de imagens turísticas de diversas regiões do mundo, muitas vezes criando narrativas que atraem visitantes e geram fluxos turísticos.

Silva (2019, p.11) acredita que “o imaginário é o “motor” que dá o ponto de partida para as experiências ganharem formas, é dinâmico, havendo, assim, uma necessidade de alimentar o imaginário dos lugares e dos visitantes”. Esse imaginário é formado a partir das imagens consumidas sobre determinada localidade. Elas vão desde as produções audiovisuais, até ao simples e corriqueiro compartilhamento em redes sociais de informações e experiências de residentes, turistas, produtores de conteúdo, empresas públicas e privadas. Todos esses fatores contribuem para a criação do imaginário.

As telenovelas brasileiras, com destacável audiência nacional e internacional, são exemplos de como o audiovisual pode difundir imagens e consolidar imaginários de lugares, cultura e identidade. Segundo o site de notícias TERRA (2013), exibida entre 2001 e 2002, a novela O Clone foi responsável por popularizar termos árabes, como o conhecido “Inshallah”, e as cidades marroquinas Fès e Marrakech que foram as principais locações retratadas na novela, geraram um numeroso fluxo de turistas brasileiros inspirados pelo que viram na TV.

No contexto do Nordeste brasileiro, o Sertão é uma região com uma identidade cultural forte, frequentemente abordada em novelas, com suas paisagens e tradições. No entanto, a imagem do Sertão é muitas vezes idealizada, romantizada, quando não desqualificada e reduzida. Essa construção imagética, construída por diferentes fontes de informação e linguagens (música, literatura, artes plásticas – Albuquerque Júnior, 2011) de alguma maneira encapsula uma imagem pronta e tende a criar um imaginário por vezes reducionista do Sertão Nordestino.

Caminhar por esse debate é discutir imaginários e refletir sobre possíveis distorções e estereótipos sobre a região numa perspectiva social, cultural, ambiental, mas também turística - atrativa, com seus meios transporte, alimentação, hospedagem... o que de imagem e imaginário se extrai das narrativas novelísticas sobre o sertão nordestino?

Mar do Sertão e No Rancho Fundo, são exemplos de produções que, contribuem para a formação de um imaginário também turístico que pode, por um lado, atrair visitantes interessados por suas representações simbólicas, mas, por outro, reduzir a complexidade cultural e social do Sertão Nordestino a um conjunto de imagens e estereótipos que muitas vezes não correspondem ao contexto e impactam o imaginário turístico.

Seriam essas representações uma forma de valorizar o turismo local ou, ao contrário, uma simplificação que gera discrepância com a realidade? Em meio a essas provocações, faz-se a pergunta-problema: Qual é o imaginário turístico do Sertão Nordeste a partir das telenovelas citadas? O objetivo geral deste trabalho é: Apresentar o imaginário turístico do Sertão Nordeste a partir das telenovelas da Rede Globo *Mar Sertão* (2022) e *No Rancho Fundo* (2024). E os objetivos específicos: Contextualizar historicamente o turismo no sertão nordestino; Analisar os elementos de experiência turística presentes nas novelas citadas; Montar uma imagem síntese da imagem/imaginário turístico do sertão a partir das novelas citadas.

Metodologia

A presente pesquisa seguiu uma abordagem exploratória-descritiva de caráter qualitativo. Para atender ao objetivo específico 1 foi realizada pesquisa bibliográfica e documental com o propósito de contextualizar historicamente o fenômeno turístico no sertão nordestino, como também dados complementares de sua relação com as 02 telenovelas analisadas. O levantamento bibliográfico e documental buscou então livros, artigos, entrevistas, relatórios, projetos e portarias que abordam o desenvolvimento do turismo, como também o papel das duas telenovelas selecionadas na formação dessa agenda.

Em segundo momento, a pesquisa envolveu uma análise de conteúdo (Bardin, 1978), considerando unidades de contexto e registro fílmico a partir da adaptação do Quadro de Atributos de Imagem de Destinos Turísticos, elaborada por Santana (2009, p. 114-116), em sua obra *Antropologia do Turismo*. Dentre outros aspectos, esse quadro apresenta fatores que influenciam a percepção sobre um destino turístico. As unidades de contexto e registro escolhidas para análise das telenovelas encontram-se no quadro 2 e serviram para identificar elementos que configuram a experiência turística do sertão nordestino.

Quadro 2 - Atributos de Imagem de Destinos Turísticos

(ver quadro 2)

Como parte do levantamento de dados secundários, foi utilizada também uma ferramenta de inteligência artificial generativa da OpenAI, para auxiliar na busca e organização de informações referentes à audiência das novelas *Mar do Sertão* e *No Rancho Fundo*. A IA foi utilizada para identificar e listar os cinco capítulos de maior audiência das tramas, com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Esses capítulos foram os mais analisados, sendo em algumas unidades necessário buscar outros capítulos.

Nessa busca foram pesquisados e por fim selecionados trechos das novelas *Mar do Sertão* (2022) e *No Rancho Fundo* (2024) que abordam as unidades de registro apontados na perspectiva do turismo no sertão nordestino. Ao serem selecionadas cenas que poderiam colaborar com a criação do imaginário turístico, o passo seguinte foi avaliar cada uma delas considerando texto, contexto e possíveis subtextos, elementos do foco principal das cenas, como também aqueles indiretos, que de alguma maneira auxiliam na construção da narrativa. O roteiro (falas dos personagens), os elementos cênicos (objetos, cenografia e paisagens), além de iluminação e sonoplastia, entraram na decupagem dos trechos selecionados.

Após análise das cenas, considerando as unidades de registro, foi possível criar uma imagem-síntese (ligada ao objetivo 03) da pesquisa. Sua confecção na plataforma CANVA ocorreu de modo intuitivo, considerando figuras e distribuição imagética que pudesse comunicar os principais elementos do imaginário turístico do sertão presente nas duas telenovelas.

Resultados e Discussões

Com o intuito de compreender o imaginário turístico do sertão nordestino, iniciamos este estudo com uma contextualização histórica do surgimento e consolidação do turismo na região. O “sertão” nordestino é compreendido não apenas como uma região geográfica, mas como construção histórica, cultural e imagética, evidenciando como diferentes narrativas e representações contribuíram para a formação de sua identidade simbólica, influenciando a percepção enquanto destino turístico.

O termo “sertão” designa regiões afastadas dos grandes centros urbanos, sendo historicamente associado ao Nordeste, mas também a outros interiores do Brasil. Desde o período colonial, tornou-se sinônimo de espaço desconhecido, pouco explorado e distante do litoral e das zonas de poder. O sertão foi coberto por um imaginário ambíguo – ora relacionado à aridez e ao sofrimento, ora à bravura e resistência dos sertanejos (Alencar, 2000). Tradicionalmente representado como espaço de adversidade climática, marcado pela seca, vegetação da caatinga e modo de vida religioso “rústico”, é também território de forte identidade cultural. Raffestin (1993) destaca que o espaço é uma produção social carregada de sentidos e relações de poder. Santos (1996) enfatiza que o espaço geográfico é indissociável de sistemas de objetos e ações, transformado pelas práticas sociais e pela circulação de imagens; no caso do sertão nordestino, integrando geografia, cultura, imagem e turismo.

Historicamente, o sertão esteve à margem de grandes investimentos públicos, inclusive no turismo, especialmente em comparação ao litoral. A criação da SUDENE, no final dos anos 1950, buscou promover o desenvolvimento econômico e social, incluindo o turismo. Iniciativas posteriores, como o Plano Nacional de Desenvolvimento (década de 1970), o PRODETUR/NE (1990) e o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (1990), bem como ações do Ministério do Turismo nos anos 2000, favoreceram o crescimento de destinos turísticos sertanejos. Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) consideraram sistematicamente o potencial do interior, valorizando patrimônio cultural e natural.

Destinos como Piranhas (AL), Cabaceiras (PB), Caruaru (PE), Campina Grande (PB), Petrolina e Juazeiro, Canindé do São Francisco (SE), Geoparque Seridó (RN), Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) e peregrinações a Juazeiro do Norte (CE) exemplificam esse turismo recente, valorizando cultura, autenticidade e memória regional.

Essa valorização tem ganhado força em produções audiovisuais recentes, especialmente em telenovelas da Rede Globo, que promovem o imaginário turístico do sertão. *Mar do Sertão* (2022) consolidou imagens do sertão potiguar e alagoano, com repercussão nacional, incluindo turnê promocional pelo Rio Grande do Norte, articulando ficção e promoção turística. No *Rancho Fundo* (2024) reforça ícones do imaginário sertanejo, inspirando-se em antigas cidades do interior nordestino, ampliando a visibilidade turística da região.

Este trabalho concentra-se em discutir representações e características que formam o imaginário. A partir das categorias de Santana (2009), a análise das novelas considerou quatro unidades de contexto e sete unidades de registro, organizando elementos que configuram a experiência turística.

Ambas as novelas apresentam narrativas e estética semelhantes, justificadas pelo fato de *No Rancho Fundo* ser uma espécie de continuação de *Mar do Sertão*, reutilizando personagens e elementos do enredo anterior, criando um universo ficcional compartilhado. A primeira é ambientada na fictícia cidade de Canta Pedra, a segunda em Lapão da Beirada – locais cenográficos representando o sertão nordestino, reforçando elementos visuais e culturais recorrentes nas produções televisivas sobre a região.

Qualidade da experiência

Hospedagem: Em Mar do Sertão, destaca-se a pousada “Casco de Sol”, retratada com baixa qualidade, telhado envelhecido, deficiências nos serviços, móveis rústicos e iluminação fraca. Hospedagem em residências segue padrão modesto, quartos simples, pouca ventilação e conforto limitado. Em No Rancho Fundo, o “Grande Hotel São Petersburgo” apresenta estética clássica antiga, mas com mais comodidades, suítes amplas e atmosfera mais arejada. Essas representações reforçam a visão de um sertão precário, apesar de alguns elementos de rusticidade sugerirem potencial turístico. Figura 05: Frames das novelas - imagens das hospedagens (ver figura 05)

Transporte: Veículos modernos são utilizados por personagens ricos, enquanto a população em geral se desloca a pé, em jumentos, carroças, bicicletas ou “pau-de-arara”. Estradas de terra predominam, sem pavimentação ou sinalização. A precariedade dos meios de transporte reforça a percepção de isolamento e infraestrutura limitada.

Figura 06: Frames das novelas - imagens dos meios de transportes (ver figura 06)

Restauração e oferta alimentar: Em Mar do Sertão, a elite rural tem mesas fartas e requintadas, contrastando com refeições simples em casas de taipa, com utensílios rústicos e pratos regionais. Em No Rancho Fundo, a ascensão econômica da família protagonista leva a refeições mais sofisticadas no hotel, mas hábitos rurais persistem. Esses contrastes reforçam estereótipos de desigualdade. Figura 07: Frames das novelas - imagens das representações das refeições (ver figura 07)

Meio ambiente e economia

Paisagem: O sertão é retratado ora exuberante, ora árido, com caatinga, solo rachado e sol escaldante. Em ambas as novelas, o exótico e encantador se entrelaçam, mostrando diversidade paisagística e potencial turístico da natureza. Figura 08: Frames das novelas - imagens das representações das paisagens (ver figura 08)

Cultura e sociedade

Forma de vida local: Mar do Sertão evidencia coronelismo, desigualdade, trabalho braçal e vida comunitária organizada em botecos, igrejas e campos de trabalho. No Rancho Fundo mantém padrões semelhantes, com destaque à religiosidade, feiras e trabalho rural, embora tente mostrar ascensão social. Mesmo com melhoria econômica, persistem estereótipos de pobreza e tradições rurais. Figura 09: Frames das novelas - cenas que representam as vivências cotidianas (ver figura 09)

Qualidade de vida: Em ambas as novelas, prevalece desigualdade, precariedade em educação e saúde, e percepção de insegurança, com autoridade policial limitada. No Rancho Fundo mostra melhora parcial, mas reforça ideia de desafios estruturais persistentes.

Figura 10: Frames das novelas - cenas que representam as infraestruturas de apoio

(ver figura 10)

Variáveis afetivas

Alegre/Sombrio: As novelas mostram sertão hostil, desigual e violento, com “lei das armas”, coronéis e capangas, pobreza e limitações. Elementos cômicos, festividades, música e solidariedade comunitária equilibram o tom, evidenciando criatividade e convivência social.

Figura 11: Frames das novelas - imagens das representações de sombrio e alegre, festas

tradicionais e justiça “com as próprias mãos”

(ver figura 11)

Em síntese, Mar do Sertão reforça dicotomia miséria-poder, enquanto No Rancho Fundo apresenta elementos de pluralidade e ascensão, embora ainda representando formas limitadas de “ser sertanejo” (Albuquerque, 2001). Ambas contribuem para o imaginário turístico do sertão, mesclando autenticidade cultural com estereótipos cristalizados, perpetuando visões de atraso e modernidade seletiva.

Imagem síntese

Com o intuito de proporcionar uma representação visual clara e objetiva do imaginário turístico do sertão nordestino, elaborou-se uma imagem-síntese que reúne os principais elementos identificados na apreciação das telenovelas selecionadas. Essa composição busca condensar, de forma simbólica, os ícones, paisagens e práticas culturais que, recorrentes nas tramas, contribuem para a construção e cristalização da imagem do sertão como destino turístico.

Figura 12: Imagem síntese do imaginário turístico do sertão nordestino

(ver figura 12)

Como mencionado anteriormente, a imagem busca condensar os elementos recorrentes nas tramas que contribuem para a construção do imaginário do sertão. No centro da composição, o mapa do Nordeste simboliza o sertão, em torno do qual se articulam os demais aspectos que conformam sua representação como espaço turístico. Entre as unidades de registro analisadas, destacaram-se as casas e hospedarias simples, singelas e modestas; os meios de transporte mais recorrentes, como carroças, jumentos, cavalos e caminhonetes; e a alimentação, marcada por pratos à base de milho, sopas, café, cachaça e pelo uso característico das louças de barro, que reforçam a identidade da culinária regional (já fortemente cristalizada). A paisagem é simbolizada pela vegetação seca, solos rachados e sol escaldante, imagens que reiteram o cenário árido do sertão. O modo de vida local aparece evidenciado no trabalho rural, na religiosidade e nas atividades domésticas desempenhadas pelas mulheres. A dimensão da qualidade de vida é representada por elementos que sugerem precariedades, como a longa fila diante da médica, a lousa quebrada na escola e o cadeado rompido nas grades da cadeia, remetendo às fragilidades da infraestrutura social. Por fim, no eixo alegre-sombrio, encontram-se os contrastes: de um lado, a dança e a música – com o símbolo da sanfona, já fortemente consolidado como um instrumento da música nordestina – a fim de representar também o repente, que é exibido ao final de cada capítulo das novelas – presentes nas festividades; de outro, a violência e a “justiça pelas próprias mãos”, simbolizadas pela espingarda – frequentemente utilizadas nos conflitos retratados nas novelas – , pelo chapéu de cangaceiro e pelo chapéu de coronel.

Conclusão

As telenovelas analisadas utilizaram o sertão nordestino como cenário para suas narrativas, explorando diferentes perspectivas que dialogam com o enredo de cada obra. Essas representações, ainda que marcadas por escolhas estéticas e dramáticas, podem tanto refletir quanto distorcer a realidade, moldando o imaginário turístico do sertão para milhões de espectadores. Embora não tenham sido produzidas com a finalidade explícita de promover a

atividade turística, as imagens construídas em cena reforçam processos simbólicos que influenciam a percepção da região também como destino turístico, podendo despertar interesse ou, ao contrário, reforçar estigmas que afastam visitantes.

A partir das análises, observou-se que o sertão continua sendo retratado como um território de contrastes. De um lado, um espaço árido, onde comumente se observa com solos rachados, vegetação seca, longas estradas de terra e infraestrutura muito precária, associado à escassez e diferentes dificuldades. De outro, um território de ricas manifestações culturais, hospitalidade, religiosidade, e paisagens singulares, como serras, lagoas e formações rochosas. Essa ambivalência contribui para cristalizar um imaginário que mescla atraso e encantamento, rusticidade e beleza, pobreza e poder.

Os imaginários turísticos resultantes dessas narrativas projetam um sertão que, apesar das adversidades, apresenta elementos que podem ser incorporados ao turismo cultural e de experiência. No entanto, persistem representações que reforçam desigualdades sociais e carências estruturais, como a precariedade dos serviços de hospedagem e transporte, limitação no acesso à saúde e educação, e insegurança. Em contrapartida, a culinária regional, a vida comunitária e a paisagem natural aparecem como potenciais atrativos para segmentos específicos, interessados em vivências autênticas e contato com a cultura local.

Tais representações ajudam a compreender como a mídia televisiva influencia a construção do imaginário turístico e como esse processo pode dialogar com estratégias de promoção regional. Vale ressaltar que as obras analisadas exibem apenas recortes do sertão, selecionados para atender a interesses narrativos, o que reforça a necessidade de pesquisas futuras que avaliem a percepção do público sobre essas representações. A adaptação do quadro metodológico de Santana (2009) para este estudo também abre caminho para novos modelos analíticos aplicáveis a outras linguagens, como literatura e música, ampliando a compreensão sobre a formação de imaginários turísticos.

Por fim, esta pesquisa contribui para o debate sobre turismo, imaginário, mídia e representações, mas reconhece que há espaço para avanços. Futuramente, pretende-se desenvolver estudos com espectadores das novelas, a fim de investigar como essas imagens influenciam suas expectativas e intenções de viagem, bem como analisar as possibilidades de integração dessas representações nas estratégias de promoção do turismo no sertão nordestino.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. Cultura e identidade no sertão. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://weinmancarlos.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/06/cultura-e-identidade-no-sertc3a3o.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 1978.
- BITTENCOURT, Carla. Novelas brasileiras fazem crescer buscas por destinos retratados em até 525%. Extra, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/novelas-brasileiras-fazem-crescer-buscas-por-destinos-retratados-em-ate-525-22940190.html>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- BRASIL. Histórico normativo da Delimitação do Semiárido Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/02semiaridorelatorionv.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. O que é o PRODETUR+Turismo. Publicado em 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/prodetur-turismo/o-que-e-o-prodetur-turismo>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília, 2007.

BRASIL ESCOLA. Regiões brasileiras. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>. Acesso em: 28 jun. 2025.

EMBRAPA. Bioma Caatinga. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/bioma-caatinga>. Acesso em: 11 jun. 2025.

G1. Atores de “Mar do Sertão” conhecem belezas naturais do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2023/03/14/atores-de-mar-do-sertao-conhecem-belezas-naturais-do-rio-grande-do-norte.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2025.

G1. Novelas brasileiras fazem crescer buscas por destinos retratados em até 525%. Extra, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/telinha/novelas-brasileiras-fazem-crescer-buscas-por-destinos-retratados-em-ate-525-22940190.html>. Acesso em: 28 fev. 2025.

GASTAL, Susana. Turismo, imagens e imaginário. (Coleção ABC do Turismo). São Paulo: Aleph, 2005.

GLOBOPLAY.Busca. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/busca/>. Acesso em: maio 2025.

HOJE EM DIA. Locais de filmagem de séries e filmes atraem turistas. Publicado em 19 abr. 2015, atualizado em 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/entretenimento/locais-de-filmagem-de-series-e-filmes-atraem-turistas-1.303358>. Acesso em: 11 jan. 2025.

KANTAR IBOPE MEDIA.Dados de audiência – PNT Top 10, ranking consolidado de 06/03 a 12/03/2023. Disponível em: <https://kantariopemedia.com/conteudo/dados-rankings/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-06-03-a-12-03-2023/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LIMA, Adrielly Florêncio de; SILVA, Michel Jairo Vieira da. Telenovelas brasileiras criando imagens e imaginários turísticos: o caso do destino Rio Grande do Norte. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (RBTUR), São Paulo, v. 12, n. 3, p. 121-145, set./dez. 2018. DOI: 10.7784/rbtur.v12i3.1410.

LIPPMANN, Walter. A opinião pública. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1922.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 15, ago. 2001. p. 76.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Natureza e História: aula 10 – O sertão na história do Brasil. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Material didático. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/18070316022012Natureza_e_historia_aula_10.pdf. Acesso em: maio 2025.

MASCARENHAS, Gilmar; SILVA, Daniella Pereira de Souza; XAVIER, Luiz Guilherme de Souza. Fundamentos geográficos do turismo. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. ISBN 978-85-7648-697-8.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

NE9. Turismo em Petrolina e Juazeiro: natureza, vinhos e cultura. Disponível em: <https://ne9.com.br/turismo-em-petrolina-e-juazeiro-natureza-vinhos-e-cultura/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PARAÍBA CRIATIVA. Roliúde Nordestina. Disponível em: <https://paraibacriativa.com.br/artista/roliude-nordestina/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PEREIRA, Pedro Lucas Filgueira. Close up em Fortaleza-CE: estudo sobre imagem/imaginário turístico por meio de produção cinematográfica (Século XXI). 2024. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Turismo, Natal, 2024. Orientador: Prof. Dr. Michel Jairo Vieira da Silva.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTANA, Agustín. Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Disponível em: <https://sites.usp.br/fabulacoesdafamiliabrasileira/wp-content/uploads/sites/1073/2022/08/A-natureza-do-Espaco.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SILVA, Fabíola Fernandes; BEZERRA, Leandro Tavares; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Imagem e Imaginário como componentes da construção da Experiência Turística do viajante. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2019.

SOUSA, L. A. O. V.; SILVA, M. J. V. Cabaceiras – PB como destino de turismo cinematográfico: um estudo sobre a interface entre turismo e cinema. Revista Turismo Estudos e Práticas, v. 5, n. 2, 2016.

SOUZA, João Eudes Portela de; MARCOLINO, Rafaela Ricardo Santos. A representação da identidade regional do Nordeste na telenovela. Temática, ano XII, n. 06, jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Delimitação do Semiárido: relatório final. Recife, 2021.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (Sudene). Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br>. Acesso em: maio 2025.

TERRA. Onde foi gravada a novela das seis - No Rancho Fundo, Lasca Fogo e Lapão da Beirada existem. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/onde-foi-gravada-a-novela-das-seis-no-rancho-fundo-lasca-fogo-e-lapao-da-beirada-existem,e91d9ea03f37aaa469d45d1cef4a3207c76e9l8f.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

Anexos

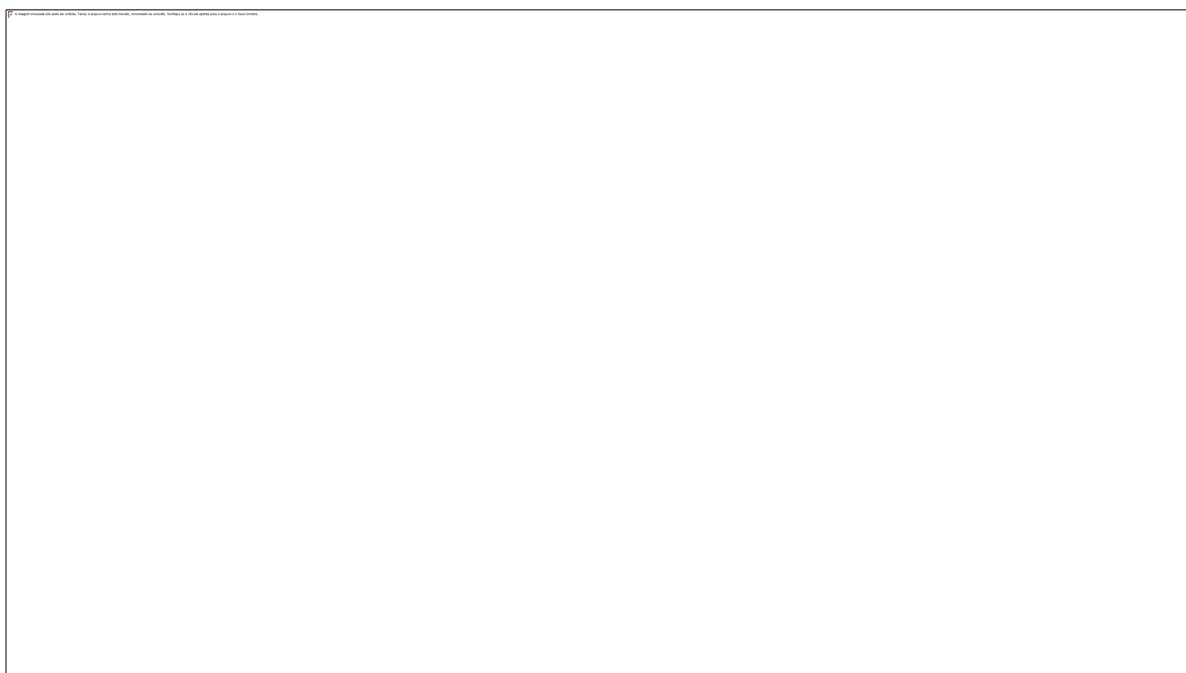
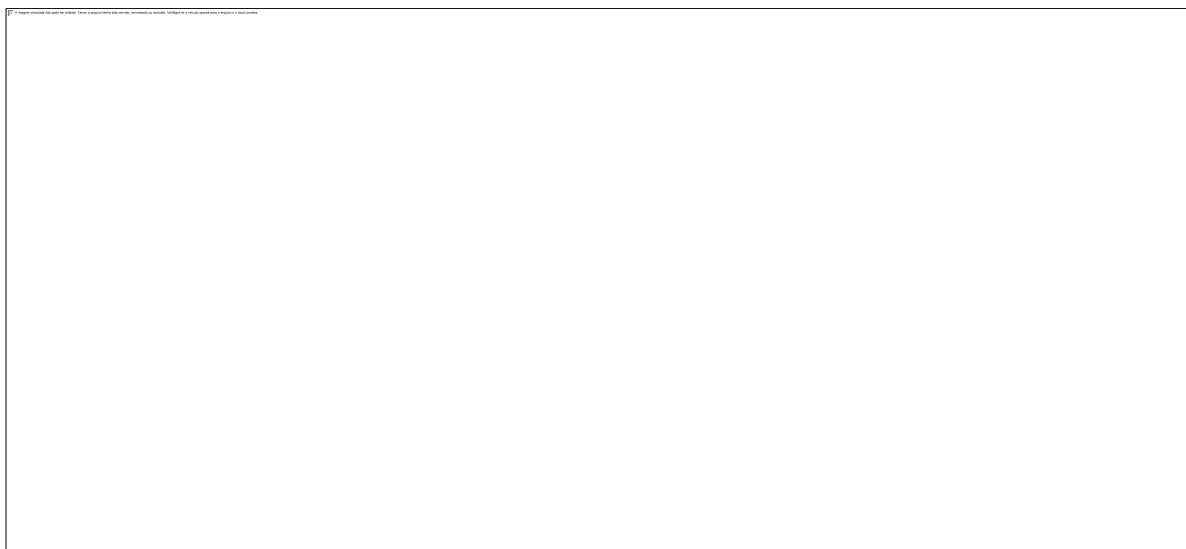


Figura 05:Frames das novelas - imagens das hospedagens



QUADRO 2

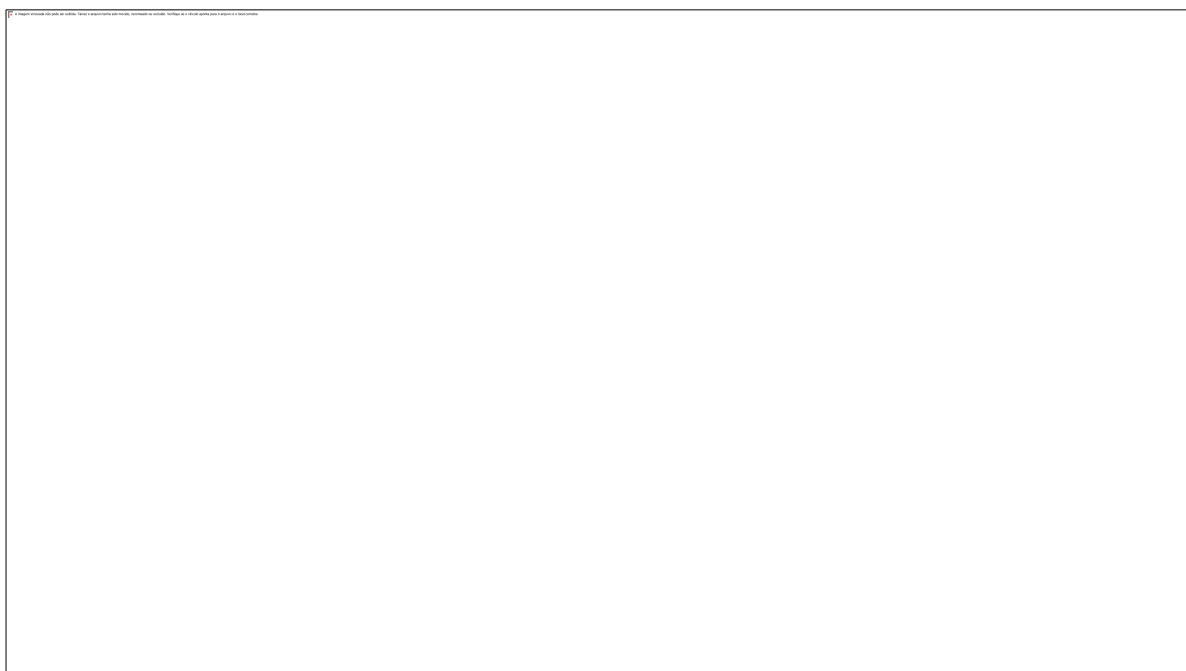


Figura 06: Frames das novelas - imagens dos meios de transportes



Figura 07: Frames das novelas - imagens das representações das refeições



Figura 08: Frames das novelas - imagens das representações das paisagens



Figura 09: Frames das novelas - cenas que representam as vivências cotidianas



Figura 10: Frames das novelas - cenas que representam as infraestruturas de apoio



Figura 11: Frames das novelas - imagens das representações de sombrio e alegre, festas tradicionais e justiça “com as próprias mãos”



Figura 12: Imagem síntese do imaginário turístico do sertão nordestino

CÓDIGO: HS1075

AUTOR: KEVIN PEREIRA DANTAS

ORIENTADOR: JULIANA BACELAR DE ARAUJO

TÍTULO: Concentração dos empréstimos do FNE por município: uma análise do período de 2010 a 2021

Resumo

Este trabalho busca analisar a concentração dos empréstimos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) nos municípios nordestinos da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no período de 2010 a 2021. O objetivo é observar a existência ou não de padrões de concentração desses empréstimos em regiões com maior desenvolvimento e dinamismo econômico, em vez de priorizar as regiões com menor grau de desenvolvimento, o que contraria o princípio de redução das desigualdades regionais, para o qual o fundo foi criado. São analisados os empréstimos no período, considerando o Nordeste, os estados e os municípios, com destaque para as concentrações de contratações por valor e por quantidade, de forma geral e por setor. Os resultados apontam para uma concentração dos empréstimos em estados e municípios de maior porte ou mais dinâmicos e em alguns setores econômicos. É necessário, contudo, um olhar mais cauteloso sobre essas tendências de concentração dos empréstimos do FNE, a fim de avaliar se o fundo realmente está conseguindo alcançar seus objetivos de combater as desigualdades regionais.

Palavras-chave: FNE; Nordeste; Desenvolvimento Regional.

TITLE: Concentration of FNE Loans by Municipality: An Analysis of the Period from 2010 to 2021

Abstract

This study seeks to analyze the concentration of loans from the Northeast Constitutional Financing Fund (FNE) in the municipalities of the Northeast region within the area of operation of the Superintendence for the Development of the Northeast (SUDENE), during the period from 2010 to 2021. The objective is to examine whether patterns of concentration of these loans exist in regions with greater development and economic dynamism, rather than prioritizing regions with lower levels of development, which would contradict the principle of reducing regional inequalities—the purpose for which the fund was created. The analysis covers loans throughout the period, considering the

Northeast region as a whole, as well as states and municipalities, with emphasis on the concentration of contracts both by value and by number, in general and by sector. The results indicate a concentration of loans in larger or more dynamic states and municipalities, as well as in certain economic sectors. However, a more cautious perspective on these concentration trends in FNE loans is required in order to assess whether the fund is truly achieving its objectives of reducing regional inequalities.

Keywords: FNE; Northeast; Regional Development.

Introdução

No Brasil, devido aos diversos contextos históricos e estruturais, há um elevado nível de desigualdades entre as grandes regiões do país (CANO, 2000). As regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte apresentam um nível de desenvolvimento consideravelmente menor do que o verificado nas regiões Sul e Sudeste (CANO, 1981). Essas grandes diferenças também são identificadas na oferta de crédito para agentes econômicos dessas regiões, que historicamente possuem maior dificuldade em financiar empreendimentos fora dos centros dinâmicos do Brasil (AMADO, 2010). Dessa maneira, mostrou-se necessária a intervenção do Estado no mercado de crédito brasileiro, por meio dos bancos públicos, a fim de permitir o acesso ao crédito em todas as regiões do país.

Em 1988, com a nova Constituição Federal, foi aprovada a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Desenvolvimento Regional, que garantiam a destinação de recursos para reduzir as diferenças regionais e impulsionar o desenvolvimento descentralizado. O Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) foi o principal beneficiado, recebendo a maior parcela dos recursos, com a obrigação de que metade desses recursos sejam destinados aos municípios do semiárido da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que abrange todo o Nordeste e os municípios, definidos em resolução do Condel/Sudene, do semiárido de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O presente trabalho propõe-se a estudar a distribuição dos empréstimos realizados pelo FNE nos municípios do Nordeste, no período entre 2010 e 2021, observando se existem tendências de concentração desses empréstimos em áreas de maior dinamismo econômico. Além disso, busca-se analisar os padrões de concentração dos empréstimos por setor, a fim de identificar a diversificação da demanda por crédito nas diferentes localidades, permitindo inferir sobre possíveis padrões de desenvolvimento produtivo.

Portanto, trata-se de um estudo que analisa a evolução das contratações de empréstimos do FNE no período de 2010 a 2021 em diferentes níveis, com o intuito de verificar se esses financiamentos estão amplamente difundidos por todo o Nordeste, possibilitando avaliar se os investimentos estão se concentrando em regiões mais dinâmicas ou se expandindo para áreas com menores níveis de atividade econômica. Também é realizada a análise por setor: agrícola, pecuária, agroindustrial, comércio, serviços, indústria e infraestrutura.

Este trabalho está dividido em quatro seções: a primeira é esta introdução, seguida pela metodologia, pela análise dos resultados e, por fim, pelas conclusões.

Metodologia

Para o estudo, foram utilizadas as bases de dados das contratações de empréstimos com recursos do FNE, geridos e disponibilizados pelo Banco do Nordeste (BNB), no período de 2010 a 2021. Esse recorte foi delimitado devido à indisponibilidade de dados municipais do PIB mais recentes. Também foram utilizados dados referentes ao PIB do Brasil e do Nordeste, obtidos pelo Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações referentes a valores utilizados neste estudo foram devidamente deflacionadas com base nas variações anuais do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, a preços de 2021.

Para a elaboração de tabelas, gráficos e mapas apresentados no estudo, foi utilizado o software estatístico RStudio, que emprega a linguagem R. Todos os nomes dos municípios foram devidamente padronizados e seguem o padrão disponibilizado pelo IBGE em 2025. Já as coordenadas geográficas de delimitação territorial de estados e municípios, utilizadas para a elaboração dos mapas, seguem as informações do IBGE para os anos de 2020 e 2023, respectivamente.

Resultados e Discussões

O Nordeste brasileiro possui um total de 1.794 municípios, distribuídos nos nove estados. Desse total, 1.171 formam o semiárido nordestino [1], ou seja, mais de 65% dos municípios da região fazem parte do semiárido, como mostrado no gráfico 1. Desde sua criação, o FNE possui uma regra para a distribuição dos recursos do fundo: 50% devem ser destinados aos municípios do semiárido, a fim de garantir o desenvolvimento da região e reduzir as diferenças intrarregionais.

Os empréstimos do FNE são de grande importância para a economia nordestina, pois promovem o acesso ao crédito subsidiado de médio e longo prazo para empreendedores e produtores locais. O Gráfico 2 mostra a participação dos empréstimos do FNE no Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e do Brasil, revelando uma margem significativa de 1 a 3% do PIB nordestino. Isso demonstra a relevância do fundo para a economia regional. Em nível nacional, os montantes distribuídos pelos empréstimos do FNE representaram, em média, 0,3% do PIB brasileiro.

O Gráfico 3 revela um período de estabilidade nas contratações em torno de R\$ 24 bilhões, entre 2010 e 2014. Essa estabilidade é rompida em 2015 e 2016, com queda até R\$ 17 bilhões, reflexo da crise política e econômica vivenciada pelo país e região. Em

2017, o volume contratado retorna à média de R\$ 25 bilhões e sobe até alcançar R\$ 46 bilhões em 2018, o maior valor contratado em um único ano no período analisado. Já entre 2019 e 2021 ocorre nova queda em meio à crise da pandemia da covid-19, mas os valores se mantêm acima de R\$ 20 bilhões. Esses resultados evidenciam a constância dos empréstimos do FNE, mesmo em períodos de crise econômica no país.

Quando se observam os valores contratados em todo o período por estado (Gráfico 4), verifica-se uma elevada concentração de recursos na Bahia, que recebeu aproximadamente R\$ 90 bilhões. Esse montante é quase o dobro do total contratado no Ceará e em Pernambuco, segundo e terceiro maiores tomadores do FNE. A concentração nos três estados pode indicar uma tendência de investimentos voltados para regiões de maior densidade econômica ou dinamismo econômico. Já Paraíba, Sergipe e Alagoas foram os estados com menores volumes totais contratados, nenhum deles alcançando R\$ 20 bilhões.[JB2]

A Tabela 1 apresenta os valores e quantidades de contratações por estado, entre 2010 e 2021. A Bahia apresentou um crescimento expressivo no número de contratações, passando de 70 mil em 2010 para 153 mil em 2021. O Ceará registrou média anual de aproximadamente 74 mil contratações, com valores entre R\$ 2 e R\$ 7 bilhões. Em Pernambuco, as contratações anuais cresceram de 46 mil em 2010 para 75 mil em 2021. Apesar do aumento da quantidade de contratações, os valores não cresceram proporcionalmente, em razão da diversidade de perfis dos tomadores. Isso pode ser visto ao comparar Paraíba e Rio Grande do Norte: a Paraíba superou o Rio Grande do Norte em número de contratações anuais, mas os valores anuais emprestados aos potiguares foram significativamente maiores, devido aos volumes dos investimentos em energias renováveis no estado potiguar.

O gráfico 5 compara os totais de contratações por valor e quantidade nos municípios nordestinos entre 2010 e 2021. Observa-se ampla distribuição dos valores contratados em toda a região, mas maior concentração em relação ao número de contratações. Capitais e municípios-polo do interior são os principais concentradores nos dois mapas. Para detalhamento, os Gráficos 6, 7 e 8 mostram os estados em ordem decrescente de volume total.

No gráfico 6, Bahia, Ceará e Pernambuco apresentam elevado número de municípios com altos volumes em valor e quantidade. Na Bahia, destacam-se Salvador, São Desidério, Correntina, Feira de Santana e Juazeiro, todos com mais de R\$ 3 bilhões contratados. No Ceará, sobressaem Fortaleza, Caucaia, Quixeré, Juazeiro do Norte e Maracanaú, todos acima de R\$ 1 bilhão. Em Pernambuco, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Ipojuca receberam mais de R\$ 2 bilhões cada.

No gráfico 7, aparecem Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. No Maranhão, São Luís e Balsas superaram R\$ 2 bilhões. No Piauí, Teresina e Uruçuí também ultrapassaram esse valor. O Rio Grande do Norte apresentou uma particularidade: a cidade de Serra do Mel, com mais de R\$ 4 bilhões, superou a capital Natal, que recebeu pouco mais de R\$ 3 bilhões.

O gráfico 8 mostra Paraíba, Alagoas e Sergipe. Na Paraíba, Campina Grande (R\$ 2,49 bilhões) superou João Pessoa (R\$ 2,43 bilhões). Em Alagoas, apenas Maceió ultrapassou a casa dos bilhões, com R\$ 4 bilhões. Em Sergipe, somente Aracaju e Santo Amaro das Brotas superaram R\$ 1 bilhão.

A Tabela 2 apresenta as contratações no Nordeste por setor, entre 2010 e 2021. Em quantidade, Pecuária e Agricultura são os maiores demandantes, com médias anuais de mais de 70 mil e 269 mil contratações, respectivamente. No extremo oposto, Agroindústria e Infraestrutura não superaram 400 contratações anuais em nenhum ano. Contudo, os valores de infraestrutura se destacaram nos últimos cinco anos, registrando os maiores montantes anuais entre os setores.

O gráfico 9 mostra os municípios que mais receberam recursos para Agricultura. A Bahia aparece com seis dos dez primeiros (São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Jaborandi e Riachão das Neves), o Piauí com três (Uruçuí, Ribeiro Gonçalves e Baixa Grande do Ribeiro) e o Maranhão com Balsas. Todos superaram R\$ 1 bilhão.

Na Agroindústria (Gráfico 10), a concentração é alta e poucos municípios receberam recursos. Os destaques foram Coruripe/AL, Bom Conselho/PE, Lagoa de Itaenga/PE e Santa Rita/PB, todos acima de R\$ 200 milhões.

No Comércio (Gráfico 11), há ampla distribuição de valores entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões na maioria dos municípios. Poucos ultrapassaram R\$ 1 bilhão: Fortaleza/CE, Salvador/BA, Teresina/PI, São Luís/MA, Natal/RN e Recife/PE. Logo abaixo vêm Aracaju/SE, João Pessoa/PB e Maceió/AL, que, embora concentrando recursos, ainda não alcançaram o patamar de R\$ 1 bilhão.

O setor Industrial (Gráfico 12) mostra distribuição ampla, com a maioria dos municípios recebendo entre R\$ 100 mil e R\$ 10 milhões. Os maiores destaques foram Jaboatão dos Guararapes/PE, Salvador/BA e Goiana/PE, cada um com cerca de R\$ 2 bilhões. Outros nove municípios superaram R\$ 1 bilhão.

Na Infraestrutura (Gráfico 13), observa-se alta concentração em poucos municípios. Dezoito receberam mais de R\$ 1 bilhão, mas nenhum superou 23 contratações. Os quatro maiores foram Serra do Mel/RN, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, todos acima de R\$ 3 bilhões. Serra do Mel merece destaque por concentrar recursos destinados a investimentos em parques eólicos, explicando a expansão recente dos empréstimos do setor.

Assim como na Agricultura, a Pecuária (Gráfico 14) está amplamente distribuída, mas com valores médios baixos. Nenhum município ultrapassou R\$ 1 bilhão. Açailândia/MA foi o que mais recebeu, com R\$ 544 milhões. Vale destacar o Maranhão, que teve 14 municípios entre os 20 maiores receptores. Em número de contratações, o destaque foi Quixeramobim/CE, com mais de 17 mil.

Por fim, no setor de Serviços (Gráfico 15), a maioria dos municípios recebeu empréstimos, embora muitos em valores baixos. As maiores concentrações ocorreram nas capitais e em polos econômicos do interior. Entre os dez maiores acumuladores de

valores financiados, os oito primeiros foram capitais: Salvador, Fortaleza, Recife, São Luís, Natal, Teresina, Aracaju e Maceió. Todas já receberam mais de R\$ 1 bilhão. Os outros dois foram Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca/PE. João Pessoa, capital da Paraíba, ocupa a 11ª posição.

[1] Semiárido Brasileiro segundo a resolução de 2021 do IBGE
(<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=downloads>)

Conclusão

O acesso ao crédito é fundamental para a existência do modo de produção capitalista e para o desenvolvimento econômico, devido à sua capacidade de financiar as demandas dos investimentos produtivos e impulsionar o crescimento dos diversos setores por meio da expansão dos gastos. Conforme Keynes (1936), o investimento não tem como requisito uma poupança prévia, dada a capacidade do crédito de garantir a liquidez necessária para viabilizar o investimento de agentes econômicos que não possuem recursos próprios.

Por isso, o desenvolvimento regional necessita de medidas que incentivem a oferta de crédito, possibilitando o fortalecimento dos setores mais dinâmicos, que necessitam desse recurso para financiar seus investimentos e acelerar o crescimento das regiões menos desenvolvidas. A existência dos Fundos Constitucionais de Financiamento é de suma importância, devido ao seu propósito de atender às regiões menos favorecidas, buscando promover seu desenvolvimento (FERREIRA, 2013).

Conforme os resultados apresentados anteriormente, os recursos do FNE são de grande importância para o Nordeste brasileiro, já que representam aproximadamente 2% do PIB da região e já chegou a 3% do PIB regional. O fundo tinha até 2021 uma média anual próxima de R\$ 27 bilhões em empréstimos. Mesmo com a ampla descentralização das operações, os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco concentraram os maiores volumes de recursos: juntos, somaram mais de R\$ 183,6 bilhões, ou seja, R\$ 43,8 bilhões a mais do que os outros seis estados somados. Essa discrepância se explica pela maior demanda dos estados com maior desenvolvimento e dinamismo econômico, cujos agentes tendem a buscar mais intensamente os recursos do fundo para financiar suas produções.

Com relação às contratações por setor, evidenciam-se padrões em que os segmentos que demandam maiores volumes de recursos estão concentrados em estados, capitais e municípios interioranos mais dinâmicos. É o caso dos setores de infraestrutura, indústria, comércio, serviços e agroindústria. Já os setores agrícola e pecuário, em sua maioria ligados a empreendimentos de menor porte e familiares são os que registram maior dispersão de contratações no Nordeste. Ainda assim, apresentam elevado nível de concentração de grandes empréstimos em determinadas localidades, como na região do MATOPIBA — que abrange Maranhão, Piauí e Bahia — em função da expansão da fronteira agrícola do Cerrado.

É necessário, contudo, um olhar mais cauteloso sobre essas tendências de concentração dos empréstimos do FNE, a fim de avaliar se o fundo realmente está conseguindo alcançar seus objetivos de combater as desigualdades regionais. Mais estudos sobre o FNE e seus impactos no desenvolvimento do Nordeste se fazem necessários.

Referências

ALMEIDA JUNIOR, M. F.; RESENDE, G. M.; SILVA, A. M. A. da. Distribuição espacial dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. *Revista de Economia*, v. 33, n. 2, p. 115-137, 2007.

AMADO, A. A Questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: Uma Interpretação Pós-Keynesiana. *Estudos Econômicos*, vol. 27, nº 3, p. 417-440, 1997.

AMADO, A. Bancos privados e públicos regionais em uma perspectiva de desenvolvimento regional. In: JAYME JR.; CROCCO (Orgs). *Bancos públicos e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ipea, p. 205-230, 2010.

ANEEL. Lista de Usinas por Estado/Municípios. Disponível em:
<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieNGE3NjVmYjAtNDZkZC00MDY4LTliNTItMTVkZTU4NWYzYzFmIiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiJ9>>. Acesso em: 27 de fev. de 2025.

ARAUJO, Victor Leonardo de; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. O papel dos bancos públicos federais na economia brasileira. *Texto Para Discussão* Nº 1604, IPEA, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 de jun. 2024.

BRASIL (2022). Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Disponível em:
<<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/fundos-regionais-e-incentivos-fiscais/fundos-constitucionais-de-financiamento-fno-fne-e-fco/L7827.pdf>>. Acesso em 24 de junho de 2024.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1970*. (Tese de Livre-Docência). Campinas: IE/UNICAMP, 1981.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, M. C. (Org). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 93-120, 2000.

DAVIDSON, P. Finance, fuding, saving, and investment. *Journal of Post Keynesian Economics*/Fall. Vol. IX. No 1., p. 101-110, 1986.

FERREIRA, Ester William. Fundos constitucionais e o financiamento do desenvolvimento via bancos públicos: uma análise da distribuição de recursos do FNE. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

HIRSCHMAN, A. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. Economia Regional: textos escolhidos, CEDEPLAR/CETREDE – MINTER, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017. 82 p. ISBN 9788524044182.

KEYNES, J.M. (1936). A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1992.

MONTEIRO NETO, A.; MACEDO, F. C. de; SILVA, R. de O. O BNB e o desenvolvimento do Nordeste Brasileiro: reflexões sobre sua atuação recente, prospecções de atuações futuras. In.: VALENTE JUNIOR, Ailton Saboya; ALVES, Maria Odete; SANTOS, Camila Ribeiro Cardoso dos.(org.). Banco do Nordeste do Brasil: 70 anos de contribuição para o desenvolvimento regional. Fortaleza: BNB, p. 239-283, 2022.

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, 1957.

PERROUX, F. O Conceito de Pólos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE - MINTER, 1977.

RESENDE, Guilherme Mendes. Avaliação dos impactos econômicos do fundo constitucional de financiamento do nordeste entre 2004 e 2010, Texto para Discussão, Nº 1918, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2014.

RESENDE, Guilherme Mendes; DA SILVA, Diego Firmino Costa; DA SILVA FILHO, Luís Abel. Avaliação dos efeitos econômicos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste: Uma análise por tipologia da política nacional de desenvolvimento regional entre 1999 e 2011, Texto para Discussão, Nº 2145, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2015.

SILVA, A. M. A. DA.; RESENDE, G. M.; SILVEIRA NETO, R. DA M. Eficácia do gasto público: uma avaliação do FNE, FNO e FCO. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 39, n. 1, p. 89–125, jan. 2009.

SUDENE. Resoluções nº 155, de 29 de abril de 2022 e nº 163, de 15 de dezembro de 2022 do Conselho Deliberativo da SUDENE. Disponível em: <<https://www.gov.br/sudene/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/hierarquia/resolucoes-conselho-deliberativo>>. Acesso em 17 de janeiro de 2025.

Anexos



Tabela 1 - Evolução da contratações do FNE por Unidade da Federação (2010-2021) - Valor (R\$ bilhões) e Quantidade (milhares). Fonte: FNE (2025)



Tabela 2 - Evolução da contratações do FNE por Setor (2010-2021) - Valor (R\$ milhões) e Quantidade. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 1 - Mapa do Nordeste e Semiárido. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 2 - Participação das contratações do FNE no PIB do Nordeste e do Brasil. Fonte: FNE (2025) e IBGE (2025)



Gráfico 3 - Evolução das contratações do FNE no Nordeste (2010–2021). Fonte: FNE (2025)



Gráfico 4 - Contratações totais do FNE por Estado (2010–2021). Fonte: FNE (2025)



Gráfico 5 - Comparação do Total de Contratações do FNE por Municípios Valor x Quantidade. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 6 - Comparação do Total de Contratações do FNE por Estado Valor x Quantidade. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 7 - Comparação do Total de Contratações do FNE por Estado Valor x Quantidade. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 8 - Comparação do Total de Contratações do FNE por Estado Valor x Quantidade. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 9 - Total de Contratações do FNE por Municípios Setor Agrícola. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 10 - Total de Contratações do FNE por Municípios Setor Agroindústria. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 11 - Total de Contratações do FNE por Municípios Setor Comércio. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 12 - Total de Contratações do FNE por Municípios Setor Industrial. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 13 - Total de Contratações do FNE por Municípios Setor Infraestrutura. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 14 - Total de Contratações do FNE por Municípios Setor Pecuária. Fonte: FNE (2025)



Gráfico 15 - Total de Contratações do FNE por Municípios Setor Serviços. Fonte: FNE (2025)

CÓDIGO: HS1109

AUTOR: CAMILLE DANIELE NASCIMENTO DE ARIMATEIA

ORIENTADOR: JACQUELINE DE ARAUJO CUNHA

TÍTULO: Memória e Biblioteconomia: Revelando a história a partir dos arquivos institucionais.

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo investigar e valorizar a memória da Biblioteconomia no Rio Grande do Norte, destacando a relevância dos arquivos institucionais como fontes de pesquisa histórica. O estudo tem como ponto de partida a trajetória de Zila da Costa Mamede, poetisa, bibliotecária e pioneira na organização e direção da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Entretanto, a pesquisa se estende para além da figura de Zila, recuperando também a atuação das bibliotecárias que sucederam sua gestão e deram continuidade ao fortalecimento da profissão no estado. A metodologia adotada foi de caráter misto, combinando revisão bibliográfica, análise documental e consulta ao arquivo pessoal de Zila Mamede. Os resultados evidenciam o protagonismo feminino na formação da Biblioteconomia potiguar e ressaltam a importância de preservar e difundir essas narrativas, de modo a reforçar a dimensão social, cultural e histórica da profissão.

Palavras-chave: Memória; Biblioteconomia; Arquivos institucionais;

TITLE: Memory and Librarianship: Revealing History from the Institutional Archives of UFRN.

Abstract

This article aims to investigate and highlight the memory of Librarianship in Rio Grande do Norte, emphasizing the relevance of institutional archives as sources for historical research. The study begins with the trajectory of Zila da Costa Mamede, poet, librarian, and pioneer who founded and directed the Central Library Zila Mamede (BCZM) at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). However, the research goes beyond Zila's figure, also recovering the contributions of the librarians who succeeded her and continued to strengthen the profession in the state. The methodology adopted was a mixed approach, combining literature review, document analysis, and consultation of Zila Mamede's personal archive. The results highlight the female protagonism in the development of Librarianship in Rio Grande do Norte and

underline the importance of preserving and disseminating these narratives in order to reinforce the social, cultural, and historical dimensions of the profession.

Keywords: Memory; Librarianship; Institutional archives.

Introdução

A memória profissional constitui um campo fundamental para compreender a construção e consolidação das áreas do conhecimento. Na Biblioteconomia brasileira, ainda são escassos os estudos que buscam valorizar a trajetória das instituições e dos sujeitos que as constituem. No Rio Grande do Norte, essa história encontra um marco expressivo na figura de Zila da Costa Mamede, primeira diretora da Biblioteca Central da UFRN, responsável por estruturar uma das mais importantes bibliotecas universitárias do Nordeste.

Entretanto, a história da Biblioteconomia potiguar não se restringe à atuação de Zila. Outras bibliotecárias, que assumiram a gestão da Biblioteca Central Zila Mamede após sua aposentadoria, desempenharam papéis estratégicos na continuidade do trabalho iniciado por ela, contribuindo tanto para a valorização da profissão quanto para a consolidação do curso de Biblioteconomia na UFRN.

Esta pesquisa busca recuperar essas trajetórias, ressaltando a importância dos arquivos institucionais como fontes privilegiadas para compreender práticas profissionais, lideranças femininas e a dimensão histórica da Biblioteconomia no estado.

Metodologia

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem metodológica mista. Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica com foco em estudos sobre memória, Biblioteconomia e gênero, a fim de embasar teoricamente o trabalho. Em seguida, consultaram-se acervos institucionais da UFRN, incluindo documentos administrativos e registros de gestão da BCZM.

Outro eixo metodológico relevante foi o exame do arquivo pessoal de Zila Mamede, que contém documentos, correspondências e registros relacionados à sua atuação como bibliotecária. A combinação dessas fontes possibilitou não apenas reconstruir aspectos históricos, mas também compreender o papel desempenhado pelas gestoras que sucederam Zila, destacando práticas de liderança e de valorização da profissão.

Resultados e Discussões

A análise permitiu identificar que a trajetória da Biblioteconomia no Rio Grande do Norte foi marcada pelo protagonismo feminino. Zila Mamede estabeleceu as bases institucionais da BCZM, conferindo-lhe relevância cultural e acadêmica no estado. Após sua aposentadoria, outras bibliotecárias assumiram a gestão da biblioteca e desempenharam papel fundamental na continuidade e modernização dos serviços, adaptando a instituição às novas demandas do ensino superior.

A partir da consulta aos arquivos, foi possível reconhecer práticas administrativas e estratégias de valorização da Biblioteconomia. Esses achados reforçam que a construção da profissão não se dá apenas por meio de técnicas e teorias, mas também a partir de experiências humanas, da liderança feminina e da manutenção de uma memória coletiva.

Conclusão

O estudo evidencia que a memória da Biblioteconomia no Rio Grande do Norte é fortemente vinculada às mulheres que atuaram na gestão da Biblioteca Central Zila Mamede. Ao recuperar essas trajetórias, reafirma-se a relevância dos arquivos como fontes de pesquisa histórica e como instrumentos de valorização profissional. Além disso, a investigação contribui para ampliar a compreensão sobre a inserção da Biblioteconomia no cenário acadêmico e cultural do estado, destacando a importância de se preservar e difundir a memória coletiva da profissão.

Referências

- CASTRO, César Augusto. História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CUNHA, J. A.; REIS, M. K. S.. Protagonismo feminino na biblioteconomia e ciência da informação no Rio Grande do Norte: uma história tecida pela prosa e poesia. In.: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (org.). O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Florianópolis: ACB, 2018. p. 71-99.
- CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo, misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2007.
- HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.
- FONSECA, Edson Nery. A biblioteconomia brasileira no contexto mundial. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.
- OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. O bibliotecário e sua auto-imagem. São Paulo: INL; Pioneira.1983.
- PIMENTA, R. M.; CAVALCANTI, M. T. O projeto de história oral e sua utilização com os protagonistas da CI no Brasil: memórias de uma ciência.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19. In.: Anais [...] 2018, Londrina: UEL. p. 6346-6361.
- Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102568>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CÓDIGO: HS1113

AUTOR: ADNA ELIZA TEIXEIRA SANTOS

COAUTOR: THALITA CONCEICAO DE FRANCA FERREIRA

ORIENTADOR: MARCELO BRAZ MORAES DOS REIS

TÍTULO: Crise do capitalismo contemporâneo, suas particularidades no Brasil e as consequências aos elementos constitutivos do projeto ético-político do serviço social

Resumo

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa sobre a crise do capitalismo contemporâneo, suas particularidades no Brasil e os impactos sobre o projeto ético-político do Serviço Social, executada com o apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e desenvolvida de forma coletiva por docente e discentes vinculados ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (GEPTED/QTEMOS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo analisa a crise estrutural do capital desde os anos 1970, abordando a financeirização da economia, a precarização do trabalho e a mundialização do capital. A pesquisa articula teoria marxista com dados empíricos da conjuntura brasileira, destacando o desmonte das políticas sociais e os desafios enfrentados pelos assistentes sociais. O relatório reafirma o compromisso do Serviço Social com um projeto societário contra-hegemônico, centrado na emancipação humana e na defesa dos direitos sociais.

Palavras-chave: crise. Serviço Social. financeirização. projeto ético-político.

TITLE: Crisis of contemporary capitalism, its particularities in Brazil and the consequences for the constitutive elements of the ethical-political project of social work

Abstract

This report presents the results of research on the crisis of contemporary capitalism, its specific characteristics in Brazil, and the impacts on the ethical-political project of Social Work. The study was carried out with the support and funding of the National Council for Scientific and Technological Development (CNPQ) and was developed

collectively by faculty and students affiliated with the Study and Research Group on Work, Education, and Social Work (GEPTED/QTEMOS) at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). Grounded in historical-dialectical materialism, the study analyzes the structural crisis of capital since the 1970s, addressing the financialization of the economy, the precarization of labor, and the globalization of capital. The research connects Marxist theory with empirical data from the Brazilian context, highlighting the dismantling of social policies and the challenges faced by social workers. The report reaffirms Social Work's commitment to a counter-hegemonic societal project, centered on human emancipation and the defense of social rights.

Keywords: crisis. Social Work. financialization. ethical-political project.

Introdução

O presente relatório apresenta os resultados da pesquisa “Crise do capitalismo contemporâneo, suas particularidades no Brasil e as consequências aos elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social”, desenvolvida entre setembro de 2024 e agosto de 2025, com apoio financeiro e institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A investigação foi conduzida de forma coletiva, envolvendo docente e discentes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e insere-se no campo das Ciências Sociais Aplicadas, com especial atenção à crítica da economia política e à fundamentação teórico-metodológica do Serviço Social. Demarcamos principalmente os anos de 1970 como momento crucial em que evidencia-se a crise estrutural do modo de produção capitalista. O conteúdo intrínseco e contraditório pelo qual desenvolve-se este modo de produção culminam em verdadeiros detonadores deste momento recessivo que particulariza-se enquanto uma clássica crise de superprodução combinada a uma mudança no caráter expansivo em que a se dava a “onda longa”, aliada a uma crise de caráter social e político conjugando-se em uma crise de todas as relações sociais burguesas (Mandel, 1990). O aumento da composição orgânica do capital aponta para uma crise de valorização caracterizada pela dificuldade de extrair a mais-valia, provocada por fatores como o aumento da composição orgânica do capital, superprodução e subconsumo, expansão da capacidade ociosa de capital e queda na taxa média de lucros (Braz, 2016). Frente a esse impasse, o capital desloca-se da esfera produtiva para o domínio financeiro, intensificando, a partir dos anos 1970, estratégias de autovalorização. Tal dinâmica se concretiza mediante a apropriação da mais-valia produzida globalmente, capturada por mecanismos como os juros provenientes de ativos financeiros. A crise financeira de 2008 expôs de forma contundente as contradições estruturais do capitalismo contemporâneo e intensificou transformações já em curso desde a ascensão do neoliberalismo. A partir da superação do modelo fordista e da incorporação das práticas toyotistas, consolidou-se uma lógica de acumulação flexível que desestabiliza territorialmente as cadeias produtivas e impõe uma flexibilização radical à força de trabalho, marcada pela precarização e pela volatilidade das relações laborais. Esse arranjo é amplificado pela mundialização do capital, que integra pólos industriais e tecnológicos globais sob a supremacia especulativa do capital financeiro, gerando uma nova morfologia produtiva regida por dinâmicas de colonialismo econômico que subordinam periferias produtivas aos interesses dos centros hegemônicos, segundo a análise de Antunes (2020), que se apoia em Tonello (2020)

como uma das bases teóricas. Diante da atual conjuntura sociopolítica, marcada pelo aprofundamento das contradições do modo de produção capitalista, impõe-se ao Serviço Social uma reflexão crítica sobre os desafios ético-políticos que atravessam sua prática profissional. A redução dos gastos públicos, como umas das consequências diretas da crise estrutural, incide diretamente sobre o enfrentamento das múltiplas expressões da “questão social”, objeto central da intervenção do(a) assistente social (Iamamoto, 2000). O Serviço Social, enquanto profissão inserida nesse contexto, não se coloca à margem dessas contradições, ao contrário: seu projeto profissional está enraizado em um projeto societário contra-hegemônico, que expressa uma opção política comprometida com a superação das formas de exploração e opressão, uma vez que é inconcebível pensar a emancipação humana sob a manutenção da estrutura capitalista.

Metodologia

A presente pesquisa está orientada pelo método marxiano, especificamente o materialismo histórico-dialético, concebido como instrumento teórico e prático para a apreensão da realidade social em sua totalidade. Tal método não se limita à descrição empírica dos fenômenos, mas busca compreender os processos sociais em sua dinâmica interna, revelando as mediações e determinações que os constituem. A investigação parte da premissa de que o conhecimento da realidade não se dá pela observação imediata dos fatos mas pela reprodução intelectual do movimento real do objeto de estudo. Isso implica ultrapassar as formas aparentes e transitórias da realidade para alcançar sua essência, compreendida como expressão das relações sociais historicamente determinadas. Nesse sentido, a análise orientada pelo materialismo histórico-dialético não se satisfaz com o que é perceptível à primeira vista, mas empenha-se na construção de um conhecimento crítico que revele as interações entre as múltiplas determinações do objeto, fundamentais para sua compreensão em sua totalidade concreta (Kosik, 1976). A partir dessa perspectiva, o estudo propõe-se ao desvelamento crítico do contexto histórico atual, marcado por profundas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que incidem diretamente sobre os rumos da história e sobre os projetos societários em disputa. Para isso, recorre-se às categorias da economia política marxista como ferramentas analíticas centrais, especialmente aquelas relacionadas à crise estrutural do capitalismo, à valorização do capital, à composição orgânica e à financeirização da economia. Assim, este relatório fundamenta-se em uma revisão bibliográfica abrangente e rigorosa que contempla autores cujas contribuições são essenciais para a análise crítica da crise do capitalismo contemporâneo, o que permite a articulação entre os elementos centrais da crise capitalista com suas particularidades no Brasil e suas implicações para o projeto ético-político do Serviço Social. Além da revisão bibliográfica fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da tradição marxista, a pesquisa também incorporou fontes jornalísticas e artigos de opinião de colunistas especializados. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de captar a realidade concreta e dinâmica da conjuntura político-social brasileira, especialmente em seus desdobramentos mais recentes. A utilização dessas fontes permitiu o acesso a dados estatísticos atualizados, análises conjunturais e interpretações que, embora não se constituam como produção teórica sistematizada, oferecem elementos relevantes para a compreensão das mediações entre os fenômenos estruturais e suas expressões cotidianas. Essa estratégia visa enriquecer a análise crítica ao articular os elementos empíricos da realidade com os fundamentos teórico-

metodológicos da pesquisa, permitindo uma aproximação dialética entre o movimento real da sociedade e sua reprodução intelectual. Assim, a inclusão de fontes jornalísticas e opinativas se dá como parte de um esforço de apreensão da totalidade concreta, em consonância com os princípios do materialismo histórico-dialético. Ao longo de todo o processo investigativo, foram realizados encontros quinzenais de estudo, voltados à leitura crítica e ao aprofundamento teórico sobre os temas centrais da pesquisa. Paralelamente, houve a elaboração de artigos científicos submetidos a eventos acadêmicos, como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), fortalecendo a produção intelectual vinculada ao projeto. A pesquisa também esteve presente em atividades científicas promovidas pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), especialmente durante o 26º Seminário de Pesquisa, com participação em colóquios, mesas-redondas e minicursos cujas propostas dialogavam diretamente com os eixos temáticos da investigação. Além disso, a pesquisa se articulou com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (GEPTED/QTEMOS), participando de reuniões dedicadas à discussão de teses de doutorado. Esses momentos proporcionaram reflexões aprofundadas sobre as contradições presentes na formação profissional e nas condições de trabalho dos assistentes sociais.

Resultados e Discussões

No modo de produção capitalista, a mercadoria exerce uma função central. Através dela expõe-se a forma germinar da manifestação do capital dada através do dinheiro, mediador do processo de compra e venda. A circulação de mercadoria na forma simples fundamenta-se na satisfação de valores de uso, em que converte-se em dinheiro, o qual é reconvertido em nova mercadoria (M-D-M). Contígua a essa forma, está uma outra que possui especificidades que ultrapassam a satisfação de necessidades mas encontra um fim em si mesmo, dado através da contínua valorização do valor, o qual é alterado a cada novo ciclo mediante o acréscimo de mais-valor obtido. Essa forma implica na conversão primeira do dinheiro em mercadoria, a qual será reconvertida em dinheiro, representando portanto a troca de dinheiro por dinheiro (D-M-D) (Marx, 2013). No entanto, todas as explicações sobre a obtenção de mais-valor na circulação revelaram-se como equívocos quanto ao entendimento acerca do valor de uso e de troca, tornando-se inválidas para justificá-la. A razão real desta está contida na própria mercadoria enquanto produto da força de trabalho, isto é, produto das capacidades físicas e mentais que existem no homem, movimentadas mediante processo de produção de valores de uso, sejam quais forem (Marx, 2013). Destarte, a força de trabalho se faz como a verdadeira provedora do mais-valor alcançado pelos capitalistas. Isso é realizável pois, ao passo que assume o papel de comprador, o capitalista paga o valor devido por cada mercadoria por ele utilizada e a consome enquanto valor de uso. Do processo de consumo da força de trabalho extrai valor a mais, fruto do desequilíbrio entre o pagamento pela mercadoria força de trabalho e o tempo necessário para a produção de dado número de mercadorias. A descoberta de Marx acerca do mais-valor é a chave analítica que explica a essência e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que a realização deste excedente é norma fundamental que encontra impulso em mecanismos que intencionam sua extração de modo progressivamente maior por meio da produtividade do trabalho, garantidora de superlucros temporários. Este aumento decorre do aumento do mais-valor absoluto, isto é, do prolongamento da jornada de trabalho; ou do aumento da mais-valia relativa a qual infere sobre o contínuo

aprimoramento das condições técnicas e dos mecanismos empregados durante o processo produtivo, incidindo portanto sobre os meios de trabalho que compõem o capital constante. Essa última forma desdobra-se na tendência ao aumento da composição orgânica do capital. Se por um lado há um aumento nos investimentos nas maquinarias necessárias para a produção de mercadorias (C), há, por outro, uma redução de investimentos em trabalho vivo (V), isto é, no trabalho humano — repercutindo inegavelmente sobre a vida da classe que vende sua força de trabalho, através da diminuição de postos de emprego e da consequente diminuição da capacidade de consumo; do aumento da jornada de trabalho; da intensificação do trabalho daqueles que ainda conseguiram manter seus postos de trabalho; etc. Assim, o que inicialmente se mostrava como um meio para ampliar a mais-valia agora se revela como a lei tendencial da queda da taxa de lucro (P). Isso ocorre devido ao aumento da composição orgânica do capital, que reduz progressivamente a taxa média de lucro (M), já que apenas uma fração do capital total — o capital variável — gera mais-valia de forma significativa. Fórmula 1: Lei Tendencial da Queda de Taxa de Lucro $P = \frac{M}{C + V}$ Esse movimento, em termos marxiano, de acumulação acelerada de capitais, sem dúvidas, trata-se de uma grande contradição do modo de produção capitalista. Todavia, por mais que a tendência à redução da taxa de média seja um fato irremediável — ainda que postergável —, a necessidade da renovação tecnológica e mecânica, de incorporação de novos meios de trabalho que visem o aumento da produtividade, também é uma exigência devido a concorrência capitalista, a qual pressupõe que aquele capitalista que detém o mais avançado aparato tecnológico e que, consequentemente: produz em maior quantidade, barateia sua produção, e obtém um lucro maior uma vez realizada a venda desta grande massa de mercadorias, detém também, uma vez dadas as condições para a realização da mais-valia, a possibilidade de obtenção de lucros acima da média. Destarte, a queda da taxa de lucro mediante a necessidade contínua de investimento em capital constante, a qual acaba por desaguar sobre em uma acumulação acelerada, acaba por expressar momentos distintos de um mesmo processo. A partir deste processo, em conjunto com outros pressupostos, ocorre a articulação necessária para viabilizar um momento de perturbação na realização da mais-valia. Trata-se de um instante de crise, que se manifesta enquanto solução violenta para as contradições inerentes ao sistema, afinal, pontua-se: no modo de produção capitalista, o fim último não é a produção voltada para a satisfação das necessidades humanas, seu objetivo principal não é (apenas) a produção de valores de uso, mas para a reconversão em dinheiro acrescido de mais-valor. A história concreta evidencia o caráter cíclico do modo de produção capitalista, marcado por quatro fases determinantes: crise, depressão, retomada e auge. Longe de constituírem um processo mecânico ou de seguirem limites temporais rígidos, essas etapas são inerentes à dinâmica do sistema. Na subfase monopolista atual, de capitalismo tardio, o ciclo econômico pode ser compreendido como uma sucessão de etapas que envolvem a acumulação acelerada; a superacumulação; a desaceleração da acumulação e, por fim, o subinvestimento, as quais representam momentos de uma onda longa (Mandel, 1982). Neste contexto, favorecida pela economia armamentista permanente e pela automação generalizada, as inovações tecnológicas — que culminaram na terceira revolução tecnológica — desempenharam um papel central, dado o processo de expansão dos domínios territoriais de grandes empresas através do processo de multinacionalização dessas em decorrência do crescimento econômico, propiciando a acumulação acelerada de capitais. Contudo, todo esse conteúdo desenvolvido no interior do modo capitalista de produção culminam em verdadeiros detonadores — de caráter econômico e político — pelos

quais, aliado à teoria geral das crises, pode-se obter análises no tocante à crise estrutural a qual reverbera desde o início da década de 1970. De modo a sintetizar a explicação de Mandel (1990) acerca das recessões generalizadas nos períodos de 1974/75 e 1980/82, entende-se pois os elementos que as particularizam enquanto uma clássica crise de superprodução combinada a uma mudança no caráter expansivo em que a se dava a “onda longa”, aliada a uma crise de caráter social e político, conjugando-se, nesse sentido, em uma crise de todas as relações sociais burguesas. O resultado disto é a impossibilidade de o capital, inclusive em países centrais, apresentar ciclos expansivos altos e duradouros, manifestando apenas expansões esporádicas e instáveis. O aumento da composição orgânica do capital aponta para uma crise de valorização caracterizada pela dificuldade de extrair a mais-valia, provocada por fatores como o aumento da composição orgânica do capital, superprodução e subconsumo, expansão da capacidade ociosa de capital e queda na taxa média de lucros (Braz, 2016). Para contornar essa limitação, a massa de capitais busca “rotas de fuga”, direcionando-se a alternativas que possibilitem uma valorização que já não encontram diretamente, de modo rentável e substancial, na esfera produtiva. Esse movimento impulsiona a expansão para a esfera das atividades financeiras, especialmente a partir da década de 1970. Trata-se de um movimento de autovalorização por meio da apropriação do tempo excedente da classe trabalhadora na atividade produtiva ao redor do globo, isto é, da apropriação da mais-valia produzida, por meio dos juros de ações e títulos financeiros. Estas atividades financeiras rentáveis, cuja renda é obtida por meio de processos sustentados pela especulação, são caracterizadas como capital parasitário. Se pensarmos no conceito de parasita na biologia, onde o parasita é um organismo que vive em outro organismo e dele se beneficia, o *modus operandi* atual dos setores rentistas especuladores do capital é visto assim justamente por não gerar valor novo mas apropriar-se de uma fatia cada vez maior da riqueza produzida na esfera real. Ou seja, trata-se de um capital que se alimenta do movimento especulativo dos mercados. Disso decorre o capital fictício. A crise de 2008, de forma explícita, apresenta-se como uma crise decorrente deste desdobramento do capitalismo financeirizado em que o capital portador de juros, essencialmente o fictício, domina as relações econômicas e políticas. Esta crise deve ser compreendida como um fenômeno multifacetado, cujas raízes se entrelaçam com a dinâmica da mundialização financeira e a inserção subordinada dos países periféricos nesse sistema. A partir do Consenso de Washington, tais países foram incorporados ao circuito global de capitais, contribuindo para a formação de bolhas especulativas e para o deslocamento desordenado de investimentos em busca de retornos rápidos e massivos. Esse movimento intensificou a volatilidade dos mercados e promoveu uma lógica de valorização financeira desvinculada da produção real. Em 2008, com o esgotamento das possibilidades de valorização nos mercados periféricos, houve uma reversão no fluxo de capitais, que passaram a se concentrar nas bolsas dos países centrais, especialmente nas estadunidenses NYSE/Wall Street e NASDAQ (Braz, 2016). Os primeiros sinais da crise emergiram no final de 2006, quando mutuários norte-americanos começaram a inadimplir suas hipotecas subprime, pressionados por sucessivos aumentos na taxa básica de juros. Esses empréstimos, concedidos sem garantias sólidas, haviam sido convertidos em títulos e vendidos como investimentos seguros, mascarando seu real risco. A inadimplência em massa levou à desvalorização desses ativos, afetando bancos e investidores em escala global. Em janeiro de 2008, o cenário se agravou com a revelação de uma fraude bilionária no banco francês Société Générale, que provocou quedas abruptas nas bolsas de valores ao redor do mundo (Nakatami; Marques, 2020). A resposta dos governos centrais incluiu pacotes trilionários de resgate e reformas

regulatórias. Tal crise, segundo a análise de Antunes (2020), alicerçada em Tonelo (2020), não apenas escancarou as fragilidades do capitalismo contemporâneo como também acelerou os processos já em curso desde a reestruturação produtiva neoliberal, centrados na acumulação flexível. Ao ultrapassar a rigidez fordista e absorver os avanços do toyotismo, o capital inaugurou um modelo marcado pela desterritorialização das cadeias produtivas e pela flexibilização extrema da força de trabalho, agora submetida à precarização e instabilidade. Essa lógica foi potencializada pela mundialização do capital, que articula pólos industriais e tecnológicos globais sob a hegemonia especulativa do capital financeiro, promovendo uma fragmentação produtiva que opera sob uma nova forma de colonialismo econômico. Ainda segundo o autor, no contexto de pós-crise, os planos de austeridade adotados entre 2009 e 2010 visaram restaurar a rentabilidade do capital por meio da restrição dos gastos públicos, do enfraquecimento dos sistemas de proteção social e da precarização das relações de trabalho. A partir de 2015, novas estratégias começaram a se delinear com o aprofundamento da crise migratória e o avanço acelerado das tecnologias digitais. A incorporação da imigração em diferentes escalas passou a desempenhar papel funcional nas novas formas de organização produtiva ao oferecer mão de obra disponível, barata e muitas vezes desprotegida. Simultaneamente, o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), da robotização e da inteligência artificial abriu caminho para formas de contratação mediadas por plataformas digitais, promovendo o fenômeno da uberização do trabalho e consolidando os pilares da Indústria 4.0. Ao adentrar na situação brasileira, um dos aspectos que demonstram o desenrolar da crise capitalista se dá no momento após o golpe parlamentar de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, abrindo caminho para a ascensão do governo Temer. Sob a bandeira da “recuperação econômica”, foi instaurada uma agenda de aprofundamento da política neoliberal marcada pela retração do Estado e pelo avanço do neoliberalismo financeirizado (Salvador, 2024). Medidas como a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal e congelou os gastos primários por duas décadas — sem afetar os pagamentos de juros da dívida — resultaram em severas restrições às políticas sociais (Salvador, 2017). Soma-se a isso a prorrogação da DRU, por meio da EC nº 93/2016, elevando para 30% o redirecionamento da receita tributária para a amortização da dívida pública. Mais recentemente, o governo Lula, a partir da iniciativa de substituir a referida EC nº 95/2016, institui o “Novo arcabouço fiscal” (NAF), a qual, por não ser em nenhum momento debatida com a classe trabalhadora, surge enquanto uma medida que isola as decisões econômicas do debate político no espaço público, restringindo-as ao domínio da tecnocracia econômica — o que soa contraditório vindo de um governo que se apresenta como progressista. Ademais, observa-se uma engenharia orçamentária engenhosa voltada à apropriação do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida, ao mesmo tempo em que se impõe um estrangulamento ao crescimento das despesas sociais do Estado (Salvador, 2023). A preocupação com as contas públicas desdobra-se na adoção de medidas totalmente prejudiciais à classe trabalhadora. Atualmente, o principal alvo de ataques de diretos com a justificativa de combate a fraudes e irregularidades vem sendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Uma das primeiras investidas, felizmente barrada, veio da ministra do Planejamento, Simone Tebet, ao propor a desvinculação do BPC do salário mínimo — uma medida de efeito devastador. Sem essa vinculação, o benefício sofreria rápida corrosão em seu valor real, empurrando milhões de pessoas para abaixo da linha da pobreza. (Deccache, 2024). O “pente fino” aplicado na condução deste e outros benefícios assistenciais reflete-se em disputas judiciais as quais

apresentaram aumento de cerca de 20% entre os anos de 2023 e 2024 (Lima, 2024). A Conjuntura suscita-nos a refletir acerca de como esta situação impacta no trabalho da (o) Assistente Social e no Projeto Ético-Político da profissão, diante da contradição de serem “as múltiplas expressões da ‘questão social’ o objeto sobre o qual incide o trabalho profissional” (Iamamoto, 2000, p.114), ao passo que há uma diminuição dos gastos públicos na área das políticas sociais, as quais, historicamente, surgiram para enfrentar a própria “questão social”. O modo de produção capitalista, estruturado sobre as contradições inerentes a sua lógica de acumulação, configura uma sociedade marcada pela luta entre classes antagônicas — burguesia e proletariado — cujos interesses são irreconciliáveis. Essa dinâmica classista imprime um conteúdo político em cada prática social, revelando que nenhuma ação está isenta de posicionamento. O Serviço Social, enquanto profissão inserida nesse contexto, não se coloca à margem dessas contradições, ao contrário: seu projeto profissional está enraizado em um projeto societário contra-hegemônico, que expressa uma opção política comprometida com a superação das formas de exploração e opressão, uma vez que é inconcebível pensar a emancipação humana sob a manutenção das estruturas capitalistas. Por isso é necessário afirmar a centralidade da práxis crítica e transformadora como fundamento ético-político da atuação profissional. Conforme Braz e Teixeira (2009) pontuaram a partir de Netto (1999), os projetos profissionais — dentre eles o do Serviço Social — configuram construções coletivas que expressam a identidade da profissão e sua inserção na sociedade. Eles selecionam os princípios que sustentam sua legitimidade social, definem e organizam seus propósitos e atribuições, e estabelecem os fundamentos teóricos, institucionais e operacionais que orientam sua prática. Também estipulam diretrizes éticas e comportamentais para os profissionais, delineando os parâmetros de interação com os usuários dos serviços, com outras áreas profissionais e com as instituições empregadoras. Trata-se, portanto, de um marco orientador que articula posicionamento político, compromisso social e direção estratégica da atuação profissional. Este projeto condensa em si, ainda segundo o autor, uma imagem ideal da profissão, seus posicionamentos e valores, um direcionamento político, constituindo o Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social”. Ele se fundamenta em princípios como a defesa dos direitos humanos, a justiça social, a equidade e a emancipação dos sujeitos os quais orientam concretamente a atuação profissional, conferindo-lhe, portanto, um caráter político. Além destes valores, o PEP constitui-se através de outros elementos. Ancora-se em uma matriz teórico-metodológica crítica com referencial marxista que permite compreender a “questão social” como expressão das desigualdades estruturais do capitalismo e, com isso, compreende a crítica à ordem social vigente como um dos pilares do projeto, que rejeita a naturalização da pobreza e da exclusão. Por fim, este acúmulo expressa-se nas lutas, posicionamentos e organização coletiva e política da categoria, em consonância com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. A partir destes elementos, a materialização do projeto se dá em três dimensões: a político-organizativa, expressa na atuação dos Conselhos, da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABEPSS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); a dimensão da produção de conhecimento, que valoriza a pesquisa crítica e a formação profissional comprometida com a realidade social; e a jurídico-política (Braz; Teixeira, 2009). Esta última compreende em si todo o conteúdo específico da profissão: sua legislação regulamentadora (Lei 8662/93); Código de Ética de 1993; e demais documentos e textos que fundamentam e legitimam a prática profissional. Também compreende um outro conteúdo, este mais abrangente: a legislação social pela qual materializa-se a prática profissional, através da reivindicação de direitos

explicitamente contidos na Constituição Federal de 1988 e demais documentos com força de lei. Contudo, no contexto atual de crise e de hegemonia neoliberal, as estratégias para responder à “questão social” é tensionada e ameaçada por projetos societários, políticos-institucionais e partidários antagônicos, revelando o caráter político de toda ação. O Estado, ao reafirmar seu papel de Estado burguês, oblitera os avanços no campo dos direitos sociais em valorização à política econômica. Trata-se de uma subversão da política social à política econômica. Logo, o assistente social insere-se na condição de trabalhador assalariado, cuja prática está integrada à divisão social e técnica do trabalho sob a lógica do capital, conforme analisa Iamamoto (2009), a atuação profissional está profundamente condicionada pelas mediações das políticas sociais e pelas determinações estruturais da sociedade capitalista, o que a afasta da concepção clássica de profissional liberal. Assim, o Serviço Social configura-se, assim, como uma especialização do trabalho, tensionado pelas contradições sociais e pelas disputas em torno do fundo público pelo qual toma materialidade as políticas que esboçam os direitos constitucionalmente expressos, situando o assistente social como um agente ativo, porém socialmente determinado, na materialização dos direitos sociais.

Conclusão

A pesquisa realizada reafirma a centralidade da crise estrutural do capitalismo como elemento determinante para a compreensão das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, na economia, nas políticas sociais, o que impacta diretamente sobre o trabalho do/a assistente social e concomitantemente sobre os elementos constitutivos da profissão. Ao articular teoria marxista com dados empíricos da conjuntura brasileira, o estudo evidencia que a financeirização da economia, a precarização das relações laborais e a mundialização do capital são expressões concretas das contradições internas do modo de produção capitalista. A análise da crise de valorização do capital, intensificada desde os anos 1970, revela que a busca por superlucros e a expansão do capital constante têm gerado impactos profundos, especialmente nos países periféricos. No Brasil, esse processo se manifesta, dentre outras formas, por meio do desmonte das políticas sociais, da retração do Estado e da adoção de medidas de austeridade que fragilizam os direitos sociais historicamente conquistados. Nesse cenário, o Serviço Social é convocado a assumir uma postura crítica e comprometida com a transformação social. A pesquisa demonstra que o Projeto Ético-Político da profissão, fundamentado em princípios como justiça social, emancipação humana e defesa dos direitos, permanece como referência estratégica para a atuação dos assistentes sociais diante das múltiplas expressões da “questão social”, apesar dos impactos sofridos em suas dimensões constitutivas em consequência do contexto atual. A crise contemporânea apresenta-se, portanto, como uma crise que condensa aspectos políticos, econômicos e sociais. Ela exige dos profissionais de Serviço Social uma leitura aprofundada da realidade, sustentada por uma práxis crítica que articule teoria e prática, resistência e proposição. Assim, o estudo conclui que o fortalecimento do projeto societário contra-hegemônico é condição indispensável para enfrentar os desafios impostos pela lógica destrutiva do capital e para afirmar o compromisso histórico da profissão com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana. Tal conclusão, assim como os resultados presentes neste relatório, é preliminar e não esgota a riqueza do objeto de estudo da pesquisa, pois que ele se transforma incessantemente no compasso das mudanças operadas pelo movimento do real. Assim, nesta primeira etapa da

investigação nos foi possível alcançar resultados parciais que apontam para a necessidade de maiores avanços.

Referências

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. BRAZ, Marcelo. *Para a crítica da crise: diálogos com intelectuais e parlamentares da esquerda em Portugal*. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016. DECCACHE, David. Por que o BPC está ameaçado. *Outras Palavras*, São Paulo, 13 set. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/por-que-o-bpc-esta-ameacado>. Acesso em: 8 jul. 2025. IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 1–40. KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2010. LIMA, Bernardo. Número de ações na Justiça por benefícios sociais sobe quase 20% em meio a pente-fino. *O Globo*, Brasília, 29 set. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/numero-de-acoes-na-justica-por-beneficios-sociais-sobe-quase-20-em-meio-a-pente-fino-26658912>. Acesso em: 8 jul. 2025. MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. Tradução de Juarez Guimarães; João Machado Borges. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990. MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Introdução de Paul Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. MARTINS, JOSÉ. A. “Anotações acerca da dinâmica dos ciclos econômicos e crises capitalistas nos primeiros anos do século 21” in Costa, G., PRÉDES, R. e SOUZA, R. (orgs.) *Crise contemporânea e Serviço Social*. –Maceió: EDUFAL, 2010. NAKATAMI, PAULO e MARQUES, ROSA M. (2020) *Capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular. NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, Brasília, ano II, n. 3, p. 41–49, jan./jun. 2001. SALVADOR, Evilásio. As origens suspeitas do “arcabouço fiscal”. *Outras Palavras*, São Paulo, 2 maio 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/as-origens-suspeitas-do-arcabouco-fiscal>. Acesso em: 8 jul. 2025. SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ed. 130, p. 426–446, set./dez. 2017. SALVADOR, Evilasio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. *Argum., Vitória*, v. 16, n. 1, p. 6–19, jan./abr. 2024. TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS, 2009. p. 1–40.

CÓDIGO: HS1238

AUTOR: LARISSA MARCELY VARELA DA SILVA

COAUTOR: ANA VITÓRIA JUSTINO GOMES

ORIENTADOR: ALMIR FELIX BATISTA DE OLIVEIRA

TÍTULO: Os usos possíveis do Patrimônio Cultural do Centro Histórico de Natal:
apropriando-se do patrimônio

Resumo

O presente projeto de pesquisa, tem como objetivo examinar as relações entretidas entre o Patrimônio Cultural, circunscrito ao Centro Histórico de Natal e as possibilidades do seu uso, inventariando, salvaguarda e a sua preservação, através da prática do Turismo Cultural e da Economia Criativa. Procura compreender como a utilização do patrimônio—tanto vertente material, quanto na sua vertente imaterial, podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social e cultural da comunidade natalense, mais especificamente os residentes do Centro Histórico de Natal.

Palavras-chave: Turismo Cultural- Patrimônio Material e Imaterial- Economia Criativa

TITLE: Possible uses of the Cultural Heritage of the Historic Center of Natal:
appropriating heritage

Abstract

This research project aims to examine the relationships between Cultural Heritage within Natal's Historic Center and its potential uses, inventorying, safeguarding, and preserving it through the practice of Cultural Tourism and the Creative Economy. It seeks to understand how the use of heritage—both tangible and intangible—can contribute to the economic, social, and cultural development of the Natal community, specifically the residents of Natal's Historic Center.

Keywords: Cultural Tourism - Material and Intangible Heritage - Creative Economy

Introdução

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações entretidas entre o Patrimônio Cultural, circunscrito ao Centro Histórico de Natal e as possibilidades do seu uso, inventário, salvaguarda e preservação, através da prática do Turismo Cultural e da Economia Criativa. Em termos de projeto de pesquisa, sua efetivação justifica-se, principalmente, por procurar compreender como a utilização do patrimônio - tanto em sua vertente material, quanto em sua vertente imaterial - podem contribuir para o desenvolvimento econômico e para os desenvolvimentos social e cultural, portanto, humano, do cidadão natalense e, especificamente, residente do Centro Histórico de Natal. Como contribuição ao Programa de Pós-graduação em Turismo e ao Curso de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sua execução justifica-se pela possibilidade de ampliação dos estudos neste Programa da relação que compreenda as temáticas do Patrimônio Cultural, do Turismo Cultural, da Economia Criativa e, consequentemente apoie o desenvolvimento regional, bem como o local, ambos em uma perspectiva sustentável.

Metodologia

Metodologicamente esse projeto de pesquisa/plano de trabalho fará o levantamento, a leitura e a análise de material produzido e que tenha o Centro Histórico de Natal como objeto de estudo. Material produzido em Programas de Pós-Graduação da própria UFRN ou em outros programas através do Banco de Teses e Dissertações da Capes entre outros. Será realizado o levantamento, a leitura e a análise da documentação oficial produzida por instituições como IPHAN, Fundação José Augusto, pela Prefeitura Municipal de Natal referentes à implementação de políticas públicas no âmbito do Patrimônio Cultural, com vistas a promoção da sua preservação, bem como evidencia as possibilidades de seu uso pelo Turismo Cultural. Como esses documentos se apropriam dos conceitos de patrimônio, de turismo cultural, de cultura popular e a forma como os valorizam na perspectiva do desenvolvimento local. Para extrairmos informações relevantes dessas leituras usaremos um formato investigativo que se utilizará da técnica da análise de conteúdo conforme Bardin (2011). Essa autora conceitua essa técnica como sendo “uma técnica de cunho descritivo, exploratório, quantitativo, qualitativo, de pesquisa bibliográfica, de análise documental”. Essa técnica de análise constitui-se de um conjunto de instrumentos metodológicos que podem ser aplicados aos mais variados textos.

Resultados e Discussões

Os resultados que desejamos obter com esta pesquisa, serão a produção do Inventário do Patrimônio Cultural do Centro Histórico da cidade do Natal (CHN), a identificação do patrimônio cultural material e imaterial relevantes pertencente ao Centro Histórico da cidade do Natal; a construção de materiais didáticos com vistas à Educação Patrimonial junto à Educação Básica; promover cursos de formação continuada relacionando as temáticas do patrimônio cultural, do turismo cultural e da economia criativa para as comunidades pertencentes a área do CHN.

Conclusão

Possibilidade de ampliação dos estudos neste Programa da relação que compreenda as temáticas do Patrimônio Cultural, do Turismo Cultural, da Economia Criativa e, consequentemente apoie o desenvolvimento regional, bem como o local, ambos em uma perspectiva sustentável.

Referências

- ABREU, R.; CHAGAS, M.; SANTOS, M. S. (Orgs.). Museus, coleções e patrimônio: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/IPHAN/DEMU, 2007.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Regina (Orgs.). Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (Orgs.). E o patrimônio? Rio de Janeiro: Contracapa; PPMS/UNIRIO, 2008.
- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.
- ANDRADE, Mário de. O Turista Aprendiz. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.
- BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.). Turismo e identidade local. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. A preservação do patrimônio imaterial como afirmação de outras etnicidades. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011.
- _____. Memória, história e patrimônio histórico. Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju: Editora da UFS, 2012.
- _____. O patrimônio cultural e os livros didáticos de História ou de como se constrói o sentimento de pertencimento (Brasil - 2000-2015). 2016. 295 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- _____. Patrimônio, memória e ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). Ensino de história: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: EDFURN, 2008.
- PAULA, Z. C.; MENDONÇA, L. G.; ROMANELLO, J. L. (Orgs.). Polifonia do patrimônio. Londrina: EDUEL, 2012.

CÓDIGO: HS1250

AUTOR: MARIA EMILIA BEZERRA RODRIGUES

ORIENTADOR: WASHINGTON JOSE DE SOUSA

TÍTULO: O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA

Resumo

Este trabalho constitui relatório de pesquisa do projeto de Popularização da Ciência: Tecnologias Sociais e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável na Gestão de Resíduos Sólidos em Municípios Potiguares, iniciado em julho de 2024 e finalizado em agosto de 2025. Trata-se de iniciativa da Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O objetivo da revisão bibliográfica consiste em analisar a temática dos resíduos sólidos a partir das abordagens adotadas na produção acadêmica, com atenção ao papel desempenhado por cooperativas como agentes estratégicos de organização, gestão e fomento à sustentabilidade em segmento econômico que gera trabalho e renda com inclusão social. A pesquisa mapeia tecnologia de gestão social extraíndo informações relevantes sobre o cenário das cooperativas de resíduos sólidos, contribuindo para a compreensão de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. O resultado mostra-se relevante, apresentando a economia solidária como alternativa, porém, simultaneamente, expressa dificuldades enfrentadas pelas cooperativas, reforçando que a atuação das organizações do terceiro setor requer apoio da gestão pública.

Palavras-chave: Inovação, Resíduos Sólidos, Cooperativas, Economia solidária.

TITLE: Cooperativism as an Alternative for Solid Waste Management: A Systematic Literature Review

Abstract

This work is a research report for the Science Popularization: Social Technologies and Innovation for Sustainable Development in Solid Waste Management in Municipalities in Rio Grande do Norte project, which began in July 2024 and was completed in August 2025. It is an initiative of the Learning and Knowledge Organization in Solidarity Initiatives (OASIS) at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). The objective of the literature review is to analyze the theme of solid waste based on the approaches adopted in academic production, with a focus on the role of cooperatives as

strategic agents of organization, management, and promotion of sustainability in an economic sector that generates work and income with social inclusion. The research maps social management technology, extracting relevant information on the context of solid waste cooperatives and contributing to the understanding of public policies and strategies for economic development, social inclusion, and environmental preservation. The results are significant, presenting the solidarity economy as an alternative, but at the same time, they express the difficulties faced by cooperatives, reinforcing that the work of third-sector organizations requires support from public administration.

Keywords: Innovation, Solid Waste, Cooperatives, Solidarity Economy.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo relatar resultado do projeto de Popularização da Ciência: Tecnologias Sociais e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável na Gestão de Resíduos Sólidos em Municípios Potiguares, desenvolvido na Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Importa ressaltar que o presente texto aborda revisão bibliográfica, considerando o fato de que experiências da gestão de resíduos sólidos foi objeto de relatório encerrado de pesquisa encerrado em 2024.

A pesquisa situa-se na grande área Ciências Sociais Aplicadas, na área de Administração e subárea Administração de Setores Específicos incorporando letramento científico voltado a iniciativas em gestão social e desenvolvimento de coletivo de trabalhadores. Em especial, dá atenção a cooperativas de resíduos sólidos como alternativa na economia solidária, abordando desafios da sociedade contemporânea. É relevante destacar que as tendências contemporâneas de consumo ampliam disparidades sociais e econômicas, enquanto a lógica do sistema capitalista, associada à expansão dos aglomerados urbanos, intensifica a geração de resíduos sólidos, proliferados tanto em grandes metrópoles quanto em cidades de menor porte (Amaral, 2013), e, em áreas rurais.

A pesquisa partiu do objetivo de analisar a temática dos resíduos sólidos a partir das abordagens adotadas na produção acadêmica, com atenção ao papel desempenhado por cooperativas como agentes estratégicos de organização, gestão e fomento à sustentabilidade em segmento econômico que gera trabalho e renda com inclusão social. Trata-se de revisão bibliográfica situada na gestão social, com estudo de cooperativas de resíduos sólidos, portanto, no terceiro setor, no segmento das organizações da sociedade civil.

A pesquisa esteve vinculada à Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O grupo foi estabelecido em 2006 como incubadora de economia solidária e, em 2013, instituiu-se na pesquisa (disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/42993>). A atuação da OASIS envolve o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, integrando o conhecimento acadêmico a experiências e saberes derivados da prática social (Rodrigues et al., 2024).

O grupo direciona esforços para conteúdos voltados à gestão social e participa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, contribuindo para o fortalecimento da produção de conhecimento e para a formação acadêmica de estudantes de graduação. Destaca-se na popularização da ciência com ações de letramento científico que alcança estudantes da educação básica, pela execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em articulação com tópicos de nutrição, saúde e economia solidária, especialmente nos segmentos da agricultura familiar e dos resíduos sólidos.

A OASIS une iniciação científica e iniciação tecnológica, pesquisa e extensão universitária, ao ensino, propiciando vivências acadêmicas e gerando a oportunidades teórico-empíricas com base em referenciais da gestão social. A gestão social é entendida como o conjunto de estratégias e políticas organizacionais de promoção do bem-estar de indivíduos e coletividades, destinado à recomposição de elos de integração do Homem com o semelhante e como ambiente, articulando, sob o ideal da emancipação humana, elementos de racionalidade substantiva à ação racional instrumental. (Souza e Oliveira, 2006).

O texto está composto por quatro sessões. A primeira é a introdução, atual sessão, que apresenta o tema do estudo e o objeto. A segunda refere-se aos procedimentos metodológicos, que descreve o caminho percorrido na revisão. A terceira seção dedica-se aos resultados e discussão, expondo o produto da pesquisa com informações advindas dos dados coletados. A última sessão é a conclusão, com síntese dos principais achados e indicação de estudos futuros.

Metodologia

O projeto ao qual se relaciona este relato foi desenvolvido como plano de trabalho de iniciação tecnológica (IT), estruturado na perspectiva da pesquisa-ação, compreendida como método de investigação social em que pesquisador e objeto de estudo se encontram em interação dinâmica, integrando-se à realidade a ser compreendida de forma participativa e cooperativa (Thiollent, 2011, p. 14). O preceito central do trabalho realizado foi aplicar elementos de Gestão Social, fundamentados em tecnologias sociais e educacionais, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, s/d). As tecnologias foram adotadas como estratégia para mitigar desafios relacionados à gestão de resíduos sólidos. As ações foram articuladas à atuação da incubadora social Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS), com foco na popularização da Ciência Administrativa.

A Gestão Social, entendida como processo de decisão dialogada, valoriza a participação e a deliberação política coletiva, e, portanto, é uma forma de gestão democrática orientada pelo interesse público voltada ao fortalecimento da autonomia dos sujeitos (França-Filho, 2008). Tomando esse conceito como referência, o processo de popularização da ciência buscou, no projeto, a coprodução de tecnologias de gestão para empreendimentos econômicos solidários. Para alcançar tal propósito, previu-se o fortalecimento de processos formativos e de assessoria em temas de educação para a

sustentabilidade, consumo consciente, gestão ambiental, cooperativismo e economia solidária (Singer, 2003), utilizando metodologias de pesquisa-ação (Thiollent, 1985) e educação popular (Freire, 1968).

O projeto teve como público-alvo uma associação de catadores e catadoras atuantes no lixão de Cidade Nova, que, à época da elaboração da proposta, encontrava-se em fase de formalização. Tratava-se de uma iniciativa em cooperação com a Escola Agrícola de Jundiá (EAJ/UFRN), a qual desenvolvia projeto em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT). O plano de trabalho buscava, ainda, dar suporte às ações em andamento da OASIS por meio do projeto Repites, em articulação com o projeto EAJ/MPT e com a Cáritas no Seridó. Apesar da promissora, a experiência enfrentou entraves que inviabilizaram a aplicação da metodologia inicialmente prevista. O processo de formalização da associação, iniciado em 2024, exigiu a realização de diversos encontros para viabilizar sua consolidação. Contudo, fatores burocráticos e políticos tornaram-se determinantes e inviabilizaram a não efetivação conforme planejamento inicial.

Diante do entrave encontrado, a alternativa foi a substituição da metodologia de pesquisa-ação por uma revisão de literatura, etapa já prevista no plano de trabalho. Assim, o objetivo da efetivação do plano de trabalho passou a ser a análise da temática dos resíduos sólidos a partir das abordagens adotadas na produção acadêmica, com atenção ao papel desempenhado por cooperativas como agentes estratégicos de organização, gestão e fomento à sustentabilidade. A aposta foi de que a análise científica de produções acadêmicas pudesse clarear a compreensão da temática e, ao mesmo tempo, evidenciar desafios da gestão de organizações do segmento dos resíduos sólidos.

A revisão bibliográfica consiste em uma metodologia que analisa produções de caráter científico, possibilitando a construção de contribuições para o desenvolvimento de determinada temática. Assim, foram consideradas produções científicas pela estratificação de temáticas e abordagens presentes na literatura sobre cooperativas de resíduos sólidos (Proetti, 2017).

O repositório selecionado para a busca foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por se tratar de um acervo de trabalhos de pós-graduação, que usualmente apresentam maior aprofundamento sobre os temas investigados. Para a seleção da amostra, utilizou-se o descritor de busca: “Economia solidária” e Gestão de resíduos. A partir dessa consulta, foram identificados 55 trabalhos. Em seguida, realizou-se uma triagem a fim de estabelecer um recorte que atendesse efetivamente ao objetivo da pesquisa.

Para organizar o processo de análise, seleção e sistematização dos trabalhos, foi elaborado um banco de dados em planilhas, no qual foram incluídas informações essenciais de cada produção: título, autor, ano de publicação, citação, palavras-chave, resumo, metodologia e DOI. Posteriormente, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão, a fim de definir quais estudos poderiam compor a análise. Os critérios estabelecidos foram:

a) estar redigido em língua portuguesa;

- b) ter sido produzido no Brasil;
- c) tratar especificamente de cooperativas de resíduos sólidos;
- d) estar disponível gratuitamente em meio digital.

De forma mais visual, o fluxo metodológico encontra-se na Figura 1.

Conforme sintetiza a Figura 1, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, ocorreram os seguintes procedimentos: três trabalhos removidos por duplicidade; um excluído por não estar redigido em língua portuguesa; 27 descartados por não abordarem cooperativas de resíduos sólidos; sete eliminados por não estarem disponíveis gratuitamente em meio digital. Dessa forma, restaram 17 textos para análise. Abaixo o Quadro 1 reporta a lista dos estudos selecionados, resultante da aplicação dos critérios estabelecidos que definiram o recorte analisado.

Conforme consta no Quadro 1, os textos selecionados, com base nos procedimentos adotados, foram processados manualmente a partir dos critérios acima elencados, o que ocorreu com auxílio de planilha Excel. A planilha funcionou como instrumento de apoio para a identificação do objetivo central de cada pesquisa, bem como para a análise das metodologias empregadas e resultados alcançados.

Resultados e Discussões

A presente seção está subdividida em três partes. A primeira analisa o resultado da pesquisa bibliográfica buscando compreender as finalidades de cada publicação. A segunda compara os procedimentos metodológicos utilizados nos estudos selecionados a fim de identificar abordagens recorrentes. A terceira apresenta os principais resultados obtidos, evidenciando as principais descobertas.

3.1- Dos objetivos gerais;

A maioria das teses e dissertações analisadas abordam dimensões como autogestão, estratégias de organização do trabalho, inserção em políticas públicas e relações de gênero. Para sistematizar os aspectos principais, foi utilizada a planilha de análise, que possibilitou compreender as diferentes perspectivas a partir das quais essas organizações foram estudadas.

Em diversas ocasiões, as cooperativas de resíduos sólidos aparecem nas pesquisas como alternativa como resposta a demandas sociais e ambientais, configurando-se quase como solução para problemáticas contemporâneas no segmento dos resíduos sólidos. O modelo econômico vigente, de caráter desenvolvimentista e centrado na produção de riquezas em um padrão industrial de alto consumo, mostra-se insustentável a longo prazo diante da crescente geração de resíduos não tratados adequadamente (Santos, 2012). Nesse contexto, as cooperativas de resíduos sólidos emergem como fator de

equidade social, uma vez que tratam não apenas da questão ambiental, mas também do aspecto econômico, transformando o manejo adequado dos resíduos em fonte de renda para determinadas comunidades (Santos, 2012).

As cooperativas são compreendidas como empreendimentos econômicos solidários, considerados organizações com dinâmicas próprias fundamentadas na autogestão. A economia solidária emerge, assim, como alternativa ao modelo capitalista, pautando-se na iniciativa de livre associação, no cooperativismo, na participação econômica de seus membros, na autonomia e na independência (Santos, 2012).

Os trabalhos revisados abordam perspectivas diferentes enfoques: buscam compreender como a gestão é efetivamente realizada; investigam a possibilidade de aplicação de ferramentas tradicionalmente utilizadas no modelo de negócios convencional, analisando sua viabilidade para o contexto das cooperativas. Outro aspecto recorrente nos objetivos dos estudos é a preocupação em caracterizar o perfil dos catadores e catadoras, explorando percepções acerca de demandas trabalhistas, sociais e de incentivo à cooperação.

De acordo com Gallo (2022), no Brasil, múltiplos fatores históricos resultaram em cenário de pobreza extrema e desigualdade social, que relegou determinados grupos — frequentemente identificados como minorias — à marginalidade do sistema capitalista, diante do desemprego e da escassez de oportunidades. Nesse sentido, a economia solidária apresenta-se como alternativa inclusiva, ao proporcionar trabalho digno, participação ativa da comunidade e incentivo ao aprendizado, contribuindo para reparar resquícios de uma sociedade marcada pela exclusão.

3.2- Das metodologias utilizadas

Com base na análise dos objetivos gerais, tornou-se relevante identificar também os métodos empregados nas pesquisas sobre cooperativas de resíduos sólidos, a fim de delinear um panorama das abordagens mais utilizadas. A investigação concentrou-se na distinção entre métodos qualitativos e quantitativos, buscando compreender quais procedimentos predominam. A pesquisa qualitativa é caracterizada pela ênfase em aspectos descritivos e interpretativos, não se limitando à quantificação de dados, todavia, voltada à compreensão de significados e contextos. Já a pesquisa quantitativa foca na análise numérica, utilizando a estatística como recurso central de validação (Proetti, 2018). Cabe destacar, entretanto, que as duas abordagens podem ser aplicadas de forma complementar, seja de maneira sequencial, seja de forma simultânea (Proetti, 2018).

A análise revelou predominância de métodos qualitativos, configurando-se como abordagem recorrente. O método quantitativo, quando utilizado, aparece geralmente em associação com o qualitativo, exercendo papel complementar, de acordo com os objetivos de cada pesquisa. Dos 17 trabalhos analisados, 12 utilizaram metodologia qualitativa e apenas quatro combinaram métodos qualitativo e quantitativo. Nenhum estudo apoiou-se exclusivamente no método quantitativo. Os trabalhos caracterizam-se como pesquisas descritivas e exploratórias, com coleta de informações realizada de forma interativa, por meio de entrevistas e observação no contexto estudado.

3.3- Dos resultados obtidos

De modo geral, as pesquisas analisadas convergem no entendimento de que os empreendimentos solidários de resíduos sólidos desempenham papel central tanto na gestão de problema socioambiental quanto na inclusão social e econômica de populações historicamente marginalizadas. Os resultados indicam avanços, mas, também, desafios persistentes, sobretudo a carência de políticas públicas capazes de atender às demandas dessas organizações e fomentar o desenvolvimento efetivo. Embora ocorra progresso em políticas voltadas à temática, especialmente após a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Brasil, 2010), há problemas como deficiência na autonomia econômica das organizações de catadores, infraestrutura inadequada e limitada quantidade de cooperativas que, minimizam, mas, não preenchem no volume necessário às demandas (Codeço et. al, 2025).

Diversos estudos destacam que as cooperativas enfrentam múltiplos desafios, reforçando a necessidade de políticas de fomento e apoio institucional. A administração pública e a participação social são essenciais para o fortalecimento das ações, uma vez que a economia solidária não deve se limitar ao âmbito interno das associações ou cooperativas (Batista, 2015). Segundo Batista (2015), a coleta seletiva oficial é insuficiente e descontínua, sustentada em grande medida pelo trabalho dos catadores, cuja renda permanece baixa. Esse contexto evidencia a precarização do trabalho e a limitada valorização política e social, impactando negativamente na sustentabilidade das organizações.

Os dados estatísticos apresentados por Batista (2015) revelam que a maioria dos catadores coleta entre 100 kg e 500 kg de materiais diariamente, o que confirma a relevância desses trabalhadores para a gestão de resíduos sólidos. Entretanto, observa-se a presença de atravessadores, que compram os materiais recicláveis a preços baixos, explorando a vulnerabilidade e o desconhecimento dos catadores e repassando valores irrisórios pelo material coletado. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que coíbam a atuação de atravessadores, fortaleçam a autogestão e ampliem a infraestrutura dessas organizações, garantindo que as cooperativas de resíduos sólidos possam atender às demandas sociais de maneira efetiva e sustentável.

Conclusão

O presente estudo buscou evidenciar a relevância das cooperativas de resíduos sólidos como instrumentos fundamentais tanto para a gestão ambiental quanto sob um cunho social, observando essas organizações como solução para o enfrentamento à vulnerabilidade econômica vivenciada e vista em muitas comunidades. Além de ser uma solução viável às questões enfrentadas pela sociedade, essencialmente uma questão de gestão, já que a administração e autogestão é um assunto recorrente quando se trata de empreendimentos econômicos solidários e terceiro setor. A análise da literatura demonstrou que as cooperativas de resíduos sólidos configuram-se como alternativas ao modelo tradicional de gerenciamento de resíduos, ao mesmo tempo em que possibilitam a geração de trabalho e renda em bases comunitárias e autogestionárias.

Neste passo, pesar dos avanços após a promulgação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, persistem desafios significativos, entre os quais se destacam a precarização das condições de trabalho, a baixa renda dos catadores, a exploração por atravessadores a ausência de infraestrutura adequada para o pleno funcionamento dessas organizações. Observa-se, ainda, a carência de políticas públicas consistentes que assegurem o fomento contínuo e a valorização social desses trabalhadores, cuja atuação supre a insuficiência da coleta seletiva oficial.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que as organizações públicas, em articulação com a sociedade civil, assumam um papel ativo no fortalecimento das cooperativas, promovendo mais políticas de fomento, focando na necessidade desses catadores, ampliando investimentos em infraestrutura e garantindo processos de inclusão social que considerem as desigualdades de gênero, raça e classe. Assim, é possível afirmar que as cooperativas de resíduos sólidos, quando devidamente apoiadas, não apenas contribuem para a sustentabilidade ambiental, mas também se consolidam como espaços de resistência, cidadania e desenvolvimento coletivo, reafirmando o potencial transformador da economia solidária na sociedade contemporânea.

Referências

AMARAL, Maria Graciete Rodrigues. Gestão municipal de resíduos sólidos recicláveis: exame do projeto de Natal implantado pela prefeitura municipal de Benevides. 2013. 129 f. Dissertação – Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

ANDRADE, Marconi Tabosa de. O programa CATAFORTE e o trabalho dos catadores de recicláveis: as ambivalências da economia solidária no limiar da precarização. 2017. 165 f. Tese – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/9112>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BATISTA, Vanda Lucia Roseno. A coleta seletiva como instrumento propulsor da gestão do consórcio de resíduos sólidos na região metropolitana do Cariri-Ceará. 2015. 243 f. Tese - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/138509>. Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 27 ago. 2025.

CAMPOS, Vanessa Escobar. Gestão de resíduos sólidos urbanos: contribuições socioambientais de duas cooperativas de catadores de materiais recicláveis na região do Médio Paranapanema. 2014. 137 f. Dissertação - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124417>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. Cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Assis - COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. 2008. Tese - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.47.2008.tde-31082010-113031>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CODEÇO, T. S. da C. et al. Políticas públicas de apoio às organizações de catadores: uma revisão bibliográfica. Revista Foco, [S. l.], v. 18, n. 3, p. e8079, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n3-112. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8079>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FRANÇA, Lucas Miguel. Cooperativas de catadores e parcerias com gestores públicos: aspectos promotores de autonomia. 2012. 103 f. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/1098>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FRANCESCHINI, Guilherme. Autogestão e tecnologia em cooperativa de catadores/as de resíduo: uma análise intersubjetiva sob a óptica do campo ciência, tecnologia e sociedade. 2011. 144 f. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/9112>. Acesso em: 30 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 103, p. e3510304, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510304/2020>. Acesso em: 22 ago. 2025.

GALLO, Ana Rita. Empreendimentos econômicos solidários: alternativas organizacionais de (re)inserção social e econômica. Org & Demo, Marília, SP, v. 5, n. 2, p. 149–166, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2004.v5n2.409>. Acesso em: 22 ago. 2025.

GATTAI, Silvia. As competências dos empreendedores solidários: estudo com catadores em cooperativas de coleta e tratamento de resíduos sólidos em São Bernardo do Campo. 2014. 312 f. Tese - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.12.2014.tde-06112014-115710>. Acesso em: 30 ago. 2025.

JESUS, Renata de. O mundo dos catadores e catadoras: precarização do trabalho, economia solidária e as associações de reciclagem em Erechim/RS. 2021. Dissertação - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/25519>. Acesso em: 30 ago. 2025.

LIMA, Valdemir dos Santos de. Estratégias para gestão de pessoas e economia solidária: o estudo da cooperativa de trabalho dos catadores de material reaproveitável

de Rio Claro - SP. 2013. 117 f. Dissertação - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/4355>. Acesso em: 30 ago. 2025.

LUSSARI, Wilson Roberto. Grupo de apoiadores e cooperlix em Presidente Prudente-SP, Brasil: modelo e evolução de suas relações durante quinze anos. 2016. Tese - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138116>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MESQUITA, Beatriz Chagas de. Empreendimento solidário de beneficiamento de resíduos recicláveis (upcycling) do Titanzinho, Serviluz, Fortaleza-CE. 2013. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16323>. Acesso em: 30 ago. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [recurso eletrônico]. Brasília: Nações Unidas Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 27 ago. 2025.

PACHECO, Laís dos Santos. Associativismo e gênero na reciclagem: um estudo de caso na Associação de Catadores de Material Reciclável da Rancharia, Ouro Preto, MG. 2021. 144 f. Dissertação - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/16025> Acesso em: 30 ago. 2025.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. Revista Lumen, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32459/revistalumen.v2i4>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SANTOS, Bárbara Daniele dos. Análise da organização de empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, em rede, enquanto estratégia de inclusão socioeconômica. 2020. 225 f. Tese - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/jspui/handle/riufcg/16410>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SOUZA, Joana D'Arc Soares de. Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis na região da Zona Leste de Manaus: o caso de uma associação de catadoras. [s.d.]. [s.p.]. Dissertação - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, [s.d.]. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4176>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SOUZA, Liduína. Análise da cadeia de produção da carne caprina no Estado do Ceará. 2014. 132 f. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/14673>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SINGER, Paul; SOUZA, Anadir Rocha (Orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

STREIT, Jorge Alfredo Cerqueira. Análise de três empreendimentos econômicos solidários do setor da reciclagem no Distrito Federal: referências para atuação das organizações de apoio. 2006. Livro digital. Monografia - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em:<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4747>. Acesso em: 30 ago. 2025.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZEELAN, Angelique Johanna Willemien Maria Van. Condições de vida de catadoras e catadores de materiais recicláveis. 2016. Tese - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:<http://hdl.handle.net/10183/158136>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Anexos



Figura 1: Fluxograma do processo de inclusão e exclusão dos trabalhos. Fonte: Autoria Própria, 2025.



Quadro 1: Caracterização dos trabalhos revisados. Fonte: Resultado da pesquisa, 2025.

CÓDIGO: HS1289

AUTOR: MARCILIO MACEDO TORRES FILHO

ORIENTADOR: JAHYR PHILIPPE BICHARA

TÍTULO: O Financiamento ao Combate às Mudanças Climáticas: A Questão dos Investimentos

Resumo

A articulação entre o direito internacional dos investimentos e as metas do Acordo de Paris (2015) revela fragilidades significativas. Apesar de o tratado climático estabelecer compromissos de redução de emissões e de financiamento sustentável, os acordos bilaterais de investimento continuam a privilegiar a proteção do capital externo em detrimento da autonomia regulatória dos Estados e da preservação ambiental. Em diversos casos, tribunais arbitrais têm restringido a capacidade normativa dos países receptores. Cresce, entretanto, a percepção de que é necessário redefinir deveres dos investidores e ampliar a autoridade estatal, de modo a compatibilizar investimentos com a agenda do desenvolvimento sustentável. Reformas em curso apontam para uma possível convergência, mas ainda demandam ajustes capazes de assegurar que os fluxos financeiros internacionais contribuam efetivamente para a transição rumo a uma economia de baixo carbono.

Palavras-chave: Acordo de Paris; Direito Internacional dos Investimentos; Investidores

TITLE: Financing the Fight against Climate Change: The Investment Question

Abstract

The nexus between international investment law and the objectives of the Paris Agreement (2015) remains marked by profound structural deficiencies. While the climate accord articulates binding commitments regarding emission reductions and climate finance, bilateral investment treaties continue to privilege the protection of foreign capital, often at the expense of state sovereignty and environmental integrity. Arbitral jurisprudence has recurrently constrained the regulatory autonomy of host states, thereby reinforcing asymmetries between investor rights and public interest imperatives. An

emerging consensus underscores the necessity of reconfiguring investors' obligations and enhancing state regulatory authority so as to reconcile investment protection with the pursuit of sustainable development. Recent reform initiatives signal a potential path toward convergence, yet substantive transformations are still required to ensure that cross-border financial flows effectively contribute to the global transition toward a low-carbon economy.

Keywords: Paris Agreement; International Investment Law; Investor Responsibility

Introdução

O Acordo de Paris, adotado em 2015 sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática de 1992, tem como objetivo central limitar o aumento da temperatura global a bem abaixo de 2 °C, envidando esforços para restringi-lo a 1,5 °C. Para alcançar tal meta, estabelece compromissos de mitigação e adaptação climática, com destaque para o artigo 2(c), que prevê o alinhamento dos fluxos financeiros ao desenvolvimento sustentável de baixa emissão, e para o artigo 9, que obriga os países desenvolvidos a prover e reportar periodicamente recursos financeiros destinados a apoiar os países em desenvolvimento.

Apesar da clareza desses compromissos, os avanços desde a entrada em vigor do Acordo permanecem insuficientes. Relatórios do IPCC (2021) e do PNUMA indicam que as ações atuais não bastam para conter o aquecimento em 1,5 °C, projetando-se aumento de até 2,7 °C até o fim do século, com impactos severos como a elevação do nível do mar, acidificação dos oceanos e agravamento da vulnerabilidade de comunidades e ecossistemas. Nesse cenário, o investimento climático — entendido como a mobilização de recursos públicos, privados ou híbridos em setores como energias renováveis, eficiência energética, transporte sustentável, infraestrutura resiliente e soluções baseadas na natureza — é reconhecido como condição indispensável à transição para economias de baixo carbono e resilientes ao clima.

Contudo, esses fluxos operam em uma moldura jurídica internacional que nem sempre se harmoniza com os objetivos ambientais. O Acordo de Paris não define o conceito de investimento, abrindo lacunas sobre sua regulamentação. Já o direito internacional dos investimentos, consolidado na segunda metade do século XX em meio à descolonização, nasceu com a finalidade de proteger o capital estrangeiro em países em desenvolvimento. Nesse arranjo, os investidores privados conquistaram ampla liberdade, enquanto os Estados receptores assumiram obrigações restritivas, resultando em um desequilíbrio estrutural entre soberania estatal e proteção do capital.

Nas décadas de 1970 e 1980, esse desequilíbrio acentuou-se: os países desenvolvidos, interessados em preservar seus investimentos em territórios recém-independentes, pressionaram pela adoção de convenções bilaterais de promoção e proteção de investimentos, muitas delas sob a égide da OCDE. O objetivo era assegurar estabilidade jurídica aos investidores, mesmo que em detrimento da autodeterminação econômica dos países em desenvolvimento. Assim, o direito internacional dos investimentos consolidou-

se como regime protetivo dos interesses privados, com instrumentos como tratamento justo e equitativo, cláusulas de expropriação e mecanismos de arbitragem internacional. Na prática, os Estados receptores são constrangidos a abster-se de interferências regulatórias, ao passo que investidores usufruem de ampla liberdade de ação.

A emergência climática coloca em xeque esse modelo. A questão central é se o direito internacional dos investimentos deve continuar a privilegiar a proteção irrestrita do capital ou se deve incorporar obrigações ambientais e sociais aos investidores privados, compatibilizando-se com os objetivos de mitigação e adaptação do Acordo de Paris. Reformas recentes e arbitragens têm sinalizado a necessidade de reposicionamento: maior responsabilização dos investidores, ampliação do espaço regulatório dos Estados e redefinição das regras de admissão e tratamento de investimentos. O desafio é evoluir para um arranjo em que os fluxos financeiros internacionais, em vez de obstaculizar, passem a apoiar de maneira efetiva a transição global para uma economia de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas.

Metodologia

A presente pesquisa foi estruturada a partir de uma metodologia de natureza qualitativa, com um propósito exploratório-descritivo, concebida para investigar a complexa e assimétrica relação entre o direito internacional dos investimentos e os imperativos climáticos consolidados no Acordo de Paris de 2015.

Com essa problemática em mente, foi selecionada uma abordagem descritiva, na medida em que este trabalho se dedica a mapear e caracterizar os pilares de cada regime jurídico: de um lado, a arquitetura tradicional dos acordos de promoção e proteção de investimentos (APPIs), suas cláusulas clássicas e seu desenvolvimento histórico-político no contexto pós-colonial; de outro, os objetivos centrais do Acordo de Paris, com ênfase nas suas disposições sobre fluxos financeiros e desenvolvimento sustentável.

Concomitantemente, o estudo é exploratório, pois avança para além da mera descrição, investigando as zonas de atrito, as lacunas normativas e as consequências jurídicas que emergem da interação desses dois corpos de normas, um campo onde o debate acadêmico e a prática arbitral ainda estão em evolução. A natureza do objeto de estudo — a interpretação de normas, a lógica de decisões judiciais e a doutrina — torna a abordagem qualitativa a única viável, pois o foco reside na compreensão aprofundada do conteúdo e do significado, e não em uma análise quantitativa.

Finalmente, para a construção do argumento, foram empregados os procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, cuja seleção de fontes foi rigorosamente guiada por uma dupla estratégia: a análise da evolução temporal do direito dos investimentos e a identificação de conflitos paradigmáticos que ilustram a tensão central do estudo.

A pesquisa bibliográfica serviu para estabelecer o arcabouço teórico e histórico, recorrendo a doutrinas especializadas para contextualizar a formação do direito

internacional dos investimentos e os debates contemporâneos sobre a sua necessária reforma em face da agenda de sustentabilidade.

A pesquisa documental, cerne do trabalho, foi estruturada a partir dos critérios mencionados:

- **Evolução Temporal:** Para demonstrar a transformação (ou a inércia) do regime, as fontes foram selecionadas de modo a criar um panorama cronológico. Analisaram-se os princípios consolidados em meados do século XX, com foco na proteção do capital estrangeiro em detrimento da soberania estatal, e foram contrastados com acordos de investimento da última década que refletem uma mudança de paradigma. Exemplos incluem o Acordo Bilateral de Investimento Marrocos-Nigéria (2016) e o Acordo Suíça-Indonésia (2022), que foram escolhidos por incorporarem explicitamente exigências de avaliação de impacto ambiental e social e por reafirmarem o direito soberano dos Estados de regulamentar em prol do interesse público. Essa comparação temporal foi crucial para fundamentar a conclusão de que há uma lenta, mas perceptível, evolução em direção a um maior alinhamento com as metas climáticas.
- **Conflito Paradigmático:** A seleção da jurisprudência arbitral priorizou casos que funcionam como verdadeiros paradigmas dos pontos de maior tensão. O caso *Salini v. Marrocos* foi escolhido por ser o paradigma da tentativa de conceituar "investimento" sob a Convenção de Washington, introduzindo o critério de "contribuição para o desenvolvimento econômico", um ponto nevrálgico no debate sobre a finalidade dos investimentos. Já o caso *Bear Creek Mining Corp. v. Peru* foi analisado como um exemplo paradigmático do choque direto entre a proteção contra a expropriação e o exercício do poder de polícia do Estado para responder a preocupações ambientais e sociais da população local. Adicionalmente, os casos *Perenco v. Equador* e *Burlington v. Equador* foram selecionados por representarem uma inovação paradigmática no processo arbitral: o uso de demandas reconventionais pelo Estado anfitrião para responsabilizar o investidor por danos ambientais, desafiando a tradicional posição do Estado como mero demandado no sistema.

O instrumento para processar essas informações foi a análise qualitativa de conteúdo, aplicada em três etapas sucessivas. Primeiramente, realizou-se a desconstrução das fontes, mapeando sistematicamente as cláusulas e os argumentos jurídicos. Em seguida, procedeu-se à justaposição crítica, confrontando a lógica protetiva dos APPIs tradicionais com as obrigações estatais sob o Acordo de Paris e as tendências observadas nos casos e acordos mais recentes.

Por fim, a etapa de síntese permitiu identificar os padrões, as contradições e a trajetória de evolução do regime, fundamentando a conclusão central do artigo sobre a necessidade de um redimensionamento das responsabilidades dos investidores para um futuro de baixo carbono.

Resultados e Discussões

1. Um quadro jurídico internacional incompatível com o desenvolvimento sustentável

O regime contemporâneo do direito internacional dos investimentos mostra-se pouco compatível com as exigências do desenvolvimento sustentável. De fato, embora o investimento estrangeiro possa atuar como vetor de crescimento e modernização, possibilitando a mobilização de ativos e tecnologias, ele também representa riscos significativos quando vinculado a práticas produtivas que degradam ecossistemas ou comprometem padrões ambientais locais. Exemplos paradigmáticos, como os litígios *Chevron v. Equador* e *Shell v. Nigéria*, evidenciam essa tensão: países em desenvolvimento, na tentativa de atrair capitais externos, frequentemente reduzem suas exigências ambientais, subordinando a proteção do meio ambiente à busca de desenvolvimento econômico. Assim, o próprio conceito jurídico de investimento internacional revela-se obsoleto, e essa inadequação é reforçada por um arcabouço normativo internacional centrado quase exclusivamente na proteção do investidor, negligenciando as demandas emergentes de sustentabilidade.

A priori, a definição de investimento é elemento fundamental para a aplicação do direito internacional dos investimentos, pois delimita o objeto jurídico tutelado. Todavia, inexistente consenso estável sobre o conceito, o que resulta tanto da ausência de uniformidade nos tratados bilaterais de promoção e proteção de investimentos — que em geral apresentam apenas listas exemplificativas de atividades — quanto da prática arbitral, marcada por decisões divergentes. Como exemplo marcante, o artigo 25 da Convenção de Washington, ao conferir competência ao CIRDI, não define o que seja investimento, o que abriu margem para ampla interpretação.

Nessas circunstâncias, como observa Ibrahim Shihata, a indefinição conceitual permitiu aos tribunais arbitrais abarcar desde formas tradicionais de aporte de capital até novas modalidades, como exploração de recursos naturais e projetos de infraestrutura. Em resposta a essa lacuna, o caso *Salini v. Marrocos* (2001) enunciou critérios para caracterizar o investimento: aporte, duração, assunção de riscos e contribuição ao desenvolvimento econômico do Estado anfitrião. Este último critério, ainda controverso, encontra respaldo no Preâmbulo da Convenção de Washington, ao mencionar a relevância da cooperação internacional para o desenvolvimento econômico. Além disso, a decisão *Salini* influenciou julgados posteriores, como *Joy Mining v. Egito* e *Jan de Nul v. Egito*, delineando um conceito de investimento que busca integrar preocupações econômicas e sociais do Estado receptor.

Por sua vez, a noção de desenvolvimento sustentável, introduzida pelo Relatório Brundtland (1987) e consolidada na ECO-92, já estava presente de forma embrionária na Declaração de Estocolmo de 1972. O Relatório apontou a degradação ambiental como efeito do modelo econômico vigente e propôs a redefinição do desenvolvimento para incluir dimensões ambientais, sociais e participativas. Desde então, consolidou-se a percepção de que investimentos estrangeiros devem ser avaliados não apenas por sua rentabilidade, mas também por seus impactos sobre comunidades locais, padrões de consumo e recursos naturais. Doutrinadores como Jorge Viñuales ressaltam a necessidade

de compatibilizar investimento estrangeiro e proteção ambiental, de modo que ambos se reforcem mutuamente.

Não obstante, a prática arbitral do CIRDI frequentemente esvaziou o critério do desenvolvimento econômico. Casos como *Phoenix v. República Tcheca*, *Deutsche Bank v. Sri Lanka* e *Quiborax v. Bolívia* afastaram tal exigência, reforçando a leitura de que a contribuição ao desenvolvimento não é elemento essencial do investimento. Essa posição, porém, distancia-se da evolução do direito internacional econômico, que, cada vez mais, incorpora preocupações ambientais, de segurança alimentar e de combate à pobreza. Nesse sentido, a CNUCED defende uma redefinição do conceito de investimento, propondo parâmetros mais qualitativos que reflitam obrigações de responsabilidade social corporativa, respeito ambiental e observância de direitos trabalhistas, excluindo, por exemplo, ativos intangíveis como reputação e valor de mercado.

Portanto, uma definição uniforme de investimento, ajustada às necessidades de desenvolvimento sustentável, seria condição indispensável para vincular a atividade dos investidores privados aos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris. Contudo, prevalece a primazia das liberdades do investidor sobre a autonomia regulatória dos Estados, o que compromete a implementação de políticas ambientais compatíveis com os objetivos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O direito internacional dos investimentos desenvolveu-se a partir de tratados bilaterais de promoção e proteção do capital estrangeiro, cuja modelagem seguiu padrões estabelecidos por Estados desenvolvidos. Como observa Patrick Juillard, tais instrumentos consolidaram um núcleo normativo baseado em garantias amplas ao investidor — notadamente o tratamento justo e equitativo, a plena proteção e segurança e a cláusula da nação mais favorecida — convertendo interesses privados em obrigações internacionais impostas aos Estados anfitriões.

Nesse contexto, a cláusula do tratamento nacional exemplifica esse padrão, ao obrigar o Estado receptor a oferecer aos investidores estrangeiros condições não menos favoráveis do que aquelas garantidas a seus nacionais. Esse princípio, consagrado em diversos acordos, desde tratados bilaterais como França–Camboja (2000) até mega-acordos como o CETA entre União Europeia e Canadá, visa assegurar igualdade formal entre investidores, mas ignora externalidades ambientais. De forma similar, a cláusula do tratamento justo e equitativo, presente em instrumentos como o CETA e o RCEP, exige que o Estado hospedeiro atue com boa-fé e não discrimine investidores estrangeiros. Entretanto, arbitragens revelam que medidas regulatórias destinadas à proteção ambiental ou à saúde pública podem ser contestadas como violações a essas garantias, limitando o espaço regulatório soberano.

Outro exemplo é a obrigação de plena proteção e segurança, derivada do direito internacional consuetudinário, que impede expropriações sem justa indenização. Casos como *Bear Creek Mining v. Peru* ilustram o dilema: ainda que a ação estatal tenha sido motivada por protestos sociais e preocupações ambientais, o tribunal reconheceu expropriação indireta e condenou o Estado ao pagamento de compensação milionária. Além disso, a assimetria do sistema é agravada pelo desenho institucional do CIRDI, no qual, conforme observa Monebhurrin, os investidores sempre figuram como

demandantes, e os Estados, como demandados, raramente podendo acionar o mecanismo para responsabilizar investidores por danos ambientais.

Por fim, a cláusula da nação mais favorecida amplia os benefícios concedidos em tratados específicos a todos os demais acordos firmados pelo Estado receptor, criando um efeito cascata de privilégios ao investidor. Em nenhum desses dispositivos, entretanto, há qualquer consideração explícita sobre proteção ambiental, direitos humanos ou obrigações climáticas, o que revela o anacronismo do regime frente às prioridades globais contemporâneas.

Diante disso, o quadro evidencia que a arquitetura atual do direito internacional dos investimentos permanece estruturada sobre bases ultrapassadas, orientadas exclusivamente à proteção do capital estrangeiro. Assim, diante da emergência climática e da centralidade do desenvolvimento sustentável como paradigma de governança econômica, impõe-se repensar esses instrumentos, incorporando cláusulas ambientais obrigatórias e mecanismos que permitam aos Estados alinhar os fluxos de investimento às suas metas climáticas nacionais. Tal reformulação é essencial para que o regime de investimentos internacionais deixe de ser um obstáculo e passe a constituir um aliado no enfrentamento das mudanças climáticas e na concretização dos objetivos do Acordo de Paris.

2. O reposicionamento dos Estados na determinação da admissibilidade dos investimentos internacionais

O enfrentamento das mudanças climáticas, quando analisado sob a ótica do direito internacional dos investimentos, exige um reposicionamento mais assertivo dos Estados receptores na fixação de condições para a entrada de capitais externos e na fiscalização do cumprimento das normas nacionais pelos investidores. Nesse sentido, a redefinição das prerrogativas estatais nesse campo surge como mecanismo essencial para assegurar que o investimento estrangeiro não apenas promova crescimento econômico, mas também contribua para os objetivos ambientais e sociais vinculados ao desenvolvimento sustentável.

A decisão de admitir investimentos estrangeiros insere-se no núcleo da soberania estatal, entendida como a faculdade de organizar sua economia segundo os interesses coletivos nacionais. Além disso, tal prerrogativa encontra respaldo no direito internacional, especialmente no princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais, consagrado pelas resoluções da Assembleia Geral da ONU 1803 (1962) e 3281 (1964), em estreita vinculação com o direito dos povos à autodeterminação previsto na Carta das Nações Unidas. Dessa forma, esse princípio garante aos Estados autonomia para decidir sobre os rumos de seu setor público e privado, considerando as vantagens comparativas e as necessidades sociais internas.

Contemporaneamente, a soberania econômica tem se manifestado pela incorporação de agendas ambientais e sociais aos acordos internacionais, o que permite aos Estados condicionar a admissão de investimentos a critérios regulatórios específicos. Por exemplo, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil–Angola (2015), em seu artigo 11(1), faculta a ambos os países restringir certos investimentos conforme seus ordenamentos jurídicos. De modo ainda mais avançado, outros tratados, como o

Acordo UE–Singapura, vinculam produtos a padrões ambientais rigorosos; o Acordo China–Suíça (2013) reafirma compromissos multilaterais ambientais; e o Acordo Marrocos–Nigéria (2016) impõe avaliações de impacto ambiental e social, consagrando o princípio da precaução e a responsabilidade em direitos humanos e trabalhistas.

Assim, essas cláusulas revelam a consolidação de um modelo no qual os Estados reforçam seu papel regulador para compatibilizar investimentos e desenvolvimento sustentável. Consequentemente, a admissibilidade de capitais estrangeiros passa a estar condicionada ao atendimento de requisitos ambientais e sociais, assegurando que a busca por crescimento não comprometa a integridade ecológica nem os direitos fundamentais.

O direito de regulamentar, por sua vez, é corolário da soberania e não depende de legitimação convencional. No entanto, durante décadas, os acordos internacionais de investimento priorizaram a atração irrestrita de capitais, avaliando-os pelo volume de recursos mobilizados e relegando a sustentabilidade a plano secundário. Esse contexto levou a que padrões ambientais fossem muitas vezes vistos como obstáculos competitivos. Para corrigir tal distorção, faz-se necessário que os Acordos Internacionais de Investimento (AIIs) reservem espaço suficiente para que os Estados possam disciplinar e estimular investimentos em setores compatíveis com uma economia de baixo carbono.

Nessa perspectiva, o direito internacional dos investimentos pode ser convertido em aliado da proteção ambiental, desde que seja articulado às Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) e a outras obrigações internacionais assumidas pelos Estados. Ilustrando essa tendência, tratados recentes como o Acordo Suíça–Indonésia (2022) reafirmam explicitamente o direito de regulamentar para políticas de saúde, educação e meio ambiente, enquanto o Acordo Brasil–Índia (2020) reconhece no seu preâmbulo a competência estatal para disciplinar investimentos em consonância com seus objetivos de política pública. Ainda mais ousado, o *SADC Model BIT* (2012) impõe que investidores cumpram critérios de avaliação ambiental e social antes mesmo de sua instalação.

Esse reposicionamento é reforçado pela CNUCED, cujo *Investment Policy Framework for Sustainable Development* estabelece o direito de regulamentar como princípio fundamental. Dessa maneira, observa-se o fortalecimento de uma cláusula regulatória que legitima os Estados a condicionar a admissibilidade dos investimentos à observância de metas ambientais e climáticas, ampliando a responsabilização dos investidores frente às transformações globais exigidas pelo Acordo de Paris.

Paralelamente, ao resgate da soberania estatal, o direito internacional dos investimentos vem avançando em direção ao redimensionamento das responsabilidades dos investidores estrangeiros. Tradicionalmente, esses tratados privilegiaram os direitos dos investidores, negligenciando suas obrigações ambientais e sociais. Entretanto, documentos recentes, como o relatório da OCDE *The Future of Investment Treaty*, sinalizam uma reconfiguração normativa voltada à integração de compromissos ambientais e de direitos humanos nas práticas empresariais internacionais.

Esse movimento encontra respaldo também na jurisprudência arbitral. Por exemplo, no caso *Chemtura v. Canadá*, o tribunal reconheceu a legitimidade de medidas ambientais baseadas em evidências científicas e aplicadas de forma não discriminatória, afastando a alegação de expropriação. De modo semelhante, em *Parkering v. Lituânia*, entendeu-se

que a preservação ambiental e cultural justificava a recusa a um projeto de investimento. Já em *Plama v. Bulgária*, o tribunal concluiu que mudanças legislativas ambientais não violam o padrão de tratamento justo e equitativo, exceto quando frustram expectativas legítimas criadas por garantias específicas. Portanto, esses precedentes confirmam uma tendência de maior deferência à autonomia regulatória dos Estados quando esta se fundamenta em compromissos internacionais ambientais e climáticos.

Outra dimensão relevante desse redimensionamento reside na utilização das demandas reconventionais, pelas quais Estados podem responsabilizar investidores por danos ambientais. Com efeito, essa via processual rompe a lógica tradicional em que apenas os investidores acionam os Estados, permitindo inversão do polo passivo e atribuindo aos investidores deveres de reparação. Exemplos ilustrativos são os casos *Perenco v. Equador* e *Burlington v. Equador*: em ambos, o Estado obteve reconhecimento da responsabilidade dos investidores por danos ecológicos causados na Amazônia. No primeiro, o tribunal admitiu o dever de reparação integral diante da comprovação do dano, enquanto no segundo aplicou-se a responsabilidade objetiva prevista na Constituição equatoriana de 2008, bastando a demonstração do nexo entre a atividade e o prejuízo ambiental.

Dessa forma, essas decisões demonstram que, mesmo sob a égide dos tratados de proteção, os investidores não estão imunes a sanções quando suas atividades colidem com obrigações ambientais. Assim, a possibilidade de responsabilização reconventional representa um avanço significativo para reequilibrar as relações entre capital estrangeiro e Estados receptores, reforçando a ideia de que os investimentos devem se alinhar às metas climáticas e de sustentabilidade internacionalmente reconhecidas.

Portanto, o cenário atual aponta para uma transformação paradigmática: de um sistema essencialmente voltado à proteção irrestrita do investidor, caminha-se, ainda que de forma gradual, para um regime que integra cláusulas de sustentabilidade, amplia a margem regulatória dos Estados e impõe responsabilidades ambientais diretas aos investidores. Esse redimensionamento é, em última análise, fundamental para que o direito internacional dos investimentos deixe de ser um obstáculo e passe a desempenhar papel ativo no cumprimento das metas do Acordo de Paris e na promoção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Conclusão

O presente trabalho permite analisar criticamente a relação entre o direito internacional dos investimentos e os compromissos assumidos no Acordo de Paris de 2015, destacando os limites estruturais do regime de proteção ao capital estrangeiro diante das exigências impostas pelo desenvolvimento sustentável e pelo combate às mudanças climáticas. A pesquisa possibilita compreender como o atual quadro jurídico internacional, ainda centrado na proteção do investidor, carece de maior alinhamento às demandas ambientais contemporâneas.

De forma geral, os resultados até aqui alcançados indicam que os tratados bilaterais e multilaterais de investimentos permanecem marcados por uma arquitetura assimétrica, que privilegia os interesses privados em detrimento da autonomia regulatória dos Estados. Entretanto, também se observa uma evolução progressiva, embora tímida, no

sentido de reconhecer a necessidade de compatibilizar investimentos com objetivos climáticos, seja pela inserção de cláusulas ambientais em novos acordos, seja pelo reposicionamento de tribunais arbitrais em decisões que conferem maior deferência às medidas estatais de proteção ambiental.

Esse conjunto de achados sugere que, embora o direito internacional dos investimentos ainda não esteja plenamente harmonizado com as metas climáticas globais, existem avanços significativos no que se refere à valorização do direito de regulamentar dos Estados e à ampliação da responsabilização dos investidores por danos ambientais. Assim, os objetivos inicialmente propostos vêm sendo atingidos, ao passo que se verifica uma tendência de aproximação entre a proteção do capital estrangeiro e a promoção do desenvolvimento sustentável.

No percurso metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental tem sido essencial para mapear os fundamentos históricos e jurídicos do direito internacional dos investimentos, bem como para analisar as cláusulas mais recorrentes nos acordos internacionais e sua aplicação em arbitragens. Esses recursos permitem não apenas identificar as insuficiências do regime atual, mas também destacar práticas emergentes de Estados e organismos internacionais que buscam alinhar o fluxo de capitais à agenda climática global.

Ainda assim, a investigação abre espaço para melhorias. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise da interação entre mecanismos financeiros climáticos — como o Fundo Verde para o Clima — e os acordos de investimento, bem como examinar experiências nacionais de incorporação de critérios ambientais na admissibilidade de capitais externos. Também se mostra relevante investigar alternativas institucionais que permitam aos Estados demandar investidores por violações ambientais em foros internacionais, ampliando o equilíbrio do sistema.

Em última análise, a principal contribuição deste trabalho reside em evidenciar que a compatibilização entre o direito internacional dos investimentos e os objetivos do Acordo de Paris não é apenas desejável, mas necessária para que os fluxos finan

Referências

BODANSKY, D. The Legal Character of the Paris Agreement. *Review of European, Comparative & International Environmental Law*, John Wiley & Sons Ltd, v. 25(2), p. 142–150, 22 jun. 2016.

BRASIL. Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia. Nova Delhi, República da Índia: Ministério das Relações Exteriores, 25 mai. 2020. Disponível em:

[<https://www.gov.br/siscomex/pt-br/arquivos-e-imagens/2020/12/ACFIIndia.pdf>]. Acesso em: 21 nov. 2024.

CARREAU, Dominique, *Investissements*. Répertoire Dalloz, pp. 1-82, janvier 2020.

CARREAU, Dominique; JUILLARD Patrick; BISMUTH Régis; HAMANN, Andrea. *Droit international économique*. Paris: Éditions Dalloz, 2017, pp. 603-604. 552-553

CHOUDHURY, B. International Investment Law and Non-Economic Issues. Vanderbilt Journal of Transnational Law, v. 53, n. 1, p. 59, 1 jan. 2020. p. 53. Disponível em: <https://scholarship.law.vanderbilt.edu/vjtl/vol53/iss1/1/>]. Acesso em: 10 dez. 2024.

CNUCED. A Sequel Fair And Equitable Treatment Unctad Series On Issues In International Investment Agreements II. Disponível em: [\[https://unctad.org/system/files/official-document/unctaddiaeia2011d5_en.pdf\]](https://unctad.org/system/files/official-document/unctaddiaeia2011d5_en.pdf). Acesso em: 10 jul. 2024. p. 14

CNUCED. International Investment Agreements: Reform Accelerator. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/diaepcbinf2020d8_en.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CNUCED. Issue nº 3: TAKING STOCK OF IIA REFORM: RECENT DEVELOPMENTS. IIA Issues Note: International Investment Agreements. jun. 2019. Disponível em: [\[https://unctad.org/system/files/official-document/diaepcbinf2019d5_en.pdf\]](https://unctad.org/system/files/official-document/diaepcbinf2019d5_en.pdf). Acesso em: 10 nov. 2024.

CNUDCI ALENA, Clayton and Bilcon of Delaware Inc. c./ Canadá, 17 de março de 2015, nº 2009-04

CNUDCI Case No. 2008-1, 2 August 2010, §266. Chemtura Corporation v. Government of Canada.

CONFÉDÉRATION SUISSE. China-Switzerland Free Trade Agreement. Disponível em: [\[https://www.eda.admin.ch/countries/china/en/home/switzerland-and/bilateral-relations/china-switzerland-free-trade-agreement.html\]](https://www.eda.admin.ch/countries/china/en/home/switzerland-and/bilateral-relations/china-switzerland-free-trade-agreement.html). Acesso em: 22 nov. 2024.

EUROPEAN COMMISSION. CHAPTER TWELVE - TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT. European Union-Singapore Free Trade Agreement. 13 fev. 2019. EU-Singapore: Texts of the agreements. Disponível em: [\[https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/singapore/eu-singapore-agreements/texts-agreements_en\]](https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/singapore/eu-singapore-agreements/texts-agreements_en). Acesso em: 21 nov. 2024.

EUROPEAN UNION. Article 8 (10) Treatment of investors and of covered investments. Comprehensive Economic and Trade Agreement (CETA) between the European Union and Canada. Disponível em: [\[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:22017A0114\(01\)\]](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:22017A0114(01)). Acesso em: 09 jul. 2024.

EWCA. Case Nos. CA-2024-000769 e CA-2024-000122, Award, 6 Dezembro 2024. Shell vs. Nigeria.

FRANÇA. Accord entre le Gouvernement de la République française et le Gouvernement du Royaume du Cambodge sur l'encouragement et la protection réciproques des investissements, signé à Phnom Penh le 13 juillet 2000. Décret n° 2003-45 du 9 janvier 2003. Journal Officiel, 16 jan. 2003.

ICSID. Case No. ARB/08/6, Award, 11 ago. 2015. Perenco Ecuador c./ Équateur.

ICSID. Case No. ARB/08/5, Award, 7 fev. 2017. Burlington Resources c./ Équateur.

ICSID. Case No. ARB/10/7, Award, 8 jul. 2004. Philip Morris c./ Uruguay.

ICSID. Case No. ARB/14/21, Award, 30 nov. 2017. Bear Creek Mining Corporation v. Republic of Peru.

ICSID. Case No. ARB/03/11, Award, 6 August 2004. Joy Mining Machinery Limited v. The Arab Republic of Egypt.

ICSID. Case No. ARB/03/24, Award, 27 August 2008, §219-§221. Plama Consortium Ltd. v. The Republic of Bulgaria.

ICSID. Case No. ARB/04/13, Decision on Jurisdiction, 16 June 2006. Jan de Nul N.V. and Dredging International N.V. v. Arab Republic of Egypt.

ICSID. Case No. ARB/05/8, Award, 11 September 2009, §392. Parkerings-Compagniet AS v. The Republic of Lithuania.

ICSID. Case No. ARB/06/2, Award, 16 September 2015. Quiborax S.A., Non Metallic Minerals S.A. and Allan Fosk Kaplún v. Plurinational State of Bolivia.

ICSID. Case No. ARB/06/5, Award, 15 April 2009. Phoenix Action, Ltd. v. The Czech Republic.

ICSID. Case No. ARB/09/2, Award, 31 October 2012. Deutsche Bank AG v. Democratic Socialist Republic of Sri Lanka.

ICSID. Case No. ARB/00/4, Decision on Jurisdiction, 23 Jul 2001, Salini Costruttori S.p.A. and Italstrade S.p.A. v. Kingdom of Morocco.

ICSID. Convention on The Settlement of Investment Disputes Between States and Nationals of Other States. disponível:

[https://icsid.worldbank.org/sites/default/files/ICSID_Convention_EN.pdf]. Acesso em 11 mar. 2025

IPCC. Section 3. Long-Term Climate and Development Futures. Em: LEE, H.; ROMERO, J. (Eds.). Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Genebra, Suíça: IPCC, 2023. p. 67–90. Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf]. Acesso em: 23.11.2024.

JACOB, PATRICK. Faut-il renouveler le regard disciplinaire sur les obligations des investisseurs transnationaux? In Le droit international économique en question: vers l'hémergence d'un nouveau paradigme? Sous la direction de Saïda El Boudouhi, Laurence Dubin et Rémi Bachand. Paris: Éditions Pedone, 2024, pp. 262-263

JUILLARD, Patrick. L'évolution des sources du droit des investissements. Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de La Haye (RCADI), Tome 250, pp. 9-215, 1994

MATSUMOTO, Florian Couveinhes. Droit international économique. Paris: Presses Universitaires de France, 2023

MONEBHURRUN, Nitish. Crônicas do Direito Internacional dos Investimentos. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 11, n. 1, 2014, p. 11

MONEBHURRUN, Nitish. Law demande reconventionnelle comme procédure permettant d'engager la responsabilité environnementale des investisseurs: l'exemple du droit international des investissements. Revue Juridique de l'Environnement, v. 45, n. 3, p. 526-535, set. 2020

NANTEUIL, Arnaud de. Droit International de l'investissement. Manuel. Paris: Éditions A. Pedone, 2017

OCDE. Legal Instrument n° 0476. Recommandation du Conseil sur les qualités de l'investissement direct étranger au service du développement durable. 10 jun. 2022. Disponível em: [<https://legalinstruments.oecd.org/fr/instruments/OECD-LEGAL-0476>]. Acesso em: 5 maio. 2025

OCDE. OECD Legal Instruments: Declaration on International Investment and Multinational Enterprises. Paris, 21 jun. 1972. Disponível em: [<https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0144>]. Acesso em: 27 abr. 2025

OCDE. Modernising investment treaties (Track 2). Disponível em: [<https://www.oecd.org/en/topics/sub-issues/the-future-of-investment-treaties/modernising-investment-treaties.html>]. Acesso em: 28 mai. 2025.

RCEP. Article 10 (5) - Treatment of Investment. Regional Comprehensive Economic Partnership Agreement. Disponível em: [<https://www.mfat.govt.nz/assets/Trade-agreements/RCEP/RCEP-Agreement-Legal-Text.pdf>]. Acesso em: 09 jul. 2024.

SADC. Article 13 - Environmental and Social Impact Assessment. Model Bilateral Investment Treaty Template with Commentary from July 2012. Disponível em: [<https://www.iisd.org/itn/wp-content/uploads/2012/10/SADC-Model-BIT-Template-Final.pdf>]. Acesso em: 04 jun. 2025.

SADC. Artigo 2º - Emendas ao Preâmbulo do Tratado e Artigo 5º - Emendas ao artigo 5º do Tratado. Agreement Amending the Treaty. 2001. Disponível em: [https://www.sadc.int/sites/default/files/2021-08/Agreement_Amending_the_Treaty_-_2001_-_Portuguese.pdf]. Acesso em: 21 nov. 2024.

SHIHATA, Ibrahim F.I.. Toward a Greater Depoliticization of Investment Disputes: The Roles of ICSID and MIGA. Washington, D.C. World Bank Group. 1992. Disponível em:

[<http://documents.worldbank.org/curated/en/335931468315286974/Towards-a-greater-depoliticization-of-investment-disputes-the-roles-of-ICS>]

CÓDIGO: HS1295

AUTOR: SARAH EVELIN ROCHA DOS SANTOS DE JESUS

ORIENTADOR: ELIANA ANDRADE DA SILVA

TÍTULO: conservadorismo econômico e austeridade fiscal do governo Brasileiro
(2020-2023)

Resumo

O artigo aqui apresentado analisa os elementos do conservadorismo econômico presentes nas medidas de austeridade fiscal na realidade brasileira. A metodologia utiliza abordagens de natureza qualitativa e quantitativa, tendo em vista que a realidade social é complexa e formada por inúmeras determinações de ordem econômica, social, política e cultural. Dessa forma, foram adotadas algumas escolhas metodológicas com um referencial teórico que permita uma visão de totalidade, e a utilização de diferentes técnicas (envolvendo pesquisa bibliográfica, análise documental). Os resultados indicam que determinados setores da mídia tradicional brasileira defendem o ajuste fiscal, reproduzindo o discurso neoliberal, a favor das medidas de austeridade econômica, alimentando na opinião pública sobre a necessidade das (contra)reformas estruturais, o que favorece o ideário econômico burguês conservador.

Palavras-chave: austeridade; conservadorismo; hegemonia.

TITLE: Economic conservatism and fiscal austerity of the Brazilian government
(2020–2023)

Abstract

This article analyzes the elements of economic conservatism present in the fiscal austerity measures within the Brazilian context. The methodology adopts both qualitative and quantitative approaches, considering that social reality is complex and shaped by numerous economic, social, political, and cultural determinants. Accordingly,

specific methodological choices were made, guided by a theoretical framework that enables a comprehensive view of the whole, and by the use of different techniques (including bibliographic research and document analysis). The results indicate that certain sectors of the traditional Brazilian media advocate for fiscal adjustment, reproducing neoliberal discourse in support of economic austerity measures. This contributes to shaping public opinion around the perceived necessity of structural (counter)reforms, thereby reinforcing a conservative bourgeois economic ideology.

Keywords: Austerity; conservatism; hegemony.

Introdução

Este artigo é resultado das atividades inscritas no plano de trabalho de iniciação científica Conservadorismo econômico e austeridade fiscal do governo Brasileiro (2020-2023) como uma interface do projeto de pesquisa "As tendências das políticas de Agricultura Familiar nos PPAs 2016-2019 e 2020-2022: as evidências do ajuste fiscal". O objeto do estudo se trata de uma análise dos elementos do conservadorismo econômico presentes nas medidas de austeridade fiscal cenário brasileiro (2019-2025).

De forma geral, este estudo poderá trazer contribuições diretas para os envolvidos no projeto de pesquisa (docentes, bolsistas de Iniciação Científica, alunos de mestrado e doutorado do grupo de estudo e pesquisa em Questão social, políticas sociais e serviço social), os quais proporciona momentos de estudo, capacitação em coleta e análise de dados, resultando em eficiente qualificação dos mesmos em processos de pesquisa acadêmica com repercussões positivas para o adensamento da “massa crítica” e da formação de futuros pesquisadores e docentes na área de Serviço Social e áreas afins.

Vale ressaltar que este projeto de pesquisa se conecta aos seguintes objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Erradicação da pobreza, Fome zero e Agricultura Sustentável e redução das desigualdades.

As alterações nos padrões de investimento das políticas sociais podem ser observadas através do acompanhamento de documentos como os planos plurianuais (PPAS). Os planos plurianuais, a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias são instrumentos

de planejamento e monitoramento de políticas sociais. Neste estudo delimitamos os planos plurianuais (PPAS) como meio de análise da execução das políticas públicas de Agricultura Familiar. É por esse caminho e através da leitura da conjuntura e discursos que identificamos o programa de austeridade fiscal - se constitui em uma tentativa do governo brasileiro em reconquistar a aliança com as classes dirigentes através da incorporação do discurso da “retomada do crescimento”, a partir de estímulo ao capital financeiro, do aumento do superávit primário e da retomada da confiança do Mercado no governo. Nesse sentido, partimos do pressuposto que o ajuste fiscal se constitui como um fenômeno constituinte de um projeto civilizatório conservador que expressa em uma dimensão econômica, uma dimensão política, uma dimensão ideológica e cultural.

No atual contexto a proposta de ajuste fiscal se associa a um projeto de contrarreforma do Estado (Berinhhg, 2010) de caráter regressivo e conservador. Regressivo porque descontrói direitos e garantias sociais e econômicas e conservador buscando difundir na sociedade um discurso e uma cultura do atraso, colocando em discussão uma pauta conservadora através de questões como redução da maioria penal, criminalização do aborto, incentivo a homofobia entre outras questões.

A partir da última década esse novo ator político, inicia um movimento global de organização que pretende alterar os rumos da economia e da cultura, se expressando através das redes sociais, de partidos políticos conservadores, no parlamento (através de grupos como “bancadas da bala, da bíblia e do boi”).

Como percebido, esta investigação vem buscando mapear os elementos econômicos e ideopolíticos da austeridade fiscal, enquanto um projeto conservador presente na dinâmica brasileira. Segundo Souza (2016), estamos tratando de um neoconservadorismo no qual encontramos uma relação onde há reconciliação do conservadorismo com o liberalismo propagando a ideia de que o lucro implica no desenvolvimento individual e coletivo, traçando possibilidades para as capacidades humanas.

Dessa forma, o estudo é orientado pelas seguintes questões norteadoras: Em que medida o conservadorismo econômico se expressa nas propostas de austeridade fiscal implementadas no Brasil ? como é criada uma opinião pública favorável em prol da austeridade?

Metodologia

No desenvolvimento da investigação recorreremos a análises de natureza qualitativa e quantitativa, tendo em vista que a realidade social é complexa e formada por inúmeras determinações de ordem econômica, social, política e cultural. Dessa forma, foram adotadas algumas escolhas metodológicas como um referencial teórico que permita uma visão de totalidade, e a utilização de diferentes técnicas (envolvendo pesquisa bibliográfica, análise documental) Portanto, a coleta de dados tem sido baseada essencialmente na pesquisa documental, visando identificar conservadorismo econômico presente nas medidas de austeridade fiscal do cenário brasileiro (2019-2025).

A primeira etapa foi constituída por um bibliográfico, como obras sobre Conservadorismo (Edmund Burk, Leila Escorsim Neto, Marilda Iamamoto, Jamerson de Souza entre outros) assim como, Marina Basso Lacerda para melhor compreensão do “conservadorismo brasileiro” e uma ampla revisão da literatura especializada que trata de forma crítica as seguintes categorias de análise: ajuste fiscal, políticas sociais, políticas de Agricultura Familiar e desigualdades sociais no campo.

Como documentos e publicações oficiais por órgãos governamentais do Brasil e organismos multilaterais foram analisados: “Propostas do Banco Mundial para o Brasil”, para

obter dados sobre as diretrizes e fundamentos das propostas de ajuste fiscal iniciadas a partir de 2016; da UNESCO, do PNUD e da FAO- ONU, entre outros, acerca das propostas de ajustes nas finanças públicas, reordenamento nas políticas sociais, as perspectivas de mitigação de impactos sociais, bem como as influências dos organismos internacionais na economia brasileira. Analisamos o Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (ampliando mais um

exercício anual), Relatórios de Gestão e demais documentos institucionais indispensáveis

para o estudo, assim como portais administrativos (Tribunal de Contas da União e portais de transparência) e portais de institutos de pesquisa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outros.). E coletamos principalmente, notícias e artigos dos principais meios de comunicação (Grupo Globo, Carta Capital e Valor Econômico, além de outros) com matérias sobre ajustes fiscais e Emendas, assim como suas opiniões expressas, a fim de analisar suas posições políticas e influência social.

Resultados e Discussões

Conforme Magalhães (2017) o mundo experimenta um processo da mundialização orientado pela hegemonia do capital financeiro. Em meio a este processo os setores dominantes apostam na estratégia de impor ao Estado o papel de resolutividade das crises econômicas gestadas no e pelo mercado, resultando em uma drenagem de recursos públicos para o setor privado. Nesse sentido, as elites econômicas operam uma ofensiva alterando a política fiscal, defendendo a hipótese (não comprovada) de déficit orçamentário do Estado, em virtude de um pretenso agigantamento das funções da máquina governamental. A contraface do projeto em questão é a diminuição das funções sociais e econômicas do Estado no enfrentamento da Questão Social, o que gera impactos negativos nas condições de vida das classes subalternas, experimentando índices mais altos de desemprego, de pobreza e de insegurança alimentar em um cenário de acentuada desigualdade social e econômica.

A austeridade fiscal constitui essa ideologia de um determinado grupo social que para ser identificada e interpretada requer um conjunto de aparelhos capazes de difundir na sociedade modalidades de discursos e práticas que conferem legitimidade ao referido pensamento. Nesse sentido, consideramos aqui os meios de comunicação como parte desses aparelhos hegemônicos. Conforme Liguori e Voza (2017) a denominação aparelhos hegemônicos comparece nos escritos de Antonio Gramsci desde as primeiras notas nas quais trata de hegemonia. O termo aparece em vários cadernos do cárcere e se

apresenta em distintos momentos. Sua utilização remete aos processos hegemônicos onde comparecem força e consenso.

Nessa perspectiva, embora as medidas citadas sejam de ordem econômica, é válido ressaltar que o ajuste fiscal como projeto conservador requer a construção de uma “opinião pública” favorável a estas ações. Assim, a dimensão ideológica da austeridade fiscal vem à tona. Em análise de documentos e notícias de veículos de imprensa é possível identificar o conteúdo ideológico do discurso subjacente à esta proposta, especialmente a criação da figura do “estado gastador” e da necessidade do “equilíbrio das contas públicas” (Banco Mundial, 2017).

Nesse sentido, as medidas austeridade fiscal se configuram em um tipo de conservadorismo econômico, apoiado em um conservadorismo ideológico, recuperando a noção de Estado mínimo como solução para equilíbrio fiscal do Estado.

Os meios de comunicação citados no levantamento fazem parte de um conglomerado de comunicação ligado aos grupos econômicos dirigentes brasileiros. Foram

mapeadas as notícias difundidas entre 2019-2025, visando obter um panorama das narrativas dos diferentes grupos sociais em torno do tema ajuste fiscal, ao total, 141 notícias sobre o referido tema. Foi dividido para análise as notícias que percebe as medidas como positiva, as notícias que anunciam o ajuste fiscal como uma necessidade do governo; negativa, para as notícias que anunciam o ajuste como uma medida que impactará o financiamento das políticas sociais; e neutro, as notícias que não foi possível identificar um posicionamento concreto do veículo de comunicação sobre o assunto. O discurso impetrado por estes aparelhos hegemônicos indica que o Estado brasileiro é gastador e que não atua para o equilíbrio das contas públicas. Apenas o veículo “auditoria da dívida” se coloca em espectro oposto, realizando críticas às medidas de austeridade fiscal. Portanto, há uma predominância de veículos que reforçam o discurso da austeridade fiscal e econômica na realidade brasileira nos últimos anos.

Quanto às políticas de agricultura familiar, é possível perceber a condução do governo na mesma perspectiva, pois aconteceu um desinvestimento a partir de 2014, revelando as tendências de pequenas involuções orçamentárias em relação aos projetos de Lei; os valores totais pagos são bastante inferiores aos valores previstos inicialmente e apesar desta constatação os investimentos públicos continuam ocorrendo. A partir de 2016 o ajuste fiscal se expressa administrativamente através da extinção do ministério do desenvolvimento agrário e na recriação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Quanto aos recursos em 2016 há diminuição de 42% , em 2017 os recursos diminuem cerca de 50% à 60%. Entre 2016 e 2019 os recursos são contingenciados e em 2019 algumas ações não recebem dotação orçamentária.

Diante destes dados esta pesquisa também obtém relevância social e acadêmica, tendo em vista a sistematização de informações relativas ao financiamento das ações de Agricultura Familiar diante do avanço das medidas de austeridade fiscal em curso no Brasil, que a partir de 2019 são aprofundadas. Passou a ser necessário realizar levantamento de dados para fornecer um panorama atualizado das informações referentes às políticas de Agricultura Familiar nos PPA 2016-2019 e 2020-2022, dando

continuidade às pesquisas nos anos seguintes e comparando com os planos do governo seguinte percebe-se que tal política ainda ocupa uma posição bem abaixo dentre as prioridades do governo. Tal direção, não demonstra um desinteresse pelo assunto, mas um interesse direcionado à satisfação de determinada classe econômica (mais especificamente às famílias do agronegócio).

Conclusão

Foi identificado como o mecanismo ideológico do ajuste fiscal reproduz o discurso neoliberal, a favor das medidas de austeridade econômica, alimentando na opinião pública a cultura da crise e a necessidade das reformas estruturais, que colocam os países da periferia às ordens do capital financeiro hegemônico, através da disseminação da figura do “Estado gastador”.

As recentes alterações legislativas como novo arcabouço fiscal, a Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência demonstram o teor regressivo e conservador intrínseco à contrarreforma do Estado, e o avanço do projeto de ajuste fiscal no cenário brasileiro. Este projeto expressa a tentativa de controle da máquina estatal, submetendo suas ações ao movimento do mercado, no sentido de reduzir suas funções sociais. Verifica-se uma forte tendência de desfinanciamento das políticas e dos serviços sociais, atrelado ao rebaixamento dos custos da força de trabalho e a desintegração dos sistemas de proteção social. Desse modo, tais medidas são fundamentadas no projeto

conservador e fazem parte da pauta da nova direita brasileira presente no Estado e na sociedade civil.

O conservadorismo que ressurgiu no Brasil, a partir de 2013, se consolidou após 2016. Um novo elemento deste conservadorismo é a incorporação do conservadorismo moral e de costumes com forte cariz religioso, o discurso pró armamentista, o militarismo, o anticomunismo, e a defesa de uma posição geopolítica subalterna do Brasil em relação ao norte global, características fortemente presentes no discurso do ex presidente Jair Bolsonaro. Não se pretende aqui esgotar a discussão em torno do complexo e multidimensional processo de ajuste fiscal enquanto um projeto conservador, mas a compreensão do conservadorismo e das suas particularidades na realidade brasileira nos dias de hoje pode contribuir para desvelar esse cenário desafiante para as classes trabalhadoras. Os dados coletados acerca das notícias sobre o ajuste fiscal nos fornece um panorama de como a criação de consensos é uma necessidade nos processos de disputa por hegemonia.

A criação de uma opinião pública favorável a austeridade fiscal é relevante para a criação de um ambiente propício à implantação destas medidas sem a devida resistência política dos setores críticos da sociedade. O avanço destas medidas contribui para que setores subalternos – os quais são os mais prejudicados pelas referidas medidas – reproduzam discursos favoráveis à implantação destas. Esta “aceitação” ou assimilação de medidas antipopulares enfraquece o poder de contestação e resistência das

organizações populares. Portanto, a crítica a este discurso deve ser contraposta com o desvelamento das consequências reais da austeridade para as classes subalternas, hipotecando o futuro das mesmas aos processos de precarização que avançam no país.

Referências

BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília: Senado Federal, 2019.

BRASIL. Lei número 13.429/2017 de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de

serviços a terceiros. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Lei número 13.467 de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira. São Paulo: Todavia, 2018.

DARDOT, P. ; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal; tradução Mariana Echalar. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. Uma Ponte Para o Futuro. 2015.

Disponível:

<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-F-UTURO.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. 2017. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report>. Acesso em: 10 abr. 2024

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego.

2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 24 abr. 2024.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (org); Dicionário Gramsciano (1926-1937) tradução Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galatri e Silvia de Bernardinis; Revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTEI, C. A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

REDE PENSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSAN. – São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSAN, 2022.

SALVADOR, E. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. *Argumentum*, 16(1), 6–19, jan./abr. 2024.

CÓDIGO: HS1299

AUTOR: VITÓRIA GOMES DOS SANTOS

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de saúde mental e classe trabalhadora

Resumo

Este relatório trata da sistematização dos resultados do plano de trabalho intitulado “Políticas sociais de saúde mental e classe trabalhadora” que integra o projeto de pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”. Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar e identificar referências teóricas centrais do Serviço Social brasileiro que abordam as políticas sociais de saúde mental e apreender as suas funcionalidades. O estudo se realizou por meio da análise dos periódicos disponíveis nas revistas do Serviço Social. Obteve como um dos resultados principais as diferentes funcionalidades das políticas de saúde mental a partir dos autores do Serviço Social.

Palavras-chave: Política Social; Saúde Mental; Reprodução da Força de Trabalho

TITLE: Social Policy and Workforce Reproduction: Mental Health and Working Class Social Policies

Abstract

This report systematizes the results of the work plan entitled "Mental Health Social Policies and the Working Class," which is part of the research project "Social Policy and Workforce Reproduction in Rio Grande do Norte." The main objective of this research was to analyze and identify central theoretical frameworks in Brazilian Social Work that address mental health social policies and understand their functionalities. The study was conducted through an analysis of journals available in Social Work magazines. One of the main findings was the different functionalities of mental health policies based on Social Work authors.

Keywords: Social Policy; Mental Health; Workforce Reproduction

Introdução

O presente relatório refere-se a sistematização dos resultados obtidos do plano de trabalho “Políticas Sociais de Saúde Mental e Classe Trabalhadora”, integrado ao projeto de pesquisa “Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”, o qual é vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Ética e Direitos - GEPTED, na área de Serviço Social e no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A pesquisa foi realizada por meio de análise bibliográfica e buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: De que forma as funcionalidades das políticas de saúde mental se apresentam dentro da literatura do Serviço Social brasileiro? Posto isto, a pesquisa foi desenvolvida no período de 01/09/2024 até 31/08/2025 e elaborou-se os seguintes objetivos: a) Identificar referências teóricas centrais do Serviço Social brasileiro que abordam as políticas sociais de saúde mental e apreender as suas funcionalidades apresentadas; b) Analisar, dentro da literatura selecionada, de que forma a saúde mental é apresentada nas relações entre as intervenções estatais e os impactos gerados nas condições de vida da classe trabalhadora; c) Apreender, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, as tendências de desenvolvimento das políticas de saúde mental, especialmente a partir da implementação de práticas neoliberais em governos brasileiros. Cabe apontar que a pesquisa consistiu na análise teórica das literaturas selecionadas e, a partir disso, tornou-se possível apreender as funcionalidades da política de saúde mental bem como de que forma estão organizadas em um contexto neoliberal de desmonte de direitos e das políticas sociais. Deste modo, a escolha desta pesquisa justifica-se a partir da importância de uma análise mais específica acerca das políticas sociais direcionadas para a saúde mental, objetivando-se analisar os seus impactos nas condições de vida da classe trabalhadora, especialmente no que concerne à determinação subjetiva da reprodução da força de trabalho. A relevância desta pesquisa se dá a partir da necessidade de um maior acúmulo teórico do Serviço Social no âmbito da saúde mental, uma vez que ainda são escassas as produções acerca desta política. Ao longo da graduação nos deparamos com produções acadêmicas amplas no cenário da saúde, mas raramente estas produções se afunilam para a saúde mental. Diante de um cenário de desmonte das políticas sociais, o debate de como a política de saúde mental está sendo discutida pelos autores do Serviço Social é indispensável, uma vez que afeta diretamente a classe subalterna, sendo o adoecimento mental também uma expressão da questão social. A metodologia adotada neste estudo foi o levantamento de periódicos do Serviço Social, buscando a temática da saúde mental e das políticas sociais, para assim compreender suas funcionalidades abordadas pelos autores. Neste sentido, o presente trabalho se direciona para identificação e análise de referenciais teóricos da área de Serviço Social que abordam essa relação, examinando de que forma a política social de saúde mental, nas suas variadas funcionalidades, impacta na reprodução da força de trabalho. Portanto, é imprescindível destacar o papel da política de saúde mental na reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora. Os resultados obtidos nesta pesquisa apontaram que, a literatura analisada através dos periódicos revela tanto os retrocessos expressos nas contrarreformas psiquiátricas e no estímulo às comunidades terapêuticas, quanto às resistências construídas pelos movimentos sociais e pela categoria profissional do Serviço Social. A política de saúde mental, assim, apresenta-se como um campo de disputas, no qual convivem projetos antagônicos: de um lado, a lógica biomédica, hospitalocêntrica e excludente; de outro, a perspectiva psicossocial e emancipatória, sustentada pela Reforma Psiquiátrica e pelo Movimento da Luta Antimanicomial.

Metodologia

Este estudo refere-se ao plano de trabalho “Políticas Sociais de Saúde Mental e Classe Trabalhadora”, o qual possui natureza qualitativa e caráter teórico bibliográfico, se dando a partir da análise e apreensão das funcionalidades das políticas de saúde mental nas produções acadêmicas do Serviço Social brasileiro. Inicialmente, foram realizados encontros no grupo de pesquisa de modo quinzenal, onde se era discutido o andamento dos planos de trabalhos dos integrantes e os encaminhamentos a serem feitos, a fim de contribuir em cada projeto de pesquisa. Neste sentido, em uma semana era realizado o grupo de pesquisa para o acompanhamento dos projetos e na semana seguinte o grupo de estudos. Este foi o percurso realizado ao longo dos dois semestres. Assim, nos encontros do grupo de estudos para discutir sobre O Capital, livro de Marx, eram debatidos os capítulos do livro, além de tentar integrar o conhecimento adquirido, de certa forma, a cada plano de trabalho individual. Acerca da discussão metodológica, foi realizada a tentativa do levantamento de livros da biblioteca básica e obras de referência do Serviço Social que abordassem a temática da política de saúde mental. Entretanto, a partir de buscas em catálogos digitais e no Acervo da Biblioteca Central Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, notou-se a escassez de publicações para o estudo desta política em específico. Os livros encontrados seriam insuficientes para uma análise teórica e comparativa e não abordavam a política, mas sim a atuação profissional. Deste modo, o percurso metodológico se deu do seguinte modo: no primeiro momento realizou-se uma busca no levantamento de artigos científicos publicados em revistas da área do Serviço Social que continham o conceito A1, segundo a classificação do Qualis Capes. Assim, as seguintes revistas foram: a revista Argumentum vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); A revista Em Pauta: teoria social e realidade periódico de divulgação científica da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); a revista Katálysis associada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a Revista de Políticas Públicas – RPP do Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); a revista Serviço Social & Sociedade, publicada pela Editora Cortez; e a revista Textos & Contextos ligada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Posto isto, foi realizado um levantamento do total de artigos publicados em cada um destes 07 periódicos, sendo o número total de 4.380 artigos a partir do período que as revistas iniciaram as publicações até 2024. Do número total de trabalhos, apenas 42 artigos abordaram a Política de Saúde Mental. Além disso, a análise se deu a partir das palavras-chave “Política Social” e “Saúde Mental” ou “Política de Saúde Mental” nos buscadores de cada revista. Cabe apontar que, os buscadores não funcionam plenamente de acordo com as palavras-chave inseridas, havendo falhas na busca e sendo necessário entrar em cada edição das revistas para selecionar os artigos que abordaram a política de saúde mental. Desta forma, analisou-se as palavras-chave que apareciam em cada artigo. É importante ressaltar a necessidade de buscadores mais eficientes nas revistas de Serviço Social. É considerável notar que estes sites não possuem preparo técnico para auxiliarem pesquisadores. Pode-se notar que nenhuma das revistas possuíam o número total de artigos, nem mesmo anualmente. Sendo assim, o processo de pesquisa se tornou exaustivo e muitas vezes desgastante, pois o processo da contagem ao abrir artigo por artigo poderia ser facilitado se os periódicos disponibilizassem um recurso de palavras-chaves verdadeiramente eficaz. Além disso, criou-se um documento com as seguintes informações: o nome da revista, número de artigos publicados anualmente, número total

de artigos publicados no periódico e o número de artigos com temática de políticas de saúde mental. Portanto, foi feito o processo de tabulação para a sistematização das ideias e categorias, processo este que foi fundamental para a análise. Foi realizada a leitura dos artigos selecionados em um processo semelhante ao fichamento, mas elencando as categorias. Deste modo, organizou-se uma tabela com colunas denominadas como “referência”, “comentário” e “categoria”. Nas referências era posto uma citação considerada relevante para a análise do artigo e ao seu lado um comentário sobre o entendimento do que estava sendo compreendido pela pesquisadora. Para além, a categoria diz respeito ao que estava sendo discutido na citação, a exemplo categorias como: Contrarreforma psiquiátrica, Política de Saúde Mental, Comunidades Terapêuticas, entre outros.

Resultados e Discussões

Como discutido brevemente na metodologia adotada, os resultados obtidos por meio do levantamento dos artigos nos 7 periódicos foram destrinchados da seguinte forma: Argumentum: 485 artigos do período de 2009 a 2024; Katálysis: 746 artigos do período de 1997 a 2024; Textos e contextos: 605 do período de 2022 a 2024; Revista de Políticas Públicas: 1170 do período de 1995 a 2024; Serviço Social e Sociedade: 502 do período de 2010 a 2024; Em pauta: 479 do período de 2007 a 2024 e Ser Social: 393 do período de 1998 a 2024. Ao verificar as palavras-chave “Política Social” e “Saúde Mental” nos resumos de cada artigo de modo manual, obteve-se como resultado a quantidade de artigos com a temática das políticas sociais de saúde mental em cada revista. Dessa forma, temos com a temática: Argumentum: 25 artigos; Katálysis: 2 artigos; Textos e contextos: 5 artigos; Revista de Políticas Públicas: 4 artigos; Em pauta: 3 artigos; Serviço Social e Sociedade: 1 artigo e Ser Social: 2 artigos, totalizando 42 artigos. Destarte, a problematização da pesquisa também se elucida no fato de que, apesar do grande período de existência das revistas de Serviço Social, as produções sobre as políticas sociais de saúde mental são poucas. Além disso, quando se afunila para a relação com a reprodução da classe trabalhadora, o tema tampouco é desenvolvido. O que nota-se nos artigos é a ausência da problemática imposta ao objetivo específico de analisar de que forma a saúde mental, a partir de intervenções estatais, impacta nas condições de vida da classe trabalhadora. Deste modo, não foram encontrados artigos que abordassem a relação direta entre saúde mental e reprodução da classe trabalhadora, sendo impossibilitada uma análise mais profunda do tema. No que diz respeito a sua funcionalidade nos artigos lidos e analisados, a Política de Saúde Mental é abordada no âmbito do SUS em meio ao contexto de crise do capital e das contrarreformas do Estado, onde ocorrem os tensionamentos e ameaças contra os princípios conquistados a partir da Reforma Psiquiátrica e do Movimento de Luta Antimanicomial. Neste sentido, apesar dos avanços nos aparatos legais, existem retrocessos nas políticas de saúde mental que desvelam o fortalecimento da lógica manicomial e hospitalocêntrica vinculada às práticas conservadoras. Assim, apesar de apresentar características contraditórias decorrentes do próprio sistema capitalista e de como as políticas sociais estão postas, de modo geral, os autores do Serviço Social dos trabalhos analisados discutem as políticas de saúde mental a partir das seguintes categorias: 1) A Política de Saúde Mental enquanto uma política neoliberal conservadora, que vai contra os princípios conquistados através da Reforma Psiquiátrica e se direciona para uma forte tendência a (re)manicomialização. 2) A Política de Saúde Mental atual enquanto fruto do Movimento da Luta Antimanicomial cuja

consolidação está intimamente vinculada com a perspectiva da integralidade, das ações intersetoriais e de redes. No texto “Desafios na sustentação dos princípios da luta antimanicomial” Lira e Oliveira (2023) discorrem sobre a formação de interesses antagônicos no âmbito da política de saúde mental, caracterizados pelo modelo manicomial e antimanicomial. Deste modo, o modelo manicomial se apresenta com uma concepção de saúde mental de mercantilização e privatização, possui o caráter de proibicionismo e tem como base fundamentos da psiquiatria tradicional, decorrente de um projeto neoliberal e conservador nas políticas sociais de saúde mental. Já o modelo antimanicomial, expressa a saúde enquanto política pública de acesso universal, bem como defende o modelo socioassistencial psicossocial, tem como base os princípios da Reforma Psiquiátrica e é a favor da redução de danos. Ainda no mesmo texto, as autoras explicitam o caráter contraditório da política de saúde mental na ordem capitalista, Lira e Oliveira (2023) discorrem: Não obstante, é preciso considerar o caráter contraditório das políticas de saúde mental, pois esse campo mobiliza, ao mesmo tempo, interesses opostos —os quais podem, conforme a correlação de forças presentes, caminhar em direção às propostas da Reforma Psiquiátrica, ou, de forma contrária, fortalecer um projeto contrarreformista, conservador e de manutenção do status quo sob a condição de exploração. Desse modo, o fortalecimento do campo antimanicomial torna-se fundamental para construir o rompimento dessa estrutura (Lira e Oliveira, 2023, p. 08). Cabe apontar aqui que, assim como a luta pela efetivação de outras políticas sociais, a perspectiva de mudança de uma política de saúde mental conservadora só é possível a partir da mobilização dos movimentos de luta da classe trabalhadora, como o Movimento de Luta Antimanicomial. É importante ressaltar que o declínio da questão da saúde mental agudiza-se a partir do golpe parlamentar de 2016 anunciado sob a forma de impeachment contra o Governo Dilma e, deste modo, observa-se o agravamento do desmonte das políticas e a retirada dos direitos. Assim, no texto “Comunidades Terapêuticas: a construção de uma política manicomial e proibicionista” Prudencio, Theodoro e Baqueiro (2023) afirmam que a Resolução n. 32, de 14 de dezembro de 2017, e posteriormente a Portaria n. 3588/2017 inauguram a RAPS como a “Nova Raps”, sendo construída sem a contribuição dos envolvidos com a Política de Saúde Mental e distante dos princípios da Reforma Psiquiátrica, sendo uma rede pensada na lógica proibicionista e focalizada nas Comunidades Terapêuticas, deixando claro seu direcionamento para uma lógica de (re)manicomialização. Para além, observa-se em alguns autores do Serviço Social a raça enquanto fator presente na análise de quem são a maior parte dos usuários afetados pela operacionalização precária das políticas de saúde mental, assim afirma Passos et al (2020): Ao fortalecer as comunidades terapêuticas como um componente oficial da Rede de Atenção Psicossocial que materializa a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Drogas o que se estabelece é uma política de extermínio de negros, pobres, favelados e periféricos, pois é essa população que acaba sendo atingida diretamente, seja ela executada pelo braço penal, curativo ou assistencial do Estado (Passos et al, 2020, p. 02). Neste texto, intitulado “Comunidades terapêuticas e a (re)manicomialização na cidade do Rio de Janeiro” apesar de ser focalizado na população usuária do Rio de Janeiro, contribui com elementos analíticos de caráter nacional e os autores recorrem novamente a perspectiva da categoria de (re)manicomialização, explicitando as funcionalidades que as políticas de saúde mental estão apresentando no Brasil e como estão organizadas nas relações entre as intervenções estatais, considerando também a raça da classe trabalhadora afetada. Cabe-se apontar que as intervenções estatais estão precarizadas e de mãos dadas com a iniciativa privada a partir das Comunidades Terapêuticas e isto gera impactos na classe trabalhadora, com destaque nas

áreas periféricas. Uma vez que as Comunidades Terapêuticas passaram a receber financiamento público, a perspectiva de cuidado psicossocial estabelecido pelos aparelhos institucionais que compõem a Política Nacional de Saúde Mental sofre com ofensivas conservadoras. Aponta-se isto, pois, as comunidades terapêuticas possuem a religião e práticas espirituais como forma de tratamento. Além disso, segundo Passos et al (2020) existem violações de direitos identificadas nas práticas dessas instituições, como as internações involuntárias e compulsórias, tempo excessivo de internação, a ausência de protocolos de desinstitucionalização, entre outros. No texto “Saúde Mental em tempos de crise: desafios da e na atualidade” se discorre acerca da agudização da crise política na saúde mental em meio a pandemia da Covid-19, em 2020. Neste cenário, é importante ressaltar que o termo contrarreforma aparece como um processo de “caráter regressivo e destrutivo da denominada “reforma do Estado” encampada a partir dos anos 1990 no tocante às conquistas democráticas e aos direitos sociais, estando, assim, na contramão do sentido ao termo reforma” (Araújo e Joazeiro, 2021, p.17). A partir disso, compreende-se a precarização e desmonte das políticas de saúde mental dentro deste processo de contrarreforma, Araújo e Joazeiro (2021) apontam estas consequências na funcionalidade da política: Os retrocessos revelam a centralidade biomédica e psiquiátrica sobre os demais saberes e fazeres com o fortalecimento da lógica manicomial e hospitalocêntrica vinculadas a práticas conservadoras, ocorrendo, nesse sentido, uma inversão do modelo de atenção psicossocial, em especial, no campo de atenção de álcool e outras drogas e com grande repercussão sobre a produção do cuidado. Somos ainda desafiados pelo cenário de redução de investimentos públicos em todas as políticas sociais, agravada pelo regime de austeridade imposto pela Emenda Constitucional nº 95 e pelo momento crítico da pandemia da Covid-19 no Brasil e que só reforça a necessidade vital do acesso às políticas sociais, de Saúde e à política de Saúde Mental (Araújo e Joazeiro, 2021, p.14). Considerando o caráter contraditório de como estão organizadas as políticas de saúde mental no Brasil, os autores também abordam os pontos positivos apesar da precarização. No texto “A política de saúde mental no Estado do Espírito Santo”, apesar de publicado no ano de 2011, Oliveira e Garcia (2011) apontam que há uma tendência de enfrentamento, por parte da área técnica da saúde mental, para o avanço da reforma psiquiátrica. As autoras citam a decisão política de compor uma rede pública de CAPS do Ministério da Saúde, enfrentando resistências quanto à contratação de serviços privados para em caráter complementar. Neste texto, observa-se esta noção da Política de Saúde Mental enquanto uma política pública que, em seu bojo, ainda rejeita a iniciativa privada. Entretanto, como abordado em outros artigos, atualmente a política de saúde mental possui fortes tendências à privatização, como por exemplo a inclusão das Comunidades Terapêuticas na RAPS. Em “Saúde em tempos ultraneoliberais: entre a atenção psicossocial e a (re)manicomialização” as autoras trazem a política de saúde mental diante de um balanço dos últimos governos neoliberais, no contexto do pós-golpe 2016 até o agravamento no Governo Bolsonaro. Deste modo, desenvolveu-se um movimento de descontinuidade da Reforma Psiquiátrica, denominado contrarreforma psiquiátrica, sendo um retrocesso aos avanços que se concretizaram a partir de anos de disputas no âmbito das políticas de saúde mental (Hoffmann e Freitas, 2023). Durante o Governo Michel Temer, é aprovada a Resolução nº 32 de 2017 que produziu mudanças na Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), na contramão do que diz a própria lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira. No texto “A política nacional de saúde mental brasileira: breve análise estrutural”, Mexko e Benelli (2022) discorrem acerca desta nova resolução: Essa suposta nova política, que nada mais é do que o retorno da velha, realinhou-se com a lógica manicomial ao resolver introduzir na Raps o Hospital Psiquiátrico e reajustar o

valor das diárias para as internações em hospitais especializados (leia-se psiquiátricos). Com isso, favoreceu a iniciativa privada e obrigou que os dispositivos territoriais passassem a disputar recursos públicos com estabelecimentos privados, trazendo de volta a “indústria da loucura” (Mexko e Benelli, 2022, p.11). Mais uma vez, nota-se a perspectiva de (re) manicomialização na política de saúde mental, é importante destacar que este debate entre os autores do Serviço Social se coloca com maior efervescência a partir de 2020, devido a pandemia da Covid-19. Foi possível perceber um maior número de publicações sobre o tema da saúde mental durante o período 2020 a 2022, principalmente na revista Argumentum. Isto aparenta ter sido fruto da intensificação do debate da saúde pública no período, acarretando para que a discussão sobre a política de saúde mental também se fizesse presente entre os autores do Serviço Social, tanto nas possibilidades de atuação profissional quanto na análise da política. Portanto, o atual cenário neoliberal engendrado a uma perspectiva conservadora, tem reforçado mecanismos de mercantilização da saúde, através da expansão da indústria farmacêutica e da manutenção de modelos de atenção centrados em instituições psiquiátricas. Tal conjuntura, evidencia que a lógica manicomial, embora criticada e formalmente superada em diversos marcos legais, ainda persiste de forma estrutural, condicionando práticas e políticas no campo da saúde mental. Assim, os desafios na efetivação de serviços substitutivos, especialmente aqueles voltados ao cuidado de pessoas com uso prejudicial de álcool e outras drogas, não se limitam às questões orçamentárias, mas derivam de um embate político-ideológico que sustenta práticas excludentes e medicalizantes. Por fim, no texto “Breve balanço da política de saúde mental: análise comparativa Brasil e Portugal a partir da experiência das residências terapêuticas”, Passos e Portugal (2015) destacam que essa problemática se intensifica em razão das divergências entre duas políticas públicas: de um lado, a Política do Ministério da Saúde voltada à Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas, e, de outro, a Política Nacional sobre Drogas, formulada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça. Essas políticas representam perspectivas distintas — a proibicionista e a antiproibicionista. Inseridas em um cenário de crise econômica sob a hegemonia neoliberal, as políticas sociais passam a ser compreendidas como responsáveis por um Estado excessivamente oneroso, considerado incapaz de atender às exigências de estabilização econômica que, sob tal lógica, seriam vistas como promotoras do bem comum. É neste campo de disputas e conflitos de interesses que a política de saúde mental se encontra.

Conclusão

Considerando a discussão apresentada, é importante reforçar a função que as políticas de saúde mental estão apresentando no cenário neoliberal e como essa temática está sendo analisada e desenvolvida pelos autores do Serviço Social. Desta forma, o objeto da pesquisa está intrinsecamente ligado ao Serviço Social, se apresentando como uma das múltiplas expressões da questão social, sendo necessário seu desvelamento e estudo. Diante do presente contexto de retrocessos e ameaças aos princípios conquistados através da Reforma Psiquiátrica Brasileira, compreender as funcionalidades das políticas de saúde mental e seus desdobramentos a partir de governos neoliberais é fundamental para a categoria profissional. Portanto, a partir da análise deste estudo, foi possível identificar as funcionalidades da Política de Saúde Mental enquanto uma política conservadora e com caráter manicomial, de modo mais intenso a partir do Governo Michel Temer. Estes

retrocessos perpetuam e se intensificam com a pandemia e o Governo Bolsonaro, tendo um enfoque maior na privatização e o arrocho dos recursos orçamentários para a área da saúde mental no âmbito do SUS. Outro aspecto relevante identificado no percurso da pesquisa refere-se à escassez de produções específicas sobre a política de saúde mental nos periódicos da área do Serviço Social. Apesar do levantamento de mais de quatro mil artigos publicados nas principais revistas da área, apenas uma pequena parcela tratava diretamente da temática, o que tornou o processo de pesquisa mais desafiador. Essa lacuna evidencia não apenas a necessidade de maior investimento acadêmico nesse campo, mas também demonstra como a ausência de um acúmulo teórico consistente pode fragilizar as análises críticas acerca das funcionalidades da política de saúde mental. Nesse sentido, o presente estudo contribui ao preencher parcialmente essa lacuna, ao sistematizar e problematizar as produções existentes, reafirmando a importância de fortalecer a agenda de pesquisas voltadas à saúde mental no Serviço Social. Além disso, cabe apontar que a maioria dos artigos encontrados se direcionaram a este debate no período da Covid-19, quando houve uma efervescência na discussão da saúde mental devido ao cenário de crise diante de uma pandemia. O tema saúde mental e as produções acerca de como esta política estava sendo organizada ganharam um destaque notório neste lapso, por vezes em produções que tratavam do adoecimento mental de assistentes sociais bem como escritas que demonstravam o colapso que os espaços sócio ocupacionais de saúde mental estavam passando.

Referências

- ARAÚJO, Laína Jennifer Carvalho; JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE CRISE: desafios da e na atualidade. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. 1, p. 425–441, 18 Ago 2022 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/19599>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- HOFFMANN, Edla; FREITAS, Lyzete Bruna Pereira. Saúde em tempos ultraneoliberais: entre a atenção psicossocial e a (re)manicomialização. *Argumentum*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 48–64, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i3.40121. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40121>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- LIRA, Gabriela Fernandes Chaves; OLIVEIRA, Andreia. Desafios na sustentação dos princípios da luta antimanicomial. *Argumentum*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 111–125, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i3.40031. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40031>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- MEXKO, Sara; BENELLI, Silvio José. A política nacional de saúde mental brasileira: breve análise estrutural. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro 1o Semestre de 2022 - n. 49, v. 20, p. 33 - 48. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/63480/40992> Acesso em: 10 jul. 2025.
- OLIVEIRA, Edinéia Figueira dos Anjos; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. A política de saúde mental no Estado do Espírito Santo. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 50-58, jan./jun. PASSOS, R.G. et al. 2020. Comunidades terapêuticas e a (re)manicomialização na cidade do Rio de Janeiro. *Argumentum*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 125–140, 2020. DOI: 10.18315/argumentum.v12i2.29064. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/29064>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- PRUDENCIO, Juliana Desiderio; THEODORO, Laís Santos; BAQUEIRO, Victoria Lavignia. Comunidades Terapêuticas: a construção de uma política manicomial e

proibicionista. *Argumentum*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 141–155, 2023. DOI: 10.47456/argumentum.v15i3.40033. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/40033>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PASSOS, R. G.; PORTUGAL, S. Breve balanço da política de saúde mental: análise comparativa Brasil e Portugal a partir da experiência das residências terapêuticas. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 19, n. 1, p. 91-102, jan./jun. 2015

CÓDIGO: HS1319

AUTOR: NATHAN NOGUEIRA LEMOS

ORIENTADOR: JANAINA DA SILVA ALVES

TÍTULO: IMPACTO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DO PETRÓLEO NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS

Resumo

O petróleo desempenha papel central na economia global, e suas flutuações de preço exercem efeitos relevantes sobre variáveis macroeconômicas, especialmente em economias emergentes. No Brasil, a importância do petróleo é ainda maior devido ao peso dos combustíveis na formação dos preços e na estrutura de custos. Este artigo analisa os impactos dos preços internacionais do petróleo sobre a economia brasileira no período de 2010 a 2022, com ênfase no Produto Interno Bruto (PIB) e na inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para isso, foi estimado um modelo Vetorial Autorregressivo (VAR), complementado por funções impulso-resposta e decomposição da variância, incluindo dummies para captar choques excepcionais, como a pandemia da COVID-19 e a guerra da Ucrânia. Os resultados indicam que choques positivos no preço do petróleo geram efeitos imediatos e significativos sobre a inflação, embora de curta duração, enquanto os impactos sobre o PIB se mostram mais limitados no curto prazo, mas acumulam relevância no horizonte de médio prazo. Esses achados reforçam a importância de compreender os canais de transmissão dos choques externos para a economia brasileira e fornecem subsídios para a formulação de políticas macroeconômicas mais eficazes diante da volatilidade internacional do petróleo.

Palavras-chave: Petróleo, Inflação, PIB, Séries temporais, VAR.

TITLE: IMPACT OF INTERNATIONAL OIL PRICES ON THE BRAZILIAN ECONOMY: A TIME SERIES ANALYSIS

Abstract

Oil plays a central role in the global economy, and its price fluctuations exert significant effects on macroeconomic variables, especially in emerging economies. In Brazil, this influence is even more relevant due to the weight of fuel prices in inflation dynamics and production costs. This paper analyzes the impacts of international oil prices on the Brazilian economy over the period 2010–2022, focusing on Gross Domestic Product

(GDP) and inflation measured by the Broad Consumer Price Index (IPCA). To this end, a Vector Autoregressive (VAR) model was estimated, complemented by impulse-response functions and variance decomposition, including dummy variables to capture exceptional shocks such as the COVID-19 pandemic and the war in Ukraine. The results indicate that positive oil price shocks generate immediate and significant effects on inflation, although of short duration, while the impacts on GDP are more limited in the short term but become relevant in the medium term. These findings highlight the importance of understanding the transmission channels of external shocks to the Brazilian economy and provide useful insights for the design of more effective macroeconomic policies in the face of international oil price volatility.

Keywords: Oil, Inflation, GDP, Brazilian Economy, Time series, VAR model.

Introdução

1 INTRODUÇÃO

Desde o final da Segunda Guerra, o petróleo ganhou destaque na matriz energética mundial, substituindo o carvão como principal fonte de energia devido à sua alta eficiência e baixos custos de transporte. No entanto, os choques do petróleo nas décadas de 1970 marcaram uma mudança significativa nesse cenário. Com o aumento expressivo dos preços, houve um movimento global em direção à diversificação das matrizes energéticas, com o objetivo de mitigar a vulnerabilidade das economias às flutuações dos preços e às crises de abastecimento. Apesar disso, o petróleo permanece predominante e continua desempenhando um papel crucial na matriz energética mundial.

Os primeiros choques do petróleo também estimularam o surgimento de uma vasta literatura voltada para o estudo dos impactos macroeconômicos das variações nos preços dessa commodity. Desde então, os preços do petróleo têm sido alvo de análise em diversos países, a fim de compreender seus efeitos sobre as economias nacionais.

O Brasil, apesar de possuir grandes reservas de petróleo, inclusive no pré-sal, enfrenta limitações estruturais ligadas à capacidade de refino e à dependência de derivados importados. Essa dinâmica torna a economia brasileira particularmente exposta às oscilações do mercado internacional, de modo que choques de preços do petróleo repercutem em variáveis-chave como inflação, custos de transporte, competitividade das exportações e política monetária. O mecanismo de transmissão desses choques é complexo, envolvendo o câmbio, a política de preços da Petrobras e o balanço comercial.

Nesse contexto, compreender como os preços internacionais do petróleo afetam a economia brasileira é fundamental, sobretudo diante de choques recentes como a pandemia da COVID-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia. Assim, o objetivo deste artigo é analisar os impactos dos preços internacionais do petróleo sobre a economia brasileira no período de 2010 a 2022, com ênfase nas variáveis macroeconômicas de maior relevância, como inflação e produto interno bruto (PIB). Para isso, emprega-se

um modelo Vetorial Autorregressivo (VAR), capaz de identificar a magnitude e a persistência dos efeitos dos choques ao longo do tempo.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: a Seção 2 apresenta o mercado do petróleo, abordando o funcionamento internacional e o caso brasileiro; a Seção 3 traz a revisão da literatura; a Seção 4 descreve os dados e a metodologia utilizada; a Seção 5 apresenta os resultados empíricos; e, por fim, a Seção 6 expõe as considerações finais.

Metodologia

4 METODOLOGIA

A realização desta pesquisa exige a definição clara das variáveis, fontes de informação e técnicas empregadas. A seguir, descrevem-se a base de dados utilizada e os procedimentos econométricos adotados.

4.1 BASE DE DADOS

O presente trabalho busca analisar de que maneira as oscilações do preço do petróleo internacional influenciam a economia brasileira, utilizando séries temporais mensais compreendidas entre janeiro de 2010 e dezembro de 2022. Para captar a dinâmica do mercado de petróleo, emprega-se a cotação do barril do tipo Brent no mercado spot, referência amplamente utilizada em estudos econômicos e considerada parâmetro central na definição da política de preços da Petrobras.

A análise contempla ainda o Produto Interno Bruto (PIB) real, representando a atividade econômica doméstica, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da inflação brasileira. Conforme prática consolidada na literatura, as séries do PIB e do Brent foram convertidas para logaritmo natural, o que contribui para reduzir a dispersão dos dados e possibilita interpretações em termos relativos. O IPCA, por sua vez, é trabalhado diretamente em sua forma de taxa de variação mensal (% a.m.).

As informações utilizadas estão na Tabela 2 e foram obtidas em bases oficiais: os preços internacionais do Brent junto à Energy Information Administration (EIA), e os dados do PIB e do IPCA por meio do Ipeadata.

4.2 ANÁLISE DE ESTACIONARIEDADE

Para garantir a adequação do modelo econométrico, inicialmente é necessário o exame da estacionariedade das séries, uma vez que processos não estacionários podem conduzir a inferências espúrias (Gujarati, 2006; Enders, 2008). Foram aplicados os testes de raiz unitária Aumentado de Dickey-Fuller (ADF) (Dickey e Fuller, 1979) e Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin (KPSS) (Kwiatkowski et al., 1992), de forma a complementar os resultados e assegurar maior robustez na identificação da ordem de

integração das variáveis. O teste ADF considera como hipótese nula a presença de raiz unitária, sendo expresso pela seguinte equação (4.1):

Já o teste KPSS, por sua vez, adota como hipótese nula a estacionariedade da série, baseando-se na soma cumulativa dos resíduos padronizados ao longo do tempo (4.2):

A comparação entre os dois testes permite uma avaliação mais precisa da estacionariedade, já que suas hipóteses nulas são complementares. Confirmada a ordem de integração das séries, procedeu-se à definição do número ótimo de defasagens do modelo. O critério adotado baseou-se na avaliação conjunta de informações estatísticas, como os critérios de informação de Akaike (AIC), Schwarz (BIC), Hannan–Quinn (HQ) e Final Prediction Error (FPE).

Com as séries tratadas e o número de defasagens determinado, estimou-se o Modelo Vetorial Autorregressivo (VAR), introduzido por Sims (1980). O VAR é uma extensão do modelo autorregressivo univariado (AR), em que, em vez de considerar apenas uma variável dependente explicada por seus próprios valores passados, incorpora simultaneamente várias séries temporais. Dessa forma, cada variável do sistema é modelada como uma função linear de suas próprias defasagens e também das defasagens das demais variáveis incluídas no modelo. Essa abordagem permite capturar de maneira conjunta a interdependência dinâmica entre as variáveis, sem impor, a priori, relações de causalidade unidirecionais, o que garante maior flexibilidade na análise de sistemas econômicos.

Formalmente, o modelo VAR pode ser representado pela seguinte forma matricial (4.3):

Além disso, foram incluídas variáveis dummy como regressoras exógenas no modelo, de modo a captar choques específicos não explicados pelas variáveis econômicas centrais. Em particular, considerou-se uma dummy para o período da pandemia da COVID-19, marcada pela forte queda na atividade econômica e nos preços internacionais do petróleo, e outra dummy para o período da guerra entre Rússia e Ucrânia, evento que provocou elevações abruptas nas cotações internacionais. Essa estratégia busca controlar a influência desses choques excepcionais, alinhando-se às recomendações da literatura aplicada ao caso brasileiro (Nazareno, 2023; Oliveira et al., 2023).

Após a estimação do modelo VAR, foi realizada a análise das funções impulso-resposta (IRFs). Esse procedimento permite observar como um choque em uma variável, como por exemplo o preço internacional do petróleo, afeta as demais variáveis do sistema ao longo do tempo. As IRFs mostram não apenas a direção do efeito (se positivo ou negativo), mas também a intensidade e a duração desse impacto, sendo assim uma ferramenta fundamental para compreender a dinâmica entre as variáveis.

De forma complementar, aplicou-se a decomposição da variância do erro de previsão. Essa técnica possibilita identificar em que medida as variações futuras de uma variável podem ser explicadas por choques em si mesma ou por choques nas demais variáveis do modelo. Enquanto as funções impulso-resposta evidenciam a trajetória temporal dos efeitos de um choque específico, a decomposição da variância fornece uma visão

quantitativa da importância relativa de cada choque na explicação da dinâmica das variáveis.

Por fim, uma vez delineados os procedimentos metodológicos empregados, a próxima seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir das estimações realizadas. Essa etapa permite avaliar empiricamente as relações entre os preços internacionais do petróleo e as variáveis macroeconômicas selecionadas, evidenciando como os choques se propagam na economia brasileira.

Resultados e Discussões

5 RESULTADOS

A partir da metodologia descrita, esta seção apresenta os resultados obtidos com a aplicação do modelo. Inicialmente, são discutidos os testes de raiz unitária, que permitem verificar a ordem de integração das séries utilizadas. Em seguida, avança-se para a análise dinâmica por meio do modelo VAR, contemplando funções impulso-resposta e decomposição da variância, de modo a captar como os choques no preço internacional do petróleo se propagam sobre a economia brasileira.

5.1 TESTES DE RAIZ UNITÁRIA

Para verificar a estacionariedade das séries, aplicaram-se os testes de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) e de Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin (KPSS). Os resultados estão apresentados nas Tabelas 3 e 4 respectivamente.

De acordo com o teste ADF, as séries do PIB real ($\ln \text{PIB}$) e do preço internacional do petróleo ($\ln \text{Brent}$) não rejeitaram a hipótese nula de raiz unitária em nível, indicando não estacionariedade. No entanto, quando tomadas em primeira diferença, ambas rejeitaram a hipótese nula, passando a ser estacionárias. Já a série do IPCA, expressa em variação percentual mensal, apresentou rejeição da hipótese nula em nível, evidenciando-se como estacionária ($I(0)$).

O teste KPSS, cuja hipótese nula é a de estacionariedade, apresentou resultados convergentes. Tanto o PIB quanto o preço do Brent foram classificados como não estacionários em nível, mas estacionários em primeira diferença, confirmando sua integração de ordem um ($I(1)$). O IPCA, por sua vez, não rejeitou a hipótese de estacionariedade em nível, corroborando o resultado encontrado pelo ADF.

Portanto, a combinação dos dois testes permite concluir que o PIB e o preço internacional do petróleo são séries $I(1)$, enquanto o IPCA é $I(0)$. Essa diferença de integração impossibilita a aplicação do teste de cointegração de Johansen, que pressupõe que todas as variáveis sejam integradas da mesma ordem. Diante disso, optou-se pela estimação de um modelo VAR, no qual o IPCA foi mantido em nível e as

demais variáveis incluídas em primeira diferença.

5.2 ESTIMAÇÃO DO MODELO VAR

A definição do número ótimo de defasagens no VAR é uma etapa crucial, visto que um número insuficiente pode resultar em omissão da dinâmica temporal relevante, enquanto um número excessivo compromete a eficiência dos estimadores. Com base nos critérios de informação de Akaike (AIC), Schwarz (BIC), Hannan–Quinn (HQ) e Final Prediction Error (FPE), considerando até doze defasagens, foi definido o uso de duas defasagens como especificação ótima para o modelo.

Após a estimação do VAR, foram aplicados os testes de diagnóstico, reunidos na Tabela 5, com o objetivo de verificar a adequação do modelo e a validade dos resultados.

Primeiramente, foi avaliada a autocorrelação serial dos resíduos por meio do teste de Breusch–Godfrey. A hipótese nula (H_0) postula a ausência de autocorrelação nos resíduos, enquanto a hipótese alternativa (H_1) sugere a presença de autocorrelação. Ao nível de significância de 5%, os resultados indicaram a não rejeição de H_0 , ou seja, constatou-se a ausência de autocorrelação serial, sugerindo que o modelo é capaz de capturar a dinâmica temporal das variáveis incluídas.

Na sequência, avaliou-se a normalidade dos resíduos por meio do teste de Jarque–Bera. Nesse caso, a hipótese nula (H_0) assume que os resíduos seguem uma distribuição normal, enquanto a hipótese alternativa (H_1) indica que não são normalmente distribuídos. Os resultados levaram à rejeição de H_0 ao nível de 5%, evidenciando que os resíduos não seguem uma distribuição normal. Tal resultado é comum em séries macroeconômicas, especialmente em variáveis relacionadas a preços de commodities e inflação, que frequentemente exibem caudas pesadas e assimetria em função de choques exógenos relevantes (Carrara, 2024; Nazareno, 2023).

Por fim, investigou-se a presença de heterocedasticidade condicional por meio do teste ARCH-LM. A hipótese nula (H_0) supõe a homocedasticidade dos resíduos (variância constante ao longo do tempo), enquanto a hipótese alternativa (H_1) sugere a heterocedasticidade condicional. Os resultados indicaram rejeição de H_0 ao nível de 5%, confirmando que a variância dos resíduos não é constante no tempo. Esse achado está em consonância com a volatilidade característica dos preços internacionais do petróleo e com sua transmissão a variáveis macroeconômicas.

Em síntese, os testes de diagnóstico revelaram ausência de autocorrelação, mas não normalidade e heterocedasticidade condicional nos resíduos. Embora essas últimas características representem limitações, elas são amplamente documentadas na literatura empírica sobre petróleo e inflação. Ademais, a ausência de autocorrelação indica que o modelo está bem especificado, permitindo a utilização do VAR para a análise das funções impulso-resposta e da decomposição de variância, discutidas na próxima seção.

5.3 FUNÇÕES IMPULSO-RESPOSTA

As funções impulso-resposta permitem analisar como um choque exógeno em uma

variável afeta as demais ao longo do tempo. A Figura 8 apresenta a resposta do IPCA e do PIB a um choque positivo no preço do Brent.

No caso do IPCA, observa-se uma reação imediata e positiva, com o pico concentrado nos dois primeiros meses após o choque. A resposta, entretanto, se dissipa gradualmente, retornando à linha de equilíbrio em torno do sexto mês. Esse resultado sugere que choques no preço internacional do petróleo têm impacto de curto prazo sobre a inflação brasileira, mas que sua persistência é limitada.

Já para o PIB, a resposta ao choque no Brent é mais moderada e estatisticamente pouco significativa ao longo do horizonte analisado. Isso indica que, apesar de o petróleo afetar os custos de produção e transporte, o efeito direto sobre o nível de atividade é diluído por outros fatores macroeconômicos, como demanda interna e política monetária.

A Tabela 6 apresenta os resultados da decomposição da variância do erro de previsão para o IPCA. Observa-se que, no horizonte de um mês, a variância da inflação é explicada integralmente por seus próprios choques, sem influência significativa do Brent ou do PIB. Com o passar do tempo, a contribuição dos choques externos se torna ligeiramente mais relevante: após 12 meses, aproximadamente 1,94% da variância do IPCA é explicada pelo Brent, enquanto os choques internos permanecem dominantes, respondendo por cerca de 96,9% da variação. Esse resultado indica que, embora o impacto do petróleo sobre a inflação brasileira não seja de grande magnitude quando analisado em termos de variância, ele é persistente e consistente com a transmissão de custos ao longo do tempo.

A Tabela 7 apresenta os resultados da decomposição da variância do erro de previsão para o PIB. No horizonte inicial, praticamente toda a variância do produto é explicada por seus próprios choques (98,4%). Entretanto, a importância dos choques do petróleo aumenta de forma progressiva: já no segundo mês, eles explicam cerca de 6,4% da variância do PIB, alcançando aproximadamente 7,9% após 12 meses. Esses resultados sugerem que, embora as respostas imediatas do PIB a choques do petróleo sejam reduzidas nas funções impulso-resposta, o efeito acumulado torna os choques externos relevantes para explicar a incerteza da atividade econômica brasileira no horizonte de médio prazo.

A comparação entre esses resultados revela uma diferença importante: enquanto a inflação apresenta maior endogeneidade e é fortemente explicada por seus próprios movimentos, o PIB mostra-se relativamente mais sensível aos choques internacionais de petróleo quando considerados os horizontes de previsão mais longos. Essa evidência reforça a ideia, já discutida em trabalhos como Nazareno (2023) e Oliveira et al. (2023), de que a atividade econômica brasileira sofre impactos cumulativos do mercado internacional de petróleo, ainda que a inflação seja mais rigidamente determinada por fatores domésticos.

Conclusão

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar os impactos dos preços internacionais do petróleo sobre a economia brasileira no período de 2010 a 2022, com ênfase nas variáveis inflação e produto interno bruto (PIB). Para tanto, utilizou-se um modelo Vetorial Autorregressivo (VAR), incorporando ainda variáveis dummy para captar choques excepcionais como a pandemia da COVID-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Os resultados evidenciaram que choques positivos no preço do Brent geram efeitos imediatos e significativos sobre a inflação brasileira, ainda que de curta duração, uma vez que o impacto tende a se dissipar em torno de seis meses. Esse comportamento é consistente com a literatura nacional e internacional, que identifica nos combustíveis um canal direto de transmissão dos choques de petróleo para o nível de preços.

No caso do PIB, as funções impulso-resposta indicaram efeitos diretos mais limitados, refletindo a influência de outros determinantes da atividade econômica, como demanda interna e política monetária. No entanto, a decomposição da variância mostrou que os choques internacionais de petróleo explicam até 7,9% da variação do PIB no horizonte de 12 meses, revelando que, embora menos imediatos, os impactos sobre a atividade econômica se acumulam no médio prazo.

Esses resultados evidenciam que a economia brasileira permanece vulnerável às oscilações do mercado internacional de petróleo. Essa sensibilidade, refletida especialmente nos efeitos de curto prazo sobre a inflação e nos impactos acumulados sobre o PIB, reforça os desafios para a condução da política monetária e econômica em geral. Nesse contexto, torna-se fundamental o desenho de estratégias que conciliem estabilidade de preços, previsibilidade para os agentes econômicos e maior segurança energética, de modo a mitigar os efeitos adversos de choques externos sobre a atividade econômica doméstica.

Por fim, cabe destacar que este estudo se limitou à análise de três variáveis macroeconômicas. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo, incorporando variáveis como taxa de câmbio, taxa de juros, desemprego e medidas de incerteza econômica, além de desagregar o comportamento da inflação por setores mais sensíveis aos combustíveis. Do ponto de vista metodológico, os testes de diagnóstico indicaram limitações do modelo VAR, em especial quanto à normalidade e à heterocedasticidade dos resíduos, o que sugere a necessidade de explorar alternativas mais adequadas à natureza volátil dos dados. Ademais, futuros trabalhos podem aprofundar a diferenciação entre choques de oferta, de demanda global e de demanda específica por petróleo, em linha com a literatura recente que enfatiza essa abordagem (Kilian, 2009; Peersman e Van Robays, 2012; Matos, 2015), permitindo uma compreensão mais precisa dos mecanismos de transmissão à economia brasileira.

Referências

ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira. COVID-19 e os impactos na indústria petrolífera: considerações iniciais. Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI, n. 27, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/53486c72-a2e8-4ae0-ab8a-951e39cc78bf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Preço do petróleo: evolução recente e impacto doméstico. Relatório de Inflação, Brasília, set. 2000. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2000/09/ri200009b2p.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Mensuração de riscos para a inflação associados a preços de energia. Estudo Especial nº 61. Relatório de Inflação, Brasília, set. 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE061_Mensuracao_de_riscos_para_a_inflacao_associados_a_precos_de_energia.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação – março de 2022. Box: Repasse do preço do petróleo em reais para a inflação. Brasília, mar. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202203/ri202203b8p.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

CARRARA, Anieli Fagundes. Pass-through of oil prices to Brazilian inflation: An analysis between 2014 and 2023. Energy Sources, Part B: Economics, Planning, and Policy, [s.l.], v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15567249.2024.2360460>. Acesso em: 20 maio 2025.

CAVALCANTI, Tiago V. de V.; JALLES, João Tovar. Macroeconomic effects of oil price shocks in Brazil and in the United States. Applied Energy, [s.l.], v. 104, p. 475-486, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0306261912007581>. Acesso em: 20 maio 2025.

DICKEY, David A.; FULLER, Wayne A. Distribution of the estimators for autoregressive time series with a unit root. Journal of the American Statistical Association, v. 74, n. 366a, p. 427-431, 1979.

ENDERS, Walter. Applied econometric time series. 4a Ed. John Wiley & Sons, 2008.

GUJARATI, Dadomar N. Econometria básica. Elsevier Brasil, 2006.

KILIAN, Lutz. Not all oil price shocks are alike: disentangling demand and supply shocks in the crude oil market. American Economic Review, [s.l.], v. 99, n. 3, p. 1053–1069, jun. 2009. Disponível em: https://www.bancaditalia.it/pubblicazioni/altri-atti-seminari/2009/Kilian_230209.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

KWIATKOWSKI, Denis et al. Testing the null hypothesis of stationarity against the alternative of a unit root: How sure are we that economic time series have a unit root? Journal of Econometrics, v. 54, n. 1-3, p. 159-178, 1992.

MATOS, Felipe Martins. Impacto dos choques do petróleo nas economias latino-americanas. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14911>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MEDEIROS, Edson Ramos de; CATEIA, Júlio Vicente; HASEGAWA, Marcos Minoru. Impactos dos choques do petróleo sobre a economia brasileira (2002-2015). Revista Brasileira de Energia, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 105-131, 2021. Disponível em: <https://sbpe.org.br/index.php/rbe/article/view/542>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MORAIS, José Mauro de. Petróleo em águas profundas: uma história da evolução tecnológica da Petrobras na exploração e produção em mar. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. 603 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12300>. Acesso em: 31 ago. 2025.

NAZARENO, Maria Cristina de Meira. Contribuição do preço internacional do petróleo e de variáveis macroeconômicas na inflação brasileira, 2002-2021. 2023. 62 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/17649> . Acesso em: 18 fev. 2025.

OLIVEIRA, Adilson de; SCHOMMER, Susan; ROSA, Ledson. Oil price volatility: impacts in the Brazilian economy. Economics Bulletin, [s.l.], v. 43, n. 1, p. 429-440, 2023. Disponível em: <https://www.accessecon.com/Pubs/EB/2023/Volume43/EB-23-V43-I1-P35.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

PEERSMAN, Gert; VAN ROBAYS, Ine. Cross-country differences in the effects of oil shocks. Energy Economics, [s.l.], v. 34, n. 5, p. 1532–1547, 2012. Disponível em: https://users.ugent.be/~gpeersma/gert_files/research/PVR2_EE.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

PINTO JUNIOR, Helder Queiroz (org.); ALMEIDA, Edmar Fagundes de; BOMTEMPO, José Vítor; LOTTY, Mariana; BICALHO, Ronaldo Goulart. Economia da Energia: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2007. 9ª tiragem. Recurso eletrônico. Acesso em: 18 fev. 2025.

RAMOS, Julia Fernandes. Fatores que influenciam a formação do preço do petróleo. 2009. 52 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Julia_Fernandes_Ramos.pdf . Acesso em: 18 fev. 2025.

SOUZA, Rodrigo da Silva; MATTOS, Leonardo Bornacki de. Macroeconomic effects of oil price shocks on an emerging market economy: Empirical evidence from Brazil. Economic Change and Restructuring, [s.l.], v. 56, n. 2, p. 803-824, abr. 2023. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/kap/ecopln/v56y2023i2d10.1007_s10644-022-09445-w.html . Acesso em: 20 maio 2025.

WIMMER, Daniel Fontenel; VASCONCELOS, Gláucia Fernandes. Impactos da política de mudança de preços da Petrobras na economia brasileira: uma análise do preço de paridade da importação (PPI) e suas implicações. *Revista Brasileira de Transportes*, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 112-159, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbt/article/view/90359>. Acesso em: 20 maio 2025.

Anexos



Equação do teste ADF (4.1)



Equação do teste KPSS (4.2)



Representação do modelo VAR (4.3)



Base de dados (Tabela 2)



Tabela 3 e Tabela 4



Tabela 5



Tabela 6



Tabela 7



Figura 8

CÓDIGO: HS1393

AUTOR: MARIA EDUARDA MORORÓ GALVÃO MARTINS

ORIENTADOR: MONICA MARQUES CARVALHO GALLOTTI

TÍTULO: Análise de Conteúdo da Convergência entre Humanidades Digitais e
Ciência da Informação

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o lócus conjunto das Humanidades Digitais (HD) e da Ciência da Informação (CI) por meio de uma investigação de conteúdo em produções científicas indexadas em bases nacionais e internacionais. Busca-se compreender como se materializa a convergência entre as duas áreas, identificando categorias temáticas, tendências discursivas, principais pesquisadores, centros de investigação e tipologias documentais publicadas nos últimos dez anos. Metodologicamente, a pesquisa articula análise de conteúdo com técnicas de categorização propostas por Bardin (2010), associadas à bibliometria aplicada às bases SCOPUS, Web of Science, LISA, LISTA e BRAPCI. Os dados serão processados e visualizados por meio de softwares como Excel e VOSviewer, de forma a mapear redes de colaboração, frequência de palavras-chave e padrões emergentes. Espera-se contribuir com a consolidação de um panorama mais consistente acerca da convergência entre HD e CI, evidenciando lacunas teóricas e práticas, bem como tendências de pesquisa relevantes.

Palavras-chave: Humanidades digitais. ciência da informação. análise de conteúdo

TITLE: Content Analysis of the Convergence between Digital Humanities and Information Science

Abstract

This study aims to analyze the convergence locus between Digital Humanities (DH) and Information Science (IS) through a content investigation of scientific publications indexed in national and international databases. It seeks to understand how this convergence materializes by identifying thematic categories, discursive trends, leading researchers, research centers, and documentary typologies published over the last ten years. Methodologically, the research combines content analysis, based on Bardin's (2010) categorization techniques, with bibliometric studies applied to SCOPUS, Web of Science, LISA, LISTA, and BRAPCI. Data will be processed and visualized using tools

such as Excel and VOSviewer in order to map collaboration networks, keyword frequency, and emerging patterns. The study expects to contribute to the consolidation of a more consistent panorama regarding the convergence between DH and IS, highlighting theoretical and practical gaps as well as relevant research trends.

Keywords: Digital humanities. information science. content analysis.

Introdução

A sociedade contemporânea é caracterizada por sua complexidade e multidimensionalidade, passando por mudanças aceleradas que impactam diversas dimensões sociais, políticas e econômicas. Essas transformações são impulsionadas principalmente pelas tecnologias digitais e pelo advento da Era Digital, que vêm gerando efeitos profundos na ciência. A evolução científica, por sua vez, ocorre à medida que surgem novos saberes, técnicas e metodologias, além da capacidade de fornecer soluções para problemas sociais, tornando-se um campo em constante inovação. Dentro desse contexto, a interdisciplinaridade torna-se fundamental, funcionando como um ambiente fértil para a cooperação entre várias áreas do conhecimento. Esse diálogo permite que diferentes saberes se integrem de forma compreensível e acessível a diferentes interlocutores, facilitando a troca de informações e a construção de novos conhecimentos. Essa dinâmica é essencial para acompanhar o ritmo acelerado das mudanças sociais e tecnológicas, promovendo uma ciência mais adaptativa e integradora. A Ciência da Informação (CI) teve suas origens relacionadas ao período pós-guerra, quando a importância da gestão da informação passou a ser evidente diante de uma demanda crescente por organização, tratamento e difusão de dados. A disciplina evoluiu de um foco mais técnico para um aspecto mais social, buscando tornar as pessoas mais informadas por meio do uso de tecnologias digitais. Segundo autores, a CI está inserida na sociedade da informação, caracterizando-se por sua natureza interdisciplinar, sua ligação com as tecnologias e seu papel central na organização do conhecimento. Assim como as Humanidades Digitais, a CI é um campo com diversos conceitos atribuídos a si, porém, sem nenhum consenso. Apesar disso, há autores que alcançam um destaque maior ao discorrer sobre o que seria Ciência da Informação: A ciência da informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual no uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (Saracevic, 1996, p. 47 apud Gallotti; Pires; Tanus, 2022, p.201). Nesse movimento de convergência, as Humanidades Digitais (HD) e a Ciência da Informação compartilham interesses e campos de atuação, como a visualização e mineração de dados, análise cultural, práticas digitais, gestão de dados, curadoria de conteúdos digitais, preservação e digitalização, além do estudo de heranças culturais. Essa conexão ocorre tanto na prática, por meio de atividades empíricas, quanto na produção acadêmica, evidenciando uma relação natural e complementar, na qual ambas as áreas colaboram para explorar as possibilidades abertas pela tecnologia e pelo conhecimento digital. Apesar de não haver um consenso na literatura sobre um conceito concreto do que seriam as Humanidades Digitais, trazemos aqui uma forma objetiva de defini-las: “[...] as Humanidades Digitais (ou HD, para simplificar), são em regra

entendidas como um novo campo de pesquisa que faz uso de ferramentas digitais para estudar questões que se colocam usualmente no âmbito alargado das Ciências Sociais e Humanas” (Abreu, 2017, p.6). Diante do exposto, temos a seguinte questão de pesquisa: Como as publicações científicas internacionais abordam a interseção entre Humanidades Digitais e Ciência da Informação, e que tendências epistemológicas, temáticas e metodológicas emergem desse locus interdisciplinar, a partir de uma análise de conteúdo sistemática?

Metodologia

A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se em dois eixos principais: a análise bibliométrica simples e a análise de conteúdo, conforme os pressupostos de Bardin (2010), estruturada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. O corpus de pesquisa foi constituído por publicações científicas previamente coletadas em planos anteriores de projetos de iniciação científica vinculados à presente investigação, posteriormente ampliadas por meio de buscas em bases de dados nacionais e internacionais, na base de dados SCOPUS. A coleta foi realizada em 27 de agosto de 2025, adotando como critério de inclusão apenas publicações de acesso aberto, publicadas entre os anos de 2020 e 2025. Foi feita uma busca avançada com os termos “Information Science” AND “Digital Humanities”, usando aspas para localizar as expressões exatas e o operador AND para garantir que ambos figurassem nos artigos. Dessa forma, a coleta de dados totalizou 979 documentos recuperados. Foi seguido o protocolo PRISMA, indicado para revisões sistemáticas, garantindo rigor metodológico, o protocolo orientou os critérios de inclusão e exclusão, além das etapas de busca e seleção dos estudos. Isso assegura maior confiabilidade e possibilidade de reprodução dos resultados. As técnicas de categorização foram aplicadas com o objetivo de identificar núcleos temáticos recorrentes, hipóteses implícitas e tendências emergentes no campo investigado. Complementarmente, a análise bibliométrica permitiu mensurar a produção científica, mapear redes de colaboração entre autores e instituições, bem como verificar a frequência de termos e conceitos-chave, com o apoio de softwares como Microsoft Excel para organização e análise dos dados. A triangulação entre análise de conteúdo e bibliometria proporcionou uma compreensão mais abrangente e integrada sobre como a convergência entre os campos da Humanidades Digital (HD) e da Ciência da Informação (CI) tem sido representada na literatura científica recente, permitindo a identificação de lacunas, oportunidades de pesquisa e contornos epistemológicos que caracterizam essa intersecção disciplinar, além de fortalecer a validade dos achados por meio da complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos.

Resultados e Discussões

O Gráfico 1 mostra uma tendência crescente na produção científica sobre a convergência entre Humanidades Digitais e Ciência da Informação ao longo dos anos de 2020 a 2025. Observa-se um aumento gradual no número de publicações, especialmente a partir de 2022, indicando um fortalecimento do interesse acadêmico na temática. Essa evolução sugere que o campo tem se consolidado como uma área de investigação

relevante e em expansão, refletindo o crescente reconhecimento da importância das HD na Ciência da Informação e o impacto das inovações tecnológicas no meio acadêmico. O Gráfico 2 evidencia que a maioria das publicações foi recuperada de fontes internacionais reconhecidas, como SCOPUS e Web of Science, que juntos representam uma parcela significativa da produção científica analisada. A presença de bases nacionais, como LISA, LISTA e BRAPCI, também mostra um forte envolvimento da comunidade acadêmica brasileira. Essa distribuição reflete o esforço de diferentes instituições em divulgar e indexar a pesquisa sobre HD e CI, além de indicar a relevância do acesso aberto e de plataformas variadas para a difusão do conhecimento. A predominância de fontes internacionais reforça a internacionalização do tema, permitindo maior visibilidade às investigações realizadas. O Gráfico 3 mostra que a produção acadêmica sobre a convergência entre HD e CI é concentrada em alguns autores, que aparecem como principais referências na área. Isso indica um grupo de pesquisadores que lidera as investigações e contribui de forma relevante para o desenvolvimento do campo. A presença de múltiplos autores também evidencia uma certa colaboração e diversidade de trajetórias acadêmicas, o que enriquece o repertório teórico e metodológico utilizado nas publicações. Essa concentração revela uma comunidade consolidada, mas também aponta para oportunidades de ampliar a participação de novos pesquisadores. O Gráfico 4 revela que as principais instituições envolvidas na pesquisa sobre HD e CI estão localizadas em universidades e centros de investigação com forte tradição em ciências humanas e digitais, principalmente no Brasil. A concentração de autores em determinadas instituições sugere a existência de núcleos de excelência e redes de colaboração que impulsionam o avanço do campo. A diversificação das filiações indica também a expansão do interesse por essa temática para diferentes regiões e universidades, o que contribui para a pluralidade de perspectivas e abordagens na área. O Gráfico 5 demonstra que a maioria das publicações se apresenta na forma de artigos científicos (cerca de 70%), o que é típico em áreas acadêmicas consolidadas, pois indica uma forte prioridade na divulgação de resultados de pesquisa em periódicos revisados por pares. Seguem-se capítulos de livros, trabalhos de conferência e estudos teóricos, que apresentam uma participação menor, reforçando o foco na produção de artigos para disseminar avanços e discussões atuais. Essa tipologia evidencia a maturidade do campo, valorizando resultados originais, análises críticas e contribuições acadêmicas substanciais. O Gráfico 6 indica a distribuição das publicações segundo áreas científicas, evidenciando que a maior parcela se concentra em disciplinas relacionadas às Ciências Humanas e Sociais, refletindo o alinhamento do tema com campos que estudam cultura, sociedade e informação. Há também uma presença significativa de áreas como Computação, Tecnologia e Informática, o que demonstra a relevância dos aspectos digitais na pesquisa. Essa combinação evidencia a natureza interdisciplinar do campo, onde conhecimentos de diferentes áreas se articulam para explorar a convergência entre Humanidades Digitais e Ciência da Informação.

Conclusão

A convergência entre Humanidades Digitais (HD) e Ciência da Informação (CI) configura-se como um campo estratégico e promissor para o desenvolvimento científico, tecnológico e social. Essa intersecção favorece a construção de epistemologias críticas e a reconfiguração das práticas informacionais diante das

transformações digitais contemporâneas. Por meio de métodos como análise de conteúdo e estudos bibliométricos, é possível mapear tendências, identificar lacunas e evidenciar contribuições que reforçam o caráter interdisciplinar do campo. As análises realizadas demonstram não apenas o crescimento da produção científica sobre o tema, mas também a consolidação de uma comunidade acadêmica ativa e colaborativa, com forte presença internacional e participação significativa de pesquisadores brasileiros. Esses resultados reforçam a relevância da área e indicam oportunidades para ampliar o envolvimento de novos autores, diversificar abordagens e fortalecer redes de pesquisa. A pesquisa evidenciou a necessidade de ampliar o debate acadêmico, incorporar disciplinas específicas nos currículos de graduação e pós-graduação, e consolidar infraestruturas digitais voltadas à inclusão, acessibilidade e inovação. Recomenda-se, nesse contexto, a revisão curricular com a inserção de conteúdos voltados às HD, o estímulo à pesquisa interdisciplinar, a criação de laboratórios e núcleos dedicados à experimentação e produção colaborativa, o desenvolvimento de repositórios abertos e acessíveis, e a capacitação contínua de profissionais da informação com enfoque técnico e crítico. É igualmente importante fomentar o diálogo com comunidades locais, valorizando saberes diversos e promovendo práticas colaborativas que ampliem o impacto social da produção científica. A adoção de métricas que considerem não apenas a produtividade acadêmica, mas também a relevância social das ações desenvolvidas, pode contribuir para uma ciência mais participativa e conectada aos desafios globais. Este estudo se justifica por sua relevância em oferecer subsídios para a consolidação de um campo que articula tecnologia, cultura e justiça informacional, promovendo uma abordagem ética, inclusiva e sensível às demandas contemporâneas. Para avanços futuros, recomenda-se o aprofundamento de estudos empíricos sobre o impacto social das HD em diversas áreas da CI de modo a fomentar pesquisa interdisciplinar e a formação de redes colaborativas neste campo.

Referências

ABREU, S. M. Desafios da mit num projecto em humanidades digitais: livros e arquitectura em portugal e na bahia, no cruzamento da história com a ciência da informação. Ponto de Acesso, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/63962>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ALLIANCE OF DIGITAL HUMANITIES ORGANIZATION. Digital Humanities. Disponível em: <http://bit.ly/2tjoGqW>, 2022.

ALVES, Railda F.; BRASILEIRO, Maria do Carmo E.; BRITO, Suerde M. de O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. Episteme, v. 19, n. 2, p. 139-148, 2004.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2003.

CETINA, Karin Knorr. Epistemic cultures: How the sciences make knowledge. Harvard University Press, 1999.

CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. Ciência da informação, v. 27, p. nd-nd, 1998.

GALLOTTI, M. M. C.; PIRES, L. M.; TANUS, G. F. S. C. Incorporação das Humanidades Digitais à Ciência da Informação: um estudo bibliométrico. Folha de Rostto, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 3, p. 197-217, set./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/980>. Acesso em: 29 ago. 2025.

GILCHRIST, Alan. Information Science in transition. London: CILIP,

2009. GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Estudos de análise bibliométrica e cientométrica. LIINC em Revista, v. 9, n. 1, 2013.
MCCARTY, Willard; SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. A Companion to Digital Humanities. Oxford: Blackwell, 2004. POMBO, Olga et al. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. Liinc em Revista, v. 1, n. 1, 2005.
SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. 1995.

CÓDIGO: HS1398

AUTOR: MARIA GIZELI HERCULANO DA SILVA

ORIENTADOR: ELIANA ANDRADE DA SILVA

TÍTULO: Extensão Rural para agricultura familiar: limites e possibilidades no contexto de austeridade Fiscal -análise do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023

Resumo

Este estudo tem como objeto de análise “a Extensão Rural para agricultura familiar: limites e possibilidades no contexto de austeridade Fiscal (análise do Plano Plurianual de 2020-2023)” e se constitui como uma interface do projeto de pesquisa intitulado “As tendências das políticas de Agricultura Familiar nos PPA 2016-2019 e 2020-2022: as evidências do ajuste fiscal”. O objetivo dessa análise é se debruçar sobre as possibilidades de implementação de ações de ATER para agricultores familiares por meio de estudo dos Planos plurianuais 2020-2023, com vistas a fazer um acompanhamento do orçamento da ATER na fase que marca o aprofundamento das medidas de austeridade econômica no país. As análises utilizaram abordagens de natureza qualitativa e quantitativa com ênfase na análise bibliográfica e documental, tendo em vista que a realidade social é complexa e formada por inúmeras determinações de ordem econômica, social, política e cultural. Para efeito deste estudo, delimitamos os Planos Plurianuais (PPA's) como meio de análise da execução das políticas públicas para ATER na Agricultura Familiar. As análises indicam evidências das medidas de austeridade fiscal implementadas no país, sobretudo no período pós 2016, reveladas através de processos de descaracterização, fragilização e reconfiguração e obviamente o desfinanciamento dessa política, em especial durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), mas, a partir de 2023, há sinais de retomada dos investimentos nessa política.

Palavras-chave: Extensão rural; austeridade fiscal; políticas públicas.

TITLE: Rural Extension for Family Farming: Limits and Possibilities in the Context of Fiscal Austerity - Analysis of the Multiannual Plan (PPA) 2020-2023

Abstract

This study analyzes "Rural Extension for Family Farming: Limits and Possibilities in the Context of Fiscal Austerity (Analysis of the 2020-2023 Multi-Year Plan)" and serves as an interface for the research project entitled "Trends in Family Farming Policies in the 2016-2019 and 2020-2022 PPAs: Evidence of Fiscal Adjustment." The objective of this

analysis is to explore the possibilities for implementing ATER actions for family farmers through a study of the 2020-2023 Multi-Year Plans, with a view to monitoring the ATER budget during the phase that marks the deepening of economic austerity measures in the country. The analyses used qualitative and quantitative approaches with an emphasis on bibliographic and documentary analysis, considering that social reality is complex and shaped by numerous economic, social, political, and cultural determinants. For the purposes of this study, we defined Multi-Year Plans (PPAs) as a means of analyzing the implementation of public policies for ATER in Family Farming. The analyses indicate evidence of fiscal austerity measures implemented in the country, especially in the post-2016 period. These measures were revealed through processes of de-characterization, weakening, and reconfiguration. This policy was also, of course, defunded, especially during the Jair Bolsonaro administration (2019-2022). However, starting in 2023, there are signs of a resumption of investment in this policy.

Keywords: Rural extension; fiscal austerity; public policies.

Introdução

Este estudo tem como objeto de análise “a Extensão Rural para agricultura familiar: limites e possibilidades no contexto de austeridade Fiscal (análise do Plano Plurianual de 2020-2023)” e se constitui como uma interface do projeto de pesquisa intitulado “As tendências das políticas de Agricultura Familiar nos PPA 2016-2019 e 2020-2022: as evidências do ajuste fiscal”. O objetivo dessa análise é se debruçar sobre as possibilidades de implementação de ações de ATER para agricultores familiares por meio de estudo dos Planos plurianuais 2020-2023, com vistas a fazer um acompanhamento do orçamento da ATER na fase que marca o aprofundamento das medidas de austeridade econômica no país.

Para alcançar o intento de análise deste objeto, sob a perspectiva de totalidade, buscamos estabelecer as mediações macroestruturais que conectam nosso objeto no cenário do atual processo de reprodução ampliada do capital. Conforme Magalhães (2017) a sociedade experimenta um processo da mundialização orientado pela hegemonia do capital financeiro no qual os setores dominantes apostam na estratégia de impor ao Estado o papel de resolutividade das crises econômicas gestadas no e pelo mercado, resultando em uma drenagem de recursos públicos para a órbita mercantil.

Nesse sentido, estes setores dirigentes da economia operam uma ofensiva através da alteração da política fiscal do país, defendendo a hipótese (não comprovada) de déficit orçamentário do Estado, em virtude de um pretenso agigantamento das funções da máquina governamental. Assim, o objetivo da política fiscal sob a hegemonia financeira “é a manutenção da estabilidade e do crescimento econômico e a sustentabilidade intemporal da dívida pública” (MAGALHÃES, 2017, p. 57).

A contraface desse ideário é retirada das funções sociais e econômicas do Estado no enfrentamento da Questão Social, o que gera impactos negativos nas condições de vida das classes subalternas, as quais são atingidas pela crise econômica experimentando índices mais altos de desemprego, de insegurança alimentar e de pobreza em um cenário de acentuada desigualdade social e econômica. Dessa forma, partimos do pressuposto que

através das medidas de austeridade fiscal o Brasil tem vivenciado um programa econômico ultraliberal e conservador, expresso através de uma narrativa liberalizante e ortodoxa que objetiva gerar oposições tais como: equilíbrio fiscal versus proteção social, bem como se propõe a desmontar os direitos sociais através da diminuição do financiamento público das ações.

No período estudado observa-se o aprofundamento da austeridade fiscal, o qual Behring (2023) denomina como um período de ultraneoliberalismo, marcado pela retração de investimentos nas políticas sociais e grande perda de direitos para a classe trabalhadora através da Emenda Constitucional 95, da contrarreforma da previdência, da contrarreforma trabalhista e da lei da terceirização. Para as políticas do campo, identificamos não só a redução de investimentos, mas a desestruturação e reconfiguração destas políticas. Pois, os programas que visam o fortalecimento da agricultura familiar, com a extinção do MDA passam a integrar o MAPA, situação que favoreceu a fragilização das instâncias de controle social, além da perspectiva de atuação deste ministério, com tendência a fortalecer o agronegócio. No período de 2023-2024, que se refere ao terceiro mandato do presidente Luiz Inácio da Silva, apesar de ainda em desenvolvimento, identificamos os primeiros sinais de retorno da agricultura familiar na agenda governamental, pois temos a retomada dos investimentos na política de ATER, a reativação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a recuperação da terminologia “Agricultura Familiar” no Plano Plurianual. Esses elementos apontam para uma inflexão na trajetória de desmonte observada nos anos anteriores e sinalizam uma tentativa de reconstrução das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar no país.

Metodologia

As análises utilizaram abordagens de natureza qualitativa e quantitativa, tendo em vista que a realidade social é complexa e formada por inúmeras determinações de ordem econômica, social, política e cultural. Dessa forma, a pesquisa adotou algumas escolhas metodológicas relevantes para o seu desenvolvimento, as quais envolvem a opção por um referencial teórico que permita uma visão de totalidade, a utilização de diferentes técnicas (envolvendo pesquisa bibliográfica, análise documental e dados secundários), visando compreender a realidade social num contexto de contrarreforma do Estado, austeridade fiscal e desmontes das políticas sociais públicas, em detrimento da dívida pública, sobretudo pela hegemonia do capital financeiro.

Para efeito deste estudo, delimitamos os Planos Plurianuais (PPA's) como meio de análise da execução das políticas públicas para ATER na Agricultura Familiar. Nesse sentido, a pesquisa visa estabelecer as mediações necessárias entre austeridade fiscal e suas implicações no âmbito da agricultura familiar, tomando os Planos Plurianuais (PPAs 2016-2019 e 2020-2023 e 2024-2027) como meio de análise.

Devido às mudanças no governo brasileiro após a eleição de 2022, analisamos ações do recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar referentes a Extensão Rural no sentido de identificar as concepções de ATER e agricultura familiar.

A escolha do PPA (plano Plurianual) como fonte documental está ligada ao fato de que os mesmos apresentam respectivamente os programas sociais governamentais (metas, objetivos, ações orçamentárias) e o resultado final das ações.

Resultados e Discussões

Para realizar este estudo estabelecemos como um dos objetivos o desenvolvimento de estudo bibliográfico permanente atendendo ao seguinte objetivo: “Realizar pesquisa bibliográfica acerca das categorias teóricas “austeridade fiscal” e “agricultura Familiar”, no sentido de realizar o Estado da Arte de tais concepções teóricas. Dessa forma, a leitura e compreensão de alguns autores e temas tem acompanhado nossas atividades. Na etapa inicial da pesquisa nos debruçamos sobre os conceitos de austeridade fiscal, monetária e industrial. Para compreensão destes conceitos recorremos a Clara Mattei (2023) para analisar as determinações da austeridade fiscal e monetária sobre a política de ATER. Sobre este fenômeno a mesma afirma que

A natureza circular da austeridade, em termos de plano de ação, garantia essa forma de coerção: medidas fiscais, monetárias e industriais operam de forma combinada para restabelecer a divisão econômica-político, para naturalizar mais uma vez as relações assalariadas e a propriedade privada e finalmente, para usurpar a capacidade de ação das populações (MATTEI, 2023, p. 196).

Assim, a autora destaca que a austeridade corresponde a um processo duplo, permeado nos campos materiais e ideológicos. Clara Mattei analisou os processos de pós primeira guerra nos países Grã-Bretanha e Itália e identificou que a austeridade surgiu enquanto método para manter a acumulação de capital no pós guerra, tornando-se “sustentáculo do capitalismo moderno” e conclui que tal processo não é recente, tampouco produto da era neoliberal. Assim, neste contexto, a austeridade teve como principal objetivo a despolitização do processo econômico.

Dando continuidade ao “estado da arte” do tema investigado introduzimos novos aportes sobre ajuste fiscal e austeridade fiscal. Para esta fase de aprofundamentos utilizamos os recentes estudos de Clara Mattei (2023). Temos identificado na literatura que têm sido utilizados os termos austeridade fiscal, ajuste estrutural, ajuste estrutural permanente e ajuste fiscal como sinônimos. Dessa forma, passaremos a considerar a denominação que o termo “ajuste” (e as suas variantes) se insere em um processo mais geral denominado por Mattei (2023) de austeridade, que pode se desenvolver nas dimensões fiscal, monetária ou industrial.

Clara Mattei (2023) conceitua os três tipos de austeridades — fiscal, monetária e industrial. Conforme as formulações da autora, ao longo do último século, as políticas de austeridade preconizam cortes orçamentários e redução da atuação do estado. É necessário destacar que a austeridade, nos dias atuais, principalmente no contexto brasileiro, possui elementos que diferenciam do contexto europeu, mas a unidade reside no resultado que ela alcança: ou seja, sua utilização como ferramenta de controle das classes subalternas e como dinamizador do processo de acumulação do capital.

Conforme Mattei (2023) as políticas de austeridade fiscal são utilizadas desde o pós primeira guerra mundial, mas no contexto brasileiro, não temos comprovadamente datado sua origem. Entretanto, seus estudos nos ajudam a pensar o contexto brasileiro das últimas quatro décadas, principalmente no que tange ao entendimento da adoção ano após ano de políticas de austeridade fiscal no contexto brasileiro, o que Elaine Behring (2019) tem chamado de ajuste fiscal permanente.

Em nossa realidade o processo de ajuste fiscal tem início ainda nos anos de 1980 e vem se consolidando nos anos de 1990 e 2000 e traz como resultados o processo de privatização de empresas e serviços públicos, os incentivos ao capital estrangeiro e o estabelecimento metas de superávit que, associados, geraram um estrangulamento fiscal e orçamentário do setor público brasileiro (MAGALHÃES, 2017).

São exemplares no caso brasileiro a aprovação de legislações que visam alterar a política fiscal do país, tais como o Projeto de Lei (PL) 54/2016 (versa sobre o equilíbrio e responsabilidade fiscal), os Projetos de Emenda Constitucional (PEC) 55/2016 (versa sobre o novo regime fiscal) e PEC 31/2016 (versa sobre a Desvinculação dos Recursos da União). Estas medidas em seu conjunto têm resultado na implementação de um programa econômico de traços liberal-conservador que incide fortemente nos serviços públicos ao restringir recursos para sua consecução.

Do ponto de vista do Estado, observa-se uma retirada de suas funções sociais e econômicas no que concerne a administração da Questão Social e suas manifestações. Do ponto de vista das classes subalternas - público por excelência das políticas sociais públicas - estas sofrem os impactos do ajuste através piora nas condições de vida. Neste quadro a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização formam um tripé da desregulamentação dos padrões de proteção social conquistados ao longo da história pelas classes subalternas. No que concerne às políticas de Agricultura familiar as mesmas sofrem impactos e prejuízos de monta. Um conjunto de alterações legislativas e econômicas são operadas nessas políticas minando seus avanços.

Nesse sentido, quarenta dias após a saída da ex presidente Dilma Rousseff da presidência da República o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é extinto através da Decreto 8.780/2016 e passa a ser incorporado a Casa Civil estando subordinado à presidência da República. O MDA perde status de ministério e passa a ser uma Secretaria Especial e toda sua estrutura ministerial é incorporada ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A extinção do MDA concretiza a perspectiva ideológica e econômica que estava planejada para o mundo rural a partir de então: minimizar o alcance das políticas de agricultura familiar pela redução de investimentos, desmontar as legislações rurais que beneficiam os agricultores familiares, bem como transferir recursos para a cadeia produtiva do agronegócio. Estes são os eixos do ajuste fiscal de caráter ultraliberal e conservador no campo brasileiro.

Em tal cenário, a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER se insere no campo das políticas de destinadas aos agricultores familiares e se constitui como “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010, p. 01).

No que concerne ao tema da assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, a pesquisa nos levou a buscar referências de análise da estrutura dos serviços oferecidos aos beneficiários (agricultores familiares), bem como os impactos dos processos de desmonte e desfinanciamento sofridos na política referenciada. Assim, a esse respeito, corroboramos com as análises de Leite et al. (2023) de que se observam três linhas de desmonte das políticas rurais após 2016, quais sejam: a) o desmonte das capacidades estatais do MDA, culminando com sua extinção; b) a fragilização das arenas públicas de participação da sociedade civil, via extinção dos conselhos de controle social; e c) a redução e o recuo das políticas públicas.

Diante do atual cenário podemos observar que as políticas de agricultura familiar, especialmente ATER iniciam um ciclo de desmontes e ficam submetidas aos interesses do agronegócio. A culminância desse movimento iniciado em 2016 avança em 2019, momento no qual Jair Bolsonaro assume a presidência da república. Nesse cenário, as políticas de agricultura familiar passam a compor o rol de ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), trazendo consequências financeiras e administrativas para esse programa, subordinado às diretrizes dos setores ruralistas.

De forma geral, em âmbito nacional, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar – sofrem processos de descaracterização, fragilização e reconfiguração, conforme atestam Leite et al. (2023). Ou seja, “a partir desse momento, tanto as institucionalidades participativas quanto às políticas de fortalecimento da agricultura familiar passaram a sobreviver sob forte ataque de estratégias multidimensionais de desmonte de políticas” (Leite et al., 2023, p. 399).

Para compreendermos como a austeridade fiscal se delineia na ATER, realizamos a sistematização dos dados orçamentários para essa política com base nos dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, com na análise documental tendo como principal fonte os Planos Plurianuais de 2012-2015, 2016-2019, 2020-2023 e 2024-2027. No gráfico 1 abaixo podemos verificar o orçamento da ATER desde 2014 até 2024.

GRÁFICO 1: Investimentos na política de ATER (2014-2024)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SIOP, 2025.

De acordo com o gráfico podemos indicar as seguintes tendências: uma síntese provisória nos permite assinalar que, após 2016 até 2021, as políticas públicas rurais passam pelo binômio contingenciamento de recursos e diminuição de investimento. Observamos alterações nos recursos de “dotação atual” e “pago”. Ainda que o ano de 2022 seja parte da gestão de Jair Bolsonaro o valor aumenta em face dos montantes de recursos utilizados para garantir a reeleição do referido presidente. Já o ano de 2023 é o primeiro ano do governo de Luiz Inácio da Silva e configura outra fase nas políticas rurais.

Os dados da série histórica indicam que no período 2014-2024 o investimento planejado para ATER cai vertiginosamente quando analisamos a dotação atual, ou seja, os recursos planejados para esta política, isto se explica pela perda de centralidade das políticas rurais nos sucessivos governos, também pelos embates políticos entre agronegócio e agricultura familiar, com a hegemonia do primeiro. No que se refere aos percentuais de “soma do valor pago” que representa o que realmente foi investido observamos uma tendência de

baixa durante todo o período analisado, explicitando que o orçamento da ATER entre 2014 e 2024 foi aquém do necessário, atingindo os patamares mais baixos no governo Bolsonaro. Convém destacar os impactos da pandemia de Covid 19 que direcionou recursos para outras ações, mas sobretudo, a hegemonia do agronegócio que dirigiu as políticas rurais no período 2019-2022.

O gráfico demonstra ainda a tendência a pequena recuperação de investimentos financeiros a partir de 2023, dando indícios de reversão do desfinanciamento. Entretanto, considerando que mesmo após a eleição de Luiz Inácio da Silva, em seu terceiro mandato, a austeridade fiscal vem tornando-se uma tendência que avança, sobretudo na esfera legislativa, expressando os interesses do capital e é reforçada cotidianamente na opinião pública brasileira pela mídia corporativa. Nesse sentido, os rumos da política de ATER passam pelo embate político que hoje vivenciamos na sociedade brasileira para avançar no orçamento das políticas sociais, ao mesmo tempo que setores do capital articulam suas forças dentro e fora do Estado para avançar em seu intento de apropriação da riqueza social produzida.

Também identificamos que os anos de 2020-2021 constituíram um período de baixo investimento em ATER. Nesse período é mister considerar que a pandemia de Covid-19 foi um fenômeno que impediu investimentos e implementação de políticas sociais. Além deste elemento consideramos que a configuração do governo de traço ultraneoliberal direcionado ao enxugamento de serviços e investimentos. Dessa forma, concordamos com as análises de Leite et al. (2023), ao apontar as linhas de desmonte das políticas rurais após 2016, que passam pelo enfraquecimento das capacidades de atuação do Estado, tendo como demonstração máxima a extinção do MDA; o enfraquecimento do controle social; e a redução das políticas públicas, via redimensionamento dos investimentos e redução das ações.

A análise indica que o ajuste fiscal é multidimensional e pode ser expresso na queda de recursos, nos contingenciamentos, bem como na diminuição da quantidade de metas e objetivos previstos — neste caso aqui destacamos o PPA de 2020-2023 (governo de Jair Bolsonaro). Outra evidência do ajuste fiscal nas políticas de agricultura é o redirecionamento de investimentos antes destinados exclusivamente aos agricultores familiares (no caso da ATER) agora enviando recursos para médios proprietários - para os quais existem outros recursos e linhas de crédito.

O ano de 2022 e 2023 representa uma nova fase de políticas públicas. Nesse caso os gráficos indicam mudanças observadas no montante de recursos destinados às políticas. Assim, hipotecamos o período eleitoral de 2022 e a necessidade de reeleição do governo Jair Bolsonaro a destinação de recursos que se observam nas ações de ATER. Aliado a isso o ano de 2022 ainda no período da chamada “transição de governo” e as emendas parlamentares foram responsáveis pela recomposição dos orçamentos. Um outro elemento é que no primeiro ano do governo Luiz Inácio da Silva (2023) novas estruturas administrativas entram em cena através da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, que passa a gerir as políticas de agricultura familiar.

Conclusão

As determinações da crise do capital no campo incidem nas tendências da austeridade fiscal a qual gera impacto política de Agricultura Familiar (incluindo a Assistência e Técnica Extensão Rural) considerando os Planos Plurianuais dos anos 2014-2024. Os dados indicam evidências das medidas de austeridade fiscal implementadas no país, sobretudo no período pós 2016, reveladas através de processos de descaracterização, fragilização e reconfiguração, conforme atestam Leite et al. (2023) e obviamente o desfinanciamento dessa política. Identificaram-se as múltiplas formas de desmonte das políticas rurais, na diminuição de recursos, nos contingenciamentos, na extinção do MDA, bem como no desmonte das instâncias de controle social e dos instrumentos de transparência nos recursos públicos voltados para a ATER, em especial durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Nessa perspectiva, o período estudado marca oscilações, contradições, desmontes e descaracterização da ATER. Observaram-se, ainda, por parte da União, o gradativo desfinanciamento das ações bem como o desmonte por meio do esvaziamento da proposta de ATER elaborada na década de 1990. A descaracterização da política de ATER reside também na substituição das concepções basilares como agricultura familiar, adotando o termo produtor e empreendedor rural e atualizando a velha ideia de criação de uma classe média rural – indicadores da hegemonia ultraneoliberal que direciona as ações do MAPA –, locus no qual a ATER foi localizados entre 2019 e 2022.

Nesse sentido, depois de um ciclo de desinvestimento na ATER e de sua descaracterização e desmonte, outras possibilidades se colocam diante do cenário nacional após 2022. A recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e a participação dos movimentos rurais configuram novas possibilidades de retomada de um ciclo próspero para a agricultura familiar.

Essa empreitada em defesa da política de agricultura familiar requer ampla mobilização dos movimentos rurais, dos pesquisadores, dos agentes de extensão rural e de todos os envolvidos nos processos de planejamento, implementação e acompanhamento, especialmente das populações beneficiárias desse serviço. A mobilização permanente é uma das estratégias de manutenção da ATER com qualidade, voltada para o fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar – tarefa desafiadora diante da pressão econômica e política do agronegócio no Brasil.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. **Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez, p. 43-65, 2019.

BEHRING, E. **Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social.** In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F.

(Org.). Políticas sociais eultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BRASIL. **ATER (lei 12188/2010)**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2010.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Plano Plurianual 2012-2015: Mensagem Presidencial. Brasília, 2011.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Plano Plurianual 2016-2019: Mensagem Presidencial. Brasília, 2015.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

DIESEL, Vivian, NEUMANN, P. S., DIAS, M. M., FROEHLICH, J. M. **Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento?** In: Revista Estudos, sociedade e agricultura. RJ: CPDA/UFRRJ out. 2021 a jan. 2022.

LEITE, S. PEREIRA; SABOURIN, E. **Introdução à seção temática: Entre continuidades e discontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira**. In: Revista Estudos, sociedade e agricultura. RJ: CPDA/UFRRJ out. 2021 a jan. 2022.

LEITE, S. P. et. al. **Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil**. In A. Gomide, M. Sá e Silva, & M. Leopoldi. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023. p. 385-410.

MAGALHÃES, M. **O Ajuste fiscal brasileiro**. IN: Revista Advir. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017)- . - Rio de Janeiro: ASDUERJ, 2017

MATTEI, C. **A Ordem do Capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2023.

PRATES, J. **O Método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. IN: Revista Textos e Contextos, Porto Alegre. v. 11 n. 1. p 116-128. jan/jul 2012.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público, Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

Anexos



GRÁFICO 1: Investimentos na política de ATER (2014-2024)

CÓDIGO: HS1430

AUTOR: LAYSSA LIZANDRA BARBOSA DA SILVA

COAUTOR: MARIA EDUARDA MORORÓ GALVÃO MARTINS

ORIENTADOR: MONICA MARQUES CARVALHO GALLOTTI

TÍTULO: ESTUDOS CRÍTICOS NA ÁREA DAS HUMANIDADES DIGITAIS E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Resumo

A ciência, no contexto contemporâneo, apresenta-se como elemento essencial para enfrentar os desafios e complexidades do mundo globalizado, possibilitando a inovação necessária ao desenvolvimento social, político e econômico. Esse avanço não ocorre de forma isolada, mas é impulsionado pela integração de diferentes áreas do conhecimento, que favorecem relações inter e transdisciplinares na busca por soluções criativas. Nesse cenário, destacam-se as Humanidades Digitais (HD) e a Ciência da Informação (CI), cujas práticas são marcadas pelo elemento informação e uso intensivo de tecnologias digitais. As HDs, derivadas das Humanidades, têm como propósito propor metodologias inovadoras que respondam às demandas contemporâneas, sendo compreendidas tanto como um novo modo de produção acadêmica quanto como um conjunto de práticas colaborativas e transdisciplinares permeadas pelas tecnologias computacionais. A articulação entre essas áreas é sustentada por uma cultura de participação e colaboração, intensificada pelos avanços digitais, os quais potencializam o diálogo científico e consolidam a ciência como recurso estratégico frente às transformações atuais. Nesse sentido, observa-se consonância com o ODS 4 – Educação de Qualidade, que preconiza a promoção de uma educação inclusiva, equitativa e inovadora, fortalecida pelo uso de tecnologias digitais e pela ampliação do acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Ciência; Humanidades Digitais; Ciência da Informação;

TITLE: CRITICAL STUDIES IN DIGITAL HUMANITIES AND INFORMATION SCIENCE

Abstract

Science, in the contemporary context, presents itself as an essential element to face the challenges and complexities of the globalized world, enabling the innovation necessary for social, political and economic development. This advance does not take place in isolation, but is driven by the integration of different areas of knowledge, which favor

inter and transdisciplinary relationships in the search for creative solutions. In this scenario, Digital Humanities (HD) and Information Science (IC) stand out, whose practices are marked by the intensive use of digital technologies. HDs, derived from the Humanities, aim to propose innovative methodologies that respond to contemporary demands, being understood both as a new mode of academic production and as a set of collaborative and transdisciplinary practices permeated by computational technologies. The articulation between these areas is supported by a culture of participation and collaboration, intensified by digital advances, which enhance scientific dialogue and consolidate science as a strategic resource in the face of current transformations.

Keywords: Science; Digital Humanities; Interdisciplinarity: Digital technologie

Introdução

A ciência, no contexto contemporâneo, configura-se como elemento fundamental para enfrentar os desafios e as complexidades do mundo globalizado. Seu avanço possibilita a inovação necessária ao desenvolvimento social, político e econômico das sociedades. Essa evolução, entretanto, não ocorre de maneira isolada, mas é impulsionada pela contribuição de diversas disciplinas que oferecem respostas e metodologias específicas para distintos problemas. Tais áreas de conhecimento, ao interagirem entre si, promovem relações inter e transdisciplinares que ultrapassam fronteiras rígidas e favorecem a construção de soluções criativas e integradas. Nesse cenário, emergem novas disciplinas em contextos interdisciplinares, entre as quais se destacam as Humanidades Digitais (HD) e a Ciência da Informação (CI). As Humanidades Digitais têm como propósito central propor metodologias inovadoras para enfrentar problemas específicos ou transversais das ciências humanas, especialmente aqueles que se impõem na contemporaneidade, marcados pelo uso intensivo de tecnologias em diferentes processos. Esse campo tem origem nas humanidades, que, em sua essência, podem ser compreendidas como uma: [...] disciplina acadêmica que visa entender e interpretar a experiência humana, desde o ponto de vista dos humanos até culturas inteiras, engajando na descoberta, preservação, e comunicação dos registros do passado com o presente com vistas a permitir um entendimento mais profundo da sociedade (Terras, et al, 2013, p. 47). As HDs se enquadram ainda no aspecto de que é um: Novo modo de produção acadêmica e de unidades institucionais para a pesquisa, ensino e publicações colaborativas, transdisciplinares e permeadas pelas tecnologias computacionais. Elas são menos um campo unificado do que um feixe de práticas convergentes que exploram um universo no qual a mídia impressa não é mais o meio primário no qual o conhecimento é produzido e disseminado (Burdick, et al, 2020, p.71). As origens das HD são percebidas a partir do trabalho do Padre Jesuíta Italiano Roberto Busa, ainda em 1949, com International Business Machines Corporation (IBM) por meio de uso e aplicação da linguística na compilação do Índice Thomisticus e a codificação de 11 milhões de palavras do latim medieval relativo ao trabalho de São Tomás de Aquino e outros autores (Hockey, 2004, p. 3, tradução nossa). Então, pode-se verificar que desde seu início as HD se caracterizam como práticas interdisciplinares voltadas para a solução de problemas postos pelas humanidades no geral. As HDs evoluem até os dias atuais e se configuram atualmente como uma matriz de práticas convergentes que exploram um universo onde o documento impresso não é mais a “mídia” oficial. [...] Referem-se ao conjunto das Ciências humanas e sociais, às Artes e às Letras. As

humanidades digitais não negam o passado, apoiam-se, pelo contrário, no conjunto dos paradigmas, *savoir faire* e conhecimentos próprios dessas disciplinas, mobilizando simultaneamente instrumentos e as perspectivas singulares do mundo digital. [...] As humanidades digitais designam uma transdisciplina, portadora dos métodos, dos dispositivos e das perspectivas heurísticas ligadas ao digital no domínio das Ciências humanas e sociais (Dacos, 2012, online). Essa articulação é sustentada por uma cultura de colaboração e participação, condição indispensável para lidar com as transformações que atravessam tanto a ciência quanto a sociedade. Neste contexto, conhecimento é produzido, disseminado e agrupado, formando novas configurações, as ferramentas, mídias e técnicas digitais têm alterado a produção e disseminação deste recurso em diversas áreas (Gallotti, 2023). O conceito de HD vai além da soma dos termos Humanidades e Digitais. Essa área de investigação se revela como uma maneira de enquadrar e propor teoricamente novas formas de trabalho e metodologias sobre o que vem ocorrendo na área das Humanidades e suas subáreas no contexto da chamada Sociedade da Informação na Era Digital

Metodologia

A metodologia deste estudo adotou uma abordagem exploratória e descritiva, visando levantar, analisar e compreender o tema dos Estudos Críticos em Humanidades Digitais. Com base em autores como Quivy, Campenhoudt, Santos (1992) e Minayo (2001), a pesquisa buscou interpretar fenômenos ainda pouco explorados, por meio de uma investigação qualitativa que privilegia os significados e contextos das produções científicas. A técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, apoiada em autores como Severino (2013) e Lakatos e Marconi (2007), a qual permitiu a construção de um sólido referencial teórico a partir de livros, artigos e teses já publicados, ampliando o conhecimento sobre o objeto de estudo e oferecendo subsídios para futuras pesquisas no campo. Complementarmente, foi incorporada uma abordagem quantitativa por meio da bibliometria, integrante dos estudos métricos da informação (EMI), com o propósito de mensurar a produtividade, qualidade e impacto das publicações. Utilizando a base de dados Scopus, foram selecionados registros iniciais. Foram utilizados critérios de exclusão relacionados a publicações duplicadas bem como publicações que fugiam do escopo central da pesquisa. A quantidade de artigos final resultou em 123 documentos recuperados, contribuindo para a compreensão da dinâmica da produção científica sobre os estudos críticos em humanidades digitais. As análises dos dados coletados foram feitas de acordo com os preceitos da análise de conteúdo propostos por Bardin (2011). Para a autora, a análise de conteúdo constitui-se em “um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2011, p. 15). Tal perspectiva possibilita a codificação, categorização e interpretação sistemática dos dados, permitindo ultrapassar a simples descrição e alcançar inferências que evidenciem significados e relações implícitas no material analisado. Além disso, o trabalho adotou uma perspectiva crítica e interdisciplinar, articulando referenciais teóricos que problematizam colonialidade, exclusão epistêmica e hegemonia tecnológica. A análise interpretativa das obras selecionadas busca construir uma visão plural e reflexiva sobre os caminhos metodológicos e epistemológicos que sustentam os estudos críticos em humanidades digitais, valorizando especialmente as contribuições oriundas de contextos periféricos e não hegemônicos. Essa abordagem permite ampliar o escopo da

investigação e oferecer subsídios para práticas mais inclusivas e transformadoras no campo das humanidades digitais.

Resultados e Discussões

A discussão acerca das Humanidades Digitais (HD) e da Ciência da Informação (CI) revela que ambas constituem campos estratégicos para repensar a ciência no contexto das transformações digitais. Mais do que instrumentalizar o uso de tecnologias, esses campos promovem reflexões críticas sobre os impactos sociais, culturais e epistemológicos da digitalização, assumindo uma postura que questiona modelos hegemônicos e abre espaço para novas formas de construção do conhecimento. Nesse sentido, a aproximação entre HD e CI fortalece uma visão plural e colaborativa, alinhada às demandas contemporâneas de participação e inclusão.

Quadro 1 - Principais autores de : Estudos Críticos em Humanidades Digitais

AUTOR	CONCEITOS CHAVE E CONTRIBUIÇÕES
Johanna Drucker	Conceito-chave: Humanidades Digitais como epistemologia crítica Contribuição: Propõe que as HD devem questionar os modelos computacionais dominantes
Tara McPherson	Conceito-chave: Crítica racial e tecnológica Contribuição: Analisa como raça e tecnologia se entrelaçam nas práticas digitais
Roopika Risam	Conceito-chave: Humanidades Digitais Decoloniais Contribuição: Defende HD que incluam vozes marginalizadas e narrativas do Sul Global
Babalola Titilola Aiyegbusi	Conceito-chave: Descolonização das HD Contribuição: Aborda perspectivas africanas para reconfigurar as práticas digitais
Susan Schreibman, Ray Siemens, John Unsworth	Conceito-chave: Fundamentos das HD Contribuição: Criaram uma das primeiras definições formais do campo em 2004
Ricardo Medeiros Pimenta	Conceito-chave: Ideologia científica e interdisciplinaridade Contribuição: Relaciona HD com Ciência da Informação e crítica epistemológica brasileira
Virgínea Novack Santos da Rocha	Conceito-chave: HD no Brasil e crítica pós-colonial Contribuição: Analisa o desenvolvimento das HD no Brasil com foco em inclusão e poder
Vanessa Rodrigues Barcelos	Conceito-chave: Gênero, raça e literatura digital Contribuição: Estuda discursos sobre bruxaria e ferramentas digitais no ensino

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025 Para a análise dos conceitos identificados foi feita

Temas Transversais

- Decolonialidade:** crítica às estruturas coloniais presentes nas tecnologias e narrativas digitais.
- Epistemologia crítica:** questionamento dos métodos e modelos computacionais aplicados às ciências humanas.
- Inclusão e diversidade:** valorização de vozes periféricas e saberes não hegemônicos.
- Interdisciplinaridade:** articulação entre áreas como Ciência da Informação, Literatura, História e Tecnologia.

O quadro conceitual dos estudos críticos em Humanidades Digitais revela um campo em constante expansão, marcado por abordagens que tensionam os limites epistemológicos, políticos e culturais das práticas digitais. Autores como Johanna Drucker e Tara McPherson propõem uma leitura crítica dos modelos computacionais e das interseções entre tecnologia e raça, enquanto Roopika Risam e Babalola Titilola Aiyegbusi ampliam o debate com perspectivas decoloniais e africanas, desafiando narrativas hegemônicas. No contexto brasileiro, Ricardo Medeiros Pimenta, Virgínea Novack Santos da Rocha e Vanessa Rodrigues Barcelos contribuem com reflexões sobre ideologia científica, inclusão e gênero, articulando as HD com a Ciência da Informação e a crítica pós-colonial. Os temas transversais — como decolonialidade, epistemologia crítica, diversidade e interdisciplinaridade — evidenciam o compromisso do campo com a transformação das formas de produção e circulação do conhecimento,

valorizando vozes periféricas e saberes plurais. Recomenda-se aprofundar os estudos sobre metodologias críticas aplicadas a dados digitais e explorar práticas de preservação digital com enfoque decolonial. Essas abordagens podem ampliar o impacto social e epistemológico das Humanidades Digitais.

Conclusão

Diante das análises realizadas, conclui-se que as Humanidades Digitais, em diálogo com a Ciência da Informação, representam um campo fértil para a construção de epistemologias críticas e inclusivas. Ao problematizar a hegemonia dos modelos tecnológicos dominantes e valorizar saberes diversos, essas áreas ampliam as possibilidades de compreensão e intervenção no cenário contemporâneo, marcado por intensas transformações sociais e digitais. A articulação entre crítica, tecnologia e interdisciplinaridade se mostra indispensável para enfrentar os desafios da produção e circulação do conhecimento na atualidade, especialmente quando se considera a urgência de práticas que promovam inclusão, diversidade e justiça cognitiva. Por fim, este estudo reforça a importância de investir em abordagens que não apenas incorporem os avanços digitais, mas que também promovam reflexões sobre os impactos sociais e culturais desses processos. Recomenda-se, como desdobramento, o aprofundamento de metodologias críticas aplicadas a dados digitais e o estudo de práticas de preservação digital com enfoque decolonial, capazes de ampliar o impacto social e epistemológico das Humanidades Digitais. A consolidação de práticas colaborativas, interdisciplinares e críticas pode contribuir para uma ciência mais participativa e sensível às demandas globais e locais. Assim, as Humanidades Digitais e a Ciência da Informação se configuram como áreas estratégicas para a construção de um conhecimento científico mais justo, plural e transformador.

Referências

AIYEGBUSI, Babalola Titilola. Decolonising digital humanities: African perspectives and practices. In: NYAMNJOH, Francis B. (org.). *Decolonising the Academy*. Cape Town: CODESRIA, 2020. BARCELOS, Vanessa Rodrigues. Bruxaria, gênero e literatura digital: discursos e práticas no ensino. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 1, p. 1–20, 2022./ BURDICK, Anne et al. Um breve guia para as Humanidades Digitais. *TECCOGS Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, 2020. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://opus.lib.uts.edu.au/bitstream/10453/158973/2/51727-Article%20Text-153096-1-10-20201130.pdf>. Acesso em 01 jul 2024. DACOS, Marin. La stratégie du sauna finlandais: Les frontières des Digital Humanities. *Digital Studies/Le champ numérique*, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.digitalstudies.org/article/id/7290/>. Acesso em 28 mai 2024 DEL RIO RIANDE, Gimena. Humanidades Digitales: Construcciones locales en contextos globales. 2018. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/32718/>. Acesso em 01 jul 2024. DRUCKER, Johanna. Humanities approaches to graphical display. *Digital Humanities Quarterly*, v. 5, n. 1, 2011. GALLOTTI, Monica Marques Carvalho; PIRES, Laís de Medeiros; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Incorporação das

Humanidades Digitais à Ciência da Informação: um estudo bibliométrico. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54592>. Acesso em 27 mai 2024

GALLOTTI, Monica Marques Carvalho. Possibilidades de Convergência entre as Humanidades Digitais e a Ciência da Informação. In: ALBUQUERQUE, Luciana Moreira de; SOUZA, Jacqueline Aparecida de; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Informação na Sociedade Contemporânea. Florianópolis: Nyota, 2020. Disponível em: <https://www.nyota.com.br/livros>. Acesso em 30 Ago 2025.

GUERREIRO, Dália; BORBINHA, José Luís. Humanidades Digitais: novos desafios e oportunidades. 2014. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12155>. Acesso em 10 mai 2024.

HOCKEY, Susan. The history of humanities computing. A companion to digital humanities, p. 1-19, 2004.

ISASI, Santiago Pérez; FLORES, Patricia Murrieta. Introdução: Humanidades Digitais e diversidade cultural: Aproximações críticas e comparativas. *Compendium: Journal of Comparative Studies| Revista de Estudos Comparatistas*, n. 3, p. 4-9, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nhl5N>. Acesso em 29 jun 2024.

KOLTAY, Tibor. Library and information science and the digital humanities: perceived and real strengths and weaknesses. *Journal of Documentation*, v. 72, n. 4, p. 781-792, 2016. Disponível em: <https://encurtador.com.br/IdCSU>. Acesso em 02 jul 2024

McPHERSON, Tara. Why are the digital humanities so white? or thinking the histories of race and computation. In: GOLDBERG, David Theo (org.). *Debates in the Digital Humanities*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. p. 139–160.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, n. esp., p. 57-69, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3893>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PALETTA, Francisco Carlos. Ciência da Informação e Humanidades Digitais: uma reflexão. *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: UEL/ANCIB, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1531/1838. Acesso em: 10 mai 2024

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Das iniciativas em Humanidades Digitais e suas materialidades: relato de um laboratório em construção contínua. *Memória e Informação*, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jaY3K>. Acesso em: 10 mai 2024.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Humanidades digitais e ciência da informação: aproximações epistemológicas. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 115–126, 2017.

RISAM, Roopika. *New digital worlds: postcolonial digital humanities in theory, praxis, and pedagogy*. Evanston: Northwestern University Press, 2018.

ROBINSON, Lyn; PRIEGO, Ernesto; BAWDEN, David. Library and information science and digital humanities: two disciplines, joint future?. *Re-inventing information science in the networked society*, 2015. Disponível em: <https://openaccess.city.ac.uk/id/eprint/11889/>. Acesso em 04 jul 2024

ROCHA, Virgínea Novack Santos da. Humanidades digitais no Brasil: perspectivas críticas e pós-coloniais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 45–60, 2021.

SARACEVIC, Tefko. Modeling Interaction in Information Retrieval (IR): A Review and Proposal. In: *Proceedings of the ASIS annual meeting*. 1996. p. 3-9. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ557152>. Acesso 01 jun 2024.

SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. *The digital humanities: a primer for students and scholars*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Selwyn N., Um panorama dos estudos críticos em educação e tecnologias digitais. in Rocha, C., El

Kadri, M. and Windle, J.(eds). Dialogos sobre tecnologia educacional. Sao Paulo, Pontes (pp. 15-40), 2017. Disponpive em: <https://osf.io/preprints/socarxiv/5pu3x>
SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; FLORES, Daniel. Ciência da informação e humanidades digitais: diálogos possíveis de uma relação em desenvolvimento - artigos científicos no Brasil. Liinc em revista, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4563>. Acesso em: 22 mai. 2024. TERRAS, Melissa. et al. The Humanities Matter!, 2013. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-05-2020-0072/full/html>. Acesso em: 17 jun 2024. WINNER, L. The whale and the reactor . Chicago: University of Chicago Press, 1986. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Y9PQz>. Acesso em 22 jun 2024.

CÓDIGO: HS1454

AUTOR: ROSÂNGELA FERREIRA ODILON

ORIENTADOR: NANCY SANCHEZ TARRAGO

TÍTULO: Racismo, Decolonialidade e Branquitude: Uma Análise Bibliométrica da Produção Científica na Biblioteconomia e Ciência da Informação

Resumo

Este artigo realiza uma análise bibliométrica da produção científica sobre racismo e branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). O estudo mapeou artigos indexados nas bases Scopus, Dimensions e BRAPCI entre 2010 à 2024, com objetivos de analisar a evolução temporal, caracterizar os agentes produtores e descrever os principais temas. Os resultados indicam um pico de publicações a partir de 2020, associado ao movimento Black Lives Matter. Identificou-se a predominância de autores racializados, notadamente mulheres negras, e uma hegemonia de instituições dos Estados Unidos e Canadá, com o Brasil como único representante significativo do Sul Global. A produção é majoritariamente composta por artigos científicos (80%). Os resultados revelam que as discussões, embora em crescimento, permanecem fragmentadas e concentradas no Norte Global. Conclui-se que o campo ainda é incipiente, refletindo as assimetrias do sistema global de conhecimento, e defende-se a urgência de transversalizar esses debates para desconstruir as bases colonialistas da BCI e promover a justiça epistêmica.

Palavras-chave: Racismo; Branquitude; Ciência da Informação; Biblioteconomia

TITLE: Racism, Decoloniality and Whiteness: A Bibliometric Analysis of Scientific Production in Library and Information Science

Abstract

This article conducts a bibliometric analysis of the scientific production on racism and whiteness in Library and Information Science (LIS). The study mapped articles indexed in the Scopus, Dimensions, and BRAPCI databases from 2010 to 2024, with the

objectives of analyzing the temporal evolution, characterizing the producing agents, and describing the main themes. The results indicate a peak in publications starting in 2020, associated with the Black Lives Matter movement. A predominance of racialized authors, notably Black women, and a hegemony of institutions from the United States and Canada were identified, with Brazil as the only significant representative from the Global South. The production is predominantly composed of scientific articles (80%). The results reveal that the discussions, although growing, remain fragmented and concentrated in the Global North. It is concluded that the field is still incipient, reflecting the asymmetries of the global knowledge system, and the urgency of mainstreaming these debates to deconstruct the colonialist foundations of LIS and promote epistemic justice is advocated

Keywords: Racism; Whiteness; Information Science; Librarianship

Introdução

A sociedade foi estruturada com base na ideia de uma raça superior, na qual esse fator determinava não apenas o nível de inteligência e o caráter dos indivíduos, mas também suas perspectivas de ascensão social e acesso a oportunidades. Esse argumento serviu como justificativa para a perpetração de atrocidades, entre as quais se destaca a escravidão, “uma prática social e econômica na qual um indivíduo adquire direitos de propriedade sobre outro, tornando-o sob o uso da força a condição de escravo” (Vergner; Rocha, 2021, p.3). Essa ideologia não apenas foi corroborada, mas também financiada e disseminada pelo catolicismo, que associou indivíduos de pele não branca ao mal, bem como pela ciência, que contribuiu ativamente para a consolidação do preconceito contra os povos negros (Nunes, 2006). Pesquisas no campo socioantropológico, assim como eventos históricos ocorridos na Alemanha, reforçaram a constatação de que “raça é elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológicos” (Almeida, 2012, p. 24), desmistificando esse imaginário colonizador. No Brasil, esse fenômeno assume contornos particulares, como o “racismo à brasileira”, uma forma peculiar de racismo estrutural em que a sociedade perpetua desigualdades raciais, mas nega veementemente a existência do racismo, pois “o racismo no Brasil é pior do que aquele existente nos Estados Unidos, já que a dinâmica racial no Brasil impossibilitou que os negros-mestiços desenvolvessem uma consciência racial” (Figueiredo; Grosfoguel, 2009, p. 227). Essa negação está profundamente enraizada em uma “história única”, conceito desenvolvido por Adichie (2009), que se refere à simplificação e homogeneização das narrativas históricas, apagando perspectivas marginalizadas e sustentando estereótipos dominantes.

Tais narrativas, repletas de vieses, operam como mecanismos eficazes de perpetuação do racismo, de modo a se fazer presentes em diversas esferas, entre elas a Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), que mesmo sendo campos que prezam pela democratização da informação, estão alicerçados em visões eurocêtricas que moldaram seus sistemas. Estudos consolidados como os de Aquino e Santana (2013), Santos (2020) e Silva (2022), discutem a manifestação do racismo nas representações da informação, evidenciando-o tanto nos sistemas de classificação, como a Classificação

Decimal Universal (CDU) e na Classificação Decimal de Dewey (CDD) (Milani; Guimarães, 2017), quanto na própria composição dos acervos bibliotecários. Nessas estruturas, categorias e terminologias perpetuam estereótipos, enquanto produção de autores e autoras negras frequentemente é marginalizada ou ausente (Tanus; Tanus, 2020). Essa contradição sustenta uma violência epistêmica e material, reproduzida cotidianamente por instituições que se apresentam como imparciais, mas que na verdade operam como "dispositivos ideológicos do apagamento", relegando conhecimentos indígenas e afro-diaspóricos a posições periféricas e invisibilizadas. Esse processo reflete o que Carneiro (2005) define como epistemicídio, a eliminação sistemática de cosmovisões não-europeias, que são silenciadas, deslegitimadas ou apropriadas pelo cânone ocidental. Diante desse cenário, urge investigar como a BCI tem enfrentado o desafio de desconstruir suas bases colonialistas. Visando preencher essa lacuna, esse estudo realizará um mapeamento de produções científicas sobre branquitude, racismo, antirracismo e decolonialidade no campo da BCI, tanto no contexto nacional quanto internacional. Para isso, serão examinadas as bases de dados Scopus, Dimension e Brapci, com três objetivos interligados: 1) Analisar a evolução temporal da produção científica. 2) Caracterizar os agentes produtores mais relevantes e principais canais de comunicação 3) Descrever os principais temas que se discutem na produção científica analisada. Ao tensionar o passado colonial da área, busca-se contribuir para sua reinvenção como campo comprometido.

Metodologia

Para este trabalho foi realizado uma pesquisa qualiquantitativa com objetivos exploratórios e descritivo por meio de pesquisa bibliográfica e bibliométrica que constitui em[...] categorizar, segundo critérios variados, a produção bibliográfica dentro de uma área de conhecimento ou disciplina (Lenine; Mörschbacher, 2020, p.132). A pesquisa bibliométrica foi complementada com a abordagem Análise Estrutural de Redes Sociais, para caracterizar relações existentes entre os agentes envolvidos na produção científica estudada por meio de levantamento bibliográfico em três bases de dados: a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), para produções nacionais, e a Dimensions e Scopus por serem bases de dados interdisciplinares, com coberturas de revistas distintas, o que as tornam complementares, abrangendo publicações a partir de 2010, por se tratar de bases de dados internacionais com grande volume de produções indexadas, (no caso da DIMENSIONS e Scopus), 1984 (no caso da BRAPCI) até o ano de 2024, por ter um menor número de produção indexadas quando comparada com as bases de dados internacionais. A coleta dos dados foi realizada em duas etapas distintas. Os dados da BRAPCI (<https://brapci.inf.br/>) foram coletados no dia 12 de julho de 2025. Posteriormente, os dados das plataformas Dimension (<https://app.dimensions.ai/>) e Scopus (<https://www-scopus-com>.) foram coletados no dia 7 de agosto de 2025.

Para a escolha dos termos de busca, a pesquisa trabalhou com descritores relacionados às temáticas étnico-raciais, branquitude, etnicidade e racismo relacionando à Biblioteconomia, Ciência da Informação e Organização do conhecimento A estratégia de busca se fundamentou na seguinte expressão: ("Library science" OR "knowledge organization" OR "libraryand information science" OR "librarianship") ("anti-

blackness" OR racism OR racist OR racial OR ethnicity OR BIPOC OR "anti-racism" OR "critical race theory" OR "Critical whiteness theory" OR "whiteness studies"). No caso da BRAPCI, por se tratar de uma base de dados nacional, os termos descritos acima foram inseridos no idioma Português. Como resultado da busca, foram recuperados 674 registros correspondentes, distribuídos da seguinte forma: Scopus (170 registros), Dimensions (407 registros) e BRAPCI (100 registros). Após a coleta, os dados foram organizados em quatro arquivos distintos no Microsoft Excel, cada um contendo uma planilha específica.

Os indicadores de produção científica utilizados estão descritos no Quadro 1.

Foi utilizado também o indicador relacional de coocorrência de palavras. A análise de coocorrência calcula a frequência na qual pares de palavras aparecem de forma conjunta em um corpus textual. A análise foi feita utilizando o software VOSviewer, que utiliza algoritmos de similaridade para agrupar em clusters as palavras com maior coocorrência. Dessa maneira é possível inferir relações entre termos que podem configurar agrupamentos temáticos. Essa análise buscou sistematizar como as discussões sobre antirracismo, teorias críticas da raça e branquitude têm sido incorporadas no campo da Ciência da Informação, destacando lacunas e oportunidades para pesquisas futuras. Para esta análise foi utilizado o campo Palavras-chave da base Scopus e as palavras do campo título e resumo das bases de dados Dimensions e BRAPCI.

Antes de criar as redes de coocorrência de palavras em VOSviewer,, foi elaborado um tesouro para padronizar a grafia e agrupar sinônimos ou variantes de termos estabelecidos pelos autores foi elaborado um tesouro Essa curadoria prévia é essencial para evitar duplicidade e inconsistência na análise de redes de coocorrência, garantindo a precisão e confiabilidade dos mapas bibliométricos gerados.

Resultados e Discussões

Durante décadas, o racismo tem estado presente na sociedade, segregando e hierarquizando populações em diversas partes do globo. Mas, para entendermos o racismo, precisamos compreender a palavra que o originaliza. O termo "racismo" deriva da palavra "raça", que, segundo Munanga (2003), tem origem no italiano *razza*, por sua vez proveniente do latim *ratio*, que significa "sorte", "categoria" ou "espécie". A autora explica que esse conceito foi inicialmente utilizado na zoologia e na botânica para classificar espécies animais e vegetais, destacando que a noção de raça possui um campo semântico variável no tempo e no espaço. No latim medieval, o termo referia-se à descendência ou linhagem, indicando grupos com ancestrais e características físicas em comum. Foi apenas em 1684 que o francês François Bernier empregou a palavra no sentido moderno, categorizando a diversidade humana em grupos distintos. Nos séculos XVI e XVII, a nobreza francesa apropriou-se desse conceito para se distinguir da plebe, associando-se aos francos (de origem germânica) em oposição aos gauleses (vinculados à população local). Alegavam possuir sangue "puro" e habilidades superiores, utilizando essa narrativa para justificar sua dominação. Dessa forma, a ideia de raças "puras",

originalmente vinculada à botânica e à zoologia, foi instrumentalizada para legitimar hierarquias sociais sem qualquer fundamento em diferenças biológicas reais. Esse discurso pseudocientífico, como apontado anteriormente, resultou em um dos maiores genocídios da história, cujas consequências perduram até hoje. No entanto, tais violências não geram comoção coletiva, como o Holocausto, uma vez que corpos não brancos continuam a ser vistos e tratados como inferiores, violentos e animais, perpetuando assim a desumanização e a opressão racial.

Nesse contexto, identificamos o racismo como parte intrínseca da organização da sociedade, manifestando-se de diversas formas, entre as quais se destaca o racismo estrutural, que se consolidou como um eixo central no debate acadêmico e político ao demonstrar que o racismo transcende atitudes individuais, estando profundamente enraizado nas instituições e dinâmicas sociais (Almeida, 2019). Ainda segundo o autor, trata-se de um mecanismo que estrutura a própria organização da sociedade, moldando de forma sistemática e desigual o acesso a oportunidades, direitos e recursos com base em critérios raciais. Sua gênese está intrinsecamente ligada à formação dos Estados modernos, que, em consonância com a expansão capitalista e as ideologias coloniais, institucionalizaram hierarquias raciais para legitimar regimes de exploração econômica e dominação política (Mbembe, 2014). Na obra *Racismo Estrutural*, Almeida (2019, p. 22) Almeida aponta que:

“[...] a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo da morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres vivos serviria, mais do que o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania (Almeida, 2019, p.22).

A escravidão transatlântica, o colonialismo e as políticas segregacionistas não são meros capítulos de um passado distante, mas expressões fundamentais de um sistema contínuo de dominação racial. Esse sistema estrutura as relações sociais de modo a garantir que a presença afro e indígena permaneça na esfera mais baixa da hierarquia social, uma vez que, a cor da pele dita a posição de um indivíduo nessa hierarquia. Sendo assim, quanto mais clara for a cor da pele, maior o acesso a privilégios materiais e simbólicos; quanto mais escura, mais profundas são as barreiras à mobilidade e ao reconhecimento (Rossatto, 2014).

Nesse ponto se faz necessário discutir e refletir acerca da branquitude, termo idealizado por Du Bois (1990) e também discutido por intelectuais como Fannon (1952); Biko (1960) e Memmi (1989). Refere-se a identidade racial branca em um contexto de “privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo” (Cardoso, 2010), consolidando-se como categoria analítica fundamental para a compreensão das estruturas raciais contemporâneas. Os Estudos Críticos da Branquitude implicam na desnaturalização da brancura enquanto norma implícita, expondo-a como construção histórica sustentada por privilégios sistêmicos nos âmbitos social, econômico e político. A branquitude é mais que uma mera identidade, ela se configura como ponto central de poder e dominação que opera através de sua própria

invisibilização (Miranda; Santos, 2021). Corroborando com essa ideia, Bento (1998) aponta que existe um acordo que explicam as desigualdades raciais em países vítimas da colonização como o Brasil, “[...] um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais” (Bento, 1998, p.6), denominado por ela como o pacto da branquitude.

Visando romper com este ciclo, surgem na década de 1990, nos Estados Unidos, os estudos críticos da branquitude (*critical whiteness studies*), tendo como objetivo “tirar o olhar das identidades consideradas de margem e voltar para autoconstrução do centro, com o intuito de olhar, revelar e denunciar também os conteúdos destas que até então haviam sido privadas de uma análise crítica” (Schucman, 2014, p.84). Em contextos institucionais como no da BCI, esses estudos revelam a persistência de lógicas excludentes, como observado nos sistemas de classificação, nas representações do conhecimento e nas práticas curatoriais, ainda que revestidos de neutralidade, reproduzem hegemonias brancas tanto na seleção de acervos quanto na valorização de saberes. O fenômeno do branqueamento biblioteconômico, expresso na marginalização de epistemologias negras, indígenas e periféricas em acervos, currículos e práticas profissionais, exemplifica essa dinâmica (Silva, 2020). Como demonstra Gomes (2016), tal processo não é contingente, mas estrutural, vinculado ao legado colonial da BCI e seu alinhamento histórico com o projeto iluminista europeu. Esse paradigma privilegia cânones específicos enquanto silencia cosmovisões oriundas de povos não brancos, estratégia que vem sendo desafiada pela emergência da Biblioteconomia Negra no Brasil. Este movimento, conforme Silva e Saldanha (2019), propõe modelos alternativos ancorados em epistemologias afrodiáspóricas, articulando práticas informacionais às demandas de populações historicamente excluídas. Essa desconstrução transcende a mera inclusão de diversidade, pois exige uma ruptura epistêmica com modelos coloniais de organização do saber. Isso implica não apenas a revisão de práticas e currículos, mas uma reestruturação radical das políticas de gestão informacional, redistribuindo o poder simbólico e material, uma vez que a verdadeira transformação antirracista só ocorrerá quando a branquitude for deslocada de seu status de norma incontestável.

A análise da produtividade acadêmica presentes nos Gráficos 1, 2 e 3, mostram um pico significativo a partir de 2020 que coincide com a confluência da pandemia de COVID-19, que amplificou o uso de plataformas digitais, e pela comoção global após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, que amplificou o movimento Black Lives Matters. Esse contexto gerou um aumento multidisciplinar na produção científica, mantendo-se alta em anos subsequentes até 2024, quando os dados indicam uma queda nas produções acerca das discussões raciais. As bases Dimension e BRAPCI registram quedas no número de publicações, sugerindo saturação ou normalização do tema, já a Scopus, esta apresentou um crescimento expressivo (de 18 para 30 produções) no respectivo ano. Essa divergência pode estar associada ao fato de a base ser mais abrangente, representando melhor o universo de pesquisadores, e por indexar periódicos de maior impacto, o que confere maior visibilidade à produção científica (Santana; Mugnaini, 2018). Seu crescimento reflete não um aumento na quantidade total de trabalhos, mas sim uma maturação do campo, com foco em estudos de qualidade e especificidade, recuperados de forma mais eficiente por sua plataforma.

Quando analisamos a tipologia documental das produções científicas indexadas nas três bases de dados, identifica-se uma predominância absoluta de artigos científicos, que

representam 80% do total da produção. Este dado evidencia a centralidade do periódico científico como canal de comunicação e divulgação de pesquisas na área, reforçando seu status como a principal unidade de valor no sistema acadêmico atual, o que para Galvão e Ricarte (2020) se deve-se ao fato de que a revisão de literatura é essencial para o trabalho acadêmico uma vez que evita a duplicação de pesquisas, permite observar possíveis falhas em estudos existentes e conhecer recursos necessários para a construção de novos estudos. Em segundo lugar, com 20% das ocorrências, aparecem os trabalhos publicados em anais de congressos e eventos. Essa tipologia é fundamental para a divulgação rápida de resultados preliminares, o estabelecimento de redes de colaboração e a discussão de ideias em estágio inicial de desenvolvimento. Os capítulos de livros, que correspondem a 10% da amostra, completam o panorama. Este formato geralmente permite um aprofundamento teórico ou a compilação de conhecimento consolidado sobre um tema específico, sendo frequentemente resultado de colaborações ou convites especializados.

Ao analisar as Tabelas 1, 2 e 3, que representam os autores com maior produção sobre as temáticas étnico-raciais, branquitude, etnicidade e racismo relacionando à Biblioteconomia, Ciência da Informação, destacam-se três aspectos relevantes. Em primeiro lugar, embora ainda predomine uma hegemonia de países do Norte Global e da Europa, os autores que ocupam as primeiras posições no ranking são majoritariamente racializados. Esse fenômeno indica uma ruptura na tradicional liderança de pesquisadores brancos na produção acadêmica, ao mesmo tempo que pode refletir o menor envolvimento destes as discussões raciais. Um segundo ponto a ser ressaltado é o protagonismo de mulheres negras nas bases Dimension e Scopus. Nicole A. Cooke e Mónica Colón-Aguirre, ambas professoras da University of South Carolina (USC), nos Estados Unidos, destacam-se com significativa produção. Cooke lidera com 15 trabalhos na Dimension e 5 na Scopus, enquanto Colón-Aguirre registra 7 e 5 produções, respectivamente. É importante destacar também a presença de pesquisadoras brasileiras nas bases analisadas como Franciële Carneiro da Silva Garcês, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que aparece tanto na Scopus quanto na BRAPCI e Dirnéle Carneiro Garcez, presente nas três bases de dados, com três produções em cada, exceto na Scopus, onde conta com duas publicações. Esses dados não apenas evidenciam a diversificação gradual dos sujeitos produtores de conhecimento, mas também reforçam a relevância de vozes negras no cenário acadêmico nacional e internacional.

Ao analisar as Tabelas 4 e 5, evidencia-se uma hegemonia consolidada na produção científica indexada, uma vez que tanto na Dimensions quanto na Scopus os Estados Unidos (129 – 249) aparecem em posição de liderança, seguidos pelo Canadá (16 – 32). Tal concentração não é surpreendente, pois reflete a histórica centralidade do eixo norte-americano na dinâmica global de produção e circulação do conhecimento científico. Em contrapartida, apenas o Brasil (6 – 27) surge como representante do Sul Global nesse ranking, o que, embora significativo, ainda aponta para um desequilíbrio estrutural em termos de visibilidade e impacto científico. Esse cenário reforça discussões já amplamente presentes na literatura da Cientometria e da Ciência da Informação, sobretudo no que tange à desigualdade epistêmica e à persistente assimetria entre centros produtores de ciência (majoritariamente localizados no Norte Global). A hegemonia de Estados Unidos e Canadá pode ser interpretada como resultado de fatores múltiplos como robustez de financiamento público e privado, tradição institucional de

pesquisa consolidada, domínio da língua inglesa como língua franca da ciência, e maior capacidade de inserção em redes internacionais de colaboração. Em seu estudo sobre Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento (os centros e periferias na circulação nacional e internacional do conhecimento), Beigel (2013) crítica a estrutura desigual do sistema acadêmico mundial e o lugar da América Latina nesse contexto. Ela também pontua como as bases de dados são enviesadas e que a cientometria dominante não mede a produção global de conhecimento, mas apenas uma parcela restrita, vinculada a interesses comerciais e acadêmicos específicos e que por isso existe uma urgência em se construir critérios de avaliação que valorizem a diversidade linguística, fortaleçam as redes regionais e promovam um diálogo mais simétricos entre os centros e periferias.

Nessa perspectiva, a presença do Brasil, ainda que tímida em termos quantitativos, é reveladora. Ela evidencia os esforços de internacionalização da pesquisa brasileira, especialmente a partir de políticas de fomento da última década. Todavia, o contraste em relação às potências do Norte Global sugere limitações estruturais, como restrições orçamentárias, barreiras linguísticas e desigualdades de acesso às infraestruturas de pesquisa de ponta. Nesse contexto, é pertinente questionar até que ponto essa hegemonia quantitativa reflete de fato uma hegemonia cognitiva? A predominância dos Estados Unidos e do Canadá não se resume ao volume de publicações, mas também se estende ao estabelecimento de agendas de pesquisa, definição de parâmetros metodológicos e influência sobre quais temas ganham centralidade nos debates globais. O Brasil, ao figurar nesse cenário, precisa enfrentar não apenas o desafio de ampliar sua produção, mas sobretudo o de conquistar maior relevância e autonomia epistêmica dentro da estrutura desigual do sistema científico internacional.

Com base nos dados apresentados nos Gráficos 4, 5 e 6, observa-se uma distribuição distinta dos periódicos com maior número de publicações entre as três bases de dados analisadas, Dimension, Scopus e BRAPCI, refletindo suas diferentes naturezas, escopos e abrangências regionais ou temáticas. Na Dimension, que é uma base de dados multidisciplinar e de acesso aberto com forte presença em produção recente, destacam-se periódicos com alta visibilidade internacional e amplo espectro temático, frequentemente com foco em ciências naturais, saúde e áreas afins. Já a Scopus, reconhecida por sua curadoria rigorosa e prestígio acadêmico, tende a listar revistas consolidadas, com alto fator de impacto e reconhecimento global, muitas vezes das mesmas áreas, mas com um viés mais tradicional e institucional. Por outro lado, a BRAPCI apresenta um perfil completamente distinto, com periódicos majoritariamente brasileiros ou latino-americanos, muitos deles especializados em Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e áreas afins, refletindo a produção regional e temática nem sempre capturada pelas bases internacionais.

Quando analisamos os periódicos presentes no ranking, observamos a presença do Library Trends, Journal of Education for Library and Information Science e Reference Services Review que aparecem em entre Scopus e Dimension, sugerindo uma sobreposição entre revistas de alto impacto internacional e as indexadas em plataformas de acesso aberto. No entanto, a quase inexistência de periódicos presentes na BRAPCI nas outras bases indica uma desconexão entre a produção regional especializada e os circuitos hegemônicos de publicação global. Isso significa que, embora a Scopus e a Dimension representem veículos de comunicação científica de alcance internacional, a

BRAPCI cumpre um papel essencial na valorização e visibilidade de periódicos regionais e de nicho temático. A disparidade na cobertura de títulos entre bases de dados evidencia a necessidade de se consultar múltiplas fontes de indexação, a fim de obter uma compreensão abrangente e minimizar vieses na avaliação da produção acadêmica. Os mapas criados no software VOSviewer com os resultados extraídos da busca nas bases de dados alvo desta pesquisa apresentam uma coocorrência de palavras-chave que, quando observados sob a perspectiva das questões raciais, revelam não apenas a presença (ou ausência) de termos relacionados a raça, diversidade e inclusão, mas também a forma como eles se articula com outros conceitos centrais da área. No contexto da Dimensions (figura 1), nota-se uma rede mais dispersa, o que sugere que as discussões raciais aparecem de modo ainda fragmentado. Um fator que pode explicar esse resultado é que essa base não possui um mecanismo de busca por palavras-chave, consequentemente os termos presentes nas produções indexadas distribuem-se de modo pontual resultando na figura fragmentada visualizada. No caso da Scopus (figura 2), percebemos que a densidade de nós e a força das conexões sugerem uma similaridade com os resultados da Dimensions, indicando que o campo de estudos raciais também se apresenta, em certa medida, como campo fragmentado e multidisciplinar. Contudo, uma análise mais detalhada revela uma diferença crucial na arquitetura temática, uma vez que Scopus possui o campo de busca de palavras-chave, o que reflete o resultado da análise de coocorrência. O posicionamento das palavras-chave com racism, microaggression, color e whiteness dentro de clusters bem definido mostra que, nesta base as discussões são menos incidentais e mais intencionais. Isso sugere a existência de comunidades acadêmicas consolidadas que investigam subtemas específicos como branquitude, teoria crítica, entre outros. Já na BRAPCI (figura 3), a visualização revela algo bastante significativo. A emergência de termos mais específicos e localizados, relacionados diretamente às realidades brasileiras e latino-americanas. Aqui, a discussão racial se aproxima de categorias como “branquitude” e “teoria crítica da informação”. Isso denota que, no contexto brasileiro, as questões raciais aparecem fortemente conectadas a práticas sociais e culturais concretas, evidenciando a luta por visibilidade e o papel da informação como instrumento de resistência e emancipação.

Conclusão

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação, em seus fundamentos teóricos, trazem como eixo central a promoção da justiça social, da equidade no acesso e da democratização do conhecimento. No entanto, a trajetória histórica de ambas as áreas, como discutido anteriormente, evidencia um descompasso entre tais princípios e a prática efetiva, revelando um direcionamento que, em muitas ocasiões, perpetuam desigualdades estruturais. Essas desigualdades são evidenciadas na gestão e na organização do conhecimento, expressas em instrumentos como o de classificação, reduzindo religiões de matrizes africanas, por exemplo, a um única categoria (Silva, 2018), invisibilizando-as e/ou marginalizando-as. Essa redução epistemológica segue reproduzindo hierarquias de poder de modo a cristalizar visões eurocêntricas e corroborar para a exclusão simbólica e cognitiva de comunidades inteiras. Ainda mais preocupante é a constatação de que o número de produções acadêmicas críticas a esse sistema permanece relativamente restrito, refletindo uma escassez de debates não

apenas por falta de interesse em promover transformações significativas, mas também na resistência estrutural a revisar práticas consolidadas que sustentam um paradigma excludente. Este trabalho teve como objetivo investigar como a BCI tem enfrentado o desafio de desconstruir suas bases colonialistas, por meio de um mapeamento de produções científicas sobre branquitude, racismo, antirracismo e decolonialidade no contexto nacional e internacional, examinando as bases de dados Scopus, Dimension e Brapci analisando a evolução temporal da produção científica, caracterizando os agentes produtores mais relevantes e principais canais de comunicação e descrevendo os principais temas que se discutidos na produção científica analisada. O resultado deste trabalho mostrou que existem produções científicas acerca das temáticas etno raciais, da teoria crítica da branquitude na área da BCI, além de serem produzidas majoritariamente por autores(as) não brancos(a), mas que ainda há uma predominância hegemônica nos periódicos indexados nas bases de dados. Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o debate seja acerca desta temática seja transversalizado em todos os espaços institucionais e acadêmicos onde o conhecimento é produzido, organizado e disseminado. Para pesquisas futuras sugerimos a produção de diagnósticos críticos em artigos e pesquisas que repensem práticas efetivas de valorização de saberes plurais, e sobre tudo, que reconheçam o papel político das tecnologias de informação e organização do conhecimento.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque .; SANTANA, V. A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação a memória dos negros. RICI, Brasília, v.6 n.2, p. 17-36, 2013.

Brasil. (2011). Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htmS. Acesso em: 07 Ago. 2025.

BEIGEL, Fernanda. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. Nueva Sociedad, n. 15, 2012. Disponible en: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3944_1.pdf. Acesso em: 30 Ago. 2025

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, p. 5-58, 2002.

BIKO, S. (1990 [1978]). *Escrevo o que eu quero*. Série Temas, vol. 21. Sociedade e Política. Trad. Grupo Solidário São Domingos. São Paulo: Ática.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 22 maio 2025.

DU BOIS, W. E. My evolving program for Negro freedom. *Clinical Sociology Review*, v. 8, n. 1, p. 5, 1990.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Londres: Paladino, 1970.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da informação*, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 21, n. 3, p. 738-752, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista ciências sociais hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

MEMMI, A. (1989). *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 3ª ed. Trad. Roland Corbizer e Mariza Pinto. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a Biases em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a Representação de Assunto. *IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia*, v. 3, n. Especial, p. 72–92, 2017.

MIRANDA, Laisla Suelen. Notas sobre branquitude, privilégios e negação do racismo. *Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino*, v. 2, n. 8, p. 120-141, 2021.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, v. 17, p. 89-98, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>. Acesso em: 07 Ago. 2025.

ROSSATTO, César Augusto. A transgressão do racismo cruzando fronteiras: estudos críticos da branquitude: Brasil e Estados Unidos na luta pela justiça racial. *Revista da*

Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 6, n. 13, p. 120-133, 2014.

SANTANA, Anderson de; MUGNAINI, Rogério. A internacionalização nas Geociências da USP: comparação entre coberturas da Web of Science e da Scopus no nível micro. Em *Questão*, p. 111-133, 2018.

SANTOS, Andréia dos. Análise da representação terminológica da temática negra em sistemas de organização do conhecimento. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Acesso em: 30 Ago. 2025.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil*, p. 119-202, 2020.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. Biblioteconomia negra brasileira: caminhos, lutas e transformação. *Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação*, v. 12, n. 2, 2019.

SILVA, Maria Clara Tavares da. Racismo na Organização do Conhecimento: um olhar da produção científica na base de dados "Scopus". Orientadora: Profa. Dra. Nancy Sánchez Tarragó. 2022. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48964>. Acesso em 30 Ago 2025.

SCHUCMAN, Lia Vainer. BRANQUITUDE. SIM, NÓS SOMOS RACISTAS: ESTUDO PSICOSSOCIAL DA. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 83-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Acesso em: 07 Ago. 2025.

SOUZA, Maria Cleonice Vergne de; ROCHA, Júlio da. A ESCRAVIDÃO: PASSADO E PRESENTE. *Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação*, v. 9, n. 14, p. e142004-e142004, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/opara/article/view/13676>. Acesso em: 07 Ago. 2025.

TANUS, Gustavo; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Onde estão os autores e autoras negras? A literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. *Diacrítica*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 249–263, 31 jul. 2020. DOI 10.21814/diacritica.528. Disponível em: <http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/article/view/528>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Anexos



Quadro 1: Indicadores utilizados para análise das produções das bases de dados



Gráfico 1 – índice de produções por ano. Dimensions (2010 – 2024)



Gráfico 2 – índice de produções por ano. Scopus (2010 – 2024)



Gráfico 3 – índice de produções por ano. BRAPCI (2010 – 2024)



Tabela 1 – Publicações por autores, instituições e países com mais de 3 documentos.
(Dimensions 2010 - 2024) - imagem 1



Tabela 1 – Publicações por autores, instituições e países com mais de 3 documentos.
(Dimensions 2010 - 2024) imagem 2



Tabela 2 - Publicações por autores, instituições e países com mais de 3 documentos.
(Scopus 2010 - 2024)



Tabela 2 - Publicações por autores, instituições e países com mais de 3 documentos.
(Scopus 2010 - 2024)



Tabela 4 - Listagem de documentos por país ou território (Dimensions 2010-2024)



Tabela 5 - Listagem de documentos por país (Scopus 2010 -2024)



Gráfico 4 – Listagem de periódicos com maior número de publicações indexados na Dimension (2010-2024)



Gráfico 5 – Listagem de periódicos com maior número de publicações indexados na Scopus (2010-2024)



Gráfico 6 – Listagem de periódicos com maior número de publicações indexados na BRAPCI (2010-2024)



Figura 1- Coocorrência de palavras-chave



Figura 2 - Coocorrência de palavras-chave



Figura 3- Coocorrência de palavras-chave

CÓDIGO: HS1460

AUTOR: ALINE CAVALCANTI DANTAS

COAUTOR: ANA CAROLINA DA SILVA PEREIRA

ORIENTADOR: EDLA HOFFMANN

TÍTULO: AS TENDÊNCIAS DE ALOCAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO NO ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA DO SUS NO GOVERNO LULA (2023-2026)

Resumo

O artigo resulta do plano de trabalho “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da Atenção Especializada do SUS no Governo Lula (2023-2026)”, vinculado à pesquisa “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”, desenvolvida por integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL). Objetiva analisar as tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da Atenção Especializada do SUS para compreender os desafios do controle democrático do SUS no governo Lula. Fundamenta-se no método crítico-dialético e adota um estudo de enfoque misto, contemplando uma ampla revisão de literatura; pesquisa e análise documental em documentos de domínio da União e instrumentos de Controle Social democrático. Também recorre a Portais Públicos com informações sobre o Orçamento Público, para analisar os recursos destinados à Atenção Especializada. Os resultados indicam ganhos orçamentários na saúde devido à obrigatoriedade da retomada dos percentuais mínimos constitucionais pela União. Contudo, com o Novo Arcabouço Fiscal, persiste a diferença entre os valores autorizados e pagos, criando entraves aos gastos sociais e dificultando o atendimento das necessidades de saúde, enquanto se prioriza o fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida.

Palavras-chave: Ajuste fiscal. Atenção Especializada. Fundo Público. Lula. Saúde.

TITLE: Trends in the allocation of public funds in the budget and financing of Specialized Care in the SUS under the Lula administration (2023-2026)

Abstract

The article is the result of the work plan “Trends in the allocation of public funds in the budget and financing of Specialized Care in the SUS (Unified Health System) during the Lula administration (2023-2026),” linked to the research project “Trends in the allocation of public funds in the budget and financing of Health Policy during the Lula administration (2023-2026),” developed by members of the Study and Research Group on Social Issues, Social Policy, and Social Services (GEP-QPSOCIAL). It aims to analyze trends in the allocation of public funds in the budget and financing of Specialized Care in the SUS to understand the challenges of democratic control of the SUS during the Lula administration. It is based on the critical-dialectical method and adopts a mixed-method approach, including a broad literature review; research and documentary analysis of federal government documents and instruments of democratic social control. It also uses public portals with information on the public budget to analyze the resources allocated to Specialized Care. The results indicate budgetary gains in health due to the mandatory resumption of minimum constitutional percentages by the federal government. However, with the New Fiscal Framework, the difference between authorized and paid amounts persists, creating obstacles to social spending and hindering the fulfillment of health needs, while prioritizing public funds for the payment of interest and debt charges.

Keywords: Fiscal adjustment. Specialized care. Public fund. Lula. Health.

Introdução

O presente artigo é fruto do plano de trabalho intitulado “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da Atenção Especializada do SUS no Governo Lula (2023-2026)”, atrelado à pesquisa “As tendências de alocação do fundo público no orçamento e financiamento da política de saúde no governo Lula (2023-2026)”, em andamento desde 2024. O estudo é desenvolvido por docentes, discentes e profissionais vinculados(as) ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL). Objetiva analisar as tendências de alocação do fundo público no orçamento e no financiamento da política de saúde, no contexto de ajuste fiscal, para compreender os desafios do controle democrático do SUS no governo Lula.

Partindo desse objetivo, é fundamental resgatar o marco histórico da saúde no Brasil. Tendo em seu âmago o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), cuja força política e potência se expressa na realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) que reconhece a saúde enquanto direito de todos e dever do Estado, ganhando visibilidade e respaldo jurídico na Constituição Federal de 1988 e nas Leis Orgânicas nº 8.080/90 e nº 8.142/90, que regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, desde o surgimento do SUS, observa-se que a saúde convive com fortes embates e reduções financeiras que comprometem sua plena efetivação (Mendes; Carnut, 2020), evidenciando um cenário de intensos ataques às conquistas à saúde. Dessa forma, este plano aprofunda a análise do contexto de ajuste fiscal, com o objetivo de identificar as prioridades governamentais expressas no planejamento e na destinação de recursos financeiros e orçamentários na Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde.

Com base nesse panorama, a pesquisa parte do contexto das mudanças governamentais, marcadas pela chegada de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), ao seu terceiro mandato, em 2022. Nesse cenário, a população vislumbrava um período de reconstrução do país e de retomada dos investimentos públicos em saúde, fortemente comprometidos nos governos anteriores. A perspectiva de recuperação dos princípios democráticos ganha destaque na XVII Conferência Nacional de Saúde em 2023, configurando-se como um momento essencial de participação popular para o avanço dos pressupostos da Reforma Sanitária. Assim, é por meio desses espaços de controle social que se pode reivindicar o incremento do financiamento e do orçamento da saúde, inserindo essas pautas nas agendas prioritárias de um governo de frente ampla, mas com caráter popular.

Nessa seara, a sistematização deste relatório está organizada em quatro itens: o primeiro corresponde a esta introdução, que apresenta o tema e contextualiza a pesquisa. O segundo aborda os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na investigação; o terceiro contempla os resultados e a discussão, articulando dados coletados à análise teórica dos atravessamentos do ajuste fiscal na Atenção Especializada. Por fim, o quarto item traz as considerações finais, com o fechamento do estudo com as principais problematizações e proposições.

Metodologia

A produção deste artigo tem seus fundamentos no método crítico-dialético, no qual, na busca de compreender a essência do objeto estudado por meio das categorias historicidade, contradição, mediação e totalidade social, em que “o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (Netto, 2011, p.25).

Nessa perspectiva, este estudo procura articular as dimensões da crise do capital e os desafios do controle democrático do SUS no governo Lula, com ênfase na apreensão das tendências de alocação do fundo público no orçamento e no financiamento da Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde.

Considerando sua interconexão e complementaridade, o percurso metodológico contempla um estudo de enfoque misto, articulando dados qualitativos e quantitativos, os quais contribuem no processo de desvelamento do real e de orientação a processos interventivos (Prates, 2012).

Entendendo a importância do estudo das categorias que atravessam a investigação – fundo público, dívida pública, ajuste fiscal permanente, orçamento, financeirização, Novo Arcabouço Fiscal, saúde e Atenção Especializada –, foi realizada uma ampla revisão de literatura por meio de autores/as de referência para o debate, como Behring (2021), Brettas (2020), Carnut (2020), Funcia (2021) Mendes (2020), Mészáros (2011), Prates (2012), Santos (2021) e Salvador (2024).

No que se refere à pesquisa e coleta documental, se expressam a análise de documentos, como a Resolução da 17ª Conferência Nacional de Saúde, Plano de Saúde (2024-2027) e Plano Plurianual (PPA) da União (2024-2027). Além da coleta de informações no Portal do Siga Brasil, utilizadas para analisar os recursos financeiros destinados à Atenção Especializada em Saúde. Os dados foram sistematizados em quadros para facilitar sua análise e articulação com os objetivos do estudo.

No exercício de desenvolvimento da pesquisa, contemplamos atividades como participação em grupos de estudos, realizados quinzenalmente, com base na leitura e discussões de obras e autores/as críticos de referência para o debate citados anteriormente. Além disso, houve a participação mensal nas reuniões do GEP-QPSOCIAL, envolvendo a integração de docentes, discentes da graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFRN. Foram estudadas obras importantes como: “O imperialismo etapa superior do capitalismo”, de Vladimir I. Lênin; “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, de Florestan Fernandes; e “Dialética da dependência”, de Ruy Mauro Marini.

Além disso, é importante destacar a produção acadêmica e elaboração de artigos para submissão em eventos, como a XII Jornada Internacional de Políticas Públicas (Joinpp), o XVIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Cbas) e o 27º Seminário de Pesquisa do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Resultados e Discussões

O modo de produção capitalista é permeado por ciclos expansivos e destrutivos do capital, revelando um cenário mundial de uma crise estrutural marcada por um processo de depressão econômica. Em outras palavras, a crise de acumulação do capital caracteriza-se como crise endêmica e crônica, com a perspectiva de uma profunda crise estrutural (Mészáros, 2011). As crises capitalistas expressam a natureza e a essência do modo de produção destrutivo, que, ao invés de superar esse sistema, em seus momentos mais emergentes, asseguram, sempre, a sua continuidade e reprodução (Netto; Braz, 2012).

Nos momentos de crise, intensifica-se na sociedade a disputa por recursos do fundo público no âmbito do orçamento estatal. Ele é conceituado por Salvador (2010, p. 607), como “toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc.” A expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal, que se apresenta como um espaço de arena política, onde os diferentes setores da sociedade vão defender os seus interesses, sejam aqueles centrados no socorro ao capital, sejam aqueles destinados a intervir nas expressões da questão social.

Dito isso, Behring (2017) define que o fundo público é uma espécie de calvário para a classe trabalhadora, na medida em que acarreta um longo sofrimento, em virtude da

punção dos recursos do fundo público para impulsionar o consumo e valorizar o grande capital, em especial o capital portador de juros. Esse mecanismo tem suas bases no processo de endividamento público do Estado, adquirido em períodos ditatoriais “sem o consentimento da população, que não trouxeram qualquer benefício para o país devedor ou que financiaram atividades que violaram direitos humanos e sociais” (Behring, 2017, p.14), caracterizando-o como uma dívida odiosa.

Nesse processo, a esfera financeira ascende, consolidando-se como o principal mecanismo para retomar as taxas de lucratividade do capital, de modo a “contribuir para um conjunto de alterações na gestão dos recursos públicos de maneira a promover a pilhagem do fundo público como forma de alavancar a rentabilidade do capital portador de juros.” (Brettas, 2020, p.208). Nesse sentido, o campo da seguridade social está em jogo, sofrendo, constantemente, com os cortes nos direitos sociais, tendo em vista a priorização do fundo público na transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro (Salvador, 2010).

Paralelo à isso, medidas de austeridade são implementadas para produzir o superávit primário sob exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), implicando em que os países arquem com os juros e encargos da dívida (Behring, 2017). Nesse viés, com a preocupação em garantir a hegemonia das finanças, tem-se a adesão ao receituário neoliberal, que impõe um aperto de cinto que, “vem sempre na redução no gasto social e aumento de impostos, o que, no caso de uma estrutura regressiva como a vigente, significa fundamentalmente onerar a classe trabalhadora” (Brettas, 2017, p.27).

Para garantir essas prioridades, cabe destacar alguns mecanismos que garantem o pagamento dos juros, como as metas de superávit primário, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Essas medidas, que desconsideram as lutas da classe trabalhadora, permitem que recursos definidos para uma determinada dotação orçamentária sejam desvinculados, assegurando que “estes sejam gastos com o pagamento dos serviços da dívida, sem nenhum controle e passando por cima das definições orçamentárias aprovadas pelo Legislativo” (Brettas, 2017, p.29).

Essa tendência representa a lógica do ajuste fiscal permanente em curso (Behring, 2022), que constrange os investimentos das políticas sociais fundamentais, subfinanciadas historicamente e nunca plenamente efetivadas no Brasil. O auge do contingenciamento se deu durante o Governo ilegítimo Temer, por meio da homologação da Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), que estabeleceu o congelamento dos gastos primários por 20 anos, tendo a sua continuidade no Governo Bolsonaro.

Com a chegada do governo de Lula à presidência, observa-se que o ajuste fiscal é menos devastador em comparação aos governos anteriores. Contudo, essa tendência permanece presente, especialmente por meio da Lei Complementar nº 200 de 2023, que institui o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Essa medida estabelece o regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. É uma medida que segue atendendo aos interesses econômicos do capital, visto que a política fiscal deve ser conduzida com vistas a “[...] manter a dívida pública em níveis sustentáveis, prevenindo riscos e

promovendo medidas de ajuste fiscal em caso de desvios, garantindo a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas” (Brasil, 2023a).

Nesse sentido, a expansão dos gastos sociais encontra-se cada vez mais limitada. Embora o NAF seja menos destrutivo que a EC 95, “segue a política de austeridade, ao impor entraves permanentes para o crescimento dos gastos públicos sociais no âmbito da União, como o impedimento de acompanhar a variação das receitas governamentais” (Salvador, 2024, p.16).

É de suma importância pontuar que a saúde não se viu distante dessas ameaças de congelamento de gastos. Historicamente, desde o surgimento do SUS, a saúde convive com constantes reduções que ocasionam a sua insustentabilidade financeira (Mendes; Carnut, 2020). Portanto, trata-se de um sistema que já nasce subfinanciado, mas que com a vigência da EC 95, adentra a trajetória do desfinanciamento, representando a “crise da forma política estatal, sobre as crescentes ‘modalidades privatizantes de gestão das políticas sociais’ e dos ajustes fiscais permanentes” (Mendes; Carnut, 2020, p.11) que impõem riscos à garantia de uma saúde universal.

É importante pontuar que, apesar do Novo Arcabouço Fiscal, no governo Lula a União volta a ter a obrigatoriedade de aplicar 15% das receitas correntes líquidas em saúde, retornando aos percentuais mínimos estabelecidos constitucionalmente, que haviam sido congelados. Desse modo, abordaremos a seguir a coleta e a análise de dados da Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde durante o processo da pesquisa.

Inicialmente foi analisada a Resolução nº 719, de 17 de agosto de 2023. Fruto da mobilização dos movimentos sociais, esse documento sistematizou as diretrizes, propostas e moções aprovadas na XVII CNS, evidenciando a importância de um espaço democráticos de controle social, que reuniu diversos segmentos populacionais para discutir pautas voltadas ao fortalecimento do SUS e à garantia de acesso integral e universal à saúde.

No que se refere à Atenção Especializada, as proposições defendidas pela população para serem incorporadas como prioridades na gestão de Lula concentravam-se em ampliar o acesso de usuários(as) aos serviços de saúde. Entre elas, destacavam-se a criação de uma Política de Atenção Especializada, o fortalecimento da rede de atenção à saúde e a instituição de novos critérios para o financiamento dessa área (Conselho Nacional de Saúde, 2023). Em resposta a esse processo, em 18 de outubro de 2023, foi instituída a Política Nacional da Atenção Especializada em Saúde (PNAES), por meio da Portaria GM/MS nº 1.604/2023. Essa Política que formaliza um “conjunto de conhecimentos, práticas assistenciais, ações, técnicas e serviços envolvidos na produção do cuidado em saúde marcados, caracteristicamente, por uma maior densidade tecnológica” (Brasil, 2023b).

Além disso, outro documento alinhado às orientações da XVII CNS é o Plano Nacional de Saúde (2024-2027), que serve como orientador da política de saúde em todo o país. Esse plano deve atender tanto às demandas da sociedade, quanto às diretrizes governamentais. Em relação à Atenção Especializada, o Plano contempla através de um objetivo específico: ampliar a oferta e o acesso às ações e serviços da Atenção Especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as

desigualdades de raça/etnia, gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado (Brasil, 2024).

Esse objetivo se materializa no Plano Plurianual do governo Lula (PPA 2024-2027), documento que consolida as prioridades governamentais. De forma geral, as agendas estratégicas definidas no PPA do governo Lula buscam articular ações voltadas tanto à justiça social, quanto ao crescimento econômico. Nesse sentido, entre as prioridades estão: o combate à fome e redução das desigualdades; educação básica; saúde (atenção primária e especializada); neoindustrialização, trabalho, emprego e renda; novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática. (Brasil, 2023c).

No âmbito da Atenção Especializada, o PPA 2024-2027 incorpora o programa Atenção Especializada à Saúde (Código 5118), com vistas à ampliar o acesso da população à saúde pública por meio do fortalecimento do SUS, conforme propostas elencadas na XVII CNS, e traz como objetivos específicos: ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer de alta complexidade; reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada à saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno; ampliar a oferta de Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência, no âmbito da atenção especializada do SUS, com vista à redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais; ampliar a oferta de Serviços de Saúde Mental, com melhoria do acesso e adequada cobertura regional; e ampliar a oferta de sangue, componentes e hemoderivados para o tratamento de pacientes (Brasil, 2023c).

Dessa forma, passaremos a seguir, à análise da execução financeira e orçamentária do programa, referente ao período de 2023-2025, realizada com base nos dados extraídos da plataforma Siga Brasil, tendo como referência valores deflacionados pelo IPCA de agosto/2025.

Entre os anos de 2023-2025, o Programa da Atenção Especializada contou com uma dotação orçamentária autorizada de R\$302.655.981.617,59, enquanto o valor efetivamente pago foi de R\$229.694.168.986,95. Cabe destacar que essa diferença entre os valores autorizados e pagos poderá aumentar, tendo em vista que o exercício de 2025 ainda está em andamento e que os dados analisados correspondem apenas ao primeiro semestre do ano. Ainda assim, observa-se que se trata de um programa com orçamento expressivo, em comparação aos demais, fruto de sua forte articulação com o setor privado na prestação de serviços.

Em 2023, ainda vigorava o PPA do governo anterior, de Jair Bolsonaro (2020-2023). Para o referido programa, havia sido autorizada a quantia de R\$95.037.661.587,76, sendo efetivamente pago o valor de R\$82.751.284.098,84. Essa diferença entre os valores autorizados e pagos de R\$12.286.377.488,92 evidencia a lógica de austeridade e contenção de recursos, na qual por meio do ajuste fiscal, “o orçamento da Seguridade vem apresentando estagnação, e no caso da saúde uma queda no planejamento orçamentário” (Behring; Souza, 2022, p.86).

Já em 2024, passou a vigorar o PPA do governo Lula (2024-2027), e o valor autorizado para a Atenção Especializada apresentou um incremento em razão da retomada de

serviços assistenciais especializados, fortemente reduzidos durante a pandemia. Nesse ano, a dotação autorizada foi de R\$106.092.171.557,62, representando um aumento orçamentário de R\$11.054.509.969,86 em relação ao valor previsto no governo anterior. No entanto, o montante efetivamente pago foi R\$91.850.671.559,78, revelando que, apesar do acréscimo orçamentário com Lula, a discrepância entre os valores autorizados e pagos persiste, alcançando R\$14.241.499.997,84 no referido ano.

Por fim, em 2025, o valor autorizado foi de R\$101.526.148.472,21 e, até o momento da análise – agosto de 2025 – o montante pago soma R\$55.092.213.328,33, ainda em execução, uma vez que o exercício orçamentário do ano não encerrou. Contudo, caso se mantenha a histórica diferença entre os valores autorizados e pagos, isso refletirá a continuidade das disputas em torno do orçamento público, considerando a conjuntura de austeridade fiscal presente no NAF, na qual os gastos sociais enfrentam entraves para assegurar a captura do fundo público para o pagamento de juros e encargos da dívida pública (Salvador, 2024).

Essa disputa se evidencia com a participação do setor privado por meio da criação do Programa Agora Tem Especialistas, instituído em maio de 2025, o qual busca estabelecer estratégias para estimular a atuação de profissionais especialistas, a fim de ampliar o atendimento à população, oferecendo aos usuários(as) exames diagnósticos avançados e tratamentos complexos. No entanto, a lógica por trás do programa é a forte articulação com os serviços privados, que passam a ser autorizados para a prestação de serviços de saúde em troca do ressarcimento de dívidas. Isso representa a premissa de que a saúde corresponde a uma área não exclusiva do Estado (Soares, 2020), fortemente ameaçada pelas amarras do capital, que a cada momento impõe sua lógica de valorização por meio das contenções no âmbito da saúde pública.

Sendo assim, reconhece-se que as pautas da XVII CNS foram contempladas, ao defenderem bandeiras que buscavam garantir o acesso da população aos serviços de saúde e, conseqüentemente, adquiriram concretude no governo Lula, materializando-se nos objetivos expressos no Plano de Saúde e no PPA. Nesse contexto, observa-se que dois aspectos caminham articulados no atual governo Lula: ao mesmo tempo em que se reconhecem avanços e ganhos financeiros na saúde, impulsionados pelo controle social democrático, evidencia-se uma contradição marcada pela intensa articulação com o setor privado.

Logo, reforça-se a análise de que a saúde passou a configurar-se como um espaço de valorização do capital, “constituindo-se numa das áreas de investimento tecnológico e financeiro que robustecem o mercado da saúde, numa clara simbiose entre as esferas pública e a privada-mercantil-financeirizada” (Soares, 2020, p.13). Sob essa lógica de comprometimento da saúde pública com os interesses do setor privado, a Atenção Especializada não se distancia dessa conjuntura, consolidando-se como um nicho lucrativo dentro do Sistema Único de Saúde, ao desenvolver práticas de cuidado que requer uma maior densidade tecnológica.

Conclusão

Diante do exposto, apreende-se que, em função das imposições das ações de ajuste fiscal para priorizar a burguesia rentista, a saúde tem sido fortemente impactada pela contenção de recursos, o que compromete a efetiva execução da atenção à saúde. Entretanto, com a chegada de Lula à presidência, após o governo devastador de Bolsonaro, observa-se ganhos orçamentários na área da saúde, ao mesmo tempo em que pautas elencadas na XVII CNS são contempladas, reforçando a importância do controle social na formulação das diretrizes que orientam a saúde no país.

Ainda assim, há de se pontuar que, apesar dos ganhos, os interesses do capital financeiro também ganham força por meio do Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Nesse contexto, a Atenção Especializada sofre os rebatimentos do ajuste fiscal, expressos na histórica divergência entre os valores autorizados e os efetivamente pagos. Embora a saúde tenha retornado ao percentual mínimo constitucional após a Emenda Constitucional nº 95/2016, o NAF reproduz a lógica de imposição de barreiras aos recursos destinados à Atenção Especializada.

Nesse sentido, os achados da pesquisa são fundamentais tanto para o contínuo processo formativo, quanto para o fortalecimento do compromisso do Serviço Social com os movimentos sociais. Reafirma, portanto, a defesa das bandeiras do Movimento da Reforma Sanitária, na luta por um Sistema de Saúde universal, gratuito e contrário a todas as formas de privatização.

Referências

BEHRING, Elaine Rossetti; SOUZA, Giselle. Notas sobre o orçamento da saúde e da assistência social no governo Bolsonaro: a mediação pandêmica. In: SANTOS, T. V. C; SILVA, L. B; MACHADO, T. O. (Orgs). Trabalho e Saúde: diálogos críticos sobre crise. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. A Dívida e o calvário do Fundo Público. In: Revista Advir, n.37, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Lei complementar nº 200. Institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Diário Oficial da União, Brasília (DF), 31 ago. 2023a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2024-2027: objetivos e metas [recurso eletrônico]. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023. Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 20 out. 2023b.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Nacional de Planejamento. Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023c. 240 p.: il.

BRASIL. Senado Federal. Portal Siga Brasil. Disponível em:
<<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 25 de Ago. 2025.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública, interesses privados: a hegemonia rentista e o fundo público brasileiro no neoliberalismo. In: Revista Advir, n.37, Rio de Janeiro, 2017.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 719, de 17 de agosto de 2023. Brasília, 2023.

MENDES, Áquilas Nogueira e CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. SER Social (Online), v. 22, n. 46, p. 9-32, 2020.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

Netto, José Paulo; Braz, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 1. ed., 2011.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v.11, n. 1, 2012.

SALVADOR, Evilásio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SALVADOR, Evilásio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. Argumentum, Vitória, v.16, n.1, p. 6-19, 2024.

SOARES, Raquel Cavalcante. Contrarreforma no SUS e o Serviço Social. Recife: Ed. UFPE, 2020.

CÓDIGO: HS1461

AUTOR: MARIA EDUARDA MARTINS DA CUNHA

COAUTOR: LAYS SABRINA PINTO DE ARAUJO

ORIENTADOR: EDLA HOFFMANN

TÍTULO: AS TENDÊNCIAS DE ALOCAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO NO ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO GOVERNO LULA (2023-2026)

Resumo

O presente artigo/relatório resulta da pesquisa intitulada “As Tendências de Alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”. O estudo enfatiza a política de saúde e apresenta uma análise sobre o Plano de Trabalho intitulado “As tendências de alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Atenção Primária em saúde no Governo Lula (2023-2026)”. Essa proposta amplia o escopo cronológico, as fontes secundárias e aprofunda o debate teórico de uma pesquisa anterior, diante das mudanças governamentais com a eleição (2022), do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em sua terceira gestão (2023-2026). Nessa perspectiva, a presente investigação se fundamenta no método crítico dialético, conta com uma vasta revisão bibliográfica, pesquisa e análise documental com coleta de dados secundários em documentos oficiais em instrumentos básicos do planejamento do setor público, do Ministério da Saúde e documentos normativos do Controle Social do SUS, além da consulta em Portais Públicos com informações sobre o Orçamento Público, contemplando o período de 2023 a 2026. Os resultados apontam que mesmo diante de um governo de esquerda, ainda prevalece uma forte disputa de interesses contrários em torno dos recursos do Fundo Público, que se manifestam mediante o processo de ajuste fiscal em curso, e que impacta na destinação de investimentos para a Atenção Básica, comprometendo também a efetividade da saúde no geral.

Palavras-chave: Atenção Básica. Ajuste Fiscal. Política de Saúde

TITLE: Trends in the allocation of Public Funds in the Budget and Financing of Primary Health Care in the Lula Government (2023-2026)

Abstract

This article/report is the result of research entitled “Trends in the Allocation of Public Funds in the Budget and Financing of Health Policy in the Lula Administration (2023-2026).” The study emphasizes health policy and presents an analysis of the Work Plan entitled “Trends in the Allocation of Public Funds in the Budget and Financing of Primary Health Care in the Lula Administration (2023-2026).” This proposal expands the chronological scope, secondary sources and deepens the theoretical debate of previous research, in view of the governmental changes with the election (2022) of President Luiz Inácio Lula da Silva, of the Workers' Party (PT), in his third term (2023-2026). From this perspective, this research is based on the critical dialectical method, and includes a vast bibliographic review, research and documentary analysis with the collection of secondary data from official documents in basic public sector planning instruments, from the Ministry of Health and normative documents of the Social Control of the SUS, in addition to consultation in Public Portals with information on the Public Budget, covering the period from 2023 to 2026. The results indicate that even under a left-wing government, a strong dispute of opposing interests over the resources of the Public Fund still prevails, which manifests itself through the ongoing fiscal adjustment process, and which impacts the allocation of investments to Primary Care, also compromising the effectiveness of health in general.

Keywords: Primary Care. Fiscal Adjustment. Health Policy

Introdução

O presente artigo/relatório é produto da pesquisa intitulada “As Tendências de Alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Política de Saúde no Governo Lula (2023-2026)”, sendo executada desde 2024, e desenvolvida por docentes, discentes e profissionais de Serviço Social que compõem o Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O presente estudo se baseia no Plano de Trabalho intitulado “As tendências de alocação do Fundo Público no Orçamento e Financiamento da Atenção Primária em saúde no Governo Lula (2023-2026)”, o qual objetiva analisar as tendências de alocação do fundo público no orçamento e no financiamento da atenção primária em saúde no contexto de ajuste fiscal para apreender os desafios do controle democrático do SUS no governo Lula.

A partir da retomada democrática e da promulgação da Constituição Federal de 1988, é inaugurada uma nova perspectiva de cidadania pautada na ampliação dos direitos sociais. Na saúde, essa conquista vinha se manifestando no espraio do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que alterou significativamente as formas de acesso à saúde.

Após a institucionalização das Leis Orgânicas da Saúde nº 8.080/1990 e 8.142/1990, o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ser regularizado, consolidando-se com um modelo de cuidado pautado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Contudo, mesmo após a aprovação desses aparatos legais, a saúde ainda é alvo de sucessivos tensionamentos do capital que tentam a todo custo fragilizar sua efetividade

enquanto política pública. Logo, a proposta inicial da política de saúde defendida nos anos de 1980 vem sofrendo um contínuo desmonte em sua estruturação, fator que compromete suas potencialidades (Bravo, 2009).

As análises da presente pesquisa possuem como pano de fundo inicial a transição de governo ocorrida após a derrota do legítimo ex-presidente Jair Bolsonaro, representado por uma gestão de caráter conservadora nas eleições de 2022. E com isso, abriu-se o caminho para a posse do atual Presidente Lula, marcando o início de um novo período político caracterizado pelo retorno dos princípios da democracia. No campo da saúde, a retomada da participação popular ficou simbolizada pela realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), importante espaço de controle social e de reafirmação do direito à saúde pública.

Destarte, a organização dessa produção está dividida em quatro itens principais: o primeiro item corresponde à introdução, na qual são apresentados o detalhamento do Plano de Trabalho. O segundo trata do percurso metodológico adotado; e posteriormente, a exposição dos resultados e as discussões acerca das implicações do Ajuste Fiscal que perpassam a Atenção Primária com base nos dados coletados durante a investigação. Por último, as considerações finais com o fechamento do estudo e proposições.

Metodologia

O presente Plano de Trabalho, bem como os estudos dele decorrentes teve início em março de 2024, sob a responsabilidade de uma bolsista. E, posteriormente, a partir de setembro, as atividades tiveram continuidade com a bolsista autora em virtude da saída da integrante anterior do grupo, contando também com o apoio da discente coautora, sob orientação da docente coordenadora da pesquisa. O presente estudo está fundamentado no método crítico-dialético com vista a desvendar a realidade a partir de uma perspectiva crítica da totalidade social. A escolha desta abordagem se justifica perante a tentativa de compreender a realidade a partir das categorias de historicidade, contradição, mediação e totalidade. A pesquisa se materializa a partir de um enfoque misto onde são mesclados dados qualitativos e quantitativos, a fim de promover sua interlocução e complementaridade que auxiliam no desvelamento do real (Prates, 2009).

A partir de uma ampla revisão de literatura foi possível dar embasamento ao debate teórico e contemplar as categorias analíticas da presente pesquisa, cabendo situar e aprofundar alguns elementos que perpassam a Política de Saúde, Fundo público, Dívida pública, Orçamento, Ajuste fiscal, Financeirização das Políticas sociais, Atenção Básica, Contrarreforma da saúde e etc. E para subsidiar tais categorias foram usados autores de referência no debate, como Behring (2021), Brettas (2020), Carnut (2020), Mézaros (2011), Salvador (2010), dentre outros.

No que tange os aspectos da pesquisa e análise documental, os dados foram coletados por meio da imersão em documentos oficiais. Partindo, inicialmente, com a análise do Relatório da 17ª Conferência Nacional de Saúde e respectiva Resolução dele originado, seguido da análise do Plano Nacional de Saúde (2024-2027), e por fim o Plano Plurianual 2023-2026 (PPA). A partir da investigação desses documentos, foram

construídos quadros de sistematizações com os dados selecionados, os quais serão também utilizados nas etapas posteriores da pesquisa.

Durante o desenvolvimento da Pesquisa, foram realizadas atividades complementares à coleta de dados, como a participação em estudos coletivos realizados quinzenalmente, com base na leitura de materiais produzidos que dialogassem com as categorias de análise citadas anteriormente. Além dos estudos relacionados diretamente ao eixo temático da pesquisa, foram contempladas discussões promovidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social (GEP-QPSOCIAL) que aconteciam mensalmente, com mediação de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação (PPGSS/CCSA).

Além disso, cabe destacar as produções acadêmicas escritas e submetidas a eventos, fruto dos estudos e resultados obtidos ao longo do ano: a XII Jornada Internacional de Políticas Públicas, o 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e o 27º Seminário de Pesquisa do CCSA. No que diz respeito à Atenção primária, as produções intituladas “Imperialismo e dependência: as prioridades e gastos públicos com atenção primária e atenção especializada do SUS no governo Lula” (JOINPP), “Entre o direito à Saúde e a lógica do Capital: a Atenção Primária à Saúde sob contínua ameaça” (CBAS) e “Crise do Capital e Ajuste Fiscal: notas sobre a Atenção Primária e a Atenção Especializada do SUS no governo Lula” (CCSA), ambos apresentaram dados coletados durante as investigações desta pesquisa.

Resultados e Discussões

A análise dos estudos e das referências teóricas evidencia que o financiamento da saúde está inserido em um espaço de disputas políticas que, historicamente, fragilizam sua constituição enquanto parte do tripé da seguridade social: composto pela saúde, previdência e assistência social. Prevista como mecanismo de proteção social na Constituição Federal de 1988 (art. 194 e 196), a saúde assume um papel central na garantia de direitos e na integralidade da assistência à população (Paim, 2019; Bravo, 2017).

Nesse sentido, é nítido que mesmo diante do contexto de conquistas obtidas pelas mobilizações em torno da reestruturação do Estado e da ampliação da cidadania, o sistema capitalista impõe aos seus moldes, uma série de limitações que inviabilizam a efetividade da Política de Saúde. Logo, o sistema capitalista não existe sem crises, sendo estas fundamentais para a manutenção do seu ciclo reprodutivo (Mészáros, 2011) e como estratégia para contornar contextos desfavoráveis e preservar a lucratividade, intensificam-se disputas em torno do Fundo Público com frequentes tentativas de captura de seus recursos por interesses privados.

Esse debate possui raízes históricas, pois revela a configuração de um sistema que mercantiliza interesses e utiliza os instrumentos sociais como estratégias de reafirmação do poder de uma determinada classe. Tal dinâmica reforça as contradições estruturais da

sociedade capitalista brasileira, ampliando os processos de pauperização e a intensificação das expressões da questão social.

A partir do contexto das crises financeiras e bancárias, o fundo público passa a desempenhar a função de pagador de juros da dívida pública (Salvador, 2010). Tal mecanismo que antes ocupava papel central na arrecadação de impostos direcionados às políticas sociais, passa a ser redimensionado para a reprodução ampliada do capital e a manutenção do capitalismo. Outrossim, “[...] a expressão mais visível do fundo público é o orçamento estatal.” (Salvador, 2010, p.607), que após ser apropriado pelos interesses do mercado se constituirá como espaço de disputa de setores distintos, que ocasionará privações e consequências aos investimentos direcionados às políticas constitutivas da seguridade social.

Diante dessa lógica, são implementadas ações para mitigar os efeitos ocasionados pelo endividamento financeiro e garantir a quitação dos juros da dívida. Tais ações se materializam-se, como por exemplo, na promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na criação do Fundo Social de Emergência, posteriormente denominado de Desvinculação de Receitas da União (DRU). Essas medidas impactaram diretamente na alocação de recursos que deveriam ser destinados às políticas sociais (Brettas, 2017).

No contexto de intensificação do ajuste fiscal, ficou nítido que este processo se intensificou após a posse ilegítima de Michel Temer no cargo da presidência em 2016. A partir disso “ocorre um recrudescimento da ofensiva do capital, voltando com carga a ortodoxia neoliberal com brutal corte de direitos sociais, sobretudo, no campo do financiamento das políticas sociais” (Salvador, 2024, p.9).

Durante a vigência de seu governo, foram adotadas uma série de medidas respaldadas sobre a justificativa de que era necessário conter os gastos públicos a fim de promover a recuperação econômica do país. Dentre essas medidas, destaca-se a aprovação da Emenda Constitucional nº. 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF), como agente de controle dos recursos destinados para as políticas sociais, estabelecendo um teto para as despesas primárias da União, congelando os investimentos sociais por um período de vinte anos, com exceção das despesas oriundas do pagamento de juros da dívida pública (Salvador, 2017). Além disso, a denominada Desvinculação de Receitas da União (DRU), prorrogada por meio da EC nº 93/2016, ampliou de 20% para 30% o percentual das receitas de tributos federais que poderiam ser usados livremente, inclusive para o pagamento da dívida pública (Salvador, 2017).

A prevalência de reformas e medidas neoliberais que desconstróem os princípios institucionalizados pela Carta Magna de 1988, reduz a articulação entre as políticas públicas comprometendo sua função protetiva, a qual deveria ser assumida como responsabilidade do Estado por meio de políticas universais (Behring, 2015; Mendes, 2020). Esses(as) autores (as) destacam que tais iniciativas impactam diretamente a integralidade do cuidado e a efetividade do SUS, evidenciando a tensão permanente entre a lógica de mercado e os direitos sociais garantidos constitucionalmente.

A partir da institucionalização da saúde como política pública, o Sistema Único de Saúde (SUS) passa a ser organizado em diferentes níveis de complexidade: atenção primária, secundária e terciária. “A Atenção Primária refere-se a um conjunto de

práticas integrais em saúde, direcionadas a responder às necessidades individuais e coletivas” (Giovanella; Mendonça, 2012, p. 7). Nesse sentido, a Atenção Primária é considerada a principal “porta de entrada” para o SUS, tendo como função ordenar e regular o acesso aos demais níveis de complexidade em saúde (Giovanella; Mendonça, 2012).

A Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), fruto de intensas mobilizações e lutas históricas protagonizadas pela população, passou por alterações em 2017 que fragilizaram sua função. A PNAB estabelece a Saúde da Família como estratégia prioritária para ampliação e consolidação da Atenção Básica. Contudo, também reconhece outras formas de organização da AB no território, estabelecendo um processo contínuo e único que abarque as necessidades específicas dos territórios e de suas populações, sempre caminhando concomitantemente a política de promoção da equidade em saúde (Brasil, 2017).

Concomitante ao exposto, a chegada do presidente Lula à presidência em 2023, inaugura uma nova etapa da história política no país, rompendo ainda que de forma moderada, com a lógica destrutiva protagonizada pelos seus antecessores de governo. Após sua posse, foi aprovada a Lei Complementar 200/2023, que instituiu o NAF (Novo Arcabouço Fiscal). O NAF substituiu a EC/95, e tem por finalidade instalar um regime fiscal que possa garantir estabilidade macroeconômica e possibilitar condições favoráveis para o crescimento econômico. Contudo, a materialização do NAF em sua essência, evidência e inaugura uma nova forma de limitação à expansão do orçamento público, especialmente na seara dos gastos sociais (Rodrigues, Salvador, 2024).

No que diz respeito à coleta de dados realizada, inicialmente foi analisada a Resolução de nº 719 (2023), que sintetiza as diretrizes e propostas aprovadas na 17ª Conferência Nacional de Saúde. A Conferência foi um momento simbólico de resgate e afirmação da centralidade do SUS para a democracia, pautada na dimensão da participação de usuários(as) e demais segmentos da sociedade civil em defesa dos princípios da integralidade, universalidade e equidade da saúde (Brasil, 2025).

As propostas da Atenção Primária ponderadas pela população e sistematizadas no documento como prioridades para o governo do Presidente Lula, estão concentradas em fortalecer a Atenção Básica como ordenadora do cuidado para garantir acesso integral e universal da população aos serviços de saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2023).

Um segundo documento também analisado foi o Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027, que sistematiza suas diretrizes a partir das necessidades da população e das proposições da gestão em saúde. No que se refere à Atenção Primária, o PNS estabelece como objetivo central o fortalecimento desse nível de atenção, por meio da ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, visando à universalização do acesso, à integralidade do cuidado, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos, bem como à redução das desigualdades raciais/étnicas, de gênero, regionais e sociais (Brasil, 2024).

Desse modo, o Programa da Atenção Primária à Saúde (Código - 5119), no âmbito do PPA (2024-2027), foi incorporado com o mesmo objetivo geral previsto no PNS, estabelecendo as prioridades que orientarão a gestão do governo Lula. Paralelamente ao

objetivo geral, o documento apresenta objetivos específicos que se desdobram em: expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, incluindo comunidades ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional; ampliar o acesso à atenção integral à saúde das populações em situação de rua, privadas de liberdade e outros grupos vulnerabilizados; expandir o acesso e a oferta aos serviços de saúde bucal; ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, a fim de garantir condições adequadas para o trabalho e prestação de serviços na Atenção Primária (Brasil, 2023c).

Com a finalidade de expor os dados orçamentários obtidos com consultas na Plataforma Siga Brasil (deflacionados pelo IPCA), realizadas em julho de 2025, no que se refere ao programa da Atenção Básica, são apresentados a seguir os valores de dotação autorizada e pagos durante o período de 2023 a 2025 até o presente momento de escrita deste relatório. Contudo, vale ressaltar que durante o ano de 2023 o PPA que estava vigente era o do governo Bolsonaro (2020-2023), enquanto o PPA do governo Lula teve início apenas em 2024 (2024-2027).

No ano de 2023 foi autorizado para o programa de Atenção Primária a quantia de R\$ 46.448.327.870,71, contudo, foi efetivamente pago o valor de R\$ 42.957.961.777,67. A diferença evidencia uma disparidade no valor de R\$3.490.336.093,04 que não foi destinado ao programa, apesar da autorização orçamentária. Ao observar o Quadro 1, na transição de 2023 para 2024 (marcada pela troca de governo e, consequentemente, pela reformulação do PPA), houve um aumento no valor autorizado no montante de R\$9.395.721.459,86, embora tenha sido pago na casa dos R\$ 50 bilhões, demarcando um acréscimo em torno de R\$ 7 bilhões em relação ao ano anterior. Ainda assim, observa-se uma diferença de R\$ 5.455.926.644,05 entre valores autorizados e pagos no ano de 2024. Essa mudança política sinaliza uma gestão mais comprometida com o cuidado à saúde, respeitando as instâncias democráticas que sinalizaram a necessidade de mais recursos para a saúde, como exemplo a 17ª CNS (2023).

Em 2025 percebe um novo aumento em relação ao valor autorizado para a Atenção Primária totalizando R\$ 59.775.824.105,34, e até o presente momento das análises (Julho/2025), o valor que foi pago estava contabilizado na casa dos R\$ 28.307.687.073,51, sendo ainda passível de mudanças ao longo do exercício do ano de 2025. Nesse sentido, embora seja um orçamento em execução, pode-se afirmar que o quantitativo autorizado em 2025 no programa representa um crescimento de R\$3.931.774.774,77 em relação ao ano anterior, indicando um progressivo avanço.

Dessa forma, caso persista o histórico de disparidades entre valores autorizados e efetivamente pagos, isso pode indicar uma estratégia de recomposição orçamentária voltada a suprir demandas reprimidas e déficits de outros serviços. Assim, consequentemente, compromete a efetividade da política de Atenção Básica, conforme suas metas constitucionais. Essas consequências podem ser analisadas como mecanismos de ajustes diante das penalidades sofridas pelo programa em períodos anteriores, ainda que haja acréscimos ao longo das mudanças na gestão, continuam evidentes as estratégias de contenção de gastos públicos. Embora essas medidas possam ser inicialmente apresentadas como ações efetivas de fortalecimento da saúde, elas se

mostram insuficientes frente aos vazios assistenciais e às barreiras de acesso à atenção básica enfrentadas pela população.

No campo financeiro, a disputa de interesses gera instabilidade administrativa no gerenciamento das políticas públicas, como se observou na transição do governo Bolsonaro para o governo Lula 2023/2024), repercutindo diretamente na manutenção das esferas sociais. No âmbito da saúde, essa sazonalidade se expressa na Atenção Primária por meio da redução de verbas e da insuficiente capacitação dos profissionais, comprometendo a atuação de equipes multiprofissionais e a efetividade de ações voltadas às necessidades da população.

Esse movimento reforça uma cultura neoliberal que consolida a concepção dos direitos sociais como produtos e serviços, subordinando-os à lógica mercantil em detrimento de sua natureza pública como garantias universais. Dessa forma, o que este estudo busca evidenciar é uma análise crítica da execução orçamentária da Atenção Primária, considerando não apenas os ganhos, mas também questionando as perdas ao longo do tempo. Tal abordagem permite compreender um contexto mais amplo da saúde, especialmente no âmbito da Atenção Básica, que permanece vulnerável aos preceitos capitalistas. Esses preceitos, ao promoverem serviços terceirizados e privatizados, mercantilizam a saúde, transformando o cuidado em um processo técnico e industrial, tornando o SUS, em muitos casos, inacessível para parte significativa da população.

Conclusão

De acordo com as análises apresentadas, a saúde pode ser compreendida como um componente essencial da Seguridade Social, prevista como um mecanismo de proteção social. Apesar de sua centralidade como direito garantido, persistem medidas oriundas do processo de Ajuste Fiscal realizadas em detrimento do favorecimento da financeirização das políticas sociais, para retomada da lucratividade capitalista. Tais medidas incluem desmontes no orçamento que se expressam em estratégias de contenção dos gastos públicos com o social, fragilizando a efetivação da política de saúde.

Ao longo dos estudos, evidenciam-se diferentes facetas da austeridade fiscal e do enfraquecimento orçamentário, decorrentes de reformas implementadas sob a justificativa de equilíbrio das contas públicas, sobretudo durante o governo de Jair Bolsonaro. Tais medidas resultaram em retrocessos significativos que atingem diretamente os serviços destinados à população, particularmente, a Atenção Básica. Esse nível de atenção, responsável por atuar como porta de entrada prioritária para diversas formas de assistência, tem suas ações fragmentadas e limitadas, comprometendo sua capacidade de abranger territórios, especialmente diante da escassez de planejamento e recursos. Nesse sentido, nota-se que ainda prevalece uma forte disputa de interesses em torno do financiamento das políticas sociais, excepcionalmente a saúde, mesmo sob uma gestão alinhada com às demandas sociais.

Apesar dos avanços promovidos com a chegada de Lula à presidência, trazendo novas implementações e investimentos na área da saúde, a gestão ainda é marcada por

políticas neoliberais que reconfiguraram o setor de forma precarizada e interromperam avanços historicamente conquistados. Mesmo diante de tentativas de recomposição, permanecem as lacunas herdadas de cortes anteriores, evidenciando os efeitos duradouros do ajuste fiscal sobre a efetividade da política de saúde. Essa realidade revela um governo de trajetória ambígua, por uma lado favorável às pautas sociais que foram contempladas na 17º CNS; e por outro, responsável pela instituição do NAF, que impõe limites ao orçamento destinado para às áreas sociais, ao mesmo tempo que amplia possibilidades para o setor econômico.

Por fim, cabe destacar que, mesmo diante das contradições, o governo Lula incluiu no PPA as proposições da 17º CNS, materializadas no Plano Nacional de Saúde (2024-2027). O PPA, alinhado ao PNS, sistematizou necessidades e demandas da população, possibilitando a participação popular no processo de planejamento da saúde, legitimando a centralidade do controle social como ferramenta de monitoramento e execução das políticas sociais, bem como, na luta por mais orçamento público.

Nesse contexto, torna-se fundamental problematizar e analisar criticamente esse cenário, ampliando redes de pesquisa, memória e desenvolvimento de experiências acadêmicas. As atividades de iniciação científica e extensão assumem papel central, permitindo fortalecer a formação profissional.

Referências

BRAVO, M.I.S. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Política de Saúde no Brasil. 4ª Edição. Editora Cortez, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de saúde no Brasil: impasses e desafios. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. 17º Conferência Nacional de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/conferencias/17a-cns>. Acesso em: 26/08/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Nacional de Saúde 2024-2027: objetivos e metas [recurso eletrônico]. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Nacional de Planejamento. Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Nacional de Planejamento. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023c. 240 p.: il.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundo Público, Valor e Política Social. São Paulo, Cortez: 2021.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequencia, 2020.

CARNUT, Leonardo; MENDES, Aquilas. Capital, Estado, crise e a saúde pública brasileira: golpe e desfinanciamento. Revista SER Social. Brasília, v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020 Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260>. Acesso em: 18 de junho de 2023.

Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 719, de 17 de agosto de 2023. Brasília, 2023.

GIOVANELLA, L; MENDONÇA M. H. Atenção Primária à Saúde: seletiva ou coordenadora dos cuidados? Rio de Janeiro: CEBES, 2012.

MENDES, Eugênio Vilaça. O futuro da saúde no Brasil: perspectivas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2020.

MÉSZAROS, I. A crise estrutural do capital. [tradução: Francisco Cornejo [et al.]. 2 ed. rev. E ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

PAIM, Jairnilson Silva. Reforma Sanitária Brasileira: compreensão e crítica. Salvador, 2007. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva/Instituto de Saúde Coletiva/UFBA.

PRATES, Jane. O Método Marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: Texto & Contexto (Porto Alegre), v.11, n.1, p.116-128, jan./jul.2012.

RODRIGUES, Rayssa; SALVADOR, Evilasio. Capítulo 4: Capital fictício, dívida pública e novo arcabouço fiscal. In: SILVA, Fabrício Rodrigues et al. (org); [Crise, Ultraliberalismo e implicações para a política social (recurso eletrônico) - Campina Grande: EDUEPB, 2024. p.79-100.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O Desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ed. 130, p. 426-446, set/dez 2017.

SALVADOR, Evilasio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. *Argum., Vitória*, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

CÓDIGO: HS1481

AUTOR: HELLEN DAYANE DIAS SOUZA

ORIENTADOR: FABRICIO GERMANO ALVES

TÍTULO: A AUSÊNCIA DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DO MESTRADO PARA INGRESSO NO DOUTORADO: ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Resumo

A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil pode ser definida como o conjunto de formações acadêmicas voltadas à titulação de mestres e doutores, sendo relevante para estudantes, docentes e gestores da educação superior. Nesse contexto, serão abordadas questões referentes à ausência de exigência legal do mestrado como etapa obrigatória para o ingresso no doutorado e à possibilidade de ingresso direto de graduados, com base na análise de editais de programas de pós-graduação. Assim, a problemática central é: a inexistência dessa exigência configura uma lacuna normativa que compromete a qualidade e a uniformidade da pós-graduação, ou uma forma legítima de flexibilização da autonomia universitária? O estudo é importante por afetar a organização dos cursos, a formação acadêmica e a segurança jurídica nos processos seletivos. Objetiva-se analisar se a ausência dessa exigência compromete a coerência entre os programas. Utiliza-se pesquisa aplicada, de tipo teórica, abordagem qualitativa, objetivo descritivo e procedimento bibliográfico-documental. Conclui-se que, embora a legislação permita certa flexibilidade, a falta de critérios uniformes pode gerar disparidades e comprometer a previsibilidade e a equidade nos processos seletivos, exigindo diretrizes mais claras para o sistema nacional de pós-graduação.

Palavras-chave: pós-graduação; doutorado; mestrado; autonomia universitária.

TITLE: The Absence of the Master's Degree Certification Requirement for Admission to Doctoral Programs: An Analysis of Graduate Education Regulations in Brazil

Abstract

The *stricto sensu* postgraduate system in Brazil can be defined as a set of academic programs aimed at awarding master's and doctoral degrees, being relevant for students, professors, and higher education administrators. This study addresses the absence of a legal requirement for a master's degree as a mandatory step to access doctoral

programs, as well as the possibility of direct admission for graduates, based on an analysis of public calls from postgraduate programs. The central research question is: does the lack of this requirement represent a regulatory gap that compromises the quality and uniformity of postgraduate education, or is it a legitimate expression of university autonomy? This issue has implications for course organization, academic training, and legal certainty in selection processes. The objective is to analyze whether the absence of this requirement affects the quality and coherence among programs. The methodology includes applied, theoretical research with a qualitative approach, descriptive objective, and bibliographic-documentary procedures. It is concluded that, although legislation allows flexibility, the absence of national standards may lead to disparities and affect fairness and predictability in selection processes, making it urgent to debate clearer guidelines for the national postgraduate system.

Keywords: postgraduate studies; doctoral programs; master's degree.

Introdução

A educação superior no Brasil, incluindo os programas de pós-graduação, é regulada por um conjunto de normas constitucionais e infraconstitucionais que garantem o direito à educação e estruturam o sistema nacional de ensino. Destacam-se, nesse contexto, os arts. 6º e 205 da Constituição Federal de 1988, bem como a Lei nº 9.394/1996 (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as normativas da CAPES.

Tratando-se dos programas de pós graduação *stricto sensu*, embora o acesso ao doutorado seja tradicionalmente vinculado à obtenção prévia do título de mestre, a legislação não impõe essa exigência de forma expressa. Isso tem permitido a adoção, por diversas instituições, do modelo de “doutorado direto”, no qual candidatos com diploma de graduação podem ingressar sem o mestrado. Essa prática, embora juridicamente possível, levanta debates sobre os limites da autonomia universitária e os critérios de qualidade e uniformidade na formação acadêmica.

Este estudo delimita-se à análise dessa flexibilização normativa no acesso ao doutorado, a partir da perspectiva jurídica e institucional. O foco recai sobre a ausência de exigência legal do título de mestre como pré-requisito formal nos processos seletivos de doutorado *stricto sensu*, tomando como referência o edital do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN), que prevê expressamente essa possibilidade.

Diante desse cenário, a pesquisa propõe como problema central a seguinte indagação: a inexistência de uma exigência legal do mestrado como pré-requisito para o ingresso no doutorado, conforme verificado em editais como o do PPGEd/UFRN, configura uma lacuna regulatória que compromete a uniformidade e a qualidade do ensino *stricto sensu* no Brasil, ou uma forma legítima de flexibilização dentro da autonomia universitária garantida constitucionalmente?

A relevância do presente estudo justifica-se pela necessidade de compreensão mais clara e acessível das normas que regem a pós-graduação brasileira. Ao tratar de um ponto

específico — a possibilidade de ingresso direto no doutorado —, o trabalho busca contribuir para o debate sobre os limites da autonomia universitária, a coerência normativa entre os níveis da pós-graduação e os desafios à qualidade da formação acadêmica no país.

O objetivo geral da pesquisa é analisar se a legislação e os atos normativos da pós-graduação no Brasil permitem o ingresso direto no doutorado sem a exigência do título de mestre, e como essa possibilidade vem sendo adotada por instituições de ensino superior. Como objetivos específicos, pretende-se: a) identificar as normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis ao tema; b) investigar como o ingresso direto é tratado no edital do PPGEd/UFRN e em outros programas; e c) discutir os impactos dessa flexibilização para a estrutura e qualidade da pós-graduação brasileira.

A estrutura do trabalho será dividida em quatro partes principais: a primeira abordará a regulamentação da educação superior e da pós-graduação no Brasil; a segunda discutirá a normatização dos critérios de acesso ao doutorado; a terceira analisará o edital do PPGEd/UFRN como estudo de caso, provocando reflexões sobre os impactos da ausência de obrigatoriedade do mestrado.

Espera-se, ao final da pesquisa, esclarecer se a prática do ingresso direto no doutorado configura uma lacuna que merece revisão normativa, ou se trata de uma escolha legítima das universidades dentro de sua autonomia acadêmica. Além disso, pretende-se contribuir com informações acessíveis e organizadas para estudantes, gestores acadêmicos e pesquisadores interessados na estrutura do sistema de pós-graduação brasileiro.

Metodologia

A presente pesquisa possui natureza aplicada, com o intuito de propor reflexões que contribuam para o aperfeiçoamento da regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Trata-se de um estudo de tipo teórico, desenvolvido com base em referenciais normativos e científicos voltados à análise das condições de acesso aos cursos de doutorado.

Adota-se uma abordagem qualitativa e método dedutivo, partindo da análise geral do ordenamento jurídico educacional brasileiro para a investigação de casos específicos, a fim de compreender como os marcos normativos se materializam nas práticas institucionais. Com esse propósito, será realizada uma comparação entre o Edital nº 02/2024 do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN (PPGEd/UFRN) — que dispensa a exigência de titulação de mestre — e o Edital nº 01/2025 do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB (PPGEd/UFPB) — que requer a certificação de mestrado como critério de elegibilidade.

Quanto ao objetivo, a pesquisa é de natureza descritiva e analítica, buscando identificar e discutir os fundamentos normativos, institucionais e doutrinários relacionados à

exigência (ou não) do mestrado como requisito para o doutorado. Pretende-se, assim, perscrutar a existência de margem interpretativa quanto a essa exigência e suas implicações para a política educacional.

No que se refere ao procedimento técnico, adota-se a pesquisa bibliográfica e documental. Serão examinados dispositivos da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), resoluções e portarias da CAPES e do Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como editais de seleção de programas de pós-graduação. A análise documental abrangerá dois editais representativos com posicionamentos distintos, viabilizando um exame comparativo das práticas adotadas por diferentes instituições federais de ensino superior.

Complementarmente, serão consultadas obras doutrinárias e artigos científicos que discutem a autonomia universitária, a estrutura da pós-graduação e os desafios da regulação do ensino superior no Brasil, com ênfase nos estudos de Ranieri (2018), Ranieri e Lutaif (2019) e Leher (2019), cuja contribuição é central para o entendimento crítico das tensões entre normatividade, autonomia e desigualdades no acesso à formação doutoral.

Resultados e Discussões

3.1 PANORAMA NORMATIVO DA REGULAMENTAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL

A pós-graduação stricto sensu no Brasil constitui um campo institucional complexo e em constante transformação, cuja consolidação está diretamente atrelada às normativas que regem o sistema educacional brasileiro. Considerando o crescimento do número de programas e o alargamento das áreas de pesquisa, evidencia-se que a evolução normativa foi acompanhada de um esforço para garantir padrões de qualidade e assegurar o direito à educação superior. Nota-se que a expansão da pós-graduação está ancorada em um contexto político e histórico que atribui à educação um papel estratégico no desenvolvimento nacional. De fato, conforme demonstrado por Cabral et al. (2020), a institucionalização da pós-graduação esteve vinculada à demanda por formação qualificada em setores estratégicos. Assim, contextualizar o marco regulatório desse sistema torna-se essencial para compreender as diretrizes que moldam os critérios de acesso, avaliação e funcionamento dos programas acadêmicos no país.

Em referência à regulamentação vigente, observa-se que o direito à educação, previsto no art. 6.º e no art. 205 da Constituição Federal de 1988, constitui o fundamento maior da estrutura educacional brasileira. Ademais, o art. 207 consagra a autonomia universitária, assegurando às instituições a liberdade de organização de seus programas. No plano infraconstitucional, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) disciplina a educação nacional em todos os níveis, estabelecendo que o ensino superior compreende cursos de graduação e pós-graduação, organizados conforme diretrizes específicas. Ressalta-se ainda o papel normativo do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que emitem pareceres e

resoluções com força normativa. Conforme Silva e Brandão (2020), tais dispositivos constituem a espinha dorsal do sistema regulatório da pós-graduação, especialmente no que tange à qualificação de pessoal e à avaliação institucional.

Nesse enfoque, é oportuno destacar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, representa o principal instrumento normativo do sistema educacional brasileiro. Em seu art. 44, inciso III, a LDB estabelece que a pós-graduação *stricto sensu* compreende programas de mestrado e doutorado, os quais devem observar critérios de qualidade definidos por órgãos competentes. A CAPES, nesse contexto, atua como instância de coordenação, avaliação e fomento, enquanto o CNE regulamenta diretrizes curriculares e normas complementares. Conforme Cabral et al. (2020), as resoluções emitidas por esses órgãos delineiam padrões mínimos de funcionamento, critérios de credenciamento e avaliação dos programas. A atuação normativa conjunta de CAPES e CNE confere unidade e coerência ao sistema, assegurando o cumprimento das diretrizes educacionais nacionais e fomentando a excelência acadêmica na formação de mestres e doutores.

À vista disso, verifica-se que as normativas educacionais impactam diretamente a estruturação dos programas *stricto sensu*, sobretudo no tocante aos critérios de acesso, progressão acadêmica e avaliação da qualidade. A CAPES, por exemplo, determina diretrizes para a seleção discente, exigindo planos de pesquisa, currículos atualizados e, em alguns casos, cartas de motivação e entrevistas. Embora a maioria dos programas exija o título de mestre para ingresso no doutorado, a legislação vigente não impõe tal requisito como condição legal obrigatória, o que permite certa margem de autonomia institucional (Silva; Bardagi, 2015). Nesse prisma, nota-se que o marco regulatório brasileiro propicia uma configuração flexível e adaptável aos distintos contextos institucionais e científicos. Essa flexibilidade, entretanto, demanda coerência com os princípios constitucionais da igualdade de acesso e da meritocracia acadêmica.

Diante do exposto, constata-se que o panorama normativo da pós-graduação brasileira articula-se entre a garantia constitucional do direito à educação, a autonomia universitária e a atuação normativa de órgãos reguladores. Tal estrutura confere ao sistema uma base jurídica sólida, mas também permite ajustes conforme as demandas sociais, institucionais e científicas. Ao mesmo tempo em que assegura parâmetros de qualidade, o marco regulatório admite variações procedimentais que podem refletir em políticas diferenciadas de acesso e progressão, como a admissão direta ao doutorado. Esse aspecto introduz a discussão subsequente sobre os limites e possibilidades da autonomia universitária na flexibilização das exigências formais, o que será objeto de análise no tópico seguinte.

3.2 A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E A FLEXIBILIZAÇÃO DO ACESSO AO DOUTORADO

A autonomia universitária representa um dos pilares estruturantes do ensino superior brasileiro, especialmente no que tange à organização interna dos programas de pós-graduação. Conforme reconhecido constitucionalmente, esse princípio assegura às universidades públicas a liberdade de definir suas normas acadêmicas, científicas e administrativas, inclusive no que se refere aos critérios de ingresso e progressão dos seus cursos (Ranieri; Lutaif, 2019). Nesse contexto, evidencia-se que a flexibilidade de

acesso ao doutorado — inclusive sem a exigência de titulação prévia de mestrado — configura-se como uma possibilidade real a ser exercida pelas instituições, desde que em conformidade com diretrizes superiores. A referida prerrogativa institucional não apenas garante diversidade de trajetórias acadêmicas, mas também responde a demandas contemporâneas por inovação e celeridade na formação científica, sem comprometer a qualidade. É nesse entrelaçamento entre liberdade institucional e exigências normativas que se delineia o debate sobre a flexibilidade do acesso ao doutorado.

No que se refere à normatividade constitucional e infraconstitucional, destaca-se o art. 207 da Constituição Federal de 1988, que assegura às universidades a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Essa autonomia, entretanto, deve operar de maneira articulada com os princípios da legalidade e da isonomia, de forma a preservar o direito à educação superior como expressão do pleno desenvolvimento da pessoa e da qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). Perante esse cenário, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro não impõe, de forma expressa e inequívoca, a exigência de mestrado como condição para ingresso no doutorado, abrindo margem à interpretação institucional. Em referência à organização educacional, a Lei nº 9.394/1996 (LDB) estabelece os princípios da gestão democrática e da liberdade acadêmica, reafirmando a centralidade das universidades no delineamento de seus programas. A autonomia, portanto, deve ser compreendida como instrumento de inovação curricular e abertura de novas possibilidades formativas.

A atuação normativa da CAPES e do Conselho Nacional de Educação é essencial para a concretização do regime de autonomia institucional. É oportuno destacar que tais órgãos não impõem exigência normativa vinculante quanto à obrigatoriedade de titulação de mestrado como requisito ao doutoramento, deixando às instituições a responsabilidade pela definição de critérios próprios de seleção (Ranieri, 2018). Nota-se, entretanto, que as diretrizes da CAPES prezam pela qualidade dos programas, exigindo critérios objetivos de avaliação dos candidatos, o que leva muitas universidades a manterem o mestrado como critério preferencial, ainda que não exclusivo. Nesse prisma, a regulamentação *stricto sensu* operada pelos entes normativos nacionais tem o intuito de garantir padrões mínimos de excelência, sem impedir que cada programa desenvolva mecanismos de acesso que contemplem experiências acadêmicas e profissionais diversificadas, valorizando a meritocracia científica em sentido amplo e plural.

Considera-se que os critérios de acesso e progressão entre os níveis de pós-graduação *stricto sensu* são influenciados por essa tensão entre autonomia e padronização. Consta-se que algumas universidades, especialmente as vinculadas a áreas técnicas e tecnológicas, já implementaram editais que permitem o ingresso direto no doutorado com base em produção científica relevante, experiência profissional e desempenho em avaliações específicas (Leher, 2019). Essa flexibilização pode representar um avanço importante, ao passo que permite a identificação de talentos não necessariamente vinculados a percursos acadêmicos tradicionais. Contudo, é preciso cautela para que tal abertura não comprometa a coesão e a robustez dos projetos formativos, exigindo dos colegiados de curso a elaboração de critérios transparentes, justos e fundamentados em parâmetros de qualidade científica. Nessa linha, verifica-se que o debate atual exige equilíbrio entre inovação e responsabilidade institucional.

Diante do exposto, analisa-se que não há, na legislação vigente, vedação expressa à admissão direta ao doutorado, sem a certificação do mestrado. Contudo, essa ausência normativa explícita resulta em interpretações divergentes sobre a legalidade e a legitimidade de tais práticas. Revela-se, assim, uma lacuna regulatória que pode gerar insegurança jurídica e desigualdade de tratamento entre programas de pós-graduação. Concorde-se com Ranieri (2018), ao destacar que a autonomia universitária, embora imprescindível, deve ser acompanhada por diretrizes claras que garantam isonomia e qualidade nos processos seletivos. À vista disso, a flexibilização do acesso ao doutorado deve ser constantemente reavaliada, à luz dos princípios constitucionais da eficiência, igualdade e legalidade. Por derradeiro, essa discussão serve de ponte para a análise seguinte, que buscará identificar como essa flexibilização tem sido aplicada na prática, a partir de estudos de caso e experiências institucionais concretas.

3.3 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O EDITAL DO PPGED/UFRN E PPGED/UFPB

A análise comparativa entre editais de programas de pós-graduação permite lançar luz sobre as múltiplas interpretações normativas e institucionais a respeito da exigência — ou não — da titulação de mestre como requisito para o ingresso no doutorado. No Brasil, a ausência de uma determinação legal expressa que condicione o doutorado à conclusão do mestrado confere às universidades, no exercício de sua autonomia, a prerrogativa de estabelecer critérios próprios de seleção, desde que respeitados os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência. Esse contexto revela tensões entre flexibilidade e rigidez no acesso à formação *stricto sensu*, as quais se manifestam nas decisões administrativas dos Programas de Pós-Graduação (PPGs). Diante disso, optou-se por comparar dois programas de instituições públicas federais — UFRN e UFPB — com abordagens distintas quanto à exigência de certificação prévia.

O edital do PPGED/UFRN Edital nº 02/2024 adota postura de abertura ao prever expressamente a possibilidade de ingresso direto ao doutorado, sem necessidade de apresentação de diploma de mestrado. Essa flexibilização encontra respaldo na autonomia universitária e em princípios legais que não vedam tal prática, permitindo que candidatos com comprovada experiência científica e inserção em atividades de pesquisa possam competir a partir de sua trajetória acadêmica. Nota-se que o edital enfatiza a necessidade de avaliação do projeto de pesquisa, do currículo e da produção científica, deslocando o foco da titulação formal para a capacidade efetiva de pesquisa. Tal postura dialoga com uma concepção mais contemporânea de formação acadêmica, em que a linearidade tradicional da pós-graduação pode ser relativizada, especialmente quando há mecanismos sólidos de avaliação qualitativa. Nesse viés, constata-se que a UFRN adota parâmetros compatíveis com a democratização da ciência, sem que isso represente prejuízo à excelência acadêmica.

Em contraponto, o edital do PPGED/UFPB (Edital nº 8/2025) estabelece que é condição indispensável para a inscrição no processo seletivo ao doutorado a apresentação de diploma de conclusão de curso de mestrado reconhecido pela CAPES (UFPB, 2025). Tal exigência, embora não se baseie em norma legal obrigatória, é adotada como critério institucional de entrada e revela uma concepção linear da formação acadêmica: graduação, mestrado e doutorado. Nesse sentido, é oportuno destacar que o mestrado pode, de fato, representar uma etapa formativa importante, em que se consolida o

domínio metodológico, a capacidade de investigação científica e a maturidade intelectual necessárias para o ingresso em níveis mais aprofundados de pesquisa. Contudo, conforme Leher (2019), a reprodução automática dessa exigência pode ocultar lógicas excludentes, ao desconsiderar trajetórias acadêmicas não convencionais, como aquelas de pesquisadores que, mesmo sem título de mestre, possuem ampla produção científica, atuação docente ou inserção em grupos de pesquisa reconhecidos. Assim, embora o critério possa ter mérito, sua rigidez normativa merece revisão.

À luz das normas infraconstitucionais, constata-se que nenhuma das resoluções da CAPES ou do Conselho Nacional de Educação estabelece, de forma taxativa, a obrigatoriedade de conclusão do mestrado para acesso ao doutorado. A Lei nº 9.394/1996 (LDB) tampouco prevê essa condição, delegando às universidades e à CAPES a organização dos cursos *stricto sensu*. Observa-se, portanto, uma lacuna jurídica que permite escolhas institucionais diversas. Nesse cenário, a exigência do mestrado como etapa prévia, embora coerente com uma lógica formativa tradicional, pode converter-se, conforme Ranieri e Lutaif (2019), em uma barreira simbólica que limita a entrada de perfis plurais, mesmo que academicamente qualificados. Por outro lado, flexibilizar o acesso, como no caso da UFRN, requer mecanismos rigorosos de avaliação que garantam a qualidade do ingresso. Assim, o debate não se encerra na defesa cega da flexibilização ou da exigência do mestrado, mas exige reflexão crítica sobre as implicações epistemológicas, institucionais e sociais de cada modelo adotado.

Nessa lógica, o que se evidencia não é apenas uma divergência de critérios técnicos, mas uma concepção distinta de formação e de ciência. A exigência da certificação do mestrado, embora válida sob certas perspectivas, pode perpetuar a centralidade do diploma em detrimento da análise da trajetória científica concreta. Por outro lado, a abertura ao ingresso direto exige dos programas um compromisso elevado com a análise da qualidade das produções apresentadas, da coerência do projeto de pesquisa e da maturidade acadêmica do candidato. Concorde-se com Ranieri (2018), ao apontar que a autonomia universitária não deve servir como escudo para decisões arbitrárias ou excludentes, mas, sim, como instrumento de fortalecimento da diversidade epistemológica e da justiça acadêmica. Vale ressaltar, ademais, que a ausência de critérios nacionais uniformes pode ampliar desigualdades institucionais e gerar insegurança jurídica para os candidatos, exigindo, assim, maior clareza normativa e mecanismos de regulação mais transparentes.

Diante do exposto, percebe-se que o modelo adotado pela UFRN apresenta uma abertura que pode ser considerada progressista e sintonizada com as transformações contemporâneas da ciência, enquanto o da UFPB mantém uma lógica mais tradicional e sequencial. Essa dualidade reforça a importância do debate sobre a finalidade da pós-graduação, os critérios de excelência e o papel da autonomia universitária na construção de políticas inclusivas e academicamente sólidas.

Conclusão

O presente estudo tem como tema central a ausência de exigência formal da certificação de mestrado como requisito para o ingresso no doutorado, analisada à luz da regulamentação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Trata-se de uma questão relevante no contexto educacional brasileiro, especialmente diante da ampliação das políticas de acesso e da necessidade de reflexão crítica sobre os critérios de progressão acadêmica nos programas de pós-graduação. Especificamente, delimita-se ao exame jurídico-normativo da ausência dessa exigência legal, com foco na atuação das instituições de ensino superior e dos órgãos reguladores.

A problemática do estudo parte da indagação sobre a legitimidade e as consequências da não exigência do título de mestre como pré-requisito para o ingresso no doutorado. Ao longo do trabalho, verifica-se que, embora a legislação brasileira não condicione expressamente o acesso ao doutorado à titulação prévia de mestre, tal ausência normativa gera um cenário de assimetria regulatória e de tensionamentos institucionais quanto aos critérios de seleção. A análise crítica desenvolvida conduz à conclusão de que essa omissão legal não representa, necessariamente, um problema jurídico, mas demanda diretrizes mais claras e coordenadas entre as instituições e os órgãos normativos.

A resposta à problematização evidencia que a ausência de exigência do mestrado para o ingresso no doutorado é legalmente permitida, mas ainda pouco discutida em termos pedagógicos e institucionais. Embora a flexibilização amplie o acesso e reconheça trajetórias acadêmicas diversas, sua aplicação exige cautela, planejamento e acompanhamento rigoroso para que não comprometa a qualidade da formação doutoral.

Os objetivos propostos pela pesquisa são plenamente alcançados. O estudo identifica, analisa e compara os fundamentos normativos e institucionais da seleção para doutorado sem exigência de mestrado, permitindo compreender as razões, os impactos e os limites dessa prática. No entanto, reconhece-se que outros aspectos poderiam ser aprofundados em estudos futuros, como os efeitos dessa política na produção científica, na evasão discente ou na avaliação dos programas pela CAPES.

A pesquisa revela-se importante por oferecer subsídios para o aprimoramento das políticas de pós-graduação no Brasil, ao propor uma reflexão crítica sobre a coerência entre autonomia, mérito, equidade e qualidade. Os achados reforçam a necessidade de maior padronização e transparência nos critérios de seleção, sem comprometer a autonomia institucional. Recomenda-se, por fim, que futuras investigações explorem a experiência dos discentes que ingressaram no doutorado sem mestrado, contribuindo para a avaliação qualitativa dessa modalidade de acesso e para o desenvolvimento de diretrizes mais sólidas e equilibradas para a pós-graduação brasileira.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria nº 99, de 17 de abril de 2025.** Dispõe sobre as normas para a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu em forma associativa no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2025. Disponível em: (site da CAPES). Acesso em: 31 ago. 2025.

CABRAL, Thiago Luiz de Oliveira et al. A CAPES e suas sete décadas: trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 16, n. 36, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=3dad8e70-ce0d-3d04-a8bb-680844354084>. Acesso em: 31 ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.21713/rbpg.v16i36.1680>.

LEHER, Roberto. Autonomia universitária e liberdade acadêmica. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, p. 208-226, 2019.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco; LUTAIF, Michel Kurdoglian. A autonomia universitária e seus percalços. **Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, 2019.

RANIERI, Nina Beatriz Stocco. Trinta anos de Autonomia Universitária: Resultados Diversos, Efeitos Contraditórios. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 946–961, out. 2018.

SILVA, Nathália Delgado Bueno da; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A pós-graduação stricto sensu no Brasil: um estudo a partir dos documentos legais. **Comunicações**, Piracicaba, v. 27, n. 2, p. 41–61, maio/ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v27n2p41-61>.

SILVA, Talita Caetano; BARDAGI, Marúcia Patta. O aluno de pós-graduação stricto sensu no Brasil: revisão da literatura dos últimos 20 anos. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 12, n. 29, p. 683–714, dez. 2015. Disponível em: <https://research.ebsco.com/linkprocessor/plink?id=06ebb27d-6e50-332a-a780-c54d2e707df9>. Acesso em: 31 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Edital nº 04/2024** – Processo Seletivo 2024 – PPGEd/UFRN. Natal: PPGEd/UFRN, 2024. Disponível em: <http://www.comperve.ufrn.br>. Acesso em: 31 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Edital nº 8/2025** – Seleção PPGE 2026 – Quarta Retificação. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2025. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ppge>. Acesso em: 31 ago. 2025.

CÓDIGO: HS1531

AUTOR: KELVEY DE SOUZA CRUZ

ORIENTADOR: LEILIANNE MICHELLE TRINDADE DA SILVA BARRETO

TÍTULO: Mapeamento de Boas Práticas de Turismo Responsável – Eixo Turismo Sustentável

Resumo

RESUMO

O turismo vem passando por transformações que exigem novos modelos de gestão voltados à sustentabilidade. Nesse contexto, o Turismo Responsável apresenta-se como alternativa para mitigar impactos negativos e potencializar benefícios sociais, econômicos e ambientais. Este estudo, de caráter exploratório-descritivo e abordagem qualitativa, realizou uma revisão sistemática da literatura sobre o levantamento de boas práticas de Turismo Responsável em comunidades indígenas brasileiras, em parceria com o Ministério do Turismo. Foram identificadas 146 iniciativas de Turismo Responsável, que evidenciam o protagonismo das comunidades indígenas, contribuindo para o desenvolvimento local, valorização cultural e conservação ambiental.

Palavras-chave: Turismo Responsável. Turismo Sustentável. Comunidades Indígenas.

TITLE: Mapping of Good Responsible Tourism Practices – Sustainable Tourism Axis

Abstract

ABSTRACT

Tourism is undergoing transformations that require new management models focused on sustainability. In this context, Responsible Tourism presents itself as an alternative to mitigate negative impacts and enhance social, economic, and environmental benefits. This exploratory-descriptive study, with a qualitative approach, conducted a systematic literature review on good Responsible Tourism practices in Brazilian indigenous communities, in partnership with the Ministry of Tourism. 146 Responsible Tourism initiatives were identified, highlighting the leading role of indigenous communities, contributing to local development, cultural appreciation, and environmental conservation.

Keywords: Responsible Tourism. Sustainable Tourism. Indigenous Communities.

Introdução

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno em expansão, que vem passando por uma série de mudanças ao longo do tempo, as quais têm ocasionado transformações significativas nas relações de consumo e nas formas de gestão da atividade. Diante do exposto, se faz necessário o reconhecimento dos possíveis problemas gerados pelo turismo levando em consideração à busca pelo desenvolvimento de novos modelos de gestão, que sejam capazes de mitigar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos dessa prática.

Nesse contexto, surge o debate sobre o Turismo Responsável, que se apresenta como uma possibilidade para alcançar o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Dessa forma, o turismo responsável pode ser entendido como uma inovação turística, por meio da qual são ofertados aos moradores locais benefícios sociais e econômicos, bem como a proteção dos recursos naturais (Mohamadi et al., 2022). Aplicável a qualquer conjuntura turística, bem como a todos os stakeholders, implicando em um processo de planejamento e desenvolvimento turístico que proporcione benefícios distribuídos de forma igualitária para todos (Leslie, 2012).

Este tema, tem despertado cada vez mais o interesse dos diferentes públicos, tanto do ponto de vista prático, no que se refere aos gestores públicos e privados, comunidades e turistas, como no ambiente acadêmico, onde é possível perceber um volume crescente de produções (Brasil, 2023; Nascimento; Lanzarini, 2023; Burrai; Buda; Stanford, 2019; State; Bulin, 2016).

Dentro do turismo responsável, uma área que merece destaque é o turismo sustentável. Pois, entende-se o Turismo Sustentável como sendo uma orientação geral, e não uma forma de turismo ou segmento de mercado específico. Ele visa à satisfação das necessidades socioeconômicas nas regiões receptoras e dos visitantes, através do cuidado e do respeito aos aspectos culturais, à integridade dos ambientes naturais e à diversidade

biológica, de modo que esse patrimônio seja mantido para as gerações futuras (Brasil, 2022).

Diante disso, este trabalho propõe-se a analisar as iniciativas e boas práticas de turismo responsável desenvolvidas no eixo do turismo sustentável, de modo a contribuir com o desenvolvimento de um turismo mais justo, ético e responsável comprometido com o meio ambiente e a sociedade em geral, em prol de lugares melhores para se viver e se visitar. Com isso, intenciona-se esclarecer as possibilidades que o Turismo Responsável pode trazer para impulsionar cada vez mais o turismo brasileiro.

Metodologia

METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa. Onde foi feita uma revisão da literatura sobre a temática do turismo responsável e turismo sustentável no Brasil. No primeiro momento foi realizada Revisão Sistemática da Literatura acerca do tema, por meio de publicações nacionais e internacionais preexistentes sobre o tema, incluindo artigos científicos, ebooks, e posteriormente trabalhos acadêmicos, visando sistematizar o conhecimento sobre o turismo responsável e turismo sustentável.

Em seguida, foi disponibilizada uma planilha sobre o levantamento do turismo responsável em comunidades indígenas em todo o território brasileiro. Sobre orientação e acompanhamento dos professores envolvidos no projeto, e juntamente com o Departamento do Curso de Turismo da UFRN (DETUR), e em parceria com o Ministério do Turismo (Mtur), foi desenvolvido um questionário eletrônico semiestruturado por meio da plataforma do Google Forms. Pelo qual, fiquei responsável por entrar em contato com as comunidades indígenas e, posteriormente, atualizar a planilha com as informações obtidas. Diante das respostas obtidas, a atualização da planilha ocorria de forma frequente, o acompanhamento desse processo, era feito juntamente com os envolvidos no projeto, e se dava por meio de reuniões geralmente semanais, para verificar o andamento das atividades desenvolvidas, e possíveis dúvidas, que viesse a surgir.

Conforme os tópicos contidos na planilha a serem preenchidos, como situação dos contatos, nomes das comunidades, município, nome do contato, entre outros. Esse contato com as comunidades indígenas, era feito por redes sociais e e-mail. A aplicação desse questionário, tinha por objetivo mapear comunidades indígenas que desenvolvem algum tipo de atividade turística. Com a planilha devidamente preenchida, foi elaborado um relatório pelos professores envolvidos no projeto, que foi enviado ao Ministério do Turismo (Mtur), constatando as comunidades indígenas em território brasileiro, que desenvolvem alguma prática ou atividade turística de turismo responsável. A elaboração desse relatório só foi possível graças à coleta de dados, que durou cerca de quatro meses para ser concluída. Diante do exposto, a última etapa desta pesquisa agora é fazer a atualização do Mapa do Turismo Responsável Brasileiro.

Resultados e Discussões

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos resultados obtidos permitiu e identificou 146 casos de Turismo Responsável em comunidades indígenas no território brasileiro. O que revela um cenário dinâmico e diversificado da prática do turismo responsável em comunidades indígenas brasileiras, resultando em desenvolvimento econômico, social e cultural.

No total, o banco de dados contava com 200 comunidades indígenas, dívidas nas cinco macrorregiões do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul), e subdividida por estados, terras indígenas, comunidades, etnias entre outros. Foram preenchidos 193 formulários, dos quais foi feita uma filtragem das comunidades que viessem a se encaixar nos critérios pré-estabelecidos, e posteriormente passaram pela avaliação dos professores envolvidos no projeto. Em seguida, foi elaborado um relatório contendo informações de contato, nomes das comunidades ou terras indígenas, para o Ministério do Turismo. O documento passou por avaliação do ministério e foi devidamente aprovado, como forma de oficializar e reconhecer a importância das comunidades indígenas, dando a elas o devido reconhecimento e visibilidade.

Atualmente, a pesquisa encontra-se na etapa de atualização do Mapa do Turismo Responsável Brasileiro, com ênfase na filtragem e identificação de iniciativas que se caracterizem como boas práticas de Turismo Responsável, nas suas diferentes dimensões, a fim de compor o banco de dados do referido mapa. Os resultados alcançados até o momento permitiram reconhecer boas práticas em Turismo Sustentável que contribuem para a responsabilidade nas atividades turísticas. Essa vivência permitiu reconhecer os desafios relacionados ao contato e engajamento com as comunidades indígenas, considerando aspectos econômicos, culturais, sociais e tecnológicos.

Conclusão

CONCLUSÕES

O mapeamento de boas práticas de Turismo responsável, no eixo do Turismo Sustentável, possibilitou identificar iniciativas relevantes que evidenciam o potencial do setor em promover transformações sociais, ambientais e econômicas positivas. Essas iniciativas demonstram a capacidade de evidenciar o protagonismo das comunidades indígenas.

Dessa forma, a análise revelou que, quando o turismo é planejado e conduzido de forma responsável, pode se consolidar como instrumento de desenvolvimento local, valorizando a cultura, a identidade das comunidades receptoras da prática do turismo, e consequentemente a conservação dos recursos naturais. As boas práticas de Turismo

Responsável, contribuíram para ampliar a conscientização sobre a importância da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que fortalecem a articulação entre diferentes atores, poder público, iniciativa privada, sociedade, e comunidades locais.

Diante do exposto, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas integradas, que sejam capazes de apoiar, incentivar, divulgar e multiplicar tais experiências. Estimulando a criação de redes colaborativas e a disseminação de modelos inspiradores. A pesquisa demonstrou que o turismo sustentável, quando pautado em boas práticas de responsabilidade e princípios éticos, representa um caminho viável para equilibrar o crescimento econômico e preservação socioambiental.

Assim, recomenda-se a continuidade de esforços voltados para essas iniciativas, como forma de atualizar o mapeamento, o monitoramento dos resultados e incentivo para manter o equilíbrio entre geração de renda e preservação cultural, para que o turismo seja um caminho para garantir a autonomia dos povos indígenas e a preservação de seus patrimônios materiais e imateriais. De modo, a consolidar o Turismo Responsável como estratégia essencial para o desenvolvimento sustentável.

Referências

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. Metodologia para mapeamento das boas práticas de turismo responsável. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini (Coord.) – Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Brasília: Ministério do Turismo, 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Responsável no Brasil. Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto e Ricardo Lanzarini (coord.). Natal: SEDIS-UFRN; Brasília: Ministério do Turismo, 2023.

BURRAI, E.; BUDA, D. M.; STANFORD, D. Rethinking the ideology of responsible tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 27, n. 7, p. 992–1007. 2019.

LESLIE, D. The Consumers of Tourism. In: LESLIE, D. *Responsible Tourism: Concepts, Theory and Practice*. 2012.

MOHAMADI, S. M.; ABBASI, A.; KORDSHOULI, H. A. R.; ASKARIFAR, K. Conceptualizing sustainable–responsible tourism indicators: an interpretive structural modeling approach. *Environment, Development and Sustainability*, v. 24, p. 399-425. 2022.

NASCIMENTO, F. G.; LANZARINI, R. Turismo Responsável: contribuições para uma reflexão conceitual. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, v. 13, n. 1, p. 62-82.

2023. STATE, O.; BULIN, D. Aspects of responsible tourism - A quantitative approach. *Amfiteatru Economic*, v. 18, n. 10, p. 781–797. 2016.

CÓDIGO: HS1536

AUTOR: JULIA MARIANE JANUARIO DE SOUZA

ORIENTADOR: ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA

TÍTULO: Expansão do Capital, Conflitos Territoriais e Mobilização para a Resistência no Semiárido

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as mudanças nas estratégias de mobilização social no Semiárido potiguar mediante a expansão do capital, considerando o despertar de novos conflitos territoriais a partir da instalação de parques de energia renovável neste espaço. Através do materialismo histórico-dialético utiliza-se como metodologia de pesquisa quantiquantitativa buscando justificar a afirmativa de que o capital se expande através da apropriação e utilização de recursos de diferentes territórios ao passo que atores sociais reagem à apropriação do território através de movimentos de mobilização e agitação coletiva.

Palavras-chave: Semiárido brasileiro. Expansão Capitalista. Movimentos Sociais.

TITLE: Capital Expansion, Territorial Conflicts and Social Resistance Movements in the Semiarid Region.

Abstract

This paper aims to analyze changes in social mobilization strategies in the semi-arid region of Rio Grande do Norte due to the expansion of capital, considering the emergence of new territorial conflicts resulting from the installation of renewable energy parks in this area. Using historical-dialectical materialism as a quantitative-qualitative research methodology, it seeks to substantiate the assertion that capital expands through the appropriation and utilization of resources from different territories, while social actors react to the appropriation of territory through mobilization and collective intervention movements.

Keywords: Brazilian Semi-arid Region. Capitalist Expansion. Social Movements.

Introdução

O Semiárido brasileiro possui uma extensão que abrange os nove estados da região nordeste mais o norte de Minas Gerais, ocupando 12% do território nacional, acolhendo cerca de 31 milhões de habitantes em sua extensão (IBGE). Como em toda área brasileira, este território é vitimado por um processo histórico de colonização e exploração. A partir da chegada dos portugueses ao Brasil, a área eventualmente foi identificada como um espaço propício à adequação da extração de bens naturais e do aproveitamento de seus recursos para comercialização e exportação para a metrópole (Dantas, 2021) ao passo que também foi construída uma visão estigmatizada do Semiárido como um território infértil, dada as suas condições climáticas, a escassez hídrica e a “questão social” agravada na região.

Os conflitos são inerentes a realidade do Semiárido pois este se configura como um território de disputas por sua ocupação, de um lado há a tentativa de utilização da terra para a subsistência, desenvolvimento da agricultura familiar e do pequeno comércio, e do outro existem diversas ideias de exploração das terras para extração de recursos naturais ou para sua concentração em si. (Silva, 2008; Dantas, 2021). A consolidação do sistema capitalista no Brasil altera o propósito da ocupação do espaço, que agora é lugar propício para acumulação de capital (Dantas, 2021), a região passa a ser foco de empresas multinacionais.

A corrente neoliberal iniciada por volta dos anos 1970 visando garantir a menor interferência do Estado nas decisões econômicas do país se reflete em inúmeras destituições de direitos, no agravamento da “questão social”. Ações que refletem-se no contexto histórico do Nordeste brasileiro, sobretudo no Semiárido, região que já sofre com negligências estatais desde sua construção. Contudo, como todo movimento no sistema capitalista mostra-se contraditório, a abertura política para o diálogo no processo de redemocratização brasileira deu as bases para a organização de um movimento de defesa dos direitos dos camponeses no Semiárido (Brito, 2007)

Nos últimos anos o Semiárido do Rio Grande do Norte vêm sendo visto como um grande potencial desenvolvedor econômico através da utilização de recursos naturais como o vento, o sol e os minerais encontrados nessas terras. A instalação de parques eólicos manifesta-se carregado de promessas de impulsionamento na economia do estado, geração de emprego e renda e a consolidação da transição energética. (Traldi e Rodrigues, 2022). Contudo, após uma década de implantação dessas usinas em diversas regiões do RN, diversos movimentos passam a denunciar e dar voz a camponeses que manifestam-se alegando sofrer de problemas causados pelos aerogeradores de energia.

Dessa forma, este artigo busca relacionar a expansão do capital no Semiárido do Rio Grande do Norte com o surgimento de conflitos territoriais nas diferentes intenções de ocupação desse território. Além disso, busca investigar as

manifestações dos atores da sociedade civil acerca desta temática, entendendo as reações dos movimentos sociais como um movimento contrário ao avanço do capital eólico nesta região.

Metodologia

Esta pesquisa é resultado do acúmulo de conhecimento apreendido no Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Serviço Social e Política Social (GEPQPSOCIAL), através do eixo de estudos sobre o Semiárido, no plano de trabalho denominado “Expansão Do Capital, Mudanças Climáticas E Resistências Sertanejas No Semiárido Brasileiro De 2019 A 2024”.

Para elaboração deste artigo foi utilizada a abordagem do materialismo histórico dialético, entendendo que é necessário compreender a totalidade da realidade social para compreender seu movimento, de modo que o objeto deve comandar as decisões metodológicas de quem o pesquisa (Netto, 2011) através de uma pesquisa de enfoque misto quanti-qualitativo, onde pesquisas bibliográficas são utilizadas com o objetivo de fundamentar e contextualizar a realidade do objeto de estudo, além da pesquisa documental que tem a função de adicionar dados apreendidos através dos acontecimentos da realidade (Prates, 2012).

Resultados e Discussões

Para compreender as novas contradições que permeiam as vivências no Semiárido Potiguar, é necessário fazer o exercício de olhar criticamente para a atual conjuntura político-econômica brasileira, compreendendo que as ações, intenções e modelos de expansão do capital aplicados no Brasil também atingem o território do Semiárido, de maneira específica, considerando a sua materialidade histórica.

O neoliberalismo é uma categoria que busca abarcar a explicação para o formato de exploração econômica adotado pelo capital, em um contexto histórico em que as crises tornaram-se cada vez mais críticas, segundo Dardot e Laval (2019), o neoliberalismo envolve mercantilização das relações sociais, políticas econômicas de austeridade fiscal e para além disso, “consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até converter na forma das subjetividades e na norma das existências” (Dardot e Laval, 2019, p.3).

As faces do capitalismo modificam-se no decorrer das décadas. A estratégia de manutenção desse sistema, que reconfigura-se a partir de repressões ou concessões que tem como objetivo “reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (Braz e Netto,

2011, p.228, grifo do autor).

De maneira geral, nesse modelo ainda mais carnívoro de exploração, a destituição dos direitos sociais tornou-se uma espécie de plano arquitetônico, onde foram sucateados e atacados diversos aparatos dos direitos sociais no Brasil. Atitudes repressoras contra grupos vulneráveis da sociedade, as brechas nas legislações ambientais, o avanço do agronegócio, expropriação de territórios e o negligenciamento da seguridade social são o reflexo dessa fase, que são refletidas no “exponenciação da ‘questão social’” (Braz e Netto, 2011, p.230, grifo dos autores), ou seja, o seu agravamento.

Essas características também são reverberadas em questões específicas no Semiárido brasileiro. As disputas envolvendo a tomada do espaço pelas classes distintas sempre ocorreram desde a ocupação do território em sua colonização (Dantas, 2021), e atualmente essas disputam se mostram cada vez mais crescentes, visto que, economicamente falando, o território do Semiárido potiguar é um ótimo pólo para o desenvolvimento de uma indústria de energia eólica e solar. (Traldi e Rodrigues, 2022).

Ao refletir sobre essa questão, é importante voltar aos apontamentos de Netto e Braz (2011) acerca da mercantilização no sistema capitalista, considerando que tudo para o capital é passível de tornar-se mercadoria, o conceito de transição energética, também foi apropriada, tornando-se mais um meio de acumulação e manutenção do lucro.

Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas – tudo é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos (Netto; Braz, 2011, p. 98, grifos dos autores.)

Com isso, Traldi e Rodrigues (2022) explicitam elucidativamente a trajetória que percorre essas condições a partir da expansão do capital nos territórios propensos à implantação dos parques eólicos, como é o caso do Rio Grande do Norte, enfatizando que ao passo que tudo é propício a tornar-se mercadoria, os ventos também entram na lista como propriedade dos donos dos territórios, a partir das incertezas legislativas desses espaços. "O capitalismo em sua fase neoliberal inaugura assim uma nova frente de expansão a partir da apropriação de um bem comum, o vento." (Traldi e Rodrigues, 2022, p. 164)

Dadas essas condições históricas, a ocupação do território do Semiárido potiguar por multinacionais destinadas à transição energética nos moldes neoliberais têm despertado reações da classe camponesa habitante dessas terras, que utiliza do território com interesses divergentes aos interesses das grandes empresas.

A existência de um conflito implica uma divergência de interesses. Numa sociedade dividida por classes, a divergência está na disputa de poder entre a classe que domina e a classe que é dominada, como aponta Dantas (2021):

“Os conflitos não podem estar dissociados das relações de dominação que imperam na sociedade em geral, justamente pelo fato de que as sociedades modernas estão estruturadas em classes sociais” (Dantas, 2021, p. 32).

O território em si é um espaço determinado pelas ações de quem o ocupa. Milton Santos deixa essa afirmação evidente ao dizer que “o Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (Santos, 1999, p.7).

Assim como território é o espaço onde são produzidos as ações que são quistas as necessidades humanas, a territorialidade é a ação dos indivíduos que habitam aquele espaço, transformando-o na identidade que se determina a partir de costumes, cultura, necessidades, vontades e também se relaciona com as condições que o espaço dá para tal desenvolvimento (Dantas, 2021). No caso do Semiárido brasileiro, duas territorialidades entram em disputa: a territorialidade camponesa e a territorialidade capitalista, que possuem visões distintas sobre o uso do território, e só são nomeados de forma divergente porque entram em debate entre si. O que está sendo discutido aqui é a intencionalidade dos sujeitos ao ocupar um território, e por isso a definição da categoria “conflito territorial” (Dantas, 2021).

A ocupação camponesa dos territórios está ligada ao desenvolvimento da agricultura familiar, a subsistência e a relação horizontal entre indivíduo humano e natureza, enquanto a ocupação capitalista nesse mesmo espaço visa a exploração para extração de recursos, com o objetivo econômico da acumulação, como foi tratado no subitem anterior.

A construção do território do Semiárido pós-colonização é diretamente entrelaçada aos conflitos de ocupação do espaço, mediante a necessidade dos colonizadores desenvolverem seus interesses nessas terras (desenvolvimento da pecuária e monoculturas, por exemplo) e a necessidade dos camponeses (sobretudo, os povos originários) desenvolverem seus modos de vida (Silva, 2008; Dantas, 2021).

Obras como a de Clóvis Moura (1993) destrincham alguns desses movimentos históricos de formação de conflitos a partir das necessidades divergentes de ocupação dessas terras, como é o caso do desenvolvimento da sociedade de Canudos e consequentemente o conflito gerado pela sua existência (a guerra).

As estratégias de desenvolvimento governamentais elaboradas para o Semiárido, bem como as tentativas de superação dos efeitos que as secas causam no território acompanham consigo uma perspectiva de favorecimento da concentração fundiária e da manutenção do poder latifundiário da região (Brito, 2007; Silva, 2008; Dantas, 2021), dessa forma, percebe-se que esse é um espaço de constante conflito e disputa de poder, visto que ao passo que as estratégias governamentais pendem para o lado da concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela (característica histórica que permanece atual,

vide dados do censo agropecuário de 2017), o campesinato precisa disputar esses espaços através de manifestações e reações variadas para conquistar direitos.

Atualmente essas manifestações se vêem concentradas na questão da disputa de ocupação do território pelas indústrias de desenvolvimento de energias renováveis, visto que a promessa de transição energética que se refletiu ao final com mais intensidade no Semiárido potiguar a partir dos anos 2000 (Traldi e Rodrigues, 2022) tem gerado insatisfações cada vez mais denunciadas por esses movimentos. Conflitos territoriais têm-se materializado através de disputas judiciais, denúncias, além de se tornarem temática principal de protestos, onde conseguimos compreender a afirmação de Dantas ao pontuar que “A dominação não gera apenas submissão mas também contestação.” (Dantas, 2021, p.37)

As reações do campesinato modificam-se diante das ameaças sofridas pelos efeitos da expansão do capital no Semiárido, que se intensificam principalmente quando a dominação passa da figura do senhor coronel para a figura da “acumulação de capital na região que ocorre no século XX [que permitem também modificações nas] formas de organização dos sujeitos do campo da região” (Dantas, 2021, p.112).

Em escala global, o final do século XX e início do século XXI foram marcados por uma mobilização em torno da urgência ambiental, considerando que nesse momento os debates sobre aquecimento global, tecnologias alternativas e novas formas de geração de energia e manejo sustentável da natureza começaram a tomar uma nova visibilidade, dada a urgência de tomada de decisão acerca dessas questões. (Brito, 2007; Traldi e Rodrigues, 2022)

Logo, ao considerar o contexto histórico de vivência no Semiárido brasileiro, uma região em que a “questão social” foi agravada pelas condições climáticas, pela negligência estatal, ocupação latifundiária e pela exploração do território, a conjuntura brasileira do final do século XX possibilitou que essas questões fossem cada vez mais expostas, denunciadas e reivindicadas pela sociedade civil, despertando nos sujeitos um olhar crítico acerca das abordagens tomadas pelo poder governamental as questões do Semiárido brasileiro. Esse processo de mobilização social possui sujeitos dos mais variados, desde ONG’s, movimentos de luta pela terra do nordeste, comunidades eclesiais de base e outros sujeitos organizados com o mesmo objetivo: reivindicar os problemas sociais do Semiárido brasileiro. A esse tipo de organização chamamos de “rede”, visto que são diversos atores sociais que unidos lutam pela defesa de um ideal.

Essa rede de movimentos sociais possui a característica disseminada por Gohn (2011), ao se tratarem de movimentos que executam ações sociais de caráter sociopolítico e cultural, articulando maneiras que possibilitem a expressão das demandas. Posto isso, os movimentos sociais se configuram como valioso meio de mobilização coletiva.

Para Gohn (2011) a existência de um movimento social se dá pelo reconhecimento de uma identidade coletiva, um sujeito opositor e o compromisso com um projeto societário. No Semiárido brasileiro, os movimentos sociais foram construídos a partir da identidade “sertaneja”, do sujeito do campo e seu modo de vida pautado na vivência da agricultura, sendo o opositor direto desse sujeito a concentração de terras em latifúndios e a exploração do território na lógica capitalista.

Ao final dos anos 1990, em meio a todo processo de mobilização anteriormente citado, um sujeito político foi constituído no Semiárido em torno de um projeto de sociedade pensado a partir da lógica do bem-viver dos sertanejos (Brito, 2007). Esse projeto societário denomina-se Convivência com o Semiárido, uma perspectiva alternativa de se enxergar os modos de vida do Semiárido, retirando das secas a responsabilidade pelos dilemas sociais enfrentados na região e buscando estratégias de superação da escassez hídrica através da adaptação de políticas sociais destinadas ao Semiárido (Silva, 2007).

A Articulação do Semiárido é uma organização que garantiu o paradigma da convivência através da mobilização desses diversos atores a elaboração e a execução do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido – Um milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), programas que foram essenciais para a garantia da permanência de diversas famílias no Semiárido. Suas ações são pautadas em parte na elaboração e divulgação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água e produção de alimentos.

A Articulação do Semiárido é o principal instrumento de organização da Convivência com o Semiárido, sendo um aparato com poder de incidência política e ao mesmo tempo órgão institucionalizado, o que possibilita articulações governamentais e captação de recursos para o desenvolvimento dos programas.

A transição energética consiste em mudar a forma de geração de energia para uma forma mais sustentável, de modo que a produção de energia não cause efeitos ambientais negativos (Brasil, 2023). A necessidade de transformação nas formas de geração de energia surgiu a partir do reconhecimento dos efeitos da utilização do carbono nas mudanças climáticas sofridas a partir do século XX em diante.

Com essa urgência mais do que evidente, empresas de desenvolvimento de energia elétrica — a partir de uma grande capacidade tecnológica — iniciaram seus investimentos em áreas propícias à implantação dessas energias. Atualmente, o Brasil já utiliza cerca de 48% de sua energia de caráter renovável, com grande potencial eólico e solar, segundo o Ministério de Minas e Energia (Brasil, 2023).

A Neoenergia, empresa que se configura como um braço brasileiro da Iberdrola (empresa espanhola), é a maior empresa privada de energia no Brasil e tem

forte atuação no setor de renováveis. O Nordeste abriga 85% dos parques eólicos brasileiros, sendo o Rio Grande do Norte o maior produtor de energia eólica do Brasil, com 9,4 GW de potência instalados no território, segundo dados da Agência Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica, 2022). A Neoenergia é responsável por 11 parques eólicos na região semiárida do Rio Grande do Norte, e segundo a própria empresa, sua primeira instalação se deu no município de Rio do Fogo (Neoenergia, 2023). No ano de 2023 a Neoenergia comemorou 10 anos de operação no estado do Rio Grande do Norte.

Outra empresa de destaque na produção de energia eólica no Rio Grande do Norte é a Voltalia, essa sendo de origem francesa, atualmente possui cerca de 10 parques eólicos instalados no estado (Voltalia, 2022). No município de Serra do Mel a empresa possui cerca de 40 usinas eólicas em seu parque (De Fato, 2025).

Essas informações apontam para a importância do território do Rio Grande do Norte no desenvolvimento dessas empresas, considerando o forte potencial dos ventos dessa região, como apontado no Atlas dos Ventos (2024). Para Traldi e Rodrigues (2022), esse avanço é parte de um movimento tecnológico que agora permite que exista uma produção em larga escala de energia elétrica de fonte eólica para uso comercial.

Os fatos abordados acima indicam que o movimento da transição energética está sendo bastante exitoso, ao considerar que cada vez mais a produção de energia renovável se torna potencialmente a principal fonte de energia a ser utilizada. O Semiárido do RN sendo o principal responsável por essa transição no Brasil desperta o interesse dessas empresas e alavanca essa produção, considerando que: [...] A energia eólica é fundamental para diminuir a vulnerabilidade no contexto global do abastecimento de energia, uma vez que o sistema nacional de energia estrutura-se a partir da complementaridade entre as fontes geradoras de energia. Temos presente que no Brasil os ventos (fonte eólica) são mais fortes no período em que os rios apresentam menor vazão (fonte hidrelétrica). (Hofstaetter, 2014, p.30)

Contudo, Traldi e Rodrigues (2022) chamam a atenção para um movimento simultâneo ao de “desenvolvimento” gerado pelas multinacionais de energia. As autoras apontam para um novo meio estratégico de acumulação de capital: a Acumulação por Despossessão, termo cunhado por Harvey (2010).

Assim, a acumulação por despossessão, além de abarcar os mecanismos de acumulação primitiva descritos por Marx (2013), inclui também novas formas de coerção e apropriação e novas relações sociais que liberam ativos, inclusive força de trabalho, a um custo muito baixo (Traldi; Rodrigues, 2022 p.162)

A utilização de um território para exploração de grandes multinacionais traduz-se como uma oportunidade de acumulação de capital que desconsidera a existência de comunidades que vivenciam este território de uma outra maneira, como os agricultores familiares. A acumulação por despossessão faz parte das

estratégias de expansão do capital em seu modelo neoliberal. As energias renováveis assim desenvolvem-se com o objetivo de apropriação de espaços “a fim de encontrar novas oportunidades lucrativas para os excedentes de capital” (Traldi e Rodrigues, p.162).

Dada a disputa que ocorre quando esses potenciais de energia concorrem a um espaço com comunidades de modo de vida tradicional, têm-se gerado um conflito já conhecido: o conflito pelo território. Por mais que o que esteja sendo utilizado pelas empresas sejam a potencialidade dos ventos do Rio Grande do Norte, as técnicas utilizadas para captação dos ventos é a de instalação dos aerogeradores (Traldi e Rodrigues, 2022), o que compromete as terras do Semiárido potiguar, visto que há uma ocupação de espaço por um “ser estranho”.

Dantas (2021) afirma que a territorialização do semiárido se manifesta de duas grandes formas “pelas tentativas de territorialização das empresas capitalistas e dos latifundiários, com aval do Estado, sobre os territórios do campesinato, com sujeitos que resistem a essas investidas” (Dantas, 2021, p.186) e também pelo poder de latifundiários, questão histórica permanente no território.

No mês de junho de 2025 o semiárido potiguar foi palco de um forte conflito gerado a partir dessas disputas de território. Entidades organizadas e indivíduos residentes do município de Serra do Mel denunciaram a utilização do território da cidade pelas empresas de energia eólica, alegando problemas socioambientais causados pelos parques, como a “síndrome da turbina eólica”, situação que gera sintomas de insônia, irritabilidade, dores de cabeça e ansiedade devido aos ruídos emitidos pelos aerogeradores (Fiocruz Pernambuco, 2025), além de relatos dos cajucultores que informam que estão sendo prejudicados pelos parques da empresa Voltalia (Saiba Mais, 2025). O conflito gerado por essas divergências culminou em uma Ação Civil Pública das entidades da sociedade civil (FETARN, CUT, SAR, e outras) contra a empresa.

As relações contratuais também são ponto de questionamento onde as entidades e parte da comunidade de Serra do Mel afirmam a existência de contratos abusivos de cessão de uso às terras dos agricultores. (Saiba Mais, 2025). Ponto importante, visto que a legislação que trata sobre propriedade com relação a apropriação dos ventos ainda é confusa, visto que a legislação brasileira atribui a titularidade e o potencial eólico brasileiro ao dono do terreno (Traldi e Rodrigues, 2022) que a partir dos contratos tornam-se os donos das multinacionais.

Esses movimentos demonstram na prática a afirmação de Dantas (2021), “O resultado de todo esse panorama de expansão capitalista é o registro de conflitos territoriais por todo o semiárido brasileiro. Como no passado, a formação territorial da região é movida pela disputa de territórios entre sujeitos posicionados em classes sociais distintas, com interesses distintos: de um lado as classes dominantes buscando a territorialização por meio da violência e de outro a classe camponesa se territorializando mediante o processo de resistência (Dantas, 2021, p.190).

O surgimento do Movimentos dos Atingidos pelas Renováveis, ainda que inicialmente seja uma rede composta por organizações da sociedade civil pertencentes a grupos representantes de diferentes causas no nordeste e no Rio Grande do Norte, desperta o olhar para novas capacidades de resistência da classe dos sertanejos no RN, entendendo que são os formadores desses movimentos que estão organizando debates, como o que culminou na audiência pública ocorrida em Serra do Mel (Assembleia Legislativa do RN, 2025), além da elaboração do “Manifesto das vozes dos territórios por uma transição energética justa e popular” (MAR, 2024), documento que enfatiza a necessidade de se pensar a transição energética por um outro sentido, que respeite a existência das comunidades tradicionais do Semiárido.

Conclusão

Os conflitos territoriais são constantes no semiárido brasileiro pois este espaço sempre se configurou como espaço possível desenvolvedor de interesses distintos. A expansão do capital na região se desdobra de diversas maneiras, não podemos esquecer que a concentração de terras ainda é o carro-chefe da problemática da região, assim como é parte do processo formativo de todo território brasileiro. O capital eólico é uma nova alternativa encontrada pelo capital de se renovar e manter suas taxas de lucro, tal intenção sendo justificada ao apropriar-se da ideia que a instalação dos parques eólicos é inevitável para a transição energética.

É importante enfatizar que a transição energética não é um problema, mas sim uma solução encontrada para a superação das questões ambientais vivenciadas pelas mudanças climáticas cada vez mais intensas vivenciadas globalmente. O que se reflete aqui é a intencionalidade da utilização dos territórios, buscando produzir um pensamento crítico acerca de alternativas para superação das problemáticas.

Para além disso, entende-se que as manifestações que ocorrem são um efeito indicativo de que há uma insatisfação diante das escolhas de exploração dos territórios, o que não pode ser ignorado. Na sociedade capitalista tais conflitos são mediados a partir da existência de classes sociais distintas, os agricultores familiares, camponeses e outros trabalhadores do semiárido potiguar são pertencentes à classe trabalhadora, que é historicamente dominada.

Por isso, faz-se necessário a produção de conhecimentos que apontem para uma visão de preservação da vida dos moradores do Semiárido, enfatizando sempre a necessidade da divulgação do paradigma da convivência, do bem-viver, da garantia dos direitos e da busca por estratégias de permanência no território.

Referências

ABEEÓLICA. RN tem potencial eólico duas vezes maior que o estimado em 2003. Agência ABEEólica, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://abeeolica.org.br/rn-tem-potencial-eolico-duas-vezes-maior-que-o-estimado-em-2003/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RN (ALRN). Debate sobre exploração de energia eólica em Serra do Mel movimentou ALRN. ALRN, [s.d.]. Disponível em: <https://www.al.rn.leg.br/noticia/32423/debate-sobre-exploracao-de-energia-eolica-em-serra-do-mel-movimentou-alrn>. Acesso em: 31 ago. 2025.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). Semiárido brasileiro. Disponível em: <https://asabrasil.org.br/semiarido/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BORGES, M. E. S.; MATOS, M. C. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil na atualidade. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C; FREIRE, S.M.F. (Org.). Políticas Sociais e ultraneoliberalismo. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 71-89.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa. Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da articulação do Semi-Árido. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). CUT e entidades buscam por fim às violações de eólicas na Serra do Mel (RN). CUT, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/cut-e-entidades-buscam-por-fim-as-violacoes-de-eolicas-na-serra-do-mel-rn-c76a>. Acesso em: 01 ago. 2025.

DANTAS, José Carlos. A geografia dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2021.

DE FATO. Voltalia acusada de danos ambientais no município de Serra do Mel. De Fato, [s.d.]. Disponível em: <https://defato.com/estado/121284/voltalia-acusada-de-danos-ambientais-no-municipio-de-serra-do-mel>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FIOCRUZ. Pesquisadores analisam impactos da síndrome da turbina eólica. Fiocruz, jan. 2025. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2025/01/pesquisadores-analisam-impactos-da-sindrome-da-turbina-eolica>. Acesso em: 31 ago. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. Grupo de trabalho movimentos sociais e educação, Minas Gerais, p. 333-357, 10 out. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 29 março. 2023

HOFSTAETTER, Moema. Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, RN, 2014.

IBGE. Semiárido Brasileiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). Transição energética: a mudança de energia que o planeta precisa. MME, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/transicao-energetica-a-mudanca-de-energia-que-o-planeta-precisa>. Acesso em: 15 ago. 2025.

NEOENERGIA. Parques eólicos da Neoenergia completam 10 anos de operação no Rio Grande do Norte. Neoenergia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.neoenergia.com/en/w/parques-eolicos-da-neoenergia-completam-10-anos-de-operacao-no-rio-grande-do-norte>. Acesso em: 01 ago. 2025.

RACISMO AMBIENTAL. Vozes dos territórios: por uma transição energética justa e popular. Racismo Ambiental, 2 fev. 2024. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2024/02/02/vozes-dos-territorios-por-uma-transicao-energetica-justa-e-popular/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

VOLTALIA. About (Quem somos). Voltalia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.voltalia.com/pt-pt/about#who-we-are>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SILVA, R. M. A. da; AQUINO, J. R. de; COSTA, F. B.; NUNES, E. M. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 55, ed. especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 314-338, dez. 2020.

SILVA, R. M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2012.

CÓDIGO: HS1540

AUTOR: ANA THEREZA DANTAS SILVA

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: identificação e análise de experiências históricas

Resumo

Este relatório integra o projeto de pesquisa intitulado “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política” que, através de pesquisa teórica e documental, almeja analisar a relação do mercado com a lei do valor e o controle do Estado a partir do planejamento econômico. Com enfoque na experiência histórica cubana, objetivou a identificação, seleção e análise de textos dos principais teóricos que pautavam o debate econômico que efervescia nos anos iniciais da década de 1960, após derrocada da ditadura de Fulgêncio Batista em 1959. Apontamos aproximações e diferenças entre as análises categóricas das duas principais formas de gestão em debate: o Sistema Orçamentário de Financiamento, proposto por Guevara e seus companheiros; e o Cálculo Econômico, proposto por Bettelheim e seus companheiros. Como resultados preliminares, apresentamos diferenças categóricas sobre a forma de compreensão dos fundamentos da Economia Política e de gestão do planejamento econômico, pautadas a partir do controle ou não da lei do valor.

Palavras-chave: Cuba; planejamento econômico; lei do valor.

TITLE: Economic Planning and Critique of Political Economy: Analysis of Historical Experiences

Abstract

This report is part of the research project entitled "Economic Planning and Critique of Political Economy," which, through theoretical and documentary research, aims to analyze the relationship between the market and the law of value and state control through economic planning. Focusing on the Cuban historical experience, the study aimed to identify, select, and analyze texts by key theorists who shaped the economic debate that raged in the early 1960s, following the overthrow of Fulgencio Batista's dictatorship in 1959. We point out similarities and differences between the categorical analyses of the two main management approaches under discussion: the Budgetary Financing System, proposed by Guevara and his colleagues; and Economic Calculation, proposed by Bettelheim and his colleagues. As preliminary results, we present

categorical differences in the understanding of the fundamentals of Political Economy and the management of economic planning, based on whether or not the law of value is controlled.

Keywords: Cuba; economic planning; law of value.

Introdução

O presente relatório é resultante do plano de trabalho intitulado Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política: identificação e análise de experiências históricas, realizado no período entre setembro/2024 e agosto/2025, e vincula-se ao projeto de pesquisa “Planejamento Econômico e Crítica da Economia Política”. Esse projeto está registrado na plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e conta com discentes bolsistas e voluntárias integrantes da iniciação científica. A pesquisa também se vincula ao Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED), do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O plano em questão tem como objetivo central: analisar a relação do mercado com a lei do valor e o controle do Estado a partir do planejamento econômico nas duas principais formas de gestão em evidência no debate cubano durante o início dos anos 1960: o Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF) e o Cálculo Econômico (CE). Para tanto, pretendemos refletir sobre o desenvolvimento histórico e a conjuntura de Cuba, atrelando categorias fundamentais da crítica da Economia Política à discussão. Partimos do entendimento de que, quando o Estado passa para as mãos da classe trabalhadora, a partir de um processo revolucionário, é necessário pensar maneiras de geri-lo até o seu definimento. Assim, o papel do Estado na etapa de transição virou tema de debate entre os comunistas ao redor do globo. Deste modo, Cuba entrou no debate sobre planejamento econômico, pautando-se a partir de um contexto histórico-social particular. Fazia-se imperativo pensar: em países onde a economia burguesa ainda não havia se desenvolvido plenamente seria necessário passar por essa etapa ou havia possibilidade de sair de uma economia agrária direto para uma economia socialista? Justificamos, pois, que resgatar experiências históricas, seja de Cuba ou de outros países que vivenciaram experiências de transição econômica socialista, é indispensável para melhor apreensão das categorias analisadas e dos fundamentos da Economia Política. A análise densa, muitas vezes, encontra reflexos mais palpáveis dentro das realidades abordadas. No entanto, isto não torna o entendimento menos complexo, o que acreditamos, também, ser reflexo do processo de pouca aproximação com leituras no âmbito da Economia Política ao longo do processo formativo. Buscamos, de maneira introdutória, colocar luz sobre a discussão lançada no período de transição econômica em Cuba, mais precisamente entre 1963-1964. Diante disso, lançam-se questionamentos centrais: como acontecia o debate econômico em Cuba? Qual era o posicionamento dos teóricos do Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF) e dos teóricos do Cálculo Econômico (CE)? Quais eram suas principais diferenças? Adotamos a pesquisa teórica e documental, a fim de analisar a relação entre planejamento econômico e a lei do valor na experiência histórica cubana. Buscando introduzir a discussão sobre o contexto histórico de Cuba e as raízes do debate econômico, recorreremos ao livro “Che Guevara e o Debate Econômico em Cuba” (2018), de Luiz Bernardo Pericás, e, sob a perspectiva de uma maior aproximação do tema a partir de fontes diretas, nos baseamos em artigos presentes no livro “El Gran

Debate: Sobre la Economía en Cuba” (2006), que acumula textos escritos por Charles Bettelheim, Ernest Mandel e Che Guevara entre 1963 e 1964.

Metodologia

Metodologicamente, esta pesquisa se realizou por meio de pesquisa teórica e documental, a fim de analisar a relação entre o planejamento econômico e a teoria do valor, com enfoque, nesse plano, sobre o debate econômico em Cuba após a tomada do poder e derrota da ditadura encabeçada por Fulgêncio Batista em 1959. Isto se justifica pelo desejo de realizar aproximações teóricas com experiências latino-americanas. Afinal, depois da tomada de poder pela classe trabalhadora e definição do caráter socialista da revolução, impõe-se a necessidade de pensar o “Que Fazer?” econômico. De maneira similar à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a transição econômica em Cuba acontecia ao mesmo passo que havia a formação teórica e prática das pessoas envolvidas na implantação do “novo mundo”. Como sabemos, o surgimento da nova sociedade carrega em seu ventre heranças da velha sociedade. Nas palavras de Marx (2012, p. 29): Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (Marx, 2012, p. 29). Frente ao objetivo central proposto, adotamos duas obras centrais: 1. Che Guevara e o debate econômico em Cuba (2018), do historiador brasileiro Luiz Bernardo Pericás, fundamental para entender o contexto histórico e os principais pontos do debate; 2. El Gran Debate: Sobre la Economía en Cuba (1963-1964), dos teóricos marxistas Ernesto Che Guevara, Charles Bettelheim e Ernest Mandel, para maior aproximação direta com a temática abordada. Além disso, realizamos leitura de outros textos relacionados ao debate, que ajudaram na compreensão das categorias e discussões, mas não entram no escopo central de análise desta pesquisa. Por esta razão, não aparecem diretamente nesse relatório. Esta análise priorizou o debate econômico em Cuba, que teve como delimitação temporal principal os anos de 1963 e 1964. Este período diz respeito a organização e direcionamento dos objetivos socialistas da revolução cubana sob influência das revoluções socialistas globais. Ora, este foi um período em que outra forma de gerir a economia colocava-se no cenário: não estávamos sob domínio ilimitado do capital, havia uma possível equivalência no debate posta em cheque pelas economias socialistas em ascensão, seja na Europa Oriental ou, como delimitado no nosso campo de pesquisa, no continente latino-americano – contrariando expectativas de Marx e Engels, que apontavam os países cujas forças produtivas capitalistas estavam mais desenvolvidas como possível núcleo de ebulição das revoluções socialistas. O livro de Pericás, inicialmente publicado pela Editora Xamã em 2008 e republicado pela editora Boitempo em 2018, organiza e sistematiza a discussão sobre o contexto histórico e o planejamento econômico em Cuba, de modo que se destaca entre as publicações sobre o debate econômico cubano no Brasil. Além disso, apresenta as principais influências postas pelo debate econômico na União Soviética e na Europa Oriental. Pelas razões citadas, foi a obra escolhida para introduzir o debate e servir como “plano de fundo”. Isto, por sua vez, não reduz a importância da obra em relação à outra; pelo contrário, foi fundamental para compreensão das ideias aprofundadas no texto dos próprios autores posteriormente. Antes da Revolução de 1959, Cuba era um país agroexportador de matéria-prima; com baixo índice de escolaridade, refratado em grandes taxas de

analfabetismo; e as forças produtivas, principalmente em relação ao desenvolvimento industrial, eram bastante limitadas. No que tange às questões geográficas, estamos falando de uma ilha com pequena extensão territorial, fato que limitou sua dinâmica econômica. Todos esses fatores colocaram uma série de questões e divergências no centro do debate no que diz respeito à gestão do Estado. Estes fatores aparecem de maneira evidente na segunda obra analisada. O livro “El Gran Debate” organiza os principais textos escritos por Che Guevara, Mandel e Bettelheim no período que é foco da nossa análise. Ressaltam, dentro dos artigos publicados, as principais categorias da Economia Política e seu entendimento de como utilizá-las: seria a lei do valor fundamental para desenvolvimento do planejamento econômico ou não? E a respeito da forma mercadoria, resiste ou deixa de existir? Qual o tipo de incentivo mais importante aos trabalhadores, os morais ou os materiais? Em outras palavras, qual seria a melhor forma de gerir economicamente o “novo mundo” e qual seria o papel dos incentivos materiais e morais? Vale ressaltar que tivemos dificuldade na aquisição da obra, seja em formato físico ou virtual, mas, diante do que apresentamos, não haveria como ignorá-lo, tendo em vista que traz ao centro o debate e nos aproxima das fontes de maneira direta. Para operacionalizar, com objetivo de relacionar os textos lidos, realizamos fichamentos compostos por citações diretas, citações indiretas e delimitação das categorias em cada uma dessas passagens. No caso particular do livro “El Gran Debate”, que não encontramos em português, também precisamos realizar tradução do material digitalizado para apreensão do conteúdo. De maneira coletiva, vide que isto é resultado de um longo processo cotidiano de diálogos e contribuições, tivemos dois tipos de encontros de pesquisa: teóricos, a fim de discutir temas relacionados às pesquisas; metodológicos, a fim de realizar acompanhamento das tarefas realizadas ao longo dos semestres.

Resultados e Discussões

Durante o século XX, o mundo acompanhou um intenso processo de revoluções dentro das economias mundiais. Numa série de disputas travadas, resguardando particularidades e contextos históricos-socais, Cuba iniciou um processo revolucionário de base nacional-democrata contra o governo ditatorial de Fulgêncio Batista, depondo-o durante o ano de 1959. País de economia dependente, subserviente economicamente aos interesses dos Estados Unidos da América (EUA), a revolução cubana inicialmente não possuía posições socialistas claras e demarcadas. É apenas durante o ano de 1961, após ataques imperialistas dos EUA, com imposição de sanções para dificultar seu desenvolvimento econômico, que a revolução se aproximou da URSS e do seu caráter marxista-leninista. Com condições econômicas próximas as da URSS antes da Revolução de 1917, a maior parte da população cubana, antes da revolução, estava sitiada no campo e sua produção era majoritariamente agrária, com foco na economia açucareira. Por essa razão, não havia real necessidade de formação institucional para lidar com a vida no campo, o que justifica a escassez da educação média de nível técnico. Além disso, metade das crianças em idade escolar estavam fora do sistema (Pericás, 2018). Em 1959, a URSS já possuía um significativo caminho na economia de transição, com enfrentamento de crises e encaminhamento de saídas. Sua estruturação com base no planejamento econômico já havia possibilitado o desenvolvimento das forças produtivas, o que a consolidava como grande potência econômica e deixava para trás a indústria pouco desenvolvida dos anos anteriores à revolução de 1917. Assim,

enquanto Cuba engatinhava o debate econômico dentro do processo revolucionário, a URSS já possuía uma base de produção desenvolvida e pautava parte do debate sobre gestão do Estado no período de transição entre capitalismo e socialismo. Em Cuba, era necessário lidar com os problemas gestados no interior de uma dinâmica colonial-capitalista, tal como o baixo índice de escolaridade e, conseqüentemente, a baixa habilidade para lidar com as tecnologias na esfera produtiva. Logo, havia uma enorme preocupação na formação de consciência coletiva, além da necessidade de qualificação da mão-de-obra para atuar em todas as esferas, seja nos processos produtivos ou nos cargos estatais. Neste sentido, a teoria produzia-se com o movimento da realidade. À medida que os velhos problemas eram digeridos, novos problemas despontavam. Uma coisa era certa: havia o desejo de um futuro socialista e alcança-lo, enterrando a “velha sociedade”, não seria possível sem organização econômica. Este é traço fundamental do socialismo – não só como processo técnico, mas como medida política indispensável. Neste sentido, Luis Rodríguez (2000, p. 33) afirma: “Não há possibilidade de desenvolver o socialismo sem planificação, e essa é a definição mais simples e também mais completa do que é planificação.” Logo, como deveria funcionar o controle do Estado a partir do planejamento econômico no período de transição? As ferramentas utilizadas deveriam estar mais próximas ou mais distantes de um viés de mercado? Dentro do planejamento econômico, é possível controlar a lei do valor? Com esforço, Ernesto Guevara, Charles Bettelheim e Ernest Mandel dialogaram, a partir dos seus contextos, a fim de construir caminhos possíveis. Com objetivo de apresentar as divergências entre os autores, elucidaremos algumas questões postas no livro “El Gran Debate: sobre la economía cubana” (2006), que reúne textos dos teóricos supracitados. Para Mandel (2006), em texto originalmente publicado em 1964, o debate econômico em Cuba centralizava quatro questões fundamentais: duas de ordem prática, sejam estas a organização das empresas industriais e a importância relativa dos estímulos materiais na construção do socialismo; e duas de ordem teórica, sejam estas o papel exato da lei do valor no período de transição para o socialismo e a natureza estrita dos meios de produção estatizados nessa época. É evidente que as discussões travadas no campo socialista mundial ressoavam em solo cubano. Portanto, a discussão econômica em Cuba tinha como objetivo prático a defesa do Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF), tal como fazia Che e seus companheiros; ou a proposta de substituição desse modelo pelo Cálculo Econômico (CE), teorizada e praticada em grande parte da Europa Oriental e defendida em Cuba por Carlos Rafael Rodríguez e seus companheiros. Buscando evidenciar as distinções entre um sistema e outro, podemos inicialmente levantar algumas características fundamentais. O SOF buscava centralização das decisões econômicas mais importantes, com controle consciente do Estado sobre as empresas, a fim de abolir a lei do valor e a forma mercadoria. O CE, por sua vez, buscava descentralização do poder estatal, empregando autonomia relativa aos ramos industriais, a fim de controlar a lei do valor e as categorias mercantis. Como veremos, tais formas de gestão estão intimamente ligadas a forma com que se encara e se administram os estímulos materiais e morais. Para o economista belga, era necessário evidenciar a importância da relação dialética entre teoria e prática na transição econômica do capitalismo para o socialismo. Isto evitaria dois problemas teóricos que caminham em polos diferentes, mas são igualmente complicados: cair em pragmatismo vulgar e apologético, por um lado; ou em dogmatismo, por outro. Não devemos olhar para a realidade como um fim em si, mas a partir de mediações realizadas com uma base teórica sólida. Portanto, se as experiências socialistas se forjaram ao mesmo tempo que se construiu o debate, a mediação com a realidade também foi imediata, de modo

que só pôde se realizar a partir de sucessivas falhas e tentativas. No esteio desse pensamento, o autor defende que o debate econômico em Cuba surgiu espontaneamente à medida que a revolução caminhava, às vezes vinculados a sua própria realidade e às vezes com aspectos completamente importados. Quanto ao primeiro ponto, elogiava a capacidade de Guevara em expressar de maneira imperativa a particularidade da revolução cubana, sem cair em pragmatismo vulgar. Quanto ao segundo, exemplificava a partir dos estímulos materiais. Não haveria como transpor esta categoria de maneira mecânica à realidade cubana, afinal, haviam muitas distinções entre as duas realidades (Mandel, 2006, p. 13-14). Para Mandel, a posição de Guevara parecia bastante acertada enquanto a de Bettelheim parecia caminhar “em abstrato”. O Ministro das Indústrias não tentava impor a gestão centralizada como uma verdade universal. Defendia, simplesmente, a ideia de que essa seria a forma mais eficaz para o desenvolvimento da indústria cubana naquele momento econômico, com argumentos que encontravam eco na realidade: o número reduzido de empresas e de quadros industriais e financeiros capacitados; necessidade de uma economia mais estreita dos recursos e do controle sobre eles, vide a dificuldade para acessá-los; além de meios de comunicação bastante desenvolvidos, facilitados também pela extensão territorial da ilha. Como vemos, tudo isto tinha a ver com as questões sociais e geográficas particulares de Cuba. Portanto, o discurso de Guevara vinculava-se fortemente com a realidade vivida. Sobre a descentralização e autonomia financeira das empresas, Mandel tem uma posição bastante nítida. Com ela, a tendência de burocratização aumenta e a eficácia econômica diminui (Mandel, 2006). Para ele, a autonomia financeira das empresas obrigaria rentabilidade, ou seja, a associação necessária a uma dinâmica de mercado. Os teóricos do CE, por outro lado, defendiam a descentralização da gestão para melhor produtividade e, conseqüentemente, maior possibilidade de incentivar os trabalhadores a partir de estímulos materiais. Este fato, para Mandel e Guevara, submeteria todas as operações das empresas a um cálculo econômico estrito. No entanto, para Bettelheim, “o fim justificaria os meios”: tudo isto seria funcional a superação dos objetivos práticos do planejamento econômico traçado. Com forças econômicas desenvolvidas a ponto de suprir as necessidades sociais, a consciência socialista encontraria a classe trabalhadora. Portanto, fundamental era desenvolvê-las, ainda que para isso haja necessidade de aproximação e controle das categorias mercantis. Para Guevara, no entanto, controlar as categorias mercantis a partir da planificação socialista era atribuir a esta enorme importância. Não havia qualquer possibilidade de controle consciente. Em suas palavras: Negamos a possibilidade do uso consciente da lei do valor, baseados na inexistência de um mercado livre que exprima automaticamente a contradição entre produtores e consumidores; negamos a existência da categoria mercadoria na relação entre empresas estatais; e consideramos todos os estabelecimentos como parte da única grande empresa que é o Estado (apesar de, na prática, tal não acontecer ainda no nosso país). A lei do valor e o plano são dois termos ligados por uma contradição e sua solução; podemos, pois, dizer que a planificação centralizada é o modo de existir da sociedade socialista, a sua categoria definidora e o ponto em que a consciência do homem consegue, por fim, sintetizar e dirigir a economia para a sua meta, a plena libertação do ser humano no quadro da sociedade comunista (Guevara, 2006, p. 135). Guevara, preocupado com questões práticas que se delineavam no interior da economia cubana, buscava respostas alinhadas ao que era (ou pelo menos aparentava ser) mais palpável. Assim, não rechaçava a necessidade de um cálculo econômico para fins organizativos, nem tampouco dos estímulos materiais. No entanto, estes deveriam ser executados de maneira coletiva, sem estimular individualidade, sem reduzir a coesão

interna dos trabalhadores e sem criar efeitos negativos sobre a consciência de todos. Para o guerrilheiro (2006), os estímulos morais possuíam papel fundamental, sobrepondo-se aos estímulos de ordem material e/ou qualquer cálculo econômico. Coerente com as próprias crenças, estimulava os prêmios coletivos, vide que o sistema individual levaria fatalmente ao clima de egoísmo e obsessão individualista. É importante salientar, de acordo com o que se coloca, que Cuba neste contexto possuía o apoio da grande maioria das pessoas para a obra revolucionária. Para Mandel (2006), isto significava um diferencial, tendo em vista que no período comandado por Josef Stalin na URSS diversas contradições se instauraram e trouxeram esvaziamento do apoio revolucionário. Para Mandel, o pensamento de Guevara estava de acordo com a tradição e a teoria marxista. Os que defendiam o desenvolvimento das forças produtivas de maneira absoluta, nublando a importância de expandir a consciência socialista, pecam de um pensamento tão mecanicista quanto os que acreditam poder expandir a consciência de maneira imediata por meios puramente subjetivos. De maneira dialética, é preciso existir uma interação constante entre a criação da infraestrutura material necessária para a expansão da consciência socialista e o desenvolvimento desta mesma consciência. Ou seja, não é possível que a consciência socialista surja por meio de um esforço de pura vontade subjetiva dentro de uma situação material inadequada. Do mesmo modo, é utópico acreditar que esta surgirá bruscamente à medida que a infraestrutura material surgir (Mandel, 2006). Evidenciamos, também, que a compreensão divergente do papel da lei do valor entre os teóricos do CE e do SOF logicamente levam à compreensão divergente da permanência ou não de categorias mercantis, tais como a mercadoria. Para os teóricos do SOF, para existir mercadoria, é necessário que haja relação de troca. Se as empresas são estatizadas e os produtos da força de trabalho não são comercializados, não há relação de troca. Logo, se não há relação de troca, não há mercadoria. Deste modo, na circulação dos meios de produção dentro do setor estatal, esta configuração o escapa. Os que rejeitam que a lei do valor continue regendo a produção não negam que as categorias mercantis sobrevivam inevitavelmente ao período de transição, ainda que não permaneçam dentro do setor estatal – negá-las totalmente seria olhar superficialmente para a realidade, sem enxergá-la. Porém, a razão da sua existência provisória deve ser meramente isto, visto que há uma contradição fundamental entre mercado e plano que não poderá perdurar para que se alcance os objetivos revolucionários. Por outro lado, os teóricos do CE defendem que “a lei do valor continua regulando a produção, ainda que não seja a única a fazê-la. Sua ação reguladora operaria junto com a do plano e mediante seu intermédio” (Mandel, 2006, p. 19). Por esta razão, acreditam que esta tese da lei do valor, assim como as categorias mercantis, não escapa das relações entre as empresas estatais. Para Mandel, há um erro grave em confundir a sobrevivência das categorias mercantis com o papel regulador da lei do valor. Ora, o mercado é o ápice da vida no capitalismo e é exatamente em cima disso que os autores do SOF, especialmente Guevara, pontuam a impossibilidade de um controle consciente da lei do valor e rechaçam sua existência no contexto de transição (Guevara, 2006). O mercado capitalista se organiza sobre a base da lei do valor, que se expressa diretamente sobre esse mercado. A análise da lei do valor não pode ser empreendida fora do seu meio natural; em outras palavras, pode-se afirmar que a verdadeira expressão da lei do valor é o mercado capitalista. Durante o processo de construção da sociedade socialista, inúmeras relações de produção mudam à medida que a propriedade dos meios de produção e o mercado perdem as características da livre concorrência (independente da ação dos monopólios) e adquirem novas características delimitadas pelo setor socialista que atua conscientemente sobre a

economia mercantil (Guevara, 2006, p. 23). Neste sentido, Guevara era crítico das experiências socialistas que realizaram a descentralização. Não haveria justificativas plausíveis para manutenção da lei do valor, ainda que sob uso consciente – ele sequer acreditava nessa possibilidade. Logo, a saída para desenvolvimento das bases produtivas não deveria se pautar pela lógica de mercado. Os custos desse caminho eram muito altos. Para ele, a autonomia econômica das empresas sempre convergia a saídas capitalistas. Isto, necessariamente, colocava em evidência os estímulos morais. É certo que tal discussão se refletia também na dinâmica de preços. Guevara (2006) acreditava na necessidade de congelamento dos preços dos itens básicos, ainda que isso custasse elevação dos preços dos “itens de luxo”. Realizando cálculos aproximados dos custos de produção com um processo de produção e distribuição conjunto, era possível determinar uma nova relação de preços, com características particulares que fugiam à lógica mercantil. Na esfera socialista, os preços deveriam cumprir função fundamentalmente aritmética, fornecendo uma medida para melhor organização financeira. Para melhor organização do que propunha, era necessário realizar uma gestão centralizada das empresas (Guevara, 2006). Para Bettelheim (2006), no entanto, as leis econômicas deveriam se modificar progressivamente, adaptando-se ao desenvolvimento das forças produtivas. Romper com as velhas formas de maneira abrupta poderia, inclusive, travar o desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, as leis econômicas anteriormente vigentes ainda possuem razão de ser, assim como a influência da oferta e demanda sobre os preços. Não há como escapar, de uma hora para outra, das imposições herdadas do capitalismo; no entanto, pode-se geri-las de maneira consciente. Acreditando ser possível controlar as categorias mercantis, Bettelheim (2006) afirma: Daqui deriva a impossibilidade de proceder de maneira satisfatória, isto é, eficaz, a uma repartição integral a priori dos meios de produção e dos produtos em geral, e a necessidade do comércio socialista e dos organismos comerciais do Estado. De onde resulta também o papel da moeda no interior do próprio setor socialista, o papel da lei do valor, e um sistema de preços que deve refletir não só o custo social dos diferentes produtos, mas deve também ser a expressão das relações entre a oferta e a procura destes produtos e assegurar eventualmente o equilíbrio entre esta oferta e esta procura, quando o plano não o tenha podido assegurar a priori e quando o uso de medidas administrativas para realizar este equilíbrio comprometa o desenvolvimento das forças produtivas (Bettelheim, 2006, p. 190-191). Como se evidencia, para Bettelheim (2006), reduzir as relações de propriedade à noção geral de propriedade estatal traz dificuldades de ordem prática: não há, nesse tipo de análise proposta pelo SOF, como pensar as leis econômicas inerentes ao capitalismo que se materializavam na realidade vivenciada pelos países em transição. Esta opinião, portanto, desprezava o entendimento de que não haviam trocas mercantis no setor estatal da sociedade cubana do período. No entendimento de Guevara (2013), a existência dessas categorias jurídicas e mercantis não as tornam necessárias para o desenvolvimento da economia socialista. Do contrário, o objetivo era justamente destruí-las. No pensamento do autor, Bettelheim comete equívocos ao afirmar que estas, se existem, são necessárias no período de transição. Isto parte de um caráter pragmático e determinista. Neste sentido, discordava do fato de que a autogestão financeira ou a autonomia contabilística estão ligadas a um dado estado das forças produtivas. A centralização, dentro do SOF, não se relacionava à centralização física da produção, mas sim das decisões econômicas importantes – isto traria um poder de decisão consciente muito maior do que o CE. As categorias mercantis, indispensáveis à análise para Bettelheim, para Guevara deveriam estar restritas a possibilidades de utilização para fins comparativos (cf. Guevara, 2013, p. 136-137). As

divergências na forma de gerir o Estado e os fundamentos necessários para o seu desenvolvimento ressoam nos estímulos empregados na classe trabalhadora a fim de alcançar a parte prática dos planos. Era fundamental, portanto, aproximá-la dos propósitos e do planejamento traçado a fim de alcançar os objetivos da revolução. Os teóricos do CE, acreditavam na sobreposição dos estímulos materiais; já os teóricos do SOF, acreditavam na sobreposição dos estímulos morais. Isto não se dá por mero acaso. Os países da Europa Oriental viviam uma fase de descentralização econômica, vide que haviam atingido um desenvolvimento significativo das forças produtivas; Cuba, durante os anos iniciais da década de 1960, ainda buscava o desenvolvimento das suas bases produtivas, com poucos ramos industriais consolidados. No esteio desse pensamento, Bettelheim (2006) acreditava que a modificação no comportamento dos seres humanos constitui-se pelas alterações introduzidas na produção e na sua organização. Para o economista francês, as forças produtivas e as relações de produção são dois mecanismos que marcham indissolúvelmente unidos em todos os processos médios do desenvolvimento da sociedade. A educação, de maneira subsidiária, teria como objetivo central fazer desaparecer atitudes e comportamentos herdados do passado, assegurando aprendizagem de novas normas de conduta impostas pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas. Para Guevara (2013), há momentos em que as relações de produção podem não ser fiéis ao desenvolvimento das forças produtivas. No momento de transição, por exemplo, não há correspondência completamente coerente entre uma coisa e outra, posto que o novo ainda não se consolidou e o velho precisa se tornar obsoleto. Assim, só era possível avançar no desenvolvimento produtivo caso houvesse construção da consciência para conseqüente mobilização no ramo da produção.

Conclusão

Estudar distinções categóricas entre os teóricos ajuda na compreensão dos fundamentos da Economia Política atrelados a suas aplicações práticas, diversificando as possibilidades rumo ao “reino da liberdade”. Há um acordo quanto ao fim, porém o processo para alcançá-lo pode ser distinto, seja com a presença e mediação das categorias econômicas capitalistas ou não. Além disso, é preciso pontuar que o caminho percorrido pode alterar os fins. Para Guevara (2006), por exemplo, a abertura a categorias econômicas centrais na sociedade capitalista não nos levaria a um futuro emancipado; pelo contrário, nos causaria um retorno inescapável ao modo de produção capitalista. No contexto de disputa global que se estruturava entre socialismo e capitalismo, Cuba foi um dos elos a romper e instaurar, com uma dinâmica própria, a revolução socialista. Ora, se o comportamento dos homens só muda a partir de alterações introduzidas na produção e na sua organização, como Cuba, país monoprodutor com bases industriais subdesenvolvidas, em situação de dependência estadunidense, seria capaz de articular uma revolução socialista? O argumento de Guevara foca no avançar da consciência e na captação de vanguarda dos cubanos em um momento decisivo no cenário mundial, em que um terço da população vivia uma guinada socialista frente ao capitalismo imperialista. Cuba, aproveitando as condições históricas, foi capaz de “queimar etapas” e declarar o caráter socialista da construção dos próximos passos. Afinal, as condições objetivas de socialização do trabalho, após a tomada do poder, já existem. Além disso, a forma de gestão das empresas refratava-se diretamente na apreensão das categorias e suas respectivas necessidades. De maneira sistemática, para Guevara e Mandel, adeptos do centralismo democrático e do SOF, era

fundamental abolir a lei do valor e a forma mercadoria. Por esta razão, sobrepunham o caráter educativo frente aos estímulos materiais. Já para Bettelheim, adepto da autogestão sob planificação e do CE, era preciso (e possível) controlar a lei do valor e sua ação sobre a sociedade; ou seja, a lei do valor não regulamenta a forma de gerir tudo, mas precisa se fazer presente no momento de transição. Para isto, sobrepunha-se a necessidade dos estímulos materiais, que, por sua vez, trariam a conscientização. Demarcam-se, portanto, algumas divergências nos processos para atingir o objetivo. É fundamental escapar da realidade capitalista. Portanto, acreditamos na importância deste debate, que traz enormes contribuições para pensar a economia socialista nos países que concretizaram essa experiência, para construir pontes rumo a um futuro emancipado. O debate cubano reflete experiências concretas latino-americanas, lançando novas contribuições para a teoria marxista no momento de transição socialista. É preciso resgatá-lo. Certamente os processos não se darão da mesma forma, mas a sociedade ainda repousa sobre a mesma base econômica contraditória: o capitalismo.

Referências

GUEVARA, Ernesto; MANDEL, Ernest; BETTELHEIM, Chales. El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba. 1. ed. Habana: Ocean Press, 2006. GUEVARA, Ernesto. Textos Econômicos. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2013. MARX, Karl. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012. PERICÁS, Luiz Bernardo. Che Guevara e o debate econômico em Cuba. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2018.

CÓDIGO: HS1587

AUTOR: MARIA CLARA TAVARES SANTANA DA SILVEIRA

ORIENTADOR: FABRICIO GERMANO ALVES

TÍTULO: A NOVA RETÓRICA COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO ENSINO
JURÍDICO: ENTRE A LÓGICA PURA E OS DILEMAS EMOCIONAIS DA
PRÁTICA CONCRETA

Resumo

No campo jurídico, o processo de formação do estudante de direito transcende o raciocínio técnico e a memorização, confrontando-o com um dilema ético e emocional que molda sua aprendizagem. Fundamentado na Teoria da Razão Pura de Hans Kelsen, o ensino jurídico enfatiza a separação entre direito e moral, apresentando a justiça como impessoal e objetiva. Contudo, a prática revela que decisões judiciais envolvem valores e emoções, desafiando a segurança jurídica e expondo o estudante ao medo de errar: uma dinâmica comparada ao condicionamento do Experimento do Pequeno Albert de John B. Watson, onde estímulos negativos associam-se a reações emocionais, criando no graduando uma aversão ao erro interpretativo. Assim, a presente pesquisa, baseada na Nova Retórica de Chaim Perelman, propõe integrar direito, ética e política no ensino superior, reduzindo o impacto emocional das decisões e fortalecendo a segurança jurídica. Por meio de uma abordagem qualitativa-dedutiva, foram analisados casos concretos, legislação nacional e obras neurodesenvolvimentistas. O objetivo é oferecer uma didática jurídica que valorize a argumentação e a ética, permitindo ao futuro jurista superar os condicionamentos emocionais e aplicar a norma com equilíbrio, resguardando os valores intrínsecos às relações humanas e ao ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Condicionamento Emocional. Educação Jurídica. Neurodesenvolvimentismo.

TITLE: THE NEW RHETORIC AS A TEACHING TOOL IN LEGAL EDUCATION:
BETWEEN PURE LOGIC AND THE EMOTIONAL DILEMMAS OF CONCRETE
PRACTICE

Abstract

In the legal field, the training process for law students goes beyond technical reasoning and memorization, confronting them with an ethical and emotional dilemma that shapes their learning. Based on Hans Kelsen's Theory of Pure Logic, legal education

emphasizes the separation between law and morality, presenting justice as impersonal and objective. However, practice reveals that judicial decisions involve values and emotions, challenging legal certainty and exposing students to the fear of making mistakes: a dynamic comparable to the conditioning of John B. Watson's Little Albert Experiment, where negative stimuli are associated with emotional reactions, creating an aversion to interpretive error in undergraduates. Thus, this research, based on Chaim Perelman's New Rhetoric, proposes integrating law, ethics and politics in higher education, reducing the emotional impact of decisions and strengthening legal certainty. Through a qualitative-deductive approach, concrete cases, national legislation and neurodevelopmental works were analyzed. The objective is to offer legal teaching that values argumentation and ethics, allowing future jurist to overcome emotional conditioning and apply the rule with balance, safeguarding the values intrinsic to human relations and the legal system.

Keywords: Conditioning. Legal Education. Legal Security. Neurodevelopmental.

Introdução

O ensino jurídico, ao longo das décadas, foi moldado por uma abordagem tecnicista que privilegiou a memorização de normas e a aplicação de preceitos formais, em detrimento de uma reflexão aprofundada sobre os dilemas éticos e emocionais que permeiam a prática do direito enquanto ciência social aplicada. Tal modelo, ainda dominante em grande parte das instituições de graduação e pós-graduação, encontrou por base a Teoria da Razão Pura, delineada pelo jus-filósofo Hans Kelsen, ao defender uma dialética rígida entre o direito e a moral, de modo a apresentar, em suma, o ordenamento jurídico como um sistema de normas dotado de coerência interna e objetividade científica. Entretanto, embora essa perspectiva seja essencial para a construção de um direito sistematizado e funcional, acaba por negligenciar, em contraponto, a complexidade das relações humanas e os desafios da práxis que emergem da aplicação concreta das normas.

No que tange ao contexto da formação acadêmica em si, a busca pela precisão técnica e pela objetividade supramencionadas levam à construção de um ambiente acadêmico que desestimula o erro, gerando uma aversão emocional – e institucional – a ele; em um fenômeno que pode ser analisado à luz do “Experimento do Pequeno Albert”, conduzido por John B. Watson no levante do Behaviorismo, que demonstrou como estímulos negativos são capazes de condicionar respostas emocionais duradouras. Por analogia, o temor do erro interpretativo e a pressão por resultados puramente lógicos podem comprometer o desenvolvimento do pensamento crítico, o que dificulta, pois, a construção de uma prática jurídica que valorize o equilíbrio entre técnica e empatia.

Nesse sentido, pode-se inferir que a prática do direito transpassa a mera aplicação objetiva de normas, uma vez que exige a consideração de questões morais e emocionais nas decisões dos casos concretos, sobretudo nos hard cases. Noutras palavras, a rigidez cognitiva de uma formação centrada apenas na lógica normativa, pura e crassa, poderia resultar em uma lacuna significativa na preparação dos futuros juristas, em especial, quando confrontados com situações que demandam ponderação de valores, comum nos diálogos dos direitos fundamentais. Torna-se exigível, então, a inclusão de novas

ferramentas didáticas capazes de fazer com que os graduandos e pós-graduandos consigam trabalhar um certo grau de subjetividade, com o devido respeito aos limites da segurança jurídica.

Diante de um cenário complexo de modelos pedagógicos tecnicistas, surge a Nova Retórica, proposta por Chaïm Perelman em sua obra intitulada de “Tratado da Argumentação: A Nova Retórica”, tal qual uma alternativa didática que, regada de técnicas argumentativas e um senso crítico posto em contato com a subjetividade dos argumentadores, torna-se capaz de construir uma práxis jurídica com multiplicidade de valores e persuasão racional, abrangendo contextos fáticos em que a lógica pura não é suficiente; e o ensino jurídico, em consequência, contemplaria na formação dos graduandos e pós-graduandos a complexa gama de possibilidades dessas ocorrências.

Destarte, o presente trabalho, fundamentado em uma abordagem qualitativa-dedutiva, propõe analisar em qual medida a integração da Nova Retórica na didática jurídica pode contribuir para a formação de operadores do direito mais preparados para os dilemas emocionais e éticos da prática jurídica, aliando-se, logo, os fundamentos da teoria lógica kelseniana à perspectiva argumentativa de Perelman, com vistas à segurança jurídica e à capacitação dos futuros juristas em lidar com as nuances das relações humanas no campo jurídico. Para tanto, este estudo almeja não apenas identificar as limitações do modelo de ensino-aprendizagem atual, e sim, também propor soluções que resgatem a importância da hermenêutica no processo de formação, integrando-se aspectos técnicos, emocionais e comportamentais.

Metodologia

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa, assentada sobre a análise de referenciais teóricos, normativos e jurisprudenciais, com o fito de compreender de que forma a lógica pura kelseniana e a Nova Retórica perelmaniana se projetam no ensino jurídico contemporâneo. A escolha se justifica pela necessidade de se privilegiar a hermenêutica em detrimento de métodos estatísticos, de modo a alcançar a essência axiológica da problemática teórica em estudo. Assim, parte-se de premissas gerais acerca da rigidez metodológica da formação jurídica tradicional para, mediante a crítica fundamentada, perscrutar suas limitações no enfrentamento dos dilemas éticos e emocionais que permeiam a práxis forense.

À vista disso, o estudo estrutura-se na análise hermenêutica da doutrina de pensadores clássicos e contemporâneos, a exemplo de Hans Kelsen e Chaïm Perelman, além de aportes da psicologia comportamentalista e dos estudos neurodesenvolvimentistas, a exemplo do Behaviorismo. A correlação entre tais referenciais visa a construção de um quadro epistemológico que contemple, em suma, os condicionamentos emocionais a que o jurista se vê submetido em seu processo de ensino-aprendizagem, estabelecendo-se, dessa forma, um campo fértil para a reflexão crítica sobre os rumos do ensino jurídico.

Resultados e Discussões

A LÓGICA PURA DE KELSEN E OS LIMITES DO ENSINO JURÍDICO TRADICIONAL

O ensino jurídico, historicamente, tem sido marcado por uma abordagem predominantemente tecnicista, onde o foco recai sobre a memorização de normas e a compreensão de conceitos doutrinários parcial ou totalmente alheios à complexidade emocional e ética da prática profissional. Esse modelo, em grande parte, alicerça-se na Teoria da Razão Pura de Hans Kelsen, típico da doutrina positivista do Círculo de Viena, em que o direito era concebido na função de um sistema normativo autônomo, separado de questões morais ou políticas (Kelsen, 1991), isto é, autocentrado e autorreferente. É fato que havia uma seleta preocupação em se garantir a objetividade e a previsibilidade tanto no estudo quanto na aplicação da norma, todavia, persistia, ao mesmo íterim, uma limitação em relação aos dilemas emocionais, sobretudo em casos concretos de difícil resolução.

Não à toa, a proposta kelseniana de uma suposta “pureza” do direito enfatizava a estruturação formal do ordenamento jurídico, de tal forma que a abordagem, lógica e engessada, privilegiava uma segurança pautada na previsibilidade das normas – uma perspectiva negligente no que toca à subjetividade e aos valores que, inevitavelmente, emergem no processo decisório, originando um distanciamento entre o ensino e a realidade da práxis, representante de um dos principais desafios para a formação de juristas preparados para lidar com as demandas da sociedade contemporânea.

Em paralelo, o condicionamento emocional experimentado pelos estudantes de direito ao longo de sua formação acadêmica contribui, seja de maneira direta, seja de maneira indireta, para a consolidação de um temor ao erro interpretativo, dado que a solução deve ser inequívoca. A partir disso, fala-se no estudo do comportamento, constituindo um fenômeno visível no “Experimento do Pequeno Albert”, de autoria do psicólogo John B. Watson, ao evidenciar o surgimento de respostas emocionais de longa duração em decorrência da exposição reiterada a estímulos negativos (Church, 1980); o que, no eixo do ensino jurídico, o receio de cometer equívocos é exacerbado por um sistema pedagógico que privilegia a infalibilidade e desestimula a criatividade interpretativa, reduzindo, por conseguinte, o espaço para uma reflexão crítica.

A falta de integração entre os aspectos emocionais e técnicos no ensino jurídico também reflete um dilema prático: a dificuldade em preparar os graduandos para lidar com as questões morais e humanas inerentes à solução de conflitos. Nesse sentido, a rigidez da abordagem tradicional do ensino não apenas limita a compreensão dos estudantes sobre a complexidade do direito, mas também compromete a capacidade de aplicação equânime das normas em casos concretos. Ao ignorar a dimensão emocional e ética da prática jurídica, o modelo vigente perpetua uma visão limitada da função social do direito (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005).

Diante desse cenário, a inclusão da Nova Retórica no ensino jurídico apresenta-se como uma alternativa eficaz para superar as limitações do paradigma tradicional. Proposta por Chaïm Perelman, essa abordagem enfatiza a importância da argumentação como instrumento central para o processo decisório, considerando não apenas os aspectos lógicos, mas também os valores e as emoções que influenciam as escolhas humanas

(Perelman, 1998). Essa perspectiva resgata a relevância da subjetividade e da pluralidade de valores no âmbito jurídico, ampliando o horizonte formativo dos estudantes.

Ante o exposto, a implementação da Nova Retórica no ensino jurídico requer uma revisão dos métodos pedagógicos já utilizados, adicionando-se a análise de casos concretos como instrumento didático a fim de que os graduandos e pós-graduandos tenham contato com situações reais em que as normas jurídicas se entrelaçam com questões éticas não tão somente éticas, afinal, também questões emocionais. É necessário, na verdade, imaginar um processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, no qual os alunos se sintam incentivados a desenvolver suas capacidades argumentativas frente a distintos tipos de conflitos (Catania, 1998).

O TEMOR AO ERRO SOB O PRISMA COMPORTAMENTALISTA

A formação jurídica, em suas bases tradicionais – tecnicistas –, carrega consigo a herança de uma rigidez metodológica com a aplicação lógica dos preceitos legais em detrimento de um desenvolvimento holístico do pensamento crítico e da capacidade argumentativa. Noutras palavras, calcado na impessoalidade da Teoria da Razão Pura, o ambiente acadêmico visualiza o erro feito um desvio imperdoável, fomentando, logo, um temor institucionalizado à falha. É uma dinâmica, a longo prazo, refletida na carreira posterior, qual seja, a profissional, em que a insegurança emocional e o receio de errar minam a capacidade de reflexão autônoma por princípio comportamental (Fester et al, 1979).

Analogamente, nos estudos comportamentalistas, é ao se tomar por destaque o “Experimento do Pequeno Albert” do psicólogo John B. Watson que se obtém uma lente crítica para a compreensão dos impactos emocionais gerados por essa pedagogia jurídica engessada. No referido experimento, uma criança fora submetida à associação repetida entre um estímulo neutro e um seguinte aversivo, desenvolvendo, por associação emocional, uma resposta de medo condicionada a objetos anteriormente inofensivos (Cornwell et al., 1980); demonstrando o quão importante a exposição reiterada a estímulos negativos se torna, mormente ao perpetuar estados emotivos de ansiedade e/ou negação. No contexto educacional jurídico, a falha, figura no “estímulo aversivo”, seria aquela que condiciona os alunos a evitarem situações que possam expô-los ao erro, limitando, então, o desenvolvimento de suas capacidades interpretativas e argumentativas – consequentemente, o que se estende à práxis de fato, consubstanciada no dia a dia.

O impacto desse temor ao erro é exagerado pelo fato de que o direito, enquanto ciência social aplicada, demanda do futuro operador uma habilidade constante de intermediar a lógica formal e os dilemas humanos intrínsecos aos casos concretos. Sob a ótica do Behaviorismo, o condicionamento pode ser entendido como um reflexo da falta de reforçadores positivos no ambiente acadêmico, que, ao invés de incentivar a experimentação e o raciocínio crítico, perpetuam um ciclo de insegurança e auto-restrição (Rehfeldt; Hayes, 1998). A aversão ao erro, nesse sentido, é não apenas um subproduto de uma metodologia ultrapassada, mas também um entrave significativo à evolução da prática jurídica como campo de conhecimento flexível.

Dentro dessa perspectiva, faz-se mister discutir como o modelo educacional vigente perpetua respostas condicionadas de medo e aversão, restringindo o desenvolvimento da criatividade e da empatia dentro do ensino jurídico: conflito que remete não apenas à dinâmica entre professor e aluno, mas também às próprias ferramentas didáticas utilizadas, das quais se perpetua a reprodução acrítica de normas em detrimento de uma formação integral. Pavlov (Pavlov, 1999), sustentava, tempos antes, em seus estudos práticos sobre reflexos condicionados, que a aprendizagem é diretamente influenciada pelos estímulos aos quais o indivíduo é exposto, sendo essencial, com as novas expectativas, que se sustentem a segurança e a exploração criativa.

É imperioso, pois, reconhecer que a educação jurídica hodierna, ao negligenciar as implicações emocionais no processo de aprendizagem, não prepara os alunos para enfrentarem os dilemas concretos da práxis jurídica. Na realidade, sustenta uma dicotomia entre a teoria e a prática que se reflete em um distanciamento entre os fundamentos normativos e o concretismo empírico – ocasião agravada pela falta de integração entre os aspectos técnicos, éticos e emocionais durante a formação, comprometendo-se, por óbvio, a o raciocínio do futura jurista mediante casos complexos, não contemplados somente pela razão pura.

A NOVA RETÓRICA COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NO ENSINO JURÍDICO

O ensino jurídico, em seu modelo didático tradicional, tende a contemplar a lógica formal e a memorização textual, por vezes distanciando a complexidade emocional que permeia a práxis jurídica em seu cerne hermenêutico. Nessa toada, a Nova Retórica de Perelman se demonstra essencial, ora como panorama interpretativo, ora como uma ferramenta didática cuja subjetividade seja capaz de ampliar os horizontes formativos do estudante de direito, trazendo à baila a argumentação na centralidade do processo de ensino-aprendizagem.

Difere-se, portanto, da rigidez cognitiva (Cillo; Faleiros, 2010), em especial, linguística, da Teoria da Razão Pura já comentada, levando-se em consideração que a persuasão racional, como um todo, deve reconhecer a coexistência de valores, emoções e variáveis na construção do processo decisório, o que a lógica formal, sozinha, não tem condão nem arcabouço argumentativo o suficiente para fazê-lo (Perelman, 1997). A argumentação jurídica de Perelman, a bem dizer, não se limita à aplicação mecânica de regras, preferindo preencher as lacunas ao estabelecer um diálogo entre as partes, com a consideração geral dos contextos da situação concreta.

Assim sendo, a incorporação dessa sistemática ao ensino jurídico contribui para formar juristas mais preparados para lidar com as nuances das relações humanas e com os dilemas éticos oriundos dos casos simples aos complexos, repensando a didática jurídica no que diz respeito a uma norma jurídica fluida, com um campo simbólico da linguagem abrangente demais para ser reduzido a termos técnicos. Faria-se mister, para tal, a adoção de metodologias ativas em sala de aula, envolvendo o estudo de casos, o debate orientado e o estudo crítico de jurisprudências; além das clássicas simulações em matéria de tribunais.

Outrossim, estudos neurodesenvolvimentistas demonstram que o medo de errar, reforçado por metodologias tradicionalistas, pode comprometer o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo dos estudantes (Gehm; Carvalho Neto, 2010); cenário facilmente solucionado pelo adimplemento à Nova Retórica, com o acolhimento dos aspectos emocionais no processo de aprendizagem, ou seja, que favorecem a construção de um ensino jurídico mais humanizado, quiçá inclusivo, por meio do qual se aprende a equilibrar a objetividade normativa com a subjetividade inerente à condição humana.

Doravante, outra figura relevante é a do impacto positivo na segurança jurídica. Somando-se, no campo hermenêutico, a argumentação no formato de ferramenta central, os futuros juristas são incentivados a fundamentar as decisões com consistência, cuja razoabilidade mensure as normas aplicáveis em ponderação aos valores e aos princípios que regem os ordenamentos jurídicos que lhes caibam, dado que onde há direito, há Estado, em uma crença fortalecida no ideal de justiça (Kelsen, 1990).

Conclusão

Ao longo da pesquisa, buscou-se desvelar os paradoxos intrínsecos ao modelo tradicional de ensino jurídico, cuja ênfase na lógica pura e na tecnicidade normativa, inspirada nos pressupostos kelsenianos, demonstrou não apenas ignorar os dilemas éticos e emocionais da prática forense, como também condicionar os estudantes de graduação e pós-graduação em direito a um temor quase intransponível ao erro.

Fato este que, à luz da analogia com o “Experimento do Pequeno Albert”, conduzido por John B. Watson, esclareceu-se como o uso reiterado de estímulos negativos durante a formação acadêmica pode provocar respostas emocionais adversas e duradouras, à medida em que afeta, igualmente, o desenvolvimento do raciocínio crítico necessário à prática jurídica dos casos em concreto – o que reforça a urgência de um repensar pedagógico que transcenda a normatividade fria, incorporando metodologias que promovam o equilíbrio entre a razão pura, a ética e as nuances emocionais.

Com efeito, o ensino jurídico, ao se pautar em uma estrutura rígida e tecnicista, mostrou fomentar uma aversão ao erro interpretativo, gerando nos discentes uma sensação de insegurança que perpassa o ambiente acadêmico e se estende à sua atuação profissional; em busca de uma suposta segurança jurídica formal que, por si só, revela-se paradoxal conforme inviabiliza a adaptação do futuro jurista às demandas da realidade, necessitada de uma aplicação normativa com flexibilidade, criatividade e sensibilidade na compleição dos valores humanos em jogo.

Em suma, a formação jurídica contemporânea encontra-se desafiada a integrar tais elementos em sua didática, buscando uma práxis que abranja a eficácia técnica no seio de uma justiça substancial. Nesse debate, a Nova Retórica de Chaïm Perelman urge na forma de ferramenta didática, capaz de preencher as lacunas deixadas pelo ensino tradicional e sua lógica formal. Isso porque, em miúdos, a proposta de valorizar a argumentação, a hermenêutica e o diálogo entre os sujeitos do caso acompanha o galgar de uma alternativa viável para a superação dos condicionamentos emocionais impostos pela lógica normativa isolada. Não à toa, ao destacar a importância da persuasão

racional e da contextualização fática, a base teórica de Perelman oferece um preparo forense maior, voltado a uma segurança jurídica do cotidiano, construída por vários sujeitos que participam da construção decisória.

Destarte, concluiu-se que a Nova Retórica, ao propor uma didática fundamentada na argumentação racional de construção hermenêutica, formaliza uma alternativa promissora para superar os desafios impostos pelo modelo tradicional de ensino jurídico. Ao fim e ao cabo, por romper com a rigidez da lógica pura e incorporar as nuances da prática concreta, permite-se a formação de juristas mais preparados para enfrentar os dilemas fora do texto, que permeiam, no entanto, o exercício da profissão, à guisa do fortalecimento da segurança jurídica e do ideário de justiça nas relações humana.

Referências

CATANIA, A. Charles. **Aprendizagem: Comportamento, linguagem e cognição**. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CORNWELL D., Hobbs, S., & Prytula, R. Little Albert rides again. *American Psychologist*, 35(2), 216-217, 1980. CHURCH, R. M. (1980). **The Albert study: Illustration vs. Evidence**. *American Psychologist*, 35(2), 215-216, 1980.

FESTER, C. B.; CULBERTSON; S.; & Boren; M. C. P. **Princípios do comportamento**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

GEHM, T. P., & Carvalho Neto, M. B. O que disse Watson sobre as emoções? In M. M. C. Hübner, M. R. Garcia, P. R. Abreu, E. N. P. de Cillo, & P. B. **Faleiros (Eds.), Sobre Comportamento & Cognição (Vol. 25)** (pp. 69-75). São Paulo: ESETEC, 2010.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado**. Tradução de Luis Carlos Borges. São Paulo/ Brasília: Martins/Universidade de Brasília, 1990.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PAVLOV, Ivan P. **Fisiologia da atividade nervosa superior**. Em I. P. Pavlov (Org.), *Reflexos condicionados, inibição e outros textos* (pp. 157-159). São Paulo: edições Mandacaru, 1999.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2. ed. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REHFELDT, Ruth A.; HAYES, Linda J. **The operant-respondent distinction revisited: Toward an understanding of stimulus equivalence**. The Psychological Record, 48, 187-210, 1998.

CÓDIGO: HS1612

AUTOR: MARIA EDUARDA LUCAS DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: DINARA LESLYE MACEDO E SILVA CALAZANS

TÍTULO: Diagnóstico situacional do desempenho em qualidade como subsídio para a capacitação de pessoal no Setor de Vegetais Minimamente Processados em Supermercados

Resumo

As exigências do mercado consumidor e dos órgãos reguladores vêm tornando a qualidade e a segurança dos alimentos requisitos centrais para o setor varejista. Este artigo apresenta um diagnóstico situacional do desempenho em qualidade no setor de hortifrutis minimamente processado em um supermercado potiguar de grande porte, com o objetivo de identificar fragilidades operacionais que possam levar a perdas por qualidade subsidiando capacitação de pessoal. Adota abordagem qualitativa, com estudo de caso único, utilizando observações diretas, entrevistas e análise documental. Os resultados indicam deficiências na padronização dos processos, baixo nível de conhecimento técnico dos operadores e ausência de cultura de qualidade consolidada. Os aspectos relevados podem ser estruturados para compor um plano de capacitação técnica alinhado às diretrizes da gestão da qualidade e organizacionais. O estudo reforça a importância de investir na formação contínua dos colaboradores como pilar para o desempenho.

Palavras-chave: Gestão de processos. Minimamente processado. Supermercado. Capacitação

TITLE: Situational Diagnosis of Quality Performance as a Basis for Staff Training in the Minimally Processed Vegetables Sector in Supermarkets

Abstract

The demands of consumers and regulatory bodies have made food quality and safety central requirements for the retail sector. This article presents a situational diagnosis of quality performance in the minimally processed produce sector of a large supermarket in Rio Grande do Norte, Brazil, aiming to identify operational weaknesses that may lead to quality-related losses and provide a basis for staff training. It adopts a qualitative approach, with a single-case study design, using direct observations, interviews, and document analysis. The results indicate deficiencies in process standardization, low

technical knowledge among operators, and the absence of a consolidated quality culture. These findings can be structured to form a technical training plan aligned with quality management and organizational guidelines. The study reinforces the importance of investing in continuous staff development as a key pillar of performance.

Keywords: Process management. Minimally processed. Supermarkets. Staf

Introdução

O uso de vegetais minimamente processados (VMP) no Brasil agrega mais valor em relação a frutas e hortaliças in natura, atraindo um consumidor específico com nicho de mercado em crescimento (Oliveira, 2022). A comercialização dos VMP beneficia o produtor e o distribuidor, reduzindo perdas no armazenamento e redução de custos com manuseio e armazenamento do produto in natura (Nespolo et al., 2015). Paradoxalmente, o volume de perdas segue acima do esperado em sua produção e comercialização, como nos supermercados; além de casos de surto alimentar relacionados (Cenci, 2011).

Nos VMP, o controle é mais complexo devido à perecibilidade e o manuseio, exigindo melhoria contínua da qualidade para manter os padrões desejados (tangíveis e intangíveis) estáveis durante toda sua vida de prateleira (Calazans e Araújo, 2023). Perdas por qualidade estão ligadas à eficiência na gestão dos processos operacionais, do recebimento até a exposição dos produtos. Falhas na armazenagem, manipulação e rotulagem reduzem a durabilidade dos alimentos, elevam o descarte ou rejeição à compra (Oliveira et al., 2019), afetam os resultados e precisam ser controlados de forma efetiva (Silva Jr., 2015). A padronização e correta execução das atividades preservam as características físico-químicas e sensoriais dos produtos perecíveis (Slack, Chambers; Johnston, 2002). Além disso, reduz a variabilidade, garantindo uniformidade e confiabilidade nos resultados (Cruz, 2021), destacando o papel fundamental da equipe na manutenção da qualidade e diminuição das perdas. Ademais, os gestores táticos padronizam processos, treinam equipes e monitoram indicadores para reduzir perdas, enquanto colaboradores executam as etapas, garantindo qualidade alimentar e redução de perdas evitáveis (Cruz, 2021).

Em Gerenciamento de Processos de Negócio (BPM), compreende-se que a gestão faz a aplicação de uma cultura organizacional, reconhecendo o papel das pessoas na organização, aliado às tecnologias para entregas de maior valor (BPM V3.0). Com isso, os processos de negócios – sequência de atividades inter-relacionadas que somam valor ao produto final – devem ser devidamente gerenciados (BPM V3.0). Compreende-se que as diversas estratégias eficazes exigem alinhamento com os objetivos organizacionais e expectativas dos clientes, otimizando estruturas e funções para a gestão de processos.

Nos estudos em administração, a transição do enfoque mecanicista, em que os colaboradores eram vistos apenas como peças da produção e demandavam apenas treinamentos básicos, evoluiu ao longo dos anos para uma perspectiva que valoriza aspectos humanos, sociais e criativos, evidenciando que produtividade depende também da participação ativa, autonomia e alinhamento entre os objetivos individuais e estratégicos da organização (Sobral e Peci, 2014). Assim, legitima a ideia de que a gestão de processos moderna vai além da padronização, mas na capacidade da organização dirigir os colaboradores aos objetivos estratégicos, entendendo que as pessoas assumem um papel importante nos processos das organizações.

Esse estudo objetiva ter um diagnóstico situacional do desempenho em qualidade, buscando identificar os pontos do processo produtivo de VMP em Supermercados que

contribuem para perdas por qualidade, propondo subsídios para capacitação da equipe do setor. A questão central que orienta esta pesquisa é: **Quais as fragilidades nos processos operacionais do setor de vegetais minimamente processados que podem orientar ações de prevenção de perdas por qualidade nas capacitações de pessoal em supermercados?**

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, de natureza aplicada. Quanto aos procedimentos é classificado como estudo de caso, com abordagem qualitativa (Flick, 2009). O estudo foi conduzido em uma unidade de uma rede de supermercados, de grande porte, localizada na capital do estado do Rio Grande do Norte, conforme anuência da direção da empresa para a pesquisa. Adotou-se, como recorte empírico, o setor de vegetais minimamente processados (VMP) do supermercado, haja vista o volume de perdas por qualidade, conforme informações gerenciais preliminares, está acima do esperado.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa documental, considerando o ano de 2024, para identificar os relatórios gerenciais e registros internos da unidade com indicadores relacionados às perdas por qualidade. Adicionalmente, buscou-se compreender os aspectos normativos e legais que envolve o setor supermercadista e a atividade operacional dos produtos minimamente processados. Sequencialmente, foram realizadas coleta dos dados por meio de visitas in loco aos setores produtivos da unidade.

A partir de observação direta não participante foram mapeados os processos que envolvem o fluxo de produção dos VMP operacionalizado pelos colaboradores do setor. Foram conduzidas entrevistas telepresenciais com atores chaves do processo, considerando aqueles que tem poder decisório sobre os padrões dos procedimentos exigidos dos colaboradores, quais sejam: gerente de loja, o gestor de perdas e nutricionistas responsáveis pela gestão do processo de hortifruti e dos VMP.

A análise envolveu a triangulação dos dados das diferentes fontes consultadas (observação, entrevista e documental) buscando identificar fragilidades nos processos operacionais do setor de hortifrutis minimamente processados que mais impactam nas perdas por qualidade. Os resultados foram apresentados de forma descritiva e as sugestões decorrentes consolidadas em um plano de capacitação de pessoal.

Resultados e Discussões

Os resultados da pesquisa confirmaram a percepção dos gestores táticos sobre o elevado volume de perdas no setor de Hortifruti. A empresa possui metas de perdas que são estabelecidas pelos gestores estratégicos em nível de loja (1,2% da venda) e distribuídas para cada setor. No entanto, o histórico de resultados de perdas da empresa em 2024 demonstra que, embora a meta da empresa geral seja 1,2%, os resultados mensais variaram de 1,07% a 1,87%. Para o setor de hortifruti, a meta é 3,8%, mas os resultados mensais em 2024 variaram de 3,34% a 5,25% (Tabela 1 - Relatório do resultado geral perdas identificadas (%Perdas) na unidade). Essas metas ao serem elaboradas são baseadas em relatórios da ABRAS e indicadores de mercado, que buscam um objetivo de 1,2% para perdas conhecidas (aquelas registradas no sistema).

Um estudo realizado em supermercados potiguaros revelou perdas anuais de quase 7% do faturamento, acima da média nacional de 5,2%, com impacto financeiro acima do esperado para o porte do negócio (Silva; Queiroz, 2025). Esses números reforçam a gravidade do problema e a necessidade de estratégias mais efetivas de controle.

De acordo com o que foi relatado por um dos gestores, o monitoramento dessas perdas é realizado por meio de um relatório gerencial, que consolida os dados da empresa e detalha os resultados por loja e setor, além de reuniões entre o setor de gerenciamento das perdas e os setores que apresentarem altas taxas de perdas, essas reuniões têm como objetivo para investigar as causas e definir ações corretivas. A empresa também realiza inventários mensais para identificar e ajustar grandes divergências de estoque. Assim, calculam o indicador central, a % Perdas, a partir do custo bruto da perda e da venda bruta, sendo

Segundo o relatório anual de perdas no varejo alimentar supermercadista (Abras, 2024), especialmente dos hortifrutis, de 5,8%, e o estudo das causas das perdas (Sebrae, 2022) que aponta a quebra operacional - perda gerada por problemas no processo logístico, operacional ou de gestão - responsável por mais de 30% desse volume, destacam-se diversas formas: comerciais (falta de produto, embalagem inadequada), administrativas (erros de precificação e gestão), financeiras (furtos e fraudes), de produtividade (demora no atendimento, falta de padrões) e operacionais (armazenamento ou movimentação inadequada), que levam a perdas por qualidade sensorial, sanitária ou de apresentação que inviabiliza sua comercialização. Contexto no qual o engajamento dos colaboradores é crucial para identificar e corrigir falhas operacionais.

Além disso, a qualidade desses produtos exige equipamentos caros para armazenamento e exposição (quente e fria), o que aumenta os custos operacionais e reduz margens, demandando mão de obra qualificada no processamento e venda (Infovarejo, 2018). Sem a atuação adequada dos colaboradores a eficiência cai, afetando qualidade, produtividade e resultados, pois são eles que transformam padrões em ações, identificam desvios, corrigem falhas e fornecem feedback (Cruz, 2021).

No setor, ao buscar explorar esse nicho de modo escalonado, a custo mínimo, a garantia da qualidade, segurança, conveniência e inovação ganham proeminência (Oliveira, 2022; Farias, 2023). O desafio é gerir as perdas por qualidade, como produtos impróprios para a venda, que estão no ranking dos motivos das perdas identificadas no setor, ou rejeitados pelo cliente, tornando os hortifrutis os itens com alto impacto de perdas por faturamento bruto em supermercados, segundo o relatório anual de avaliação de perdas no varejo brasileiro de supermercados (Abras, 2020, 2023).

Embora a ferramenta utilizada por eles permita uma análise histórica e estratificada por categorias, ela apresenta uma limitação crucial: as perdas dos VMP são diluídas no resultado geral do Hortifruti, mascarando a real eficiência da operação. A ausência de indicadores de desempenho específicos para estes produtos impede uma avaliação precisa de sua produtividade e da eficácia do reaproveitamento de insumos, além de não possuir indicadores voltados especificamente para a qualidade dos produtos do setor.

Em relação ao fluxo e padrões do processo de produção dos VMP verificou-se que o controle da qualidade e a identificação de perdas ocorre majoritariamente visualmente, permeada de subjetividade, com a equipe do setor retirando os itens que apresentam

avarias como manchas, irregularidades, ou que não atendem aos padrões de qualidade e tamanho esperados pelo cliente. Com isso, é realizada uma triagem inicial no recebimento ainda no setor de hortifruti, que é fundamental no processo, pois atua como o primeiro filtro para garantir a qualidade dos produtos. No entanto, existem limitações neste controle, como a impossibilidade de exigir o tamanho de certos produtos como o abacaxi, que, se muito grande, pode não ser adquirido pelo cliente, gerando perdas devido a qualidade não alcançada para a expectativa do cliente. Além disso, qualquer machucado ou rachadura durante o processo de transporte também resulta em perda. Enquanto que, para os VMP, a principal forma de identificar a qualidade e a perda é pela data de validade, estabelecida após testes e acompanhamento da durabilidade do produto, e pela verificação sensorial realizada pela equipe do setor diariamente.

Essa dependência do conhecimento tácito e da iniciativa individual dos colaboradores é uma falha crítica para a otimização do processo, pois faz com que a execução dependa desse conhecimento. Considerando que a eficácia da BPM está na padronização e estruturação das atividades para otimizar o valor do produto final e assegurar sua qualidade, a ausência de padrões claros bem definidos no processo do supermercado vai de encontro aos princípios de uma gestão eficiente. Ademais, investir em competências técnicas otimiza a eficiência operacional, minimiza perdas por qualidade e impacta positivamente a rentabilidade e sustentabilidade do negócio.

Erros no processo, como cruzamento de fluxo (que pode levar à contaminação cruzada), higienização inadequada ou armazenamento incorreto, podem reduzir a vida útil do produto e gerar perdas antes do vencimento, entretanto, verifica-se que dentro do processo da rotina de trabalho dos nutricionistas, esses problemas são acompanhados efetivamente para minimizar possíveis acontecimentos. Isso é confirmado no relatório da FAO (2023), disponível na plataforma técnica sobre medição e redução de perdas e desperdícios de alimentos, onde indica para produtos como vegetais cortados, uma vida útil curta (3-5 dias) implica perdas principalmente por deterioração física e microbiana, aponta ainda que kits de salada apresentam perdas mais elevadas, chegando a 20-30%, devido a embalagens danificadas, contaminações e queda de qualidade sensorial.

No supermercado estudado, quando um produto não está mais apto para venda, é lançado como avaria do setor de Hortifruti e, no caso dos minimamente processados, o descarte é total, não sendo possível a doação ou devolução ao fornecedor por serem produtos manufaturados internamente. Para o setor de Hortifruti, há contratos comerciais que permitem a troca com fornecedores em casos específicos e a empresa também possui parcerias com bancos de alimentos e programas para a doação de produtos. O reaproveitamento de produtos com "danos leves" (amassados, com pequenas manchas, mas ainda bons para consumo) é uma prática adotada para diminuir as perdas diretas e agregar valor ao produto. Embora não haja uma métrica formal para medir o volume exato de produtos reaproveitados, essa prática é reconhecida por diminuir as perdas e evitar o desperdício.

No fluxo de trabalho dos colaboradores, esquematizado nas etapas da figura 1 - Descrição das principais etapas do processo de produção dos VMP, identifica-se que a gestão da qualidade no setor de hortifruti e minimamente processados é um processo dinâmico e contínuo. Existem ordens de produção diárias para o minimamente processado que são baseadas no histórico de vendas, visando otimizar a produção e reduzir o desperdício.

Esse processo começa no setor de Armazenamento, iniciando na etapa de recebimento do produto, no qual a equipe do recebimento e o gestor do setor realizam uma verificação inicial da qualidade, maturação e aparência, rejeitando itens que não atendem aos padrões da loja, ainda na etapa de recepção da matéria-prima. Em seguida, os produtos são levados para o setor de Hortifruti onde ficaram em exposição para os clientes.

Durante a exposição e organização, em gôndolas próprias na área de vendas, os próprios colaboradores do setor avaliam a qualidade dos produtos, recolhendo aqueles que não estão mais próprios para venda e direcionando esses itens, que são temporariamente armazenados em uma área específica do depósito. Diariamente, em horários estabelecidos, um fiscal de prevenção de perdas e um colaborador do setor realizam o registro de avaria no sistema, enquanto que, para VMP, a equipe de colaboradores do setor busca produtos com danos leves no setor de hortifruti para reaproveitamento, porém caso não haja quantidade suficiente de produtos com danos leves, são utilizados produtos em perfeitas condições para completar a ordem de produção.

Além disso, a transformação e registro interno é um passo fundamental, a equipe de prevenção faz a baixa no sistema das unidades de produtos brutos utilizados e a entrada dos produtos processados em quilo ou porções, com base nas receitas (fichas técnicas de produção), com informações de padrão, custo, rendimento e controle, visando maior previsibilidade do processo. Dessa forma, garantindo a correção do estoque no sistema, e, por fim, os produtos minimamente processados são então dispostos na prateleira.

A empresa apresenta diversos esforços para aplicar melhorias no setor, no entanto, verificou-se que os gargalos do setor estão fundamentados em desafios estruturais. A ausência de padronização nos processos e a carência de um monitoramento efetivo foram identificadas como algumas falhas críticas para a otimização do processo, esse contexto faz com que a execução dependa do conhecimento tácito e da iniciativa individual dos colaboradores. Ademais, na gestão de pessoas, a falta de treinamentos específicos e contínuos foram identificadas como causas diretas dos gargalos operacionais. Soma-se a isso a ineficácia no processo de reaproveitamento, pois os colaboradores frequentemente utilizam produtos em perfeito estado em detrimento daqueles com danos leves.

Aplicando-se as diretrizes do diagrama de causa e efeito ao problema principal da perda por qualidade dos VMP a partir da descrição das etapas do processo produtivo, verificou-se a relação dos aspectos mão-de-obra com múltiplos fatores: método, matéria-prima, máquinas, meio ambiente e medição. Verificou-se que não há um treinamento específico para a gestão de perdas voltadas para a qualidade do produto, e os conhecimentos são adquiridos na prática. Embora existam treinamentos sobre boas práticas, a falta de monitoramento e verificação efetivos das ações dos funcionários compromete a sua efetividade. Somado a isso, a subjetividade na avaliação dos produtos, devido à ausência de um padrão estabelecido, também contribui para o desperdício. Percebeu-se uma carência de informações técnicas para eficiência das operações, indicando a qualificação contínua dos operadores é um elemento central para a redução da variabilidade e a garantia da confiabilidade do resultado final.

Com base nas entrevistas realizadas com os gestores, infere-se que na percepção deles, a qualidade não se resume apenas a estar em boas condições físicas, mas precisa ser atrativo, ter validade adequada e respeitar os padrões estabelecidos pela loja. Para os

gestores, a qualidade é entendida como elemento essencial na prevenção de perdas, sendo valorizadas práticas como a avaliação criteriosa, o reaproveitamento de produtos com danos leves e a organização no processo produtivo. Os relatos também revelam que a qualidade é vista como um diferencial competitivo importante, capaz de fortalecer a relação com os clientes e impactar positivamente o desempenho das unidades.

Contudo, apesar desse entendimento, os dados encontrados não sugerem uma cultura de qualidade consolidada, evidenciando que há dificuldade de operacionalização na prática dos procedimentos no dia-a-dia por seus colaboradores. Roster, Kreyenschmidt e Ritter (2021) afirmam que o treinamento de funcionários deve ser implementado entre os funcionários para afirmação de uma cultura de redução de desperdício de alimentos, a fim de internalizar práticas de prevenção e manuseio. Assim, as fragilidades evidenciadas podem ser estruturadas em um plano de capacitação para os colaboradores (Quadro 1 - Ações propostas para subsidiar a capacitação de pessoal os principais aspectos relacionados à perdas por qualidade em VMP), visando uma maior acurácia quanto à gestão de perdas, principalmente as evitáveis, ocasionadas por qualidade, contribuindo com o alcance das metas definidas.

Conclusão

Essa pesquisa realizou um diagnóstico situacional da qualidade de produtos minimamente processados, a partir da identificação de etapas do processo produtivo que contribuem para ocorrência de perdas evitáveis, impactando negativamente no desempenho do setor em relação às metas do supermercado, encontrado como principais aspectos contributivos a falta de padronização, o baixo nível de capacitação técnica dos operadores e a ausência de uma cultura de qualidade consolidada. Com base nesse diagnóstico um encaminhamento foram propostas ações de capacitação contínua para os colaboradores, alinhadas à percepção de qualidade dos gestores e às fragilidades observadas.

Conclui-se que, embora os gestores reconheçam a importância da qualidade, há uma lacuna na tradução desse valor em padrões claros de procedimentos, comprometendo a efetiva orientação e prática dos colaboradores. Deste modo, os achados apresentados podem subsidiar um plano de capacitação de pessoal, que vise não apenas a transmissão de conhecimento técnico, mas também a consolidação de uma cultura de prevenção de perdas por qualidade.

Como limitação deste estudo, embora tenha-se empreendido uma pesquisa observacional dos fluxos operacionais, os resultados se basearam majoritariamente nas respostas dos gestores, não sendo consultadas a percepção dos colaboradores quanto às perdas por qualidade. Dessa forma, sugere-se, como estudos futuros, a realização de outros trabalhos que abordem os desafios relatados por colaboradores em contraponto à percepção dos gestores, a fim de obter uma análise mais abrangente do problema.

Referências

ABRAS. Apresentação eficiência 2024. 2024. Disponível em:
<https://static.abras.com.br/pdf/apresentacao-eficiencia-2024.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

CALAZANS, D. L. M. E. S.; ROCHA, F. A. F. da; ARAÚJO, A. G. de; FERREIRA, L. Decisão multicritério como apoio a avaliação de desempenho de fornecedores na gestão de serviços públicos de alimentação coletiva. Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 14, n. 2, p. 87-110, 26 out. 2016.

CALAZANS, D. L. M. S.; ARAUJO, A. G. Desempenho de fornecedores na gestão de suprimentos públicos: uma proposta para o setor de alimentação coletiva sob a perspectiva da gestão de restaurantes universitários. Mossoró, RN: Edições UERN; FAPERN, 2023. Disponível em: <https://portal.uern.br/eduern/wp-content/uploads/sites/14/2024/01/28-E-book-Desempenho-de-Fornecedores-na-Gestao.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CENCI, Sergio Agostinho. Processamento mínimo de frutas e hortaliças: tecnologia, qualidade e sistemas de embalagem. Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos, 2011. 144 p.

CRUZ, Tadeu. Processos organizacionais & métodos. 5. ed. São Paulo: GEN | Atlas, 2021. 250 p.

FARIAS, Angélica Domingos Oliveira de. Processo de industrialização de produto saudável voltado para redes de supermercados. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação) – Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Plataforma técnica sobre perdas e desperdícios de alimentos. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/platform-food-loss-waste/en/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

NESPOLO, C. R. et al. Práticas em tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2015. 205 p.

OLIVEIRA, Amanda Mellissa Bzerra; SOBRAL, Dhayna Oliveira; BECKMAM, Karolline Ribeiro Lima; CAMARGO, Letícia Vieira Emiliano; MADALENA, Nayra Pontes; ZUNIGA, Abraham Damian Giraldo. Avaliação da temperatura de balcões refrigerados de supermercados de Palmas - TO. Desafios – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, v. 6, n. esp., p. 17-23, 2019. DOI: 10.20873/uft.2359365220196Especialp17. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/6827>. Acesso em: 30 ago. 2025.

OLIVEIRA, Marcel de Campos. Processamento mínimo de frutos e hortaliças: uma revisão. In: Ciência e tecnologia de alimentos: o avanço da ciência no Brasil. Vol. 1. Editora Científica Digital, 2022. ISBN 978-65-5360-167-3. Disponível em:

<https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/220609133.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ROSTER, F.; KREYENSCHMIDT, J.; RITTER, G. Recomendação de boas práticas na indústria de processamento de alimentos para prevenção e manuseio de perdas e desperdícios de alimentos. *Revista Sustentabilidade*, v. 13, n. 17, p. 9569, 2021. DOI: 10.3390/su13179569. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13179569>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SEBRAE-SP. Prevenção de perdas no varejo. São Paulo: Sebrae, 2022. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0fa5ab044b317b929483578c9100d349/\\$File/SP_prevencaodeperdasnovarejo_16.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/0fa5ab044b317b929483578c9100d349/$File/SP_prevencaodeperdasnovarejo_16.pdf). Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA, J. A. P.; QUEIROZ, J. V. Estratégias para redução de avaria no setor de hortifruti: estudo de caso de um supermercado em Natal-RN. *Revista FOCO*, v. 18, n. 6, p. e8854, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n6-163. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8854>. Acesso em: 29 ago. 2025.

SILVA JUNIOR, E. A. Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação. São Paulo: Livraria Varela, 2015.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 748 p.

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

Anexos



Tabela 1 - Relatório do resultado geral perdas identificadas (%Perdas) na unidade



figura 1 - Descrição das principais etapas do processo de produção dos VMP



Quadro 1 - Ações propostas para subsidiar a capacitação de pessoal os principais aspectos relacionados à perdas por qualidade em VMP

CÓDIGO: HS1634

AUTOR: DAVID EDUARDO DANTAS DOS SANTOS

ORIENTADOR: DINARA LESLYE MACEDO E SILVA CALAZANS

TÍTULO: Critérios decisórios adotados por gestores em compras públicas: uma análise à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Resumo

Objetivo: investigar a relação entre os critérios decisórios adotados em compras públicas e a promoção dos ODS no contexto da Lei nº 14.133/2021. **Método:** Revisão de escopo conforme diretrizes JBI/PRISMA-ScR, com buscas nas bases *Scopus*, *Web of Science* e *Google Scholar*. A estratégia utilizou a estrutura PCC, em que População: gestores de compras públicas; Conceito: critérios decisórios e alinhamento com os ODS; Contexto: processo de compras públicas brasileiras. **Resultados:** 6 artigos atenderam aos critérios de inclusão. A análise evidenciou que a incorporação dos ODS nas compras públicas é condicionada e depende de um ecossistema de fatores facilitadores, sendo uma governança institucional robusta (estratégia, monitoramento e capacitação) seu pilar crítico. A decisão do gestor é influenciada por fatores de multiníveis (individuais, organizacionais, relacionais, contextuais), enquanto barreiras como o paradigma do menor preço e a burocracia persistem. Identificou-se uma sinergia potencial entre sustentabilidade e eficiência operacional, ainda que a falta de métricas padronizadas seja um obstáculo central para avaliação objetiva. **Conclusão:** a relação não é linear e automática, o que exige transformação cultural na administração pública em direção a uma visão de valor público ampliado. Por isso, recomenda-se a realização de estudos empíricos futuros que subsidiem métricas e capacitação que efetivem o potencial da Nova LLC.

Palavras-chave: Compras públicas. Critérios de decisão. ODS.

TITLE: Decision-making criteria adopted by managers in public procurement: an analysis in light of the Sustainable Development Goals (SDGs)

Abstract

Objective: to investigate the relationship between the decision-making criteria adopted in public procurement and the promotion of SDGs in the context of Law No. 14,133/2021. **Method:** Scope review according to JBI/PRISMA-ScR guidelines, with searches in the Scopus, Web of Science, and Google Scholar databases. The strategy used the PCC structure, in which Population: public procurement managers; Concept: decision-making criteria and alignment with the SDGs; Context: Brazilian public procurement process. **Results:** Six articles met the inclusion criteria. The analysis showed that the incorporation of SDGs into public procurement is conditional and depends on an ecosystem of facilitating factors, with robust institutional governance (strategy, monitoring, and training) being its critical pillar. The manager's decision is influenced by multilevel factors (individual, organizational, relational, contextual), while barriers such as the lowest price paradigm and bureaucracy persist. A potential synergy between sustainability and operational efficiency was identified, although the lack of standardized metrics is a central obstacle to objective evaluation. **Conclusion:** the relationship is not linear and automatic, which requires cultural transformation in public administration towards a vision of expanded public value. Therefore, future empirical studies are recommended to support metrics and training that realize the potential of the New Public Procurement and Contracts Law.

Keywords: Public procurement. Decision criteria. SDGs.

Introdução

As compras públicas configuram-se como uma das áreas mais estratégicas e sensíveis da logística aplicada à Administração Pública. Além da sua função operacional, esse processo exerce influência significativa sobre a dinâmica organizacional e o ciclo socioeconômico de setores e territórios, especialmente em razão do expressivo poder de compra do Estado (Terra, 2016). A magnitude desse poder é evidenciada pelo volume de gastos públicos a ele vinculados. De acordo com a OCDE (2021), as compras públicas representam, em média, 12% do PIB e 29% do orçamento dos governos centrais dos países-membros. Comparado à média a essa média em relação ao PIB nos países da OCDE em 2021, os gastos com compras públicas no Brasil no mesmo ano foram de 16% do PIB, conforme consta no último relatório (OCDE, 2021).

Entretanto, o potencial estratégico das contratações públicas é frequentemente comprometido por graves distorções. O Brasil apresenta elevados índices de percepção de corrupção, ocupando a 107ª posição entre 180 países no Índice de Percepção da Corrupção 2024 da Transparência Internacional. Nesse contexto, Fortini e Motta (2023) alertam que o combate a essas práticas ilícitas demanda uma abordagem sistêmica, que vá além da mera rigidez legal, que por si só é insuficiente, e harmonize mecanismos de prevenção, detecção e punição. Esse complexo cenário é agravado pela sensação de impunidade decorrente da

timidez estatal em apurar e punir os desvios, o que, conforme os autores, explica parte de nossos problemas crônicos. A consequência direta dessa fragilidade, como quantificam os autores, é um custo adicional de até 25% nos contratos públicos, que representa não apenas um desperdício de recursos, mas um profundo impacto socioeconômico e uma violação dos direitos do cidadão.

Paralelamente, assim como ocorre na iniciativa privada, os governos também são pressionados para atender às necessidades e expectativas de seu público de maneira ágil e eficiente. É por isso que a cada dia cresce o investimento governamental em processos e instrumentos inovadores, sendo entendidos como o desenvolvimento e a implementação de um novo processo, serviço ou política pública capaz de gerar melhores resultados para o serviço público e para a sociedade (Araújo; Silva, 2023, p. 25). Esse novo paradigma encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro por meio da nova LLC (Lei nº 14.133/2021), que eleva a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável à condição de objetivos estratégicos das licitações. No cerne dessa transformação legal está a reconfiguração dos critérios decisórios utilizados nas contratações. A Lei, ao incentivar a adoção de parâmetros que vão além do preço (como técnica, impacto ambiental e social), descentraliza a discricionariedade do agente e institui um novo norte para a aplicação do recurso público. Acrescido a isso, essa diretriz legal alinha-se ao marco global proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) em sua Agenda 2030, fundamentado nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orientam a formulação de políticas públicas integradas nas dimensões econômica, social e ambiental.

Neste contexto, a efetivação dessas ambições, como combater ineficiências, cumprir a legislação e contribuir para os ODS, depende crucialmente das escolhas feitas durante o processo de compra. São os critérios decisórios que materializam no cotidiano administrativo a opção entre uma compra baseada exclusivamente no menor preço e uma contratação pública estratégica, alinhada aos princípios da Nova LLC e aos compromissos da Agenda 2030. Portanto, torna-se fundamental investigar como tais critérios são estabelecidos na gestão das compras públicas e de que modo eles podem (ou não) potencializar o alcance dos ODS no contexto brasileiro, à luz da nova legislação e da demanda por uma administração pública mais estratégica e socialmente responsável.

Metodologia

Foi conduzida uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos (Gil, 2017; Prodanov; Freitas, 2013), que se caracteriza também como exploratória, pois busca elucidar e mapear a relação entre conceitos ainda nascentes na literatura (critérios decisórios e ODS em compras públicas) (Selltiz et al., 1987; Triviños, 1987), e descritiva, ao pretender catalogar e sumarizar os critérios identificados (Gil, 2017; Lakatos; Marconi, 2003). Quanto aos procedimentos técnicos, é bibliográfica (Barros; Lehfeld, 2007), tendo como método a condução de uma revisão de escopo, e documental (Cellard, 2008; Sá-Silva et al., 2009), baseada

na análise da literatura científica e pela análise da legislação (Lei nº 14.133/2021), manuais, relatórios de organismos internacionais e demais documentos normativos, delimitaram a aplicabilidade no contexto brasileiro. Como resultado, foi possível identificar um conjunto de critérios utilizados por gestores para decisão em compras públicas.

A revisão de escopo inicial foi conduzida de acordo as diretrizes do JBI (2024) e do *check-list PRISMA-ScR (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews)*, conforme recomendado por Tricco et al. (2018). A definição da pergunta norteadora e dos critérios de elegibilidade seguiu a estrutura PCC (P= População; C= Conceito; C= Contexto), apropriada para revisões de escopo, considerando:

- População (P): órgãos públicos compradores, representados por seus gestores públicos responsáveis por processos de compras e licitações;
- Conceito (C): Critérios decisórios em compras públicas, utilizados na seleção de fornecedores com ênfase no alinhamento às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Contexto (C): Processos de compras públicas e licitações, com ênfase na inovação e sustentabilidade orientado pela nova lei de licitações no Brasil (Lei nº 14.133/2021).

A partir desse enquadramento, a pergunta orientadora desta revisão de escopo foi: Como os critérios decisórios adotados por gestores em compras públicas se relacionam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

Sendo assim, foram incluídos estudos elegíveis no PCC que estivessem publicados em português ou inglês, com recorte temporal inicial a partir do ano de 2021, considerando o novo Marco Legal das Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a nova lei de licitações (NLL) brasileira, que incorpora a promoção da inovação e do desenvolvimento nacional sustentável.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases de dados eletrônicas: *Scopus*, *Google Scholar* e *Web of Science*, selecionadas por serem abrangentes, tendo ampla cobertura das publicações na área de gestão pública. A estratégia de busca combinou descritores controlados e termos livres, resultando nos strings de busca, adaptados para a sintaxe específica de cada base: ("compras públicas" OR "licitações públicas" OR "contratações públicas") AND ("critérios de decisão" OR "critérios de avaliação" OR "seleção de fornecedores") AND ("Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" OR "ODS" OR "Agenda 2030" OR "critérios de sustentabilidade" OR "responsabilidade social" OR "critérios ambientais"), também foram utilizados os equivalentes em inglês.

A seleção dos estudos ocorreu em duas etapas: (1) triagem dos títulos e resumos, e (2) leitura integral dos textos potencialmente elegíveis, seguindo o fluxograma detalhado na Figura 1. Foram excluídos estudos duplicados ou fora do escopo da pesquisa, ou quando não tratavam especificamente da relação dos critérios de compra públicas com os ODS.

Figura 1 - Fluxograma PRISMA-ScR de seleção dos estudos e documentos

Fonte: elaborado pelos autores, 2025

Resultados e Discussões

Em resposta à problemática de investigação que orientou este estudo, centrada na relação entre os critérios decisórios nas compras públicas e a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os resultados obtidos e apresentados no Quadro 2 revelam um panorama complexo e multifacetado. A discussão a seguir busca interpretar essas evidências, articulando-as para elucidar os fatores facilitadores e as barreiras estruturais identificadas na literatura.

Quadro 2 - Perfil dos estudos selecionados

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

SÍNTESE FINAL

A investigação conduzida por Páleníková *et al.* (2022) evidencia que a correlação entre os critérios decisórios empregados em contratações públicas e a promoção dos ODS é contingentemente mediada pela robustez do arcabouço institucional e pela existência de estratégias nacionais direcionadas. A análise comparativa no Grupo Visegrad demonstra que a mera imposição normativa de inclusão de cláusulas de sustentabilidade, exemplificada pelo caso da República Tcheca, que instituiu a obrigatoriedade em 100% dos editais, mostrou-se insuficiente para assegurar a internalização efetiva desses critérios no processo de julgamento e, consequentemente, para gerar impactos mensuráveis no avanço da Agenda 2030 dos ODS. Os achados indicam que a efetividade da política está intrinsecamente associada à transição de um paradigma centrado no menor preço para a adoção de multicritérios de avaliação, que incorporem dimensões ambientais, sociais e de inovação. A persistência da primazia do critério econômico configura uma barreira estrutural à implementação de práticas alinhadas aos ODS. Nesse sentido, infere-se que a vinculação entre critérios decisórios e desenvolvimento sustentável é potencializada quando os parâmetros qualitativos são incorporados de forma transversal em todas as fases do ciclo de contratação, desde que apoiados por uma governança institucional robusta que contemple: (i) uma estratégia nacional claramente delineada; (ii) mecanismos sistemáticos de monitoramento e relatórios; e (iii) programas de capacitação para os responsáveis pelas compras públicas, que visem à superação do déficit de implementação. Tais elementos são determinantes para converter a estrutura legislativa em resultados tangíveis para o desenvolvimento sustentável.

Embora o estudo de Kozuch *et al.* (2022) não aborde explicitamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o seu framework analítico oferece a

estrutura causal fundamental para compreender como os critérios decisórios dos gestores podem se relacionar com essa agenda. A pesquisa, ao elucidar os 20 fatores que influenciam a implementação de Compras Públicas Verdes (CPV), que é o principal mecanismo operacional dos ODS no âmbito das aquisições públicas, demonstra que qualquer critério de sustentabilidade (seja ambiental, social ou econômico) só será integrado à decisão se mediado por esse sistema complexo. Por exemplo, a integração de um critério alinhado ao ODS 12 (Consumo Sustentável) não depende apenas de uma diretriz; é resultado da convergência do conhecimento do gestor (fator individual), do suporte da alta administração (fator organizacional), da existência de fornecedores (fator relacional) e da clareza da regulamentação (fator contextual). Portanto, a contribuição fundamental deste framework é revelar que a relação entre decisão e ODS não é linear ou automática, mas sim sistêmica e contingencial, dependendo do alinhamento de facilitadores e da mitigação de barreiras em múltiplos níveis do processo de compras públicas.

A investigação empírica de Changelima (2024) aponta evidência robusta ao demonstrar que a internalização de critérios de sustentabilidade no processo de seleção de fornecedores sustentáveis correlaciona-se positivamente com ganhos de performance operacional, manifestos na expressiva redução do lead-time das aquisições. Desse modo, tal arcabouço decisório não apenas otimiza a eficiência da máquina pública, como também opera como um vetor propulsor para o alcance das metas do ODS 12 (Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis). Ademais, os resultados do estudo elucidam que a capacidade relacional atua como uma variável moderadora pivotal, potencializando sinergicamente os efeitos da seleção de fornecedores sustentáveis sobre o desempenho temporal, o que destaca a urgência de fomentar relações colaborativas sólidas na cadeia de suprimentos pública.

O estudo de Veras e Pereira (2024) revela que a interface entre os critérios decisórios inerentes aos processos de aquisição pública e a internalização dos ODS é fundamentalmente mediada por um paradigma de governança orientado para a conformidade legalística, o qual, embora assegure os princípios constitucionais da administração pública, opera em tensão estrutural com a integração de preceitos de sustentabilidade de longo prazo. Os achados da pesquisa indicam que a arquitetura decisória dos gestores é constrangida por um arcabouço normativo rígido (Lei nº 8.666/93) que privilegia indicadores de economicidade de curto prazo, deixando em opção secundária a avaliação estratégica de externalidades socioambientais, elemento crucial para o atendimento de ODS específicos, como os voltados para consumo responsável (ODS 12) e ação climática (ODS 13). Essa dissonância é exacerbada por deficiências operacionais identificadas no estudo, notadamente a insuficiência de capacitação técnica para a operacionalização de critérios ESG em editais, a morosidade processual e a aversão ao risco inerente à gestão pública, que coletivamente inibem a adoção de cláusulas de sustentabilidade e a seleção de fornecedores alinhados a tais premissas. Contudo, a investigação aponta que a superação deste hiato não reside apenas em reformas normativas, mas na evolução das competências gerenciais dos agentes públicos, nas esferas de gestão de contratos, de stakeholders e do conhecimento, capacitando-os a

ressignificar o conceito de "vantajosidade para a administração pública" sob uma ótica de valor público ampliado, onde eficiência econômica e sustentabilidade convergem como critérios sinérgicos e indissociáveis na decisão de compra governamental.

A revisão de Macedo *et al.* (2024) não explicita uma estrutura de critérios decisórios, mas a síntese dos estudos evidencia que a atuação dos gestores públicos é orientada por fatores prioritários que permitem inferir sua relação com os ODS, revelando que as escolhas são balizadas por critérios operacionais, como eficiência econômica (manifestada na centralização de compras (GCC) e pesquisa de preços), conformidade legal (manifestada na rigidez ritualística para evitar sanções) e segurança do abastecimento, os quais, embora fundamentais para a funcionalidade imediata do sistema, quando aplicados isoladamente, podem gerar tensões com metas de equidade (ODS 3) e sustentabilidade (ODS 12). Em contraponto, observa-se a emergência de um paradigma orientado por critérios estratégicos, como o fomento à inovação, o desenvolvimento tecnológico endógeno e a governança transparente, os quais se operacionalizam por meio de ações estratégicas concretas, como as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), alinhadas ao ODS 9, e a implementação de mecanismos robustos de transparência e prestação de contas (ODS 16). Dessa forma, o estudo evidencia que a relação entre os processos decisórios na aquisição pública de medicamentos e os ODS constitui um campo de tensão dialética, no qual a primazia de critérios estritamente operacionais pode obstruir o avanço da Agenda 2030, enquanto a adoção consciente de parâmetros estratégicos transforma o poder de compra do Estado em instrumento catalisador do desenvolvimento sustentável.

A análise de Shields *et al.* (2025) acerca dos entraves à mensuração de valor social no contexto britânico revela uma correlação substantiva com os desafios inerentes à incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em processos de aquisição pública. O estudo evidencia que a carência de métricas padronizadas e auditáveis, identificada como obstáculo central, inviabiliza a tradução operacional dos ODS em critérios avaliativos tangíveis e comparáveis. Ademais, a coexistência de múltiplos *frameworks* de aferição, frequentemente conflitantes, associada à negligência do histórico de desempenho socioambiental dos licitantes, corrobora a premissa de que gestores públicos operam à míngua de instrumentos avaliativos robustos. Essa lacuna metodológica compromete a identificação e seleção de propostas alinhadas a metas específicas da Agenda 2030, tais como a promoção de emprego digno (ODS 8), a redução de assimetrias sociais (ODS 10) e o fomento à urbanização sustentável (ODS 11). Nesse sentido, a defesa dos autores por um organismo regulador e por um núcleo de métricas críticas não se restringe ao domínio do valor social, mas configura um imperativo metodológico para transcender a avaliação subjetiva e efetivar, de forma mensurável e verificável, o compromisso com os ODS nas licitações públicas.

Conclusão

Este estudo partiu da premissa de investigar, por meio de uma revisão de escopo, a relação entre os critérios decisórios dos gestores de compras públicas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um tema emergente no contexto da nova LLC (Lei nº 14.133/2021). A análise da literatura selecionada revelou que a integração efetiva desses critérios transcende a mera existência de um marco legal inovador. Os resultados demonstram consenso de que a operacionalização deste sistema é contingente e mediada por um ecossistema de facilitadores, sendo a governança institucional robusta - com estratégia clara, monitoramento sistemático e capacitação continuada - configura-se como pilar crítico. Adicionalmente, identificou-se que a decisão dos gestores de compras públicas é influenciada por uma complexa interação de fatores individuais, organizacionais, relacionais e contextuais, ao passo que barreiras estruturais, como o paradigma do menor preço, a excessiva burocracia e a aversão ao risco, persistem. Contrariando uma visão simplista, evidências indicam que a sustentabilidade pode coexistir sinergicamente com a eficiência operacional, embora a lacuna na mensuração, a falta de métricas padronizadas, comprometa a avaliação objetiva dos critérios de ODS.

Portanto, conclui-se que a relação entre os critérios decisórios nas compras públicas e os ODS não é linear ou automática, mas sim contingente e mediada. Esta realidade demanda uma transformação na cultura da Administração Pública, para migrar de uma lógica conformista de curto prazo para uma visão estratégica de valor público ampliado, na qual economicidade e sustentabilidade manifestam-se como critérios sinérgicos e indissociáveis.

Esta pesquisa está limitada por seu caráter teórico-documental e pelo recorte temporal delimitado pela nova legislação de compras e licitações públicas. A não coleta de dados primários restringe a análise empírica direta dos processos decisórios in loco e a análise da percepção individual dos gestores públicos. Recomenda-se, como desdobramento futuro, a condução de estudos empíricos, por meio de surveys com gestores e estudos de caso profundos, para testar e quantificar os fatores identificados no contexto brasileiro pós-Lei nº 14.133/2021, validando assim os achados aqui apresentados. Tais investigações forneceriam subsídios concretos para a capacitação dos agentes de compras públicas, o aprimoramento das políticas de compras governamentais e para o desenvolvimento e a implementação de uma estrutura nacional de métricas padronizadas para a avaliação de critérios de sustentabilidade, necessária para efetivar as possibilidades previstas na nova LLC.

Referências

Esta seção estrutura o arcabouço teórico que fundamenta a presente investigação, articulando três pilares centrais: (i) o contexto das compras públicas no Brasil e seu novo marco regulatório (Lei nº 14.133/2021), que redefine a função estratégica do Estado como comprador; (ii) a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelecem o marco global de desenvolvimento que o poder público deve fomentar e (iii) a dinâmica do processo decisório nas aquisições públicas, com ênfase nos critérios de julgamento, os quais se configuram como o mecanismo operacional por meio do qual o potencial indutor das compras públicas é acionado em direção ao alcance dos ODS.

Compras públicas no contexto brasileiro

A compra pública é uma área estratégica que exige um tratamento inteligente por parte da administração pública, não funcionando apenas como meio para que o órgão público cumpra sua atividade-fim, mas como instrumento de política pública (Grandia; Meehan, 2017; Terra, 2018) contribuindo para o desenvolvimento econômico e social em direção aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse contexto, o poder de compra do Estado adquire caráter estratégico, atuando como mecanismo de sinalização e incentivo ao mercado, no sentido de promover e consolidar boas práticas sociais e ambientais desejáveis (Biderman et al., 2008; Oliveira; Santos, 2015). No Brasil, o marco regulatório que rege este complexo sistema de compras públicas é a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações). Diferente de seu antecessor (Lei 8.666/1993), a nova legislação se propõe a modernizar e simplificar os procedimentos, incorporando explicitamente princípios como a eficiência e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme art. 5º (Brasil, 2021).

Contudo, é notória a complexidade progressiva do processo de compras públicas, o que eleva significativamente os desafios de sua gestão. Essa complexificação decorre da necessidade de integrar, além dos aspectos tradicionais de aquisição, múltiplas dimensões estratégicas, como a sustentabilidade ambiental, a inovação tecnológica, o exercício racional e consciente do poder de compra do Estado, bem como a garantia da qualidade e eficiência do dinheiro público (Terra, 2018). Apesar de a literatura reconhecer que a gestão integrada ao longo de todo o ciclo (do planejamento à avaliação) é essencial para a eficiência dos gastos e o alcance de metas organizacionais e sociais, a implementação desta prática revela-se notoriamente deficitária (Gonçalves; Figueiredo, 2023). Esta lacuna é agravada pelo pouco espaço discricionário frente às rígidas legislações, pelas pressões internas por celeridade e pela necessidade de tomada de decisões ágeis, fatores que, em conjunto, limitam a capacidade de inovação, a obtenção de ganhos sustentáveis e a redução de fraudes (Guarnieri; Gomes, 2019).

Diante desse cenário, cada fase do ciclo de gestão de compras enfrenta obstáculos específicos que demandam soluções urgentes. Na fase de planejamento, destacam-se a complexidade inerente às aquisições, o grande número de unidades demandantes, o volume de itens e recursos empregados.

Na execução, o desafio reside na necessidade de operacionalizar os processos com máxima eficiência. No monitoramento, a falta de padronização documental, a baixa informatização, o elevado número de contratos e a carência de instrumentos de apoio à gestão comprometem o controle efetivo. Por fim, na avaliação, a ausência de critérios claros dificulta a aplicação de sanções, enquanto a insuficiência de informações gerenciais qualificadas prejudica a efetividade do ciclo de melhoria contínua (Costa; Terra, 2019).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A estrutura dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), consolidada na Agenda 2030 da ONU (2015), é fruto de uma evolução conceptual a partir dos Objetivos do Milênio, conforme apontado por Sachs (2012). Diferente de sua predecessora, a Agenda 2030 se caracteriza por ser "integrada e indivisível", demandando uma abordagem sistêmica para sua implementação. Para superar esse desafio, Sachs et al. (2019) defendem a promoção de "transformações" profundas que agrupam os ODS estrategicamente, exigindo ações coordenadas do Estado em colaboração com o setor privado e a sociedade civil. É nesta necessidade de operacionalizar uma agenda complexa que a gestão pública busca estruturas eficazes.

Neste contexto, o tripé ESG (Environmental, Social, and Governance) emerge como uma estrutura analítica crucial. Se no setor privado consolida-se como modelo para gestão de riscos e criação de valor (Eccles; Serafeim, 2013; Gillan et al., 2021), no setor público sua função é ressignificada: torna-se uma ferramenta para a efetivação de políticas públicas e a promoção do desenvolvimento sustentável, orientando decisões de compra para impactos socioambientais positivos. Contudo, essa apropriação não é isenta de riscos, como alertam Kuzey et al. (2023), o ESG pode se tornar uma "moda gerencial", adotada mais por pressão institucional do que por integração substantiva. Sob uma perspectiva crítica, a governança (G) não é uma mera lente operacional, mas um pré-requisito estrutural para que as dimensões ambiental (E) e social (S) transcendam o discurso e se materializem em políticas críveis, evitando o greenwashing em escala estatal.

Quadro 1 - Correlação entre os Pilares do ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Critérios de decisão

Os critérios de decisão em compras públicas são parâmetros estabelecidos para selecionar e avaliar fornecedores, que transformam as necessidades da administração em indicadores de desempenho. Embora historicamente o menor preço tenha predominado, a evolução desse campo de estudo aponta para a incorporação de valores, preferências e objetivos estratégicos, articulando

seleção, monitoramento e avaliação de desempenho dos fornecedores (Calazans; Araújo, 2021).

No contexto brasileiro, essa mudança de paradigma foi juridicamente consolidada pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que elevou o "desenvolvimento nacional sustentável" à condição de princípio regente (Brasil, 2021). Este marco legal reconceitua a natureza dos critérios decisórios, transformando-os de meras técnicas de aquisição em instrumentos de política pública, convertendo o poder de compra estatal em mecanismo de sinalização e incentivo ao mercado, destinado a promover e consolidar boas práticas sociais e ambientais desejáveis (Biderman et al., 2008; Oliveira; Santos, 2015).

Nesta nova configuração, os critérios de decisão configuram um mecanismo de governança dupla: atuam internamente, ao internalizar a obrigatoriedade de decisões sustentáveis nas estruturas administrativas do Estado, e externamente, ao sinalizar e orientar os agentes econômicos em direção a práticas alinhadas com os ODS. Dessa forma, a governança (G) opera como o pilar habilitante que confere credibilidade e efetividade às dimensões ambiental (E) e social (S), consolidando definitivamente o poder de compra estatal como um vetor prático e eficaz para a realização dos compromissos da Agenda 2030.

Anexos



Figura 1 - Fluxograma PRISMA-ScR de seleção dos estudos e documentos



Quadro 1 - Correlação entre os Pilares do ESG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Quadro 2 - Perfil dos estudos selecionados (parte 1)



Quadro 2 - Perfil dos estudos selecionados (parte 2)

CÓDIGO: HS1639

AUTOR: CRISTIAN VIDEL BEZERRA TEIXEIRA

ORIENTADOR: ANDREA VASCONCELOS CARVALHO

TÍTULO: Análise da produção nacional da de Ciência da Informação que aborda a violência contra a mulher

Resumo

O estudo analisou a produção nacional na Ciência da informação (CI) acerca da violência contra a mulher. O objetivo foi identificar, selecionar, analisar e contextualizar artigos, anais de evento, teses e dissertações sobre o tema, buscando preencher lacunas informacionais e agregar conteúdo relevante à comunidade, capacitando-a para o enfrentamento da violência contra a mulher. Seguindo uma linha exploratória e descritiva, a análise foi realizada por meio de revisão bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais, como a BRAPCI e a BDTD. Também uma análise bibliométrica, abrangendo o período de 2010 a 2023 na BDTD e de 2000 a 2023 na BRAPCI. O estudo quantificou 22 artigos e 15 anais de evento na BRAPCI, e na BDTD foram recuperadas 2 teses e 3 dissertações, evidenciando uma produção limitada e a falta de incentivo à pesquisa sobre a violência contra a mulher. Assim, evidencia-se a importância vital da curadoria de conteúdos sobre a violência contra a mulher, principalmente na conscientização e enfrentamento desse grave problema social. A curadoria não é apenas uma ferramenta científica, mas também um recurso essencial no contexto social, político e crítico. Recomenda-se aumentar os investimentos em iniciativas científicas e explorar conteúdos além do escopo da ciência da informação, abrangendo áreas correlatas, para construir um ambiente científico mais sólido, participativo, democrático e consciente, que atenda melhor às necessidades informacionais da população.

Palavras-chave: ciência da informação; violência contra a mulher; enfrentamento; Brasil

TITLE: Analysis of national production in Information Science that addresses violence against women

Abstract

The study analyzed national production in Information Science (IS) regarding violence against women. The objective was to identify, select, analyze, and contextualize articles, conference proceedings, theses, and dissertations on the topic, seeking to fill informational gaps and add relevant content to the community, empowering them to confront violence against women. Following an exploratory and descriptive approach, the analysis was conducted through a literature review of national and international databases, such as BRAPCI and BDTD. A bibliometric analysis was also performed, covering the period from 2010 to 2023 in BDTD and from 2000 to 2023 in BRAPCI. The study quantified 22 articles and 15 conference proceedings in BRAPCI, and in BDTD, two theses and three dissertations were retrieved, this highlights limited production and a lack of incentives for research on violence against women. This highlights the vital importance of curating content on violence against women, particularly in raising awareness and addressing this serious social problem.

Curation is not only a scientific tool but also an essential resource in social, political, and critical contexts. It is recommended that investments in scientific initiatives be increased and content be explored beyond the scope of information science, encompassing related areas, to build a more robust, participatory, democratic, and informed scientific environment that better meets the informational needs of the population.

Keywords: information science; violence against women; confrontation; Brazil.

Introdução

O enfrentamento da violência contra a mulher requer uma abordagem multidimensional e implica na compreensão do papel da informação para prevenir, conscientizar e combater o problema, produzindo informações de qualidade, atenuando fragmentação das informações existentes e a limitações na divulgação de tais informações. Nesse contexto se insere a curadoria de conteúdos como um processo voltado para a identificação, a seleção, a agregação de valor e o compartilhamento de informações digitais de qualidade. Diante disso, busca-se compreender como a produção nacional em Ciência da Informação aborda a violência contra a mulher. Assim, objetivou-se analisar como a produção científica nacional da Ciência da Informação aborda essa questão. As justificativas para a realização desta investigação têm dimensão social e científica. Na dimensão social, considera-se que se pode oferecer contribuição para o enfrentamento informacional do grave e prevalente problema social que é a violência contra a mulher. Na dimensão científica, considera-se oportuno verificar como a Ciência da Informação tem abordado a violência contra a mulher, de modo a identificar abordagens ao problema, bem como lacunas a serem preenchidas em pesquisas futuras.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, de abordagem mista, ou seja, qualiquantitativa e de natureza teórica. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica em bases de dados nacionais, realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) visando recuperar artigos, anais de evento, dissertações e teses produzidos no âmbito da Ciência da Informação que tratam da violência contra a mulher. Tendo em vista recuperar documentos publicados em português, no período de 2010 a 2023 na BDTD e de 2000 a 2023 na BRAPCI que tratem da violência contra a mulher os quais foram analisados quantitativamente,

mediante indicadores bibliométricos. Como ferramentas informáticas auxiliares no processo de análise foi utilizado o Mendeley para a análise de conteúdo e o VOSViewer para a análise bibliométrica.

Resultados e Discussões

No início da pesquisa o objetivo para o corte temporal era de treze anos, porém não foi resgatada uma quantidade substancial de documentos na BRAPCI, o que resultou no seu

alongamento temporal de 2000 a 2023, a BDTD continuou com treze anos, de 2010 a 2023.

As palavras-chave utilizadas em ambas as bases de dados foram: ciência da informação; violência contra a mulher; enfrentamento; Brasil. Na BDTD foram recuperadas 2 teses ligadas a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e 3 dissertações, duas delas também ligadas à UFPB e uma à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na BRAPCI foram 22 artigos: 2 ligados à UFRJ; 3 à Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG); 5 à Universidade Estadual Paulista (UNESP); 1 à Universidad de Zaragoza (UNIZAR); 1 à Universidade Estadual de Goiás (UEG); 1 à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); 1 à Universidade Federal da Bahia (UFBA); 1 à Universidade Federal do Cariri (UFCA); 1 Centro Universitário de Brasília (UNICEUB); 1

Universidade

do Estado da Bahia (UNEB); 1 Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina (FACAPE); 1 Universidade de Passo Fundo (UPF); 1 Fundação João Pinheiro (FJP); 1 Universidade Federal do Maranhão (UFMA); 1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(UFRGS). E 15 anais de evento: 7 UFRJ; 1 Universidade Federal Fluminense (UFF); 1 Universidade Federal do Paraná (UFPR); 1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte

(UFRN); 2 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); 2 UNESP; 1 Universidade Federal

do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); 1 UFBA; 4 UFPB; 1 UFCA; 1 Tribunal de Justiça do

Estado de São Paulo (TJSP); 1 Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ);

1 UFMA; e 1 UFMG. Nestes 42

documentos recuperados observou-se 113 palavras-chave distintas, sendo as mais citadas:

violência contra a mulher, com 10 citações; violência doméstica e mediação da informação,

com 7 citações; violência contra mulheres e feminicídio com 5 citações. E foram 22 instituições ao todo, sendo as mais citadas: UFPB, com 12 citações; UFRJ, com 11; e UNESP, com 7.

Conclusão

A pesquisa evidenciou que a produção científica nacional da Ciência da Informação acerca da violência contra a mulher ainda é limitada, tanto em quantidade quanto em diversidade de abordagens. Embora tenham sido identificados artigos, teses, dissertações e anais de eventos que discutem o tema, a baixa expressividade dos números mostra que o assunto não tem recebido a devida atenção no campo. Constatou-se então que algumas universidades, em especial a UFPB, a UFRJ e a UNESP, têm se destacado na produção acadêmica relacionada ao tema, indicando polos de pesquisa mais consolidados. Contudo, a predominância de poucas instituições reforça a necessidade de ampliar os incentivos e estimular a participação de outros centros de pesquisa e programas de pós-graduação. É interessante também considerar a colaboração da Ciência da Informação com outros campos de estudo, como a psicologia, direito e sociologia por exemplo. Fortalecendo e gamificado ainda mais sua interdisciplinaridade, o que contribuirá ainda mais no seu crescimento. Conclui-se então que a Ciência da Informação desempenha um papel crucial no enfrentamento a violência contra a mulher, portanto carece de mais atenção e incentivo neste âmbito.

Referências

ANDRADE, Kaliandra de Oliveira. A lei Maria da Penha e o regime de informação das delegacias especializadas de atendimento às mulheres na Paraíba. 357 f. Tese – Doutorado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ARAÚJO, Claudialyne da Silva. Políticas de informação de gênero e protagonismos das mulheres em situação de violência doméstica. 140 f. Tese - Doutorado – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ROMEIRO, Nathália Lima. Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal

do

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Asas da informação: Protagonismo das mulheres usuárias

da casa de abrigo da Paraíba. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

VANDERLEY, Shaennya Pereira. Compartilhamento indevido de informações em redes

sociais digitais: efetividade da legislação brasileira vigente no combate a violência contra a

mulher. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da

Paraíba, João Pessoa, 2021.

ANDRADE, Kaliandra de Oliveira; LIMA, Izabel França de. MEMÓRIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: ACESSO E USO DA

INFORMAÇÃO COMO DISPOSITIVO DE EMPODERAMENTO. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2016.

ANDRADE, Kaliandra de Oliveira; LIMA, Izabel França de. MEMÓRIAS DE MULHERES

E O ACESSO À INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2015.

CAVALCANTE, Luciane de Fatima Beckman. NENHUMA A MENOS: A DESCONSTRUÇÃO SOCIAL DA CULTURA DO FEMINICÍDIO. In: XXII ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 2022.

CORTES, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; DA SILVA, Leyde Klebia Rodrigues.

Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no

centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. Tendências da Pesquisa Brasileira

em Ciência da Informação, v. 8, n. 2, 2015.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão; DOS SANTOS, Célia Retz Godoy; DE MELO,

Daniele Mendes. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E POLITICAS PÚBLICAS PARA O

ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA A MULHER: PESQUISA

PARTICIPATIVA EM BAURU. In: XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2021.

ROMEIRO, Nathália Lima et al. Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização

da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual

no Brasil. 2019. In: XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2023.

VIOLA, Carla Maria Martellote; ROMEIRO, Nathália Lima; DE JESUS VETTER, Silvana Maria. De que saúde estamos falando? um estudo sobre regime de informação, estado e mulher. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2018. In: XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2018.

VIOLA, Carla Maria Martellote; SCHNEIDER, Marco André Feldman. Os dados legislativos e a violência contra as mulheres: a relevância na Recuperação da Informação rumo à Agenda 2030. In: *Anais do Workshop de Informação, Dados e Tecnologia-WIDaT*. 2023.

VIOLA, CARLA MARIA MARTELOTTE et al. CONHECIMENTO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: INTERSEÇÕES ENTRE A LEI DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES, A LEI MARIA DA PENHA E A AGENDA 2030. In: XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2021.

VIOLA, CARLA MARIA MARTELOTTE; SALES, Luana Farias. A nova caderneta para as gestantes brasileiras com vista à agenda 2030: a importância da teoria feminista de Miranda Fricker para a Ciência da Informação e as injustiças informativas. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 2022.

TSUNODA, Denise Fukumi; GUIMARÃES, André José Ribeiro; CARVALHO, Andréa Vasconcelos. Análise crítica da curadoria de dados na prevenção da violência contra a mulher. In: *Anais do Workshop de Informação, Dados e Tecnologia-WIDaT*. 2023.

DA SILVA, NATALIA FRANCISCA NASCIMENTO; PRESSER, NADI HELENA. POBREZA EM INFORMAÇÃO: NECESSIDADES E BUSCA DE INFORMAÇÕES POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 2022.

SAMPAIO, Denise Braga et al. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DOS REGIMES DE INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O MACHISMO A ASSISTENTES DIGITAIS. In: XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2021.

ROMEIRO, Nathália Lima; BEZERRA, Arthur Coelho. Sistemas de informação e instrumentos normativos: um estudo sobre crimes contra a mulher no Brasil contemporâneo.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 19, 2018.

ROCHA, Cinéia; CARDOSO, Fábio Éder; BOTEGA, Leonardo Castro; RODAS,

Cecílio

Merlotti. Fusão de dados e informações na prevenção da violência contra a mulher. In: XXI

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB XXI. 2021.

VASCONCELOS, Verônica Accioly. Coronavírus e violência de gênero contra a mulher no espaço doméstico: pandemias cruzadas. Cadernos de informação jurídica, v. 7, n. 1, p. 62-

84, 2020.

DE OLIVEIRA SILVA, Bruna Daniele; TOLARE, Jéssica Beatriz. Representação temática

da violência contra mulheres em literatura ficcional: análise em OPAC bibliográficos.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 16, p. 1-29, 2020.

DA SILVA, Lucilla Rafaella Pacheco et al. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM

DISCURSOS E PRÁTICAS:(RE) LENDO PÊCHEUX. Policromias-Revista de Estudos do

Discurso, Imagem e Som, v. 7, n. 3, p. 294-320, 2022.

SCHMITT, Briane; DE FREITAS, Ernani Cesar. OS DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA

CONTRA A MULHER: DESVENDANDO A CENOGRAFIA E O ETHOS NAS PRÁTICAS SOCIAIS. Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 3,

n. 1, p. 117-132, 2018.

SAMPAIO, Denise Braga et al. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA PERSPECTIVA DOS REGIMES DE INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE O MACHISMO A ASSISTENTES DIGITAIS. In: XXI Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. 2021.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. EL ACTIVISMO

DIGITAL COMO ESTRATEGIA PARA ENFRENTAR LA VIOLENCIA SEXUAL: CONSIDERACIONES A LA LUZ DE LOS ESTUDIOS DECOLONIALES Y LAS TEORÍAS DE LA MEDIACIÓN. Encontros Bibli, v. 28, n. spe, p. e92588, 2023.

ROMEIRO, Nathália Lima; BEZERRA, Arthur Coelho. A naturalização da violência contra a

mulher e a trajetória da criminalização da violência sexual no Brasil. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 13, n. 1, 2020.

LUCIANO, Maria Cristiana Félix et al. Centro de Referência da Mulher Fátima Nóbrega:

breve perfil das mulheres atendidas. 2015.

DE ALMEIDA LIMA, Fernanda Fernandes Pimenta; CAETANO, Jeane Santos Corte. DO

CHARME DAS CANÇÕES ÀS FRASES BANAIS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE

MÚSICAS EM PRÁTICAS DE LETRAMENTO. Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 7, n. 2, p. 131-154, 2022.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão; DOS SANTOS, Celia Maria Retz Godoy;

DE

MELO, Daniele Mendes. Saberes compartilhados: pesquisa-ação em políticas públicas voltadas à mulher. *Comunicação & Informação*, v. 25, p. 874-889, 2022.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão; DOS SANTOS, Célia Retz Godoy. A situação da

violência doméstica durante a covid-19: estudo quantitativo na cidade de Bauru-SP.

Reciis, v.

17, n. 3, 2023.

GUARALDO, Tamara Souza Brandão; DOS SANTOS, Célia Retz Godoy; AVELINO, Caroline Marcelino. Desenvolver competências na universidade e sociedade: o enfrentamento

à violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 17,

n. 2, p. 1-15, 2021.

GOLDÁRAZ, Elena Bandrés. Para uma eliminação total dos feminicídios: propostas audiovisuais contra este tipo de violência n

CÓDIGO: HS1669

AUTOR: AMANDA BEATRIZ SILVA FERNANDES

ORIENTADOR: PATRICIA LADEIRA PENNA MACEDO

TÍTULO: Memória e Representatividade: Identificação de Acervos de Mulheres

Resumo

O plano de trabalho “Memória e Representatividade: Identificação de Acervos de Mulheres” tem como propósito contribuir para a valorização das histórias femininas, buscando identificar e mapear documentos relacionados às mulheres em instituições de Natal. A proposta parte da constatação de que os arquivos historicamente privilegiaram narrativas masculinas, relegando à invisibilidade as experiências femininas. Nesse sentido, este estudo objetiva compreender a representatividade das mulheres em acervos institucionais e colaborar para a construção de uma memória coletiva mais justa e inclusiva, especialmente no contexto do patrimônio documental potiguar.

Palavras-chave: Memória; Representatividade feminina; Análise documental.

TITLE: Memory and Representativeness: Identification of Women’s Archives

Abstract

The work plan “Memory and Representativeness: Identification of Women’s Archives” aims to contribute to the appreciation of women’s histories by identifying and mapping documents related to women in institutions in Natal. The proposal arises from the observation that archives have historically privileged male narratives, relegating female experiences to invisibility. In this context, the study seeks to understand the representativeness of women in institutional collections and contribute to building a fairer and more inclusive collective memory, especially within the documentary heritage of Rio Grande do Norte.

Keywords: Memory; Female representativeness; Document analysis.

Introdução

O presente trabalho aborda o tema “Memória e Representatividade: Identificação de Acervos de Mulheres”, com foco na análise da presença feminina em acervos documentais de instituições potiguares. A pesquisa parte da constatação de que as narrativas históricas preservadas nos arquivos privilegiam experiências masculinas, invisibilizando as contribuições das mulheres. Assim, o estudo busca mapear e

identificar documentos relacionados a mulheres, promovendo reflexões sobre representatividade e contribuindo para a construção de uma memória coletiva mais justa e inclusiva.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, combinando levantamento bibliográfico com atividades de campo. Foram realizadas visitas técnicas a duas instituições de referência: o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT21) e a Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM/UFRN). Nessas visitas, procedeu-se à observação e análise documental dos acervos, com foco na identificação de registros que evidenciem a presença e a atuação de mulheres. Também foram coletadas informações sobre a organização, conservação e acessibilidade dos documentos, com vistas a avaliar o grau de representatividade de mulheres nos acervos.

Resultados e Discussões

Os levantamentos realizados permitiram constatar a presença de registros relacionados a mulheres tanto no TRT21 quanto na BCZM, ainda que de forma desigual. No caso do TRT21, foram encontrados documentos institucionais que evidenciam a atuação de mulheres no espaço jurídico e trabalhista, revelando sua contribuição para a história do trabalho no estado. Já na BCZM, identificaram-se coleções e registros bibliográficos ligados a autoras de cordeis e também como elas são representadas. Esses resultados apontam para avanços na visibilidade de mulheres, mas também evidenciam lacunas e silenciamentos na preservação documental. A análise reforça a tese de que os arquivos refletem dinâmicas de poder e que a ausência de acervos de mulheres não é neutra, mas resultado de processos históricos de exclusão.

Conclusão

O trabalho realizado neste primeiro ano demonstra a relevância de iniciativas voltadas à identificação e valorização de acervos de mulheres. As visitas técnicas ao TRT21 e à BCZM permitiram construir um diagnóstico inicial sobre a representatividade nos arquivos de Natal, destacando tanto a presença de registros significativos quanto a necessidade urgente de ampliar a preservação e a difusão dessa memória. Concluímos que a sistematização e futura disponibilização desses dados representa um passo importante para dar visibilidade às mulheres no patrimônio documental potiguar. Além disso, o estudo contribui para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos e para o fortalecimento do debate sobre gênero, memória e patrimônio no campo da Ciência da Informação.

Referências

BARBOSA, Alexandre; PAIXÃO, Fernando; DANTAS, Mônica (orgs.). As mulheres e seus arquivos. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 71, 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura. Diretrizes para a Preservação do Patrimônio Documental Brasileiro. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical Feminism in the Archives. In: CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T-K. (orgs.). Journal of Critical Library and Information Studies, Sacramento, n.2, 2017.

ENGEL, Magali Gouveia; GUERELLUS, Natália de Santanna ; SOIHET, Rachel (orgs.). As várias faces dos feminismos: memória, história, acervos. Revista Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, 2020.

LOPEZ, André Porto Ancona. Bibliotecas e Patrimônio Cultural: Ensaio sobre a Preservação do Conhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, Sílvia Romero de Lemos Meira. Preservação de Acervos Documentais: Desafios e Perspectivas. Ciência da Informação em Revista, v. 3, n. 2, p. 22-35, 2016.

TORRES, Thais Helena Ferreira. Preservação do Patrimônio Documental: Conceitos, Teorias e Práticas. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 20, n. 1, p. 167-184, 2015.

CÓDIGO: HS1676

AUTOR: LUANA DIVINA ARAUJO

ORIENTADOR: ANATALIA SARAIVA MARTINS RAMOS

TÍTULO: TECNOESTRESSE E A INTENÇÃO DE ROTATIVIDADE EM PROFISSIONAIS DE TI: UMA REVISÃO DE ESCOPO COMPARATIVA

Resumo

Este estudo tem como objetivo mapear a literatura que investiga a relação entre o tecnoestresse e a intenção de rotatividade, comparando profissionais de Tecnologia da Informação (TI) com trabalhadores de outros setores. Para isso, realizou-se uma revisão de escopo, conforme o protocolo PRISMA, baseada na análise de 20 artigos empíricos. Os resultados mostram que, em ambos os contextos, o tecnoestresse é um preditor significativo da intenção de saída, mediado sobretudo pelo burnout, pela exaustão emocional e pela redução da satisfação e do comprometimento organizacional. Entretanto, identificam-se diferenças relevantes: em setores como Saúde e Educação, o estresse decorre principalmente da adaptação a novas tecnologias; já na TI, está ligado ao medo da obsolescência de competências e às incertezas sobre a carreira. Como moderadores, destacam-se, entre profissionais de TI, recursos pessoais como resiliência e capital psicológico, e, em outros contextos, recursos organizacionais como suporte da liderança e facilitação de aprendizagem. A revisão evidencia lacunas, como a escassez de estudos específicos em TI e a necessidade de investigar estressores emergentes, como a fadiga de plataformas e a ansiedade frente aos avanços em inteligência artificial. Conclui-se que estratégias de mitigação devem ser contextuais: voltadas ao suporte e à capacitação em setores não tecnológicos e ao desenvolvimento de carreira e segurança psicológica na TI.

Palavras-chave: Tecnoestresse. Intenção de rotatividade. Profissionais de TI

TITLE: TECHNOSTRESS AND TURNOVER INTENTION IN IT
PROFESSIONALS: A COMPARATIVE SCOPE REVIEW

Abstract

This study aims to map the literature investigating the relationship between technostress and turnover intention, comparing Information Technology (IT) professionals with workers in other sectors. To this end, a scoping review was conducted, following the PRISMA protocol, based on the analysis of 20 empirical articles. The results show that, in both contexts, technostress is a significant predictor of turnover intention, mediated

primarily by burnout, emotional exhaustion, and reduced satisfaction and organizational commitment. However, significant differences are identified: in sectors such as healthcare and education, stress stems primarily from adapting to new technologies; in IT, it is linked to fear of skill obsolescence and career uncertainty. Among IT professionals, personal resources such as resilience and psychological capital stand out as moderators, while in other contexts, organizational resources such as leadership support and learning facilitation. The review highlights gaps, such as the scarcity of specific IT studies and the need to investigate emerging stressors, such as platform fatigue and anxiety about advances in artificial intelligence. It concludes that mitigation strategies should be contextual: focused on support and training in non-technology sectors and on career development and psychological safety in IT.

Keywords: Technostress. Turnover intention. IT professionals

Introdução

A Tecnologia da Informação (TI) é um dos setores com maior crescimento e importância na economia global atual (BRASSCOM, 2025). No entanto, esse setor apresenta um desafio não apenas significativo mas também constante e caro: a alta rotatividade de seus profissionais, que ameaça a capacidade das empresas de reter os talentos necessários para sustentar seus investimentos em tecnologia (FOINA; EIRAS, 2016). No cerne deste problema de retenção, encontra-se um tipo de estresse específico do setor, o tecnoestresse, que contribui de forma significativa para o esgotamento e a consequente vontade dos profissionais de TI de deixarem seus empregos (PORTELLA, 2019).

Sendo definido como um tipo de estresse advindo do uso de tecnologias (HARPER, 2020 apud PORTELLA, 2019), o tecnoestresse aparece de forma mais intensa em profissionais de TI. Eles não são apenas usuários, mas os próprios criadores das ferramentas, vivenciando uma pressão dupla: a de dominar a tecnologia existente e a de se antecipar às futuras para não ficarem desatualizados (JOSEPH; ANG, 2001 apud PORTELLA 2019). Com o avanço das Inteligências Artificiais (IAs), por exemplo, essa dinâmica pode trazer até uma nova camada de tecno-insegurança, ligada ao medo de substituição e à necessidade de aprendizado contínuo.

Apesar da importância do tema, a literatura científica costuma tratar o tecnoestresse de forma geral, sem diferenciar a experiência dos profissionais de TI daquela vivida por profissionais de outras áreas, que são, na maioria das vezes, apenas usuários. Além disso, poucos estudos relacionam esse problema a intenção de rotatividade. Com isso, essa falta na literatura dificulta a criação de estratégias de retenção que sejam realmente eficazes para o contexto dos profissionais de TI.

É justamente essa lacuna que a presente pesquisa pretende preencher. Entender as particularidades do tecnoestresse em profissionais de TI, em comparação com outras áreas, não é apenas uma necessidade acadêmica, mas uma necessidade prática para as empresas que buscam resolver um problema que gera altos custos com a perda de produtividade e conhecimento. A análise comparativa permite identificar não apenas as

variáveis gerais do fenômeno, mas também os estressores específicos de cada grupo, que exigem soluções diferentes.

1.1. Objetivo Geral e Questões de Pesquisa

O objetivo geral deste estudo é mapear a produção científica que investiga a relação entre o tecnoestresse e a intenção de rotatividade. A partir deste levantamento, pretende-se realizar uma análise comparativa para entender as particularidades e semelhanças do fenômeno quando se manifesta em profissionais de Tecnologia da Informação (TI) em contraste com outros setores profissionais, identificando as teorias, as variáveis e as lacunas na literatura.

Para guiar a investigação, foram formuladas as seguintes questões de pesquisa:

QP1) Em que contextos (ano, países, setores específicos) a relação entre tecnoestresse e intenção de rotatividade tem sido mais estudada?

QP2) Quais são as principais teorias de base que os pesquisadores têm utilizado para explicar este fenômeno?

QP3) Quais variáveis são mais investigadas para explicar como o tecnoestresse leva à rotatividade?

QP4) O que a literatura atual relata sobre o tecnoestresse e a sua influência na intenção de rotatividade entre os profissionais de TI?

QP5) Existem diferenças nos efeitos do tecnoestresse sobre a intenção de rotatividade e abandono da profissão quando comparamos os profissionais de TI com os de outras áreas?

QP6) Que lacunas de pesquisa específicas ao setor de TI se tornam mais evidentes a partir desta análise comparativa?

O restante deste artigo está organizado da seguinte forma. A seção a seguir descreve os Métodos da revisão, apresenta os Resultados onde são respondidas todas as questões da pesquisa e, e finaliza com a Discussão dos achados, limitações e sugestões para pesquisas futuras.

Metodologia

Para atender aos objetivos da pesquisa, e levando em consideração a limitação na produção científica na área da pesquisa, optou-se pela realização de uma revisão de escopo (scoping review). Em suma, a escolha desse método justifica-se por ser um tipo de estudo que busca explorar mais amplamente a literatura para mapear os principais

conceitos, as evidências existentes e, sobretudo, as lacunas numa determinada área de pesquisa (TRICCO et al., 2018).

Neste estudo, o problema evidenciado foi identificar os estudos que relacionam tecnoestresse e intenção de rotatividade, e também compreender como este fenômeno se manifesta de forma comparada entre o setor de TI e outras áreas, a abordagem exploratória e abrangente da revisão de escopo mostrou-se a mais apropriada. Conciliando os tópicos-chave com os objetivos, a questão de pesquisa da revisão de escopo se compôs como: Quais são as características da literatura empírica que investiga a relação entre o tecnoestresse e a intenção de rotatividade, comparando os achados entre profissionais de TI e de outros setores?

Para garantir a transparência, o rigor e a replicabilidade de todo o processo metodológico, a seleção dos estudos seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses).

2.1. Critérios de elegibilidade

Para a seleção dos estudos, inicialmente foram definidos critérios de inclusão e exclusão restritos e diretos. No entanto, ao longo do processo de análise da literatura, percebeu-se que uma abordagem restrita à palavra-chave "tecnoestresse" poderia excluir estudos de relevância que investigassem o mesmo fenômeno, mas com uma terminologia mais específica. Diante disso, o critério foi redefinido a fim de alcançar uma abordagem mais abrangente. A decisão final foi a de incluir não apenas os estudos que utilizavam o termo "tecnoestresse" de forma geral, mas também aqueles que investigavam um ou mais de seus cinco componentes clássicos (tecno-sobrecarga, tecno-invasão, tecno-complexidade, tecno-insegurança ou tecno-incerteza), desde que a fonte do estressor fosse claramente a tecnologia.

Os critérios de inclusão foram:

CI 1: Ser um estudo empírico, com levantamento e análise de dados primários.

CI 2: Investigar o construto "tecnoestresse" como um todo ou um de seus cinco componentes clássicos (tecno-sobrecarga, tecno-invasão, tecno-complexidade, tecno-insegurança ou tecno-incerteza), deixando claro que a fonte do estressor é a tecnologia.

CI 3: Investigar a "intenção de rotatividade" (turnover intention) ou um de seus sinônimos diretos (ex: intenção de sair, intenção de permanecer) como uma variável de resultado.

CI 4: Ser um artigo acadêmico publicado em periódico.

CI 5: Idiomas inglês ou português.

CI 6: Não haver restrição de ano de publicação.

Por sua vez, os critérios de exclusão foram:

CE 1: Artigos de revisão, teóricos, meta-análises, ensaios, editoriais ou propostas de pesquisa.

CE 2: Estudos que não abordassem simultaneamente os dois construtos centrais da pesquisa.

CE 3: Estudos realizados em contextos não organizacionais/profissionais (ex: com estudantes, consumidores em geral).

CE 4: Estudos duplicados.

CE 5: Estudos cujo texto completo não pôde ser recuperado para análise.

2.2. Estratégia de Busca

Realizada entre os meses de maio e junho de 2025, a busca pelos estudos foi realizada em duas etapas complementares, de modo a assegurar a maior cobertura possível da literatura existente. A primeira etapa consistiu numa busca sistemática na base de dados Web of Science, na qual foi desenvolvido e aplicado um string de busca (Quadro xx no material suplementar).

Posteriormente, reconhecendo que as buscas na base usada, por si só, poderiam não capturar a totalidade da produção científica sobre o tema, a segunda frente envolveu uma busca manual mais minuciosa. Este processo consistiu em analisar as listas de referências de artigos relevantes para identificar trabalhos citados importantes e busca por artigos de autores com publicações importantes na área.

2.3. Seleção dos estudos

Todos os títulos e resumos encontrados na busca foram adicionados à uma planilha no Google Sheets para organizar e monitorar as avaliações. Na primeira etapa de seleção, utilizou-se a ferramenta Gemini para identificação de estudos duplicados, com verificação manual posterior. Na etapa 2, por leitura de título e resumo, foram excluídos os trabalhos que não atendiam aos critérios de inclusão e exclusão, e as referências foram separadas em dois grupos: 1) artigos que evidenciavam profissionais de TI; e 2) artigos que abordavam outros contextos profissionais.

Na terceira etapa, de elegibilidade, foi realizada a leitura completa de cada um dos artigos pré-selecionados identificando-se com maior precisão sua relevância para a pesquisa e a adequação aos critérios de inclusão e exclusão. Nessa fase, foram excluídos os estudos que, após análise completa, não apresentavam aderência ao tema da revisão. Para os artigos elegíveis, foi feita a extração de dados relevantes para posterior análise.

2.4. Extração de dados

A extração de dados, realizada após a leitura integral dos artigos e da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi realizada por um único revisor, que também preencheu o banco de dados, constituído em forma de tabela, no Google Sheets.

Para cada artigo, foram extraídos os seguintes dados, na ordem em que foram levantados: Título, Autores e ano, Objetivo do Estudo, Contexto/Campo de Aplicação, Amostra/ Sujeitos da Pesquisa, Alicerce Teórico, Variáveis do Estudo (preditoras, mediadoras e moderadoras), e, por fim, Achados.

A análise dos dados extraídos será realizada por meio de uma síntese descritiva e comparativa das informações, com o objetivo de mapear as características da literatura e responder à questão de pesquisa desta revisão.

Resultados e Discussões

3. RESULTADOS

A estratégia de busca resultou inicialmente em 164 estudos. Após a remoção de duplicados ($n = 5$), 159 artigos foram analisados por título e resumo. Nessa etapa, 131 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, resultando em 28 trabalhos. Desses, três não estavam disponíveis em versão integral, sendo eliminados. Na etapa de elegibilidade, realizou-se a leitura completa de 25 estudos, dos quais cinco foram excluídos por não investigarem simultaneamente os dois construtos centrais da revisão: tecnoestresse e intenção de rotatividade. O processo resultou em 20 artigos elegíveis, que compuseram a síntese final.

Entre os estudos selecionados, três tiveram como foco exclusivo profissionais de TI, enquanto os 17 restantes contemplaram outros setores, como Saúde, Educação, Contabilidade, Setor Público, Supply Chain e Indústrias de base tecnológica. Essa distribuição evidencia a escassez de trabalhos voltados especificamente ao setor de TI, mas também reforça o caráter comparativo da revisão, permitindo a identificação de semelhanças e diferenças na manifestação do fenômeno em contextos distintos.

3.1 Contextos de pesquisa

A análise temporal revelou que 80% dos estudos ($n = 16$) foram publicados nos últimos cinco anos (2020–2025), indicando crescente interesse pelo tema. Em termos geográficos, houve equilíbrio entre países desenvolvidos e emergentes: 10 estudos realizados em contextos como Estados Unidos, Reino Unido, Suíça e Coreia do Sul, e 10 em países emergentes, sobretudo Índia, China, Bangladesh, Brasil, Azerbaijão e Líbano. Esse dado revela a relevância global do fenômeno, ainda que com ênfase em ambientes culturais distintos.

A diversidade de setores pesquisados reforça que o tecnoestresse não é exclusivo da área de TI. Contudo, a natureza do estressor varia: enquanto em setores como Saúde e Educação a ênfase está na adaptação a novas ferramentas digitais, em TI os estudos destacam a insegurança quanto à obsolescência de competências e às incertezas de carreira.

3.2 Bases teóricas

Dos 20 estudos, 16 se fundamentaram em modelos teóricos explícitos. As teorias mais empregadas foram:

Teoria da Conservação de Recursos (COR), que concebe o tecnoestresse como uma ameaça aos recursos individuais, conduzindo a um ciclo de perda;

Teoria de Demandas e Recursos do Trabalho (JD-R), que trata o tecnoestresse como demanda organizacional, contrastando-o com recursos como engajamento e capital psicológico;

Teoria da Troca Social (SET), que interpreta o estresse como desequilíbrio na relação funcionário–organização;

Modelo Transacional do Estresse, que enfatiza a avaliação cognitiva dos estressores tecnológicos.

Outros referenciais foram usados em casos pontuais, como a Teoria das Fronteiras (foco no conflito trabalho–família), a Teoria da Desconfirmação da Expectativa (analisando desalinhamento entre tecnologia esperada e percebida) e a Teoria do Ajuste Pessoa-Ambiente (compatibilidade entre demandas tecnológicas e habilidades individuais).

3.3 Variáveis investigadas

3.3.1 Preditores

A maioria dos estudos tratou o tecnoestresse como construto unificado, mas outros investigaram dimensões específicas, como tecno-invasão, tecno-sobrecarga, tecno-insegurança, tecno-complexidade e tecno-incerteza.

Tecno-invasão foi a dimensão mais estudada, associada ao uso de redes sociais e à conectividade fora do expediente.

Tecno-sobrecarga apareceu em estudos que enfatizam excesso de informações e comunicações.

Tecno-insegurança foi tratada como medo da obsolescência de habilidades, especialmente entre profissionais de TI.

Tecno-complexidade e tecno-incerteza apareceram em menor frequência, relacionadas à dificuldade de lidar com sistemas complexos e ao receio sobre impactos futuros da tecnologia na carreira.

3.3.2 Mediadores

O mediador mais recorrente foi o burnout/exaustão, presente em 40% dos estudos, tanto em TI quanto em outros setores. Outros mediadores relevantes incluíram engajamento no trabalho, comprometimento organizacional, satisfação no trabalho, estressores de

papel e conflito trabalho–família. Alguns trabalhos posicionaram o próprio tecnoestresse como mediador, ligando fatores como uso de redes sociais corporativas a desfechos negativos.

3.3.3 Moderadores

Os moderadores foram agrupados em duas categorias: recursos pessoais e organizacionais. Entre os pessoais, destacam-se capital psicológico, resiliência e mindset digital. Entre os organizacionais, sobressaem o suporte de supervisores, apoio institucional, facilitação de aprendizagem e competência da liderança. O suporte organizacional foi o moderador mais consistente, enquanto fatores pessoais como resiliência e PsyCap mostraram papel protetor mais significativo em estudos focados em TI.

3.3.4 Consequências

Embora a intenção de rotatividade tenha sido o foco central de todos os estudos, outras consequências também foram relatadas, como burnout, redução do desempenho, diminuição da satisfação, comprometimento organizacional, saúde mental prejudicada e conflito trabalho–família. Dois estudos apontaram até mesmo a intenção de abandonar a profissão, não apenas o emprego atual.

3.4 Síntese comparativa

A análise comparativa evidenciou semelhanças e diferenças relevantes:

Semelhanças: em todos os setores, o tecnoestresse mostrou-se associado ao burnout, à exaustão e à diminuição da satisfação, atuando como gatilho para a intenção de saída. A tecno-invasão e a dissolução das fronteiras entre vida pessoal e profissional apareceram como elementos recorrentes.

Diferenças: nos setores de Saúde e Educação, o estresse advém principalmente da dificuldade de adaptação e da percepção de baixa competência digital. Já em TI, o fenômeno está fortemente relacionado à insegurança quanto à carreira, ao medo de obsolescência e à pressão constante por atualização tecnológica. Nos demais setores, os moderadores mais eficazes foram organizacionais, enquanto em TI prevaleceram os recursos pessoais.

4. DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão demonstram que o tecnoestresse constitui um fator crítico na intenção de rotatividade, mas com nuances que variam conforme o setor analisado.

4.1 Implicações teóricas

A principal contribuição teórica é a confirmação de que o tecnoestresse atua como preditor consistente da intenção de saída, mediado por estados de exaustão e desengajamento. Os achados reforçam a validade das teorias COR e JD-R, mostrando que a perda de recursos pessoais e a sobrecarga de demandas explicam o processo de

desligamento. Além disso, a dualidade identificada por alguns estudos — nos quais a tecnologia pode ser percebida tanto como desafio (levando ao engajamento) quanto como impedimento (gerando saída) — sugere a necessidade de ampliar a investigação sobre os efeitos positivos do estresse tecnológico.

4.2 Implicações práticas

Do ponto de vista gerencial, os achados indicam que organizações precisam adotar estratégias de mitigação adaptadas a cada contexto:

Em setores não tecnológicos (Saúde, Educação, Contabilidade), políticas de treinamento contínuo e suporte organizacional são cruciais para reduzir a percepção de incompetência digital e facilitar a adaptação a novas ferramentas.

Em TI, as ações devem focar na segurança psicológica e no desenvolvimento de carreira, com programas de mentoria, incentivo à resiliência e práticas que reduzam a ansiedade ligada à obsolescência profissional.

Além disso, políticas que equilibrem demandas tecnológicas com suporte organizacional podem reduzir significativamente o impacto negativo do tecnoestresse, aumentando a retenção.

4.3 Diferenças e semelhanças entre setores

A principal semelhança encontrada foi a centralidade do burnout como mecanismo mediador, indicando que a sobrecarga tecnológica afeta a energia emocional e psicológica dos trabalhadores, independentemente da área. Por outro lado, as diferenças são estruturais: em TI, o estresse é existencial, ligado ao futuro da carreira, enquanto em outros setores é funcional, relacionado à adaptação ao uso de tecnologias. Essa distinção sugere que estratégias universais de enfrentamento são insuficientes, sendo necessário adotar abordagens específicas.

4.4 Lacunas de pesquisa

Foram identificadas quatro lacunas principais:

Escassez de estudos específicos em TI, o que limita a compreensão aprofundada dos estressores característicos da área.

Falta de pesquisas sobre moderadores organizacionais em TI, como redesenho de cargos ou políticas de apoio institucional.

Pouca investigação sobre estressores emergentes, como fadiga de plataformas digitais e ansiedade frente a inteligências artificiais.

Carência de estudos longitudinais, capazes de captar os efeitos do tecnoestresse em diferentes fases da carreira e após a adoção de novas tecnologias.

Conclusão

Considerações Finais e Pesquisas Futuras

Esta revisão de escopo identificou que, em todo o processo que liga o tecnoestresse à rotatividade, há desafios e oportunidades de intervenção. O principal desafio é a necessidade de desenvolver estratégias contextuais que reconheçam as diferentes fontes de estresse entre os setores. Para mitigar os obstáculos, propõe-se:

Para Organizações (Geral): Promover uma cultura de suporte, com lideranças capacitadas para identificar os sinais de exaustão e oferecer apoio prático e emocional.

Para o Setor de TI: Ir além do suporte técnico e focar em estratégias de desenvolvimento de carreira, mentoria e fortalecimento de recursos psicológicos, como a resiliência, para lidar com a ansiedade de obsolescência.

Para Outros Setores (Saúde, Educação, etc.): Investir em programas de capacitação contínua e na criação de canais de comunicação eficazes para que os profissionais possam expressar suas dificuldades e participar do processo de implementação de novas ferramentas, promovendo um sentimento de confiança e propriedade compartilhada.

Para Pesquisas Futuras sugere-se investigar moderadores organizacionais referente ao efeito do tecnoestresse na intenção de rotatividade. Além disso, também torna-se imperioso investigar estressores mais específicos, como a fadiga de plataforma e a ansiedade gerada pelo avanço das IAs.

Em conclusão, superar os desafios contemporâneos do tecnoestresse exige um movimento que mobilize todos os setores. É preciso fortalecer as redes de apoio dentro das organizações, com nós consistentes entre gestores e equipes, para garantir que a implementação de novas tecnologias seja um processo que agregue valor, e não um que esgote o capital humano.

Referências

BRASSCOM. Relatório inédito da Brasscom aponta crescimento do setor de TIC, que representa 6,5% do PIB brasileiro. São Paulo: Brasscom, 2025. Disponível em: <https://brasscom.org.br/relatorio-inedito-da-brasscom-aponta-crescimento-do-setor-de-tic-que-representa-65-do-pib-brasileiro/>. Acesso em: 08 ago. 2025.

FOINA, P. R.; EIRAS, V. L. L. Os desafios motivacionais na gestão dos profissionais de TI: estudo de três empresas. Universitas: Gestão e TI, Brasília, v. 6, n. 2, p. 97–104, jul./dez. 2016. Disponível em:

<https://www.uhumanas.uniceub.br/gti/article/view/3555/3269>. Acesso em: 08 ago. 2025.

PORTELLA, Ulisses Almeida et al. Percepção de tecnoestresse em profissionais de TI. 2019. Disponível em: <https://bdt.d.uepb.edu.br:8443/jspui/handle/tede/2753>. Acesso em: 08 ago. 2019

Referências dos artigos utilizados para a revisão

BAO, Y.; ZHANG, X.; HUA, M. Relating Technostress and Turnover Intention: A Three-Wave Study. *Journal of Computer Information Systems*, p. 1–13, 2024.

BOURLAKIS, M.; NISAR, T. M.; PRABHAKAR, G. How technostress may affect employee performance in educational work environments. *Journal of Business Research*, v. 154, p. 113338, 2023.

BOYER-DAVIS, S. Technostress: An antecedent of job turnover intention in the accounting profession. *Journal of Business and Accounting*, v. 12, n. 1, p. 49-63, 2019.

CALIFF, C. B.; BROOKS, S. An empirical study of techno-stressors, literacy facilitation, burnout, and turnover intention as experienced by K-12 teachers. *Computers & Education*, v. 157, p. 103971, 2020.

CALIFF, C. B.; SARKER, S.; SARKER, S. The bright and dark sides of technostress: A mixed-methods study involving healthcare IT. *MIS Quarterly*, v. 44, n. 2, p. 809-853, 2020.

CARVALHO, O.; D'ANGELO, M. Technological stress and the intention to stay in organizations: Do the quality of life and work-home conflict mediate this relationship? *Revista de Gestão*, v. 28, n. 4, p. 367-383, 2021.

CHO, J.; LEE, H. E.; KIM, H. Effects of Communication-Oriented Overload in Mobile Instant Messaging on Role Stressors, Burnout, and Turnover Intention in the Workplace. *International Journal of Communication*, v. 13, p. 3290-3312, 2019.

FANG, Z.; BAO, Y.; HUA, M. Social media use for work during non-work hours and turnover intention: the mediating role of burnout and the moderating role of resilience. *Current Psychology*, 2024.

GHOSN, M. The Moderating Effect of Technostress on The Relationship between Personality Traits and Employee Turnover Intentions. *Journal of Human Resource Management*, v. 25, n. 1, p. 55-70, 2022.

GOLZ, C. et al. Technostress and Digital Competence Among Health Professionals in Swiss Psychiatric Hospitals: Cross-sectional Study. *JMIR Mental Health*, v. 8, n. 10, p. e28243, 2021.

HARDEN, G.; BOAKYE, K.; RYAN, S. Turnover Intention of Technology Professionals: A Social Exchange Theory Perspective. *Information Systems Management*, v. 33, n. 4, p. 339-351, 2016.

HARRIS, K. J. et al. Technostress and the entitled employee: impacts on work and family. *Information Technology & People*, v. 35, n. 7, p. 2167-2190, 2022.

NAYAK, S.; BUDHWAR, P. Negative effects of enterprise social networks (ESNs) and technostress: empirical evidence from R&D centres operating in India. *Behaviour & Information Technology*, v. 41, n. 13, p. 2844-2862, 2022.

RAGU-NATHAN, T. S. et al. The Consequences of Technostress for End Users in Organizations: Conceptual Development and Empirical Validation. *Information Systems Research*, v. 19, n. 4, p. 417-433, 2008.

RASULOVA, D.; TANOVA, C. The constant ping: Examining the effects of after-hours work connectivity on employee turnover intention. *The International Journal of Human Resource Management*, 2025.

SHARMA, I.; TIWARI, V.; GUPTA, S.; RANA, N. P. Examining the nexus between technostress and turnover intention: the moderating influence of PsyCap in Indian information management contexts. *Information Systems Frontiers*, 2025.

SIDDIQI, K. O. Impact of technostress and work-family conflict on turnover intention among nurses in Bangladesh: a moderation effect of perceived supervisor support. *Journal of Hospital Management and Health Policy*, v. 8, p. 1, 2024.

TANG, G.; CHADEE, S.; YUAN, S. The dark side of social media connectivity Influence on turnover intentions of supply chain professionals. *Industrial Management & Data Systems*, v. 120, n. 9, p. 1705-1724, 2020.

TOMER, G.; MISHRA, S. K.; QURESHI, I. Features of technology and its linkages with turnover intention and work exhaustion among IT professionals: A multi-study investigation. *International Journal of Information Management*, v. 66, p. 102518, 2022.

VALTA, M.; HILDEBRANDT, Y.; MAIER, C. Fostering the digital mindset to mitigate technostress: an empirical study of empowering individuals for using digital technologies. *Behaviour & Information Technology*, 2024.

TRICCO, Andrea C. et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Annals of internal medicine*, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018.

Anexos



Fluxograma do processo de busca e seleção dos estudos, conforme o protocolo PRISMA.



Estudos incluídos na revisão de escopo distribuídos por seu foco de aplicação



Teorias relacionadas aos estudos incluídos na revisão



Preditores na Literatura Revisada



Variáveis mediadoras investigadas nos estudos



Variáveis moderadoras investigadas nos estudos



Consequências do tecnoestresse identificadas nos estudos



Estudos referentes a TI

CÓDIGO: HS1679

AUTOR: ANA JULIA DE MEDEIROS VARELA BARCA

ORIENTADOR: YANKO MARCIUS DE ALENCAR XAVIER

TÍTULO: CONSUMO ENERGÉTICO, DESCOMISSIONAMENTO E LOGÍSTICA
REVERSA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO MARCO JURÍDICO DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO BRASIL

Resumo

Os recentes avanços tecnológicos ampliaram a demanda energética global e, no Brasil, isso se refletiu na expansão do consumo e da oferta de eletricidade, exigindo infraestrutura, planejamento e governança regulatória. Este artigo, de abordagem qualitativa, combina revisão bibliográfica de artigos e relatórios técnicos com análise documental de leis, decretos e normas sobre consumo energético, descomissionamento e logística reversa, com o objetivo de analisar os desafios e oportunidades do marco jurídico da transição energética no país, buscando equilibrar eficiência e segurança do suprimento. Os achados evidenciam que a expansão do setor elétrico brasileiro ainda não alcança esse equilíbrio, pois: (i) prevalecem estratégias voltadas à ampliação da oferta em detrimento de políticas de gestão da demanda; (ii) a dependência hidrelétrica gera vulnerabilidade em períodos de estiagem, elevando custos e impondo importações; e (iii) persistem lacunas na internalização dos custos de fim de vida de ativos eólicos e fotovoltaicos, o que reforça a necessidade de fluxos de logística reversa e metas verificáveis de circularidade. Conclui-se pela urgência de normas vinculantes que limitem produção e consumo, incorporem planos de descomissionamento desde o licenciamento, estimulem a eficiência energética e estabeleçam indicadores de desempenho ambiental. Se alinhando aos ODS 7, 12 e 13 e em consonância com o direito ao meio ambiente equilibrado e a proteção das futuras gerações.

Palavras-chave: Consumo energético. Descomissionamento. Transição energética.

TITLE: ENERGY CONSUMPTION, DECOMMISSIONING AND REVERSE
LOGISTICS: CHALLENGES AND OPPORTUNITIES IN THE LEGAL
FRAMEWORK FOR ENERGY TRANSITION IN BRAZIL

Abstract

Recent technological advances have expanded global energy demand, and in Brazil this has been reflected in the growth of electricity consumption and supply, requiring infrastructure, planning, and regulatory governance. This article, with a qualitative approach, combines a bibliographic review of articles and technical reports with documentary analysis of laws, decrees, and regulations on energy consumption, decommissioning, and reverse logistics, aiming to analyze the challenges and opportunities of the legal framework for the energy transition in the country, seeking to balance efficiency and supply security. The findings show that the expansion of Brazil's electricity sector has not yet achieved this balance, since: (i) strategies focused on expanding supply prevail over consistent demand-side management policies; (ii) hydroelectric dependence creates vulnerability during droughts, raising costs and requiring imports; and (iii) gaps remain in the internalization of end-of-life costs of wind and photovoltaic assets, reinforcing the need for reverse logistics flows and verifiable circularity targets. It concludes with the urgency of binding rules to limit production and consumption, incorporate decommissioning plans from the licensing stage, promote energy efficiency, and establish performance indicators in line with the right to an ecologically balanced environment and the protection of future generations. The proposals align with SDGs 7, 12, and 13.

Keywords: Energy consumption. Decommissioning. Energy transition.

Introdução

A crise climática já é uma realidade, e com intuito de frear o aquecimento global em até 2°C, 195 países assinaram o Acordo de Paris em 2015. Esse evento marcou o começo de um o compromisso internacional assumido também pelo Brasil, com o intuito de reduzir a emissão dos gases do efeito estufa através de medidas governamentais. Nesse contexto, foi ratificada a “Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada” (iNDC), com o intuito de planejar uma redução, até o ano de 2025, de 37% das emissões quando comparado ao ano de 2005, e em 2030, 43% (Brasil, 2015, p. 3).

Em 2024, uma nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) foi apresentada pelo Brasil durante a 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 29). Essa visava a ampliação do seu compromisso com o intuito de promover uma “justiça climática” a partir dos direitos fundamentais tutelados pela Constituição Cidadã de 1988 (Brasil, 2024, p. 2). No mesmo documento, foi apresentado um plano de ação contra o superaquecimento do planeta e a pretensão de alcançar a emissão líquida zero até 2050 (Brasil, 2024, p. 64).

A movimentação demonstra que essa preocupação não é vinculada somente à sua responsabilidade internacional, mas também ao compromisso do Brasil de proteger sua fauna, flora e a sua população das consequências climáticas (Brasil, 2024, p. 1). Nesse sentido, a Constituição Federal assume no seu art. 225 (Brasil, 1988) o ônus de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e fomenta a criação de princípios ambientais como o da sadia qualidade de vida e o direito geracional.

Nesse contexto, a transição energética ocupa um lugar de destaque no debate acerca das emissões de carbono, tendo em vista a sua necessidade na cadeia produtiva. Enquanto isso, o Brasil segue protagonizando no globo uma predominância da utilização de energias renováveis, principalmente baseada no uso de hidrelétricas (Brasil, 2025a, p. 12).

Apesar desse avanço ser compreensível devido ao seu potencial energético e a sua abundância de recursos naturais, há de ser pautada a diversificação da matriz elétrica. Além de uma alternativa a qual limite a produção e o consumo considerando os limites da Terra. Devendo ser levado em consideração que não basta a energia ser denominada renovável, ela deve ser sustentável e servir aos interesses sociais.

Outrossim, a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis reforça a necessidade de uma transição energética efetiva a qual só será possível a partir de um processo de descomissionamento aliado a logística reversa aplicada.

Nesse sentido, o descomissionamento refere-se ao processo de retirada de equipamentos, usinas e infraestruturas energéticas as quais já não cumprem sua função ou apresentam riscos socioambientais (Indústrias Nucleares do Brasil, 2024). Enquanto a logística reversa integra a lógica da economia circular, ao prever o retorno de resíduos e componentes para reaproveitamento ou descarte adequado, reduzindo impactos e ampliando a eficiência do setor (Carvalho; Carvalho, 2022, p. 6).

Portanto, o presente artigo tem como objetivo geral, analisar de forma crítica como o descomissionamento e a logística reversa podem ser compreendidos como instrumentos no marco jurídico da transição energética no Brasil. Como delimitação deste, os objetivos específicos buscam: a) avaliar o consumo e a demanda energética do país; b) verificar se a transição energética está sendo aplicada e c) analisar como está se dando o descomissionamento no Brasil.

Passando a reconhecer essa demanda, sobretudo, como um Direito Fundamental a ser urgentemente tutelado para garantir uma qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Com a finalidade de contribuir para o debate acadêmico e prático acerca da integração entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade e justiça socioambiental, considerando que esses operam como pilares indispensáveis para uma transição energética efetiva.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental-legislativo. O objetivo é examinar os desafios e oportunidades relacionados ao descomissionamento e à logística reversa no contexto da transição energética brasileira.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em autores que discutem a relação entre oferta, demanda e eficiência energética, como Vivas Agüero (2014) e Altoé et al. (2017), além de estudos que problematizam as políticas públicas e os limites da transição energética, em especial Zanotelli e Silva (2024).

No campo documental, foram analisados dados oficiais do Balanço Energético Nacional (BEN 2025 – Relatório Síntese 2024), elaborado pela EPE e pelo Ministério de Minas e Energia, bem como normas jurídicas relevantes, como a Lei nº 9.991/2000, a Lei nº 10.295/2001, a Lei nº 15.103/2025 e a Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) (Brasil, 2000, 2001, 2015, 2025b, 2025c). O recorte temporal estabelecido vai de 2003 a 2025, de forma a abarcar tanto dados históricos quanto índices atualizados, com foco no território brasileiro, sem prejuízo de referências comparativas.

Para garantir a confiabilidade, priorizaram-se fontes oficiais e artigos revisados por pares, sendo utilizadas informações jornalísticas apenas de modo complementar. Assim, a metodologia adotada possibilita interpretar, sob perspectiva crítica e jurídico-energética, o modo como o Brasil estrutura seu marco normativo e institucional diante das exigências impostas pela transição energética, com especial atenção às implicações práticas do descomissionamento e da logística reversa.

Resultados e Discussões

UMA BREVE ANÁLISE DO CONSUMO ENERGÉTICO NO BRASIL

Para que o conceito do descomissionamento e da logística reversa possa ser inteiramente compreendido, assim como a sua necessidade, é imprescindível entender como funciona o consumo energético no Brasil. A partir de uma análise sobre quais são os seus reais impactos e a sua demanda.

De acordo com Vivas Agüero (2014, p. 3), o consumo e a produção energética são diretamente proporcionais ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Isto é, quanto maior for o crescimento econômico, maior será a demanda energética. Todavia, esse consumo gerava um déficit quando comparado à produção independente do país entre os anos de 2003 e 2012, como pode ser visualizado na .

Considerando o tempo da produção acadêmica, os dados hão de ser comparados aos índices divulgados pelo Relatório Síntese 2025 do Ministério de Minas e Energia (Brasil,

2025c) para fins interpretativos. A , inicialmente, demonstra a demanda energética quando comparada ao PIB na década de 2003 a 2012. Enquanto a demonstra a evolução da Oferta Interna de Energia (OIE) ao decorrer das décadas. Reitera-se que boa parte dos dados pertinentes estarão na medida Tonelada Equivalente de Petróleo (TEP) com a finalidade de manter a proporcionalidade da comparação. Nesse contexto, é notório que existiu um crescimento constante impulsionado pela demanda e atingido pela oferta.

Dessa forma, uma premissa há de ser avaliada. Para além do consumo/PIB, existe um desenvolvimento tecnológico o qual demanda um gasto energético crescente, sendo o setor produtivo dependente e influenciável pela oferta de energia (Doroche; Anschau, 2015, p. 405). Seja para sua produção, seja para o seu consumo e manutenção. Por isso, é notório que a demanda de energia do país cresceu de forma robusta na última década. Tendo ainda um salto significativo entre os anos de 2023 e 2024 devido à expansão da energia eólica e solar (Brasil, 2025a, p. 12)

Considerando o aumento da demanda e da produção em território nacional, a sustentabilidade e a eficiência dessas fontes deve ser analisada.

Indícios da insustentabilidade do consumo energético no país

Nessa perspectiva, Altoé et al. (2017, p. 288) apresentou índices de estimativas do crescimento de consumo, fundamentadas no Plano Nacional de Energia 2030 (PNE), os quais se demonstraram praticamente ultrapassados “antes do tempo”. Isto é, a “taxa média de crescimento do consumo nacional de energia, no período 2005 a 2030 (% ao ano)” seria considerado elevado pela “produtividade da economia brasileira” caso os índices atingissem 4,3% ao ano. E de 2023 para 2024, a oferta interna/geração elétrica cresceu cerca de 5,5% (Brasil, 2025c). Sendo um valor consideravelmente acima do esperado pelo planejamento nacional da época.

Para além desse índice, a produção de energia não somente acompanhou esse aumento, como também o superou. Demonstrando que apesar de uma tendência anterior do país se manter em déficit energético, o planejamento e a adoção de fontes alternativas para obtenção de energia, sobretudo renováveis, trouxe um retorno muito benéfico tanto econômico quanto sustentável ao país. Mesmo que ainda longe do ideal.

O potencial não deve ser atingido

Outrossim, consoante Doroche e Anschau (2015, p. 404), o Brasil possui um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, e parte considerável da sua matriz energética realmente advém desse recurso. Todavia, ainda como pontuado por ele, é imprescindível pensar em uma alternativa de diminuição do consumo energético considerando as restrições ambientais a longo prazo (Doroche; Anschau (2015, p. 413).

Nesse sentido, considerando um crescimento latente, é preciso que o planejamento energético governamental brasileiro, paute a questão dos limites da produção e do consumo. Resguardando seus vastos, porém finitos, recursos.

Assim, há de se ter em vista que, para além de uma eficiência energética, como o proposto pelo Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf), devemos buscar um equilíbrio

desenvolvimentista o qual não comprometa mais o ecossistema. E que também não dependa única e exclusivamente do seu funcionamento regular.

Isso porque, segundo Fernandes (2023, p. 103), os efeitos das mudanças climáticas podem ser visualizados a partir do aumento do calor, da escassez de água e da alteração dos ciclos das chuvas.

Sob essa perspectiva, ele analisa uma tendência migratória do meio rural devido a uma imprevisibilidade acerca do funcionamento da natureza (Fernandes, 2023, p. 79). Para além de um avanço tecnológico o qual cada vez mais afasta o homem do campo e o trás às metrópoles. Entretanto, qual seria a ligação disso com o tema proposto?

Por essa ótica, parte considerável da eletricidade do Brasil é obtida através dos recursos hídricos, e mais da metade da demanda energética do país é suprida por um bem essencial à vida, o qual vem sofrendo alterações no seu ciclo anteriormente previsível devido às ações antrópicas. Podendo a qualquer momento se tornar tão escasso que não poderá mais suprir as necessidades consideradas básicas para uma sociedade insustentável.

E a finitude desse recurso afetaria todo o funcionamento da cadeia produtiva, desde a geração de energia, até a própria produção e abastecimento dos alimentos no país.

Apesar de tratar-se de uma “suposição”, é notório que vem ocorrendo uma diversificação da matriz (), com maior participação de eólica e solar e redução relativa do uso das Usinas Hidrelétricas, com o intuito de ampliar as possibilidades de obtenção de energia para evitar eventuais problemáticas causadas por uma crise hídrica.

Na pesquisa de Doroche e Anschau (2015, p. 404), por exemplo, existe um quadro demonstrando que em 2014, mais de 60% da energia elétrica do país era advinda das Usinas Hidrelétricas. Fato esse, não distante, mas levemente contrastante do apresentado no BEN 2025, o qual compõe, aproximadamente, 56% ().

Todavia, em termos absolutos, ainda assim houve um aproveitamento do seu potencial gerador substancial quando considerado que apesar dessa diminuição percentual, os índices de produção e consumo aumentaram substancialmente ao longo da década.

Perspectiva regional

No âmbito regional, uma perspectiva prática acerca da necessidade de reduzir a dependência relativa das hidrelétricas pode ser usada como exemplo. O estado do Rio Grande do Norte vem enfrentando uma época de estiagem comprometedora não somente para as questões agrícolas da população, sobretudo do interior, mas também energéticas. A partir do levantamento da EMPARN, em julho 84,4% das cidades do estado apresentam algum nível de seca. Sendo mais de 64% dos casos considerado moderado ou grave (Redação Tribuna Norte, 2025).

Neste mesmo cenário, o estado novamente prevê a cobrança em “bandeira vermelha” nas contas de energia da população, com a prerrogativa de que “diante da queda no volume de chuvas e da diminuição da geração de energia por hidrelétricas [...] será necessário acionar usinas termelétricas” (RN terá [...], 2025). Tal medida, não somente é um mero

sintoma do sistema, e afeta diretamente uma população desigual no bolso e na qualidade de vida.

A partir dessa exposição, se torna perceptível que os fatores hidrelétricos estão intimamente ligados ao ciclo hídrico no Brasil. Demonstrando assim, um alerta ao que pode vir a se tornar uma crise generalizada em poucos anos.

Outrossim, apesar do PNEf pautar a questão da educação e da conscientização das bases e dos profissionais acerca do desperdício de energia e visando uma maior eficiência na sua produção (Altoé et al., 2017, p. 290), é imperioso questionar a possibilidade de uma limitação da utilização de determinados recursos para a produção de energia. Tendo em vista os limites do meio e a finitude dos recursos naturais.

Assim, ao mesmo tempo que a malha energética deve crescer em possibilidades renováveis e se tornar cada vez mais diversificada e descentralizada. O que é, de fato, um desafio a ser pautado. É preciso visar, também, a manutenção de um sistema climático equilibrado o qual garanta, e não comprometa, o princípio constitucional do meio ambiente ecologicamente equilibrado e aja em consonância com o direito geracional.

O DESCOMISSIONAMENTO COMO INSTRUMENTO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Conceitualmente, o descomissionamento refere-se ao encerramento da produção e da exploração de petróleo e gás natural em determinada localidade (Silva; Mainier, 2009, p. 2). Nesse sentido, a empresa pública Indústrias Nucleares do Brasil (INB) acrescenta à sua definição a redução dos impactos ambientais e a recuperação das áreas afetadas com o intuito de disponibilizar a área para usos diversos por parte da sociedade (Indústrias Nucleares do Brasil, 2024).

Nessa tangente, pode ser visualizado que a conceituação e a compreensão acerca da necessidade do “descomissionamento” e, para além disso, o seu objetivo, pode estar sendo modificado a partir de um ideal de preservação dos recursos naturais. Não se limitando mais à disponibilidade, mas também à reversibilidade e à sustentabilidade das medidas.

Todavia, ao retomar a perspectiva do tópico anterior, é notório que não houve qualquer redução da produção energética petrolífera no país. Muito pelo contrário. Existiu ao decorrer das décadas uma valorização da sua variabilidade em prol de uma estabilidade energética a qual segue em crescimento robusto. Sem que sejam realmente analisados quais são os limites da produção e do consumo na Terra (Zanotelli; Silva, 2024, p. 3).

Nesse contexto, não há de se falar, de fato, de uma transformação eficiente no que tange à admissibilidade prática desse conceito no Brasil. Isto porque, como pode ser visualizado, nunca existiu uma diminuição fática da exploração do petróleo ou do gás natural. Em vez disso, existe uma “máscara” percentual quando comparamos as emissões de gás carbônico com outras nações. A partir da utilização dessa porcentagem sem a comparação dos números absolutos da sua produção (Zanotelli; Silva, 2024, p. 2).

Consoante o Balanço Energético Nacional Consolidado estudado pela EPE(e), o Brasil produziu 174.371×10^3 TEP (mil toneladas equivalentes de petróleo) em 2024. Enquanto em 2015, ano da assinatura do Acordo de Paris, esse número era de 126.127×10^3 TEP (Brasil, 2025a, p. 255 e 274).

Ao analisar a , há de se pensar na existência de um avanço com a diminuição de pouco mais de 3% da matriz petrolífera e seus derivados, mas em contrapartida, já foi analisado nas tabelas acima que o Brasil na década em questão aumentou em simbiose a sua oferta e o seu consumo elétrico.

Fomentando a visão de que o descomissionamento e o desenvolvimento sustentável no país não passa de uma mera abordagem diplomática até o momento. Devendo ser, o mais breve possível, colocada em prática visando a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, a EPE apresentou () como as variações voltadas à diminuição das fontes de energia foram ínfimas, enquanto o crescimento constante segue como regra (2025c, p.20).

Enquanto Zanotelli e Silva (2024, p. 3) sustentam criticamente que a transição energética no Brasil é uma falácia, os dados do BEN 2025 mostram que mais da metade da matriz elétrica brasileira em 2024 já era de fontes renováveis (Brasil, 2025c, p. 20). Isso porque, desde 1970 o tópico já vinha sendo pautado mundo afora e década após década foi tomando proporções avassaladoras, as quais ampliaram o debate sobre as consequências da utilização do petróleo, mas não promoveu nenhuma solução prática efetivamente aplicada(Zanotelli; Silva, 2024, p. 2).

Ainda como afirma Zanotelli e Silva (2024, p. 3), a demanda energética é tão massiva, que quanto maior é a sua produção, maior é o seu consumo. E por isso, apesar de uma variabilidade energética promissora existir, não há perspectiva real de que uma dessas fontes deixe de ser de fato utilizada. Sobretudo o petróleo.

Outrossim, a distribuição e o consumo energético no Brasil () ocorre de maneira desproporcional considerando a demanda dos setores de transporte e industriais (Brasil, 2025c, p. 25). Demonstrando um comportamento insustentável à longo prazo caso não haja uma transição limpa dos recursos necessários como fonte de energia.

Ademais, é notório que parte dessa demanda não está atribuída à geração de energia, mas sim ao uso dos combustíveis fósseis voltados aos transportes de modo amplo. Nesse sentido, o descomissionamento só pode ser colocado em prática a partir de uma transição produtiva por parte da indústria automobilística voltada às energias renováveis.

Logística reversa no contexto do descomissionamento

A matriz energética brasileira apresenta singularidades que a diferenciam de outras economias em desenvolvimento. A forte presença da hidroeletricidade garantiu, por décadas, a condição de relativa sustentabilidade quando comparada a países mais dependentes de combustíveis fósseis. Contudo, crises hídricas recorrentes expuseram vulnerabilidades e indicaram a necessidade de diversificação.

Nesse contexto, a inserção progressiva de fontes renováveis alternativas, como a solar e a eólica, constitui um dos movimentos mais relevantes das duas últimas décadas, embora ainda coexistam com investimentos em petróleo, gás natural e carvão, revelando a ambivalência do processo de transição.

O marco regulatório brasileiro possui avanços significativos. A Lei nº 9.991/2000 (Brasil, 2000) obriga concessionárias de energia elétrica a destinarem parte de sua receita a programas de pesquisa e desenvolvimento, além de eficiência energética. A Lei nº 10.295/2001 (Brasil, 2001) instituiu a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, criando parâmetros técnicos para o uso eficiente em diferentes setores. Mais recentemente, a Lei nº 15.103/2025 (Brasil, 2025b) estabeleceu o Programa de Aceleração da Transição Energética (PATEN), introduzindo incentivos fiscais e mecanismos de apoio à modernização da matriz e à integração de energias limpas.

Esses diplomas jurídicos evidenciam que o Estado brasileiro busca alinhar sua política energética a compromissos internacionais, como aqueles assumidos por meio da a Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC), posteriormente atualizada como NDC, em que foram estabelecidas metas de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Apesar dos avanços, a implementação desses instrumentos enfrenta desafios práticos. Relatórios recentes demonstram que o consumo eficiente de energia ainda não se consolidou como prática generalizada, sendo necessário ampliar campanhas educativas, incentivos à inovação tecnológica e mecanismos de fiscalização. O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável já apontava, em 2016, a urgência de se construir uma agenda nacional de consumo eficiente, sob pena de o país perder competitividade internacional (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, 2016, p.9).

Nesse contexto, dois instrumentos se destacam como capazes de potencializar a transição energética: o descomissionamento e a logística reversa. Esta, por sua vez, introduz uma lógica de circularidade. Ao prever o retorno de materiais, peças e resíduos para reaproveitamento ou descarte ambientalmente correto, conecta-se diretamente ao conceito de economia circular e de uso racional dos recursos (Silva; Varella, 2022. p. 9).

No setor energético, exemplos concretos definidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos incluem o recolhimento e a reciclagem resíduos perigosos, como baterias, óleos lubrificantes e produtos eletroeletrônicos (Carvalho; Carvalho, 2022, p. 6). A regulamentação já prevê a logística reversa em alguns setores, mas sua aplicação plena na matriz energética ainda carece de normatização detalhada, fiscalização eficaz e incentivos econômicos que viabilizem sua implementação em larga escala.

Todavia, o Brasil, ao enfrentar esse debate, precisa também considerar os impactos socioeconômicos da transição. O descomissionamento pode gerar custos elevados para concessionárias e operadores, o que suscita questionamentos sobre quem deve assumir tais encargos: o poder público, as empresas ou os consumidores finais. Além de que a reciclagem das placas fotovoltaicas não são pensadas de forma sustentável, podendo o manuseio equivocado na sua reciclagem, liberar toxinas prejudiciais ao meio ambiente e à população (Carvalho; Carvalho, 2022, p. 3).

Do mesmo modo, a logística reversa demanda investimentos em infraestrutura de coleta, transporte e reaproveitamento de resíduos, o que pode encarecer produtos e serviços em um primeiro momento. Além do aprimoramento das tecnologias existentes no sentido de tornar seus resíduos cada vez mais sustentáveis e a sua produção o mais eficiente possível. Há, ainda, o desafio da resistência de setores tradicionais, que enxergam nesses mecanismos uma ameaça à rentabilidade de empreendimentos já consolidados.

Por outro lado, tanto o descomissionamento quanto a logística reversa representam oportunidades estratégicas, e além de reduzirem impactos ambientais, criam espaço para inovação tecnológica e desenvolvimento de novas cadeias produtivas. Enquanto a gestão adequada de resíduos energéticos pode fomentar a indústria da reciclagem, gerar empregos qualificados e fortalecer a economia verde.

Por fim, cabe destacar que a efetividade da transição energética brasileira dependerá da capacidade de harmonizar legislação, políticas públicas e práticas empresariais com o intuito de se afastar dessa dualidade desenvolvimentista associada a fontes insustentáveis. Assim, construção de um marco regulatório que articule esses elementos poderá reduzir passivos ambientais, estimular o desenvolvimento tecnológico e aproximar o Brasil das metas climáticas globais.

Conclusão

A pesquisa buscou avaliar o consumo e a demanda energética do país, a partir de um comparativo entre os indicadores oficiais de oferta e demanda de energia entre os anos de 2003 e 2025. Além de analisar a diversidade energética e as problemáticas quanto à dependência hídrica, tendo em vista a possibilidade de escassez gerada pela mudança do ciclo das chuvas. Ademais, foi verificado a transição energética na prática, considerando os números absolutos. Tornando evidente que não houve qualquer redução significativa na produção petrolífera, mas sim, um crescimento em simbiose menos expressivo frente às demais matrizes energéticas. De modo que o descomissionamento no Brasil não ocupa qualquer lugar de destaque na prática. A partir do exposto, considera-se que os objetivos propostos foram alcançados, tornando evidente a existência de lacunas a serem preenchidas pelo poder público em território nacional. Em especial, voltadas a limitação da utilização de recursos e de matrizes energéticas não renováveis por parte da indústria e dos transportes. Outrossim, essa limitação deve se ater a finitude dos recursos, de modo que em projeções futuras tanto os gastos quanto as demandas energéticas possam ser supridas de modo previsível e regular. Reiterando a impossibilidade de uma evolução tecnológica e energética a qual se mantenha em constante crescimento de modo irresponsável e irreversível.

Por fim, é imprescindível demonstrar que o acesso à energia elétrica e o equilíbrio energético compõem não somente um Direito Fundamental a ser garantido, como também os ODS previstos pela Organização das Nações Unidas. De modo que é atingido por conceitos como o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, dignidade da pessoa humana e moradia, bem como pelos objetivos 7 (energia

limpa e acessível), 12 (consumo e produção responsáveis) e 13 (ação contra a mudança global do clima). Assim, é pretendido que o desenvolvimento sustentável seja permeado por esses conceitos para que o descomissionamento possa ocorrer de modo efetivo no Brasil, visando a erradicação da utilização de recursos poluidores com a urgência necessária. Outrossim, a diversificação da matriz energética é uma medida imprescindível para a manutenção do país, considerando os recentes casos de seca não somente de forma regional, mas generalizada. Dessa forma, impõe-se o investimento em novas tecnologias limpas cada vez mais eficientes no que tange a conversão e o armazenamento de energia elétrica, bem como medidas de incentivo à população e às empresas na conversão da utilização de transportes alimentados por combustíveis fósseis. Assim, é preciso incentivar as indústrias a produzirem de forma limpa, seja através de benefícios tributários, seja por medidas coercitivas a serem pensadas e desenvolvidas pelos órgãos competentes. Com o intuito não somente de tutelar e garantir os preceitos constitucionais, mas também de resguardar o planeta de um aquecimento excessivo.

Referências

ALTOÉ, Leandra et al. Políticas públicas de incentivo à eficiência energética. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 285-297, jan./abr. 2017. DOI:<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890022>. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ea/a/vPxbFKL9Jvwg559c6cgCZWp/?lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Acordo de Paris. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf. Acesso: 27 jul. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 5 ago. 2025.

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. Balanço Energético Nacional 2025: Ano Base 2024. Rio de Janeiro: EPE, 2025a. Disponível em:https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-885/topico-771/Relat%C3%B3rio%20Final_BEN%202025.pdf. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10295.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Lei Nº 15.103, de 22 de janeiro de 2025. Institui o Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten); e altera as Leis nºs 13.988, de 14 de abril de 2020, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.991, de 24 de julho de 2000, e 9.478, de 6 de agosto de 1997. Brasília, DF: Presidência da República, 2025b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15103.htm. Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19991.htm. Acesso em: 5 ago. 2025.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. BEN Relatório Síntese 2025. Ano Base 2024. Brasília, DF: Empresa de Pesquisa Energética ; MME, 2025c. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-885/topico-767/BEN_S%C3%ADntese_2025_PT.pdf. Acesso em: 9 ago 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. “Nova NDC do Brasil representa paradigma para o desenvolvimento do país”, diz Marina na COP29. MMAMC, Brasília, 14 nov 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasil-entrega-a-onu-nova-ndc-alinhada-ao-acordo-de-paris/ndc-versao-em-portugues.pdf/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada para Consecução do Objetivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudança do Clima. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80108/BRASIL%20iNDC%20portugues%20FINAL.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CARVALHAL, Laís Favila; CARVALHAL, Grace Favila de Figueiredo. Sustentabilidade e o Ciclo de Logística Reversa no Mercado da Energia Elétrica. In: SUSTENTARE, 4.; WIPIS, 8., 2022, Piracicaba, SP. Anais [...]. Piracicaba: PUC Campinas ; WIPIS, 2022. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/sustentare_wipis_2022/553641/. Acesso em: 31 ago. 2025.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Consumo Eficiente de Energia Elétrica: uma agenda para o Brasil. Rio de Janeiro: CEBDS, 2016. Disponível em: https://cebds.org/wp-content/uploads/2023/06/CEBDS_Consumo-eficiente-de-energia_2016.pdf. . Acesso em: 13 ago. 2025.

DOROCHE, Marcos Roberto; ANSCHAU, Cleusa Teresinha. Oferta de Energia Elétrica no Brasil. Revista Científica Tecnológica, v. 2, n. 1, p. 402-415, 2015. Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/45>. Acesso em: 14. Jan. 2019.

FERNANDES, Márlio Lourenço. Da vulnerabilidade à dominação: modernização, mudança climática, migração, precarização do trabalho e desagregação familiar da população rural do Vale do Jequitinhonha, Brasil. *Travessia: Revista do Migrante*, [S. l.], v. 36, n. 98, p. 77–108, set./dez. 2023. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1184>. Acesso em: 13 ago. 2025.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL. O que é descomissionamento? INP, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://www.inb.gov.br/Contato/Perguntas-Frequentes/Pergunta/Conteudo/o-que-e-descomissionamento?Origem=1759>. Acesso em: 13 ago. 2025.

REDAÇÃO TRIBUNA DO NORTE. Emparn diz que 84% dos municípios do RN sofrem com algum grau de seca. *Tribuna do Norte*, Natal, 18 jul. 2025. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/natal/emparn-diz-que-84-dos-municipios-do-rns-sofrem-com-um-grau-de-seca/>. Acesso em 6. ago. 2025.

RN TERÁ bandeira vermelha nas contas de energia em junho. *G1 RN*, 2 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2025/06/02/rn-tera-bandeira-vermelha-nas-contas-de-energia-em-junho.ghtml>. Acesso em 6. ago. 2025.

SILVA, Emylle Cristine Alves e; VARELLA, Fabiana Karla de Oliveira Martins. Logística reversa no setor fotovoltaico. 2022. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Elétrica) – UFERSA, Mossoró, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/a410e03d-bcf0-4049-b95c-282e7db86d4f/content>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, Renato Saraiva Lima da; MAINIER, Fernando B. O descomissionamento aplicado às instalações offshore de produção de petróleo sob a visão crítica ambiental. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 6., 2009, Resende. Anais [...]. Resende, RJ: AEDB, 2009. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/265_Descomissioamento%202009%20final.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.

VIVAS AGÜERO, Pedro Hubertus. Oferta e demanda de energia no Brasil. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n. 195, mar. 2014. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/energia-brasil.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ZANOTELLI, Claudio; SILVA, Ana Paula Félix de Carvalho. A Falácia da Transição Energética: o caso do Brasil e da Petrobras. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 46, e87783, p. 1-35, 2024. DOI: 10.12957/geouerj.2024.87783. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2024.87783>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/87783>. Acesso em: 13 ago. 2025.

Anexos



Figura 1 - Produção e consumo de energia em TEP (2003 a 2012) / Fonte: Vivas Agüero (2014, p. 3)



Figura 2 – Comparação PIB e da demanda em TEP (2003 a 2012) / Fonte: Vivas Agüero (2014, p. 4).



Figura 3 – Oferta de energia em TEP (2023 e 2024) / Fonte: Brasil (2025c, p.72).



Legenda da figura 3 / Fonte: Brasil (2025c, p.72).



Figura 4 – Geração Total de Energia em GWh / Fonte: Brasil (2025c, p. 41).



Figura 5 – Fontes e potência energética (kW) - Fonte: Doroche e Anschau (2015, p. 404).



Figura 6 – Balanço Energético de Petróleo e Gás Natural em TEP (2024) / Fonte: Balanço Energético Nacional Consolidado (Brasil, 2025a, p. 274).



Figura 7 – Balanço Energético de Petróleo e Gás Natural em TEP (2015) / Fonte:
Balanço Energético Nacional Consolidado (Brasil, 2025a, p. 256).



Figura 8 – Comparativo da Oferta Interna de Energia / Fonte: Brasil (2025c, p. 20).

CÓDIGO: HS1685

AUTOR: ANA BEATRIZ AMORIM DE OLIVEIRA

ORIENTADOR: THIAGO FERREIRA DIAS

TÍTULO: Panorama do Governo Aberto nos Governo Subnacionais brasileiros:
análise a partir dos Planos de Ação de Governo Aberto

Resumo

No final do século XX no Brasil e no mundo, novas práticas institucionais começam a ser implementadas com o intuito inicial de trazer eficiência e economicidade às ações públicas. Neste contexto, o tema Governo Aberto emerge e congrega várias ideias coordenadas em discursos, consolidando-se teórica e empiricamente com um objetivo em comum que é a preocupação acerca da legitimidade democrática via interação associada à busca pela melhoria no desempenho da Administração Pública. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo de implementação institucional de práticas de Governo Aberto na Administração Pública brasileira. A metodologia consiste em um modelo multidimensional de análise de aplicação das práticas de Governo Aberto. Foi realizada uma análise documental categorial dos Planos de Ação de Governo Aberto, numa perspectiva de compreensão, descrição e análise para atribuir um significado. Os resultados mostraram evolução com o passar dos anos, no entanto, eles ainda carecem de uma boa distribuição de variantes, no tocante à participação e colaboração. Assim, os elementos abordaram melhorias como a criação de novas ferramentas para o entendimento dos dados de governo, mas que pouco abordaram temáticas como: saúde, melhorias em recursos hídricos e educação, principalmente em seus anos iniciais de criação, além das temáticas de meio ambiente que surgiram somente com a implementação do acordo internacional, com a Agenda 2030

Palavras-chave: Governo Aberto. Transparência. Participação. Colaboração

TITLE: OPEN GOVERNMENT OVERVIEW: ANALYSIS OF OPEN
GOVERNMENT ACTION PLANS

Abstract

At the end of the 20th century in Brazil and around the world, new institutional practices began to be implemented with the initial aim of bringing efficiency and economy to public actions. In this context, the theme of Open Government emerged and brought together various ideas coordinated in discourses, consolidating itself theoretically and empirically with a common goal: concern for democratic legitimacy through interaction associated with the search for improved performance in public administration. In this sense, the present research aims to understand the process of institutional implementation of Open Government practices in Brazilian public administration. The methodology consists of a multidimensional model for analyzing the application of Open Government practices. A categorical documentary analysis of the Open Government Action Plans was carried out, with a view to understanding, describing, and analyzing them in order to assign meaning. The results showed evolution over the years; however, they still lack a good distribution of variants in terms of participation and collaboration. Thus, the elements addressed improvements such as the creation of new tools for understanding government data, but they did little to address issues such as health, improvements in water resources, and education, especially in their early years of creation, in addition to environmental issues that only arose with the implementation of the international agreement, which the 2030 Agenda.

Keywords: Open Government. Transparency. Participation. Collaboration.

Introdução

A partir do final da década de 1970 no mundo e no Brasil, fortemente, a partir da década de 1990, novas práticas institucionais começam a ser implementadas com intuito inicial de trazer eficiência e economicidade as ações públicas, que convencionou no Brasil como Gerencialismo (Bresser-Pereira, 1996), e num segundo momento abrindo o olhar para ampliar com o fortalecimento da relação interacional entre Estado e Sociedade para alavancar o desempenho da “máquina pública”, e consequente melhoria entrega de serviços público (Osborne, 2006), movimento denominado de Nova Governança Pública.

Dentre as ações de interação incluem uma diversidade, desde mecanismos de transparência e controle social (uns mais autônomos e dinâmicos) até espaços e construções de políticas públicas coprodução (Ostrom, 1996, Pestoff, 2006) institucionalizados, estes incluindo conselhos de políticas públicas, conferências, audiências públicas, ouvidorias e leis.

De modo que, o tema Governo Aberto emerge neste contexto e congrega várias ideias coordenadas em discursos e consolidadas teórica e empiricamente com um objetivo em comum que é a preocupação acerca da legitimidade democrática via interação associada à busca pela melhoria no desempenho da Administração Pública. Ressalvando que só se obtém êxito no desenvolvimento do modelo aberto como forma de gestão a partir do momento que o gestor público encara a participação cidadão como positivo à Administração Pública, e tal fato implica em cessão, distribuição, delegação e compartilhamento de poder com os cidadãos (Calderón e Lorenzó, 2010).

Assim, o Governo Aberto trata-se de propor nova cultura da Administração Pública na

qual preza a transparência e acesso à informação como direitos

humanos, possibilidade de reutilização da informação do setor público (dados abertos), contribuir para o fortalecimento da participação cidadão e favorecimento a geração de espaços colaborativos para cocriação e coprodução de valor público Ramírez-Alujas (2012).

O avanço e implementação de novas tecnologias interativas da Administração Pública 4.0 pode permitir aos cidadãos o acesso a uma maior quantidade de informação e às ferramentas para a sua gestão e manipulação, favorecendo a participação cidadã nos assuntos públicos. Bem como, aperfeiçoamento no processo decisório de governos caminhando para consolidação de uma gestão pública baseada em evidências.

Neste contexto, este projeto visa compreender o processo de implementação institucional de práticas de Governo Aberto na Administração Pública Subnacional. Para tanto será desdobrada numa agenda de pesquisa delineamento e apresentação de um modelo multidimensional de análise de aplicação das práticas de Governo Aberto e partir daí a realizar análise dos Planos de Ação de Governo Aberto executados.

Ressalta-se que o movimento em prol do Governo Aberto obteve impulso por meio da reunião de oito países (Estados Unidos, Brasil, México, África do Sul,

Filipinas, Indonésia, Noruega e Reino Unido), os quais instituíram um pacto para propagar práticas de abertura no governo, denominado Open Government Partnership (OGP) ainda no início do século XXI.

Segundo Mendieta (2012), a AGA baseia-se em quatro princípios, a saber: melhorar a disponibilidade das informações a respeito das atividades do governo

para todos os cidadãos; apoiar a participação cívica; implementar os mais altos padrões de integridade profissional nas administrações e o favorecimento do

acesso a novas tecnologias que facilitem a abertura e a prestação de contas.

Ressalta-se que no âmbito do Governo Federal com a adesão a OGP, foi criado o Comitê Interministerial para Governo Aberto (CIGA) através do Decreto nº 10.160/2019 que é o responsável, dentre outras iniciativas para desenvolvimento da estratégia de governo aberto, por orientar a implementação e elaboração dos Planos de Ação do Brasil. Porém, devemos ponderar que a OGP ao longo do tempo abriu a possibilidade de adesão aos compromissos a Governo Subnacionais

Metodologia

A partir do modelo multidimensional de análise de aplicação das práticas de Governo Aberto, contendo nele as dimensões de transparência, a participação e a colaboração como os três pilares que sustentam o modelo de Governo Aberto, foi realizada uma análise documental categorial dos Planos de Ação de Governo Aberto executados pelos

governos subnacionais dos brasileiros – Santa Catarina, São Paulo, Osasco, Contagem e Goiás –, numa perspectiva de compreensão, e, descrição e análise para atribuir um significado à complexidade do tema, com colaborações significativas ao debate teórico pretendido (Dellagnelo e Silva, 2006) com o objetivo verificar o quanto as práticas institucionais estão alinhadas com as dimensões do Governo Aberto, apontando aspectos positivos, fragilidade e potencialidades na abordagem sobre o tema.

Para o emprego de coleta de dados a partir de pesquisa netnográfica via sítios eletrônicos de cada ente subnacional no site da OGP e nos respectivos site oficiais de cada ente subnacional brasileiros. Para Kozinets (2014) a netnografia adapta os procedimentos etnográficos comuns de observação participante às contingências peculiares da interação social mediada por computador via estudo a partir da internet.

De posse das informações coletadas foram realizados dois tipos de tratamento dos dados. Os dados quantitativos foram tabulados e tratados com base no método de Análise Exploratória de Dados (AED), que utiliza a estatística descritiva, apresentando a frequência absoluta e relativa. Segundo Triola (2005) e Field (2009) a AED é o processo de uso das ferramentas estatísticas (tais como gráficos, medidas de centro e de variação) para investigar um conjunto de dados, para compreender suas características importantes, assim nesta análise quantitativa da presença das dimensões transparência, a participação e a colaboração nos Planos de Ação de Governo Aberto investigados, quais sejam:

Posteriormente, estes dados foram trabalhados de forma comparativa entres os Planos e como se comportam as dimensões que compõem a concepção de Governo Aberto para este trabalho, de modo a propiciar diagnóstico de potencialidade, fragilidades e desafios na consolidação do Governo Aberto nos documentos institucionais que revelam as posições de compromisso ações para o tema.

Resultados e Discussões

Após a realização de uma análise detalhada das dimensões de transparência, participação e colaboração presentes nos Planos de Ação de Governo Aberto investigados, observou-se uma predominância significativa na dimensão da transparência. Esta constatação indica que os compromissos de ações, em termos gerais, concentram-se predominantemente em estratégias voltadas para a promoção da transparência. A análise revelou que dos 39 compromisso mapeados (site da OGP), a maioria dos esforços, estão voltados para a implementação de práticas que visam implementar ou consolidar aspectos da Transparência Pública (47,4%) e Participação (47,4%), e destarte para os poucos compromissos calcados na dimensão Colaboração.

Tabela 1 - Distribuição dos Compromissos nos Planos investigados por Dimensões de Governo Aberto

Transparência

18

47,4%

Participação

18

47,4%

Colaboração

2

5,3%

38

100%

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Os impactos desse resultado são variados. Em primeiro lugar, é possível destacar que a transparência pode favorecer o aumento da confiança da sociedade nas instituições públicas, já que o acesso à informação é um fator essencial para assegurar legitimidade e responsabilização. Também, o número de compromissos sobre participação revelam o condão de influências dos instrumentos institucionais advindos com a Constituição Federal de 1988 que dá luz e relevância a instrumentos de participação como Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Audiências Públicas, mesmo com estudos na literatura acadêmica que tece críticas quanto a efetividade (Lavale, 2011)

No entanto, a ênfase exclusiva ou predominante na Transparência e na Participação negligência a dimensão colaboração, igualmente indispensáveis para a efetiva implementação do Governo Aberto. A falta de articulação equilibrada entre esses elementos pode reduzir a eficácia das iniciativas, pois a colaboração é elemento fundamental para estimular o engajamento e a construção conjunta de políticas públicas.

Portanto, a análise sugere a necessidade de um equilíbrio mais equitativo entre as dimensões na formulação dos compromissos a serem elaborados no horizonte futuro nos Planos de Ação de Governo Aberto dos governos subnacionais estudados. A implementação de medidas que também fortaleçam a participação e a colaboração pode maximizar os benefícios do Governo Aberto e garantir uma abordagem mais holística e eficaz na promoção da governança aberta.

A partir das próximas linhas, serão analisados os planos a partir de cada governo subnacional, quais sejam: São Paulo, Santa Catarina, Contagem, Osasco e Goiás

Iniciando pelo governo subnacional pioneiro, o município de São Paulo, que iniciou suas atividades a partir de 2017, porém com adesão aprovada na OGP no ano de 2016.

Durante este período de adesão a OGP realizou dois Planos de Ação de Governo Aberto (2018-2020 e 2022-2024). Logo, é possível perceber que aparentemente houve um período de hiato nas atividades que pode ser explicado por múltiplos fatores, como mudanças de gestão e de grupo político no poder municipal de São Paulo, bem como o período da pandemia COVID-19.

Na investigação foi possível identificar 14 compromissos com o tema Governo Aberto na OGP, e com a seguinte distribuição por dimensão: 50% Transparência (7 compromissos), 35,7% Participação (5 compromissos) e 14,3% Colaboração (2 compromissos).

No ano de 2020 temos a adesão à OGP do município de Osasco, localizado no Estado de São Paulo e do Estado de Santa Catarina, iniciativa capitaneada pela Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina.

O município de Osasco apresentou, até o momento da pesquisa, um Plano de Ação de Governo aberto com vigência entre os anos de 2021 a 2024. Na investigação foi possível identificar 12 compromissos com o tema Governo Aberto na OGP, e com a seguinte distribuição por dimensão: 33,3% Transparência (4 compromissos), 66,7% Participação (8 compromissos) e nenhum compromisso identificado com a dimensão Colaboração. Distintamente aos outros governos subnacionais investigados, no caso de Osasco verificasse-se ênfase em compromisso que ampliem e consolidem a dimensão da Participação, porém devemos ponderar a ausência de identificação de ações que conduzam à efetivação da Colaboração

O Estado de Santa Catarina apresentou apenas um plano de Ação que teve vigência entre os anos de 2021 a 2023, o que denota a falta de continuidade na interlocução de renovação de compromissos com a OGP, vide o site da OGP quanto a Santa Catarina cujo último documento publicizado trata-se do relatório de aprendizagem e avaliação do primeiro Plano de Ação. Na investigação foi possível identificar 4 amplos compromissos com o tema Governo Aberto na OGP, e com a seguinte distribuição por dimensão: 50% Transparência (2 compromissos), 50% Participação (2 compromissos) e nenhum compromisso identificado com a dimensão Colaboração. Verificou-se um primeiro plano de ação com compromissos amplos e centrados em ações que de fortalecimento da Transparência Pública e Participação, restando ausente a identificação de compromissos com a Colaboração.

Por sua vez, o município de Contagem, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, fez adesão à OGP no ano de 2022, mesmo ano em que apresentou seu primeiro Plano de Ação de Governo Aberto (2022-2024). Este conta com 5 compromissos assumidos que estão distribuídos nas seguintes dimensões: 60% Transparência (3 compromissos), 40% Participação (2 compromissos) e nenhum compromisso identificado com a dimensão Colaboração. Pondera-se que a Transparência novamente emerge como ponto predominante nos compromissos e ações assumidas pelo governo subnacional, o que pode levar a inferir ainda fragilidade de consolidação desta dimensão, mesmo diante de mais de 10 anos de vigência da lei de Acesso à Informação no Brasil (Lei nº 12.527/2011). Destarte que no site deste município no âmbito da OGP consta uma carta da atual prefeita reafirmando o

compromisso com o fomento ao Governo Aberto e indicando novo Plano de Ação a ser elaborado e implementado como parte dos compromissos de adesão à OGP.

O mais recente governo subnacional, constante na amostra desta pesquisa, trata-se do Estado de Goiás que aderiu a OGP em 2024, mesmo ano que iniciou a elaboração e implementação do seu Plano de Ação de Governo Aberto (2024-2026) que está em franco processo de implementação. O documento conta com 3 (três) amplos compromissos distribuídos, 2 (dois) compromissos na dimensão Transparência (66,7%) e 1 (um) compromisso na dimensão Participação (33,3%), e nenhum que possa ser identificado como fomentador da dimensão Colaboração.

De modo geral, a investigação revela que os governos subnacionais estudados ainda apresentam um estágio de maturação de iniciativas de fortalecimento da Transparência e Participação, e com Planos de Ação ainda embrionários ou finalizados em sua primeira rodada recentemente. Ademais, os documentos e sítios eletrônicos investigados apresentam de modo amplo os compromissos e ações que foram ou estão em implementação, porém sem muitos que se identifiquem com a dimensão Colaboração.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo, analisar o entendimento do conceito de Governo Aberto dentro da Administração Pública a partir da análise dos Planos de Ação de Governo Aberto dos membros locais da OGP no Brasil (Santa Catarina, São Paulo, Osasco, Contagem e Goiás), executados a luz do modelo multidimensional de análise de aplicação das práticas de Governo Aberto.

Nesse sentido, foi buscado a análise multidimensional com o fito de investigar fragilidades, potencialidades e desafios para a Consolidação do Governo Aberto em documentos institucionais. Dessa forma, houve então a realização da construção histórica para além da tabulação e análise dos dados quantitativos.

A análise dos Planos de Ação de Governo Aberto nos governos subnacionais revelou uma tendência significativa e merece a devida reflexão. Em uma perspectiva ampla, os resultados indicam um esforço para incorporar e fortalecer as dimensões de Transparência e Participação, que, juntas, constituem a maioria dos compromissos mapeados. Essa concentração sugere que os gestores públicos que coordenam os Planos de Ação têm priorizado mecanismos que permitam o acesso à informação e a abertura de canais para o engajamento cívico. Tais ações, embora fundamentais para a legitimidade democrática, parecem refletir uma abordagem inicial e conservadora do conceito.

No entanto, a investigação aponta para uma lacuna crítica e sistêmica: a ausência de compromisso que se identifiquem com o fortalecimento da dimensão Colaboração como pilar estratégico, de modo a atuar com a tríade dimensional do Governo Aberto. Apenas uma pequena fração dos compromissos está voltada para a criação conjunta de políticas

públicas e a coprodução de valor entre o Estado e a sociedade. Essa discrepância demonstra que, embora a intenção seja "abrir" o governo, a prática ainda não atingiu o estágio de uma governança verdadeiramente compartilhada. A mera oferta de dados ou a realização de audiências públicas, por si só, não são suficientes para transformar o cidadão de espectador passivo em um agente ativo na resolução de problemas complexos.

Em última análise, as evidências sugerem que a implementação do Governo Aberto no contexto subnacional brasileiro está em uma fase de implementação e consolidação dos seus elementos mais básicos. A real maturidade do conceito, contudo, só será alcançada quando a Colaboração for elevada ao mesmo patamar de importância que a Transparência e a Participação. É somente por meio da co-criação que as iniciativas de governo aberto transcendem a simples prestação de contas para se tornarem um motor de inovação e transformação social. Portanto, os futuros Planos de Ação de Governo Aberto devem ir além do convencional e abraçar a colaboração como um imperativo para construir um modelo de governança mais robusto, eficaz e genuinamente democrático.

Referências

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 20 jun. de 2016.

BRASIL. Lei Complementar n. 131, de 27 de Maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de Maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 20 jun. de 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 8 de outubro de 1988. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. (1996). Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. *Revista do Serviço Público*, 47, pp. 1-28.

CALDERÓN, Cesar; LORENZO, Sebastián. *Open Government*. Madri: Editora Algon Editores/MMX. 2010.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990

CGU. Governo Aberto no Brasil (2016). Disponível em: <<http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/governo-aberto-no-brasil>>. Acesso em: 13 jul 2017

CAMPOS, Anna Maria. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 24, pp. 30-50.

Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 17 jul 2017.

DELLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R. C.. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa na administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

KOZINETTS, R.. (2014). *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, São Paulo, n. 31, out. 1991

OSBORNE, Stephen P.. The new public governance. *Public Management Review*, v. 8, n.3, 2006.

OSTROM, Elinor. (1996). Crossing the Great Divide: Coproduction, Synergy, and Development. *World Development*, 24, pp. 1073-1087.

OSZLAK, Oscar. ¿Responsabilización o responsabilidad?: el sujeto y el objeto de um estado responsable. VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28-31 Oct. 2003.

Pacto Internacional de direitos civis e políticos (1966). Disponível em <<http://www.cjf.jus.br/caju/tratados.pdf>>. Acesso em 13 jul de 2017.

PESTOFF, Victor. (2006). Citizens and co-production of welfare services, Public Management Review, 8, pp. 503-519.

PRADO, Alfredo Marcos do. Modelos de administração pública e o rent seeking. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 120, jan 2014. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14220>. Acesso em jul 2017.

PRADO, O; RIBEIRO, M. M.; DINIZ, E. Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro. In: PINHO, J. A. G. (Ed.). . Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: Editora EDUFBA, 2012.

PIERRE, JON; PETERS, B. GUY. Governance, politics and the state. New York: St.Martin's Press, 2000.

PINHO, José Antonio Gomes; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? .Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43(6): 1343-1368 NOV./DEZ.2009.

TRIOLA, M. F.. Introdução à estatística. 9 ed.. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

CÓDIGO: HS1696

AUTOR: NUBIA EMANUELE SILVA

ORIENTADOR: ANDREA VASCONCELOS CARVALHO

TÍTULO: Uso de mídias sociais para o enfrentamento informacional da violência contra a mulher

Resumo

O presente projeto de iniciação científica teve como objetivo produzir e divulgar conteúdos informativos sobre violência contra a mulher, utilizando a plataforma do Instagram como ferramenta pedagógica e de conscientização social. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e de natureza aplicada, reunindo dados estatísticos, informações legais e orientações práticas, posteriormente transformados em postagens acessíveis. Ao longo de um ano, foram criados 54 conteúdos variados, publicados regularmente duas vezes por semana, utilizando hashtags específicas para ampliar o alcance e engajamento. Como resultado, o perfil passou de aproximadamente 150 para mais de 1000 visualizações mensais, demonstrando maior interesse do público e a efetividade da estratégia de comunicação. Além disso, está sendo desenvolvida uma cartilha digital reunindo, de forma organizada, todas as informações divulgadas, garantindo que o material produzido continue disponível para consultas e apoio a mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: violência contra a mulher; curadoria de conteúdos; violência de gênero

TITLE: The Use of Social Media to Address Informational Challenges in Violence Against Women

Abstract

This undergraduate research project aimed to produce and disseminate informative content on violence against women, using Instagram as a pedagogical and social awareness tool. The study adopted a qualitative, exploratory, and applied approach, collecting statistical data, legal information, and practical guidance, which were subsequently transformed into accessible posts. Over the course of one year, 54 diverse posts were created and published twice a week, using specific hashtags to increase reach and engagement. As a result, the profile's monthly views rose from approximately 150 to

over 1,000, demonstrating heightened public interest and the effectiveness of the communication strategy. In addition, a digital booklet is being developed to organize all published content, ensuring that the material remains available for consultation and support for women in situations of violence.

Keywords: violence against women; content curation; gender-based violence.

Introdução

Desde os tempos mais remotos, a mulher foi historicamente condicionada a assumir papéis restritos ao cuidado do lar e das tarefas domésticas, enquanto ao homem era atribuído o papel de provedor. Embora milênios tenham se passado e conquistas significativas tenham sido alcançadas, essa visão ainda persiste, principalmente em sociedades marcadas pelo machismo estrutural. Nesse contexto, muitas mulheres não são reconhecidas como pessoas dignas de respeito, afeto e cuidado, mas reduzidas a objetos ou alvo de violência, seja ela explícita ou velada.

Maria da Penha, em seu livro "Sobrevivi... posso contar" (1994), descreve de maneira contundente essa realidade:

"Conhecia também uma violência praticada de forma quase invisível, que é o preconceito contra as mulheres, desrespeito que abre caminho para atos mais severos e graves contra nós. Apesar de nossas conquistas, mesmo não tendo as melhores oportunidades, ainda costumam dizer que somos inferiores, e isso continua a transparecer em comentários públicos, piadas, letras de músicas, filmes ou peças de publicidade. Dizem que somos más motoristas, que gostamos de ser agredidas, que devemos nos restringir à cozinha, à cama ou às sombras."

A violência contra a mulher assume diferentes formas e não se limita às agressões físicas. A própria Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), em seu Capítulo II, artigo 7º, define cinco tipos de violência doméstica e familiar: violência física, que afeta a integridade corporal; violência psicológica, que causa danos emocionais e diminui a autoestima; violência sexual, que ocorre quando a mulher é forçada a manter relações ou práticas sexuais contra a sua vontade; violência patrimonial, que envolve retenção, subtração ou destruição de bens; e violência moral, caracterizada por condutas que ofendem a honra e a dignidade feminina.

Diante desse cenário, o presente projeto de iniciação científica teve como objetivo produzir e divulgar conteúdos informativos sobre violência contra a mulher, utilizando as redes sociais como ferramenta de conscientização. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e exploratória para reunir dados, estatísticas e análises sobre o tema, transformando-os em postagens acessíveis, capazes de alcançar diferentes públicos e contribuir para a educação social. Como produto complementar, está sendo desenvolvida uma cartilha digital, reunindo todos os conteúdos publicados no *Instagram* de forma organizada, com o intuito de servir como material de apoio e orientação para mulheres em situação de vulnerabilidade e para qualquer pessoa interessada em compreender

melhor o problema da violência de gênero. Ao longo de um ano, o projeto resultou na criação de materiais que não apenas disseminam informações, mas também servem de alerta e apoio a mulheres que, muitas vezes, não reconhecem que vivem situações de abuso.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e natureza aplicada, escolhida por possibilitar uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado — a violência contra a mulher. A pesquisa desenvolveu-se por meio de um levantamento social *on-line*, que consistiu na coleta e análise criteriosa de dados disponíveis em diferentes fontes, incluindo relatórios governamentais, bases estatísticas, publicações acadêmicas e reportagens jornalísticas recentes. Essas informações foram mapeadas, selecionadas e examinadas qualitativamente, descartando conteúdos desatualizados ou sem evidências confiáveis, com o objetivo de produzir um material consistente, atualizado e de relevância nacional. A análise buscou identificar padrões, convergências e lacunas nos dados existentes, possibilitando a elaboração de um conteúdo claro e organizado.

Resultados e Discussões

Durante o período de um ano de vigência da bolsa de iniciação científica, o projeto voltado à curadoria de conteúdo sobre violência contra a mulher nas redes sociais apresentou resultados expressivos, tanto no alcance quanto na relevância do material produzido. No início do projeto, o perfil no *Instagram* tinha publicações menos frequentes e com enfoque limitado, priorizando indicações de plataformas e dicas de conteúdos. Com a nova proposta metodológica, foram incluídos dados estatísticos e informações oficiais, o que contribuiu para ampliar o alcance e a relevância do conteúdo.

Com a reformulação metodológica implementada no presente projeto, o perfil passou por uma transformação significativa. Foram produzidos 54 posts ao longo de 12 meses, abrangendo diferentes categorias de conteúdo: dados estatísticos atualizados sobre violência de gênero no Brasil, explicações sobre leis e políticas públicas, indicações culturais (livros, filmes, séries e podcasts), além de mensagens de alerta e conscientização voltadas a mulheres que vivenciam relacionamentos abusivos.

Como parte do projeto, foi planejada uma ação de divulgação científica nas redes sociais, estruturada para tornar as informações mais acessíveis ao público em geral. Para isso, as publicações seguiram uma periodicidade fixa: às segundas-feiras eram veiculados conteúdos mais informativos, com dados e análises sobre violência contra a mulher, enquanto às sextas-feiras as postagens traziam recomendações culturais, como livros, filmes, séries e podcasts relacionados ao tema, com uma linguagem mais leve e dinâmica.

Para ampliar o alcance das postagens e facilitar sua identificação pelos usuários, foram utilizadas *hashtags* fixas — como #violenciacontraamulher, #naosecale, #empoderamentofeminino, #nãoénão, #direitodasmulheres, #pelavidadasmulheres, #violenciadegenero, #curadoriadeconteudo e #iniciacaocientifica — podendo ser incluídas outras de acordo com o tipo de conteúdo. Essa estratégia aliou a produção acadêmica à comunicação digital, aproximando o projeto de diferentes públicos e reforçando seu potencial educativo e social.

Essa diversificação de conteúdo teve impacto imediato no engajamento do público. O número de visualizações mensais no perfil cresceu de aproximadamente 150 para mais de 1000. As interações (curtidas, comentários, compartilhamentos e salvamentos) também apresentaram crescimento expressivo, indicando que os seguidores não apenas visualizavam os posts, mas também os consideravam relevantes a ponto de interagir com eles. Além dos indicadores quantitativos, os resultados qualitativos revelam que o perfil se consolidou como um espaço de informação, acolhimento e conscientização. Do ponto de vista acadêmico, esses resultados evidenciam como a comunicação científica em ambientes digitais pode ultrapassar os limites da divulgação tradicional. A transformação do perfil, aliando periodicidade fixa, linguagem acessível e dados confiáveis, permitiu que o projeto não apenas divulgasse informações, mas também exercesse uma função social relevante. A análise comparativa entre a fase inicial do perfil e o período em que passou a ser gerido por este projeto mostra que a presença de dados estruturados, conteúdos diversificados e planejamento de comunicação resulta em maior alcance e engajamento do público.

Além dos resultados obtidos na rede social, o projeto também resultou na elaboração de uma cartilha digital reunindo, de forma clara e didática, todas as informações trabalhadas ao longo do ano. Essa cartilha tem como objetivo servir como guia permanente, possibilitando que o conteúdo produzido não se perca na dinâmica do Instagram e continue disponível para consultas, estudos e apoio direto a mulheres que necessitem reconhecer sinais de violência ou buscar orientações.

Em termos de impacto social, o projeto cumpriu duplo papel: divulgou conhecimento acadêmico e promoveu conscientização direta, alcançando mulheres que muitas vezes não teriam acesso a essas informações por outros meios. Ao fornecer dados claros, orientações e exemplos, o perfil não apenas informa, mas também ajuda seguidoras a reconhecer situações de abuso, fortalecendo sua percepção sobre direitos e possibilidades de denúncia.

Conclusão

O presente projeto de iniciação científica alcançou resultados significativos ao promover conscientização sobre a violência contra a mulher por meio da produção e divulgação de conteúdos informativos na plataforma do *Instagram* e na elaboração de uma cartilha digital. A ampliação do alcance do perfil — que passou de cerca de 150 para mais de 1000 visualizações mensais — demonstra que a utilização das redes sociais como ferramenta pedagógica pode contribuir de maneira eficaz para difundir dados, leis e

orientações sobre o tema, impactando públicos diversos e oferecendo suporte às mulheres em situação de vulnerabilidade.

A criação de 54 postagens ao longo de um ano, com base em estatísticas confiáveis e informações de qualidade, não apenas reforçou a importância do debate público sobre a violência de gênero, como também evidenciou o papel essencial da comunicação científica na transformação social. A futura publicação da cartilha reunindo todos esses conteúdos garantirá que o material continue disponível de forma organizada e acessível, ampliando o alcance do projeto para além das plataformas digitais.

Conclui-se, portanto, que iniciativas desse tipo são fundamentais para fortalecer a educação em direitos humanos e a promoção da igualdade de gênero, além de estimular novas pesquisas e ações voltadas para a prevenção da violência contra a mulher.

Referências

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 31 ago. 2025.

PENHA, Maria da. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

PEREIRA, J. V. T.; CARVALHO, A. V. A curadoria de conteúdo e as possibilidades de atuação do bibliotecário como curador. *Revista ACB*, v. 28, n. 1, p. 1–17, 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1912>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TSUNODA, D. F.; GUIMARÃES, A. J. R.; CARVALHO, A. V. Análise crítica da curadoria de dados na prevenção da violência contra a mulher. *Anais do Workshop de Informação, Dados e Tecnologia - WIDaT*, [S. l.], v. 6, 2023. DOI: 10.22477/vi.widat.02. Disponível em: <https://labcotec.ibict.br/widat/index.php/widat2023/article/view/2>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CÓDIGO: HS1716

AUTOR: GRAZIELLY NUNES FERNANDES FELIX

ORIENTADOR: RENATO HENRIQUE GURGEL MOTA

TÍTULO: A atenção do investidor e o mercado de ações brasileiro

Resumo

A relação entre o volume de informações e os preços das ações é central na literatura de finanças e comportamento dos investidores. A Hipótese do Mercado Eficiente (Fama, 1970) sustenta que os preços refletem imediatamente todas as informações públicas, mas estudos apontam limitações ao destacar a atenção como recurso escasso (Kahneman, 1973) e determinante nas decisões. Pesquisas empíricas mostram que tanto o aumento no volume de notícias quanto a intensificação das buscas online podem gerar reações temporárias nos preços, mesmo sem fundamentos econômicos (Da, Engelberg & Gao, 2011; Tetlock, 2007).

Este estudo investiga como o volume de notícias e o Google Search Volume Index (SVI) impactam os retornos das ações de companhias brasileiras listadas na B3. A abordagem é quantitativa, com dados em um período de 5 anos, abrangendo períodos de volatilidade e estabilidade. As variáveis independentes incluem o SVI, como medida de atenção online, e o volume de notícias obtido na Refinitiv. A variável dependente é o retorno diário das ações.

A pesquisa contribui ao aplicar medidas de atenção e volume informacional ao contexto brasileiro, marcado pelo crescimento da participação de investidores pessoa física e pela forte influência das mídias digitais. Os resultados esperados indicam reações intensas e assimétricas a choques informacionais, reforçando o papel da atenção como variável crítica e desafiando a noção de eficiência plena dos mercados financeiros.

Palavras-chave: Mercado de capitais; Volume de notícias; Atenção do investidor; Google

TITLE: Investor Attention in the Brazilian Stock Market

Abstract

The relationship between information volume and stock prices is central in the finance and investor behavior literature. The Efficient Market Hypothesis (Fama, 1970) asserts that prices immediately reflect all public information; however, studies highlight its

limitations by pointing to attention as a scarce resource (Kahneman, 1973) and a key determinant of decision-making. Empirical evidence shows that both an increase in news volume and intensified online searches can trigger temporary price reactions, even without economic fundamentals (Da, Engelberg & Gao, 2011; Tetlock, 2007). This study investigates how news volume and the Google Search Volume Index (SVI) influence the stock returns of Brazilian companies listed on B3. The research follows a quantitative approach, using five years of data that cover both volatile and stable periods. Independent variables include the SVI, as a measure of online attention, and the volume of news obtained from Refinitiv, while the dependent variable is daily stock return. The study contributes by applying attention and informational volume measures to the Brazilian context, characterized by the growing participation of retail investors and the strong influence of digital media. The expected results indicate intense and asymmetric reactions to informational shocks, reinforcing the role of investor attention as a critical variable and challenging the notion of full market efficiency.

Keywords: Capital Markets; News Volume; Investor Attention; Google Search

Introdução

A velocidade da disseminação de informações na era digital alterou profundamente a dinâmica dos mercados financeiros. Em poucos segundos, notícias locais tornam-se globais, rumores se alastram por redes sociais e decisões de investimento são tomadas com base em uma multiplicidade de fontes digitais. Nesse ambiente, o comportamento do investidor tornou-se mais volátil e sensível à quantidade e à forma como as informações são apresentadas (Kahneman, 1973; Chen & Craig, 2023; Zhang & Wang, 2015). Mais do que nunca, compreender como os indivíduos reagem às informações disponíveis se tornou um desafio central para pesquisadores e analistas de mercado (Da, Engelberg & Gao, 2011; Souza, 2024).

Essa nova realidade tem impactos profundos sobre a precificação dos ativos. A literatura contemporânea mostra que o aumento no volume de informações, mesmo quando não há novidade significativa, pode gerar reações imediatas no mercado. Isso porque o excesso de dados tende a reforçar ciclos de comportamento coletivo, criando uma falsa sensação de urgência, de oportunidade ou de risco (Shiller, 2005). Além disso, o aumento do número de investidores pessoa física, muitos dos quais com pouca familiaridade com uma análise mais crítica, contribui para uma maior sensibilidade ao que está em evidência digital, como mostrado em estudos recentes (Chen & Craig, 2023; Zhang & Wang, 2015).

O volume de informações, tanto em termos de notícias divulgadas quanto de buscas realizadas online, tem se mostrado uma variável influente na variação dos preços das ações (Da, Engelberg & Gao, 2011; Zhang & Wang, 2015; Souza, 2024). O acesso facilitado à internet, a ascensão das redes sociais e a digitalização dos canais financeiros criaram um ambiente onde o excesso de dados convive com a limitação da atenção humana (Kahneman, 1973; Hirshleifer & Teoh, 2003). Neste contexto, compreender de que forma o fluxo de informações impacta a precificação dos ativos é essencial para avaliar o mercado (Tetlock, 2007; Chen & Craig, 2023).

O conceito de atenção, historicamente tratado por áreas como a psicologia cognitiva e a neurociência (Kahneman, 1973), ganhou um novo status nas ciências econômicas, especialmente com os avanços da economia comportamental. A atenção é um recurso escasso (Kahneman, 1973). Diante do excesso de estímulos informacionais, os indivíduos precisam selecionar onde focar, e essa escolha influencia diretamente as decisões de compra, venda ou manutenção de ativos financeiros (Hirshleifer & Teoh, 2003; Dreman & Lamkin, 2001). No contexto do mercado de ações, a atenção do investidor passou a ser vista como um fator que contribui para as flutuações de preço no curto prazo, independentemente dos fundamentos econômicos (Da, Engelberg & Gao, 2011; Zhang & Wang, 2015; Choi & Choi, 2019).

Nesse cenário, é urgente compreender se e como o volume de informações e a atenção digital impactam os preços das ações, visto que tais movimentos podem desafiar a tese da Hipótese do Mercado Eficiente (Fama, 1970). As flutuações de preço podem ser resultado de reações informadas ou de movimentos guiados por padrões informacionais e decisões coletivas com fundamentos frágeis (Hirshleifer & Teoh, 2003; Tetlock, 2007). A compreensão dessa questão pode oferecer contribuições valiosas para a literatura em finanças comportamentais e para o entendimento dos efeitos de mudanças informacionais nos preços de ações, além de orientar a atuação de reguladores, analistas e investidores (Mbanga, Darrat & Park, 2019).

O presente estudo busca investigar a seguinte questão de pesquisa: como o volume de informações divulgadas e de busca no google impacta na variação dos preços das ações das companhias abertas brasileiras? Para isso, serão analisados os efeitos do SVI e do volume de notícias reportado na REFINITIV sobre os retornos de ações listadas na B3.

Metodologia

Esta seção detalha a abordagem metodológica, os procedimentos de coleta e tratamento de dados, a definição das variáveis de pesquisa e a especificação do modelo econométrico utilizado para analisar a relação entre o Índice de Volume de Busca (SVI), o volume de notícias e os retornos das ações na B3.

Coleta e Tratamento de Dados

Para conseguir os dados financeiros e de mercado das empresas, com base no estudo seminal de Da, Engelberg e Gao (2011), este trabalho adota uma metodologia empírica para investigar a conexão entre a atenção dos investidores e o uso de dados do Google Trends, sendo adicionado o uso de dados da plataforma Refinitiv. Usando essa base de dados, foram obtidas informações como o preço das ações e o volume de negociação. Já para medir a popularidade e o interesse do público, a pesquisa utilizou o Google Trends. Essa ferramenta fornece o Índice de Volume de Busca (SVI), uma métrica que quantifica o interesse do público em relação a um termo de pesquisa ao longo do tempo. Os dados de SVI são anônimos e organizados em uma escala de 0 a 100, onde o valor 100 representa o ponto de maior popularidade de um termo de pesquisa em um determinado período, e os demais valores são calculados de forma relativa a este pico. É

importante ressaltar que um declínio na linha de tendência do SVI não significa necessariamente uma queda no volume total de buscas, mas sim que a popularidade relativa do termo está diminuindo.

A interpretação do SVI como uma proxy para o interesse do público se baseia na premissa de que um aumento nas buscas por um código de ação ou nome de empresa reflete um interesse crescente dos investidores, o que pode antecipar movimentos nos preços das ações. A coleta de dados pela base do SVI do Google Trends foi feita de forma manual, coletando empresa por empresa em um período de 5 anos a contar da data da coleta inicial. Da mesma forma, a coleta de dados da base da Refinitiv foi feita também de forma manual, onde foi coletado os dados em um período de 5 anos a contar da data da coleta inicial, empresa por empresa. Os dados semanais têm data inicial de 22 de março de 2020 e final em 23 março de 2025.

O conjunto inicial de dados consistiu em 63.903 observações. Após processo de limpeza e tratamento, que incluiu a remoção de dados ausentes e a exclusão de ações com baixa liquidez ou com séries incompletas, a base de dados final foi de 36.937 observações.

Definição das Variáveis

As variáveis da pesquisa foram definidas de acordo com Zhi da e GAO (2011) adaptado às variáveis que estivessem disponíveis na Refinitiv. Sendo assim, foram utilizadas as seguintes variáveis de pesquisa:

Retorno Semanal (ret_1week): Variável de interesse da pesquisa, calculada como o log-retorno semanal das ações.

Tendências (trends): Variável endógena que representa o SVI do Google Trends para cada ação, indicando o interesse de busca online.

Notícias (news): Variável endógena que corresponde ao volume de notícias reportadas sobre uma empresa na plataforma Refinitiv.

Volume de Negociação (turnover): Variável de controle que mede o volume financeiro transacionado por uma ação.

Capitalização de Mercado (market_cap): Variável de controle que representa o valor de mercado de uma empresa.

As variáveis news turnover e market_cap foram transformadas para a sua forma logarítmica para mitigar o impacto de sua alta variabilidade e de valores extremos, que poderiam afetar a estabilidade da estimação. Além disso, as variáveis turnover e market_cap são variáveis de controle, consideradas exógenas na análise. Elas atuam como controles para outros fatores que poderiam confundir a análise. A combinação dessas variáveis nos permite fazer uma investigação robusta e abrangente do tema.

Modelo Econométrico e Análise

Para analisar a dinâmica e a correlação entre as variáveis de interesse, a presente pesquisa empregou um modelo de Vetor Autorregressivo em Pannel (PVAR). Este modelo é particularmente adequado para dados de painel, pois permite capturar as relações bidirecionais entre variáveis em um contexto dinâmico, controlando simultaneamente a heterogeneidade individual entre as unidades do painel.

O modelo pode ser especificado da seguinte forma:

$$Y_{i,t} = A_0 + A_1 Y_{i,t-1} + \dots + A_p Y_{i,t-p} + B_0 X_{i,t} + \mu_i + \epsilon_{i,t}$$

Onde:

$Y_{i,t}$ é o vetor de variáveis endógenas no painel i no tempo t . No nosso caso, o vetor inclui [ret_1week] e [trends].

A_1 a A_p são as matrizes de coeficientes a serem estimados, que representam o efeito das variáveis endógenas defasadas em até p períodos.

$X_{i,t}$ é o vetor de variáveis exógenas (de controle), que inclui [turnover, market_cap e news].

μ_i representa os efeitos fixos para cada painel, e $\epsilon_{i,t}$ é o termo de erro.

Para a estimação, optou-se por uma defasagem de 4 períodos (lags=4), escolhida com base em critérios de informação.

Para estimar o modelo PVAR, foi utilizado o Método Generalizado de Momentos (GMM), um estimador robusto que foi escolhido por sua capacidade de lidar com a endogeneidade das variáveis dependentes defasadas, além de corrigir a heterocedasticidade e a autocorrelação. A análise foi executada no software Stata 15, utilizando um comando de usuário específico para a estimação, o pvar.

Resultados e Discussões

A amostra final para a análise consistiu em 36.937 observações, abrangendo 239 empresas. A Tabela 1, a seguir, resume as estatísticas descritivas para as variáveis de pesquisa.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas da amostra, que consistiu em 36.973 observações. A variável ret_1week (retorno semanal) teve um retorno médio próximo de zero, com um desvio padrão de 0,0721. Isso indica que a amplitude dos retornos variou de -0,9333 a 2,5532, indicando a alta volatilidade do mercado. As variáveis de popularidade de busca medida pela variável trends e as variáveis de controle turnover e market_cap e news apresentaram médias e desvios padrão que se encaixam nas faixas esperadas, sem evidência de outliers extremos.

A análise de correlação mostrou que as variáveis não apresentam alta correlação entre si, o que é um bom sinal para a análise de regressão, evitando problemas de multicolinearidade. As correlações entre as variáveis de interesse são baixas: a correlação entre `ret_1week` e `trends` é de apenas 0,0455, enquanto entre `ret_1week` e `news` é de 0,0178. Isso sugere que, embora as variáveis possam estar relacionadas, a relação não é simples ou linear. A correlação de 0,51 entre `turnover` e `news` e de 0,5563 entre `market_cap` e `news` indica que empresas maiores e com maior volume de negociação tendem a gerar mais notícias, o que faz sentido.

A análise empregou o modelo PVAR para investigar a relação de causa e efeito entre os retornos das ações, o interesse de busca online (`trends`) e o volume de notícias (`news`). Foram realizadas duas estimações principais: uma para `trends` e outra para `news`.

Impacto do SVI (`trends`) nos Retornos (`ret_1week`)

Os resultados da tabela 3 mostram que o SVI (`trends`) tem um impacto significativo nos retornos das ações. Especificamente, o interesse de busca, representado pelo SVI, impacta positivamente os retornos nas defasagens de uma (coeficiente de 0,03307) e duas semanas (coeficiente de 0,02381), com p-valores de 0,000. Isso sugere que o aumento no interesse de busca online precede um aumento nos retornos das ações. No entanto, nas defasagens de três e quatro semanas, o efeito se inverte, com coeficientes negativos e significativos (-0,01686 e -0,01270, respectivamente). Esse resultado indica que o efeito inicial de um aumento no interesse tende a se reverter no curto prazo.

Por outro lado, os retornos das ações também influenciam o interesse de busca. Observa-se que `ret_1week` tem um impacto positivo e altamente significativo no SVI nas defasagens de uma, duas, três e quatro semanas, com coeficientes variando de 0,01210 a 0,01790. Esse achado sugere que retornos positivos nas ações atraem a atenção do público, que então busca mais informações sobre a empresa.

Impacto do Volume de Notícias (`news`) nos Retornos (`ret_1week`)

O volume de notícias (`news`) demonstrado na tabela 5 também mostra um impacto significativo nos retornos, mas com uma dinâmica diferente do SVI. Nas defasagens de duas semanas, o volume de notícias tem um impacto positivo nos retornos (coeficiente de 0,00269 e p-valor de 0,028), e de forma negativa nas defasagens de três e quatro semanas (-0,00238 e -0,00968, respectivamente). Isso sugere que as notícias não têm um impacto imediato nos retornos (L1 não é significativo), mas sim um efeito defasado, que pode ser positivo ou negativo dependendo do tempo.

Similarmente, os retornos também influenciam o volume de notícias. O `ret_1week` impacta positivamente o `news` nas defasagens de uma, duas e três semanas, com coeficientes variando de 0,11796 a 0,08700. Esse resultado indica que movimentos no preço das ações são acompanhados por um aumento na cobertura de notícias.

Conclusão

A presente pesquisa objetivou analisar investigar como o volume de informações divulgadas e de busca no google impacta na variação dos preços das ações das companhias abertas brasileiras. Para tanto foram coletadas informações sobre o google trends e volume de notícias divulgadas pelas firmas 22 de março de 2020 e final em 23 março de 2025. Os dados foram tratados e analisados por meio de uma análise do modelo PVAR, pelo Método Generalizado de Momentos (GMM).

Os resultados encontrados estão alinhados com a literatura de finanças comportamentais e com a teoria da atenção do investidor. A relação de causalidade bidirecional entre trends e ret_1week é uma das descobertas mais importantes, pois mostra um ciclo de feedback: o interesse do investidor (medido pelo SVI) leva a movimentos nos preços, e esses movimentos, por sua vez, geram mais interesse. Isso se conecta com estudos como os de Da, Engelberg e Gao (2011) e Kahneman (1973), que sugerem que a atenção limitada dos investidores pode ser um fator decisivo na formação dos preços. A reversão dos retornos no longo prazo (lags 3 e 4) pode ser explicada por esse comportamento de "manada" (ou herding), que cria um efeito de super-reacção inicial, seguido por uma correção de mercado. A teoria de Shiller (2005) sobre a "exuberância irracional" também se encaixa aqui, onde o volume de informações (mesmo sem novidades) cria uma falsa sensação de urgência que impulsiona o mercado.

Embora o teste de causalidade de Granger, inerente ao modelo PVAR, nos permita afirmar que o aumento das buscas no SVI antecede a subida dos retornos, não é possível, a partir dos dados, determinar a causa "primária" do fenômeno. É crucial notar, no entanto, que a significância estatística da relação entre o SVI e os retornos não estabelece uma causalidade definitiva e direta. Embora o modelo PVAR identifique que o aumento nas buscas trends precede estatisticamente um aumento nos retornos ret_1week , não é possível determinar se o aumento nos retornos é uma causa direta do aumento nas buscas, ou se o aumento nas buscas foi o que impulsionou os preços. A relação é de interdependência, onde os retornos e o interesse do público se retroalimentam.

De forma similar, a relação entre o volume de notícias e os retornos das ações também demonstra um ciclo de feedback. A descoberta de que notícias defasadas impactam os retornos reforça a ideia de que a informação da mídia pode influenciar as decisões dos investidores e a volatilidade do mercado, como apontado por Tetlock (2007) e Xie et al. (2014). A causalidade de Granger de retornos para notícias também é um achado importante, mostrando que o mercado gera sua própria narrativa, um tema discutido por Emenike e Enock (2020) e Zhang e Wang (2015).

Em resumo, os resultados do modelo PVAR confirmam a importância de indicadores alternativos, como o SVI e o volume de notícias, para prever e entender a dinâmica dos retornos na B3. A presença de relações de causalidade bidirecional demonstra

Referências

- Bae, K. H., & Karolyi, G. A. (1994). Good news, bad news and international spillovers of stock return volatility between Japan and the U.S. *Pacific-Basin Finance Journal*, 2(4), 405–438. [https://doi.org/10.1016/0927-538X\(94\)90003-5](https://doi.org/10.1016/0927-538X(94)90003-5)
- Baranchuk, N., & Rebello, M. J. (2018). Spillovers from good-news and other bankruptcies: Real effects and price responses. *Journal of Financial Economics*, 129(2), 228–249. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2018.03.004>
- Black, F. (1976). Studies of stock price volatility changes. *Proceedings of the 1976 Meetings of the Business and Economics Statistics Section, American Statistical Association*, 177–181.
- Bollen, J., Mao, H., & Zeng, X. (2011). Twitter mood predicts the stock market. *Journal of Computational Science*, 2(1), 1–8. <https://doi.org/10.1016/j.jocs.2010.12.007>
- Chiang, T. C., Chen, W. S., & So, M. K. P. (2007). Asymmetric return and volatility responses to composite news from stock markets. *Multinational Finance Journal*, 11(3/4), 179–210. <https://doi.org/10.17578/11-3/4-2>
- Choi, H., & Varian, H. (2009). Predicting initial claims for unemployment insurance using Google Trends. *Google Research*.
- Christie, A. A. (1982). The stochastic behavior of common stock variances: Value, leverage and interest rate effects. *Journal of Financial Economics*, 10(4), 407–432.
- Da, Z., Engelberg, J., & Gao, P. (2011). In search of attention. *The Journal of Finance*, 66(5), 1461–1499. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2011.01679.x>
- Emenike, K. O., & Enock, O. N. (2020). How does news affect stock return volatility in a frontier market? *Management and Labour Studies*, 45(4), 433–443. <https://doi.org/10.1177/0258042X20939019>
- Engle, R. F. (1982). Autoregressive conditional heteroskedasticity with estimates of the variance of UK inflation. *Econometrica*, 50(4), 987–1007.
- Fama, E. F. (1970). Efficient capital markets: A review of theory and empirical work. *The Journal of Finance*, 25(2), 383–417.
- Glosten, L. R., Jagannathan, R., & Runkle, D. E. (1993). On the relation between the expected value and the volatility of the nominal excess return on stocks. *The Journal of Finance*, 48(5), 1779–1801.
- Hirshleifer, D., & Teoh, S. H. (2003). Limited attention, information disclosure, and financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 36(1–3), 337–386.
- Kahneman, D. (1973). *Attention and effort*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

- Loughran, T., & McDonald, B. (2011). When is a liability not a liability? Textual analysis, dictionaries, and 10-Ks. *The Journal of Finance*, 66(1), 35–65.
- Nelson, D. B. (1991). Conditional heteroskedasticity in asset returns: A new approach. *Econometrica*, 59(2), 347–370.
- Shiller, R. J. (2005). *Irrational exuberance* (2nd ed.). Princeton University Press.
- Souza, R. (2024). Volume de notícias e comportamento dos investidores no mercado de capitais brasileiro. *Revista Brasileira de Finanças Comportamentais*, 12(1), 45–67.
- Tetlock, P. C. (2007). Giving content to investor sentiment: The role of media in the stock market. *The Journal of Finance*, 62(3), 1139–1168.
- Xie, H., Li, X., Chen, L., Wang, J., & Deng, X. (2014). News impact on stock price return via sentiment analysis. *Knowledge-Based Systems*, 69, 14–23.
<https://doi.org/10.1016/j.knosys.2014.04.022>
- Zhang, W., & Wang, Y. (2015). The impact of online news on stock market activities: Evidence from China. *Emerging Markets Review*, 24, 25–41.

Anexos



TABELA 1 - ANALISE DESCRITIVA



TABELA 2 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO



TABELA 3 - TRENDS



TABELA 4 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO TRENDS



TABELA 5 - NEWS



TABELA 6 - MATRIZ DE CORRELAÇÃO NEWS

CÓDIGO: HS1719

AUTOR: JULIA DE MACEDO BARRETO DOS SANTOS

COAUTOR: ANNA MARCELLA LIMA CAMPOS DA SILVA

ORIENTADOR: JAHYR PHILIPPE BICHARA

TÍTULO: Manual de Direito Internacional (4ª edição): A primazia do direito internacional contemporâneo

Resumo

Este trabalho deriva do levantamento realizado para a atualização do Manual de Direito Internacional, de Dominique Carreau e Jahyr-Philippe Bichara. A análise crítica de seu conteúdo levou-nos a verificar em que medida as temáticas abordadas ao longo da obra permanecem atuais ou demandam revisitação. Dentre os diversos pontos analisados, destacamos aqueles que suscitaram debates mais relevantes acerca da efetividade da primazia do Direito Internacional. Observa-se que, embora grande parte da doutrina reforce a centralidade do Direito Internacional como ordenamento normativo, a prática revela resistências significativas: decisões de cortes internacionais, em especial da CIJ, e pareceres arbitrais frequentemente adotam postura cautelosa, privilegiando a soberania estatal em detrimento da plena aplicação de princípios consolidados. Nesse contraste, emergem tensões, mas também convergências pontuais, que permitem compreender de forma crítica como a primazia se constrói — ou se limita — no cenário atual.

Palavras-chave: Direito Internacional. Primazia. Soberania. Jurisprudência. Doutrina.

TITLE: Manual of International Law (4th Edition): The Primacy of Contemporary International Law

Abstract

This work derives from the review conducted for the update of the Manual of International Law, by Dominique Carreau and Jahyr-Philippe Bichara. The critical analysis of its content allowed us to assess the extent to which the topics addressed throughout the work remain current or require revisitation. Among the various points analyzed, we highlight those that sparked the most relevant debates regarding the effectiveness of the primacy of International Law. It is observed that, although much of

the doctrine reinforces the centrality of International Law as a normative framework, practice reveals significant resistance: decisions of international courts, particularly the ICJ, and arbitral opinions often adopt a cautious stance, privileging state sovereignty over the full application of established principles. In this contrast, tensions emerge, but there are also specific points of convergence, which allow for a critical understanding of how primacy is constructed—or limited—in the current international context.

Keywords: International Law. Primacy. Sovereignty. Jurisprudence. Doctrine.

Introdução

O presente trabalho não tem a pretensão de oferecer uma descrição exaustiva do direito internacional material. O campo normativo e prático do Direito Internacional é de natureza ampla, multifacetada e em constante transformação, razão pela qual qualquer tentativa de sistematizá-lo de forma completa em uma obra de caráter geral revelar-se-ia não apenas inexecutável, mas também metodologicamente inadequada. A complexidade do fenômeno jurídico internacional, marcada pela multiplicidade de fontes, pela diversidade de sujeitos e pela pluralidade de instâncias aplicadoras, impõe limites claros a um manual que, por definição, deve primar pela clareza, objetividade e funcionalidade didática. Assim, desde logo se reconhece que esta obra não se destina a abarcar todas as normas e situações concretas que compõem a realidade do Direito Internacional contemporâneo, mas sim a oferecer um recorte metodológico que privilegia a compreensão de sua lógica estrutural.

A proposta que orienta a quarta edição deste manual é, portanto, distinta daquela que animaria um compêndio normativo. Busca-se aqui apresentar um quadro de análise que permita ao leitor apreender o modo de funcionamento do Direito Internacional dentro da ciência jurídica, não como um conjunto estático de regras, mas como um sistema dinâmico que se desenvolve em constante interação com o direito interno e com a realidade política, econômica e social internacional. Nesse sentido, mais do que uma simples coletânea de normas, o que se pretende oferecer ao estudioso é um instrumento de reflexão e compreensão crítica das estruturas fundamentais que sustentam o sistema jurídico internacional.

Para atingir esse objetivo, algumas questões assumem centralidade e servem como eixos condutores da obra: como se forma o Direito Internacional? Quais são os seus principais mecanismos de aplicação? Quem são os sujeitos vinculados às suas normas? De que maneira se estruturam as instâncias responsáveis por assegurar a sua observância e resolver os conflitos dela decorrentes? Essas indagações não serão tratadas de forma meramente descritiva, mas exploradas de maneira analítica, com o intuito de demonstrar a coerência — e, em certas circunstâncias, as tensões — que perpassam o sistema internacional contemporâneo.

A análise dessas questões será precedida, necessariamente, pela discussão de um tema fundamental: a primazia do Direito Internacional em relação ao direito interno. Esse ponto de partida é indispensável para a compreensão da dinâmica das relações entre ordens jurídicas distintas, pois é nele que se assenta a possibilidade de coexistência e de

diálogo normativo entre sistemas que, embora autônomos, não são estanques. A supremacia do Direito Internacional, em suas diferentes formulações teóricas e práticas, constitui não apenas um princípio basilar, mas também um critério operativo essencial para compreender como as normas internacionais se projetam no plano doméstico e como os Estados, ao mesmo tempo, se vinculam e se resguardam diante da ordem internacional.

Com base nesse marco teórico, a obra se organiza de modo a permitir ao leitor não apenas a identificação das normas que compõem o Direito Internacional, mas, sobretudo, a apreensão de sua lógica de funcionamento, de seus mecanismos de legitimação e de seus desafios contemporâneos. Ao privilegiar esse enfoque analítico, busca-se oferecer ao estudioso uma ferramenta que não se limite à reprodução de conteúdos, mas que lhe permita desenvolver uma compreensão sólida e crítica acerca das questões fundamentais do Direito Internacional, em consonância com a função formativa que se espera de um manual desta natureza.

Metodologia

A metodologia utilizada baseia-se no aproveitamento do trabalho de revisão e atualização do Manual de Direito Internacional de Dominique Carreau e Jahyr-Philippe Bichara para a elaboração de sua quarta edição. Assim, ela foi estruturada a partir de uma abordagem qualitativa, voltada à análise crítica, seletiva e sistematizada dos principais referenciais teóricos e práticos que moldam a disciplina na atualidade. O método adotado teve como objetivo assegurar a constante atualização do conteúdo, a precisão conceitual dos institutos tratados e a incorporação de casos práticos relevantes, capazes de fornecer subsídios concretos para estudantes, pesquisadores e profissionais do Direito.

Em um primeiro momento, optou-se por realizar um levantamento aprofundado da doutrina nacional e internacional, contemplando tanto obras clássicas, fundamentais para a compreensão das origens e consolidação do Direito Internacional, quanto trabalhos mais recentes, que refletem os avanços, controvérsias e desafios contemporâneos da disciplina. Essa combinação entre tradição e inovação foi essencial para que a obra apresentasse uma visão abrangente e crítica do estado atual da ciência jurídica internacional. A análise doutrinária não se limitou à mera citação de autores, mas buscou destacar convergências, identificar divergências interpretativas e apontar tendências de evolução conceitual, permitindo ao leitor perceber como diferentes matrizes teóricas dialogam, e por vezes se contrapõem, no processo de construção normativa e na prática internacional.

Paralelamente, foi desenvolvida uma pesquisa jurisprudencial abrangente, direcionada tanto a tribunais nacionais quanto a cortes e organismos internacionais. Esse esforço visou a atualização da coletânea de precedentes e decisões incluídas no manual, garantindo que o leitor tivesse acesso a exemplos práticos da aplicação do Direito Internacional. Foram consultadas decisões de órgãos centrais, como a Corte Internacional de Justiça (CIJ), a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o

Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH), além de tribunais arbitrais especializados, especialmente aqueles dedicados a disputas comerciais e de investimento, a exemplo do ICSID.

Destacou-se, nesta edição, o aprofundamento na análise de laudos arbitrais no âmbito do Mercosul, que desempenham papel significativo na consolidação da ideia de primazia do direito internacional em relação às normas internas. A escolha desse recorte se justifica pela importância regional do bloco e pela sua função como laboratório jurídico em que princípios fundamentais da integração e da supremacia normativa internacional são constantemente postos à prova. A incorporação desses casos ao manual não apenas enriquece a dimensão prática da obra, como também oferece ao leitor uma visão mais concreta da dinâmica de aplicação das normas internacionais em contextos de integração regional.

Além disso, a metodologia qualitativa contemplou um olhar interdisciplinar e contextualizado, uma vez que o Direito Internacional não pode ser compreendido de forma isolada. Para tanto, consideraram-se aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais que influenciam a formação e aplicação das normas jurídicas no plano internacional. A interpretação crítica dos fenômenos jurídicos buscou demonstrar como o Direito Internacional se desenvolve em diálogo com a realidade global, marcada por desafios como a intensificação da interdependência econômica, as crises humanitárias, a proteção dos direitos humanos e a necessidade de enfrentamento de problemas transnacionais, como as mudanças climáticas e a cibersegurança.

Outra preocupação metodológica relevante foi a de não reduzir a atualização da obra a um mero exercício de compilação normativa ou documental. A proposta consistiu em oferecer um instrumento de análise, capaz de estimular a reflexão do leitor sobre o funcionamento e os limites do sistema internacional. Para tanto, a seleção de fontes — doutrinárias e jurisprudenciais — foi guiada por critérios de relevância científica, atualidade e representatividade, sempre priorizando conteúdos que pudessem contribuir para uma compreensão mais clara e aprofundada das questões fundamentais da disciplina.

Conclui-se que o esforço metodológico empreendido na atualização desta quarta edição buscou articular rigor científico e utilidade prática, de modo a oferecer uma obra que não apenas registre o estado atual do Direito Internacional, mas que também sirva como ferramenta crítica e formativa. Ao conjugar doutrina, jurisprudência e análise contextualizada, o manual reafirma seu compromisso de fornecer ao estudioso uma visão integrada e contemporânea da disciplina, em consonância com as transformações do cenário jurídico global observadas nos últimos quatro anos.

Resultados e Discussões

A partir da revisão da literatura, foi possível identificar diferentes abordagens teóricas acerca do papel e da evolução do Direito Internacional contemporâneo. De um lado, parte significativa da doutrina enfatiza a consolidação da soberania e a não intervenção, dando força a um dualismo que prioriza os regramentos internos e da imposição que

Estados fortes têm no plano internacional. De outro, há uma vertente voltada a analisar as transformações decorrentes da crescente interdependência socioeconômica global, a qual sugere a necessidade de ampliar a primazia — e, em certos casos, a coercitividade — do direito internacional, de modo a garantir a proteção internacional dos direitos humanos, entre outros objetivos. Ao relacionar a literatura com a prática internacional, nota-se que, embora a doutrina em grande medida aponte para o fortalecimento da supremacia normativa internacional, a própria jurisprudência evidencia tensões constantes em sua aplicação. Observa-se que, ainda hoje, o Direito Internacional frequentemente se manifesta por meio de pareceres não vinculantes ou de mecanismos de pressão política, por vezes deixando de lado o aspecto de um corpo normativo dotado de princípios, deveres e direitos que regem a sociedade internacional. Nesse contexto, mesmo princípios amplamente consolidados na doutrina deixam de ser aplicados em decisões judiciais, uma vez que as cortes internacionais — em especial a Corte Internacional de Justiça — mantêm-se reticentes em invocá-los e aplicá-los de forma plena, em uma postura que, em última instância, reflete uma exaltação da soberania dos Estados. Essa análise evidencia que o diálogo entre teoria e prática não é linear. Em alguns pontos, a prática internacional confirma as tendências apontadas pela doutrina; em outros, revela lacunas ou caminhos divergentes, o que reforça a importância da revisão crítica do manual. Assim, tratamos de um mapeamento das convergências e tensões existentes entre a produção acadêmica e a aplicação prática do Direito Internacional, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e atualizada da disciplina. As pesquisas mostram que o campo prático do direito internacional, ao ser afetado por questões políticas internas e externas de seus integrantes, apresenta-se como um constante cabo de guerra entre soberania e primazia. Esse embate repercute no campo teórico que se divide entre aqueles que defendem um maior impacto das normas internacionais e aqueles que entendem que sua aplicação deve se limitar àquilo explicitamente aceito pelas partes. Diante disso, nosso trabalho de revisão se concentrou em verificar a permanência, a transformação ou a ausência de certos debates no contexto doutrinário e prático. Considerando a amplitude da temática, apresentaremos em tópicos as questões que, em nossa avaliação, suscitaram discussões mais relevantes ou demandaram atualizações mais significativas no processo de revisão do manual. 1. A existência do direito internacional. Georg Jellinek, sustentou que o Direito constituiria um subconjunto da Moral, composto exclusivamente de normas mínimas indispensáveis que, através de sua imposição coercitiva, garantiriam a ordem social e a harmonia coletiva. Já outros autores, como Miguel Reale, refutaram essa concepção, apontando a existência de normas jurídicas que, apesar de essenciais para a ordem social, não possuem relação direta com a Moral ou até mesmo, não raro, amparam condutas moralmente questionáveis. Nesse contexto, emerge também a discussão sobre a coação como critério distintivo do Direito, assim afastando-o da Moral à medida em que implica o cumprimento forçado da obrigação, enquanto as normas morais exigem adesão espontânea. Contudo, tal distinção, tornou-se objeto de crítica de autores como Jhering que vinculavam o Direito não simplesmente a Moral, mas à Força. Sob essa perspectiva, o Direito seria mais uma vez reduzido, agora a uma simples equação de "norma + coação", configurando de certa forma uma quebra de braço onde aquele que detém maior poder é capaz de impor suas vontades aos demais. Contudo, apesar da compatibilidade entre Direito e força ser reconhecida por muitos autores, é necessário lembrar que a coerção jurídica é uma garantia potencial, e não um elemento vinculante para a validade de toda norma jurídica. Em verdade, com o desenvolvimento da ciência jurídica, prevaleceu a noção de que o Direito é um sistema normativo

próprio, com critérios distintos da Moral e do puro uso da Força, ainda que de sorte inspire-se ou apoie-se nestes. Em verdade, o direito surge na sociedade como um modelo coercitivo de padronização, destinado a regular as ações dos indivíduos em prol da convivência pacífica e garantindo segurança jurídica. No campo do Direito Internacional, a crescente interação entre os Estados proporcionou uma construção jurídica fundamentalmente consuetudinária, enraizada nos costumes, que evoluiu paralelamente ao desenvolvimento e encorajamento de meios pacíficos de resolução de conflitos. Sendo assim, à medida que as relações entre os Estados se intensificaram, cresceram também as expectativas de comportamentos marcados pela cordialidade e pelo respeito mútuo. Recordemos Aristóteles, que afirmava que o direito e a justiça só podem existir dentro de uma sociedade, considerando “besta ou deus” aquele incapaz de integrar-se a uma comunidade ou que, por autossuficiência, não reconhece sua necessidade. Dessa perspectiva, ao relacionar o direito à existência de uma sociedade estruturada, a constituição de uma sociedade internacional na qual Estados e demais atores compartilham regras mínimas de convivência e cooperação concretiza a efetiva existência do Direito Internacional. No entanto, as indagações sobre a prevalência de uma ciência jurídica ou melhor de um ordenamento jurídico internacional propriamente dito persistem e se mostram exponencialmente intensificadas. Uma vez que, em meio a discussões sobre a Soberania dos Estados e as relações construídas entre estes, muitos se mostram negadores do Direito Internacional. Spinoza, por exemplo, defendia que os Estados, em estado de natureza, possuem o direito de utilizar todo o poder disponível para garantir sua sobrevivência, reduzindo o direito a um mero reflexo das circunstâncias. Nesse contexto, a transição para uma sociedade política centralizada ocorre por meio do pactum subjectionis, mas o direito internacional permanece subordinado à força estatal. De forma semelhante, Lasson, da corrente neo-hegeliana, entende que o Estado é a encarnação suprema do espírito objetivo, impossibilitando a submissão a uma ordem normativa superior e negando a existência de um Direito Internacional independente. Segundo ele, a resolução de conflitos entre Estados só poderia ocorrer por meio da guerra, considerada um “tribunal da história”. Já no século XX, o neorrealismo estadunidense, representado por Hans Morgenthau, reforça a visão de que o Direito Internacional não limita o império do poder, sendo incapaz de impor restrições efetivas sobre os Estados. R. Aron, por sua vez, argumenta que, apesar de eventuais desvios idealistas, a política internacional é uma política de poder, na qual a força constitui recurso legítimo para a defesa de interesses estatais. Para ambos, a paz seria apenas um intervalo entre guerras, e os tratados e normas internacionais serviriam como instrumentos para harmonizar interesses, mas não como imperativos vinculantes. Apesar dos posicionamentos por vezes extremistas, as doutrinas apresentadas expõem reais deficiências da ordem internacional contemporânea, servindo de ponto de partida para discussões e aprimoramentos. De forma geral, observamos que abusos e irregularidades de Estados que, em busca de alcançar seus próprios objetivos e de justificar posicionamentos derivados de políticas hegemônicas, negam o direito internacional ou vão de encontro a ele. Contudo, é reduzir as relações construídas na esfera da sociedade internacional aos seus desvios e deter a essência do próprio direito ao simples uso da força, culmina em um exagero. Afinal, a redução do direito ao exercício do controle por meio do poder implica no abandono do progresso social e na resignação do próprio direito à subjetividade de todo e qualquer poder insurgente. Na verdade, a realidade fática mostra que os Estados não apenas reconhecem como, em geral, tendem a observar as regras de conduta internacionais. Até mesmo buscando, mediante eventuais violações, justificar seus atos. Ou seja, é necessário observar que, ao

passo em que demonstram o reconhecimento da existência de um sistema jurídico imperativo internacional, em se tratando da consecução de seus interesses os Estados também proclamam o seu não submetimento a estas mesmas regras ou então buscam utilizar de outras delas para justificar suas ações da forma que acharem suficiente. Tal cenário, contudo, jamais poderá ser utilizado para rejeitar a validade do direito internacional, afinal uma regra não deixa de ser jurídica porque foi violada, tal predicamento é precisamente parte inerente à própria concepção e prática do direito. 2. A fragmentação do direito internacional. Com o crescimento das relações internacionais, o Direito passou a abranger um número crescente de matérias, levando ao desenvolvimento de regimes jurídicos especializados, cada um dotado de normas próprias, princípios específicos e, muitas vezes, instituições autônomas para sua aplicação e interpretação. Exemplos incluem o direito internacional do comércio, do mar, dos investimentos e dos direitos humanos. Estes, embora sigam subordinados à ordem jurídica internacional geral, nem sempre operam de maneira coordenada, e, por vezes, resultam na proliferação de diferentes jurisdições internacionais especializadas, o que ganha especial espaço na doutrina internacionalista, vez que resultam na geração de conflitos normativos e dificuldades interpretativas. Todavia, a fragmentação apontada, não implica numa desordem normativa, vez que a gestão de conflito de normas poderia ser elucidado por meio de técnicas consolidadas de interpretação jurídica, tais como o princípio da harmonização, a aplicação do critério do *lex specialis* e a observância das regras sobre conflitos normativos, em conformidade com as disposições da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Por outro lado, cumpre salientar que, ainda que determinados sistemas jurídicos internacionais especializados — especialmente os mais desenvolvidos — desfrutem de relativa autonomia com suas próprias instituições, nenhum deles se exime do vínculo de subordinação à ordem jurídica internacional geral, que os engloba em sua totalidade ou, ao menos, se sobrepõe a eles em posição de primazia hierárquica. No entanto, aqui mais uma vez somos confrontados com a discussão do direito internacional como normativa subjugada à vontade dos Estados ou impositiva a estes. Dionisio Anzilotti, no positivismo voluntarista, sustentava que a validade do Direito Internacional depende do consentimento dos Estados, destacando o princípio do *pacta sunt servanda* e rejeitando qualquer imposição por uma autoridade superior. De seu lado, em contraposição, Léon Duguit, influenciado pelo positivismo sociológico, fundamenta a normatividade internacional na solidariedade social e na interdependência entre as nações, defendendo que as normas emergem como resultado das exigências objetivas da convivência global, sendo imperativas independentemente da adesão individual dos Estados. Esse pensamento ressoa na concepção moderna de soberania responsável, que fundamenta a doutrina da responsabilidade de proteger, segundo a qual a soberania impõe ao Estado o dever de garantir a segurança de sua população, transferindo essa responsabilidade à comunidade internacional em caso de falha. Por fim, entendemos que a problemática apresentada recai justamente na fragilidade estrutural do direito internacional quando condicionado, em demasia, à vontade soberana dos Estados. A expansão de regimes jurídicos especializados, somada ao voluntarismo estatal, tende a multiplicar micro-sistemas normativos que, se não forem submetidos a uma ordem superior, podem gerar um quadro de desagregação. Em tais circunstâncias, corre-se o risco de esvaziar o próprio sentido do direito internacional, reduzindo-o a um conjunto de normas facultativas, aceitas ou rejeitadas conforme a conveniência política de cada país. Tal lógica, além de comprometer a coerência sistêmica, subverte a função originária do direito internacional de oferecer estabilidade e previsibilidade às relações entre os Estados. Todavia, mesmo diante dessa

limitação, não se pode concluir que a recusa ao cumprimento de determinada norma invalide sua existência ou suprima sua força vinculante. Pelo contrário, a essência do direito repousa justamente na possibilidade de responsabilização pelo descumprimento, sob pena de esvaziamento da noção mesma de juridicidade. A urgência atual, portanto, reside no fortalecimento de mecanismos de coercibilidade e responsabilização internacional, capazes de transcender a vontade individual dos Estados e garantir a eficácia normativa. Sem isso, o direito internacional permanece vulnerável à seletividade e ao oportunismo, enfraquecendo sua capacidade de atuar como instrumento de regulação pacífica e ordenada da convivência global. 3. A prática do direito internacional. Se o direito internacional não se mostrar efetivamente vinculante e incapaz de gerar consequências concretas para os seus infratores, rompe-se a própria lógica que fundamentou sua criação. Afinal, ao invés de representar um sistema jurídico destinado a limitar o arbítrio dos Estados e prevenir o retorno à violência, o direito internacional converter-se-ia em mera retórica diplomática, uma cortina de fumaça que mascara a realidade de que, em última instância, a política internacional ainda se estrutura sob a lei do mais forte. Nessa perspectiva, a fragmentação normativa e a submissão irrestrita às vontades soberanas não apenas debilitam a coerência do sistema, mas revelam o risco de regressão a um cenário semelhante ao das “guerras de braço” que marcaram a primeira metade do século XX. Assim, a própria Carta das Nações Unidas, concebida como pacto histórico de contenção da barbárie, solenemente assinada por Estados que declararam comprometer-se com a manutenção da paz e da segurança internacionais, corre o risco de reduzir-se a um mero enfeite no plano retórico. Sem mecanismos efetivos de responsabilização e coercibilidade, o documento perde densidade normativa e transforma-se em símbolo vazio, incapaz de garantir a estabilidade que prometeu. Nesse contexto, o direito internacional deixa de cumprir sua função originária de superação da guerra pela via jurídica e passa a operar como fachada institucional, legitimando práticas estatais ainda guiadas pela lógica da força e da conveniência política. É necessário, contudo, analisar a prática do direito internacional com cautela. Apesar da relutância de diversas cortes em aplicar seus princípios e normas sem pactuação específica e claramente delimitada entre os litigantes, observa-se uma resistência incipiente, mas significativa, de juízes, árbitros e estudiosos que buscam fortalecer os mecanismos do direito internacional, mesmo que suas manifestações se expressem apenas por meio de votos vencidos ou pareceres dissidentes. Nesse cenário, a prática arbitral oferece exemplos elucidativos. Antes de 1920, ainda sem reconhecimento formal pelo Estatuto da CPJI, árbitros internacionais já aplicavam com frequência princípios gerais de direito, entendendo-os como comuns aos sistemas jurídicos internos dos Estados civilizados e transponíveis à ordem internacional. Nas décadas de 1920 e 1930, especialmente nos tribunais mistos, esse uso era relativamente frequente, refletindo o estágio rudimentar do direito internacional, que buscava se apoiar na experiência consolidada do direito interno. Após 1945, as referências diminuíram, exceto nos contratos internacionais envolvendo Estados, nos quais os princípios gerais continuaram amplamente aplicados. A prática judicial internacional, por sua vez, revela certa reticência. A CPJI e, posteriormente, a CIJ, raramente recorreram formal e explicitamente aos princípios gerais do direito previstos no artigo 38 de seus Estatutos. Muitas referências eram hipotéticas ou utilizadas apenas para afastar sua aplicação, como nos casos do direito de passagem entre Índia e Portugal (1960) e da plataforma continental do Mar do Norte (1969). Apenas em 1966, no caso do Sudeste Africano, a CIJ fez uma referência relativamente clara ao artigo 38, ainda que para rejeitar a existência de um princípio geral aplicável. Essa cautela se justifica

pelo risco de críticas de Estados derrotados, que poderiam alegar nunca ter aceitado o princípio invocado como vinculante. Em contraste, o Tribunal de Justiça da União Europeia demonstra um uso mais frequente e sistemático dos princípios gerais do direito, facilitado pela relativa homogeneidade dos sistemas jurídicos dos Estados-membros. Essa uniformidade permite identificar regras de fundo e de procedimento compartilhadas, constituindo um patrimônio jurídico comum, evidenciando que a força vinculante do direito internacional depende, em grande medida, da cooperação e da coerência entre os sujeitos envolvidos. Por fim, no contexto do MERCOSUL, observamos a obrigação dos Estados de adequar seu direito interno às normas do bloco decorre do Protocolo de Ouro Preto de 1994, especialmente dos artigos 38 e 42, que exigem a incorporação das normas emanadas dos órgãos do bloco, incluindo o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio. Para garantir segurança jurídica, foi criado em 2002 o Protocolo de Olivos, que estabelece o Tribunal Arbitral Ad Hoc e o Tribunal Permanente de Revisão como instâncias para resolver controvérsias sobre interpretação, aplicação ou descumprimento das normas. Exemplos ilustrativos incluem decisões que determinaram a revogação de medidas nacionais que violavam compromissos do bloco, como restrições a produtos têxteis, entraves ao registro de produtos fitossanitários e a proibição de importação de pneus remoldados, reafirmando a prevalência dos tratados constitutivos do MERCOSUL sobre legislações domésticas e a necessidade de harmonização normativa para a efetividade da integração regional. Em síntese, observa-se que o direito internacional tende a funcionar de maneira mais eficaz e coerente em contextos nos quais as divergências de vontade entre os Estados são minimizadas, seja por meio de pactuações claras ou por sistemas que promovam maior uniformidade normativa. Onde existe homogeneidade de compromissos e mecanismos de harmonização, como em contextos de regionalismo, as normas internacionais conseguem ser aplicadas de forma consistente, garantindo previsibilidade, segurança jurídica e efetividade. Assim, pode-se observar que a fragmentação normativa e a submissão irrestrita do direito internacional à vontade soberana dos Estados geram uma fragilidade estrutural. De forma que, corre o risco de se reduzir à mera retórica, uma fachada institucional desprovida de mecanismos efetivos de coerção. Já que, nesses casos, sua capacidade de impor regras concretas, garantir a observância de normas e prevenir conflitos é severamente limitada, transformando o sistema jurídico internacional em um instrumento simbólico que, apesar de reconhecer formalmente princípios e obrigações, não consegue assegurar sua aplicação prática ou responsabilizar os infratores.

Conclusão

A análise realizada evidencia que o Direito Internacional, apesar das dificuldades impostas pela fragmentação normativa e pela soberania dos Estados, mantém-se como um sistema jurídico confiável e estruturado. Sua eficácia é especialmente perceptível em contextos de cooperação e uniformidade normativa, onde regras claras, mecanismos de harmonização e instrumentos de responsabilização permitem a aplicação consistente das normas internacionais.

Observa-se que, mesmo diante de obstáculos políticos ou de resistência de alguns Estados, o Direito Internacional consegue impor obrigações concretas, proteger direitos

e regular a interação entre os atores internacionais. Casos em regimes regionais e decisões arbitrais demonstram que, quando apoiado por pactuações claras e instituições eficazes, o sistema internacional funciona de maneira coerente e previsível, garantindo segurança jurídica e estabilidade nas relações interestatais.

Portanto, o estudo reforça que o Direito Internacional deve ser valorizado e colocado em posição de primazia. Sua efetividade depende não apenas do reconhecimento formal pelos Estados, mas também da consolidação de instrumentos que assegurem sua aplicação prática. A preservação da ordem global, a prevenção de conflitos e a promoção de justiça e direitos universais passam pela afirmação de normas internacionais robustas, confiáveis e vinculantes, capazes de orientar o comportamento dos Estados de forma consistente e equitativa.

Referências

ANZILOTTI, Dionisio. Cours de droit international: Théories Générales. Paris: Recueil Sirey, 1929. pp. 47-48.

ARON, R. Paix et guerre entre les nations. 8^a ed., Paris, 1984, p. 691.

BICHARA, Jahyr Phillip; CARREAU, Dominique. Manual de Direito Internacional. 3. ed. Rio de Janeiro: Arraes, 2021.

CASO DO DIREITO DE PASSAGEM. Recueil des arrêts de la Cour Permanente de Justice Internationale, 1960, p. 43.

CASO DA PLATAFORMA CONTINENTAL DO MAR DO NORTE. Recueil des arrêts de la Cour Internationale de Justice, 1969, p. 21.

DE MELLO, Celso. Curso de direito internacional público. 12^o edição, Rio de Janeiro, 2000, p. 103.

DUPUY, Pierre-Marie. L'unité de l'ordre juridique international. RCADI, tome 297. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2003, pp. 89-92.

DUGUIT, Léon. Manuel de Droit Constitutionnel: Théorie Générale de l'État, le Droit et l'État, les Libertés Publiques, Organisation Politique. 3. éd. Paris: Ancienne Librairie Fontemoing & Cie, 1918. pp. 07-15.

INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY. The Responsibility to Protect. Ottawa: International Development Research Centre, 2001.

LAUDO DO TRIBUNAL ARBITRAL AD HOC, do dia 06 de setembro de 2006.

LAUDO DO TRIBUNAL ARBITRAL AD HOC constituído para decidir sobre a aplicação de medidas de salvaguarda sobre produtos têxteis (RES. 861/99) do Ministério de Economia e Obras e Serviços Públicos.

LAUDO DO TRIBUNAL ARBITRAL AD HOC constituído para decidir a respeito da controvérsia apresentada pela República Argentina à República Federativa do Brasil sobre obstáculos ao ingresso de produtos fitossanitários argentinos no mercado brasileiro.

LAUDO N° 01/2005 do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.

KOLB, Robert; TRUYOL Y SERRA, A. Doctrines sur le fondement du droit des gens (édition revue, augmentée et mise à jour). Paris: Ed. A. Pedone, 2007, pp. 23-33.

MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações. São Paulo: Editora UNB, 2003, p. 505.

NIEMEYER, G. Law Without Force: The Function of Politics in International Law. Princeton, 1941.

TREVES, Tullio. Fragmentation of International Law: The Judicial Perspective. Agenda Internacional, Año XVI, n. 27, 2009, pp. 213-253.

UNITED NATIONS. Fragmentation of international law: difficulties arising from the diversification and expansion of international law. Report of the Study Group of the International Law Commission. Geneva: United Nations, 2006, pp. 3-4.

UNITED NATIONS. Fragmentation of international law: difficulties arising from the diversification and expansion of international law, op. cit., pp. 7-8.

CÓDIGO: HS1739

AUTOR: CLARA BEATRIZ VIANA CAVALCANTE

ORIENTADOR: ANTONIO ALVES FILHO

TÍTULO: Percepção dos professores da UFRN sobre a relação entre as condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho nessa instituição.

Resumo

Este projeto investiga a relação entre condições de trabalho e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Partindo do reconhecimento de que as transformações estruturais no mundo do trabalho têm intensificado processos de precarização, sobrecarga e pressões por produtividade, busca-se compreender como esses fatores impactam a QVT dos professores. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2011), utilizando o software QDA Miner para organização dos dados. Os eixos de análise contemplam: condições de trabalho, saúde mental no trabalho, relação trabalho-família e desafios futuros. Os resultados evidenciam que, antes mesmo da pandemia de COVID-19, docentes já vivenciavam sobrecarga de demandas, estagnação salarial, precarização material e ausência de apoio institucional, fatores que fragilizavam a QVT. O período pandêmico aprofundou tais fragilidades, revelando perda de fronteiras entre vida pessoal e laboral, intensificação da precarização, desigualdades de gênero e adoecimento psíquico. No pós-pandemia, novos desafios emergem, incluindo tensões nas relações interpessoais, agravamento do adoecimento e limitações orçamentárias nas universidades. Conclui-se que a QVT docente é atravessada por questões estruturais que demandam políticas institucionais mais efetivas, com foco em valorização, saúde mental e equilíbrio entre trabalho.

Palavras-chave: Trabalho docente. Universidade pública. Qualidade de vida no trabalho.

TITLE: Perception of UFRN professors on the relationship between working conditions and quality of work life at this institution

Abstract

This project investigates the relationship between working conditions and Quality of Work Life (QWL) among faculty members at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN). Recognizing that structural transformations in the world of work have intensified processes of precarization, work overload, and productivity pressures, the

study seeks to understand how these factors affect professors' QWL. The research adopts a qualitative approach, with semi-structured interviews analyzed through Thematic Content Analysis (Bardin, 2011), using QDA Miner software for data organization. The axes of analysis include: working conditions, mental health at work, work-family balance, and future challenges. The findings show that, even before the COVID-19 pandemic, faculty members were already experiencing work overload, wage stagnation, material precarization, and lack of institutional support—factors that weakened their QWL. The pandemic deepened these fragilities, exposing the loss of boundaries between personal and professional life, intensified precarization, gender inequalities, and mental health deterioration. In the post-pandemic context, new challenges emerge, such as strained interpersonal relations, worsening illness, and budget constraints in universities. It is concluded that faculty QWL is shaped by structural issues that require more effective institutional policies, focusing on professional recognition, mental health, and balance between work and personal life.

Keywords: Teaching work. Public university. Quality of work life.

Introdução

O estudo das condições de trabalho surgiu nas décadas de 1920 e 1930, focado no ambiente físico, mas a partir dos anos 1980 ganhou sistematização ao considerar mudanças produtivas, desemprego e flexibilização, incorporando também fatores psicossociais como determinantes do bem-estar e da qualidade de vida (Zanelli & Bastos, 2014; Álvaro & Garrido, 2006). Isto posto, transformações estruturais no mundo do trabalho têm alterado profundamente a organização laboral, exigindo dos trabalhadores constante adaptação a processos flexibilizados (Antunes, 2008; Antunes & Druck, 2013; Garrido, 2006; Leite, 2019; Silva, 2018). Nas universidades federais brasileiras, esse contexto se manifesta em mudanças nas condições e relações de trabalho (Silva et al., 2002; Matos et al., 2015), nos regimes contratuais (Garcia Primo & Borges, 2018) e no processo de aposentadoria (Rodrigues & Afonso, 2015).

Diante do exposto, torna-se pertinente investigar como os docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte percebem suas condições de trabalho e de que maneira tais condições se relacionam com a QVT (Qualidade de Vida no Trabalho), uma vez que esses fatores impactam diretamente sua saúde, desempenho e satisfação profissional, e vem se acentuando após a pandemia do COVID-19 (Borges et al., 2023; Rodrigues & Perdesoli, 2023).

De acordo com Rodrigues & Perdesoli (2023), a pandemia de COVID-19 agravou a precarização do trabalho docente, exigindo a transição repentina para o formato remoto sem preparo adequado, com custos pessoais de equipamentos, sobrecarga, crescimento do tecnoestresse e adaptação doméstica. Mesmo após o retorno presencial, tais fatores se apresentam persistentes diante da escassez de recursos e novas exigências sanitárias.

Nesse sentido, segundo Borges et al. (2023), o cenário universitário brasileiro é cada vez mais desafiador, marcado por políticas que desvalorizam a educação e a ciência. Entre os

fatores que mais geram sofrimento para o trabalho docente estão a intensificação e prolongamento da jornada, comprometendo descanso e vida pessoal, somados a sobrecarga de funções — ensino, pesquisa, extensão, orientação e gestão — em ritmo acelerado que provoca exaustão (Quéiroz, 2020). Isto partindo de uma pressão produtivista que agrava o quadro, impondo metas desconectadas das condições reais (Borges; Barros & Magalhães 2023; Quéiroz, 2020).

Outros elementos críticos incluem burocracia excessiva, ampliada pela digitalização, e a redução de técnicos, que transfere tarefas administrativas aos docentes (Quéiroz, 2020). Também pesam os cortes orçamentários, retrocessos em direitos, salários defasados e falta de apoio institucional, fatores que geram frustração, desvalorização e um ambiente competitivo, favorecendo solidão e desgaste (Borges; Barros & Magalhães, 2023; Quéiroz, 2020).

Afirma-se, portanto, que tais transformações têm provocado um desequilíbrio entre as exigências institucionais e as condições oferecidas. No campo da QVT, observa-se uma contradição: embora seja tratada como estratégia de gestão de pessoas, muitas universidades federais adotam práticas pontuais e assistencialistas, sem um enfoque sistêmico e preventivo que contemple as reais condições de trabalho (Borges; Barros & Magalhães, 2023). Existe, portanto, um distanciamento entre o conhecimento científico produzido sobre QVT e as práticas institucionais efetivamente implementadas.

Conforme Quéiroz (2020), apesar das adversidades, os docentes expressam o desejo de melhores condições, com maior reconhecimento de seu papel intelectual, ampliação do financiamento à pesquisa, contratação de novos professores e promoção de relações mais coletivas e democráticas no espaço universitário. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos docentes da UFRN sobre as condições de trabalho na instituição e sua relação com a QVT desses servidores.

Metodologia

Método

Para atender ao objetivo proposto, foi feito uso das respostas às questões de entrevistas realizadas, numa perspectiva amostral, com professores da UFRN, referente às suas condições de trabalho e os aspectos relacionados à QVT no contexto da UFRN, considerando todos os seus campi de Natal e interior. Essas questões fazem parte de um roteiro mais amplo e semi-estruturado de perguntas, direcionadas à servidores públicos da mesma instituição de ensino superior, em razão da pesquisa “A universidade pública em tempos de Covid-19: condições e qualidade de vida no trabalho dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”. Esta pesquisa contou com a participação de 100 servidores públicos da UFRN, dos quais 54 são docentes efetivos e 46 são técnicos-administrativos.

Participantes

Para o desenvolvimento do presente estudo, foram considerados os 54 docentes efetivos da UFRN, entrevistados na amostra da pesquisa supracitada. Desse quantitativo, 30 professores estão lotados no Campus de Natal; 6 na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA); 4 na Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS), 7 no Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), 4 na Escola Multicampi de Ciências Médicas (EMCM) e 3 na Escola Agrícola de Jundiá (EAJ).

Instrumento

Foram conduzidas entrevistas com base em um roteiro semiestruturado, previamente elaborado a partir de referenciais teóricos relevantes para a temática, com o objetivo de identificar e compreender aspectos ligados à QVT docente e às vivências durante a pandemia. Cabe destacar, contudo, que este estudo corresponde a um recorte de um instrumento mais abrangente, que contempla dimensões como “condições de trabalho”, “relação trabalho-família”, “saúde mental e trabalho”, “prestígio organizacional” e “desafios futuros”, além de informações sociodemográficas, tais como idade, sexo, nível de escolaridade, área de atuação, vínculo com a universidade, campus de lotação, tempo de deslocamento entre casa e trabalho e existência ou não de filhos. No entanto, vale salientar que, neste trabalho que as informações sociodemográficas não serão abordadas, uma vez que sua coleta sistematizada está prevista para a fase de análise de conteúdo, programada para o segundo semestre de 2025.

Procedimento

Nas edições anteriores desta pesquisa supramencionada, a estratégia de divulgação para alcançar o público-alvo consistiu, principalmente, no uso do canal oficial de comunicação interna, o e-mail institucional da UFRN. Na mensagem encaminhada por esta ferramenta, eram apresentados o objetivo do estudo e as orientações sobre como os interessados poderiam agendar sua participação nas entrevistas. Além disso, o grupo de pesquisa contou com o apoio de diferentes instâncias institucionais — Diretores de Centro, Chefias de Departamento, Coordenações de Curso, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) e Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) — que colaboraram por meio de iniciativas voltadas a incentivar a adesão dos participantes, ressaltando a importância do estudo. Nesse processo, foi igualmente relevante a contribuição das representações sindicais das duas categorias: ADURN, no caso dos docentes, e SINTEST e ATENS, no caso dos servidores técnico-administrativos.

Durante a etapa de recrutamento dos participantes, foram realizados cerca de 122 convites por diferentes meios, incluindo e-mails, mensagens de WhatsApp e contatos presenciais, tanto em visitas aos departamentos quanto em conversas informais nos corredores das unidades. Apesar do número expressivo de convites, a adesão efetiva às entrevistas permaneceu como um dos maiores desafios, conforme evidenciado pelo quantitativo final de participantes.

A realização das entrevistas ocorreu, em sua maioria, de forma remota, via Google Meet, embora algumas tenham sido conduzidas presencialmente nos campi onde os docentes atuam. Após a confirmação do agendamento — com definição do formato, data e horário —, os participantes recebiam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando sua participação e a gravação das falas. Todo esse processo foi conduzido

com o apoio dos bolsistas de iniciação científica vinculados ao projeto, que auxiliaram desde os primeiros contatos até a finalização das entrevistas.

Análise dos dados

Concluída a etapa de realização das entrevistas, todas as falas registradas em áudio foram integralmente transcritas, de forma a preservar fielmente o conteúdo e possibilitar um exame minucioso do material coletado. Essa transcrição constituiu uma etapa fundamental, pois permitiu organizar os dados de maneira sistemática, com a intenção de que nenhuma informação relevante fosse perdida e que os discursos dos participantes sejam mantidos em sua complexidade.

Para o tratamento analítico do material, está sendo utilizada a análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011). Essa técnica busca identificar, categorizar e interpretar os núcleos de sentido presentes nos discursos, possibilitando a construção de categorias que traduzem os principais significados emergentes das falas. O processo envolve diferentes etapas: leitura inicial, categorização por temas recorrentes e interpretação crítica, sempre à luz do referencial teórico da pesquisa.

Além disso, o trabalho está sendo apoiado pelo uso do software QDA Miner, ferramenta específica para análise qualitativa de dados, que facilita a organização das transcrições, a codificação de trechos relevantes e a criação de categorias analíticas. O programa permite ainda o cruzamento de informações, auxiliando na visualização de padrões, relações e recorrências dentro do conjunto de entrevistas. Dessa forma, a combinação entre o rigor metodológico da análise de conteúdo e o suporte tecnológico contribui para uma interpretação mais aprofundada e sistemática do material empírico.

Resultados e Discussões

O presente estudo permitiu analisar a percepção dos docentes da UFRN sobre as condições de trabalho na instituição e sua relação com a QVT desses servidores em três instâncias, com os recortes de tempo distribuídos entre o (1) Período anterior à pandemia, (2) Durante a pandemia e (3) Pós-pandemia, cujo estes estarão dispostos como títulos das subseções a seguir. Isto posto, cabe fazer a ressalva de que o formato de trabalho no serviço público das instituições federais de ensino superior do Rio Grande do Norte sofreu alterações, em virtude da pandemia de Covid-19, considerando a exigência de isolamento deste contexto – antes da pandemia tinha formato presencial, durante era realizado em formato remoto e após foi adotado o formato híbrido –.

Nesse sentido, foram os resultados coletados em entrevistas e analisados, conforme proposto por Bardin (2011), são decorrentes dos eixos “Condições de Trabalho”; “Saúde mental no trabalho”; e “Relação Trabalho-Família” do roteiro semiestruturado para as entrevistas com os docentes. Além disso, o eixo de “Desafios futuros” também foi considerado para os resultados fornecidos no contexto de pós-pandemia. Dessa maneira,

as respostas dos participantes foram organizadas e examinadas em cada eixo, permitindo a identificação de conteúdos específicos em cada temática.

Período anterior à pandemia

Ao iniciar pelo eixo temático de Condições de Trabalho, considerando as atividades laborais realizadas anteriormente ao cenário pandêmico, muitos dos docentes entrevistados relataram como ponto positivo em comum a presença marcante de relações interpessoais, comunicação, sociabilidade, convivência e valorização do ambiente presencial de trabalho. Os relatos que seguem ilustram essa percepção.

Antes da pandemia, o campus tinha uma vida e uma circulação grande de estudantes, técnicos administrativos, professores [...]. (Entrevista 69).

[...]Onde a gente dialoga, estar no espaço da universidade, é algo que pra mim faz muita diferença. (Entrevista 18).

Eu penso que antes da pandemia o nosso trabalho era mais tranquilo. Por quê? Porque existia uma coisa interessante que era essa divisão do espaço do trabalho e o espaço de viver e de morar. (Entrevista 33).

De acordo com Borges; Barros & Magalhães (2023), a QVT é conceituada como o resultado de ações individuais e coletivas que visam criar um contexto onde as condições de trabalho, a organização e as relações sociais contribuam para o bem-estar dos trabalhadores. Nesse sentido, as falas dos docentes demonstram uma percepção positiva acerca de como se davam as relações interpessoais anteriormente a pandemia, bem como apresentam uma valorização do ambiente físico e presencial de trabalho, dois pontos que sofrem alterações significativas com a chegada do formato remoto, que podem afetar diretamente a QVT desses trabalhadores em aspectos de bem-estar, socialização e saúde mental, sendo este último agravado com a virtualização do trabalho (Rodrigues & Perdesolli, 2023).

Outrossim, os docentes ressaltaram ainda como outro aspecto positivo do período anterior à pandemia, a existência de condições que lhes proporcionavam maior estabilidade para o desenvolvimento de suas atividades. Esse contexto favorecia a realização das ações de ensino, pesquisa e extensão de forma mais equilibrada, uma vez que havia maior previsibilidade no trabalho. A seguir se dispõem relatos que retratam o exposto, quando perguntado em entrevista sobre mudanças ocasionadas pela pandemia no conteúdo das atividades.

As atividades que a gente desenvolve elas abarcam o ensino, pesquisa e extensão [...] Então, assim, antes tinha uma certa estabilidade convencional do serviço, a gente trabalha orientando estudantes, propondo projetos[...]. (Entrevista 26).

Então, impactou porque tudo que a gente fazia né, no presencial, quando do ponto de vista da execução das tarefas, elas começaram a ser realizadas em outros ambientes. Não é que não existia o ambiente remoto, mas era muito menos demandado. (Entrevista 13).

[...]Porque, veja, todo o material que eu trabalhava era material impresso. Nós tínhamos aqui as copiadoras e eu depositava o material e os alunos trabalhavam. Então, você tem uma gama de material já impresso que você não pôde mais utilizar. Você teve que reconfigurar todo o arcabouço teórico metodológico. (Entrevista 33).

Desse modo, a estabilidade mencionada referia-se não apenas à rotina acadêmica estabelecida, mas também ao acesso a recursos institucionais e à possibilidade de planejar projetos com menor interferência de fatores externos. Tal cenário contribuía para que os docentes percebessem maior segurança e confiança no exercício de suas funções, além de possibilitar uma melhor articulação entre as diferentes dimensões que compõem a carreira universitária. No entanto, foi muito elencado pelos docentes um ponto negativo que aparece em contraste, o qual diz respeito a uma precarização do trabalho já existente anteriormente ao contexto pandêmico.

O trabalho da gente antes da pandemia, para o período de pandemia, é um processo de trabalho já precarizado. O trabalho docente não é um trabalho fácil [...] antes já a pandemia já era um cenário precário, em função de várias questões políticas, econômicas e sociais que envolvem questão de salário, que não estava sendo... Já estava num período de estagnação, de diminuição de investimento na estrutura da universidade, de contratação de pessoal[...] Isso é tudo antes da pandemia, já acontecia. A questão da valorização, das ameaças que a gente teve à liberdade de cátedra [...].(Entrevista 31).

Eu sempre trabalhei em sobrecarga, né? Eu sempre fui professor, pesquisador e gestor acadêmico. Então eu sempre tive sobrecarga de trabalho. Sempre tive uma rotação alta de trabalho. Isso antes, durante e depois da pandemia.(Entrevista 40).

Quantas pessoas têm autonomia e independência para desenvolver o seu trabalho? No modelo de sociedade que a gente tem. Se a gente trouxer, volto a dizer, se a gente trouxer pra questão docente, essa autonomia e independência antes da pandemia, ela já era... já estava em xeque, está dentro desse processo de precarização.(Entrevista 31).

Além das contribuições das entrevistas supraexpostas, alguns estudos reforçam a existência de uma precarização do trabalho docente no ensino público superior do Brasil. Conforme Quéiroz & Emilliano (2020), já eram apontadas em meados de 2017 e 2018 a redução e volatilidade de fundos públicos, a desvalorização da educação e ciência, salários defasados, falta de recursos e infraestrutura adequada, além da transferência de atribuições burocráticas-administrativas para os próprios professores devido à diminuição de contratações de técnicos.

Durante a Pandemia

Ainda no que tange às condições de trabalho docente, bem como sua precarização, elaboradas na seção anterior, adiciona-se aos resultados encontrados no mesmo eixo temático durante a pandemia. Ao serem questionados acerca das percepções de trabalho durante o cenário pandêmico, em contexto remoto, os principais pontos apresentados pelos docentes se direcionam a alguns pontos negativos, como a dificuldade de adaptação ao formato de trabalho; virtualização das atividades; sobrecarga; perda do controle de tempo; a complexidade em gerenciar os espaços residencial e laboral; estrutura

desfavorável ao trabalho; suporte institucional insuficiente e carência das relações interpessoais.

Em sequência, apresentam-se alguns relatos que ilustram a intensificação dessas condições precárias de trabalho durante a pandemia, impactando diretamente na QVT dos docentes .

Durante a pandemia houve? houve uma sobrecarga do ponto de vista que era tudo virtual, né? Então a gente ficava no início sem horário, né? A qualquer hora podia chegar às demandas. (Entrevista 45).

Aí eu só imagino que foi realmente uma coisa... muito brusca, sem planejamento adequado, sem preparação de vários aspectos, não só emocional, mas preparação técnica de como você vai lidar com novos ambientes, preparação de como que você vai ter o seu fazer, dentro de uma perspectiva que você não tinha nenhum tipo capacitação para isso, de planejamento prévio, de adequação prévia, foi uma coisa brusca. (Entrevista 13).

Influenciou, por exemplo, algumas atividades de aula, eu... pelo barulho em casa, barulho na rua é... eu procurei gravá-las. E eu gravava essas atividades às vinte e três horas, porque era o horário que estava todo mundo é...(...) em silêncio. Então houve essa alteração no horário do trabalho. (Entrevista 40).

Então, mas o que, por outro lado, a parte, vamos dizer assim, de logística mesmo doméstica, isso não, isso foi toda nossa: computador, internet, equipamentos que se teve que comprar, eventualmente uma internet mais veloz. Todo o aparato tecnológico, a gente foi com recursos próprios. Então, essa infraestrutura por outro lado não teve. (Entrevista 1).

Eu acredito que houve um afastamento, a gente fica um pouco mais afastado, tem menos conversa, menos comunicação de modo geral, mas, entretanto, a gente tinha um bom diálogo ainda. Não era a mesma coisa de estar ali nos corredores, no dia a dia, conversando e sempre que precisar (...) Então, sempre que eu ia conversar com o pessoal, geralmente era com algum propósito, não é como no dia a dia que você está aqui resolvendo suas coisas, vai ali tomar um café, encontra o professor com o docente e conversa, e pode gerar outras conversas aleatórias, conversas diversas. (Entrevista 41)

Diante dos desafios elencados entre os relatos expostos acima, se faz notória a intensificação de precarização do trabalho docente na universidade pública de ensino superior, sendo estas condições agravadas pelo contexto pandêmico, em virtude do vírus da COVID-19, causando prejuízos diretos à QVT desses professores.

Conforme Borges et al. (2025), essa intensificação das condições de trabalho precárias teve contribuição significativa da exigência que a pandemia impôs às universidades quanto ao enfrentamento da omissão do Governo vigente da época no combate ao vírus e a desinformação sobre a eficácia das vacinas. Tal agravamento corroborou para os impactos negativos na QVT dos docentes, de diversas maneiras, manifestando-se principalmente em três fatores que indicam sofrimento, quando se considera o contexto de trabalho remoto: Desestímulos; Desamparo Organizacional e Invasão da Vida Familiar e Pessoal.

Colocando em parâmetro, com o último material referenciado na presente escrita, os resultados coletados nas entrevistas, foi possível enxergar os fatores de Desestímulo e Desamparo Organizacional nas respostas ofertadas ao eixo temático de “Saúde Mental e Trabalho” do roteiro semiestruturado. A seguir estão mais alguns relatos ilustrativos quanto a essa dimensão dos resultados encontrados.

Como se a gente não tivesse fazendo nada e como se a gente só desse aula, a gente faz tanta coisa e as pessoas reduzem a quantidade de aulas que a gente dá por semana, então isso é injusto e termina desestimulando [...].(Entrevista 18).

Não, eu não utilizei esse serviço de saúde mental nesse período, mas a universidade disponibiliza esse tipo de serviço, enquanto eu considero bastante deficitário. (Entrevista 69).

Do ponto de vista médico-psicológico, ah... na nossa unidade a gente só tem um psicólogo pra atender todas as demandas de alunos e servidores, né. Médicos a gente tem mais alguns, né, é... mas quando a gente precisava, oportunamente era fornecido, tanto pra fazer testes, né, como também pra trabalhar na perspectiva da saúde mental (Entrevista 77).

Não, não teve nenhuma iniciativa, pelo menos que eu conhecesse. Não. (Entrevista 81).

Ter mais psicólogos nas universidades pra atender não só os alunos, mas os professores. Digo isso porque em Currais Novos não temos nenhum e isso é bem complicado [...] Porque quando o professor ele tá desestimulado, ele tá com problemas de saúde mental, isso termina repercutindo na aula também e no caso eu que trabalho com licenciatura, né? Termina repercutindo na educação brasileira, né? Então é um efeito cascata e se pensar em algumas ações que possam ajudar esses professores de atendimento não só coletivo, mas individual, né?(Entrevista 18).

Conforme relatado, estes profissionais tiveram o aspecto da QVT negativamente afetado durante a pandemia, repercutindo em sua saúde mental, o que apresenta fatores de desestímulo e desamparo organizacional, especialmente no que toca a falta de suporte para a promoção do bem-estar psíquico ao passar por um momento tão delicado como o de contexto pandêmico. Somado a isso, encontram-se muitos outros relatos que narram o aumento de ansiedade.

Afetou, como eu falei, porque eu penso que o fato de você trazer todo o arcabouço laboral para dentro da tua casa, que é teu espaço de moradia, teu espaço de descanso, muitas vezes seu espaço de lazer e você não vê limite entre um espaço e outro, afetou muito a saúde mental da gente e o próprio desempenho do trabalho também [...] Pela primeira vez eu tive que procurar profissionais da saúde nessa área de doenças emocionais, psicólogos, psiquiatras, pela primeira vez. (Entrevista 33).

Na pandemia, eu tive o que eu não sabia, que era crise de ansiedade. Até a pandemia eu não sabia.(Entrevista 69).

Pensando pelo campo da QVT, esses dados se configuram como alarmantes, visto que o impacto na saúde mental é significativo, pois leva à violação do direito à desconexão e à

sobrecarga de trabalho, eliminando a diferenciação entre tempo de trabalho e não-trabalho (Borges et al., 2025). A ansiedade crescente, vivenciada por estes profissionais durante a pandemia, revelam não apenas a resposta a um período delicado de crise sanitária e isolamento social, mas também as consequências ocasionadas pela precarização do trabalho, que parte da falta ou insuficiência do apoio institucional às questões de saúde, impactando diretamente na QVT.

Ademais, retomando o outro fator prejudicial à qualidade de vida no trabalho, agora observado pelo eixo temático de “Relação trabalho-família”, foi possível identificar a invasão da vida familiar e pessoal. Muitos dos participantes trouxeram a percepção de que o trabalho ocupava mais espaço dentro de casa, invadindo a vida familiar e estendendo as horas de trabalho além das contratadas. Isto pode ser muito bem retratado nos relatos a seguir.

Houve sobrecarga e houve também... Isso repercutiu também na saúde da gente, não tocando até o estresse. Eu acho que as pessoas ficaram mais estressadas dentro de casa. O teu espaço de moradia e de vivência virou o teu espaço de trabalho também.(Entrevista 33).

Esse ajuste que precisou ser feito com as outras pessoas para casa do silêncio, do momento, do filho, do trabalho, de entender que eu estava na reunião porque a reunião demora muito [...] (Entrevista 73).

É, altera porque em alguns momentos você está exigindo a rotina de mais, as tarefas que você tem como, por exemplo, dar uma aula. Por exemplo, se você precisa ficar no local isolado, sem barulho para poder dar aula, e aí o fato de dar aula no espaço privado, doméstico, é difícil isso, acaba interferindo. Então eu diria que trabalho doméstico... o trabalho profissional que exige concentração, que exige um tempo maior, que ele fique prejudicado quando é feito em um espaço privado, no espaço doméstico.(Entrevista 69).

Ainda nos mesmos relatos, também foram identificados a interferência da família sobre o trabalho.

O fato de você trazer todo o arcabouço laboral para dentro da tua casa, que é teu espaço de moradia, teu espaço de descanso, muitas vezes seu espaço de lazer e você não vê limite entre um espaço e outro, afetou muito a saúde mental da gente e o próprio desempenho do trabalho também.(Entrevista 33).

Então a dinâmica e as relações se intensificaram muito porque você estava o tempo todo naquele espaço e foi um pouco desgastante, então assim, tem uma relação de as pessoas não entenderem muitas vezes o que você faz, o porquê que você está ali, e o espaço, quem está no espaço virtual, sou eu, as pessoas que estão fora não estão nesse lugar, então elas não têm o mesmo cuidado que eu teria, então isso interferia no trabalho. (Entrevista 73).

Evidente, porque você está em casa, demandado as tarefas, as interrupções, e às vezes você está na sua atividade profissional, aí você tem que ir romper, voltar a uma quebra no ritmo da produtividade. (Entrevista 69).

Mantendo a discussão dos resultados sob o mesmo aspecto do eixo relação trabalho-família, foi possível observar a QVT das trabalhadoras de gênero feminino sendo prejudicada de modo peculiar, especialmente pela perspectiva de mulheres que também acumulam a função de cuidadoras para além do trabalho remunerado. Essa identificação aparece refletida nos relatos a seguir.

Eu acho que eu ouvi mulheres casadas com filhos já relatando um a outro contexto, gente, é difícil, com filho, com marido, com casa[...] (Entrevista 123).

Porque como mãe, eu digo que eu gerencio não só a minha vida, eu gerencio também a vida da minha família, como um todo. Então quando eu tenho um horário de trabalho, eu tenho que pensar no horário da escola, no horário também de trabalho da minha mãe, porque muitas vezes eu preciso contar com ela. (Entrevista 24).

Filhos eu não tenho [...] Minha responsabilidade maior é comigo, né? Meus pais [...] A forma que o meu trabalho pode afetar a minha relação com a família é a questão de estresse, por exemplo, do trabalho, né? O estresse diário.(Entrevista 73).

Acho que a dificuldade maior é porque na época meus meninos eram bem menores, tavam na faixa de 7, 11 anos, e eles demandavam muito de mim em função dos estudos que passaram ser em casa [...] Então assim, eu estava em casa, então tinha essa questão de sempre me buscar, sempre me procurar, com relação às demandas que fosse, desde colocar o café da manhã até virar uma dúvida nos estudos, ou explicar uma matéria. Então teve esse movimento que foi diferente pra mim. (Entrevista 24).

Diante disso, a afirmação se confirma não apenas com os relatos destas participantes, mas também com referências da literatura. Conforme Borges et al. (2025), docentes, especialmente mulheres, perceberam mais a invasão familiar e pessoal pelo trabalho remoto, durante a pandemia. Para as mulheres, isso foi agravado pela desvalorização das atividades de cuidado e domésticas a elas atribuídas historicamente, com o aumento das demandas de cuidados e atividades domésticas em consequência do cenário pandêmico e do trabalho remunerado, que também estava sendo realizado em casa, comprometendo sua QVT.

Pós-Pandemia

No período pós-pandemia, os relatos dos docentes evidenciam novos desafios que se somam às fragilidades já existentes nas condições de trabalho, que agora acontece em formato híbrido. A experiência com as atividades remotas trouxe repercussões importantes, como o excesso de tempo diante da tela e a redução da interação social, o que gerou distanciamento entre colegas e tensões no retorno às atividades presenciais, bem como prejuízos aos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, os professores apontam que o adoecimento se intensificou, em um contexto marcado não apenas pela pandemia, mas também por crises políticas e econômicas que afetam diretamente as universidades.

Concomitantemente, o retorno presencial foi marcado por fragilidades institucionais, como a ausência de fornecimento adequado de equipamentos de proteção individual, revelando falhas no cuidado com a saúde dos trabalhadores. Por fim, a diminuição dos

recursos financeiros aparece como um obstáculo significativo, colocando em risco a manutenção das atividades acadêmicas e a QVT docente.

Conclusão

Os resultados desta pesquisa evidenciam que, mesmo antes da pandemia de COVID-19, as condições de trabalho docente já apresentavam fragilidades importantes que comprometiam a QVT. A intensificação das demandas, a sobrecarga decorrente da pressão por produtividade e a transferência de tarefas administrativas revelavam um desequilíbrio entre exigências e recursos disponíveis. Somam-se a isso a ausência de autonomia, a estagnação salarial e a precarização material, expressa na insuficiência de infraestrutura e apoio institucional, fatores que fragilizavam o bem-estar e geravam desgaste contínuo.

A pandemia intensificou esse cenário, aprofundando desigualdades e precariedades. O ensino remoto emergencial expôs limitações estruturais e institucionais, acarretando sobrecarga, perda de fronteiras entre vida pessoal e laboral e ausência de suporte adequado. Além disso, a invasão do espaço doméstico pelo trabalho revelou desigualdades de gênero, afetando especialmente as docentes mulheres, que enfrentaram a sobreposição entre responsabilidades profissionais e de cuidado. O excesso de tempo diante das telas e a diminuição da interação social também repercutiram negativamente na saúde física e mental dos professores, ampliando o adoecimento e o distanciamento interpessoal.

No período pós-pandemia, os relatos demonstram que tais fragilidades não foram superadas, mas ampliadas. O retorno presencial ocorreu em meio a tensões nas relações de trabalho, fornecimento insuficiente de equipamentos de proteção e escassez de recursos financeiros, que comprometem a manutenção das atividades acadêmicas. Assim, a QVT docente segue atravessada por condições adversas que extrapolam o âmbito individual, refletindo um contexto institucional e social mais amplo.

Diante disso, esta pesquisa aponta para a necessidade urgente de políticas de valorização e apoio, que contemplem melhorias estruturais, promoção da saúde mental e ações que favoreçam a conciliação entre trabalho e vida pessoal. Recomenda-se, ainda, que futuras investigações aprofundem a análise dos impactos da modalidade remota sobre os vínculos interpessoais e o bem-estar docente, uma vez que tal experiência alterou significativamente a dinâmica de ensino e as relações no ambiente universitário. Pensar a QVT docente, portanto, é também refletir sobre o fortalecimento da universidade pública e sobre a criação de condições mais justas, saudáveis e sustentáveis para o trabalho acadêmico.

Referências

Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). Trabajo, ocupación y bienestar. In A. Garrido (Org.), Sociopsicología del trabajo (pp. 99-132). Barcelona: Editorial UOC. Antunes, R. (2008). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

Antunes, R. (2008). Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. Revista Crítica de Ciências Sociais, (83), 19-34.

Antunes, R. & Druck, G. (2013). A terceirização como regra? Revista do Tribunal Superior do Trabalho, 79(4), 214-231.

BARDIN, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 1 ed.

BORGES, L. de O., BARROS, S. C., & MAGALHÃES, N. S.. (2023). Quality of working life: conceptions in Brazilian federal universities. Estudos De Psicologia (campinas), 37, e190096. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e190096>

Borges, L.d.O.; Motta, G.M.V.; Garcia-Primo, G.M.; Barros, S.C.; Heleno, C.T. Working Conditions and Mental Health in a Brazilian University. Int. J. Environ. Res. Public Health 2023, 20, 1536. <https://doi.org/10.3390/ijerph20021536>

Borges, L. O., Barros, S. C., & Heleno, C. T. (2025). Trabalhar durante a pandemia da COVID-19 em universidades públicas. R. Laborativa, 14(1), 4–31. <http://ojs.unesp.br/indexphp/rlaborativa>

Bosi, A. de P.. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. Educação & Sociedade, 28(101), 1503–1523. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>

Garcia Primo, G. M., & Borges, L. O. (2018). Trajetória de um hospital universitário: as clínicas associadas à empresa pública. Revista Laborativa, 7(2), 90- 111.

Garrido, A. (2006). El trabajo: presente y futuro. In A. Garrido (Org.), Sociología del Trabajo (pp. 19-55). Barcelona: Editorial UOC.

Leite, K. C. (2019). Trabalho precário: precariado, vidas precárias e processos de resistências. Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho, 51, 108- 125.

Matos, N. B., Siqueira, J. S., Monte, P. A., & Cavalcante, P. R. N. (2015). Práticas de governança eletrônica e desempenho: uma análise nas universidades federais brasileiras. Registro Contábil, 6(2), 130-149. Recuperado em 14 de julho de 2019 de <http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/1638>

Rodrigues, C. M. L., & Pedersoli, M. M. (2023). Fatores associados à qualidade de vida de professores universitários no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. PROJEÇÃO E DOCÊNCIA, 14(2), 24-35.

Queiróz, M. de F. F., & Emiliano, L. L.. (2020). Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira. *Revista Katálisis*, 23(3), 687–699. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p687>

Silva, E. L., Menezes, E. M., Bissani, M. (2002). A internet como canal de comunicação científica. *Informação & Sociedade: Estudos*, 12(1), 321-343. Recuperado em 14 de julho de 2019 de <https://www.researchgate.net/publication/311927328>

Silva, H. L. F. (2018). Trabalho precário e formação do trabalhador: a precariedade como modo de ser. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, 3(5), p. 223-250.

Rodrigues, D. D., & Afonso, L. E. (2015). O impacto da criação da Funpresp sobre os benefícios previdenciários dos servidores públicos federais. *Revista de Administração Pública*, 49(6), 1479-1505. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612141592>

Zanelli, J. C., & Bastos, A. V. B. (2014). Inserção profissional do psicólogo em Organizações e no Trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Orgs.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil* (pp. 466-496). Porto Alegre: Artmed.

CÓDIGO: HS1774

AUTOR: SAMARA COUTINHO FREIRE

ORIENTADOR: LUCIANO MENEZES BEZERRA SAMPAIO

TÍTULO: Caracterização dos modelos de educação em tempo integral dos Estados Brasileiros

Resumo

Este artigo tem como objetivo examinar o desenho das políticas de educação em tempo integral para o ensino médio nas unidades da federação brasileira. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com foco na análise de conteúdo dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e de documentos oficiais que tratam da Meta 6 do Plano Nacional de Educação. A análise contempla ainda uma comparação entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, permitindo compreender a diversidade de estratégias adotadas e os desafios relacionados à implementação. Os resultados preliminares apontam para diferenças significativas no nível de planejamento, execução orçamentária e monitoramento, evidenciando que, enquanto alguns estados apresentam políticas estruturadas e avanços expressivos, outros ainda enfrentam entraves institucionais e limitações administrativas. A pesquisa contribui para o debate sobre as desigualdades educacionais e a importância da adequação das políticas de educação integral às realidades regionais.

Palavras-chave: Educação; Tempo Integral; Ensino Médio; Desigualdade; Estados.

TITLE: Characterization of full-time education models in Brazilian States

Abstract

This article aims to examine the design of full-time education policies for high school in Brazilian states. The research adopts a qualitative approach, focusing on content analysis of State Education Plans (PEE) and official documents related to Goal 6 of the National Education Plan. The analysis also includes a comparison between the states of Ceará and

Rio Grande do Norte, in order to understand the diversity of strategies adopted and the challenges related to implementation. Preliminary results show significant differences in planning, budget execution, and monitoring. While some states present structured policies and expressive advances, others still face institutional barriers and administrative limitations. The research contributes to the debate on educational inequalities and highlights the importance of adapting full-time education policies to regional realities.

Keywords: Education; Full Time; High School; Inequality; States.

Introdução

A desigualdade educacional é um fenômeno histórico e persistente no Brasil, moldado por estruturas econômicas e sociais excludentes. Ao longo das décadas, diversas abordagens teóricas buscaram compreender as dinâmicas de formação dos jovens e os impactos sobre seu nível de instrução, os quais repercutem de diferentes formas na sociedade.

Em termos gerais, educar em tempo integral significa garantir a totalidade da formação educacional do indivíduo. No ensino fundamental, em especial, essa proposta representa a busca pela dignidade educacional, reafirmando a escola como o espaço central e responsável pelo desenvolvimento dos estudantes nessa fase da vida. Essa discussão, sobretudo no campo da ciência econômica, revela múltiplas camadas e complexidades.

Quando se observa a formulação de políticas públicas governamentais, os objetivos declarados podem não expressar integralmente o desejo profundo de equidade, mas certamente apontam para a necessidade de melhorar os níveis educacionais do país. Parte-se do entendimento de que o tempo instrucional é fundamental para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade (Rivkin e Schiman, 2015). Assim, a expansão da jornada escolar busca contribuir para a formação de uma geração mais capaz, o que se mostra especialmente relevante diante da aceleração do avanço tecnológico neste século.

A política de educação em tempo integral, entretanto, apresenta efeitos heterogêneos, variando de acordo com características socioeconômicas dos alunos e suas famílias, tais como renda, escolaridade dos pais, gênero, idade, local de residência e pertencimento a grupos minoritários. Apesar de haver quase um consenso na literatura sobre a importância da ampliação da carga horária, os efeitos concretos dependem do desenho da política adotada. Nesse sentido, propõe-se a análise dos modelos de educação em tempo integral para o ensino médio a serem implementados nos estados brasileiros.

A presente pesquisa tem como objetivo examinar o desenho das políticas de educação em tempo integral para o ensino médio nas unidades da federação. Para isso, realiza-se uma análise de conteúdo dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e de documentos oficiais que descrevem tais políticas, além de uma investigação comparativa dos efeitos de implementação nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

A avaliação permitirá compreender os modelos de educação em tempo integral no ensino médio, incluindo a forma de implementação das políticas nos estados; a caracterização dos alunos beneficiados em comparação aos não beneficiados; a descrição de trajetórias e indicadores de desempenho escolar; a análise comparativa dos modelos adotados.

Dessa forma, pretende-se observar a relação entre os planos projetados e os resultados efetivos, com foco no Estado do Ceará e Rio Grande do Norte, a partir das trajetórias de indicadores de desempenho educacional vinculados à implementação da educação em tempo integral.

Metodologia

A ciência social aplicada, por si só, introduz o pressuposto da importância de análises que perpassam não apenas a teoria, mas também o entendimento profundo das interações humanas em seus diversos contextos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Com base nisso, este estudo adota a abordagem qualitativa como caminho metodológico principal para compreender os efeitos da ampliação da jornada escolar no ensino médio em tempo integral.

A pesquisa qualitativa tem como característica central o objetivo de descrever, compreender e interpretar fenômenos sociais a partir de dados empíricos e referenciais teóricos. Trata-se de uma abordagem voltada à construção do conhecimento a partir de um processo indutivo, onde não há hipóteses pré-estabelecidas, mas sim a busca pela compreensão do objeto de estudo em sua complexidade. Tal perspectiva se mostra pertinente frente à heterogeneidade das realidades educacionais brasileiras, que envolvem fatores como investimento, perfil dos alunos, características regionais, infraestrutura, entre outros elementos que tornam o cenário ainda mais multifacetado.

Para essa análise, foi realizada uma coleta e sistematização documental dos Planos Estaduais de Educação (PEE) de todos os estados brasileiros, com o intuito de verificar se estão em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE). O foco recaiu sobre a Meta 6, que trata da implementação da educação em tempo integral, permitindo mapear as metas estabelecidas, os princípios orientadores, os mecanismos de aplicação e o grau de alinhamento entre os entes federativos. Esta etapa visou também compreender as interações reais e a aplicabilidade social das diretrizes traçadas nos planos estaduais.

A abordagem metodológica segue um modelo descritivo, buscando compreender o contexto e os significados atribuídos aos processos educativos analisados. Em consonância com Demerutis e Lapan (2004), a investigação qualitativa exige atenção às controvérsias e complexidades éticas, especialmente quando se lida com problemas sociais em variados contextos sociopolíticos.

Neste estudo, optou-se pela análise de conteúdo como técnica principal de análise qualitativa. Essa abordagem permitiu examinar a relação entre tempo de ensino e nível

educacional, observando os efeitos da ampliação da carga horária sobre o processo de ensino-aprendizagem, as condições do ensino e o impacto da implementação da educação em tempo integral.

O procedimento envolveu quatro etapas principais:

1. Levantamento e estudo teórico: Foram analisadas as contribuições de autores que discutem a educação brasileira sob a ótica da qualidade, equidade e políticas públicas, contextualizando o cenário atual da educação no ensino médio e os desafios enfrentados com a ampliação da jornada escolar.
2. Exame documental: Foi realizada uma leitura atenta dos Planos Estaduais de Educação, com foco nas metas, estratégias e justificativas que orientam a adoção do modelo de tempo integral. Esta análise buscou identificar como os estados estruturaram suas metas, em que medida dialogam com o PNE, e quais aspectos sociais, econômicos e pedagógicos foram considerados.
3. Construção de categorias analíticas: Com base nos documentos, foram desenvolvidas categorias temáticas, a partir das quais foi possível sistematizar as informações e identificar padrões e variações entre os diferentes estados. As categorias incluíram: público-alvo, perfil socioeconômico dos alunos, inclusão de grupos vulneráveis, condições estruturais, formação e capacitação dos profissionais, modelo pedagógico adotado, e mecanismos de implementação, acompanhamento e avaliação.
4. Análise comparativa: Realizou-se também uma análise comparativa com o objetivo de aprofundar a compreensão a partir de dois contextos distintos: de um lado, um estado em que já se observam efeitos positivos da implementação da educação em tempo integral; de outro, um em que os resultados ainda não são perceptíveis. Essa comparação mostrou-se essencial para uma leitura mais detalhada da realidade, uma vez que os planos inicialmente apresentados expressam apenas os compromissos assumidos pelos estados, não refletindo, necessariamente, a efetiva execução da política pública.

A exploração do material se deu por meio da leitura atenta e notações, com construção de um quadro de memória analítica, no qual foram registrados os elementos-chave encontrados nos documentos. Em seguida, realizou-se uma análise interpretativa orientada por referenciais teóricos, possibilitando estabelecer relações entre os dados empíricos e os debates acadêmicos sobre educação integral.

Essa abordagem visa promover uma reflexão crítica sobre as políticas educacionais voltadas à educação em tempo integral, observando não apenas os planos normativos, mas sua viabilidade, coerência interna e implicações práticas na realidade educacional brasileira.

Resultados e Discussões

A Educação em Tempo Integral foi incluída no Plano Nacional de Educação 25 de junho de 2014, por meio da lei nº 13.005, prevendo em sua meta 6, “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de

forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.” (BRASIL, 2014). Trata-se de uma política pública educacional estruturada para articular diferentes elementos do processo de ensino-aprendizagem, reunindo saberes que envolvem alunos, professores, servidores, pais, comunidade e Estado.

Para a articulação e implementação do tempo integral nos estados brasileiros, tornou-se necessária a elaboração de estratégias específicas para cada unidade federativa, de modo a possibilitar que as escolas fossem capazes de atingir tal meta. O espaço escolar, enquanto construto cultural e histórico, compreende o suporte físico da educação, conforme o projeto que o sustenta. Alterada a função da escola, altera-se a forma de conceber sua arquitetura, suas instalações e, conseqüentemente, seu currículo e seus professores (DÓREA, 2013). Isso, conforme se observa no Planos Estaduais de Educação, envolve reformas e novas construções, contratação de profissionais de apoio, ampliação da capacitação docente com planos de carreira e valorização profissional, ajustes à matriz curricular, gestão escolar eficiente, entre outros aspectos.

Assim, para compreender e investigar os impactos de uma nova mudança no modo de educar, é fundamental manter-se consciente das causas históricas dos problemas, permitindo adaptar estratégias e conferir maior solidez aos projetos futuros. Já que os atuais desafios da educação no Brasil refletem esses processos históricos marcados por privações no acesso ao conhecimento e à liberdade de expressão, pela desvalorização das áreas de humanas e pela desigualdade no acesso e na permanência escolar. Isso evidencia a necessidade de um investimento elevado, sólido e bem planejado como base para um projeto tão ambicioso quanto a ampliação da jornada escolar, especialmente se o objetivo é promover ganhos reais na aprendizagem e na formação dos indivíduos

Até porque, os avanços dos processos de difusão tecnológica e os novos paradigmas oriundos da globalização resultam em transformações cada vez mais aceleradas, exigindo novos saberes e provocando profundas mudanças no mundo. Dentro dessa dinâmica produtiva capitalista, configura-se um novo cenário, com formas inovadoras de produção, elevado grau de especialização, informatização e avanços que nem sempre são acessíveis de forma equitativa. Esse contexto social impõe uma reflexão sobre a formação dos indivíduos, especialmente em um período de grande desestímulo à educação. Para Saviani (1978), o fracasso escolar é resultado de uma estrutura educacional concebida para selecionar e excluir, e não para universalizar o acesso ao conhecimento. Inerente a isso, destaca-se a necessidade urgente de compreender os efeitos da educação em tempo integral na formação integral dos jovens, sobretudo no ensino médio, fase em que os estudantes estão nos últimos anos da educação básica e começam a traçar seus caminhos, seja em direção ao ensino superior ou à inserção no mercado de trabalho. O artigo 205 da Constituição Federal define a educação como, [...] direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Consoante a isso, diversas medidas vêm sendo implementadas pelos governos, que, associadas ao plano de educação em tempo integral, já apresentam potencial para gerar impactos significativos a curto e médio prazo. Destacam-se, por exemplo, o programa federal “Pé de Meia”, que visa à permanência estudantil nas escolas, bem como a recente

medida de proibição do uso de telefones celulares nas escolas, prevista para vigorar em 2025, que também pode ser entendida como apoio ao projeto de melhor resultado na educação brasileira. A articulação entre o governo federal e os estados, ainda que marcada por desigualdades estruturais e de recursos, pode alcançar altos níveis de eficácia se for bem executada e acompanhada.

3. Modelos de Educação em Tempo Integral nos Estados Brasileiros

O Decreto nº 6.253/2007, em seu Artigo 20º, define a educação básica de tempo integral como aquela que oferece “jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares” (BRASIL, 2007b). Ao se analisar os modelos implementados pelos estados brasileiros para atender às diretrizes do Plano Nacional de Educação, observa-se uma execução heterogênea, influenciada por diferentes concepções pedagógicas, prioridades políticas e capacidades administrativas. No entanto, há similaridades em pontos fundamentais do projeto e das estratégias adotadas.

Entre as principais medidas destacadas nos Planos Estaduais de Educação, estão:

A ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, garantindo jornada igual ou superior a 7 horas diárias;
O atendimento progressivo às metas percentuais do PNE, geralmente, 50% das escolas públicas e 25% dos(as) estudantes da Educação Básica;
O desenvolvimento de uma proposta pedagógica diferenciada, integrando atividades curriculares, culturais, esportivas e interdisciplinares;
A formação continuada de professores e o incentivo à atuação em uma única escola, com dedicação exclusiva;
A construção e reestruturação da infraestrutura escolar (quadras, bibliotecas, laboratórios de informática, refeitórios, etc.).

Observa-se também uma atenção especial a estudantes em situação de vulnerabilidade social, crianças e adolescentes do campo, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e pessoas com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, com atendimento educacional especializado. De acordo com (CAVALIERE, 2013), ao mesmo tempo em que há um consenso de que as iniciativas de ampliação do tempo de permanência na escola têm se desenvolvido com base em diferentes modelos e organizações dos tempos e espaços, há também consenso da constante e robusta expansão dessas experiências, seja em uma perspectiva de democratização da educação básica. Segundo (CAVALIERE, 2009, p.52):

Os modelos de organização para realizar a ampliação do tempo de escola que vêm se configurando no País podem ser sintetizados em duas vertentes: uma que tende a investir em mudanças no interior das unidades escolares, de forma que possam oferecer condições compatíveis com a presença de alunos e professores em turno integral, e outra que tende a articular instituições e projetos da sociedade que ofereçam atividades aos alunos no turno alternativo às aulas, não necessariamente no espaço escolar, mas, preferencialmente, fora dele. (CAVALIERE, 2009, p.52).

Quase todos os estados preveem regime de colaboração com a União e os municípios,

promovendo articulações intersetoriais com áreas como cultura, saúde, assistência social e juventude, conforme (CAVALIERE; MAURÍCIO, 2012), como forma de enfrentamento das desigualdades educacionais. Prevendo-se a reorganização do currículo escolar, com a inclusão de disciplinas regulares em horário ampliado, oficinas culturais, esportivas e científicas, e temas como direitos humanos, cidadania e diversidade cultural. De acordo com a constituição de 1937, Art 128 - A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares. É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

O disposto reforça o dever do estado na criação, desenvolvimento e promoção de atividades artísticas, científicas e educacionais, estabelecendo, nessa perspectiva, acesso a uma visão democrática e participativa da cultura e do conhecimento, que está em consonância com os princípios motivadores do estabelecimento da ampliação do tempo escolar, que engloba em perspectiva, acesso a diversos saberes e a possibilitação de uma formação integral do indivíduo.

Além disso, há variações em relação às metas e estratégias adotadas. Em Santa Catarina, por exemplo, propõe-se a implementação da educação em tempo integral em 65% das escolas, enquanto na Bahia, a meta é mais modesta, prevendo apenas 25% das escolas até o fim da vigência do plano.

Nota-se que as sutis diferenças na concepção e nos projetos de implementação de estado para estado, dizem respeito à abrangência das metas, ao nível de detalhamento das propostas pedagógicas e ao grau de consolidação das ações, evidenciando que, enquanto alguns estados já possuem políticas bem estruturadas, outros ainda estão em fase de implementação.

A estratégia de implementação para a oferta do modelo educacional em tempo integral perpassa fatores relacionados ao orçamento governamental e a capacidade institucional dos Estados. Assim, há adaptações associadas aos seus contextos e particularidades específicas.

Os Planos Estaduais de Educação buscam atender a jornada mínima de 7 horas disposta pelo Plano Nacional de Educação, mas ainda assim, estados possuem autonomia para adaptar suas metas e estratégias às realidades locais. Em Rondônia a meta 6.16 dispendo que:

“Alterar a Matriz Curricular com ampliação da carga horária das disciplinas críticas, tais como: Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Química, Física, História e Geografia, bem como inserir as disciplinas de Educação Física e de Ensino Religioso em período contraturno onde houver a educação integral.”

Essa meta reforça o interesse em intensificar a projeção da matriz curricular já habitual dentro do modelo de ensino presente, o que diferencia-se de outros estados, que menciona propriamente a inclusão de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, como acesso à cultura e esporte.

O Tocantins, por sua vez, prevê melhorias estruturais bem específicas e que alinhadas à realidade geográfica e a população do estado. Dentre as medidas a serem adotadas,

chama atenção a criação de alojamentos em escolas indígenas e rurais para professores, que dentro do modelo de educação integral, compreende uma solução mais eficiente de possibilitar a continuidade ensino desses profissionais nas respectivas localidades.

Essas distinções de enfoque entre os estados brasileiros são fundamentais para compreender os resultados individuais alcançados. Estados como Ceará e Pernambuco, por exemplo, priorizam o fortalecimento do currículo, da gestão escolar e da formação docente. Já outros estados apresentam necessidades distintas, demandando que a alocação de recursos seja planejada de acordo com seus contextos específicos. Em regiões onde há dispersão populacional e dificuldade de acesso, como no Norte do país, a construção de alojamentos para professores se torna essencial, dada a necessidade de deslocamentos longos e complexos. Esse cenário contrasta com estados mais urbanizados, como São Paulo e Paraná, onde tais demandas não são tão prementes. Assim, a educação em tempo integral precisa ser pensada de forma flexível e descentralizada, respeitando as particularidades regionais.

O direcionamento do atendimento a comunidades pobres, indígenas, quilombolas e populações em situação de vulnerabilidade social expressa uma preocupação em reduzir desigualdades internas. Esse é o caso de estados como Acre, Roraima, Amazonas e Amapá. Em contrapartida, outros, como Goiás, Paraná, Ceará, Pernambuco e Paraíba, têm conferido maior ênfase à avaliação de resultados e ao cumprimento de metas educacionais. Essa diferenciação revela um dilema: por um lado, a adaptação às realidades locais é necessária, por outro, existe o risco de que a ênfase excessiva na infraestrutura ofusque a qualidade pedagógica. A literatura, no entanto, aponta que ambos os aspectos estão intrinsecamente ligados. O relatório *Learning to Realize Education's Promise* (Banco Mundial, 2018), por exemplo, destaca a importância da escola para a qualidade da educação e ressalta a necessidade de aplicação eficiente dos recursos públicos, evidenciando uma relação de causalidade entre infraestrutura, investimento educacional e desempenho escolar.

Nesse contexto, os princípios basilares da política educacional brasileira, expressos na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1988; 2014), indicam a importância da ação pública como estratégia para garantir não apenas o acesso e a permanência dos estudantes, mas também a oferta de ambientes escolares com condições adequadas de funcionamento.

Ademais, o regime de colaboração entre União, estados e municípios suscita questionamentos sobre a capacidade de implementação de políticas robustas em estados mais dependentes de recursos federais, como Tocantins, Acre e Roraima. Esses enfrentam maiores limitações quando comparados a unidades federativas mais autônomas financeiramente, como São Paulo ou Minas Gerais. Em meio a tais disparidades, os estudos sobre fatores associados ao desempenho escolar evidenciam diferenças expressivas entre as redes e entre as próprias escolas (LACRUZI et al., 2019).

Identifica-se também que alguns estados buscam alcançar melhores resultados nos indicadores de desempenho, enquanto em outros as estratégias de ampliação do espaço de aprendizagem para além dos muros escolares. Museus, bibliotecas, teatros e parques vêm sendo incorporados ao cotidiano das atividades, o que reforça a ideia de que a educação integral não se limita à ampliação da jornada escolar, mas envolve a integralidade da

formação

dos

estudantes.

As divergências entre os estados, bem como os resultados positivos e os desafios encontrados na implementação, revelam que, embora exista uma concordância nacional quanto à importância da educação integral como estratégia de melhoria do ensino e da aprendizagem, suas diferentes formas de concretização refletem as desigualdades socioeconômicas e estruturais enfrentadas por cada unidade da federação.

6. Análise Comparativa: Ceará e Rio Grande do Norte

Neste tópico, busca-se apresentar um breve comparativo sobre a efetividade da política pública de ampliação da jornada escolar entre dois estados vizinhos da região Nordeste: Ceará e Rio Grande do Norte. A análise comparativa tem como objetivo compreender de que forma os resultados da política de educação em tempo integral têm se mostrado efetivos em ambos os estados, especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino e à promoção de uma formação educacional completa, eficiente e socialmente relevante.

No caso do Ceará, observa-se a presença de metas em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), particularmente no que se refere à ampliação da jornada escolar. Embora o Rio Grande do Norte também apresente essa diretriz em seu Plano Estadual de Educação (PEE), o diferencial entre os dois estados está na capacidade de execução. O Ceará dispõe de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) específico para o ensino médio em tempo integral, elaborado em 2020, que estabelece diretrizes, pressupostos e estratégias de gestão alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento prevê a diversificação curricular, a organização de itinerários formativos, a valorização de princípios pedagógicos e a implementação de estratégias de gestão escolar, revelando um compromisso ampliado com a formação integral do estudante.

O próprio texto do PPP destaca os objetivos dessa política ao afirmar: “melhorar as condições socioeducacionais dos educandos e as condições de trabalho para os professores e para a equipe gestora, dinamizando tempos e espaços pedagógicos com vistas a potencializar o sucesso acadêmico dos alunos; ampliar o repertório cultural e artístico; propiciar vivências de práticas educativas mais significativas; propiciar um maior desenvolvimento do raciocínio crítico e criativo.”

Esse planejamento resultou na expansão significativa da rede de escolas de tempo integral no estado. De acordo com a (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, 2020), em 2008, o Ceará possuía 25 unidades; em 2023, o número alcançou 367 Escolas Estaduais de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), 132 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), além de unidades voltadas ao campo e uma Escola Família Agrícola. Atualmente, 40,5% das matrículas do ensino médio no Ceará correspondem ao regime integral, percentual substancialmente superior à média nacional de 17,7%.

Outro elemento relevante é a incorporação de três dimensões fundantes da prática educativa: a escola como comunidade de aprendizagem, a aprendizagem cooperativa como método pedagógico estruturante e o protagonismo estudantil como princípio da

proposta socioemocional. Tais dimensões evidenciam uma concepção pedagógica que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, transformando a escola em espaço de convivência, troca e desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais. Os dados confirmam os avanços obtidos. Segundo o Saeb 2021, “os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental do Ceará possuem o 2º maior nível médio de proficiência do país em Língua Portuguesa (733) e o 3º maior em Matemática (749).”

Em contraste, o Rio Grande do Norte apresenta resultados mais frágeis. De acordo com o Ideb de 2023, “a rede estadual de educação do Rio Grande do Norte teve o pior desempenho do Brasil no ensino médio” (G1, 2024). Embora a meta de expansão da jornada escolar também conste em seu Plano Estadual de Educação, a Política de Educação em Tempo Integral foi formalmente implementada apenas em 2024, com a publicação da Lei nº 11.804, revelando atraso significativo em relação ao Ceará.

O estado enfrenta ainda um conjunto de limitações estruturais. Relatórios oficiais apontam que “escolas sofrem com um déficit de pessoal, incluindo professores e coordenadores pedagógicos, impactando a qualidade do ensino” (Agora RN, 2025). O RN apresenta também a segunda maior taxa de analfabetismo do país e enfrenta dificuldades relacionadas à execução orçamentária. Segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN, 2025), “dos R\$ 80 milhões transferidos para o estado e para os municípios, ainda há R\$ 51 milhões de saldo em conta, ou seja, apenas 37% foram utilizados.” Além disso, apenas “47,31% dos municípios potiguares instituíram políticas locais de educação integral” (TCE-RN, 2025), o que evidencia fragilidade na coordenação governamental e nas estratégias de descentralização. O desempenho educacional também se mostra preocupante nos dados do Saeb 2019, que revelam proficiências abaixo da média nacional nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como altos índices de reprovação e evasão escolar.

A comparação entre os dois estados evidencia que, embora ambos compartilhem desafios semelhantes, como desigualdades sociais e restrições orçamentárias, o Ceará tem conseguido estruturar e consolidar uma política educacional mais coesa, com planejamento pedagógico consistente, expansão efetiva da rede e monitoramento dos resultados. Já o Rio Grande do Norte apresenta uma implementação tardia, marcada por entraves administrativos, baixa execução de recursos e ausência de estratégias integradas que assegurem a efetividade da política.

Esse paralelo demonstra que a efetividade das políticas públicas depende não apenas da previsão legal, mas, sobretudo, da capacidade de articulação entre planejamento pedagógico, execução orçamentária e monitoramento contínuo. O caso cearense ilustra como o alinhamento entre esses fatores gera avanços expressivos nos in

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo examinar o desenho das políticas de educação em tempo integral no ensino médio, a partir da análise dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e de documentos oficiais relacionados à Meta 6 do Plano Nacional de Educação. Também buscou comparar as estratégias e os resultados de

implementação em diferentes estados, com especial atenção aos casos do Ceará e do Rio Grande do Norte.

A análise evidenciou que, embora exista um consenso nacional quanto à importância da ampliação da jornada escolar como estratégia para promover maior equidade e qualidade na educação, a implementação dessa política apresenta grande heterogeneidade entre os estados brasileiros. Foram identificadas diferenças relevantes no grau de detalhamento das metas, na consolidação das ações pedagógicas, na gestão dos recursos e na ênfase atribuída a aspectos como infraestrutura, currículo e avaliação de resultados.

O comparativo entre Ceará e Rio Grande do Norte mostrou que a efetividade da política depende diretamente da capacidade de planejamento, execução orçamentária e monitoramento contínuo. Enquanto o Ceará consolidou uma política consistente, com forte expansão da rede e resultados expressivos nos indicadores educacionais, o Rio Grande do Norte ainda enfrenta entraves administrativos, baixa execução de recursos e dificuldades estruturais que comprometem a efetividade da proposta.

Dessa forma, conclui-se que a educação em tempo integral, para além de sua previsão legal, requer um esforço contínuo de articulação entre União, estados e municípios, bem como investimentos sólidos em infraestrutura, formação docente e gestão escolar. As experiências analisadas demonstram que a adequação das políticas às realidades regionais é fundamental para reduzir desigualdades e garantir a integralidade da formação dos estudantes.

Em síntese, a pesquisa confirma a relevância da educação em tempo integral como instrumento de democratização do ensino, mas aponta que seus resultados só se tornam concretos quando acompanhados de políticas estruturadas, sustentáveis e coerentes com os desafios locais.

Referências

ARROYO, Miguel G.; MOLL, Jaqueline; colaboradores. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. [S. l.], ago. 2018. (Caderno/público-educativo). Disponível em: <https://mid-educacao.curitiba.pr.gov.br/2018/8/pdf/00184729.pdf> Acesso em: 30 julho. 2025.

AGORA RN. Relatório inédito expõe déficit de pessoal e falhas na formação de professores em escolas do RN. 14 jun. 2025. Disponível em: <https://agorarn.com.br/rn/relatorio-inedito-expoe-deficit-de-pessoal-e-falhas-na-formacao-de-professores-em-escolas-do-rn/>. Acesso em: 25 agosto 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014. Acesso em: 05 Maio 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <https://goo.gl/oFsgfY>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BRASIL. Constituições Brasileiras: 1937. Vol. IV. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001d.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/d4gBHi>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BAHIA. Lei nº 13.559, de 11 de maio de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências. Salvador: Diário Oficial do Estado da Bahia, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. São Paulo, edusc, 2005. Disponível em: [https://ppghs.fflch.usp.br/sites/ppghs.fflch.usp.br/files/Ciro%20Flamarion%20Cardoso%20-%20Um%20historiador%20fala%20de%20teoria%20e%20metodologia_%20ensaios-EDUSC%20\(2005\)_compressed.pdf](https://ppghs.fflch.usp.br/sites/ppghs.fflch.usp.br/files/Ciro%20Flamarion%20Cardoso%20-%20Um%20historiador%20fala%20de%20teoria%20e%20metodologia_%20ensaios-EDUSC%20(2005)_compressed.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2025.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral como “política especial” na educação brasileira. In: COELHO, L. M. C. da C. (Org.). Educação integral: história, políticas e práticas. Rio de Janeiro: Rovel, 2013. p. 237-254.

CAVALIERE, Ana Maria; MAURÍCIO, Lucia Velloso. A ampliação da jornada escolar nas regiões Nordeste e Sudeste: sobre modelos e realidades. Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, n. 28, p. 251-273, jan./abr. 2012.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Escola de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <https://maiscursoslivres.com.br/cursos/aperfeicoamento-em-educacao-em-tempo-integral-apostila01.pdf>. Acesso em: 20 junho 2025.

CEARÁ. Lei nº 16.025, de 30 de maio de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação do Ceará para o decênio 2016-2024 e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 2016.

DÓREA, Célia Rosangela Dantas. A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação. Educ. rev., Curitiba, n. 49, p. 161-181, set. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/K1TMqg>. Acesso em: 05 junho 2025.

G1 RN. IDEB: Rio Grande do Norte tem o pior desempenho do país no ensino médio. 14 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2024/08/14/ideb-rio-grande-do-norte-tem-o-pior-desempenho-do-pais-no-ensino-medio.ghml> . Acesso em: 31 ago. 2025.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE. Lei da política de educação em tempo integral na rede estadual é sancionada. 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www.rn.gov.br/materia/lei-da-politica-de-educacao-em-tempo-integral-na-rede-estadual-e-sancionada/> . Aceso em: 23 agosto 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.036-de-23-de-novembro-de-2023-518923884>. Acesso em: 26 maio 2025.

PARAÍBA. Lei nº 10.488, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação da Paraíba para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PARANÁ. Lei nº 18.492, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Paraná e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 2015.

PERNAMBUCO. Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, 2015.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 10.049, de 27 de janeiro de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

Rivkin, S. G., & Schiman, J. C. (2015). Instruction time, classroom quality, and academic achievement. The Economic Journal, 125(588), F425-F448.

RORAIMA. Lei nº 1.008, de 3 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação de Roraima para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Roraima, Boa Vista, 2015.

RONDÔNIA. Lei nº 3.565, de 3 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação de Rondônia e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2015

SAVIANI, Dermeval. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis 5.540/68 e 5.692/71. In: GARCIA, W. E. (Org.). Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo: McGraw-Hill/MEC, 1978. p. 174-194.

SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação: Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2015.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ (SEDUC). Projeto Político-Pedagógico do Ensino Médio em Tempo Integral 2020. Fortaleza: SEDUC, 2020. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2021/01/Projeto-Politico-Pedagogico-do-Ensino-Medio-em-Tempo-Integral-20200A>. Acesso em: 20 de agosto de 2025.

SÃO PAULO. Lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado de São Paulo e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2016.

TOCANTINS. Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Tocantins, Palmas, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (TCE-RN). Com R\$ 51 milhões parados, RN tem baixa execução de verba federal para educação integral. 21 maio 2025. Disponível em: <https://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/7531#gsc.tab=0>. Acesso em: 27 agosto de 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Educação em crise. 2023. Disponível em: <https://www.ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/56851/educacao-em-crise>. Acesso em: 26 ago. 2025.

LACRUZI, A. J.; AMÉRICOII, B. L.; CARNIELIII, F. Indicadores de qualidade na Educação: análise discriminante dos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 24, e240002, mar. 2019. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240002>

WORLD BANK. World Development Report 2018: LEARNING to Realize Education's Promise. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2018>. Acesso: 17 agosto 2025.

CÓDIGO: HS1783

AUTOR: ANA BEATRIZ SARMENTO XAVIER

ORIENTADOR: HENRIQUE ANDRE RAMOS WELLEN

TÍTULO: Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora

Resumo

Este relatório tem como objetivo apresentar os resultados oriundos do plano de trabalho intitulado *“Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora”*, vinculado ao projeto de pesquisa *“Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”*. A presente pesquisa busca expor e identificar como as políticas sociais de habitação se relacionam com a reprodução da força de trabalho. Para a sua realização, utilizou-se análises bibliográficas e qualitativas, de assimilação teórica. Como principais resultados da pesquisa, destaca-se que a política social de habitação é pouco discutida nos referenciais do Serviço Social brasileiro. Além disso, apesar do reconhecimento da moradia como direito social, sua efetivação permanece limitada e marcada pela mercantilização. Também se observou que o Estado, ao atuar seletivamente, reforça a segregação socioespacial e utiliza a política habitacional como instrumento de regulação da força de trabalho. Dessa forma, a efetivação plena do direito à moradia exige políticas públicas comprometidas com a democratização, capazes de enfrentar a lógica mercantil e reduzir as desigualdades.

Palavras-chave: Política Social; Habitação; Reprodução da Força de Trabalho.

TITLE: Social Policy and Reproduction of the Workforce: social housing policies and the working class

Abstract

This report aims to present the results of the work plan entitled *"Social Policy and Reproduction of the Workforce: Social Housing Policies and the Working Class,"* linked to the research project *"Social Policy and Reproduction of the*

Workforce in Rio Grande do Norte." This research seeks to expose and identify how social housing policies relate to the reproduction of the workforce. Bibliographical and qualitative analyses of theoretical assimilation were used for this purpose. The main findings of the research highlight that social housing policy is rarely discussed in Brazilian Social Service frameworks. Furthermore, despite the recognition of housing as a social right, its implementation remains limited and marked by commodification. It was also observed that the State, by acting selectively, reinforces socio-spatial segregation and uses housing policy as an instrument for regulating the workforce. Therefore, the full realization of the right to housing requires public policies committed to democratization, capable of confronting the logic of mercantile demand and reducing inequalities.

Keywords: Social Policy; Housing; Reproduction of the Workforce.

Introdução

O presente relatório decorre do plano de trabalho intitulado "*Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora*", que está incluído no projeto de pesquisa "*Política Social e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte*". Além disso, o plano de trabalho está relacionado com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Ética e Direito (GEPTED) e com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DESSO/UFRN).

Desenvolvido no período entre 01/09/2024 e 31/08/2025, a criação do plano de trabalho se justifica a partir dos novos avanços do projeto de pesquisa, identificou-se a necessidade de uma análise mais detalhada das políticas sociais de habitação, a fim de compreender seus impactos nas condições de vida da classe trabalhadora, especialmente no que concerne à determinação dos custos referentes à reprodução da força de trabalho.

Essa proposta de pesquisa tem como direção a identificação e análise dos referenciais teóricos do Serviço Social que discutem a relação entre a política social de habitação e a reprodução da força de trabalho. Para isso, foi procedido a pesquisa de artigos nos principais periódicos do Serviço Social brasileiro. Assim, busca-se compreender de que maneira as diferentes funcionalidades assumidas pela política social de habitação impactam as condições de vida da classe trabalhadora.

O relatório foi conduzido através de análises bibliográficas, de natureza qualitativa e de assimilação teórica. Como base fundamental para a condução da pesquisa, foram realizados encontros quinzenais com o orientador do projeto, dessa forma, sendo possível discutir os percursos metodológicos dos planos de trabalho de cada integrante.

Em relação aos objetivos específicos selecionados para a realização do estudo, identificou-se a necessidade de estabelecer os seguintes: 1) *Identificar*

referências teóricas centrais do Serviço Social brasileiro que abordam as políticas sociais de habitação e apreender as suas funcionalidades apresentadas; 2) Apreender, dentro da literatura selecionada, a relação entre as intervenções e subsídios estatais, a estrutura do mercado capitalista e os direcionamentos das políticas de habitação; 3) Analisar, dentro da literatura do Serviço Social brasileiro, de que forma as políticas sociais de habitação se relacionam com a “questão social”.

Para concluir o estudo, apresenta-se o relatório final estruturado em quatro seções distintas: introdução, contextualizando o tema e estabelecendo os objetivos do estudo; método, descrevendo os métodos e procedimentos adotados; resultado e discussões, obtidos por meio da análise dos dados; conclusão, reunindo as principais considerações produzidas ao longo da pesquisa.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, o plano de trabalho intitulado *“Política Social e Reprodução da Força de Trabalho: políticas sociais de habitação e classe trabalhadora”* foi desenvolvido com base em eixos de caráter instrumental e operacional, articulados à assimilação teórica com aprofundamento metodológico. Para a realização do estudo, divide-se em três etapas complementares: identificação e triagem de referenciais teóricos abordando a política social de habitação no âmbito da literatura do Serviço Social brasileiro; tabulação e análise de dados teóricos; sistematização das análises teóricas.

No momento inicial do processo de elaboração da pesquisa procedeu-se à identificação e triagem dos referenciais teóricos, praticando o levantamento de artigos relacionados à Política Social de Habitação publicados nas principais revistas da área do Serviço Social brasileiro. Com o objetivo de obter mais resultados de artigos com essa temática, optou-se por selecionar periódicos classificados nas Qualis A1, A2 e A3, realizando a leitura e análise do material de modo que assegure a relevância e a qualidade das publicações.

Para uma análise mais precisa e comparativa, elaborou-se uma tabela no Excel com os dados referentes às revistas selecionadas. Esse procedimento consistiu na organização das informações em tópicos, contemplando:

1. as revistas escolhidas (13 no total);
2. a classificação Qualis A1 (Revista Katálýsis, Serviço Social e Sociedade, Textos e Contextos, Argumentum, Revista de políticas públicas e Em pauta), A2 (Temporalis, Serviço Social em Revista e Emancipação) e A3 (Libertas,

Serviço Social e Saúde, Serviço Social em Perspectiva e Revista Praia Vermelha);

3. o número de edições (534 no total); a quantidade de artigos publicados (7.933 no total);
4. o número de artigos identificados por meio do mecanismo de busca com palavras-chave relacionadas ao título do plano de trabalho (28);
5. a quantidade de artigos localizados na busca manual em cada edição e que se relacionam com o título do plano de trabalho (31);
6. a delimitação temporal dos artigos (1997 a 2024). Esse recorte temporal é justificado por ser o ano que marca o início e o final das publicações das revistas.

Portanto, é possível observar que, ao utilizar o mecanismo de busca por palavras-chave nos sites das revistas, o resultado do número de artigos identificados foi inferior ao total encontrado por meio da verificação manual, edição por edição.

No processo do mecanismo de busca, foram utilizadas palavras-chave como: *Política Habitacional; Política de Habitação; Política Social*. No entanto, é notório que os resultados obtidos por esse método incluíram outros artigos que não tinham uma relação direta com o tema investigado, ao passo que apenas uma parcela pequena se mostrava pertinente à proposta do plano de trabalho.

A partir disso, foram evidenciados as limitações nos sistemas de busca disponibilizados pelas plataformas digitais dos periódicos, o que compromete a efetivação da busca por palavras-chave. Como um mecanismo que tem como objetivo facilitar a localização de artigos com temáticas de interesse, acaba sendo um dificultador. Nisso, o pesquisador é forçado a realizar a leitura manual, onde entra-se em cada edição da revista para garantir uma maior precisão na seleção do material, tornando o processo mais trabalhoso e demorado. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de desenvolvimento e implementação de sistemas de busca mais eficientes e adequados às demandas acadêmicas.

O processo de busca manual foi executado por meio da verificação de cada edição das revistas previamente selecionadas. Com o objetivo de garantir uma coleta mais precisa dos artigos relacionados às políticas sociais de habitação, procedeu-se à análise dos títulos de todos os trabalhos publicados, vinculando-os com o tema proposto neste plano de trabalho. Posteriormente, feito a deliberação, realizou-se a leitura dos resumos dos artigos, assegurando a relevância das discussões de interesse à pesquisa. Por fim, com base no total

de artigos identificados, a distribuição por revista selecionada apresentou-se da seguinte maneira:

1. Revista Katálysis: 2;
2. Serviço Social e Sociedade (CORTEZ): 0;
3. Textos e contextos: 3;
4. Argumentum: 1;
5. Revista de políticas públicas: 10;
6. Em pauta: 0;
7. Temporalis (ABEPSS): 1;
8. Serviço Social em Revista: 5;
9. Emancipação: 2;
10. Libertas: 7;
11. Serviço Social e Saúde: 0;
12. Serviço Social em Perspectiva: 0;
13. Revista Praia Vermelha: 0.

Nesse sentido, observa-se que a temática sobre as políticas sociais de habitação ainda é pouco explorada na literatura do Serviço Social brasileiro, dessa forma, é reforçado a importância de ampliar e aprofundar o debate sobre a questão habitacional, uma vez que o Serviço Social também atua diretamente em instituições responsáveis pela formulação e/ou execução dessas políticas.

No que tange à tabulação e à análise dos dados teóricos coletados, foi crucial a elaboração do fichamento em documento do Word, com o objetivo de facilitar a organização das informações e identificar as categorias emergentes em cada artigo. A tabulação dos dados deu-se por meio de colunas com os presentes tópicos: referência bibliográfica; citação direta; comentários; identificação de categorias e funcionalidade da política social de habitação. Essa metodologia permitiu a extração das principais ideias dos autores, possibilitando uma análise mais precisa das contribuições teóricas relacionadas à política social de habitação e possibilitando compará-las.

Resultados e Discussões

A fim de assegurar uma análise mais consistente quanto a relação entre a política social de habitação e a reprodução da força de trabalho, a partir dos referenciais teóricos, os resultados foram organizados e discutidos com base em duas categorias fundamentais, as quais foram identificadas como as categorias mais evidentes e repetidas nos artigos lidos: 1) *A luta pela moradia como direito social*; 2) *A política de habitação e o papel do Estado*.

1) A luta pela moradia como um direito social

Para contextualizar a discussão sobre a moradia enquanto direito social, faz-se necessário retomar sua trajetória histórica no Brasil. Diante disso, o percurso do direito à moradia reflete o resultado de marcantes mobilizações sociais, como é o caso do movimento da Reforma Urbana. A inclusão da temática acerca da questão habitacional na Constituição Federal de 1988 representa uma importante conquista, tendo em vista que atribui aos três entes federativos a responsabilidade pela provisão habitacional. Além disso, reforçou-se o reconhecimento da moradia como direito social através da Emenda Constitucional nº 26/2000, onde foi ampliado o papel da União na promoção desse direito para as famílias de baixa renda (Munhoz; Salgado; Santos, 2015). Em contrapartida, mesmo que a Constituição reconheça o direito à moradia e à habitação como direitos sociais universais, é transparente que:

o direito à moradia, à habitação, enquanto direito social, é para todos, por outro, na prática, tal direito não é concretizado de modo universal. Isso significa que o direito à cidade não é acessível a todos cidadãos. Enquanto alguns grupos sociais possuem acesso aos direitos e aos bens econômicos, outros ficam à margem (Ribeiro; Scarano, 2020, p. 2).

Ainda nessa perspectiva, as autoras Munhoz, Salgado e Santos (2015) também citam sobre a promulgação do Estatuto da Cidade, que estabeleceu mecanismos jurídicos destinados à democratização do acesso à cidade e à consolidação do direito à moradia como uma dimensão constitucional do direito à cidade. Como parte desse avanço, foi criado em 2003 o Ministério das Cidades, tendo como objetivo o combate às desigualdades sociais e a promoção da inclusão urbana por meio da ampliação do acesso à moradia, saneamento e transporte.

Já em 2009, houve uma grande mudança na política habitacional brasileira com a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o qual

centralizou as ações no âmbito federal. Embora essa mudança tenha representado um marco histórico, dado o elevado volume de investimentos, o programa apresenta certas limitações qualitativas, onde prioriza a construção em massa de unidades habitacionais, muitas vezes localizadas em áreas periféricas.

A partir disso, essa trajetória demonstra relevantes avanços quanto ao reconhecimento jurídico do direito à moradia. Entretanto, a concentração da oferta habitacional em regiões periféricas contribui tanto para a perpetuação das desigualdades sociais quanto para a segregação socioespacial.

Diante a análise desenvolvida, Pereira (2012) compreende que o processo de consolidação da moradia, enquanto direito social, é profundamente marcado pelas contradições estruturais do modo de produção capitalista. Essas contradições se manifestam nos limites impostos pela lógica da acumulação, em que está na sacralização da propriedade privada e na centralidade do território dentro da dinâmica de valorização do capital (Harvey, 1995 apud Pereira, 2012). Nesse contexto, é notório que o direito à moradia não se efetiva totalmente, uma vez que o acesso à unidade habitacional é utilizado pelo Estado como uma forma de mecanismo para a reprodução da força de trabalho. Dessa forma, compreende-se que, mesmo sendo reconhecida como um direito social, a moradia continua sendo dependente das exigências do mercado.

A partir disso, é possível analisar que a presença de parcelas da classe trabalhadora em situação de pauperização, desprovidas do direito à moradia, revela as múltiplas contradições sociais, em que:

compõe uma dimensão estrutural da realização do capitalismo. Não se trata de fenômeno conjuntural ou relativo a alguns contextos espaciais; mas sim do efeito da histórica repartição desigual da localização e da qualidade habitacional entre as diversas frações de classe nas cidades capitalistas (Lima; Rodrigues, 2013, p. 11).

Nesse sentido, é observado que o acesso à moradia é dividido em dois vieses: a moradia como uma mercadoria, reforçando o seu uso como forma de lucro, e a moradia como um direito. Com isso, a política habitacional encarregou-se da função de regular o acesso ao crédito, restringindo-se à facilitação da compra de unidades habitacionais (Royer, 2009 apud Pereira, 2012), abandonando, conseqüentemente, os importantes aspectos do direito à moradia. Dessa maneira, constata-se que o Estado tem dado cada vez mais importância à habitação como produto de consumo do que como um direito básico da população.

Dessa maneira, Suave e Faermann (2020) mostram que a disputa pelo direito à moradia é fortemente impactada pela atuação do mercado imobiliário,

que impulsiona a especulação e a valorização excessiva dos terrenos urbanos. O principal objetivo dos setores empresariais envolvidos é a obtenção de lucros, o que intensifica os conflitos com parcelas da classe trabalhadora que reivindicam o acesso à terra e à habitação digna. Assim, reconhece-se que, para a total garantia do direito à moradia, é preciso exigir a superação dessas barreiras estruturais. Ademais, evidencia-se que o crédito, ao invés de assegurar a moradia, geralmente funciona como um instrumento para especulações financeiras arriscadas, agravando as crises econômicas.

Com base nisso, é possível concluir que a falta do acesso à moradia também implica nas dificuldades no acesso de outros direitos básicos, como saúde, educação e mobilidade, que influencia a possibilidade de uma vida digna. Ter uma moradia adequada é condição básica para que o indivíduo possa se integrar à sociedade, acessar o mercado de trabalho, exercer a parentalidade e utilizar serviços/apoios que fortalecem sua identidade, o reconhecendo como um cidadão ativo. Assim, diversas necessidades objetivas e subjetivas dos indivíduos permanecem desatendidas em uma sociedade marcada por profundas desigualdades e contínuas violações dos direitos sociais.

2) A política de habitação e o papel do Estado

Inicialmente, considerando a discussão exposta por Noal e Janczura (2011), o papel do Estado na formulação e implementação da política social de habitação tem passado por mudanças significativas ao longo da história, especialmente com a expansão do capitalismo industrial e o crescimento das cidades. Nota-se que a trajetória da política habitacional no Brasil revela um histórico de ações governamentais limitadas, descontinuadas e ausentes. Também é possível observar que, recentemente, há uma ampliação da atuação no campo habitacional a partir do Estado, de setores privados, organizações não governamentais e da própria sociedade civil. Em contrapartida, essas iniciativas continuam insuficientes frente ao déficit habitacional. O que se percebe é a diversificação das formas de acesso à moradia, para além das políticas governamentais tradicionais. Com isso, o Estado nem sempre atua diretamente na provisão de moradias, exercendo também o papel de regulador, além de apoiar o acesso à moradia financeiramente por meio de subsídios e financiamentos.

Em vista disso, nos países de industrialização tardia, como o Brasil, a atuação do Estado na política habitacional foi historicamente limitada e concentrada nas camadas mais favorecidas da população. As iniciativas governamentais, em sua maioria, não tinham um caráter social ampliado, o que contribuiu para o fortalecimento da crise habitacional atual. Desde o século XIX, a política de habitação no Brasil estrutura-se baseado na lógica de controle, repressão e exclusão social. Nesse sentido, as respostas estatais à “questão social” frequentemente assumiram um viés punitivo, em vez de

promoverem políticas públicas inclusivas e efetivas para enfrentar o déficit habitacional (Silva, 1989 apud Noal; Janczura 2011).

Segundo Lima e Rodrigues (2013), a cidade consolidou-se como espaço central para a expansão do capitalismo, onde a habitação passou a ser tratada como mercadoria destinada à lucratividade. Nesse sentido, o reordenamento urbano resulta da atuação de diferentes agentes, como o Estado, as empresas, o mercado imobiliário, os proprietários de terras e a população trabalhadora. A partir desse processo, a expulsão da população pauperizada dos centros urbanos não decorre apenas da superlotação ou da falta de planejamento, mas principalmente da apropriação privada da terra, utilizada como fonte de monopólio e dominação. Enquanto empresários buscam terrenos amplos e baratos, os proprietários fundiários visam a valorização de suas terras e os promotores imobiliários exigem áreas urbanas com alta rentabilidade. Além disso, quanto à atuação do Estado, enfatiza-se que se caracteriza frequentemente de forma seletiva, atendendo aos interesses do capital e reforçando a lógica desigual de uso do espaço.

Quanto a essa seletividade do investimento público na intervenção estatal, entende-se que:

acaba por estruturar a cidade e ordenar a questão habitacional em favor dos lucros da iniciativa privada. Partimos da constatação de que a questão habitacional, para ser resolvida, nos marcos do sistema capitalista, precisa enfrentar a propriedade privada da terra e os limites do mercado consumidor (Pinto, 2012, p. 7).

Ademais, é crucial enfatizar que a habitação pode se manifestar de forma específica, uma vez que se trata de uma dimensão que evidencia a desigualdade social e as formas de resistência da população trabalhadora frente às condições precárias. É visto que no Brasil, essa questão se acentua especialmente nas periferias urbanas, onde a falta de acesso à moradia interliga-se com a ausência de infraestrutura e serviços básicos. Esse quadro se torna ainda mais crítico no período atual, marcado pelas transformações do capitalismo global, que reorganizam a produção e o consumo e redefinem o papel do Estado, o qual se reduz pela lógica neoliberal. Portanto, a questão da habitação também reflete os efeitos das mudanças estruturais no sistema econômico e político mundial (Lima e Rodrigues, 2013).

Nessa lógica, o papel do Estado e das políticas de governo na formulação das políticas públicas revela-se contraditório. No direcionamento de recursos, muitas vezes o Estado dá prioridade à projetos que favorecem a acumulação de capital, em detrimento do atendimento às necessidades habitacionais da população de baixa renda, situada na faixa de interesse social (Lima, 2018).

Conclusão

Em suma, ao realizar a leitura e análise dos artigos obtidos nas principais revistas do Serviço Social que se relacionam com a Política Social de Habitação, foi evidenciado que essa temática é pouco discutida dentro dos referenciais teóricos do Serviço Social brasileiro, apesar de ser um assunto crucial para ser debatido no campo do Serviço Social, uma vez que a profissão atua diretamente com as políticas sociais de habitação, além de que:

A concepção do urbano, concretizada na cidade capitalista, como locus do confronto entre sujeitos sociais aproximou os profissionais de Serviço Social a outros profissionais que intervêm na problemática urbana na perspectiva da transformação dos fundamentos da sociedade erigida pela racionalidade do capital (Lima; Rodrigues, 2013, p. 4).

Ao longo da pesquisa, também foi possível destacar duas categorias que se vinculam ao debate da pesquisa e que são evidenciadas em todos os artigos lidos, que seriam *“A luta pela moradia como um direito social”* e *“A política de habitação e o papel do Estado”*, além de compreender como a política social de habitação se relaciona com a reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido, a análise desenvolvida evidencia que, embora o direito à moradia seja reconhecido no Brasil como um direito social, sua efetivação permanece limitada e desigual, refletindo as contradições estruturais do modo de produção capitalista. Ademais, observa-se que há um viés em atender os interesses do capital e do mercado imobiliário ao utilizar a moradia como mercadoria, sendo disponibilizada por meio do crédito ou da compra de unidades habitacionais, muitas vezes localizadas em áreas periféricas. Dessa forma, o acesso restrito à habitação adequada impacta diretamente a capacidade dos trabalhadores em se manterem produtivos, visto que a ausência de moradia digna mantém a classe trabalhadora em condições precárias e compromete também o acesso a serviços essenciais, como transporte, saúde e educação.

Quanto ao papel do Estado na política habitacional, percebe-se que ao atuar de forma seletiva e favorecer investimentos em áreas valorizadas ou projetos alinhados ao mercado, ele contribui para a segregação socioespacial, assim, garantindo a manutenção das estruturas sociais e econômicas que sustentam o sistema capitalista. Desse modo, a política de habitação não se limita à provisão de moradias, mas se revela como instrumento de regulação da força de trabalho, subordinando o direito social à lógica mercantil e à reprodução desigual das condições de vida e trabalho na sociedade.

Diante do exposto, a efetivação plena do direito à moradia depende da superação dessas barreiras estruturais, exigindo políticas públicas comprometidas com a democratização do acesso à terra e à cidade, sendo possível enfrentar a mercantilização da habitação e reduzindo as desigualdades socioespaciais, assegurando à população trabalhadora condições dignas de vida e participação social.

Referências

LIMA, Sonia Lucio Rodrigues; RODRIGUES, Caroline. A Questão Habitacional na Cidade dos Negócios: Desafios ao Serviço Social. **Libertas**, v. 12, n.2, 2012.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. POLÍTICA HABITACIONAL E QUESTÃO DA HABITAÇÃO: em tempo de dissolução de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 1291–1310, 27 Set 2018.

MUNHOZ, Manoela Rodrigues; SALGADO, Cassia Pilar; DOS SANTOS, Jade Grazielle Martins. "O passado é uma roupa que não nos serve mais": A política habitacional entre avanços-e-retrocessos. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 174–193, 2015.

NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), [S. l.], v. 10, n. 1, p. 157–169, 2011.

Pereira, T. D. (2012). Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), 11(2), 376–389.

PINTO, Marina Barbosa. Questão Habitacional como Expressão da Questão Social na Sociedade Brasileira. **Libertas**, v. 4, n. 1/2, 2004.

RIBEIRO, Cristine Jaques; SCARANO, Renan Costa Valle. Participação popular e produção de políticas de habitação: os casos de Porto Alegre e São Paulo. **Serviço Social em Revista**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 178–196, 2020.